



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 19ª Legislatura

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Enio Tatto:
Milton Leite Filho:
Bruno Ganem:
Léo Oliveira:

1º Secretário
2º Secretário
3º Secretário
4º Secretário

Gilmaci Santos: 1º Vice-Presidente
Ricardo Madalena: 2º Vice-Presidente
Coronel Telhada: 3º Vice-Presidente
Barros Munhoz: 4º Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 130 • Número 39 • São Paulo, terça-feira, 3 de março de 2020

www.imprensaoficial.com.br

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL EM 2019

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM ANUAL

À

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

São Paulo
2020

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Com o respeito devido a esse Nobre Parlamento, encaminho a Vossas Excelências, e, por seu intermédio, ao povo paulista, essa mensagem anual com o relatório das atividades desenvolvidas pela Administração Estadual no ano de 2019, aqui relatadas em breve síntese. Ao mesmo tempo, reiteramos as principais políticas públicas dessa gestão, atendendo, assim, simultaneamente, a comando contido na Constituição do Estado de São Paulo, e, especialmente, ao dever republicano de prestar contas.

Faz-se imperativo registrar o elevado nível do trabalho dessa Assembleia, no seu papel de órgão de fiscalização e aconselhamento do governo estadual, no sentido de atender o desejo manifestado pela sociedade paulista de promover mudanças no Estado e no País. Nesta Casa, o povo paulista, diretamente e através de seus representantes, tem debatido de maneira propositiva as transformações na gestão pública, o que é essencial para o bom êxito das realizações.

Diálogo e bom senso são pré-requisitos dos líderes democráticos. Inaugurei a prática de estar presente regularmente nessa Assembleia para conversar com os nobres parlamentares, sejam eles da situação ou da oposição, valorizando os elementos essenciais da democracia: a transparência, o diálogo e o respeito ao contraditório.

Trilhamos o caminho de governar em conjunto, cada um com sua função, PARA o povo. A população pediu um governo eficiente, de resultados, com retidão e transparência. Estamos empreendendo uma reforma do Estado, combatendo desperdícios, aperfeiçoando a qualidade dos serviços públicos, desburocratizando e desestatizando. Os resultados iniciais dessas políticas são um estímulo para seguirmos adiante. A Fundação Seade estima que o crescimento da economia paulista em 2019 pode alcançar 2,6%. É a maior taxa desde 2013 e representa mais que o dobro do crescimento da média nacional. São Paulo gerou cerca de um terço das novas vagas de emprego no Brasil, em 2019.

Esses indicadores comprovam o acerto de um trabalho voltado para a atração de investimentos e modernização da indústria, do agronegócio, dos serviços e do comércio, com melhoria da infraestrutura, inovação

tecnológica, qualificação da mão de obra e inserção de São Paulo na economia global.

Nosso programa de desestatização tem potencial de atrair até R\$ 40 bilhões de investimentos. Ele acaba de promover a maior concessão rodoviária do Brasil, o corredor Piracicaba-Panorama, com 1.273 quilômetros de extensão. O consórcio vencedor ofereceu ágio de 7.200% e trará R\$ 14 bilhões em investimentos ao longo do tempo, com duplicação de 600 quilômetros. Seguiremos com novas concessões nas áreas de rodovias, aeroportos, mobilidade urbana, equipamentos esportivos e de lazer, parques Estaduais.

Já o programa de polos de desenvolvimento atraiu e destravou investimentos de algumas das maiores empresas nacionais e multinacionais. Segundo a Pesquisa de Investimentos Anunciados da Fundação Seade, o primeiro semestre de 2019 se encerrou com o segundo maior valor semestral da série histórica: R\$ 67,7 bilhões de investimentos privados anunciados apenas nos primeiros seis meses da nossa gestão. Reduzimos em 50% o ICMS da indústria de calçados, um polo de pequenas e médias empresas, que agora estão mais competitivas nacional e internacionalmente.

Liderei sete missões comerciais e empresariais às principais economias do mundo. Trouxemos investimentos e ampliamos nossa relação comercial com o mundo, numa política pragmática, que cria oportunidades de negócios, sem viés ideológico. Em Xangai, inauguramos o primeiro escritório comercial de São Paulo no Exterior. E, em fevereiro, faremos o mesmo em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, hub de logística e negócios e porta de entrada para mercados do Oriente Médio, Ásia e Norte da África. Firmamos acordos internacionais para a cultura, a educação, a saúde, a segurança e a ciência.

Nosso agronegócio demonstrou sua força, ampliando o nível de emprego em quase 10% durante a safra. Nossa produção agrega cada vez mais valor com a indústria de transformação do agro. Vencemos uma disputa internacional com cinco países para receber a fábrica de Pectina, produto derivado de frutas cítricas, usado na indústria alimentícia e de cosméticos. É um investimento de R\$ 550 milhões, em Bebedouro. Em Lençóis Paulista, recebemos um investimento de R\$ 8 bilhões para processamento de celulose.

Beneficiamos 50 mil produtores ao zerar o ICMS para frutas, verduras e hortaliças semiprocessadas, embaladas ou resfriadas. Agregamos valor para os produtores e qualidade para os consumidores. Em 2019, o governo de São Paulo teve a maior participação na história do Agrishow. E neste ano vamos promover uma feira internacional em São Paulo com o objetivo de ampliar o mercado para nossos produtos.

Retomamos obras essenciais para a população. Reiniciamos os trabalhos em importantes obras do metrô e da CPTM. Cinco novas estações de metrô foram entregues. A linha 15-Prata que foi estendida garante redução de 50% no tempo de deslocamento entre o bairro e o centro. Ultrapassamos a simbólica marca de 100 quilômetros de extensão da rede. Renovamos a frota de duas linhas da CPTM, equipando-as com trens com ar condicionado e salão contínuo de passageiros. Conseguimos, assim, aposentar trens antigos, da década de 1980.

Entregamos mais de 1.000 quilômetros de melhorias em estradas e temos, em andamento, investimentos de R\$ 6,6 bilhões em 131 obras, com melhorias em mais de 1.800 quilômetros. Reformamos embarcações do sistema de travessia litorânea. Melhores balsas e duas novas lanchas para passageiros entre São Sebastião e Ilhabela. Nove aeroportos estão recebendo obras de melhoria. Franca, Barretos e Araraquara passaram a receber voos comerciais em 2019. São Carlos e Votuporanga receberão neste ano.

O programa "São Paulo pra Todos", que reduziu o ICMS do querosene de aviação, está trazendo 700 novos voos para o Estado -- 605 já entraram em operação em 2019. As maiores companhias aéreas lançaram programas de stopover, permitindo que passageiros com escala em Guarulhos ou Congonhas possam permanecer por dois dias na cidade, sem custo adicional. Esses incentivos ao Turismo preveem a geração de 59 mil empregos.

Nosso propósito de promover crescimento sustentável, com modernização tecnológica e mais qualidade de vida para a população apresenta indicadores positivos em diversas áreas. São Paulo é hoje um lugar mais seguro, fruto do trabalho, da capacitação e da modernização da melhor polícia do Brasil. A taxa de homicídios dolosos por grupo de 100 mil habitantes, principal indicador mundial de violência, alcançou o menor índice da série histórica: 6,27 em 2019, o que coloca o Estado de São Paulo como um lugar mais seguro do que muitas metrópoles de países com economias mais desenvolvidas.

Realizamos mais de 60 megaoperações no ano passado, que prenderam mais de 18 mil criminosos. As apreensões de drogas e de bens do crime organizado bateram recordes. Entregamos cinco novas unidades prisionais, totalizando 4.139 vagas, e estamos construindo outras oito, com mais 6.600 vagas. As tele audiências já respondem por 11,5% do total de sessões, reduzindo o transporte de presos. Mais de 18 mil certificados de Educação Profissional Básica foram emitidos para jovens da Fundação Casa. Mais de 30

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diretor-Presidente Nourival Pantano Júnior
Diretor Vice-Presidente Jorge Águedo de Jesus Peres de Oliveira Filho
Diretora Administrativa e Financeira Izabel Camargo Lopes Monteiro
Diretor Industrial Domingos Sávio de Lima
Diretor de Gestão de Negócios Fuad Miguel Pachá Neto
Jornalista Responsável Antonio Euclides Teixeira (MTb 8186)
 redacao@imprensaoficial.com.br

Diário Oficial

Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Matriz

Imprensa Oficial do Estado S.A. - Imesp

CNPJ 48.066.047/0001-84
I.E. 109.675.410.118

Sede e administração

Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 2799.9800

www.imprensaoficial.com.br

SAC 0800 01234 01

Filial

• **Capital**

XV de Novembro t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
Rua XV de Novembro 318 Centro
São Paulo SP CEP 01013-000

mil apenados estão matriculados em cursos de alfabetização ou profissionalizante. E 12.200 reeducandos participaram dos trabalhos de revitalização e pintura de 323 escolas estaduais, um trabalho de ressocialização com resultados concretos para a comunidade.

Compramos mais de 52 mil novas armas, 5,5 mil coletes balísticos e 3.708 viaturas. A DronePol recebeu 100 drones e a BikePol 200 bicicletas elétricas para policiamento em áreas de elevada concentração de pessoas. Criamos seis novos Baeps (São José do Rio Preto, Presidente Prudente, São Bernardo do Campo, Centro da Capital, Piracicaba e Ribeirão Preto) e um Caep (Taubaté). Pagamos bônus por desempenho que estavam atrasados. Valorizamos os profissionais. Autorizamos novos concursos e contratações, totalizando 20 mil novas vagas.

Ampliamos a proteção às mulheres, passando, de apenas uma, para dez, as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) com funcionamento ininterrupto. Expandimos o serviço para o litoral e o interior, com as unidades de Santos, Sorocaba e Campinas. Implantamos o SOS Mulher, um aplicativo de celular que permite, às mulheres sob medida protetiva, acionar a patrulha policial mais próxima com apenas um toque. Mais de cinco mil mulheres estão hoje melhor protegidas da violência doméstica.

Estamos reduzindo as filas para atendimento na saúde. O Corujão da Saúde realizou 141 mil exames de mamografia, endoscopia e ultrassonografia. E agendou outros 199 mil, ampliando o atendimento do SUS em horários ociosos de hospitais privados ou estendendo o atendimento em hospitais públicos. O Corujão da Catarata realizou 6.400 procedimentos, zerando a meta. Realizamos o acompanhamento oftalmológico de 64.600 alunos da rede estadual e 17.700 receberam óculos de graça.

Duplicamos a frota de carretas da mamografia do programa “Mulheres de Peito”. Iniciamos o projeto piloto do aplicativo Remédio Agora, que permite o agendamento para retirada de medicamentos de alto custo, acabando com filas e esperas desnecessárias para quem precisa de medicamentos. Entregamos 43 UBS no Estado, sendo 38 construções novas e 5 reformadas, além de 13 Caps e da reforma de uma Santa Casa. Inauguramos o Hospital Regional de Serrana e o ambulatório de especialidades do Hospital das Clínicas de Botucatu.

São Paulo iniciou uma mudança profunda no sistema de ensino, visando preparar a próxima geração para as novas demandas da sociedade. O Novo Currículo Paulista obteve a adesão de 621 municípios. Com o apoio do Instituto Ayrton Senna, no ano passado, capacitamos 110 mil professores que, a partir de agora, oferecerão cursos de Projeto de Vida e de Tecnologia e Inovação, por exemplo, com o objetivo de auxiliar os alunos a desenvolver ideias, sonhos e habilidades socioemocionais, num mundo em transformação constante.

O Novotec, que permite aos alunos do ensino médio realizar um curso profissionalizante de alta qualidade, ofereceu 16 cursos e 9 mil vagas em 2019. Em parceria com as prefeituras, entregamos 51 creches, totalizando 6.650 novas vagas. O Programa Caminho da Escola entregou 180 ônibus escolares a 144 municípios. Estamos investindo R\$ 1 bilhão em reparos e melhorias nas instituições de ensino para tornar o ambiente escolar mais seguro e agradável. Mais de 800 escolas foram revitalizadas e receberam pintura nova em 2019. Nomeamos 3,1 mil docentes e 1,5 mil agentes de organização escolar. Contratamos ainda 2 mil agentes de organização escolar temporários. E realizamos dois concursos para o preenchimento de 167 vagas para oficial administrativo e 373 vagas para supervisor de ensino.

Ampliamos de 103,5 mil para 148,7 mil a oferta de vagas para cursos de qualificação profissional, através da plataforma Meu Emprego – um crescimento de 43% em 2019. Estamos fortalecendo a ligação entre empresas, escolas e governo. O Programa Minha Chance, que oferece cursos de qualificação customizados de acordo com a demanda de empresas, abriu 3 mil vagas em 2019 e cadastrou 63 empresas.

Somos intransigentes defensores da liberdade artística, de criação, de imprensa. Reforçamos os investimentos em economia criativa e cultura. O Programa de Ação Cultural, Proac Expresso, simplificou os trâmites para seleção e pagamento dos contemplados, além de destinar o valor recorde de R\$ 154 milhões. Lançamos o ProAV, para desenvolvimento do setor de audiovisual, com R\$ 200 milhões em linhas de crédito para produção de filmes, documentários e games. Criamos o SP Gastronomia, o maior programa do setor no Brasil, que durante o mês de outubro ofereceu mais de 200 atividades, com um impacto econômico de R\$ 204 milhões e a geração de 3 mil postos de trabalho.

Inauguramos um museu de imersão, o MIS Experience, incontestável sucesso de público, e iniciamos as obras de novo Museu do Ipiranga, graças à captação de R\$ 160 milhões com empresas privadas que se associaram ao projeto. O Festival de Campos de Jordão completou 50 anos e realizou o maior evento da sua história neste ano, também com apoio da iniciativa privada. Firmamos uma parceria com a Confederação Nacional da Indústria para implantação, na Avenida Paulista, em terreno do governo do

Estado, de um museu de ciências nos moldes do Exploratorium, de São Francisco, o maior museu e laboratório público de aprendizado de ciências do mundo.

Acreditamos que o progresso tecnológico e o crescimento econômico precisam de propósitos – o de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros de São Paulo, especialmente dos mais carentes e vulneráveis, o de criar oportunidades iguais para todos, valorizar a cultura, incentivar o turismo e o de preservar o meio-ambiente. Cumprimos essas diretrizes com o apoio dos prefeitos, incentivando uma política municipalista.

Criamos o programa Parcerias Municipais, com a pactuação de ações e resultados do governo estadual com as prefeituras para o cumprimento de metas na Educação, Saúde e Segurança, com responsabilidades compartilhadas e monitoramento e avaliação de resultados. Repassamos R\$ 210 milhões em convênios do Parcerias. Firmamos um termo de cooperação com o Banco do Brasil para ampliar, em R\$ 1,3 bilhão, a capacidade de investimento dos municípios de São Paulo. Pelo programa Respeito à Vida, usamos os recursos das multas de trânsito para investir em infraestrutura de segurança no trânsito. Repassamos R\$ 200 milhões do Respeito à Vida para 304 municípios. Convênios para obras de infraestrutura turística repassaram outros R\$ 148 milhões a 122 municípios.

Os programas de apoio aos mais necessitados foram ampliados. Realizamos a maior Campanha do Agasalho da história, com o recorde de 21 milhões de peças doadas às populações carentes, como moradores de rua. Inauguramos o primeiro Bom Prato Dia e Noite fora da Capital, em São Bernardo do Campo. Entregamos o Bom Prato de Cubatão. Reformamos o Bom Prato Campos Elíseos, com o apoio da iniciativa privada. Entregamos 21 Centros de Convivência do Idoso e 3 Centros-Dia, em municípios de várias regiões do Estado, ampliando o cuidado com quem continua a contribuir com a sociedade.

O programa Meu Emprego – Trabalho Inclusivo recebeu a adesão de 83 empresas gerando 2.300 vagas para pessoas com deficiência e oferecendo 17 mil vagas para cursos de qualificação profissional. Iniciamos a reforma do Centro Paralímpico Brasileiro e firmamos parceria com a Caixa Econômica Federal para atender 550 alunos com deficiência, das redes municipais e estadual de ensino, em oito modalidades esportivas.

Entregamos 9.720 títulos de regularização fundiária em 26 municípios e 11.913 moradias populares. A Sabesp expandiu o abastecimento de água em Guarulhos, investindo em 80 grandes obras e tirando 1,3 milhão de pessoas do rodízio de água.

Na área ambiental, reforçamos as ações de fiscalização, de prevenção e de recuperação de áreas degradadas. Entregamos 152 novos veículos para a Polícia Ambiental, que atendeu mais de 50 mil denúncias de crimes ambientais em 2019. Com o apoio dos agricultores e o replantio de matas ciliares, a cobertura vegetal de São Paulo está hoje na casa dos 23%. Vamos zerar a antiga prática da queima da cana, graças ao rigor da legislação aprovada por esta Assembleia e à mecanização da lavoura. Assinamos os primeiros contratos do projeto de despoluição do Rio Pinheiros, um investimento de R\$ 1,5 bilhão, com prazo de execução até 2022.

O crescimento da economia e a implantação de novos programas de desenvolvimento são resultados de uma gestão técnica, que respeita o diálogo com essa Casa, defende a conjugação de esforços com a iniciativa privada e zela pela responsabilidade fiscal, com ética e transparência.

Defendo a busca permanente de eficiência na gestão. Combatemos desperdícios, reduzimos despesas e atraímos investimentos para áreas em que a iniciativa privada sabe fazer melhor que o Estado. Com isso, conseguimos ampliar investimentos em serviços públicos essenciais, como Saúde, Segurança e Educação. Acredito que a reforma do Estado deve ser objeto de melhorias constantes, corrigindo distorções e evitando a perpetuação de privilégios.

Os resultados obtidos em São Paulo são a prova de que confiança, respeito, bom senso, equilíbrio, diálogo, ética, transparência e liberdade de ideias produzem oportunidades de desenvolvimento. Tenho convicção de que esses mesmos valores pautam essa honrosa Assembleia no processo de transformação que iniciamos no nosso Estado. Uma mudança cujo objetivo maior é a construção de uma sociedade mais solidária, igualitária e justa.

Palácio dos Bandeirantes, aos 03 de fevereiro de 2020

João Doria
Governador do Estado de São Paulo

CASA CIVIL

A Casa Civil, do Gabinete do Governador, tem como função dar assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições; no relacionamento com cidadãos e entidades do terceiro setor; na elaboração da agenda do Governador e na preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos, em matéria honoríficas; no assessoramento e coordenação da política do Governo; no relacionamento com a Assembleia Legislativa, com o Congresso Nacional, com o Poder Judiciário Federal e partidos políticos, bem como, na promoção de interlocução com os Municípios, outros Estados da Federação e com a Administração Federal. Missão atribuída nos termos do Decreto 64.461, de 11/9/2019. Tem como estrutura básica o Gabinete do Secretário, a Subsecretaria de Relações Institucionais, a Subsecretaria de Assuntos Parlamentares, a Subsecretaria de Assuntos de Governo no Congresso Nacional, a Assessoria Especial do Governo do Estado de São Paulo em Brasília – AEGESP, o Cerimonial, a Audiência e Representações, o Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga e a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Gabinete do Secretário - Chefia de Gabinete - Tem como atribuição assessorar o Secretário-Chefe da Casa Civil e o Secretário Executivo no desempenho de suas funções, supervisionar, coordenar e orientar os serviços técnico-administrativos, financeiro, de recursos humanos e de tecnologia de comunicação e informações, com vista a oferecer suporte para o desempenho das atividades das unidades vinculadas ao Gabinete do Secretário e da Casa Civil. Tramitaram na Chefia de Gabinete 3.561 expedientes que foram cadastrados, analisados e expedidos para as providências pertinentes, foram fiscalizados e executados 14 contratos administrativos e demais atos inerentes à competência do dirigente da unidade gestora, observadas as normas regulamentares. Orientou e formulou o PPA 2012/2013; elaborou a Proposta Orçamentaria 2020; e realizou contratações diversas para o cumprimento das atribuições da Pasta. Instalou e inaugurou nova sede do Governo Paulista em Brasília, compartilhando o imóvel com a Procuradoria Geral do Estado. Promoveu, em cumprimento à legislação pertinente, a redução de contratos, em observância as diretrizes financeiras definidas pelo Governo do Estado.

Assessoria Técnica da Casa Civil – ATeCC - integra o Gabinete do Secretário. Suas atribuições estão previstas no artigo 21 do Decreto nº 64.462, de 11/9/2019, tendo como principais funções assessorar diretamente o Secretário-Chefe da Casa Civil e o Secretário-Executivo, bem como dar suporte técnico-administrativo ao Governador no exercício de suas funções legislativas e no relacionamento com a Assembleia Legislativa. Análise de processos e elaboração de despachos e ofícios diversos - Foram recebidos na Assessoria cerca de 538 processos, expedientes e demandas diversas. Foram, ainda, elaborados e expedidos 567 ofícios de autoria do Secretário-Chefe da Casa Civil, do Secretário-Executivo e da Dirigente da ATeCC, para diversos órgãos e entidades. Suporte técnico-administrativo ao Governador - foram numeradas e encaminhadas à Assembleia Legislativa, 131 mensagens do Governador, sendo 27 relativas a projetos de lei e de lei complementar, observando-se que de tais projetos, 22 foram aprovados pela ALESP. As demais mensagens, em sua maioria, trataram de encaminhamento de razões de veto a projetos de lei e de lei complementar, bem como indicações, pedidos de urgência e retirada de proposições. Gestão documental do Relatório Anual de Atividades e da Mensagem Governamental ao Poder Legislativo, como determina a Constituição Estadual - com base nas informações enviadas por todas as Pastas sobre as atividades por elas executadas ao longo do exercício. Acompanhamento de proposições na Assembleia Legislativa - Ao longo do exercício, foram propostos 1.340 projetos de lei ordinária, 89 projetos de lei complementar e 21 propostas de emenda à Constituição, todos devidamente acompanhados pela ATeCC, mantendo-se todas as proposições e suas respectivas tramitações em arquivos digitais e também no Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual – SIALE, plataforma em que são colhidas as manifestações das Secretarias de Estado sobre os projetos, para subsidiar a decisão do Governador sobre a sanção ou veto, quando aprovadas as proposições na ALESP. Resposta a requerimentos de informação da Assembleia Legislativa - Também, no exercício, foram respondidos 448 requerimentos de informação, sendo feita a preparação, encaminhamento à autoridade ou órgão responsável por intermédio do SIALE e, por fim, transmitida a resposta de cada requerimento à ALESP. Publicação de leis - foram numeradas e publicadas 310 leis ordinárias e 15 leis complementares sancionadas pelo Governador, sendo colhidas as respectivas referendas dos Secretários de Estado e, ainda, publicadas Mensagens de veto total e parcial a proposições, no período de recesso parlamentar, nos termos do artigo 28, § 3º, da Constituição Paulista. Com relação ao sítio eletrônico de legislação do Estado - <http://www.legislacao.sp.gov.br/>, todas as leis ordinárias, complementares e as emendas à Constituição estão devidamente atualizadas para consulta pública.

Serviço de Informação ao Cidadão - Relatório Estatístico referente às demandas do Sistema de Serviços de Informações ao Cidadão. O relatório apresenta um total de 76 demandas acolhidas. 62 atendidas, 1 atendida parcialmente, 4 negadas e no momento 9 demandas em trâmite. Do percentual total, 88,16% das demandas recebidas estão encerradas, portanto, 11,84% em trâmite.

Seguem abaixo as tabelas que detalham a movimentação do Sic da Casa Civil.

Relatório das Solicitações Encerradas			
A partir de 1/1 até 17/12			
Classificação das Solicitações	Total	Percentual	
Atendida	62	92,54%	Natureza das Solicitações Encerradas
			Impertinente - Pedido incompreensível Pública
Atendida Parcialmente	1	1,49%	Natureza das Solicitações Encerradas
			Pública

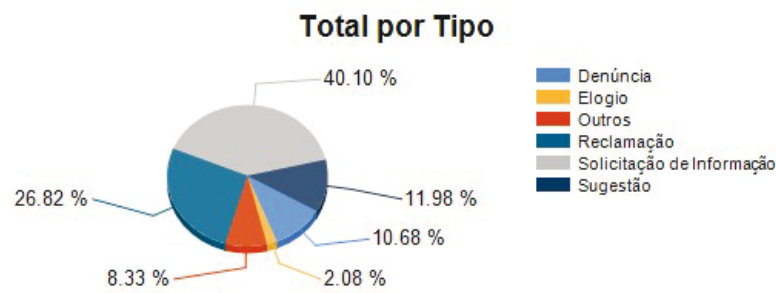
			Natureza das Solicitações Encerradas	
			Total	Percentual
Negada	4	5,97%	Impertinente - Pedido incompreensível	2,99%
			Pessoal Pública	1,49%
Total Geral	67	100,00%		

Relatório das Solicitações em Trâmite					
A partir de 1/1 até 17/12					
Fase das Solicitações	Total	Percentual			
Encerradas	67	88,16%			
Em Trâmite	9	11,84%	Fase em Trâmite		
			Solicitação	5	6,58%
			2ª Instância do Recurso	3	3,95%
			3ª Instância do Recurso	1	1,32%
Total Geral	76	100,00%			

Ouvidoria - Relatório Estatístico referente às manifestações feitas à Casa Civil, através do Sistema de Ouvidorias. O presente relatório apresenta um total de 384 demandas enviadas, que foram distribuídas de acordo com o tipo de manifestação, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Relatório das Manifestações (Ouvidoria)							
A partir de 1/1 até 18/12							
Tipo de Manifestação	Presencial	Tel.	Email	Correspondência	Sistema	Outros	Total
Denúncia	0	0	0	0	41	0	41
Elogio	0	0	4	0	4	0	8
Outros	0	0	19	0	13	0	32
Reclamação	0	0	25	0	78	0	103
Solicitação de Informação	0	0	121	0	33	0	154
Sugestão	0	0	29	0	17	0	46
Total	0	0	198	0	186	0	384

O gráfico de pizza mostra a distribuição percentual.



Subsecretaria de Relações Institucionais - Grupo de Relacionamento com a Sociedade – GRS - é responsável pelo atendimento de demandas dos cidadãos, relacionadas às áreas de responsabilidade da administração pública estadual e suas subdivisões. O GRS recebe estas demandas de diversas maneiras, sendo as principais: Formulário eletrônico - Fale Conosco - acesso por meio do portal principal do Governo do Estado de São Paulo - www.saopaulo.sp.gov.br e do site Cidadão SP; Pessoalmente; Via correspondência escrita; Via telefone; Email eletrônico - grs@sp.gov.br. O GRS adotou em maio, o sistema “Ouvidoria” no lugar do “Demandas”, que possibilitou maior agilidade e assertividade na recepção, tratamento, encaminhamento, monitoramento e resposta ao cidadão. Com o novo sistema e requalificação de servidores reduziu o prazo médio de resposta de 45,5 dias para 2,7 dia. Cerca de vinte e três mil demandas recebidas pelos Correios, e-mail, telefonemas e pessoalmente, além do Fale Conosco, Biblioteca Virtual, portal Cidadão.SP e Ouvidoria. O novo sistema “Ouvidoria” possibilitou maior refinamento dos dados e possibilidade de análise dos mesmos. Foram recebidas 22.681 demandas entre os dias 1º de janeiro e 16 de dezembro, em média 1.972,2 por mês. Há cerca de 600 demandas sem respostas, o que equivale a 2,71% do total, ressalta-se aqui, que o GRS depende de outros órgãos do Governo do Estado para ter a base das respostas às questões dos cidadãos.

Demandas ao Governador – até 23/5 – Sistema “Demandas”

Demandas por Secretaria	Portal de Demandas do Governador
Casa Civil	255
Defensoria Pública do Estado	1
Secretaria de Esportes	1
Procuradoria Geral do Estado	19
Secretaria de Agricultura e Planejamento	3
Secretaria de Administração Penitenciária	653
Secretaria de Comunicação	0
Secretaria de Cultura e Economia Criativa	6
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	29
Secretaria de Desenvolvimento Regional	7
Secretaria de Desenvolvimento Social	14
Secretaria de Estado da Educação	60
Secretaria de Fazenda e Planejamento	49
Secretaria de Governo	69
Secretaria de Habitação	19
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	51
Secretaria de Justiça e Cidadania	5
Secretaria de Logística e Transportes	16
Secretaria da Saúde	110
Secretaria de Segurança Pública	55
Secretaria de Turismo	2
Secretaria de Transportes Metropolitanos	21
Em branco	0
TOTAL	1445

Demandas ao Governador e Fale Conosco – após 23/5 – Sistema “Ouvidoria”

MES	Prazo médio resposta	Demandas	Não respondidas
MAIO	45,5	468	2
JUNHO	37,9	1384	16
JULHO	15,5	2063	41
AGOSTO	11,2	2228	28
SETEMBRO	6,6	1926	54
OUTUBRO	5,1	2234	116
NOVEMBRO	2,7	1796	147
DEZEMBRO	0,8	545	181
MÉDIA GLOBAL	10,2	12644	585



Fale Conosco - O Grupo de Relacionamento com a Sociedade assumiu o atendimento do Fale Conosco no dia 1º de julho, que antes era feito pela equipe da Biblioteca Virtual sendo também responsável pelo gerenciamento de mensagens enviadas pelo Portal do Governo do Estado de São Paulo e por alguns outros sites “sp.gov”. Sistema de trabalho - Desde o início dos trabalhos na coordenação do GRS, pautamos pela agilidade no atendimento das solicitações, denúncias, reclamações e outras demandas dos cidadãos. Para atingirmos esse objetivo fizemos diversas mudanças no método de trabalho e ampliação da capacitação dos servidores do setor, utilização de novas tecnologias. Com profissionais incentivados, ficou menos traumático o upgrade do sistema de cadastramento das demandas. O GRS adotou o “Ouvidoria” no lugar do “Demandas”. A receptividade dos servidores e o envolvimento deles na realização dos trabalhos permitiram que o GRS assumisse a função de responder as demandas recebidas pelo “Fale Conosco”, cuja incumbência era da Biblioteca Virtual. Além disso, os colaboradores destinados por cada secretaria para responderem as questões foram contatados e informados dos novos processos de trabalho do GRS para agilizar o atendimento ao cidadão. Os responsáveis das secretarias foram receptivos com as mudanças, inclusive por terem também meta de prazos menores para as respostas. Biblioteca Virtual - A Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo – BVGESP, recebeu mais de 719 mil acessos às páginas do site - www.bv.sp.gov.br. Prosseguiu com o movimento dos seus perfis nas Redes Sociais; direcionando seu conteúdo para a divulgação de serviços de Utilidade Pública.

Páginas mais acessadas do site da BV	
Governo e Legislação: Calendários e Legislação sobre Feriados	132.634
Documentos Pessoais: Certidão de óbito	68.010
Documentos Pessoais: Certidão de Nascimento	41.425
São Paulo - Hidrografia	25.128
Documentos Pessoais: Carteira de Identidade (RG)	25.004

Site da Biblioteca Virtual – Números do Ano	
Número Total de Visitas ao Site da BV	719.099
Mensagens enviadas ao Fale Conosco do site da BV *	644

*Até junho

Acessos às Redes Sociais da BV	
Total de seguidores no Twitter	27.102
Total de impressões no Twitter *	531.000
Total de fãs no Facebook	11.542
Alcance no Facebook *	82.800

* - O número de impressões (Twitter) e alcance (Facebook) representa o total de visualizações das publicações.

Subsecretaria de Assuntos Parlamentares – SSAP, esta afeta a Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo por força do Decreto 64.462, de 11/9/2019, para as seguintes atribuições: Coordenar, planejar, analisar e acompanhar os assuntos políticos relativos à ação governamental, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado; Subsidiar o Secretário-Chefe da Casa Civil na interlocução com integrantes dos Poderes Legislativos federal, estadual e municipais; o corpo técnico de seu Gabinete faz o acompanhamento político da atividade legislativa estadual, bem como, da tramitação de todas as proposições; acompanha, registra e analisa emendas, indicações e requerimentos parlamentares; atende e assiste parlamentares federais, estaduais e municipais no encaminhamento de suas solicitações junto aos órgãos do Governo Estadual. Atendimento pessoal a autoridades e instituições. Foram realizadas 827 audiências referentes a temas vinculados ao relacionamento da Administração Pública estadual com a Assembleia Legislativa, distribuídas da seguinte maneira: 43 atendimentos pessoais a Deputados; 144 atendimentos pessoais a Prefeitos; 387 atendimentos pessoais a dirigentes de instituições da sociedade civil; 85 atendimentos pessoais a Vereadores; 168 atendimentos pessoais a assessores diversos. O Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual – SIALE - atende às necessidades de assessoramento ao Governador do Estado quanto às atividades do Poder Legislativo relativas a matérias e proposições de interesse do Poder Executivo. Por meio do Sistema, coordena-se o fluxo de informações e mensagens do Poder Executivo ao Poder Legislativo, tendo em vista os objetivos gerais e a uniformidade das ações do Governo sobre matéria legislativa. O Sistema possibilita o atendimento a requerimentos de informação, indicações, consultas e outras solicitações formuladas pelos membros do Poder Legislativo ao Poder Executivo. No exercício, foram recebidas 4.175 indicações parlamentares, tendo sido concluídas 4.347, incluindo indicações parlamentares oriundas de exercícios anteriores, bem como, indicações com destinos e solicitações duplas. Formalização de atos administrativos - foram expedidos 269 ofícios até o momento da elaboração deste relatório, sendo majoritariamente direcionados a Parlamentares federais e estaduais, em resposta aos requerimentos protocolizados perante o Governo do Estado de São Paulo. Em geral os ofícios são instruídos com as informações técnicas fornecidas pelos órgãos e autarquias da Administração Pública estadual, bem como, pronunciamentos de Deputados Estaduais em Plenário, com demandas relacionados às Secretarias de Estado. Emendas e Demandas Parlamentares - Foram cadastradas 5.344 demandas parlamentares, propostas por Deputados Estaduais e Federais.

Seguem classificadas as emendas:

Ordem de status das emendas

Status	Valor	Qtde
Solicitações cadastradas e não liberadas	R\$ 13.500.000,00	29
Demandas liberadas para processamento	R\$ 945.640.380,00	5315
Total	R\$ 959.140.380,00	5344

Classificação das emendas

Classificação da Emenda	Quantidade	Valor
Emendas parlamentares	2861	R\$ 456.238.380,00
Demandas parlamentares Estaduais e Federais	2483	R\$ 502.902.000,00
Totais	5344	R\$ 959.140.380,00

Emendas ordenadas pelo destino (Secretaria)

Secretaria	Valor	Quantidade
Agricultura	R\$ 4.010.000,00	38
Assistência	R\$ 76.663.580,00	928
Casa Militar	R\$ 180.000,00	1
Cultura	R\$ 11.722.380,00	80
Desenvolvimento	R\$ 4.480.000,00	17
Desenvolvimento Regional	R\$ 311.996.270,00	1259
Direitos Deficiência	R\$ 830.000,00	7
Educação	R\$ 15.836.000,00	143
Esporte, Lazer e Juventude	R\$ 19.344.790,00	157
Habitação	R\$ 900.000,00	3
Justiça	R\$ 450.000,00	2
Meio Ambiente	R\$ 3.930.000,00	20
Saúde	R\$ 498.100.430,00	2648
Segurança	R\$ 9.826.930,00	35
Turismo	R\$ 870.000,00	6
Total Geral	R\$ 959.140.380,00	5344

A Subsecretaria de Assuntos de Governo no Congresso Nacional é responsável pela interlocução do Secretário-Chefe da Casa Civil com parlamentares federais, para tratar de projetos e proposições de interesse do Estado de São Paulo, em tramitação no Congresso Nacional. As principais matérias em que a Subsecretaria foram:

- Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019, convertida na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 (MP da Liberdade Econômica).
- Medida Provisória nº 863, de 13 de dezembro de 2018, convertida na Lei nº 13.842, de 17 de junho de 2019 (abre o setor aéreo brasileiro ao capital estrangeiro).
- Veto 20/2019 (cobrança por bagagem despachada) – articulação para manter o veto que permite às empresas aéreas cobrar por bagagem despachada.
- PL das Teles (PLC 79/2016).
- Reforma da Previdência (PEC 6/2019) e “PEC Paralela” da Previdência (PEC 133/2019).
- Reforma da Previdência dos Militares (PL 1.645/2019).
- Reforma Tributária da Câmara (PEC 45/2019) – foram apresentadas emendas de interesse do Governo do Estado de São Paulo.
- Cessão Onerosa (PECs 98/2019 e 152/2019; PL 5.478/2019) – articulação com o Congresso Nacional e os Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste para aumentar a participação desses Estados na distribuição dos valores arrecadados com os leilões.
- Nova Lei de Informática (PL 4.805/2019).
- Novo Marco Legal do Saneamento Básico (PL 3.261/2019).
- Política de Mobilidade Urbana (PL 4.881/2012).
- Projeto de Resolução do Senado 61/2018 (reduz a zero a alíquota interestadual de bens, mercadorias e serviços de transporte destinados a emprego ou consumo na produção de mercadoria ou prestação de serviço de transporte destinados ao exterior)
- Requerimentos de convocação/convite de autoridades do Governo do Estado de São Paulo para prestar esclarecimentos

A Subsecretaria também providencia apoio logístico ao Governador e as autoridades por ele indicadas, em suas viagens oficiais a Brasília. A Subsecretaria providenciou apoio logístico para:

- 5 viagens oficiais do Governador a Brasília
- 3 viagens oficiais do Vice-Governador a Brasília
- 380 agendas de Secretários de Estado do Governo de São Paulo a Brasília - pastas da Agricultura e Abastecimento, da Educação, da Fazenda e Planejamento, da Infraestrutura e Meio Ambiente, da Habitação e do Desenvolvimento Social, entre outras.

Assessoria Especial do Governo do Estado de São Paulo em Brasília – AEGESP - assessora o Governador, Secretários de Estado, dirigentes de entidades da Administração Pública estadual, parlamentares do Estado de São Paulo e autoridades de Municípios paulistas no acompanhamento, junto aos órgãos federais, de assuntos referentes a emendas parlamentares e programas voluntários no Orçamento Geral da União. Foram desembolsados para o Governo de São Paulo quase R\$ 128 milhões em emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Órgão Concedente	Valor Empenhado	Valor Desembolsado
Ministerio da Cultura	1.497.848,97	299.569,79
Ministerio da Justica e Seguranca Publica	66.616.661,44	958.077,11
Ministerio da Saude	48.084.462,00	35.409.932,80
Ministerio do Desenv. Regional	102.582.867,73	87.841.709,64
Ministerio do Turismo	720.000,00	720.000,00
Ministerio da Educação	36.485.124,58	2.706.547,21
Total	255.986.964,72	127.935.836,55

Modalidade de Emenda	Valor Empenhado	Valor Desembolsado
Emendas de Bancada	246.582.485,69	123.179.171,85
Emendas Individuais	9.404.479,03	4.756.664,70
Total	255.986.964,72	127.935.836,55

Também, foram desembolsados para o Governo de São Paulo, mais de R\$ 311 milhões em propostas voluntárias - convênios, por exemplo, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União, conforme compilado no quadro abaixo:

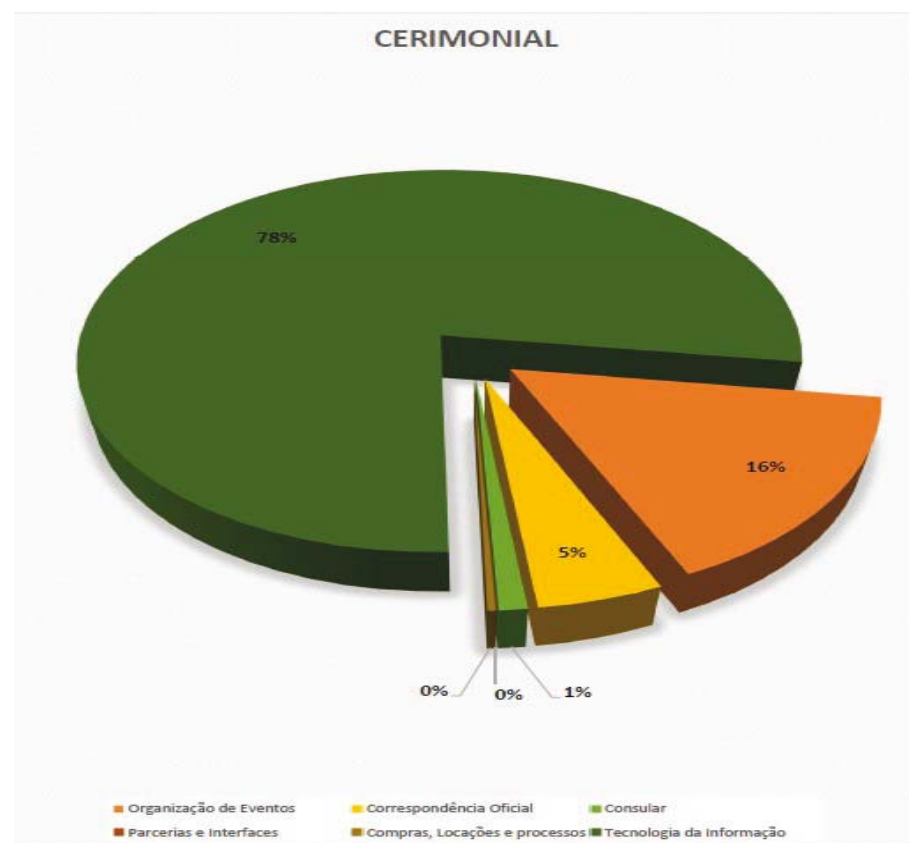
Órgão Superior	Valor Desembolsado
Minist. da Ciencia, Tecnol., Inov. e Comunicacoes	12.387.126,72
Minist. Mulher, Familia e Direitos Humanos	6.429.927,85
Ministério da Agricultura, Pecuaria e Abastecimento	3.535.974,43
Ministerio da Cidadania	97.413.474,59
Ministerio da Cultura	600.000,00
Ministerio da Educacao	62.991.420,93
Ministerio da Justica e Seguranca Publica	32.933.820,40
Ministerio da Saude	38.820.659,50
Ministerio das Cidades	98.620,00
Ministerio do Desenvolvimento Agrario	1.917.482,32
Ministerio do Desenvolvimento Regional	21.279.046,60

Ministerio do Esporte	508.178,73
Ministerio do Meio Ambiente	673.735,00
Ministerio do Turismo	13.449.396,71
Presidencia da República	18.499.905,42
Total	311.538.769,20

Quanto ao atendimento da bancada federal de São Paulo, a AEGESP recebeu as assessorias de 44 Deputados Federais e 2 Senadores. Desde agosto, a AEGESP recebeu visitas de 25 Prefeitos e 15 Vereadores de Municípios paulistas. A AEGESP também é responsável por manter interlocução com Ministérios e outros órgãos federais e acompanhar assuntos de interesse do Estado de São Paulo junto a órgãos de controle externo federal, a Tribunais Superiores e ao Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ. Prestou apoio aos seguintes projetos e programas de interesse do Governo do Estado de São Paulo:

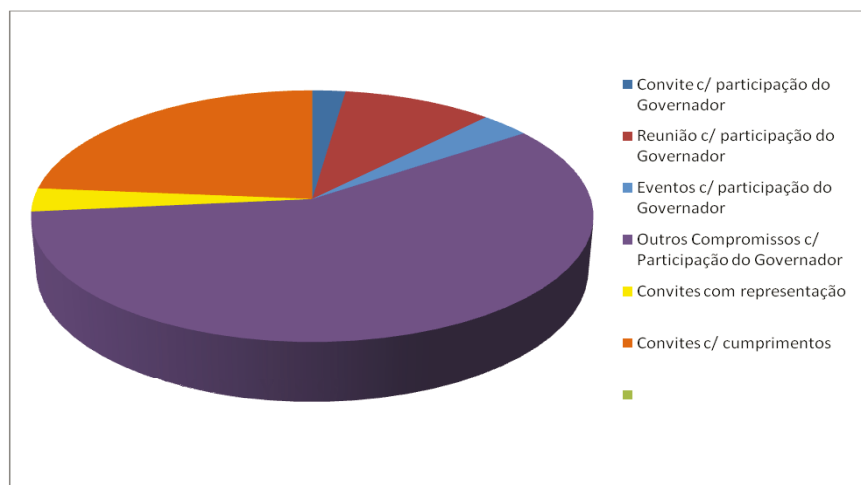
- Destinação do Aeroporto Campo de Marte;
- Modernização da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP);
- Projeto Ponte Santos-Guarujá;
- Aprovação de 4 empréstimos junto a organismos internacionais, totalizando US\$ 933 milhões: US\$ 296 milhões junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina para a implantação da Linha 17 – Ouro – da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metró); US\$ 87 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para a modernização da gestão fiscal do Estado - Profisco II; US\$ 300 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, destinados à despoluição do rio Tietê; US\$ 250 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD para a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, destinados ao Programa de Sustentabilidade e Inclusão aos Serviços de Saneamento e Preservação da Água para Abastecimento Público.
- Renovação da Concessão da Malha Ferroviária Paulista.
- Reforma do Museu do Ipiranga.

Cerimonial - Organização de Eventos do Governo: Almoços, Cafés da Manhã, Coquetéis e Jantares; eventos Internacionais - Governador/Primeira-Dama/Vice-Governador e Secretários; audiências e Reuniões no Palácio dos Bandeirantes; eventos do Governador - Capital e Interior; Eventos do Governador de Médio e Grande Porte no Palácio dos Bandeirantes; eventos do Governador fora do Estado/ fora do País; eventos da Primeira Dama (Capital /Interior/ Palácio dos Bandeirantes); eventos do Vice-Governador (no Palácio ou externos); eventos de Secretários de Estado no Palácio; eventos organizados pelo Cerimonial sem a presença do Governador. Total: 2.300 - Correspondência Oficial: Elaboração de Convites; Telegramas; cartões e e-mails de Agradecimentos; cartões de Cumprimentos às Prefeituras. Total: 695. Consular: Envio da lista consular por e-mail: Agradecimentos de Convites; cumprimentos pela Data Nacional; comunicados; relação de Remessa por correio. Total: 156. Parcerias e Interfaces: Assessoria Internacional do Governador; Governo de Toyama e Governo Metropolitano de Tóquio; Conselho de Honrarias e Mérito para a concessão de Condecorações. Total: 3. Compras, locações e processos para pagamentos de fornecedores: confecção de bandeiras; compra de fitas /cordões para mastros/capas para crachás; coroas de flores; embalagem de presentes diversos; serviços Gráficos e de Calígrafa. Total: 44. Atividades na área de Tecnologia da Informação: Elaboração de mailing para eventos especiais; atualização do mailing; elaboração da Planilha de Eventos - número de lançamentos; Envio de roteiros; envio, por E-mail, da relação de nomes e cargos de autoridades constantes do mailing - Pedidos de listas; leitura do Diário Oficial e comunicação por e-mail de alterações do mailing institucional. Total: 11.153.



Audiências e Representações - Secretaria Particular do Governador - Balanço anual secretaria particular do governador - sistema: agenda do governador. Eventos cadastrados: 1/1 a 31/12

Categorias	Totais
Convite c/ participação do Governador	162
Reunião c/ participação do Governador	733
Eventos c/ participação do Governador	242
Outros Compromissos c/ Participação do Governador	4.328
Convites com representação	222
Convites c/ cumprimentos	1758
Total	7.445



Grupo de Eventos

Relatório Anual de Atividades
Eventos realizados no Palácio dos Bandeirantes - Referente ao Lote I
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: São Paulo, Baixada Santista, São José dos Campos e Registro - Referente ao Lote II
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Central, Franca, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Sorocaba - Referente ao Lote III
Total de eventos do ano

Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga – CEOI - sempre disposto a inovar bem como ampliar a sua atuação. Destacamos o apoio pontual - às Instituições no processo de elaboração e descrição em conformidade técnica - heráldica/medalhistica a todos aqueles que nos procuraram, incentivando sempre o seu aprimoramento. De forma que antecipando os procedimentos burocráticos, vários interessados entraram em contato e obtiveram as informações básicas de como proceder para realizar um bom trabalho na instituição de brasões d'armas ou condecorações - medalhas, colares, e ordem de mérito, agilizando assim, o processo burocrático entre as Instituições de natureza pública e privadas. Assim procedendo, o Conselho, incentiva diferentes associações a premiar seus colaboradores, ao mesmo tempo, em que valoriza as personalidades que tiveram desempenho em vários ramos do conhecimento ou atuação cívica notável. Nossa participação - quando convidados, também se fez presente em inúmeros eventos realizados por diferentes órgãos, sejam eles de natureza militar; religiosa; política; associativa; culturais e de lazer. Mas sempre com o objetivo de culto a memória, história e civismo de nossa gente. Nossa presença na qualidade de presidente do CEOI nestas solenidades dá destaque especial ao Governo do Estado - todos se sentem valorizados. No âmbito específico e oficial do Governo do Estado de São Paulo, realizaram-se duas solenidades cujo envolvimento foi direto: a cerimônia de outorga da Ordem do Ipiranga, no dia 8 de junho. Nessa oportunidade foi condecorado pelo governador o ministro da Justiça, Sérgio Fernando Moro. E a entrega da Ordem do Ipiranga, no dia 19 de julho, ao pianista Arnaldo Cohen, realizada pelo secretário de Cultura e Economia Criativa, Sérgio Sá Leitão. Neste ano, o CEOI ajudou na elaboração da criação da Medalha Tarsila do Amaral, destinada a agraciar artistas, personalidades ligadas às artes, promotores e gestores de cultura, grupos artísticos, organizações da área artístico-cultural e iniciativas brasileiras ou estrangeiras com atuação comprovada no campo das artes e economia criativa relacionada às artes, os quais, por seus méritos, tenham se distinguido e prestado serviços relevantes para cultura no Estado de São Paulo e sejam credoras de reconhecimento público. O CEOI também atuou, ao lado do Cerimonial, no levantamento e compra do novo estoque de medalhas da Ordem do Ipiranga e Medalha dos Bandeirantes, além dos seus respectivos diplomas. Honrarias que são concedidas diretamente pelo Governo do Estado de São Paulo. O Conselho assim trabalha, com todos os subsídios deixados pelas gerações anteriores, interage e atualiza-se no presente e investe em prováveis caminhos futuros. Importante destacar, que não existe em pendência qualquer processo no CEOI, visto que como afirmamos anteriormente, interagimos diretamente com os interessados, de forma que exista perfeita fluência. Encontramo-nos assim continuamente respondendo presente e à disposição do Governador para uma ação mais atualizada e inserida no contexto contemporâneo.

Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS - 20/2 - Primeira reunião da Casa Civil com o Grupo de Apoio à Comissão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. 25/2 - USP- abertura Workshop Carbon Capture, Storage and Use and Bioenergy / “A implementação ad Agenda 2030 no Governo de São Paulo”. 28/2 - Reunião Rosane de Souza. Pauta: Programa Cidades ONU. 8/3 - Decreto 64.148, de 8/3/2019. Fixa normas para a elaboração do Plano Plurianual 2020/2023 e dá providências correlatas. 13/3 - Reunião com Carlo Pereira - Secretário Executivo do Pacto Global Brasil da ONU. 19/3 - Decreto 64.124, de 19/3/2019. Reorganiza a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criada pelo Decreto nº 63.792, de 9/11/2018. 20/3 - Evento [B]³- Brasil, Bolsa e Balcão - Sustainable Development Goals Investments Forum. 21/3 – Reunião Maristela Baioni do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD + Patrícia Audi - Santander. 21/3 - Reunião com Manuela Leitão - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP. Pauta: Observatório do Futuro com parceria do PNUD para discutir os Índices de Efetividade da Gestão Municipal e Estadual. 2/4 - Reunião Casa Civil com o Grupo de Apoio à Comissão ODS 12/4 - Reunião equipe Casa Civil/Reunião com Luiz Álvaro de Aguiar - Secretário de Relações Internacionais da Prefeitura de SP. Pauta: Boas práticas do Estado e Prefeitura/ODS. 15/4 - Audiência Temática do Plano Plurianual - PPA Tema Parcerias. 17/4 - Reunião Virada Sustentável com André Palhano. Pauta: Proposta de Virada Sustentável em Campos do Jordão- Julho. 17/4 - Reunião Plenária do Fórum Náutico Paulista. 29/4 - Evento da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - Fundação ABRINQ, para o Lançamento da Estratégia ODS pela Sociedade Civil e apoio da União Europeia – EU. 30/4 - Evento na Fundação Fernando Henrique Cardoso – FHC - Seminário “Despoluição do Rio Pinheiros: o que pode significar para a cidade?"/ODS 6. 30/4 - Evento The Annual Global Research Council Meeting in Sao Paulo - Fomento às Agências de pesquisa no tema ODS. 1/5 - Reunião Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Pauta: Possibilidade de cooperação para Agenda 2030 – Discussão sobre criação de títulos ODS pelos Bancos de Fomento. 3/5 - Reunião Haroldo Machado - PNUD na Casa Civil. 6/5 - Conferência de Finanças Sustentáveis do Reino Unido - UK Sustainable Finance Conference. 7/5 - Visita de cortesia de Embaixadora Deborah Barenboim - ERESP, ao Secretário Executivo da Casa Civil, Antonio Carlos Rizeque Malufe. 16/5 - Evento do Prêmio ODS Pacto Global 2019. 23/5 – Reunião com o Grupo de Assessoramento Técnico - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, Secretaria de Fazenda e Planejamento - PPA, Secretaria de Governo. Pauta: Estadualização das metas e indicadores da Agenda 2030. 27/5 - Reunião com a Sociedade Civil: a Fundação Abrinq, Instituto Ethos, Agenda Pública e Ageo - Proposta de criação de um GT da Sociedade Civil para interagir com o Governo no sentido de se propor ações para uma Política de Estado dos ODS - os nomes comporão a Resolução dos nomes

indicados para a Comissão ODS; 5/6 - Reunião FAPESP na Casa Civil. Pauta: Apoio de pesquisadores na classificação das Emendas Parlamentares segundo os ODS. 17/6 - Reunião do Presidente da SABESP, Benedito Braga; Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA, Marcos Penido e Subsecretário da SIMA, Eduardo Trani; coordenador do Município Verde Azul, José Walter Figueiredo Silva. 27/6 - Resolução Conjunta CC/SDE - 1, de 26-6-2019 - Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 29/6 - Palestra de Ana Paula Fava “A Implementação da Agenda 2030” no Município de Ipaussu. 28/6 - Lançamento do I Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, uma parceria entre o Governo de SP, Fundação SEADE e FAPESP. 27/8 - Primeira Reunião que instituiu a Comissão Estadual ODS, com a presença de todos os membros titulares e suplentes da Comissão - aprox. 80 pessoas, além de convidados especiais como o ex-ministro, ex-secretário de Meio Ambiente e ex-presidente da FAPESP, Prof José Goldemberg; ex-secretário de Meio Ambiente Fabio Feldmann; presidente da FAPESP, Prof Marco Antonio Zago; Presidente da CETESB, Patricia Iglecias; Secretária de Desenvolvimento Econômico, Patricia Ellen e o presidente da Comissão ODS, Antonio Carlos Rizeque Malufe, na Sala São Paulo, Palácio dos Bandeirantes. 10/10 - Palestra de Ana Paula Fava - “A Agenda 2030 e a Academia” em Penápolis. 16/10 - Palestra do Presidente da Comissão ODS, Antônio Carlos Rizeque Malufe em evento da Associação Brasileira dos Profissionais de Desenvolvimento Sustentável – ABRAPS. 29/10 - Segunda grande reunião da Comissão ODS, trabalho das Câmaras Temáticas - Pessoas, Paz, Prosperidade e Planeta, para discussão do formulário digital previamente enviado e respondido por todas as Secretarias e Órgãos, na Sala São Paulo, Palácio dos Bandeirantes. 18/11 - Palestra de Ana Paula Fava no XIII Encontro Brasileiro de Palácios, Museus - Casas e Casas Históricas - “A Cultura e a Agenda 2030”, Palácio dos Bandeirantes. 19/11 - Palestra de Ana Paula Fava - “A implementação da Agenda 2030 nos Municípios” em Penápolis. 26/11 – Apresentação do Sr Haroldo Machado Filho, Assessor Senior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, para o Grupo de Apoio Técnico da Comissão ODS sobre os Cenários Futuros para o Estado de São Paulo, Palácio dos Bandeirantes. 27/11 - Palestra de Ana Paula Fava para os Consulados da União Europeia “A implementação da Agenda 2030 no Governo de SP” e possíveis parcerias com os países estrangeiros. 3/12 - Início da elaboração do Plano de Ação para a Comissão ODS pelo Grupo de Apoio Técnico à Comissão ODS. 5/12 - A FAPESP concluiu os trabalhos de versão para o inglês do I Relatório de Acompanhamento dos Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, uma parceria entre Governo, Fundação SEADE e FAPESP. 9/12 - Presença de Ana Paula Fava na Mesa de Abertura Projeto de Modelo ONU para o Ensino Médio das Escolas Públicas - MONUEM. Resumo: A Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável instituída pelo Decreto 63.792 de 9 de novembro de 2018 foi reorganizada no Decreto 64.148 de 19/3/2019 e o Plano Plurianual de 2020 - 2023 foi elaborado com base nos ODS - Decreto 64.124 de 8/3/2019. A Casa Civil fez a articulação política com os principais atores afins a este assunto: Rede Brasil do Pacto Global da ONU, Sociedade Civil organizada, Academia, Programa de Desenvolvimento da ONU - PNUD e todas as Secretarias de Estado do Governo de SP, além de alguns órgãos com o objetivo de sensibilizar o Governo da importância - como Governo Subnacional de destaque no Brasil - da sua contribuição para o alcance dos objetivos e metas desta Agenda, proporcionando o aumento da conectividade de SP com outros governos nacionais e internacionais e de maiores oportunidades de captação de recursos financeiros dos organismos multilaterais - Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc., “São Paulo, Estado de Respeito”, São Paulo trabalhando para um mundo melhor em 2030.

CASA MILITAR

Departamento de Proteção e Defesa Civil - A Casa Militar do Estado de São Paulo, por intermédio do Departamento de Proteção e Defesa Civil, realizou as seguintes atividades: **Identificação de áreas de risco** - Assinatura de convênio com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT para a elaboração de Setorizações de Risco de 15 municípios paulistas, no valor de R\$ 249.750,00. Os instrumentos tem a finalidade de dar conhecimento ao poder público da situação de áreas de risco existentes no território municipal, permitindo que os gestores públicos de Aguai, Araçariquama, Cajati, Itapira, Itariri, Itobi, Jacupiranga, Juquiá, Praia Grande, Ribeirão Grande, Rio Claro, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santo Antônio do Jardim e Sarapu possam implantar iniciativas multidisciplinares para prevenir ou mitigar o risco e preparar-se para agir em um momento de crise dando a resposta adequada para atender a população e restabelecer os cenários e serviços essenciais. Entrega de 86 instrumentos de mapeamento de suscetibilidade e risco, em conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT e o Serviço Geológico do Brasil - CPRM, beneficiando 79 municípios do estado. Foram entregues 61 Cartas de Suscetibilidade e 25 Setorizações em 3 eventos de capacitação sobre a finalidade e aplicação destes instrumentos de forma multidisciplinar em âmbito municipal. Capacitação: Foram realizadas 23 oficinas, abrangendo todas as Regiões Administrativas do Estado, divididas em 15 Oficinas Preparatórias para a Operação Estiagem, com o objetivo de capacitar os agentes públicos municipais nas ações preventivas e de resposta durante o período de seca, e 8 Oficinas Preparatórias para a Operação Chuvas de Verão, com foco no treinamento para o período mais chuvoso, onde são abordados temas como meteorologia e geologia. Fortalecimento do Centro de Voluntariado da Defesa Civil Estadual, que agora conta com 8 instituições parceiras Cruz Vermelha, Escoteiros do Brasil, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, Uniforça da Igreja Universal, Exército da Salvação, Igreja Adventista e Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias por meio da realização de 7 capacitações para promover um nivelamento dos conhecimentos e ações do voluntário em situações de desastres. Realização de 8 treinamentos sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB, com elaboração de Plano de Contingência PLANCON e uso do Módulo PLANCON no SIDEC. Realização do III Seminário sobre Desastres Naturais “Reduzindo riscos e construindo cidades resilientes”, em parceria com a Associação dos Bolsistas da Agência de Cooperação Internacional do Japão -ABJICA, com objetivo de disseminar a cultura de redução de riscos de desastres, sob os preceitos norteadores do Marco de Sendai. Em parceria com a Secretaria de Educação, foi realizado o “III Seminário Estadual de Educação em Redução de Riscos e Desastres – RRD”, promovendo o diálogo sobre a cultura de RRD no território nacional, ampliando o debate entre especialistas e professores, problematizando temáticas e reflexões sobre a importância da formação continuada de professores e técnicos em educação no contexto da RRD, fomentando e disseminando a temática em todos os níveis. Realização de dois

workshops sobre Plano Local de Resiliência com a temática de governabilidade local e riscos urbanos a fim de auxiliar os municípios a reduzir o risco e aumentar a resiliência no âmbito urbano através da aplicação do “Marco de Sendai para a Redução de Risco e Desastre 2015-2030”. Em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, foram realizadas 7 capacitações presenciais destinadas aos agentes municipais de proteção e defesa civil e assistentes sociais, aprimorando-os no exercício de suas atividades perante um desastre com vítimas humanas, especificamente na fase assistencial das ações de socorro. Os treinamentos contaram também com a participação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, por meio do Instituto Geológico – IG, e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT. Ao todo, 5.509 agentes municipais de proteção e defesa civil e voluntários foram capacitados no estado de São Paulo. Parcerias com outras Secretarias de Estado - Aditamento ao Termo de Cooperação Técnica nº 1/2018 com o Instituto Geológico – IG, objetivando apoio técnico, assessoria e atendimento emergencial em situações de riscos geológico-geotécnicos de escorregamentos com possibilidade de dano a moradias em áreas abrangidas por planos preventivos e de contingência de defesa civil, no valor de R\$ 329.280,73. Em âmbito do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e Redução de Riscos – PDN, instituído pelo Decreto nº 57.512, de 11/11/2011, a Defesa Civil Estadual realizou no Município de Mauá, em parceria com o Instituto Geológico IG, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, a Secretaria de Estado da Educação, a Defesa Civil de Mauá e outras pastas municipais, capacitações sobre Redução de Riscos de Desastres – RRD destinadas a diretores e professores coordenadores de 21 escolas, 13 da rede estadual e 8 da rede municipal. Participação em parceria com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente do Grupo de Trabalho – GT, criado para atualizar informações e recomendar soluções para minimização de riscos de barragens no Estado de São Paulo. O GT é regulamentado pela Resolução Conjunta SIMA-CMIL nº 1, de 29/1/2019, complementada pelas Resoluções Conjuntas SIMA-CMIL nº 2, de 21/2/2019, e SIMA-CMIL nº 3, de 8/3/2019. Em julho foi apresentado o relatório “Barragens no Estado de São Paulo”, consignando a atualização e análise de informações relativas à situação de risco das barragens no Estado de São Paulo, recomendação de medidas voltadas para contribuir com o aperfeiçoamento e ampliação da segurança das barragens enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB e, conseqüentemente, contribuindo com a continuidade das operações de forma responsável e segura. Participação no Comitê de Acompanhamento das ações relacionadas à segurança de barragens do Estado de São Paulo instituído pela Resolução Conjunta SIMA/CMIL/SDE nº 1, de 3/12/2019, com a finalidade de acompanhar a aplicação da PNSB no Estado de São Paulo. Assinatura de convênio com a Universidade de São Paulo – USP para continuidade do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED/USP. Criado em 2013, o CEPED objetiva o desenvolvimento de pesquisas destinadas a atender as demandas emergentes das áreas de gestão de risco e de desastre, oriundas das ações de Prevenção, Preparação, Resposta e Recuperação. Fortalecimento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil - Fomento à criação e estruturação de Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil por meio de visitas presenciais. Atualmente 589 municípios paulistas possuem Defesas Cíveis cadastradas no Sistema Integrado de Defesa Civil – SIDEC. Fornecimento de 74 “Kits de Estiagem”, contendo total de 1.984 equipamentos para combate a incêndios em coberturas vegetais, para os municípios localizados nas regiões mais vulneráveis do Estado, no valor de R\$ 155.842,21. Fornecimento de “Kit Operação Verão” para 49 municípios e 523 itens de estruturação repassado para 35 municípios, somando 84 municípios atendidos com 2.519 itens, tais como coletes, botas, lonas, pluviômetros manuais, no valor total de R\$ 122.057,90. A Lei Estadual nº 10.547/00 criou o Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e o Decreto Estadual nº 56.571/10 regulamentou o sistema, definindo a Secretaria do Meio Ambiente como órgão coordenador e a Casa Militar, Secretaria de Segurança Pública como os órgãos centrais do sistema. A Casa Militar, por meio da Ata de Registro de Preços nº CMIL-010/2018, realizou a contratação da prestação de serviço de combate a incêndios em coberturas vegetais, em apoio ao Corpo de Bombeiros. Vale ressaltar que na última operação foi registrado 1 acionamento de aeronave com duração de 2 dias de efetivo combate, para o município de Castilho ao custo de R\$ 171.840,00. Criação da plataforma digital para elaboração de Planos de Contingência Municipal - PLANCON com a finalidade de facilitar a elaboração e gestão de planos de contingência pelos gestores municipais. O Módulo PLANCON é uma nova ferramenta disponibilizada aos municípios paulistas e está hospedada no Sistema Integrado de Defesa Civil – SIDEC. Até o momento, 73 cidades já iniciaram a inserção de dados no sistema e 12 concluíram a elaboração de seu plano. Publicação do Decreto nº 64.592, de 14/11/19 de reorganização da Política e do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil – SIEPDEC de forma a adequar a legislação vigente e reforçar as ações conjuntas de redução de riscos de desastres no estado. Ações Assistenciais - Auxílio a 27 municípios paulistas que decretaram situação de anormalidade, quanto ao preenchimento adequado de documentação exigida em legislação, sendo que desses processos, todos os 27 obtiveram a homologação do Governador do Estado, após análise e parecer do Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil. Nesses municípios o prejuízo econômico chegou ao total aproximado de R\$ 771.200.000,00. Tendo em vista que 17 municípios foram reconhecidos, foram repassados recursos financeiros da União para reconstrução e resposta no valor de R\$ 4.437.757,92 no ano vigente. Repasse de 56.947 itens de assistência humanitária - gêneros de primeira necessidade como cestas básicas, kits dormitório, vestuário, limpeza e higiene para as coordenadorias municipais de defesa civil de 35 municípios paulistas atingidos por desastres, no valor de R\$ 1.129.649,97. SMS para alerta de risco e eventos meteorológicos - A Lei nº 12.983/14 alterou a Lei nº 12.340/14 que trata da prevenção ao risco de desastres, e tornou obrigatório que as empresas de telefonia móvel transmitam, gratuitamente, informações de alerta à população sobre risco de desastre. A partir da lei, a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel trabalhou na regulamentação do serviço, por meio da Resolução nº 656 de 15 de agosto de 2015, junto com a Secretaria Nacional e os demais órgãos de Defesa Civil. O serviço é feito em parceria com o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD, Anatel e operadoras de telefonia móvel. Os usuários de celular do Estado de São Paulo poderão receber uma mensagem SMS de alertas naturais ou tecnológicos sempre que a Defesa Civil identificar uma situação de risco na área que abrange o CEP indicado. De 1º de janeiro a 2 de dezembro, foram enviados 6.358 alertas para as pessoas cadastradas. Segundo ANATEL, o Estado possui cerca de 62.660.949 terminais e até 27 de novembro, 2.358.097 aderiram ao serviço, totalizando 3,76%. Serviço de transmissão de mensagens para o sistema de Defesa Civil Estadual - O serviço tem por objetivo a transmissão de mensagens a mais de 1.700 agentes de Defesa Civil Municipal, sobre informações de ocorrências de desastres e calamidades no Estado, orientação rápida na disseminação das informações de emergência a todos os municípios paulistas, além de informações técnicas e operacionais para equipes em situação de emergência e desastres. Neste ano, o Núcleo de Gerenciamento de Emergência transmitiu mais de 495.520 mensagens para os agentes de Defesas Cíveis cadastrados no

Estado. Combate ao mosquito Aedes Aegypti - A Defesa Civil Estadual participa do Sistema de Coordenação e Controle para intensificar as ações de mobilização e combate ao mosquito, estabelecido pela Diretriz SNCC nº 4/2016 – Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, do Governo Federal, especialmente nas ações de mobilização e controle. Convênios - O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, celebrou 49 convênios, com 48 prefeituras paulistas. Investimento total de R\$ 18.853.620,50 em obras preventivas e recuperativas de Defesa Civil.

Ponte (A)		R\$ 12.589.959,64
Município	Local	Total
Álvares Machado	Estrada Bortoluzzi, bairro km 4, córrego da Paca	464.765,24
Anhumas	Estrada Municipal, córrego Cambuí, Assentamento Manah/Banco da Terra - 1ª prioridade	673.620,90
Bady Bassitt	Estrada Municipal BBS 182, córrego Jacutinga	409.383,41
Bilac	Córrego Elíseo, estrada municipal BIL - 247	362.461,82
Caiaabu	Córrego do Bairro Santa Emília-Estrada CBU 341	471.810,36
Caiuá	Estrada municipal CAI-020 sobre o Ribeirão dos Xavantes	824.131,41
Dolcinópolis	Est. Mun. DCN050 - Corrego do Júlio	247.427,98
Floreal	Estrada Municipal FLR 010, córrego da Areia	200.154,83
Gália	Estrada Vicinal Eduardo Dias de Castro- Gália a Fernão, sobre afluente do rio das Antas	153.974,31
Itápolis	Estrada Municipal Atilio Malosso, córrego Boa Vista	406.735,97
Itararé	Córrego Nha Belina - acesso ao bairro de Pedra Branca	416.906,73
Jacupiranga	Estrada do Guaraú, ponte Maria Shinneider	622.410,70
Macaubal	sobre Ribeirão Santa Bárbara	346.891,71
Macedônia	Córrego da Capituva	189.697,41
Marília	Sobre rio do Peixe, Estrada Municipal MAR 314 (antiga MAR - 178), distrito de Amadeu Amaral	674.979,34
Marinópolis	córrego do Boi - MNO 174	250.257,96
Murutinga do sul	Sobre Ribeirão do Iguatemi, bairro Jaó, estrada vicinal MGS 214	182.440,83
Natividade da Serra	Estrada vicinal PLC-020, córrego Itaí, que liga a vicinal da Cidade a Usina Caete	473.659,88
Paraibuna	Estrada Coronel Francisco Tobias das Neves, PBN 466, no bairro Roseira	396.999,69
Paranapuá	Córrego do Cedro na Estrada Mun. PRN 343	229.085,95
Paulicéia	Estrada vicinal PLC-020, córrego Itaí, que liga a vicinal da Cidade a Usina Caete	473.659,88
Piacatu	Estrada PCT 223, Ribeirão da Lontra, bairro Stevanelli	564.087,24
Piracaia	Ponte do Cruzeiro	387.000,23
Presidente Bernardes	Estrada Municipal PSB - 040, córrego Pirapozinho	688.024,84
Presidente Venceslau	Estrada PVS - 440 - C.Lagoa Seca	383.816,10
Quintana	Ponte PM 08-Ligação Quintana à Herculândia	300.099,99
Salesópolis	Sobre rio Paraitinga (Paraitinguinha) que dá acesso ao Bairro Buenos	251.719,84
Santana da Ponte Pensa	Estrada SPP-385. Ponte sobre Rio Açoita Cavallo	242.537,75
São José da Bela Vista	Estrada vicinal Jorge Luis, córrego Buritit	369.851,46
Silveiras	Ribeirão dos Macacos	191.461,54
Taciba	Estrada TCB-010, sobre o córrego da onça	471.972,97
Torrinha	Estrada Vicinal Cezarino Mariano- Ribeirão Santa Elisa	497.142,41
Travessia em aduela (b)		R\$ 1.537.710,20
Município	Local	Total
Apiáí	Rodovia Benedito Rodrigues Martins, Bairro Palmital	222.333,37
Araçatuba	Estrada municipal art 155 no córrego da Agua Limpa	272.992,10
Braúna	Estrada municipal BRN 165, no córrego Água Branca, bairro Perobal.1ª prioridade	81.666,65
Braúna	Estrada Municipal BRN 353, no córrego 14 de julho (Guaporanga).2ª prioridade	81.666,65
Nova castilho	Av Joaquim Garcia, córrego Tamanduá	265.513,40
Valparaíso	Iniciada no centro de lazer dos trabalhadores até o Córrego Miguel Máximo de Carvalho	613.538,03
Muro de Contenção (c)		R\$ 2.325.843,75
Município	Local	Total
Campos do Jordão	Rua Pedro	260.915,88
Glicério	Av. Adolfo Hecht Jr 454 x R. João Antônio de Castilho Área de risco	86.000,00
Mairinque	Rua Orion Viaro - viela 07 - bairro Jardim Vitória	390.502,00
Nova Odessa	Entre os bairros Parque Residencial Klavin e Jardim das Palmeiras	394.730,96
Peruíbe	Estrada municipal Engenheiro Paulo Eugênio Broio (estrada do Guaraú)	1.168.909,13

Serra Azul	Lado esquerdo do Córrego Serra Azul, próximo ao prédio da Sabesp	24.785,78
Reconstrução de Cabeceira (D)		R\$ 942.166,77
Município	Local	Total
Eldorado	Ponte sobre rio Ribeirão Xiririca, que dá acesso a Aldeia Taquari.	326.246,68
Gastão Vidigal	Estrada GSV 459 córrego Barra Grande/Matogrossinho	394.366,85
Pompeia	Estrada vicinal Tufic Baracat KM 16	221.553,24
Construção de poço (E)		R\$ 1.457.940,14
Município	Local	Total
Serrana	Rua Celso Zasruh x VicCedrinho Coordenada 23k 7.361,735 231,667	791.078,00
Tejupá	Rua José Vieira x Rua Lauro Meneguel, s/nº	666.862,14

Resumo por tipo de obra		
Tipo de obra		Total
A)	Ponte	R\$ 12.589.959,64
B)	Travessia em aduela	R\$ 1.537.710,20
C)	Muro de contenção	R\$ 2.325.843,75
D)	Reconstrução de cabeceira	R\$ 942.166,77
E)	Construção de poço	R\$ 1.457.940,14

TOTAL (A+B+C+D+E)	R\$ 18.853.620,50
--------------------------	--------------------------

Atendimento ao Público e Imprensa - A Defesa Civil Estadual mantém contato constante com o público interno e externo por meios das mídias sociais: instagram - @defesacivilsp, facebook @defesacivilestadual, twitter (@defesacivilsp e youtube, além do email - defesacivil@sp.gov.br, da página- www.defesacivil.sp.gov.br. Foram confeccionadas 205 notas de imprensa e respondidos 255 questionamentos/dúvidas pelo Sistema de Atendimento ao Cidadão – SAC. Contabilizados 266.184 acessos ao site, alcance de 30.019 pessoas pela página do facebook e a soma de 4.258 seguidores no instagram. Ainda como forma divulgar à população informações de interesse público foram concedidas 108 entrevistas e gravadas 11 entrevistas para podcast. Criação da campanha SPAlerta com objetivo de concentrar diversas ações de orientação ao cidadão sobre os problemas típicos do verão por meio do site www.spalerta.sp.gov.br, fixação de material educativo em transportes públicos, e de um programa semanal de entrevistas com especialistas “Verão + Seguro” realizado em parceria com as Secretarias de Estado: Comunicação, Transporte Metropolitano, Infraestrutura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Logística e Transporte. Material de Divulgação - Foram distribuídos 784.156 itens em materiais de divulgação com orientações preventivas para fenômenos naturais e projetos da Defesa Civil, utilizados em campanhas educativas, cursos, oficinas preparatórias para Operação Chuvas de Verão e para a Operação Estiagem, palestras, eventos sociais e feiras. Em parceria com a Secretaria Especial de Comunicação houve a divulgação de alerta de riscos de acidentes com raios nas praias paulistas, por meio da distribuição de 200 faixas informativas. Além das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, a Casa Militar cumpriu plenamente suas missões definidas nos Decretos Estaduais nº 63.506, de 18 de junho de 2018 e Decreto nº 48.526, de 04 de março de 2004 no que se refere à segurança física dos Palácios do Governo e segurança e atendimento funcional do Governador do Estado e de dignitários.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Dados Gerais - 176 unidades prisionais; 231.845 pessoas presas nas unidades prisionais da SAP¹ e 147.942 vagas; As diversas ações conjuntas entre esta Pasta e demais órgãos do Executivo e Judiciário tem resultado no decréscimo da população prisional conforme se observa no quadro abaixo.

Evolução da População Prisional SAP+SSP (últimos 5 anos)					
2015					
Período		Acréscimo			
31.12.2014	31.12.2015	Anual	Mensal	Diário	Por Semana
220.030	228.328	8298	692	23,05	161,35
2016					
Período		Acréscimo			
31.12.2015	31.12.2016	Anual	Mensal	Diário	Por Semana
228.328	232.720	4.392	66	2,2	5,40
2017					
Período		Decréscimo			
31.12.2016	29.12.2017	Anual	Mensal	Diário	Por Semana
232.720	227.411	-5.309	-442	-15	-105
2018					
Período		Acréscimo			

¹ Data base 13/12/2019

29.12.2017	28.12.2018	Anual	Mensal	Diário	Por Semana
227.411	231.524	4.113	343	11,4	79,80
2019					
Período		Decréscimo			
28.12.2018	13.12.2019	Anual	Mensal	Diário	Por Semana
231.524	233.393	1.869	232,65	7,76	54,29

Programa de Expansão e Modernização do Sistema Prisional Paulista - Previsão de gerar 39,5 mil vagas com a edificação de novas unidades prisionais - De 23 de abril de 2010 a 2 de dezembro, foram entregues 32 unidades prisionais que geraram 27.628 vagas; 5 unidades prisionais que geraram 4.139 vagas, sendo: Centros de Detenção Provisória de Pacaembu I e II – 823 vagas - inaugurada em 11/4; Centro de Detenção de Paulo de Faria - 823 vagas, inaugurado em 3/9; Centro de Detenção Provisória de Lavinia 847 vagas - inaugurado em 22/10 e Centro de Detenção de Caiuá - 823 vagas, inaugurado em 2/12. Ampliação de Vagas com Reformas - houve ampliação de 657 vagas com reformas realizadas na Penitenciária I de São Vicente, Penitenciária de Andradina e no Hospital “Profº André Teixeira Lima” de Franco da Rocha. Automação das Portas das Celas – Previsão de automatizar 136 unidades prisionais e 4 Anexos de Detenção Provisória. De junho de 2013 a 13 dezembro de 2019, foram automatizadas 126 unidades prisionais e 4 anexos de detenção provisória e até 3 de dezembro, 5 unidades prisionais. Destaca-se que, o projeto e a implantação do sistema de automação das celas nas unidades prisionais, são executados por mão de obra funcional. Bloqueadores de Sinais de Celulares - Contrato firmado para instalação em 23 unidades prisionais e aditado para mais 5. É importante esclarecer que para a instalação dos bloqueadores de sinais de celulares nas unidades prisionais, foram considerados critérios de ordem técnica, resultantes de longo tempo de pesquisa e estudo junto às Coordenadorias Regionais de Unidades Prisionais e ao Departamento de Inteligência e Segurança. Buscou-se a instalação desse recurso técnico em unidades penais que abrigam presos integrantes de facções criminosas e em instituições prisionais cuja população é composta por presos de elevada periculosidade. Vinte e três Unidades Prisionais bloqueadas - Penitenciária II de Presidente Venceslau; CRP de Presidente Bernardes; Penitenciária de Getulina; Penitenciária I de Mirandópolis; Penitenciária de Casa Branca; Penitenciária de Valparaíso; Penitenciária I de Avaré; Penitenciária de Iperó; CDP de Campinas; CDP de Hortolândia; Penitenciária II de Mirandópolis; Penitenciária de Álvaro de Carvalho; Penitenciária de Ribeirão Preto; Penitenciária I de Serra Azul; CDP São Vicente; Penitenciária I de São Vicente; Penitenciária I de Potim; Penitenciária II de Potim; CDP I de Guarulhos; CDP II de Guarulhos; CDP II Belém; CDP 4 de Pinheiros e Penitenciária Feminina Sant’Ana. De fevereiro a julho mais 6 unidades prisionais receberam bloqueadores de celulares: Penitenciária de Junqueirópolis; CDP de Bauru; Penitenciária de Pacaembu; CDP de Vila Independência. Penitenciária II de Itirapina e Penitenciária I de Tremembé. *Scanner* Corporal - equipamento de segurança para inspeção corporal de visitantes em unidades prisionais - De 10/8/2015 a 3/12, foram instalados *scanners* corporais em 150 unidades prisionais, das 176 existentes. Nos 22 Centros de Ressocialização, nos 3 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátricos e no Centro de Progressão Penitenciária de São Miguel Paulista não serão instalados esses equipamentos em virtude do perfil das pessoas presas que custodiavam. No corrente ano, 5 unidades prisionais foram equipadas. Escolta Armada de Presos pelos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária – AEVPS - A escolta de presos na Região Metropolitana do Estado, teve início em 2014 e tem sido realizada pelos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, em substituição à Polícia Militar, permitindo-se desta forma que o efetivo da referida organização exerça sua atividade fim, ou seja, a de proporcionar segurança à sociedade. Até 30/11, realizaram-se na Região Metropolitana do Estado, 46.964 escoltas armadas de presos, com a utilização média de 55 equipes, pelas quais 164.375 pessoas presas foram escoltadas, sendo: 56.586 para apresentações aos Fóruns; 30.259 às audiências de custódia; 20.697 aos hospitais e às consultas médicas especializadas; 76 às remoções interestaduais; 52.831 às remoções entre unidades prisionais do Estado de São Paulo e 3.926 aos atendimentos de emergências e urgências.

Saídas Temporárias e Retornos

SAÍDAS TEMPORÁRIAS - 2019	PÁSCOA	MÃES	PAIS	CRIANÇAS	JUNHO	SETEMBRO
SAÍRAM	16842	29.862	30.899	22.673	1.395	1.398
RETORNARAM	16266	28.742	29.835	21.921	1.353	1.353
NÃO RETORNARAM	575	1.119	1.061	751	42	32
% NÃO RETORNO	3,41%	3,75%	3,43%	3,31%	3,01%	2,29%
% DE RETORNO	96,58%	96,25%	96,56%	96,68%	96,99%	96,78%
ÓBITOS	01 óbito		03 óbitos	01 óbito		

Monitoramento Eletrônico – considerados os dados das saídas temporárias e para trabalho externo e estudo de presos do regime semiaberto - Contratado em 4/5/2018, com a empresa Spacecom Monitoramentos S/A. Neste exercício, foram monitoradas nas saídas temporárias de maio a setembro, 15.726 pessoas presas. Além disso, diariamente, entre os meses de janeiro a outubro, 4.000 pessoas presas em regime semiaberto foram monitoradas quando saíram para trabalhar em empresas públicas, privadas, estabelecimentos comerciais, entre demais locais. Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/SAP - até 10/12, foram recebidos e atendidos 388 pedidos de informações. Demandas do Cidadão - Grupo de Relacionamento com a Sociedade - até 10/12, foram recebidas 1.771 demandas, das quais, restam apenas 70 em processo de conclusão. *Teleaudiências* - Por força da parceria firmada entre esta Secretaria, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP, o Tribunal Regional Federal 3ª Região, a Secretaria de Governo e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, desde o início do projeto - agosto de 2005 até 30 de novembro de 2019, foram realizadas 74.534 teleaudiências; 14.584 possibilitando acelerar o julgamento dos processos e eliminação dos riscos de fugas e resgates de pessoa presas. Aproximadamente, 64.917 processos judiciais foram julgados. São 65 salas, sendo 39 em unidades prisionais, 24 em fóruns do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e 2 em fóruns do Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3.

Sistema Gestão Penitenciária – GEPEN - Certificação Digital - Boletim Informativo - de 25/11/2014 a 30/11, foram gerados 470.885 BIs com assinatura digital. No ano, 115.161 BIs.

Atestado de Comportamento Carcerário - de janeiro/2016 a 30/11, foram gerados 11.622. Em 2019, 3.912 ACCs. Certidão de Recolhimento Prisional - de janeiro/2016 a 30/11, foram geradas 109.588. Em 2019, foram gerados 109.588 CRPs.

Sistema Gestão Prisional Única – GPU - Religioso - No ano, foram cadastrados 12.617 membros religiosos e 245 entidades religiosas. Sistema Cartório Informatizado – SCI - foi implantada a nova versão do Sistema Cartório Informatizado tendo como principal objetivo registrar os comunicados de eventos dos fatos que se desdobram em ocorrência criminal, judicial e funcional de detentos, funcionários ou terceiros nas Unidades Prisionais do Estado de São Paulo. Foram registrados 36.836 Eventos, 160 Sinistros e 277 Expedientes Avulsos. Sistema de Denúncia da Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário – CASP - foi implantada a nova versão do Sistema de Denúncia tendo como objetivo registrar/documentar as denúncias ou qualquer irregularidade que o cidadão, o servidor ou o anônimo queira manifestar/denunciar à CASP, resultando em maior agilidade à equipe que atua nas correições daquela corregedoria. Até 30/11, foram recebidas 2.466 denúncias. Sistema de Reintegração Social e Cidadania – SISREINTEGRACAO - deu-se continuidade ao desenvolvimento e implantação do Sistema de Reintegração Social e Cidadania tendo como objetivo: facilitar e desburocratizar o trabalho, quanto ao envio de informações e a diminuição de documentos em papéis, otimizando a parte burocrática nas CPMAs e CAEFs, sendo que todos os órgãos envolvidos no processo de Alternativas Penais (TJSP, MPSP, Defens. Pública) terão acesso perfil consulta. Foram cadastrados até 30/11 - 109.812 beneficiários no Sistema de Reintegração Social, no total de 72.293 processos de Penas cadastradas. E a realização de 7467 atendimentos realizados. Sistema de Gerenciamento de Recurso Humanos – SISDRHU - Desenvolveu-se: Módulo de Estágio Probatório de ASP - Agente de Segurança Penitenciária e AEVP- Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária; Módulo de Ficha 100; Módulo de Controle de Ponto Biométrico; Módulo de Controle de Diárias e Módulo de Porte de Armas. Sistema de Promoção – SISPROMNEW - implantação do novo Sistema de Promoção - módulo de Promoção por Antiguidade. Foi realizado o Concurso de Promoção por Antiguidade 2018 dos AEVP - Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária.

Programa - Nascentes – A Pasta, por meio das Coordenadorias de Unidades Prisionais das Regiões Central, Noroeste e Oeste do Estado emprega o programa em algumas unidades prisionais a elas subordinadas. A ação tem como objetivo a construção e o gerenciamento de uma rede integrada de plantio e recuperação de mananciais, desenvolvendo a produção de mudas nativas. Ela atende à demanda de projetos de restauração de áreas degradadas da região, proporcionando o sequestro de carbono – nome dado à absorção de grande quantidade do gás carbônico presente na atmosfera -, proteção dos recursos hídricos e manutenção da biodiversidade. Com isso, recuperará as áreas e mananciais degradados, auxiliando na restauração da biodiversidade e capacidade hídrica da região. Além do reflorestamento das matas ciliares, há a contribuição com a ressocialização de detentos do regime semiaberto, com a capacitação dos reeducandos composta por orientações teóricas e práticas, no total de 100 horas/ aula, que possibilita a remição de pena. Atualmente existem 17.497 mudas cultivadas entre as Penitenciárias I de Sorocaba, Dracena, I e II de Mirandópolis e I de Presidente Venceslau, sendo as espécies que seguem: Amendoim, Amendoim Bravo, Aroeira Pimenta, Canafistula, Goiaba Branca, Gurucaia, Jaguaragi, Jatobá, Mangueira, Oiti, Paineira, Pata de Vaca, Pau-Formiga, Pessegueiro, Pitanga, Sangra d'água, Sombreiro, Tamarindo e Timburi. 61 reeducandos foram beneficiados com capacitação para esse programa neste ano.

Preparo e Fornecimento de Alimentação nas Unidades Prisionais - Sistema de Autogestão - gerenciamento e produção da alimentação distribuída à população prisional e servidores que atuam na unidade prisional - a Pasta vem adotando este sistema nas cozinhas das unidades prisionais, considerando a redução de custos, a qualidade da alimentação, a segurança e a profissionalização da mão de obra da pessoa presa. O sistema de Autogestão trouxe até o momento uma economia de aproximadamente R\$ 47 milhões. A alimentação no sistema prisional tem a seguinte configuração: 134 unidades estão sob o Sistema de Autogestão, 17 unidades recebem a sua alimentação confeccionada nas unidades de Autogestão, 20 unidades ainda compram alimentação preparada e, por fim, temos 5 unidades no Sistema Cogestão.

Programa de Uso Racional da Água – PURA - Os principais benefícios que a implantação do programa oferece é o desconto de 25% sobre a tarifa incidente, como também, demanda a redução de no mínimo 10% no consumo, após o término dos serviços contratados. O projeto PURA SAP&SABESP, trouxe uma economia, de 2012 a junho, de aproximados R\$ 8.3 milhões e 793.281m³.

Assessoria de Imprensa - Até novembro, houve 2.640 respostas para jornalistas. Como cada demanda possui ao mínimo três encaminhamentos, foram mais de 7.920 emails enviados. Informativo para o Governador - respondidas 45 solicitações; 46 Newsletters lançadas, 10 briefings produzidos para o Secretário, 277 matérias revisadas para o site. Produzidos 14 Papers/Perguntas e respostas. Releases e notas de apreensão - Produzidos 76 releases e notas de apreensão. Durante todo o ano, no início da semana, é dado destaque às apreensões de ilícitos com visitantes. O envio de notas pelo mailing da capital e regionais dá visibilidade ao trabalho de segurança desenvolvido nos presídios paulistas, gerando posteriormente reportagens gerais sobre números de apreensões com visitantes. Foram divulgadas as seguintes ações - trabalho em conjunto com as assessorias regionais: Projeto Escola + Bonita; a parceria entre a Secretaria da Administração Penitenciária, Secretaria da Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Econômico para recuperação de escolas; Participação de reeducandos na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – Obmep. 1 preso ganhou medalha de ouro; Parceria SAP/Funap/Prefeitura de Jundiaí - Pauta sobre contrato da Funap para que presos do regime semiaberto prestem serviço na cidade de Jundiaí; Divulgação do desfile na SP Fashion Week do projeto Ponto Firme, com peças confeccionadas por presos paulistas; em conjunto com a Assessoria de Imprensa da Secretaria da Justiça, foi feita ainda a divulgação da formatura de psicólogos da SAP em Escala Hare. **Eventos** - Cerimônias de entrega de obra dos novos CDPs e formatura do curso de instrutores de Yoga. Redes Sociais - Facebook - criada em 2011, a página tem atualmente 19.183 seguidores e alcançou 18.632 curtidas. No ano foram 2.952 novas curtidas. Ao menos uma notícia positiva sobre o sistema é postada por dia - SAPNews, há também publicações sobre datas comemorativas, dia de profissionais, realização de Lives de eventos como formaturas, palestras, entre outros. Messenger - dispositivo de mensagem privada da plataforma. Foram 1.026 repostas dadas aos solicitantes, em sua maioria, familiares com dúvidas sobre endereço, jumbo, rol de visita, denúncias, entre outros, com índice de 96%, em menos

de uma hora. Twitter - a página na plataforma foi retomada em fevereiro. Deste mês até novembro foram 300 tweets publicados, 355 novos seguidores. Hoje são 5.461 seguidores. Instagram - a página na plataforma foi retomada em janeiro. Deste mês até novembro, foram 347 publicações, 586 novos seguidores e uma média de impressão de 35 mil por mês. Hoje são 5.448 seguidores.

Departamento de Recursos Humanos - Enquadramentos área fim - Agente de Segurança Penitenciária - 403; Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária - 210. Estágio Probatório - LC nº 1.080/2008 - área meio - 19; Oficial Administrativo 15 e Oficial Operacional - 4. Estágio Probatório - LC nº 1.157/2011 - área saúde - 40; Agente Técnico de Assistência à Saúde - ATAS - 15; Enfermeiro - 10; Cirurgião Dentista - 5; Auxiliar de Enfermagem - 9 e Técnico de Enfermagem - 1. Estágio Probatório - LC nº 1.193/2013 - 8; Médico I - 2. Processo de Progressão - LC nº 1.080/2008 - área meio - exercício 2015 - em andamento. Processo de Progressão - LC nº 1.157/2011 - Exercício 2015 - 379 - DOE 4/9/2019 - Auxiliar de Saúde - 3; Auxiliar de Laboratório - 5; Agente de Saúde - 1; Auxiliar de Enfermagem - 103; Técnico de Laboratório - 2; ATAS - 164; Cirurgião Dentista - 31 e Enfermeiro - 70. Promoção ASP - Antiguidade 2018 - 5.811 - DOE 9/2/2019 - 1.008 da Classe II para a III; 1.114 da Classe III para a IV; 1.383 da Classe IV para a V; 1.437 da Classe V para a VI e 869 da Classe VI para a VII. Promoção AEVP - Antiguidade 2018 - 1.325 - DOE: 19/11/2019 - 229 de Nível de Vencimentos II para III; 402 de Nível de Vencimentos III para IV; 423 de Nível de Vencimentos IV para V; 271 de Nível de Vencimentos V para VI. Promoção de Engenheiros e Arquitetos - Merecimento 2019 - em andamento. Serão promovidos: 3 Engenheiros e 1 Arquiteto.

APOSENTADORIA

PERÍODO DE 1/1 A 10/12	
ÁREA DA SEGURANÇA	
Denominação	Quantitativo total
Agente de Segurança Penitenciária	578
Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária	3
TOTAL	581
ÁREA MEIO	
Denominação	Quantitativo total
Auxiliar de Serviços Gerais	15
Executivo Público	4
Oficial Administrativo	68
Oficial Operacional	23
TOTAL	110
ÁREA DA SAÚDE	
Denominação	Quantitativo total
Agente Técnico de Assistência à Saúde (Assistente Social)	14
Agente Técnico de Assistência à Saúde (Psicólogo)	15
Agente Técnico de Assistência à Saúde (Farmacêutico)	4

Agente Técnico de Assistência à Saúde (Terapeuta Ocupacional)	1
Agente de Saúde	1
Auxiliar de Saúde	3
Auxiliar de Enfermagem	18
Cirurgião Dentista	4
Enfermeiro	5
Médico (Clínico Geral)	6
Médico (Psiquiatra)	4
TOTAL	75
RESUMO	
ÁREA DA SEGURANÇA	581
ÁREA MEIO	110
ÁREA DA SAÚDE	75
TOTAL GERAL	766

Reintegração Social e Cidadania - Programa de Penas e Medidas Alternativas - tem por finalidade difundir a prática da aplicação de medidas alternativas à prisão. Recebe pessoas destinadas a cumprir penas alternativas à prisão, em especial as de prestação de serviços à comunidade. No programa são realizados avaliação psicossocial e levantamento de demandas, além da avaliação de potencialidades, bem como das limitações/restrições dos apenados. Após, e de acordo com o perfil levantado na entrevista, são encaminhados a instituições, públicas ou não, porém sem fins lucrativos, para cumprimento das penas.

Custo por Apenado		R\$ 26,49
Índice de Reincidência no Programa		3,8%
Ano	Novos cadastros no ano	Total em acompanhamento
2019	16.679	20.820
		Quantidade de CPMAs
		83
* 9 Inauguradas em 2019: Franca, Jacaré, Mogi das Cruzes, Itanhaém, Pindamonhangaba, Sertãozinho, Salto, Jales e Bebedouro.		

Central de Alternativas Penais e Inclusão Social – CEAPIS é uma das unidades integrantes do Programa de Penas e Medidas Alternativas e faz parte de um projeto do Conselho Nacional de Justiça – CNJ denominado Audiência de Custódia, que foi elaborado através de informações sobre o sistema carcerário e percebeu a necessidade de provocar reflexões bem mais comprometidas sobre a utilidade e a adequada utilização das medidas cautelares em face do sistema de justiça criminal e oferecer opções que evitem o imediato encarceramento provisório, discutindo

alternativas a judicialização do conflito penal e o próprio encaminhamento assistencial e social devidos que, porventura, seja recomendado.

Número de Atendimento de Alternativas Penais e Inclusão Social			
Ano	Cadastros no ano	Total em acompanhamento	Quantidade de CEAPIs
2019	996	1.836	25

Programa de Atenção ao Egresso e Família - tem por finalidade dar assistência direta ao egresso, contextualizado no seu âmbito familiar, com vistas à autonomia e garantia de direitos, para que possam retomar o convívio social, promovendo a reintegração social dos egressos e contribuindo para a diminuição da reincidência criminal.

CAEFS - 48	Egressos	Egressas	Familiares	Total
Pessoas Atendidas em 2019	137.095	14.406	18.583	170.084
Total Geral de atendimentos em 2019	164.119	17.605	28.253	209.977
Total de Novos Cadastros em 2019	12.920	1.373	3.159	17.452
Documentos Pessoais Regularizados para Egressos em 2019				11.915
Encaminhamentos para Cursos de Capacitação em 2019				1.819
Inseridos em Curso de Capacitação em 2019				91
Encaminhamentos para Mercado de Trabalho em 2019				2.429
Inseridos no Mercado de Trabalho em 2019				45
01 inaugurada em 2019- Pindamonhangaba				

Grupo de Capacitação Aperfeiçoamento e Empregabilidade - capacitação profissional das pessoas que cumprem pena em regime semiaberto, egresso.

Unidades de Regime Semiaberto Atendidas no Estado	73
Capacitação Profissional "Pró-Egresso" para Sentenciados de Regime Semiaberto no ano	12.200
Empregados Via Portal Emprega SP/Pró-Egresso em 2019	106

Projeto Jornada da Cidadania e Empregabilidade - A Jornada da Cidadania e Empregabilidade possibilita que, em um único dia, o reeducando consiga todos os documentos de que precisa e ainda seja atendido em oficinas que auxiliam na preparação para entrevistas de emprego, elaboração de currículos, além de participar de palestras e dinâmicas especialmente elaboradas para a retomada da cidadania, quando em liberdade. Os serviços são disponibilizados todos no mesmo espaço físico, em salas ou box de atendimento, dependendo da estrutura física de cada unidade. Os órgãos parceiros disponibilizam profissionais e materiais necessários para atender a demanda.

Jornadas realizadas nas Unidades Prisionais	174
Cadastros de Pessoa Física (CPF) - Emitidos/Regularizados	13.284
Registros Gerais (RG) - Expedidos	7.291
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - Emitidas	1.981
Certidões - Emitidas/Regularizados/Casamentos/Nascimento/Obito	14.677
Título de Eleitor - Expedido/Regularizado	1.084
Plantão Atendimento Jurídico/R.A./R.S.A./L.C./B.I./Aprox. familiar	36.377
Cortes de Cabelos/Procedimentos estéticos por Escola Parceira	22.318
Participações: Palestras/Oficinas Temáticas/Certificados/Orientações	154.039
Número de participantes nas Atividades	86.995
Plantão Atendimento e/ou Orientação de Saúde	231.569
Numero de participantes nas Ações de Saúde	115.485
Total de atendimentos realizados	482.620

Programa de Ações de Reintegração Social

Atendimentos Psicossociais a Pessoas Presas em 2019	544.836
Pessoas Presas atendidas 2019	399.255
Regularização de Documentos Pessoais para Presos em 2019	63.310
Avaliações Técnicas para Decisões Judiciais em 2019	45.425
Avaliações Técnicas para Individualização da Pena para CTC 2019	3.701
Avaliações Técnicas para Trabalho Externo em 2019	1.000
Avaliações Técnicas para Trabalho Interno em 2019	505

Equipe Volante – Avaliações realizadas

	SERVIÇO SOCIAL	PSICOLOGIA	TOTAL
2019	1.575	1.943	3.518

Programa Execução Via Rápida Expresso SAP

12.200 Presos Capacitados	459 Pinturas Realizadas			
	Unidades Prisionais	Escolas Públicas	Hospitais Públicos	Outros prédios públicos
2019	73	323	7	56

Saúde do Sistema Penitenciário - Parcerias - Prorrogação do Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Administração Penitenciária por intermédio da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário e a Associação Civil de Caráter Filantrópico "Casa Assistencial do Amor e Misericórdia – CAAM" em agosto deste ano até agosto/2020, para atendimento à saúde das crianças e bebês que se encontram no período de aleitamento materno com suas mães que estão em situação de Cárcere na Ala Materno Infantil da Penitenciária Feminina da Capital. Acompanhamento de projetos na área de saúde - Encontra-se em fase de implantação 3 projetos de Telemedicina: Projeto piloto de Telemedicina Prisional Prisional em Tele Psiquiatria; Tele-ECG e Tele-Dermatologia em parceria com Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU, instituída pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a ser desenvolvido em 3 unidades prisionais: Penitenciária Feminina da Capital, Penitenciária "José Parada Neto" de Guarulhos e Centro de Detenção Provisória de Mauá; Projeto Piloto de Telemedicina em parceria com a UP GRADE - Inteligência Médica Ltda, a ser desenvolvido no Centro de Detenção Provisória de Osasco II e Projeto de Telesaúde desenvolvido através da Secretaria de Estado da Saúde, que será desenvolvido na Penitenciária de Junqueirópolis e Penitenciária de Tupi Paulista. Encontra-se em desenvolvimento através do DEPEN o Projeto "Prisões Livres de Tuberculose", onde estão sendo contempladas 17 sendo: 9 Unidades Prisionais na Região Metropolitana de São Paulo, 2 na Região do Vale do Paraíba e Litoral, 3 na Região Noroeste, 2 na Região Central e 1 na Região Oeste.

Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional - Capacitações por meio de Oficinas Presenciais - acolhimento, ética e o processo de Testagem do HIV por teste rápido em fluido oral; Aplicação do Teste Rápido para HIV, Hepatites e Sífilis por Punção Digital; manejo da Infecção pelo HIV para profissionais Enfermeiros no Sistema Prisional; treinamento para profissionais de Saúde em Atenção à População de Travestis e Transgêneros; Elaboração do Programa de Vídeos Aulas sobre: Hanseníase - abordando a identificação da doença, o diagnóstico e o tratamento, a identificação da rede de contágio do portador desta patologia e orientações sobre utilização do álbum seriado pelas Equipes de Saúde da SAP; imunização informando a respeito da importância dos calendários vacinais e da imunização contra Febre Amarela voltadas para a população privada de liberdade; manejo de tratamento da Tuberculose para Equipes de Saúde da SAP; orientações relativas à utilização do "Protocolo de Tratamento de Feridas", destinado às Equipes de saúde da SAP; métodos contraceptivos, como parte do Projeto de Orientação para Planejamento Familiar por meio de Rodas de Conversa e Orientações sobre a inserção correta de dados nas planilhas em arquivos Excel de coleta de dados da Saúde; Elaboração de Material Técnico e de Orientação - Manual de Orientação - Prevenção ao Suicídio - Intranet Coordenadoria de Saúde; Manual de Cuidados com a pele para Privados de Liberdade no Sistema Prisional no Estado de São Paulo e Protocolo de Tratamento de Feridas para o Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo; Campanhas Educativas e Informativas - Combate à Proliferação do Mosquito Aedes Aegypti - atualização e distribuição de material; Ações de Higiene, Prevenção e Combate da Sama Humana; Redistribuição de material: Janeiro Branco - Mês da Saúde Mental; Outubro Rosa- Prevenção ao Câncer de Mamas e Novembro Azul – Prevenção ao Câncer de Próstata.

Ações de Saúde - Vacinação contra Influenza - Total de privados de liberdade vacinados: 161.100, o que correspondeu a 81,9% a população recolhida à época; Vacinação contra Sarampo- Nos territórios definidos pela Secretaria de Estado da Saúde como áreas de circulação do vírus do Sarampo no Estado de São Paulo. Foram ofertadas as doses a todos os indivíduos sem as respectivas restrições de saúde. Total de vacinados privados de liberdade 96.600; Testagem Rápida Unidades Prisionais - No decorrer do ano nos procedimentos de inclusão, rotina e campanha de testagem de HIV na Região Oeste foram realizados 66.115 testes rápidos de HIV, 8.190 testes rápidos de Sífilis e 8.084 testes rápidos de hepatite; Campanha "Fique sabendo 2019" - em andamento - Busca ativa de HIV; Buscas Ativas para o Controle da Tuberculose - Foram realizados na primeira busca - primeiro semestre - 9.288 Testes Rápidos Moleculares e 15.860 Exames de Baciloscopia. Na segunda busca 10.336 Testes Rápidos Moleculares e 15.236 Exames de Baciloscopia; Dia Mundial da Tuberculose, março - 59 unidades prisionais premiadas e suas diversas Coordenadorias nos quesitos de Tratamento Diretamente Observado – TOD e Alta cura; Fórum Estadual da Tuberculose - setembro de 2019 - 60 unidades premiadas em suas diversas Coordenadorias nos quesitos de Tratamento Observado – TDO e Alta cura.

Grupo de Planejamento e Gestão da Qualidade de Vida e Saúde do Servidor atendimentos clínicos - Medicina Ocupacional: 2092; Psiquiatria: 419; Psicologia: 3.016; Nutrição: 487; Enfermagem: 7.586; Serviço Social: 75; Odontologia: 157; Life Coach: 184; Campanhas de Vacinações - Influenza – H1N1 - 17.872 e Tríplice Viral - 2058. Visitas Técnicas para processos de transferência de caráter humanitário - realizadas 33 visitas a servidores que solicitaram transferência, com a finalidade de fundamentar a real necessidade do pedido. Acompanhamento de Licenças Saúde Superior a 3 três anos - O serviço social também realizou visitas a 3 servidores, com a finalidade de identificar a necessidade de apoio terapêutico e continuidade de tratamento.

Campanhas, Ações de Saúde e Workshop - Janeiro Branco - campanha de saúde que faz parte do calendário de ações e campanhas com vistas a orientações e reflexões a respeito das condições e características emocionais dos indivíduos, possuindo como tema principal a Saúde Mental. Cartazes, folders, roda de conversa, vivências e palestras, ressaltaram a importância da atenção com a saúde mental e a qualidade de vida, e contou com apoio de Instituições parceiras como CAPs, Universidades, médicos e psicólogos voluntários que ministraram palestras tendo como temas “Saúde Mental” e o “Dia da Fala”. Carnaval - O mês de fevereiro contou com ações de orientação do uso de bebidas alcoólicas e do uso do preservativo. Nesta campanha as ações consistiram principalmente na distribuição de material educativo sobre bebidas, preservativos e gel lubrificantes e respectivas distribuições. Março Lilás e Dia Internacional da Mulher - As campanhas e orientação de saúde também ocorreram no março lilás. O tema central desta campanha é o combate ao câncer do colo de útero. Nesta campanha foram realizadas diversas ações principalmente palestras para elucidar as servidoras sobre o tema, distribuição de folders e materiais explicativos e realização de exames preventivos. Dia Mundial de Combate à Tuberculose - foram distribuídos folders sobre o tema com informações sobre o que é, como prevenir, quais os sintomas, como se transmite, quais os tratamentos. Dia Mundial da Atividade Física e Dia Mundial da Saúde - Campanhas que visaram a promoção da saúde e bem-estar dos servidores por meio da prática da atividade física. Os cuidados com a saúde foram tratados de diversas formas em palestras, reuniões, e principalmente ações de verificação da pressão arterial e medição de glicemia capilar. Algumas unidades promoveram prática de ginástica laboral, passeios ciclísticos, torneios de futebol, corridas e caminhadas entre outras atividades. Dia Nacional de Combate à Hipertensão - Campanha que envolveu ações de aferição de pressão, teste de glicemia capilar. Junto a esta campanha foi abordado também cuidados com coração. Nos casos em que os exames mostraram alterações, os servidores foram orientados e encaminhados a atendimento médico. Dias das Mães - Palestras de vários temas foram organizadas. Ação que produz interação as servidoras mães. Algumas unidades promoveram ainda entrega de brindes, ações de cuidados com beleza. Dia Mundial sem Tabaco - No final de maio esta campanha ganhou força, sendo de grande importância as ações que visam a diminuição e a cessação do uso do tabaco que causa vários agravos a saúde de servidores. Combate ao aedes aegypti - Campanha desenvolvida constantemente contra a proliferação do mosquito Aedes Aegypti. O Decreto Nº 62.130, de 29 de julho de 2016, criou as “Brigadas contra o mosquito Aedes Aegypti” com o objetivo de combater o mosquito vetor de transmissão da dengue, chikungunya e zika vírus em todo o Estado. A Resolução SAP nº 21, de 20 de janeiro de 2016, criou os Guardiões de Combate ao Mosquito da Dengue, tarefa realizada com dedicação pelos servidores das Unidades Prisionais e Administrativas. Os brigadistas atuam no combate aos possíveis focos de acúmulo de água em locais propícios para a criação do mosquito, além de promover a contínua sensibilização dos servidores, sentenciados e visitantes, por meio de palestras, fixação de cartazes, distribuição de folders, verificação e colocação de cloro e sabão em pó nos ralos e vasos sanitários que não estão em uso. Junho Vermelho - Várias unidades e servidores promoveram ações visando a conscientização para a importância da doação de sangue. Alguns servidores inclusive participaram de ações de doação de sangue em adesão à campanha e amor ao próximo. Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho - No mês de julho, campanha realizada com a CIPA. Várias palestras foram realizadas com temas voltados a segurança no trabalho, entre elas “Instrumentos Perfurocortantes”, “Direção Defensiva”, “Ergonomia” e diversos temas de saúde. Dia do Homem e Dia dos Pais - promovidas ações para saúde do homem e dos pais. Palestras e orientações visando a saúde do homem foram realizadas em diversas unidades. Setembro Amarelo - Com tema “Todos pela Vida” - Tema bastante delicado e tratado pela saúde do servidor. As principais ações envolvendo esta temática foram palestras, cartazes e folders com orientações visando o cuidado e a prevenção do suicídio. Palestra nas unidades prisionais e administrativas foram realizadas inclusive no decorrer do ano por profissionais da própria secretaria e também por profissionais do CVV – Centro de Valorização da Vida. Outubro Rosa - Mês de combate ao câncer de mama. Sempre utilizando de palestras, panfletos, cartazes para divulgar e orientar. Muitas palestras orientaram sobre o autoexame. Novembro Azul - campanha de conscientização realizada no mês de novembro dirigida aos homens a respeito de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata. Campanha Lacre Solidário - As unidades prisionais da Região Oeste realizaram ao longo do ano a arrecadação de lacres de alumínio o que rendeu a doação de 2 cadeiras de rodas que foram destinadas a servidores. Campanha do Brinquedo. A CIPA da PI de Tremembé organizou uma campanha de arrecadação de brinquedos em comemoração ao dia das crianças. Os brinquedos foram doados ao Conselho Particular São José Operário da Sociedade de São Vicente de Paula na cidade de Taubaté. Campanha do Agasalho - Foram arrecadados pelas CIPAs um total de 969 peças de vestuário, 109 cobertores, 11 lençóis, 89 pares de calçados, 1 banheira com suporte e 75 brinquedos, durante os meses de abril, maio e junho, beneficiando várias instituições. Na Região Noroeste foi desenvolvida pelo CQVIDASS e CIPA das Unidades Prisionais e Administrativa, com 10.360 peças arrecadadas, que foram entregues as Instituições dos Municípios onde estão localizadas as Unidades Prisionais. Na Região do CQVIDASS Oeste, em fevereiro o CPP de Valparaíso promoveu a campanha com vistas à arrecadação de roupas e também alimentos destinados a famílias atingidas pela enchente que ocorreu naquela cidade. Workshop Processo Acidente de Trabalho - executado no dia 14 de Março pelo GQVIDASS, o workshop contou com a participação de 49 Servidores, incluindo Membros das CIPAs, Diretores de Núcleo de Pessoal e Supervisores da Coordenadoria de Unidades Prisionais do Vale do Paraíba e Litoral.

Programas e Projetos - Banco de Olhos de Sorocaba – BOS - Parceria entre a SAP e o Banco de Olhos de Sorocaba que possibilita atendimento oftalmológico aos servidores pela unidade móvel do BOS. Os 5 Centros Regionais foram atendidos, alcançando unidades que ainda não haviam sido contempladas pelo programa em anos anteriores e continuará no próximo ano de 2020. A parceria entre o CQVIDASS Vali e o Banco de Olhos de Sorocaba – BOS, proporcionou consultas individualizadas aos servidores da Região do Vale do Paraíba e Litoral. Na Região do CQVIDASS Central foram atendidas até o momento 15 unidades e outras duas serão contempladas em dezembro. Na Região do CQVIDASS Metropolitana, foram contempladas com o programa que resultou em 210 servidores atendidos. Projeto “COPINHA” desenvolvido pela Nutricionista do CQVIDASS Região Noroeste, tem por objetivo orientar todo setor de cocção e manipulação dos alimentos, buscando qualidade no preparo e adequada utilização dos gêneros alimentícios preparados aos servidores e sentenciados; foram contempladas as Unidades: Penitenciárias de Ribeirão Preto Masculina e Feminina, Penitenciária de Franca, Penitenciária de Avaré I e CPP Bauri I. Visitas técnicas de orientação: Penitenciária de Bernardino de Campos, CDP de Cerqueira César. Palestras de orientação Nutricional: Penitenciária de Reginópolis I, Penitenciárias de Pirajuí I e II e CDP de Ribeirão Preto. Realização de bioimpedância em 207 servidores das Unidades

Prisionais e Administrativa da cidade de Pirajuí. Programa Gestão da Emoção - A SAP estabeleceu parceria com o Instituto Augusto Cury, por meio de Acordo de Cooperação para formação de multiplicadores no Programa de Gestão da Emoção – FREEMIND, voltado ao estudo sobre o funcionamento da mente humana, seus aspectos subjetivos, influência sobre a saúde emocional e qualidade dos relacionamentos sociais favorecendo a qualidade de vida. A capacitação destina-se aos servidores da área de saúde, e a aplicação será para o corpo funcional e população privada de liberdade. O projeto está sendo executado por Região em datas diferentes em razão do acompanhamento e mapeamento dos resultados pelo Instituto Augusto Cury. Região Noroeste - participaram do treinamento para multiplicadores do Programa 34 servidores. Hoje estão em andamento 30 turmas, contemplando 542 pessoas. Região Oeste - foram iniciados trabalhos de Gestão da Emoção, sendo contempladas, nesse primeiro momento, as seguintes unidades: Penitenciária “Wellington Rodrigo Segura” de Presidente Prudente, Penitenciária “João Augustinho Panucci” de Marabá Paulista, Penitenciária de Valparaíso, Penitenciária Feminina de Tupi Paulista, Penitenciária “João Batista de Santana” de Riolândia, Penitenciária de Junqueirópolis, Penitenciária de Pracinha e Penitenciária “Silvio Yoshihiko Hinohara” de Presidente Bernardes e Centro de Ressocialização “ASP Gláucio Reinaldo Mendes Pereira” de Presidente Prudente. Região Central receberam certificados 32 servidores que serão multiplicadores do programa na Sede e Unidades Prisionais. Região Vale do Paraíba e Litoral - a capacitação certificará 18 servidores que aplicarão o programa na Sede e Unidades Prisionais. Região Metropolitana - capacitados 31 servidores e a implantação já ocorre nas unidades CDP São Bernardo do Campo e CDP Belém I. Projeto servidor em foco “Um Olhar Amigo” - O projeto foi iniciado em novembro com a finalidade de beneficiar todos os servidores no que tange a saúde ocular, bem como orientações e acompanhamento dos casos que necessitam de um tratamento. Inicialmente os atendimentos foram realizados no CQVIDASS-OESTE, sendo atendidos 94 servidores. Projeto Qualidade de Vida - Parceria Físio Power - Iniciada em janeiro, com objetivo de estimular a saúde e qualidade de vida, tendo como finalidade o relaxamento e prevenir os problemas causados por movimentos repetitivos dos servidores. Programa Blitz da Saúde - O “Blitz da Saúde” busca levar mais informações de saúde para os servidores, sobre diabetes, hipertensão, Infecções Sexualmente Transmissíveis e saúde bucal. Com esse projeto são levados até os servidores os testes rápidos, testes de glicemia, aferição da pressão arterial e avaliação bucal. Realizado anualmente em todas as unidades prisionais pela equipe CQVIDASS-OESTE. Exames laboratoriais - Em parceria com laboratórios de análises clínicas são realizados diversos tipos de exames visando a prevenção e diagnóstico precoce de doenças, no ano foram realizados aproximadamente 600 exames. Lian Gong é composto por 18 exercícios divididos em três séries que trabalham o pescoço e ombros, as costas e a cintura e as pernas e pés. O objetivo principal do Lian Gong em 18 Terapias é a de tratar e prevenir dores no corpo, inúmeros problemas osteomusculares, articulações, etc. hoje tão frequente nas condições da vida moderna, além de atuar nas disfunções dos órgãos internos e problemas respiratórios. É uma ginástica que não demanda aparelhos, podendo ser praticada em qualquer lugar, individualmente ou em grupo. No Brasil, secretarias de saúde de vários municípios passaram a integrar a prática do Lian Gong como coadjuvante no tratamento e prevenção de doenças. Os 18 exercícios levam aproximadamente 12 minutos para ser realizados. No ano tivemos maior participação de Multiplicadores, na Sede I/Gabinete SAP, acontecem 4 encontros semanais com participação dos servidores para a prática das atividades que são coordenadas por servidores/multiplicadores que trabalham no CQVIDASS/Região Metropolitana.

CIPAS - Encerramos o biênio 2018/2019, com 174 CIPAS constituídas e 1.050 Cipeiros. As CIPAs, sob orientação dos CQVIDASS e do GQVIDASS realizaram ações de prevenção de acidentes de trabalho e promoção de Saúde nas datas preconizadas pelo Calendário do Ministério da Saúde, com desenvolvimento de atividades cujo objetivo foi a promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores por meio de palestras, distribuição de cartilhas e informativos de saúde e oficinas em datas comemorativas. Outras ações desenvolvidas: atenção e acolhimento dos servidores; apoio aos núcleos de pessoal na confecção da Notificação e acidente de trabalho; verificação e apontamentos quanto situações que ofereçam riscos de acidentes aos servidores, sendo encaminhadas as situações e sugestões para dirimir a problemática aos diretores das unidades e elaboração do mapa de risco. SIPAT – Semana Interna de Prevenção de acidentes, prevista na Norma Regulamentadora nº 05, da Portaria Nº 3.214, de 8/6/1978 e na Resolução SAP 64, de 12/4/2016. Entre as atribuições da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA está o despertar o interesse dos trabalhadores pelos assuntos ligados à Prevenção de acidentes e de doenças do trabalho, e propor a realização de palestras e de treinamentos para os trabalhadores. Cabe à CIPA promover, anualmente, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT, realizada com objetivo de reforçar o espírito prevencionista, por meio temas voltados a saúde, segurança e qualidade de vida. Nas unidades e sedes administrativas, ao todo foram realizadas até o momento 100 SIPATs com 11.432 participações. Encontro de Cipeiros - Nas 5 regionais foram realizados os encontros com temas como: “Sejamos a Mudança”, visando profunda reflexão sobre a importância de sermos resilientes diante das dificuldades e, principalmente, a valorizarmos as conquistas diárias, sejam elas profissionais ou pessoais. “O que realmente importa para você” abordando, espiritualidade, finanças, saúde, família, rede social e autoestima.

Gente que faz + - Projeto inovador pensando efetivamente na valorização do servidor, reconhecendo os trabalhos de servidores envolvidos em atividades, ações ou eventos que podemos considerar como um diferencial nas atividades, estreitando as relações institucionais e interpessoais, promovendo a criatividade do servidor que se destaca além de suas atribuições legais do cargo, ou seja, valorizando gente que faz mais. Foram premiados 225 servidores.

Concurso Envelhecimento Saudável - O 2º Concurso Cultural de Fotografia do Grupo de Planejamento e Gestão da Qualidade de Vida e Saúde do Servidor, realizado por meio dos 5 Centros Regionais de Saúde do Servidor – CQVIDASS é aberto a todos servidores ativos da Secretaria da Administração Penitenciária.

Escola de Administração Penitenciária

Quadro de Servidores Treinados EAP

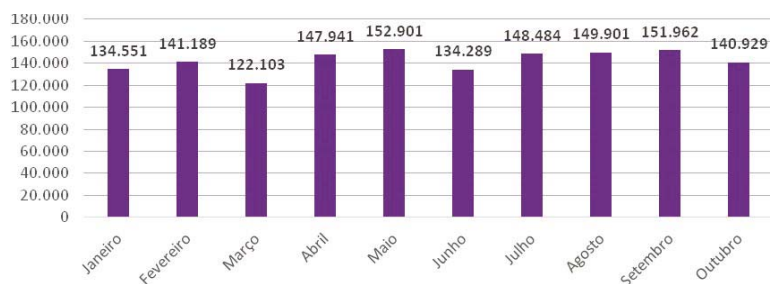
Eixo Temático	CECADRH			CFAASP			TOTAL GERAL		
	resencial	EaD	Total	resencial	EaD	Total	resencial	EaD	TOTAL
Ingressantes /Iniciação Funcional	-	-	-	830	-	830	830	-	830
Desenvolvimento Humano /Qualidade de Vida	1076	4379	5455	4766	5147	9913	5842	9526	15368
Administração / Gestão	1357	4483	5840	03	-	03	1360	4483	5843
Segurança e Disciplina	2660	685	3345	1375	10265	11640	4035	10950	14985
Reintegração Social	142	06	148	-	4928	4928	142	4934	5076
Total de Servidores Treinados	5235	9553	14788	6974	20340	27314	12209	29893	42102

CECAD-RH - Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos
CFAASP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária

Museu Penitenciário Paulista - O Museu Penitenciário Paulista cumpriu o seu papel de perpetuação da história do Sistema Prisional Paulista, disseminando a cultura do universo carcerário, narrada de forma amena e didática, mantendo viva e interagindo com os mais variados tipos de públicos, trazendo a experiência do aprisionamento para a sociedade, pesquisadores e servidores, obtendo um expressivo aumento de 30% do público em relação ao ano anterior. O MPP manteve a análise positiva atendendo a quase 10.000 pessoas, com avaliação positiva de 100% do público atendido.

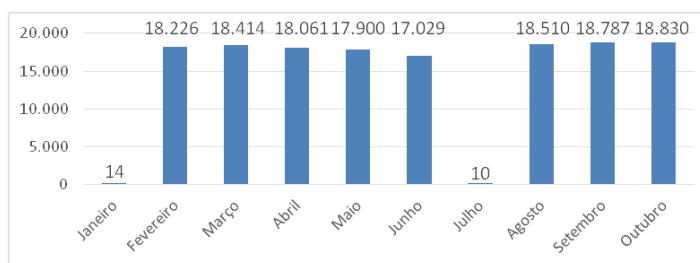
Entidade Vinculada – Fundação “Profº Dr. Manoel Pedro Pimentel” – FUNAP - Instituição que planeja, desenvolve e avalia programas sociais voltados para a educação, a cultura, a formação profissional, o trabalho e a geração de renda para pessoas em situação de privação de liberdade no sistema prisional paulista, considerando estes os pilares da cidadania e da dignidade tanto na sociedade em geral e, sobretudo, para as pessoas que estão nos estabelecimentos penais.

Programa Jus – Apoio Jurídico ao Preso - Em 1977, a FUNAP criou o Programa Jus – Apoio Jurídico ao Preso, com o objetivo de prestar assistência jurídica integral aos presos carentes de recursos financeiros. Com a criação, junto à Procuradoria Geral do Estado, em 1991, da Coordenadoria da Assistência Judiciária ao Preso, foi assinado convênio entre a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Funap, pelo qual os advogados da Funap continuaram prestando serviços nos estabelecimentos penais, sob a coordenação e orientação da Procuradoria. Em 2006, com o advento da Lei Complementar nº 988/06, o convênio passou a ser firmado com a Defensoria Pública, na qualidade de sucessora da Procuradoria Geral do Estado. Em maio, o convênio foi renovado para a continuidade do atendimento prestado pela Funap à população prisional. De janeiro a outubro foram contabilizados 1.424.250 atendimentos, dentre requerimentos de benefícios, atuações em processos disciplinares, entrevistas com reeducandos, pedidos de relaxamento de flagrante, entre outras ações.

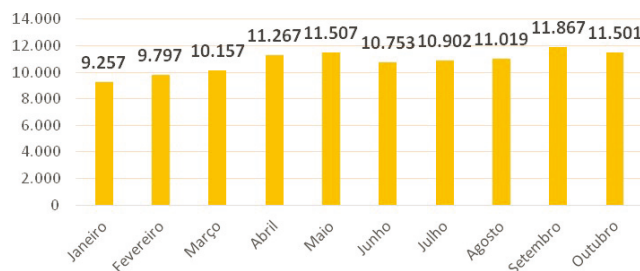


Programa de Educação Formal - De 1979 a 2012, a Funap executou nas prisões paulistas, com recursos próprios, o Programa de Educação nas Prisões – PEP. A partir de 2012, por força da Resolução MEC-CNE/CEB nº 2, as Diretrizes Nacionais para Oferta de Educação a Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade estabeleceram a obrigatoriedade da oferta de educação nos estabelecimentos penais, devendo essa oferta ser oficializada pelos sistemas estaduais de ensino (Secretarias de Educação ou órgãos congêneres), de caráter formal, adequada à realidade e às necessidades dos alunos e com certificação. Desse modo, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEE assumiu a educação nas prisões, sendo a Funap a interlocutora entre as unidades prisionais e SEE. Entre janeiro e outubro, foram realizados 145.781 atendimentos no âmbito da Educação Formal, resultando em uma média de 18.223 atendimentos por mês - os meses de janeiro

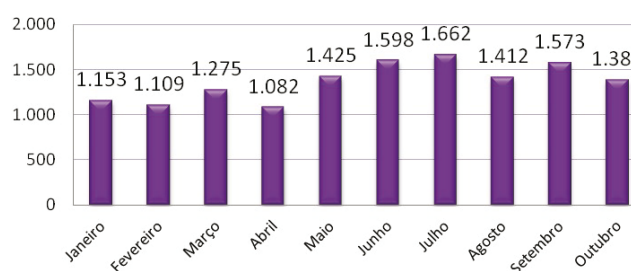
e julho não são considerados para obtenção da média, pois correspondem ao período de recesso escolar.



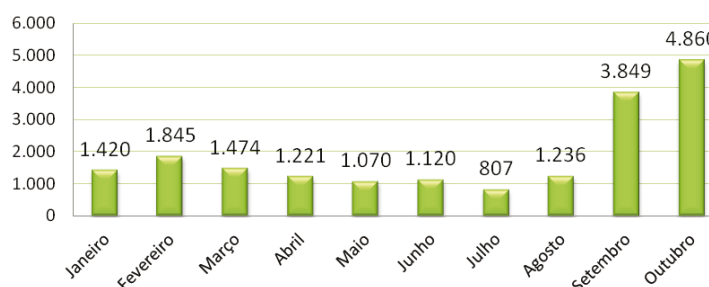
Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania – “De Olho no Futuro” - Lançado em 2013, o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania – “De Olho no Futuro” visa proporcionar às pessoas privadas de liberdade a participação em atividades teórico-práticas que possam favorecer mudanças no seu comportamento e que proporcionem oportunidade de aquisição de conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de competências e habilidades ligadas ao mundo do trabalho, bem como outros aspectos importantes da cidadania. O programa está baseado na realização de ações integradas em três vertentes: formação modular, qualificação profissional e atividades culturais. No campo da formação modular, entre janeiro e outubro o Programa totalizou 108.027 atendimentos.



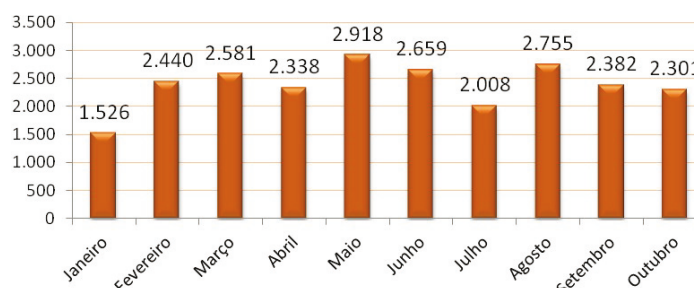
O Observatório de Competências Sociais – OCS, atividade complementar à formação modular, realizou, entre janeiro e outubro 13.677 atendimentos.



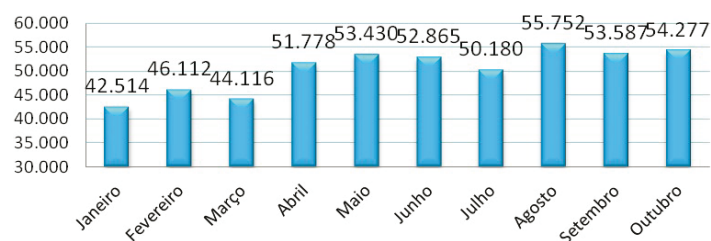
Os cursos de qualificação profissional somaram, entre janeiro e outubro, 18.902 atendimentos. As ações de qualificação profissional acontecem em parceria com instituições públicas e privadas, como Prefeituras, Grupo Teleport, Centro Paula Souza, entre outros.



As atividades culturais somaram, entre janeiro e outubro, 23.908 atendimentos. As atividades contemplam artes plásticas, música, teatro, saraus, capoeira, clubes de leitura, etc.



Salas de Leitura - Pensando em um espaço de incentivo à leitura e às atividades culturais, as salas de leitura oferecem às pessoas privadas de liberdade acesso a um acervo variado de obras, equipadas com um computador para o controle do acervo. A FUNAP mantém 206 salas de leitura, com a presença de um monitor preso, devidamente capacitado, responsável por gerenciar os empréstimos, promover o incentivo à leitura, organizar o acervo e zelar pela conservação e organização do espaço. As salas somam um acervo de 588.552 livros e totalizaram 504.611 empréstimos de livros entre janeiro e outubro.

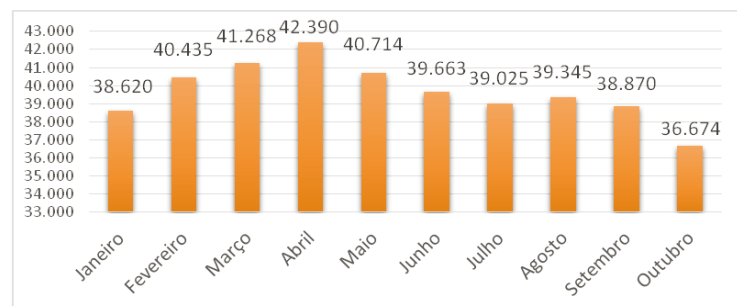


Programa de Incentivo à Leitura – “Lendo a Liberdade” - Instituído como política pública por meio da Resolução SAP nº 82 de 12 de julho de 2018, o Programa de Incentivo à Leitura – “Lendo a Liberdade” tem como objetivo contribuir para a inclusão social dos reeducandos por meio do desenvolvimento da escrita e do hábito da leitura para melhor formação pessoal, cultural e profissional, proporcionando também a possibilidade de remição de pena. O Programa se desenvolve por meio de parcerias com editoras, universidades e ONGs e conta com clubes em 112 unidades prisionais, que realizaram, entre janeiro e outubro, 17.379 atendimentos.

Jornadas da Cidadania e da Empregabilidade - A FUNAP esteve presente nas Jornadas da Cidadania e Empregabilidade organizadas pela Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania – CRSC da Secretaria da Administração Penitenciária, promovendo palestras e atividades culturais.

Programa Arcos – Escola de Empreendedorismo em Arte - O Programa ARCOS – Escola de Empreendedorismo em Arte é uma iniciativa da Funap, que tem como objetivo reconhecer, aprimorar e distribuir comercial e socialmente o artesanato produzido no interior das unidades prisionais do Estado de São Paulo. Atualmente, o projeto conta com 4 oficinas e emprega 36 reeducandos. Os produtos confeccionados nas unidades prisionais são comercializados na loja localizada na sede da Fundação, na rua Líbero Badaró, 600, Centro - São Paulo.

Programa de Alocação de Mão de Obra - A proposta do programa é proporcionar trabalho remunerado para homens e mulheres presos, contribuindo para a sua formação, qualificação profissional e geração de renda, preparando-o para a vida em liberdade e, ao mesmo tempo, sensibilizando os empresários na contribuição para a redução dos índices de criminalidade e reincidência. Além disso, proporciona também a possibilidade de remição da pena aos reeducandos. A contratação dos reeducandos pode ser feita por empresas privadas e órgãos públicos e pode acontecer tanto no regime fechado, quanto no regime semiaberto, sendo a Funap responsável pela administração dos contratos e captação de novos parceiros. A média de presos trabalhando, entre os meses de janeiro e outubro, foi de 39.700 reeducandos por mês.



Centros de Produção e Qualificação Profissional - Atualmente, a Funap conta com 35 oficinas próprias instaladas no interior das unidades prisionais que promovem a capacitação profissional dos reeducandos, ao mesmo tempo em que proporcionam geração de renda e remição da pena para os trabalhadores presos. As oficinas da Funap ofertam, aproximadamente, 1.350 postos de trabalho no sistema prisional.

Comercialização de Produtos - Os Centros de Produção e Qualificação Profissional da Funap instalados nas unidades prisionais desenvolvem relevante produção fabril. Os produtos são comercializados para órgãos federais, estaduais e municipais, além de pessoa física e jurídica. As linhas de produtos contemplam: Confeção de uniformes; Móveis administrativos; Móveis escolares (novos e reformados) e Laminados de espuma antichamas.

Programa Recomeçar - O programa tem como objetivo produzir e reformar cadeiras de rodas em oficinas instaladas dentro de unidades prisionais, utilizando a mão de obra prisional, nos mesmos moldes das demais oficinas do parque fabril da Fundação. A iniciativa visa, além da capacitação profissional e geração de renda para os reeducandos, tornar as cadeiras de rodas acessíveis aos portadores de necessidades especiais, através de um custo menor, sem abrir mão da qualidade do produto.

Parceria Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP - Em março, teve início um projeto piloto, realizado no CR de Atibaia, fruto da parceria entre Funap, Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). O projeto visa à modernização dos espaços de educação nas

unidades prisionais paulistas e acontece por meio da instalação de computadores nas salas de aula, disponibilizando recursos digitais sem acesso à internet nas salas de aula do Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania – “De Olho no Futuro”. Todo o conteúdo ofertado fica centralizado em um dispositivo desenvolvido pelo IFSP para fins educacionais. Além de disponibilizar todas as aulas, o dispositivo também é capaz de mensurar o desenvolvimento de cada aluno na execução das atividades.

Prêmio CIEE - Em abril deste ano a Funap participou da cerimônia de premiação do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, que concede o Prêmio CIEE Melhores Programas de Estágio. Concorreram cerca de 1.200 empresas em nível nacional, nas categorias Empresas Privadas, ONGs e Órgãos Públicos, e a Funap foi reconhecida entre as 100 primeiras colocadas da premiação.

Selo Resgata - No mês de maio a Funap esteve em Brasília, no Palácio da Justiça, para receber o Selo Resgata. Lançado em 2017, o Selo RESGATA é uma iniciativa do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN que visa reconhecer empresas e instituições que oportunizam trabalho para pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema carcerário, além de incentivar e promover as organizações que colaboram com a reintegração social dessas pessoas. A Funap, por meio do Programa de Alocação de Mão de Obra, emprega reeducandos em diferentes ramos. Há monitores contratados para atuar nos programas de educação, onde atuam como replicadores do conhecimento. Capacitados por equipe técnica da Funap, eles trabalham dentro das salas de aula ou salas de leitura. Outros são contratados para ocupar vagas em nos Centros de Produção e Qualificação Profissional da Funap. Outra modalidade onde a Funap emprega reeducandos é no apoio aos setores administrativos, com postos de trabalho em manutenção geral e limpeza.

Encontro de Orientação Técnica – “A oferta da Educação Básica a jovens e adultos em situação de privação de liberdade no Estado de São Paulo” - Em conjunto com a Secretaria da Administração Penitenciária – SAP e a Secretaria de Estado da Educação – SEE, a Funap realizou dois Encontros de Orientação Técnica para debater a oferta de educação básica no sistema prisional. Além de orientar e formar os envolvidos na educação oferecida no sistema prisional, a proposta foi promover o debate de novas propostas para o ensino nos presídios do Estado de São Paulo. O primeiro encontro aconteceu em junho, na cidade de São Paulo, e envolveu as Coordenadorias das Unidades Prisionais da Região Metropolitana, Vale do Paraíba e Litoral. Em novembro, um segundo encontro foi realizado na cidade de Araraquara, envolvendo as Coordenadorias das Unidades Prisionais da Região Oeste, Noroeste e Central.

8º Seminário de Gestão Pública Fazendária - Realizado em julho, na cidade de Ribeirão Preto, o seminário reuniu aproximadamente 800 profissionais, representando mais de 180 municípios, para discutir temas de controladoria, contabilidade, orçamentos, custos, controle de despesas, entre outros. A Funap fez parte da programação do evento, com a palestra “A otimização dos custos públicos em processos”, ministrada por seu diretor executivo, Henrique Neto.

3rd Police and Corrections Forum (Coreia do Sul) - Em julho deste ano, a Funap foi responsável por representar a Secretaria da Administração Penitenciária – SAP no 3rd Police and Corrections Forum, evento realizado em Muju, na Coreia do Sul, e promovido pela International Youth Fellowship – IYF, uma organização internacional que visa criar líderes, prover soluções para o desenvolvimento humano por meio de atividades sociais e incentivar o intercâmbio de informações entre países. O tema do fórum foi “A New Understanding of Crime Management and the Need for Character Education”, onde o diretor executivo da Funap, Henrique Neto, apresentou o trabalho desenvolvido pela Funap, bem como um panorama do sistema prisional paulista no Brasil.

Workshop Trabalho no Sistema Prisional - Promoveu dois workshops voltados à administradores públicos e empresários com o objetivo de apresentar as possibilidades de contratação de mão de obra prisional e conscientizar o público sobre os benefícios financeiros e sociais desse tipo de contratação. O primeiro evento aconteceu em abril, na cidade de Araraquara, e o segundo encontro foi realizado na cidade de Ribeirão Preto, no mês de setembro.

Parceria FUNAP e Universidade Presbiteriana Mackenzie - No mês de agosto foram iniciadas, oficialmente, as aulas de 15 reeducandas do Centro de Progressão Penitenciária Feminino “Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira” do Butantã em cursos de nível superior - tecnólogo, na modalidade Ensino a Distância – EAD, na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Para realizar os cursos ofertados - Marketing, Gestão Comercial e Gestão de RH, o conteúdo é disponibilizado de modo offline às reeducandas para que seja acessado nos computadores da sala de estudos montada na unidade prisional e, uma vez por semana, às sextas-feiras, as detentas vão ao campus da universidade para realizar atividades e esclarecer dúvidas com os tutores. Anteriormente, em março, elas iniciaram atividades de integração e ambientação, que se estenderam por todo o primeiro semestre do ano. O convênio entre Secretaria da Administração Penitenciária, Funap e Mackenzie prevê, além da bolsa integral para a graduação - 2 anos, auxílio para transporte e alimentação, de modo que não haja nenhum custo para as alunas, e acompanhamento de mais cinco anos com as reeducandas após a conclusão do curso, buscando inseri-las no mercado de trabalho.

63º Congresso Estadual de Municípios - Participou, em outubro, do 63º Congresso Estadual de Municípios, realizado na cidade de Campos do Jordão. Além do estande montado com toda a linha de produtos comercializados pela Fundação e informações sobre o Programa de Alocação de Mão de Obra, a Funap também teve a oportunidade de expor seu trabalho ao público presente através da palestra ministrada pelo diretor executivo da Fundação, Henrique Neto.

Exposição Libertas: leitura e literatura nas prisões - Desenvolvida em parceria com a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania – CRSC da SAP e com a Biblioteca Parque Villa Lobos, a mostra contou com trabalhos desenvolvidos por reeducandos e também egressos do sistema prisional. Ao todo, foram três ambientes para visitação: “Cárcere e a Literatura”, “Literatura no Cárcere” e, por fim, as “Políticas de Livro, Literatura e o Sistema Prisional”, sendo expostas obras literárias e resenhas feitas pelos reeducandos. A exposição ficou aberta à visitação no mês de outubro, na Biblioteca Parque Villa Lobos, dentro do Parque Villa Lobos, em São Paulo.

Reunião Associação dos Municípios do Extremo Noroeste Paulista – AMENSP - Participou, por meio de sua gerência comercial, da reunião da Associação dos Municípios do

Extremo Noroeste Paulista – AMENSP, que contou com a presença de representantes de 17 municípios da região, como Valparaíso, Lavinia, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Andradina, Ilha Solteira, entre outras.

No encontro, foi possível apresentar a proposta de trabalho da FUNAP aos prefeitos da região, como a possibilidade de contratação de mão de obra prisional, reforma de mobiliário escolar e aquisição de mobiliário administrativo e escolar.

I Encontro de Gestão do Conhecimento e Inovação da Administração - Nos dias 21 e 22 de novembro, a Secretaria da Fazenda e Planejamento realizou o I Encontro de Gestão do Conhecimento e Inovação da Administração. A FUNAP teve a oportunidade de participar do primeiro dia de palestras e debates, representada por seu diretor executivo, Henrique Neto, que expôs a atuação da FUNAP junto ao sistema prisional para o público e convidados presentes.

II Conferência Estadual de Políticas Penitenciárias (Maranhão) - Realizado pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP do Maranhão, o evento aconteceu entre os dias 25 e 27 de novembro com o objetivo de debater, dialogar e trocar informações, boas práticas e conhecimentos com os servidores e a sociedade sobre temas pertinentes ao sistema carcerário do Maranhão. Na ocasião, o diretor executivo da FUNAP, Henrique Neto, participou do painel que debateu a inclusão social de pessoas presas e egressas, apresentando um panorama do Estado de São Paulo e as políticas de inclusão de pessoas presas e egressas por meio de fundações, baseando-se na experiência da FUNAP.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

O Plano Plurianual – PPA 2016-2019 do Governo do Estado de São Paulo especifica como diretrizes que as ações do Estado devem buscar promover o desenvolvimento econômico e sustentabilidade: competitividade e criação de oportunidades; desenvolvimento social: qualidade de vida, equidade, justiça e proteção social; desenvolvimento urbano e regional: conectividade e superação das desigualdades entre pessoas e regiões. Gestão Pública: inovação, eficiência e tecnologia a serviço do cidadão. Em consonância com essas diretrizes, os Programas para a Agricultura Paulista atuam no sentido de concretizar uma sociedade democrática, plural, economicamente avançada, cada vez mais justa e empenhada em proporcionar igualdade de oportunidades aos seus integrantes. Dos onze objetivos estratégicos discriminados pelo Governo do Estado de São Paulo para o PPA 2016-2019, as ações dos Programas vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento contemplaram: São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social; Sociedade saudável, com maior qualidade de vida e longevidade; meio ambiente preservado, saudável e sustentável; urbanização inclusiva, com moradia e infraestrutura adequada em todo território paulista, com mobilidade urbana ampliada; economia paulista competitiva, voltada para a inovação tecnológica, o incremento da produtividade e a geração de empregos de boa qualidade; sociedade resiliente às mudanças climáticas, com disponibilidade de água para as gerações presente e futuras; gestão Pública inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e a execução dos programas e serviços públicos de qualidade. O presente documento está organizado segundo os programas inseridos no PPA 2016-2019, constituindo-se em relatório do ano e apresentando os indicadores associados às principais ações governamentais previstas no referido Plano Plurianual.

Tecnologias Sustentáveis para o Desenvolvimento Rural e Agroindustrial - Na Ação Geração de Conhecimento e Tecnologias Sustentáveis, no ano estiveram em execução na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA 743 pesquisas, destacando-se as participações dos grupos políticas públicas para o desenvolvimento sustentável - 27,0% do total, horticolas e agronegócios especiais - 24,0% do total e grãos e fibras - 15,5% do total, - Tabela 1.

Tabela 1 – Geração do conhecimento, número de pesquisas em andamento

Grupos	Quantidade	%
Agroexportação	26	3,5%
Grãos e Fibras	115	15,5%
Proteína Animal	84	11,3%
Horticolas e Agronegócios Especiais	178	24,0%
Desenvolvimento Regional	112	15,1%
Bens de Capital e Informações	27	3,6%
Políticas Públicas	201	27,0%
Total	743	100,0%

Fonte: APTA

Além de atividades de pesquisa, a transferência de tecnologia é preocupação permanente dos Institutos de Pesquisa vinculados à APTA. Estas instituições da SAA ampliaram sua inserção entre os produtores e a academia, incrementando a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em seus Centros de Pesquisa no meio científico e diretamente aos produtores e à agroindústria, através de publicações, realização de serviços técnicos especializados, prestação de consultoria técnica, participação de pesquisadores em eventos técnicos e científicos, dias de campo, dias temáticos, workshops, inserções na mídia, de ações de formação de recursos humanos e também através de cinco cursos de pós-graduação em nível de Mestrado e dois em nível de Doutorado, além de participação em bancas e orientações a estagiários, graduandos e pós-graduandos. Dos serviços prioritários oferecidos pelas unidades de pesquisa da APTA, destaca-se a disponibilização diária dos avanços tecnológicos em meio digital, por meio dos sites institucionais, o que dá agilidade à transferência dos resultados de pesquisa para a sociedade como um todo, e de mecanismos por meios dos quais os usuários, seja da sociedade civil ou Estado, podem esclarecer dúvidas, consultar informações para suas tomadas de decisão e resolver problemas específicos diretamente com os pesquisadores especialistas nas diversas áreas. Entre as atividades de transferência do conhecimento, na Ação Análises Laboratoriais para a Qualidade do Alimento, foram realizadas cerca de 425 mil análises laboratoriais - Tabela 2. Essas análises são essenciais para aumentar o padrão de qualidade tanto dos processos produtivos quanto dos produtos obtidos. Esses serviços especializados prestados abrangem uma ampla gama de diagnoses, cobrindo desde insumos da produção rural até análises de alimentos prontos para o consumo final.

Tabela 2 – Transferência do conhecimento, APTA, metas executadas.

Item	2019
Análises laboratoriais (n°)	425.000
Sementes Básicas (kg)	330.000
Atendimentos eletrônicos (n°)	1.430.000
Atendimentos Técnicos (n°)	445.000
Atendimentos Diretos (n°)	405.000
Pessoas Treinadas (n°)	40.000

Fonte: APTA

No âmbito da Ação Insumos Tecnológicos Estratégicos foram produzidos aproximadamente 330 mil kg de sementes básicas, destinadas à multiplicação comercial para o atendimento da demanda dos agricultores - Tabela 2. Esses materiais permitem a obtenção de altas produtividades nas lavouras, associadas a ganhos de quantidade e de qualidade na produção final, gerando postos de trabalho e renda. Os atendimentos técnicos - realizados na Ação Transferência de Conhecimento e Tecnologias Sustentáveis - atingiram número de 445 mil, dos quais 405 mil referem-se a atendimentos diretos e 40 mil a pessoas treinadas. Os acessos às informações via internet somaram 1,43 milhão - Tabela 2. Os recursos aplicados continuamente pelo Governo do Estado de São Paulo nos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, coordenados pela APTA, vêm mantendo o Estado no posto de principal produtor agrícola nacional, de maior exportador de mercadorias do agronegócio e de detentor dos níveis mais elevados de produtividade total de fatores PTF. Os impactos dos contínuos aumentos de produtividade e eficiência na produção agrícola, propiciados pela pesquisa agropecuária, beneficiam todos os setores da economia paulista, gerando empregos, renda, aumentando a segurança alimentar e diminuindo desigualdades sociais, com respeito ao meio ambiente - sustentabilidade. O retorno econômico propiciado por 48 das principais tecnologias desenvolvidas pela APTA e já adotadas pelos setores da produção agropecuária foi estimado em aproximadamente R\$ 10,9 bilhões, no biênio 2016/2017, provenientes de aumentos de produtividade, redução de custos, expansão de áreas e agregação de valor. Nesse mesmo período foram destinados à APTA aproximadamente R\$ 586 milhões em recursos oriundos, principalmente, do Tesouro do Estado de São Paulo - 74,6%, da iniciativa privada - 15,6%, de agências de fomento - 5% e do Fundo Especial de Despesa - 5%. Portanto, os recursos investidos na APTA em períodos anteriores resultaram em retornos 12,20 vezes maiores do que os recursos utilizados no biênio 2016/2017. O Tesouro do Estado de São Paulo direcionou R\$ 437,8 milhões para o orçamento da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - APTA no biênio 2016/2017. Os recursos aportados pelo Tesouro somaram R\$ 166.979.556,29 até o mês de novembro, sendo que 92,8% foram destinados à remuneração de servidores, 7,2% dedicados aos contratos, custeio de água, energia elétrica, telefonia e outros, não havendo sobra para investimentos em infraestrutura. A APTA também utilizou R\$ 4.983.380,66 de recursos federais, sendo 24% em custeio e 76% em investimentos. IAC, IB, ITAL e IZ executaram a primeira etapa dos Planos de Desenvolvimento em Pesquisa - PDIP com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado - Fapesp, com vistas à modernização da infraestrutura e à capacitação das equipes. Indicadores de impactos do Programa 1301 - calculados pelo Instituto de Economia Agrícola IEA-APTA - mostram que a estimativa preliminar do valor da produção agropecuária - VPA do Estado de São Paulo - lavouras e explorações animais atinge aproximadamente R\$ 80,38 bilhões, representando acréscimo de 7,25% sobre o calculado no ano anterior. Quando deflacionado pelo IPCA o VPA mostra crescimento em termos reais de 4,5%, relativamente ao obtido em 2018. O valor das exportações do agronegócio paulista, de acordo com dados do MAPA, deverá fechar em cerca de US\$ 14,5 bilhões. As mais recentes variedades de cana-de-açúcar registradas pelo Programa de Melhoramento Genético de cana-de-açúcar do Instituto Agronômico foram expostas durante a Agrishow 2019: a IACSP01-5503 e a IACSP01-3127, com perfis diferentes e alto desempenho. A variedade adaptada ao Cerrado, a IACCTC07-8008, que apresenta rendimento agrícola em torno de 11% a 16% superior à da variedade padrão também foi apresentada na Agrishow 2019. O MPB - sistema de mudas pré-brotadas do Programa Cana IAC, obteve o registro da marca junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI. Cerca de 700 profissionais já foram treinados pelo Instituto Agronômico nesse método inovador de plantar cana-de-açúcar que é até 20 vezes superior ao plantio tradicional mecanizado. A IAC 1850 representa a 50ª cultivar de feijão carioca desenvolvida pelo Instituto Agronômico e foi apresentada durante a Agrishow 2019. A cultivar apresenta tolerância ao escurecimento do grão e também às principais doenças que acometem a cultura, como a antracnose e murcha de fusarium. Outro destaque do Instituto Agronômico é o programa de melhoramento genético do amendoim. Foi lançada a IAC Top Verde, que se destaca em ambientes onde não são usados fungicidas, e é a primeira cultivar de amendoim desenvolvida no Instituto Agronômico adequada para o mercado de produtos orgânicos. Inovou com o desenvolvimento de trabalhos que resultaram em avanços e conceitos inovadores para controlar a colonização de Xylella fastidiosa em plantas de citros, que envolvem o uso de transgenia e da molécula N-acetil-cisteína - NAC. A molécula N-acetil-cisteína, conhecida no tratamento de infecções bacterianas nas vias aéreas de humanos, mostrou-se eficiente no controle de fitopatógenos dos citros, incluindo a Xylella. Não há nenhum produto disponível no mercado para o controle desse fitopatógeno, sendo o NAC comprovadamente eficiente. Desenvolveu um método inédito capaz de avaliar os resíduos de produtos químicos nas vestimentas usadas por trabalhadores rurais. A pesquisa faz parte do Programa IAC de Qualidade em Equipamentos de Proteção Individual - IAC-Quepia e foi apresentada na França, em maio, em reunião técnica do Consórcio Internacional para Desenvolvimento e Avaliação da Qualidade de Equipamentos de Proteção Individual na Agricultura. O Instituto Biológico realizou o diagnóstico de várias enfermidades animais, totalizando até outubro, 55.878 análises específicas possibilitando exportações de importantes contingentes de animais, em especial de bovinos. Além desses diagnósticos, realizou pesquisa de vírus adventícios para as indústrias de vacina animal, garantindo que o produto final contenha apenas os agentes-alvos. Participou também do Programa Nacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, mediante a realização de diagnóstico sorológico de febre aftosa para trânsito interno em mais de 3 mil animais. Na área de sanidade avícola, foram realizadas 184.116 análises para: Influenza Aviária, Doença de Newcastle, Salmoneloses, Micoplasmoses e Laringotraqueíte. Além das análises fitossanitárias para atendimento de demandas de produtores, empresas e associações, realizou microtitulações colorimétricas para avaliação in vitro de princípios ativos de fungicidas para empresas produtoras de agroquímicos. No período, realizou 5.349 assessorias técnico-científicas para empresas e associações de produtores, visando atender as necessidades quanto a problemas fitossanitários e determinantes de resistência de fungicidas. Foram produzidas pelo Laboratório de Produção de

Imunobiológicos do Instituto Biológico, 4.565.400 doses de antígenos para diagnóstico da Brucelose - AAT e prova lenta e Tuberculose - bovina e aviária. Foram ministrados dois cursos de habilitação de responsáveis técnicos para emissão de CFO/CFOC – Certificado Fitossanitário de Origem, capacitando 150 engenheiros agrônomos. O Programa de Sanidade em Agricultura Familiar – PROSAF, coordenado pelo Instituto Biológico, atendeu cerca de 250 pessoas, entre produtores rurais e técnicos do setor público e privado, relacionados às cadeias de carne - ovinos e leite - bovinos. A exposição Planeta Inseto, sediada no Museu do Instituto Biológico, recebeu no ano, até novembro, 31.565 visitantes. Estabeleceu 16 contratos de implantação e manutenção de biofábricas para produção de fungos entomopatogênicos para o controle biológico de pragas, com empresas privadas. Os projetos contam com a assessoria do Programa de Inovação e Transferência de Tecnologia em Controle Biológico - Probio para fortalecer o uso do controle biológico nas culturas de cana, soja, morango, banana, seringueira e plantas ornamentais. No Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Marinha e Estuarina do Instituto de Pesca, dados de produção desembarcada, locais de pesca e valores de primeira comercialização alimentam a plataforma ProPesqWEB. Por meio do sistema, é possível obter informações sobre a produção pesqueira por município, por aparelho de pesca ou por espécie. Até o mês de julho, apresentou as seguintes métricas: 2088 consultas sobre monitoramento da produção pesqueira e dados de primeira comercialização; emissão de 394 relatórios de produção pesqueira. Além disso, destaca-se: emissão de 800 declarações de produção para pescadores do Litoral Sul, para fins de seguro, licenças de pescas, embarcação e RG, ou para comprovação de renda; realização de cerca de 84.000 entrevistas a pescadores colaboradores para obtenção das informações pesqueiras que alimentam o ProPesqWeb. O Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto de Pesca celebrou um contrato de transferência de tecnologia e licenciamento para outorga de direito de uso de cinco bactérias, com potencial de utilização como probióticos para peixes, cujo isolamento foi realizado dentro de um projeto de pesquisa apoiado pela FAPESP. O produto gerado é específico para a cadeia produtiva da tilápia. Os probióticos são organismos vivos ou viáveis benéficos ao hospedeiro, que podem reduzir a utilização de antimicrobianos antibióticos na criação animal. Esses produtos melhoram a segurança do alimento por reduzir o risco do produto peixe conter resíduos de produtos químicos. O Instituto de Pesca em parceria com a Associação de Piscicultores em Águas Paulistas e da União – Peixe SP lançou o Trailer Laboratório, uma unidade móvel disponibilizada para análises de qualidade da água e de enfermidades de peixes em sistemas produtivos de tilápias. A Unidade laboratorial deve percorrer diversas regiões produtoras no estado de São Paulo, facilitando o acesso dos produtores a um diagnóstico de sua estrutura produtiva. Essa parceria deverá integrar os produtores em uma ação conjunta voltada a sanidade e sustentabilidade da atividade de tilapicultura em São Paulo. O Instituto de Tecnologia de Alimentos criou, o Centro de Inovação em Proteína Vegetal – PRO-VEG, que tem por objetivo obter novos ingredientes proteicos a partir de fontes vegetais, dando ênfase em matérias-primas brasileiras, e desenvolver produtos e formulações à base de proteínas vegetais com apelo sensorial e nutricional. Em busca de alimentos com maior potencial funcional, o Instituto de Tecnologia de Alimentos realizou, o 1º Congresso Ibero-Americano de Peptídeos Bioativos. Também foram intensificadas as pesquisas com microencapsulação para incorporação de substâncias com propriedades funcionais em matrizes alimentícias assim como a partir do reaproveitamento de resíduos do processamento como cascas de manga e de café. Lançou, através de editora inglesa, o livro “Microbiological Examination Methods of Food and Water”, um manual ilustrado de técnicas de laboratório com uma visão geral dos métodos disponíveis na atualidade. Coordenou o livro “Inovações e Avanços em Ciência e Tecnologia de Leite e Derivados” com o Instituto Federal do Rio de Janeiro – IFRJ, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRJ e o Instituto Federal do Paraná – IFPR. Ainda foram destaques, seminários inéditos atendendo relevantes demandas do setor produtivo. Para atualização em assuntos regulatórios na indústria de carnes, profissionais do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA integraram a programação do evento, que contou com representantes de entidades setoriais e frigoríficos de diferentes portes. Já ingredientes, produtos e mercado de produtos de panificação, chocolates, balas e confeitos foram abordados sob a ótica da sustentabilidade, tema essencial em todas as atividades desenvolvida pelo Itai nos últimos anos. Os laboratórios do Centro de Pesquisa de Embalagens do Instituto de Tecnologia de Alimentos ampliaram seu escopo de acreditação junto à Cgcre/INMETRO, na versão de 2017 da norma ISO 17025, especialmente com ensaios de avaliação da segurança de materiais de embalagem para contato com alimentos e bebidas. O Instituto de Zootecnia disponibilizou reprodutores e matrizes das raças Nelore, Caracu e Guzerá para pecuaristas em leilão ocorrido em Sertãozinho. Além disso, intensificou a venda de embriões e sêmen em parceria com empresa privada. Para os excelentes resultados alcançados na melhoria genética dos rebanhos brasileiros o Instituto de Zootecnia agregou a tecnologia genômica que contribui para redução de riscos, viabiliza a seleção de características de difícil mensuração, além de aperfeiçoar os processos de avaliação genética com DEPs - Diferença Esperada na Progenie suficientemente confiáveis. Ampliou suas pesquisas relacionadas a área estratégica dos Sistema Integrados e Produção Agropecuária com o novo Laboratório de Forragicultura que ampliou a capacidade de análise do Banco Ativo de Germoplasma – BAG-IZ, único em diversidade de espécies forrageiras tropicais da América Latina. A reestruturação do espaço contou com investimento de R\$ 602.889,92, provenientes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, que em 2018 aprovou o Plano de Desenvolvimento Institucional em Pesquisa do IZ PDIP/IZ, aportando o total de R\$ 11,665 milhões ao instituto de pesquisa paulista onde outras modernizações estão sendo realizadas. A readequação da estrutura possibilitou modernizar os equipamentos, a estrutura civil e elétrica. A atualização colaborou para ampliar as parcerias com empresas públicas e privadas, para desenvolver pesquisas estratégicas com lançamento de novos cultivares de gramíneas e leguminosas, utilizada na alimentação animal. Realizou o acompanhamento da Qualidade do Leite produzido pelos produtores rurais assistidos pelos agentes da CDRS. O objetivo foi fazer a junção da transferência de tecnologia para a atividade leiteira de agricultores familiares visando à melhoria da qualidade do leite através de diagnósticos, treinamentos e acompanhamento das tecnologias treinadas e divulgadas para os produtores rurais. O Laboratório de Genética iniciou a prestação de serviços realizando a genotipagem de DNA extraído de produtos animais - leite, sangue, pelos, para identificação das variantes alélicas A1 e A2 dos genes beta-caseína. O Instituto também desenvolveu dois métodos de genotipagens para essas variantes alélicas, mostrando que esse processo é viável e poderá ser utilizado para eventuais exames de fiscalização sancionados por resoluções quanto à produtos lácteos. A APTA Regional ganhou destaque com: pesquisa de melhoramento genético de cultivares de batatas-doces coloridas, mais produtivas e com características que agradam produtores rurais e consumidores. Já foram testadas mais de 2.300 plantas obtidas por meio de sementes e, dessas, foram selecionadas 80 variedades. Uma delas produz cerca de 70 t/ha de raízes tuberosas comerciais; pesquisas para o desenvolvimento de um produto natural, um bioinsumo, batizado de “Terexxo” a base de terebintina, um óleo essencial extraído da resina do pinheiro, utilizado para o controle de carrapatos, bernes e mosca dos chifres em vacas

leiteiras e gado de corte. Em conjunto, está em desenvolvimento o dispositivo de órtese biomimética Rabixoo feito de plástico poliuretano e fios de nylon com terebintina que é fixado no terço médio da cauda das vacas para auxiliar no controle de ectoparasitas. A tecnologia já teve pedido de patente registrado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial INPI e está sendo desenvolvida em conjunto com uma startup. A ideia é conseguir investidores para colocá-la no mercado como ferramentas de gestão e bem-estar animal na pecuária 4.0; pesquisa que identificou o aumento da produtividade do café arábica consorciado com macadâmia. Elas protegem o cafezal das ações do calor e do vento, dois “inimigos” dos grãos. Além disso, o cultivo consorciado ajuda na ciclagem de nutrientes para o café. Com a florada da macadâmia controla pragas e modifica o ambiente, assim, com menos vento e mais sombra e umidade, algumas doenças somem, mas outras surgem, como as fúngicas, então é preciso cuidados; pesquisa Avaliação de Cultivares de soja em sistema de plantio direto na palha e pacotes tecnológicos. O sistema de plantio direto na palha - SPDP tem contribuído para atividades agrícolas mais competitivas do ponto de vista econômico e ambiental. O Instituto de Economia Agrícola desenvolveu atividades de pesquisa e prestação de serviços de elevada relevância para a sociedade paulista, especialmente, para aquela parcela mais próxima das atividades vinculadas à agropecuária. Conduzindo cinco previsões de safra, em parceria com a CDRS, foi possível observar incrementos na produção de laranja dentre as culturas perenes e de feijão, milho - 2ª safra, soja - irrigada, trigo e triticale, dentre as anuais. A cultura da cana-de-açúcar, para essa safra agrícola 2018/2019, tem produção menor que a obtida na safra passada, porém continua como protagonista no setor agropecuário. A Instituição também disponibilizou o Valor da Produção Agropecuária Paulista e Regional que tem por finalidade mostrar o desempenho da atividade agropecuária paulista, apresentando a posição relativa dos diversos produtos e suas evoluções e corresponde ao faturamento bruto dentro da unidade de produção. O IEA também disponibilizou resultados da Balança Comercial do Agronegócio Paulista e Brasileiro. Para as estatísticas de preços de terras foi desenvolvido um aplicativo “Calculadora do Valor Venal da Terra Nua” que é utilizado para o Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doação – ITCMD. A realização da terceira edição do LUPA 2016/2017 foi finalizada pelo Instituto de Economia Agrícola. Foram 339.442 Unidades de Produção Agropecuária - UPAs recenseadas, somando 16,7 milhões de hectares, compreendendo a exploração agropecuária e florestal, de um total de 20,3 milhões de hectares incluindo ainda áreas complementares e exploradas com vegetação natural e de brejo e várzea. Os seguintes levantamentos são realizados pela Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS, em conjunto com o IEA/APTA, para elaboração de análises que orientam os empreendedores paulistas das cadeias produtivas e a formulação de políticas públicas para a área: Levantamento Subjetivo para Previsão de Safras Agrícolas, cuja finalidade é levantar dados de estatísticas de produção nos municípios para elaboração dos relatórios de previsões e estimativas de safras agrícolas. Foram preenchidos 3.225 questionários on line; levantamento Subjetivo de Preço Corrente que tem por objetivo levantar preços e valores correntes de fatores, insumos e produtos agropecuários nas diferentes regiões do Estado de São Paulo. Foram preenchidos 1.935 questionários on line; realização do LUPA - o LUPA é o Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo por meio de visitas às propriedades rurais. Foram atualizados os dados de 42.330 unidades de produção do Estado e realizadas 98.185 ações de depuração dos dados; os técnicos da CDRS relataram no sistema de Relatório Diário de Atividades – RDA, um total de 235.438 atividades.

Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável - Microbacias II - A CDRS realiza ações que buscam o desenvolvimento social e econômico sustentável do campo, por meio de programas e ações participativas articuladora da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícola através de programas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado - PDRS – Microbacias II, o principal de seus programas de ATER, está apoiando as organizações de produtores rurais para que possam participar de maneira mais efetiva junto ao mercado consumidor. Assim, consolida um novo perfil de agricultor familiar empresarial, capaz de gerar mais renda a partir da atividade rural e, principalmente de reduzir o êxodo rural da população mais jovem, permitindo que passem a participar do processo de gestão desses novos empreendimentos. O PDRS – Microbacias II acumulou em 6 chamadas públicas, até o final do ano de 2019, 422 planos de negócios aprovados e em implantação, o que totaliza um apoio de R\$ 130.876.898,06 na forma de subvenção econômica e atendendo a um público de 9.607 produtores e suas famílias, sendo 93% de agricultores familiares

Tabela 3 - Resumo das Chamadas para Iniciativas de Negócio das Organizações

Nº Chamadas	Data	Nº Propostas elaboradas	Nº Propostas aprovadas	Valor apoiado R\$ milhões
1ª	2/8/2011	92	33	12,95
2ª	27/8/2012	42	30	10,73
3ª	26/4/2013	40	21	8,39
4ª	11/11/2013	60	40	15,52
5ª	10/4/2014	72	48	16,26
6ª	22/7/2015	157	114	52,91
Indígena		18	18	2,37
Quilombola		73	72	11,55
Total		554	422	130,88

Nas Salvaguardas Sociais do Projeto foram trabalhados quatro objetivos estratégicos: Realização de serviços permanentes de ATER nas Aldeias e Quilombos; realização de cursos de capacitação para estas populações; elaboração, com as comunidades e organizações parceiras - Funai, ITESP, de Planos de Etnodesenvolvimento, que contemplam um diagnóstico integral de cada comunidade, com o levantamento dos principais problemas e das potencialidades e talentos existentes; elaboração de propostas de investimentos a serem realizados pelo PDRS - Microbacias II por meio das associações comunitárias. Foi dada continuidade nos trabalhos de finalização da implantação dos empreendimentos dos planos de negócio das associações e cooperativas e nos projetos comunitários das comunidades indígenas e quilombolas, totalizando 74 organizações, com reembolso de R\$ 5,98 milhões, por intermédio dos recursos disponíveis à conta do Projeto junto ao fundo do FEAP, referentes à contrapartida do estado no Acordo de Empréstimo, finalizado em setembro de 2018. Importante salientar que, após finalizados todos os reembolsos comprometidos com as iniciativas de

negócio das associações e cooperativas de produtores rurais e dos projetos comunitários das comunidades indígenas e quilombolas, o Projeto Microbacias II ainda disponibilizou um saldo de R\$ 11.716.050,00 remanescente à conta do Projeto no fundo do FEAP, para a linha de subvenção do prêmio do seguro rural. Foram habilitados 2 projetos comunitários, sendo um da Associação Indígena Mbya Guarani Piray Pora e outro da Associação Remanescente de Quilombo Kimbundo do Cafundó. O gráfico a seguir apresenta os valores anuais apoiados para os beneficiários do Microbacias II:

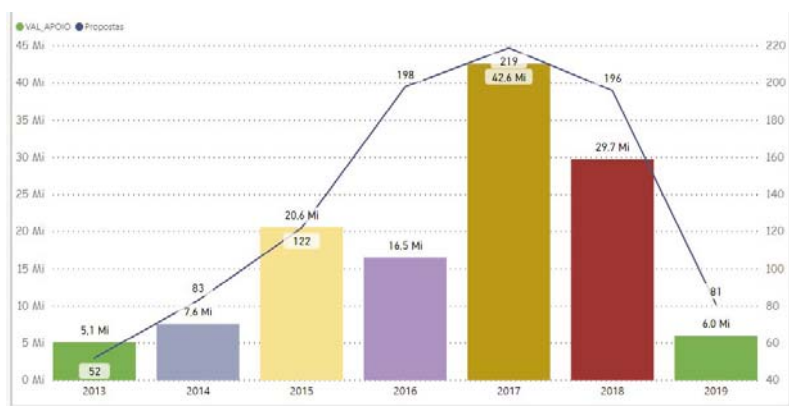


Tabela 4 - Valores dos projetos por tipo de organização, com os valores reembolsados até 19/11.

TIPO	Projeto - R\$	Apoio - R\$	Reembolsado - R\$	% Total
Associação	102.708.538,48	70.435.300,59	69.037.959,32	53,82%
Cooperativa	68.264.975,45	46.319.009,17	45.582.836,55	35,39%
Indígena	2.619.016,31	2.576.251,59	2.368.356,36	1,97%
Quilombola	11.708.853,10	11.546.336,72	11.087.266,38	8,82%
Total	185.301.383,34	130.876.898,06	128.076.418,61	100,00%

Abastecimento de Sementes e Mudanças no Estado de São Paulo - A ação insere-se na estratégia de garantir ao agricultor familiar o acesso a sementes e mudas com garantia de qualidade genética, fisiológica e sanitária, de melhor relação custo/benefício, visando à sustentabilidade da produção agrícola, e sua inclusão social. O atual cenário da produção de sementes no Brasil é de crescente oferta das espécies transgênicas. Em São Paulo, entretanto, a CDRS, por meio do seu Departamento de Sementes e Mudanças/DSMM, opta por ofertar sementes do tipo “variedade” não transgênicas, de ótimo potencial produtivo, adaptado às condições paulistas. Estas variedades têm sua importância tanto na agricultura convencional, como também na produção “orgânica”, onde os preceitos produtivos impedem o uso de quaisquer sementes modificadas geneticamente. O DSMM passou por um processo de ajuste de produção de sementes para alimentação básica como feijão, milho, trigo, triticale, soja convencional, sorgo, sorgo vassoura, aveia branca, aveia preta, girassol, painço, nabo forrageiro e guandu. Como resultado dos projetos de produção de sementes no sistema orgânico, foi lançado na AGRISHOW - 2019 o cultivar de milho variedade AL-Paraguaçu, selecionado para o cultivo orgânico, sendo plenamente adaptado a estas condições. Para atender a crescente demanda dos agricultores familiares deste segmento foi certificado pelo IBD área de 20ha na fazenda Ataliba Leonel onde são desenvolvidos trabalhos e testes de validação de novas tecnologias para atendimento aos agricultores. A nova sistemática de produção, concentrando quase sua totalidade na Fazenda Ataliba Leonel, visa otimizar o custo de produção, o controle de sanidade e a manutenção da qualidade, consequentemente disponibilizando sementes com menor custo ao produtor. Para que a produção de sementes e mudas fosse possível, houve investimentos nos dois últimos anos em aquisição de novos equipamentos, especialmente para a Fazenda Ataliba Leonel: pulverizador autopropelido; semeadora-adubadora; carreta tanque; trator; elevador de sementes; roçadeira; distribuidor de calcário; guincho; distribuidor de fertilizante, adequação e aquisição de equipamentos para o sistema de produção orgânica. O DSMM firmou contrato de prestação de serviços de campo e trabalhos rurais, que possibilitará dar continuidade nas atividades de produção, por meio de disponibilização de 32 postos de trabalho em 9 unidades de produção de sementes e mudas, sendo 2 direcionados para as atividades e produção orgânica, contratação fundamental para as atividades do Departamento. Houve ainda a modernização da sistemática de plantio e colheita, realizada anteriormente com servidores do próprio DSMM. Porém, com a aposentadoria de grande parte, a disponibilidade de mão de obra foi significativamente reduzida, optando-se por terceirizar os serviços. Desta forma, foi terceirizado o plantio da safra de verão e de inverno com também a colheita destas safras, agilizando as atividades com execução nos momentos mais adequados de umidade e utilizando equipamentos mais modernos que possibilitaram uma melhora significativa na quantidade e qualidade das sementes produzidas. O Laboratório Central de Sementes e Mudanças - LCSM, responsável pelas análises da qualidade das sementes produzidas pelo DSMM, teve sua equipe capacitada para o uso e aplicação da ISO/IEC 17025:2017 e seu Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM foi renovado após auditoria realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em teste de comparação interlaboratorial organizado pelo MAPA e testes de proficiência realizados pela International Seed Testing Association - ISTA obteve resultados satisfatórios, estando de acordo com os métodos e procedimentos adotados nos laboratórios nacionais e internacionais de análises de sementes. Novembro o LCSM processou 2.551 amostras que totalizaram 7.790 análises de sementes incluindo sementes certificadas produzidas pelo DSMM, sementes genéticas produzidas pelo Instituto Agrônomo de Campinas - IAC, amostras da fiscalização internacional do MAPA e atendimento aos produtores

rurais. O Centro de Produção de Mudanças - CPM/DSMM promoveu através de seus Núcleos de Produção de Mudanças - NPM's 5 cursos na área de Fruticultura para 130 participantes; realizou 2 Dias de Campo sobre Atemóia e Maracujá para 145 participantes; e um Seminário de Fruticultura de Clima Temperado / Subtropical para 210 participantes. O DSMM participou ativamente na preparação e organização do estande do DSMM na AGRISHOW 2019, com exibição de equipamentos para análise de sementes, venda de mudas e exposição das diversas sementes produzidas pelo DSMM.

Segue abaixo tabela contendo o resumo dos produtos/serviços produzidos pelo DSMM

Tabela 5 - Atividades do DSMM/CDRS.

Produtos / Serviço	Quantidade
Sementes (kg)	1.650.000
Análises de Sementes (unidade)	7.790
Estoque de passagem de mudas 2018/19 (unidade)	115.500
Mudas produzidas	178.000
Matrizes de morango	30.000

FONTE: DSMM/CDRS (posição novembro)

Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável - ATERAS - A CDRS realizou atividades visando a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento e aprimoramento das cadeias produtivas do Estado. Neste sentido, cerca de 2.740 ha localizados no meio rural paulista foram assistidos pelos técnicos da CDRS por meio da elaboração e/ou acompanhamento de projetos técnicos, recomendações de práticas de manejo para recuperação de áreas degradadas, uso racional da água e adoção de sistemas de produção sustentáveis. Considerando esta área, foram elaborados e executados 29 projetos de subvenção para recuperação de voçorocas, por meio do Projeto Integra SP - Recuperação de Áreas Degradadas por Grandes Erosões do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - FEAP, abrangendo 2.036ha, foram R\$ 530.200,01 em recursos aplicados nessas propriedades. O Projeto Nascentes, cujo objetivo é manter e recuperar as matas ciliares e promover a restauração ecológica ao mesmo tempo em que protege os recursos hídricos nas propriedades rurais, teve 3 projetos aprovados e forneceu R\$ 46.713,00 em subsídios. Um dos objetivos da CDRS é desenvolver a bovinocultura leiteira paulista, promovendo o incremento da produção e produtividade, da qualidade do leite produzido, bem como o aumento da renda, principalmente dos produtores familiares, por meio da adoção de práticas sustentáveis de gestão e produção. Foram realizadas pelos técnicos da CDRS 13.397 atividades relacionadas a cadeia produtiva do leite e foram aplicados 109 Protocolos de Boas Práticas Agropecuárias junto às propriedades rurais. Em cada propriedade atendida buscar-se-á aumentar a produtividade por área e por vaca ordenhada, além da produção de leite com os padrões estabelecidos pelas Instruções Normativas IN 76 e 77 do MAPA. Para tanto, será considerada para o planejamento e execução das atividades a serem implementadas nestas unidades de produção uma escala de prioridades para a adoção das estratégias técnicas seguindo um roteiro determinado, visando: melhoria da qualidade da pastagem e alimentação; boas práticas sanitárias e de reprodução; conforto e bem-estar animal; melhoramento genético do rebanho; destinação adequada dos resíduos; agregação de valor, qualidade do leite e produção de alimento seguro. Os seguintes levantamentos, realizados pela Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável, são utilizados pela APTA/IEA para elaboração de análises que orientam os empreendedores paulistas das cadeias produtivas e a formulação de políticas públicas. Abaixo os levantamentos realizados até 22/11. Levantamento Subjetivo para previsão de Safra - cuja finalidade é levantar dados de produção nos municípios, os quais servirão, principalmente, para checar os dados dos levantamentos Objetivos e para elaborar previsões e estimativas de safras de produtos que não constam no Levantamento Objetivo. Foram preenchidos 3.000 questionários; Levantamento Subjetivo de Preço Corrente - tem por objetivo levantar preços e valores correntes de fatores, insumos e produtos agropecuários nas diferentes regiões do Estado de São Paulo. Foram preenchidos 1.743 questionários para o levantamento de dados subjetivos de preços correntes no ano; Atualização do Banco de Dados do LUPA - o LUPA é o Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. Atualmente a CATI faz a atualização do LUPA durante atendimentos realizados aos produtores rurais. Foram atualizadas informações de 11.422 unidades de produção do Estado; Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores - Informação dos preços dos produtos agrícolas pagos aos produtores rurais. Foram levantados 4.433 questionários. Valor de Terra Nua - São levantados os valores da terra nua dos municípios do Estado de São Paulo, os quais são referências para o cálculo de alguns impostos como o ITR Imposto Territorial Rural. No ano serão levantados os valores de terra nua de 645 municípios. As atividades desenvolvidas pelos extensionistas encontram-se registradas no RDA - Relatório Diário de Atividades. Seguem números abaixo:

Resumo das atividades desenvolvidas na CDRS, de acordo com o Relatório de Atividades Diárias - RDA - até 20/11

Realização de atividades de capacitação (cursos, demonstração de método, demonstração de resultado, dias de campo, excursão) - Resumo RDA	1.828
Participação em atividades de capacitação (palestras, aula, treinamento de pessoal) - Resumo RDA	3.991
Atendimento diversos (comunicação escrita, comunicação falada, comunicação televisiva, consulta, levantamentos, receita técnica, visita de orientação, visita de trabalho, venda de sementes, assessoria técnica, análise de projetos, mapeamento e georreferenciamento) - Resumo RDA	112.845
Atividades de planejamento (plano ou projeto, reunião de trabalho, reunião técnica) - Resumo RDA	15.497
Prestação de serviços (inspeção ou vistoria, serviços prestados, serviços prestados à prefeitura, recebimento de notas de vacina, declaração) - Resumo RDA	36.515
Emissão de documentos (laudos, receitas técnicas, declarações) - Resumo RDA	26.061
Outros (acompanhamento Técnico-adm., demandas do lupa, desenvolvimento de sistemas/software, suporte técnico em informática, manutenção do site da CDRS, consulta a banco de dados) - Resumo RDA	22.766
Emissão de GTA	507
Total Geral	220.010

Capacitação - O Centro de Treinamento e Assistência Técnica Educacional da CDRS, é responsável pelo gerenciamento da capacitação do corpo técnico e administrativo da rede e pela coordenação das atividades de treinamento e desenvolvimento dos produtores e trabalhadores rurais. Oferece oportunidades de estágio curricular obrigatório para alunos de escolas públicas ou privadas de 2º Grau ou Ensino Superior, visando o aperfeiçoamento técnico-científico-profissional e a promoção da integração instituição de ensino-comunidade, contribuindo para a implementação da missão da CDRS. Possui salas de aula, de reunião e de informática, assim como um auditório, com capacidade de 238 lugares. Essas dependências são disponibilizadas para aluguel ou cessão, para instituições públicas e privadas que se interessarem, mediante solicitação prévia. Certificou 221 atividades, visando atender ao processo de capacitação de técnicos e produtores, distribuídos conforme tabelas abaixo.

Tabela 6 - Atividades certificadas de capacitação do público externo e interno.

Atividades	Quantidade
áreas degradadas	6
conservação do solo e da água	3
apicultura e meliponicultura	12
ênfoque nas atividades da CDRS - demanda	23
agricultura orgânica	7
bovino de leite	52
bovino de corte e leite	8
bubalinocultura	1
cafeicultura	8
fruticultura	17
heveicultura	3
olericultura	34
grãos	4
plantas medicinais	5
uso correto de agrotóxicos	11
agroindústria	7
associativismo/cooperativismo	12
avicultura	2
cana-de-açúcar	2
sericicultura	1
suinocultura	2
transição agroecológica	1
Total de atividades realizadas	221

Fonte: CETATE/CDRS

Público Capacitado	Quantidade
Produtores rurais e familiares	5946
Indígenas e quilombolas	114
Público estratégico	600
Público operacional	1862
Atendimento ao Fale Conosco e Ouvidoria	8
Estágio curricular finalizados	10*
Afastamento para eventos técnico-científicos	217
Total Público Capacitado	8.757

Cessão de dependências do CETATE.

	Quantidade de Atividades	Quantidade de Participantes
Atividades para Público Interno	21	822
Atividades para Público Externo	50	2.771
Total	71	3.593

Fonte: CETATE/CDRS

Assim como o CETATE, o Centro de Comunicação Rural – CECOR, também vinculado ao DCT, elencou suas atividades de comunicação na tabela abaixo.

Atividades desenvolvidas pelo Departamento de Comunicação e Treinamento – DCT

Site da CDRS www.cati.sp.gov.br	585.000	número de acessos
	86	notícias postadas
Número de notícias sobre a CDRS divulgadas pela imprensa http://www.cati.sp.gov.br/portal/imprensa/cati-na-imprensa	1.747	reportagens
Notícias postadas no site da SAA	45	
VÍDEOS PRODUZIDOS	49	vídeos
	15.652	acessos
	3.367	seguidores canal
FACEBOOK	3.350	seguidores
	121	posts
INSTAGRAM	1.442	seguidores
	71	posts
PUBLICAÇÕES	430	comercializadas

Na área de políticas públicas, a CDRS é habilitada a emitir declarações de aptidão para acesso ao Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – FEAP, ao Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social – PPAIS e também ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar – Pronaf, sendo que seus técnicos orientam os produtores e ainda elaboram as propostas e projetos necessários para participação nestas políticas públicas. É importante destacar que a Declaração de Aptidão ao FEAP habilita o produtor rural paulista a participar também dos programas de subvenção, das linhas de crédito FEAP, dos programas Pró-Trator e Pró-Implemento e do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas por Grandes Erosões – RADGE.

Tabela 7 - Número de declarações emitidas pela CDRS.

Tipo de Atividade	Total
Declarações de Aptidão ao PPAIS (DCONP) emitidas	395
Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) emitidas	9.000
Declarações de Aptidão ao FEAP (DAF) emitidas	3661
Total	9761

Fonte: CDRS (DCONP/RDA/FEAPNet) 1 O baixo número de DAF emitidas se deve a reestruturação do FEAP, deixando as linhas de financiamento fechadas por boa parte do ano.

Práticas de Manejo de Solo Sustentáveis para Mitigação das Emissões de Carbono - A Secretaria por meio da CDRS deu continuidade às ações de âmbito conservacionista e de boas práticas agropecuárias nas propriedades rurais por meio de ações que beneficiaram 2.036 ha, tendo como política norteadora o Programa Integra São Paulo - Decreto 58.930/2013. Deste modo, para conseguir realizar estas atividades, utilizou recursos da Ação 4437 - Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável – ATERAS, cujas ações foram descritas anteriormente. As ações foram materializadas por meio dos programas de crédito e subvenção vinculados ao FEAP, e principalmente pelas atividades de extensão rural realizadas dentro Projetos Institucionais da CDRS. Outra ação rotineira realizada pela CDRS, considerando a questão da regularidade das atividades rurais perante os órgãos ambientais, é a emissão das Declarações de Conformidade da Atividade Agropecuária – DCAA para empreendimentos agropecuários no Estado de São Paulo. A DCAA é um documento que dispensa o licenciamento ambiental de algumas atividades agropecuárias em função de seu reduzido potencial poluidor, conforme disposto em Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC. Foram emitidas um total de 25.557 DCAAs e 264 DCAAq.

Tabela 8 - Declarações de Conformidade da Atividade Agropecuária válidas

Cultivo de espécies de interesse agrícola temporárias, semi-perenes e perenes	36.487
Criação de animais domésticos de interesse econômico	15.493
Apicultura em geral	136
Reforma e limpeza de pastagens	441
Projetos de irrigação	275
Implantação ou regularização de poços e regularização de barragens e travessias	2.009
Atividade aquícola	2.123
Bovinocultura de corte em confinamento	431
Avicultura	2.037
Suinocultura	169
Total	59.601

Fonte: CIAGRO e Assessoria de Manejo Conservacionista/CDRS/SAA

Abastecimento, Segurança Alimentar e Dinamização das Cadeias Produtivas - As Ações Integradas em Abastecimento e Segurança Alimentar, inserida, visa o combate ao desperdício de alimentos; a implantação de cozinhas experimentais; a compra de sementes e instalação de hortas convencionais ou em ambiente protegido; a disponibilização de canais de comercialização ao produtor; a promoção da capacitação por meio de cursos e palestras na área de nutrição e geração de renda e a elaboração e distribuição de publicações. O Centro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CESANS, é responsável pelos cursos sobre educação alimentar e preparo de alimentos. Além dos cursos, há distribuições de publicações visando a promoção da Educação Alimentar. Foram disponibilizados 104.161 exemplares de publicações técnicas de orientação nutricional e educação alimentar, também foram testadas 56 receitas na cozinha experimental visando o aproveitamento integral dos alimentos e realizou-se o treinamento de 396 pessoas. É importante destacar que no ano corrente, houve capacitação com foco em alimentação saudável e geração de renda para alunos no Projeto das Padarias Artesanais no Palácio dos Bandeirantes e também a realização de cursos no Projeto Cozinha Alimento nos municípios do interior e na capital. Foram elaborados artigos e peças sobre Alimentação Saudável, bem como o atendimento à imprensa rádio, jornal, televisão e redes sociais por meio da veiculação de materiais técnicos com foco em alimentação e nutrição e em higiene na manipulação de alimentos. Foi realizado o lançamento dos livros: Marmitas Saudáveis e Brinque e Aprenda na Horta, este último é voltado ao público infantil. A Tabela 9 resume as atividades do CESANS.

Tabela 9 - Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Indicador	2019
Materiais de Orientação	104.161
Cozinha experimental (receitas testadas).	56
Cursos sobre alimentação	13
Pessoas treinadas	396

Fonte: CODEAGRO

As Hortas Comunitárias, para as quais a CODEAGRO distribui sementes por intermédio das Prefeituras Municipais, entidades assistenciais, casas de agricultura e organizações governamentais, é outra ação relevante que beneficia uma expressiva quantidade de pessoas, tendo sido distribuídos 20,76 kg para plantio de 23 hectares, atendendo cerca de 16 mil pessoas, como mostra a Tabela 10.

Tabela 10 - Hortas Comunitárias

Indicador	2019
Sementes em kg	20,76
Pessoas Beneficiadas	16.098
Hectares Plantados	23,71

Fonte: CODEAGRO

O Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor visa a criação de canais fixos e móveis para o escoamento de produtos hortifrutigranjeiros, agropecuários e agroindustriais de pequenas e médias propriedades. O objetivo é proporcionar condições necessárias para promover aumento da renda, difusão de informações técnicas e mercadológicas além da capacitação dos produtores e campanhas de alimentação com foco nos consumidores e, ao mesmo tempo, melhorar a disponibilidade de alimentos seguros, rastreados e a preços compatíveis aos praticados no mercado. O Projeto possui quatro feiras semanais: sendo três de produtos convencionais e uma de produtos orgânicos. Foram comercializadas mais de 2,8 mil toneladas de produtos. Semanalmente são atendidas, aproximadamente 6 mil pessoas. O Instituto de Cooperativismo e Associativismo – ICA, tem por finalidade orientar a organização de cooperativas e associações, principalmente na área rural. Proporciona também a essas sociedades, assessoria e consultoria administrativa, organizacional, econômico-financeira e jurídica. Promove cursos e seminários para cooperados, técnicos e funcionários de cooperativa e edita publicações de orientação às cooperativas e pesquisas sobre o cooperativismo e associativismo estadual. Entre as atividades realizadas destaque para: O sistema de compras públicas da agricultura familiar. Neste período disponibilizou, no site da CODEAGRO -www.codeagro.sp.gov.br, 799 editais de compras - PPAIS e PNAE da agricultura familiar, levando ao produtor oportunidades de negócio de mais de 240 milhões de reais. Houve ainda a ampliação da assessoria prestada pelo ICA às unidades executoras - entidades públicas executoras dos programas por meio de ações como a confecção e disponibilização de modelos de editais de compra, formatados de maneira clara e funcional; Os números de atendimentos às associações e cooperativas foram de 247 assessorias prestadas. - Tabela 11

Tabela 11 - Ações de Cooperativismo e Associativismo

Ano	Cursos/Seminários		Assessorias prestadas	
	Nº	Participantes	Associações	Cooperativas
2019	3	60	77	170

Fonte: CODEAGRO

Programa Defesa Agropecuária Para Proteção Ambiental, Saúde Pública e Segurança Alimentar - Objetivo: Promover, por meio da fiscalização dos agentes envolvidos na cadeia produtiva de alimentos, a manutenção e valorização do patrimônio agropecuário, a sanidade animal e vegetal, a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária e a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, visando incrementar a competitividade dos produtos paulistas. Erradicação da Febre Aftosa: Este programa visa manter o estado como área livre de febre aftosa, por meio de atividades como vacinação obrigatória de bovinos e bubalinos, vigilância e geoposicionamento em propriedades rurais, realização de inquéritos soroepidemiológicos, controle do trânsito, manutenção de sistema eficaz de vigilância epidemiológica, treinamento e capacitação do corpo técnico para atuação em emergências sanitárias e estímulo à participação comunitária na defesa sanitária animal. O último foco de febre aftosa no Estado São Paulo foi registrado em março de 1996, e o estado é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE como livre de febre aftosa com vacinação. A vacinação é obrigatória em bovinos e bubalinos e ocorre em duas etapas, sendo que em maio são vacinados bovinos de todas as idades e em novembro os bovinos compreendidos na faixa etária de até 24 meses. Para verificar as condições de vacinação, especialmente em propriedades consideradas de maior risco, são realizadas vacinações assistidas. A tabela 12 apresenta os dados referentes às etapas de vacinação. Na etapa realizada em maio/2019, foram vacinados 10.514.310 animais, 99,59% dos 10.557.596 bovinos envolvidos. Os dados referentes à etapa de vacinação novembro deverão ser totalizados no dia 31/12. Até 11/12, foi declarada a vacinação de 4.379.178 bovinos, 99,01% dos 4.422.921 animais envolvidos.

Tabela 12 - Vacinação contra a febre aftosa, executada

Produto/indicador	Maio	Novembro *
Bovinos vacinados	99,59%	99,01%*
Propriedades vacinadas	98,55%	96,84%*
Vacinações assistidas	1.096	785*

A tabela mostra os dados inseridos no Sistema GEDAVE até *11/12.

** Em 2018 o percentual de bovinos vacinados na etapa de maio foi de 99,41% e em novembro/2018 foi de 99,51%

Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV - Tem como objetivo o controle e rastreabilidade do processo produtivo das propriedades rurais de bovinos e bubalinos. A adesão ao SISBOV é voluntária para os produtores rurais, sendo obrigatória para comercialização de carne bovina e bubalina para mercados que exigem rastreabilidade como os países membros da União Europeia. Os médicos veterinários da Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA realizam auditorias nas propriedades rurais cujos proprietários almejam exportar para esses mercados. Desde 2008, foram realizadas 888 auditorias em propriedades rurais. Foram 66 auditorias. Atualmente, 143 propriedades paulistas participam do SISBOV, das quais 136 estão aptas para exportação à União Europeia. Sanidade dos Equídeos: Visa à proteção da saúde do rebanho equídeo com relação às doenças de notificação obrigatória, como a Anemia Infeciosa Equina – AIE, Mormo e a Febre do Nilo. As ações que constituem o programa são: atendimento a suspeitas, detecção e saneamento de focos com o sacrifício dos animais positivos - AIE e Mormo e realização de exames diagnósticos dos contactantes. Consta também como atividade à capacitação de médicos veterinários da iniciativa privada, visando a habilitação desses profissionais para colheita e envio de amostras de equídeos para diagnóstico laboratorial de Mormo, com a realização de um treinamento na cidade de São Paulo, quando foram capacitados 400 profissionais. - Tabela 13.

Tabela 13 - Atividades em sanidade dos equídeos, executadas em 2019*

Produto/indicador	AIE	Mormo	Febre do Nilo
Municípios trabalhados	48	10	01
Propriedades trabalhadas	79	12	01
Amostras colhidas	1.555	804	06
Animais positivos sacrificados	71	07	**
Inquérito soroepidemiológico realizado	00	00	**

* Dados referentes ao período de janeiro até novembro;

Combate a Raiva dos Herbívoros - A Raiva em Herbívoros, umas das doenças diferenciais das Síndromes Neurológicas, é uma doença de Peculiar interesse do Estado de São Paulo, pois tem prevalência em todo o seu território e tem caráter de Saúde Pública. A CDA trabalha para a redução na frequência de sua ocorrência, pois causa sérios prejuízos à agropecuária e riscos à saúde pública, sendo uma das mais importantes zoonoses e sempre fatal. Os métodos empregados para o trabalho de diminuição da incidência da doença permanecem aqueles tradicionalmente conhecidos e recomendados no controle da raiva dos herbívoros, que envolvem a imunização ativa vacinação dos animais susceptíveis para a redução da frequência de casos e o controle da população de morcegos hematófagos - Desmodus rotundus para a redução da circulação viral. A vacinação não é obrigatória, sendo recomendada em casos de agressão pelo transmissor e nas áreas de foco/perifoco. Foram relativamente altos os casos da doença, uma vez que até a data de 30 de novembro tivemos a confirmação de 188 casos, tendo uma distribuição centro-sul do estado até a região do vale do Paraíba, acredita-se que por conta do aumento de populações de suínos asselvajados, de acordo com a pesquisa realizadas por UNESP Rio Claro e UNICAMP, há um aumento das fontes de alimentação, o morcego encontra melhores condições para desenvolver-se.- Tabela 14.

Tabela 14 - Combate à raiva dos herbívoros*

Produto/indicador	Unidade	2019*
Número de focos atendidos	Focos	188
Controle da população de morcegos hematófagos	Morcegos capturados	7.494
Adesão ao modelo de mutirões	Regionais	37
Inspeção em abrigos de morcegos hematófagos	Nº de abrigos	4.556

* Dados até 30/11

Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - As ações obrigatórias utilizadas para execução do programa são a vacinação de brucelose das fêmeas de bovinos - bovino e bubalino entre 3 e 8 meses de idade e acima de 9 meses com amostra RB51 e o controle de trânsito inter e intraestadual. Outra ação do programa é a realização de diagnósticos de brucelose e tuberculose por parte de médicos veterinários habilitados para animais destinados a participação em eventos de aglomeração, trânsito de animais para reprodução e para o controle sanitário destas enfermidades em propriedades. É implementada também medida voluntária que consiste em reconhecimento de propriedade livre para as referidas doenças. Outra ação do programa é a participação em eventos acadêmicos com objetivo de nivelar os médicos veterinários habilitados para a realização do diagnóstico das duas enfermidades. A vacinação da brucelose e o diagnóstico de brucelose e tuberculose somente podem ser realizados sob a responsabilidade de médicos veterinários, a CDA cadastra/habilita estes profissionais para tais atividades - Tabela 15.

Tabela 15 - Controle e erradicação da brucelose e da tuberculose

Produto/indicador	Unidade	2019
Livres Certificadas	Propriedade	36
Livres em Certificação	Propriedade	70
Credenciados	Méd. Veterinário	3532
Vacinadas (%)*	Propriedade	91,70
Vacinadas (%)*	Bezerra	95,61

*Dados de propriedade e bezerra, ambas vacinadas (%), se referem aos índices do 1º Semestre pois o primeiro relatório consolidado destas informações será apresentado no dia 15 de dezembro

Sanidade Avícola - O estado é o maior produtor de ovos de galinha para consumo - 33% e o quarto maior produtor de frango de corte - 9,5%. Também somos o maior produtor e fornecedor de ovos controlados para a produção de vacinas, em especial ao instituto Butantã. Cabe lembrar que as principais casas genéticas da avicultura mundial de corte e de postura, instaladas no Brasil e certificadas como compartimento avícola para Influenza Aviária e Doença de Newcastle, localizam-se no estado de São Paulo. Assim, 73% das exportações de material genético avícola, aves e ovos férteis, ocorrem pelos aeroportos de Viracopos e de Guarulhos, respectivamente 43% e 30%. Com relação aos estabelecimentos avícolas comerciais, estima-se que 3.750 encontram-se ativos, sendo 3.513 registrados - 93% e 237 - 7% em processo de registro. O comércio de aves vivas ainda é um grande desafio, apenas 985 estabelecimentos estão cadastrados, representando um incremento de 34,5%, em relação ao ano anterior. Por fim, São Paulo conseguiu superar os poucos desafios sanitários ocorridos durante o ano, em especial para as salmoneloses e micoplasmoses, com monitoramentos sanitários e certificação de estabelecimentos de reprodução. O atendimento as suspeitas de doenças não resultou em maiores consequências ao plantel estadual, que continua livre da Influenza Aviária e a Doença de Newcastle - Tabela 16

Tabela 16 - Sanidade avícola

Produto/Indicador	Unidade	2019*
Estabelecimentos cadastrados com aves;	Propriedades	3.975
Registro Estabelecimentos Avícolas Comerciais;	Estabelecimentos	3.513
Monitoramento Sanitário em aves comerciais, subsistência e silvestres	Estabelecimentos	708
Monitoramento Sanitário em aves de reprodução	Núcleos	429
Propriedades com Notificação ou Suspeita de doença	Propriedades	237
Controle/Erradicação de Focos (doenças)	Inspeções	19
Certificação Sanitária	Certificados emitidos	246

* Dados até 18/11

Sanidade dos Suídeos - O plantel da suinocultura no Estado de São Paulo é de aproximadamente 1.200.000 animais, destaca-se pela sua importância genética, existem produtores especializados na criação de reprodutores e esta genética encontra mercado em outros estados da federação e inclusive é exportada para países vizinhos. Considerando este importante nicho de mercado, a Coordenadoria Defesa Agropecuária – CDA trabalha para realizar as atividades previstas no sistema de vigilância na zona livre de Peste Suína Clássica – PSC, instituído pela Norma Interna nº 05 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, por meio da qual Estado se comprometeu a cumprir para pleitear o reconhecimento internacional junto à Organização Mundial de

Saúde Animal – OIE, condição que garantirá a continuação da comercialização de reprodutores com todos os outros estados da federação. Em maio de 2016, o estado de São Paulo obteve reconhecimento internacional como Área Livre de PSC. Para manter essa condição, neste ano, a CDA realizou vigilância ativa em 170 criatórios domésticos de subsistência e 29 granjas comerciais, totalizando mais de 64.837 mil suínos vistoriados sem quaisquer sintomas sugestivos de PSC; Outra ação importante foi a vigilância sorológica envolvendo suídeos asselvajados - javalis e javaporcos, somando até o momento 45 amostras negativas. Daqui em diante nosso objetivo passa a ser trabalhar para manter essa importante conquista para o setor produtivo, dando continuidade na execução das atividades para assegurar as portas abertas para os produtos da suinocultura paulista. *Dados até 03/12. Fiscalização dos Produtos e Insumos Veterinários de Peculiar Interesse do Estado: A Coordenadoria de Defesa Agropecuária atua para garantir ao usuário acesso a produtos e insumos veterinários e produtos destinados à alimentação animal em condições adequadas de validade, acondicionamento e armazenagem. A fiscalização da distribuição dos produtos e insumos veterinários e de alimentação animal é o sustentáculo do sucesso dos programas de sanidade animal executados pela CDA. Atualmente, estão cadastrados junto ao Sistema GEDAVE da CDA 3.102 estabelecimentos revendedores de produtos e insumos veterinários. Anualmente o processo de cadastro de cada revenda é analisado e seu registro renovado e/ou suspenso. Além do registro, a CDA realiza constantes fiscalizações a fim de assegurar o correto armazenamento e conservação destes insumos. Foram realizadas por funcionários da CDA, 5.602 fiscalizações nestes estabelecimentos. * Dados até 6/12. Inocuidade dos Alimentos: O Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – CIPOA, responsável pela gerência as atividades e registros dos estabelecimentos no Serviço de Inspeção de São Paulo – SISP, durante o ano analisou um total de 443 processos de empresas registradas no SISP e solicitantes de novos registros, remodelações e novos produtos. Foi concedido um total de 32 novos registros de estabelecimentos e 479 registros de novos produtos. Foram cancelados 19 registros e concedidas 7 suspensões temporárias de atividades, tanto a pedido do interessado quanto por não conformidades das empresas. Foram realizadas 1.224 fiscalizações nos 552 estabelecimentos registrados, com uma média de 2,21 fiscalizações por estabelecimento por ano, além do atendimento de 15 denúncias realizadas através da Ouvidoria da CDA e da Secretaria da Agricultura. Foi analisado um total de 92 autos de infração, resultando em 11 advertências e 81 imposições de multas. Além destas atividades, o CIPOA deu apoio logístico e de pessoal em ações conjuntas com outros órgãos estaduais contra o abate clandestino e em fiscalizações volantes, bem como em regionais que solicitaram ações mais elaboradas para alguns estabelecimentos registrados. Até o presente momento, nos estabelecimentos registrados no SISP, foram abatidas um total de 178.675.418 aves, 45.570 bovinos, 634.602 suínos, 15.126 ovinos. Neste ano, foram realizados 10 treinamentos para os médicos veterinários envolvidos diretamente nas atividades de inspeção sobre a informatização do GEDAVE e outros assuntos e mais 2 reuniões com cinco médicos veterinários oficiais representantes dos grupos regionais de trabalho para apoio as atividades de inspeção. Foi encaminhada à Casa Civil, proposta de Lei do SISP e todas as resoluções e decretos atuais estão em processo de revisão para quando a Lei for publicada. Foi implementado as análises de risco de estabelecimentos e os autocontroles foram mais fortemente cobrados, além das auditorias realizadas pelo CIPOA. Sistema de Mitigação de Risco do Cancro Cítrico - SMR-Cancro cítrico: A legislação referente ao cancro cítrico foi atualizada, com o objetivo de viabilizar o trânsito de material de propagação vegetativa e de frutos cítricos de UF com ocorrência da doença para outras UF. Nessa atualização o produtor passou a ter papel preponderante, uma vez que são obrigatórias inspeções trimestrais nos pomares com entregas de relatórios semestrais e, quando da comercialização de frutos para outras UF, também aplicar medidas de manejo para reduzir o potencial de inoculo da doença e, conseqüentemente, o número de frutos contaminados na área. A auditoria nas informações prestadas nos relatórios é realizada por servidores da CDA. O programa de Sistema de Mitigação de Risco – SMR cancro cítrico vem sendo executado exclusivamente pela SAA, através da CDA. Foram eliminados 33.190 mudas de citros em viveiros e 21.621 plantas eliminadas em consequência de apresentarem sintomas da doença, conforme - Tabela 17.

Tabela 17 - Atividades no SMR do cancro cítrico

Produto/Indicador	Unidade	2019
Nº de mudas eliminadas	Mudas	33.190
Nº de plantas inspecionadas CDA	Plantas	831.803
Nº de plantas eliminadas	Plantas	21.621

* Dados até 30/11

HLB-Greening - No combate ao greening os citricultores inspecionaram 203.230.132 plantas até novembro. Destas aproximadamente 1.258.075 foram eliminadas. A CDA executou todas as ações para cumprimento da IN-53/2008 – MAPA, exclusivamente com recursos do tesouro estadual, visto que o convênio MAPA 821694/2015 foi encerrado em 2018 - Tabela 18.

Tabela 18 - Combate ao greening dos citros

Produto/Indicador	Unidade	2019
Nº de Propriedades auditadas	Propriedades	320
Nº de plantas inspecionadas pela CDA	Plantas	145.418
Nº de plantas inspecionadas pelo produtor	Plantas	203.230.132
Nº de plantas cítricas eliminadas pelo produtor	Plantas	1.258.075

* Dados até 30/11

Vigilância fitossanitária da cadeia de produção de mudas: foram monitoradas 38,1 milhões de mudas cítricas. De maneira similar à produção de mudas cítricas, a produção de mudas de café e seringueira também está sujeita à vigilância sanitária no Estado de São Paulo, sendo monitoradas 26,5 milhões de mudas de café e 35 mil mudas de seringueira - Tabela 19.

Tabela 19 - Vigilância sanitária da cadeia de produção de mudas

Produto/Indicador	Unidade	2019
Cadastro de viveiros de mudas cítricas	Viveiros	416
Cadastro de produção de mudas cítricas	Mudas	38,1 milhões
Cadastro de viveiros de mudas de café	Viveiros	58
Cadastro de produção de mudas de café	Mudas	26,5 milhões
Cadastro de viveiros de mudas de seringueira	Viveiros	5
Cadastro de produção de mudas de seringueira	Mudas	35 mil

* Dados até 30/11

Sistema de Mitigação de Risco da Sigatoka Negra - SMR-Sigatoka Negra: Tem como base legal a Instrução Normativa nº 17, de 31/05/2005, que proíbe o trânsito, entre as unidades da federação, de frutos de banana que não forem produzidas em área livre ou no SMR-Sigatoka Negra. Esta mesma instrução aprovou também os critérios para a implantação e manutenção de área livre e o sistema de mitigação de risco. No acompanhamento oficial da CDA, foram realizadas 425 inspeções nos estabelecimentos cadastrados, com emissão de 9.596 Permissões de Trânsito de Vegetais - PTVs. Os técnicos habilitados emitiram 3.469 Certificados Fitossanitários de Origem - CFO e Certificados Fitossanitários de Origem Consolidado - CFOC, detalhadas na - Tabela 20.

Tabela 20 - Sistema de mitigação de risco para a Doença da Sigatoka Negra,

Produto/Indicador	Unidade	2019
Unidades de Produção Cadastradas	Hectares (ha)	952,78
Mudas produzidas sob o sistema	Mudas	1.139.960
Bananas comercializadas no sistema	Toneladas (t)	40.665

* Dados até 30/11

Fiscalização do Uso do Solo e de Agrotóxicos: No monitoramento do uso do solo e da água através da fiscalização de propriedades e no uso de agrotóxicos, a CDA realiza fiscalizações do uso do solo e da comercialização e uso de agrotóxicos. Estas ações visam garantir alimentos saudáveis à população, preservar a saúde do trabalhador rural e proteger o meio ambiente. No uso e conservação do solo, foram fiscalizadas 675 propriedades. No uso de agrotóxicos foram fiscalizadas 762 propriedades. No comércio e empresas prestadoras de serviço na aplicação de agrotóxicos foram realizadas 1.538 fiscalizações, detalhadas na - Tabela 21.

Tabela 21 - Fiscalização do uso do solo e de agrotóxicos

Produto/Indicador	Unidade	2019
Uso e conservação do solo	Propriedades	675
Uso de agrotóxicos	Propriedades	762
Fiscalização do comércio	Comerciantes	1.328
Fiscalização de empresas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos	Empresas	210
Postos e centrais de recebimento de embalagens vazias	Postos/centrais	75

* Dados até 30/11

Sistema de Manejo de Risco para Pinta Preta dos Citros: Esta atividade é executada para viabilizar a exportação de citros para a Comunidade Europeia, com autorização do MAPA. Foram cadastradas 9 Unidades de Consolidação, 26 propriedades e 281 Unidades de Produção liberadas para exportação. Não foi possível mensurar a quantidade de frutas exportadas, em toneladas, devido à publicação da Instrução Normativa nº 71, de 13/11/2018, que dispensa a emissão de Permissão de Trânsito Vegetal caso a saída para exportação do produto vegetal seja na mesma UF da área de produção. Vigilância Sanitária Animal e Vegetal - Trânsito: A principal atividade desta ação é a fiscalização do trânsito de animais e vegetais, bem como de seus produtos e subprodutos. Até 30/11, a CDA realizou 319 fiscalizações, sendo 317 fiscalizações volantes e 2 fiscalizações em postos fixos, que resultaram na fiscalização de 4.365 veículos transportadores, sendo 776 veículos com animais vivos, 694 veículos com produtos de origem animal e 1.763 veículos com produtos de origem vegetal. Centro de Análise e Diagnóstico – CAD: desenvolve suas atividades em apoio aos demais centros técnicos da CDA, através da execução de diagnósticos de enfermidades animais, da conferência das amostras colhidas para realizar diagnósticos em outros laboratórios oficiais e correção das prováveis inconformidades, bem como da conferência de toda documentação de envio - controle de qualidade de todas as colheitas realizadas pela CDA na área animal, e dos resíduos produzidos pela CDA para adequado descarte, além da distribuição de produtos e insumos controlados de uso exclusivo e restrito aos Escritórios de Defesa Agropecuária - Tabela 22. Todas as amostras colhidas nos inquéritos na CDA são triadas e encaminhadas para os respectivos laboratórios de diagnósticos.

Tabela 22 - Atividades do Centro de Análise e Diagnóstico – CAD

Produto/Indicador	Unidade	2019
Controle de Qualidade das amostras colhidas pela CDA	Amostras	4681
Diagnóstico da Anemia Infecciosa Equina	Amostras	2905
Diagnóstico da Abelha (Aethina Tumida)	Amostras	0014
Diagnóstico de Resíduos de aviários	Amostras	0006
Diagnóstico da Febre do Nilo	Amostras	0005
Diagnóstico da Doença Vesicular	Amostras	0543
Diagnóstico do Mel (Paenibacillus)	Amostras	0007
Diagnóstico da Micotoxina	Amostras	0001
Diagnóstico da Brucelose	Amostras	1483
Diagnóstico da Encefalopatia espongiiforme Bovina	Amostras	0012
Diagnóstico de Mormo	Amostras	0551
Diagnóstico da Raiva dos Herbívoros / Equinos	Amostras	0074
Diagnóstico das doenças suídeas (PSC/Aujesky/Sarna)	Amostras	0527
Diagnóstico das doenças aviárias	Amostras	3.759
Diagnóstico diferencial (Encefalite/Diarréia/Febre catarral/ Rinotraqueíte/ Neospora)	Amostras	0013
Distribuição de Meios Conservantes de amostras	Frascos	0232
Distribuição de Anestésicos e Eutanásicos	Frascos	0048
Controle de qualidade de resíduos gerados pela CDA	Quilogramas	0300

Fonte: CAD/CDA

Gestão da Defesa Agropecuária - A Coordenadoria de Defesa Agropecuária encerra o ano de 2019 com 183 unidades em operação. Dentre as diversas atividades em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, destaca-se a constante implementação de novas funcionalidades no Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal – GEDAVE, como o Desenvolvimento e Manutenção dos Módulos de: Controle de Antígeno e Tuberculina, Controle de Agrotóxicos, Gestão de Viveiros de Mudas, Relatório Greening, Via Rápido Empresa, Cadastro de Apiário, para controle do Aethinatúmida; Sistema de Mitigação de Risco – SMR;

Gestão de Eventos Agropecuários; Sistema de Controle de Equídeos e; Cadastro CIPOA. Foram realizadas melhorias e implementações nas funcionalidades dos Módulos de Aves, desenvolvimento e implementação de funcionalidades do Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – CIPOA e do Módulo Financeiro com a implantação do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE e desenvolvimento de aplicativos móveis. Por meio do Sistema GEDAVE, atualmente os produtores rurais podem emitir a Permissão de Trânsito Vegetal – PTV, Guias de Trânsito Animal - GTA e realizar as declarações semestrais de seus rebanhos e das vacinações contra a febre aftosa e brucelose utilizando a internet de qualquer dispositivo móvel, não sendo mais necessário o deslocamento até uma unidade da Defesa Agropecuária para a obtenção dos documentos e/ou a realização das declarações. Durante o ano. Foram emitidas até 1/12, por meio do sistema GEDAVE, um total de 1.028.452 GTAs. Na etapa de vacinação contra a febre aftosa de novembro, foram realizadas até 1/12 o total de 84.166 declarações de rebanho e vacinações. O criador faz a declaração de vacinação e também gerencia o seu rebanho com os relatórios disponíveis, acessando o sistema GEDAVE de sua própria casa, em escritórios, sindicatos, nas unidades do Acesso São Paulo e do Poupatem do Produtor Rural. Com relação à vacinação contra a brucelose, foram realizadas até 8/12 o total de 80.583 declarações. Os relatórios finais das etapas de vacinação contra a Febre Aftosa e Brucelose estarão disponíveis em 31/12. O GEDAVE também está integrado com a Junta Comercial do Estado de São Paulo, que é o sistema responsável pela integração de dados da consulta de viabilidade locacional e de nome, registro, inscrições e licenciamento da empresa. Dentro do portal do integrador, o empreendedor é direcionado para o GEDAVE se suas atividades empresariais estão no âmbito de atuação da Coordenadoria de Defesa Agropecuária. Até 31/11, foram emitidas 95.127 Permissões de Trânsito Vegetal – PTV, 30.535 Certificados Fitossanitários de Origem – CFO e 41.681 Certificados Fitossanitários de Origem Consolidados – CFOC. Os certificados são feitos pelos próprios responsáveis técnicos, através do sistema informatizado GEDAVE. As permissões de trânsitos, embasadas nos certificados, são validadas por engenheiro agrônomo da CDA, para impressão pelo próprio interessado. Vigilância Sanitária Animal e Vigilância Sanitária Vegetal: Estas ações têm por finalidade salvaguardar o cumprimento da legislação sanitária com o objetivo de preservar as culturas de peculiar interesse econômico e estratégico para o estado, de promover a melhoria da qualidade dos produtos, serviços e insumos, e ainda, do alcance e manutenção de áreas livres de doenças dos animais e pragas dos vegetais, como mostra a - Tabela 23.

Tabela 23 - Número de fiscalizações da vigilância animal e vegetal

Indicador	Unidade	2019
Vegetal	Fiscalizações	7.747*
Animal	Fiscalizações	34.727*

* Dados até 15/11

Infraestrutura das Unidades da Defesa Agropecuária: A Coordenadoria de Defesa Agropecuária – CDA atua no território paulista por meio de suas unidades locais, instaladas em 310 municípios, sendo 40 Escritórios regionais de Defesa Agropecuária – EDA; 80 Inspetorias de Defesa Agropecuária – IDA e 190 Unidades de Defesa Agropecuária – UDA, dessas, continuam em funcionamento, atualmente, 190 localidades - 40 EDA's; 64 IDA's e 86 UDA's, onde existem servidores lotados que realizam as atividades e ações de Defesa Agropecuária e atendimento ao público. A CDA detém a guarda e administração de 108 - cento e oito desses imóveis - outras unidades são de responsabilidade da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS, de uso compartilhado com a CDA, nos quais realizamos as manutenções necessárias, adequações e reformas, para fins de preservar e conservar o bem público, diante da disponibilidade financeiro-orçamentária. Esses recursos são oriundos do Fundo Especial de Despesas, criado pela Lei nº 8.208, de 30/12/1992, com arrecadação proveniente das taxas e multas relativas às suas atividades de defesa agropecuária e pela prestação de seus serviços aos produtores rurais - recebemos recursos do Tesouro Estadual apenas para pagamento de pessoal. Cabe destacar que no corrente exercício, foram atendidos: a conclusão da Sede da CDA, com total previsto na ordem de R\$ 7.303.660,63 e Inspetoria de Santos, no total de R\$ 590.000,00, ambas iniciadas em 2018; e; Os EDA's de Presidente Prudente, Botucatu e Casas da Agricultura - IDA/UDA de Bebedouro, Cruzeiro, Herculândia, José Bonifácio, São José do Rio Pardo e Santa Cruz do Rio Pardo, prevendo-se um dispêndio na ordem de R\$ 6.651.662,52, foi aprovado e disponibilizado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, o montante de R\$ 5.899.999,94, ref. ao orçamento anual. Todavia, com a alteração dos gestores do executivo estadual - governador e secretários, esta na pauta do novo governo a reestruturação dos Órgãos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que definirá, também, uma nova estrutura para esta Coordenadoria de Defesa Agropecuária, aliada a uma nova gestão do patrimônio imobiliário do Estado, que envolve, inclusive, a alienação de alguns imóveis, essas razões e outras mandado de segurança na licitação de Bebedouro, cancelamento da licitação de Botucatu impediram a Administração desta Coordenadoria levar adiante o programado, no aguardo dessas diretrizes governamentais, sendo concluídas somente as obras/reformas que estavam em andamento e pequenas manutenções.

Gestão das Agropolíticas Públicas - O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – FEAP, gerenciado pela Administração Superior da Sede da Secretaria de Agricultura e Abastecimento representa mecanismo pioneiro de sustentação dessa política de redução da disparidade de oportunidades. Com relação ao ano, até o mês de novembro, foram realizados 174 contratos de linhas crédito - financiamentos, sendo liberado um valor total de R\$ 23.836.839,00 de recursos do FEAP/BANAGRO. Para o mês de dezembro, estima-se mais 15 contratos e um valor liberado de aproximadamente R\$ 2,0 milhões. Portanto, o total previsto é de 189 contratos de financiamento, com um valor total liberado de R\$ 25.836.839,00, como mostra a - Tabela 24.

Tabela 24 - Crédito Rural com recursos do FEAP, executado/estimado

Ano	Nº Contratos	Valor Liberado (R\$)
2019	189	25.836.839,00

Fonte: FEAP/Banco do Brasil

Na ação subvenção do Prêmio do Seguro Rural, até o mês de novembro, foram pagas 2.497 subvenções no valor total de R\$ 9.995.143,80. Para o mês de dezembro já foram pagas em 16/12 mais 7.263 subvenções no valor total de R\$ 23.828.513,59. O valor total para subvenções do Prêmio do Seguro Rural, aprovado por esta secretaria é de R\$ 50,5 milhões, maior valor já liberado para essa

modalidade. Portanto, ainda faltam R\$ 16.676.342,61, dois quais R\$ 14.109.311,00 subvenções já foram contratadas equivalentes a 4.150 apólices, como mostra a - Tabela 25.

Tabela 25 - Subvenção do Prêmio do Seguro, executado/estimado

Ano	Nº Subvenções	Valor Subvenções Pagas (R\$)
2019	13.910	33.823.657,39

Fonte: FEAP/Banco do Brasil

Na ação de Subvenção aos Produtores Rurais – FEAP/BANAGRO, os produtores rurais passaram a ser beneficiados por modalidades distintas de subvenções econômicas, previstas no Decreto Estadual N.º 63.280, de 19/03/2018, que reorganizou e consolidou todos os Programas e Projetos do FEAP/BANAGRO, entre eles o Projeto Integra SP Radge - Subvenção das despesas com a recuperação de áreas degradadas por grandes erosões, Projeto Recuperação de Matas Ciliares, Nascentes e Olhos D'Água - Subvenção das despesas com a recuperação de áreas de preservação permanente com função de proteção de recursos hídricos, Projeto Modernização da Irrigação, - Financiamento para aquisição e ou modernização de equipamentos de irrigação com subvenção total dos juros contratuais, Projeto Contrato de Opção - Subvenção do custo para proteção de preço via contrato de opção, Projetos Microbacias II – Subvenção às iniciativas de negócio das associações e cooperativas de produtores rurais. Portanto, no caso desta ação, até o mês de novembro do corrente ano, foram realizadas 1.204 subvenções no montante de R\$ 7.092.243,91 e estima-se mais 110 subvenções na quantia de R\$ 644.749,45 para o mês de dezembro, totalizando o número de 1.314 subvenções, no valor final de R\$ 7.736.993,36, como mostra a Tabela 26.

Tabela 26 - Subvenção aos Produtores Rurais – FEAP/BANAGRO, executado/estimado

Ano	N.º Subvenções	Valor Subvenções Pagas (R\$)
2019	1.314	7.736.993,36

Fonte: FEAP/Banco do Brasil

Cabe esclarecer, ainda na ação de Subvenção aos Produtores Rurais, sobre a existência de outros dois Projetos já aprovados pelo Conselho de Orientação do FEAP/BANAGRO, denominados Pró-Trator-Implementos Agrofácil e Coopercrédito Agrofácil, para fins de manter o incentivo dos extintos Programas Pró Trator - Agricultura Moderna para Todos e Pró-Implemento - Agricultura Moderna para Todos, que, ainda estão em análise pela SAA para serem viabilizados a partir de 2020.

Parceria Estado - Município para o Desenvolvimento Rural, Local E Regional - A CDRS é a gestora do “Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento-SEIAA”, por meio do qual são formalizados convênios entre o Estado e os municípios visando integrar os esforços dos órgãos públicos para promover maior eficiência dos serviços de ATER voltados ao desenvolvimento do setor agropecuário, à preservação ambiental, à melhoria do abastecimento alimentar e à execução da Política Agrícola do Estado. No exercício permaneceram conveniadas 258 Prefeituras Municipais, com vigência até 31/12 sem repasse de recursos. Contudo, após a publicação do Decreto 64.467, de 12/9/2019, que reformulou as diretrizes e reestruturou o Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento – SEIAA, 9 Prefeituras tiveram os seus convênios repactuados e prorrogados para o exercício de 2020, nos quais tiveram benefícios assegurados através da premiação tratada na Resolução SAA 25, de 24/07/2019, que possibilitou o repasse financeiro de R\$ 1.187.500,00 até a presente data. Ressalto que existe pendente de repactuação 1 convênio - Prefeitura Municipal de Itanhaém nos mesmos moldes dos demais, onde acrescentará aos recursos repassados a quantia de R\$ 125.000,00, que totalizará R\$ 1.312.500,00.

Melhor Caminho - O “Melhor Caminho” realiza obras de recuperação em estradas rurais de terra, objetivando não só regularizar o seu leito, mas também conservar o solo e favorecer a infiltração das águas das chuvas para a recarga do lençol freático e ainda impedir que grandes quantidades de terras férteis possam, através das enxurradas, assorear e poluir os rios, córregos e nascentes. Assim, além de melhorar as condições de tráfego nestas estradas, possibilitando o escoamento da produção agrícola e assim o desenvolvimento socioeconômico baseado no agronegócio. O Projeto Melhor Caminho traz grandes benefícios ambientais, impedindo a formação de erosões e voçorocas e o assoreamento dos rios e córregos, além de ganhos econômicos e sociais como os trazidos pela conservação do solo e pela possibilidade de acesso das comunidades rurais à educação e à saúde. Essa é uma das ações governamentais mais solicitadas pelas prefeituras e pela população que mora e trabalha no campo e pelos produtores e proprietários de áreas agrícolas, pois permite a perfeita trafegabilidade das estradas rurais durante todo o ano, inclusive no período de chuvas. Foram executados 30,18 Km remanescentes do exercício de 2018. Contudo, considerando o que foi disposto no Artigo 7º do Decreto nº 64.059, de 1/1/2019, que transferiu a vinculação da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP para a Secretaria de Governo, bem como a Lei 17.056, de 5/6/2019, que autorizou o Poder Executivo a adotar providências quanto à extinção da referida Companhia, tal medida fez com que fosse publicado o Decreto nº 64.354, de 30/7/2019, que serviu para alterar o Decreto estadual nº 41.721/97, possibilitando a esta Pasta buscar no mercado, por intermédio de procedimento licitatório, empresas capacitadas a prosseguir com as Obras de que trata o referido Programa. Nesse sentido, no presente exercício foram celebrados 7 novos convênios, cujas obras estão em fase inicial, com intuito de recuperar 55,01 Km 7 de 20 demandas em andamento, com processos licitatórios iniciados, que totalizam 139,36 Km, no entanto, devido as formalizações dos ajustes terem ocorrido recentemente, não houveram execuções/conclusões até a presente data.

Tabela 27 – Melhor Caminho, conveniados e executados

Ano	Km novos conveniados	Km Executados até 10/12 (saldo 2018)	Km Executados até 10/12 (convênios de 2019)
2019	55,01	30,18	0,00

Fonte: GTAC

Obs.: Dos 236,44 km conveniados no exercício de 2018, foram prorrogados e executados no exercício de 2019 o total de 30,18 Km.

Pontes Rurais - O Programa “Pontes Rurais” foi instituído pelo Decreto nº 59.700, de 4/11/2013, para ser coordenado e executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, objetivando a transferência de ponte metálica padronizada a Municípios Paulistas, com extensão de 6,

8, 10 ou 12 metros lineares, a serem instaladas em locais considerados críticos. Seus objetivos detalhados são: promover melhorias na malha viária dos municípios paulistas, de modo a facilitar o escoamento da produção agropecuária e promover o acesso da população rural aos serviços públicos. No entanto, devido as particularidades do Programa e a forma em que estava desenhado, o mesmo não funcionou da forma esperada, cite-se que de 2015 a 2018 foram formalizados 38 convênios, sendo que após a denúncia do contrato com a empresa responsável pelo fornecimento e instalação das pontes e, considerando que esta Pasta não teria como cumprir a obrigação estabelecida na cláusula segunda, inciso II, alínea “b” da minuta do termo de convênio anexa ao mencionado Decreto, o programa não prosseguiu, não havendo, portanto, convênios decorrentes do mencionado projeto no exercício. Programa Nascentes - instituído no Plano Plurianual 2016-2019, contou com ação Cuidando da Água e do Solo que entre as providências tomadas pelo Gabinete da Secretaria, em função da necessidade de aumento da capacidade de produção e de preservação de água no lençol freático, estiveram a celebração de Termo de Cooperação Técnica com as Prefeituras Municipais de Botucatu, Pardinho e de Holambra e de convênios com a Agência Nacional de Águas e a Fundação Banco do Brasil para testar e financiar a metodologia de trabalho, na forma de projetos-piloto, com o objetivo de estabelecer cooperação entre as equipes técnicas da SAA e as equipes técnicas dos municípios e, por meio da articulação e interação de suas atividades, a criação de um sistema de colaboração mútua que otimize esforços, estabeleça as ações necessárias para a realização de projetos de recuperação das matas ciliares das nascentes e de corpos d'água e a demais medidas necessárias à preservação das áreas de contribuição dos mananciais de água nos municípios e ao uso racional da água. Os resultados para essa cooperação com o Botucatu/Pardinho, financiada pela Agência Nacional de Águas, o projeto, que visa a manutenção da quantidade e da qualidade das águas do Rio Pardo e seus afluentes até a Represa do Mandacaru no Município de Botucatu, realizou a construção de mais 22,41 km de cercas de isolamento de APP somando agora 37,22 km de cercas construídas.

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

A política pública de cultura e economia criativa foi incluída entre as ações prioritárias do Governo do Estado de São Paulo, resultando num investimento recorde de cerca de R\$ 1,2 bilhão, considerando todas as fontes de recursos e todos os programas. Graças ao planejamento desenvolvido e ao empenho da equipe, foi possível ampliar o alcance das iniciativas empreendidas e obter um ganho expressivo de eficiência e eficácia, que se materializou em mais e melhores resultados. Além de buscar o aperfeiçoamento e a ampliação do que já vinha sendo feito, esta gestão procurou agregar novos programas e ações, como a realização do SP Gastronomia e a criação do MIS Experience. O público alcançado pelas mais de 35 mil ações diretas superou 9 milhões de pessoas. Só em ações formativas o público foi de mais de 900 mil pessoas. A seguir, elencamos as 15 principais realizações: Novo Museu do Ipiranga - Viabilização do projeto de restauro e ampliação do Novo Museu do Ipiranga e início da obra. Captação de R\$ 160 milhões junto a patrocinadores. Inauguração prevista para setembro de 2022, a tempo da celebração do Bicentenário da Independência do Brasil. Novo Museu da Língua Portuguesa - Conclusão da obra de restauro e ampliação do Novo Museu da Língua Portuguesa. Captação do valor que faltava junto a patrocinadores. Início da instalação do conteúdo e da seleção da Organização Social que fará a gestão. Inauguração em junho de 2020. MIS Experience - Criação do primeiro espaço cultural dedicado a exposições imersivas da América Latina e realização da exposição - Da Vinci - 500 anos de um Gênio, que recebeu 107 mil visitantes no mês de abertura. Viabilização com recursos de patrocinadores - R\$ 11,1 milhões. ProAC Expresso ICMS e Editais - Realização do maior programa de fomento à produção cultural independente do país em nível estadual, com o valor recorde de R\$ 154,2 milhões aportado em 1.174 projetos de artistas de todas as regiões de São Paulo. Redução da burocracia e ampliação do alcance. Programa de Investimento no Setor Audiovisual de São Paulo - ProAV SP - Implementação de duas linhas de crédito e uma linha de investimento em parceria com a Desenvolve SP para estimular o desenvolvimento da indústria audiovisual do Estado. Total disponibilizado: R\$ 200 milhões. Cerca de 100 operações já realizadas ou em andamento. Programa Juntos pela Cultura - Realização de uma série de iniciativas de investimento em parceria entre o Governo do Estado e Prefeituras, com R\$ 14,1 milhões destinados a projetos culturais selecionados por chamadas públicas. Ações: Virada SP, Circuito SP, Revelando SP, Tradição SP, +Gestão SP e Caravana da Cultura. Novo CONDEPHAAT - Reestruturação do órgão de proteção do patrimônio cultural material e imaterial do Estado, com aumento de eficiência, redução do tempo de trâmite dos processos e ampliação do alcance e da representatividade. Realização de 499 tombamentos e análise de 2.400 processos. Novo Conselho Estadual de Cultura e Economia Criativa - Criação do único órgão do gênero no país ligado diretamente ao Governador. Participação de 30 representantes da sociedade civil e do setor cultural, além de representantes do Governo do Estado. Realização de cinco reuniões no primeiro ano. Gestão de equipamentos culturais, corpos artísticos e instituições de formação - Melhoria do desempenho e ampliação do alcance dos 55 equipamentos culturais, corpos artísticos e instituições de formação do Estado geridos por organizações sociais, com mais de 35 mil ações realizadas e um público que superou a marca de 9 milhões de pessoas. Eventos setoriais estratégicos - Realização de vários eventos setoriais estratégicos com elevação do alcance e do impacto econômico, como SP Gastronomia - público: 552 mil; impacto: R\$ 203,9 milhões; Festival de Campos do Jordão - público: 151 mil e impacto: R\$ 131 milhões; e Revelando SP - público: 380 mil e impacto: R\$ 94,9 milhões. Ampliação do alcance da OSESP - A Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo realizou cerca de 270 apresentações em 2019, com um público de mais de 160 mil pessoas, incluindo 50 concertos gratuitos ou com preços populares, uma turnê na China e um programa educativo que impactou 25 mil estudantes. Prêmio São Paulo de Literatura - Realização do principal prêmio de literatura do país, que pela primeira vez teve um corpo de jurados formado por 5 mulheres e 5 homens. Ana Paula Maia, com a obra - Enterre seus mortos - Cia das Letras, foi a vencedora da categoria Melhor Romance. Tiago Ferro, com O pai da menina morta - Todavia, venceu na categoria Melhor Romance de Estreia. Operação completa da Fábrica de Cultura de Diadema - A primeira Fábrica de Cultura localizada fora da Capital entrou em operação plena, impactando um público total de 99 mil pessoas, incluindo 37,8 mil alunos em 946 cursos oferecidos ao longo de 2019. Considerando as 11 unidades, o público alcançado superou a marca de 1,5 milhão, com um total de 19 mil cursos. Viabilização de obras de restauro de equipamentos culturais - A Secretaria disponibilizou recursos próprios e também viabilizou a captação de recursos de outras fontes para a realização dos seguintes projetos: Restauro da Casa das Rosas - R\$ 4,2 milhões; Restauro do Museu Histórico e Pedagógico das Monções - R\$ 10,5 milhões; Restauro da Fachada do Palácio das Indústrias - Museu Catavento, R\$ 672 mil e Restauro da Fachada do Museu do Café -

R\$ 4,5 milhões. Formação e capacitação em economia criativa - Foram realizadas diversas ações de formação e capacitação em atividades variadas do campo da economia criativa, por meio de iniciativas como o Projeto Guri, que ampliou o seu alcance; as Fábricas e as Oficinas de Cultura e o programa SP Criativo, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que teve cerca de 3 mil alunos matriculados em cursos profissionalizantes.

Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, instituída pelo Governo do Estado de São Paulo, custeada por dotações orçamentárias legalmente estabelecidas e recursos próprios obtidos junto à iniciativa privada, se caracteriza pela personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia jurídica, administrativa, financeira e plena gestão de seus bens e recursos. Seu compromisso é contribuir com a formação de uma cidadania informada, qualificada, ética e participativa, levando conteúdos singulares e independentes, que sejam capazes de democratizar conhecimento e transformar culturalmente a realidade de milhões de brasileiros.

O ano foi intenso e atípico na TV Cultura, que completou 50 anos de existência. Para celebrar as cinco décadas de uma bem-sucedida trajetória, foram realizados dois eventos: no Theatro Municipal de São Paulo e no Memorial da América Latina. Além disso, foram lançadas uma série de livros e a exposição Entra Que Lá Vem a História. Ainda no primeiro semestre, tomaram posse os novos presidentes Antonio de Pádua Prado Junior, no Conselho Curador, e José Roberto Hachich Maluf, na executiva. A nova gestão assumiu com afinco a missão de colocar a TV Cultura mais uma vez à frente do desenvolvimento nacional das televisões, buscando uma integração às novas tecnologias de transmissão, para que o canal e sua programação se tornem ainda mais atrativos para os mercados de licenciamento e publicidade. Também está entre os objetivos da nova direção o aumento da oferta de serviços, focado em parcerias com o setor privado e com a adoção de modelos de gestão de negócios mais eficientes. Neste contexto, o segundo semestre já manifestou algumas transformações, sem descontinuidade das políticas públicas de provimento de bens e serviços anteriores à gestão. Destaca-se a construção, no galpão da antiga marcenaria da TV Cultura, do primeiro espaço de arte imersiva da América Latina, o MIS Experience, que passou a ser gerido pelo Museu da Imagem e do Som - MIS. Outro grande feito foi a inauguração do Núcleo de Acessibilidade FLICTS, que levou a TV Cultura a tornar-se pioneira em produção própria de acessibilidade. O espaço é formado por três estúdios para gravação de libras, dois ProTools com cabines de locução para audiodescrição e, para a produção de closed caption, duas cabines para Via Voice e uma máquina de estenotipia. Na área Administrativa, a TV Cultura vivenciou novamente restrições orçamentárias decorrentes de cortes e contingenciamentos, gerando a racionalização dos gastos e forçando a postergação de ações voltadas aos recursos materiais e humanos. Porém, com toda essa adversidade, foram iniciados vários trabalhos com o objetivo de racionalizar e modernizar o funcionamento da instituição, incluindo a finalização da nova estrutura organizacional com implantação em 2020. A emissora também iniciou o mapeamento dos processos administrativos nas operações; a avaliação do perfil e potencial desempenho do corpo gerencial e operacional; a revisão do plano de cargos e salários; a análise e regulação das questões trabalhistas; e deu continuidade à equalização dos gastos orçamentários da entidade, de maneira a assegurar novamente o equilíbrio das contas, evidenciando o respeito e comprometimento na administração do dinheiro público. Nas áreas de Produção, Entretenimento, Infantil e, ainda, Música Clássica, dentre os programas lançados, destaca-se o Cultura, o Musical, reality show que revelou novos talentos do teatro musical, que teve mais de 1.200 inscritos. Em 10 episódios, os selecionados apresentaram números de musicais consagrados. Com uma grande repercussão nas redes sociais e no meio artístico, o programa tem nova temporada confirmada para 2020, com um formato totalmente repaginado. Outra estreia relevante foi o programa Escala Musical. Sob consultoria de Patrícia Palumbo, foram produzidos 13 programas para 30 minutos de grade. Considerando que São Paulo é o lugar para onde converge a produção da música contemporânea no país, o Escala promove encontros entre artistas de diferentes partes do Brasil que vivem e trabalham por aqui, com gravações em locais onde a cena musical paulistana acontece. Sala de Cinema, apresentado por Guta Ruíz, foi mais uma novidade importante na grade da emissora. A série de 36 longas-metragens, selecionados a partir de edital para aquisição de direitos de exibição, confere visibilidade à produção de filmes nacionais. Tradição no mês de julho na programação da TV Cultura, a cobertura do Festival de Inverno de Campos do Jordão foi ampliada em sua 50ª edição. A TV Cultura realizou oito transmissões ao vivo e exibiu duas apresentações gravadas, com participações da Jazz Sinfônica Brasil e da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo - OSESP, com os artistas como Carlinhos Brown, Fafá de Belém, Nelson Freire, Toquinho, Lenine, Francis Hime e Diogo Nogueira, contando com coberturas especiais do Jornal da Cultura e do Metrôpolis.

O Quintal da Cultura completou oito anos no ar com um programa comemorativo. Além disso, o infantil produzido pela TV Cultura atingiu 1 milhão de inscritos em seu canal do YouTube, marca comemorada com uma transmissão ao vivo pela TV e pela Internet. Consideráveis reformulações aconteceram no programa Prelúdio, que ganhou novo cenário e nova identidade visual, e em sua grande final na Sala São Paulo, em novembro, foi captado em 4K e transmitido ao vivo, com a participação do público que votou pela Internet. E as mudanças não pararam por aí. O Papo de Mãe ganhou mais 15 minutos diários, com o incremento no seu conteúdo de reportagens em externas. O Metrôpolis também conquistou mais tempo no ar. Agora com 30 minutos de grade, a atração dobrou seu tempo de arte e conquistou mais dias de exibição: seis vezes na semana. Novos profissionais foram integrados ao time, como uma repórter e uma editora de texto, para garantir a produção de conteúdos inéditos diariamente. A partir do segundo semestre, o Jornalismo da TV Cultura entrou em uma nova fase e reforçou sua grade com novidades. O Jornal da Cultura passou a ser ancorado por duas apresentadoras em revezamento, e a atração ganhou novos formato, cenário e abertura, além de visual gráfico remodelado, trilha e reportagens especiais. A presença de comentaristas na bancada, um diferencial do jornalístico da TV Cultura, permanece. Também foi inserida uma nova faixa que antecede o noticiário, com algumas das principais marcas da TV Cultura, trazendo informação e leveza para o início da noite. A começar pelo Cartão Verde, que atualmente é exibido em dois dias da semana, com mais meia hora de duração, resultando em uma hora e meia de conversa, bom-humor e muito esporte. Na faixa pré-jornal ainda tem o Metrôpolis, também com mais tempo de duração e em novos horários. Agora, a emissora reserva meia hora na grade para o único programa cultural diário da TV aberta. Já o #Provocações, apresentado por Marcelo Tas, começou a ser exibido logo após o Jornal da Cultura. Outro destaque foi a estreia da nova fase do Roda Viva, em agosto, com trocas de apresentador e cenário, além de abertura e visual gráfico inéditos. A TV Cultura, principal veículo da FPA, exibiu cerca de 6.326 horas - até outubro

- de programação - sem contar as exibições de intervalos. Desse total, 1.639 horas foram de programação inédita, o que representa 26% do que foi exibido e 61% correspondente à produção própria. No total, a TV Cultura realizou cerca de 3.653 diárias de gravações externas - 21.918 horas, 5.512 horas de gravações em estúdios e foram utilizados 4.786 períodos de ilhas de edição, perfazendo 29.092 horas de programas editados. O canal TV Rá Tim Bum - dedicado à programação infantil e credenciado como canal brasileiro de espaço qualificado - faz parte do line up de mais de 60 operadoras, incluindo as principais do mercado nacional - NET, Claro TV, Vivo TV, Oi TV e operadoras NEO TV. O canal fechou sua base com mais de 6,9 milhões de assinantes em todo o País. As principais estreias do ano foram: a série DJ Cão e a Loja de Discos - 1ª temporada com 13 episódios de 16 minutos em live action e animação; e os interprogramas Caninus Records - 13 episódios de 2 a 3 minutos; Estrepolias - quatro cliques musicais; Auts - 26 episódios de 1'30; e Esse Mosquito vai dançar - 10 episódios de 1 minuto. Com a virada de grade em abril, além das estreias de programas e interprogramas, a TV Rá Tim Bum ainda contou com a renovação das chamadas, vinhetas e promos, para atender a nova programação. Atualmente, 70% dos assinantes acessam a programação do canal em sinal HD.

UNIVESP TV é o canal educativo para a graduação à distância, elaborado pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo em parceria com a TV Cultura. Este canal digital da multiprogramação da TV Cultura, presente também no Youtube desde 2010, onde tem mais de 749 mil inscritos e mais de 124 milhões de visualizações, promoveu a exibição dos conteúdos específicos para o aprendizado dos alunos de cursos regulares de graduação e pós-graduação e ainda ofereceu programas de qualidade e de interesse geral da sociedade. Foram produzidos quase 200 horas de videoaulas ou aproximadamente 1.000 vídeos. Graças às videoaulas interativas, os alunos puderam tirar suas dúvidas ao vivo, pelo canal e pela Internet, com seus professores. Destaque para o crescimento do número de alunos, passando de 3 mil para mais de 50 mil estudantes. No último vestibular foram mais de 100 mil inscritos. Há também que se ressaltar o crescimento dos polos presenciais, de 40 para mais de 300, e dar ênfase à inclusão de acessibilidade nas aulas com libras, closed caption e audiodescrição. A Jazz Sinfônica Brasil é uma orquestra mantida pela Secretaria, de formação sinfônica, que se dedica a obras populares e oferece concertos para difusão cultural e democratização de acesso à música brasileira clássica, popular e ao jazz. Foram realizadas cerca de 25 apresentações dentro e fora do Estado de São Paulo, envolvendo cerca de 120 profissionais, resultando em 18 programas inéditos com convidados e/ou temas diferenciados, como Clássicos da Música Brasileira, Aniversário de 50 anos da TV Cultura, Século do Jazz, Momento Jazz, composto por promos especiais, entre outros, totalizando mais de 100 programas exibidos na programação da TV Cultura no decorrer dos últimos meses.

No que diz respeito à TV Câmara, o contrato de gestão foi iniciado em 2018 e renovado em 2019, para a manutenção do canal de televisão 64.4, web rádio e seu portal, durante 24 horas por dia. A FPA empenhou esforços na administração do projeto, reconfigurando o sistema de transmissão, da central técnica e do estúdio. Foi criada uma nova programação, focada em temas de interesse da população. E para o bom andamento do canal, foram contratados 77 profissionais, incluindo apresentadores, repórteres, produtores e equipes operacionais.

Neste ano, as Rádios Cultura FM e Cultura Brasil, especializadas, respectivamente, em música de concerto e música popular brasileira, mantiveram seu prestígio e ampliaram o alcance máximo de sua audiência. No período de um ano - outubro/2018 - outubro/2019, o alcance máximo - 30 dias - da Cultura Brasil passou de 77 mil para 158 mil ouvintes, e o da Cultura FM, de 249 mil para 422 mil - fonte: Kantar-Ibope. Como tradicionalmente acontece, as duas emissoras investiram em programação musical de alto nível, não se rendendo a novidades comerciais de qualidade duvidosa. Além de boa música, as emissoras dedicaram seu tempo a programas jornalísticos voltados à informação, prestação de serviço e dicas culturais - literatura, cinema, teatro e artes plásticas. Desde julho, as duas rádios passaram a ter em horários determinados uma interação com a grade de programação da TV Cultura. Foram realizadas transmissões, em conjunto, durante a cobertura do Festival de Inverno de Campos de Jordão. Aos domingos, o programa Prelúdio foi ao ar, simultaneamente, pela TV e Rádio Cultura. Já o Jornal da Cultura passou a ser transmitido, de segunda a sábado, nas duas emissoras.

Desbravando seu percurso no contexto em que a inovação no mundo virtual é constante, a FPA vem investindo cada vez mais na interatividade de seus espectadores e ampliando o alcance no ambiente digital. Comprometida com sua missão, diariamente, são divulgados e disponibilizados conteúdos nas diferentes plataformas, como Youtube, Facebook, Twitter, Instagram, além do aplicativo Cultura Digital. Só no Youtube, o canal da TV Cultura alcançou a marca de 1 milhão de inscritos. A Rede da TV Cultura, ampliou a distribuição de seu sinal por todo o País, chegando a 5.570 municípios brasileiros - TV aberta, fechada e parabólicas. Na TV aberta são: 209 canais próprios no Estado de São Paulo e no Distrito Federal e 138 emissoras afiliadas no Brasil, com um potencial de alcance de 154 milhões de brasileiros na TV aberta e parabólicas. Na TV por assinatura, são 16,3 milhões de assinantes. Por sua expansão, desde 2016 a TV Cultura é categorizada pela ANATEL como Rede Nacional. Quanto aos investimentos do exercício, mérito à FPA, pois foram realizados com recursos próprios. A maior parte das aplicações estiveram concentradas nas obras no galpão da marcenaria, em que está sediado o MIS Experience, e outra parte ficou destinada para as manutenções de modernização de infraestrutura da emissora e à construção dos três estúdios para gravação de libras. Assim, a TV Cultura encerra mais um ano de trabalho com a certeza de que, no exercício de suas atividades, caminhou na direção de seus propósitos, tendo suas ações orientadas por um conjunto de valores e princípios, fortalecendo ainda mais sua credibilidade junto à sociedade.

Fundação Memorial da América Latina - O Memorial possui parceiros que estão sempre prontos para apoiar a condução desse gigante cultural; O Conselho Curador estatutariamente é composto por expoentes do meio acadêmico da Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Universidade de Campinas - UNICAMP, pelo Secretário de Cultura e Economia Criativa, pela Secretária de Desenvolvimento Econômico e pelo Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Isso garante a proximidade com a Academia e a manutenção de sua contribuição ao Memorial. Desenvolvimento de ações culturais com os Consulados e Representantes Culturais dos países latino-americanos, recebendo celebrações e promovendo encontros públicos para disseminação da cultura latino americana, tais como Dia de Los Muertos, Festa da Bolívia, Bicentenário da Colômbia, Festival Soy Latino e Carnaval Andino.

Realização, com o apoio de universidades (UNIFESP, UNINOVE, UNESP, USP), de atividades acadêmicas tais como a 6ª Edição do Programa Realidade Latino-americana, duas turmas do Curso de Português para refugiados, Curso de Férias de Espanhol para Brasileiros, Música Medieval no Memorial, Apresentação do Coro de Câmara do Instituto de Artes da Unesp, Minicurso Introdução ao Nahuatl Clássico (séculos XVI e XVII), Concerto didático "Compositoras de Jazz: Uma Voz Silenciada e Apagada da História", Palestra "Uma breve história dos surdos no Brasil".

Promoção e realização das seguintes atividades: Exposição "A Imagem e a Palavra" (inspirado nas obras de Mário de Andrade e de Jorge Luiz Borges), Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial, Projeto "Hora da Leitura e Hora do Recreio", Exposição fotográfica "De Peito Aberto - a autoestima da mulher com câncer de mama, uma abordagem humanista", Exposição "17 ODS Para um Mundo Melhor" (as obras são baseadas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, para um mundo melhor até 2030), Exposição Línguas Ameríndias - Ontem, Hoje e Amanhã, Exposição Darcy Ribeiro - Dez Vezes Darcy, Exposição Batman 80 Anos e a Exposição "O ser humano Sideral" de um dos artistas brasileiros contemporâneos com maior representação internacional da atualidade, pintor, escultor e desenhista autodidata, Adelio Sarro. Foram ainda realizadas inúmeras ações de zeladoria e recuperação em todas as áreas da Fundação, visando à segurança e as melhores condições de realização dos eventos e das atividades administrativas, tais como: Reforma parcial do Anexo de Serviços, Reforma do Túnel de acesso principal (portão1), Reforma do Anexo dos Congressistas, Troca e modernização da iluminação externa, Modernização da cabine primária de energia e recuperação dos aparelhos de ar condicionado da Galeria Marta Traba e da Biblioteca Victor Civita.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, tem como missão fortalecer o apoio ao micro e pequeno empreendedor, atrair investimentos e negócios, incentivar a inovação, pesquisa científica e tecnológica e expandir o acesso aos ensinos superior e técnico profissionalizante.

Estrutura: *Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação* - responsável por coordenar as ações de estímulo às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado. Promove aproximação do setor produtivo com centros de conhecimento e mantém diálogo permanente junto à comunidade científica para criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento de novos estudos e projetos acadêmicos. *Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa* - criada pelo Decreto nº 58.053, de 17/5/2012: oferece ações direcionadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, em especial por meio de iniciativas dirigidas às microempresas e empresas de pequeno porte, estabelecendo parcerias com órgãos públicos e privados, visando à agilização de procedimentos de instalação, regularização, recuperação e crescimento de microempresas e empresas de pequeno porte. *Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial* - com objetivo de buscar o desenvolvimento homogêneo de São Paulo, a Coordenadoria procura identificar e potencializar as vocações regionais e incentivar o empreendedorismo, especialmente por meio de ações coletivas voltadas ao desenvolvimento sustentável. *Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades - SUTACO* - fundada em 1970, com o propósito de integrar a mão de obra dos artesãos no mercado produtivo. Decreto nº 62.001, de 7/6/2016 - finaliza a extinção da Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades - SUTACO - transfere bens, obrigações e recursos para a SDECTI - Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades. *Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante* - promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão dos ensinos técnico, tecnológico e profissionalizante no Estado, além de propor políticas de execução de programas, ações e projetos relativos à formação de profissionais de nível médio. Dentre os programas executados sob a responsabilidade desta Coordenadoria destaca-se o Via Rápida. *Coordenação de Ensino Superior* - promove ações focadas no aprimoramento e na expansão do ensino superior no Estado de São Paulo, com a execução de programas voltados à formação de profissionais qualificados para contemplar as necessidades da população e as demandas do mercado de trabalho. Estão vinculadas a ela, as universidades e faculdades estaduais: Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP, Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA e Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP. *Coordenadoria de Empreendedorismo, Renda e Trabalho* - atua para aproximar o cidadão do mercado de trabalho e estimular o empreendedorismo. Além disso, fomenta a geração de emprego, qualifica e oferece oportunidades aos trabalhadores. A CERT transferiu suas funções à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, após a publicação do Decreto nº 64.059, de 1/1/2019.

São órgãos vinculados à SDE: *Centro Paula Souza* - instituição de reconhecida excelência na formação de recursos humanos qualificados, oferecendo ensino técnico e de graduação tecnológica gratuitos, passou a ser parte fundamental da estratégia de desenvolvimento do Estado. Direcionando a instalação de novas unidades e a expansão das existentes às vocações econômicas regionais, em parceria com as prefeituras e o setor produtivo, as Escolas Técnicas - ETECs e Faculdades de Tecnologia - FATECs, garantem excelente mão de obra, além de ser importante instrumento de inclusão social. *Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT* - empresa do Governo do Estado que atua basicamente em quatro grandes áreas: inovação, pesquisa e desenvolvimento; serviços tecnológicos; desenvolvimento e apoio metrológico; informação e educação em tecnologia. É, hoje, um dos maiores institutos de pesquisas do Brasil, que conta com laboratórios capacitados e equipes de pesquisadores e técnicos altamente qualificados. Atento às necessidades dos setores público e privado, provê soluções e serviços tecnológicos que visam a aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida. *Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN* - é uma autarquia estadual vinculada à SDECTI, gerida técnica e administrativamente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT. Também está associado à Universidade de São Paulo - USP, para fins de ensino e pós-graduação. O IPEN caracteriza-se pela multidisciplinaridade das atividades que desenvolve nas áreas de saúde, meio ambiente, aplicações de técnicas nucleares, materiais, segurança radiológica, reatores nucleares e fontes alternativas de energia. *Fundação de*

Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP - uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Com autonomia garantida por lei, a FAPESP está ligada à SDECTI. Com um orçamento anual correspondente a 1% do total da receita tributária do Estado, a FAPESP apoia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo. *Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP* - faz parte desta Pasta desde janeiro de 2011, antes pertencendo à Secretaria Estadual da Fazenda. Tem como principais funções executar os serviços previstos no art. 32, da Lei nº 8.934/94, além de elaborar a tabela de preços de seus serviços, processar a habilitação e a nomeação dos tradutores públicos e intérpretes comerciais, elaborar os respectivos Regimentos Internos e suas alterações, bem como as resoluções de caráter administrativo necessárias ao fiel cumprimento das normas legais, regulamentares e regimentais e, por fim, promover o assentamento dos usos e práticas mercantis. *Universidades Estaduais Paulistas, vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, via Coordenadoria de Ensino Superior*: Universidade de São Paulo – USP; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP; Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP; Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA e Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP. Principais ações - desenvolveu ações que contemplam todas as áreas relacionadas ao desenvolvimento, como formação de recursos humanos qualificados, apoio tecnológico, articulação junto a empresas e órgãos públicos, entre outros. Por meio de ações estratégicas coordenadas, a Secretaria lançou as bases de um melhor e mais abrangente desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo. Entre as principais iniciativas de 2018, está o lançamento do Programa Via Rápida 18 – JEPOE.

Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - É responsável pelas ações de estímulo à produção de pesquisa e inovação tecnológica no Estado, incentivando o desenvolvimento econômico e social com a ampliação das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação. Para isso, atua nas frentes de ambientes de inovação - parques tecnológicos e centros de inovação tecnológica e geração de novas empresas, startups - incubadoras de empresas, inovação em governo e apoio a negócios de impacto social, além de fomento a áreas estratégicas para o Estado - Inteligência Artificial, Biotecnologia, 5G, buscando consolidar São Paulo como referência global em C&T&I. Foram estruturados os seguintes novos projetos: IPT Open - será a primeira experiência a ser implantada no Brasil como uma plataforma de soluções interligadas para promover a inovação em empresas de base tecnológica de diversos portes em áreas intensivas em ciência. A inovação será promovida de acordo com as necessidades específicas de cada entidade participante, por meio de atividades e serviços focados no desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento de negócios e na capacitação de recursos humanos - Se encontra em fase final de assinatura do convênio - Valor: R\$ 6.664.920,93. Indústria 4.0 - O objetivo geral do projeto é o de acelerar a implantação de Internet Industrial das Coisas - IIoT, em 130 pequenas e médias empresas do Estado de São Paulo - Contrato assinado em 25/11 - Valor: R\$ 3.920.909,64; Diagnóstico de Maturidade dos Centros de Pesquisa do IPT - O objetivo do projeto é a implementação de um modelo de avaliação do nível de maturidade personalizada para o IPT, visando diagnosticar a capacidade das suas unidades tecnológicas e suas aptidões para a promoção de inovação, de desenvolvimento do ecossistema e estímulo ao empreendedorismo em *Hardtechs* e Engenharias - Aguardando anuência governamental do convênio - Valor: R\$ 900.054,38; Inova HC - O objetivo geral do Inova HC é dar suporte à transferência de tecnologias, geração de ideias de negócios, aceleração do desenvolvimento de startups em saúde, potencializando os resultados de pesquisas e tecnologias, permitindo fortalecer o posicionamento do HCFMUSP como importante agente de inovação em saúde no Brasil - Aguardando anuência governamental do convênio - Valor: R\$ 1.984.000,00; IdeiaGov - O objetivo deste projeto é desenvolver e implantar soluções inovadoras para a administração pública que resultem em novas e melhores formas de prestar serviços públicos à população, além de maior eficiência nos gastos públicos. Para atingir este objetivo, o projeto apoiará órgãos públicos na adoção de soluções desenvolvidas por empresas inovadoras, com foco especial em startups - Tramites finais para assinatura do Termo de Colaboração - Valor: R\$ 10.800.000,00; Novo Contrato de Gestão com a Invest SP - O objetivo do contrato é apoiar e operacionalizar a gestão dos serviços nas áreas de promoção de investimentos, de competitividade e de desenvolvimento. A CCTI possui um objetivo específico, com repasse próprio, dentro do contrato de gestão, de modo a desenvolver um Núcleo de Internacionalização e Atração de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação- PD&I, na Invest SP. Os objetivos são: atrair centros de P&D de empresas nacionais e multinacionais, startups de outros países e instituições de pesquisa públicas e privadas, nacionais e internacionais para o Estado de São Paulo; promover o desenvolvimento do Centro Internacional de Tecnologia e Inovação – CITI e desenvolver um programa de internacionalização de startups. Contrato assinado em 26/08/2019 - Valor do Contrato - R\$ 5.000.000,00. Edital FAPES Ciência para o Desenvolvimento - A FAPESP anunciou o lançamento da chamada de propostas Ciência para o Desenvolvimento, que tem como objetivo resolver problemas de relevância social e econômica no Estado de São Paulo. A chamada financiará projetos de pesquisa internacionalmente competitivos, de médio e longo prazo, a serem executados por equipes de institutos de pesquisa e de universidades ou instituições de ensino superior, em parceria com órgãos de governo e, sempre que possível, envolvendo empresas ou organizações não governamentais. Sistema Paulista de Ambientes de Inovação – SPAI - No âmbito do SPAI, foram criados 3 Conselhos Estratégicos: um para o SPTec, um para a RPItec e um para a RPCITec, com o objetivo de estimular o surgimento, o desenvolvimento, a competitividade e o aumento da produtividade de empresas cujas atividades estejam fundadas no conhecimento, na tecnologia e na inovação, para propiciar o desenvolvimento do Estado de São Paulo, por meio da atração de investimentos em atividades intensivas em conhecimento e inovação tecnológica. Foram realizadas 2 reuniões, por Conselho. Programa Tecnológico de Apoio aos Municípios – PATEM - recebemos nesta Coordenadoria 15 novas solicitações para o Patem, que adicionadas aos pedidos acumulados no período de 2017 a 2018, totalizam 101 demandas. No ano foram executados 6 atendimentos pelo IPT, braço técnico executor do programa, nos seguintes municípios: Casa Branca, Iporanga, Mairinque, Piquete, Sertãozinho e São José do Rio Preto. Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo – CONSIP - O Consip é vinculado a esta Pasta e tem como a sua presidente a Secretária. Foram realizadas 3 reuniões do Conselho. Credenciamento de Fundações de Apoio: foram credenciadas 9 Fundações de Apoio. Atualmente totalizam 41 Fundações credenciadas. Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCET - permaneceu na ALESP o Projeto de Lei nº 213/14, que altera a Lei nº 93, de 02/12/1972, que criou o Funcet, onde propõe que Conselho de Orientação do Fundo poderá fixar taxa de juros até zero, para projetos alto grau de inovação com impacto a curto prazo. Atualmente o saldo do Fundo é de R\$ 44.714.513,32 - extrato de 30/11/2019. Projetos em Andamento de Anos Anteriores - foram realizados o acompanhamento técnico e contábil de 10

convênios/contratos estabelecidos em anos anteriores com os seguintes signatários: Convênio com a Prefeitura de Araçatuba - estudos; convênio com UNESP - Campus de Dracena - obras; convênio com a Prefeitura de Garça - estudos; convênio com a Prefeitura de Registro - estudos; convênio Fundação Parque Tecnológico de Santos - aquisição de equipamentos; Convênio com a Prefeitura de Santos - obras; convênio com a Prefeitura de Botucatu - aquisição de equipamentos; Convênio com a Prefeitura de Torrinha - obras; contrato com o IPT - resíduos sólidos; convênio com a Prefeitura de Barretos - obras. Projeto Encerrados: foram encerrados 4 Contratos/Convênios: Contrato com o IPT para Atendimento Tecnológico às Micro, Pequenas e Médias Empresas - Prumo, Progex, Gespro, Qualimint e Prolimp; contrato com IPT - Resíduos Sólidos; convênio com a Prefeitura de Registro - estudos; contrato de Gestão com a Invest São Paulo; convênio com a UNESP - Campus de Dracena - obras.

Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa - Evento Doing Business - Melhoria do Ambiente de Negócios - Doing Business Brasil 2020 - Evento realizado no Palácio dos Bandeirantes, em parceria com o Ministério da Economia e a Junta Comercial do Estado de São Paulo - 26/2. Lançamento do Programa Empreenda Mulher - Objetivo discutir políticas públicas e ações para fortalecimento do empreendedorismo feminino. Participação das Secretarias Desenvolvimento Social, Secretaria Direitos da Pessoa com Deficiência, Procuradoria Geral do Estado e ONU Mulheres - 28/3. Feirão Microcrédito Banco do Povo - 1º Feirão de Microcrédito realizado na Unibes Cultural em São Paulo. Evento contou com palestras e participação dos Bancos Privados. Foram realizados 500 atendimentos pelo Banco do Povo e 300 atendimentos realizados pelos Bancos Privados. Local Unibes Cultural - 13/5. 2º Feirão de Microcrédito realizado em São José dos Campos, realizado non Parque Tecnológico - SJ Campos/SP - 3/6. Participação Feiras e Eventos: Vtex Day – Maior Feira de E-commerce do País. A Subsecretaria estava presente com um Stand do Banco do Povo. Local Expo Imigrantes dias 30 e 31/5. Expo Franchising - Maior Feira Brasileira do setor de Franquias, estava presente com stand do Banco do Povo nos dias 27 a 30/6, no Expo Center Norte. Feira Preta é o maior evento de cultura e empreendedorismo negro da América Latina onde empresários negros mostram sua criatividade e inventividade nas áreas de moda, música, gastronomia, audiovisual, design, tecnologia, entre outras. O Banco do Povo esteve presente com um stand nos dias 7 e 8/12. ResolvJá - Evento realizado pelo Fecomércio. Ação Empreendedora - Compras Públicas: Wokshop Compras Públicas - Realização de workshop de qualificação para empreendedores MPes, EPPs e MEL, com orientação para realização de cadastro no CAUFESP – Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo. Realizado na Unibes Cultural com duração de 8 horas no dia 27 de setembro. Participação no Grupo de Trabalho de Compras Públicas na Frente Parlamentar de Empreendedorismo – ALESP. O Programa de Compras Públicas do Estado de São Paulo, que reunirá esforços de diferentes atores para implementação da nova Lei de Compras Governamentais nº 16.928/19, que prevê benefícios para microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações da Administração Pública no Estado de São Paulo. Participação no Fórum das MPes com o Fórum Permanente da Micro e Pequena: Participação no Fórum Permanente que foi criado pela lei geral da Micro e Pequena Empresa e reúne os 27 estados da federação para discutir políticas públicas da Micro e pequena Empresa, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. Alteração do Decreto que institui o Forum Estadual das Micro Pequenas e Médias Empresas, com a publicação do Decreto nº 64.386, de 14/8/2019. Altera o artigo 3º do Decreto nº 55.764, de 3/5/2010, que institui o Fórum Estadual das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte e dá providências correlatas. O que irá permitir a reformulação e novo formato de atuação com os seguintes comitês: Comitê de racionalização legal e burocrática - ct1; GT - Reformas; GT - Fiscalização e Licenciamento; GT - Legislação e Judiciário; Comitê temático - acesso à mercado - ct2; GT - Mercado Nacional e Cadeia de Fornecedores; GT - Comércio Exterior; GT - Compras Públicas; Comitê temático - tecnologia e inovação - ct3; GT – Desenvolvimento e Acesso à Tecnologias e Inovações; GT - Ecossistema e Inovação; Comitê temático - investimento, financiamento e crédito - ct4; GT – Dados e informações; GT – Regulação e Melhores Práticas de negócios; GT – Capital Empreendedor, Capital de Giro, Recuperação de Crédito e Investimentos; Comitê temático – formação e capacitação empreendedora - ct5; GT – Iniciação Empreendedora; GT - Sustentabilidade dos Negócios; GT - Parceiros Públicos Privados. Empreenda Rápido - Programa que unifica em um só lugar tudo o que o empreendedor precisa para abrir ou ampliar seu negócio. Tem como objetivo qualificar 1 milhão de pessoas em gestão empreendedora por ano, além de conceder R\$ 1 bilhão em microcrédito pelo Banco do Povo, nos próximos 4 anos. Lançando em 19 de julho, percorreu 23 cidades e qualificou 16.714 em qualificação empreendedora, e concedeu R\$15,4 milhões em crédito. 05/8 - Empreenda Rápido - Guaratinguetá - região de São José dos Campos; 14/8 - Empreenda Rápido - Sorocaba; 3/9 - Empreenda Rápido - Campinas - região Campinas; 9/9 - Empreenda Rápido - Caieiras - RMSP-Norte; 10/9 - Empreenda Rápido - Presidente Prudente - região de Presidente Prudente; 12/9 - Empreenda Rápido - Marília - região de Marília; 14/9 - Empreenda Rápido - Ribeirão Preto - região de Ribeirão Preto; 24/9 - Empreenda Rápido - Araçatuba - região de Araçatuba; 26/9 - Empreenda Rápido - Bauru - região Bauru; 5/10 - Empreenda Rápido São Paulo - Feira do Empreendedor SEBRAE; 16/10 - Empreenda Rápido – Franca; 18/10 - Empreenda Rápido - São José do Rio Preto; 22/10 - Empreenda Rápido - Itapeva - região de Itapeva; 24/10 - Empreenda Rápido - SP Gastronomia de 24 a 27/10; 7/11 - Empreenda Rápido – Jundiá; 11/11 - Empreenda Rápido - Araraquara – Central; 12/11 - Empreenda Rápido - Registro - região Vale do Ribeira; 14/11 - Empreenda Rápido – Barretos; 21/11 - Empreenda Rápido – Taubaté; 26/11 - Empreenda Rápido - Praia Grande; 27/11 - Empreenda Rápido - Mogi das Cruzes. Banco do Povo - O Banco do Povo Paulista – BPP é o programa de microcrédito produtivo desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, em parceria com as prefeituras, conforme disposições previstas na Lei nº 9.533, de 30/4/1997 e no Decreto nº 43.283, de 3/7/1998. O objetivo do programa é oferecer financiamentos para empreendedores de micro e pequenos negócios, para capital de giro e investimento fixo, como forma de viabilizar o desenvolvimento social e econômico local, bem como a geração de renda e empregos. A implantação do programa é feita por meio de parcerias com os municípios, em que o Estado participa com 90% dos recursos financeiros para a constituição do Fundo de Investimento, além de selecionar e treinar os agentes de crédito e gerenciar e supervisionar as atividades operacionais da unidade. É de responsabilidade dos Municípios parceiros disponibilizarem o espaço físico, infraestrutura, recursos humanos e manutenção da Unidade local, além da participação financeira de 10% do Fundo Municipal. O público alvo do programa são os empreendedores formais ou informais, urbanos e rurais, microempreendedores individuais, produtores rurais, cooperativas e associações de produção formalmente constituídas. Atualmente, 562 municípios já contemplaram ou contemplam com o Banco do Povo Paulista, abrangendo cerca de 87% de todo o nosso Estado. Desde a implantação do Programa, foi emprestado aproximadamente R\$ 2,1 bilhão, beneficiando

468.016 microempreendedores. Modificações no Público Alvo - para atender a legislação foi validado pelo Conselho de Operação do Fundo, ampliação e adequação do público-alvo do programa conforme descrito abaixo: Podem ser tomadores do crédito os empreendedores formais - MEI, ME, LTDA, EIRELI, EPP, Produtor rural com CNPJ, Cooperativas e Associações produtivas, ou empreendedores informais - incluindo Produtor rural sem CNPJ. Conforme Lei nº 9.533, de 30/4/1997 e no Decreto nº 43.283, de 3/7/1998, O Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo – FUNDO tem por finalidade financiar e investir em microempreendimentos, cooperativas ou formas associativas de produção ou de trabalho, em micro e pequenas empresas, como alternativa de crédito popular para geração de emprego e renda, sujeitando-se à observância das disposições da Lei nº 9.533, de 30/4/1997, das normas deste decreto e das deliberações do Conselho de Orientação do FUNDO. 8 As empresas são classificadas pelo porte, conforme a Receita Operacional Bruta – ROB ou conforme a renda anual de clientes pessoas físicas, que é possível visualizar no quadro abaixo: Classificação Receita Operacional bruta anual ou renda anual - Microempresa menor ou igual a R\$ 360 mil - Pequena empresa Maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 m

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial - Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais: Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas localizadas em Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo - Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O Programa encontra-se em fase de monitoramento e avaliação dos projetos implantados. Emissão de Nota Técnica para delimitação da área geográfica de Sorocaba a fim de obter a Indicação Geográfica junto ao INPI - O Programa de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais – APL, tem por objetivo aumentar a competitividade por meio de incremento da produtividade e da eficácia coletiva. A importância da dimensão local da produção e da inovação tem se mostrado cada vez mais fundamental para o desenvolvimento dos setores produtivos, uma vez que a proximidade geográfica das empresas explica o bom desempenho na competitividade e o território vem se mostrando como importante foco de produção do conhecimento especializado e da capacidade tecnológica. Para tornar um APL mais competitivo, é necessário gerar vantagens competitivas em relação a outras regiões. Para tanto, pensar no território como um recurso para melhoria da competitividade, é compreender que a Indicação Geográfica é algo extremamente estratégico em um mundo altamente competitivo. As Indicações Geográficas, podem ser utilizadas para valorizar produtos, bem como, podem ajudar no desenvolvimento nacional em mundo globalizado, promovendo maior competitividade através de produtos reconhecidos por sua qualidade. Desta forma, a CDRT contribui para o processo de obtenção da Indicação Geográfica do APL de Serviços de Manutenção de Aeronaves de Sorocaba, através da emissão de Nota Técnica. Reformulação da Política de Arranjos Produtivos Locais - foi elaborada a nova proposta de política pública de APLs, definindo níveis de maturidade das aglomerações produtivas e maior clareza e transparência tanto para o reconhecimento de arranjos prioritários como para apoio a projetos. Através da composição de um Grupo Acadêmico, foi atualizado o conceito de APLs e elaborado critérios e indicadores para o reconhecimento e identificação dos níveis de maturidade. Em dezembro, foi lançada a Chamada Pública para reconhecimento de novos arranjos e credenciamento de APLs Paulistas. Realização do 1º Seminário Estadual de Arranjos Produtivos Locais - no mês de outubro, foi realizado o 1º Seminário Estadual de APLs, com participação das governanças dos arranjos, gestores de APLs, Instituições de Ensino e Pesquisa, Sistema S, instituições financeiras, poder público das três esferas de governo e demais entidades apoiadoras das aglomerações produtivas do Estado. Durante 2 dias foram debatidos 14 temas com 29 palestrantes. Na ocasião, foi apresentada a nova proposta da política pública de APLs. O evento teve 98% de avaliação positiva. Fórum Náutico Paulista - instituído pelo Decreto Estadual nº 62.228, de 24/10/2016, tendo por atividades a realização de reuniões mensais, possui como principal objetivo definir diretrizes para ações de desenvolvimento com o mapeamento de indicadores socioeconômicos da cadeia náutica de lazer no Estado de São Paulo, bem como a identificação dos seus impactos positivos e suas potencialidades a exemplo de ações em outros países. Esta iniciativa busca fomentar o Setor Náutico do Estado, elevando a competitividade das empresas participantes da cadeia, alavancando assim as vendas, geração de empregos, qualificação da mão de obra e melhoria em infraestrutura. Além disso, pretende-se organizar e divulgar roteiros náuticos paulistas, fomentando também o turismo no Estado. Foram realizadas 10 reuniões plenárias do Fórum Náutico Paulista, além das reuniões das Câmaras Temáticas - Turismo Náutico, Marinas e Meio Ambiente, Segurança e Navegação, Motores Marinizados, Seguros Náuticos. Durante as reuniões, foram realizadas 15 palestras dos mais diversos temas, relacionados ao segmento náutico. Algumas ações que merecem destaque são: Lançamento do “Meu Primeiro Barco”: o 1º barco totalmente paulista, com motor flex; lançamento da Frente Parlamentar para Desenvolvimento Náutico; manutenção dos seguros náuticos que estavam sendo descontinuados pelas seguradoras, inviabilizando as marinas; Finalização do projeto de engenharia “Rampas Públicas”, que ficará à disposição para as prefeituras interessadas em instalar este equipamento - projeto piloto em Santa Fé do Sul; Andamento do projeto “Marinas Caiçaras”, que levantará os municípios potenciais no litoral; andamento do projeto de avistamento de cetáceos, em parceria com o Instituto Baleia Jubarte e ICMBio Alcatrazes. Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades – SUTACO - Tem como missão viabilizar, preservar, incrementar e promover o Artesanato Paulista contribuindo para o desenvolvimento local de modo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente responsável. Cadastro: Após avaliar a autenticidade e classificar o artesanato, presencialmente, emite a Carteira de Identificação Profissional do Artesão, de acordo com a Base Conceitual do Artesanato Paulista e a Base do Programa do Artesanato Brasileiro. Emite também a Carteira Nacional do Artesão do Programa do Artesanato Brasileiro da SEMPE/ME. Último número de Carteira Sutaco utilizado - 20/12: 96.800 - Novos Cadastrados - até 20/12: 1092 - Renovação de Carteiras - até 20/12: 783 - Carteira Nacional emissão até 20/12: 2650 - Total: 2685. Artesãos/Artesãs atendidos em Exposições e Feiras: 3 Celebra Artesanato: 120; 1 - 12º Salão do Artesanato - Brasília - PAB: 8; 1 - 20ª FENEARTE - Olinda – PAB: 10; 1 - 13º Salão do Artesanato - São Paulo - PAB: 17; 1 - Vale do Futuro: 4; 1 - Exposição “Os Artesãos e seus Presépios III”: 35; 1 - 30ª Feira Nacional do Artesanato – Belo Horizonte – PAB: 8; Total: 202. Comercialização SUTACO/Feiras - até 20/12 - Número de peças vendidas: 2.404 - Valor: R\$ 109.338,00 - Artesãos beneficiados: 202 - Participação em eventos diversos: Participação de artesãos na feira de turismo ABAV; entrevista TV Cultura sobre a feira Celebra Artesanato de Março e o mês do Artesão; entrevista sobre a importância e a representatividade do artesanatos TV. Curadorias realizadas: 9 - Eventos: Feiras: Artesanato No Parque - 4; inverno no Parque SMA 1; FENEARTE - Olinda - PE - PAB 1; Salão de São Paulo - Raízes Brasileiras - PAB 1; os Artesãos e seus Presépios Museu Arte Sacra 1; Artesãs da Terra - Memorial da América Latina 1. Biblioteca: A SUTACO é procurada por estudantes e estudiosos

para pesquisa sobre Artesanato Paulista. Títulos catalogados: 665. Conselho do Artesanato Paulista: Reuniões Ordinárias: 12. Desenvolvimento Sustentável - Polos de Desenvolvimento - é um programa da Secretaria em parceria com demais Secretarias para impulsionar a competitividade e a produtividade de setores produtivos já instalados de forma aglomerada no território. O programa visa, por meio da integração de políticas públicas e regulamentações para investimento e comércio, melhorar a balança comercial, empregabilidade, geração de empregos, investimentos e a maior efetividade de serviços públicos. Os Polos de Desenvolvimento contemplam ações que serão desenvolvidas em seis eixos: Simplificação tributária e regulatória, Financiamento competitivo, P&D e Tech, Qualificação de mão de obra, Infraestrutura e serviços, Ambiente de negócios e desburocratização. Já foi iniciada a construção de 5 rotas estratégicas de desenvolvimento, que serão lançadas no primeiro semestre de 2020: Química, borracha e plástico; derivados do petróleo e petroquímico; alimentos e bebidas; têxtil, vestuário e acessórios; papel, celulose e reflorestamento. Para otimizar políticas públicas, visando atuar em falhas de mercado e corrigindo falhas de governo, identificamos mais de 400 gargalos produtivos a partir de estudos setoriais e mais de 200 reuniões com entidades setoriais e empresas. A partir disso, foram conduzidas mais de 30 reuniões internas, entre órgãos do estado, para propor soluções inovadoras para os Polos. Foi iniciada a construção de 5 rotas de desenvolvimento econômico, que serão anunciadas no primeiro semestre de 2020. Para otimização das políticas públicas, fast-track de investimentos com a InvestSP e racionalização de questões tributárias juntamente com a Sefaz. Vale do Futuro - Programa intersecretarial presidido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional e com a Secretaria Executiva sob a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Tem como objetivo alavancar a atividade econômica nas cidades do Vale do Ribeira e eliminar gargalos sociais e atua sob 4 eixos: Geração de oportunidades, Emprego e Renda, Gestão Sustentável, Infraestrutura no Ribeira e Qualidade de Vida. Além das atividades de coordenação da execução do programa, a CDRT/ SDE lidera o eixo de Geração de oportunidades, Emprego e Renda e lidera a construção do sistema de monitoramento e avaliação do programa. Como resultado, foram oferecidas 6 mil vagas de qualificação; 184 atendimentos no Empreenda Rápido; 1,8 milhões em microcrédito do Banco do Povo e 10,5 milhões de crédito da Desenvolve para setor privado e prefeituras. Tivemos R\$2 milhões em investimentos anunciados pela InvestSP, além de dois projetos com o Boticário. Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Instituída pelo Decreto nº 63.792, de 9/11/2018 e reformulada pelo Decreto nº 64.148, de 19/3/2019, a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tem como principal função liderar a Agenda 2030 no âmbito do Estado de São Paulo. Presidida pela Casal Civil e com Secretaria Executiva sediada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Comissão atua sob 5 frentes: Gestão e Governança; Disseminação da Agenda 2030; Agenda 2030 no Estado; Territorialização da Agenda 2030; Monitoramento e acompanhamento. 1ª Reunião da Comissão: apresentação do trabalho da Comissão Estadual pelos ODS. Contou com a participação de autoridades no tema do desenvolvimento sustentável, além de diversos Secretários de Estado. 2ª Reunião da Comissão: instituição das Câmaras Técnicas da Comissão e início da implementação do plano de trabalho. Foi realizado o mapeamento dos ODS, metas, indicadores e programas que estão sendo trabalhados pelo estado de São Paulo para o cumprimento da Agenda 2030. Criação do sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos ODS no Estado de São Paulo - tem como objetivo acompanhar a implementação da Agenda 2030 por meio do uso de indicadores e metas claras que orientam a ação conjunta do Estado de São Paulo. Por meio de indicadores e metas, o estado de São Paulo reforça seu compromisso com uma gestão pública eficiente. Programa Estadual de Fomento ao Desenvolvimento Regional – PADER - Análise e Dados - Área destinada a fortalecer a gestão pública por meio do uso de evidências científicas e dados para a tomada de decisão. Está estruturada em 5 eixos de atuação: Sistemas de informação, Tradução de conhecimento, Monitoramento e avaliação, Subsídio de informações e Transparência & fortalecimento da agenda. Sistemas de informação - Mapeamento dos dados existentes em fontes públicas - ex: IBGE e Seade. Início da contratação de sistema de dados integrados que subsidiará a coordenadoria. Construção de convênio com Seade para o acesso a dados estatísticos. Tradução de conhecimento - Realização de estudos, pesquisas e boletins informativos: Publicação do 1º boletim SDE em dados; Estudo Special Economic Zones; Estudo Regimes Especiais; Estudo Credit in Brazil. Monitoramento e avaliação - Construção do Marco Lógico e indicadores do Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas localizadas em Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo; Construção do Marco Lógico e indicadores da Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades do Estado de S. Paulo; Mapeamento dos dados administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Início do processo de organização dos dados administrativos da Secretaria; Seleção e criação de indicadores de resultado, produto e processo para orientar as atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Subsídio de informações - Subsídio de dados estatísticos e evidências científicas para a formulação do Programa Polos de Desenvolvimento; Subsídio de dados estatísticos e evidências científicas para os programas de qualificação profissional da SDE. Transparência & fortalecimento da agenda - Início da criação de uma rede de parceiros que possam apoiar a implementação da agenda no estado de São Paulo, por meio de acordos de cooperação técnica com universidades e institutos de pesquisa. Chamada Pública por meio da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT - Ação Transversal Tecnológica para o Desenvolvimento Social - o projeto tem o objetivo de promover o desenvolvimento territorial sustentável e solidário em áreas urbanas e rurais do Estado de São Paulo, especialmente nos Territórios da Cidadania do Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista. Ações - tramitação da sanção administrativa à empresa Laser Print Eireli, em virtude da não entrega dos cartuchos de impressora. O convênio foi encerrado em 24/11/19.

Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante - Unidade Administrativa da SDE é responsável em conduzir programas de ensino técnico e qualificação profissional para diversos públicos. Durante o ano, a coordenadoria foi reestruturada para melhor atender os públicos necessários. Hoje, entre os programas desta coordenadoria, cabe destacar: *Novotec* - tem o objetivo de ampliar o acesso ao ensino técnico profissionalizante para os alunos do ensino médio da rede estadual, buscando gerar oportunidades iguais a todos os jovens, por meio da oferta de cursos técnicos de habilitação e cursos de qualificação profissional, para aproximar e facilitar a inserção no mercado de trabalho, aumentando a empregabilidade e a geração de renda para esta faixa da população paulista. Os cursos têm conteúdo prático e estão conectados com a demandado mercado de trabalho e da vida além da escola, somando a experiência do ensino médio A oferta de cursos e vagas se dá em 4 modalidades. Para os cursos de habilitação técnica, o Novotec Integrado oferece vagas nas escolas estaduais para que o aluno faça o ensino médio integrado ao ensino técnico, ao longo dos 3 anos desta etapa escolar, e ao final ele recebe a conclusão do ensino

médio com a certificação técnica. Já os cursos de qualificação profissional, com duração menor, são oferecidos pelo Novotec Expresso, cursos presenciais de 200 horas-aula de duração, realizados no contraturno em espaços de ETECs, FATECs e Escolas Estaduais; pelo Novotec Virtual, cursos de Educação a Distância com mediação tecnológica; e pelo Novotec Móvel, oferecido em unidades móveis e itinerantes. No ano, cerca de 20 mil vagas foram oferecidas nessas quatro modalidades, sendo o Novotec Expresso a mais numerosa - 9,3 mil vagas, em 16 opções de cursos - majoritariamente com perfil tecnológico. Via Rápida Emprego - cursos de qualificação profissional voltados para adultos desempregados, com duração entre 60 e 100 horas, com o objetivo de reinseri-los no mercado de trabalho nas mais diversas áreas de atuação. Esses cursos podem ser oferecidos em espaços físicos fixos das operadoras dos programas ou espaços cedidos por prefeituras e outros entes públicos. Na sua modalidade Móvel, o Via Rápida Emprego também é oferecido em unidades móveis - “carretas” pedagogicamente adaptadas para a oferta de cursos em ramos como alimentação, beleza, soldagem etc. 14.890 vagas foram oferecidas no âmbito deste programa São Paulo Criativo - modalidade do Via Rápida voltada para cursos de economia criativa, com duração de 80 a 200 horas, voltado ao público de jovens adultos de 18 a 29 anos que estejam em busca de oportunidade de emprego ou especialização. O programa é majoritariamente oferecido em uma das 10 unidades espalhadas pelo estado. 2.710 vagas foram oferecidas por esta ação. Via Rápida Expresso/Escola Mais Bonita - cursos de qualificação profissional básica de curta duração na área de construção civil, especificamente de pintor de obras/edificações para os reeducandos do sistema prisional, visando a reintegração social e uma oportunidade no mercado de trabalho, trazendo uma maior e melhor perspectiva de vida. O foco foi pintar escolas públicas, por isso o vínculo com a iniciativa “Escola Mais Bonita”. Nesse caso específico são indivíduos que estejam com seu direito natural à liberdade cerceado em razão de condenação judicial, com trânsito julgado, e esteja no gozo de cumprimento de pena no regime semiaberto, e trabalhadores desempregados. Atendeu 12.312 alunos em regime semiaberto. Minha Chance - esforço da SDE para conectar as vagas de emprego disponíveis no mercado com o conteúdo dos cursos oferecidos por todos os nossos programas de qualificação profissional. O Minha Chance mapeou aproximadamente 22 mil vagas de emprego e direcionou pelo menos 2080 do total de vagas do Via Rápida e do São Paulo Criativo para demandas de contratação das empresas. Foram 65 empresas cadastradas e seis cursos customizados para a demanda específica de algumas delas, após participação em chamamento público. Portal Meu Emprego - a referida plataforma online se tornou o local onde as prefeituras cadastram seus pedidos de curso, tanto dos programas oferecidos por esta coordenação quanto pelos que são oferecidos pela CERT e pelo Fundo Social. Ao todo, o portal recebeu 2.426 pedidos de cursos de qualificação de mais de 400 municípios. Os pedidos do Via Rápida Emprego, por exemplo, foram atendidos para 86% dos municípios solicitantes. Outros programas que foram desenhados e serão implementados em 2020 são: Novotec Estágio - nova versão do programa Jovem Cidadão, de estágios de nível médio para jovens matriculados na rede pública. O Novotec Estágio privilegiará a contratação de jovens que fizerem alguma modalidade do Novotec, oferecendo às empresas aqueles estudantes que passaram por alguma qualificação e terão maior chance de efetivação e permanência nos contratantes. Também houve ajustes no valor do salário recebido pelos estagiários, de modo a constantemente alinhá-lo ao piso salarial do estado de São Paulo. Novotec Aprendiz - nova versão do programa Aprendiz Paulistas, com a oferta de cursos de duração mais curta que são certificados como parte de capacitação teórica da lei de aprendizagem.

Coordenação de Ensino Superior - promove ações focadas no aprimoramento e expansão do ensino superior no Estado de São Paulo, por meio de programas voltados à formação de profissionais qualificados, de modo a contemplar às necessidades da população e demandas do mercado de trabalho. Cabe à Coordenação elaborar estudos e diagnósticos, manter diálogo permanente e realizar ações em parceria com a comunidade científica, com vistas ao desenvolvimento articulado do ensino superior no Estado. Uma das principais iniciativas desenvolvidas é o Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP, que tem como principal foco a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade no Estado, por meio de cursos semipresenciais, ampliando o número e abrangência geográfica das vagas ofertadas. As entidades vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, através da Coordenação de Ensino Superior são: Universidade de São Paulo – USP; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP; Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP; Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA; Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP. Resumo da Ação - Acompanhamento de Convênios celebrados entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SDECTI, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPES e as Universidades Estaduais Paulistas.

O referido Centro tem a missão de contribuir com pesquisa básica e aplicada para assegurar a liderança científica e tecnológica brasileira em Bioenergia sustentável, especialmente em etanol, bioeletricidade e produtos químicos produzidos a partir de cana-de-açúcar e outras biomassas. Para dar continuidade aos convênios celebrados, foram realizadas vitórias técnicas nos polos das Universidades e, em paralelo, ocorreram várias reuniões que colocaram em pauta assuntos relevantes para concretização dessas obras.

Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP - Cursos Graduação: a UNIVESP conta com mais de 31 mil alunos, distribuídos em 11 cursos de graduação. São eles: Licenciaturas em Biologia, Química, Física, Matemática, Pedagogia e Letras; Engenharias de Computação e Produção, os novos - Bacharelado em Tecnologia da Informação e Ciência de Dados e o de Tecnologia em Gestão Pública -parceria Centro Paula Souza- CPS. Vestibulares: realizou dois vestibulares, oferecendo mais de 21 mil vagas em todas regiões do Estado. O vestibular 2, ofertou no segundo semestre 5.150 vagas para o Eixo de Licenciatura - Pedagogia, Matemática e Letras, destinadas a 184 polos de 156 municípios do Estado. Já o processo seletivo iniciado em outubro, para o ingresso de alunos em 2020, ofertou 16.100 vagas, sendo: 8.050 para Licenciaturas - Letras, Pedagogia e Matemática e 8.050 para o Eixo de Computação - Bacharelado em Tecnologia da Informação, Ciência de Dados e Engenharia de Computação. As vagas foram oferecidas para 354 polos de 305 municípios do Estado. Recredenciamento MEC e CEE e reconhecimento de curso: UNIVESP deu entrada no processo de recredenciamento da universidade nos dois órgãos. O recredenciamento no Conselho já foi aprovado. Também foi protocolado no CEE o reconhecimento do curso de Pedagogia. Participação no ENADE: pela primeira vez os alunos da UNIVESP foram cadastrados no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Credenciamento no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA-SP: em junho,

os cursos de Engenharia de Computação e Produção foram habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA-SP. As duas engenharias já possuíam, desde 2018, o reconhecimento do Conselho Estadual de Educação – CEE, órgão responsável pelas universidades públicas paulistas. Curso de Especialização em parceria com o CREA-SP: em setembro, a UNIVESP CREA-SP e UNESP, assinaram convênio voltado à capacitação técnica e aprimoramento de profissionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo, registrados no CREA-SP. A iniciativa oferecerá em caráter experimental mais de 900 vagas para o curso de especialização Lato Sensu “Empreendedorismo e Inovação Tecnológica nas Engenharias”. O conteúdo, dividido em cinco módulos, com duração de 15 meses, 360 horas, com momentos presenciais e on-line, será produzido pela UNIVESP e UNESP, também responsáveis pelas certificações. Colação de Grau: em agosto, a UNIVESP realizou a primeira solenidade de Colação de Grau dos formandos das engenharias. Atualmente a UNIVESP já formou o total de 408 estudantes - nas Licenciaturas e Engenharias. Certificados e diplomas digitais: por meio de parceria firmada com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – IMESP, a UNIVESP passou a emitir os diplomas dos concluintes da UNIVESP via internet. O documento é reconhecido e normatizado pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo – CEE e pelo Ministério da Educação - MEC. Expansão: a universidade assinou convênios com 32 municípios para abertura de Polos. Do total das cidades, 29 não possuíam polos da UNIVESP e implantaram por meio de chamamento público, aberto em junho. Os municípios de Pedro de Toledo e de Queluz já possuíam unidades presenciais, mas aderiram ao novo modelo de convênio, que conta com estrutura de polo mais flexível. A capital paulista, que já contava com 33 polos, implantou mais 14, em parceria com a Rede UniCEU. Com as novas adesões, a universidade passa a ter 373 unidades presenciais, em 316 municípios do Estado, mais de 48% do território paulista. Este ano, também foi realizada a vitória em todos os polos existentes. Modelo Pedagógico - Facilitadores: a UNIVESP firmou convênio com a USP, UNESP e UNICAMP para divulgação de edital voltado à seleção de alunos de mestrado e doutorado das três universidades, interessados em participar do Programa “Formação Didático-Pedagógico para cursos na modalidade a distância”. Durante o período do Programa, com duração de seis meses, os estudantes atuam como facilitadores virtuais nos cursos de graduação da UNIVESP e recebem bolsas de estudos. Programa de Monitoria Presencial: em outubro, a UNIVESP lançou o Programa de Monitoria Presencial. Puderam participar alunos ingressantes de 2016, 2017 e 2018. A bolsa auxílio é de R\$ 800 mensais por 20h semanais. A ideia é despertar o interesse do aluno pela docência, proporcionar o aprimoramento discente e desenvolver as competências de colaboração, liderança e trabalho em equipe. Programa Aluno Representante de Curso: em setembro, foi instituído o Programa, que tem a meta de aproximar discentes e docentes, além de estabelecer um canal de comunicação para a geração de ações e propostas voltadas às atividades acadêmicas. Na primeira etapa, 12 alunos serão responsáveis pelo desenvolvimento de estratégias e ampliação da iniciativa a todos os polos. Processo Seletivo Simplificado: a contratação de 371 profissionais foi aprovada e divulgada em Diário Oficial 31/10/19. Os contratados atuarão na sede e nos polos por 12 meses, prorrogáveis por igual período. Trote Solidário - Cidadão Paulista a UNIVESP e a Fundação Educar DPaschoal lançaram em novembro, o Prêmio Trote Cidadão Paulista. A ação, voltada aos alunos de graduação da universidade, premiará e reconhecerá os melhores projetos de empreendedorismo social. A iniciativa tem como objetivo contribuir na formação de profissionais conscientes de seu papel na sociedade. Todos os universitários inscritos ganham certificados. Para participar, o estudante da UNIVESP precisa estar regularmente matriculado em um dos cursos da instituição e desenvolver ações de trote solidário voltadas à recepção dos calouros de 2020. Auxílio financeiro a alunos para apresentação de trabalhos em eventos científicos tais como Congressos, Simpósios, Jornadas e Semanas: na ação, o estudante pode solicitar auxílio concedido nas formas de diária, reembolso de custos de transporte e referentes à inscrição. O aceite é dado pela equipe acadêmica e Conselho Técnico-Administrativo mediante disponibilidade de recursos da UNIVESP. O aluno pode solicitar até 30 dias após a participação no evento. Novo convênio com a Fundação Padre Anchieta – FPA: em julho, UNIVESP e FPA assinaram um novo convênio. O documento prevê a produção de programas de estúdio, material de apoio, bem como gravações externas para televisão e internet e exibição televisiva em canais digitais abertos para as diversas regiões estado de São Paulo. O convênio anterior, estabelecido em 2016, havia sido prorrogado até junho. Novotec Virtual: em outubro, a UNIVESP foi contratada pela SDE para oferecer 400 horas/aula em cursos de capacitação a distância para 4.700 alunos do Ensino Médio da Secretaria de Estado da Educação. Serão ofertados os cursos de Assistente de Planejamento e o de Desenvolvimento de Sistemas. Via Rápida: em outubro, a SDE contratou a UNIVESP para adaptar os cursos de qualificação profissional elaborados pelo Centro Paula Souza - 80 horas, na modalidade a distância. No total, serão ofertadas 115 mil vagas em 12 cursos correspondentes aos eixos: Tecnológico de Gestão de Negócios e Tecnológico de Informação e Comunicação. Todos serão disponibilizados na plataforma virtual da UNIVESP. Podem participar maiores de 15 anos que estão desempregados ou em busca de uma colocação profissional. Participação da UNIVESP na Competição USP de Conhecimentos - CUCo: no mês de outubro, foi anunciada a parceria da UNIVESP com USP voltada para a Competição USP de Conhecimentos - CUCo, uma das ações do “Programa *Vem pra USP!*”. O convênio prevê mil vagas da UNIVESP em 2021, destinadas a alunos do terceiro ano do ensino médio, premiados na próxima edição da CUCo. A ideia é disponibilizar três vagas por polos em todo o Estado. Novo programa de Especialização com concessão de bolsas TT4 e TT5: em novembro, a universidade lançou o novo Programa de Especialização “Desenvolvimento de Soluções Inovadoras para a Educação a Distância”. A iniciativa é destinada para titulados em pós-graduação - mestres e doutores e tem duração de 40 horas semanais, sendo quatro dedicadas ao estudo teórico e 36 para a realização de atividades práticas, na sede da UNIVESP, localizada na capital paulista. Serão oferecidos dois tipos de bolsas, durante a atuação de 24 meses: os TT4 – A recebem bolsas de R\$ 5.087,20 e os TT5, de R\$ 7.372,00. Comunicação: a UNIVESP foi destaque em mais de 1.050 reportagens, de acordo com o clipping semanal. Dessas 98% positivas. A universidade também conta com participação ativa de usuários nas mídias sociais - Facebook: mais de 54 mil seguidores, Twitter: 12 mil, Instagram: mais de 8 mil. De janeiro a dezembro de 2019, o site da UNIVESP teve mais de 1,6 milhão de usuários e 10,5 milhões de visualizações de páginas. O canal da UNIVESP TV no Youtube ultrapassou 9 mil vídeos disponibilizados. Desde abril de 2010, são mais de 115 milhões de visualizações e mais de 745 mil inscritos. Acordo de Cooperação Técnica Google e UNIVESP: prevê a formação de 380 orientadores de polos, de mais de 300 municípios em diversas ferramentas de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDIC. A capacitação é oferecida no ambiente virtual da UNIVESP. ID Estudantil – MEC: a universidade cadastrou seus alunos de 2014 a 2018, na base de dados do novo aplicativo do Ministério da Educação.

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP - é uma das maiores e mais importantes universidades brasileiras, com destacada atuação no ensino, na pesquisa e na extensão de serviços à comunidade. Mantida pelo Governo do Estado de São Paulo, é uma das três universidades públicas de ensino gratuito, ao lado da Universidade de São Paulo – USP e da Universidade Estadual de Campinas. – UNICAMP Criada em 1976, a partir de institutos isolados de ensino superior que existiam em várias regiões do Estado de São Paulo, a UNESP tem 34 unidades em 24 cidades, sendo 22 no Interior; uma na Capital do Estado, São Paulo; e uma no Litoral Paulista, em São Vicente. Ensino de Graduação - conta, atualmente, com 136 cursos de Graduação, que se desdobram em 186 entradas, oferecendo um total anual de 7725 vagas. Ao final do ano, o total de alunos regularmente matriculados em cursos de Graduação corresponde a 39.881, atendidos por um total de 2.882 docentes. Do total de alunos da Graduação, 61,26% são oriundos da escola pública. A UNESP, que foi a primeira das três universidades públicas paulistas a adotar em 2013, com ingresso em 2014, a política de reserva de vagas, estabelece uma cota para estudantes de escolas públicas e, dentro desta, uma cota para Pretos, Pardos e Indígenas – PPI, estabelecida em 35%, correspondente ao percentual de participação dessa parcela na população geral do estado. No vestibular do ano, 58,59% dos ingressantes são egressos do ensino médio público, dos quais 13,9% são autodeclarados PPI. A UNESP investiu na diversificação das possibilidades de ingresso à Universidade e implantou, já para a seleção dos novos alunos em 2020, novas formas de entrada: o processo seletivo “Olimpíadas Científicas UNESP 2020”, com 195 vagas adicionais em 30 carreiras diferentes, destinadas a medalhistas de olimpíadas, e o processo seletivo a partir da nota do Enem, para preenchimento de vagas remanescentes do vestibular 2020. Dos cursos da UNESP avaliados no Enade, 85,7% alcançam conceitos 4 e 5, índices superiores que os habilitam ao reconhecimento automático pelo Conselho Estadual de Educação – CEE. Esses resultados positivos se alicerçam em ações estratégicas na gestão de dados, bem como no investimento na qualidade dos cursos de Graduação, a partir do lançamento de editais internos, promovendo inovações curriculares e reconceitualização dos ambientes de aprendizagem. Advém, também, da renovação das práticas pedagógicas, a partir da disponibilização de ferramentas gratuitas envolvendo tecnologias digitais de comunicação e informação a todo o corpo docente, discente e técnico administrativo. Ensino de Pós-Graduação - A UNESP apresenta 152 programas de pós-graduação, que oferecem 268 cursos, sendo 125 mestrados e 117 doutorados acadêmicos, 24 mestrados e dois doutorados profissionais. Entre esses programas, 27 são considerados de excelência, tendo sido avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, do Ministério da Educação com conceito 6 - 21 programas ou 7 - 6 programas. Outros 51 programas receberam conceito 5, 58 ficaram com conceito 4 e 16 com conceito 3. Quatro cursos novos foram propostos e um foi aprovado pela Pró-reitoria de Pós-graduação, estando atualmente em julgamento pela CAPES. Outros indicadores podem ser destacados: diplomaram-se 3441 alunos de pós-graduação, entre os quais 107 estrangeiros; 1707 desses alunos usufruíam de bolsa de pesquisa. Além disso, oito diferentes editais foram concluídos, sendo dois em parceria com o Santander, um com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPES e um com a Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP. Destacam-se também outros três editais concluídos a partir do Programa UNESP CAPES-PrInt, que outorgaram 140 bolsas no exterior, nas modalidades doutorado sanduíche - 101 bolsas, professor visitante 28 e capacitação 11 e 145 bolsas no Brasil, nas modalidades professor visitante 66, jovem talento 15 e pós-doutorado 64. Pesquisa - A divulgação das pesquisas científicas realizadas na UNESP é realizada na forma de artigos científicos publicados em periódicos internacionais, sendo que o quantitativo destes artigos é um dos parâmetros empregados na análise do seu desempenho nas diferentes áreas do conhecimento. De acordo com a plataforma Scival - Base Scopus foram publicados, 5223 artigos, tendo como índice qualitativo – Field - Weighted Citation Impact o valor de 0,95, considerado 1,0 como a média internacional em publicações similares. Algumas áreas da pesquisa se encontram acima da média, tais como a Física - fator 1,81, Odontologia - 1,10 e Engenharia - 1,10. Com relação ao número de projetos de pesquisa, subsidiados com recursos de agência públicas de fomento, os números são de 1110 projetos financiados pela FAPES, dos quais 677 são auxílios regulares e 48 projetos temáticos, dentre outros tipos de auxílio. Foram iniciados 488 projetos de pesquisa, conforme dados do site "Biblioteca Virtual da FAPES" - www.bv.fapes.br. Complementarmente, segundo informações do CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa, existem na UNESP 344 projetos de pesquisa em andamento. Ainda em relação à captação de recursos externos, a UNESP recebeu da FINEP com o projeto “UNESPMULTI - Infraestrutura Qualificada Multiusuária”, o valor de R\$ 1.212.287,17. Também foi contemplada na “Chamada Pública MCTIC/FINEP/CT-Infra – Campi Universitários Regionais E Novas Universidades – 02/2018” na qual foram aprovados recursos de R\$ 1.003.035,00, ambas aguardando liberação. Extensão Universitária e Cultura: Na UNESP, a prática da extensão universitária segue o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e engloba 27 cursos pré-universitários que proporcionam a revisão de conteúdos a estudantes e egressos do ensino médio, com vulnerabilidade socioeconômica - 4200 alunos atendidos e três Centros de Línguas e Desenvolvimento de Professores que oferecem capacitação em línguas estrangeiras para a comunidade externa à universidade - 1587 participantes. Conta também com cinco núcleos do Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA, que une alfabetização e ações educativas em diversas áreas, como por exemplo inclusão digital, com 262 pessoas atendidas, e 20 núcleos da Universidade Aberta da Terceira Idade – UNATI, que tem como objetivo proporcionar às pessoas idosas o acesso à Universidade, oferecendo oportunidades educativas e culturais - 4362 participantes. Visando ampliar o relacionamento dos estudantes da UNESP com o mercado de trabalho, por meio da prática da cultura empreendedora e inovadora, realizando trabalhos de assessoria, consultoria, apoio técnico e desenvolvimento de projetos, a UNESP apresenta 51 empresas juniores. Atualmente, a UNESP possui 350 projetos de extensão universitária desenvolvidos com a comunidade - 276.759 participantes, com o objetivo de buscar soluções para problemas sociais. Os serviços de extensão universitária atendem a comunidade externa à UNESP em diversas áreas, como clínicas odontológicas - 166.369 atendimentos, centro jurídico - 1549 atendimentos, clínicas veterinárias - 120.000 atendimentos, entre outras. No campo da Cultura foram incentivadas ações em todas as 34 unidades da UNESP - oficinas, cursos, concertos, shows, saraus, mostras fotográficas e audiovisuais, propiciando acesso a bens culturais. Destacam-se as apresentações da Orquestra Acadêmica e a série de concertos de Música de Câmara, realizadas em parques da cidade de São Paulo e no Memorial da América Latina, a interação do Grupo de Percussão do Instituto de Artes – IA, junto a escolas públicas de São

Paulo e as atividades do Teatro Didático do IA. As ações culturais reuniram mais de 40.000 participantes. Internacionalização - A Assessoria de Relações Externas - Arex é responsável pela gestão do relacionamento nacional e internacional da Universidade. Para tanto, a assessoria coordena 567 acordos de cooperação, sendo que, deste total, 57 nacionais e 39 internacionais foram firmados. Buscando consolidar uma rede de parceiros estratégicos, a universidade realizou 3 missões internacionais. Instituições de excelência na França, Israel e México foram visitadas na busca de ações que levem ao aumento do impacto científico e social da UNESP. A Universidade participou também dos principais eventos de educação internacional do mundo - conferências NAFSA, a EAIE, a AIEA e a FAUBAI. Além disso, cerca de 20 delegações de instituições parceiras também foram recebidas na UNESP para discutir formas de iniciar ou aprofundar a cooperação existente. Foram também organizados 4 ateliers de pesquisa com a Universidade da Califórnia em Davis, Universidade de Tel Aviv, com um grupo de Universidades da Nova Zelândia e o maior dos eventos, um Simpósio em Bioeconomia com as universidades de Queensland e Técnica de Munique. Em todos esses eventos houve cofinanciamento da parceira internacional, o que demonstra o comprometimento dessas instituições com as ações em curso. A Arex fez também a gestão de 5 projetos Erasmus+ com financiamento europeu e os recursos externos aportados a universidade por esses projetos atingem o montante de R\$ 1.840.000,00. Além desses, através da atuação da Arex, se conseguiu aprovar outros projetos com recursos a serem aplicados na mobilidade de alunos de graduação e pós-graduação, além de um projeto, com o King's College London, voltado ao desenvolvimento do planejamento estratégico da UNESP. A universidade foi também selecionada para receber recursos em outro projeto Europeu dedicado a Aprendizagem Centralizada no Estudante. A atuação internacional da instituição a levou a ocupar posição de destaque em diversos rankings, nacionais e internacionais. Em três dos mais importantes THE, QS e AWRU, a UNESP se posiciona no Brasil entre a segunda e a sexta posição. Já nos rankings de universidades com menos de 50 anos a UNESP ocupa no THE e QS a 1ª e a 2ª colocações. Na América Latina, a instituição também tem excelente reputação, ocupando segundo THE e QS, a 10ª posição e 11ª posição. Gestão e Infraestrutura - O número docentes da UNESP hoje está distribuído em 2882 docentes ativos e 2284 inativos. Os servidores técnico-administrativos ativos são 5200 e os inativos 4965. Foram realizadas 89 ações de treinamento para 1664 servidores técnico-administrativos e docentes. A UNESP desenvolve ações em Saúde e Segurança do Trabalhador e Perícia Médica. Entre os resultados alcançados nessa área, verificou-se queda da taxa de absenteísmo-doença, mantendo-se, em 2019, a 2%, nível comparável ao encontrado no setor público em países desenvolvidos. Foram adotadas estratégias de prevenção e promoção da saúde e transformação das condições de trabalho. Ainda, foram executadas avaliações quantitativas dos riscos químicos nas 34 unidades da UNESP. O Programa Melhoria da Acessibilidade na UNESP, ligado ao Programa de Desenvolvimento Institucional da UNESP, atendeu as necessidades dos alunos com deficiências e necessidades especiais, dos cursos de graduação e pós-graduação. A infraestrutura da Universidade inclui mais de 1900 laboratórios e 30 bibliotecas, com mais de 3,2 milhões de títulos. Além disso, há, à disposição de alunos e professores, museus, hortos, biotérios, jardins botânicos e cinco fazendas experimentais, perfazendo uma área total superior a 62 milhões de metros quadrados, sendo 972 mil deles de área construída. Somam-se a esse formidável conjunto, também, hospitais veterinários e clínicas de odontologia, psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia. Foram destinados recursos para manutenção emergencial e regularização prediais, incluindo obtenção de AVCBs e cumprimento de TACs em 32 prédios, de um total de 2000 da Universidade. Ainda foram liberados recursos de convênios federais que permitirão a construção de 15 novos centros de ensino. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UNESP foi executado para atender 14 programas institucionais, abrangendo 35 ações e suas respectivas metas acadêmicas e administrativas. O orçamento de R\$ 11 milhões foi destinado aos diversos programas estabelecidos para o desenvolvimento de pessoas, saúde e segurança do trabalhador, difusão cultural e científica, interação universidade e sociedade, excelência no ensino de graduação e nos programas de pós-graduação, internacionalização da UNESP, aumento do impacto das pesquisas, tecnologia da informação, apoio e desenvolvimento da rede de bibliotecas, inovação e empreendedorismo, gestão documental e acesso à informação, comunicação integrada na universidade e melhoria da acessibilidade da UNESP. Destaque ao avanço na excelência da graduação e pós-graduação expresso nos diferentes rankings nacionais e internacionais.

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - a UNICAMP contou com 37.927 alunos matriculados em 66 cursos de graduação e 159 programas de pós-graduação em seus campi de Campinas, Piracicaba e Limeira. Seus 1.865 docentes, 99% dos quais com titulação mínima de doutor e 94% atuando em regime de dedicação exclusiva, seguiram na liderança da produção per capita nacional de artigos científicos publicados em revistas internacionais indexadas. No plano do ensino técnico, contou com 3.348 alunos matriculados em 36 cursos oferecidos pelo Colégio Técnico de Campinas e pelo Colégio Técnico de Limeira, que atuam na formação profissional de nível médio. Os cursos oferecidos abrangem as seguintes áreas: Industrial, Informática, Saúde, Telecomunicações, Gestão e Meio Ambiente. Além do reconhecido destaque no cenário nacional, foi considerada a universidade da América Latina mais bem colocada no ranking de “universidades de meia-idade” – o Golden Age University Rankings – divulgado pela publicação britânica Times Higher Education - THE, especializada em ensino superior. A UNICAMP também se manteve entre as três melhores universidades da América Latina, no ranking internacional de desempenho universitário, elaborado pela mesma publicação. Ainda no plano internacional, a UNICAMP destacou-se como a 204ª universidade mais bem avaliada do mundo em cinco grandes áreas do conhecimento: Artes e Humanidades, Engenharia e Tecnologia, Ciências da Vida e Medicina, Ciências Naturais e Ciências Sociais e Gestão. O dado consta de ranking elaborado pela consultoria britânica Quacquarelli Symonds – QS, que avaliou 1.128 universidades, de 73 países. Ensino - Acesso - pela primeira vez, os 3.428 estudantes que ingressaram na UNICAMP, entraram por diferentes formas de acesso, além do vestibular tradicional. Após medida histórica, aprovada pelo Conselho Universitário - Consu em novembro de 2017, a UNICAMP passou a utilizar vários mecanismos que diversificaram as formas de ingressar na UNICAMP e ampliaram a inclusão nos seus cursos de graduação. As medidas foram aplicadas pela primeira vez no ano de 2018, para ingresso em 2019. Um total de 2.727 estudantes ingressaram pelo Vestibular UNICAMP e 601 alunos ingressaram pela modalidade Enem-UNICAMP, que utilizou para a classificação, somente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio. Outros 64 estudantes ingressaram pelo Vestibular Indígena, destinado a candidatos indígenas brasileiros, de diferentes

etnias. E outros 36 ingressantes utilizaram somente o desempenho em olimpíadas e competições de conhecimento para entrar na UNICAMP em 2019, pela nova modalidade de ingresso denominada Vagas Olímpicas. Cotas – Pela primeira vez, a UNICAMP matriculou estudantes que optaram pelo sistema de cotas étnico-raciais, que reservou no mínimo 25% das vagas disponíveis para candidatos autodeclarados pretos e pardos, no Vestibular UNICAMP e na modalidade ENEM-UNICAMP. Desta maneira, a UNICAMP obteve uma marca histórica: do total de matriculados, 35,1% se autodeclararam pretos e pardos - 1.204 estudantes. No ano anterior, o índice havia sido de 23,9%. Inclusão - Ainda no âmbito da inclusão social no Vestibular, a UNICAMP contou com uma pontuação oferecida a candidatos que fizeram os ensinos fundamental e/ou médio na rede pública. Assim, os estudantes que optaram por participar do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social – PAAIS, receberam automaticamente, na primeira e na segunda fase, as seguintes pontuações: 20 pontos para aqueles que cursaram integralmente o ensino fundamental II em escolas públicas; 40 pontos para aqueles cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas; 60 pontos para aqueles que cursaram ambos os períodos na rede pública. Quase metade dos alunos de graduação que ingressaram na UNICAMP, veio da escola pública. O índice foi de 47,9% - 1.643 estudantes, incluindo todas as formas de ingresso. E desses, 40,9% - 672, foram autodeclarados pretos e pardos. Pós-Graduação - Com 47% de seus alunos concentrados na pós-graduação, a UNICAMP registrou, em 2019, um total de 1.364 dissertações de mestrado e 994 teses de doutorado defendidas. Dos 140 cursos de pós-graduação oferecidos pela UNICAMP e avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no mais recente ciclo quadriênio 2013-2016, 103 - 74%, ficaram na faixa de notas de 5 a 7, o que os classifica como muito bons ou excelentes. Os cursos avaliados com nota 6 ou 7 são considerados de excelência, com padrão internacional. A UNICAMP tem 65 nesta faixa, o que corresponde a 46% do total de pós-graduações avaliadas. Pesquisa e Desenvolvimento - Produção científica - Tomando-se por base levantamentos do Institute for Scientific Information – ISI, dos Estados Unidos, que monitora dez mil revistas internacionais especializadas, a produção científica da UNICAMP manteve a tendência de crescimento contínuo experimentada desde 2002. Em relação a 1989, ano da conquista da autonomia, a comparação mostra um crescimento notável de produtividade - de 0,2 para 2,4 artigos per capita por ano, sobretudo quando se considera que a UNICAMP registrou, nas últimas duas décadas, uma redução no seu corpo docente. Inovação tecnológica - A Agência de Inovação Inova UNICAMP, o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, da Universidade, recebeu 114 comunicações de invenção de janeiro a novembro. Neste contexto, a UNICAMP acumula o total de 1.117 patentes vigentes. No que se refere às parcerias para a transferência de tecnologia desenvolvida na UNICAMP para empresas, foram assinados 14 contratos de licenciamento. Outros 10 estão em tramitação. Em relação à pesquisa e desenvolvimento - P&D, em colaboração com empresas, foram assinados 38 convênios no mesmo período, havendo mais 58 em tramitação. Importante destacar que o número de empresas geradas a partir de estudantes e professores da UNICAMP chegou a 815. Desse total, 717 estão ativas no mercado. Juntas, elas faturam R\$ 7,9 bilhões por ano e geram mais de 30 mil empregos. Prestação de Serviços - Desempenho da área de Saúde - Por meio de seis unidades de atendimento, ensino e pesquisa na área da saúde, sendo quatro próprias - Hospital de Clínicas, Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Gastrocentro e Hemocentro e duas administradas por convênios de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde - Hospital Estadual Sumaré, Hospital Regional de Piracicaba, a UNICAMP manteve sua condição de centro de referência hospitalar e de saúde, de alta complexidade, na região de Campinas e no interior do Estado. Cobrindo uma área de 88 municípios dos Departamentos Regionais de Saúde VII, X e XIV, e uma população superior a seis milhões de habitantes, as unidades de saúde da Universidade disponibilizaram 880 leitos que propiciaram, até novembro de 2019, um total de 38.808 internações. Conjuntamente, realizaram 606.302 consultas ambulatoriais, 31.190 cirurgias, 4.583 mil partos, 2.727.289 exames laboratoriais, 246.810 exames de imagem, 52.875 quimioterapias, 52.949 radioterapias, 7.066 procedimentos de colonoscopia/endoscopia, e 296 transplantes de córnea, coração, medula óssea, rim e fígado. Outro destaque na área da saúde foi a inauguração, em abril, da nova UTI Pediátrica do Hospital de Clínicas, com 20 leitos. As obras, que duplicaram a capacidade do setor, começaram em 2018 e custaram R\$ 3,4 milhões, com recursos da própria Universidade. Em contrapartida, a Secretaria de Estado da Saúde assegurou R\$ 8,5 milhões por ano, para o custeio dos dez novos leitos - insumos e contratações. Trata-se da maior UTI pediátrica da região em capacidade e área, com 450 metros quadrados. Apesar desses indicadores, o Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti – CAISM, por diversas vezes durante o ano apresentou superlotação em sua UTI neonatal, necessitando restringir o acesso para garantir a assistência à saúde tanto das mães quanto dos bebês prematuros. Além dos atendimentos proporcionados pelo seu complexo hospitalar, a UNICAMP também estende suas ações na área de saúde por meio de convênios com a Secretaria de Estado da Saúde para gestão de sete Ambulatórios Médicos de Especialidades – AMES, nos municípios de Amparo, Limeira, Mogi-Guaçu, Piracicaba, Rio Claro, Santa Bárbara D'Oeste e São João da Boa Vista. Conjuntamente realizaram: 274.655 consultas, 406.578 exames laboratoriais, 109.799 exames de imagem e 14.159 procedimentos de endoscopia, até novembro. Desenvolvimento Institucional - Planejamento estratégico - além da continuidade do acompanhamento e apoio dos projetos em andamento, houve o planejamento de projetos propostos no 1º Ciclo - 2017, 2º Ciclo - 2018 e outros sugeridos pela Administração, resultando em 17 novos projetos. Tendo, portanto, um portfólio de 61 projetos estratégicos - contemplando os 15 objetivos estratégicos, dos quais 18 estão finalizados - 2 em 2018 e 16 em 2019 e 43 estão em andamento. A Coordenadoria Geral da Universidade – CGU, em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação - PRG, lançou edital de renovação da graduação com foco na revitalização de laboratórios de ensino e implantação de novas estratégias de ensino. Foram contemplados 21 projetos, com aporte global de recursos no montante de R\$ 2,7 milhões para 2019/2020. Programa Desburocratize: É uma iniciativa da CGU que tem como objetivo levantar, investigar, integrar e propor soluções criativas para as disfunções burocráticas que geram retrabalho, sobreposição e lentidão no andamento das atividades. A primeira etapa do programa, que conta com 60 servidores, terá como foco as atividades-meio, ou seja, atividades de gestão operacional que dão suporte às atividades-fim da universidade. Além disso, o programa colabora fortemente no processo de formação dos servidores para ser eficiente no âmbito não só institucional, mas também cultural. Tecnologia da Informação - Os esforços nessa área foram para a melhoria na governança de TI, que estava ineficiente devido ao processo de descentralização que ela viveu nas últimas décadas. Vários projetos estratégicos envolvem direta ou indiretamente a área de TI, o que demandava a centralização de decisões para levar a termo tais projetos. fundamentais para o aprimoramento dos processos internos da universidade. Dentre as principais ações destaca-se: adoção de serviços em nuvem, de arquiteturas modernas de software, estabelecimento de central unificada de dados, desenvolvimento de processos

digitais e instituição do Evolveo, evento para compartilhamento de experiências e tecnologias de desenvolvimento de sistemas.

Universidade de São Paulo – USP - segundo ano da administração do Reitor Vahan Agopyan e do Vice-Reitor Antonio Carlos Hernandez, a USP trabalhou para desenvolver e fortalecer as iniciativas previstas nos três eixos de atuação do plano de gestão “Excelência para a Sociedade”: Busca da Excelência Acadêmica, Relação com a Sociedade e Valorização dos Recursos Humanos. Por meio dessas três frentes, buscou-se garantir a qualidade que a comunidade universitária almeja e de que a sociedade necessita, visando a uma Universidade mais diversa, inclusiva, interdisciplinar, internacional e comprometida com sua contínua inserção social. Busca da Excelência Acadêmica - Inovação e Empreendedorismo na Graduação – InovaGrad - lançou-se edital com o objetivo de incentivar projetos inovadores, interdisciplinares e que despertem o interesse do aluno de Graduação pelo empreendedorismo. Modernização da pós-graduação - foi elaborada e apresentada à CAPES e à FAPES proposta visando à otimização e à eficiência dos programas de pós-graduação, valorizando a formação no nível de doutorado, a mobilidade nacional e internacional dos estudantes e os estágios de pós-doutorado. Um dos principais pontos da proposta é que o mestrado acadêmico, com duração reduzida, passe a ser entendido como etapa de qualificação para o doutorado. Inteligência Artificial - com aporte de R\$ 1,5 milhão, 43 projetos foram selecionados em processo altamente competitivo para desenvolver sistemas digitais inteligentes - com recursos de inteligência artificial ou aprendizado de máquina, em áreas como políticas de saúde, medicina de precisão, cidades inteligentes, sistemas econômico-financeiros, ética e sociedade, mobilidade, modelagem molecular, planejamento de fármacos, energias renováveis, avaliação de dados, entre outras. Sistema USP de Centrais Multiusuários – USPMulti - visando otimizar os recursos de infraestrutura de pesquisa da USP, esta plataforma foi criada para permitir o uso compartilhado de equipamentos para pesquisa, tornando o parque de equipamentos dos laboratórios da USP visível para o compartilhamento, e permitindo aos pesquisadores o planejamento experimental de seus projetos de pesquisa antes da submissão às agências de fomento. Programa Laboratórios Didáticos de Atividades Esportivas - a USP aplicou recursos especialmente destinados a equipar e modernizar laboratórios que estudem atividades esportivas em contextos de pesquisa e ensino. Indicadores de Desempenho - foi criado o Escritório de Gestão de Indicadores de Desempenho Acadêmico da USP – EGIDA, visando a criar indicadores que avaliem o impacto das universidades na sociedade. Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica – AGUIA - criada com a finalidade de tornar a produção científica da USP mais conhecida no exterior, este órgão é responsável pela gestão dos dados gerados a partir do conhecimento produzido na USP e pelo desenvolvimento de serviços e produtos que promovam o acesso, a visibilidade e o impacto dessa produção. Repositório de Dados Científicos: com o objetivo de disponibilizar e dar visibilidade à produção científica da USP, foi criado um repositório institucional para armazenamento e disponibilização dos dados científicos gerados pela Universidade em conformidade com os princípios de Ciência Aberta. Relação com a Sociedade - Programa USP Municípios - o programa, cujo objetivo é formar parcerias para o desenvolvimento sustentável de municípios e suas regiões, firmou um termo de cooperação técnica com a Prefeitura de Ibitinga para o desenvolvimento de ações em seis áreas principais: geração de emprego e renda; atividades voltadas à educação e ao esporte; capacitação de gestores municipais; formação do cidadão; gestão de indicadores; e criação de ambientes de inovação. Com ganhos para ambos os lados, alunos e professores da USP realizaram atividades com a comunidade envolvendo diversas áreas do conhecimento em ações para promover o desenvolvimento da região, como a realização de uma expedição para identificar potenciais de exploração turística, que resultou em um Plano Diretor com foco no turismo rural e religioso da região. Após refinamentos e melhorias na conceituação e nos procedimentos adotados, o USP Municípios vem sendo expandido para alcançar outras cidades. Para o próximo ano, o programa já iniciou os projetos para um Centro de Formação de Atletas Olímpicos, no município de Pompéia, e para a realização de uma Feira de Inovação e Tecnologia “USP Alimentos”, no município de Pirassununga. Programa Vem pra USP! - visando estimular o acesso ao ensino superior e valorizar as escolas públicas, este programa iniciado em 2017 teve número recorde de inscritos em 2019, envolvendo quase 140 mil estudantes do ensino médio que se inscreveram para participar da Competição USP de Conhecimentos - CUCo, oriundos de 3.619 escolas do Estado de São Paulo, localizadas em 602 municípios. A CUCo é uma parceria entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a USP e a Fuvest, para incentivar os estudantes da rede pública de ensino paulista a ingressar nos cursos de graduação da USP. Além disso, dentre as novidades do programa, destaca-se o estabelecimento de importante parceria com a UNIVESP, com o objetivo de abranger ainda mais municípios e trazer mais estudantes para o ensino superior. Por meio desta parceria, foram oferecidas cerca de mil vagas em cursos de Graduação nos diversos polos da UNIVESP espalhados pelo Estado de São Paulo aos estudantes premiados nas provas da CUCo. Por fim, neste ano o programa passou a incluir ainda os alunos premiados no CUCo em Projetos de Pré-Iniciação Científica da USP, inserindo-os nos laboratórios de pesquisa da Universidade. EducaSP USP - buscando prover formação complementar aos estudantes do ensino médio, este programa abriu cerca de 18 mil vagas para alunos da rede estadual de ensino em cursos da USP. Com envolvimento dos professores da rede estadual de ensino, o programa ofereceu cursos visando a incentivar os alunos do ensino médio estadual a ingressar no ensino superior, como os cursos de Astrobiologia, Fotografia, Aplicativos e Jogos, Quero Engenhar!, Robótica e Super Tecnologias. Empreendedorismo Social - a USP buscou fortalecer a interação com a sociedade, a inovação, o desenvolvimento nacional e a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com edital de apoio a projetos direcionados a discentes de Graduação; discentes de Pós-Graduação; jovens docentes - docentes que não tenham mais de seis anos de exercício na USP; e docentes com mais de seis anos de exercício. Projetos serão contemplados com o Prêmio Destaque USP de Empreendedorismo Social. Reforma do Museu do Ipiranga - o processo de reforma do Museu avançou ao longo do ano, consolidando a previsão de entrega das obras em 2021, com investimento próximo a R\$ 160 milhões. Ingresso de Estudantes Premiados em Competições de Conhecimento - a criação dessa nova forma de ingresso na Graduação da USP dispensou de prestarem vestibular os estudantes medalhistas em competições acadêmicas nacionais e internacionais de ciências do ensino médio. Diversidade Social e Étnica - fruto da política inclusiva da USP, está em curso importante mudança no perfil dos novos alunos da USP. O número de calouros autodeclarados pretos, pardos e indígenas – PPI, nos cursos de graduação da USP aumentou, passando a representar 25,7% do número total de vagas, frente a 18,5% em 2018. Além disso, 45% dos calouros de 2019 têm renda familiar bruta entre um e cinco salários mínimos, frente a 39% em 2017. Valorização dos Recursos Humanos - Programa de Atração e Retenção de Talentos - este programa ofereceu 250 vagas a doutores recém-formados,

abrindo para eles a oportunidade de desenvolver suas competências no ensino da graduação USP, capacitando-os e tornando-os altamente competitivos na carreira acadêmica. Programa de Aperfeiçoamento e Renovação Funcional – Renova - focado na readaptação funcional de servidores de nível básico com restrições médicas no desenvolvimento de atividades habituais, neste ano o Renova foi um dos vencedores do Prêmio Baldur Oscar Schubert de Gestão do Absenteísmo e Reabilitação Profissional na categoria Órgãos Públicos. Esse prêmio destaca as melhores iniciativas relacionadas aos temas da reabilitação, inclusão, acessibilidade, responsabilidade social e promoção da saúde. Novo canal de relacionamento com os servidores - o Departamento de Recursos Humanos – DRH, disponibilizou um novo canal de relacionamento com os docentes e servidores técnicos e administrativos da Universidade. O novo sistema on-line garante mais agilidade e rastreabilidade no atendimento às solicitações encaminhadas pelos servidores ao DRH. Terceiro Acordo Coletivo de Trabalho - o documento apresentou avanços em relação à edição anterior, ao buscar inovações com amparo na legislação trabalhista, preservando os benefícios dos servidores e sem prejuízo para a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas da USP. Dentre as melhorias está o acompanhamento de filhos maiores ou irmãos em consulta, exame ou sessão de tratamento de saúde, bem como para fins de internação. Também foi incluído o acompanhamento de familiares em tratamento domiciliar, desde que apresentado comprovante com indicação médica.

Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA - Destaque na área de ensino, com 53 anos de existência, a FAMEMA também tem importante atuação na área de atenção à saúde, através da autarquia HCFAMEMA, formada por unidades hospitalares e ambulatoriais. HCFAMEMA: Em 2015, o Governo do Estado de São Paulo concedeu personalidade jurídica ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, que possibilitou a criação da autarquia HCFAMEMA, entidade de direito público dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A autarquia HCFAMEMA possibilita ao hospital servir de campo para o ensino e o treinamento de estudantes em cursos de graduação e pós-graduação da FAMEMA. A entidade autárquica vincula-se à Secretaria de Estado da Saúde para fins administrativos e atua em conjunto e de forma coordenada com a Faculdade de Medicina de Marília. Fundações: A FAMEMA é composta por duas fundações de apoio – a FUMES e a FAMAR. A FUMES – Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília foi criada em 1.966. A FAMAR – Fundação de Apoio a Faculdade de Medicina de Marília e ao HCFAMEMA foi constituída em 2007. Concurso público: Publicação no Diário Oficial do Estado, no dia 14 de novembro, autoriza a FAMEMA a adotar as providências necessárias para a abertura de concurso público visando o provimento de 14 cargos de professor assistente mestre e 61 de professor adjunto doutor. Área para Campus Universitário: O Ministério do Planejamento, por intermédio da Secretaria de Patrimônio da União, formalizou o termo de cessão definitiva de uso da área da União localizada na Avenida Tiradentes para a FAMEMA. Recentemente ocorreu o Registro de Desdobro da Área com 12.934 metros quadrados, cedida definitivamente à FAMEMA para a construção do campus universitário da instituição. O projeto arquitetônico contempla prédios acadêmicos da graduação e da pós-graduação, biblioteca, laboratórios, anfiteatros, restaurante universitário, administração e estacionamento. Metodologias - Desde 1997, a FAMEMA utiliza metodologias ativas de aprendizagem, pioneiras no País, que substituíram o método convencional em salas de aulas e inseriram os estudantes de Medicina e de Enfermagem, desde o primeiro ano, em unidades de saúde para o aprendizado na prática. O método vem obtendo resultados extremamente positivos. Isso pode ser constatado pelas avaliações do MEC e de institutos de pesquisa, que classificam os cursos da FAMEMA entre os melhores do Brasil. Os cursos de Medicina e de Enfermagem também foram destaques no RUF – Ranking Universitário Folha, divulgado pelo jornal Folha de São Paulo, com classificação entre os dez melhores no Estado de São Paulo e no Guia da Faculdade do Estadão. População acadêmica: O curso de Medicina tem atualmente 478 estudantes em todas as séries. O curso de Enfermagem tem 154 estudantes nas quatro séries. Vestibular: O Vestibular FAMEMA 2020 teve recorde de inscrições com 15.978 candidatos para os cursos de Medicina e de Enfermagem. A relação candidato/vaga foi de 197,6 para Medicina e de 4,2 para a Enfermagem. Desde a sua criação formou 3.665 médicos e 1.142 enfermeiros. Docentes: possui 166 docentes e 80 assistentes de ensino, sendo 85 especialistas, 57 mestres, 97 doutores, 6 pós-doutores e 1 livre-docente. Pós-graduação: Na pós-graduação, destaques para os cursos stricto sensu: Mestrado Acadêmico em “Saúde e Envelhecimento” e Mestrado Profissional em “Ensino em Saúde”. No lato sensu, oferece o Programa de Residência Médica em 29 especialidades e o Programa de Residência Multiprofissional nas áreas: Materno Infantil, Urgência, Saúde Coletiva, Saúde da Família e em Atenção Clínica e Cirúrgica Especializada. Atualmente a FAMEMA conta com 228 vagas credenciadas junto à Comissão Nacional de Residência Médica e oferece 90 para o primeiro ano da Residência Médica. A FAMEMA também oferece os cursos de Aprimoramento em Saúde Mental, Nutrição Clínica, Hemoterapia e Saúde da Família. UNIVESP: A Faculdade de Medicina de Marília é polo presencial para apoio pedagógico, acompanhamento do desempenho e avaliação dos alunos da UNIVESP – Universidade Virtual do Estado de São Paulo, na cidade de Marília. O formato de Ensino à Distância – EAD do polo instalado e estruturado, permite o acesso do aluno na FAMEMA para o encontro presencial, através de provas e atividades com o mediador para tirar dúvidas e receber orientações sobre as disciplinas. O polo Marília/FAMEMA da UNIVESP possui quatro cursos: Engenharia de Computação, Engenharia de Produção, Pedagogia e Tecnólogo em Gestão Pública, todos com 50 vagas para cada curso na modalidade à distância. Para o ano de 2020 pela UNIVESP, a FAMEMA também passa a oferecer 50 vagas para Licenciatura e 50 para Computação.

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP

Outras Ações - No ano, foram realizados 77 expedientes em andamentos na Coordenação, produzidos por acompanhamento de processos, assessoramento e fiscalização. Órgãos vinculados - Centro Paula Souza – CPS - Escolas Técnicas Estaduais – ETECs: o CPS administra 223 ETECs que oferecem os Ensinos Médio, Técnico, Integrado, incluindo programa Novotec para cerca de 209 mil matriculados - 125.485 no Técnico, 67.085 no Integrado e 16.429 no Médio. Foi implantada a ETEC de Guarulhos neste ano. Considerando os dois processos seletivos, que ocorrem semestralmente, foram oferecidas 122.180 vagas: 91.524 para o Técnico, 25.650 para o Integrado e 5.006 para o Médio. Novotec - Lançado em março em parceria com a SDE, o programa oferece o itinerário de formação técnica e profissional nas ETECs e EEs em três modalidades: o Expresso, o Integrado e o Virtual. O Novotec Expresso é uma qualificação profissional de até 200 horas. Inicialmente foram ofertadas 23 mil vagas. Após análise da demanda foram matriculados 8.635 alunos. Novotec Virtual - foram oferecidas 6 mil vagas para alunos de Ensino Médio das EEs. Após análise de demanda foram preenchidas 4.500. Os cursos utilizam a plataforma da UNIVESP, com

conteúdo elaborado pelo CPS e acompanhamento de um tutor. Ensino Técnico Integrado ao Médio – ETIM – o CPS ofereceu 20.839 vagas em período integral. Classes Descentralizadas – CDs – unidades que funcionam com um ou mais cursos, sob a administração de uma ETEC. Estão em funcionamento 280 CDs: 152 em parceria com prefeituras que disponibilizam espaços para salas de aula e laboratórios. Deste total, 11 foram implantadas neste ano. Número de matriculados: 6.813. Outras 128 CDs funcionam pelas parcerias com a SEE e a Prefeitura da Capital - em 106 EEs e em 22 CEUs. Total de matriculados: 19.817 alunos. Este convênio permitiu a abertura de mais de 178 mil vagas em cursos técnicos e integrados entre o 2º semestre de 2009 e o 2º semestre de 2019. Programa Vence: por meio de outra parceria com a SEE, o CPS estende a oferta do ETIM às EEs. Vagas remanescentes: desde o 2º semestre de 2012, o Vestibulinho oferece vagas remanescentes de 2º módulo para diversos cursos técnicos. A partir do 1º semestre de 2020 será possível se inscrever para acesso às vagas remanescentes do 2º ano do Médio. Especialização técnica- desde o 2º semestre de 2014, o Vestibulinho oferece vagas para vários cursos dessa modalidade de ensino. Incluindo os dois processos seletivos, foram oferecidas 395 vagas para 9 cursos de especialização, entre os 17 mantidos pelo CPS. Educação a Distância - o Grupo de Estudo de Educação a Distância efetivou mais de 13 mil matrículas nos 6 cursos técnicos semipresenciais - Administração, Comércio, Eletrônica, Informática, Secretariado e Sistemas de Energia Renovável, nos 4 cursos técnicos online - Administração, Comércio, Guia de Turismo e Secretariado e no Ensino Médio na modalidade EJA. A oferta de cursos livres foi incrementada com o lançamento dos cursos de Arduino e Design Thinking que, juntamente com os cursos em andamento, totalizaram mais de 216 mil cursistas matriculados. Capacitação nas ETECs: o curso de pós-graduação em nível de aperfeiçoamento conveniado com o FNDE dentro do Programa Brasil Profissionalizado para capacitação de professores no curso de Aperfeiçoamento Ensino e Aprendizagem na EJA formou 139 professores e 142 estão em curso. Outros 482 docentes estão em fase de conclusão do curso do Programa Especial de Formação Pedagógica, também em convênio com o FNDE. A formação continuada de funcionários e docentes ofereceu cerca de 325 turmas. O número de inscritos superou 24 mil, incluindo 295 unidades do CPS. A previsão é de cerca de 14 mil certificados. Materiais de suporte didático e publicações também são produzidos anualmente pela equipe e seus parceiros. Capacitação e aperfeiçoamento de docentes voltados à inclusão - neste ano, mais de 1.300 profissionais foram capacitados para atender casos específicos de inclusão da pessoa com deficiência. O CPS e a Associação dos Amigos Metroviários dos Excepcionais – AME, seguem com o Programa de Educação Inclusiva, voltado aos alunos com deficiência. Atualmente são atendidos 674 estudantes com deficiência nas ETECs e 554 nas FATECs. O programa Meu Emprego – Trabalho Inclusivo - também parceria entre o CPS e a SDE, ofereceu 17 mil vagas nos cursos de qualificação profissional para pessoas com deficiência de todo Estado. Faculdades de Tecnologia – FATECs - o CPS administra 73 FATECs que oferecem 77 cursos de graduação para 85.284 matriculados no 2º semestre. Neste ano, foi implantada a FATEC Matão e oferecidas 29.730 vagas no Ensino Tecnológico. Educação à distância - estão matriculados nessa modalidade 2.865 alunos no curso de Gestão Empresarial. Desde o 1º semestre de 2018, O CPS oferta, em parceria com a UNIVESP, o curso de Gestão Pública. Capacitação nas FATECs - a Unidade do Ensino Superior de Graduação do CPS desenvolveu diversas atividades de capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento, como: cursos semipresenciais para Coordenação Pedagógica e Secretaria Acadêmica, a distância com Formação dos Professores de Línguas, Oficinas de Metodologias Ativas, realização da 4ª e 5ª Semana de Planejamento e Aperfeiçoamento Pedagógico – SPAP e do II Fórum de Metodologias Ativas. Até o final de novembro, foram atendidas 3.930 pessoas, entre diretores, coordenadores de curso, docentes e técnico-administrativos. Pós-Graduação - o CPS oferece dois cursos na modalidade stricto sensu: Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos e Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional. No âmbito do lato sensu, três MBA's: Excelência em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais; Tecnologia e Inovação; e Engenharia e Negócios. A Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa também oferece atividades de extensão ligadas aos programas de Mestrado Profissional e organiza o Workshop de Pós-Graduação e Pesquisa. Mobilidade Acadêmica - neste ano foram oferecidas 160 vagas com isenção de taxas para cursos de um semestre nas instituições de Ensino Superior estrangeiras parceiras do CPS, em 10 países, como: Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, Holanda, Polônia e Portugal. Também foram ofertadas 4 vagas para cursos de curta duração: 2 de língua espanhola na Espanha e 2 vagas de língua inglesa no Canadá, totalizando 164 vagas. Docentes: 9 professores participaram de projetos no exterior: 3 de ETECs e 6 de FATECs foram capacitar docentes do Senati no Peru; 1 docente de FATEC participou de curso de curta duração de língua espanhola na Espanha; 1 docente de ETEC foi selecionado por meio de concurso em parceria com o Icfp para curso de gastronomia na Itália. O CPS recebeu 21 alunos estrangeiros, sendo 12 da Austrália, Bélgica, China, Equador, Estados Unidos, França, Índia e México para cursar um ano do Etim. Outros 9 alunos de países, como Argentina, Chile, Colômbia fizeram cursos de curta duração na FATEC SEBRAE. Docentes das 35 FATECs participantes do programa Idiomas sem Fronteiras – ISF, passaram por capacitação para implantação do curso de inglês a distância My English Online – MEO. Até novembro, o MEO tinha 8.450 matriculados. Das 35 unidades credenciadas, 14 aplicaram 210 exames Toefl e 34 unidades aplicaram 1.642 exames Toeic. Também neste ano, foram assinados 18 acordos de cooperação internacional, com instituições de ensino de países como Alemanha, Canadá, Chile, Espanha, Estados Unidos, Itália e Uruguai, atingindo um total de 59 acordos vigentes. Em parceria com o Consulado-Geral do México, o CPS organizou a exposição itinerante *Frida & Diego – Fragmentos*, que passou por 42 unidades. Outro evento foi a mostra *Caminhos Incas* realizada em parceria com o Consulado do Peru. Outras nove atividades culturais foram promovidas, como: Concursos Altar Día de Muertos, com o Consulado Geral do México; e Curso de Gastronomia Peruana com o Consulado do Peru. Convênios com Empresas e Organizações - com o intuito de estabelecer relações conjuntas, programas de capacitação e treinamento para os alunos das ETECs e FATECs, avaliação de Certificação de Competências, Programa P-Tech e Direitos de uso de Software - via Web, foram celebrados 16 Acordos de Cooperação: Volkswagen do Brasil, Banco Santander, Hyundai Motor Brasil, Mult Med Equipamentos Hospitalares, entre outros. Foram assinados também outros 10 Protocolos de Intenção, visando ações conjuntas, objetivando projetos de pesquisa aplicada; disponibilizações de serviços em Nuvens - Cloud. Programas AWS Educate e AWS Academy; Dupla Titulação e Intercâmbio de professores e alunos. Entre as empresas e instituições estão: Amazon WEB, Rede Cidadã, Hospital de Amor de Barretos - Fundação Pio XII e SEBRAE. Programa Via Rápida Emprego, em parceria com a SDE - CETTPRO - foram atendidas 18.020 vagas - 3.300 nas Unidades Móveis, 12.110 em espaços físicos diversos e 2.610 vagas nas unidades de Economia Criativa. Aprendiz Paulista, em parceria com a SDE: voltado aos alunos de curso técnico das ETECs, com idade entre 14 e 24 anos. Foram firmados 1.602 contratos. FUSSP, em parceria com o Fundo Social, visa qualificar o desempregado que busca

oportunidade no mercado. Número de atendimentos até momento: 5.798. Programa Super MEI, em parceria com o SEBRAE, o CPS oferece cursos de qualificação profissional aos Microempreendedores Individuais – MEI de todo o Estado. O programa disponibilizou 200 vagas. Programa Meu Emprego também em parceria com a SDE – CERT - até o momento, foram atendidas 24.018 vagas- 7.278 pelo Programa Cidadão Trabalhador - antigo Pead - Frente de Trabalho, 4.530 vagas junto ao Sistema Prisional - Pró-Egresso, 1.200 pelo Programa SP Inclusivo - atendimentos a PCDs e 11.010 vagas em espaços físicos diversos. Qualificação Básica - Formação Inicial e Continuada – QB FIC, visa capacitar o trabalhador desempregado em busca de colocação ou na atuação empreendedora, até outubro foram 5.134 vagas. Investimento em ETECs e FATECs: foram investidos cerca de R\$ 32,6 milhões em obras. O valor inclui as de construção - ETEC Teodoro Sampaio; ampliação - ETEC de Mogi das Cruzes; reforma - ETEC Escolástica Rosa e FATECs Baixada Santista, Garça e Jales, além de obras de manutenção de diversas unidades. Valor de investimento em mobiliário e equipamentos até o momento: R\$ 10.504.893,41 para modernização dos laboratórios de TI e aquisição de mobiliário para as ETECs e FATECs. Assessoria de Inovação Tecnológica - cinco ações desenvolvidas neste ano: consecução da implantação da política e diretrizes de atuação da Assessoria de Inovação com maior ênfase em empreendedorismo e na formação de profissionais capazes de inovar e empreender; em parceria com diversas instituições foram oferecidos 8 módulos de capacitação para os Agentes de Inovação das 15 RAs do Estado; ampliação do Programa Escola de Inovadores que atendeu 91 unidades do CPS; criação de hackathons em 46 unidades do CPS e ampliação das parcerias visando proporcionar aprendizagem e oportunidades em projetos de inovação a alunos e professores do CPS. Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT - Empresa Pública do Estado que atua basicamente em quatro grandes áreas: inovação, pesquisa e desenvolvimento; serviços tecnológicos; desenvolvimento e apoio metrológico; informação e educação em tecnologia. Atende às necessidades dos setores público e privado e tem como missão “criar e aplicar soluções tecnológicas para aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida. O Instituto está organizado em 11 unidades de negócios que coordenam a atuação de 36 laboratórios tecnológicos. Ações relevantes em destaque: Atendimento a empresas: dos R\$ 82,3 milhões faturados pelo IPT no período, 72 % são de clientes do setor privado, 27,2% de clientes do setor público e 0,8 % de empresas de economia mista. Produção tecnológica: o IPT emitiu 19647 documentos técnicos no período. Indicador de pedidos de patentes: o IPT depositou 5 pedidos de patentes e 5 software no período. O destaque do ano referente a patentes, foi o desenvolvimento da Patente verde. Uma inovação tecnológica criada por pesquisadores da Natura e IPT recebeu a primeira Patente Verde dedicada a uma empresa de cosméticos no Brasil. Trata-se da utilização de resíduos de ativos da biodiversidade Amazônia, obtidos da extração do óleo de oleaginosas, como insumos de produção da companhia. Indicador de formação e treinamento de profissionais: o IPT formou 80 profissionais no período em cursos de curta duração, especialização, aperfeiçoamento e mestrado profissional. Indicador de publicações: o número de publicações dos empregados do IPT em formato de livros, artigos para eventos e periódicos nacionais ou internacionais foi de 287. Atuação - atuação com setor público - GOV - O IPT revisou sua estratégia de atuação com governo, com o intuito de reposicionar o papel e a imagem do Instituto como parceiro para o planejamento e execução de políticas públicas. Foram definidos os eixos de atuação e a estrutura básica de gestão para os atendimentos. O Instituto participou da Comissão Estadual dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cuja finalidade é de difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no âmbito do Estado de São Paulo. Atuando como parte integrante do Grupo de Assessoramento Técnico, das Câmaras Temáticas de Prosperidade e Paz, auxiliando na coordenação das atividades e reportando diretamente à Casa Civil. Atuação com setor privado com: Inovação com a indústria - Empresa Brasileira para Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii: O IPT atua com a Embrapii desde 2014. O Instituto já contratou R\$ 140,75 milhões em projetos, considerando as duas unidades de operação - Materiais de Alto Desempenho e Desenvolvimento e Escalonamento de Processos Biotecnológicos. A meta é contratar R\$ 73,3 milhões em projetos no período de 2018 a 2024. Programa Indústria 4.0: A primeira ação é a Aceleração de IIoT nas PMEs, cujo protótipo foi lançado em julho, no IPT, para 10 empresas dos setores aeronáutico e automotivo, com apoio do IPT, ITA e a Deloitte. Em novembro, foi assinado contrato entre o IPT, a FIPT e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico no valor de R\$ 4 milhões, para a execução do projeto piloto que visa escalar e acelerar a implantação de IIoT em 130 empresas paulistas. Visando contribuir para a formulação de políticas voltadas à indústria 4.0, principalmente para as pequenas e médias empresas brasileiras está em construção uma parceria entre World Economic Forum – WEF, Ministério da Economia e o Estado de São Paulo. IPT Open: O Instituto lançou o Programa IPT Open Experience - Ambiente Promotor da Inovação que visa promover um ambiente de inovação e estimular o desenvolvimento socioeconômico do Estado de São Paulo, por intermédio da disponibilização, para empresas, universidades e institutos de pesquisas, do capital intelectual, da infraestrutura laboratorial, de espaços físicos compartilhados, de serviços especializados e de instrumentos para simplificar os processos para PD&I, objetivando reduzir o tempo necessário para o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços e, ainda, mitigando os riscos inerentes ao processo de inovação e empreendedorismo. O projeto tem dois eixos de atuação: implantação de um Hub de Inovação e instalação de Centros de Inovação de empresas privadas que queiram compartilhar o espaço do campus do instituto e ter acesso facilitado à infraestrutura de pesquisa e aos parceiros do ecossistema da região. Rota 2030 - Ferramentarias Brasileiras Mais Competitivas - O programa foi selecionado em uma chamada pública pelo Conselho Gestor do Rota 2030, como o Programa Prioritário, para apoiar a linha IV do Rota 2030 referente ao fortalecimento da cadeia de ferramental e moldes destinados a produtos automotivos. O Programa, que é coordenado pela a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - Fundep e tem o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT como coordenador técnico, representando a união de esforços de vários atores da sociedade, como a Abinfer, a AEA e o Sind. dos Metalúrgicos do ABC, o ITA, a UFABC, a UFSC, o IPEN e o Instituto Mauá de Tecnologia. Nos próximos 5 anos serão injetados no setor mais de 200 milhões de reais para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas, a formação e o empreendedorismo relacionado ao setor de ferramental no Brasil Projetos em Destaque – P&D e serviços Tecnológicos: Apoio ao projeto de transposição do Rio São Francisco. Para auxiliar na fiscalização dos sistemas de medição e controle de vazão das águas e da segurança das barragens do projeto de transposição do Rio São Francisco, a Agência Nacional das Águas – ANA contratou o IPT, que será responsável, pela inspeção de 15 barragens d’água ao longo de três anos e pela calibração dos medidores de vazão das nove estações de bombeamento e dos sistemas de distribuição para cada estado, garantindo a segurança hídrica de mais de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Produção nacional de ímãs de terras raras. Com o objetivo de desenvolver por completo a cadeia de produção

dos ímãs de didímio-ferro-boro a partir dos óxidos de terras raras nacional, esse projeto - feito em parceria com a FIPT, a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, a FEESC - Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina e as empresas CBMM e WEG - poderá gerar empregos em um setor de tecnologia de ponta inédito no Brasil. O Brasil pode ter um papel de destaque neste mercado, visto que o país detém a segunda maior reserva de minérios de terras raras do mundo. Nanotecnologia contra o câncer. Uma pesquisa desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, que conta com a expertise do IPT para implantar sua aplicação, está buscando as bases de uma nova nanopartícula para o tratamento do glioblastoma, um tipo de câncer cerebral. Por meio da técnica conhecida por RNA de interferência, ou RNAi, a ideia é impedir a formação de proteínas necessárias às células tumorais para a sua proliferação ou mesmo sobrevivência, o que pode, na prática, diminuir ou evitar o crescimento de tumores. Transformação na metrologia - A Plataforma ProCal desenvolvida pelo IPT promove uma transformação digital na entrega dos dados de calibração a seus clientes, trazendo maior agilidade e facilidade no uso dos dados. O ProCal reúne para o cliente todas as informações relativas às calibrações realizadas pelo laboratório do IPT, de uma maneira organizada e estruturada, sem qualquer custo adicional. Os dados são apresentados em diversos formatos, de modo interativo e com ferramentas para análise da conformidade ponto a ponto, a partir da regra de decisão adotada para aceitação do equipamento em seu processo, agregando as novas tecnologias de transformação digital e necessidades para a Indústria 4.0 Próteses a laser - O projeto para o desenvolvimento de próteses ortopédicas das ligas Nb-Ti - nióbio-titânio e Ti-Nb-Zr - titânio-nióbio-zircônio, por fusão seletiva a laser entrou em uma nova fase no IPT com a fabricação das primeiras peças por impressão 3D a partir de pós das ligas dos dois materiais. Os pós das ligas serão usados para a construção de próteses de quadril - no caso do projeto, as placas angulares de fêmur, em um projeto do qual participam a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM, a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii, a Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPES e a Poli-USP. Inovação no alumínio - Quatorze empresas de três segmentos distintos participam de um projeto em uma parceria do IPT com a Associação Brasileira do Alumínio - Abal e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii. O estudo tem como objetivo desenvolver um sistema para estudo comparativo de juntas de alumínio em estrutura de veículos automotivos. A parceria em P&D&I envolve empresas do setor produtivo do alumínio, do setor automobilístico e de transporte com o IPT, que atua como Unidade Embrapii na área de Materiais de Alto Desempenho. É uma ação de inovação industrial de abrangência inédita, uma vez que reúne 14 empresas produtoras e usuárias de alumínio e uma instituição de ponta em competência tecnológica - Laboratório de Processos Metalúrgicos - Orçamento do Governo do Estado em laboratórios: o IPT recebeu o orçamento no valor R\$ 194.276.592 de recursos, executados da seguinte forma: Custeio: R\$ 184.818.272. Investimento: R\$ 2.296.871 para investimento na modernização dos laboratórios. Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN - Radiofármacos/Medicina Nuclear - Convênio com o Hospital de Amor, de Barretos/SP, para o desenvolvimento de novos radiofármacos com o conceito Teranóstico, como os derivados de PSMA para diagnóstico e terapia do câncer de próstata, radiomarcados com Gálio-68 e Lutécio-177, respectivamente. Pesquisa & Desenvolvimento de radiofármacos inovadores para o diagnóstico do câncer e doenças neuroinflamatórias radiomarcados com Flúor-18 ou Tecnécio-99m. A empresa Radiotarget, incubada no Centro de Radiofarmácia – CECRF do IPEN-CNEN/SP desde 2018, obteve cerca de R\$ 1,8 milhões para o desenvolvimento de radiofármacos inovadores, por meio de projetos de Pesquisa e Inovação em Pequenas Empresas - PIPE, financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPES. Biotecnologia - Assinatura de Acordo de Cooperação com a Agência Espacial Alemã para a construção de instrumentação e realização de experimentos de farmacologia espacial em foguetes de sondagem. Desenvolvimento de microesferas de Hólmio que podem ser utilizadas para braquiterapia. Síntese utilizando alta pressão da proteína NSI recombinante da Dengue com atividade imunológica, com potencial uso na produção de vacina. Desenvolvimento de um método simples de produção de nanopartículas de magnetita sob aquecimento por microondas. Desenvolvimento de nova metodologia para análise proteômica de amostras com alta viscosidade. Reator Nuclear de Pesquisa IEA-R1 - 5MW - Desenvolvimento de um espectrômetro digital para análise por ativação neutrônica em coincidência. Modelagem do Reator Nuclear de Pesquisa IEA-R1 por meio do software SERPENT com comparação dos dados experimentais - Benchmark da instalação. Medidas para garantir a segurança de tomografia em fosséis. Realização do “II Workshop Anual do Reator de Pesquisas”. Início das medidas para caracterização dos rejeitos radioativos das Usinas Nucleares de Angra I e II. Participação no projeto de caracterização de poluição do ar por medidas em tecido pulmonar e dos seios da face por meio da técnica de ativação neutrônica, em parceria com a *Universidade de Harvard*. Participação no projeto NUMEN do *Istituto Nazionale di Fisica Nucleare da Itália*. Primeiras medidas experimentais para o projeto de produção de Lutécio-177 no Reator Nuclear de Pesquisa IEA-R1. Produção rotineira de Samário-153 para tratamento de metástase óssea, de Iridio-192 para a produção de fontes de braquiterapia e de Criptônio-85 para radiotraçador em indústria de petróleo. Implementação do serviço de geocronologia e expansão do programa de visitas guiadas ao Reator Nuclear de Pesquisa IEA-R1. Combustíveis Nucleares para reatores de Pesquisa - Domínio da tecnologia de fabricação de alvos de UAlx – Al para a produção de Molibdênio-99 por fissão nuclear. Desenvolvimento da tecnologia de produção de alvos de urânio para a produção de Molibdênio-99 para uso na Medicina Nuclear, com aumento da produtividade do processo tradicional de fabricação desse tipo de alvo, por meio da implantação de metodologia inovadora baseada na modificação da placa de moldura dos conjuntos a serem laminados, possibilitando a laminação conjunta de múltiplos núcleos e obtendo-se, assim, múltiplos alvos numa única operação termomecânica. Fabricação do novo núcleo combustível para o Reator Nuclear de Pesquisa IPEN/MB-01 com 19 elementos combustíveis, do tipo placa de U₃Si₂-Al, com financiamento da FINEP (R\$ 25 milhões) visando testes de física nuclear para o elemento combustível do Reator Multipropósito Brasileiro – RMB. Engenharia Nuclear - Desenvolvimento das tecnologias de análise para identificação da composição isotópica dos rejeitos estocados nas Usinas Nucleares de Angra I e II – Projeto de Inovação Tecnológica entre o IPEN-CNEN/SP e a ELETRONUCLEAR. Desenvolvimento dos cálculos neutrônicos e finalização da montagem do novo núcleo do Reator Nuclear de Pesquisa IPEN/MB-01. Desenvolvimento de um calorímetro para medição do calor de decaimento de elementos combustíveis tipo placas paralelas para reatores de pesquisa. Apoio aos projetos de engenharia nuclear do Projeto RMB pela AMAZUL. Coordenação da execução do PMRA do RMB e participação nas campanhas de campo. Operação, retreinamento de operadores, salvaguarda de material nuclear e manutenção do Reator Nuclear de Pesquisa IPEN/MB-01. Assinatura de Acordo de Parceria com a PETROBRÁS para a realização do projeto de pesquisa “Desenvolvimento de baterias nucleares para aplicações em ambiente de fundo de poço”. Acordo de Cooperação para

promover o desenvolvimento de novas embalagens para acondicionamento e transporte de radiofármacos produzidos pelo CECRF - Portaria IPEN 48/2019. Reator Multipropósito Brasileiro – RMB - Sentença favorável à CNEN e ao IBAMA em Acórdão de maioria do TRF3, Segunda Instância, no processo movido pelo Ministério Público, e com isso permaneceu como válida a Licença Prévia – LP, emitida pelo IBAMA ao RMB. Emitida a Licença de Instalação - LI pelo IBAMA ao RMB; com essa licença iniciar-se-ão as obras de infraestrutura no sítio do RMB. Concluído o convênio FINEP sobre o desenvolvimento de combustível ao RMB; como resultado temos: o Laboratório de Enriquecimento Isotópico - LEI do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo – CTMSP, preparado para fornecer UF6 enriquecido a 20% de forma continuada ao RMB; o Centro de Combustível Nuclea – CECON do IPEN-CNEN/SP com uma infraestrutura implantada para atender a demanda anual necessária do RMB em termos do combustível nuclear e dos alvos de U para produzir Molibdênio-99; A reforma do núcleo de varetas para núcleo tipo placa no Reator Nuclear de Pesquisa IPEN/MB-01. O CECON produziu 19 elementos combustíveis que serão usados nesse novo núcleo. As equipes de operação do Reator Nuclear de Pesquisa IPEN/MB-01 e do Centro de Engenharia Nuclear - CEENG do IPEN-CNEN/SP elaboraram o Relatório de Análise de Segurança - RAS e obtiveram a Licença de Operação - LO, por prazo de 10 anos, emitida pela Diretoria de Radioproteção - DRS da CNEN. Prosseguimento no projeto detalhado do RMB e instalações associadas, com a execução da INVAP e da AMAZUL, e participação do IPEN-CNEN/SP, do Instituto de Engenharia Nuclear – IEN e do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN. Quase 6.000 de um total de 8.000 documentos de engenharia já foram emitidos e analisados, que corresponde a um esforço de trabalho de mais de 1.000.000 de homens-hora de engenharia. O RMB é o tema principal do GT-4 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro – CDPNB, coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, onde discussões com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC e outros Ministérios são conduzidas para a obtenção dos recursos, sustentabilidade e governança ao Empreendimento. Células a combustível e hidrogênio - Produção de novas membranas poliméricas condutoras aniônicas utilizando-se tecnologia das radiações. Conversão de metano a metanol em reatores eletroquímicos baseados em células a combustível poliméricas. “Prêmio Kurt Pulitzer” da ABQUIM, categoria Pesquisador, sobre catalisadores nanoestruturados para reforma a vapor do etanol - conversão de etanol em hidrogênio renovável. Assinatura de Convênio com a Nissan do Brasil para estudos de células a combustível a etanol direto, para aplicações veiculares. Ciência e Tecnologia dos Materiais - As tecnologias em desenvolvimento estão centradas nas áreas de saúde, energias renováveis, nanomateriais e meio ambiente, e desenvolvimentos de produtos na área nuclear, como o desenvolvimento de embalado para transporte de radionuclídeos. Encontram-se em desenvolvimento a produção e caracterização de microesferas para transporte de Hólmio-166 para fins de Medicina Nuclear. Iniciados novos estudos com materiais biocompatíveis, e desenvolvida técnica inovadora para a síntese de alumina anódica nanoporosa. Em novos materiais, destacam-se os avanços na produção de grafeno reduzido e um melhor entendimento de materiais avançados para células a combustível de óxido sólido. Tecnologia Laser - Desenvolvimento de plataformas microfluídicas para laser randômico e para misturas multifásicas com sistema inteligente de análise de imagens. Sensores Raman a base de nanopartículas para a medida de moléculas. Diagnóstico de tumores por imagem espectral por micro-FTIR de alta resolução. Primeiro sistema para medida de CH₄ do Brasil. Uso de PDT para estudos e tratamento de doenças infecciosas negligenciadas. Desenvolvimento de métodos para caracterização de microcirculação periférica e cerebral. Aceleração de elétrons com laser de femtossegundos. Levantamento de Campo de Vento com Lidar Doppler no sítio do RMB, em Iperó/SP. Plano de manejo ambiental do Parque Estadual Marinho da Laje de Santos/SP. Metrologia das Radiações - Manutenção da Acreditação INMETRO para Calibração de Instrumentos de Medição em Proteção Radiológica - ISO 17025:2017. Avaliação do desempenho de câmaras de ionização para radioproteção em condições ambientais variadas. Desenvolvimento de compostos termoplásticos ou termofixos radiologicamente equivalentes ao tecido humano. Desenvolvimento de um kit postal dosimétrico para calibração dos aplicadores clínicos de betaterapia no Brasil. Caracterização e estabelecimento de um sistema padrão primário e de um sistema de transferência ou método alternativo/complementar de radiação beta. Aprovação do Projeto Temático FAPES “P&D&I em Metrologia das Radiações na Área da Saúde”, em conjunto com o Instituto de Física - IFUSP da Universidade de São Paulo. Radiometria Ambiental - Avaliação da concentração de atividade de radionuclídeos naturais e caracterização química elementar das águas minerais da cidade de Caxambu/MG. Geocronologia e caracterização elementar - U, ²²⁶Ra, ²¹⁰Pb, Mn, Mo, Ni e Zn, de perfis sedimentares do Planalto de Poços de Caldas/MG. Determinação de radionuclídeos naturais ²²⁶Ra, ²²⁸Ra, ²¹⁰Pb, ²¹⁰Po e artificial ¹³⁷Cs em sedimentos de superfície no Complexo Estuarino-Lagunar de Cananéia-Iguape/SP. Dosimetria de ²²²Rn no ar do Balneário Municipal de Águas de Lindóia/SP e do Balneário Thermas Antônio Carlos, de Poços de Caldas/MG. Radioproteção - Realizados 8 atendimentos de Emergência Radiológica no Estado de São Paulo. Continuidade na organização e realização de Cursos de Radioproteção, sendo treinados 448 servidores. Em atendimento ao Decreto nº 9.786, de 8/5/2019, que dispõe sobre a participação da União durante a “Copa América Conmebol 2019” foram executadas todas as tarefas relativas à Segurança Radiológica e Nuclear em todos os jogos da “Copa América 2019”, nas Cidades de São Paulo/SP e Porto Alegre/RS. Gestão de Rejeitos Radioativos - Continuidade do Acordo de Parceria com a PETROBRÁS para ampliar o escopo do projeto em desenvolvimento, de métodos para a gestão de borras radioativas de petróleo, um tipo de rejeito incluído na classe conhecida na literatura internacional como “Technologically Enhanced, Naturally Occurring Radioactive Materials - TENORM”. Oferecidos 2 Cursos de Extensão sobre “Aplicações de Tecnologia Nuclear” para professores do Ensino Médio dos quadros da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Assinado Termo de Outorga dos 2 projetos aprovados com recursos do IPEN-CNEN/SP, para caracterização e tratamento de rejeitos radioativos, em colaboração com os Centros de Ciência e Tecnologia dos Materiais – CECTM, Engenharia Nuclear – CEENG, Lasers e Aplicações – CELAP e Reator de Pesquisa - CERPQ. Aprovado Acordo de Cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA para o desenvolvimento da tecnologia de deposição de rejeitos radioativos em poço tubular profundo. Concluído o trabalho de remoção das blindagens de urânio empobrecido de cabeçotes, para transferência do material para a Salvaguardas. Participação no Comitê gestor dos programas LABONET e DISPONET da AIEA, para desenvolvimento das tecnologias de caracterização e deposição de rejeitos radioativos. Meio Ambiente e Química - Elaboração, manutenção e execução de Programas Ambientais visando o monitoramento para o cumprimento das condicionantes à Licença de Operação do IPEN-CNEN/SP, junto ao IBAMA - L.O. nº 1325/2016. Preparação e caracterização de material de referência de U₃Si₂ certificado para a concentração de Urânio e Silício. Caracterização química de compostos de urânio para a fabricação

do elemento combustível. Implantação e manutenção do Sistema de Qualidade nos Laboratórios do Centro de Química e Meio Ambiente do IPEN-CNEN/SP, atendendo aos requisitos da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005, visando acreditação junto ao INMETRO, na análise de metais em água - Projeto SISNANO. Desenvolvimento, validação e implantação de metodologias analíticas para determinação de contaminantes inorgânicos em alimentos. Avaliação da presença de microplásticos em ambientes aquáticos. Materiais nanoestruturados e trocadores iônicos aplicados no tratamento de efluentes para recuperação de urânio visando atendimento à legislação ambiental e ações reguladoras. Desenvolvimento de materiais nanoestruturados para a adsorção e decomposição de fármacos presentes em água contaminada. Desenvolvimento de materiais de valor agregado, a partir de resíduos industriais. Desenvolvimento de materiais compósitos e nanocompósitos de matriz polimérica, a partir de polímeros convencionais e biodegradáveis reforçados com micro e nanocargas, obtidas a partir dos resíduos da atividade mineral e da agroindústria brasileira. Técnicas nucleares aplicadas à preservação de meio ambiente - Avanço no desenvolvimento do projeto da Unidade Móvel de Irradiação por Feixe de Elétrons, cuja tecnologia consiste na aplicação da radiação ionizante - feixe de elétrons, no tratamento de águas residuárias e na degradação de compostos orgânicos, por meio do processo de oxidação avançada e reaproveitamento da água do tratamento para reuso. Uso da tecnologia da radiação na preservação e desinfestação de bens culturais: Participação na “63ª Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA”, em Viena, Áustria. Realização do “1º Simpósio Internacional sobre Ionização Gama: tecnologia para preservação de acervos”, organizado pelo Centro de Tecnologia das Radiações - CETER, com o apoio da “Coleção Ivani e Jorge Yunes” e da Universidade de São Paulo - USP. Conclusão exitosa de diversos tratamentos para desinfestação e desinfecção de obras de arte e materiais arquivados, realizados para instituições culturais. Irradiação de alimentos - Participação no “1º Simpósio Brasileiro de Tecnologia para Preservação de Alimentos por Irradiação”, realizado na Cidade de Maringá/PR. Participação no GT-7, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR, um dos Grupos que integram a nova estrutura do Conselho de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro – CDPNB, instituído com o objetivo de dinamizar a aplicação da tecnologia nuclear na Agropecuária. O GT-7 realizou visita ao IPEN-CNEN/SP, cuja iniciativa partiu do próprio GSI/PR, com o objetivo de apresentar o que o Instituto já faz nessa área e o que está sendo discutido no âmbito do CDPNB em termos de planejamento para alavancar a Indústria do Agronegócio Brasileiro. Conferência Internacional Nuclear do Atlântico – INAC 2019 - Organização e participação na INAC-2019 com o tema “Novos Horizontes do Setor Nuclear: Sustentando nosso Futuro”. Promoção e discussão sobre o papel essencial da ciência e tecnologia nuclear em todas as suas aplicações para o benefício e desenvolvimento da sociedade. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPES - tem como missão contribuir para a consolidação do sistema de C,T&I no Estado de São Paulo por meio do fomento à pesquisa científica e tecnológica. No ano, essa missão foi orientada por seis estratégias de fomento – Pesquisa para Inovação, Pesquisa para o Avanço do Conhecimento, Pesquisa em Temas Estratégicos, Formação de Recursos Humanos para a Ciência e Tecnologia, Apoio à Infraestrutura de Pesquisa e Difusão do Conhecimento – e reforçada por uma forte política de cooperação para pesquisa com parceiros nacionais e internacionais. Essas estratégias se materializaram em programa e projetos, entre os quais os quais os exemplificados abaixo: Centros de Pesquisa em Engenharia – CPEs - Constituídos em parceria com empresas e sediados em universidades ou institutos de pesquisa, os CPEs resultam num modelo inovador de articulação universidade-empresa para o desenvolvimento de projetos de investigação na fronteira do conhecimento, com foco na inovação. Treze CPEs já estão constituídos: o de Inteligência Artificial, em parceria com a IBM e sede na USP; o de Controle Biológico, em parceria com a Koppert do Brasil e sede na Esalq/USP e o de Gerenciamento de Reservatórios e de Produção de Petróleo e Gás, com a Equinor - antiga Statoil e sede na UNICAMP. Destaque-se a atuação do CPE de Gás Natural - RCGI, um dos vencedores do Prêmio ANP de Inovação Tecnológica 2019, com um projeto de pesquisa que possibilitará ao Brasil monetizar o gás natural explorado nas reservas do pré-sal e reduzir a emissão atmosférica de CO₂. Para mais informações sobre os CPEs acesse www.FAPES.br/cpe_Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas – PIPE - é um dos mais importantes programas de apoio a startups no país. Até novembro, tinham sido contratados 233 projetos submetidos por empresas. O total de investimentos com os projetos vigentes no período superou os R\$ 63 milhões. Os resultados podem ser medidos pelo desempenho de empresas como a Phelcom Technologies, responsável pelo desenvolvimento de um aparelho portátil ligado a um smartphone que faz imagens precisas da retina, que obteve certificações Immetro e da Anvisa para operar, em março, sua fábrica em São Carlos; ou da PPI-Multitask, desenvolvedora de softwares MES para gerenciamento de atividades de produção que teve o seu controle adquirido pela WEG. Mais informações sobre o PIPE estão disponíveis em <http://www.FAPES.br/pipe/> e no boletim FAPES Pesquisa para Inovação. Cooperação em pesquisa - O protagonismo da pesquisa de São Paulo possibilitou que o Estado sediasse o 8º encontro anual do Global Research Council – GRC, que reuniu 50 chefes de agências de fomento de todo o mundo e elegeu o diretor-científico da FAPES, Carlos Henrique de Brito Cruz, chair do Governing Board do GRC. No plano nacional, a FAPES firmou acordo com 10 Fundações de Amparo à Pesquisa - FAPs de outros estados, para criar oportunidades bilaterais de colaboração. Para mais informações sobre o 8º encontro do GRC acesse <http://www.FAPES.br/eventos/grc/>. Difusão do Conhecimento Científico - A divulgação dos resultados de pesquisas e de seus impactos sociais e econômicos contribui para aumentar o protagonismo da ciência e da tecnologia na vida dos cidadãos, intensifica o intercâmbio de informação entre pesquisadores e agrega valor às iniciativas de fomento. De janeiro a 19 de dezembro, a mídia nacional e internacional tinha publicado mais de 30 mil reportagens sobre projetos de pesquisas e pesquisadores apoiados pela FAPES. Esse número foi 54% superior ao de 2018. A FAPES também tem presença forte nas redes sociais. A revista Pesquisa FAPES e a Agência FAPES somam, ao todo, 35 mil seguidores no Instagram, 150 mil no Twitter e 228 mil no Facebook. Para mais informações sobre a repercussão dos projetos de pesquisa apoiados pela FAPES acesse <https://namidia.FAPES.br/>. Indicadores gerais - até o mês de novembro, a Fundação tinha contratado 9.809 novos projetos nas diversas modalidades de apoio. Deste total, 5.547 corresponderam a bolsas regulares, no país e no exterior; 2.615 aos Auxílios Regulares; 414 estavam relacionados à inovação tecnológica e 1.233 a programas como Jovens Pesquisadores, equipamentos multiusuários, entre outros. No mesmo período, a FAPES desembolsou R\$ 312 milhões em bolsas e auxílios à pesquisa, R\$ 216 milhões em programas estratégicos de pesquisa, R\$ 144 milhões com apoio à inovação tecnológica e R\$ 15,9 milhões na divulgação e difusão de resultados de pesquisa. Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP - realizou importantes marcos, a começar pela inauguração da sua nova sede, localizada na região da Lapa, zona oeste da capital, com 6.223 m² de área construída, um espaço redesenhado para disponibilizar ao empreendedor um layout otimizado com maior rapidez no atendimento, além de uma excelente localização, de fácil acesso aos

cidadãos. Com relação ao imóvel da JUCESP localizado na Rua Bráulio Gomes, nº 81 – São Paulo/SP, conforme publicado no Diário Oficial de 24/7/2019, o Governador de São Paulo, aprovou a alienação onerosa à Fundação PROCON. Visando simplificar os procedimentos de registro, foi implantado em outubro, o Integrador Estadual Paulista, VRE|REDESIM, sistema responsável pela integração de dados da consulta de viabilidade locacional e de nome, registro, inscrições e licenciamento da empresa. É por meio desse que é feita a troca de informações com os órgãos e entidades federais, estaduais e municipais que são responsáveis pelo processo de registro e legalização de todas as empresas do Estado de São Paulo. O ponto de destaque do referido sistema é que todas as informações são prestadas em um único lugar, não sendo necessários, inúmeros comparecimentos presenciais à Prefeitura, Receita Federal, Corpo de Bombeiros, CETESB, entre outros. Com o Integrador Estadual, todo o processo é feito em um único portal, dando simplicidade aos procedimentos de registro. Com o certificado digital, inclusive, tudo é feito de forma online, sem sair de casa. O processo de registro empresarial envolve 4 grandes fases: a Viabilidade, o preenchimento do Coletor Nacional, o Registro no órgão competente e o licenciamento das atividades. Toda a verificação inicial é feita automaticamente pelo Integrador Estadual Paulista e, para empresas de Baixo Risco, a autorização é feita de forma online, não sendo necessário nenhum comparecimento presencial. Com o objetivo de integrar todas as cidades, a JUCESP atualmente é conveniada a 431 municípios paulistas, em operação no Módulo de Licenciamento do Via Rápida Empresa, representando uma adesão de 95 convênios. Esse convênio possibilita às prefeituras o aumento da arrecadação municipal por fomentar o empreendedorismo, desburocratizando a abertura de empresas. Com essas melhorias, a JUCESP reduziu significativamente, o tempo de abertura de empresas, de 3,6 dias em 2018 para menos de 24 horas. Atualmente contamos com 78 unidades descentralizadas, sendo 42 escritórios regionais e 36 postos de serviços, proporcionando ao empreendedor a facilidade de protocolizar e analisar o seu processo, sem a necessidade de locomoção para a Sede em São Paulo. Frequentemente são realizadas reuniões para a melhora contínua, sempre com alinhamento aos procedimentos da Sede. Administrativamente, destacamos a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável. Tratando-se de Meio Ambiente, foram instituídos em nossa Sede o Programa “Papel Zero” e também a eliminação dos resíduos sólidos. No quesito Acessibilidade, registramos em nosso quadro 4 colaboradores PcD’s - Pessoas com Deficiências. Quanto ao programa de Governança da JUCESP, que coordena projetos de extrema relevância, destacamos as seguintes ações: Compliance, que será responsável por garantir a aderência da legislação, normas e regulamentos internos e externos vigente, além do conhecimento detalhado das funções desenvolvidas em cada área, pontuando e disseminando a cultura de risco da Autarquia. Comitê Gestor da JUCESP, com o objetivo de elaborar um plano de ação para tratar da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, atendendo às políticas internas, metas e planos de gerenciamento de proteção de dados para a adequação a respectiva Lei nº 13.709, de 14/8/2019 e Medida Provisória nº 869, de 27/12/2018. A Governança da JUCESP, coordenou também a reunião de apresentação do Conselho Consultivo da JUCESP, conforme previsto no art. 9 da Lei Complementar 1.187/2012 e art. 93 do Decreto nº 58.879/13. As reuniões serão realizadas trimestralmente, para cumprimento das respectivas atribuições descritas nas legislações citadas. Compõem o Conselho Consultivo: Presidente da JUCESP, como membro nato e presidente; Vice-Presidente como membro nato e secretário; 3 ex-Presidentes da JUCESP; 1 representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; 1 representante da Secretaria da Fazenda e Planejamento; 1 representante da Corregedoria Geral da Administração; 1 representante da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo; 1 representante do SEBRAE-SP; 5 representantes indicados por entidades empresariais, a saber: APAS, FACESP, SINFAC, SINDEPRESTEM e SINDUSFARMA. Seguindo com as demais atividades, em novembro, a JUCESP, sediou na cidade de São Paulo o 1º CONAJ – Congresso Nacional das Juntas Comerciais, onde Presidentes das 27 Juntas Comerciais do Brasil debateram assuntos de simplificação do registro empresarial no país. Diante de todas essas ações elencadas, apresentamos o saldo positivo com o aumento em 8,2% no volume de processos trazidos à análise da JUCESP em comparação ao ano anterior, passando de 127 mil para 137 mil processos/mês, com a constituição de 18.925 novas empresas/mês - aumento de 15,3%, significando mais de 208 mil empresas no ano. Na questão de interação com o usuário, atingimos mais de 1.100 atendimentos/dia em nosso Call Center e a 214 consultas/dia através do Canal “Fale Conosco”. O acesso à informação e serviços também aumentaram significativamente no período, como podemos ver na tabela comparativa do JUCESP *on line*. Pontuamos ainda, que foram digitalizadas o total de 96.731.349 imagens, sendo que 10.500.000 foram certificadas digitalmente, a partir de Julho. Ressaltamos também a otimização de recursos financeiros e de pessoal, ao longo do exercício, em atendimento ao Decreto nº 64.069/2019, reduzindo em 15% os valores despendidos com a remuneração global de pessoal nos empregos de confiança em relação a 2018, gerando uma economia de R\$ 3.1 mm. Acelerar o processo de transformação e engajar os colaboradores em torno de novos comportamentos, criando um ambiente para os profissionais atuarem com protagonismo e que seus comportamentos reflitam sempre no aprimoramento e qualificação para a excelência ao atendimento do empreendedor, com o contínuo alinhamento às políticas públicas de desenvolvimento econômico, desburocratização e incentivo ao empreendedorismo, é a JUCESP Digital.

Considerações finais - Executar ações que visam ao crescimento econômico sustentável de São Paulo é um trabalho estratégico, que, além de evitar duplicidade de esforços e melhorar o aproveitamento dos recursos públicos, prepara o Estado de maneira dinâmica para responder aos desafios do progresso. A SDE cumpre esse papel, e investe na criação de ambientes favoráveis, na economia criativa e no aumento da competitividade, como forma de estimular novos investimentos e refletir a liderança econômica de São Paulo em benefícios duradouros à população, gerando emprego e renda e ampliando a infraestrutura e o desenvolvimento tecnológico.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR foi instituída neste exercício, nos termos do Decreto Estadual nº 64.059 de 1º de janeiro de 2019 e organizada nos termos do Decreto estadual nº 64.063 de 1º de janeiro de 2019. Nos termos dos citados Decretos a Secretaria é responsável por promover interlocução com os Municípios por intermédio da *Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, Subsecretaria de Relacionamento com Municípios e Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais*. Recepcionou os recursos humanos e patrimoniais da então Secretaria de Planejamento e Gestão - artigo 1º, I, do Decreto Estadual nº 64.059 de 2019, sendo que as matérias afetas a Planejamento, Gestão e Orçamento foram transferidas para a Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Estão vinculadas à Secretaria, nos termos do Decreto nº 64.063/2019, as Agências Metropolitanas - artigo 3º, item 1 e os Fundos - artigo 3º, item 2, 3, 4 e 5: Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM; Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP; Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – AGEMVALE; Agência Metropolitana de Sorocaba – AGEMSOROCABA; Fundo Metropolitanos de Financiamento e Investimento – FUMEFI; Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo; Fundo de Desenvolvimento Metropolitanos da Baixada Santista – FUNDO. Estão vinculados ainda, indiretamente: Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas – FUNDOCAMP vinculado a AGEMCAMP; Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – FUNDOVALE vinculado a AGEMVALE; Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba – FUNDO DA RM SOROCABA vinculado a AGEMSOROCABA.

Dentre as atividades desenvolvidas pela área meio, importa destacar as atividades relacionadas ao: Programa Canal Direto SP + Perto - O Projeto de Integração contempla a reforma de prédios próprios do Estado, com a implantação de sistema integrado de gestão mais eficiente, humanizado e com qualidade, adoção de novas tecnologias de inovação, automatização de processos, segurança da informação, entre outras ações como otimização dos serviços oferecidos aos usuários. Ocorrerá nas 15 Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, nas cidades de Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru, Campinas, Franca, Itapeva, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Santos e Sorocaba. No exercício encontra-se: Processo licitatório Concorrência Pública 01/2019, para realização de obras de engenharia para reforma e adequação “Retrofit” no Município de Bauru, homologado em 16/12 p.p., em vias de assinatura de contrato com a empresa vencedora Engerb Construções e Incorporações Eirele. Em fase de instrução dos autos: Concorrência Pública visando realização de obras de engenharia para reforma e adequação “Retrofit” nos Municípios de São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e Registro. Programa Vale do Futuro - foi lançado no dia 17 de outubro, após 4 oficinas de elaboração do Programa para alavancar o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira e transformá-lo em referência mundial de desenvolvimento econômico, social, ambiental e de mobilidade social com o compromisso de 20 Secretarias de Estado. Foram priorizados 22 municípios para acessarem ao Programa - Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Paríquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, Ribeirão Grande, Sete Barras e Tapiraí. O programa está organizado em 10 ações prioritárias que serão impulsionadas por um plano de investimentos em infraestrutura, um projeto de gestão sustentável e cerca de 80 outras ações de programas estaduais já existentes que irão priorizar o atendimento no Vale do Ribeira, distribuídos em 4 pilares - Emprego e Renda, Qualidade de Vida, Infraestrutura no Ribeira e Gestão Sustentável. O Programa é capitaneado pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento Econômico, com responsabilidade e transparência, fortalecendo os princípios administrativos da isonomia e igualdade. Até o momento, houve 4 reuniões de monitoramento além da realizada semanalmente na reunião de secretariado e governador. As ações serão estruturadas a partir de requisitos técnicos e planos de trabalho definido, fomentando a agilidade no atendimento dos pleitos, respeitando as normas vigentes. A meta é viabilizar, até 2022, um investimento total de R\$ 2 bilhões na região, sendo R\$ 1 bilhão em investimentos públicos e R\$1 bilhão em investimentos privados, gerando novas oportunidades de emprego e renda. Parcerias Municipais - é um programa de cooperação entre o Estado e os municípios paulistas para solucionar desafios estratégicos nas áreas da saúde, educação e segurança, com o objetivo de aumentar a qualidade de vida e reduzir desigualdades regionais em São Paulo. Nos seis meses desde o lançamento, foram desenvolvidas, em parceria com as Secretarias Estaduais de Saúde, Educação e Segurança Pública e vários municípios, práticas inovadoras, mais de 100 propostas de ações para combater os desafios estratégicos do programa. Ao todo, 432 municípios elaboraram planos de ação, totalizando 8.637 iniciativas que buscam desenvolver áreas prioritárias para a população. Seminários de Gestão Pública - tem por objetivo aproximar o Estado e os Municípios de forma a agilizar os processos e desburocratizar a máquina pública. Foram realizadas duas edições no ano, nos meses de junho e dezembro, respectivamente, no Palácio dos Bandeirantes e no São Paulo Expo. Contou com a presença de centenas de prefeitos e gestores públicos. Foram abordados temas relativos à economia, segurança, educação, geração de emprego e renda, desenvolvimento regional, responsabilidade fiscal, além da apresentação da nova conformação do Estado e dos programas de repasse de recursos aos municípios. Implantação do Sistema Sem Papel - em agosto foi implantado o Sistema Sem Papel na SDR. Esta Secretaria está entre as pioneiras na utilização da ferramenta e tem se empenhado na crescente redução do uso do papel. Através do Centro de Gestão Documental – CGD a pasta acompanha a produção de documentos dentro do sistema, analisando ordem, nomenclatura, temporalidade, tramitações e lixo gerado pelos usuários. Ao longo do exercício analisou aproximadamente 50.000 documentos oficiais, destinando-os corretamente, reduzindo o uso de espaços físicos e carga de dados sistêmicos. Liberação de imóveis e ocupação de próprios estaduais - Na busca por redução de custos, por intermédio do Departamento de Apoio Logístico – DAL, promoveu a mudança dos imóveis alugados para imóveis próprios, onde foram liberados cerca de 9.600m² de área construída para venda, 3.500 bens patrimoniais para doação. Nessa linha, estão disponíveis para providências dos órgãos competentes - Procuradoria Geral do Estado, Patrimônio Imobiliário e Fundo Imobiliário - os imóveis da Alves Guimarães, Bandeira Paulista e Rua Boa Vista nº 170, espaços nos andares 1º, 2º e 3º. Gestão do Contrato de Concessão de Uso e Exploração de Bem Público - “São Paulo Expo” - Contrato firmado entre a Empresa GL Events e a Secretaria de Desenvolvimento Regional com vistas à realização de feiras, exposições e eventos, apurou conforme Lei 14944/2013, o total de R\$ 69.507.751,05 pagos pela concessionária. Apresentação de Proposta de Decreto Estadual para regulamentação de Lei nº 14.944, de 9.1.2013- Para definir a utilização dos recursos pagos pela Concessionária - Contrato de Concessão de Uso e Exploração do Bem Público - São Paulo Expo, atribuindo aos órgãos específicos da Administração as responsabilidades que envolverão três secretarias - Secretaria de Desenvolvimento Regional - responsável pela apuração e auditoria dos valores arrecadados no contrato; Secretaria da Fazenda e Planejamento - responsável por realizar a programação orçamentária e Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente responsável pela gestão e fiscalização dos projetos aprovados pelo CONDEPEFI – Conselho de Defesa das Fontes do Ipiranga. Seminário Regional de Capacitação em Gestão dos Recursos Públicos Municipais - onde são discutidos temas como saúde, agricultura, controles internos e externos, transparência, com técnicos da Secretaria Estadual de São Paulo, capacitando, assim, gestores municipais. O evento é uma continuidade da parceria com a Fundação Escola de Sociologia e Política – FESP e o Governo do Estado de São Paulo.

Atividades de Planejamento Estratégico para a Secretaria de Desenvolvimento Regional - realizado em 2 dias de trabalho, extraindo metas persecutórias para os próximos anos.

Subsecretaria de Relacionamento com Municípios - responsável pela protocolização, pela catalogação, pelo encaminhamento, pelo acompanhamento e pela resposta aos requerimentos de intervenção estadual formulados pelas 645 Prefeituras paulistas e pelos consórcios e entidades intermunicipais existentes no Estado. No primeiro bimestre do exercício financeiro de 2019 a Subsecretaria de Relacionamento com Municípios, por meio de ofícios, expediu cartas de apresentação às 645 (seiscentas e quarenta e cinco) Prefeituras do Estado, disponibilizando, aos Poderes Executivos locais, os dados da nova estrutura organizacional, incluindo os nomes e cargos dos agentes políticos, bem como os dados para contato telefônico e para correspondência eletrônica, de maneira a facilitar, aos gestores municipais, o acesso à informação sobre a qual dispõe o artigo 8º, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Além das cartas de apresentação, expediu 1.960 ofícios aos mais diversos agentes políticos e representantes da sociedade civil organizada, ora assegurando o acesso à informação de interesse público, ora requisitando a adoção de medidas complementares para a continuidade de procedimentos administrativos estaduais que envolvem ações em âmbito local. Neste período, foram realizadas 457 audiências institucionais por conferência telefônica, para a interlocução do Estado com autoridades municipais e demais agentes que requerem intervenções estaduais em âmbito local. Presencialmente, foram realizadas 408 audiências, aos seguintes requerentes: 305 Prefeitos; 44 Vereadores; 28 Secretários municipais; 10 assessores de Prefeitos; 6 Chefes de Gabinete municipais; 6 assessores de Deputados estaduais; 2 Deputados estaduais; 7 representantes da sociedade civil. Ressalte-se, ainda, que foram realizados dezenas de atendimentos por telefone e pelo endereço eletrônico institucional. Expedição de 238 atos administrativos, por meio do Portal dos Municípios, plataforma virtual que contém o banco de dados das autoridades municipais e que permite a adoção de providências preliminares para a instauração de procedimentos administrativos. Para a instrução dos requerimentos de intervenção estadual, foram instaurados, no exercício financeiro, 4.835 procedimentos administrativos por meio do Portal de Demandas dos Municípios, plataforma virtual que permite a obtenção de subsídios técnicos perante todas as Secretarias de Estado. Ademais, permaneceram em trâmite, 850 procedimentos administrativos instaurados nos exercícios financeiros de 2017 e 2018. Possibilitando a adoção de múltiplas abordagens e recortes para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional pelo Poder Executivo estadual, foram registrados, no Módulo de Solicitações do Sistema de Autorizações Governamentais, banco de dados dos pedidos formulados pelos Poderes Executivos municipais e pelos Poderes Legislativos das três esferas federativas, 7.519 requerimentos de intervenção do Estado de São Paulo em âmbito local. Quanto ao gerenciamento de procedimentos administrativos que possibilitem a execução de ações governamentais oriundas de proposições legislativas, foram registradas 3.118 emendas parlamentares no Módulo de Decisões do Sistema de Autorizações Governamentais, banco de dados que permite o controle da execução das políticas públicas paulistas direcionadas aos Municípios.

Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais - apresenta os seguintes números de resultado apurado, em relação a Convênios firmados com esta Pasta: Pagos até a data de 13/12: 917 convênios, valor gasto R\$ 217.726.348,27; Publicados até 17/12: 612 convênios, valor a ser gasto R\$ 196.953.375,87.

Os Escritórios regionais realizaram 4 seminários de capacitação do Programa Parcerias Municipais. Entre as atividades desempenhadas pela Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos: Estudos e Elaboração do Projeto de Lei da Agência Metropolitana de São Paulo e de Ribeirão Preto e criação Fundo de Desenvolvimento de Ribeirão Preto. Debates, seminários, oficinas, reuniões com os diversos segmentos em todas as regiões, articulação dos poderes públicos municipais e estaduais e sociedade Civil, visando a elaboração e propostas para o PDUI das regiões Metropolitanas: 24 reuniões ordinárias dos Conselhos de Desenvolvimento Regional das regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Ribeirão Preto, Sorocaba, Vale e Litoral Norte e nas Aglomerações Urbanas de Piracicaba e Franca; 5 audiências Públicas do PPA nas regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba; Discussões sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP – PDUI, Estatuto da Metrópole estabelecido pela Lei Federal 13.089/2015, e modificado pela Medida Provisória nº 818 de 11 de janeiro de 2018, determina que todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas brasileiras desenvolvam, até 31 de dezembro de 2021, seus Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI's; 4 eventos envolvendo: Reuniões do Conselho Consultivo da Sub-região Sudoeste da RMSP, Workshops e Palestra para o aprofundamento das demandas da Sub-região sobre os temas: Mineração, Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico; 15 reuniões da Coordenação das Câmaras Temáticas da Sub-região Sudoeste da RMSP; 66 eventos envolvendo: reuniões com a Secretaria Estadual de Logística e Transportes, Prefeitos da Sub-região Sudoeste da RMSP, EMPLASA, SENAC, Câmaras Temáticas de Desenvolvimento Econômico, Habitação, Meio Ambiente, Mineração, Mobilidade Urbana, Segurança Pública e Políticas sobre Drogas e Turismo, Grupos de Fiscalização Integrada, Grupo de Integração Municipal dos Municípios Licenciadores e Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da RMSP.

O FUMEFI tem por finalidade financiar e investir em projetos de interesse da Região Metropolitana de São Paulo, conta com a Secretaria de Desenvolvimento Regional como agente Promotor e, a partir de outubro, com a liquidação da EMPLASA, a SDR passou a figurar também como Agente Técnico conformidade com os Decretos nº 64.540 e 64.542/2019. Conta também com o Banco do Brasil - Agente Financeiro. Plano de Aplicação - 16 Municípios da Região Metropolitana de São Paulo foram beneficiados pelo Plano de Aplicação FUMEFI, envolvendo 40 projetos aprovados, compatíveis com as funções públicas de interesse comum metropolitano, envolvendo a revigoração de contratos antes inviabilizados pelo cancelamento geral de Restos a Pagar do Estado, em 2018. Desses, 27 já foram aditados para a incorporação de recursos de 2019 e atualização de procedimentos. Envolvendo também recursos previsíveis de 2020, da ordem de R\$ 34 milhões, compatíveis com o proposto no PPA, para o exercício, o Plano assim constituído assume o valor total bruto da ordem de R\$ 93 milhões. Com a edição do Decreto 64.623, de 29/11/2019, que suplementou o orçamento da SDR para repasse ao FUMEFI, todos os itens faltantes encontram-se em providências finais para sua formalização. Os 16 Beneficiários em foram: Biritiba Mirim - 2 projetos; Carapicuíba, 7 - 1 a contratar; Cotia, 1; Embu-Guaçu, 6 - 2 a contratar, destacando-se que um deles só será exequível em 2020; Ferraz de Vasconcelos, 3 - 1 a contratar; Francisco Morato 5;

Franco da Rocha 1; Itaquaquecetuba, 3 - 1 a contratar; Juquitiba, 2 - 1 a contratar; Pirapora do Bom Jesus 2; Poá 1; Ribeirão Pires 1; Rio Grande da Serra, 3 - 1 a contratar; S.Lourenço da Serra 1 - a contratar; Suzano 1; Vargem Grande Paulista 1. Os repasses do FUMEFI ocorrem mediante a aprovação, pelo Agente Técnico, das parcelas de serviços efetivamente executados e apresentados ao fundo pelas Prefeituras – são as medições mensais referentes a cada contrato. Dessa forma, registramos, até a presente data, movimentação financeira bruta da ordem de R\$ 29 milhões, correspondentes aos repasses aos Municípios e também às despesas operacionais e de custeio aplicáveis.

Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM - Ao apresentar os trabalhos desenvolvidos pela AGEM, importante ressaltar, que apesar de atravessar um processo de reestruturação total, ainda em curso, manteve seu propósito de integrar a organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse à Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS. Destacam-se nesse período, os esforços para a adequação da RMBS ao Estatuto da Metrópole, que resultaram na elaboração da minuta do Projeto de Lei que atualmente encontra-se na Assessoria Técnica Legislativa, para posterior envio à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Além disso, difundiu o Sistema de Monitoramento e Avaliação do PMDE/BS – SIMA/BS, por meio de capacitação de representantes das prefeituras da região e do Estado, e agora trabalha na busca de um ambiente tecnológico com as configurações necessárias, para que o sistema fique em uma nova infraestrutura. Em outro importante avanço, o Comitê de Bacias Hidrográficas aprovou, no mês de junho, a proposta intitulada “Implantação de Ações do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista”, que atualmente aguarda liberação de recursos para início do processo licitatório. A AGEM tem trabalhado incansavelmente também na implementação do Geoprocessamento nos municípios da RMBS, no Plano Regional de Mobilidade e Logística, no Cadastro Habitacional Metropolitano- Assentamentos Precários e no PDTIC/BS – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações da Baixada Santista - Biênio 2019/2020, que tem como proposta desenvolver o cadastro de serviços regional. Importante destacar ainda a participação dos diretores e técnicos da Agência nos debates sobre temas regionais que têm pautado as reuniões das Câmaras Temáticas e do próprio Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista - CONDESB e a sua atuação junto a diversas entidades e organizações governamentais e não governamentais da região. A agência dispensou especial atenção ao papel de agente técnico do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, realizando análise dos projetos apresentados pelas prefeituras e aprovados pelo CONDESB, por meio da realização de medições e vistorias das obras. A autarquia também utiliza esse relatório para prestar contas de uma de suas principais funções como secretaria executiva do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista - CONDESB e de suas Câmaras Temáticas.

Estrutura de Governança da Região Metropolitana



Agência tem a missão de integrar a organização, planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum à Região Metropolitana da Baixada Santista, desenvolvendo as seguintes atribuições: arrecadar as receitas próprias ou as que lhe sejam delegadas ou transferidas, inclusive multas e tarifas relativas a serviços prestados; fiscalizar a execução das leis que dispõem sobre regiões metropolitanas e aplicar as respectivas sanções, no exercício do poder de polícia; estabelecer metas, planos, programas e projetos de interesse comum, bem como fiscalizar e avaliar sua execução; promover a desapropriação de bens declarados de utilidade pública, quando necessário à realização de atividades de interesse comum; manter atualizadas as informações estatísticas e de qualquer outra natureza, necessárias para o planejamento metropolitano, especialmente as de natureza físico-territorial, demográfica, financeira, urbanística, social, cultural, ambiental, que sejam de relevante interesse público, bem como promover, anualmente, a sua ampla divulgação; Exercer outras atribuições que lhe sejam legalmente conferidas. Também é o agente técnico do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista – FUNDO, responsável pela análise do pedido e preparação das Propostas de Aplicação dos recursos, além do acompanhar e fiscalizar os respectivos contratos e dos projetos. Atualmente, acompanha projetos/obras em andamento e que embora concluídos, estejam em fase de prestação de contas.

A adequação da RMBS ao Estatuto da Metrópole - Realizada pela equipe interna da AGEM, debatida na Câmara Temática de Planejamento ampliada com a participação da Sociedade Civil e aprovada na reunião do CONDESB de 28 de novembro de 2017, a minuta do Projeto de Lei foi encaminhada à Casa Civil e encontra-se na Assessoria Técnica Legislativa, que está coordenando a integração dos calendários das outras Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo para envio à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Coordenado pela Câmara Temática de Planejamento do CONDESB, o processo de adequação do Sistema de Governança e do Plano Diretor Urbano Integrado à Lei Federal foi realizado por meio de Oficinas Temáticas com especialistas, nove audiências públicas, e uma oficina regional que elegeu representantes da

Sociedade Civil por Funções Públicas de Interesse Comum - FIPIC, que atualmente encontram-se incorporados na Câmara Técnica de Planejamento e Desenvolvimento Econômico para acompanhamento e construção coletiva do Sistema de Monitoramento e Avaliação – SIMA BS. Para garantir a Gestão Plena da RMBS frente ao Estatuto da Metrópole, o CONDESB, por meio de sua Deliberação 001 de 2016, incumbiu a Câmara Temática de Planejamento de formular o Plano de Trabalho que definiu os conteúdos mínimos, as orientações metodológicas e o cronograma que orientam os debates para a elaboração do projeto de lei, incluindo a participação da sociedade civil. Em 2014, a Agência Metropolitana finalizou o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico – PMDE da Baixada Santista PMDE-BS, que estabeleceu uma visão de futuro para a região. O estudo incluiu avaliação dos planos, projetos e programas municipais, estaduais e federais existentes e análises das projeções de crescimento econômico e populacional que impactam sobre a infraestrutura urbana. O Plano consolidou propostas das políticas municipais, estaduais e federais, por meio da apresentação de 32 orientações de planejamento, 23 projetos estruturante, 47 ações e 77 programas públicos e privados de desenvolvimento para os nove municípios da região, apontando para um horizonte até 2030. Porém, um ano após a conclusão do estudo, foi promulgada a Lei Federal nº 13.089 - 12/01/2015, do Estatuto da Metrópole, estabelecendo diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum. Um dos principais instrumentos de governança Inter federativa previsto pelo Estatuto é o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. O marco legal determinava que em três anos - até janeiro de 2018, todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do país teriam que elaborar e aprovar em forma de lei estadual seu plano regional de desenvolvimento. Diante das exigências da nova legislação, a Região Metropolitana da Baixada Santista se colocou na posição de vanguarda, justamente por já contar com o seu plano regional. Em 2016, técnicos da AGEM e das prefeituras da região começaram então a discutir a revisão e adequação do Plano Metropolitano para atendimento às exigências da lei federal, a fim de transformá-lo em minuta de projeto de lei do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Baixada Santista.

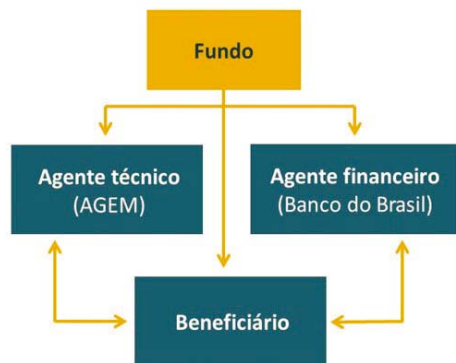
Sistema de Monitoramento e Avaliação do PMDE/BS – SIMA/BS - é uma ferramenta que foi desenvolvida para consolidar, em um único ambiente, informações municipais, estaduais e federais, permitindo a seus usuários o acompanhamento das políticas públicas regionais, baseadas no Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico - PMDE e nas diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 13.089/2015 - Estatuto da Metrópole. Assim, o SIMA/BS é um sistema de Gestão Metropolitana, no qual as informações, as responsabilidades e as análises serão compartilhadas entre os entes federativos da RMBS em ambiente web. Em 2019, as prefeituras da Região Metropolitana, representantes do Estado na região e os técnicos foram capacitados a utilizar o sistema, bem como inserir dados, em reuniões realizadas nas Câmaras Temáticas do CONDESB, agrupadas por Função Pública de Interesse Comum - FPIC, para ajustes dos indicadores que serão colocados no SIMA/BS. O processo foi concluído em maio de 2019, e atualmente, busca montar um ambiente tecnológico com as configurações necessárias, para que o sistema fique em uma nova infraestrutura - que hoje se encontra em servidor externo provisório, ou, que seja indicado um ambiente propício para o recebimento do Sistema.

Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - Encerrado em dezembro de 2018, o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista – PRGIRS, foi conduzido pela Câmara Temática de Meio Ambiente do CONDESB, e organizado pela AGEM que contratou o Instituto de Pesquisas Tecnológicas com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro. O Comitê de Bacias Hidrográficas, por meio da Deliberação CBH-BS nº 355/2019, de 18 de junho de 2019, aprovou a proposta intitulada Implantação de Ações do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista, que aguarda atualmente a liberação de recursos para início do processo licitatório.

Implementação do Geoprocessamento nos Municípios da RMBS - O projeto é uma iniciativa da Câmara Temática de Tecnologia da Informação e Comunicação do CONDESB para a implementação de soluções de geoprocessamento, integrando todos os nove municípios da Baixada Santista. O geoprocessamento utiliza tecnologias que possibilitam o processamento, interpretação de dados que envolvam sistemas de informações geográficas, de posicionamento global, levantamentos aéreos, meteorologia, entre outros. Desta forma, possibilita a atualização de informações territoriais e de serviços existentes, por exemplo, o que contribui para a formulação e eficiência de políticas públicas nas mais diversas áreas, como habitação, educação e saúde, entre outras. A AGEM coordena e apoia a Câmara Temática de Tecnologia da Informação e Comunicação do CONDESB nas ações de tecnologia, integração e implementação de sistemas georreferenciados além do apoio à aquisição de equipamentos e capacitação de equipes técnicas, destacando-se no período as seguintes atividades: Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Baixada Santista – PDTIC/BS - biênio 2019/2020, que estabelece apoio aos projetos e planos regionais, como também diretrizes e modelos para a aplicabilidade nas questões de Tecnologia e Geoprocessamento aos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS; Workshops de Geoprocessamento da Região Metropolitana da Baixada Santista. A AGEM apoiou a CTTIC/CONDESB - Câmara Temática de Tecnologia da Informação e Comunicação do CONDESB na realização do VI Workshop de Geoprocessamento da RMBS, no dia 24 de abril de 2019 no município de Bertioga/SP, cuja proposta foi discutir a temática Geoprocessamento junto aos técnicos e representantes dos nove municípios, do Estado, da União e Universidades; SCMBS – Sistema Cartográfico Metropolitano da Baixada Santista. A AGEM realiza atendimento público para a venda e disseminação das informações cartográficas da RMBS através do mapeamento sistemático, um trabalho realizado em 2002. No período o SCMBS efetivou um total de 159 operações envolvendo a obtenção de produtos cartográficos, sendo 18 de forma onerosa e 141 isentas de oneração e SIM – Sistema de Informações Metropolitanas voltado as informações habitacionais da RMBS. A AGEM contratou a Emplasa, contrato nº 006/2018, que permitiu o desenvolvimento e disponibilização de uma ferramenta em plataforma geocolaborativa pela internet, para a realização da gestão habitacional na RMBS, junto aos nove municípios. A ferramenta permitiu o mapeamento dos Assentamentos Precários através de cadastro e aplicação de novas funcionalidades geoespaciais para a identificação e publicação das informações que foram georreferenciadas, de forma integrada, entre os órgãos que atuam na questão habitacional na Região. O projeto permitiu a disseminação do conhecimento, através de capacitações, da questão sobre geoprocessamento junto aos técnicos dos municípios e do próprio Estado. *Plano Regional de Mobilidade e Logística* - Pauta constante das reuniões da Câmara Temática de Mobilidade e

Logística do CONDESB, o Plano Nacional de Mobilidade Urbana, através da publicação de Lei 12.587, de 2012, determinou uma série de ações a serem realizadas por todas as esferas de governo, incluindo o desenvolvimento de Planos de Mobilidade por todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. Por esse motivo, a AGEM vem se preparando para realizar o Plano Regional de Mobilidade e Logística. A iniciativa possibilitará trabalhar em consonância e oferecer suporte aos Planos Municipais, com objetivo de traçar diretrizes gerais a serem observadas pelas prefeituras da região. No ano, a Agência reorganizou os termos de referência em conjunto a Agência Francesa de Desenvolvimento e o ITDP, visando ajustar o conteúdo a contento a política das mudanças climáticas da ONU Habitat. Cadastro Habitacional Metropolitano - Assentamentos Precários - A Câmara Temática de Habitação do CONDESB, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU e a AGEM, promove desde 2016, intensos trabalhos para tratar do tema Assentamentos Precários na RMBS, realizando a unificação de conceitos e forma de mapeamento junto aos municípios. Foram realizados levantamentos e atualizações da situação das informações habitacionais em cada município, discutidos e ampliados os conceitos, melhoria das informações, planejamento de ações para o alinhamento das informações habitacionais com foco num Plano Regional Metropolitano. Em 03 de outubro a AGEM foi notificada por meio do Ofício CT/LIQ/025-19 - folha 645, sobre a rescisão antecipada do contrato, cujo encerramento contratual firmado entre as partes se daria em julho de 2021, tendo em vista a extinção da Emplasa publicada por lei estadual nº 17.056 em 05 de junho de 2019. Diante da notificação recebida, solicitou à Emplasa a sub-rogação do contrato supracitado para o Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC, sendo esta instituição agora responsável pela continuidade do Sistema. Vale ressaltar que o IGC, por meio das Resoluções SG n.º 61 e 62 de 08 de outubro de 2019, assumirá o SIM, o que impossibilitou a Emplasa a continuar prestando os serviços. PDTIC/BS – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações da Baixada Santista - Biênio 2019/2020 - A AGEM apoia a atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações da Baixada Santista - PDTIC/BS que é um trabalho desenvolvido pela Câmara Temática de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista - CTTIC/CONDESB, que se encontra em sua segunda edição - Biênio 2019/2020. Esse projeto foi iniciado no ano de 2016 para o biênio 2017/2018 e no ano de 2019 o Plano foi aprimorado e aprovado pelo CONDESB em junho de 2019, que teve como objetivo dar diretrizes, estabelecer o modelo de trabalho e os critérios de elaboração do Plano com a temática voltada a Tecnologia e Geoprocessamento para a Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS, formada pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. O PDTIC/BS também tem a proposta de atender, apoiar e orientar os municípios na criação dos seus próprios PDTICs locais e no desenvolvimento dos seus Catálogos de Serviços Municipais com a proposta de desenvolver o Catálogo de Serviços Regional. Capacitação aos Técnicos Municipais da RMBS: Ciência de Dados - A AGEM em parceria com a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, vem desenvolvendo um projeto de capacitação aos técnicos e gestores dos municípios da Região, para proporcionar um curso de pós-graduação, com o tema Ciência de Dados aplicada à Gestão Pública. O curso tem o objetivo de apresentar e descrever as aplicações avançadas de Análise de Dados em áreas diversas, tais como finanças, mobilidade urbana, saúde, educação, segurança, gestão de recursos humanos, meio ambiente, governo eletrônico, etc. A intenção é permitir aos técnicos e gestores obter uma visão ampla das possibilidades atuais de aplicação dos recursos tecnológicos na análise e previsão de resultados, bem como apresentar tendências futuras na área, no intuito de desenvolver e participar de novos projetos que envolvam estes conhecimentos. A proposta do curso foi apresentada e aprovada pelo CONDESB em outubro e deverá ter início em 2020. Gestão Compartilhada - Cadeia Velha de Santos - Por meio de assinatura do Termo de Permissão de Uso de imóvel próprio da Fazenda Estadual em maio de 2017, com a finalidade de redução do ônus com despesas locatícias, buscando a ocupação e otimização de espaços públicos, e para a finalidade do uso do bem, de vocação artístico-cultural e por se tratar de patrimônio histórico tombado pelos órgãos de preservação federal - Iphan, estadual - Condephaat e municipal - Condepasa, a AGEM compartilha o espaço e despesas junto de uma unidade polo do Projeto Guri, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura. O imóvel onde a AGEM se encontra, sendo um edifício histórico demandou manutenção e conservação, devido a necessidade de zelar pelo bem público. Programação Cultural da Cadeia Velha de Santos - A AGEM além de compartilhar o espaço com o Projeto Guri garante de maneira articulada e planejada, os espaços aos movimentos culturais de Santos e da Região Metropolitana da Baixada Santista, e mantém uma parceria com a Prefeitura Municipal de Santos através da oferta de diversos por meio das oficinas Pagu, que contam com recursos da Secretaria Estadual de Cultura. Neste ano ocorreram diversos eventos como o Festa61 – Festival de Teatro de Santos realizado na dependência do prédio histórico. FESTA 61 – Festival de Teatro de Santos - De 30 agosto a 7 de setembro, o Festival Santista de Teatro trouxe extensa programação gratuita, que incluiu 12 espetáculos nas sessões oficiais - regional, estadual e nacional e dezenas de atrações na Mostra Paralela, que contempla diversas linguagens artísticas, além de debates, bate-papos e intervenções. Com o tema O Berro do Povo, a proposta do FESTA 61 é trazer à cena montagens e outras manifestações artísticas que discutam as contradições políticas e históricas do Brasil e do mundo, a partir de violências cotidianas presentes em nossa realidade. O Festival inspirou-se especialmente na obra do dramaturgo e diretor santista Plínio Marcos - 1935-1999, um dos autores mais perseguidos pela censura, desde a Ditadura Militar até os anos 1990, que retratou a desigualdade social brasileira e os conflitos de grupos minoritários e historicamente marginalizados. O espaço da Cadeia Velha de Santos abrigou os seguintes espetáculos: Mostra Oficial - Sábado, 31 de agosto, 19h – O Suicídio Mais Bonito Do Mundo - Coletivo Valsa Pra Lua E Teatro Do Kaos - Cubatão/SP- Mostra Regional; Domingo, 1 de setembro, 19h – Vocifera - Teatro Do Kaos - Cubatão/SP - Mostra Regional; Quinta-Feira, 5 de setembro, 21h – O Incrível Homem Pelo Averso - Contadores De Mentira - Suzano/SP - Mostra Estadual; Sexta-Feira, 6 de setembro, 20h – Cartas Para Satã - Projeto Cartas Para Satã - Mostra Regional. Mostra Paralela - Sábado, 31 de agosto, às 15h, Exposição Onde Vamos?; Segunda e Terça-feira, 2 e 3 de setembro, às 19h, o Grupo Ofertantes de Jacaré encenou O Bicho de São Sererê; Quarta-feira, dia 4 de setembro, às 19h, aula aberta das Práticas artísticas: Teatro entre a liberdade e a política e posteriormente uma Roda de Conversa sobre a readequação da proposta de Lei de Fomento ao Teatro para a Cidade de Santos.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO



O Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista - FUNDO é destinado a dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da Região. Formado por um Conselho de Orientação composto por 6 membros, sendo 4 do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, e 2 representantes da AGEM, indicados, respectivamente, por sua Diretoria. Administrado, quanto ao aspecto financeiro, por instituição financeira oficial do Estado - Banco do Brasil S/A. *Atribuições:* financiar e investir em programas e projetos de interesse da RMBS; contribuir com recursos financeiros para a melhoria dos serviços públicos municipais; contribuir com recursos financeiros para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento socioeconômico da Região; contribuir com recursos financeiros para a redução das desigualdades sociais na Região. *Atribuições do Conselho de Orientação:* apreciar, quanto ao aspecto financeiro, os projetos de interesse metropolitano a serem desenvolvidos com recursos do FUNDO; acompanhar a execução dos Planos de Aplicação, aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista; supervisionar a aplicação de recursos e acompanhar o fluxo das disponibilidades através de registros adequados, em consonância com os da instituição financeira do Estado incumbida da administração; elaborar, aprovar e modificar o Regulamento de Operações, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista; deliberar sobre oferecimento de garantia em operações de crédito; deliberar sobre a redução dos recursos, quando comprovadamente excederem às necessidades das operações a que forem destinadas; deliberar sobre a aplicação, no mercado financeiro, de eventuais disponibilidades de caixa, desde que não prejudiquem o cumprimento dos Planos de Aplicação; deliberar sobre a garantia de operações de crédito; elaborar seu Regimento Interno; submeter ao Conselho de Desenvolvimento a prestação de contas, com seu parecer; fixar as normas de procedimento destinadas a solucionar os casos omissos, "ad referendum" do Conselho de Desenvolvimento. Os recursos do Fundo são constituídos por recursos do Estado e dos Municípios a ele destinados por disposição legal; transferências da União; empréstimos nacionais e internacionais e recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais; retorno das operações de crédito contratadas com órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios e concessionárias de serviços públicos; produto de operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos; resultado de aplicação de multas cobradas de infratores cuja competência tenha sido delegada ou transferida para a Região Metropolitana da Baixada Santista; recursos decorrentes do rateio de custos referentes a obras de interesse comum; doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais e outros recursos eventuais. A AGEM atua, portanto, como agente técnico do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista – Fundo, responsável pela análise do pedido e preparação das propostas de aplicação dos recursos, além de acompanhar e fiscalizar os respectivos contratos e projetos. Atualmente acompanha 11 processos relacionados a aquisição de equipamentos e/ou obras de arquitetura e engenharia de interesse metropolitano que obtiveram recursos do Fundo. No ano, seis Prefeituras obtiveram recursos do FUNDO e a Diretoria Regional de Saúde resultando em 11 novos projetos em análise pelo agente técnico, totalizando R\$ 19.695.079,42, em investimentos metropolitanos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano
Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM

RELAÇÃO DE PROJETOS NOVOS COM RECURSOS DO FUNDO - AGENTE TÉCNICO - ANO 2019

Município Solicitante	Ano	Projeto com Descrição	Valor Solicitado Projeto - R\$	
DRS IV	1	2019	Programa pela Primeiríssima Infância	1.700.000,00
	Subtotal			1.700.000,00
Bertioga	1	2019	Reurbanização da Entrada da Cidade Av. 19 de maio	957.284,45
	Subtotal			957.284,45
Santos	1	2019	Aquisição Equipamentos p/ UPA -Zona Leste	1.165.400,90
	1	2019	Aquisição Equipamentos p/ Ambulatorio de Especialidades - AMBESP	1.719.768,90
	1	2019	Aquisição de equipamentos médico-hospitalares e mobiliário, para a policlínica Jabaquara	546.095,40
	1	2019	Instalação de sistema de monitoramento na UPA Zona Leste, Ambesp e Policlínica do Jabaquara	1.299.761,61
	Subtotal			4.731.026,81
Cubatão	1	2019	Construção Ciclovias - N. Senhora da Lapa	6.733.204,65
	1	2019	Pavimentação de Vias Públicas	3.370.000,00
	Subtotal			10.103.204,65
São Vicente	1	2019	Pavimentação parcial de Vias Públicas. Av. Pres.Wilson (Visconde R.Branco - Mem de Sá)	1.114.904,23
	Subtotal			1.114.904,23
Itanhaém	1	2019	Implantação de sistema de monitoramento por OCR - Fase 2	547.796,68
	Subtotal			547.796,68
Peruíbe	1	2019	Abrigos para Pontos de Ônibus	540.862,60
	Subtotal			540.862,60
Total de Projetos	11	TOTAIS		19.695.079,42

Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP - A Região Metropolitana de Campinas – RMC tem passado por importante expansão econômica nos últimos anos, oferecendo condições de vida cada vez melhores. Muitos desafios se colocam ao pleno desenvolvimento da região, principalmente no que se refere à manutenção de seu potencial competitivo na atração de novos investimentos. Tem como objetivo superar os desafios econômicos, ambientais e sociais postos para a Região. Para isso estabelece parcerias com os municípios, com a iniciativa privada, universidades e demais órgãos públicos atuantes na Região para a construção de um futuro sólido e sustentável. Pela sua relevante atuação e pelo impacto dos projetos, a estrutura de gestão metropolitana, formada pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas - CD-RMC, AGEMCAMP e Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas - FUNDOCAMP, é reconhecida como protagonista efetiva da melhoria da qualidade de vida da população e do desenvolvimento econômico sustentável da RMC.

Projetos FUNDOCAMP - Área: Saúde - Combate à Dengue - Objeto: Aquisição de um veículo tipo *pick up* e de equipamentos de combate ao vetor; Status: Em andamento; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 1.400.000,00; Desembolso realizado: R\$ 0,00 - Combate à Arboviroses - Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos - teste rápido do vírus da dengue, tela para proteção de caixa d'água, big bag de ráfia convencional, equipamento de inspeção visual remoto, material de divulgação didático/educativo; Status: Em andamento; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 1.535.000,00; Desembolso realizado: R\$ 10.620,00 - Área: Cultura - Re-Virada Cultural - 2018 - Objeto: Realização de apresentações de música, dança e oficinas nos municípios da RMC, privilegiando os artistas regionais; Status: Encerrado, porém houve prestação de contas de um município no mês de janeiro; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 1.400.000,00; Desembolso realizado: R\$ 60.173,93 - Re-Virada Cultural - Objeto: Realização de apresentações de música, dança e oficinas nos municípios da RMC, privilegiando os artistas regionais; Status: Em andamento; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 1.600.000,00; Desembolso realizado: R\$ 306.791,19 - Área: Segurança - Sistema de Videomonitoramento na RMC - 1ª etapa - Objeto: Aquisição de equipamentos e implantação do Sistema Metropolitano de Videomonitoramento nos municípios da RMC em atendimento às necessidades identificadas no Plano Metropolitano de Segurança; Status: Em andamento; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 12.935.700,00; Desembolso realizado: R\$ 133.333,32 - Sistema de Videomonitoramento na RMC - 2ª etapa - Objeto: Aquisição de software para compor o Sistema de Videomonitoramento; Status: Em andamento; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 5.500.000,00; Desembolso realizado: R\$ 487.500,00 - Sistema Regional de Radiocomunicação Digital - Objeto: Aquisição de equipamentos que proporcionará a migração do Sistema de Radiocomunicação Analógico para Digital ou a expansão do atual Sistema de Radiocomunicação Digital, e assim permitir maior integração entre órgãos que utilizam esse tipo de comunicação na cidade e sua integração com a RMC - Status: Em andamento; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 3.970.000,00; Desembolso realizado: R\$ 179.287,66 - Sistema Metropolitano de Proteção aos Bens e Serviços Públicos Municipais - Objeto: Aquisição de veículos para a guarda municipal; Status: Em andamento; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 2.200.000,00; Desembolso realizado: R\$ 319.240,43 - Área: Defesa Civil - Plataforma para Redução de Riscos de Desastres na RMC - Objeto: Aquisição de veículos para Defesa Civil a fim de promover a gestão de riscos e gerenciamento de desastres entre as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil pertencentes a Região Metropolitana de Campinas; Status: Em andamento; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 3.600.000,00; Desembolso realizado: R\$ 378.396,00 - Centro Regional de Meteorologia - Objeto: Aquisição de radar meteorológico visando trabalhos técnicos relacionados à formulação de alertas a iminência de eventos extremos e elaboração de laudos técnicos, visando subsidiar a decretação de situação de emergência ou calamidade pública; Status: Aprovado pelo Comitê Gestor do Gasto Público do Estado de São Paulo. Encontra-se em análise pela Consultoria Jurídica da AGEMCAMP; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Tomador de Recursos: Universidade Estadual de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 3.000.000,00 - Área: Esporte - Academias Ao Ar Livre - Objeto: Aquisição de equipamentos para instalação de academias ao ar livre em espaços utilização pública nos municípios da RMC, podendo ser instaladas: academias para idosos, academias para pessoas com deficiências, academias para crianças; Status: Em andamento; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 7.100.000,00; Desembolso realizado: R\$ 25.732,36 - Área: Turismo - Reequipamento dos Centros de Atendimento aos Turistas na RMC - Objeto: Aquisição de materiais, equipamentos e veículo, a fim de aprimorar

o atendimento ao turista na RMC; Status: iniciando; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 2.000.000,00 - Área: Educação - 10º Fórum Internacional de Educação - Objeto: Contratação de serviços técnicos para realização da 10ª edição do Fórum Internacional de Educação da Região Metropolitana de Campinas, com o Tema - Políticas Públicas Municipais de Educação, envolvendo os 20 municípios integrantes da RMC e as Diretorias de Ensino do Estado; Status: Em andamento; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 400.000,00 - Área: Planejamento - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - Objeto: Instrumento de governança Inter federativa com participação de todos os entes públicos e da sociedade civil, de forma integrada e compartilhada; Status: Em andamento; Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas; Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas; Previsão Recurso do FUNDOCAMP: R\$ 1.431.280,00.

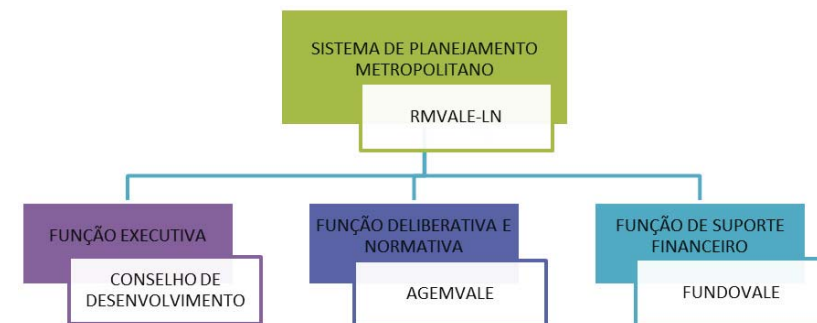
FUNDOCAMP			
Projeto	Valor Total do Projeto (R\$)	Desembolso Realizado em anos anteriores a (R\$)	Desembolso (R\$)
Academias Ao Ar Livre	800.000,00	348.686,90	0,00
Combate Dengue	1.400.000,00	1.055.058,53	0,00
Combate Arboviroses	1.535.000,00	0,00	10.620,00
Centro Regional Meteorologia RMC(Radar)	3.000.000,00	0,00	0,00
Mobilidade Urbana – 1ª etapa	8.000.000,00	4.373.339,11	75.218,81
Mobilidade Urbana – 2ª etapa	7.100.000,00	0,00	25.732,36
Plataforma Redução Riscos Desastres	3.600.000,00	3.382.434,06	378.396,00
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI	1.431.280,00	0,00	0,00
Re-Virada Cultural - 2018	1.400.000,00	442.354,84	60.173,93
Re-Virada Cultural - 2019	1.600.000,00	306.791,19	306.791,19
Sistema de Videomonitoramento na RMC – 1ª etapa	12.935.700,00	11.890.357,30	133.333,32
Sistema de Videomonitoramento na RMC – 2ª etapa (aquisição de software)	5.500.000,00	3.041.778,46	487.500,00
Sistema Regional de Defesa Civil	640.000,00	542.150,20	0,00
Sistema Regional de Radiocomunicação Digital	3.970.000,00	3.245.195,06	179.287,66
Reequipamento do Centro de Atendimento ao Turista	2.000.000,00	0,00	0,00
Sistema Metropolitano de Proteção ao Bens e Serviços Públicos Municipais - Segurança	2.200.000,00	640.000,00	319.240,43
10º Fórum Internacional de Educação	400.000,00	0,00	0,00
Total		29.268.156,54	1.976.293,7

Projetos Priorizados pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas para a RMC com recursos do FUNDOCAMP - Valor total estimado R\$ 306.791,19 - Re-Virada Cultural – 2020; Objeto: Realização de apresentações de música, dança e oficinas nos municípios da RMC, privilegiando os artistas regionais. *PROJETOS DESENVOLVIDOS EM Parceiras/Instituições* - INTERACT-Bio: Ação Integrada pela Biodiversidade; Objeto: apoiar a Região Metropolitana de Campinas na integração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos no planejamento metropolitano, em especial no plano de desenvolvimento urbano integrado, nos instrumentos de gestão do uso do solo e nos projetos de infraestrutura, no âmbito do Projeto INTERACT-Bio: Ação Integrada pela Biodiversidade promovido pelo ICLEI - Governos Sociais pela Sustentabilidade - Programa Saúde em Ação: Participação efetiva da AGEMCAMP no Programa Saúde em Ação na RMC, uma parceria do Governo do Estado de São Paulo e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID - Fundação Fórum Campinas: Projeto Inova Campinas - A AGEMCAMP participa como membro efetivo do Conselho Deliberativo da Fundação, sendo que no ano foram desenvolvidas iniciativas concretas voltadas ao Desenvolvimento Tecnológico da Região.

Agência Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte – AGEMVALE - Merece destaque, a elaboração dos diversos regimentos e regulamentos necessários ao trabalho da autarquia e Conselho, bem como o empenho dos técnicos na formatação do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – FUNDOVALE - *A Região* - Pela força econômica e importância estratégica que representa para o Estado de São Paulo, a RMVALE-LN tem sido objeto de estudos e pesquisas desde muito antes de sua institucionalização através da Lei Complementar Estadual 1166, de 9 de janeiro de 2012. A criação de uma nova Região Metropolitana, naquele momento, visava fomentar o desenvolvimento e proporcionar melhorias na qualidade de vida dos moradores da RM. A Região tem sua história baseada na cultura do café, cerne para a indústria de São Paulo. Hoje a região vive um *boom* logístico, cuja força econômica vai da produção de aviões à indústria pesada, passando pelo setor do turismo. As fontes convencionais de informações socioeconômicas acompanham, em geral, recortes oficiais, distritos e subprefeituras, que não conseguem expressar adequadamente a diversidade urbana e rural, camuflando realidades distintas encontradas no mesmo recorte administrativo. A RMVALE-LN tem hoje 2.552.610 habitantes, segundo estimativa divulgada Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em Agosto/2019. Extensa, é composta por 39 municípios divididos em cinco sub-regiões, assim constituídos: Sub-Região 1: Caçapava, Igaratá, Jacaré, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos; Sub-Região 2: Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé; Sub-Região 3: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira; Sub-Região 4: Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras; Sub-Região 5: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. Esta está situada entre as duas Regiões Metropolitanas mais importantes do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Destaca-se nacionalmente por intensa e diversificada atividade econômica. A produção industrial é altamente desenvolvida, predominando os setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial e bélico nos municípios

localizados no eixo da Rodovia Presidente Dutra. Destacam-se também as atividades portuárias e petrolíferas no Litoral Norte e o turismo na Serra da Mantiqueira, Litoral e cidades históricas. A região caracteriza-se, ainda, por abrigar importantes patrimônios ambientais de relevância nacional, como as Serras da Mantiqueira, da Bocaina e do Mar, e pelas fazendas de valor histórico e arquitetônico.

Estrutura de Governança da Região Metropolitana



A AGEMVALE



Três anos após a criação da RMVALE-LN, nasce a Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – AGEMVALE, autarquia do governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional. Criada pela Lei Complementar nº 1.258, de 12 de janeiro de 2015. Sua missão é de integrar a organização, planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum aos municípios da RMVALE-LN, desenvolvendo as seguintes atribuições: Arrecadar as receitas próprias ou as que lhe sejam delegadas ou transferidas, inclusive multas e tarifas relativas a serviços prestados; Fiscalizar a execução das leis que dispõem sobre regiões metropolitanas e aplicar as respectivas sanções, no exercício do poder de polícia; Estabelecer metas, planos, programas e projetos de interesse comum, bem como fiscalizar e avaliar sua execução; Promover a desapropriação de bens declarados de utilidade pública, quando necessário à realização de atividades de interesse comum; Manter atualizadas as informações estatísticas e de qualquer outra natureza, necessárias para o planejamento metropolitano, especialmente as de natureza físico-territorial, demográfica, financeira, urbanística, social, cultural, ambiental, que sejam de relevante interesse público, bem como promover, anualmente, a sua ampla divulgação; Exercer outras atribuições que lhe sejam legalmente conferidas. Atualmente, o FUNDOVALE está em fase de estruturação. Avaliação Geral - A atual direção da AGEMVALE iniciou seus trabalhos entre os meses de abril e maio. A Diretoria da AGEMVALE, juntamente com o presidente do Conselho, estabeleceu como diretriz estratégica fazer um levantamento e diagnosticar as necessidades do órgão com relação às pendências pertinentes a sua legislação, estrutura técnica e física. Em primeiro momento já se torna claro que as ações fundamentais e prioritárias para o momento são: Tomar operacional o Fundo de Desenvolvimento do Vale do Paraíba e Litoral Norte – FUNDOVALE e dar andamento à elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI, buscando a destinação de verbas pelo Governo do Estado e preparando a documentação técnica para a contratação de consultoria especializada ou para orientar a execução diretamente pela própria Agência. Sendo assim a toda a legislação pertinente a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVALE-LN foi confrontada, bem como os relatórios de apontamentos enviados pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, de anos anteriores, com base nos quais foram adotadas as seguintes providências: Sede inadequada - adequação do espaço pela proprietária do imóvel sem ônus para a administração, se encontra em fase de execução, com previsão de término para janeiro/2020. Falta do Regimento Interno da AGEMVALE - criada comissão interna para elaboração do regimento que já foi apresentando e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento. Falta do Regulamento de Licitações da AGEMVALE - criada comissão interna para elaboração do regulamento de licitações que já foi apresentando e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento. Falta do Regimento Interno das Câmaras Temáticas - criada comissão interna para elaboração do regimento das Câmaras Temáticas que já foi apresentando e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento. Falta do Regimento Interno do Conselho Consultivo - criada comissão interna para elaboração do regimento do Conselho Consultivo que já foi apresentando e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento. Ouvidoria - Solicitado à Secretaria designação de ouvidor que atenda a AGEMVALE, com sugestão de designação de um ouvidor único para atender todas as Agências Metropolitanas - Santos, Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba e as demais que forem criadas, visto que o ouvidor deve ter dedicação exclusiva à função. Operação do FUNDOVALE -

parecer jurídico validando a contratação da Desenvolve SP e o contrato está em fase de ajustes para assinatura. Procurador consultivo - designado em agosto do corrente ano, o procurador consultivo Dr. Rodrigo Augusto de Carvalho Campos, foi designado para atender a autarquia. Auditoria do Tribunal de Contas do Estado – TCE, referente ao exercício de 2018. Elaboração de resposta sobre os apontamentos constantes do relatório do auditor do TCE no processo que julgará as contas do exercício de 2018.

Agência Metropolitana de Sorocaba – AGEMSOROCABA - O relatório a seguir, consiste na exposição de ações para o alcance das metas/objetivos institucionais da Agência Metropolitana de Sorocaba - AGEMSOROCABA, a partir da nomeação dos Diretores Executivos no mês de maio e junho. Meta/Plano: Desenvolvimento e Implantação do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado. Participação de Reuniões com as seguintes ações: Na EMLASA - apresentação e entrega dos cadernos do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana de Sorocaba. No Comitê Executivo – definição das próximas etapas entrega dos cadernos do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana de Sorocaba. Na Prefeitura de Tatuí - reunião com a Secretária de Planejamento e representante do Comitê do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI sobre a programação da Reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba. Meta/Plano: Representação em eventos e reuniões de interesse da região metropolitana, Secretaria de Desenvolvimento Regional e Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos. Ações Desenvolvidas: Participação em reunião em Laranjal Paulista sobre o Consórcio Intermunicipal do trem Turístico Regional. Avaliação da possibilidade de implantação do trem que sairia da cidade de Sorocaba e seguiria até Botucatu. O projeto visa fomentar o desenvolvimento turístico e econômico da Região Metropolitana de Sorocaba e outras cidades vizinhas. Planejamento e execução da Audiência Pública para elaboração dos Projetos de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 e da Lei Orçamentária Anual – 2020. Participação no Programa de Qualificação para Exportação – PEIEX, parceria entre a Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Campinas – ESAMC, a Prefeitura de Sorocaba e a Apex Brasil. O programa visa apoiar as empresas de Sorocaba e região que queiram exportar seus produtos de forma planejada e segura. O programa conta com o apoio do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP e o SEBRAE. Apoio na edição do Programa Empreenda Rápido da cidade de Sorocaba. Um evento com palestras e orientações voltadas aos microempreendedores da região metropolitana. O evento foi desenvolvido pelo Serviço de Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de Sorocaba, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Renda. Apoio e participação no evento de Adesão dos Municípios às Parcerias Municipais, realizado em São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS estabelece que a Assistência Social, é “Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Sua especificidade está integrada “às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” - LOAS, 1993. A Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS tem como objetivo o atendimento aos beneficiários abrangidos por esta lei. A efetivação desse objetivo é feita através da formulação, coordenação e avaliação da política socioassistencial, bem como a realização de parcerias, transferência e geração de renda. É atribuição, também parte da política de segurança alimentar e parte da política sobre drogas, a partir da interlocução e integração com o público alvo da política de assistência social.

Política de Assistência Social e Ações de Desenvolvimento Social - Proteção Social Básica - Objetiva a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à População que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza e privação - ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social, discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras. O número de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS - é de 1.160 unidades, em 643 municípios - aumento de 30 unidades em relação a 2018, de acordo com o PMAS/WEB 2019. São 7.105 serviços que compõem a rede socioassistencial da Proteção Social Básica do Estado, em 3.531 locais de execução. As executoras desenvolvem serviços de caráter preventivo e tem capacidade de atendimento de 1,3 milhão entre famílias, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. O apoio financeiro aos municípios se dá através do repasse financeiro direto, pelo sistema Fundo a Fundo. São recursos do Fundo Estadual – FEAS, transferidos para os Fundos Municipais – FMAS, conforme a Lei Estadual nº 13.242, de 8 dezembro de 2008, Decreto Estadual nº 54.026 de 16 fevereiro de 2009. O Estado cofinanciou 2.202 serviços de Proteção Social Básica, nos 627 municípios, com um valor total de R\$ 77.562.174,42 de recursos alocados, de acordo com o PMAS/WEB 2019. A variação de valores de um ano para o outro é pequena, considerando - se o tamanho da rede de serviços. Deve-se também considerar que não houve aumento do repasse financeiro, nem por parte do governo federal nem por parte do governo estadual. *Ações:* Seminário Fortalecimento da Atuação Preventiva: Cuidados, Renda e Proteção Social no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas – EGESP - CAS/EDESP; Encontros EDESP - Setembro Amarelo: Prevenção do Suicídio - 11 de setembro - Auditório da SEDS - EDESP/CAS; encontros EDESP - Políticas Públicas para a Infância e a Intergeneracionalidade - auditório da SEDS - EDESP/CAS; 15 Encontros de Integração das Seguranças de Convívio e Renda, realizados em parceria com a Coordenação Estadual do BPC; abordagem conceitual do CRAS, do serviço de Proteção e Atendimento a Família - PAIF e do Registro Mensal de Atendimento – RMA, aos técnicos e coordenadores de CRAS dos 29 municípios sob jurisdição da DRADS Araraquara; apresentação do Sistema Único de Assistência Social, do papel do CRAS e dos três serviços de Proteção Social

Básica aos médicos residentes do Programa Medicina de Família e aos Conselheiros estaduais do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência de São Paulo; contribuição formativa em temas específicos ao Programa Federal Acessuas Trabalho, aos coordenadores municipais do Programa Acessuas, aos profissionais da Assistência Social, às secretarias do Trabalho e conselheiros municipais da Assistência Social dos 63 municípios participantes do Programa Acessuas Trabalho; apresentação do caderno de Orientações “Atenção às famílias das mulheres grávidas, lactantes e com filhas/os até 12 anos incompletos ou com deficiência privados de liberdade” no seminário promovido pela Coordenadoria de Gestão Estratégica às 26 DRADS e Contribuição formativa sobre temáticas da Assistência Social aos voluntários do Programa Frente Voluntária. Proteção Social Especial de Média Complexidade - Encerrou o ano com um total de 301 Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Nos CREAS estão instalados os serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI que tem por objetivo apoiar, orientar e acompanhar indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. Somaram 301 unidades, com 656 serviços, com atendimento médio anual dado a 120 mil pessoas. O investimento Estadual foi de R\$ 9.517.872,26. Dos 697 serviços de MSE PSC/LA - Medidas Socioeducativas - Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida - 253 serviços são cofinanciados pelo Governo do Estado de São Paulo, com investimento total R\$ 18.392.659,89. Nos municípios cofinanciados e não-cofinanciados, o total de atendimento anual foi de 45 mil adolescentes em conflito com a lei. O Serviço de Abordagem Social é desenvolvido em CREAS, em Centro Pop e no Órgão Gestor Municipal da Assistência Social. Temos o total de 206 serviços, com previsão de atendimento mensal de 10.755 usuários e com o investimento anual de R\$ 4.514.792,06. O serviço às pessoas com deficiência, idosos e suas famílias são também desenvolvidos no CREAS. O atendimento é estendido às famílias de pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violação de direitos. A População em situação de rua também é contemplada pela Política Nacional de Assistência Social. Funcionaram 56 unidades de Centro de Referência à População em Situação de Rua - Centro Pop. e 55 Centros Pop e o total de 74 serviços especializados para População em situação de rua. Proteção Social Especial de Alta Complexidade - No âmbito da Alta Complexidade a Proteção Social Especial atende por meio dos serviços de Acolhimento Institucional, acolhimento em Repúblicas e acolhimento em Família Acolhedora. De acordo com dados PMAS, foram executadas 6 modalidades de acolhimento institucional da PSE de Alta Complexidade conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que apresentam previsão de atendimento mensal de 76.629, totalizando o repasse estadual de R\$ 66.674.824,88. Os municípios não receberam os recursos federais de forma regular desde 2017, e se encontram em dificuldades financeiras para executar os serviços planejados. Por conta desta dificuldade os serviços foram reduzidos. A redução de atendimento deve-se à dificuldade de acesso aos serviços pelos usuários por conta de serviços fechados ou serviços com atendimento insuficiente, resultando na desistência por parte das pessoas. A variação negativa do número de atendidos em MSE pode ser justificado também pelo seu encaminhamento ocorrer por meio judicial. Desse modo o serviço, mesmo com capacidade de atendimento completa. pode não receber o mesmo número de usuários de um ano para o outro. *Ações:* 21 reuniões técnicas quinzenais da equipe de PSE; 6 encontros regionais sobre “Proteção Social Especial e os serviços”; 18 supervisões técnicas em Residência Inclusiva Casa Branca, Tupã, Bauru, Avaré, Cotia; 10 encontros do Projeto de Capacitação Trabalho Social com Famílias em parceria com o NECA e a Drads Vale do Paraíba; 339 expedientes, pareceres e informações produzidas; 1 Audiência Pública SEDS e Ministério da Cidadania sobre Medidas Socioeducativas; 1 Encontro Estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; 1 Encontro sobre o Fluxo Intermunicipal de crianças e adolescentes em situação de rua; Sistema MSE Web - Sistema de Medidas Socioeducativas via Web: 539 municípios com o Termo de Adesão assinados para uso do sistema; 26 orientações técnicas para o uso do Sistema MSE Web; produção de relatórios e capacitação dos técnicos municipais nas DRADS; Acompanhamento mensal do Plano Decenal Estadual SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; criação da Câmara Técnica da CIB – Comissão Intergestores Bipartite, sobre a Lei Federal 13.341/17 da Escuta Especializada; 8 orientações técnicas regionais sobre a Lei 13.341/17; retomada dos trabalhos da Câmara Técnica da CIB – Comissão Intergestores Bipartite, sobre recâmbio intermunicipal de crianças e adolescentes em situação de rua que estejam desacompanhadas; GT Enfrentamento a Violência Sexual contra crianças e adolescentes com a participação da Educação, Segurança Pública, Saúde e Desenvolvimento Social no âmbito do poder executivo estadual; acompanhamento e supervisão técnica do acolhimento de criança e adolescente com capacitação em DRADS; participação no Comitê Gestor do Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; participação em GT junto a Vigilância Sanitária para regulamentação técnica dos CDIs públicos e privados; participação no Conselho Intersetorial de Assuntos Indígenas e apoio financeiro; participação no Seminário sobre Trabalho Social com Famílias em parceria com o NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre Criança e o Adolescente; participação/representação técnica em: Comissão de Acompanhamento do Programa de Prevenção e Violência contra Pessoas com Deficiência; Comissão de Acompanhamento do Programa Estadual de Atendimento à Deficiência Intelectual; Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador; Comissão Estadual Intersecretarial para Acompanhamento e Implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo; Comissão Interinstitucional de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE; Comissão Multidisciplinar de Acompanhamento do Programa São Paulo em busca das crianças e adolescentes desaparecidos; Comitê Estadual para Refugiados; Comitê Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual; Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas; Conselho da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” de Amparo ao Preso – FUNAP; Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA; Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência; Conselho Gestor do Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM; Grupo de Trabalho da Lei Federal 13.431/2017 sobre a Escuta Especial; Grupo de Trabalho do Poder Executivo Estadual para Implementação da Lei Federal 13.431/2017 em atendimento integrado; Grupo de Trabalho Reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa com Deficiência; Grupo de Trabalho sobre a Lei Federal 13.431/2017 - CMESCA; Secretaria Municipal de Assistência Social - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes – CMESCA; reordenamento dos serviços estadualizados e municipais de acolhimento para pessoa com deficiência em Residências Inclusivas; Acompanhamento do processo de interiorização dos venezuelanos em São Paulo; Curso

em parceria com o NECA e CAS sobre Trabalho Social com Famílias na DRADS Vale do Paraíba; Parceria com o NECA para a capacitação das DRADS e municípios sobre o reordenamento dos serviços de acolhimento institucional de criança e adolescente; ação conjunta com a Defensoria Pública para levantamento de crianças e adolescentes em serviço de acolhimento que tenham mães em situação de cárcere; acompanhamento da tramitação do processo para liberação do recurso estadual do CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a contratação da assessoria técnica para elaboração do Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária; revisão de tipologia e Gestão Social do Programa Vila Dignidade, adequada à tipificação socioassistencial denominada como Programa Vida Longa; apresentação técnica sobre a Proteção Social Especial nos eventos promovidos pelas Diretorias Regionais. Série Dialogando – De março a outubro, a CAS promoveu debates sobre temáticas específicas na área de Assistência Social. Este projeto visa possibilitar a democratização da informação e o aprimoramento do conhecimento científico e técnico que devem ser compartilhados com outros atores, sempre na perspectiva da intersetorialidade. Com contribuições da academia e experiências diversas esse espaço contribui para a qualificação dos serviços socioassistenciais. Realizado junto com a EDESP foram promovidos 7 encontros abertos ao público, com os seguintes temas: Proteção Social Básica e vigilância socioassistencial na prevenção e atuação em territórios atingidos por desastres, Proteção Social e a prevenção do uso abusivo de álcool e outras drogas, A Escuta Especializada no âmbito do SUAS, Violência contra a mulher e a rede intersetorial de proteção, Autonomia e Independência da Pessoa com Deficiência, Monitoramento e Avaliação dos Planos de Medidas Socioeducativas e a articulação SUAS e SINASE, e Envelhecimento e Gênero – Feminização da Velhice. Vigilância Socioassistencial - Fortalecimento da Vigilância Socioassistencial - O Grupo de Trabalho – GT, Vigilância Socioassistencial foi criado em novembro/2018 e composto por técnicos da Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE, da Coordenadoria de Ação Social – CAS, da Coordenadoria de Desenvolvimento Social – CDS, da Coordenadoria de Política sobre Drogas – COED, Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN, da Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo – EDESP e das 6 macrorregiões das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS, além do apoio técnico dos Especialistas em Políticas Públicas – EPPs. O Piloto das Oficinas de Diagnóstico Socioterritorial ocorreu no dia 25 de abril e teve o objetivo de testar e aprimorar a metodologia utilizada no Diagnóstico Socioterritorial com os representantes das macrorregiões, além de capacitar integrantes do GT para realização das Oficinas. As duas atividades para realização das oficinas de elaboração do Diagnóstico Socioterritorial ocorreram, a primeira atividade foi realizada em 14/5, com a participação de 13 DRADS - Grande São Paulo Oeste, Capital, Campinas, Piracicaba, Itapeva, Vale do Paraíba, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Norte, Mogiana, Grande São Paulo ABC, Vale do Ribeira, Sorocaba e Baixada Santista e a segunda atividade foi realizada em 25 de junho, com a participação de outras 13 DRADS - Araraquara, Fernandópolis, Botucatu, Marília, Barretos, Alta Noroeste, Alta Paulista, Alta Sorocabana, Avaré, Franca, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Bauru. No período posterior à realização das oficinas, o GT realizou as seguintes atividades: Produziu material de devolutiva para as DRADS; construiu texto preliminar do diagnóstico socioterritorial do Estado de São Paulo; organizou o II Encontro de Vigilância Socioterritorial. Elaboração do Diagnóstico Socioterritorial Regional - A metodologia do Grupo de Trabalho relatou o conteúdo produzido, dando devolutiva de diversos produtos, a partir das oficinas realizadas com as 26 DRADS. As DRADS possuem vasto conteúdo quali-quantitativo, com análise geral do Estado, a partir dos territórios regionais. A maioria dos participantes colaborou com o diagnóstico, com diálogos para além de uma devolutiva do conteúdo produzido e para o processo de aprendizagem do planejamento de ações de Proteção Social, Vigilância Socioassistencial e Defesa de Direitos. - II Encontro de Vigilância Socioassistencial: apresentou o processo de trabalho do GT de Vigilância Socioassistencial, desde a elaboração e execução das oficinas até a apresentação do texto preliminar do diagnóstico socioterritorial. Destacam-se momentos importantes: a Mesa 1 – “Análise e Impressões do Diagnóstico Socioterritorial para o PEAS 2020-2023” proporcionou a reflexão sobre todo o conteúdo da versão preliminar do diagnóstico socioterritorial do Estado de São Paulo. Contou com a presença de dois palestrantes que abordaram aspectos conceituais, metodológicos e de conteúdo do texto, além de análise acadêmica. A mesa apresentou considerações da Professora Doutora Dirce Koga acerca da versão preliminar do Diagnóstico Socioterritorial. A Professora Doutora Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi proferiu palestra com orientações sobre a responsabilidade da gestão estadual e considerações sobre o conteúdo produzido pelo GT Vigilância Socioassistencial. O Coordenador - Geral Substituto de Planejamento e Vigilância Socioassistencial da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, Sociólogo Paulo Eugênio Clemente Junior situou o Diagnóstico enquanto produto e processo no Planejamento de Políticas Públicas. Houve espaço para questionamentos do público do Encontro que proporcionou importante debate entre os participantes e os palestrantes que serviu como instrumento para alterações e correções do produto final. Painel Social - É um demonstrativo quantitativo com informações atualizadas da área socioassistencial, no território paulista. É um periódico de divulgação trimestral que está disponível no site da Secretaria de Desenvolvimento Social. Apresenta de forma direta valores de índices sintéticos, cadastro social e de entidades de assistência social além de dados dos programas de transferência de Renda. Também apresenta informações da política de segurança alimentar e política sobre drogas. As informações apresentadas no Painel Social são dados trabalhados provenientes de várias fontes, dentre elas: Sistema Pró-social, Programas Renda Cidadã, Ação Jovem, Benefício Idoso e cadastro das entidades, Plano Municipal de Assistência Social - PMASweb, Folha de pagamento do Programa Bolsa Família, Fundação Seade, IBGE e MDS-SAGI. Durante o ano foram produzidos 4 painéis. Boletim de Vigilância Socioassistencial - Os Boletins de Vigilância Socioassistencial têm como objetivo disseminar as ações de vigilância socioassistencial desenvolvidas pela SEDS para os técnicos da SEDS e sociedade no geral. Foram elaborados 3 boletins, a partir dos temas: Encontro de Vigilância Socioassistencial, Balanço Sala de Situação, Trabalho Infantil e Violência contra o Idoso. *Gestão do SUAS* - Além de atender às demandas de diversos setores internos e externos da SEDS, fornece informações sobre toda a rede de serviços socioassistenciais do Estado. O Grupo tem como principal foco de trabalho o apoio à gestão municipal da Assistência Social através do desenvolvimento e manutenção de ferramentas que estruturam as ações municipais. Teve como principais ações a implantação da versão quadrienal do sistema dos Planos Municipais de Assistência Social - PMASweb, e a implantação do Sistema de Informações para Gestão do SUAS - SigSUAS, sistemas de planejamento e gestão do SUAS no Estado. Além destes projetos, a equipe também faz a coordenação do Censo SUAS em âmbito estadual, e acompanha, junto aos municípios o preenchimento e envio dos aplicativos da Rede SUAS, vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social – MDS - Censo SUAS, Demonstrativo Físico-financeiro e Plano de Ação.

PMASweb - Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social - é uma ferramenta que permite aos municípios registrarem dados sobre todos os serviços socioassistenciais, assim como das unidades prestadoras dos serviços, órgãos gestores e conselhos municipais de assistência social. O PMASweb é a principal ferramenta para inserção e extração de informações sobre os serviços socioassistenciais e sobre o planejamento de ações dos municípios paulistas, disponibilizado para técnicos, gestores e conselheiros municipais e estaduais, e visando facilitar a coordenação e o gerenciamento da rede de serviços socioassistenciais. Esta ferramenta serve como base para o repasse de recursos via fundo a fundo, e auxilia o controle e a prestação de contas. Consolida as informações e disponibiliza *on line* as sínteses dos planos municipais dos 645 municípios paulistas, contribuindo com a elaboração de análises e diagnósticos socioassistenciais locais, regionais e estaduais. O sistema tem consolidado avanços importantes, tornando-se um valioso instrumento de planejamento e gestão, utilizado para retratar a realidade de cada município e das regiões do Estado, além de ser documento necessário para a transferência de recursos do Estado para o Município. Recebimento das solicitações dos municípios para as constantes atualizações das informações registradas no sistema, análise e avaliação da adequação das solicitações, autorização para desbloqueio do sistema e monitoramento do correto preenchimento. Implementação da versão quadrienal do sistema, incluindo capacitação e apoio aos usuários, gestão de senhas e monitoramento e adequações do sistema. O Sistema de Informações para Gestão do SUAS – SigSUAS é um sistema informatizado desenvolvido pela - SEDS com o objetivo de subsidiar a gestão da Assistência Social no Estado de São Paulo. Foi concebido com a finalidade de acompanhar os fluxos, procedimentos e responsabilidades sobre o aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, além de registrar, organizar e sistematizar as informações obtidas através das visitas técnicas de supervisão realizadas pelas equipes das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS, aos municípios paulistas. Foi o segundo ano de funcionamento do SigSUAS. O primeiro módulo do sistema tem foco no registro dos planos de providência e de apoio do estado. Sua implantação envolveu constante apoio, orientação e capacitação aos novos usuários. Além das atividades de gestão e monitoramento do sistema, buscando identificar e corrigir problemas da ferramenta, houve durante o período um trabalho de orientação, articulação e consolidação dos fluxos de ação, procedimentos e atribuições dos entes envolvidos no uso da ferramenta. Ao todo, foram pactuados, registrados e estão sendo acompanhados 38 planos. Aplicativos da Rede SUAS - O Grupo Estadual de Gestão do SUAS é responsável pelo acompanhamento e disponibilização de uso dos aplicativos da Rede SUAS. A operacionalização se dá através da gestão estadual das senhas de acesso aos aplicativos da para todos os técnicos do Estado de São Paulo. O processo compreende o preenchimento, dos aplicativos referentes ao Plano de Ação e Demonstrativo de Execução Físico-Financeira, e o acompanhamento e orientação às DRADS e municípios quanto ao preenchimento, no âmbito municipal, do Plano de Ação e do Demonstrativo de Execução Físico-Financeira. Censo SUAS - O estado orienta municípios com relação ao seu preenchimento, a tabulação e análise de dados. Os dados utilizados para tal publicação são extraídos com recorte para o Estado de São Paulo, e incluem: Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - CENTRO POP, Serviço de Acolhimento, Centro Dia, Família Acolhedora, Gestão e Conselhos Estadual e Municipal. Todos os temas apresentam dados referentes a identificação, estrutura física, serviços e recursos humanos. Os dados são disponibilizados no site da secretaria. Neste ano serão disponibilizados os dados referentes aos anos 2017 e 2018. *Programa São Paulo Amigo do Idoso* - instituído pelo Decreto nº 58.047 de 15/5/2012, objetiva promover amplo processo de mobilização regional, de diversos setores governamentais e da sociedade, para desenvolver ações e tornar os territórios amigáveis a todas as idades, com foco no conceito de envelhecimento ativo da Organização Mundial de Saúde – OMS. É coordenado pela SDS e envolve mais 10 Secretarias Estaduais, além do Fundo Social de Solidariedade. No âmbito da Política de Assistência Social, houve ampliação da rede de proteção social, com a implantação de novos equipamentos e serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Foram celebrados 236 convênios com municípios paulistas. Atualmente há 83 Centros de Convivência, 64 Centros Dia e 18 unidades do Programa Vila Dignidade. Centro Dia do Idoso – CDI - Constitui equipamento de atendimento a pessoas idosas dependentes, em situação de vulnerabilidade ou risco social, e cuja condição requeira o auxílio de pessoas ou de equipamentos especiais para a realização de atividades da vida diária. Oferece serviço de Proteção Social Especial de média complexidade, com foco no apoio às famílias para a prestação de cuidados e proteção aos usuários dependentes. Capacidade: até 50 idosos - Investimento do Estado: R\$ 500 mil/unidade - Temos 64 Centros Dia em funcionamento, sendo que, destes, 3 foram inaugurados neste ano - Agudos, Americana, Amparo, Apiaí, Araraquara, Araras, Arujá, Assis, Atibaia, Avaré, Barretos, Bauru, Bebedouro, Birigui, Bocaina, Botucatu, Bragança Paulista, Caieiras, Capão Bonito, Capela do Alto, Catanduva, Dois Córregos, Dracena, Espírita Santo do Pinhal, Franca, Franco da Rocha, Ibitinga, Ilha Solteira, Ilhabela, Itapetininga, Itapeva, Itapira, Itatiba, Itatinga, Itu, Jaguariúna, Jaú, Leme, Lençóis Paulista, Lins, Marília - 2, Miguelópolis, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Alto, Olímpia, Osvaldo Cruz, Pindamonhangaba, Piracicaba, Poá, Pompéia, Porto Ferreira, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo Antônio da Alegria, Sertãozinho, Socorro, Suzano, Taubaté, Vinhedo, Votorantim e Votuporanga. Centro de Convivência do Idoso – CCI - Equipamento de atendimento a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, com foco na convivência, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Oferta serviço de proteção básica de caráter preventivo, contribuindo para o envelhecimento ativo, saudável e autônomo. Capacidade até 200 idosos, investimento do Estado de R\$ 250 mil/unidade, temos 83 Centros de Convivência em funcionamento, sendo que, destes, 21 foram entregues: Adolfo, Agudos, Angatuba, Aparecida d'Oeste, Assis, Bálamo, Barão de Antonina, Barra Bonita, Barretos, Bastos, Biritiba Mirim, Borá, Boracéia, Braúna, Caconde, Cafelândia, Campos do Jordão, Cedral, Chavantes, Colômbia, Coronel Macedo, Cristais Paulista, Elias Fausto, Estrela d'Oeste, Floreal, Gália, Gavião Peixoto, General Salgado, Ibirá, Ibirarema, Ibiúna, Ipeúna, Ipiruá, Itaporanga, Itapuí, Itirapina, Lourdes, Magda, Manduri, Matão, Meridiano, Mineiros do Tietê, Mira Estrela, Mirandópolis, Mombuca, Monções, Nhandeara, Nova Aliança, Nova Castilho, Nova Europa, Palmares Paulista, Parapuã, Pardinho, Pindorama, Piraju, Populina, Potirendaba, Pedranópolis, Reginópolis, Rio das Pedras, Rubinéia, Sagres, Sales, Salmourão, Salto Grande, Santa Isabel, Santa Rita d'Oeste, Santo Anastácio, Santo Expedito, São Pedro do Turvo, Sarutaiá, Sud Mennucci, Taquarituba, Taguaí, Teodoro Sampaio, Torre de Pedra, Tremembé, Três Fronteiras, Urânia, Valentim Gentil, Vitória Brasil, Votuporanga e Zacarias. Vila Dignidade e Vida Longa - instituído pelo Decreto nº 54.285, de 29/4/2009, com nova redação dada pelo Decreto Estadual nº 56.448/2010, é voltado ao atendimento de idosos independentes e em situação de vulnerabilidade social. Visa à construção de equipamento público constituído de moradias adaptadas em pequenas

vilas, incorporando os preceitos do desenho universal, e com áreas de convivência social, garantindo acompanhamento social permanente ao público beneficiado, integrado à rede de serviços do município. O Programa Vila Dignidade é uma parceria entre a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, a Secretaria da Habitação, a CDHU e as Prefeituras dos municípios paulistas. Há 18 unidades implantadas, com 365 unidades habitacionais, com investimento total de R\$ 32,4 milhões. Inauguradas 18 Vilas: Avaré, Botucatu, Caraguatatuba, Itapetininga, Itapeva, Ituverava, Jaú, Jundiá, Laranjal Paulista, Limeira, Mogi Mirim, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Tupã, Araraquara, Mogi das Cruzes, São José do Rio Preto e Sorocaba. O Programa Vida Longa reformula o programa Vila Dignidade por meio do Decreto nº 64.509 de 1/10/2019, regulamentado pela Resolução Conjunta SH-SEDS nº 61 de 9/10/2019, com o objetivo de fortalecer a rede de proteção social dos beneficiários, promover o restabelecimento de vínculos familiares e comunitários e preservar a autonomia em moradias adequadas ao ciclo de vida dos beneficiários. A reformulação do programa garante a oferta do serviço de acolhimento em república para idosos. O Programa Vida Longa foi lançado em 1/10. Os convênios estão em fase de instrução processual, com previsão de assinatura neste mês: Bragança Paulista, Bauru, Barretos, São José do Rio Pardo, Santa Bárbara D'Oeste e São Roque. Selo São Paulo Amigo do Idoso - foi criado com o objetivo de estimular os municípios e entidades públicas e da sociedade civil a implantarem ações referenciadas pelo Programa São Paulo Amigo do Idoso. O Selo certifica os municípios paulistas de acordo com boas práticas públicas voltadas às pessoas idosas. Para conquistar o Selo Inicial, Intermediário e Pleno, é necessário cumprir ações obrigatórias e eletivas. No total, 642 municípios assinaram termo de adesão ao programa, comprometendo-se a realizar as ações previstas. 280 municípios paulistas têm o Selo inicial, 14 municípios receberam o Selo Intermediário e 3 já possuem o Selo Pleno. *Programa Criança Feliz – PCF* é uma iniciativa do Governo Federal instituída pelo Decreto nº 8.869, de 5/10/2016, e consolidada pelo Decreto nº 9.579, de 22/11/2018. O Programa tem a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, em consonância com a Lei nº 13.257, de 8/3/2016. O PCF tem caráter intersetorial e seus pilares são visitas domiciliares sistemáticas e periódicas, além de ações integradas das Políticas Públicas nos territórios. Perfil do Público Prioritário do PCF: Crianças de 0-36 meses Inseridas no CadÚnico, Gestantes Inseridas no CadÚnico e Crianças de 0-72 meses Beneficiárias do BPC. A Resolução CNAS nº 19, de 24/11/2016, institui o Programa Primeira Infância no Sistema Único da Assistência Social – SUAS. As ações são desenvolvidas de forma integrada, observando-se as competências dos entes federados e a articulação intersetorial. Para consecução dos objetivos do Programa, têm-se como principais ações: visitas domiciliares; qualificação da oferta de: serviço sócio assistencial e serviços de acolhimento; fortalecimento da intersetorialidade nos territórios entre as políticas públicas setoriais; mobilização, educação permanente, capacitação e apoio técnico. O Ministério da Cidadania, coordenador do PCF em âmbito federal através da Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano – SNPDH, tem como meta atender 2 milhões de pessoas no território nacional; atualmente têm 859.713 beneficiários - novembro. No Estado, a meta é atender 43.650 pessoas, considerando os 206 municípios ativos e estamos atendendo 16.590. O Estado de São Paulo repassou em dez, via Fundo a Fundo, o valor de R\$ 1.500.000,00 para gestão, capacitação, monitoramento e implementação do Programa. Os municípios recebem valores correspondentes às metas de atendimento pactuadas no momento da adesão. O valor é repassado via fundo a fundo e corresponde ao número de visitas domiciliares registradas e validadas mensalmente pela SNPDH. Panorama Geral do Estado: metas pactuadas: 43.650 quantidade de crianças visitadas: 37.079 (acumulado); municípios elegíveis: 441 quantidade de gestantes visitadas: 5.206 (acumulado); municípios com adesão: 206 total de beneficiários visitados: 42.285 (acumulado); supervisores designados: 306 visitantes designados: 1.600. *Ações:* capacitações do módulo Guia de Visita Domiciliar – GVD, realizadas nos seguintes municípios: Atibaia, São Paulo e Jundiá; capacitações do módulo “Cuidados para o Desenvolvimento da Criança” – CDC, realizadas nos seguintes municípios: Atibaia, Caraguatatuba, Olímpia e Jundiá; apoio técnico às DRADS, municípios e demais parceiros; reunião de Coordenadores Estaduais em Brasília; reunião de alinhamento com as multiplicadoras Estaduais e DRADS; reunião do Comitê Gestor Estadual do Programa Criança Feliz; acompanhamento do Projeto “Cuidados Integrados” em Caraguatatuba/Programa Saúde em Ação no litoral Norte; participação em Seminários e Workshops a convite dos municípios relacionados ao tema da Primeira Infância; participação no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância-Região Sudeste promovido pelo CNJ; participação no Simpósio Internacional da Primeira Infância promovido pelo NCPI; Workshop Empresários pela Primeira Infância promovido pela FIESP; participação no Curso Art. Mob.C.Im, do Projeto Art. Mob.C.Im: Boas práticas, Formação e Avaliação para o desenvolvimento da Criança Paulista; participação no lançamento da Frente Parlamentar pela Primeira Infância na ALESP; realização do curso EAD: A promoção do Desenvolvimento Infantil e o Programa Criança Feliz; participação no 10º Encontro de Apoio Técnico Integrado SNAS - Oficina da Gestão do Programa Criança Feliz; participação no evento da ALESP- “30 anos da Convenção dos Direitos da Criança; monitoramento in loco em 37 municípios pelas multiplicadoras estaduais; acompanhamento do Contrato da FESPSP de apoio às ações de monitoramento do Programa; visita ao município de Jundiá no acompanhamento a Comitativa da Etiópia/ Fundação Bernard van Leer; visita ao município de Arujá acompanhando representantes do ministério e Fundação LEGO; visita ao município de Atibaia/Reunião entre os Comitês Estadual e Municipal com acompanhamento de visita domiciliar. Programas estaduais de transferência de renda - Ação Jovem - tem como objetivo promover a inclusão social de jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, pertencentes a famílias com renda “per capita” mensal de até meio salário mínimo, mediante transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica, somada a ações complementares e de apoio à iniciação profissional. O programa Ação Jovem atende atualmente 30.400 jovens. Recursos destinados: R\$ 35.267.200,00. O número de beneficiários diminuiu em função de contingenciamento orçamentário. *Ações:* acompanhamento de relatórios gerenciais, gestão de benefício, oferta de ações complementares, condicionalidades; apoio técnico às DRADS, municípios e demais parceiros, parceria com a Secretaria de Planejamento e Fundação SEADE para a realização de uma pesquisa sobre o programa Ação Jovem com ênfase nas ações complementares; parceria com o CIEE na oferta de ações complementares aos beneficiários. Renda Cidadã - Benefício Idoso - O objetivo do programa é atender famílias em situação de pobreza - com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional mediante ações complementares e transferência direta de renda. Os recursos destinados ao Programa foram de R\$ 69.200.000,00. O Programa atende atualmente 74.300 famílias. O número de beneficiários diminuiu em função de contingenciamento orçamentário. O objetivo é atender pessoas, com oitenta anos ou mais, que integra família com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional, mediante transferência direta de renda. No ano os

recursos destinados foram de R\$ 837.000,00. O Programa atende atualmente 853 idosos. *Ações:* Orientações às DRADS e Municípios sobre o conteúdo técnico do Programa e seus respectivos aplicativos de Gestão; atualização mensal de metas e recursos do Programa (Série Histórica); acompanhamento de relatórios gerenciais, gestão de benefício, monitoramento de metas e condicionalidades. Gestão dos programas federais de transferência de renda - Programa Bolsa Família - É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com renda mensal por pessoa de até R\$ 178,00. O Programa associa à transferência do benefício financeiro aos direitos sociais básicos: saúde, alimentação, educação e assistência social. O Estado de São Paulo participa da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família compartilhando responsabilidades com a União e com 645 municípios. Atuando nas seguintes áreas: apoio técnico, monitoramento e capacitação para gestão de cadastro único e gestão do Programa Bolsa Família – PBF. As famílias com crianças de zero a seis anos, que mesmo recebendo os benefícios financeiros do PBF continuam em situação de pobreza extrema, também recebem o benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância – BSP o valor do benefício é de R\$ 89,00 mensais por pessoa, foram atendidas 1.447.737 famílias que recebem valores que variam de R\$ 89,00 a R\$ 390,00 conforme o número de gestantes e nutrízes, crianças e jovens de até 17 anos. *Ações:* orientações às DRADS e Municípios sobre o conteúdo técnico do Programa Bolsa Família; reuniões com o Colegiado do PBF Desenvolvimento Social, Saúde e Educação para discussão das ações e atividades de condicionalidades de saúde e educação e do acompanhamento familiar dos beneficiários do programa Bolsa Família; realização de capacitações em Gestão do PBF com apoio das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social; capacitações do SICON - Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família; construção de estratégias para trabalhar com os municípios prioritários com apoio da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família - são considerados prioritários os municípios que apresentam problemas em duas áreas, baixos índices em relação as taxas de cadastramento – TAC, taxas de acompanhamento da frequência escolar – TAFE, taxa de acompanhamento da agenda de saúde - TAAS; participação no encontro de Coordenadores Estaduais do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, participação no Encontro de Redes Colaborativas e no encontro de gestão de benefícios organizadas pela SENARC/MDS. Benefício de Prestação Continuada – BPC - Benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7/12/1993, alterada pelas Leis nº 12.435, de 6/7/2011 e 12.470, de 31/8/2011. A gestão do BPC é feita pelo Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, que é responsável pela implementação, coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação do benefício. A operacionalização é realizada pelo INSS. Até outubro, o programa beneficiou 346.686 pessoas com deficiência e 396.369 pessoas idosas, totalizando 743.055, transferindo diretamente aos beneficiários um total de R\$ 7.450.256.499,69. Pela primeira vez, em 23 anos, houve redução da cobertura do BPC no Estado, que pode estar atrelada à falta de atendimento presencial nas agências da Previdência Social, especialmente de Assistente Social, à dificuldade da População em buscar orientação para acessar o BPC e ao processo de informatização e atendimento remoto 135 e Meu INSS, que pode gerar inicialmente algumas barreiras de acesso pela baixa escolaridade e falta de acessibilidade. BPC na Escola - Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das crianças e adolescente até 18 anos com deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC. O objetivo é promover a qualidade de vida e dignidade das crianças e adolescentes com deficiência garantindo-lhes acesso e permanência na escola, por meio de ações articuladas entre as áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos. Para 2019 o programa acompanhar o acesso e permanência na escola de 77.266 crianças e adolescentes com deficiência, contou com a adesão de 439 municípios. O programa tem alguns desafios para sua implementação como a adesão dos 206 municípios, aplicação de 24.770 questionários para identificação de barreiras de acesso a escola, a inclusão na escola de 12.395 crianças e adolescentes até 18 beneficiários do BPC, além ampliar o acompanhamento social e planos intersetoriais envolvendo Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos. BPC Trabalho - O Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho é uma iniciativa do Governo Federal, realizada pelos MDS, MEC, MTE e pela SDH/PR. Seu objetivo é promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do BPC, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e de outras políticas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho, priorizando a faixa etária de 16 a 45 anos. Permanece o desafio de integrar e desenvolver este programa no âmbito dos Programas ACESSUAS Trabalho e Meu Emprego Trabalho Inclusivo. *Ações:* 2 reuniões com mais de 26 Técnicos de Referência das DRADS, tendo a presença do Ministério da Cidadania na primeira reunião para alinhamento de conceitos e orientação sobre a inclusão dos beneficiários no CadÚnico; 15 Encontros Técnicos descentralizados no Estado em conjunto com a Proteção Social Básica e o Instituto Nacional do Seguro Social, integrando a discussão de segurança de renda, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários no período de junho a outubro, e com a presença de mais de 1.400 servidores municipais; distribuição para a rede socioassistencial do Estado de 35.000 cartazes, 270 mil flyers e veiculação nas redes sociais de um vídeo com a Secretária Célia Parnes com informações do benefício, critérios de elegibilidade e calendário para inclusão no CadÚnico; participação sistemática nas plenárias do Conselho Estadual da Pessoa Idosa, reuniões com o INSS e Proteção Básica do Estado para fortalecimento de ações intersetoriais; para o Programa BPC na Escola realizamos reuniões mensais com o Grupo Gestor Estadual do Programa e encerramos o ano com a elaboração de um Plano para solicitação de verba para o MEC/PAR; realizamos 15 Encontros Técnicos descentralizados no Estado em conjunto com a Proteção Social Básica e o Instituto Nacional do Seguro Social, apresentando o Programa BPC na Escola e seus desafios para implementação, no período de junho a outubro, e com a presença de mais de 1.400 servidores municipais; foi realizada transmissão de videoconferência em dezembro para todo o Estado sobre a importância de adesão e implementação do Programa BPC na Escola, especialmente para os 206 municípios que ainda não fizeram adesão ao programa, em conjunto com as Secretárias de Educação, Saúde, Direitos da Pessoa com Deficiência e de Justiça e Cidadania; foram realizadas, para o município de Taboão da Serra quatro oficinas para operacionalização do Sistema BPC na Escola módulo Acompanhamento Familiar dos beneficiários para 30 servidores municipais; ofício para 214 prefeitos, que ainda não fizeram adesão ao programa, para sensibilizá-

los sobre a importância do programa em garantir um direito fundamental, que é o acesso escolar, as pessoas com deficiência. O Programa BPC Trabalho tem sido desenvolvido no âmbito dos programas ACESSUAS Trabalho e Meu Emprego Trabalho Inclusivo, este último com objetivo de ofertar formação e apoiar na empregabilidade de pessoas com deficiência a partir dos 16 anos. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI - Criado em 1996, é um programa de natureza intergovernamental e intersetorial que pressupõe, nas três esferas de governo, a integração de um conjunto de organizações governamentais e não governamentais para combater o trabalho infantil. Contempla: a Transferência de Renda - em especial pelo Programa Bolsa Família; o trabalho social com famílias, ofertado pela Proteção Social Especial – PSE e Proteção Social Básica – PSB; e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e erradicação de todas as formas de trabalho infantil. As Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI, somam com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. As AEPETI consistem em ações específicas para os estados e determinados municípios, que apresentaram nos dados do Censo 2010/IBGE maior incidência de trabalho infantil, fundamentados nas Resoluções CNAS nº 8, de 18/4/2013 e nº 10, de 15/4/2014. Em São Paulo, 76 municípios com alta concentração de situações de trabalho infantil foram selecionados para receber este cofinanciamento federal. A equipe de referência estadual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI coordena, presta apoio técnico, assessora e acompanha os municípios na execução do programa e suas ações estratégicas, além de articular um conjunto de ações interinstitucionais e intersetoriais, envolvendo as diferentes esferas de governo e entidades do governo e da sociedade civil envolvidas na Temática. O Decreto nº 62.624, de 8/6/2017, instituiu a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente cujas atividades estão sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social por meio da Equipe do PETI. *Ações:* apoio técnico às gestões municipais de assistência social, com ênfase aos setenta e seis municípios que aderiram ao cofinanciamento das Ações Estratégicas do PETI; a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente finalizou sua proposta de Plano Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente, que foi enviada ao governador e aguarda sua apreciação; monitoramento das situações de trabalho infantil identificadas no estado e apoio técnico às gestões municipais de assistência social para execução do Programa, com ênfase nos 76 municípios que executam as Ações Estratégicas do PETI; em 17 e 18 de outubro, foi realizado o 3º Encontro Estadual das Ações Estratégicas para Erradicação do Trabalho Infantil, que contou com cerca de 300 participantes, oriundo dos municípios que executam estas ações; representação da coordenação colegiada do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil que implica entre outras atividades na organização e participação das reuniões ordinárias do Fórum que contaram com os seguintes temas: O papel da Escola na Prevenção do Trabalho Infantil; O Trabalho Infantil e danos da saúde; Políticas e Ações preventivas à Exploração Sexual Infantil; Trabalho Infantil e Aprendizagem 90 pessoas; Educação e Proteção Social no Combate ao Trabalho Infantil cerca de 50 pessoas; Educação Antirracista e Trabalho Infantil; ações de articulação com a sociedade civil ocorrem também na esfera federal onde o Fórum Paulista ocupa uma cadeira de suplência na coordenação colegiada do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI. Houve duas reuniões ordinárias, o Estado de São Paulo aderiu à campanha do 12 de junho, dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, cujo mote era “Criança não deve trabalhar, infância é para sonhar” e participou do Seminário que marcou os 25 anos do FNPETI; No âmbito formativo foram realizadas 27 palestras ou oficinas relacionadas a temática do trabalho infantil em conjunto com parceiros diversos como o Ministério Público do Trabalho e sua Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente - Coordinfância, com os Juizados Especiais da Infância e Adolescência – JEIA, os diversos Fóruns Regionais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do Estado e a rede Peteca Chega de Trabalho Infantil. Aprimoramento, capacitação e treinamento profissional na área da assistência social - A Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo – EDESP, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS, foi criada pelo Decreto nº 57.819, de 29/2/2012, para garantir a execução da educação permanente e continuada aos profissionais da política de assistência e desenvolvimento social. Para tanto, promove cursos de aprimoramento, treinamento, capacitação profissional e especialização, exercendo as atribuições relativas à qualificação e capacitação estabelecidas na Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social PNEP-SUAS. A escola também atua na gestão do conhecimento e da informação, no ensino, na pesquisa e produção científica, bem como no fomento da educação permanente para os trabalhadores do SUAS, envolvendo parceiros e atores externos de políticas intersetoriais. A Biblioteca da EDESP abriga um acervo de mais de seis mil exemplares das áreas de Assistência Social, Sociologia, Pedagogia, Psicologia, Economia, Filosofia, Administração e Direito. Há ainda apostilas, catálogos, manuais e guias da área de Assistência Social, além de materiais produzidos pela SEDS, os quais são requisitados para pesquisas sobre legislações relativas à política de Assistência e Desenvolvimento Social. No âmbito da SEDS, a EDESP oferece estrutura metodológica e logística-operacional às áreas e aos programas, por meio da execução de capacitações e trabalhos de gestão escolar, construção conjunta de ações formativas e, por fim, colaborando com suporte e apoio político-pedagógico e andragógico. A EDESP manteve parcerias com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores “Paulo Renato Costa Souza” - EFAP /Rede do Saber, da Secretaria da Educação, e com a Escola de Governo do Estado de São Paulo – EGESP, da Secretaria da Fazenda e do Planejamento. E realizou novas parcerias com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Escola de Administração Penitenciária – EAP, da Secretaria da Administração Penitenciária, Centro Formador de Pessoal para a Saúde – CEFOR, da Secretaria da Saúde, e Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. *Ações:* a SEDS Sede e DRADS executou mais de 500 ações formativas, auxiliadas ou protagonizadas pela EDESP, para mais de 30 mil profissionais. Entre as ações realizadas, destacam-se: o Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública – EaD, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, customizado no patamar formativo *lato sensu* para os servidores da Pasta, por intermédio do Gabinete e da gestão/fiscalização da EDESP; Encontros EDESP – Desigualdade Social no Brasil: Programas e Estudos Recentes; Encontros EDESP: Políticas Públicas para a Infância e a Intergeneracionalidade; 1ª Reunião do Conselho Curador da EDESP e 5ª Reunião Ordinária do NUP SUAS/SP. Somente as 18 ações referentes à educação permanente e continuada da EDESP totalizaram 992 participantes e 258 horas. Para o corrente exercício, o Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública – EaD, da FESPSP, teve investimento de R\$ 109.159,08.

Política sobre Drogas - A Coordenadoria de Políticas sobre Drogas – COED é responsável por organizar as ações estratégicas da Política sobre Drogas do Estado de São Paulo e,

portanto, exerce a coordenação executiva do Programa Recomeço - Uma Vida sem Drogas, coordenando as atividades das demais Secretarias envolvidas, proporcionando a interlocução necessária entre as Políticas Públicas, além de executar diretamente as parcerias necessárias para o funcionamento de serviços específicos que atendem pessoas com problemas decorrentes do uso de substâncias psicoativas e seus familiares. Em 2016, foi criada a Unidade Orçamentária específica para a Política Sobre Drogas, através da Instrução DPDO nº 12 - 13/10/2016 e a COED passou a compor a SEDS como Coordenadoria de Políticas sobre Drogas, através do Decreto nº 62.211, de 11/10/2016. Programa Recomeço - Uma Vida sem Drogas, instituído pelo Decreto nº 59.164/2013 e reorganizado pelo Decreto 61.674/2015, é uma iniciativa que promove a prevenção do uso indevido de drogas, o controle e requalificação das cenas de uso degradadas em virtudes do uso de substância psicoativas, acesso à justiça e à cidadania, apoio socioassistencial e tratamento médico aos dependentes de substâncias psicoativas, suas famílias e comunidade. Atua na promoção, articulação e execução das ações nos eixos temáticos: prevenção, tratamento, reinserção social e recuperação, controle e requalificação dos territórios degradados, acesso à justiça e a cidadania. Rede Recomeço - O Programa conta com 117 equipamentos e 3.326 vagas destinadas ao atendimento de pessoas com problemas decorrentes do uso de substâncias psicoativas em todo Estado de São Paulo. Destas, 1.231 vagas são leitos para desintoxicação - Hospitais, 1.971 vagas para acolhimento social de interesse de saúde e de interesse social - Comunidades Terapêuticas legalmente Constituídas e 124 vagas Acolhimento Social pós tratamento - Casa de Passagem, República e Moradia Monitorada. Comunidades Terapêuticas de Interesse Social - As Comunidades Terapêuticas de interesse Social - Legalmente Constituídas - CT- LC, são serviços de acolhimento destinado pessoas com problemas decorrentes do uso de substâncias psicoativas, que subsidiam o processo de reorganização biopsicossocial em um espaço adequado e de referência, oferecem suporte para o processo de recuperação e reinserção social. Da perspectiva social e psicológica, o modelo de acolhimento Comunidade Terapêutica é utilizado para facilitar a socialização e o crescimento psicológico dos acolhidos com a promoção da reintegração social e comunitária. Vagas em Acolhimento Social - Para o exercício, os recursos destinados às Comunidades Terapêuticas, somam R\$ 23.086.822,56. E nas Casa de Passagem, os recursos destinados correspondem a R\$ 1.049.400,00. Nestas, ocorreram 5.480 acolhimentos aos usuários de substâncias psicoativas através de acolhimento institucional. Sendo 4.860 em Comunidades Terapêuticas de interesse Social, 164 em Repúblicas e 456 em Casa de Passagem. *Ações:* visitas as todas as Comunidades Terapêutica a partir de março, foram realizadas visitas in loco na Rede do Programa Recomeço, em 45 municípios do Estado, totalizando 64 equipamentos. Criação de indicadores estatísticos para avaliação das comunidades terapêuticas: Para avaliação e comparação do desempenho das Comunidades Terapêuticas foi desenvolvido indicador estatístico multifatorial baseado no tempo de permanência, taxa de desligamentos terapêutico e ocupação das vagas distribuídas. Construção do Marco Regulatório – MRAI: Compete ao Estado, por meio de DRADS e DRS, conforme legislação e recomendação do Tribunal de Contas, realizar o monitoramento e supervisão dos serviços de acolhimento em comunidades terapêuticas, com o objetivo de avaliar a qualidade e as condições da prestação dos serviços. Em fevereiro foi implantado o GT CT/COED/FEBRACT, para um diagnóstico das comunidades terapêuticas. E em maio na I Reunião DRADS/DRS interlocutores de saúde mental, atenção básica, técnicos das DRADS e técnicos das Comunidades Terapêuticas que compõem a Rede Recomeço, ficou decidido que os mesmos construiriam as propostas para tipificar o serviço. Em reuniões ocorridas entre maio e julho, foram construídas 08 propostas. Devido a extensão do Estado, utilizou-se o critério das macrorregiões. Fazem parte das 06 macrorregiões: 26 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS e 17 Departamentos Regionais de saúde - DRS. As propostas foram recebidas e compiladas pela Coordenadoria de Políticas sobre Drogas – COED. No dia 7 de agosto, os participantes foram divididos em 4 salas (verde, roxa, preta e vermelha) para discussão e votação de cada um dos itens, sendo eles: nome do serviço, descrição, usuários, objetivos, provisões, aquisições dos usuários, condições e formas de acesso, unidade, período de funcionamento, abrangência, articulação em rede, impacto social esperado, regulamentações. A partir das discussões surgiram duas propostas. Em plenária, dia 8 de agosto, foram votadas as duas propostas para indicação de um único documento. Capacitação: Atendendo demanda do Edital de Chamamento Público 1 SEDS/COED/2017, foi realizada capacitação da equipe Técnica composta por Psicólogos e Assistentes Sociais da Rede do Programa Recomeço, entre os dias: 25 e 26 de novembro em São Paulo e 28 e 29 de novembro em Ribeirão Preto, totalizando 160 técnicos capacitados. Programa Piloto de empregabilidade: A partir de setembro, deu início ao Projeto empregabilidade, visando a recolocação dos acolhidos do Programa Recomeço que estão em fase de reinserção social ao mercado de trabalho. Inicialmente foram ofertadas 10 vagas pela empresa Rappi, 3 vagas destinadas a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. O projeto prevê acompanhamento de 1 ano da equipe técnica junto ao acolhido para desenvolver estratégias de manutenção da abstinência e auxílio ao seu projeto de vida. Prevenção: A partir de janeiro, o Núcleo de Prevenção da Coordenadoria teve seu corpo técnico revisto, incluindo novos membros para a criação e fortalecimento das ações preventivas ao uso de substâncias psicoativas. A equipe executou ao logo do ano 10 capacitações regionalizadas em 5 municípios distintos, capacitando 630 técnicos das áreas de saúde, educação, assistência social na ciência da prevenção, focada em substâncias psicoativas. Foram identificadas 15 boas práticas de prevenção através do processo de candidatura ao Selo Parceiros do Recomeço, ação que visa identificar e estimular boas práticas referentes a questão da prevenção, tratamento e acolhimento no estado de São Paulo, realizados por órgãos públicos e sociedade civil organizada. Criação em maio do Grupo de Trabalho de Prevenção ao Uso de Substâncias Psicoativas nos Equipamentos Socioassistenciais no Estado, com a finalidade de alinhar a Política sobre Drogas à Política de Assistência Social. O grupo de trabalho conta com a participação de técnicos 6 Macro regiões e técnicos das Coordenadorias de Ação Social, Desenvolvimento Social, Gestão Estratégica, Escola de Desenvolvimento Social e Coordenaria de Política Sobre Drogas, essa composição proporcionou agregar vários saberes técnicos e científicos as discussões realizadas nas 6 reuniões que aconteceram ao logo do ano e o desenvolvimento um Programa de Prevenção pioneiro focado nos serviços de convivência de fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15. Com 6 municípios selecionados para receberem os pilotos no ano de 2020.

Política de Segurança Alimentar e Nutricional – Vivaleite - O Projeto Estadual Vivaleite, dentro do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para Populações em situação de vulnerabilidade social, entrou em vigor em 22/12/1999. Desde 19/1/2011, a Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN, administra o Projeto Estadual Vivaleite conforme Decreto nº 56.674. Atualmente, por meio de 1.496 entidades credenciadas, 86.841 crianças recebem 1.302.615 litros/mês de leite e

105.517 idosos recebem 1.582.755 litros/mês de leite na Capital e Grande São Paulo. O Projeto que se estende pelo Estado estabeleceu convênios com 606 municípios; beneficiando 138.398 crianças que recebem 2.075.970 litros/mês de leite, totalizando cerca de 330.756 mil beneficiários, que consomem, aproximadamente, 4.961.340 litros/mês. Os valores sofreram alterações, devido ao processo licitatório, que ocorreu no mês de setembro deste ano. O principal objetivo do projeto é oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo às crianças que vivem em condição de risco nutricional. Atualmente, a produção de leite do tipo C corresponde a 7% da produção paulista. O Projeto Vivaleite distribui gratuitamente leite fluido pasteurizado enriquecido com Ferro, Vitamina A e Vitamina D, auxiliando na prevenção de anemia ferropriva e das deficiências vitamínicas citadas. A presença do projeto em regiões de vulnerabilidade social fortalece a atuação do Estado, e incentiva o desenvolvimento de outras ações públicas e assistenciais na região por meio das entidades parceiras ou Prefeituras conveniadas. Além de auxiliar o escoamento da produção leiteira gerando assim, de forma indireta novos empregos no campo. Os investimentos são de R\$ 140.103.522,90 no valor total. **Bom Prato** - Projeto de Restaurante Popular Bom Prato foi concebido para oferecer refeições de qualidade com alto teor nutricional a preços acessíveis à População de baixa renda. Cada unidade do Restaurante Bom Prato gera de 10 a 20 empregos diretos, entre os quais: profissionais administrativos, gerentes, nutricionistas, cozinheiros, auxiliares de cozinha e limpeza, todos vinculados à entidade gestora. As entidades gestoras são responsáveis pela operacionalização das unidades, trâmites administrativos que incluem a contratação dos profissionais, compra dos alimentos, manutenção de equipamentos, cobertura de aluguéis e pagamento de contas de água, luz e gás. No ano, foram inauguradas 2 unidades Bom Prato. Além disso, temos mais 02 unidades que deverão ser entregues no 1º semestre de 2020 e mais 04 unidades que deverão ser implantadas. Portanto, serão 64 Unidades em todo o Estado. Foi liberado recurso para revitalização de 51 unidades. Com a autorização do Governador, a Unidade Campos Elíseos, situada em área de grande vulnerabilidade social, continua o fornecimento de refeições noturnas jantar e aos finais de semana. Foram servidas 22.658.554 refeições, entre almoço e café da manhã. Foram investidos R\$ 91.884.134,42.

Gestão Estratégica e Ações de Eficiência - Aprimoramento do processo de licitação do Vivaleite - O primeiro processo de licitação vigente até agosto, teve a duração de 6 anos, incluindo aditivos, com ajuste anual com base no contrato vigente. Esse ano foi iniciado um novo processo licitatório com orçamento referencial de R\$ 180.740.733,20. Após o regular procedimento licitatório, houve a contratação da totalidade da litragem prevista pelo valor total de R\$ 145.954.251,40. Desse modo, a licitação para a aquisição de 65.505.240 litros de leite fluido integral, pasteurizado, com entrega parcelada, para a região metropolitana, capital, interior e litoral do Estado de São Paulo, para o período de 12 meses, de setembro a agosto/2020, terá como economia o montante de R\$ 34.786.521,80. Foi economizado R\$ 11.595.507,28. **Gestão de Cadastro** - Portal Social Paulista - Foi desenvolvido tendo como principal objetivo a unificação de cadastros dos programas, utilizando os dados do Cadastro Único, melhorando a gestão e a sistematização das informações da SEDS. As informações servirão de base para a formulação e implementação de políticas públicas que assegurem a proteção social das famílias com baixa renda, otimizando custos e ampliando o atendimento dos programas sociais. Os beneficiários são a rede conveniada, os municípios e, principalmente, as famílias e pessoas em condições de extrema pobreza. A unificação do cadastro social no Estado também impactou positivamente a cobertura e atualização cadastral, resultando em maior repasse de recursos do governo federal para o Estado e municípios. Esse repasse é calculado sobre o desempenho da gestão do CadÚnico – Cadastro Único, denominado Índice de Gestão Descentralizada Estadual – IGDE e Municipal – IGDM. O Governo passou a utilizar o Cadastro Único como único cadastro social, sendo esta uma ferramenta de identificação e caracterização socioeconômica das famílias, com renda familiar de até meio salário mínimo per capita ou renda familiar de até três salários mínimos, conforme artigos 1º e 2º da Resolução SEDS nº 13, de 3 de agosto de 2015. Atualmente, temos 71.447 famílias beneficiárias no Programa Renda Cidadã, 30.402 jovens no Programa Ação Jovem e 77.288 crianças no Programa Vivaleite beneficiárias no Portal Social Paulista. **Plano Estadual de Capacitação dos Novos Formulários do Cadastro Único para Programas Sociais** - O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CADÚNICO é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda e permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias em todo o país. Seu gerenciamento é feito pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, e cabe ao governo de cada estado o acompanhamento, a coordenação do processo de cadastramento em âmbito estadual, bem como o apoio às atividades de capacitação dos municípios. A Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE, por meio do Grupo Gestão de Cadastros – GCD, oferece, anualmente, capacitações para formação de Instrutores, Entrevistadores e Operadores do CadÚnico. Em 2019, foram capacitados 417 entrevistadores, 690 operadores e 8 instrutores, totalizando 1.115 pessoas capacitadas. **Sistema Pró-Social** - Consiste em um sistema informatizado, instituído pelo Decreto nº 52.803/2008, destinado ao cadastramento de entidades organizações de assistência social, com sede e atividades no Estado de São Paulo e com inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS, cujos serviços socioassistenciais ofertados devem estar em consonância com a Resolução CNAS nº 109/2009 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Também realiza o cadastro de Programas, Projetos e Serviços da área da assistência social, com atividades no Estado de São Paulo e com inscrição nos CMAS, oferecidos por organizações de outras áreas de atuação e cujos serviços socioassistenciais devem estar em consonância com a Resolução CNAS nº 109/2009 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. As entidades e organizações de assistência social, cadastradas no Sistema Pró-Social Módulo/Instituições, são beneficiadas pelo Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal (Resolução Conjunta SF/SEDS nº 1 de 21/2/2014) e por emendas parlamentares. A SEDS é responsável pela gestão do sistema: monitora os dados cadastrais, informa e orienta as DRADS a respeito das correções ou alterações no sistema. Merecem destaque os atendimentos para operacionalização do Sistema Pró-Social Módulo/Instituições, bem como orientações sobre a legislação do SUAS e das certificações das organizações de assistência social e de outras áreas de atuação, por meio do fale-conosco, e-mail e ligações telefônicas. Foram emitidos 204 pareceres técnicos de processos encaminhados pelas Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social, bem como de expedientes encaminhados por diferentes órgãos públicos. Até 1 de dezembro, segundo o banco de dados, estão cadastradas no Sistema Pró- Social Módulo/Instituições, 2.292 instituições: entidades e organizações de assistência social. Estão também cadastradas 941 Unidades Prestadoras de Serviços – UPS. **Aprimoramento, Desenvolvimento de Sistemas e tecnologia da Informação para Aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento social no Estado** - O sistema de Business Intelligence BI Cognos da IBM é um dos produtos oriundos do Projeto Avaliação e Aprimoramento, que teve como objetivo melhorar a eficiência e a

efetividade da Política de Assistência Social do Estado de São Paulo e dos projetos de assistência, promoção e desenvolvimento social, mediante apoio ao desenvolvimento institucional da Rede de Proteção Social do Estado de São Paulo. Hoje ele atende demandas internas, de todas as políticas presentes na SEDS e demandas externas, de outros órgãos gestores estaduais e municipais. O BI é o instrumento que relaciona informações de diferentes sistemas de programas e de cadastros sociais federais, estaduais ou municipais e que permite o acesso a informações de qualidade em menor tempo. Sua implementação se encerrou em 2018, sendo agora possível: acessar diversas bases em uma única ferramenta; conhecer potenciais riscos ou desvios do planejado; obter indicadores de gestão, e detectar inconsistências nos dados. Esses resultados possibilitarão melhor aproximação da realidade social e provável melhora no planejamento da política. Hoje estão disponíveis no BI as seguintes bases: Bolsa Família, Bom Prato, CadÚnico, CAF, Censo SUAS 2012-2014, Censo IBGE 2000 e 2010, Medida Socioeducativa, PMAS 2012 – 2017, Pro Social Instituições e Vivaleite. A SEDS tem, a partir dessas bases, em articulação com o DNI e apoio da empresa contratada Scala It, qualificado as informações, elaborado relatórios gerenciais, e realizado capacitações com as áreas técnicas da SEDS. Apenas para a base CadÚnico e Bolsa Família, a SEDS já tem disponibilizado 58 relatórios. **Geoprocessamento** - O Centro de Geoprocessamento tem a seu encargo a produção de mapas temáticos e o georreferenciamento das variáveis da área de desenvolvimento social para fins de monitoramento e avaliação, de apoio à ação social, de capacitação, de diagnóstico socioterritorial e de planejamento setorial. Tem ainda entre suas atribuições produzir informação sistematizada e georreferenciada, não necessariamente destinada à produção de mapas, porém apoiada em ferramentas próprias do geoprocessamento. Houve expressivo aumento da demanda por mapas, ainda tanto das áreas técnicas, quanto da Assessoria Técnica de Planejamento, diretamente vinculada ao Gabinete da Pasta. Nesse novo cenário, a produção da área expandiu-se quantitativamente e diversificou-se qualitativamente, incorporando uma produção cartográfica com abordagem técnica específica, tais como a elaboração de mapas de relevo e risco ambiental, envolvendo tanto as vulnerabilidades físicas quanto sociais. Incluiu ainda mapeamentos comparativos, por georreferenciamento, entre demanda e oferta de serviços socioassistenciais, balizados pelo fator renda, em busca de uma maior identificação das áreas de acentuada vulnerabilidade social em suas diversas frentes, para subsidiar tanto às funções de Vigilância Socioassistencial, quanto à concepção e formatação de novos projetos. Essa diversificação da produção foi acompanhada de um expressivo aumento no quantitativo de mapas, que saltou de 100 mapas, em média, em 2018, para 345 mapas no ano de 2019, conforme demonstrado nas Tabelas I e II a seguir.

Tabela I – Demanda por Área

Área		
Assessoria Técnica de Planejamento	135	39%
CGE	85	25%
DRADS ABC	35	10%
SITE SEDS	26	8%
CAS	26	8%
CDS	26	8%
COED	6	2%
COSAN	6	2%
Total	345	100%

Tabela II - Demanda por Tipo de Mapa

Mapa Tipo	Total	%
Temático	128	37%
Georreferenciado	67	19%
Georreferenciado com Rodovias	50	14%
Georreferenciado+Temático	46	13%
Georreferenciado+Índices	26	8%
Relevo+Risco	20	6%
Georreferenciado+Veronoy	5	1%
Temático com rodovias	3	1%
Total	345	100%

A produção periódica atual do geoprocessamento inclui 35 mapas temáticos publicados no site da SEDS – guia Institucional e guia Monitoramento e Avaliação - atualizados anualmente ou sempre que necessário, além daqueles produzidos para eventos específicos. Para Oficinas voltadas ao Diagnóstico Socioterritorial, que oferece subsídios à elaboração do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS, e para o II Encontro de Vigilância Socioassistencial, foram produzidos 51 mapas, dentre os quais serão selecionados aqueles que deverão ser publicados no site SEDS. **Sala de Situação** - Foi implementada na SEDS em 2016 e é responsável pelo monitoramento e apoio técnico do planejamento dos programas, projetos e serviços previstos no PEAS 2016-2019, em consonância a missão da secretaria em aprimorar a metodologia de gestão, fomentando assim o alcance dos resultados esperados. Para isso, coleta e processa os dados de execução das ações por ela monitorados e, sempre que necessário, auxilia os gerentes no planejamento dos seus projetos. Semanalmente, os gerentes dos projetos da secretaria exportam a atualização das suas ações para a Sala de Situação, que gera relatórios gerenciais e situacionais a fim de subsidiar as tomadas de decisão da secretaria. Esses relatórios são disponibilizados na intranet, dando transparência ao andamento das ações para todos os servidores da pasta. Apenas ano, foram gerados cerca de 850 relatórios gerenciais. **CONDECA** - Em dezembro foram assinados 19 convênios, contemplando 12 municípios, para o atendimento de 3.680 beneficiários. Investimento total: R\$ 3.718.104,97.

Gestão Orçamentária - Atendimento Socioassistencial a usuários de substâncias psicoativas e famílias - Apoio técnico e financeiro aos municípios e organizações sociais para execução de ações socioassistenciais que atuem na prevenção, acolhimento em casa de passagem, na promoção da reinserção social a pessoas com histórico de uso de substâncias psicoativas e na redução de situações de vulnerabilidade social. **Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei:** R\$ 1.842.652,00, liquidado até 14/12 no valor de R\$ 1.009.800,00. 456 usuários de substâncias psicoativas atendidas através de acolhimento institucional em Casa de Passagem, no ano de 2018 até 31 de novembro, situação no ano em execução, houve contingenciamento de 22%. Ainda há valor empenhado que será liquidado até o final do ano, com inscrição em Restos a Pagar. O valor das parcelas de novembro e dezembro ainda não foram liquidadas. **Atendimento Social em Comunidades Terapêuticas** - Execução de ações socioassistenciais que atuem na prevenção, acolhimento, reinserção social e na redução de situações de vulnerabilidade social de pessoas com histórico de uso de substâncias psicoativas e suas famílias, mediante apoio técnico e financeiro aos municípios e organizações sociais. **Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei:** R\$ 23.086.824,00, liquidado 18/12 no valor de R\$ 22.757.464,95. Acolhidas 5.480 pessoas pelo Programa Recomeço - Uma Vida sem Drogas, em execução, houve contingenciamento de 22%, porém houve remanejamento de outro programa orçamentário, não gerando grande impacto no programado originalmente. Até o final do exercício, teremos um pequeno superávit, alcançando a dotação prevista. **Fundo Estadual de Assistência Social - Proteção Social Básica** - Apoio técnico e financeiro aos Municípios, Entidades e Organizações de Assistência Social na execução de ações de Proteção Social Básica e serviços socioassistenciais destinados à População em situação de vulnerabilidade e exclusão social. **Prefeituras Municipais** - Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei: R\$ 83.607.372,00 (Fonte 001 - Tesouro do Estado) R\$ 14.075.593,00 (Fonte 003 - Recursos Vinculados - Fundo Especial de Despesa), liquidado até 18/12 no valor de R\$ 76.906.161,90, resultados alcançados em 630 Municípios, houve contingenciamento de 22%, do qual não foi liberado, para cobrir a necessidade da política, foi utilizada a Fonte 003. **Proteção Social Especial de Média Complexidade** - Apoio técnico e financeiro a Municípios e Entidades de Assistência Social na execução de ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade, destinadas à População em situação de vulnerabilidade e exclusão social. **Prefeituras Municipais** - Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei: R\$ 48.456.216,00, liquidado até 18/12 no valor de R\$ 37.648.036,09, resultados alcançados: 347 municípios houve contingenciamento de 22%, do qual não foi liberado. **Proteção Social Especial de Alta Complexidade** - Apoio técnico e financeiro aos Municípios, Entidades e Organizações de Assistência Social na execução de ações de Proteção Social Especial e serviços socioassistenciais, em regime aberto ou de acolhimento. **Prefeituras Municipais** - Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei: R\$ 74.920.289,00, liquidado até 18/12 no valor de R\$ 54.280.382,82. **Entidades Sociais** - Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei: R\$ 11.371.008,00, liquidado até 18/12 no valor de R\$ 9.061.459,22; **Valor Total** - Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei: R\$ 86.291.297,00, liquidado até 18/12 no valor de R\$ 63.341.842,04; resultados alcançados: 333 municípios houve contingenciamento de 22%, do qual não foi liberado. **Renda Cidadã** - Transferência direta de renda às famílias com renda *per capita* de

até ½ salário mínimo, mediante pagamento de subsídio financeiro R\$ 80,00 por mês. Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei: R\$ 93.864.000,00; liquidado até 18/12 no valor de R\$ 59.886.840,00; resultados alcançados: 74.685 famílias beneficiadas média mensal, houve contingenciamento de 22%. Terá um superávit orçamentário de aproximadamente 6 milhões, por questões de gestão do programa, tais como beneficiários que não sacaram o benefício e inconsistência do sistema. Porém a gestão do programa está tomando medidas de avaliação e melhoria para o mesmo. Renda Cidadã - Benefício Idoso - Atendimento ao idoso com oitenta anos ou mais que integra família com renda familiar mensal *per capita* de até ½ salário mínimo nacional, mediante transferência direta de renda, com apoio financeiro do Estado. Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei: R\$ 1.200.000,00; liquidado até 18/12 no valor de R\$ 982.600,00; resultados alcançados: 917 idosos atendidos média mensal houve contingenciamento de 22%. Ação Jovem - Transferência direta de renda aos jovens de 15 a 24 anos de idade, incentivando a conclusão da escolaridade básica e favorecendo o desenvolvimento pessoal para a iniciação no mercado de trabalho. Pagamento de bolsa de R\$ 80,00 por mês. Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei: R\$ 51.110.400,00; liquidado até 18/12 no valor de R\$ 29.314.880,00; resultados alcançados: 32.539 jovens beneficiados média mensal houve contingenciamento de 22%. Terá um superávit orçamentário de aproximadamente 5 milhões, por questões de gestão do programa, tais como beneficiários que não sacaram o benefício e inconsistência do sistema. Porém a gestão do programa está tomando medidas de avaliação e melhoria para o mesmo. Vivaleite - Distribuição de leite enriquecido a crianças e idosos, com a finalidade de combater as principais carências nutricionais da População no Estado de São Paulo, que afetam gravemente o desenvolvimento do crescimento das crianças e geram diversos problemas de saúde em crianças e idosos. Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei: R\$ 216.865.398,00; liquidado até 18/12 no valor de R\$ 102.981.661,57; resultados alcançados: 335.178 famílias atendidas média mensal, houve contingenciamento de 22%. Também tivemos economia orçamentária no processo licitatório da contratação dos laticínios, como explicitado anteriormente. Bom Prato - Fornece refeições em Restaurantes Populares ao preço de R\$ 1,00 o almoço e R\$ 0,50 o café da manhã, visando a Segurança Alimentar. Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei: R\$ 96.589.236,00 Liquidado até 18/12 no valor de R\$ 88.453.389,94 resultados alcançados: 1.888.213 refeições servidas média mensal houve contingenciamento de 22%, porém foi possível liberar 5 milhões desse valor. Para atender ao déficit, e considerando a economia do Vivaleite, houve remanejamento orçamentário entre os dois programas. Ainda haverá a liquidação do mês de dezembro em janeiro. Administração Superior Secretaria e Sede - Revitalização da Rede Executora - Celebração de convênios com prefeituras municipais e entidades sociais para construção, reforma e readequação de equipamentos sociais, revitalizando a rede executora das ações, visando a melhoria do atendimento da População assistida. Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei: R\$ 100.000,00; liquidado até 18/12 no valor de R\$ 0,00; resultados alcançados: Não houve celebração de convênio, não houve processos de demandas de investimento até início do mês de dezembro. São Paulo Amigo do Idoso - Apoio financeiro destinado à realização de obras, aquisição de equipamentos e materiais de natureza permanente visando a implantação de Centros de Convivência do Idoso – CCI e Centros-Dia do Idoso – CDI, bem como a realização de reformas para adequação de Instituições de Longa Permanência – ILPI. Reordenamento dos serviços de acolhimento institucional para idosos ILPI e certificação dos municípios que realizarem ações referenciadas pelo São Paulo Amigo do Idoso. Dotação Orçamentária inicial aprovada em lei: R\$ 5.000.000,00; liquidado até 18/12 no valor de R\$ 100.000,00; resultados alcançados, não houve celebração de convênio houve contingenciamento de 46%. Em outubro, foi publicada uma portaria que impediu o empenhamento da cota de dezembro. Foi liberado no corrente mês o valor de 2,7 milhões, onde a Secretaria está assinando convênios com os municípios.

SECRETARIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Contexto da Deficiência - A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a primeira no Brasil foi criada pela Lei Complementar nº 1.038, de 6 de março de 2008 e regulamentada pelo Decreto nº 52.841, de 27 de março de 2008, que organiza. A SEDPCD - cabe exercer funções que contribuam para a adequada condução das políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias - Artigo 2º - Decreto nº 52.841, de 27 de março de 2008, e tem como missão garantir o acesso das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo a todos os bens, produtos e serviços existentes na Sociedade. Esta garantia deve atingir os 3.008.617* paulistas que segundo o censo do IBGE 2010, apresentam pelo menos uma deficiência (quadro abaixo).

CENSO IBGE 2010	São Paulo ^{*1}	São Paulo ^{*2}		Brasil
População Total	41.262.199	41.262.199	100 %	190.755.799
Pessoas com deficiência	9.344.109 ^{*1}	3.008.617 ^{*2}	7,29%	45.606.048 ^{*1}
Deficiência visual	7.344.037	1.203.353	40%	35.774.392
Deficiência auditiva	1.893.359	436.054	14,49%	9.717.318
Deficiência motora	2.561.856	866.279	28,79%	13.265.599
Deficiência intelectual	502.931	502.931	16,72%	2.611.536

*1 Fonte: Censo demográfico/IBGE/2010

*2 Fonte: Censo demográfico/IBGE/2010 RELEITURA DO GRUPO DE WASHINGTON (COMPARABILIDADE DAS ESTATÍSTICAS SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ENTRE DIFERENTES PAÍSES).

Em todo o mundo as pessoas com deficiência apresentam as piores perspectivas de saúde, níveis baixos de escolaridade, pouca participação econômica e taxas de pobreza mais elevadas em comparação às pessoas sem deficiência. Grande parte destas condições se deve ao fato das pessoas com deficiência enfrentarem barreiras no acesso a serviços básicos, como saúde, educação, emprego, transporte e informação. Logo, a garantia dos Direitos Humanos, sobretudo os direitos sociais, a este segmento da sociedade é uma forma de concretizar a construção de uma sociedade para todos, e de reconhecer a pessoa com deficiência como um cidadão de direitos. Garantir os direitos civis, políticos, econômicos e sociais às pessoas com deficiência reflete o desejo de uma sociedade mais justa e igualitária. Este é maior propósito da Secretaria.

Objetivos - Os principais objetivos são: garantir que as pessoas com deficiência tenham seus direitos assegurados por meio de uma efetiva articulação e incidência junto as demais pastas, promovendo uma real melhoria de oportunidades e de acesso aos serviços básicos. Ainda, tem por objetivo estimular o respeito aos direitos humanos, ampliar o debate sobre a diversidade e garantir que as oportunidades para este segmento sejam ampliadas e garantidas de forma equitativa. Face ao intenso movimento de descentralização dos programas sociais ocorrido nas últimas décadas, a intersectorialidade e transversalidade são apontadas atualmente como tendências na gestão das políticas sociais. Uma boa definição para intersectorialidade é a busca de ações integradas da gestão e da prestação de serviços entre diferentes políticas públicas visando o bem estar integral do cidadão, considerando em sua totalidade. É a “articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando ao desenvolvimento social, superando a exclusão social”. O entendimento sobre as políticas “transversais” como ações que envolvem diferentes compromissos públicos entre Estado, Mercado e Organizações Comunitárias em direção a equidade, relevância e prioridade. Especificamente no que se refere à pessoa com deficiência, as demandas passam a ser, cada vez mais compatibilizadas e combinadas às exigências de trabalho, renda, alimentação, transporte, educação, saúde, lazer e cultura. Neste cenário, desenhos institucionais traduzidos em dispositivos intersectoriais capazes de garantir maior inserção e responsabilização de gestores e cidadãos, tendem a alcançar maior impacto na redução das desigualdades sociais e melhoria dos níveis de bem-estar. É uma Secretaria transversal, pois lida com assuntos e temas que perpassam diversas áreas de atuação governamental, como educação, transporte, cultura, saúde, esporte, entre outras. Mesmo com o avanço da legislação e construção de ambientes de socialização em espaços específicos, como por exemplo, o mercado de trabalho e a escola, ainda há predominância de barreiras para as pessoas com deficiência, tais como: as atitudinais - não há compreensão do que é ser uma pessoa com deficiência, bem como suas limitações e possibilidades, a falta de ambiente acessível - a inclusão da pessoa com deficiência em certos espaços que às vezes não leva em conta sua condição, a má vontade em efetuar acomodações razoáveis - as adaptações são feitas no cotidiano ou mesmo nunca são feitas; em termos arquitetônicos isso é bastante evidente, a falta de informação sobre recursos de reabilitação e técnicas de desenvolvimento - sobretudo ao se tratar de organização para o trabalho de público. Portanto, o principal papel é sensibilizar a sociedade, articular as ações do governo para que o público de pessoas com deficiência seja atendido em suas distintas necessidades. Ao tempo que a sociedade se organiza na perspectiva de equidade e acessibilidade - atitudinal, comunicacional e arquitetônica - e na proteção dos direitos sociais, econômicos e políticos. Diante de tais desafios, a nova gestão fez uma análise sistêmica das Ações e Programas pré-existentes na Secretaria a fim de priorizar sua atuação, adotando os seguintes eixos estratégicos de atuação:



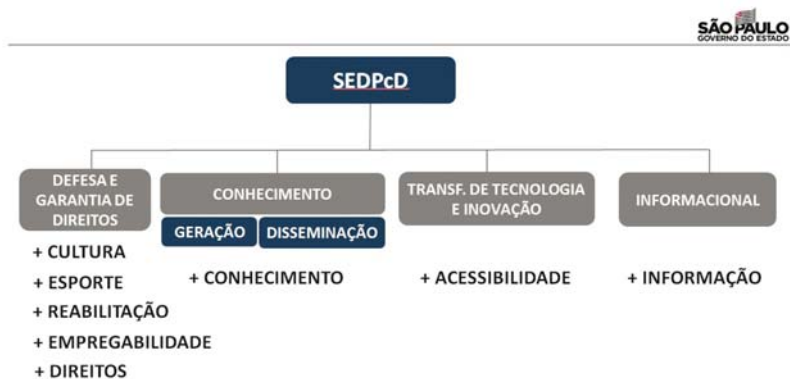
O eixo estratégico de Defesa e Garantia de Direitos tem como vocação planejar ações e executar projetos que visem garantir o acesso aos direitos já apontados pela legislação brasileira às pessoas com deficiência. Ainda, considerando que pessoas com deficiência são particularmente vulneráveis a falhas em serviços básicos como: saúde, educação, reabilitação, educação, trabalho e assistência social, fez-se imprescindível planejar conjuntamente com as pastas responsáveis a oferta de serviços de forma adequada a atender com acessibilidade e qualidade as necessidades deste segmento. No eixo de Conhecimento o grande foco é a geração e disseminação de informações técnicas científicas no sentido de aumentar o grau de compreensão sobre questões relacionadas à deficiência. Nosso trabalho é incidir para que haja pesquisas ligadas a temática, incluindo epidemiologia, reabilitação, sociologia, pedagogia, arquitetura, entre outras com a perspectiva de disponibilizarmos informações de qualidade para a elaboração de programas e políticas públicas dedicadas à inclusão plena de pessoas com deficiência. No eixo Transferência de Tecnologia e Inovação acreditamos que na era da Sociedade da informação em que vivemos o processo de inovação e de transferência de tecnologia social são capazes de promover melhorias significativas nas condições de vida da população, especialmente na vida de pessoas com deficiência, onde a tecnologia tem o poder de, na maioria dos casos, devolver parte da qualidade de vida destas pessoas, que necessitam ser incluídas na sociedade. No eixo de Informação temos como objetivo aumentar a conscientização pública sobre o entendimento das deficiências, considerando que a compreensão e o respeito contribuem de forma decisiva para uma sociedade mais inclusiva. Levando em conta que a falta de informação é a primeira barreira enfrentada pelas pessoas com deficiência para acessar seus direitos, este eixo se propôs a ser um canal de utilidade pública.

Marco Legal - O Estado de São Paulo construiu um arcabouço legal e de proteção ampla à pessoa com deficiência. Partindo da criação da Secretaria do Estado, por meio do Poder Legislativo, preocupou-se em consolidar legislações anteriores e desenvolver programas alicerçados

em parâmetros internacionais, para assegurar direitos, fortalecer movimentos sociais, comitês e conselhos, estabelecendo a mais ampla rede de atendimento à pessoa com deficiência do país. A Constituição Federal, promulgada em 1988, garante a proteção e “integração” social das pessoas “portadoras” de deficiência; foi, porém, em 2008, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 com a aprovação do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, complementado por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 fica estabelecido o direito no nível constitucional das pessoas com deficiência. A partir da internalização da Convenção, fica evidente a necessidade de revisar o marco jurídico nacional e adequá-lo aos princípios consagrados nesse importante documento de garantia de direitos. A definição de pessoa com deficiência presente na Convenção chancela essa nova percepção, pois demarca a importância e o papel das barreiras existentes no meio como fator limitador para plena inclusão. Em janeiro de 2016, tivemos o início de um novo olhar sobre os 45 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência quando foi promulgada a LBI – Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015, que afirmou a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. O desafio desde então tem sido a regulamentação desta Lei a fim de garantir às pessoas com deficiência o acesso aos direitos garantidos.

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - O Estado é composto por 645 municípios dos quais 146 contam com Conselhos Municipais da Pessoa com Deficiência, ou seja, 22,63% dos municípios paulistas - atualização feita no mês de dezembro. O Conselho Municipal representa a pessoa com deficiência junto à prefeitura e demais colegiados locais, contribuindo para a elaboração e implantação de políticas públicas de interesse para esta população. Além dos conselhos municipais, o Estado de São Paulo, também conta com o Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência - 1º Conselho de direitos criado no país - o que contribuiu, favoreceu e legitimou a participação popular das pessoas com deficiência e organizações sociais paulistas na construção de políticas públicas inclusivas. No ano o Conselho realizou 6 reuniões ordinárias, além dos seguintes eventos de formação: 17/7: Composição das Comissões Temáticas do CEAPcD. Palestrante Sr. Francisco Nuncio Cerignoni, Presidente do CEAPcD. O propósito da reunião foi a escolha de Coordenadores, Relatores e habilitação de Colaboradores externos nos termos do art. 15, § 2º do Regimento Interno do CEAPcD, e prestar esclarecimentos sobre a natureza de sua atuação; 14/8: Índice de Funcionalidade Brasileiro – IFB, novo modelo de avaliação de deficiência a ser implementado nas políticas públicas federais. Palestrante: Sr.ª Ana Rita de Paula, doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo e especialista em planejamento e avaliação de Políticas Públicas; 11/9: Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade da Assistência Social voltados à Pessoa com Deficiência - Resolução CNAS nº 109/2009. Palestrantes: Conselheiras do CEAPcD pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SDS – Sr.ª Cristiane Lamin Souza Aguiar e Sr.ª Luciana Bolognini Ferreira Machado; 16/out: Apresentação do Programa estadual “Meu Emprego Trabalho Inclusivo”. Palestrante: Sr.ª Aracélia Lúcia Costa – Secretária Executiva da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

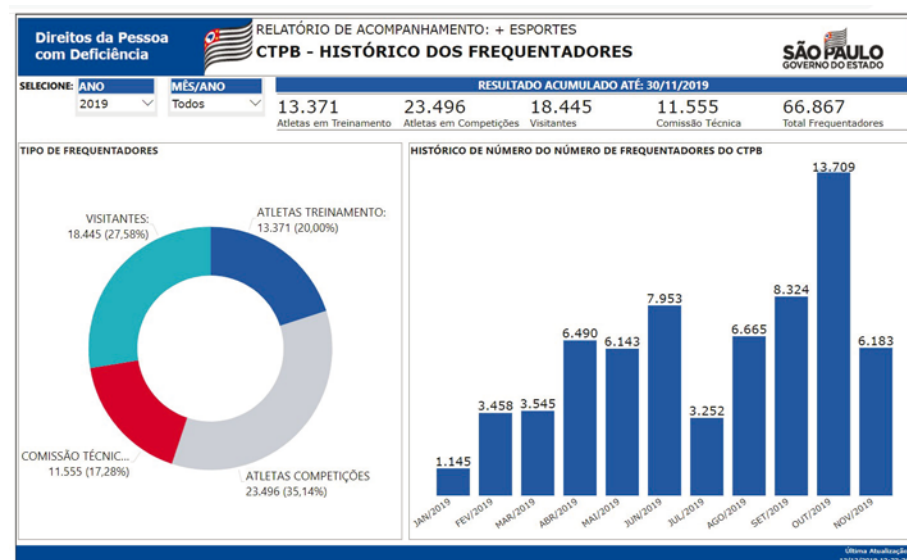
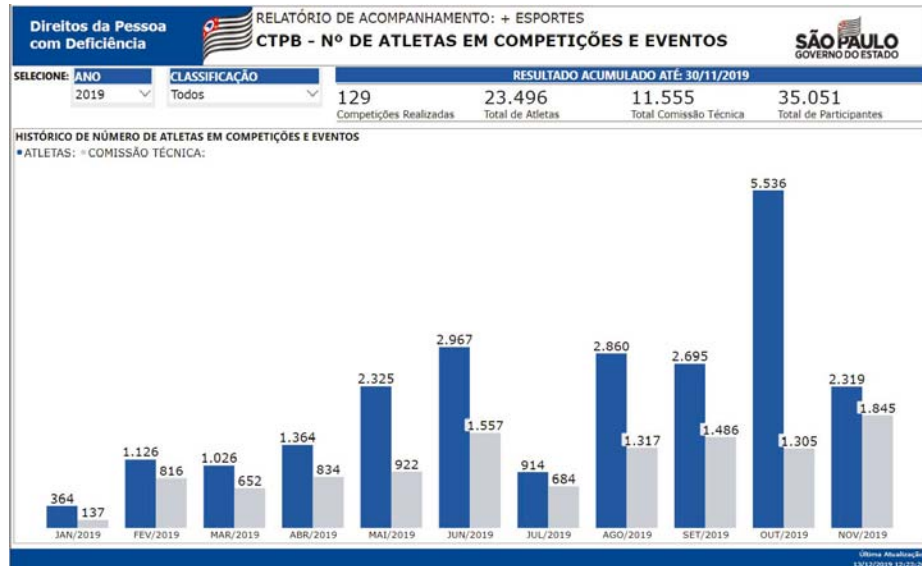
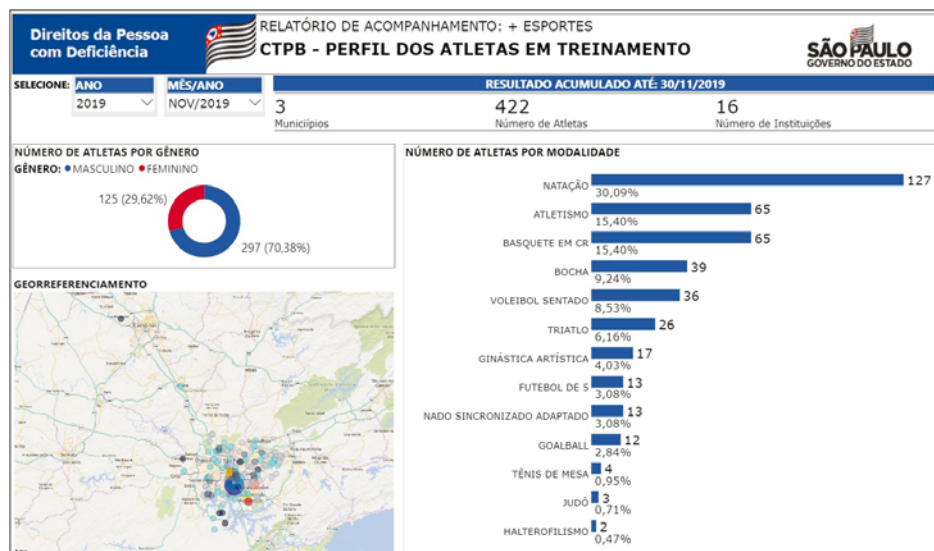
Linhas Programáticas - A partir dos 4 eixos estratégicos de atuação definidos pela nova gestão, foram criadas 8 linhas programáticas de atuação para o ano, conforme segue abaixo:



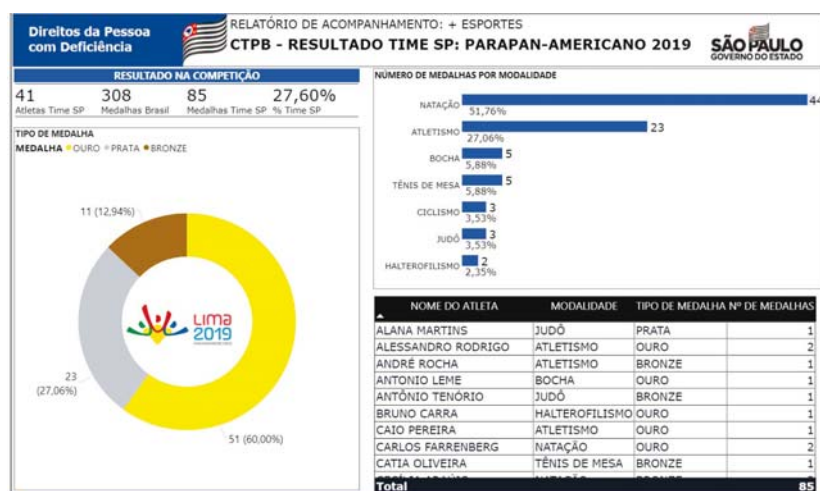
O presente Relatório de prestação de contas traz informações consolidadas dos programas e ações desenvolvidos pela SEDPcD visa demonstrar a performance da operação da Secretaria junto ao Governo do Estado de SP, atendendo as premissas de transparência e comunicação junto as partes interessadas - stakeholders. A seguir apresentaremos o principal objetivo e resultados alcançados pelos Programas e Ações desenvolvidas em cada linha programática, ressaltando que à execução dos Programas, de forma geral, buscam garantir o acesso e o direito da pessoa com deficiência no exercício da sua cidadania plena e de qualidade de vida. Desenvolveu 20 Programas distribuídos nas 8 linhas programáticas: 4 Programas na linha Programática + Esporte; 3 Programas na linha + Reabilitação; 2 Programas na linha + Direitos; 4 Programas na linha + Conhecimento; 2 Programas na linha + Cultura; 2 Programas na linha + Empregabilidade; 1 Programa na linha + Acessibilidade e 2 na linha + Informação.

Portfólio de Programas & Ações – Linha Programática: + Esporte - CTPB – Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro - objetivo: Fomentar o paradesporto brasileiro, criando condições para que seus atletas se destaquem nas competições municipais, estaduais, nacionais e internacionais, dando ênfase às técnicas avançadas e novas tecnologias a serem desenvolvidas a partir dos laboratórios de pesquisa e avaliação contribuindo com a ciência e tecnologia do paradesporto. O CTPB implantou um novo modelo de treinamento, concentrando em um único local 15 modalidades paraolímpicas, atendendo aos requisitos e recomendações das Federações Internacionais Paraolímpicas e aos Comitês Paraolímpicos Nacionais. Parceiro: Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB - período: janeiro a dezembro - resultados alcançados: as metas estabelecidas para a cessão do espaço do CTPB pelo CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro está relacionado à taxa de ocupação do espaço, diversificação de modalidades esportivas, número de atletas em treinamento, número de atletas em competições, número de medalhas, entre outras.

Abaixo principais resultados alcançados pelo CPB, atualizados até novembro:



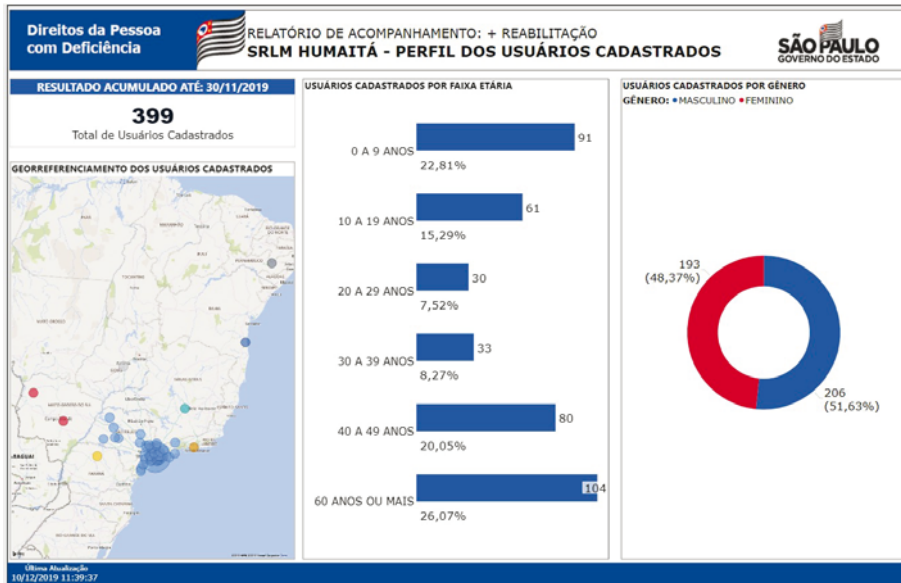
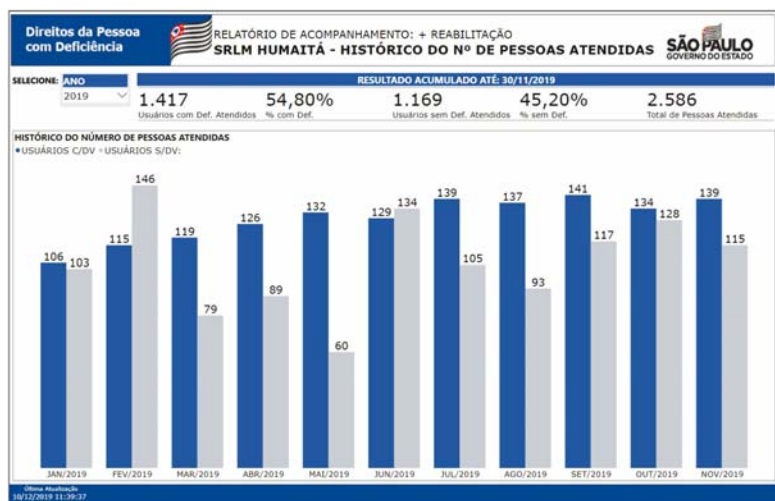
Time São Paulo Paraolímpico – objetivo: planejar, organizar, executar, controlar e avaliar ações de suporte ao desenvolvimento esportivo de atletas paraolímpicos de alto nível, vinculados ao Estado de São Paulo, que apresentem potencial de bom desempenho nos Campeonatos Mundiais. Pagamento de bolsa à 62 atletas e 4 atletas guia de alto rendimento integrantes do Time SP, em 8 modalidades esportivas: atletismo, bocha, ciclismo, halterofilismo, judô, natação, tênis de mesa e paracanoagem. Parceiro: Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB - período: janeiro a dezembro. resultados alcançados: as metas para os atletas atendidos são estabelecidas de maneira global, considerando os atletas de todas as modalidades, tendo como parâmetro o posicionamento no ranking mundial, n°s total de medalhas conquistadas 90, n°s de medalhas conquistadas Parapan-Americano 41.



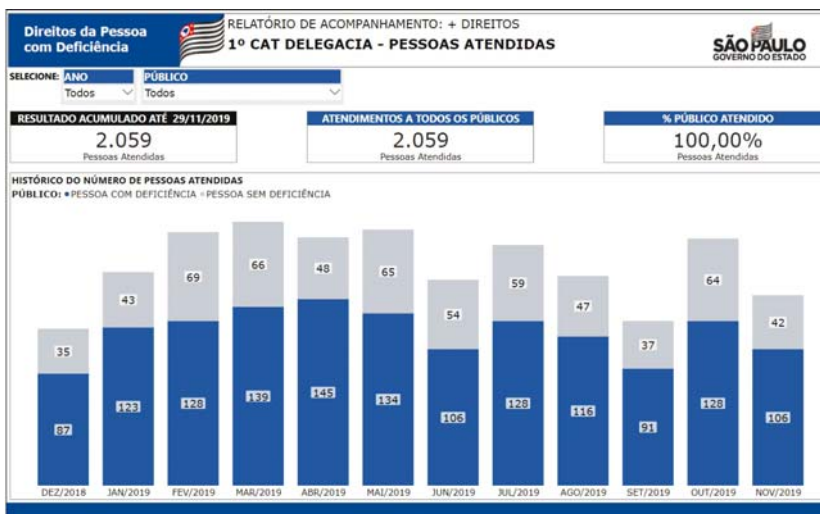
Paralimpíadas Escolares – Edição 2019 - objetivo: Aumentar a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas públicas e privadas do território nacional, promovendo ampla mobilização em torno do esporte. Parceiros: Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Esporte Lazer e Juventude, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, Ministério do Esporte e Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB. Período: agosto a novembro. resultados alcançados: participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em 11 modalidades: atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, futebol de 5, futebol de 7, goalball, judô, natação, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas e voleibol sentado; nº de alunos/atletas inscritos 634; nº de

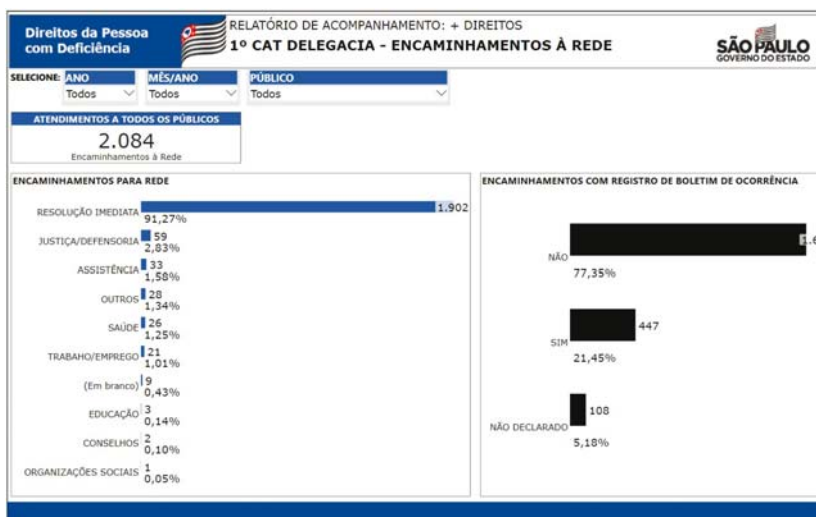
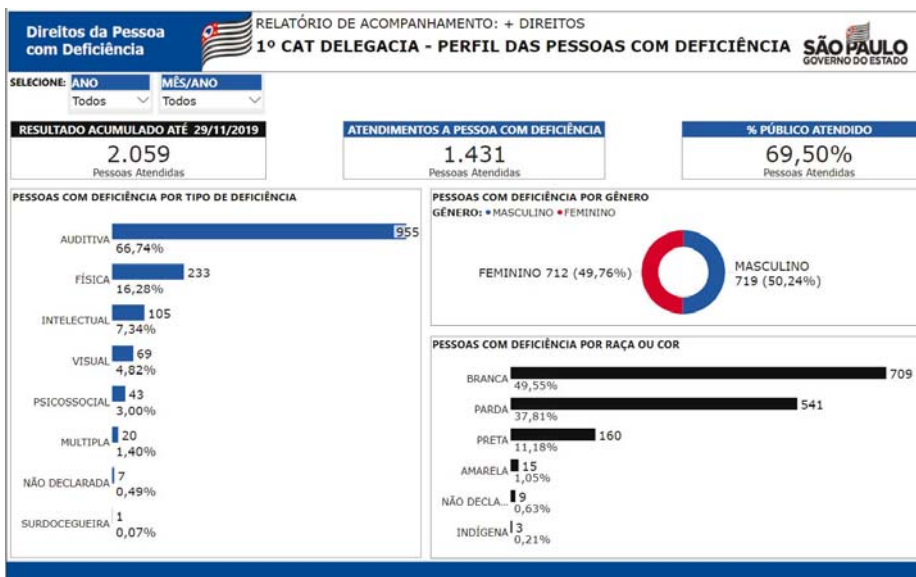
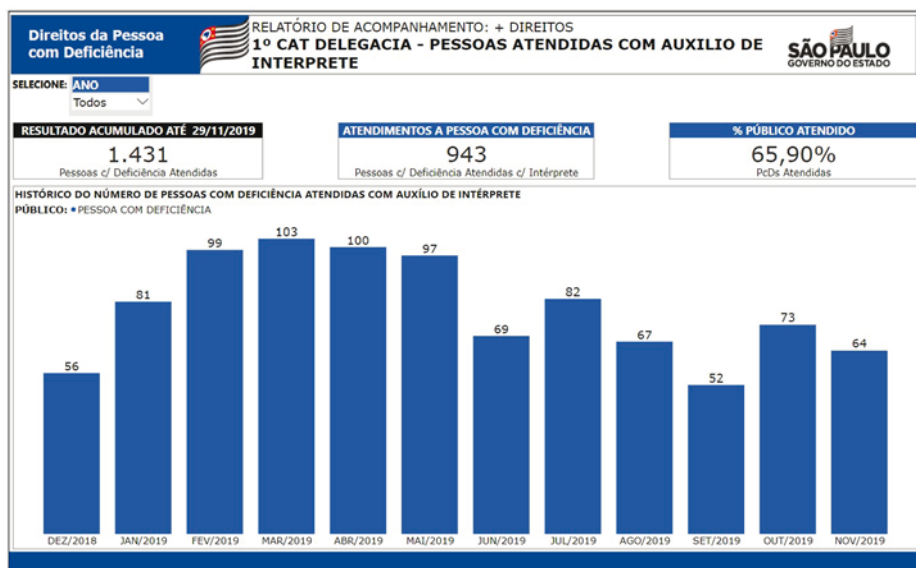
alunos/atletas selecionados 133; nº de municípios participantes 51. Equitação Adaptada - objetivo: promover a inclusão social e o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência por meio da equitação adaptada - resultados alcançados: atendimento de 110 pessoas com deficiência na prática de equitação adaptada, com o acompanhamento do seu desenvolvimento biopsicossocial. Parceiros: Instituto Anjos de Deus – IAD. Linha Programática: + Reabilitação - Centro de Tecnologia e Inovação para pessoas com Deficiência Visual - Jd. Humaitá - objetivo: contribuir com a inclusão de pessoas com deficiência visual objetivando minimizar as restrições na sua participação social e estímulo de atividades compatíveis com o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual relacionados ao aspecto cultural e social. Parceiros: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – SPDM - período: janeiro a dezembro - resultados alcançados: 410 pacientes atendidos, sendo 166 novos pacientes. Realização de 9.749 atendimentos no período.

Abaixo outros indicadores do Programa:

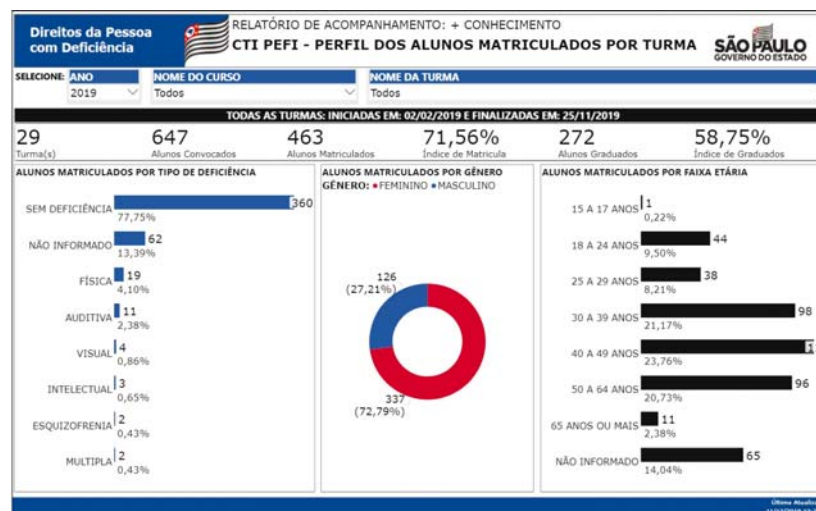


Surdocegos em ação para melhorar a qualidade de vida, resgate de autoestima, qualificação e requalificação profissional - objetivo: Melhorar a qualidade de vida, resgate de autonomia, qualificação e requalificação profissional das pessoas com surdocegueira e com deficiência múltipla sensorial, visa capacitar e favorecer o desenvolvimento de pessoas com surdocegueira congênita e adquirida, pessoas com deficiência múltipla sensorial, para iniciação no mundo do trabalho para ampliar ou gerar renda e resgate da autonomia - parceiro: AHIMSA – Associação Educacional para Múltipla Deficiência - período: janeiro a novembro - resultados alcançados: atendimento de 100 pessoas, com a realização de oficinas e cursos. As principais atividades deste ano foram no âmbito cultural, autonomia e social os cursos de scrapbooking, pintura, feltragem, patchwork e mosaico, na Reabilitação os cursos de comunicação, leitura, escrita e atividade física, e profissionalizante os cursos de panificação e culinária. Evento do Dia Nacional da Síndrome de Usher com palestra por videoconferência na SEDPCD. Rede de Reabilitação Lucy Montoro - objetivo: Proporcionar o melhor e mais avançado tratamento de reabilitação para pacientes com deficiências físicas incapacitantes, motoras e sensório-motoras, foi criada a Rede de Reabilitação Lucy Montoro pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo do Estado de São Paulo, pelo Decreto 52.973, de 12 de maio de 2008, regulamentada pelo Decreto 55.739, de 2010 e alterada pelos Decretos nºs 58.050, de 2012, 61.003, de 2014, 63.990, de 2018 e 64.317, de 2019. Constituída por 17 estabelecimentos fixos e uma unidade móvel, 6 estabelecimentos conveniados, 11 estabelecimentos com contrato de gestão. - parceiro: Secretaria Estadual de Saúde - período: janeiro a dezembro - resultados alcançados: após Resolução SS nº 56, de 5/7/2019 foi constituído um novo Comitê Gestor da Rede de Reabilitação Lucy Montoro, as ações foram realizadas a partir deste período pelos membros deste comitê. Principais ações: Realizado um Diagnóstico Situacional da Rede de Reabilitação Lucy Montoro através de visita técnica em todas as unidades e evidenciado oportunidades de melhorias para o ano vigente e próximos 3 anos. Executado a unificação da regulação pela CROSS na secretaria de saúde, para melhoria dos processos de regulação de vagas que anteriormente as unidades do IMREA, Santos, Sorocaba e Botucatu eram reguladas pela unidade reguladora IMREA Vila Mariana e as demais unidades pela CROSS; mapeamento dos vazios assistenciais em todo o estado de São Paulo para corroborar com a tomada de decisão para as futuras unidades da rede; ampliação da faixa etária para todas as idades para atender as pessoas com deficiência visual, que anteriormente havia restrição até 50 anos; revisão do plano de trabalho das próximas unidades para 2020: Diadema e Taubaté; capacitação da Rede para o atendimento de lesado medular; ampliação dos dias de atendimento para a unidade de Botucatu e adequação do processo de primeira consulta para a unidade de São José dos Campos e realizado avaliação dos resultados das unidades sob contrato de gestão do último trimestre de 2019. Perspectivas de diversificação do tipo de deficiência - física, visual, auditiva e intelectual. Linha Programática: + Direitos + Direitos - Caravanas da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania - objetivo: A 10ª Edição da Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania, realizada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, teve como tema principal levar para conhecimento dos municípios do Estado de SP os Programas e Ações desenvolvidas pela SEDPCD, bem como, a apresentação de indicadores chaves relacionados à pessoa com deficiência da região. - parceiro: UNIVESP – União dos Vereadores do Estado de SP - período: janeiro a dezembro - resultados alcançados: Realização de 2 eventos envolvendo os municípios das Regiões Administrativas do Estado, objetivando a divulgação do trabalho realizado pela SEDPCD e a apresentação de indicadores relacionados à pessoa com deficiência. As caravanas foram realizadas em Ourinhos e Itanhaém respectivamente nos meses de outubro e novembro e contou com a participação de aproximadamente 1.500 pessoas. - Centro de Apoio da Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência - objetivo: Operar, gerir e executar os serviços de atendimento ou promoção de direitos das pessoas com deficiência no Centro de Apoio da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, a serem desenvolvidos na estrutura da Polícia Civil do Estado de São Paulo, subordinada à 1ª Delegacia Seccional de Polícia do Departamento de Polícia Judiciária da Capital – DECAP. A 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, que foi criada por meio do Decreto nº 60.028/2014, foi implantada em maio/2014. - parceiro: APAE de São Paulo - período: janeiro a novembro - resultados alcançados: foram atendidas no ano de 2019: 2.059 pessoas, sendo 943 pessoas com deficiência - 65,90%. Abaixo seguem demais resultados alcançados pelo Centro de Apoio Técnico.

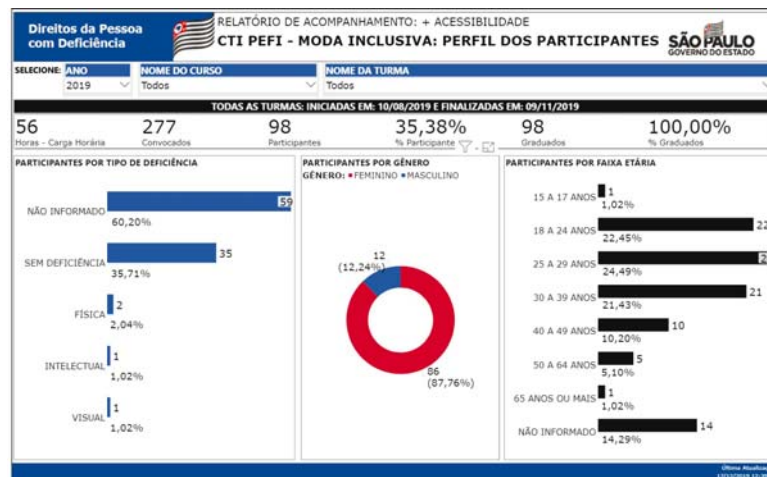
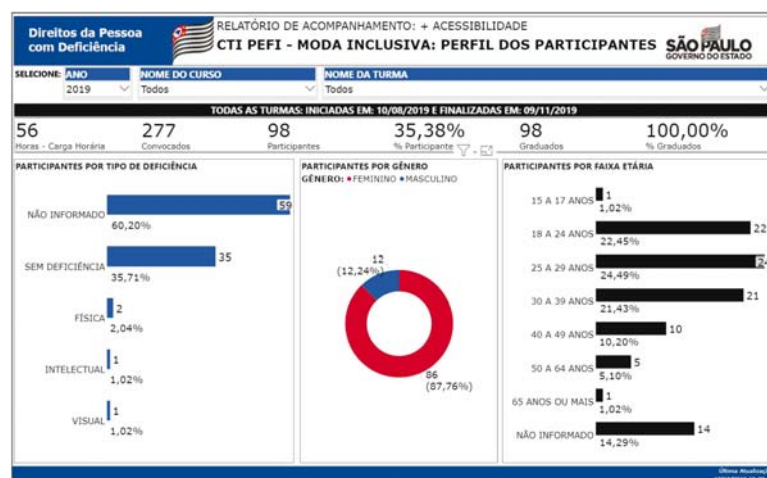




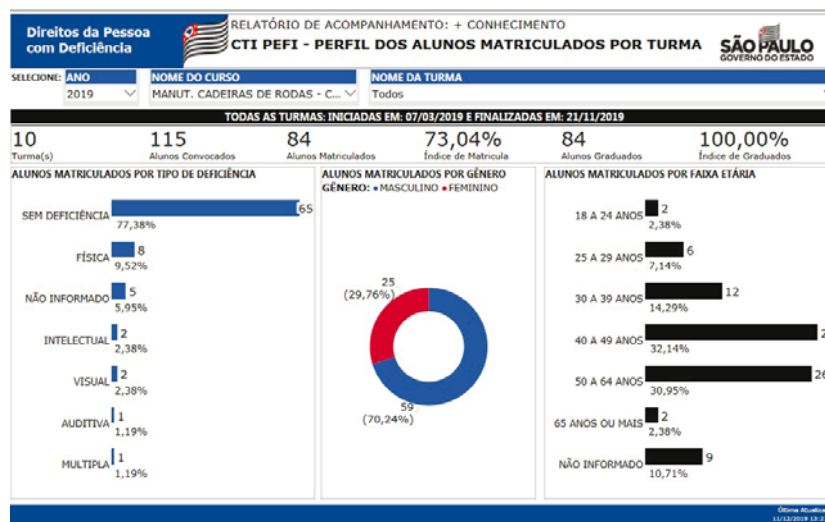
Linha Programática: + Conhecimento - Curso de Libras - objetivo: oferta ao público em geral dos módulos básico, intermediário e avançado do curso de libras a fim de ampliar as possibilidades de interação entre pessoas com e sem deficiência auditiva por meio da Língua Brasileira de Sinais. - parceiro: SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. - período: janeiro a novembro. - resultados alcançados: número de inscritos 647, números de cursos realizados 29 em 3 municípios. Abaixo seguem demais resultados alcançados pelo Programa. Foram realizados cursos nos municípios de São Paulo/Capital, Santos e Piracicaba. Dos inscritos tivemos a conclusão de 461 pessoas.



Curso de Moda Inclusiva - objetivo: oferta ao público em geral para os cursos de moda inclusiva em 2 modalidades: Módulo Criação e Módulo de Gestão de Negócios. Os cursos visam explorar o olhar criativo dos interessados em criações de moda com foco no público com deficiência. - parceiro: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - período: janeiro a novembro - resultados alcançados: número de inscritos nos 2 módulos: 314, número de cursos realizados no município de SP: 2 cursos. Foram realizadas 7 mostras da Moda Inclusiva em 6 municípios do Estado de SP.O total de pessoas atingidas pelo Programa foi de 1.519.



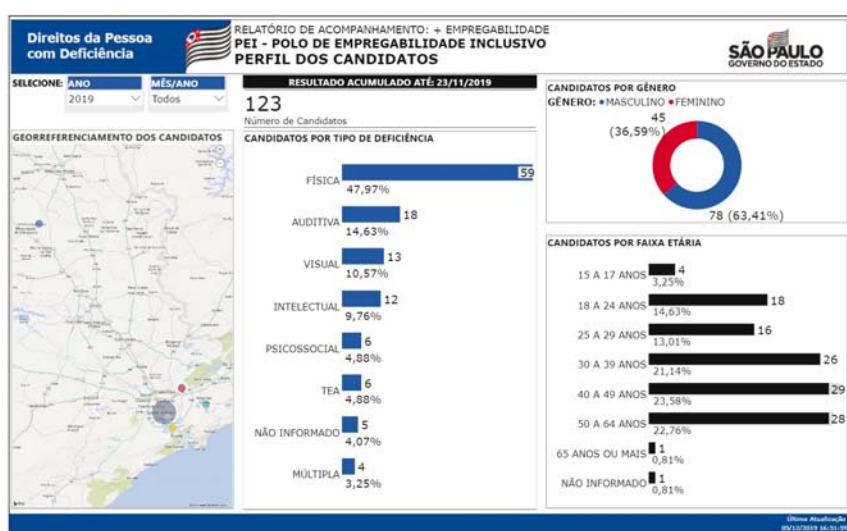
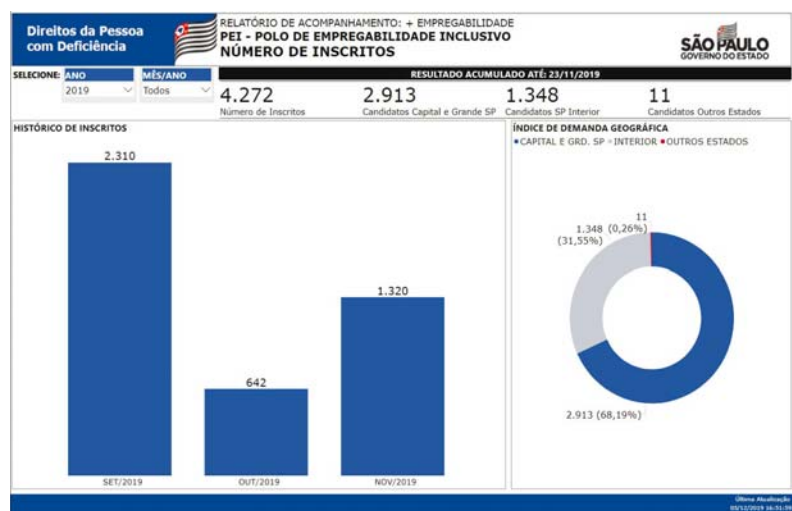
Curso de manutenção de cadeira de rodas - objetivo: Fornecer os conhecimentos básicos de manutenção mecânica, segurança do usuário e acessibilidade nas manutenções diárias das cadeiras de rodas para pessoa com ou sem deficiência, profissionais da área de manutenção e engenharia clínica. - parceiro: SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - período: janeiro a novembro. - resultados alcançados: número de inscritos: 115, número de matriculados: 84; número de cursos realizados 6. Abaixo seguem demais resultados alcançados pelo Programa.



Base de dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência - objetivo: Lançamento de uma ferramenta que organiza e disponibiliza dados de diversas fontes sobre as pessoas com deficiência no Estado de SP no dia 03/dez em comemoração ao dia Internacional da pessoa com deficiência. A “Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência” é uma plataforma criada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, que reúne em um sistema de BI – Business Intelligence, dados censitários e informações sobre a pessoa com deficiência organizados nas áreas de educação, saúde, emprego e renda desenvolvimento social, entre outras. Um dos objetivos desta ferramenta é ser um instrumento para a indução de políticas públicas, um ponto de partida para a construção de novas ações inclusivas municipais e estadual. Para tanto, esta plataforma irá disponibilizar dados organizados e integrados sobre as pessoas com deficiência no Estado de SP, transformando-os em informações úteis a tomada de decisões - parceiro: FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - período: dezembro - resultados alcançados: número de acessos à plataforma no período de 3 a 15/dez: 879 acessos. Abaixo o site lançado: basededados.sedpcd.sp.gov.br



Linha Programática: + Cultura - Museu da Inclusão – objetivo: Gestão do Memorial da Inclusão, contemplando seus projetos e ações previstos para o exercício. parceiro: Organização Social ABAÇAÍ Cultura e Arte - período: janeiro a dezembro - interrupção do contrato por renovação em 18/7 - resultados alcançados: 71.401 visitantes divididos entre as Exposições Permanente, Temporária, Itinerante e Virtual. Estudos e Pesquisas - Projeto memórias; Centro de Documentação; Seminários; Simpósios, Rede Brasileira e Publicação de Vídeos e Documentários - Virada Inclusiva - objetivo: Fortalecer mecanismos capazes de articular e mobilizar pessoas e organizações para a causa da inclusão e da valorização da diversidade - parceiro: Organização Social ABAÇAÍ Cultura e Arte - período: realizada de 28/11 a 5/12 - resultados alcançados: a 10ª Edição da Virada Inclusiva contou com 260 atividades desenvolvidas em 50 municípios do Estado de SP - Linha Programática: + Empregabilidade - objetivo: Promover a inclusão social e econômica para pessoas com deficiência, por meio de cursos de Desenvolvimento Humano, Oportunidades Econômicas, Tecnologia da Informação e Comunicação, e outros cursos específicos. Início em 2016, parceria com a Trust for the Americas, através do POETA Acessível - parceiros: Organização dos Estados Americanos – OEA e Trust for the Americas, Microsoft, CISCO e SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - período: janeiro a setembro - resultados alcançados: 1.905 usuários atendidos, destes 33% com deficiência totalizando 5.731 atendimentos. Lançamento do Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo - objetivo: Programa que reúne um conjunto de ações integradas e intersecretariais visando a oferta de emprego e renda às pessoas com deficiência por meio de ações de busca ativa de candidatos, entrevistas de habilidades profissionais e funcionais, identificação de oportunidades, quebra de barreiras no ambiente corporativo de modo a garantir a inserção, permanência e desenvolvimento profissional por meio da metodologia do emprego apoiado. Neste Programa estão envolvidas as Secretarias do Desenvolvimento Econômico, Dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Saúde, da Educação, Desenvolvimento Social e Justiça e Cidadania. Especificamente caberá à SEDPCD a criação, gestão e monitoramento de PEIs – Polos de Empregabilidade Inclusiva nas regiões administrativas do Estado de SP - parceiros: SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e ITS – Instituto de Tecnologia Social - período: setembro a dezembro - resultados alcançados: inauguração de 2 PEIs – Polos de Empregabilidade Inclusiva na Capital de SP, 4.272 pessoas com deficiência inscritas no Programa e 86 empresas interessadas na adesão ao Programa, abaixo outros indicadores do Programa:



Linha Programática: + Acessibilidade – Livros Acessíveis e Inclusivos – objetivo: Difundir livros acessíveis nos seus mais variados formatos, a fim de propiciar o acesso de alunos com deficiência ao mundo da literatura, infantil e infanto-juvenil, e, desta forma, contribuir com o fortalecimento das políticas, programas e projetos relativos aos direitos das pessoas com deficiência e a equiparação de oportunidades - parceiro: Secretaria Estadual de Educação - período: outubro a dezembro. resultados alcançados: Divulgação do link de 14 títulos/livros em formatos acessíveis e inclusivos já produzidos pela SEDPCD em parceria com a Organização social Mais Diferenças para à rede estadual de Educação. Linha Programática: + Informação - Considerando que a falta de informação é a primeira barreira enfrentada pelas pessoas com deficiência para acessarem seus direitos, houve um intenso esforço e empenho da SEDPCD para mobilizar e levar informações de utilidade pública a este segmento. Lançamento Boletim Eletrônico INCLUSÃO SP News. - objetivo: Em setembro foi criado o Boletim Eletrônico INCLUSÃO SP News, que tem como objetivo informar os cidadãos sobre as ações da SEDPCD e sobre informações atualizadas do segmento das pessoas com deficiência. O propósito é que o Boletim seja um elo da Secretaria com a Sociedade por meio de disseminação de informações de utilidade pública, ele é produzido mensalmente - período: setembro a dezembro - resultados alcançados: Divulgação de 3 Edições do Boletim para um mailing de 8mil pessoas por edição.



Plano de Comunicação Institucional – objetivo: Divulgar as ações da Pasta e informar a população com deficiência sobre seus direitos. Também por meio da comunicação, fazer com que o preconceito e as informações equivocadas diminuam cada vez mais. Abaixo indicadores mais completos em relação à disseminação de informação à Sociedade.



2019
IMPRENSA



2019
IMPRENSA

DISTRIBUIÇÃO POR MÍDIA



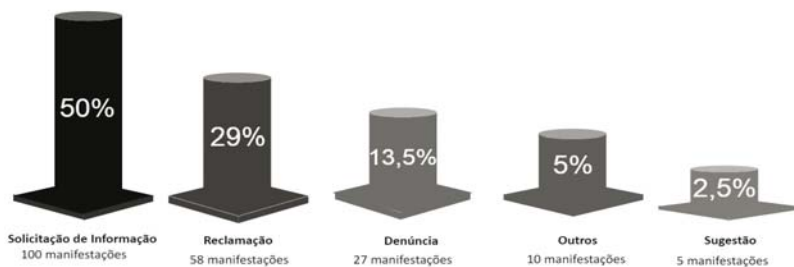
2019
IMPRENSA

DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO



Resultados Ouvidoria - A Ouvidoria é uma ferramenta de comunicação com a população que visa fortalecer as estratégias de gestão participativa, ampliando o processo de controle social e trazendo para dentro da gestão as avaliações, opiniões e ideias geradas pelas pessoas com deficiência. No ano alcançou os seguintes resultados:

TIPO DE MANIFESTAÇÃO



MODO DE CONTATO



Recursos Humanos – Teve em seu quadro de pessoal, 53 servidores lotados na Sede, distribuídos entre as diversas áreas, voltados à projetos desenvolvidos e em desenvolvimento, na administração e ainda atuando nas parcerias existentes com a Secretaria. Contamos também com a colaboração dos 25 estagiários, com bolsas vinculadas ao ensino médio e superior, orientados por supervisores de estágio comprometidos na formação dos jovens, unindo complemento teórico à prática, nas respectivas áreas de atuação. Tivemos o processo de Avaliação de Desempenho Individual, que é feito por meio de formulários totalmente on-line, impressos uma única vez, isto é, somente após cumpridas todas as etapas existentes, oportunidade de realização do trabalho com economia, responsabilidade com o meio ambiente e com o crescimento da Instituição. Dentre os processos existentes na área de RH, destacamos a obtenção de maior agilidade na solicitação e programação de férias para o ano seguinte, feita por meio de aplicativo, via intranet, possibilitando que a solicitação do período escolhido seja encaminhada diretamente ao RH, sem a utilização de papel.

Calendário de Eventos - Realizou 45 eventos relacionados ao segmento da pessoa com deficiência e a gestão.

DATA	EVENTOS
CALENDRÁRIO EVENTOS - SEDPCD	
JANEIRO	
25	LANÇAMENTO EXPOSIÇÃO SÃO PAULO: TERRA BOA
FEVEREIRO	
2	PLENÁRIA DO CMPD – SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SP
18	APRESENTAÇÃO LIVRO UNIVERSAL
27	APRESENTAÇÃO TIME SÃO PAULO
MARÇO	
16	ABERTURA EXPOSIÇÃO ITA VITA
MAIO	
7	CURSO DE LIBRAS PARA COLABORADORES DA SEDPCD
18	REUNIÃO DE CAPACITAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS PARA REATECH
23	CURSO DE LIBRAS PARA COLABORADORES DA SEDPCD
30	POSSE DO CEAPCD
JUNHO	
13 A 16	FEIRA DE REABILITAÇÃO REATECH
18	ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO ENTRE A CAIXA E O CTPB
JULHO	
3 E 4	PROJETO “REORDENAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PCD”
5	COMISSÃO INTERSECRETARIAL – GT ADULTO E IDOSO COM DEFICIÊNCIA
12 E 13	PALESTRA: ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS CULTURAIS E IMPORTÂNCIA DO MEMORIAL DA INCLUSÃO PARA O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (CONSELHEIROS DOS DIREITOS DA PCD)
AGOSTO	
9 E 10	CURSO MODA INCLUSIVA
16 E 17	SIMPOSIO 60 ANOS DO CIAM
16 E 17	CURSO MODA INCLUSIVA
30	SETEMBRO VERDE: MÊS DA INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
30 E 31	CURSO MODA INCLUSIVA
SETEMBRO	
2	LANÇAMENTO DO PROGRAMA MEU EMPREGO TRABALHO INCLUSIVO
5 A 8	V CONFERÊNCIA NACIONAL DE APRAXIA DE FALA NA INFÂNCIA
18 A 20	I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ENVELHECIMENTO DA PCD
21	FESTIVAL DA MÚSICA INCLUSIVA (2ª EDIÇÃO DA SEMANA DA ACESSIBILIDADE SURDA)
21	APRESENTAÇÃO DA MOSTRA MODA INCLUSIVA
24	DIA NACIONAL DO SURDO – LIBRAS SAÚDE
25	SEMANA NACIONAL DE TRÂNSITO
26	FORMATURA DO CURSO DE LIBRAS - 2ª TURMA
27	DIA DO SURDO – O PROTAGONISMO SURDO – A BUSCA PELOS DIREITOS DOS SURDOS
28	13º ENCONTRO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL
OUTUBRO	
2	CARAVANA DA INCLUSÃO EM OURINHOS
5	AULA INAUGURAL DO CURSO DA MODA INCLUSIVA (MÓDULO CRIAÇÃO)
7	APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA MEU EMPREGO – TRABALHO INCLUSIVO
7	A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM - MPSP
9	PROGRAMA SP SEM PAPEL
19	CURSO MODA INCLUSIVA
26	CURSO MODA INCLUSIVA
31	DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO: APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA SEDPCD
NOVEMBRO	
7	CARAVANA DA INCLUSÃO EM ITANHAÉM
9	CURSO MODA INCLUSIVA
12	VIDEO CONFERÊNCIA SEMANA NACIONAL DA SURDOCEGUEIRA
26	CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO ESTADO DE SP
DEZEMBRO	
3	FORMATURA CURSO DE LIBRAS
3	LANÇAMENTO DO PROGRAMA BASE DE DADOS DOS DIREITOS DA PCD (SEDPCD)
7	SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA
18	ABERTURA DO PEI – POLO DE EMPREGABILIDADE INCLUSIVA BOA VISTA

CONTRATOS DE GESTÃO E TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

CONTRATOS DE GESTÃO E/OU PARCERIAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	OBJETO
1. SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina	Contrato de Gestão Centro de Inclusão Social da Lapa - JD. Humaitá
2. SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina	Administração do Centro de Tecnologia e Inovação no Parque Estadual Fontes do Ipiranga
3. Açaí Cultural e Arte	Serviços de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência no Museu Memorial da Inclusão
4. Açaí Cultural e Arte	Gestão do Museu Memorial da Inclusão
5. Instituto Anjos de Deus	Execução de projeto Equitação Adaptada em área definida no Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, no âmbito do Parque Doutor Fernando Costa
6. APAE de São Paulo	Execução das atividades do Centro de Apoio técnico à 1ª. Delegacia da Pessoa com Deficiência
7. Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB	Projeto Time São Paulo
8. Associação Educacional para Múltipla Deficiência - AHMSA	Execução do Projeto "Pessoa com surdocegueira e deficiência múltipla"
9. CPB - Comitê Paralímpico Brasileiro	Cessão de uso do CTPB - Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro para execução de atividades paradesportivas
10. SEE - Secretaria Estadual de Educação e Instituto Rodrigo Mendes	Termo de Fomento para a formação continuada de professores e gestores da rede pública de ensino do Estado e conscientização de estudantes, com e sem deficiência
11. Organização Nacional dos Cegos no Brasil.	Termo de Cooperação Técnica visando a inclusão de pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho por meio da plataforma "Agora Brasil"
12. DETRAN / SP	Termo de Cooperação Técnica visando a ampliação da realização de exames práticos para pessoas com deficiência no Detran
13. Secretaria de Governo/Arquivo Público do Estado de SP	Termo de Cooperação visando a sistematização e preservação do acervo documental do Movimento Social das Pessoas com Deficiência (Memorial da Inclusão)
14. TER - Tribunal Eleitoral Regional	Termo de Cooperação Técnica com vistas a conscientização do eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida sobre a importância do voto
15. Fundação Florestal do Estado de SP	Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de projetos de acessibilidade no Estado de SP
16. Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ)	Termo de Cooperação Técnica objetivando a promoção de ações dirigidas à pessoa com deficiência para instalação e operação dos Centros de Apoio à Pessoa com Deficiência em estações do Metrô
17. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico	Termo de Cooperação Técnica com vistas a promoção do desenvolvimento de ações sociais integradas no âmbito do Programa "Meu Emprego Trabalho Inclusivo"

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

A Secretaria da Educação atende diariamente 3,5 milhões de alunos em 5.100 escolas em 645 municípios, sob jurisdição de 91 Diretorias de Ensino. São ao todo 250 mil servidores, dos quais 190 mil são professores. Com o objetivo de entregar para a sociedade paulista uma educação pública para o século XXI de excelência e com equidade, a Secretaria de Educação – SEDUC reorganizou sua estrutura por meio do Decreto nº 64.187, de 17 de abril de 2019, buscando maior eficiência em suas ações². Na mesma direção, o Plano Estratégico para o período de 2019-2022, foi construído ao longo do primeiro semestre. No Plano Estratégico, foram traçados os objetivos que norteiam o trabalho da Secretaria, tendo por base o diagnóstico da educação paulista, elaborado a partir da escuta de gestores, equipes técnicas, dirigentes, diretores, professores e estudantes da rede estadual, dos estudos acadêmicos e das evidências. Com o intuito de organizar e concretizar as ações necessárias para o alcance dos objetivos, foram definidos projetos prioritários e metas em consonância com o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, com o Plano Estadual de Educação, Lei nº 16.279/2016, e com o Programa de Governo. O plano consolida a missão, a visão, os valores e os fundamentos que guiam o trabalho de toda a rede de ensino. Os projetos estratégicos estão organizados em três grupos - aprendizagem, pessoas e gestão, são eles: Gestão da Aprendizagem, Inova Educação, Educa SP, Educação em Tempo Integral, Regime de Colaboração, Talentos em Rede, Profissionais da Educação para o Século XXI, Comunicação e Engajamento, Novo Modelo de Gestão e Compliance, Eficiência Operacional, Escola Mais Bonita e Segurança nas Escolas, conforme Quadro 1. Neste documento será apresentado o andamento dos projetos prioritários e a atividades da Pasta ao longo do ano, contemplando também a sua entidade vinculada, Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE. A Fundação é o braço operacional da SEDUC, responsável por viabilizar a execução de atividades específicas das políticas educacionais definidas pelo órgão, conforme Decreto nº 64.297/2019. Entre suas principais atribuições estão: construir escolas; reformar, adequar e manter os prédios, salas de aula e outras instalações e oferecer materiais e equipamentos necessários à Educação.

² Esta publicação revogou o Decreto nº 57.141/2011, artigos 1º a 123 e 131, e o Decreto nº 57.571/2011.



Quadro 1 - Mapa Estratégico 2019-2022

Aprendizagem - Em grandes números, no atendimento da educação básica pela rede estadual, são aproximadamente 632.335 alunos matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 1.361.898 alunos matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 1.178.304 alunos matriculados no Ensino Médio³. Em relação ao Plano Estadual de Educação para o Ensino Fundamental, 99,6% da população com idade entre 6 a 14 anos frequenta a escola e 98,2% frequenta a série/ano adequada à sua faixa etária. No que se refere ao Ensino Médio, 87,4% da população com idade entre 15 a 17 anos frequenta a escola sendo que 80,9% frequenta a série/ano adequada à sua faixa etária. Do ponto de vista da garantia da aprendizagem de excelência a todos os estudantes e da conclusão de todas as etapas da Educação Básica na idade certa, é necessário ofertar uma educação que prepare os estudantes para a vida e o mercado de trabalho. Assim, formando cidadãos autônomos, competentes e solidários na concepção da educação integral, desenvolvendo as competências para o século XXI. Nesse sentido tem-se a implementação de cinco projetos estruturantes: Gestão da Aprendizagem, INOVA Educação, EducaSP, Educação em Tempo Integral e Regime de Colaboração.

Gestão da Aprendizagem - O projeto se estrutura em componentes articulados, tendo como elemento central o Currículo Paulista. São desafios no âmbito deste projeto implementar o Currículo Paulista, elevar os resultados educacionais na rede estadual medidos pelo Sistema Avaliação da Educação Básica - SAEB, com redução do abandono escolar, aumento das taxas de aprovação e melhoria e fortalecimento da gestão das escolas e das Diretorias de Ensino. São entregas do projeto a oferta de recursos didáticos e avaliações diagnósticas e formativas, a implementação da política de reforço e recuperação, o fortalecimento da gestão da sala de aula e a melhoria da gestão das escolas e Diretorias de Ensino com apoio do Método de Melhoria de Resultados-MMR.

³ Fonte - Cadastro de Alunos, data-base - maio

Currículo Paulista - Ensino Fundamental - Foram publicadas a Resolução, de 6/8/2019 e a Deliberação CEE 169/2019, que dispõem sobre a homologação do Currículo Paulista da Educação Infantil e Ensino Fundamental para as redes estadual, privada e municipais. O Currículo Paulista define as competências e as habilidades essenciais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes paulistas e considera sempre sua formação integral na perspectiva do desenvolvimento humano alinhados às competências gerais definidas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Este documento foi elaborado em regime de colaboração com os municípios paulistas, representados pela UNDIME-SP, e com o Governo Federal no âmbito do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular. A partir de agosto, foi iniciada a implementação do Currículo Paulista realizando formação dos professores, adequação dos materiais de apoio ao aluno, dos recursos didáticos, pedagógicos e digitais e revisão da matriz de avaliação do ensino fundamental. Para 2020, em 100% das escolas de ensino fundamental as aulas serão ministradas com uso do novo Currículo. Durante o ano, o ensino aprendizagem se deu em um contexto de transição entre o Currículo Oficial, implementado desde 2008, e o Currículo Paulista. Na rede estadual foram utilizados guias de transição para orientar diversas práticas e metodologias em sala de aula, além de servir como ponto de partida para a construção dos novos materiais para oferta em 2020 em regime de colaboração com municípios. O conjunto do guia é composto por cadernos de orientações para o professor, por área de conhecimento. Os cadernos do aluno do Programa São Paulo fazem Escola remanescentes dos anos anteriores nas escolas e Diretorias de Ensino puderam ser utilizados por professores e alunos como material de pesquisa e consulta, somados ao material do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Tais materiais orientam a gestão da aprendizagem em sala de aula, oferecendo sugestões de metodologias e estratégias de trabalho para as aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse, estudos interdisciplinares e, ainda, sugestões para a avaliação e recuperação. Considerando o total de alunos matriculados no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos da rede estadual e com foco nas diversas demandas de qualificação pedagógica e de programas foram produzidos e distribuídos, no ano letivo, os subsequentes materiais de apoio ao currículo: cadernos Ler e Escrever e Educação Matemática–EMAI para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ambos oferecidos também em versão ampliada para alunos com baixa visão e para os alunos de 474 municípios conveniados; cadernos do aluno do programa São Paulo faz Escola Programa para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo que para o 4º bimestre do Ensino Médio foram enviados encartes específicos de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM às 1ª e 2ª séries e para a 3ª série um encarte preparatório ao Mundo do Trabalho; EJA – Mundo do Trabalho, material específico para Educação de Jovens e Adultos; cadernos para alunos e professores das escolas do Programa Ensino Integral; material SuperAção Jovem para as Escolas de Tempo Integral – ETI; cadernos de língua japonesa e inglesa dos Centros de Estudo de Línguas – CEL; e caderno “Narrativas” para a educação Escolar Quilombola. Esse conjunto de materiais de apoio ao currículo totalizaram 14.435.395 exemplares.

Currículo Paulista - INOVA Educação - Tendo como ponto de partida o Currículo Paulista e a Base Nacional Comum Curricular, foi criado o Inova Educação com o propósito de oferecer novas oportunidades para todos os estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da rede estadual de São Paulo, a partir de 2020. Essa iniciativa surgiu quando o diagnóstico realizado pela Pasta no início do ano, elucidou a necessidade da oferta de atividades educativas alinhadas às vocações,

desejos e realidades dos estudantes a fim de promover a Educação Integral; reduzir a evasão escolar e melhorar o clima nas escolas por meio do fortalecimento da ação dos professores e dos vínculos. O INOVA Educação traz inovações curriculares que consistem no acréscimo de 3 componentes na matriz curricular: Projeto de Vida, Tecnologia e Eletivas. Para tanto, a partir de 2020 o tempo de aula será aumentado de 5h para 5h15min por turno e o número de aulas diárias de 6 para 7, com alteração da duração das aulas de 50 para 45 minutos. A proposta é garantir que o estudante se desenvolva plenamente, tanto a partir de habilidades cognitivas quanto socioemocionais e é uma forma de ampliar para toda a rede as experiências exitosas do Programa Ensino Integral e Escola de Tempo Integral. No ano, ocorreram formações aos profissionais da educação para possibilitar a implementação junto aos estudantes, sendo mais de 130 mil servidores do Estado de São Paulo e mais de 6.700 profissionais das redes municipais de ensino que participaram da 1ª e da 2ª Edição/2019, dos cursos que apresentam os componentes que farão parte da matriz curricular do Estado de São Paulo: Eletivas, Projeto de Vida e Tecnologia e Inovação, ofertados na modalidade à distância pela Escola de Formação dos Profissionais da Educação. Paralelamente, foram construídos, novos materiais de apoio ao aluno e ao professor para aulas de Projeto de Vida, Eletivas, Tecnologia e Inovação e competências socioemocionais dos estudantes, de modo a promover seu desenvolvimento integral e prepará-los para o século XXI. Assim, em 2020 100% das escolas regulares de ensino fundamental - Anos Finais e Ensino Médio implementarão o INOVA Educação. Vinculado ao programa, a SEDUC realizou o Movimento Inova com o propósito de permitir uma maior conexão entre professores, alunos e outros integrantes da Rede e conectá-los às soluções tecnológicas inovadoras, além de oferecer a oportunidade para que todos pudessem vivenciar os três componentes do Programa Inova Educação - Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologia e Inovação - e promover um ambiente de cocriação, compartilhamento de ideias e soluções que melhorem o dia a dia da Rede. Assim, em dezembro, por meio da EFAPE, foi ofertada uma programação intensa com atividades práticas voltadas aos estudantes de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio e profissionais da Educação, a exemplo: Educação Midiática, scratch, cultura maker e projeto de vida, tratados em palestras e oficinas, além de mostras de trabalhos. Participaram cerca de 3.000 profissionais da educação.

Currículo Paulista - Novo Ensino Médio, Novotec e EducaSP - O Novo Ensino Médio, aprovado pela Lei nº 13.415/2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/96, estabelecendo uma nova organização curricular para essa etapa de ensino à luz de nova Base Nacional Comum Curricular, homologada em dezembro de 2018 pelo Conselho Nacional de Educação. Esses normativos dispõem sobre a flexibilização da oferta de diferentes itinerários formativos, com aprofundamento em áreas de conhecimento, formação técnica e profissional. Essa flexibilização curricular busca aproximar o Ensino Médio da realidade dos estudantes, fazendo com que essa etapa os prepare para o mundo do trabalho e para a construção e a realização de seus projetos de vida. O novo modelo permitirá que o estudante escolha a(s) área(s) de conhecimento para aprofundar seus estudos, estimulando o protagonismo e a autonomia. Os itinerários formativos são um dos caminhos para ressignificar a etapa, aumentando sua atratividade, de forma a reduzir as taxas de abandono e evasão. A Secretaria realizou seminários regionais para construir de forma colaborativa a arquitetura do modelo pedagógico para o Novo Ensino Médio a fim de garantir a todos os estudantes a possibilidade de escolha por um percurso formativo aprofundado, aliando uma formação geral básica com diferentes possibilidades de itinerários formativos, associados aos anseios e aos projetos de vida dos estudantes. Participaram dos encontros 15.300 professores, 116.400 estudantes com engajamento de 2.500 escolas das 3.600 escolas que ofertam o Ensino Médio. A previsão é que o Currículo Paulista - Etapa Ensino Médio seja entregue ao Conselho Estadual de Educação, no primeiro semestre de 2020 para homologação. Na educação profissional, é ofertado o Programa Novotec, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, com o objetivo de aumentar a integração do Ensino Médio com o mundo do trabalho ao expandir a oferta de educação profissional e técnica nas modalidades: Integrado - em que o curso regular e técnico são realizados no mesmo turno, na escola estadual - Expresso - com a oferta de cursos profissionalizantes de curta duração, como marketing digital, programação e técnicas em vendas, nos espaços ociosos das escolas estaduais, das Escolas Técnicas Estaduais – ETECS - e das Faculdades de Tecnologia - FATECS; Móvel - com a oferta de cursos profissionalizantes em carretas que circulam pelo Estado; e Virtual - com a oferta de cursos à distância por meio da Universidade Virtual do Estado de São Paulo - Univesp. O Novotec atendeu cerca de 14 mil estudantes, sendo cerca de 9.000 na modalidade Expresso, 4.500 na Virtual, 300 na móvel e 400 na modalidade Integrado. Na integração com o ensino superior, o Educa SP visa aproximar os estudantes do Ensino Médio da rede estadual a instituições de Ensino Superior do estado, com o objetivo de fornecer uma amostra da vida universitária, participando de cursos com conteúdo que dão sentido à trajetória do jovem e atividades complementares. Os cursos são de curta duração no contra turno escolar, de até 200 horas, em consonância com a BNCC. No ano, foram cerca de 17.000 alunos da rede estadual inscritos nos cursos ofertados em parceria com as Universidades.

Educação em Tempo Integral - Garantir educação integral aos alunos significa também desenvolver sua capacidade de resolver problemas, trabalhar em grupo, aprender continuamente e agir de modo cooperativo em situações complexas. O projeto Educação em Tempo Integral busca criar as condições para que o modelo possa ser expandido de maneira sustentável para o maior número possível de estudantes, abrangendo cada vez mais escolas. Nesse contexto, foram realizados estudos de viabilidade para ampliar a oferta de escolas e de matrículas, preferencialmente em áreas de maior vulnerabilidade. Atualmente, a Secretaria conta com 417 escolas em tempo integral no âmbito do Programa Ensino Integral - PEI e 216 escolas do Programa Escola de Tempo Integral - ETI, totalizando 633 escolas - 12,6% da rede, que atendem aproximadamente 179 mil estudantes⁴. Em 2020, está prevista a expansão do Programa Ensino Integral para mais 247 escolas da rede estadual. As escolas ETIs atendem a um universo de 44.000 estudantes do Ensino Fundamental. Trabalha com matriz curricular com Parte Comum e Diversificada, sendo a comum idêntica às demais unidades escolares da rede pública estadual para o Ensino Fundamental. As aulas da Parte Diversificada têm como temáticas a Leitura e Produção de Texto e Experiências Matemáticas; Língua Estrangeira Moderna, Educação Socioemocional, Linguagens Artísticas, Cultura do Movimento, Orientação de Estudos, Projeto de Vida e Disciplinas Eletivas. Já nas escolas que implementam o PEI, o objetivo é assegurar a formação de cerca de 135.000 crianças e jovens autônomos, solidários e competentes por meio de um modelo de escola com jornada integral de alunos e professores, currículo integrado, matriz curricular diversificada, Regime de Dedicção Plena e Integral dos educadores e infraestrutura que atenda às necessidades pedagógicas do Programa. Essa estrutura visa proporcionar aos estudantes as condições

necessárias para planejarem e desenvolverem seu Projeto de Vida e tornarem-se protagonistas de sua formação.

O Currículo nas variadas modalidades e públicos atendidos - Promover a equidade supõe também dar respostas adequadas e com respeito ao público atendido nas modalidades da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola, segundo as necessidades locais. Sobre a Educação Indígena, a SEDUC atende, em todo o Estado, cerca de 1.655 alunos de comunidades indígenas entre as séries dos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Atualmente, são 40 escolas equipadas com infraestrutura específica voltada aos estudantes das etnias Guarani Mbya, Guarani Nadeva, Terena, Kaingang e Krenak. Com base nas orientações do Currículo, nas escolas indígenas, as disciplinas são trabalhadas a partir da cultura de cada etnia e os educadores são membros das comunidades nas quais as escolas estão localizadas. Do total de alunos que frequentam as escolas da rede estadual, 8.735 autodeclararam-se indígenas. Assim como ocorre na Educação Indígena, o Currículo é referência na modalidade de Educação Quilombola. Na rede estadual existem 4 escolas que ficam em território quilombola. Há 11 escolas estaduais que recebem alunos oriundos das comunidades quilombolas, principalmente no ensino médio. Atualmente, há cerca de 394 alunos matriculados nestas escolas e 1.071 alunos nas demais escolas que se autodeclararam quilombolas. A Educação de Jovens e Adultos – EJA, modalidade de ensino que integra a Educação Básica, é destinada a todos aqueles que não deram continuidade ou não concluíram os estudos na idade própria. Nesta modalidade considera-se no trabalho pedagógico as especificidades desse público, composto por diferentes perfis, faixas etárias e com ritmos de aprendizagem também distintos. No ano, foram cerca de 320.000 alunos matriculados no EJA distribuídos em: 6.378 classes mantidas nas 1.260 escolas estaduais, de presença obrigatória e diária para os alunos; em 39 Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs, com atendimento individualizado e presença flexível e em 148 unidades prisionais com 984 classes multisseriadas e presença flexível - semi-presencial. Nas iniciativas referentes aos jovens que estejam cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto e em privação de liberdade, o atendimento educacional é garantido em classes vinculadas a uma escola pública estadual. Estão em atendimento, cerca de 5.800 jovens. Quanto à oferta de Educação Especial, é importante ressaltar que, foram matriculados 85.349 alunos com Deficiência, Transtorno do Espectro do Autista, Altas Habilidades ou Superdotação. São ofertados serviços para o atendimento especializado em salas de recursos, classes regidas por professores especializados, serviço itinerante e classes hospitalares. A atuação especializada acontece por meio de parcerias firmadas com instituições e pelo credenciamento de escolas, que permitem o atendimento daqueles alunos que, em função de seu comprometimento, exigem pessoal e instrumentos especializados. As escolas credenciadas atenderam em 2019, 2.737 alunos e 14.254 alunos frequentaram as 285 instituições parceiras. No ensino regular, foram atendidos pela rede estadual aproximadamente 68.358 alunos de todos os tipos de deficiência, e deste total, 23.586 frequentaram as salas de recursos. Há ainda 36 classes regidas por professor especializado. O suporte ao processo de inclusão escolar é realizado com apoio de cuidadores para os alunos com deficiência cujas limitações lhes acarretam dificuldade de caráter permanente ou temporário no cotidiano escolar, além de professores interlocutores para alunos com surdez. A Educação também é ofertada em 16 escolas em áreas de assentamentos que contam com 2.828 matrículas. Também foi publicada a Resolução SE 63, de 29/10/2019, que dispõe sobre atendimento a estudantes estrangeiros na rede estadual, em um total de 11.634 alunos matriculados. Outra ação a ser destacada quanto à promoção da inclusão é a temática de Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero. O Currículo Oficial inclui competências e habilidade trabalhadas a partir do estudo sobre as relações de gênero, sexualidade e a diversidade sexual. Nas Ciências da Natureza ganha relevância um conjunto de habilidades e competências relacionadas à saúde, entre outras temáticas. As Ciências Humanas trazem para o cotidiano dos alunos o debate sobre as dimensões éticas, culturais, históricas e políticas que envolvem os gêneros e as sexualidades, a exemplo os conhecimentos relativos à produção cultural de marcadores sociais da diferença, a desigualdade de gênero, a problemática da violência contra a mulher, a construção da cidadania, os movimentos feministas e LGBT e o reconhecimento de direitos. O último levantamento da Secretaria, constatou 760 matrículas com nome social no Sistema de Cadastro de Alunos - regulamentados por Decreto Estadual 55.588/10; Deliberação do CEE nº 125/14 e Resolução SE nº 45 de 2014. Em comparação com o ano de 2018, observa-se um aumento de 42% das matrículas com nome social. A Secretaria também oferta atividades de enriquecimento curricular por meio do Centro de Estudos de Línguas – CELs, de ambientes pedagógicos como as Salas de Leitura, e do Programa Escola da Família, descritos a seguir. Os Centros de Estudos de Línguas – CEL tem como objetivo proporcionar ao estudante da rede estadual a oportunidade de aprender uma ou mais línguas estrangeiras, para além do ensino da língua inglesa na rede regular, aumentando seu acesso a outras culturas e ampliando suas chances de inserção no mercado de trabalho formal. Atualmente são oferecidos os seguintes idiomas: alemão, espanhol, francês, inglês, japonês, mandarim e italiano. Os cursos oferecidos destinam-se a alunos matriculados no ensino fundamental a partir do 7º ano, ensino médio e EJA, além daqueles matriculados no ensino médio das escolas vinculadas ao Centro Paula Souza. Foram atendidos cerca de 60.205 alunos, distribuídos em 200 Centros de Estudos de Línguas em 2.838 classes. O Programa Sala de Leitura, instituído em 2009, tem como objetivo principal oferecer aos alunos de todos os cursos e modalidades de ensino da rede um espaço privilegiado de incentivo à leitura como fonte de informação, prazer, entretenimento e formação de leitor crítico, criativo e autônomo. São 4.923 escolas que contam com Salas de Leitura instaladas, que atendem o ensino fundamental dos anos finais, o ensino médio e EJA. O Programa Escola da Família – PEF, implantado em 2003, possibilita a abertura de escolas públicas estaduais aos finais de semana, em torno da realização de atividades educativas, no campo da educação não formal. As ações do Programa vêm sendo aprimoradas estreitando relações com o modelo pedagógico da escola, acrescentando o eixo aprendizagem aos demais – cultura, esporte, trabalho e saúde –, como agente de fortalecimento, para o aprender. As atividades desenvolvidas vão desde oficinas de dança, artesanato, rodas de leitura, contação de histórias, campanhas sazonais, ações de prevenção e outras. Na realização dessas atividades estão envolvidos 5.092 voluntários e 4.681 educadores universitários. Atualmente, o Programa encontra-se em 1.301 escolas, distribuídos em 437 municípios.

Avaliação- Para acompanhar o processo de progressão das aprendizagens dos estudantes, apoiando o trabalho dos professores, gestores e demais profissionais da educação, as avaliações têm um papel essencial. Os resultados dos processos avaliativos contribuem para que todos os estudantes avancem em suas aprendizagens e para que os professores aprimorem suas práticas para garantir a qualidade dessas aprendizagens. Nesse sentido, a SEDUC investe em diferentes estratégias para avaliação tratadas a seguir. No campo das avaliações somativas, destaca-se a participação da rede estadual no Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, cujo resultado compõe o Índice de

⁴ Fonte - Cadastro de Alunos, data-base - dezembro

Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o principal indicador de qualidade da educação pública do Brasil. Os resultados da avaliação ajudam a retratar a realidade da educação e contribuir para direcionar a destinação de recursos e a implementação de políticas públicas. A aplicação da prova ocorre a cada dois anos, a última avaliação ocorreu em 2017. As provas foram aplicadas na rede estadual entre os dias 21/10 a 1/11 e a publicação dos resultados está prevista para o 2º semestre de 2020. Sabendo que é necessário que pelo menos 80% dos alunos matriculados na escola realizem a prova, promoveu ampla campanha de mobilização com estudantes, professores e gestores escolares para ampliar a participação na avaliação, a fim de que as unidades escolares tenham seus resultados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Em novembro, alunos do Ensino Médio de 127 escolas participaram da realização do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes -Pisa. Também como avaliação somativa destaca-se o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, em que é avaliado o domínio das competências e habilidades básicas em Língua Portuguesa e Matemática. Participam alunos do 3º, 5º, 7º - sendo o 7º por amostragem para a rede estadual e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Na edição de 2018 do SARESP, participaram efetivamente 894.242 - 86% alunos da rede estadual de ensino; 21.926 alunos do Centro Paula Souza; 160.144 alunos das 212 redes municipais e 3.051 alunos das escolas particulares e 35.816 alunos das escolas SESI, totalizando 1.115.179 alunos. A participação prevista para este ano, foi de 1.050.904 alunos. A previsão é que os resultados sejam divulgados no início de 2020. O desempenho dos alunos no SARESP e o fluxo escolar - aprovação, reprovação e abandono, compõem o IDESP que é um indicador de qualidade dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio. Os resultados do IDESP de 2018, publicados em 2019, foram de 5.5 para os anos iniciais do ensino fundamental; 3.35 para os anos finais do ensino fundamental e 2,46 para o ensino médio. Os resultados do SARESP no mesmo período mostram que, nos anos iniciais, 59,86% das escolas cumpriram ou superaram suas metas individuais. Nos anos finais, 50,99% das escolas cumpriram ou superaram suas metas individuais. E por fim, no ensino médio, 52,56% das escolas cumpriram ou superaram suas metas individuais. Ao alcançar ao menos parte da meta definida pelo IDESP no ano, no âmbito do Programa Qualidade na Escola, as escolas fazem jus ao recebimento do bônus por desempenho. O Governo pagou o bônus por mérito, referente a 2018, a 187.655 servidores da Secretaria da Educação, correspondendo a um montante de R\$ 425,4 milhões. As avaliações diagnósticas e formativas, também são aplicadas na rede estadual para identificar o nível de aprendizagem dos estudantes e permitem o acompanhamento do desenvolvimento do currículo durante o ano, subsidiando as escolas e os docentes nos processos de planejamento de ações e de intervenções pedagógicas. Trata-se de instrumentos investigativos em termos das competências e habilidades desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática e são elaboradas com base nas Matrizes de Avaliação Processual. Incluem-se as Avaliações Diagnósticas de Entrada - ADE, realizadas no início de cada ano; as Avaliações de Aprendizagem em Processo - AAP, que diagnosticam o nível de aprendizado de todos os estudantes matriculados na rede estadual de ensino a partir do 1º ano do Ensino Fundamental até o final do Ensino Médio nos 1º, 2º e 3º bimestres; e as Avaliações Diagnósticas Complementares - ADC, que mensuram as habilidades de cada etapa ou fase da Educação Básica - anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio - para contribuir para a identificação de habilidades a serem aprendidas e reforçadas. No contexto do Currículo Paulista foi iniciada a revisão da matriz de avaliação que subsidia a construção de todas as avaliações do Currículo Paulista, com previsão de publicação no início de 2020.

Cultura da Gestão por Resultado - Com a finalidade de fortalecer a cultura da gestão por resultado na rede estadual, princípio organizacional previsto no Decreto nº 64.187/2019, implementou métodos e ferramentas interligadas de apoio às escolas: a plataforma de gestão de resultados educacionais na Secretaria Escolar Digital e o Método de Melhoria de Resultados - MMR. A plataforma disponibiliza indicadores de aprendizagem dos estudantes com base nos resultados de avaliações somativas e formativas para subsidiar os gestores e professores no planejamento escolar. Essa tecnologia permite consultar os respectivos resultados nos componentes curriculares, em cada ano/série, avaliados em termos das competências e habilidades consolidadas - ou não - pelos alunos. Oferece, ainda, recursos que informam todos os indicadores que compõem o IDESP da escola, com visualizações e análises históricas; e indicação dos pontos críticos de Língua Portuguesa/ Matemática, que demandam maior atenção do professor. Quanto ao método de gestão, concluiu a implantação do Método de Melhoria de Resultados – MMR - em todos os níveis e unidades da estrutura, com foco a melhoria contínua da aprendizagem dos alunos. O MMR foi concebido como uma ferramenta tecnológica educacional que tem como essência a construção participativa de soluções de problemas. O método propõe a identificação do problema, definição de causa raiz e a elaboração um Plano de Melhoria nas Diretorias de Ensino e escolas, a partir dos resultados das avaliações, do fluxo e dos referenciais previstos para o ano. Há sistemática de acompanhamento nos três níveis de gestão da Pasta que possibilita correções de rumo no processo em um ciclo de melhoria contínua. A apropriação do MMR pela rede se dá por meio de formações, reuniões de trabalho e acompanhamento da implementação desenvolvidas pelo órgão central estimulando o fortalecimento da gestão.

Política de Recuperação e Reforço - Os dados de avaliação, o MMR e as ferramentas de gestão são subsídios a ação pedagógica para a progressão da trajetória escolar dos estudantes na idade certa, efetivamente aprendendo. Para apoiar esse percurso, a Secretaria desenvolveu um conjunto de iniciativas voltadas à recuperação, reforço e aprofundamento das aprendizagens. Dentre essas ações ocorridas, incluem-se: realização de diversas formações sequenciadas entre si aos docentes para progressivamente qualificar o trabalho das escolas nas aulas de reforço e recuperação; desenvolvimento e disponibilização de materiais didáticos específico para o reforço e recuperação das aprendizagens, ofertando-se 210.940 materiais no formato impresso, além da versão digital; institucionalização do Projeto de Reforço e Recuperação pela Resolução SE 37, de 5/8/2019, que prevê professores adicionais que auxiliam nas aulas de reforço e recuperação de Língua Portuguesa e Matemática. Cerca de 10.294 docentes tiveram aula atribuída para este projeto; qualificação do uso pedagógico das avaliações para direcionar as ações para as necessidades de aprendizagem dos estudantes; e qualificação do acompanhamento das ações de reforço e recuperação por meio das observações de sala de aula e do Método de Melhoria de Resultados. As formações sequenciadas foram desenvolvidas junto aos docentes com orientações, inclusive aos professores regentes e professores com aula atribuída especificamente para uso de sequências de atividades em agrupamentos produtivos de alunos com foco em reforço, recuperação e aprofundamento e para a observação de sala de aula e devolutivas. Foram pautas formativas voltadas também para a análise dos resultados das ADCs. Por fim, ocorreram formações para preparar a equipe gestora da escola para organização do Conselho de classe/ano/série de forma qualificada, considerando o processo de desenvolvimento dos estudantes. Esse conjunto de ações visa fortalecer o trabalho colaborativo entre o Professor Coordenador e os docentes, promovendo

trocas que auxiliam na melhoria das práticas pedagógicas para fortalecer a aprendizagem dos alunos; e levantar insumos para que a Supervisão Escolar e o Núcleo Pedagógico possam apoiar as equipes escolares com base em suas realidades.

Demais Recursos Tecnológicos - Para inspirar práticas inovadoras em sala de aula a fim de promover maior motivação, engajamento e participação dos alunos com o processo educativo os alunos da rede estadual tem à sua disposição a Plataforma Currículo+. São conteúdos digitais - vídeos, videoaulas, jogos, animações, simuladores e infográficos, articulados com o Currículo e disponibilizados após curadoria realizada por uma equipe composta por Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógico-PCNPs de diversas Diretorias de Ensino e representantes de todos os níveis de ensino. Desde o seu lançamento em 2014 até novembro de 2019, foram registradas 5.823.640 sessões no Currículo+ e 17.062.992 páginas visualizadas, cerca de 2 mil objetos digitais de aprendizagem e 40 atividades. Nessa frente, foi oferecido o mecanismo de suporte aos professores por meio do diário de classe digital, otimizando o tempo em sala de aula. O diário de classe é um aplicativo para que professores realizem o registro de notas e frequência dos estudantes. Atualmente, mais de 10 mil professores utilizando o novo aplicativo e propondo novas melhorias. Um avanço importante ocorrido foi o uso da tecnologia nas ações de matrícula. Em especial, ressalta-se que pela primeira vez os 3,5 milhões de alunos da rede estadual tiveram a possibilidade de realizar sua matrícula totalmente online, pelo site da Secretária e pelo Aplicativo Minha Escola SP. Durante o período de matrícula, o APP chegou a ser o mais baixado na categoria educação da Play Store. A chamada para matrícula também contou com parceria nos postos Poupatempo de todo o Estado que realizaram pela primeira vez, durante o mês de outubro, a inscrição de alunos interessados em ingressar na rede pública de ensino, facilitando a vida do cidadão. Será disponibilizada uma série de novos serviços da educação nos postos do Poupatempo como Boletim Escolar, Consulta de RA, Consulta Pública da Matrícula, Consulta pública de concluinte, declaração de matrícula e pedido de transferência de unidade escolar. Como parte das iniciativas para garantir o acesso à Educação, foi realizada a Campanha de Busca Ativa do público da Educação de Jovens e Adultos com objetivo trazer de volta alunos que em função de diversos motivos, não concluíram os seus estudos. Foram ações da campanha: Carta aberta à comunidade, vídeo de divulgação externa com a participação de alunos da EJA, divulgação dos períodos de matrícula na rede pública por meio de jornais, televisão, rádio, carro de som, cartazes, entre outras ações, de modo a atingir um maior público interessado.

Currículo e Regime de colaboração - Ao desenvolver a política educacional, em consonância com o Plano Estadual de Educação, a SEDUC vem implementando o regime de colaboração, que tem como objetivo contribuir com as aprendizagens dos estudantes para melhorar a qualidade da educação no território, além de pensar na integração da Educação Infantil com o Ensino Fundamental e deste com o Ensino Médio. Busca-se estruturar um Sistema Paulista de Educação em conjunto com os municípios com o foco na aprendizagem, apoiando-os em todo o Ensino Fundamental, especialmente na alfabetização das crianças até os 7 anos de idade, e na ampliação e qualificação da oferta da educação infantil para a universalização do acesso. Para tanto, o Currículo Paulista foi construído e vem sendo implementado em regime de colaboração. Foram 615 municípios que aderiram ao Currículo Paulista, maior número na história do estado. Além disso, a Secretaria de Estado irá apoiar os municípios em 2020 com materiais didáticos complementares e avaliação educacional, de forma gratuita. Com o Currículo, estado e municípios se uniram para formar professores em todas as diretorias de ensino e municípios. As diretrizes se referem à formação ofertada por meio de percursos formativos; matriz de competências; engajamento de diferentes perfis profissionais; política pública articulada em todos os níveis; oferta de tecnologias e ferramentas - Foco Aprendizagem, webconferência, entre outras; fortalecimento da autonomia local e regional; e ênfase no monitoramento e na avaliação das ações. Foram mais de 54 mil profissionais das redes estadual e municipais formados até novembro, com apoio da Escola de Formação de Profissionais da Educação – EFAPE. O movimento se inicia com a formação centralizada, cuja pauta é replicada para as equipes da Diretorias de Ensino, polos regionais da UNDIME e escolas. Até novembro, foram desenvolvidas pautas formativas em regime de colaboração sobre o percurso histórico da BNCC e do Currículo Paulista e também sobre o Currículo por área de conhecimento. Além disso, a parceria com os municípios foi ampliada na dimensão pedagógica com forte diálogo com as secretarias municipais, possibilitando que professores tivessem acesso a materiais e iniciativas de formação de novos programas como o Inova Educação. O estado também segue firmando parcerias para fornecimento de transporte, alimentação escolar e construção de creches, descritas adiante.

Gestão de Pessoas - A Secretaria tem atribuição de planejar, gerenciar, coordenar, controlar e executar atividades inerentes à gestão de recursos humanos para o quadro do magistério – QM - composto por 195.680 servidores, quadro de apoio escolar - QAE com 35.834 servidores e quadro de servidores da educação - QSE que conta com 4.464 servidores⁵. No que se refere a política de adequação de quadros do QM, em 2019 foram nomeados 3.156 docentes para o cargo de Professor de Educação Básica I – PEB I, perfazendo o total de 12.085 docentes nomeados entre os anos de 2015 e 2019. Foram aprovados neste Concurso 23.814 candidatos, e todos foram convocados no decorrer das 5 etapas de sessões de escolha de vaga. Quanto ao Concurso Público para Diretor de Escola/2017, a 2ª etapa de sessão de escolha de vaga foi realizada em novembro/2018 e resultou na nomeação de 397 servidores em dezembro/2018, com exercício a partir de janeiro, totalizando 2.235 candidatos nomeados no decorrer da vigência do certame. Outrossim, complementando as ações para a adequação do QM, deu-se prosseguimento às etapas do Concurso Público para Supervisor de Ensino, autorizado em 2018, para provimento de 372 cargos. Em março, os candidatos realizaram a prova e o certame encontra-se em fase de processamento da classificação final. Com relação ao QAE, está em curso a realização do concurso público para provimento de cargos de Agente de Organização Escolar, por meio do qual 1.494 candidatos escolheram vaga na 1ª etapa, realizada em janeiro e foram nomeados em junho. Por sua vez, foi publicada em DOE 10/10/2019, a autorização governamental para contratação temporária de 2.290 Agentes de Organização Escolar, sob responsabilidade das Diretorias de Ensino Regionais. No que diz respeito ao Gerente de Organização Escolar, assinala-se que foi proposta a prorrogação da vigência do processo de Certificação Ocupacional homologado em 27/07/2012, que resultou na extensão da validade do processo por mais 1 ano - conforme Despacho do Governador publicado em DOE de 23/08/2019, de tal sorte que os certificados dos servidores aprovados no referido processo permanecerão válidos até 27/07/2020. O intuito desta proposta foi viabilizar a adoção das providências necessárias para a realização de novo processo. Por fim, com referência ao QSE, deu-se

⁵ Fonte: Relatório de Totalização de Servidores, por cargo de exercício – CEPEA/DEPLAN/CGRH - Data Base: outubro/2019

prosseguimento às etapas do Concurso Público para Oficial Administrativo, o qual foi autorizado em 2018 para provimento de 167 cargos. Em fevereiro, os candidatos realizaram a prova e o certame encontra-se em fase de processamento da classificação final. No que se refere à política salarial, a evolução funcional pelas vias “acadêmica” e “não acadêmica”, que se consubstancia na passagem do nível em que o servidor se encontra enquadrado para outro, é um importante mecanismo de melhoria de remuneração para o QM. A evolução funcional acadêmica⁶ busca aprimorar o conhecimento do servidor por meio de mestrado ou doutorado cujo conteúdo tenha, como objeto principal, sua área/disciplina de atuação no Magistério Paulista. Até novembro, 4.109 professores - PEB I e II, Supervisores de Ensino e Diretores de Escola foram favorecidos. A evolução funcional não acadêmica⁷ valoriza o servidor que busca, entre os interstícios previstos na legislação, aperfeiçoar-se, atualizar-se, produzir artigos voltados para seu trabalho. Até novembro, 18.005 membros do QM fizeram essa transição. Já os servidores do QAE e QSE são avaliados por meio dos processos de Promoção e Progressão, também mecanismos de melhoria da remuneração. A primeira Progressão, que ocorre ao término do estágio probatório, beneficiou 2.621 servidores, titulares dos cargos de Oficial Administrativo, Executivo Público, Analista Administrativo, Analista Sociocultural, Agente Técnico de Assistência à Saúde, Agente de Organização Escolar e Secretário de Escola. Para o QAE, a Progressão⁸ foi regulamentada no ano de 2018 - Decreto 63.471, de 11/6/2018 e foram beneficiados, 19.824 servidores, referente ao ano base de 2015 e 20.883 servidores, nos cargos/função de Agente de Serviços Escolares, Agente de Organização Escolar, Secretário de Escola e Assistente de Administração Escolar, referente ao ano base de 2018.

O processo de Progressão⁹ para o Quadro da Secretaria da Educação – QSE, referente a 2015, encontra-se em tramitação. Com o processo de Promoção 2018, para o Quadro de Apoio Escolar¹⁰, foram promovidos 7.077 servidores. O Processo de Promoção do Quadro da Secretaria da Educação¹¹, referente aos anos base de 2016 e 2018, foi realizado pela Unidade Central de Recursos Humanos – UCRH, da Secretaria de Planejamento e Gestão, beneficiando 287 servidores. Já para o Processo de Promoção do Quadro do Magistério¹², foram promovidos entre PEB I, PEB II, Diretor de Escola e Supervisor de Ensino, em 2019, 5.294 servidores - ano base 2016 e 2.762 servidores - ano base 2017. Para o ano base de 2018, em atendimento ao mandado judicial, foram promovidos 207 Supervisores de Ensino, em 2019.

⁶ Prevista nos artigos 19 e 20, da Lei Complementar nº 836, de 27 de dezembro de 1997.

⁷ Prevista nos artigos 21 a 24, da Lei Complementar nº 836/1997, alterada pela Lei Complementar nº 958/2004 e Lei Complementar nº 1.143/2011.

⁸ Prevista nos artigos 19 a 24 da Lei complementar 1.144/2011, alterada pela Lei Complementar 1.248/2014, regulamentada pelo Decreto 63.471/2018.

⁹ Prevista nos artigos 22 a 27 da Lei Complementar 1.080/2008 e regulamentada pelo Decreto 57.782/2012 e alterado pelo Decreto 60.545/2014.

¹⁰ Prevista nos artigos 25 a 27 da Lei Complementar 1.144/2011, regulamentada pelo Decreto 58.648/2012

¹¹ Prevista nos artigos 28 a 31 da Lei Complementar 1.080/2008 e alterações posteriores.

¹² Prevista na Lei Complementar 1.097, de 27 de outubro de 2009, alterada pela Lei Complementar 1.143, de 11 de julho de 2011 e regulamentada pelo Decreto 55.217/2009, alterado pelo Decreto 60.650/2014.

Talentos em Rede - Além da adequação dos quadros, a SEDUC vem trabalhando em iniciativas que permitam identificar, desenvolver e reter os talentos dos profissionais da educação da rede estadual. Em outro eixo busca ações para promover um ambiente de trabalho saudável, valorizando e reconhecendo os profissionais da educação por critérios claros e justos para contribuir com a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Com esta finalidade, segue implementado um conjunto de ações para reformulação da legislação de atribuição de classes e aulas, redução do número de aulas sem atribuição, estímulo à permanência do docente em uma única sede de classificação, redução do absenteísmo, e elaboração de proposta acerca do Plano de Carreira. Destaca-se a iniciativa Líderes Públicos, cujo objetivo é profissionalizar a gestão de pessoas na rede adotando metodologia de seleção e avaliação de desempenho baseada em competências como liderança, resiliência e tomada de decisão. A implementação deste processo de seleção foi iniciada em 2019, com a seleção de pessoas para ocupar cargo de Dirigentes Regionais de Ensino. Foram mais de 1.200 candidatos para 34 vagas em todo o Estado. Ademais, está em curso a capacitação de equipe para implementação de programa para Desempenho e Desenvolvimento na SEDUC, com a finalidade de garantir que o foco das lideranças esteja voltado para ações que vão trazer melhorias na aprendizagem e dar o apoio necessário para que possam alcançar os objetivos do Plano Estratégico.

Profissionais da Educação para o Século XXI - Outro elemento fundamental na gestão de pessoas é a formação continuada dos servidores preparando-os para o desempenho de suas funções frente aos objetivos organizacionais e à implementação dos projetos prioritários. Nesse sentido, para educar os estudantes para o século XXI, é essencial formar os professores em sintonia com o Currículo Paulista e com a BNCC. Para tanto, foi iniciada a construção da Política de Formação do Magistério e a definição dos Referenciais de Atuação Docente de modo colaborativo com os profissionais da educação da rede estadual. A partir desses referenciais estão sendo definidas as competências e habilidades que subsidiarão a elaboração das ações formativas. No contexto das ações formativas, cabe à EFAPE Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”, a oferta das ações formativas. A EFAPE caracteriza-se por uma base articulada de tecnologias, dispositivos técnicos, processos, práticas e metodologias de formação, informação e capacitação, capazes de criar um sistema de trabalho interativo de largo alcance. Conta com a Rede do Saber, composta por ambientes físicos e virtuais, soluções tecnológicas e processos que suportam à operacionalização das ações de formação de professores e demais iniciativas da Pasta. Dentre os ambientes físicos incluem-se auditórios e salas para atividades presenciais, estúdios de geração para a transmissão de videoconferências e streaming, ambientes descentralizados para a recepção de conteúdos e atividades locais, central de operações para o gerenciamento centralizado de todas as atividades. A estrutura considera, ainda, solução de web-conferência e ambiente virtual de aprendizagem - AVA. Ao longo do ano, a EFAPE manteve sua proposta de enfatizar o Ensino à Distância como estratégia de formação continuada dos quadros da SEDUC, por meio de cursos organizados em três eixos: I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica e suas Modalidades, II – Gestão Educacional, III – Grandes Temas da Educação. Os cursistas atendidos - presencial, híbrida ou ensino à distância, dividiram-se conforme a Tabela 1. Neste ano também participaram cerca de 16.000 cursistas da rede municipal.

Eixo	Vagas/Inscritos	Porcentagem
Eixo I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica, suas Modalidades e Atendimentos Específicos	683.576	92,0%
Eixo II – Gestão Educacional	8.097	5,1%
Eixo III – Grandes Temas da Educação	13.558	1,1%
Ações formativas que abordam mais de um eixo	38.160	1,8%
Total	743.391	100%

Tabela 1: Distribuição dos cursistas por eixo

Fonte - Data-base: DEPEC/EFAPE - Acumulado janeiro a outubro de 2019

Das iniciativas formativas, é válido destacar a seguir aquelas que foram desenvolvidas no sentido de fortalecer as políticas pedagógicas da SEDUC. Cursos para implantação do INOVA Educação: Para implementação dos novos componentes do INOVA Educação a saber: Projeto de Vida, eletivas e Tecnologia, a SEDUC propôs atividades de formação de modo a subsidiar a prática de seus profissionais. Articulando com toda a secretaria, a ação formativa foi iniciada de forma centralizada, com orientação de continuidade às DE, que por sua vez, multiplicaram às UE de sua região. Em continuidade, a SEDUC, por meio da EFAPE, iniciou esse processo com a oferta de três cursos, a distância e auto instrucionais, com duração de 30h para cada um dos novos componentes curriculares, complementados com mais três cursos para aprofundamento dos novos componentes curriculares com mais 30h de formação cada, totalizando 60 horas de curso. Curso Específico de Formação aos Ingressantes Diretores de Escola: Constitui parte integrante do estágio probatório e tem como objetivo potencializar a ação dos diretores de escola da Rede Pública Estadual Paulista. O curso é oferecido pela EFAPE em parceria com a COPED, atendendo ao disposto na Resolução SE 52/2013 e ao artigo 1º da Lei Complementar nº 1.256/2015 com estudos referentes ao seu campo de atuação conforme a Resolução SE 56/2016. Formação dos Supervisores de Ensino responsáveis pelo Encontro Presencial dos Diretores Ingressantes: Trata-se de uma ação de formação continuada que oportuniza aos supervisores de ensino aprofundarem e ampliarem seus conhecimentos técnicos para conduzir os encontros presenciais com Diretores de Escola Ingressantes que contam com 25% da carga horária do curso semipresencial do Curso Específico de Formação para esse público. Educando para boas escolhas online - uso seguro e consciente da Internet: Curso ofertado para os servidores do QAE com objetivo incorporar a temática do uso seguro e consciente da Internet na composição dos projetos pedagógicos das escolas dada transversalidade do Currículo, compartilhando orientações e materiais paradigmáticos. I Seminário EFAPE Aprendizagens: realizado com o propósito de oferecer atividades ligadas aos assuntos de maior interesse manifestados pelos servidores da Educação e que contribuam para ampliar o seu repertório profissional e pessoal. Sua programação foi voltada a todos os quadros da SEDUC, Secretarias Municipais de Educação e público voltado à Educação, sendo composta por oficinas presenciais, feira de troca de livros, mesas-redondas, compartilhamento de práticas, palestras com transmissão para os ambientes das diretorias de ensino e visitas monitoradas a espaços culturais da Cidade de São Paulo. Conversas Sobre as Juventudes: Os Seminários Regionais denominados “Conversas sobre as Juventudes”, tiveram por objetivo a escuta efetiva de alunos, professores e gestores para apoiar a implementação dos componentes do INOVA na Rede Estadual em suas diversas modalidades e segmentos. Concursos Educacionais 2019: Em alinhamento com os Programas e ações da SEDUC, o Centro de Referência em Educação “Mário Covas” – CREMC - elabora, acompanha e divulga Prêmios e Concursos Educacionais, propondo e realizando como subsídios formação aos Profissionais da Educação em formato virtual e presencial. Os alunos participantes dos concursos mobilizam-se na ampliação da formação cultural, social e intelectual, no exercício de reflexão crítica, na exploração da diversidade e das singularidades das artes visuais. Enquanto leitores e produtores de práticas artísticas os participantes têm ainda a oportunidade de conhecer e explorar diversas práticas de linguagem - artística, corporal e linguística - em consonância com o Currículo Paulista e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Comunicação e Engajamento - Nesse momento de implementação dos projetos prioritários, uma boa comunicação é essencial para alinhamento de objetivos estratégicos, promoção de engajamento e fortalecimento da confiança. Estruturas organizacionais complexas como a Secretaria da Educação dependem de canais internos de comunicação para manter sua identidade e integridade institucional e política, assim como para promover a escuta da comunidade escolar. A comunicação para a rede busca engajá-la em torno da missão, da visão e dos objetivos estratégicos da secretaria, criando um ambiente de abertura, escuta, transparência e proximidade por meio da disponibilização de canais institucionais de comunicação; mobilizando a sociedade, as famílias, os professores e os estudantes, de forma que todos estejam engajados e comprometidos com a melhoria da aprendizagem. Esses canais serão descritos a seguir, A Intranet Espaço do Servidor é direcionada exclusivamente para servidores da rede estadual com publicação de notícias, informações e comunicados da Pasta. O canal institucional conta com um espaço para materiais que facilitem a vida do servidor, como processos administrativos, tutoriais e manuais, além de cadernos, avaliações diagnósticas de aprendizagem, que auxiliam o dia a dia do professor em sala de aula. Os acessos somam 253.363 visualizações de páginas, 173.523 visualizações de páginas únicas com tempo médio na página de 00:01:28. A taxa de aprovação é cerca de 79%. Esse canal está sendo remodelado e, ainda em 2019, começa a ser adaptado para a uma nova versão do Sharepoint na Microsoft, o que vai torná-lo mais moderno e dinâmico. Com a nova atualização da plataforma, será possível aumentar a interatividade entre os servidores, com os botões de curtidas e aviso de resposta aos comentários. Quanto à comunicação externa, o foco nas ações prioritárias da Pasta, para desenvolver campanhas estratégicas, contemplando todas as plataformas de comunicação disponíveis na secretaria, direcionadas ao público interno, bem como um vasto repertório de materiais e planejamento para o público externo: veículos de imprensa e formadores de opinião, entre outros. Foram elaborados 508 releases ao longo do ano e veiculadas na mídia mais de mil reportagens mensais relacionadas à Educação, sendo 397 em impressos, 177 em emissoras de televisão e 231 em emissoras de rádio, e 228 em portais de internet. Quando analisadas a repercussão e o alcance do Portal - www.educacao.sp.gov.br, foram mais de 10,5 milhões de acessos. Foram produzidas cerca de 105 matérias por mês. No Youtube 137 vídeos publicados com mais de 712,2 mil visualizações no ano. Em novembro, a página da Secretaria da Educação no Facebook chegou aos 351.228 mil fãs. Ao longo do último ano, 719 publicações e 254.572 mil interações, sendo 160.159 reações, 35.126 comentários e 59.287 compartilhamentos. No Twitter foram 1.113 publicações, 54 perguntas

respondidas e 2.529 interações. No Instagram foram 780 publicações, 13.040 mil interações e 60 perguntas respondidas. Está disponível também o Centro de Atendimento, canal oficial de atendimento aos usuários da SEDUC, abrangendo atendimento telefônico 0800 - ativo e receptivo, e-mail, SIC – Sistema de Atendimento ao Cidadão; SMS, Portal de Atendimento CRM - atendimento.educacao.sp.gov.br, NAC – Núcleo de Atendimento ao Cidadão, da Casa Civil e atendimento pessoal.

As métricas e indicadores, mostram cerca de 300 mil atendimentos realizados até o momento, descritos na Tabela 2.

Tipo de Atendimento	Quantidade	Tipo de Atendimento	Quantidade
Atendimento Eletrônico/URA	3.685	Protocolo	124.616
Atendimento Presencial	2.241	E-mail/SMS	19.738
SIC	750	NAC	730
Ligações Ativas	4.718	Portal CRM	26.625

Tabela 2: Totais por canal de atendimento

Fonte - data base: Centro de Atendimento - SIC maio; demais categorias outubro.

A SEDUC investiu na consolidação do Portal de Atendimento Customer Relationship Management – CRM - Gestão do Relacionamento com o Cliente, com os objetivos de: unificar a comunicação e fornecimento de informações; gerar indicadores e métricas para os gestores; além de aumentar a eficiência e a qualidade do atendimento aos usuários da Secretaria. Está em andamento a expansão do uso do CRM com mapeamento e redesenho dos processos internos e externos da plataforma Microsoft Dynamics 365, para abranger o atendimento prestado por todas as áreas da SEDUC e FDE. Ressalta-se que foi disponibilizado para a rede uma nova ferramenta de gestão da informação, o BI da Educação. A ferramenta fornece diversas informações, como número de matrículas, tipo de ensino oferecido por escola, total de docentes por escola, total de aulas sem professor, total de recursos transferidos por escola, nome e contato do diretor e resultados educacional. De forma prática e intuitiva, visa subsidiar os gestores com dados para planejamento, reuniões, atendimento de solicitação de informações.

Gestão Institucional da SEDUC - No tocante à gestão da rede, o desafio principal é mitigar os efeitos da baixa eficiência operacional, que desviam o foco do essencial: a aprendizagem dos estudantes. Modernizar, informatizar e sistematizar as atividades operacionais de suporte, como alimentação escolar, transporte escolar, limpeza, manutenção e obras são condições necessárias para aumentar a eficiência operacional da Secretaria, ao garantir agilidade na aquisição e na gestão de bens e serviços. Essa necessidade se traduz nos projetos prioritários Novo Modelo de Gestão e Compliance - Conformidade; Eficiência Operacional e Serviços de Apoio ao Aluno; Escola+Bonita e Escola Mais Segura.

Novo Modelo de Gestão e Compliance - Conformidade - Este projeto tem como objetivo estruturar o novo modelo de gestão da secretaria, ajustar a estrutura organizacional para implementação dos projetos prioritários. Para isso, foram iniciados mapeamento e redesenho de processos prioritários com alguns deles automatizados. Destaca-se para tornar a gestão documental mais eficiente e sustentável, a implantação do Programa SP Sem Papel nos Órgãos Centrais e Diretorias de Ensino. A Secretaria foi pioneira na implantação do programa, que institui o ambiente digital de gestão documental, a ser utilizado por todo o estado, a fim de eliminar gradualmente o trâmite de papel. Em apenas três meses de implantação, foram produzidos mais de 293 mil documentos digitais, o que equivale a uma economia de cerca de 1,6 milhões de folhas de papel. Em novembro, todas as escolas da rede estadual iniciaram a utilização do sistema, aumentando a expectativa de economia. No total, foram cadastrados mais de 34 mil usuários no sistema.

Eficiência Operacional e Serviços de Apoio ao Aluno - Esse projeto tem como objetivo aumentar a eficiência operacional da Secretaria por meio de sistemas informatizados, melhorias na prestação dos serviços de transporte escolar, limpeza, alimentação escolar e nas demais atividades administrativas e operacionais, visando reduzir o volume de atividades realizadas nas diretorias de ensino e nas escolas para que o foco seja a aprendizagem de todos os estudantes. Dentre os serviços de apoio ao aluno destacam-se a alimentação escolar e o transporte escolar. A alimentação escolar é ofertada por meio do gerenciamento direto ou indireto do fornecimento de refeições para os alunos de educação básica da rede pública estadual, com uma cobertura de 645 municípios. Conforme diretrizes gerais do Governo Federal e específicas da Secretaria da Educação, é executado o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - através de dois sistemas: Centralizado e Descentralizado. O formato descentralizado se realiza pela assinatura de convênio entre a SEDUC e o município e implica o repasse de recursos financeiros, tanto do Governo Federal - através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE, quanto do Governo Estadual, sendo a Prefeitura Municipal responsável pelo gerenciamento direto do Programa - inclusive para as escolas da Rede estadual. A Secretaria de Estado da Educação anualmente renova o termo de anuência pelo qual o prefeito assume o compromisso, perante o FNDE, de atender aos alunos matriculados nas escolas estaduais localizadas no município; da assinatura deste termo depende o repasse dos recursos federais destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Caso o município opte pela não renovação, a SEDUC passa a atender os estudantes no sistema centralizado. O sistema descentralizado abrangeu 1.149.227 alunos nas unidades escolares e em 524 municípios que gerenciam diretamente o Programa, elaborando seus próprios cardápios, realizando suas compras, administrando seus estoques, entre outras atribuições; cabe à SEDUC, realizar a reposição de equipamentos básicos da cozinha, o suprimento de utensílios básicos - para escolas novas e a reposição de utensílios - para as demais; além da reposição de itens destinados ao suporte de atividades da merenda, no âmbito da escola. Os valores repassados pela SEDUC, se mantiveram inalterados em relação a 2018, sendo R\$ 0,94 por aluno/dia no ensino regular e R\$3,68 por aluno/dia para o integral. Os valores repassados pelo governo federal também foram mantidos em relação a 2018, em R\$ 0,36 no período regular e R\$ 1,07 no período integral. Quanto ao sistema centralizado, houve um aumento no número de municípios atendidos passando de 109 municípios para 121. Atualmente o Departamento de Alimentação Escolar da SEDUC atende 1.464,985 milhões de alunos comensais/dia, em 3.395 unidades escolares de 121 municípios. Nesse formato, a área responsável na Pasta planeja, define o cardápio e realiza todas as atividades para a

operacionalização do Programa, incluindo o planejamento, a aquisição dos alimentos, a estocagem, a distribuição, o controle dos alimentos, a supervisão e a avaliação do PNAE. Os dados de logística evidenciam o tamanho da operação, conforme a Tabela 7.

Dados de Logística – Sistema Centralizado	
Capacidade de armazenamento no Centro de distribuição de Cajamar	5.752.000 quilos
Número de caminhões e motoristas	70
Fornecedores de alimentos	36
Quilômetros percorridos por ano (estimativa)	620.000,00

Tabela 7: Dados da logística do sistema centralizado de alimentação escolar
Fonte - data base: Sistema SAESP II - novembro

Desde agosto, a SEDUC vem passando por um processo de atualização dos processos de manipulação e preparo de alimentação balanceada para os alunos da rede pública estadual. Nesse período, foram analisados 69 ajustes contratuais. Atualmente a rede estadual conta com 43 nutricionistas, sendo 37 nas Diretorias de Ensino e 6 no Órgão Central. Os profissionais da equipe central realizaram 22 treinamentos de boas práticas de manipulação para 445 Agentes de Serviços Escolares e 98 visitas de supervisão às unidades escolares, no período de fevereiro a novembro. As nutricionistas alocadas nas Diretorias de Ensino realizaram 901 visitas às unidades escolares, bem como 3 treinamentos de boas práticas de manipulação para 52 Agentes de Serviços Escolares, até outubro. Foram capacitadas 8.111 preparadoras de alimentação escolar e Agentes de Serviços Escolares – ASEs - sendo 7.666 funcionárias capacitadas pelas nutricionistas de suas respectivas empresas terceirizadas. Destacaram-se, na área de Alimentação, as seguintes ações: SAESP II - O Sistema de Gerenciamento da Alimentação Escolar – SAESP II está sendo gradativamente migrado para a plataforma da Secretaria Escolar Digital – SED dar celeridade e usabilidade a todas as operações relacionados ao gerenciamento da alimentação escolar. Além disso, foram desenvolvidas funcionalidades para gerenciamento de contratos e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros nas escolas. Atendimento dos alunos com patologias relacionadas à alimentação: conforme Resolução CD/FNDE nº 26/2016, a Secretaria realiza atendimento nutricional diferenciado aos alunos que apresentam algum tipo de patologia relacionada à alimentação. Foram realizadas 215 visitas, abrangendo patologias distintas. Os casos mais recorrentes de alunos com patologias foram intolerância à lactose; Diabetes Mellitus e alergia à proteína do leite de vaca -APLV. Gêneros Alimentícios: a SEDUC está revisando todos os Termos de Referência e demais documentos que compõem a instrução dos processos licitatórios, a saber: revisão das especificações técnicas dos produtos obedecidas as legislações vigentes e as disposições do PNAE-FNDE; revisão das opções de embalagens, objetivando ampliar a competitividade nas licitações e reduzir os preços dos produtos; melhoria do controle de qualidade durante a fase licitatória e após as contratações; atualização das condições do fornecimento e, revisão das quantidades estimadas para demonstrar de forma fidedigna a projeção do consumo/produto. Além disso, vem priorizando a oferta de alimentos in natura ou minimamente processados, conforme recomendações do Guia Alimentar para População Brasileira e da Resolução CD/FNDE nº 26/2013. Agricultura Familiar: a SEDUC retomou as compras de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar com recursos do FNDE-PNAE. Considerando o bom êxito nessas compras, para 2020 a SEDUC deverá lançar novos chamamentos públicos visando o aumento da oferta desses gêneros, bem como a inserção de novos produtos produzidos por agricultores familiares. De acordo com os resultados dos referidos chamamentos públicos, as compras de gêneros alimentícios iguais ou similares por meio de licitação deverão ser reduzidas. As compras de produtos hortifrutigranjeiros se deram por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços, divididos em lotes/região. Sob a orientação do órgão central, as compras foram realizadas pelas Diretorias Regionais de Ensino, cujas escolas pertencem ao sistema centralizado do Programa de Alimentação Escolar. Considerando que os produtos hortifrutigranjeiros são de características perecíveis, sendo entregues semanalmente e/ou quinzenalmente nas escolas, a descentralização das compras, permite que os gestores fiscalizem a distribuição e a qualidade dos produtos nas escolas de sua jurisdição, providenciando a rápida substituição dos produtos em desconformidade junto aos fornecedores, evitando desabastecimento deste objeto. Terceirização Total: foram realizados estudos para o desenvolvimento de um novo Projeto Básico/Termo de Referência, visando a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de gestão da alimentação escolar, visando ao preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, que atendam aos padrões nutricionais e dispositivos legais vigentes aos alunos regularmente matriculados em unidades escolares da rede estadual de ensino, mediante o fornecimento dos gêneros alimentícios e demais insumos necessários, fornecimento dos serviços de logística, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e mobiliários utilizados, adequação das cozinhas e despensas em atendimento à norma da Vigilância Sanitária e padrões da Contratante, serviços de manutenção predial com pequenos reparos eventuais, fornecimento de mão de obra treinada para a preparação dos alimentos, distribuição, controle, supervisão, limpeza e higienização de cozinhas e despensas das unidades escolares. Em outubro, a SEDUC realizou uma Consulta Pública, visando a oitiva da população, das entidades organizadas da sociedade e de empresas especializadas, com o intuito de divulgar e realizar a coleta de informações, sugestões e outros elementos que viabilizem a contratação do referido serviço. Outro serviço de apoio ao aluno, o transporte escolar consiste em uma política assegurada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, no artigo 4, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu artigo 54, com o objetivo de promover o acesso do alunado às escolas, condição básica para a garantia do direito à educação. A existência de diferentes realidades municipais, no que diz respeito à disponibilidade do transporte público e a necessidade de atender ao aluno que não consegue utilizar o sistema regular, tornam, ainda, mais complexa a gestão do deslocamento dos estudantes. O transporte foi ofertado pela celebração de convênios com prefeituras ou pela contratação direta por parte das Diretorias de Ensino. Os números são apresentados na Tabela 8.

Transporte - forma de execução	Nº de alunos
Convênios com os municípios	256.873

Convênio com a EMTU	4.972
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno regular	63.050
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno com deficiência	3.859
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno com deficiência e regular (modelo unificado de contratação)	20.351
Passe escolar contratado pelas Diretorias de Ensino	28.116

Tabela 8: Número de alunos atendidos nas diferentes modalidades de execução
Fonte - data base: Controle de Contratos do Departamento de Serviços de Transporte- Novembro

Cabe o esclarecimento de que o convênio com a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU diz respeito ao Serviço Especial LIGADO, que oferece transporte adaptado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, ao custo, para 12 meses, de R\$ 123 milhões. Sobre os convênios com os municípios, atualmente são 600 prefeituras que participam do programa de transporte escolar estadual gratuito à luz do Decreto nº 48.631/2014, que “Autoriza a Secretaria da Educação a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios Paulistas, objetivando a transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção de Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino” de forma homogênea e igualitária. Somando o quantitativo de alunos estaduais e dos municípios, este programa transporta, em média, 377.221 alunos dia em todo o estado de São Paulo. As tabelas a seguir ilustram os valores executados. A Tabela 9 trata dos convênios com os municípios, nos quais a SEDUC faz o repasse do valor e a Prefeitura complementa sob forma de contrapartida. A Tabela 10 apresenta a contratação descentralizada nas Diretorias de Ensino.

SEDUC/Prefeitura	Valores nominais	Porcentagem
Repasse SEE	R\$ 668.605.103,42	55,10%
Contrapartida das Prefeituras	R\$ 300.238.778,55	44,90%
Valor Total	R\$ 968.843.881,97	100%

Tabela 9: Valores relativos ao transporte de alunos – repasses
Fonte - data base: Secretaria Escolar Digital - novembro

Modalidade	Número de alunos	Valor estimado (contratos)
Transporte regular (passe escolar + fretamento)	91.166	R\$ 206.280.207,10
Transporte especial	3.859	R\$ 118.880.700,19
Transporte Unificado	20.351	R\$ 23.052.810,32

Tabela 10: Valores relativos ao transporte de alunos – modalidade
Fonte - data base: Controle de Contratos do Departamento de Serviços de Transporte – Novembro

Na área de Transporte, destacam-se as seguintes ações em andamento: revisão dos critérios de elegibilidade e regras que disciplinam o transporte escolar da rede estadual, de forma a consolidar a política, dando maior clareza e coerência à prestação do serviço e atendimento ao aluno que dele necessita; levantamento dos dados e informações fundamentais acerca do transporte escolar no estado de São Paulo pulverizados em sistemas não integrados, com o objetivo de sanar conflitos e discrepâncias e proporcionar visão global do serviço prestado aos gestores da SEDUC; realização de estudos para melhorias do atual modelo de convênio de transporte escolar estabelecido entre a SEDUC e os 600 municípios, considerando a redução de intervenientes político-econômicos e utilização de critérios mais objetivos para distribuição equitativa de recursos aos municípios; e desenvolvimento de ferramentas sistêmicas para auxílio na gestão do transporte escolar, como: Criação do Menu na plataforma SED para Gestão dos Serviços - a princípio Manipulação, Limpeza e Transporte, com objetivo de controlar vigências, tramitação processual e controle de informações dos procedimentos contratuais - Licitação, com integração aos sistemas financeiros da Secretaria de Estado da Educação. Quanto às demais entregas previstas no escopo do projeto, a SEDUC iniciou a atualização do parque tecnológico das escolas e das unidades administrativas. Atualmente as unidades escolares contam com um parque tecnológico defasado e pouco adequado às necessidades do século XXI. As escolas estão equipadas com desktops fixos, sendo a última aquisição realizada em 2013. Ainda, as escolas não contam com access points para acesso à internet sem fio nas salas de aulas e ambientes de uso pedagógico. A fim de reverter esse quadro, neste ano foram iniciados processos licitatórios para aquisição de novos desktops para uso administrativo, notebooks para uso pedagógico acompanhados de estações de recarga móvel, assim como access points. Ao longo do ano foram realizadas audiências públicas para cada um dos objetos descritos, a fim de discutir com o mercado as especificações técnicas dos equipamentos a serem comprados. Também está sendo ampliada a banda larga em todas as escolas que contam atualmente com uma conexão inferior a 8mb ou que estão com saturamento em sua internet. O objetivo é ampliar a quantidade de escolas na rede que contam com uma conexão estável e de qualidade, possibilitando o uso de ferramentas pedagógicas mais avançadas nos laboratórios de informática e, futuramente, nas salas de aula por meio dos novos equipamentos a serem adquiridos. Outro elemento da eficiência operacional é o desenvolvimento de sistemas para aprimoramento da gestão, implementados ao longo deste ano. Destaca-se a nova ferramenta de CRM que está sendo colocada em uso para melhorar o monitoramento e tempo de respostas às ocorrências que entram no portal de atendimento do Secretário, as melhorias nos sistemas de contratos e nos relatórios gerenciais de contratos e as melhorias nos sistemas de atribuição de aulas. Entre os novos modelos de prestação de serviços de suporte à educação, o Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, instituído por força da Lei Estadual nº 11.688, de 19/5/2004, incluiu em sua Carteira do Programa Estadual de Parcerias a proposta da Secretaria da Educação de construção de novas escolas contemporâneas via Parceria Público-Privada para o aumento da oferta do Ensino Médio em tempo integral - PEI ou do regular diurno no âmbito da instalação de infraestrutura adequada e moderna

incluindo a gestão dos serviços de apoio não-pedagógicos com o objetivo de incrementar o tempo dedicado à gestão pedagógica pelo Estado, redução do abandono escolar e a oferta de salas multidisciplinares alinhadas com o Novo Ensino Médio. Ressalta-se como contribuição à eficiência operacional, a criação do Programa Estadual Dinheiro Direto nas Escolas – PDDE Paulista, instituído pela Lei nº 17.149, de 13/9/2019, com o objetivo de prestar assistência financeira suplementar às escolas públicas da educação básica da rede estadual paulista, a fim de promover melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, com vistas a fortalecer a participação da comunidade e a autogestão escola no contexto da gestão democrática, e conseqüentemente a elevação do desempenho escolar. Com o PDDE-Paulista, há maior agilidade nas transferências diretas de recursos da Secretaria da Educação para as APMS - Associações de Pais e Mestres. Para uso dos recursos, por meio do sistema informatizado, as escolas elaborarão um plano de aplicação, quando couber, e prestarão contas de forma simplificada. Como Instância Colegiada, a Associação de Pais e Mestres – APM, é uma instância auxiliar da escola e tem a finalidade de colaborar no aprimoramento do processo educacional e na integração família-escola-comunidade. Recebe verbas públicas e doações que podem contribuir para a conservação do prédio e de suas instalações. As atividades da APM estão previstas no Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo Conselho de Escola. Acrescenta-se que a Gestão Democrática na escola também está fortalecida pela atuação do Grêmio Estudantil. Organizados em uma diretoria representativa, escolhida democraticamente, a ação gremista permite ao estudante ter voz na administração da escola e contribuir para sua melhoria manifestando opiniões e apresentando suas ideias. Atualmente, 4.773 escolas públicas do Estado de São Paulo, 96,2% das escolas regulares, contam com uma diretoria gremista eleita, pelo voto direto de seus pares, e já desenvolvem trabalhos de grande qualidade o que tem gerado um incentivo ao protagonismo juvenil e aprendizado constante para uma cidadania plena.

Escola+ Bonita, Infraestrutura, Serviços de Apoio ao Aluno - A viabilização das atividades em sala de aula depende, dentre outros, da provisão de alimentação e de transporte e das intervenções na infraestrutura física tecnológica. No que se refere à gestão da infraestrutura, a SEDUC é responsável, por planejar a expansão, as reformas e as manutenções da rede física escolar. As execuções ficam a cargo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, como braço operacional, que por sua vez elabora estudos técnicos para viabilização das obras a serem feitas, contrata e analisa os projetos executivos completos, elabora os orçamentos e executa as obras públicas junto às empresas do setor de construção. No caso de creches, a FDE presta suporte técnico para as obras realizadas por meio de convênios que definem as prefeituras como executoras, existindo ainda - a partir de 2017, a possibilidade de a própria FDE licitar e gerenciar a execução das creches. Entre os principais tipos de obras realizadas destacam-se: expansão da rede - construção e ampliação de escolas, aumentando a capacidade de atendimento onde necessário; manutenção dos prédios existentes, incluindo os restauros de edificações tombadas pelo patrimônio histórico e cultural; substituição de prédios e salas; adequação das edificações para atender a programas específicos, como as Escolas de Ensino Integral; melhorias dos prédios - adequação dos prédios quanto à acessibilidade e segurança contra incêndio, bem como a construção de ambientes que não sejam salas de aula, como por exemplo cozinhas e refeitórios; e cobertura de quadras de esportes. Quanto às atividades, o quadro de intervenções apresenta-se conforme a Tabela 3. No que diz respeito às obras executadas pela FDE junto às prefeituras as atividades constam da Tabela 4.

Obras FDE	Licitação		Em andamento		Concluídas		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Obras Novas	4	33.961	6	21.201	0	0	10	55.162
Ampliação	0	0	0	0	1	5.531	1	5.531
Acessibilidade	2	8.092	0	0	4	4.227	6	12.319
Cobertura de quadra	0	0	0	0	0	0	0	0
Reforma	86	20.972	13	5.524	12	12.543	111	39.039
Creche	3	7.463	66	118.04	0	000	69	125.503
Total	95	70.488	85	144.765	17	22.301	197	237.554

Tabela 3: Obras executadas pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação
Fonte -data-base: FDE – novembro

Obras Prefeituras	Licitação		Em andamento		Concluídas		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Obras Novas	0	0	2	6.232	1	1.730	3	7.962
Ampliação	0	0	1	0,638	1	1.418	2	2.056
Reformas	0	0	0	0	0	0	0	0
Adequação	0	0	0	0	1	0,617	1	0,617
Creches	7	14.453	174	282.103	21	32.406	202	328.962
Total	7	14.543	177	288.973	24	36.171	208	339.597

Tabela 4: Obras executadas pela FDE junto às Prefeituras
Fonte-data base: FDE – novembro

Importante destacar que foi iniciada a implementação do Projeto Escola+Bonita que tem como objetivo melhorar a infraestrutura física das escolas da rede estadual, visando adequar os

ambientes de aprendizagem para a educação para o século XXI. O projeto prevê manutenção, pintura e reformas de escolas em todo o Estado. As obras estão sendo feitas gradativamente com base em critérios de prioridade e de análise técnica. As contratações para as intervenções menores estão ocorrendo neste momento com previsão de início imediato e as de maior porte estão previstas para o começo de 2020. Salienta-se também que houve um volume expressivo de repasses de recursos de manutenção preventiva para execução de serviço de maneira descentralizada pelas unidades escolares, através de suas APMs. Foram 1.071 escolas inseridas no programa de pintura no âmbito do Escola+Bonita, com total repassado de 24,15 milhões; e outras 2.173 unidades recebendo recursos para manutenções urgentes e prioritárias, que totalizaram R\$ 35,5 milhões. Somam-se os recursos repassados às Diretorias de Ensino por Crédito Direto para atendimento às unidades escolares, por meio de contratações efetuadas por pregão eletrônico ou dispensa de licitação devidamente qualificada, sendo disponibilizado à rede estadual de ensino, até o momento, R\$ 14,76 milhões. Quanto à aquisição e distribuição de mobiliário para ambientes escolares e administrativos com apoio da FDE, as especificações seguem os critérios estabelecidos pela ABNT - NBR 9050 – Acessibilidade de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Os números estão apresentados na Tabela 5.

Descrição	Quantidade	Investimento
Mobiliários	224.840	R\$ 52.900.002,05
Equipamentos	3.827	R\$ 11.900.602,85
Utensílios	*	R\$ 982.849,62
Total	228.667	R\$ 65.783.454,52

Tabela 5: Aquisição de mobiliário - *O Sistema de Gestão Dinâmica de Administração Escolar - GDAE não discrimina as aquisições quando se trata de utensílios, fornecendo somente o valor de investimentoFonte - data base: CISE - novembro

Além das condições de infraestrutura e mobiliário, no início do ano letivo, cerca de 3,5 milhões de alunos da rede estadual recebem um kit de material escolar, definido em conjunto entre a FDE e a SEDUC. O kit é organizado de acordo com o nível de ensino e possui mais de 12 itens de material. As aquisições constam da Tabela 6 e foram realizadas por meio de duas atas de registro de preços Ata 36/00287/17 e Ata 36/00590/18, com valor unitário variando de R\$ 25,75 a R\$ 38,4.

Descrição	Quantidade	Valor Total
Kit Material Escolar - E.M.	1.494.905	R\$ 48.682.736,93
Kit Material Escolar - E.F II	1.401.275	R\$ 41.620.819,82
Kit Material Escolar - E.F I	629.273	R\$ 21.317.511,24
Total	3.525.453	R\$ 111.621.067,99

Tabela 6: Kits escolares
Fonte - data base: FDE – novembro

Ainda no contexto dos materiais, a SEDUC conta com a Rede de Suprimentos. Trata-se de um sistema inovador na logística pública, pelo qual todas as mais de 5 mil escolas da rede são abastecidas com materiais de escritório, informática e limpeza, desburocratizando o processo de compra de produtos. Um dos benefícios dessa ferramenta, que conta em torno de 1.300 produtos, é desonerar o trabalho do diretor da escola das tarefas relacionadas à aquisição e entrega de materiais. A escola faz a requisição dos itens de que necessita e, após a confirmação, os produtos são entregues diretamente à unidade escolar. Foram investidos R\$ 31,2 milhões na Rede de Suprimentos até o momento.

Escola Mais Segura - A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo implementou o Sistema de Proteção Escolar- SPEC desde 2010 a fim de contribuir para a segurança nas escolas. Ao longo desses anos as linhas de ação previram a atribuição de aulas a um professor para a mediação de conflitos, a gestão de videomonitoramento e do sistema de Registro de Ocorrências Escolares - ROE e a articulação com o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Atualmente, como resposta às demandas por maior segurança nas escolas foi proposta a reformulação instituída por meio do Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar – ConvivaSP pela Resolução 48/2019. A implantação deste programa busca combater a violência nas escolas, através da organização de uma estrutura que reúne ações intencionais, planejadas e sistemáticas de melhoria da convivência diária entre alunos, e destes com todos os agentes escolares no dia-a-dia da vida na escola. Para isso, as escolas implementarão o Método de Melhoria da Convivência Escolar – MMCE alicerçado em quatro bases: Clima escolar: ações que propiciam comunicação construtiva na intervenção aos problemas de indisciplina e ambiente cooperativo na sala de aula; Assembleias e rodas de conversa: criação de espaços democráticos que permitam a reflexão coletiva sobre as dificuldades que comprometem o bom andamento da rotina da sala de aula; Sistema de Apoio entre Iguais – SAI: implantação de equipes de ajuda constituídas por alunos que garantam o protagonismo na prevenção do bullying e no apoio dos pares que ainda não conseguem resolver seus problemas de maneira assertiva; Câmaras de mediação de conflitos: espaços institucionalizados de mediação dos conflitos, como as câmaras de mediação em que os conflitos podem ser resolvidos com o apoio de representantes dos pais e mães, docentes, funcionários, gestores, alunas e alunos de cada escola, superando, assim, condutas judicializantes. Até o momento foram realizados: encontro entre diretores das cinco mil escolas da rede e batalhões da Polícia Militar abordando estratégias de segurança nas unidades escolares; seminário “O desafio da segurança escolar” para identificar formas de aperfeiçoamento da segurança nas escolas, contando com a colaboração de organizações governamentais e não governamentais; mobilização Setembro Amarelo por meio de atividades como o Dia D – Valorização da Vida e de percursos formativos com roteiros a serem desenvolvidos nas Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo-ATPCs ao longo do mês de setembro; e aplicação do questionário de clima escolar com objetivo de apoiar as escolas no diagnóstico nas dimensões de relações sociais e conflitos na escola.

SECRETARIA DE ESPORTES

De acordo com o Decreto nº 64.059, de 1/1/2019, o nome da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude foi alterada para Secretaria de Esportes. Realizações, ações e programas efetuados no período 2/1 a 31/12 - O quadro abaixo resume a Execução Orçamentária da Secretaria de Esportes - SEESP:

Orçamento Geral

	Orçamento Atual	Empenhado	Liquidado
Despesas Correntes	147.318.026,00	114.610.031,69	108.853.589,84
Pessoal e Encargos Sociais	38.708.029,00	37.209.858,51	37.209.858,51
Outras Despesas Correntes	108.609.997,00	77.400.173,18	71.643.731,33
Despesas de Capital	38.860.060,00	12.795.062,29	12.507.862,29
Investimentos	38.860.060,00	12.795.062,29	12.507.862,29
Total Geral	183.178.086,00	125.468.093,99	121.361.452,13

Tabela 1 - FONTE: SIGEO/SIAFEM - Valores em Reais - R\$.

Este quadro resume a Execução Orçamentária da Secretaria de Esportes – SEESP por Programas, de acordo com o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, de acordo com a Lei nº 16.082/15

	Orçamento Atual	Empenhado	Liquidado
0100 – Apoio Administrativo	68.013.181,00	65.388.323,49	65.129.133,14
Despesas Correntes (pessoal)	38.708.029,00	35.297.239,44	35.297.239,44
Despesas Correntes (outras despesas)	29.305.142,00	30.09 11.084,05	29.831.893,70
Despesas de Capital	10	0	0
4109 - São Paulo mais esporte e lazer	115.164.905,00	62.01 66.770,49	56.232.318,99
Despesas Correntes	79.304.855,00	49.22 11.708,20	43.724.456,70
Despesas de Capital	35.860.050,00	12.795.062,29	12.507.862,29
Despesa Total	183.178.086,00	127.405.093,98	121.361.452,13

A Secretaria de Esportes, executa suas ações, eventos, projetos, programas e contratos através de Programas ligados diretamente ao Gabinete do Secretário, da Coordenadoria de Esportes e Lazer, Coordenadoria de Programas para Juventude, além do Núcleo de Apoio e Gestão a Contratos. Programa 0100 – Visa manter em condições adequadas e segura a Sede e os próprios Administrados pela Secretaria. Ação 5854 - Gerenciamento das atividades da Pasta de forma a dar suporte e condições de manutenção adequada e funcionalidade das unidades administradas, inclusive de reformas na Sede, dos Conjuntos Desportivos - Baby Barioni - Incluído o Centro de Convivência Infantil – CCI , “Constância Vaz Guimarães”, Vila Olímpica - Mário Covas, Cerecamp, Centro Social Urbano de Bauru, Delegacias e Inspetorias, entre outros, aumentando as condições de utilização com bem-estar e segurança ao público frequentador desses locais. Programa 4109 – Estimular a Prática do Esporte e do Lazer visando o bem estar da população e formular políticas públicas voltadas ao Desporto e paradesporto, coordenar e implementar ações governamentais, apoiar iniciativas, promover o desenvolvimento do esporte e do lazer , bem como propiciar intercâmbio entre organizações e confederações. A Coordenadoria de Esporte e Lazer – CEL executa, anualmente, o tradicional calendário oficial de eventos esportivos por meio repasse a Prefeituras através Convenios. Eventos do calendário da Coordenadoria de Esportes - Ação 5131 - Fomento, divulgação e realização de toda e qualquer atividade esportiva, de maneira formativa e competitiva, direcionada para a população de toda faixa etária, propiciando uma variada gama de oportunidades de participação em eventos esportivos como: Jogos: Abertos do Interior; Regionais; Regionais do Idoso, Estadual do Idoso, Abertos da Juventude, Ginastrada, Campeonatos e Copas, etc, de caráter regional, estadual, nacional e internacional. Auxílio a atletas em viagens nacionais e internacionais representando o estado de São Paulo. Os Jogos Regionais do Idoso – JORI organizados e realizados pela Secretaria de Estado de Esportes, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria da Educação e Secretaria da Saúde, têm por objetivo valorizar e estimular a prática esportiva, como fator de promoção de saúde e bem estar, resgatando a autoestima para melhor convívio social dos idosos dos municípios do Estado de São Paulo. Das Categorias - Serão disputadas as modalidades nas seguintes categorias: Atletismo e Natação, masculino e feminino: 1 - Categoria - A - de 60 a 64 anos; 2 - Categoria “B” - de 65 a 69 anos; 3 - Categoria “C” - de 70 a 74 anos; 4 - Categoria “D” - de 75 a 79 anos; 5 - Categoria - E - de 80 a 84 anos; 6 - Categoria - F - de 85 a 89 anos e 7 - Categoria - G - acima de 90 anos. Tênis, Voleibol Adaptado Masculino e Feminino: 1 - Categoria - A - de 60 a 69 anos; 2- Categoria B - a partir de 70 anos; Dança de Salão Misto e Tênis de Mesa Masculino e Feminino: 1 - Categoria - A - de 60 a 69 anos; 2 - Categoria “B” - de 70 a 79 anos e 3 - Categoria - C – a partir de 80 anos. Serão disputados nas regiões conforme segue: 2ª Região Esportiva; 8ª Região Esportiva; 4ª Região Esportiva; 6ª Região Esportiva; 1ª Região Esportiva e Capital; 5ª Região Esportiva; 3ª Região Esportiva; 7ª Região Esportiva; Jogos Regionais do Idoso - Final Estadual

Evento: Jogos Regionais do Idoso – JORI

Fonte: 001 – Tesouro do Estado

Município (9 sedes)	Período	Valor (r\$)	Participantes
São Sebastião	30/4 a 5/5	290.000,00	3.773
Sorocaba	30/4 a 5/5	290.000,00	2.084
São João da Boa vista	14 a 19/5	290.000,00	2.436
Santa Fé do Sul	28/5 a 2/6	290.000,00	2.493
Itapeceira da Serra	4 a 9/6	290.000,00	2.058
Matão	23 a 27/8	290.000,00	2.564
Lençóis Paulista	17 a 22/9	290.000,00	1.632
Oswaldo Cruz	8 a 13/10	290.000,00	1.829
Jundiaí (Final Estadual)	7 a 12/12	339.970,00	2.395
Total JORI		2.659.970,00	21.264

Jogos Abertos da Juventude - Os Jogos Abertos da Juventude têm por finalidade desenvolver o intercâmbio social e esportivo, difundir a prática das várias modalidades esportivas e dar oportunidade aos jovens valores objetivando a melhoria física, técnica e tática do desporto dentro de uma comunidade ou região, fazendo surgir novos valores no panorama desportivo nacional. - Das Categorias e Modalidades - Os Jogos Abertos da Juventude são destinados às representações municipais com atletas com idade máxima de 18 anos, completos ou a completar no ano da realização do evento, masculino e feminino em todas as Modalidades exceto Damas que será Misto. Ginástica Artística: Masculina até 16 anos - nascidos até 2004, Feminina até 14 anos - nascidas até 2006 e Categoria Livre masculina e Feminina até 18 anos - nascidos até 2002 e Ginástica Rítmica: Categoria A até 14 anos - nascidos até 2006 e Categoria B a partir de 14 anos - nascidas até 2006.

Evento 2019: 36º Jogos Abertos da Juventude
Fonte: 001 - Tesouro do Estado

Município (1 Sede)	Período	Valor (R\$)	Participantes
Marília	13 a 22/6	600.000,00	3.869
Fases anteriores	abril/maio		31.051
Total J.A.J.		600.000,00	3.869

Jogos Regionais - têm por objetivo favorecer o desenvolvimento da prática esportiva nos Municípios do Estado de São Paulo por meio da competição; buscar os melhores atletas ou equipes em cada uma das Regiões Esportivas, visando à participação nos Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni”, e contribuir para o aprimoramento técnico das diversas modalidades em disputa. Dos Jogos - Os Jogos Regionais serão disputados em 2 Categorias, a escolher, estabelecidos conforme segue: A - Categoria Até 20 anos; B - Categoria Livre. do período de realização - Jogos Regionais serão realizados no mês de Julho como segue. Nos anos Impares: - 1ª Fase - Regiões 2ª - 4ª - 6ª - 8ª e 2ª Fase - Regiões 1ª - 3ª - 5ª - 7ª; nos anos pares: 1ª Fase - Regiões 1ª - 3ª - 5ª - 7ª e 2ª Fase - Regiões 2ª - 4ª - 6ª - 8ª. Da Participação - Os Jogos Regionais serão realizados anualmente pela SESP, em 8 oitavas Regiões Esportivas, em parceria com os Municípios-Sede, e disputados pelas representações municipais do Estado de São Paulo. Cada município poderá fazer representar apenas por uma equipe em cada modalidade, categoria e sexo, optando por 1 categoria.

Evento: 63º Jogos Regionais
Fonte: 001 – Tesouro do Estado

Município (8 sedes)	Período	Valor (R\$)	Participantes
São Sebastião/Ilhabela	02 a 13/7	450.000,00	7.001
Americana	02 a 13/7	450.000,00	6.574
Andradina	02 a 13/7	450.000,00	3.846
Sorocaba	02 a 13/7	450.000,00	6.506
Osasco	16 a 27/7	450.000,00	4.015
Botucatu	16 a 27/7	450.000,00	5.220
Franca	16 a 27/7	450.000,00	6.238
Assis	16 a 27/7	450.000,00	4.939
Total Jogos Regionais		3.600.000,00	44.339

Jogos Abertos do Interior - Os Jogos Abertos do Interior Horácio Baby Barioni, que recebe a denominação de seu criador e idealizador por força da Lei Estadual 12553, de 31/3/2007, tem por objetivo coroar o desenvolvimento da prática desportiva dos municípios classificados nos Jogos Regionais e contribuir para o aprimoramento técnico das diversas modalidades em disputa, no Estado de São Paulo. Das Divisões - Os Jogos Abertos do Interior “Horácio Baby Barioni” serão disputados em 2 Divisões: 1ª Divisão: O 1º e 2º Colocados da 1ª Divisão dos Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni”, nas modalidades categoria e sexo; o 1º e 2º Colocado da 2ª Divisão dos Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni”, nas modalidades categoria e sexo; o 1º Colocado na classificação final dos Jogos Regionais nas modalidades categorias e sexo oferecidos. Para a 2ª Divisão: O 2º Colocado na classificação final dos Jogos Regionais nas modalidades categorias e sexo oferecidos; o 3º e 4º Colocados da 1ª Divisão dos Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni”, nas modalidades categoria e sexo; o 3º e 4º Colocados da 2ª Divisão dos Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni”, nas modalidades categoria e sexo; categoria Sub 20 anos: Para a 1ª Divisão: O 1º e 2º Colocados da 1ª Divisão dos Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni”, nas modalidades categoria e sexo; o 1º e 2º Colocados da 2ª Divisão dos Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni”, nas modalidades categoria e sexo; o 1º Colocado na classificação final dos Jogos Regionais, nas modalidades categorias e sexo oferecidos. Para a 2ª Divisão: O 2º Colocado na classificação final dos Jogos Regionais nas modalidades categorias e sexo oferecidos. O 3º e 4º Colocados da 1ª Divisão dos Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni”, nas modalidades categoria e sexo; o 3º e 4º Colocados da 2ª Divisão dos Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni”, nas modalidades categoria e sexo; § 1º - Fica assegurada a participação nos Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni”, desde que o Município tenha participado dos Jogos Regionais do ano em curso na modalidade, categoria e sexo. § 2º: Se o Município Campeão por modalidade, categoria e sexo nos Jogos Regionais do ano em curso estiver pré-classificado para os Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni” na 2ª Divisão, o mesmo disputará a 1ª Divisão e os subsequentes disputarão a 2ª Divisão. § 3º: Se o Município Campeão por modalidade categoria e sexo nos Jogos Regionais do ano em curso, estiver pré-classificado para os Jogos Abertos “Horácio Baby Barioni” na 1ª Divisão, os subsequentes ocuparão as vagas na 1ª e 2ª Divisão respectivamente. § 4º - Município Sede: poderá optar pela 1ª ou 2ª divisão, em todas as modalidades que participou dos Jogos Regionais 2019, se não

obteve classificação para os Jogos Abertos. § 5º: A classificação das modalidades individuais será como segue: Atletismo e Natação: O primeiro colocado por prova e sexo nos Jogos Regionais, mais os atletas que obtiverem índice. A competição será em Divisão Única. Atletismo e natação ACD: Nas provas para Atletas com Deficiência – ACD, classificam-se o 1º colocado por prova/classe funcional e sexo, de cada um dos 8 Jogos Regionais do ano em curso. A competição será em Divisão Única. Capoeira, Ciclismo, Judô, Karatê e Taekwondo: classificam-se também para a 2ª Divisão, o campeão por sexo, peso ou prova, caso sua equipe não tenha se classificado. Ginástica Artística: A classificação será por ranking das 8 Regiões, classificando 16 municípios, divididos: 1º ao 8º para a 1ª Divisão e - 9º ao 16º para a 2ª Divisão. Ginástica Rítmica: classificação será por ranking das 8 Regiões, classificando 20 municípios, divididos: - 1 a 10 para a 1ª Divisão e - 11 a 20 para a 2ª Divisão. Os Jogos Abertos do Interior “Horácio Baby Barioni” serão disputados na categoria Até 20 anos e Livre, respeitados os limites mínimo e máximo de idade pré-determinados em cada modalidade.

Evento Jogos Abertos do Interior Horácio Baby Barioni
Fonte: 001 – Tesouro do Estado

Município (1 sede)	Período	Valor (R\$)	Participantes
Marília	11 a 23/11	1.300.000,00	9.744
Total Jogos Abertos		1.300.000,00	9.744

Município (2 sedes)	Período	Valor (R\$)	Participantes
Piracicaba (Mirim)	5 a 15/9	680.170,00	3.240
Fases anteriores	março/agosto		133.920
Presidente Prudente (Infantil)	10 a 16/10	850.000,00	2.814
Fase anteriores	maio/setembro		192.187
JEJs/Blumenau/SC	15 a 30/11		343
Total JEESP		1.530.170,00	6.054

Copa de Ginástica Rítmica - A Copa de Ginástica Rítmica do Estado de São Paulo tem como objetivo divulgar, aprimorar e difundir a modalidade de Ginástica Rítmica no Estado de São Paulo. Das Categorias - Será disputada nas seguintes categorias, com idades completas ou a completar no ano da realização do evento: Ginástica Rítmica - somente sexo feminino: Categoria A - Mirim - de 6 a 10 anos. - 2014, 2013, 2012, 2011, 2010; Categoria B - Infantil - de 11 a 14 anos. 2009, 2008, 2007, 2006 e Categoria C - Juvenil - a partir de 14 anos. 2006, 2005, 2004, das provas - A Copa de Ginástica Rítmica será realizada uma única competição, com classificação e pontuação por categoria, distintas entre os participantes. Parágrafo único - Serão realizadas as seguintes Provas: 1 - Categoria “A” - Pré-Infantil - Prova de Conjunto: Série livre com elementos obrigatórios de mãos livres; prova individual: Série livre com elementos obrigatórios - Corda e Bola. 2 - Categoria “B” - Infantil - Prova de Conjunto: Série livre com elementos obrigatórios - 5 Cordas e Prova Individual - Série livre com elementos obrigatórios - bola e maçãs e 3 - Categoria “C” - Juvenil - Prova de Conjunto: Série livre com elementos obrigatórios - 5 bolas e prova individual - Série livre com elementos obrigatórios - maçãs e fita.

Evento: 10ª Copa Estadual de Ginástica Rítmica
Fonte: 001 - Tesouro do Estado

Município (1 sede)	Período	Valor (R\$)	Participantes
Pirajú	26 a 29/9	60.000,00	454
Total Copa G.R.		60.000,00	454

Evento: 2º Jogos Infantis do Estado de São Paulo
Fonte: 005- Vinculado Federal - (Ministério)

Município (1 sede)	Período	Valor (R\$)	Participantes
Dracena	26/9 a 5/10	550.000,00	2.544
Fases anteriores	junho/agosto		18.221
Total Jogos Infantis		550.000,00	2.544

Ginestrada - A Ginestrada é um Festival de Ginástica e Dança que tem por objetivos oferecer oportunidades para a apresentação de grupos organizados e praticantes das mais diferentes formas de ginástica e dança contribuindo para o aprimoramento das atividades desenvolvidas, bem como a divulgação dos conhecimentos técnicos da área. Das Categorias - Serão disputadas as seguintes categorias, com idades completas ou a completar no ano da realização do evento: Infantil - Até 12 anos. - 2008, 2009, 2010; Aberta - A partir de 13 anos - 2007, 2006, 2005 e Senior - A partir de 50 anos - 1970, 1969, 1968.

Evento: 30ª Ginastrada –
Fonte: 001 – Tesouro do Estado

Município (1 sede)	Período	Valor (R\$)	Participantes
Matão	17 a 20/10	80.000,00	485
Total Ginastrada		80.000,00	485

Campeonato Estadual de Futebol - O evento tem por finalidade promover o intercâmbio social e esportivo e desenvolver a prática da modalidade, fazendo surgir novos valores no panorama desportivo do Estado de São Paulo e Nacional, estimulando o aproveitamento escolar dos estudantes de ambos os sexos do ensino fundamental e médio através da prática do esporte, com o lema “Bom de Escola, Bom de Bola” - Das Categorias - Serão disputadas as seguintes categorias: Masculino: Sub-11 - para atletas nascidos nos anos de 2011, 2010, 2009; Sub-13 - para atletas nascidos nos anos de 2008 e 2007, Sub-15 - para atletas nascidos nos anos de 2006 e 2005 e Sub-17 - para atletas nascidos nos anos de 2004 e 2003. Feminino: Sub-14 - para atletas nascidos nos anos de 2008, 2007 e 2006 e Sub-17 - para atletas nascidos nos anos de 2004, 2003.

Evento 48º Campeonato Estadual de Futebol Prof. José Astolpho
Fonte: 001 - Tesouro do Estado

Fonte: 005- Vinculado Federal - Ministério
OBS: R\$ 260.000,00 ministério e R\$ 100.000,00 tesouro

Município (3 sedes)	Período	Valor (R\$)	Participantes
Pereira Barreto (S11/S13Masc)	5 a 14/12	130.000,00	634
Cerquilha (S15/S17Masc)	5 a 14/12	130.000,00	669
Presidente Prudente (S14/17Fem)	5 a 14/12	100.000,00	359
Fases anteriores			23.065
TOTAL Camp. Est. Futebol		360.000,00	1.662

Resumo do Total dos Repasses por Fonte

Fonte: 001 – Tesouro do Estado	8.399.970,00	
--------------------------------	--------------	--

Fonte: 005- Vinculado Federal - (Ministério)	2.340.170,00	
Total Geral Repasse	10.760.140,00	90.415

Observações sobre Fases Anteriores: Em alguns eventos temos fases que antecedem as Finais Estaduais como segue: JORI - Temos a fase regional, esta fase é realizada nas 8 Regiões esportivas, onde se classificam os primeiros colocados para a Final Estadual. Jogos Regionais – este evento é realizada nas 8 Regiões esportivas, onde se classificam os primeiros colocados para os Jogos Abertos do Interior. Jogos Abertos da Juventude - Este evento tem início com a Fase Sub regional, realizada pelas nossas inspetorias regionais, onde os primeiros colocados por modalidade, participam da Fase Regional realizada pelas Diretorias Regionais de Esportes – DRELS. Os municípios campeões desta fase, por modalidade, representarão a DREL na Final Estadual. Campeonato Estadual de Futebol - Este evento tem início com a Fase Sub-regional, realizada pelas nossas inspetorias regionais, onde os primeiros colocados por categoria e sexo, participam da Fase Regional realizada pelas Diretorias Regionais de Esportes – DRELS. Os municípios campeões desta fase, representarão a DREL na Final Estadual. JEESP - Temos as seguintes fases: Fase Diretoria de Ensino – Esta fase é realizada pela Secretaria da Educação, com parceria da Secretaria de Esportes; os primeiros colocados passam para a outra fase; Fase Inter D.E./e ou sub regional - a sub regional é realizada pela inspetorias e a inter D.E. é realizada somente na Capital, os primeiros colocados seguem para a fase seguinte; Fase Regional - Esta fase é realizada pela Diretoria de Esportes do interior DRELS, com os campeões da fase sub regional, e os classificados seguem para a Final Estadual. Final Estadual - os campeões entre as escolas públicas e particulares, nas categorias mirim e infantil, representam o Estado de São Paulo nos Jogos Escolares da Juventude, realizados anualmente pelo Comitê Olímpico Brasileiro – COB. Eventos realizados pela Divisão de Lazer - Ação 5124 - Fomento à prática de atividade lúdica monitorada à população de todas as idades, em praças esportivas, parques, praças e espaços públicos; incentivo à prática do lazer, atividades recreativas e esporte de participação; através da realização de projetos e festivais em âmbito municipal, regional e estadual com parcerias tais como: Interior na Praia, Pedala São Paulo, festivais de pipa, damas, xadrez, bocha, truco; dia lúdico; virada lúdica, e outros. Evento: Circuito de Lazer – Constitui em proporcionar aos participantes atividades de lazer, em locais públicos: ruas, praças, ginásios, centro esportivo e outros reviver e resgatar práticas de brincadeiras, jogos de salão e outros, como forma de atividade física/recreativa, visando integração, interação e inclusão social, estimulando aptidões físicas e mentais, valorizando a cultura, folclore regional e sua história.

Município sede	Período	Participantes
Itaquaquecetuba	23/3	520
Guararema	24/3	120

Amparo	7/4	535
Monte Alegre do Sul	14/4	200
Alvinlândia	28/4	290
São José do Barreiro	5/5	200
Arapeí	11/05	200
Oscar Bressane	25/5	300
Sete Barras	3/8	250
Itirapuã	1/9	250
Onda Verde	14/9	100
Alvares Machado	22/9	110
Pereira Barreto	12/10	300
Cassia dos Pinheiros	9/11	80
Borborema	24/11	160
Total de Participantes		3615

Evento: Festival de Pipas – Constitui em: Orientar o participante, sendo este criança, jovem ou adulto, sobre a importância do uso de material adequado para a criação das Pipas; Ensinar a confeccionar modelos diferentes de pipas; Esclarecer, aos participantes, dos locais apropriados para a prática da atividade; Integrar a família, pais e filhos, em uma atividade recreativa; Viabilizar a integração social reunindo diversos segmentos da sociedade numa comunidade integrada para o mesmo fim; Estimular a prática de atividades recreativas alternativas.

Município sede	Período	Participantes
Eldorado	4/8	100
Ribeirão Branco	17/8	120
Bom Sucesso de Itararé	18/8	250
Ubirajara	24/8	125
Alvinlândia	25/8	200
Cristais Paulista	31/8	200
Icém	14/9	100
Pacaembu	21/9	80
Lavinia	13/10	60
Pongá	23/11	138
Total de Participantes		243

Evento: Passeio Ciclístico – Constitui em Incentivar e fomentar o uso de bicicletas como atividade física esportiva, atendendo a questão da saúde como condicionamento físico/mental e uma alternativa de transporte, promovendo um ambiente mais saudável, por ser um transporte não poluente, num momento prazeroso de integração com a família e amigos.

Município Sede	Período	Participantes
Porto Ferreira	24/11	200
Pereira Barreto	8/10	95
Oscar Bressane	12/10	162
Presidente Prudente	12/10	170
Pacaembu	7/9	120
Itu	27/10	848
Total de Participantes		1595

Evento: Recreando no Lazer - Constitui em uma oficina e evento, que tem como objetivo, conscientizar sobre a importância do Lazer na vida do cidadão, capacitar professores, monitores, estudantes e outros, através de subsídios para organização de evento de recreação de pequeno a grande porte.

Município sede	Período	Participantes
Ibitinga	22 e 23/3	54
Anhumas	17 e 18/5	150
Total de Participantes		204

Evento: 1º Forum de Recreação e Lazer - Constitui em: Debater sobre assuntos relacionados aos temas Recreação e Lazer, de forma a trocar opiniões e favorecer o surgimento de novas ideias. Sensibilizar os gestores públicos da importância da Recreação Ativa, provocando um desafio às diretrizes da gestão pública. Gerar ações de políticas públicas formuladas para a prestação de serviços à população, desenvolvidas através de programas municipais, que proporcionem as pessoas, através da recreação, a integração e a oportunidade da melhoria da qualidade de vida, levando-as a se conscientizarem da necessidade e da importância do lazer para a vida do ser humano

Fonte 001: Tesouro do Estado

Município sede	Período	Valor (R\$)	Participantes
Serra Negra	1 a 4/12	129.998,00	570
Total		129.998,00	

Ação 5131 - Fomento, divulgação e realização de toda e qualquer atividade esportiva, de maneira formativa e competitiva, direcionada para a população de toda faixa etária, propiciando uma variada gama de oportunidades de participação em eventos esportivos como: Jogos: Abertos do Interior; Regionais; Regionais do Idoso, Estadual do Idoso, Abertos da Juventude, Ginástica, Campeonatos e Copas, etc. de caráter regional, estadual, nacional e internacional. Auxílio a atletas em viagens nacionais e internacionais representando o estado de São Paulo.

Eventos Desenvolvidos Extracalendário - Foram celebrados 5 convênios com entidades esportiva do Estado de São Paulo, totalizando um investimento de R\$ 863.505,00, conforme quadro abaixo:

Entidades	Eventos	Valor	Fontes
Confederação Brasileira de Karatê Interestilos	26º Zona Sul Sudeste de Karatê Interestilos	120.000,00	Tesouro
Federação Paulista de Artes Marciais Interestilos	5º Festival Lúdico de Artes Marciais	147.030,00	Tesouro
Confederação Brasileira de Artes Marciais Chinesas	14ª Copa São Paulo de Kung Fu	100.000,00	Tesouro
Associação Esportiva Mocoquense	51º Troféu Chico Piscina e 25º Campeonato Infantil Juvenil de Natação	80.000,00	Tesouro
Confederação Brasileira de Desportos para Deficientes Intelectuais	Copa Brasil de Futsal Down	416.475,00	Vinculado Federal
Total		R\$ 863.505,00	

Ação 5124 - Fomento à prática de atividade lúdica monitorada à população de todas as idades, em praças esportivas, parques, praças e espaços públicos; incentivo à prática do lazer, atividades recreativas e esporte de participação; através da realização de projetos e festivais em âmbito municipal, regional e estadual com parcerias tais como: Interior na Praia, Pedala São Paulo, festivais de pipa, damas, xadrez, bocha, truco; dia lúdico; virada lúdica, e outros. Programa Cartão VidAtiva - O Programa Cartão VidAtiva para idosos foi instituído no fim de 2013 e prevê repasses mensais de renda para pessoas com mais de 60 anos e renda mensal de até 3 salários mínimos. Esses valores são utilizados em clubes e academias de ginástica inscritas previamente no Programa - atendendo chamamento público em várias cidades do Estado de São Paulo, onde os idosos praticam atividades físicas regularmente. Os idosos cadastrados recebem um Cartão de débito do Banco do Brasil da modalidade Pré-Pago que são recarregados operação feita a partir de um Termo de Cooperação com o FUSPP, que possui contrato assinado com o Banco do Brasil a partir do momento que os Clubes e Academias atestam mensalmente a frequência e regularidade da presença dos idosos nas atividades. Os clubes e academias inscritos concordaram em atender esses idosos pelo valor de R\$ 39,90 mensal, para estabelecimentos sem piscina; e R\$ 57,00 mensal para equipamentos que oferecem piscina aos idosos - valores muito abaixo do mercado, definidos em 2013. O banco cobra uma taxa de recarregamento dos cartões de 1% sobre o valor. O custo anual por idoso é de R\$483,48 sem piscina e R\$ 690,84 com piscina. No ano o orçamento anual ficou em R\$ 1.458.425,04 com pagamentos mensais de R\$ 121.535,42 a 58 clubes e academias - 24 com piscina e 34 sem piscina, atendendo um total de 2.412 idosos ativos no Programa, na capital e mais 12 cidades do Estado. Ação 6028 - Bolsa Talento Concessão de Bolsa Talento Esportivo, instituída pela Lei nº 13.556, de 9/6/2009, nas categorias Estadual, Juniores, Nacional e Internacional, que consiste no apoio financeiro aos atletas do desporto escolar e de rendimento, praticantes de modalidades olímpicas e paraolímpicas, individuais ou coletivas. O Programa Bolsa Talento Esportivo atende atletas de todas as modalidades esportivas - priorizando as olímpicas em quatro

categorias distintas que possuem critérios e requisitos de faixa etária e de mérito esportivo nas competições das quais participam nos últimos 24 meses, no mínimo. Os repasses das bolsas são mensais valores estipulados pela Lei que instituiu o Programa em 2009 com obrigatoriedade de prestações de contas trimestrais e a possibilidade de um pedido de renovação enviado pelo atleta à Comissão de Análise do Programa, quando completa um ano de recebimento. Após 5 anos recebendo a bolsa o atleta deverá apresentar resultados expressivos de nível internacional para que a bolsa seja renovada. A categoria estudantil concede uma bolsa de R\$ 415,00 e atende atletas de 14 até 17 anos, exigindo bons resultados nas competições de nível estadual, principalmente nos jogos escolares. A categoria juniores concede bolsa inicial de R\$ 415,00 até o limite de R\$ 830,00 para atletas de 17 a 20 anos o valor vai aumentando conforme a aprovação da renovação anual e os méritos esportivos comprovados, exigindo bons resultados de nível estadual nas competições organizadas pelas federações e confederações da modalidade. A categoria nacional concede bolsa inicial de R\$ 1.245,00 até o limite de R\$ 1.660,00 para atletas a partir dos 21 anos o valor aumenta conforme a aprovação da renovação anual e os méritos esportivos comprovados, exigindo bons resultados de nível nacional. A categoria internacional concede bolsa inicial de R\$ 2.075,00 até o limite de R\$ 2.490,00 para atletas de qualquer faixa etária valor conforme renovação anual e mérito esportivo, exigindo resultados de expressão internacional. Os critérios de concessão, renovação, suspensão e exclusão de bolsas para os atletas estão previstos na Lei que institui o Programa e nas Resoluções Internas - SESP 16 e 17/2019 que regulamentam o Programa e a Comissão de Análise. A folha de pagamento de janeiro, antes da definição do orçamento anual, estava fechada em R\$ 285.535,00 com 480 atletas no total 263 categoria estudantil, 175 juniores, 35 nacional, 7 internacional. A folha de pagamento de dezembro/2019 finalizou em R\$ 231.375,00 com 371 atletas ativos no Programa Bolsa Talento Esportivo. A média anual de atletas ficou em 407 atletas - média de 196 na categoria estudantil, 174 na juniores, 32 na nacional e 7 na internacional. Em 2018 a média havia sido de 553 atletas. Durante o período de janeiro a dezembro, foram recebidos 431 pedidos de concessão de Bolsas vindos de todo o Estado de São Paulo e publicados 11 Atos Decisórios de Concessão - Atos 134 a 162/2019, com total de 122 novos atletas em todas as categorias e modalidades. Ação 5116 - Centros de Formação e Excelência Esportiva - Manutenção e ampliação de polos esportivos no Estado de São Paulo e implantação de novos polos de iniciação esportiva em diversas modalidades, visando o desenvolvimento esportivo de novos atletas com objetivo de atingir a excelência competitiva na prática da modalidade, proporcionando a estes atletas a oportunidade de participação em competições estaduais, nacionais e internacionais. A Coordenadoria de Esporte e Lazer há 29 anos desenvolve um trabalho progressivo e que já conseguiu projetar grandes atletas, como Maureen Maggi no atletismo, Thiago Camilo no judô e muitos outros atletas de ponta do nosso país.

Fonte: 005- Vinculado Federal - Ministério

Prefeituras	Evento	Valor
PM de Votuporanga	Centro de Formação Esportiva – Natação Fase II	35.448,00
PM de Votuporanga	Centro de Formação Esportiva – Iniciação, aperfeiçoamento e pré competição - Natação	29.500,00
Investimento Total:		64.948,00

Ação 1040 – Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos- Repasse a municípios e entidades mediante celebração de convênios para realização de obras de modernização, reformas e ampliação de instalações e construção de equipamentos para a prática de esporte, lazer e atividades da juventude, bem como reformas da Sede e dos próprios por ela administrados. R\$ 4.700.000,00 - Continuidade da execução de obras e serviços de reforma do Conjunto Desportivo Baby Barioni.

Fonte: 001 – Tesouro do Estado

Prefeitura	Obras	Valor (R\$)
Clementina	Construção de Pista Skate	70.000,00
Votuporanga	Adequação e reforma da praça esportiva	150.000,00
Torre de Pedra	Construção de Vestiário	120.000,00
Torre de Pedra	Iluminação do Campo Society	50.000,00
Bocaina	Reforma do Conjunto Aquático Dr. Aloysio Barreto	100.000,00
Saratuia	Adequação do Estádio Amud Cassino	190.000,00
Canitar	Fechamento da quadra de Esporte	90.000,00
Itaporanga	Construção de quadra poliesportiva	190.000,00
Piacatu	Construção de Pista Skate	99.000,00
Itaoca	Construção de alambrado e iluminação pública no campo do Bairro	190.000,00
Itaoca	Reforma e ampliação da quadra de Esportes	180.000,00
Pardinho	Reforma da cobertura do ginásio de Esportes	150.000,00
Timburi	Construção de Campo de Futebol Society	200.000,00
Presidente Bernardes	Construção de Campo de Bocha sintético coberto	150.000,00
Juquitiba	Reforma da quadra de Esporte poliesportiva Alexandre Bambi	190.000,00
Total		2.119.000,00

Fonte: 005- Vinculado Federal - Ministério

Construtora	Obras	Valor (R\$)
Construtora Ohana Ltda	Contratação de Empresa para prestação de serviços e fornecimento de materiais para obras – pista de skate em diversos Municípios	120.463,14
Soccer Grass Assessoria e Empreendimentos	Contratação de Empresa para instalação de quadra de Futebol Society em diversos Municípios de São Paulo	4.563.200,00
Total		4.683.663,14

Ação 5868 - Gestão do Conhecimento: Atuação na produção de conhecimento por meio de estudos, pesquisas, palestras e promoção de cursos com temas relativos a juventude. A Coordenação de Programas para a Juventude, a fim de expandir políticas públicas oferecidas pelo Estado de São Paulo, para o segmento jovem, em observância ao Estatuto da Juventude Lei 12.852/2013, organizou e participou de algumas ações, entre elas: - Evento do Ato - Homenagem ao dia Internacional da juventude: Palestra sobre a conscientização dos jovens enfatizando sua importância na sociedade; roda de conversa sobre empreendedorismo; participações de atividades culturais; festival de Futebol Society; entrega de troféus e medalhas para o time vencedor. Esse evento contou com a participação aproximada de 350 jovens. 2º Encontro Regional da Juventude Cioeste: Palestra com os jovens do Grêmio Estudantil; discussão de Projetos para os jovens Estudantis; foram entregues certificados do curso Jovens Socorristas e Apresentações de stand up, teatros no seguimento jovem. Esse evento contou com a participação aproximada de 510 jovens. 1º encontro de dança beneficente no Guarujá: Primeiro encontro de dança beneficente; com diferentes modalidades de dança e diversos grupos convidados com o intuito de incentivar a solidariedade com arrecadação de alimentos, que foi destinada ao Fundo Social de Solidariedade; Premiação para os melhores grupos de dança e Reflexões da juventude em políticas publicam da sociedade. Esse evento contou com a participação aproximada de 600 jovens. Participação Institucional do Governo em eventos Para Juventude: Eventos sobre a prevenção do suicídio - 150 jovens; festival internacional de cinema de surf de Ubatuba - 140 jovens; Fórum de debate do conselho estadual da Juventude - 80 jovens; festival de Futsal da Juventude 2019 - 280 jovens; feira Estudantil da Praia Grande - 3.000 jovens; SINAJUVE comemoração juventude em Brasília ao dia internacional da Juventude - 500 jovens; caminhada da juventude contra as drogas - 400 jovens; feirão de empregos com atividades esportivas - 1.000 jovens; Palestras com a juventude e roda de conversa com jovens em Porto Feliz - 70 jovens; Lançamento da revista “Estudar Canadá” com o projeto de intercâmbio para os jovens - 35 jovens e Fórum de debate da 4ª Conferência Estadual de Juventude - 200 jovens; Ação não Orçamentaria - 2 - Lei Paulista de Incentivo ao Esporte - Embora não faça parte de algum programa específico, a Lei Paulista de Incentivo ao Esporte - Lei 13.918/09 é um mecanismo jurídico que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude de São Paulo. Trata-se de uma ferramenta de grande relevância, pois possibilita às empresas de todo o Estado de São Paulo apoiar projetos esportivos elaborados pela sociedade civil organizada, por meio de patrocínio ou doação financeira provenientes da renúncia de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS por parte do Estado, que abre mão de parte de sua arrecadação para que a empresa invista diretamente no projeto de seu interesse, mas previamente aprovados pela Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude. Instituída por lei. E regulamentada pelo Decreto 55.636, de 26/3/2010, a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de São Paulo contempla projetos vinculados às áreas educacional, formação desportiva, rendimento, sócio desportiva, participativa, gestão, desenvolvimento e infraestrutura. Conforme quadro abaixo, cerca de 800 projetos foram apresentados sendo 763 aprovados para captação de recursos.

Projetos Aprovados	
Entidades do 3º Setor beneficiadas	420
Entidade Públicas (Prefeituras) beneficiadas com os Projetos Aprovados	20
Municípios alcançados	193
Modalidades esportivas desenvolvidas	94

Valores Aprovados para captação (R\$)	60.000.000,00
---------------------------------------	---------------

Principais ações de Gestão da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte	
Espaço Físico	Sala onde todos os proponentes tem acesso com o calendário de atendimento
	Acompanhamento e organização física dos processos
	Acesso ao sistema informatizado
Apresentação de Projetos	Esse ano houve abertura de datas em duas oportunidades, e já foram abertas as inscrições para 2017.
	Os projetos são cadastrados online por sistema desenvolvido na própria SELJ, sem comprometimento de recursos.
Tramitação de Projetos	Todos os projetos foram analisados em ordem de chegada, respeitando o princípio da Administração Pública da Isonomia.
Julgamento dos Projetos	Todos os critérios de análise de projetos foram publicados, garantindo respeito ao princípio da Administração Pública da Isonomia.
	Calendário divulgado com antecedência, com pautas das reuniões divulgadas no Diário Oficial com pelo menos 24 horas de antecedência.
	Transmissão online das reuniões e registro em plataformas gratuitas de filmes (www.youtube.com).
	Constituição de comissão composta por técnicos do esporte, órgãos fiscalizadores e comitê interno da SESP.
Captação de recursos	Quando da existência de recursos, estes são julgados e quando indeferidos, justificados aos proponentes.
	O prazo para captação e recursos começa a ser contado a partir da entrega da CID
Liberação de Recursos	A Secretaria de Esportes e a Secretaria da Fazenda trabalham em conjunto para Liberação de Recursos
	Os projetos são liberados por ordem de chegada, com priorização apenas para projetos cujo calendário está em eminência de acontecer.
Execução dos projetos	Os processos são liberados em no máximo 20 dias, com exceção daqueles cuja documentação apresente qualquer problema.
	Todos os projetos que tem recursos liberados são acompanhados periodicamente e notificados quando necessário.
	Medição dos projetos por indicadores.

Além das atividades desenvolvidas pela Secretaria em seu Campo de atuação a Pasta apoiou os seguintes eventos: Copa do Mundo sub 20 de rugby - Brasil termina em 7º Torneio foi realizado em São José dos Campos - SP e contou com apoio da Secretaria - A Seleção Brasileira de Rugby XV M20 terminou com vitória o World Rugby U20 Trophy, após partida emocionante contra Hong Kong, decidida na prorrogação, no último domingo - 21/7, em evento que contou com o apoio institucional do Governo do Estado de São Paulo através de sua Secretaria de Esportes. A decisão foi disputadíssima, consagrando o Japão campeão após virada nos instantes finais contra Portugal, garantindo assim o título mundial e a promoção dos asiáticos para a elite da categoria na próxima temporada. Todos os jogos foram realizados no estádio Martins Pereira, em São José dos Campos - SP, nesta que foi a primeira vez que o Brasil recebeu um torneio de nível mundial de rugby XV. O último dia do World Rugby U20 Trophy começou pela disputa do quinto lugar, que teve o Canadá dominando Quênia durante toda a partida, e conquistando a vitória por 52 a 13. Na sequência veio a partida que valia a medalha de bronze, entre Tonga e Uruguai. E a partida foi decidida nos detalhes, com a equipe da Oceania vencendo os sul-americanos por 29 a 27, com o Uruguai tendo o chute de conversão que renderia o empate ficando na trave. Na sequência os curumins do Brasil entraram em campo, buscando o sétimo lugar do torneio. Em uma partida aberta, os brasileiros viram os asiáticos abrirem o placar, viraram e sofreram outra virada logo no início do jogo. A Seleção então se aproveitou da indisciplina de Hong Kong para abrir dois tries de vantagem, mas aos poucos os visitantes foram crescendo novamente no jogo, até empatarem no último lance, em 29 a 29. No “ponto de ouro”, o Brasil foi pra cima e Lucas Spago se aproveitou de um buraco na defesa para anotar um drop goal, dando números finais de 32 a 29 para os curumins. Na final, o Japão largou na frente, com dois tries em menos de dez minutos, mas viu Portugal crescer, se impor a virar a partida. Os europeus, entretanto, não souberam garantir o resultado, e viram os asiáticos virarem para 35 a 34 a dois minutos do fim da partida, garantindo assim o título do World Rugby U20 Trophy. Confirma a classificação final do World Rugby U20 Trophy: Japão 35 x 34 Portugal; Tonga 29 x 27 Uruguai; Canadá 52 x 13 Quênia e Brasil 32 x 29 Hong Kong Rally dos Sertões - lançamento e realização em 2020: São Paulo recebe Rally dos Sertões em dose dupla no ano que vem - Vale do Ribeira será ponto de largada da categoria, que também volta a largar da capital paulista em seu tradicional traçado. - Em 2020, o Rally dos Sertões desembarca em dose dupla no estado de São Paulo. Além do percurso tradicional - que larga em São Paulo e termina no litoral do Ceará, será organizada também uma edição do Sertões Series, largando da região do Vale do Ribeira, passando também pela Serra da Mantiqueira e chegando a São José do Rio Preto. O evento de lançamento e coletiva de imprensa ocorreu no último dia 18 de outubro, no Palácio dos Bandeirantes. O Governador e o Secretário de Esportes, junto aos organizadores do evento, contaram a novidade no local, onde também estiveram expostos alguns dos veículos que competem na modalidade. O Rally dos Sertões é o maior rally das Américas e tem o objetivo de se tornar o maior rally do mundo até 2022. O Sertões Series é um campeonato de provas off-road que tem o Rally dos Sertões como etapa mais longa e importante. Em 2019, o Sertões Series incluiu o Rally RN, o Rally do Jalapão, o Sertões e o Rota Sul. No ano que vem, o Rally de São Paulo fará parte do Sertões Series junto com outras provas que serão lançadas. O maior rally das Américas irá resgatar as suas origens. Entre 1996 e 2001, o evento largou de São Paulo, muitas vezes da praça Charles Miller, no Pacaembu, para viajar pelo Brasil. Serão organizados em São Paulo o prólogo e o super prime do Rally, que são as provas de classificação onde se determina a ordem de largada do maior Rally das Américas. O evento terá impacto no esporte, turismo e na assistência social no Estado. No lado competitivo, estão a largada do Rally dos Sertões na Capital e o Rally de São Paulo no Vale do Ribeira. No turismo, as Expedições Sertões levarão turistas por locais que nem todos os paulistas conhecem. E o programa S.A.S. - Saúde e Alegria nos Sertões vai desenvolver um programa especial de atendimento médico a populações carentes do estado com foco no Vale do Ribeira, somando esforços com as organizações públicas e também as não governamentais que já atuam na região. Detalhes do roteiro do Rally de São Paulo e o calendário completo do Sertões e da Sertões Series serão divulgados em breve. Os eventos terão o apoio institucional do Governo de São Paulo. O anúncio contou com a participação de Guilherme Spinelli, Cristian Baumgart e Jean Azevedo, que são três dos principais campeões do Rally dos Sertões. Brasil garante a medalha de prata no Pan de Caique Polo: O pódio veio na categoria Masculino Sênior em um jogo bastante disputado onde os Estados Unidos conseguiu garantir o ouro depois de virar a partida contra os brasileiros. Terminou no dia 24/11 o Campeonato Pan-americano de Caique Polo, foram três categorias disputadas no evento que contou com mais de 100 atletas. Na disputa do Masculino Sênior o time brasileiro disputou a final com os Estados Unidos e garantiu a medalha de prata. Já entre as mulheres o Canadá levou a melhor e na categoria Sub 21 a Guiana Francesa ficou com a medalha de ouro. Ao todo foram três dias de competições que movimentaram São Miguel Arcajo no interior de São Paulo. Uma final de arrepiar! A última partida do campeonato e a mais esperada pela torcida no dia foi a final do Masculino Sênior entre o Brasil e os Estados Unidos, a torcida lotou as arquibancadas ao redor da Lagoa do Guapé onde as provas foram realizadas. Os brasileiros saíram na frente e agitaram ainda mais o jogo, mas os norte-americanos conseguiram garantir o empate e levar o jogo para a prorrogação. No Mata-Mata o time da terra do Tio Sam” conseguiu fazer mais um gol e encerrar a disputa acirrada. Foi uma partida pegada, começamos na frente, demos o sangue até o final e acabou não dando pra gente, estávamos invictos e já tínhamos superados eles aqui por 3 a 1, mas agora eles acabaram nos superando”, fala Mauro Palácios, autor do gol brasileiro na partida que terminou em 2 a 1 para os Estados Unidos. Além de Mauro jogaram os atletas Rafael Barbieri, Guilherme Rabelo, Leonardo Colomera, Paulo Cesar, Paulo Henrique, Gabriel Rocha, Mauro Palácios e o treinador Fernando Carazzato. Além das atividades fins da Secretaria ela ainda desenvolve atividades meio que dão suporte para as realizações de todas as atividades inerentes ao Esporte.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

O exercício foi marcado por austeridade no controle das contas públicas e intensa atividade, voltada, principalmente, ao fortalecimento das políticas econômica, de investimentos, tributária, previdenciária e da administração orçamentária e financeira do Governo do Estado de São Paulo, com o objetivo de obter o equilíbrio das contas e garantir os recursos necessários para aumentar e promover melhorias contínuas na prestação dos serviços públicos à população.

Gabinete do Secretário - Área Executiva - Foi estruturada para apoiar diretamente as atividades do Secretário Executivo, como interlocutora entre as áreas da Secretaria da Fazenda e Planejamento e de outras instituições junto ao Gabinete do Secretário sobre assuntos e projetos estratégicos da Pasta e do Governo do Estado. As principais atividades foram: coordenou o processo de reestruturação proveniente da junção da Secretaria da Fazenda com a Secretaria de Planejamento, consolidada pelo Decreto 64.152, de 22/3/2019; prestou apoio ao Secretário Executivo na elaboração de suas apresentações em eventos promovidos por instituições públicas e privadas, com a abordagem de diversos temas relacionados a Reforma Tributária, Contas Públicas, Parcerias Público-Privadas, Previdência e Investimentos no Estado de São Paulo; prestou informações diversas produzidas e fornecidas pelas áreas tributária, financeira e de captação de recursos, para fins de composição do Boletim do Governador, com o objetivo de subsidiar as reuniões no Palácio do Governo; coletou informações para fins de cálculo do Índice de Transparência Fiscal; produziu minuta de Resolução que estabelece os procedimentos para tratar das ações de transparência da Secretaria da Fazenda e Planejamento, de acordo com a competência atribuída à Controladoria pelo citado Decreto. Área Técnico-Normativa da Assessoria do Gabinete do Secretário – ATN - tem atuação conjunta com a Chefia de Gabinete da Pasta e, durante o exercício, além das atividades relacionadas à representação do Gabinete do Secretário nas matérias que lhes são afins, exerceu suas atribuições legalmente, previstas no inciso VII, artigo 34, do Decreto nº 64.152/19, na seguinte conformidade: Registrou-se nessas unidades cerca de 9.285 trâmites de expedientes e processos, internos e externos. Cabe ressaltar que aproximadamente 90% dos documentos direcionados ao Gabinete do Secretário e à Chefia de Gabinete passam necessariamente pela ATN, que atua recebendo, analisando sob o caráter técnico-normativo, preparando respostas, despachos, ofícios, informações dando-lhes o devido encaminhamento para seu prosseguimento. Dentre esses documentos, destaca-se o recebimento, processamento e preparo de respostas a 35 demandas da Corregedoria Geral de Administração, feitas por meio de Ofícios. Em relação às requisições do Ministério Público do Estado de São Paulo, 199 foram recebidas e processadas, tendo sido devidamente respondidas por meio de ofícios. Essa unidade também é responsável pelo atendimento das demandas oriundas do Sistema de Acompanhamento Legislativo – SIALE, vinculado à Assessoria Técnica da Casa Civil - ATeCC e atua recebendo, analisando e encaminhando as demandas às áreas competentes para manifestação. A Chefia de Gabinete e a ATN tiveram atuação importante no processamento de propostas que foram efetivamente convertidas em normas estaduais. Em relação às demandas específicas do Poder Judiciário - Estadual e Federal, dirigidas ao Titular da Pasta, foram recebidas cerca de 2.982 documentos, entre ofícios, intimações, citações, cartas precatórias etc. Observe-se que grande parte desses recebimentos ocorreram de forma pessoal, com atendimento direto de serventuários da justiça, de contribuintes/interessados e de advogados e estagiários. Desses documentos, 994 referem-se a pedidos de informações em sede de Mandado de Segurança, que exigem atuação precisa e rápida das áreas, eis que contam com prazo exigido para resposta - 10 dias. Por fim, mas não menos importante, destacamos os inúmeros atendimentos e orientações verbais e por correio eletrônico prestado internamente às diversas áreas da Pasta, que vão desde orientações de uso da Redação Oficial institucionalizada até orientações técnicas específicas que são imprescindíveis para o bom andamento dos trabalhos administrativos da Secretaria. Área de Comunicação – ASCOM - Principais assuntos demandados - monitoramento, defesa das posições do governo e gerenciamento do impacto na imprensa decorrentes das propostas de Reforma Previdenciária, Reforma Tributária, operações de fiscalização, medidas de desoneração tributárias de diversos segmentos econômicos, em especial o programa IncentivAuto, com impacto em todo o Estado de São Paulo e até mesmo em outros entes da Federação. Solicitações da Imprensa – atendidas 982 demandas. Press-releases e notas – 181 foram produzidos e encaminhados aos principais veículos de comunicação e mídia regional.

ASCOM - 2019		
MÊS	RELEASES	PEDIDOS DE IMPRENSA
Janeiro	22	167
Fevereiro	17	74
Março	21	56
Abril	11	84
Mai	15	53
Junho	16	56
Julho	13	93
Agosto	16	99
Setembro	8	59
Outubro	19	116
Novembro	19	108
Dezembro*	4	17
TOTAL	181	982

*até 5 de dezembro

Área Parlamentar - Processo Legislativo - a área parlamentar tem entre suas atribuições elencadas no Decreto nº 64.152, de 22/3/2019, o seguinte: "Acompanhar os trâmites de projetos de leis de interesse da Secretaria da Fazenda e Planejamento." Importante salientar que esta Área semanalmente comunica o posicionamento desta Casa sobre os Processos à Liderança do Governo: Projetos de autoria do Governador - 11 Projetos de Lei Complementar - PLC, 14 Projetos de Lei - PL, 1 Emenda Constitucional; Projetos de autoria dos Deputados Estaduais – 61 PLC e 129 PL; Outras Instituições - 4 Projetos de Lei Complementar - PLC; *Comissões Permanentes* - hoje, na Alesp, existem 17 Comissões, as quais acompanhamos por conta da temática afeita a nossa Secretaria, entretanto damos ênfase às: Comissões de Finanças, Orçamento e Planejamento, Constituição, Justiça e Redação e, com a introdução do Decreto nº 64.152, de 22/3/19, que organizou a Secretaria da Fazenda e Planejamento, passamos também, a acompanhar a Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho. O número de reuniões realizadas foi: 27 da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; 27 da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; 8 da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho; Sistema de Acompanhamento Legislativo – SIALE - desde abril, acompanha diariamente a tramitação de propostas de emendas constitucionais, projetos e anteprojetos de leis, de modo a assegurar o cumprimento de prazos constitucionais, avaliação jurídica e o devido processo legislativo pelo referido sistema. Solicitações - no decorrer do corrente ano atendeu prontamente todas as solicitações, predominantemente de parlamentares, encaminhadas por meio de ofícios, e-mails, ou outro meio de comunicação, no total de 219. Área de Políticas Tributária e Econômica – APTE - Comitê de Acompanhamento da Execução - LC nº 101/2000 - análise dos procedimentos adotados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à projeção da arrecadação mensal e anual, acompanhamento da receita e a revisão periódica da previsão dos impostos estaduais; Participações em Comitês e Conselhos instituídos pelo Governo do Estado, além de outros foros - por designação

do Senhor Secretário; negociações de repasses e revisão anual do protocolo que fixa o percentual de participação de cada unidade da federação nos recursos previstos pela Lei Kandir referentes ao ressarcimento aos Estados exportadores; aperfeiçoamento dos mecanismos de previsão e melhoria da qualidade analítica, com estudos de novas ferramentas e métodos de cálculo, além de oportunidades aos técnicos de participação em cursos e oficinas oferecidos por entidades de reconhecida excelência; fortalecimento da relação entre a Secretaria da Fazenda, a Academia e organizações de destaque no cenário nacional e internacional - participação em debates e relatórios provenientes de convênios firmados com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, Fundação Getúlio Vargas – FGV, o Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE – UNICAMP, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Associação Comercial do Estado de São Paulo – ACSP; a Escola de Economia e Ciência Política de Londres - London School of Economics and Political Science e o Instituto de Estudos Fiscais de Londres - Institute for Fiscal Studies; Previsão da Receita Orçamentária 2020 - elaborada para tributos estaduais- ICMS e IPVA, contidas no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e acompanhamento da arrecadação anual destes tributos; previsão diária e acompanhamento do ICMS e do IPVA - subsidia o Fluxo de Caixa do Tesouro com a análise das diferenças entre projeção e realização da arrecadação destes tributos e participou em diversas reuniões para discutir o comportamento das finanças do Estado, coordenadas pelo Senhor Secretário da Fazenda; previsão de renúncia de ICMS e IPVA 2020 - cálculo decorrente de imunidades, isenções e outros benefícios concedidos pelo Estado aos contribuintes, atualização metodológica do cálculo para a previsão de renúncia de ICMS; seleção e acompanhamento, para os principais dias de recolhimento de ICMS, da arrecadação de uma amostra de contribuintes e setores de maior destaque para a receita do Estado; Boletim mensal para o Gabinete do Secretário produzidos informes com a descrição do desempenho dos tributos que compõem a receita tributária paulista e, no que tange ao ICMS, a apresentação da análise setorial de sua arrecadação; índices de atividade para a Indústria e o Varejo Paulistas - desenvolvidos com técnicas de *data mining*, baseados em informações de nota fiscal eletrônica; desenvolvimento de indicadores econômicos relativos à produção industrial, tendo como fonte primária os dados fiscais existentes nos bancos de dados da Sefaz; publicação dos Índices de obras públicas e de serviços do Estado; desenvolvimento de modelos econométricos para análise do impacto de variáveis macroeconômicas no varejo paulista e de modelos específicos para cada um dos setores do segmento de preços administrados - Comunicações, Energia Elétrica e Combustíveis, a fim de informar o processo de previsão diária de ICMS; Estudos e apresentações pontuais sobre diversos temas, tais como: sobre impactos da elevação da tarifa de energia elétrica sobre a arrecadação de ICMS; impactos da elevação no preço dos combustíveis sobre a arrecadação de ICMS; análise dos componentes do desempenho do ICMS; análise da volatilidade do ICMS; análise da relação entre comércio exterior - incluindo crédito acumulado e ICMS; Relatórios de Exportações para a Receita Federal - são periódicos com informações sobre os exportadores do Estado de São Paulo e seus valores de operação e crédito de ICMS, para fins de repasses compensatórios das desonerações de ICMS nas exportações - art. 91, da ADCT, da CF/88, e de acordo com os requisitos da Portaria nº 501/2010 do Ministério da Fazenda e da Lei nº 12.385/2011; Estudos para mensurar os Impactos de mudanças na legislação ou de cenário econômico sobre arrecadação de tributos – sobre mudanças de bandeiras tarifárias e reajustes nas concessionárias de energia elétrica, com reflexos sobre a sazonalidade e o volume de arrecadação para o ano 2020; Projeto BEC - em andamento – obter com exatidão os valores fornecidos pelo “Preços SP”, banco eletrônico que informa os preços negociados na BEC. Objetivo final - reduzir custos da BEC com a diminuição de pregões desertos ou fracassados. Assessoria em Assuntos de Política Salarial – APS - Nos termos do Decreto nº 64.059, de 21-1-2019, tem por principais atribuições o assessoramento: do Secretário da Fazenda e Planejamento nos assuntos relacionados à política salarial do Estado e nos trabalhos dos órgãos em que seja membro representativo da Pasta, conforme disposto no artigo 35 do Decreto nº 64.152/2019, e da Comissão de Política Salarial – CPS, órgão vinculado diretamente ao Governador do Estado - Decreto nº 63.033/2017, alterado pelos Decretos nº 64.149 e nº 64.215, ambos de 2019, que é composta pelos seguintes membros: Secretários da Fazenda e Planejamento, da Casa Civil, de Governo e de Desenvolvimento Econômico e Procurador Geral do Estado, cuja presidência é do primeiro. Nesse contexto, desenvolveu suas atividades tendo em vista as ações e metas da Administração, sempre orientada para o cumprimento das normas legais relativas às finanças públicas, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal. São elas: assessorou ao Secretário e Secretário Executivo da Secretaria da Fazenda e Planejamento, e à Secretaria de Governo, em assuntos de política salarial; efetuou análise técnica de anteprojetos e projetos de lei/lei complementar, decretos e resoluções sobre matéria salarial, abrangendo todas as áreas e poderes do Estado, com a respectiva estimativa de despesa, se houver. A título de exemplificação, das 14 leis complementares publicadas até 13/12, manifestamo-nos sobre 13; produziu 346 manifestações técnicas, substanciadas em Informações SFP/GS/APS nº 001 a 346, sendo: Secretarias - 77; Autarquias - 53; Empresas - 74; Fundações - 56; Outros Poderes - 67 e Demais - 19; além de 52 documentos para deliberação da Comissão de Política Salarial – CPS; participou de mais de 90 reuniões técnicas presenciais; realizou incontáveis atendimentos a consultas técnicas por telefone e outros meios digitais, para público de unidades internas e externas, de difícil mensuração, mas que representam tempo de análise significativo, dependendo da complexidade da matéria. Área de Políticas Fiscal, Orçamentária e Financeira – APFOF - Participou de reuniões periódicas dos órgãos colegiados de consulta dos Estados para exame e avaliação das iniciativas do Governo Federal, realizadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, pelo Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal – COMSEFAZ, pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração - Consad, pelo Grupo de Gestores das Finanças Estaduais – GEFIN, pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento – CONSEPLAN, e pelo Consórcio de Integração Sul e Sudeste - Cosud, dentre outros. Nestas reuniões, além de serem analisadas as diversas propostas de reordenamento das Finanças Públicas encaminhadas pelo Governo Federal, foram apresentadas as avaliações e pontos de vista desta APFOF sobre os tópicos citados, procurando destacar os prováveis impactos destas medidas sobre as finanças do Governo do Estado de São Paulo; atuou como contraparte da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em conjunto com as Subsecretarias e Assessorias desta Pasta, na elaboração e assinatura em, da 15ª revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF. Nesta revisão do Programa foi estabelecido como Espaço Fiscal para contratação de empréstimos o montante de R\$ 6.100,13 milhões; elaborou relatórios para apresentação do Secretário para as Audiências Públicas realizadas na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em maio, foram apresentadas informações relativas ao 1º Quadrimestre de 2018. Em agosto, foram

apresentadas informações relativas ao 2º e 3º. Quadrimestres de 2018 e ao 1º Quadrimestre de 2019; manifestou-se quanto a Impactos Fiscais nas metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias na Instrução de processos de edição de normas referentes a benefícios fiscais; organizou e participou de reuniões de avaliação econômico-financeira do Governo do Estado de São Paulo junto às agências de classificação de risco e de fomento ao investimento. No primeiro semestre, foi desenvolvido ciclo de reuniões com a Fitch, agência de classificação de Risco, com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, bem como com o grupo de trabalho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Nestas reuniões participaram, em especial, as Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Finanças e de Gestão, a Procuradoria Geral do Estado – PGE, a Assessoria de Política Tributária – APT, os institutos previdenciários do Estado, a SPPrev e a Prevcom, a Companhia Paulista de Parcerias – CPP e a Companhia Paulista de Securitização – CPSEC. Área de Captação de Recursos – ACR - tem como missão as seguintes atividades: prospectar financiamento para projetos priorizados pelo Estado, apoiar as unidades setoriais para aditamento dos contratos de financiamento, acompanhar projetos financiados em execução, monitorar as principais variáveis que estabelecem critérios para enquadramento de uma operação de crédito, entre outras. Os resultados gerados durante o ano foram:

Novos contratos de empréstimo assinados

Projeto	Financiador	Valor
1) Linha 17 Ouro	Corporação Andina de Fomento (CAF)	USD 296,0 milhões
2) Projeto Tamoios	Banco do Brasil e Itaú Unibanco	R\$ 900,0 milhões
3) Profisco II SP	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	USD 87,1 milhões
4) Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa IV*	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	USD 300,0 milhões
5) Programa de Saneamento Sustentável e Inclusivo*	Banco Mundial (BIRD)	USD 250,0 milhões
Total equivalente em Reais**		R\$ 4,8 bilhões

*Empréstimos tomados pela SABESP com Contragarantia do Estado
**Taxa de câmbio: USD 1,00/R\$ 4,21 (Banco Central: 05/12/2019)

Novos contratos de empréstimo em negociação

Projeto	Financiador	Valor	Fase de contratação
1) Reservatório Jaboticabal	Projeto	R\$ 300,0 milhões	Negociação contratual
2) Projeto Tamoios	Corporação Andina de Fomento (CAF)	USD 105,0 milhões	Aprovação da COFIEIX
3) Renascença Tietê	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	USD 79,9 milhões	Aprovação da STN
4) Desenvolvimento do Litoral Sustentável	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	USD 100,0 milhões	Missão BID para estruturação projeto
5) Programa de Vicinias	Corporação Andina de Fomento (CAF)	USD 500,0 milhões	Aprovação da COFIEIX
6) Educa SP	Banco Mundial (BIRD)	USD 500 milhões	Aprovação da COFIEIX
Total equivalente em Reais**		R\$ 3,4 bilhões	

**Taxa de câmbio: USD 1,00/R\$ 4,21 (Banco Central: 05/12/2019)

Projetos em execução: no período de 1/1 a 31/11, foi desembolsado o montante de R\$ 1,9 bilhão, distribuído em 16 projetos e foram concluídos três aditamento de contratos de financiamento.

Área de Relacionamento Institucional com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – ARIT - foi instituída em março, com a edição do Decreto nº 64.152, de 2019 - art. 34, inciso VIII. Com o objetivo e as atribuições de fazer a articulação e fortalecimento institucional com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP e de coordenar, apoiar e orientar tanto as unidades da Sefaz no julgamento anual de suas contas, como também aos demais órgãos e entidades do Poder Executivo no atendimento às recomendações e solicitações provenientes do julgamento das contas do Governador, a ARIT desenvolveu as seguintes atividades: Elaborou 4 Relatórios Trimestrais em atendimento aos artigos 2º, 10 e 13 das Instruções 2/2016 do TCESP; encaminhou os Relatórios de Gestão Fiscal previstos na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal; monitorou e fez a divulgação interna das publicações e despachos do TCESP e apoiou a preparação e o atendimento às requisições de informações e demais solicitações do TCESP; coordenou os trabalhos de preparação de relatório de atendimento às recomendações referentes às Contas do Governador; apoiou, acompanhou e orientou as equipes da Sefaz na utilização dos Sistemas de Auditoria Eletrônica, do Tribunal de Contas, tais como Audep, Processo Eletrônico - e-tcesp e Siscoe; prestou atendimento às distintas áreas do Tcesp; acompanhou e orientou as unidades da Sefaz no atendimento às recomendações proferidas nos julgamentos das contas da Secretaria da Fazenda e Planejamento. Foram julgadas e aprovadas as contas da Sefaz dos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018; coordenou o Grupo de Trabalho para aperfeiçoamento da gestão interna do Sistema de Consolidação de Informações ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – SCT; coordenou os trabalhos para a integração do Ministério Público de São Paulo e da Alesp ao Sistema SCT, por meio da proposição e celebração de Termo de Colaboração Institucional Administrativa. Departamento de Gestão Estratégica e de Projetos – DGEP - Planejamento Estratégico - realizou 4 trabalhos de planejamento estratégico nos seguintes departamentos: Administração Regional, Recursos Humanos e Gestão de Pessoas, Orçamento e Finanças e Suprimentos e Infraestrutura. Para cada um foram feitos mapas estratégicos com missão, visão, objetivos e ações. Iniciada a construção do novo Planejamento Estratégico da Secretaria da Fazenda e Planejamento - SefazPlan, dividida em três etapas, sendo a 1ª finalizada em 2019, com a definição da Missão, Visão e Valores. Nessa 1ª etapa, foram realizadas 7 oficinas com 103 gestores e pessoas chave das Subsecretarias e Coordenadorias. Para 2020, serão levantados os objetivos estratégicos, seus indicadores e metas, ações e projetos. Indicadores - desenvolveu 6 indicadores globais e 25 indicadores específicos das coordenadorias que compõe a Bonificação por Resultados – BR, para o exercício de 2019. Realizado o acompanhamento trimestral dos 25 indicadores específicos e a apuração trimestral do Indicador Global da Participação nos Resultados - PR. Está em andamento a apuração anual da BR referente ao exercício de 2019 e a definição dos indicadores Globais e Específicos que irão compor a BR de 2020. Gestão de Projetos - desenvolveu e implantou a Metodologia REP – Rápidas Entregas de Projetos, usada na criação e acompanhamento de Projetos, aplicada em diversas áreas da SefazPlan. Em andamento, o monitoramento das Ações dos Projetos de Governo, contidos no portal: www.monitoramento.sp.gov.br. Quanto ao Sistema de Gerenciamento de Projetos, foram implementadas as funcionalidades que permitem a inclusão da participação de servidores em projetos; com a definição de seus papéis e a extração dos relatórios atinentes. Mapeamento de Processos - revisou a metodologia e os meios de capacitação e divulgação do trabalho por meio da nova intranet - HOME 360, ampliando o acesso aos trabalhos. Realizou o 1º Encontro de Benchmarking em Gestão de Processos. Nesse evento, participaram representantes de 15 estados. O objetivo foi trocar experiências e práticas em gestão de processos por todo o Brasil para o aperfeiçoamento da atuação

dos servidores e gestores, visando o melhor aproveitamento e efetividade dos processos na administração pública. Em razão do sucesso do evento, foi elaborado o Curso de Gestão por Processos para Gestores que será disponibilizado em EAD pela Egesp no próximo exercício. Além disso, 30 processos já foram mapeados. Gestão do Teletrabalho - inclusão de 46 novos servidores de 19 novas unidades no programa, totalizando 343 teletrabalhistas e 94 unidades. Foram 56 indicadores e 87 entregas de novos produtos pactuados para o acompanhamento da produtividade no primeiro semestre e, em andamento, no segundo semestre, o acompanhamento de 86 indicadores de produtividade e mais 99 entregas de novos produtos. Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO-II/SP - o objetivo é contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da modernização da gestão fazendária; da melhoria da administração tributária; e da melhoria da gestão do gasto público. O Contrato de Empréstimo do Programa - valores em dólares americanos, foi assinado em 21/11, sendo USD 87.120.000 de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e USD 9.680.000 de recursos de Contrapartida. Está estruturado em 3 Componentes: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal; Administração Tributária e Contencioso Fiscal; Administração Financeira e Gasto Público. Foram elaborados, ainda, diversos Termos de Referências e minutas de Editais necessários nas aquisições e contratações do Programa, que terá sua execução financeira iniciada no exercício de 2020. *Controladoria da Secretaria da Fazenda e Planejamento* - Criada por meio do Decreto 64.152/2019, tem por atribuição auxiliar diretamente o secretário em suas funções relacionadas ao controle interno, coordenar e supervisionar as atividades de corregedoria, auditoria e ouvidoria, bem como fomentar ações voltadas à defesa do patrimônio público, à prevenção e combate à corrupção e à promoção da ética no serviço público. Principais atividades: Ouvidoria - Entre 1/1 e 12/12, foram atendidos: 11.082 usuários do serviço público relativamente a demandas de ouvidoria. Os contatos foram por internet - 80,3%; telefone - 17,1%; presencial - 2,3%; e carta - 0,3%; o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, da Secretaria da Fazenda recebeu 2.558 pedidos de informações. A soma de atendimentos na Ouvidoria da Secretaria da Fazenda e Planejamento neste ano é 13.640. Destaca-se que a “Lei de Acesso à Informação” não ampara o atendimento à formulação de consultas, reclamações e denúncias referentes a qualquer providência da Administração Pública. Assim, o atendimento prestado pelo SIC não substitui e nem supera a prestação de serviços estruturados da Secretaria da Fazenda - Sefaz, os quais têm informações e orientações disponíveis no Portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento - <https://portal.fazenda.sp.gov.br/>, por meio do “Catálogo de Serviços”, listando as atividades e serviços da Sefaz - artigo 3º; e inciso III do artigo 4º da Lei 10.294/1999; Resolução SF 58/2009; e o “Guia do Usuário”, que consiste na relação de serviços fazendários e as formas de obtê-los pela internet e presencialmente nas unidades de atendimento da Sefaz - artigo 3º; e inciso III do artigo 4º da Lei 10.294/1999; Resolução SF 58/2009 - Departamento de Controle e Avaliação – DCA - Concentração de determinados segmentos significativos de auditoria, especializando equipes para auditar especificamente empresas, riscos, recomendações do TCE, PPCAM/Provita, monitoramento eletrônico, programas de governo e contratualizações, objetivando a obtenção de ganhos de qualidade e efetividade nos trabalhos realizados; Acompanhamento do atendimento das recomendações constantes do Relatório das Contas Anuais do Governo do Estado de São Paulo do ano 2016 a 2019 elaboradas pelo Tribunal de Contas do Estado; expansão dos trabalhos de monitoramento quantitativo e qualitativo das informações registradas nas contas contábeis do Estado. Os trabalhos efetuados pelo DCA e concluídos até novembro, totalizaram 258 execuções, entre capital e unidades do DCA nas regionais. Corregedoria da Fiscalização Tributária – CORFISP. Criação da nova Resolução de Regimento Interno da CORFISP, Resolução SFP nº 86 de 8/10, publicada no DOE em 9/10, com a finalidade de foco em resultados, objetividade, uniformidade de tratamento, agilidade na execução dos trabalhos, especialização e organização da Corfisp; assinatura do Termo de cessão entre a Secretaria da Fazenda e Planejamento e o Banco Central do Brasil relativo à licença de uso de programa de computador do sistema denominado Sistema de Controle de Processos da Corregedoria-Geral – SISCOGER, por prazo indeterminado, com o objetivo de disponibilidade de informações rápidas, precisas e completas a respeito dos processos promovidos contra servidores fiscais, assim como manter domínios e gerar estatísticas; implantação do Sistema de Acompanhamento da Evolução Patrimonial – SAEP, que visa efetuar os cálculos da compatibilidade da Evolução Patrimonial realizados de forma automatizada pelo sistema com base nas informações constantes nas declarações prestadas, sem intervenções ou análises feitas diretamente pela equipe da Corfisp. O Sistema SAEP foi desenvolvido e adaptado para armazenar os dados de forma segura e sigilosa. Todos os dados enviados são armazenados utilizando criptografia e protocolos de segurança da informação. No exercício, foram concluídas 20 Apurações Preliminares e instauradas 18, restando em curso 37. No que se refere aos Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância Acusatória foram concluídos 3, instaurados 20 e em andamento 59. Como resultado dos trabalhos, foram aplicadas 4 Suspensões, 2 Cassações de Aposentadoria e 4 Demissões a Bem do Serviço Público. *Coordenadoria de Administração - Departamento de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas – DRHGP* - Diante da junção entre a Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Planejamento e Gestão e da autorização de extinção do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo - IPESP, o DRHGP passou a gerir a vida funcional de mais 400 servidores, totalizando cerca de 2.530 servidores com exercício na Capital, além de administrar 9.662 cargos e funções-atividades, 1.179 funções fiscais, 180 funções pró-labore e, em caráter transitório, 25 empregos públicos. Até meados de novembro, as principais atividades e ações relacionadas à gestão de pessoas e à vida funcional somaram: 33.560 documentos movimentados; 17.397 apurações - Participação nos Resultados – PR; 5.699 apurações - Prêmio de Incentivo à Qualidade – PIQ; 4.022 publicações; 2.184 atendimentos Clínicos/Campanhas Centro de Assistência à Saúde; 2.000 concessões gratuitas de ingressos para teatro por doações em parceria com ONG; 1.981 demandas judiciais – Centro de Legislação de Pessoal; 1.883 atendimentos presenciais – set/nov; 858 aposentadorias / Abonos Permanência /Certidões; 657 substituições - administrativa e fiscal; 535 adicionais por Tempo de Serviço / Sexta-parte; 408 Promoções - Administrativa e Fiscal; 402 ações Qualivida; 324 incorporações - art. 133 / GR / GDAP; 79 crianças atendidas por meio do Espaço de Convivência Infantil; 35 parcerias por chamamento público com restaurantes, drogarias, ensino, etc.; 24 remoções de urgência - Departamento de Tecnologia da Informação – DTI - Atendimento a 146.566 chamados dos usuários da Sefaz; 18.811 tarefas para realização de mudanças de infraestrutura, das quais 10.887 executadas por equipes de gerenciamento operacional - 2º nível e 7.296 pelas equipes de gerenciamento técnico - 3º nível; 8.516 mudanças de ambiente realizadas; Índice de disponibilidade dos sistemas classificados como crítico foi de 99,72%; foram 51 projetos finalizados, 82 parcialmente finalizados e 33 finalizados, totalizando 166 projetos. Dentre os projetos de infraestrutura de TI entregues, destacamos: Integração de TI entre Sefaz e Planejamento; absorção do ambiente de TI do IPESP; novo ambiente de impressão corporativa da Sefaz; implantação da nova rede de armazenamento de dados.

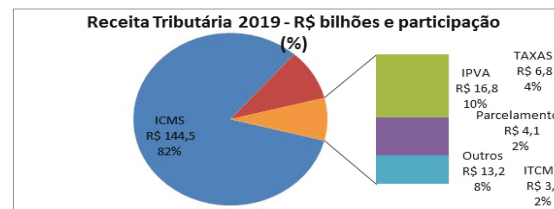
Departamento de Suprimentos e Infraestrutura – DSI.

Obras/Reformas/Projetos

a) Concluídas em 2019	Valor em R\$
Troca total do telhado e impermeabilização das calhas de concreto das Delegacias Regionais Tributárias da Capital - DRTC-II e DRTC-III	182.700,00
Instalação de sistema de segurança para trabalho em altura – sistema de ancoragem no Edifício do Centro Regional de Administração de Sorocaba	56.999,99
Projeto Executivo para reforma do Centro Regional de Administração de Campinas	151.843,96
Projeto executivo para o reforço estrutural e recuperação da cobertura do edifício sede da unidade regional do ABCD.	118.066,34
b) Iniciados ou Não Concluídos em 2019 e com planejamento de andamento 2020/2021	Valor em R\$
Projeto executivo para adequação das rotas de fuga do Prédio Sede	798.713,16
Projeto de Eficiência Energética	14.250,00
Instalação de ar condicionado central no Prédio Sede	25.062.634,48

Licitações: 41 pregões eletrônicos, 68 convites BEC, 533 dispensas de licitação, 33 inexigibilidades e 1 tomada de preço; Contratos formalizados: 53 contratos novos celebrados, 88 contratações por Ata de Registro de Preços, 520 contratações por dispensa, 17 por inexigibilidade e 135 aditivos; Protocolo e Arquivo: 47.598 documentos eliminados, 14.995 documentos arquivados, 478 documentos solicitados para vistas e 166 solicitações diversas atendidas; Núcleo de Correspondência: 55.150 documentos enviados, 42.280 documentos recebidos e 8.521 aberturas de malotes; Manutenção: atendidos 167.168 chamados para manutenção, sendo 46.582 de manutenção corretiva, 107.290 de manutenção preventiva e 13.296 leiautes de obras; Transportes: atendidos 9.479 chamados de transporte por veículos oficiais, sendo 1.879 para a área de fiscalização e 7.600 para a área administrativa; Segurança: Instalação de portão eletrônico nos 3 pátios de estacionamentos do Prédio Sede, com objetivo de melhorar a segurança. *Departamento de Orçamento e Finanças - DOF* - Executou o orçamento da Secretaria da Fazenda e Planejamento - custeio e investimento, no montante de R\$ 2.576.145.030,00. CODEC – Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - As competências, composição e forma de funcionamento do CODEC encontram-se atualmente disciplinadas no Decreto estadual nº 64.219, de 6/5/2019. O Colegiado é integrado pelo Secretário da Fazenda e Planejamento, Secretário-Chefe da Casa Civil, Secretário do Governo e por membros indicados pelo Secretário da Fazenda e Planejamento, com reconhecida experiência em assuntos econômico-financeiros ou societários. O CODEC é órgão da Secretaria da Fazenda e Planejamento, diretamente subordinado ao Titular da Pasta, que também é seu Presidente. No decorrer do exercício, foram emitidos, até novembro, 158 pareceres, além de manifestações técnicas, relatórios, estudos, ofícios e atuação dos colaboradores localizados na Secretaria Executiva do CODEC em reuniões. Especificamente em relação às questões societárias, além da indicação de Diretores para as Empresas estatais nos termos da competente autorização governamental, cabe destacar a emissão de pareceres orientando o voto do Estado nas Assembleias Gerais de Acionistas, realizadas pelas empresas, em matérias como: apreciação das demonstrações contábeis e financeiras; votação do relatório da administração; eleição de Conselheiros Fiscais, de Administração e de Orientação, bem como de membros de Comitê de Auditoria, com base na indicação recebida de autoridades competentes, da Secretaria de Governo e da União ou da Prefeitura Municipal de São Paulo - acionistas minoritários; fixação da remuneração dos membros de órgãos estatutários; destinação de lucro; pagamento de dividendos e de remuneração sobre o capital próprio; aumento de capital; subscrição de ações; e alterações de estatutos sociais, entre outros. Ainda, com a edição da Lei nº 13.303/2016 - “Lei do Estatuto Jurídico das Empresas”, a Secretaria Executiva do CODEC continuou a ser demandada para preparação de minutas de normativos para atender a procedimentos exigidos nas empresas estatais. Nesse sentido, foram editadas 4 Deliberações CODEC de observância obrigatória pelas empresas estatais: nº 1 - dispondo sobre a alteração de dispositivo da Deliberação CODEC nº 1 de 2018, especificamente sobre a de remuneração dos órgãos estatutários; nº 2 - implantando o Manual de Orientação do Conselheiro Fiscal; nº 3, estabelecendo as diretrizes para o acompanhamento da execução do Plano de Trabalho anual dos Conselheiros Fiscais; e nº 4, estabelece as diretrizes para a avaliação dos administradores. A Secretaria Executiva do CODEC organizou 04 eventos e encontros com intuito de orientar as empresas, oferecendo subsídios para o aprimoramento e conscientização de responsabilidades e obrigações na inserção de práticas de governança corporativa, foram eles: em 30/5 - “Encontro de Diretores Financeiros”; em 20/8 - “Encontro de Conselheiros Fiscais”; em 19/9 - “Encontro dos Coordenadores do Comitês de Auditoria”; e em 2/12 - “Encontro de Conselheiros de Administração”. Neste ano também, a Secretaria Executiva do CODEC participou das reuniões trimestrais do Fórum de Conselheiros de Estatais, promovido pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e da Câmara Consultiva de Mercado de Governança de Estatais, realizado pela Brasil, Bolsa, Balcão B3. Para finalizar, cabe destacar que a Secretaria Executiva do CODEC reformulou sua página, incluída no portal da Secretaria da Fazenda e Planejamento, visando melhorar a disponibilização da normatização vigente que disciplina o relacionamento do Colegiado com as Empresas sob o controle acionário do Estado.

Subsecretarias - Coordenadoria da Administração Tributária – CAT - Arrecadação tributária - os dados disponíveis, ainda estimados, sinalizam que a receita tributária do Estado de São Paulo no ano deverá alcançar, em valores nominais, o montante de R\$ 175,3 bilhões. Essa estimativa inclui a receita dos programas especiais de parcelamento em vigor e o ICMS-Fecoop e corresponde à arrecadação tributária em conceito amplo. O resultado corresponde a um crescimento nominal de 7,2% em relação a 2018. Nessa mesma comparação, mas com valores deflacionados pelo IPCA, a variação foi de 3,4%. O gráfico abaixo demonstra a composição da receita tributária estimada no ano, baseada nos dados de arrecadação definitivos até outubro, provisórios em novembro e estimados para dezembro.



A receita de ICMS, incluso o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - Fecoop, deve alcançar, em cálculo preliminar, R\$ 144,5 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 5,8% em relação ao ano anterior. Quanto aos demais impostos, a arrecadação de IPVA e ITCMD deve ser de R\$ 16,8 bilhões e R\$ 3,1 bilhões, respectivamente. Neste cenário, em relação ao ano de 2018, o índice de crescimento nominal da receita de IPVA é de 6,7%, enquanto o ITCMD deve avançar de 13,4%. Em novembro, foi instituído o Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS para liquidação dos débitos fiscais relativos a fatos geradores ocorridos até 31/5. Dados preliminares indicam que os acordos firmados contabilizaram R\$ 10 bilhões a ser regularizados com benefícios de redução no valor de multa e de juros. Mais de 5 mil contribuintes optaram por pagar suas dívidas à vista, totalizando de R\$ 2,8 bilhões. O pagamento à vista, assim como o pagamento da primeira parcela dos parcelamentos, tem como última data de recolhimento o dia 20/12, sendo esperado um volume significativo de pagamentos nesta data. Até o dia 18 de dezembro os valores alcançados pelo programa totalizaram R\$ 1,7 bilhão. Principais projetos - a CAT desenvolveu diversos projetos, dentre os quais se destacam: Programa de Conformidade Fiscal – até 31/11, apresentou os seguintes resultados: mais de R\$ 861 milhões de caixa gerado para o tesouro do Estado; cerca de 11 mil notificações a contribuintes, orientando-os a se autorregularizarem; 276 Autos de Infração e Imposição de Multa analisados e cobrados; cerca de 72 mil contribuintes orientados sobre assuntos tributários. Ambiente de Pagamentos - o Sistema Ambiente de Pagamentos permite aos contribuintes emitir o documento de arrecadação e recolhê-lo nas instituições bancárias autorizadas. A transmissão da informação pelos bancos é mais ágil, conferindo melhor controle sobre os pagamentos e maior celeridade na prestação dos serviços pelos órgãos do Estado de São Paulo. Em janeiro, iniciou-se a inclusão de receitas de ICMS no ambiente de pagamentos com a migração do ICMS substituição tributária. Iniciou-se, também, a arrecadação de diversas receitas através do ambiente de pagamentos, dentre os quais se destacam o ITCMD - débitos inscritos na dívida ativa e a multa por infração à legislação do trânsito. Planeja-se para 2020 a inclusão de outras receitas do ICMS no ambiente de pagamentos. Eliminação da GIA - Guia de Informação e Apuração do ICMS - o projeto visa reduzir custos e redundâncias associados às obrigações acessórias dos contribuintes, trazendo benefícios tanto ao contribuinte quanto à fiscalização por eliminar inconsistências de informações provenientes de redundâncias, evitando retrabalhos e alarmes falsos advindos dos cruzamentos de dados, já que a análise fiscal será feita sobre os dados obtidos diretamente da escrita fiscal digital, EFD. A fase de transição do projeto, em que relatórios de divergências GIA x EFD são enviados via Domicílio Eletrônico do Contribuinte, DEC, e disponibilizados no Posto Fiscal Eletrônico, PFE, ao contribuinte, iniciou-se em dezembro de 2018 e foi expandida em agosto, abrangendo um universo de aproximadamente 35 mil contribuintes do regime periódico de apuração, RPA. Vários ajustes e correções no sistema de geração da GIA virtual e nos relatórios foram realizados e a convergência entre as informações da GIA real e as da GIA gerada a partir da EFD está sendo monitorada. Durante o ano de 2020 a Fase de Transição deverá ser expandida para abranger todos os contribuintes RPA, visando efetivar a dispensa da entrega da GIA a partir de 2021. Nota Fiscal Paulista - NFP - desenvolvimento de sistema para utilização conjunta com o Judiciário - NFP-JUD: permite consulta de saldo, bloqueio de créditos e transferência de valores pelo próprio juiz, otimizando este processo, com demanda de mais de 1.000 ofícios/ mês; ampliação do prazo em mais 30 dias para cadastramento dos documentos fiscais pelas entidades.

Valores acumulados desde o início do Programa até novembro de 2019

Total distribuído	R\$ 16.481.920.713,00
Créditos distribuídos	R\$ 14.713.420.713,00
Prêmios distribuídos	R\$ 1.768.500.000,00
Usuários cadastrados	20.770.087
Notas/Cupons Fiscais processados	72.672.190.12

Atendimento ao Público - resultados do Atendimento e Cadastro de Contribuintes de ICMS - CADESP: cassação de empresas do Regime Periódico de Apuração por inatividade presumida: 21.359 contribuintes, entre 01/01 e 18/12; avaliação geral dos usuários dos serviços prestados presencialmente nos postos fiscais e serviços de Pronto Atendimento da Sefaz obteve a nota média de 3,97 - dados registrados através do Sistema de Gestão do Atendimento – SIGA, observando uma escala de 0 a 4; de janeiro a novembro foram realizados 1.826.939,07 atendimentos pela Sefaz, assim distribuídos entre os diferentes canais: 192.286 no Fale Conosco - Atendimento Eletrônico; 638.325 no Call Center - 0800; 995.776 atendimentos presenciais. Fiscalização: Balanço das Ações - em termos de trabalhos da Fiscalização Direta de Tributos, FDT, no período de 01/Jan a 19/Dez/2019, destacamos: Conclusão de mais de 2.686 auditorias; Emissão de 176.545 Ordens de Serviços Fiscais - OSFs; Notificação de 9.747 Autos de Infração e de Imposição de Multa – AIIM, resultando em um valor de cerca de R\$ 20.619.645.328,37 entre imposto, juros e multa; Operações - Vito Veritas: Operação que visou desmantelar esquema fraudulento articulado por um dos maiores importadores de vinhos do país. Valor total das infrações supera os R\$ 200 milhões em ICMS. Para reduzir ou até mesmo não pagar os impostos, simulava importações de vinhos por contribuintes situados no Estado de Alagoas com posterior transferência dessas mercadorias para empresas paulistas. Em seguida, essas bebidas, principalmente vinhos, eram vendidas para diversos restaurantes, adegas e grandes redes de supermercados de São Paulo também sem o recolhimento de ICMS; Forasteiro: O objetivo é desarticular esquema de sonegação baseado na criação de empresas "fantasmas" e na transferência de mais de R\$ 100 milhões em créditos espúrios de ICMS para o Estado de São Paulo. A ação acontece simultaneamente em 128 contribuintes. Para verificação da regularidade tributária, estão previstos plantões em estabelecimentos de contribuintes com comportamento fiscal duvidoso, os quais recebem documentos fiscais emitidos por empresas “noteiras” localizadas em outros Estados; Megaoperação Black Friday: Megaoperação envolvendo R\$ 675 milhões em vendas irregulares de produtos eletroeletrônicos em plataformas de comércio

digital e a sonegação R\$ 62 milhões de ICMS em transações de importação de mercadorias de vários setores. Ao todo, o Fisco paulista mobilizou 180 agentes fiscais de rendas de 16 Delegacias Regionais Tributárias do Estado e contou com o apoio da Polícia Civil. 157 empresas foram investigadas; Olho de Hórus - 2ª Fase: Em continuidade a 1ª Fase, tem o objetivo de cumprir 4 mandados de busca e apreensão no Estado de São Paulo e a lavratura pelo fisco paulista de Autos de Infração e Imposição de Multa - AIIIMS contra as empresas beneficiárias do esquema de sonegação. O valor total das autuações supera os R\$ 330 milhões. Cobrança e recuperação do Crédito Tributário: Força-tarefa “Manus lux” - Cobrança de devedores contumazes realizada no período de novembro de 2018 a fevereiro de 2019, na qual foram realizados trabalhos de orientação e cobrança de mais de 70 empresas selecionadas com débitos de Substituição Tributária, chegando ao valor total recuperado - pago e parcelado de cerca de R\$ 118,6 milhões e incremento à vista no caixa do Estado de aproximadamente R\$ 68,9 milhões; Operação “Inadimplentes” - ações de cobrança para o acompanhamento de 346 contribuintes ativos que foram selecionados por apresentarem elevadas dívidas de ICMS. Realizados cerca de 50 plantões fiscais, diversas reuniões presenciais com dirigentes das empresas, auditorias e a instituição de Regimes Especiais de Ofício. Formalizados parcelamentos na ordem de R\$ 54 milhões de ICMS; Operação “Borderland” - EC 87/2015 - Ação de cobrança de débitos de diferencial de alíquota devidos por contribuintes de outras unidades da federação. Por meio de contato telefônico com os contribuintes e encaminhamento de mensagens eletrônicas houve a recuperação de cerca de R\$ 50 milhões com pagamento à vista; Programa Especial de Parcelamento - PEP 2019 - contabilizou, até 19/12, mais de R\$ 10 bilhões a ser regularizados com benefícios de redução no valor de multas e de juros e já incrementou no caixa do Estado até o vencimento da primeira parcela, em dezembro, cerca de R\$ 2 bilhões. Contencioso administrativo - até setembro, foram 8.654 processos julgados em 1ª instância e 3.523 em 2ª instância, totalizando 12.177 processos julgados. O tempo médio dos processos no contencioso foi de 34,66 meses. Com a edição de novas súmulas e a modificação da alçada recursal para a segunda instância do Tribunal haverá tendência de queda do tempo de tramitação.

PROCESSOS ENCERRADOS NO CONTENCIOSO					
	Qtd.	Imposto (R\$ M)	Multa (R\$ M)	Juros (R\$ M)	Total (R\$ M)
Eletrônicos	3.001	2.637.141	5.959.933	1.370.392	9.967.467
Físicos	35	214.116	930.609	151.903	1.296.629
Total	3.026	2.851.257	6.890.543	1.522.296	11.264.097

Legislação e Consultoria Tributária - finalizadas 1.897 consultas; elaborados 4 pareceres; analisados 88 expedientes; respondidas 3.104 perguntas no Fale Conosco; elaboradas 49 minutas de Decreto; elaboradas 19 minutas de Resolução; elaboradas 37 minutas de Portarias; Sistema de Pesquisa da Legislação Tributária - entrou em produção em maio de 2019 armazena e disponibiliza para consulta pública todas as alterações legais - em RICMS, Portarias, Decretos, etc., publicadas no Diário Oficial. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - Coordenadoria de Planejamento e Orçamento - Elaboração do Plano Plurianual – PPA 2020-2023 - compõe-se de 111 Programas e deverá depender ao longo de sua vigência, R\$ 1.118,6 bilhões, entre recursos orçamentários e não orçamentários. A elaboração do PPA 2020-2023 foi antecedida por audiências públicas, presenciais e temáticas, oportunidades em que foram recebidas mais de 1,9 mil propostas tendo como temas mais recorrentes: qualidade nas estradas e rodovias; oportunidades e qualificação para o trabalho; e acesso à saúde de qualidade. A elaboração do PPA envolveu também a coordenação do trabalho das diferentes instâncias da administração com o objetivo de traduzir as diretrizes e objetivos governamentais em propostas de programas que serão desenvolvidos durante os quatro anos de sua vigência, os bens e serviços que pretende entregar e os resultados que espera obter nesse período. Avaliação de Programas e Políticas Públicas - Com o objetivo de mensurar a eficiência, eficácia e efetividade das ações de Governo, três avaliações foram finalizadas, em parceria com a Fundação SEADE, sendo que os programas Ação Jovem e Bom Prato foram avaliados, o que permitiu recolher subsídios de modo a aprimorar suas atuações junto o público alvo dos programas. Realizou-se, também, avaliação da evasão escolar, a partir de metodologia de painel de acompanhamento de histórico dos estudantes nas redes de ensino o que trouxe novos conhecimentos acerca desse desafiador fenômeno para a política educacional, possibilitando à secretaria aprimorar sua intervenção no sentido de minimizá-lo. Monitoramento dos Programas do PPA 2016-2019 e Prestação de Contas - Processo que compreende um conjunto de atividades contínuas de produção, registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas na gestão dos programas e dos produtos, com a finalidade de subsidiar a tomada decisão quanto aos esforços necessários para aprimoramento da ação pública. Suas entregas organizam-se em tarefas de acompanhamento via SimPPA - o sistema de monitoramento do PPA. A adoção de novas funcionalidades facilitou o processo de registro interno das informações e resultados, o que permitirá perenidade nos registros analíticos, consolidação mais adequada dos aspectos necessários para as revisões do PPA e para o ciclo futuro de planejamento. No que diz respeito à prestação de contas aos órgãos de controle externo foram apuradas e consolidadas informações com diferentes periodicidades e transmitidas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE, por ocasião do processo de tomadas de contas anual do Governador. Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020: elaboração do texto do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020; elaboração do Anexo de Metas Fiscais, em conjunto com unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento; interação com a Procuradoria Geral do Estado para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais; consolidação e formalização da íntegra do projeto de lei de diretrizes orçamentárias; análise do impacto orçamentário das 539 emendas apresentadas pelo Parlamento e edição da Lei aprovada. Elaboração do Orçamento para o exercício de 2020: conversão e análise da série histórica das despesas de custeio, definição dos Valores Referenciais de Custeio e divulgação aos órgãos dos Poderes do Estado dos valores para a elaboração das respectivas Propostas Orçamentárias Setoriais; disponibilização na web, do Sistema Proposta Orçamentária Setorial – POS, para a apresentação das propostas orçamentárias dos órgãos e entidades componentes do orçamento fiscal e da seguridade social e do Sistema Orçamentário das Empresas – SOE para a apresentação das propostas orçamentárias das empresas estatais não dependentes; coordenação e acompanhamento junto aos órgãos da administração estadual dos trabalhos de elaboração das propostas setoriais para o Orçamento Fiscal, para o Orçamento da Seguridade Social e para o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais; análise técnica das propostas orçamentárias dos órgãos e elaboração de relatórios gerenciais para subsidiar a tomada de decisão; previsão das despesas de caráter obrigatório tais como pessoal, serviço da dívida e vinculações constitucionais; atualização das atribuições e da legislação obrigatória de cada órgão dos Poderes do Estado; elaboração da Mensagem e formalização da Proposta Orçamentária do Estado; análise das 15.866 emendas legislativas

propostas ao Projeto de Lei do Orçamento e formalização da Lei Orçamentária. Acompanhamento da Execução Orçamentária - Elaboração e divulgação do Caderno Orçamento do Estado, com informações sobre a evolução das receitas e despesas em vários níveis de agregação. Avaliação técnica das implicações de reformas administrativas e análises técnicas de natureza orçamentária: atualização das alterações na classificação institucional da Administração no Sistema de Administração Financeira e Orçamentária do Estado. Análises técnicas de proposições de alterações do orçamento e suas implicações nos processos de contratação pela Administração Pública Estadual. Acompanhamento dos Investimentos por meio de relatórios específicos por área, programas e fontes de financiamento. Estudos para subsidiar a definição de diretrizes e providências para a redução e otimização das despesas de custeio no âmbito do Poder Executivo e das medidas necessárias e viáveis para adequação do equilíbrio orçamentário à conjuntura econômica; publicação de Portarias Conjuntas com unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento estabelecendo procedimentos relativos à execução orçamentária e financeira do exercício, considerando os resultados apurados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO - bimestral e do Relatório de Gestão Fiscal - quadrimestral, definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, ajustando o eventual descompasso entre os parâmetros adotados para as projeções da lei orçamentária anual e os índices efetivamente observados no período. Atendimento de consultas acerca da classificação da despesa, estrutura programática, elaboração e execução orçamentária, aspectos legais do orçamento, funcionamento e utilização de aplicativos do Sistema Orçamentário, aspectos de quantificação física e financeira da orçamentação. Desenvolvimento de estudos sobre a estrutura salarial - análises dos processos de contratação de pessoal com o objetivo de subsidiar o Governador do Estado em suas decisões e apoio ao Secretário da Pasta - membro da Comissão de Política Salarial, nos assuntos pertinentes à política salarial das empresas e fundações; elaboração de estudos para embasamento das negociações e propostas de reajustes salariais das carreiras do Estado; acompanhamento de informações com potencial pressão sobre as despesas com pessoal: propostas de sindicatos de categorias; pagamentos de Bonificação por Resultados, folhas de pagamentos; programas de demissão voluntária; elaboração de Notas Técnicas/pareceres acerca de impactos orçamentários e financeiros de projetos ou propostas relacionados à área de pessoal, inclusive as decorrentes de criação ou ampliação de unidades ou entidades públicas. Instrumentos de Planejamento e Orçamento: adequação tecnológica e desenvolvimento de novos aplicativos para suporte ao desenvolvimento do Programa de Trabalho 2029 - Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento. Entre seus produtos de entrega figuram: atualização dos sistemas que coletam informações na web: Estrutura de Programas e Ações – EPA - ampliação das funcionalidades que auxiliam nas reformas administrativas e funcionais programáticas, bem como, ajustes no BI em decorrência da mudança do sistema; Proposta Orçamentária do Planejamento - Propsep - adequação tecnológica, ampliação de funcionalidades, integrações com bancos de dados e sistemas e ajustes nos relatórios disponibilizados no BI; Sistema de Alterações Orçamentárias - manutenção do sistema atual, desenvolvimento de novo sistema com arquitetura tecnológica atualizada incluindo funcionalidade que permite a parametrização de regras de negócios; Sistema de Orçamento das Empresas – SOE - integração o Sistema de Entidades Descentralizadas – SIEDESC e desenvolvimento do módulo relatório no BI; Lei de Diretrizes Orçamentárias - desenvolvimento de funcionalidade para totalização das metas do PPA por ano e no período de referência; Plano Plurianual - desenvolvimento de sistema para audiências públicas do PPA nos formatos eletrônico e presencial; desenvolvimento de sistema para diagnóstico setorial e módulo de relatórios para avaliação de eventuais melhorias no novo PPA; automatização do cálculo do Índice de Efetividade da Gestão Estadual – IEGE; cálculo da taxa de atingimento meta física; novo modelo analítico para emendas PPA; Sistema de Monitoramento do PPA – SimPPA - ampliação de funcionalidades de monitoramento periódico para auxílio na prestação de contas requeridas pela legislação e ajustes nos relatórios disponibilizados no BI; Sistema de Autorização para contratação por concursos públicos: desenvolvimento de workflow para autorização de contratação por concurso público; Integração de informações sobre Contratos - em desenvolvimento rotinas para integração de informações dos sistemas da Imprensa Oficial, Siafem, BEC para integração de informações sobre os contratos; Sistema de Diárias - em desenvolvimento workflow para autorização de pagamento de diárias para a Administração Direta; Sistema de controle de acesso - CAC - manutenção e ajustes no BI para melhoria da integração; adequação do atributo fonte de recurso para 2 posições: ajustes nos sistema transacionais e BI; Extração e disponibilização de informações obrigatórias e requeridas pela legislação: geração de arquivos no formato de CSV e XLS para o portal de Transparência; Aprimoramento dos relatórios técnicos relativos à elaboração e execução orçamentária, mediante a utilização da ferramenta Business Intelligence (BI), cujas novas funcionalidades são compartilhadas, na plataforma web, com todos os órgãos; Modernização de procedimentos para a ferramenta de extração e carga de dados, e, controle de agendamento e execução dos processos de carga da base analítica do BI; novo ementário da receita no padrão da Secretaria de Tesouro Nacional – STN: adequação do BI; Sistema de emissão de livros: modernização da ferramenta AutoBook, utilizada para emissão dos livros PPA, LDO, LOA. *Coordenadoria de Administração Financeira* - Execução Financeira do Estado - envolve a administração do Fluxo de Caixa do Tesouro, com a movimentação financeira anual da ordem de R\$ 200 bilhões; gerenciamento das aplicações financeiras da Conta Única do Tesouro com uma carteira de R\$ 15,87 bilhões, sendo R\$ 6,15 bilhões de recursos do Tesouro; execução orçamentária e financeira das transferências constitucionais aos Municípios, no montante da ordem de R\$ 45,7 bilhões; e execução orçamentária das despesas referentes ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, totalizando cerca de R\$ 3,5 bilhões em 2019. Para a operacionalização da execução financeira, o Departamento de Finanças do Estado – DFE conta com: Sistema de Execução Financeira que permite aos gestores financeiros dos órgãos e entidades da administração estadual o gerenciamento e a execução automatizada das Programações de Desembolso – PD’s, envolvendo cerca de 656 mil documentos/ano; Sistema de Grandes Faturadores que centraliza o pagamento de faturas de utilidade pública automatizando o processo de emissão de documentos de execução orçamentária e financeira, bem como a programação do pagamento destas faturas, em ambiente web; Sistema de Transferências Voluntárias que disponibiliza as informações de transferências financeiras do Estado aos Municípios e Entidades decorrentes da celebração de convênios e/ou outros instrumentos similares, para a realização de obras e/ou serviços de interesse comum; e Sistema Integrado da Receita que permite a projeção e acompanhamento da arrecadação das receitas, bem como a confirmação de excesso de arrecadação e superávit financeiro. Modernização da Contabilidade do Estado: as atividades desenvolvidas no Projeto Sistema de Custos dos Serviços Públicos – SCSP foram exclusivamente focadas na Secretaria da Educação. Quanto ao processo de convergência às novas normas internacionais de contabilidade pública, a Contadoria Geral do Estado desenvolveu as seguintes atividades: atualização dos saldos contabilizados dos ativos e passivos decorrentes das concessões de Parceria Público-Privadas –

PPPs; atualização dos saldos dos imóveis que tiveram seu reconhecimento inicial realizado nos exercícios de 2016 e 2017, decorrentes de depreciação; implementação de novas melhorias à gestão de contratos, com a publicação da Instrução Normativa CGE nº 3, de 11/9/2019; adequação dos procedimentos, de acordo com as novas normas, referentes à contabilização do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF, a vigor a partir de 2020; atualização da estrutura do novo Ementário de Receitas para o Orçamento de 2020. Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFEM/SP - cadastradas cerca de 1.900 unidades gestoras ativas, que efetuam os registros contábeis por meio de aproximadamente 14.700 usuários. Principais atividades: realização de ajustes nos roteiros de eventos contábeis e plano de contas em atendimento às novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, especialmente à Portaria STN nº 642, de 20/9/2019, que estabeleceu adequações para gerar a matriz de saldos contábeis para o exercício de 2020; atualização do processo de conversão - “de para” - das informações do plano de contas do SIAFEM à Matriz de Saldos Contábeis - MSC, que é uma estrutura padronizada de envio das informações contábeis do Estado ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público – SICONFI. Neste exercício foram mapeadas e analisadas 944 contas contábeis do SIAFEM, algumas aderentes ao plano de contas padrão para toda federação e outras que requerem tratamento dos seus saldos e migração para contas padrão; promover de forma conjunta com todos os órgãos do Estado e conforme a Instrução CGE 2, de 2/7/2019, a análise, avaliação, regularização e saneamento de saldos contábeis sem movimentação a mais de um exercício financeiro; promover o saneamento dos saldos represados em Unidades Gestoras Extintas. O fruto deste trabalho resultou no ajuste de saldo de 198 contas contábeis de UGEs extintas - baixa ou reclassificação para nova Unidade Gestora. Sistema de Administração de Materiais - SAM: desenvolvido no Sistema de Gestão do Patrimônio Mobiliário e de Estoques do Estado cadastrando contendo base de dados dos comitês, comissões e grupos de trabalho, conforme determinado pelo Decreto nº 63.616/2018 e Instruções CGE 003/2018 e 004/2018, bem como inventário da situação atual de implantação e integração dos módulos de estoque e patrimônio que compõem o sistema nas diversas unidades do Estado. Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – SIGEO: base para as informações orçamentárias e financeiras do portal da Transparência do Estado, com acesso a consultas prontas, geração de gráficos interativos e geoprocessamento das informações. Foram implementados no SIGEO: automatização dos relatórios gerenciais do Centro de Análises Contábeis e Informações, visando atender a Lei de Responsabilidade Fiscal; criação de área de assunto e relatório da MSC – Matriz de Saldos Contábeis para a SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Administração da Folha de Pagamentos do Estado: até novembro, além das folhas mensais de pagamento, foram processadas 53 folhas, denominadas suplementares, envolvendo 443.100 mil servidores públicos da Administração Direta - Poder Executivo, exceto Polícia Militar; Projeto RH-FOLH@ - Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos e de Folha de Pagamento: tem por objetivo preparar o sistema de folha de pagamento - SDPE para se constituir em um sistema único e integrado, que possa atender futuramente as autarquias, a Polícia Militar e a SPPREV. A fase de ajuste sistêmico para efetuar o cálculo do retroativo automático encontra-se concluído. O cálculo retroativo automático está parcialmente em produção faltando aproximadamente 10% para sua conclusão. O Sistema de RH encontra-se em desenvolvimento pela Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado, com participação do Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE e a sua implantação propiciará as seguintes melhorias: com os dados do servidor inseridos no sistema de Gestão de RH, as concessões de benefícios e vantagens serão realizadas de forma automática; as informações da vida funcional dos servidores estarão registradas em um sistema único, permitindo a consulta e a alteração de dados; e como o registro das informações será automático, propiciará a liberação da equipe da folha de pagamentos para atuar na orientação, monitoramento e fiscalização. Gestão dos Haveres e Dívidas do Estado - o estoque da dívida consolidada do Estado em outubro, totalizou R\$ 313,5 bilhões, dos quais R\$ 25,3 bilhões - 8,1% da dívida consolidada, referem-se a precatórios e outras dívidas não contratuais e R\$ 288,2 bilhões - 91,9% da dívida consolidada, referem-se à dívida contratual com a seguinte composição: contrato de refinanciamento da dívida com a União nos moldes da Lei nº 9496/97, com um saldo de R\$ 246,1 bilhões - 85,4% da dívida contratual, dívida contratual indexada a câmbio com um saldo de R\$ 30,0 bilhões - 10,4% da dívida contratual e outras dívidas contratuais com um saldo de R\$ 12,1 bilhões - 4,2% da dívida contratual. O dispêndio do Tesouro Estadual com o pagamento do serviço da dívida deverá totalizar R\$ 19,7 bilhões, dos quais R\$ 14,7 bilhões - 74,4% do total, referem-se à dívida refinanciada com a União nos moldes da Lei nº 9496/97, R\$ 3,5 bilhões - 17,6% do total, referem-se à dívida contratual indexada a câmbio e R\$ 1,6 bilhão - 8% do total, refere-se a outras dívidas contratuais. Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin - desde a implantação, em 22/9/2008 até 30/11/2019, propiciou o ingresso de R\$ 12,6 bilhões ao Estado, correspondendo a 22,3 milhões de pendências regularizadas. Controle da Administração Indireta e Fundacional do Estado - realiza a análise e manifestação prévia à deliberação da Comissão de Política Salarial – CPS, nos pedidos provenientes das Empresas, nas quais o Estado é acionista controlador, direta ou indiretamente, das Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado, referentes à: fixação e alteração dos quadros de pessoal, contratação de empregados, implantação de planos de empregos e salários, envolvendo correção de curva salarial, impacto financeiro proveniente de Acordos, Convênios e Dissídios Coletivos de Trabalho, programa de demissão incentivada. Realiza também a análise e manifestação prévia à deliberação do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, nos pedidos provenientes das Empresas, nas quais o Estado é acionista controlador, direta ou indiretamente, referentes a: planos de Previdência Complementar, Programas de Participação nos Lucros e Resultados, Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. No aspecto financeiro, realizou, até novembro, análise de proposta de liberação de recursos financeiros do Tesouro para a cobertura de pessoal e custeio das Empresas, Fundações e Autarquias, no valor de R\$ 8,9 bilhões. Subsecretaria de Gestão - Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado - CRHE – Órgão Central do Sistema de Administração de Pessoal - Gestão de Pessoas e de Recursos Humanos: Projetos e ações em andamento - RH-Folh@ - Decreto nº 55.209/2009 - Estágio do projeto por parte da CRHE: foi finalizado o desenvolvimento de toda a documentação da fase 1, em conjunto com a equipe da Prodesp. Após o desenvolvimento, foi realizada pela CRHE a homologação dos seguintes temas: Consulta de Classe - Em Produção; Consulta Estrutura Organizacional - Em Produção; Criação de Cargo - Em Produção; Provedimento e Preenchimento - Homologado, porém não está em produção; Eventos de Cargo - Homologado, porém não está em produção; Concursos Públicos do Estado de São Paulo - Resolução Conjunta - SG/SFP-2, de 7/11/2019 – Instituiu o Sistema de Fluxo de Autorização de Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado – SISAUT, no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Estado e nas Empresas e Fundações, cujo capital o Estado tenha participação majoritária; Instrução Conjunta - Instrução Conjunta SPOF/SG 1, de 7/11/2019 – Instituição do Sistema de Fluxo de

Autorização de Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado – SISAUT; Análises e Avaliações Técnicas: editais de Concurso Público - 34 processos de editais para abertura de concursos públicos; solicitações de autorizações para provimento de cargos, preenchimento de funções-atividades, e contratações: 46 solicitações; contratação por tempo determinado: 5 solicitações, que totalizam 2.206 vagas; publicações: autorizações governamentais para abertura de concurso público que foram publicadas mediante despacho do Governador no Diário Oficial do Estado, para o exercício, totalizando 22.267 vagas. Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME - Atividades Periciais - entre janeiro e novembro, o DPME realizou 210.605 perícias médicas e emitiu 35.591 laudos e pareceres, assim distribuídos quanto a sua finalidade:

ATIVIDADE PERICIAL 2019	PERICIAS				LAUDOS E PARECERES						TOTAL
	Licença Saúde	Ingresso	Capacidade Laborativa	Outro Estado	Aposentadoria	Insg. IR/Prev.	Readaptação	Insalubridade	Recurso de Ingresso	Acidente de Trabalho	
Jan	8.650	1.476	13	7	95	42	988	1.880	16	267	13.434
Fev	16.715	276	22	3	487	91	672	1.009	17	661	19.953
Mar	12.368	933	11	7	205	4	502	442	25	363	14.860
Abr	11.741	3.348	13	7	85	8	580	5.700	5	189	21.676
Mai	10.185	2.742	15	3	200	72	516	2.192	23	252	16.200
Jun	31.501	2.007	16	7	217	21	369	510	24	177	34.849
Jul	16.989	3.513	3	9	101	49	303	1.978	59	358	23.362
Ago	21.493	765	30	7	281	74	358	1.096	42	543	24.689
Set	22.127	444	25	10	284	52	553	1.727	88	436	25.746
Out	22.458	375	24	9	190	38	581	2.321	28	291	26.315
Nov	20.108	120	22	8	134	38	202	4.177	8	295	25.112
TOTAL	194.335	15.999	194	77	2.279	489	5.624	23.032	335	3.832	246.196
											210.605
											35.591

Fonte: E-Sisal/DPME

No mesmo período, foram também analisados 27.244 pedidos de reconsideração, respondidas 555 demandas da Ouvidoria/SIC e realizados 535 atendimentos psicológicos, além de 15.236 atendimentos presenciais, 1.649 vistas de prontuário e 23.289 atendimentos telefônicos. A disponibilização de e-mails corporativos referentes aos diversos setores do DPME possibilitou que grande parte das demandas por informações, que anteriormente eram prestadas aos servidores que compareciam ao Departamento, passassem a ser resolvidas pela via digital, conferindo maior agilidade ao atendimento. Segue abaixo a relação desses e-mails, através dos quais foram atendidas 36.330 demandas, entre os meses de janeiro a novembro do corrente exercício:

E-mails Corporativos	
periciasa cidade de trabalho@sp.gov.br	244
periciasa aposentadoria@sp.gov.br	945
periciasa atendimento@sp.gov.br	5.342
periciasa ingresso@sp.gov.br	7.552
periciasa insalubridade@sp.gov.br	151
periciasa medicas@sp.gov.br	3.183
periciasa outro estado@planejamento.sp.gov.br	1.126
periciasa pcd@planejamento.sp.gov.br	393
periciasa readapcao@sp.gov.br	2.068
periciasa reconsideracao@sp.gov.br	1.215
periciasa recurso@sp.gov.br	3.154
prontuarios medicos@sp.gov.br	3.957
judiciaisdpm@planejamento.sp.gov.br	4.478
dpmeast@planejamento.sp.gov.br	2.508
manuais digitalizadas@planejamento.sp.gov.br	14
TOTAL	36.330

Aprimoramento das Atividades - Internamente, promove-se contínua análise do fluxo das atividades e dos procedimentos adotados, viabilizando a identificação de pontos críticos e alternativas de intervenção, tendo por objetivo conferir o máximo de controle, eficiência e agilidade aos serviços prestados. Foi elaborada uma nova edição do Manual de Perícias Médicas - a edição anterior era de 1990, que se encontra atualmente em fase de publicação, com o propósito de atualizar e padronizar os protocolos médicos relativos à atividade pericial, uma vez que os avanços da Medicina nas últimas décadas trouxeram significativas mudanças no tratamento de inúmeras patologias, tornando imperiosa a revisão das práticas médico-periciais realizadas no âmbito do DPME, de forma a aperfeiçoar as orientações e normas gerais, proporcionando um maior embasamento e homogeneidade nas condutas e decisões médico-periciais a serem realizadas. Descentralização das Perícias - encontra-se vigente novo convênio entre a Secretaria de Planejamento e Gestão Pública - SPG e o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE, celebrado em março de 2018, dando continuidade ao atendimento descentralizado no interior e na Região Metropolitana de São Paulo, através de 62 polos, além de 14 polos diferenciados destinados às avaliações de readaptação funcional, com médicos especialistas nas patologias relacionadas ao atendimento dessas avaliações. Conta-se atualmente com 256 médicos credenciados, que atuam em 143 clínicas conveniadas, garantindo locais de perícia mais próximos à sede de exercício dos servidores do Estado. Cabe reiterar que, mesmo com a descentralização das perícias médicas, o DPME é responsável pela decisão final e pela publicação do resultado das perícias, zelando pela qualidade do serviço prestado. Informatização - desde a implantação das perícias online, em 2013, o DPME vem dando continuidade à informatização dos procedimentos periciais, com destaque, neste período, para a informatização da readaptação funcional, permitindo que fossem reavaliados todos os servidores readaptados e garantindo que as

reavaliações seguintes ocorram a cada dois anos, como estabelece a legislação pertinente. Deu-se início também à informatização dos pedidos de reconsideração, que, uma vez concluída, proporcionará maior agilidade na tramitação e análise dos milhares de requerimentos encaminhados ao DPME, o que vem permitindo significativas reduções no prazo médio de dias transcorridos entre a solicitação e a publicação dos resultados no Diário Oficial do Estado das perícias de licença saúde e ingresso. Capacitação - no dia 30/8, foi promovido o evento de “Capacitação para Realização de Perícia Médica do DPME”, pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, com o objetivo de garantir que a atuação dos profissionais médicos credenciados obedeça aos requisitos e protocolos periciais previstos no âmbito do Convênio entre SFP/DPME e IAMSPE. Com duração de 5 horas, o evento contou com a presença de 126 médicos, que receberam o devido Certificado de Participação. Redes Sociais e Sistemas Integrados de Apoio: Vclipping: <http://www.recursos humanos.sp.gov.br/vclipping> - A legislação pertinente de RH do Estado de São Paulo é disponibilizada em tecnologia Wiki. Possibilita uma inserção da legislação de forma mais ágil e dinâmica. Até 6/12, foram computadas 1.610.557 visualizações e publicadas 110 normas, totalizando 6.210. Site <http://www.recursos humanos.sp.gov.br>: computou 670.645 acessos. Sistema de Cadastro de Cargos e Funções - Atividade – SICAD - Decreto nº 50.881/06 – Coordenação e orientação técnica aos setoriais de recursos humanos quanto à manutenção do Sistema. São 640.175 cargos, funções - atividades e empregos públicos informados e mantidos pelos setoriais de recursos humanos. Até 6/12, foram computados: 3.745 extinções de cargos/funções-atividades/empregos públicos; 44.655 cargos, funções-atividades e empregos públicos com previsão de extinção na vacância; 2.297 manifestações técnicas e orientações expedidas - Informações, Ofícios, Memorandos, Comunicados, Instruções, Despachos e Orientações por correio eletrônico. Manutenção de Sistemas e Informações geradas: Auxílio - Alimentação: manutenção e acompanhamento da apuração do benefício junto aos sistemas de folhas de pagamento, contando em média com: 280.938 servidores beneficiados; 4.721.285 vales distribuídos ao custo mensal de R\$ 55.239.032,00; Recadastramento - 539.686 servidores de 1/1 a 6/12; monitoramento, orientação do Sistema de Recadastramento de servidores e militares ativos, da administração direta, autarquias e fundações; Emissão de relatórios diversos - contidas no Banco de Informações Referentes a Pessoal, Reflexos e Encargos Sociais do Estado - banco - Folha de pagamento, Sistema de Recadastramento, Sistema do Auxílio Alimentação, Sistema de Cargos, totalizando 950; Atendimento a correios eletrônicos: até 06/12, foram computados 300 no Portal da Transparência; 2.434 no Fale Conosco; 95 via Notes e 143 no SIC. Coordenadoria de Gestão – CG - Gabinete da Coordenadoria de Gestão - Retomada do Projeto de gestão centralizada de aquisição de passagens aéreas - definição da Política, que competia inicialmente a Secretaria de Gestão, com a revisão do modelo anterior calçado no uso da sistemática de Ata de Registro de Preços, e inclui: definição de um novo modelo de aquisição de passagens aéreas pautado pela metodologia de “Compra Direta”; Melhorias nas regras da Política de Viagens; e Adoção de um novo sistema de pagamento. Andamento atual - incorporação à metodologia de gestão de projetos do Departamento de Gestão Estratégica de Projetos – DGEP. *Departamento de Desenvolvimento Institucional – DDI* - Reestruturação administrativa de órgãos e entidades do Poder Executivo; manutenção do sítio eletrônico Perfil da Administração Pública Paulista; e Política de Bonificação por Resultados. Reestruturação Administrativa: objetivo de viabilizar as ações prioritárias do Governo e garantir ganhos de efetividade no funcionamento da máquina pública. Processos avaliados: Casa Civil; Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Educação; Secretaria da Fazenda e Planejamento; Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; Secretaria de Relações Internacionais; Conselho Estadual de Educação; Instituto Butantã; Secretaria de Turismo; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - criação de Divisão de Medicina Nuclear; Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Secretaria da Segurança Pública - criação de Delegacias Especializadas de Investigações Criminais nas Delegacias Seccionais de Polícia de Taubaté e São Bernardo do Campo; e criação de Divisões Especializadas de Investigações Criminais nos DEINTERS 1 a 10. Análise e manifestação sobre o Projeto de Lei nº 295/2019, que autoriza a criação de Colégios Públicos Militares na estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado de São Paulo; e a atualização do Sistema Estadual de Defesa Civil. Projeto Perfil 2.0 - Perfil da Administração Pública Paulista - oriundo da extinta Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, cujo objetivo é a manutenção e atualização das informações sobre as estruturas administrativas e organizacionais do Governo do Estado. Foi desenvolvido o projeto Perfil 2.0, com início em dezembro, previsão de entrega em 2020, para tornar o sistema mais moderno, responsivo e transparente. Política de Bonificação por Resultados: O DDI assumiu as atribuições do antigo Serviço de Apoio à Bonificação por Resultados – SABR, sendo o setor responsável pela orientação e suporte no que se refere à análise das propostas de BR e de suas respectivas apurações. Nesse sentido, o DDI produziu as seguintes Notas Técnicas: Apuração BR 2018: Secretaria de Planejamento e Gestão; Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP; Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE; Secretaria da Fazenda; Departamento de Estradas de Rodagem – DER; São Paulo Previdência – SSPREV; Secretaria da Segurança Pública – SSP; Centro Paula Souza – CPS; e Secretaria da Educação. Proposta de BR 2019: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-SP; Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE; Secretaria da Fazenda; Departamento de Estradas de Rodagem - DER; São Paulo Previdência – SSPREV; Secretaria da Segurança Pública – SSP; Centro Paula Souza – CPS; e Secretaria da Educação. *Escola de Governo do Estado de São Paulo – EGESP* - Foi criada pela fusão da Escola Fazendária do Estado de São Paulo – FAZESP - Escola Fazendária que por mais de 20 anos teve como foco de atuação os servidores públicos da Secretaria da Fazenda de São Paulo e da Escola de Governo – EGAP - que até o final de 2018 integrou a estrutura da Secretaria de Planejamento e Gestão e tinha como missão formar e capacitar profissionais para o exercício de funções próprias da gestão pública do Estado de São Paulo. No ano, realizou 477 eventos relacionados à educação fiscal para a cidadania, envolvendo 32.508 cidadãos, em 1.743 horas de eventos relacionados com a capacitação de servidores do Estado de São Paulo:

Programa de Capacitação Anual	Eventos de Capacitação	389
	Quantidade de vagas	47.555
	Quantidade de horas-aula usufruídas	211.497
Programa de Apoio à Pós-graduação	Número de servidores que receberam custeio	27
	Número de afastamentos concedidos	05
Participação em Eventos Externos	Número de eventos	63

Departamento Central de Transportes Internos – DCTI - Frota atual do Estado: a Administração Direta e Indireta, nas 96 Unidades Frotistas, conta atualmente com 37.546 veículos ativos, automotivos e motocicletas, distribuídos conforme o quadro abaixo:

FROTA GESP	Administração Direta	Autarquias	Fundações e Empresas	Total Geral
Oficiais	28.730	2.097	3.100	33.927
Locados	558	162	1.709	2.429
Convênio	868	175	147	1.190
Total	30.156	2.434	4.956	37.546

Renovação da frota: a quantidade de veículos na frota decresceu em relação ao ano de 2019: -5,5%, de 39.727 para 37.546, incluindo os carros de convênio. A quantidade solicitada de veículos para aquisição com a proposta de renovação de frota da Polícia Militar e Polícia Civil. Foram solicitados: aquisição de 1.249 veículos, locação de 1.486 veículos e arrolados 2.167 veículos. Leilões: foram avaliados 2.028 veículos, dos quais, alienados por meio de leilão, 1.992 com direito a documento e em fim de vida útil - sem direito a documento, totalizando o valor de R\$ 13.151.980,31.

Coordenadoria de Compras Eletrônicas – CCE

Resultados Bolsa Eletrônica de Compras – BEC/SP:

Modalidades BEC	Quantidade		Valor Negociado (R\$)	Economia (%)
	Oferta de Compra	Item		
DISPENSA	8.279	35.922	23.909.315,70	31,32%
CONVITE	20.357	138.976	162.965.065,37	32,69%
PREGÃO	25.627	120.943	12.128.944.507,45	28,14%
TOTAL	54.263	295.841	12.315.818.888,52	28,21%

Celebrou-se 14 novos convênios, totalizando 85 entidades conveniadas - municípios, consórcios, etc.; Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP - total de 90.122 fornecedores cadastrados, dos quais 10% correspondem a Micro e Pequenos Empreendedores - MPes, representando aumento de 8% em relação ao ano anterior; Sistema e-Sanções - 4.482 novas sanções; Cadastro de Serviços Terceirizados – CADTERC - 1.717 preços referenciais publicados; Catálogos de Materiais e Serviços:

DISCRIMINAÇÃO	QTDE
ITENS DE MATERIAIS	135.276
ITENS SOCIOAMBIENTAIS	1.849
ITENS DE SERVIÇOS	9.493
TOTAL	146.618

Parcerias: INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa - diagnóstico da utilização de plataformas eletrônicas de compras pelos municípios do Estado de São Paulo; e Análise das compras públicas de medicamentos realizadas por meio de decisão judicial; FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - lançamento da integração entre a BEC/SP e a Ponte de Negócios - expandir a divulgação das oportunidades de negócios públicos; e Apresentação da BEC/SP e seus produtos a sindicatos parceiros à FIESP - ampliar o número de participantes nesses segmentos; ADESAMPA - Agência São Paulo de Desenvolvimento - realização de 5 mutirões - promover ações de fomento e cadastro de novos microempreendedores. Inovação e Transparência - Sistema de Consolidação das Informações ao Tribunal de Contas do Estado – SCT - participação na gestão das melhorias e suporte aos usuários, perfazendo um total de 6.125 chamados atendido; elaboração de painéis de controle no iBec – Business Intelligence – BI da BEC - para órgãos de fiscalização e controle - Corregedoria, TCE e Ministério Público.

Entidades Vinculadas - Previdência Complementar – PREVCOM - Foi instituído pela Lei nº 14.653, de 22/12/2011, que fixou um limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS igual ao do teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Dessa forma, os servidores titulares de cargos efetivos admitidos no serviço público a partir da assinatura do convênio de adesão de seus respectivos poderes têm suas aposentadorias limitadas ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Para administrar esse novo regime foi criada a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - Prevcom - primeira entidade de previdência complementar destinada exclusivamente para servidores públicos. Atualmente, possui mais de 33 mil participantes e um patrimônio de R\$ 1,33 bilhão - outubro. Por meio da Prevcom, o servidor paulista pode contribuir mensalmente com um percentual do seu salário e contar com a contrapartida do Estado para a formação de sua reserva financeira. Planos de Benefícios - são exclusivamente de Contribuição Definida – CD e formatados de acordo com as normas vigentes que regulam o Regime de Previdência Complementar. São exclusivos para os servidores do Estado de São Paulo e têm contribuição paritária do patrocinador até o limite de 7,5% do salário de participação - parcela do rendimento do servidor que ultrapassa o limite do INSS; PREVCOM RP: destinado aos servidores públicos do Estado de São Paulo vinculados ao RPPS, administrado pela São Paulo Previdência – SPPREV, autarquia estadual e órgão gestor único do RPPS paulista. Podem participar do plano os servidores titulares de cargo efetivo que entraram em exercício no serviço público a partir de: 21/1/2013 - Poder Executivo - administração direta, autarquias e fundações; 22/03/2013 – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; 02/10/2013 – Universidades Estaduais – USP, UNESP e UNICAMP; e 23/6/2014 - Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal de Contas do Estado, Defensoria Pública e Ministério Público. Os servidores vinculados ao RPPS que entraram em exercício no serviço público antes das datas mencionadas acima também podem inscrever-se na Prevcom como participantes Ativos Anteriores, sem a contrapartida do Estado, tendo em vista que já têm direito a aposentadorias integrais ou proporcionais; Prevcom RG - destinado a todos os servidores/empregados públicos do Estado de São Paulo vinculados ao RGPS, independente da data de ingresso no setor público. Podem participar do plano os empregados públicos - concursados, ocupantes de cargos de livre

nomeação e exoneração - comissionados e de confiança, bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, tal como a Lei 500/1974, desde que sejam contribuintes do INSS; PREVCOM RG-Unis - PREVCOM RG-UNIS foi criado exclusivamente para os servidores da Universidade de São Paulo – USP, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp e da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, vinculados ao RGPS, independente da data de ingresso. Podem participar, portanto, os empregados públicos - concursados, ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração - comissionados e de confiança, bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, desde que sejam contribuintes do INSS. Gestão de Outros Entes - A Prevcom já administra a previdência complementar dos servidores de Rondônia - plano de benefícios PREVCOM RO e aguarda aprovação dos planos do Mato Grosso do Sul - Prevcom MS e do município de São Paulo - SP Previdência pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. Além disso, conta com o PREVCOM Multi, um plano multipatrocinado que retine vários municípios do Estado de São Paulo e se mostra como solução para os entes que pretendem implantar o regime de previdência complementar mas não têm número suficiente de servidores que justifique os elevados custos de criação e gestão. O plano tem a adesão de Birigui, Santa Fé do Sul, Jales, Ribeirão Preto, Louveira, Guarulhos e Osasco. A Lei nº 16.391, de 15/3/2017, autorizou a gestão dos planos de previdência de servidores de outros estados e municípios. A medida contribuiu significativamente para a redução de custos dos entes, que não precisam implantar fundação própria de previdência e arcar com gastos de estrutura física e de pessoal. Também, vai ao encontro da reforma da previdência, tendo em vista que a EC 103/2019 prevê a instituição do regime de previdência complementar para todos os estados e municípios da federação. Balanço dos Resultados - referência: outubro/19 - Participantes: 34.417 - Plano RG: 11.786 / Plano RP: 13.942 / Plano RG-UNIS: 7.437/ RO: 200 / MULTI: 1.052 - Pagamento de benefícios - Aposentadorias - a Fundação iniciou o pagamento de aposentadorias em fevereiro de 2017. Até o mês de outubro deste ano, a Prevcom registrou o pagamento de R\$ 17.359 milhões a 452 servidores. Pensões - o pagamento de pensões foi iniciado em janeiro de 2014. Até outubro, foram pagos R\$ 6.281 milhões a 109 beneficiários. Atividades de Investimentos - Administrador: Banco ITAÚ S/A - Valor acumulado - posição em 31/10/19: R\$ 1.326,08 milhões. *Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP* - Breve relato da situação da Companhia - em continuidade à fase de encerramento das atividades operacionais, a seguradora concentrou seus esforços em preservar a sua situação econômico-financeira, bem como prosseguiu adotando as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares e a rígida adequação do nível das provisões, sendo esses os fatores determinantes para o resultado positivo registrado neste exercício - 17,8 milhões. A principal receita da COSESP gira em torno de R\$ 1,0 milhão/mês, advinda do rendimento dos recursos financeiros aplicados no Banco do Brasil, cujo valor atualmente monta R\$ 212,8 milhões. Cumpre mencionar o êxito da COSESP na ação judicial que possibilitou o encerramento das apólices de 800 segurados - representando 90% dos seguros ainda vigentes e este resultado aproxima a companhia de cumprir sua meta de iniciar o processo de liquidação. No plano estratégico 2019-2023, a meta para os próximos 5 anos é o encerramento e a liquidação da Companhia. Principais atividades desenvolvidas pelos Departamentos da Companhia - Financeiro/Contabilidade: Os recursos financeiros da Companhia estão aplicados de forma conservadora em um Fundo exclusivo no Banco do Brasil, lastreados em papéis federais e o seu montante pode ser considerado suficiente para arcar com os compromissos futuros da Companhia. A Contabilidade manteve-se diligente no cumprimento das normas contábeis e tributárias e orientações emitidas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores; Jurídico: o ano iniciou com 1.382 pastas ativas de processos judiciais, chegando ao final de novembro com 1.020 pastas ativas, representando diminuição de 26,2%; Auditoria/Ouvidoria: Revisão e adequação das normas e dos controles internos para atendimento à legislação. Até novembro foram: 56 normas revistas; 24 manifestações recebidas e atendidas pela Ouvidoria ou encaminhadas a outros órgãos responsáveis; 4.793 solicitações para pesquisa de seguros pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, onde estas pesquisas resultaram em 35 respostas a diferentes órgãos do Poder Judiciário; 10.309 solicitações para pesquisa de seguros pela CNSEG – Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização; Operacional/Atuarial: além de manter-se diligente no cumprimento das normas dos órgãos reguladores, iniciou a devolução de prêmios aos segurados em razão do trânsito em julgado a favor da COSESP na ação judicial movida pela associação AFACEESP - apólice 745 - para reativação da apólice securitária, reduzindo substancialmente os valores em risco. *Invest SP* - Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, apresentou resultados bastante expressivos, quando comparados ao ano anterior. Até o dia 10/12, intermediou R\$ 30,5 bilhões em investimentos do setor privado no Estado, desempenho 5,3 vezes maior que o registrado ao longo de todo o ano de 2018, ou seja, um crescimento de 432%. No total, foram anunciados 31 projetos entre janeiro e o início de dezembro, resultado que representa um avanço de 7% em comparação ao acumulado do ano anterior. Com esses projetos, foram anunciados também 31.670 novos empregos diretos e indiretos no Estado, volume que representa um crescimento 352% em comparação ao potencial de empregos gerados com os 29 anúncios realizados em 2018.

	2018	2019*	Varição%
Número de projetos anunciados	29	31	7%
Investimentos anunciados	R\$ 5,74 bi	R\$ 30,56 bi	432%
Empregos anunciados	7.004	31.670	352%
Empresas prospectadas	2.236	1.411	-37%
Prospecções convertidas em projetos	116	121	4,3%
Taxa de conversão	5,2%	8,6%	65,4%
Investimento potencial dos novos projetos	R\$ 19 bi	R\$ 37,2 bi	95,8%

* Dados referentes até 10 de dezembro

A equipe da InvestSP realizou a prospecção de novos investimentos no Estado junto 1.411 empresas nacionais, estrangeiras e de outras regiões do Brasil. Esse número representa uma redução de 37% sobre as prospecções de todo ano de 2018. Apesar do menor número de empresas contactadas, a taxa de conversão das prospecções em projetos avançou, passando de 5,2% no ano passado para 8,6% neste ano. Entre todas as companhias que receberam o contato da agência paulista, 121 delas foram convertidas em projetos, com potencial de investimento de R\$ 37,2 bilhões e geração de 56.180 empregos, a serem anunciados ao longo dos próximos meses. Em 2018, foram prospectadas 2.236 empresas, das quais 116 se transformaram em projetos. Dos R\$ 30,5 bilhões em investimentos anunciados neste ano, 87% foram provenientes de empresas estrangeiras, enquanto o

capital nacional representou 13% do total. Apesar da diferença significativa, em 2018, os investimentos anunciados por parte de grupos brasileiros representaram apenas 5% do montante dos anúncios. Se por um lado os anúncios de empresas de outros países cresceram 387% em comparação a 2018, os aportes nacionais avançaram 1.206%. Historicamente o maior investidor em território paulista, os Estados Unidos mantiveram uma posição de destaque entre os anúncios realizados. Contudo, o capital americano perdeu a liderança neste ano para os investimentos anunciados por empresas asiáticas. No ano passado, dos R\$ 5,74 bilhões em investimentos anunciados por empresas estrangeiras e brasileiras, 45% tiveram origem nos Estados Unidos, 39% na Ásia, 15% na Europa, 5% no Brasil e 1% na América do Sul. Em 2019, os maiores anúncios de investimentos partiram dos asiáticos, que ficaram com 37% dos R\$ 30,5 bilhões anunciados. Os americanos aparecem em segundo, com 35% do total, seguidos pelos europeus, com 15%, e pelos brasileiros, com 13%. *São Paulo Previdência – SPPREV* - Beneficiários - Na data-base de competência – novembro - a SPPREV processou o pagamento a 481.433 beneficiários, equivalente a 461.323 benefícios. Gestão de Benefícios Previdenciários - mês de referência novembro - a autarquia administra 461.323 benefícios previdenciários, assim sendo: Pensão por Morte - Civil: 80.393. Pensão por Morte - Militar: 29.254. Inatividade Militar: 64.451. Aposentadoria Civil: 287.225. *CompPrev* - Outubro/2019 - Compensação Previdenciária até outubro: o Estado de São Paulo recebeu: R\$ 212.401.237,01/INSS - a pagar, sendo R\$ 6.384.483,02 referente a COMPREV estoque e R\$ 206.016.753,99 referente ao fluxo COMPREV. Pagamento referente COMPREV R\$ 60.756.387,38. Atendimento ao Público - novembro - Sede: 38.283 atendimentos / triagens. Call Center: 538.038 ligações. Recuperação de valores em favor da SPPREV - outubro - R\$ 8.117.948,30. Núcleo de inteligência previdenciária - instaurados 104 procedimentos de invalidação e/ou extinção, 117 benefícios suspensos, 101 processos em andamento, além da averiguação de 550 procedimentos do Banco do Brasil em relação a beneficiários civis - dados atualizados até novembro. Em relação a beneficiários militares - dados atualizados – outubro - foram encerradas 118 averiguações sociais, sendo 65 delas concluídas como positivas, e ainda existem 153 em curso. Os procedimentos administrativos concluídos totalizam 98 casos, e existem 69 em andamento, tendo sido instaurados 54 novos no decorrer do ano. Redução e otimização da despesa de custeio - novembro - R\$ 8.764.108,44 valor anual. Gestão financeira - UGE 202601 Previdência: Royalties e P&E – R\$ 2.016.761.433,21 - posição em 30/11; UGE 202684 - Administração - posição em 30/11: Fundo de Investimento Financeiro: R\$ 203.353.000,38; Cronograma financeiro executado até outubro: R\$ 1.937.562.539,40, sendo R\$ 219.304.350,63 de recursos vinculados federais e R\$ 1.718.258.188,77 de recursos vinculados estaduais. Gestão orçamentária - até outubro - Receita Orçamentária até outubro: UG 202601 - Previdência - R\$ 29.229.146.934,03. UG 202602 – Administração: R\$ 108.693.598,96. Despesa Orçamentária. UG 202601 - Previdência - R\$ 29.170.720.665,88, UG 202602 – Administração: R\$ 72.334.584,56. Ações relevantes - Projetos em andamento - até novembro - SPPREV iniciou as tratativas para Migração da folha de pagamento de aposentadoria das Universidades. Em resumo o total de servidores ativos e inativos de cada universidade é: 15.948 - USP, 12.453 - UNESP e 10.681 - UNICAMP; lançamento do Projeto de Securitização de Royalties e Participações Especiais - R&PE. Foi assinado contrato com o Banco BNP Paribas; - realizou concurso público, no dia 15/12, mediante autorização governamental contida no Processo 1.239.756/2017 SF, e espera-se preencher as vagas autorizadas quais sejam: 14 vagas de empregos de Analista em Gestão Previdenciária e 77 vagas para o emprego de Técnico em Gestão Previdenciária. A SPPREV submeteu para apreciação os projetos de Emenda à Constituição Estadual e Projeto de Lei Complementar para adequar o Sistema de Previdência Estadual a reforma da previdência advinda da Emenda Constitucional Federal - EC nº 103/2019. *Instituto de Pagamentos Especiais – IPESP* - é uma autarquia vinculada à Secretaria da Fazenda, foi constituído por meio da Lei 14.016/2010, em decorrência da extinção do antigo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo – IPESP - Lei 1.010/2007. A fase de transição entre o antigo Instituto de Previdência e o novo Instituto de Pagamentos Especiais foi marcada por intensas discussões políticas em torno da manutenção ou extinção das referidas Carteiras, as quais apontavam um déficit atuarial da ordem de R\$ 15 bilhões, bem como da implantação e estruturação da São Paulo Previdência – SPPREV, órgão que posteriormente absorveu os benefícios de pensão mensal advindos do antigo Instituto. O mencionado déficit das carteiras advinha das regras paternalistas do passado, principalmente a vinculação dos benefícios ao salário mínimo, o que é vedado pela Constituição Federal. A Carteira dos Advogados foi declarada em regime de extinção com a publicação da Lei nº 13.549/2009, após discussões entre o Governo do Estado e as entidades de classes OAB-SP - Ordem dos Advogados de São Paulo, AASP - Associação dos Advogados de São Paulo e IASP - Instituto dos Advogados de São Paulo. Em 2010, por meio da Lei nº 14.016, foi declarada também em regime de extinção a Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, que teve sua denominação alterada para Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro. Com a publicação da Lei 16.877, de 19/12/2018, sancionada pelo Governador do Estado de São Paulo, o IPESP e a Secretaria da Fazenda e Planejamento – SFP, iniciaram as tratativas de transferência da administração dos benefícios das carteiras dos Advogados e das Serventias, bem como a extinção da autarquia. Extinguiu a Carteira dos Economistas, porém a gestão dos benefícios judicialmente concedidos foi transferida para a Secretaria da Fazenda e Planejamento. Assim também ocorrendo com as extintas carteiras dos Vereadores e CASEM - Carteira do Servidor Municipal. Em março, a SFP assumiu o pagamento dos benefícios dessas Carteiras. A administração da Carteira Predial, composta, aproximadamente, de 35 mil contratos de financiamento de imóveis firmados no passado, continua sob a responsabilidade do IPESP até a publicação do Decreto que estabelecerá a administração da mesma. Nesse contexto, o IPESP já restituiu o saldo de contas de 14.300 contribuintes ativos, conforme §1º do artigo 5º da Lei 16.877/2018 e de 470 aposentados e pensionistas que recebiam o benefício nos critérios da Lei 13.549/09, nos termos da mesma base legal. Também restituiu a majoração da contribuição, no período de 1/2010 a 12/2013, dos aposentados e pensionistas que recebem benefício pela Lei 10.394/70, conforme estabelecido no §1º do artigo 6º da Lei 16.877/2018. As receitas de contribuição das carteiras dos advogados e das serventias, vinculadas aos fundos FECARE e FECSEF respectivamente, passaram a ser geridas pelo IPESP e pela Secretaria da Fazenda e Planejamento. A partir de setembro/2019, as folhas de pagamento de benefícios das Carteiras dos Advogados e das Serventias, passaram a ser processadas pela SFP. No último trimestre de 2019, em função da publicação da Lei 16.877/2018, o IPESP mudou sua sede para as instalações da SFP. As demais atividades desenvolvidas pelo IPESP, em 2019, podem ser distribuídas da seguinte forma: Realização de repasse de R\$ 2.055.551,89 para a Secretaria da Fazenda e Planejamento em recursos oriundos do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, restando a receber o valor aproximado de R\$ 600 milhões; Conclusão dos serviços de auditoria de benefícios concedidos em 2018; administração dos contratos remanescentes de financiamentos imobiliários. *Companhia Paulista de Securitização – CPSEC* -

Sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, a CPSEC foi constituída em 15/10/2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723/2009, vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, tendo como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. Registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução nº 480/09, cumprindo as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. As atividades da CPSEC concentraram-se na gestão das operações em curso e no estrito cumprimento de todas as suas obrigações societárias, bem como, na implantação de dispositivos da Lei federal nº 13.303/16 e do Decreto estadual nº 62.349/16. Nesse sentido, foi celebrado convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, para compartilhar componente organizacional de ouvidoria para o exercício de atividades relacionadas à Ouvidoria e Canal de Denúncias da CPSEC. Também, em atenção às mesmas regulações, a Companhia optou pela contratação de serviços de terceiros para a prestação de serviços de auditoria interna por meio de processo licitatório, tendo a empresa Grant Thornton Auditores Independentes S.S. sido a vencedora do certame. Com base na experiência de negócios realizados, a Companhia tem contribuído com sugestões de emendas e com esclarecimentos técnicos ao Projeto de Lei Complementar - PLP nº 459/2017, que “Dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação”, aprovado no Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados. Operações Ativas - estão ativas as operações vinculadas à 2ª operação de securitização da Companhia, realizada em 12/2014, envolvendo a aquisição de direitos creditórios originários do PEP no montante de R\$ 5.904 milhões, cuja liquidação financeira foi realizada em moeda corrente, no valor de R\$ 809 milhões, com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples e, o restante, com a subscrição pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª Emissão, ambas não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real. Ainda com lastro nos direitos creditórios originários do PEP, em 5/2015 a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, no valor total de R\$ 740 milhões. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão foram direcionados para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão, conforme programado na 2ª estruturação. À época da emissão, as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão obtiveram rating “brBBB”, e da 3ª Emissão rating “brAA”, atribuídos pela Standard & Poors. Atualmente, os ratings atribuídos são de brA- - sf- para a 1ª Série da 2ª Emissão e “brAAA” para a 3ª Emissão. A Companhia não foi demandada pelo Estado de São Paulo para elaboração de estudos de viabilidade de nova estruturação de securitização de direitos creditórios. *Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo SA* - Posse da nova Diretoria e Conselho de Administração; Lançamento do Mapa da Economia Paulista; Contrato com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 165 milhões para o Programa Pró-Transporte, com recursos do FGTS; Programa de Investimento no Setor de Audiovisual de São Paulo – ProAV SP: parceria com a Associação de Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo - AESP e Secretaria da Cultura, para financiamento de equipamentos de radiodifusão e geração de energia renovável; Participação da Desenvolve SP no primeiro Feirão de Microcrédito do Banco do Povo Paulista; Banco do Povo Paulista: desde a transferência da gestão do Banco do Povo para a Desenvolve SP, em janeiro de 2018 a novembro de 2019, foram desembolsados R\$ 319,0 milhões para 37.387 microempreendedores em 483 municípios; Programa Vale do Futuro: projeto que visa impulsionar ações de desenvolvimento econômico e social do Vale do Ribeira com previsão de R\$ 1 bilhão em investimentos públicos e mais R\$ 1 bilhão em recursos privados, podendo gerar 30 mil oportunidades de emprego, renda e empreendedorismo até o final de 2022. A Desenvolve SP disponibilizou R\$ 100 milhões com taxas subsidiadas em crédito para micro, pequenas e médias empresas além das prefeituras do Vale do Ribeira. Programa de Crédito Turístico: iniciativa da Desenvolve SP e da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, em parceria com o BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que tem como objetivo viabilizar o acesso ao crédito de empresas e municípios do setor; Empreenda Rápido: Programa do Governo do estado que tem como objetivo oferecer tudo o que o empreendedor precisa para abrir ou ampliar o seu negócio. Baseado em 6 pilares, o empreendedor poderá realizar a abertura de sua empresa com agilidade, acessar crédito com as melhores taxas de juros do mercado; aprender a gerir a seu negócio; se inscrever em cursos de qualificação profissional; além de criar e gerir soluções inovadoras e acessar o mercado por meio de parcerias com plataformas digitais. Por meio do Banco do Povo SP, o empreendedor terá disponível linhas de microcrédito de até R\$ 50 mil, com taxas de juros a partir de 0,35% ao mês. E pela Desenvolve SP as empresas terão acesso a financiamentos de até R\$ 500 mil para capital de giro com prazos de 36 meses. A meta do programa é qualificar um milhão de empreendedores e conceder R\$ 1 bilhão em crédito ao longo de quatro anos; Juros Zero Empreendedor - Programa em parceria entre o Governo do Estado de São Paulo, Desenvolve SP e o SEBRAE-SP para oferecer crédito com juro zero para os Microempreendedores Individuais – MEI; Desempenho Operacional - Base 30/11. Os desembolsos acumulados da Desenvolve SP, desde 2009, totalizaram, em 30/11, R\$ 3.528,1 milhões, com um total de 5.394 operações para 3.248 empresas e prefeituras distribuídas em 390 municípios. Os desembolsos somaram R\$ 366,9 milhões, sendo R\$ 98,8 milhões liberados para o setor público e R\$ 268,1 milhões para o setor privado. O desembolso para projetos de inovação foi de R\$ 215,9 milhões e, por meio do Crédito Digital, modalidade de crédito rápido e totalmente on-line de capital de giro, com aprovação em até dois dias úteis, foram desembolsados R\$ 172,6 milhões.

DESEMPENHO FINANCEIRO

ÍNDICES	JAN-NOV/18	JAN-NOV/19	VARIÇÃO
LUCRO LÍQUIDO	R\$ 18,8 MI	R\$ 37,3 MI	98,1%
RESULTADO OPERACIONAL	R\$ 18,8 MI	R\$ 52,1 MI	177,0%
INADIMPLÊNCIA*	5,33%	0,83%	-84,4%
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA**	90,93%	61,93%	-31,9%

*Saldo da carteira de crédito com 90 dias de atraso / saldo de carteira de crédito total

**Relação entre as despesas operacionais e a receita bancária

FICHA TÉCNICA	
INÍCIO DAS ATIVIDADES	11/03/2009
PRIMEIRA OPERAÇÃO	jun/19
CAPITAL SOCIAL (NOV/19)	R\$ 1.042 MILHÕES
COLABORADORES (NOV/19)	158
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (OUT/19)	R\$ 1.115 MILHÕES
ATIVOS TOTAIS (OUT/19)	R\$ 1.796 MILHÕES
DESEMBOLSO EM 2019 (JAN A NOV)	R\$ 367 MILHÕES
DESEMBOLSO ACUMULADO (JUN/09 A NOV/19)	R\$ 3.528 MILHÕES
EMPRESAS ATENDIDAS (JUN/09 A NOV/19)	3.093
PREFEITURAS ATENDIDAS (JUN/09 A NOV/19)	155
RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO - ROAE (OUT/19)	3,69%
ÍNDICE DE QUALIDADE DA CARTEIRA - OPERAÇÕES DE RATING 'AA' a 'C' (OUT/19)	88,63%

Companhia Paulista de Parcerias - CPP - é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.688/2004. A atuação é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas - CGPPP e, durante o ano, na condição de colaboradora, apoiadora e viabilizadora do Programa de Parcerias Público-Privadas, integrou os Comitês de Análise Preliminar e os Grupos de Trabalho das PPPs da Linha 8 Diamante e 9 Esmeralda da CPTM, do Trem Intercidades da Secretaria de Transporte Metropolitano, das Travessias Litorâneas da Secretaria de Logística e

Transportes, dos Presídios Estaduais da Secretaria de Administração Penitenciária e das Escolas Integradas da Secretaria de Educação. Também, apoia a atuação do Secretário da Fazenda no âmbito do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – CDPED e a participação da Secretaria da Fazenda nos Comitês de Análise Preliminar e nos Grupos de Trabalho constituídos no âmbito do Governo para análise e proposição das modelagens dos processos de concessão e/ou desestatização de ativos. Essa atuação, dentre outros, ocorreu nos seguintes projetos: Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren, Caminhos do Mar, Mosaico Paranapiacaba, da Fundação Parque Zoológico de São Paulo e do Instituto Jardim Botânico de São Paulo da Secretaria de Meio Ambiente, do Entrepósito de Abastecimento de São Paulo – CEAGESP, da Secretaria da Agricultura, do Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães - Complexo Ginásio do Ibirapuera, da Secretaria de Esporte Lazer e Juventude, da concessão do Lote Litoral Paulista e Marginais dos Rios Tietê e Pinheiros, dos Ônibus Intermunicipais e dos Aeroportos da Secretaria de Logística e Transportes e, por fim, do Casarão Mello Franco da Secretaria de Cultura. Na condição de garantidora de determinadas obrigações assumidas pelo Estado a Companhia acompanha o desempenho e ajusta periodicamente os ativos segregados em relação às garantias solidárias prestadas no âmbito dos seguintes contratos de PPPs: Linha 4, Linha 6 e do VLT da Secretaria de Transportes Metropolitanos, do Lote 1 da Secretaria da Habitação e dos Hospitais de Sorocaba e São José dos Campos da Secretaria da Saúde. Durante o período, a Companhia participou e apoiou a Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas - CAC-PPP à qual compete o acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas, celebrados pelo Governo do Estado de São Paulo, com vistas à identificação de eventos ordinários e extraordinários havidos no curso da execução contratual que possam gerar impactos fiscais, provisionamentos e passivos contingentes. Sobre esta atividade, destaca-se no ano a contratação e conclusão da análise do contrato de PPP da FURP - Américo Brasiliense - com vistas à solução para os desequilíbrios identificados no contrato. Dentre as operações financeiras cuja implantação foi analisada pelo Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Fazenda e da São Paulo Previdência – SPPREV, destaca-se a ativa colaboração da Companhia na contratação, condução e revisão de estudos para a securitização dos Royalties do Petróleo do Estado. Além disso, participou no Fundo de Investimento Imobiliário – FII, do Estado de São Paulo, primeiro do gênero no país. Estruturadora do veículo financeiro, a CPP apoiou o Fundo ao subscrever Quotas Super Seniores provendo a liquidez inicial do instrumento e tornando-o operacional.

SECRETARIA DE GOVERNO

É o órgão responsável pelas diretrizes de integração governamental, o que compreende a coordenação de programas estratégicos da gestão; bem como de ações basilares para o desenvolvimento econômico do Estado - é o caso dos projetos de Concessões e Parcerias Público-Privadas - PPP. Sua estrutura compreende, ainda, a coordenação e gerenciamento do Programa Poupatempo, a execução dos serviços de processamento de dados e tratamento de informações, monitoramento de Projetos Estratégicos de Governo e a coordenação e gerenciamento do Programa SP Sem Papel, por meio da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP. Integram, também, o arranjo institucional da pasta: a Ouvidoria Geral do Estado, a Corregedoria Geral da Administração, o Fundo Social do Estado de São Paulo – FUSSP, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Conselho do Patrimônio Imobiliário. Cabe, por fim, à Secretaria de Governo, a verificação prévia da legalidade dos atos do Governador, o acompanhamento da execução do programa de governo e o subsídio técnico ao Chefe do Executivo Estadual.

Gabinete do Secretário - Coordenadoria de Administração - criada pelo Decreto nº 64.059, de 1/1/2019, além de exercer atividades de caráter administrativo e de natureza burocrática, nas áreas técnico-administrativas - Recursos Humanos, Infraestrutura, Administração, Transportes Internos, Comunicações Administrativas, Biblioteca e documentação, também é responsável pelas áreas destacadas: Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas: é o responsável pelo controle da execução orçamentária e financeira das Unidades de Despesas da Secretaria de Governo; presta assessoria orçamentária e financeira ao Fundo Social de São Paulo, Arquivo Público do Estado, e às Agências Reguladoras. O GSPOFP promoveu, em conjunto com a Secretaria de Fazenda e Planejamento, por meio da coordenação e orientação das áreas, a elaboração do novo PPA 2020-2023, buscando a aderência e readequação ao persistente cenário de crise financeira nacional. Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo: tem como atribuição a preservação e difusão das coleções de arte abrigadas nos Palácios dos Bandeirantes - São Paulo e Boa Vista - Campos do Jordão, bem como a catalogação e divulgação do acervo artístico-cultural da Administração Direta, Indireta e Fundacional, exceto dos Museus e das Universidades - Programa Patrimônio em Rede. Com o objetivo de reforçar as funções sócio-educativas e museológicas dos palácios, foram realizadas ações de pesquisa, catalogação, conservação preventiva, restauro e difusão de suas 4.823 obras. Exposições: Palácio dos Bandeirantes: realizadas 7 exposições. “Água - Epifania da criação” - fotografias de Valdir Cruz; “Formação das Coleções - arte moderna e contemporânea” - coleção do Acervo dos Palácios; “São Paulo, Coração do Brasil - Fotografia de Sergio Saraiva”; “Bahia Barroca - Tradição e Contraste: Fotografia de Flávia K.”; “Marca da Terra” - fotografias de Delfim Martins, Henrique Peron, Iara Venanzi e Rodrigo Bari; “Vale do Futuro” - fotografias de Joca Duarte; “Personagens de Contato – Inclusão pela Arte” - obras produzidas por pessoas com deficiência intelectual ou física em diálogo com obras de artistas reconhecidos do Acervo dos Palácios. Palácio Boa Vista: foram realizadas 3 exposições. “O Palácio, as Coleções” - seleção de peças significativas das coleções do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo; “Águas – Valdir Cruz”; “Devoção” - arte sacra do Acervo dos Palácios; Ações educativo-culturais: até 17 de dezembro, foram atendidos 4.070 visitantes no Palácio dos Bandeirantes e 84.530 no Palácio Boa Vista. Palácio dos Bandeirantes - Projeto “O Centro de Convivência Infantil/CCI Visita o Palácio”: ações educativas para crianças da creche do Palácio dos Bandeirantes, destacando obras do acervo por meio de atividades lúdicas; Participação no “Museum Selfie Day”: visitantes foram convidados a fazer suas selfies no ambiente expositivo, com postagens nas redes sociais; Participação na “Museum Week 2019” – de 13 a 19 de maio: evento internacional de museus nas redes sociais, com postagens no Facebook divulgando a coleção e propondo a participação dos visitantes; Visitas com o “Instituto Jô Clemente”: por meio da parceria do Palácio dos Bandeirantes com o Instituto Jô Clemente - Antiga APAE de São Paulo, no Programa Jovem Aprendiz. O Palácio recebeu os jovens aprendizes da unidade Itaim Bibi, totalizando 80 jovens

atendidos; “Acervo em Ação”: início do projeto para conscientização dos funcionários quanto à importância do acervo e de sua preservação; “A História de Natal e seus Símbolos”: atividades lúdicas, contação de histórias, apresentação musical do Coral da Metrópole e visitação à Árvore de Natal. Palácio Boa Vista. Participação no “Museum Selfie Day”: visitantes foram convidados a fazerem suas selfies no ambiente expositivo, com postagem nas redes sociais; participação na “Museum Week 2019” – de 13 a 19 de maio: evento intermunicipal de museus nas redes sociais, com postagens no Facebook divulgando a coleção e propondo a participação dos visitantes; ação “Dos palácios para sua casa”: distribuição de marca páginas com dicas para preservação de peças em prata, mobiliário, cerâmica, porcelana e têxteis; Participação na “17ª Semana Nacional de Museus – Museus como núcleos culturais: o futuro das tradições” - 13 e 19 de maio, com o “Fim de semana em família no Palácio Boa Vista” com atividade de desenho para criar decoração e exposições nos ambientes do palácio; Programação “Férias no Palácio Boa Vista” - 3 a 28 de julho, com oficinas educativas e visitas especiais: “O Palácio na Cidade” com tradução em libras e “Descubra o palácio e seu túnel”. Programa Patrimônio em Rede: foram inseridas 2.325 obras no banco de dados do sistema de Gerenciamento do Patrimônio em Rede – GEPRE. Também foram realizadas reuniões com a Secretaria da Educação - janeiro e em agosto foi realizado no Palácio dos Bandeirantes encontro para divulgação dos trabalhos da Secretaria da Saúde. Além do encontro, foram realizadas 6 visitas técnicas de acompanhamento para realização do trabalho no Complexo Hospitalar Padre Bento de Guarulhos/SP, e 1 visita técnica ao Instituto Pasteur/SP da Secretaria de Saúde. Eventos: realização da primeira edição do programa “Portas Abertas” - 3 e 29 de julho, no Palácio Boa Vista, com atividades culturais gratuitas para diversos públicos como brincadeiras no jardim, oficinas, palestras, apresentações musicais, práticas de yoga e visitas especiais. Com patrocínio da Sabesp e participação de 1.125 pessoas; Realização do XIII Encontro Brasileiro de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas - 18 e 19 de novembro, cujo tema foi “Tradições: preservar para o futuro”, com apoio da Secretaria de Relações Internacionais, da Fundação Ema Klabin, do Memorial da América Latina, da Escola de Música do Estado de São Paulo Tom Jobim – Ermes e do Comitê Internacional para os Museus-Casas e Casas Históricas do Conselho Internacional de Museus – Demhist/ICOM. Com participação de cerca de 130 pessoas. Departamento de Recursos Humanos – DRH: Além das suas atividades diárias, referentes aos servidores da Secretaria de Governo; da Casa Civil e do DETRAN, o DRH tem investido na qualidade de vida dos servidores de ambas as Pastas. Foram organizadas palestras, projetos, ações, campanhas, atividades e programas na área de saúde e qualidade de vida envolvendo todos servidores e colaboradores do Palácio dos Bandeirantes: Atendimentos: Psicológicos: em média 10 servidores atendidos semanalmente perfazendo um total anual de atendimentos de 450; Sociais: 246 agendamentos de consultas e exames e 06 visitas domiciliares e hospitalares; Médicos: 375 consultas; 156 exames admissionais; 26 relatórios para especialistas; 368 solicitações de exames; 26 encaminhamentos especializados; Programa de Tratamento e Apoio ao Fumante: 9 servidores atendidos. Serviço de Inclusão Profissional de aprendizes: Colaboração na recepção, acolhimento e apoio aos 15 jovens aprendizes do projeto de Serviço de Inclusão Profissional - parceria do Governo do Estado com a APAE, hoje Instituto Jo Clemente. Campanhas/Atividades Realizadas: Doação de Sangue: coletadas 80 bolsas de sangue; vacinação da Gripe: foram imunizadas 1.080 pessoas; vacinação de Sarampo: 387 participantes; Detecção de Hepatite C: 270 testes; saúde Ocular: 427 servidores atendidos; Outubro Rosa/Conscientização sobre o câncer de mama: distribuição de 500 folhetos informativos. Novembro Azul/Conscientização sobre o câncer de próstata: distribuição de 800 folhetos informativos; Campanha do Agasalho: 1.942 peças arrecadadas; recadastramento de Biometria - Parceria com o TRE: 321 servidores participantes; acompanhamento de Licenças-Saúde: agendamento e acompanhamento de licenças saúde DPME: 93 licenças convencionais, 2 acidentes de trabalho, 4 licenças para acompanhamento de pessoa da família, 3 perícias domiciliares, 3 Licenças - INSS e 1 acidente de trabalho. Centro de Convivência Infantil atende filhos e filhas de funcionários - faixa etária de 4 meses a 6 anos, que prestam serviços no Palácio dos Bandeirantes e durante o ano, executou suas rotinas e planejamentos voltados ao desenvolvimento da criança sob a dimensão física, emocional, cognitiva e social. Neste exercício a unidade passou por reforma e modernização de suas instalações físicas, inaugurado em 29 de novembro. O Centro encerrou o ano com 67 crianças matriculadas. Departamento de Administração - responsável por planejar, gerenciar, coordenar, acompanhar e executar as atividades pertinentes às áreas de administração financeira e orçamentária, de suprimentos, emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, de transportes internos e da venda de imóveis provenientes do Conselho do Patrimônio Imobiliário - CPI, desde maio, o departamento também passou a ser responsável pela gestão da verba de representação dos Gabinetes do Governador e do Secretário do Governo, e os adiantamentos para atender tais despesas passaram a ser de responsabilidade de servidores do Departamento de Administração. Abaixo destaca-se outras atividades: Área de Transportes internos: foi mantida a quantidade de 88 veículos locados e a frota própria com 14 veículos - inclusive Casa Militar e Fundo Social de São Paulo – FUSP. As despesas com adiantamentos para pagamentos de diárias decorrentes de viagens sofreram redução de 9,50%. Também foram realizados outros serviços na área de transportes internos como a gestão dos contratos de serviço de ônibus reservado - locação de ônibus de 44 lugares, com uma quantidade média de usuários atendidos de 82 pessoas por dia; atendimentos a usuários, SOS Médico entre outros. Área de Alienação de Imóveis: foram realizadas 5 alienações de venda de imóveis por meio da realização de Concorrência Pública; 2 Leilões Públicos e 2 vendas diretas. Grupo de Tecnologia da Informação: Envolve projetos, serviços de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas, assessoria e consultoria técnica na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, para áreas vinculadas à Secretaria de Governo, Fundo Social do Estado de São Paulo e Pastas sediadas no Palácio dos Bandeirantes, tendo desenvolvido diversas atividades como o projeto e implantação da infraestrutura da Rede Local. Foram realizadas novas atividades de intervenções como Instalação de Operação e montagem de sistemas multimídia para Eventos Realizados com a presença do Senhor. Governador, Vice-Governador e outras autoridades. Departamento de Gestão da Documentação Técnica e Administrativa. Diretoria e Assistência técnica: atuou diretamente na implantação do sistema SP Sem Papel em agosto, auxiliando todas as Unidades da Secretaria com assistência da equipe da Fundação Vanzolini, Unidade do Arquivo Público e da PRODESP. Atividades de gestão operacional do sistema SPdoc: auxílio aos usuários, tendo em razão da inexistência do helpdesk. Sanou dúvidas e solucionou problemas de operação. Atividades de Apoio Administrativo e Assistência Técnica: 5.493 correspondências do Governador triadas e distribuídas; 52 documentos de Secretarias recebidos e encaminhados; 6.355 ofícios, despachos, memorandos, relações e informações; 175 mensagens do Fale Conosco recebidas e encaminhadas; Atividades de Apoio à Secretaria Particular: 579 convites e pedidos de audiência recebidos e registrados no SPdoc; a partir de agosto, os convites e audiências deixaram de ser registrados no SPdoc; Atividades de Apoio à Comissão de Avaliação de

Documentos e Acesso: 901 caixas de documentos avaliados para guarda no Arquivo Público; 428 procedimentos de recebimento e arquivamento dos convites e 47 buscas de processos que estão no Arquivo Público; Atividades de Administração Local do sistema SP Sem Papel: 461 atendimentos realizados no atendimento aos usuários do Sistema. Centro de Protocolo e Expedição - Atividades: 6.121 documentos protocolados, registrados e distribuídos; 1.328 serviços complementares - envolvem pesquisa de documentos, atendimentos telefônicos, atendimentos de guichê, processos, cadastro de documentos, usuários etc., números relativos ao período de janeiro a julho. A partir desta data, foi iniciado a utilização do sistema do Programa SP Sem Papel. Biblioteca: 181 solicitações de pesquisas; 44 livros emprestados; 4.123 registros de legislação e 528 títulos de bibliográficos cadastrados; análise de 3.292 atos do Poder Executivo e 831 atos do Poder Legislativo, além de 29.427 registros no vocabulário controlado, 15.472 cópias de documentos. Processamento Técnico Bibliográfico relativo a 120 registros de livros e periódicos reclassificados no sistema Informa Web. Processamento Técnico Bibliográfico: 120 sumários de livros e periódicos inseridos no sistema informa web e arquivados no Acervo Bibliográfico. Alerta Legislação: 52 boletins distribuídos para os 909 clientes da Biblioteca. No que tange à Legislação do Estado de São Paulo, foram analisados 891 atos e 79 mensagens de vetos, sendo 69 totais e 10 parciais. Em relação aos Atos de Nomeação, 302 análises. Além da análise de 144 Resoluções das Secretarias de Governo e da Casa Civil, 102 Decretos e 79 Despachos do Governador. 49 Atos sobre criação ou modificações estruturais dos Órgãos Colegiados. Núcleo de Arquivo: 13.331 registros de arquivamento de processos; 5.908 registros de desarquivamento de processos. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE: fundação vinculada à Secretaria de Governo, é referência nacional na produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas. Para isso, realiza pesquisas diretas e levantamentos de informações produzidas por outras fontes, compeando um amplo acervo, disponibilizado gratuitamente, que permite a caracterização de diferentes aspectos da realidade socioeconômica do estado, de suas regiões e municípios e de sua evolução histórica. Resultados: Informações Demográficas, Socioeconômicas e da Ação Governamental: o volume de informações, em gigabytes, consultado/extraído pelos usuários da Fundação Seade, correspondem a 1.749,97 Gigabytes. Organização e Disseminação de Informações: foram organizados e implantados, bases de dados e sistemas de indicadores que, adicionados aos existentes, correspondem a um estoque de 764 Gigabytes, nos seguintes temas: Sistema – PIB - Produto Interno Bruto: PIB Regional ESP, PIB Municipal e PIB Mensal; Indicador de Atividade Econômica Regional; Mercado de Trabalho - Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED; Sistema de Estatísticas Vitais - SEV; Informações sobre os Municípios Paulistas - IMP; Mortalidade Infantil; Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo; Produção e Disseminação de Novas informações: foram desenvolvidas e disseminadas novas informações, com a geração de 41 bases de dados e sistemas, dentre os quais: Sistema – PIB - Produto Interno Bruto: PIB Regional ESP, PIB Municipal, e PIB Mensal; Indicador de Atividade Econômica Regional; Mercado de Trabalho - Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED; Sistema de Estatísticas Vitais - SEV; Informações sobre os Municípios Paulistas - IMP; Mortalidade Infantil; Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo. Produção de Estudos e Análises: foram elaborados 50 estudos e análises com base na produção de dados da F. Seade apresentados nas seguintes publicações: Boletim Trimestral do Emprego Formal; Estudos especiais PED; Pesquisa de Emprego e Desemprego: PED Região Metropolitana de São Paulo; Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo: Boletim Trimestral e Análise Anual; Produto Interno Bruto: PIB Mensal e PIB Trimestral; Newsletter Mensal; SP Demográfico. Parcerias realizadas: foram desenvolvidos projetos e convênios/acordos/cooperação técnica em parceria com outras Instituições, com destaque para os principais: Projetos de Receita - Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPESP: Levantamento primário de informações sobre as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, realizadas no Estado de São Paulo. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo/ Instituto do Legislativo: entrega do Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS versão 2019, foi realizado a atualização do índice, promovendo os aperfeiçoamentos metodológicos necessários para representar a realidade paulista e apoiar a gestão, construindo sítio na internet com um sistema de recuperação de informações do IPRS atual e das versões anteriores. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-SP: Indicadores SEBRAE SP: “Pesquisa de Conjuntura das Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo – PECOMPE”: - Levantamento mensal dos principais indicadores de desempenho dos estabelecimentos deste segmento no Estado de São Paulo; e “Pesquisa MEI”: - Levantamento mensal de dados de faturamento e expectativas sobre a economia e desempenho dos microempreendedores individuais - MEIs do Estado de São Paulo. Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ: Pesquisa de Impactos da Linha 5 – Lilás nas condições de vida e viagem das populações de suas áreas de influência - Trecho Largo Treze – Chácara Klabin. Fase Pós-Implantação do novo trecho da Linha. SPPREV – São Paulo Previdência: Identificação dos beneficiários civis e militares da SPPREV que casaram ou faleceram, a partir da vinculação com as informações de casamentos e óbitos dos Cartórios de Registro Civil dos municípios do Estado de São Paulo, processadas mensalmente pela Fundação Seade. Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo – IPESP: monitoramento demográfico dos aposentados e pensionistas do IPESP. Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP: pesquisa de satisfação junto a usuários das rodovias concedidas reguladas e fiscalizadas pela ARTESP. Desenvolvimento de metodologia de análise de dados, de gestão de indicadores e capacitação dos técnicos da ARSESP. Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP: pesquisa de satisfação com usuários residenciais acerca dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a pesquisa de avaliação sobre os serviços prestados pela Arsesp. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional – SPDR: metodologias de avaliação de resultados de programas públicos conduzidos pelo Governo do Estado de São Paulo: – Desenvolvimento e aplicação de metodologias com sugestões de alterações nos programas avaliados, visando o seu aperfeiçoamento. Convênios/Acordos/Cooperação Técnica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo: Captar e avaliar informações oriundas de levantamento primário sobre a percepção da população paulista quanto a oferta de serviços públicos de competência estadual. Secretaria de Planejamento e Gestão – SPG - atual Secretaria da Fazenda e Planejamento: Organização de cadastro de domicílios para fins amostrais, utilizando a base de dados do Recadastramento Anual dos Servidores produzida pelo Estado, bem como as atividades para o aprimoramento dessa base de dados e de construção de tabulações especiais de interesse do Estado. Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS / Secretaria de Planejamento e Gestão – SPG - atual Secretaria da Fazenda e Planejamento: elaboração de tabulações especiais com uso da base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, para subsidiar a elaboração do diagnóstico do PPA 2020 – 2023 do Estado de São Paulo e de estudos para aprimoramento de políticas públicas. Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS: aprimoramento da qualidade e do

uso de informações de bases cadastrais sob a responsabilidade da SEDS - CadÚnico; PMAS; Entidades e Organizações de Assistência Social; Programas; Projetos e Serviços ofertados por organizações de outras áreas de atuação e outras bases de programas sociais e de seus beneficiários. Faculdade de Saúde Pública da USP – FSP/USP: vinculação das bases de mortalidade do cadastro do Projeto Saúde, Bem-estar e Envelhecimento - Estudo Sabe, com as bases de dados produzidas pela Fundação Seade. Instituto de Relações Internacionais – IRI/USP: Organização de atividades acadêmicas incluindo a produção e disseminação de análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas, bem como a cooperação técnica entre os partícipes, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o ensino e conhecimentos, assim como planejamento e desenvolvimento institucional. Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPESP: Vinculação entre as bases de nascimentos e/ou óbito produzidas pela Fundação SEADE e as bases de dados específicas dos projetos de pesquisa selecionados pela FAPESP. Secretaria da Fazenda – SEFAZ/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Desenvolvimento de um sistema de indicadores econômicos para o Estado de São Paulo que tenha como referência o uso de registros administrativos constantes nos sistemas informatizados da SEFAZ, avaliando as informações contidas e incorporando-as na ampliação do Sistema de Contas Regionais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Elaboração das Contas Regionais e do PIB dos municípios, segundo normas e recomendações internacionais, adaptadas ao plano estadual, em consonância com práticas seguidas nas Contas Nacionais do IBGE, e compatíveis entre todas as Unidades da Federação. Processo de Extinção de Empresas Públicas e Autarquias. Em janeiro, foi enviado à Assembleia o projeto de lei para fusão e extinção empresas públicas entre elas a CODASP, CPOS, Emplasa, IMESP afim de reduzir gastos e otimizar a estrutura das estatais. Em 15 de maio, a ALESP, aprovou a Lei nº 17.056/2019 – sancionada em 06 de junho, pelo Governador do Estado - permitindo a extinção da Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP e da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – EMPLASA e a incorporação da Imprensa Oficial do Estado S.A. - IMESP pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP. Companhia de Processamento de Dados do Estado De São Paulo – Prodesp. Poupatempo - Secretaria de Governo: foi concebido um novo modelo de unidade de atendimento multicanal e centrado em serviços eletrônicos com complemento presencial em balcão único, com o objetivo de criar condições para levar o Poupatempo aos 645 municípios. As primeiras 4 unidades entraram em operação em dezembro, nas cidades de Jales, Lençóis Paulista, Aguai e Salto. Para atender ao novo modelo, os serviços digitais do Poupatempo passaram de 7 em janeiro para 50 em dezembro. E os serviços no Balcão Único, de 19 para 92. Em dezembro, o Poupatempo passou a disponibilizar em cerca de duas horas, no celular do cidadão, as versões digitais da CNH e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos. De janeiro a novembro, o Poupatempo realizou 29,7 milhões de atendimentos, uma média de 118,6 mil ao dia. Já o Poupinha, o assistente virtual instalado no portal do Poupatempo, trocou 177,9 milhões de mensagens com o cidadão e realizou mais de 8,2 milhões de agendamentos de serviços. Pelo quinto ano consecutivo, o Poupatempo foi eleito pelos paulistanos, em pesquisa do Datafolha, o melhor serviço público de São Paulo. SP Sem Papel - Secretaria de Governo: O sistema SP Sem Papel foi implantado em toda a administração direta do Estado para substituir os processos em papel por processos eletrônicos, com ganhos de eficiência, transparência, produtividade e redução de custos. Além de já estar nos órgãos centrais, o sistema começou a ser verticalizado. É o caso da Secretaria da Educação, que estendeu o acesso ao SP sem Papel para 26 mil usuários das escolas da rede estadual - diretores, vice-diretores, gerentes, agentes de organização escolar e secretários das unidades. No total, já são mais de 132 mil usuários ativos no sistema. No início de dezembro, o SP Sem Papel ultrapassou a marca de 1,3 milhão de documentos cadastrados, totalizando cerca de 7,9 milhões de páginas. Considerando-se o custo de produção de uma página física em R\$ 0,06, esse volume de páginas custaria aos cofres estaduais R\$ 474 mil. No SP Sem Papel, onde a produção de cada página fica em R\$ 0,00033, o custo foi de apenas R\$ 2.607,00, gerando economia de cerca de 99,4%. Começou a operar o módulo do sistema que permitirá a recepção de demandas e a formalização de convênios com prefeituras e outras entidades. O primeiro tipo de demanda / convênio tratado no SP Sem Papel refere-se à merenda escolar, e envolve prefeituras e a Secretaria da Educação. SP 360º - Secretaria de Governo: O Programa visa melhorar a oferta de serviços ao cidadão e, tornar mais eficiente a elaboração e avaliação das políticas públicas do Estado por meio da integração e correlação de dados, com o uso de inteligência artificial e modelos preditivos. Foi desenvolvido o autenticador LoginSP, que permitirá que o cidadão, servidores e empresas se relacionem com qualquer órgão do Governo por meio de um único ID - login e senha. Hora Marcada - Secretaria da Saúde: foi desenvolvido o aplicativo para celular “Hora Marcada” com o objetivo de tornar o processo de marcar consultas e exames em unidades municipais de saúde mais fácil para o cidadão. A cidade de Ribeirão Preto foi a primeira do estado a adotar o novo modelo de atendimento à população, somando, em cinco meses de uso, cerca de 14 mil agendamentos realizados. Estão em andamento os trabalhos para implantação do aplicativo na cidade de Sertãozinho. Remédio Agora - Secretaria da Saúde: aplicativo desenvolvido com a finalidade de trazer maior comodidade e conforto ao cidadão, permite o agendamento - dia e hora, para retirada de medicamentos nas farmácias de alto custo do Estado. O cidadão também é notificado com 48hs de antecedência em caso de indisponibilidade do medicamento, podendo reagendar a data. O aplicativo já é usado na Farmácia Maria Zélia, no Belenzinho, na Capital. Já foram realizados 10,2 mil agendamentos por intermédio do Remédio Agora. SOS Mulher - Fundo Social de Solidariedade: foi lançado o site SOS Mulher, plataforma que dissemina informações sobre segurança, saúde e independência financeira. A ação faz parte das ações do Estado dentro da temática de proteção a mulheres em risco de sofrer violência doméstica. Todos os dias, o site disponibiliza vídeos informativos, gravados por especialistas, com orientações e esclarecimentos para que as mulheres saibam reconhecer, evitar e combater as principais formas de violência listadas na Lei Maria da Penha: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial, bem como endereços e telefones das delegacias da mulher, de cursos profissionalizantes e de unidades da Defensoria Pública. São Paulo Mais Humana - FUSPP: a plataforma digital São Paulo Mais Humana, composta de site e aplicativo para celular, tem o objetivo de conectar cidadãos e empresas que desejam ser solidários. Por meio da ferramenta é possível encontrar organizações não governamentais que realizam trabalho sério e precisam de voluntários. São mais de 16 mil instituições cadastradas em busca de apoio. Integrador Estadual - Junta Comercial do Estado de São Paulo: lançado sistema Integrador Estadual que concentra todas as informações necessárias ao registro e legalização de empresas no Estado em um único portal internet eliminando a necessidade de comparecimento presencial a órgãos como prefeitura, Receita Federal, CETESB e Corpo de Bombeiros, entre outros. A quantidade média de novos processos relativos à abertura, alteração e encerramento de empresas no Estado é de cerca de seis mil/dia. Programa Especial de Parcelamento

do ICMS - Secretaria da Fazenda: o site do Programa foi atualizado para atender ao PEP 2019, estabelecido por meio do Decreto nº 64.564/2019. Os contribuintes que aderiram tiveram redução nas multas e nos juros para pagamento de débitos do imposto, inscritos ou não na dívida ativa. O PEP 2019 contou com cerca de 18 mil adesões. Programa Nossa Casa - Secretaria da Habitação: foi desenvolvido site que permite a adesão de prefeituras, o cadastro de empresas privadas e a manifestação de interesse por parte das famílias ao programa do Estado. Os municípios podem doar terrenos; já as empresas, além de também poderem doar os terrenos, ficam responsáveis pela execução do empreendimento. DER *online* - Departamento de Estradas de Rodagem: o aplicativo do Departamento de Estradas de Rodagem – DER passou a oferecer aos motoristas autuados nas rodovias estaduais de São Paulo dois novos serviços no celular: a indicação do condutor infrator e a solicitação da conversão de multa em Penalidade de Advertência por Escrito. Canal de Denúncias de Maus-Tratos contra Animais - PROCON.SP: criado um canal exclusivo no site da Fundação para o recebimento online de denúncias de maus-tratos contra animais, praticados por lojas de pets e outros estabelecimentos comerciais correlatos, como canis. Infraestrutura de TIC: Entre janeiro e novembro, a Prodesp realizou investimentos da ordem de R\$ 18,2 milhões na expansão e modernização da infraestrutura computacional do Data Center, que atende a diferentes órgãos públicos estaduais. Também foi assinado novo contrato com a operadora da Intragov, a rede de comunicação do Governo do Estado de São Paulo, que trouxe evoluções tecnológicas e uma economia projetada de R\$ 198 milhões em cinco anos em relação ao contrato anterior, o equivalente a 23,29%, mesmo considerando-se o crescimento na quantidade de links e na banda contratada no período. O uso da telefonia VoIP, por meio da rede Intragov, foi expandida para novos órgãos, como a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, o DETRAN.SP, o Departamento de Estradas de Rodagem – DER e as Secretarias da Fazenda e da Educação, chegando-se perto de 28 mil dispositivos já conectados em novembro. Os primeiros resultados mostram que a economia nos gastos com telefonia está variando de 60% a 80% nos órgãos que já aderiram à telefonia VoIP. Gestão Empresarial - Gestão Financeira e de Recursos Humanos: A renegociação de cerca de 93% dos contratos firmados pela Prodesp proporcionou economia estimada em R\$ 46 milhões em 2019. Em termos de recursos humanos, a redução de gastos no período janeiro a outubro, quando comparado ao mesmo período de 2018, chegou a R\$ 5,9 milhões - sem incidência do dissídio e reflexos de encargos sociais e benefícios. Foram desligados 171 funcionários, entre cargos de livre provimento e de carreira, e admitidos 72. Incorporação da Imprensa Oficial: tendo em vista a incorporação pela Prodesp, autorizada pela Lei Estadual 17.056/2019, foi assinado Termo de Cooperação Institucional entre as empresas e iniciados os estudos e levantamentos para que sejam definidos os termos e condições da fusão societária. Empresa do ano: pelo quarto ano consecutivo, a PRODESP conquistou o prêmio de Empresa Destaque do ano, na categoria serviços para governo - segmento empresas de grande porte, do anuário Informática Hoje. Imprensa Oficial do Estado – IMESP - Principais Ações: Desembolso de R\$ 141,1 milhões de repasse à Fazenda do Estado, sendo: com repasses a título de juros sobre o capital próprio - R\$16,7 milhões, dividendos adicionais - R\$ 40,1 milhões e dividendos com distribuição de reserva de lucros - R\$ 84,3 milhões, no ano. 445 títulos produzidos até novembro, perfazendo 5.607 títulos de livros nos últimos 10 anos. 8.080 mil livros vendidos. Média de 401.006 pesquisas diárias no site do Diário Oficial. 322.709 páginas foram certificadas digitalmente no Diário Oficial *on line*. 15,7 milhões de livros didáticos do Projeto SEDUC – Secretaria Estadual da Educação 2019, produzidos e distribuídos em 16,8 mil entregas para cerca de 4,4 mil estabelecimentos. Foram produzidas aproximadamente 3,9 mil toneladas de materiais. 20,3 milhões de visitas ao site da Imprensa Oficial neste exercício até o final de novembro. Disponibilização do banco de dados da JUCESP e desenvolvimento da aplicação de consultas e serviços online que resultou em mais de 57,6 milhões de pesquisas e 10,1 milhões de emissões de Fichas Cadastrais neste ano até o final de novembro. Foram digitalizadas 15.223.720 páginas do Projeto de Digitalização, com a guarda de cerca de 124.519 caixas de documentos. Emissão de 2.891 certificados digitais para o Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL; emissão de 64.607 certificados digitais de atributos para os registrados no CAU/SP - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, da região metropolitana de São Paulo; emissão de 127 Certificados para Servidores – SSL, para a Prodesp. Emissão de 67 certificados de atributo para atestar a validade do Selo de Acessibilidade Digital, implementado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. A Autoridade Certificadora Imprensa Oficial emitiu, neste exercício, 67.834 certificados digitais - e-CPF e e-CNPJ, provenientes das ARs Vinculadas e de suas ARs Próprias. Até outubro, foram emitidos 135 mil certificados digitais para equipamentos Emissores de Cupons Fiscais – ECF-e, do Projeto Projeto AC/SEFAZ – SAT - Serviços de autorização e transmissão do cupom fiscal eletrônico. Fornecimento da solução de assinatura de documentos eletrônicos pela plataforma de assinatura digital assina.sp. Neste exercício, foram emitidos/produzidos 17.528 diplomas digitais e impressos do Centro Paula Souza; 15.806 documentos para a Univesp – Universidade Virtual do Estado de São Paulo, sendo 410 diplomas, 1.559 certificados de cursos e 13.837 documentos diversos; e 79 Certificados de Treinamento para a Unesp – Universidade Estadual Paulista. Foram investidos em capacitação, reciclagem e aperfeiçoamento dos empregados cerca de R\$ 16 mil, equivalente a 1.888 horas de treinamentos. De janeiro a novembro, o Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC registrou 64.810 chamados, e os chamados são registrados em sua totalidade, permitindo um acompanhamento eficaz de todas as demandas dos nossos clientes. R\$ 736 mil para o Programa de Doação de Aparas e Materiais Inservíveis, acumulando pouco mais de 1.298 toneladas de aparas processadas. Projeto SEDUC - Secretaria Estadual da Educação: O objetivo é a prestação de serviços gráficos e editoriais de livros didáticos, incluindo o planejamento e a gestão de todas as fases: editoração, impressão, acabamento, expedição, armazenamento, mixagem, embalagem, agendamento das entregas e logística de distribuição/entrega dos materiais didáticos de apoio ao Currículo Oficial do Estado de São Paulo. O projeto também contempla o Serviço de Atendimento às Escolas – SAE - Serviço 0800 e Pesquisa de Satisfação. O Projeto teve início em setembro/2018 e foi finalizado em outubro/2019. O material didático-pedagógico foi produzido e distribuído de acordo com as especificações definidas pela Secretaria da Educação, contemplando a impressão e distribuição de aproximadamente 15,7 milhões de livros didáticos para professores e alunos no ano letivo. Tecnologia da Informação: por meio das áreas de Produtos de Tecnologia e de Tecnologia da Informação atua nas seguintes vertentes: Projetos de Digitalização; Projetos e soluções de hospedagem com certificação digital para órgãos públicos. Assinatura digital de documentos - Portal de Assinatura Digital - assina.sp; entre outros. Tecnologia da Informação - Projetos de Digitalização: o contrato com empresa especializada foi iniciado no ano de 2019. Até novembro, foram digitalizadas 15.223.720 páginas com a guarda de cerca de 124,5 mil caixas de documentos. Soluções de hospedagem com certificação digital: São Paulo Previdência - SPPREV - Site institucional, Sistema Sigeprev - Sistema de Gestão de Benefícios Previdenciários, DSDOCS utilizado na solução de desmaterialização/ digitalização de

processos e documentos; Junta Comercial – JUCESP - Portal JUCESP *online*; Secretária da Fazenda – SEFAZ - Serviços da Autoridade Certificadora – SAT; Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Hospedagem do site da Secretaria. Produtos de Tecnologia – Portal *assina.sp*: o portal é um serviço que permite as empresas assinarem documentos eletrônicos com validade jurídica de forma simples, segura, sustentável e de qualquer parte do mundo. Foram iniciados/desenvolvidos os seguintes projetos: Centro Paula Souza – Fornecimento da solução de assinatura de documentos eletrônicos - *assina.sp* e impressão física de diplomas. Foram emitidos/produzidos 17.528 diplomas digitais e impressos. Univesp – Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Fornecimento da solução de assinatura de documentos eletrônicos – *assina.sp* e desenvolvimento da ferramenta de emissão dos diplomas digitais. Foram emitidos 15.806 documentos, sendo 410 diplomas, 1.559 certificados de cursos e 13.837 documentos diversos - como Planos de Atividades de Estágio. UNESP – Universidade Estadual Paulista – Fornecimento da solução de assinatura de documentos eletrônicos – *assina.sp* para a assinatura e emissão de documentos diversos. Em 2019 foram emitidos 79 Certificados de Treinamento. USP - Universidade de São Paulo - Fornecimento da solução de assinatura de documentos eletrônicos - *assina.sp* - integrado a sistemas internos para a emissão de diplomas. Em fase de implantação. Prefeituras de Maringápolis, Tatuí, Louveira, Barueri e Itupeva – Uso da plataforma *assina.sp* para assinatura de documentos diversos. Câmaras Municipais de São José dos Campos e Tatuí - Uso da plataforma *assina.sp* para assinatura de documentos diversos. Dersa – Sistema integrado com *assina.sp* para a emissão dos Atestados de Capacidade Técnica – ACT. Certificação Digital – Atendimentos, projetos e consultoria em certificação digital diversos órgãos públicos: AC SEFAZ – SAT - Serviços de Autorização e Transmissão do Cupom Fiscal Eletrônico. A AC Imprensa Oficial - Autoridade Certificadora do Governo do Estado de São Paulo é a responsável pelo desenvolvimento e pela implantação do projeto, que emite os certificados digitais para as máquinas de cupom fiscal eletrônico do Sistema Autenticador e Transmissor de Cupons Fiscais Eletrônicos - SAT-CF-e, da Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz-SP. A iniciativa é inédita e demandou planejamento e ações conjuntas. O projeto prevê a substituição do equipamento Emissor de Cupons Fiscais – ECF-e, utilizados nos 600 mil estabelecimentos comerciais do Estado. De 2012 até novembro de 2019, foram emitidos 597.006 certificados digitais. Selo de Acessibilidade Digital – SMPED - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência Emissão de certificados de atributo para atestar a validade do Selo de Acessibilidade Digital. O Selo foi criado para estimular a iniciativa pública e privada a promover a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiências no acesso a informações e serviços, certificando sites e portais que cumpram os critérios nacionais e internacionais de acessibilidade. Em 2019, 67 certificados de atributos atrelados aos Selos de Acessibilidade. DIPOL/SP - Departamento de Inteligência da Polícia Civil - Emissão de 2.891 certificados digitais para delegados e escreventes como identificação funcional e acesso ao sistema de inquérito digital. CAU/SP – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - foi dada continuidade ao processo de massificação da certificação digital aos registrados do CAU/SP, com a emissão de 64.607 certificados de atributos para os registrados da região Metropolitana de São Paulo. O certificado de atributo tem a função de qualificar seu titular com informações sobre profissão, cargo, função, entre outras atribuições. Autoridade de Registro – AR - Credenciamento da Autoridade de Registro Imprensa Oficial do Estado do Amazonas - Em processo de credenciamento como Autoridade de Registro – AR, da Autoridade Certificadora Imprensa Oficial. O contrato foi assinado em 8/10 e o projeto de implantação da AR teve início em dezembro. PRODESP - Contrato para a emissão de 364 certificados para Servidores - SSL, sendo 127 emitidos. Superintendência da Polícia Técnico-Científica – Contratos para emissão de 950 certificados digitais. Ministério Público de São Paulo - Contratos para emissões de 1 mil certificados digitais e 39 certificados de servidor SSL. Produtos Jornalísticos e Informação: Diário Oficial - Está em fase de testes a atualização da plataforma do sistema utilizado na produção dos Diários Oficiais para melhorar ainda mais o processo. Suplementos - O caderno suplementos neste ano teve um total de 16.073 páginas. Esse caderno facilita e agiliza a localização do conteúdo publicado. Produtos Editoriais e Institucionais - Editora: até 10 de dezembro a Editora da Imprensa Oficial produziu e imprimiu 8 edições e 12 coedições. Responsabilidade Social - A Imprensa Oficial promove ações de responsabilidade social e participa de projetos que valorizam a cidadania e a inclusão social. Programa Doação de Aparas e Materiais Inservíveis - A iniciativa é uma importante fonte de recursos que garante mensalmente melhorias nos diferentes projetos das cinco entidades beneficiadas. Até dezembro, foram doadas aparas mistas e branca de papel, papel jornal, chapas de alumínio, etc., totalizando o valor de R\$ 736.372,10. As entidades beneficiadas foram: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo – APAE, Fundação Dorina Nowill para Cegos, AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente, Instituto Criança Cidadã – ICC e Fundação Antonio Prudente. Lei Rouanet: a Imprensa Oficial repassou o valor de R\$ 360 mil ao projeto Plano Anual da Associação Paulista dos Amigos da Arte – APAA 2019 - indicado pela Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa. Fundo dos direitos da criança e do adolescente: Repasse de R\$ 90 mil ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente – CONDECA. Fundo de incentivo ao idoso: Repasse de R\$ 90 mil ao Conselho Estadual do Idoso. Incentivo ao esporte: a Imprensa Oficial repassará o valor de R\$ 81 mil ao projeto Integrar Arte e Vida Continuidade da Associação Nacional de Esportes – ANE, indicado pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude. Programa de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON: a Imprensa Oficial repassará o valor de R\$ 81 mil ao projeto Avaliação do DNA circulante tumoral como ferramenta de monitoramento dos pacientes pediátricos com tumores sólidos, ao Centro Infantil de Investigações Hematológicas Dr. Domingos A. Boldrini indicado pela Secretaria de Estado da Saúde. Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD: Repasse de R\$ 81 mil a ser indicado pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Programa da Qualidade - Indicadores e Metas - Foram estabelecidas 9 metas para o Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR separadas conforme determina o Decreto 59.598/13 e alinhadas com o planejamento estratégico da empresa. Destacam-se, neste ano as seguintes mudanças nas metas: Eficiência no Processo Produtivo da Gráfica: retirado o item tinta, por se tratar de um item com baixa gestão por parte da equipe operacional, adicionando seu peso ao item chapa. Realinhada a meta de horas gastas nos itens Impressão e Acabamento, avaliando separadamente Impressão Plana e Impressão Rotativa e no acabamento foi subdividido em Dobra, Costura e Encadernação. Assina.sp - contratos assinados: meta criada em 2018 com objetivo de atingir 08 contratos assinados. Para 2019, o desafio de celebração de 16 Contratos, Renovações de Contratos, Parcerias e/ou Convênios para fornecimento do Portal de assinaturas *assina.sp*. Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE - é autarquia estadual sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, criada pela Lei Estadual nº 9.323, de 1966, com a finalidade institucional de prestar assistência médica e hospitalar aos servidores públicos e seus beneficiários. Atualmente a assistência médica e

hospitalar prestada pelo instituto é composta por: Rede Própria: Consultas Médicas, Cirurgias, Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT, realizados no Hospital do Servidor Público Estadual e CEAMAS. Rede Credenciada: Atendimento médico por meio de Consultórios Médicos, Clínicas Especializadas, Policlínicas, Hospitais Gerais e Especializados, Diagnósticos por Imagens, Laboratórios de Análises Clínicas - SADT.

Produção Geral do IAMSPE

2019 - Projeção	Consulta*	SADT**	Cirurgias	Internação
Produção HSPE	814.588	4.658.491	16.257	35.223
Produção Rede	2.650.829	8.236.433	33.696	39.215
Produção Ceamas	97.959			
Total	3.563.373	12.894.924	49.953	74.438
* Consultas ambulatoriais e urgências				
** SADT - exames diagnósticos e terapêuticos				

Fonte: BI

Programa de Gerenciamento de Crônicos – PGC - Programa de Gerenciamento de Crônicos – CEAMAS: implantado nos 17 Ceamas do IAMSPE, em 2008, com o objetivo de oferecer atenção e cuidados aos pacientes com doenças crônicas não transmissíveis.

PGC - CEAMAS	
Total de Pacientes Cadastrados - Ceamas*	721
Total de Pacientes Ativos	33.261
Nº de Médicos ativos PGC - CEAMAS	36

*Doenças objeto de atenção do programa: diabetes mellitus, hipertensão arterial, dislipidemias, hipotireoidismo e osteoporose.

Programa de Gerenciamento de Crônicos - Geriatria alta complexidade: implantado em julho de 2017 e tem como objetivo principal oferecer modelo assistencial focado em assistência integral e integrada aos pacientes idosos e complexos. Estes pacientes são atendidos por equipe multiprofissional - enfermeiro, nutricionista e fisioterapeuta, coordenada pelo médico geriatra. Atualmente o atendimento é feito duas vezes por semana.

Item	janeiro a novembro
Pacientes acompanhados	134
Consultas de geriatria	438
Consultas de enfermagem	331
Pacientes atendidos - fisioterapia	44
Procedimentos realizados - fisioterapia	524

Programa Enfermagem em Casa – PEC - tem como objetivo aumentar a taxa de desospitalização do HSPE, disponibilizando serviços de enfermagem para atendimento domiciliar de pacientes elegíveis para alta e finalização de tratamento no domicílio. Tem como objetivo atender pacientes internados no serviço de pronto socorro e unidades de internação do hospital, que residam na Capital e Grande São Paulo. Os procedimentos atendidos são: Antibioticoterapia: Pacientes em atendimento de curta duração e, também para tratamento crônico, como nos casos de osteomielite em que os pacientes fariam o tratamento em regime de internação hospitalar. Apoio pós-alta: orientações para pacientes com dispositivos recém-instalados ou com dependência para Atividades Básicas de Vida Diária – ABVD.

Programa Enfermagem em Casa - janeiro a novembro
Quadro Geral

Nº de solicitações	1126
Nº de novas admissões	1126
Alta do PEC	995

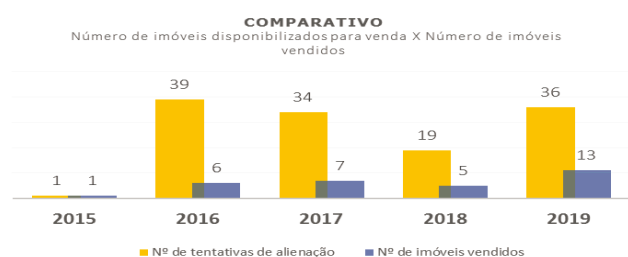
Procedimentos	
Nº de procedimentos de:	
Antibioticoterapia	974
Apoio Pós-Alta	153
Dias de tratamento executados pela Contratada	7391

Custo	
Custo das diárias de internação evitadas*	R\$ 6.829.000,00
Custo dos procedimentos no PEC	R\$ 1.174.359,69
Economia para o IAMSPE	R\$ 5.654.640,31

* O custo estimado pelo PEC da diária no HSPE é R\$ 1.000,00

Prevenir – Centro de Promoção e Promoção da Saúde - Vigilância Epidemiológica - o Núcleo de Vigilância Epidemiológica do IAMSPE, vem contribuindo no atendimento à legislação, que prevê a notificação compulsória de doenças sob vigilância. No ano, foram notificados 3.329 casos, desse total, as doenças que apresentaram maior frequência no HSPE foram: Dengue - 2.622; acidente de trabalho - 130; sarampo - 109 e hepatites virais - 84. Diagnóstico de Mamografia - Birads - o programa realiza vigilância nas doenças crônicas não transmissíveis, com o monitoramento e encaminhamento para consultas de pacientes com exames alterados de mamografia - prevenção de câncer de mama e de sangue oculto nas fezes - prevenção de câncer colorretal. BI-RADS é um acrônimo para Breast Imaging-Reporting and Data System, obtida em diagnóstico de

mama com classificação que varia de 0 a 6, o controle realizado tem como objetivo identificar pacientes que necessitam de atenção médica com classificação de 4 a 6. Foram registrados 99 casos com classificação que varia de 4 a 6, e no monitoramento de exames de sangue oculto nas fezes, foram registrados 154 casos. Videoconferências e Minutos QualiVida - em parceria com a Escola de Governo em 2015, o programa concentra entrevistas com profissionais de saúde voltadas para a população e ficam disponíveis no canal no Youtube Escolas de Governo /Minutos Qualivida. Desde 2015 o programa gravou 67 entrevistas - 3 em 2019 e já atingiu 51.290 espectadores. Núcleo de Atenção à Pessoa Idosa - o Programa de Atenção ao Idoso – PAI, Mário Covas, do IAMSPE, foi idealizado para ajudar idosos a partir de 65 anos a envelhecer com qualidade de vida. Ao entrar para o programa, o idoso é submetido à avaliação clínica e encaminhado aos profissionais da Medicina Física, que analisam sua capacidade física e aptidões. Atividades Físicas: Alongamento, Dança - Expressão Corporal, Coreografia, Lian Gong e Treinamento Funcional Sênior. Oficinas de Sensibilização Psicossocial: Atividades Manuais - artesanato, crochê, macramê, marçhetaria, pintura em caixa, pintura em tela, jogos, jardinagem, Canto, Informática, Inglês/Inglês com Música, Oficina de Smartphone, Teatro e Yoga. Prevenção e Reabilitação: Sessões de Acupuntura, Oficina da Memória e Oficina de Estimulação Cognitiva. Atenção à Saúde: Avaliações de: Bioimpedância e Nutricionista. Educação em Saúde: Eventos externos - fóruns, palestras, simpósio, caminhadas e Eventos internos - baile, festas, datas comemorativas. Registro Hospitalar de Câncer – RHC: sistema estruturado de coleta e análise de dados dos casos de câncer atendidos em um hospital, de modo a gerar informações que permitam conhecer o perfil dos pacientes tratados e as características do tumor, avaliar a atenção oncológica oferecida e a eficácia do tratamento, no sentido de subsidiar o planejamento na busca da melhoria da atenção, além de servir como fonte de dados para as ações de vigilância em saúde e também à pesquisa. Foram registrados e analisados 600 casos. Centro de Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa – CEDEP - Na área de ensino e pesquisa a CEDEP atua no objetivo de promover, estimular regular coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao ensino e pesquisa na área científica na área de saúde do Iamspe. Foram aprovadas 105 pesquisas no âmbito do Instituto, sendo 89 com financiamento próprio de 16 patrocinadas, também foi criado em novembro, o Comitê de Bioética – COBI natureza técnica-científica permanente. Comissão de Residência Médica – COREME: O Médico Residente recebe bolsa de estudo mensal da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, onde o Iamspe arca com 15,23% do valor, e do Ministério da Saúde, cujos valores são determinados conforme legislação vigente, e arca com apenas 01 bolsa integral: são 577 residentes, no valor anual pago pelo IAMSPE de cerca de R\$ 146,8 mil por ano. Comissão de Graduação – Medicina - Estágios Curriculares Supervisionados - Graduação em Medicina: Estágios curriculares supervisionados: São alunos do 7º ao 12º semestre do curso de Medicina da UNICID que podem atuar em diversas áreas com a supervisão de médicos do Hospital do Servidor Público Estadual. Total de alunos: 897. Estágios Extracurriculares/Visitas Técnicas: Programa de estágio curricular obrigatório para alunos dos cursos do ensino de nível superior em Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Serviço Social das universidades - UNICID, UNASP, UNICSUL: Alunos de Enfermagem: 1.098; Fisioterapia: 584; Nutrição: 101. Comissão de Revista Científica: O Iamspe por meio do CEDEP edita a Revista Científica, com artigos produzidos pelos profissionais de saúde do Instituto, referência no ensino médico no Brasil. Foram editadas 3 revistas em versão digital. Plano Odontológico: O Iamspe oferece aos seus 1,3 milhão de usuários a opção de ter um plano odontológico - básico, superior e executivo, com uma ampla rede de atendimento presente em 200 municípios do Estado, incluindo a Capital. Direcionado apenas a usuários do Instituto, inclusive agregados e dependentes, a adesão é facultativa e individual. De janeiro a dezembro, houve a adesão de 18.233 usuários. Conselho do Patrimônio Imobiliário - Seguindo as novas diretrizes de Governo para modernização e aperfeiçoamento da Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo, foram desenvolvidas ações, que buscaram: A reorganização das competências e governança da área; O controle das informações referentes ao patrimônio imobiliário; A desburocratização dos trâmites processuais; A desmobilização dos ativos imobiliários. Para efeito de organização do trabalho e execução das ações necessárias à consecução dos objetivos indicados acima, foram definidos quatro eixos de atuação: institucional/gestão, desmobilização de ativos, monitoramento e controle e cidadão. Eixo Institucional/Gestão: foram elaborados mais de 567 relatórios - janeiro a novembro, relativos aos seguintes temas: Permissão de uso: 174; Transferência de administração: 25; Alienação: 58; Locação: 23; Doação: 106; Outros - regularização, demolição, tributos, etc.: 181. O site Imóveis SP, passou por importante alteração com a inclusão do canal “Manifestação de Interesse” nos imóveis que foram disponibilizados no site. Eixo Desmobilização: foi realizado levantamento do quantitativo dos ativos imobiliários que não são mais utilizados pelos diferentes órgãos do Estado, em função de perda de sua função social, ou por já se encontrarem vagos ou ociosos. O mapeamento de imóveis foi realizado tanto pelas secretarias e órgãos quanto pela equipe do CPI, e após observar os mais de 30 mil registros, foram identificados 970 imóveis ociosos com potencial de desmobilização. Principais Resultados: Projeto de lei: foram selecionados 77 imóveis - 47 da Fazenda do Estado, 28 DER, 2 DAEE, com valor estimado de R\$ 150 milhões. Venda de imóveis - leilão e concorrência: Foram disponibilizados para venda 36 imóveis, sendo 13 alienados, com arrecadação de R\$ 47.697.100,00 aos cofres públicos.



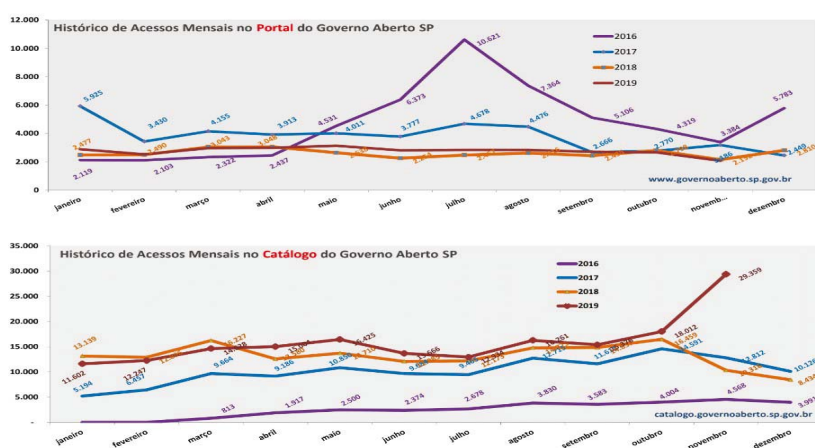
Eixo Monitoramento e Controle: o Conselho acompanhou mensalmente os valores de gastos com locações pelo Estado, apoiou as ações de mudanças de órgãos que ocupavam imóveis locados para imóveis próprios estaduais e elaborou novas propostas para realocação de órgãos, em especial, em conjunto com Programa "Canal Direto SP + Perto" da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Acompanhamento da Locação de Imóveis: a tendência de controle e queda seguiu a trajetória, com redução de R\$ 2,3 milhões nominais - 2,7% sobre o ano anterior. Eixo Cidadão: foram identificados terrenos que poderão ser destinados à programas das pastas da Educação, Habitação e Administração Penitenciária. Seleção de imóveis para atendimento de programas de políticas públicas da área social: foram realizados levantamentos de imóveis em parcerias com as Secretarias de Estado que possam ser disponibilizados para ampliação de políticas públicas

estaduais. Doação de Imóveis: foram doados 10 imóveis as prefeituras para construção de escolas, postos de saúde, museus, entre outros. O valor estimado dos imóveis doados é de R\$ 7,4 milhões. Arquivo Público do Estado - tem a missão de atuar como órgão normativo e coordenar a execução da política estadual de arquivos, por meio da gestão, preservação e acesso aos documentos públicos, contribuindo para a eficiência e memória da administração pública, o acesso à informação, a produção de conhecimento e a garantia de direitos aos cidadãos. Política de acesso à informação: Monitoramento de 24.195 pedidos ao Governo Estadual; coordenação de 204 Serviços de Informações ao Cidadão-SIC e 58 orientações técnicas; 949 atendimentos pelo Sistema, 2.945 redirecionamentos de pedidos, 2 cursos, 221 agentes capacitados. A Central de Atendimento ao Cidadão-CAC atendeu 909 pedidos; realizou 467 atendimentos; e análise de prioridades para a atualização do Sistema SIC.SP. Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAI: 7 reuniões; 175 recursos pautados para julgamento; 50 diligências e solicitações de providências; 485 votos publicados no site do APESP; participação de membros da SSP/PM e da SFP para elucidarem solicitações efetuadas no SIC.SP objetivando maior robustez aos votos emitidos, além, da função pedagógica ao se fazerem instrumentos de fortalecimento da cultura do acesso à informação. Política estadual de gestão documental: 475 atendimentos; 587 editais de ciência de eliminação de documentos analisados; 37.015,18 m/l de documentos avaliados; 89 Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA orientadas; 21 visitas/pareceres técnicos de monitoramento; 6 planos de classificação e tabelas de temporalidade das atividades fim elaborados - PRODESP, DER, IAMSPE, SAP, SES e SDS. Modernização e expansão do Sistema SPdoc e implementação de normas e procedimentos de protocolo: Administração central do Sistema SPdoc e assessoramento ao Comitê Gestor do SPdoc; definição de 20 requisitos para aprimoramento do SPdoc; 7 implantações do SPdoc: SDR; SDS; DER; SERI; SE; SDE; SAP; 14.014 novos usuários em 2019; 56.627 usuários no total; 678 administradores subsetoriais e agentes multiplicadores; 1.635 atendimentos; 1 órgão desativado - SERT e 2 inativações em andamento - SSRH e SEM; atualização no SPdoc de estruturas administrativas: transferência de unidades da extinta Secretaria de Planejamento e Gestão para a Secretaria de Governo, para a Secretaria de Desenvolvimento Regional e para a Secretaria da Fazenda e Planejamento; expansão do SPdoc para 19 superintendências regionais do DETRAN e no APESP/SEGOV; 18 mapeamentos de documentos para o Programa SP Sem Papel. Programa “Produção, Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais”: Conclusão do estudo das funcionalidades básicas do SIGADoc, software livre desenvolvido pelo TRF-2, com elaboração de relatório técnico - análise, melhorias e erros; análise do Sistema SEI! desenvolvido pelo TRF-4 - reuniões, visitas técnicas e treinamentos; início da implantação do Programa SP Sem Papel; 32 reuniões de implantação; 27 tabelas de temporalidade padronizadas para o SP Sem Papel; 1.178 documentos modelados para o SP Sem Papel; 185 modelos específicos elaborados - CRHE 08, PGE 127, Casa Militar 9, SAA 16, SES 04, STM 1, SPPREV 12, SEGOV 8; 211 atendimentos técnicos na capacitação do SP Sem Papel; 41 tutoriais de capacitação do SP Sem Papel - gestão documental no AVA e perguntas mais frequentes; acompanhamento da capacitação do SP Sem Papel sendo 9 a distância - 5 SEE, 2 PGE e 2 SSP e 13 presenciais para 8 órgãos/entidades - SEE, SEFAZ, SDR, Casa Civil, SES, SEGOV, PRODESP e FDE; participação no fórum de dúvidas do AVA; capacitação sobre operação do sistema - 9 APESP e 3 CGA; elaboração de 1 parecer técnico - SEFAZ; tratativa com o TCE para viabilizar auditoria dos documentos no SP Sem Papel; alinhamento com a CRHE para modelagem dos documentos de RH; contrato Prodesp melhorias do SIGADoc - 11 regras de negócio, 1 item homologado. Promoção de gestão documental e acesso à informação nas administrações municipais: 548 atendimentos; 6 visitas técnicas com elaboração de parecer técnico para o Ministério Público; gestão e monitoramento de 4.500 acessos ao “Mapa Paulista de Gestão Documental e Acesso à Informação Municipal”; migração da antiga plataforma da base de dados do CAM para nova versão; encaminhamento de proposta à Divisão AUDESP do TCESP de criação do Índice de Efetividade de Gestão Documental e Acesso à Informação - IGDAl; pesquisa referente à gestão documental e acesso à informação nas câmaras municipais paulistas, com a participação voluntária de 190 casas legislativas; projeto de elaboração de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos modelo para o Poder Executivo Municipal - em andamento. Atendimento ao público: 48.985 pessoas, sendo 3.062 presenciais; 11.821 consultas para certidões; 1.572 em visitas técnicas/monitoradas; 655 nas exposições físicas; 17.831 nas exposições virtuais; 1.800 participantes de cursos, palestras, oficinas; 10.209 por e-mail; 1.976 telefônicos; 59 fins jurídicos. Emissão de 1.859 certidões, sendo 1.792 certidões de Imigração, 49 certidões de inteiro teor de registros de terra, autos cíveis e outros e 18 certidões de prontuários da Maternidade São Paulo. Site do APESP e redes sociais: 244.511 visitantes no site, 4.069 atendimentos por e-mail e redes sociais; 15.500 visualizações no canal APESP no YouTube; 1.010 seguidores no YouTube; 60.263 seguidores no Facebook, 8.800 no Instagram, 27.500 no Twitter. 4 transmissões ao vivo pela internet e 3 vídeos produzidos, com 11.140 visualizações. 42 notícias. Tratamento técnico do acervo permanente - Guia do Acervo: Textual publicados: 10 fundos públicos - Secretarias: Meio Ambiente, Relações do Trabalho, Saneamento, Administração Penitenciária, Assistência e Desenvolvimento Social, Viação e Obras Públicas, Obras e Meio Ambiente, SEADE, CIBPU, FUNDAP e 3 atualizações - Segurança/Guarda Civil e Censura Teatral, Setrans e Segov/Casa Civil; 10 fundos privados e 1 Acervo Iconográfico: Jornal “Aqui São Paulo” e Jornal “Última Hora”. Disponibilização de instrumentos de pesquisa: 7 novos índices de registros de terras - totalizando 14 concluídos; 1 catálogo - Washington Luís. Acervo textual: Identificação: 2.404.543 itens; Descrição arquivística: 4.555 caixas e 2.310 itens; Organização do Acervo: 47.509 prontuários do DEOPS conferidos e indexados em banco de dados; Controle do Acervo: 5.386 itens movimentados para atendimento ao público; Troca de acondicionamento: 324.250 itens Acervo cartográfico - Descrição arquivística: 8.160 documentos; Digitalização: 246 documentos; Higienizados 5.297 documentos. Acervo iconográfico - Descrição: 2 conjuntos documentais - Secretaria de comunicação/SEGOV e Maria José de Carvalho; Identificação: 58.034 itens; Descrição arquivista: 58.034 itens; Organização do Acervo: 7.778 itens; Acondicionamento: 29.070 documentos; Higienização: 29.604 documentos; Digitalização: 21.366 itens. Biblioteca e Hemeroteca: Controle do acervo 2.008 itens movimentados; Troca de acondicionamento de 8.271 itens; Acervo Bibliográfico: Catalogação: 7.799 livros; Classificação e indexação: 3 volumes; Higienização de 2.704 itens/volumes; Reparo de 18 livros; Acondicionamento de 1.707 itens. Hemeroteca: Catalogação: 600 jornais e revistas; 4.478 periódicos ordenados; Acondicionamento de 4.888 itens; Higienização de 8.653 periódicos; 4.979 periódicos reparados. Preservação: documentos reparados: 1.810; restaurados: 1.000; higienizados: 302.045. Microfilmagem: digitalização e tratamento do Projeto Censura teatral - 131 caixas com 2.808 processos, totalizando 150.527 imagens; Convênio com a Polícia Militar - digitalização da Revista Militia - 20 encadernados divididos em 103 edições, totalizando 10.913 imagens; digitalização das Fichas de catalogação do IGC - 9.661 imagens; Memorial do Imigrante - 3 livros

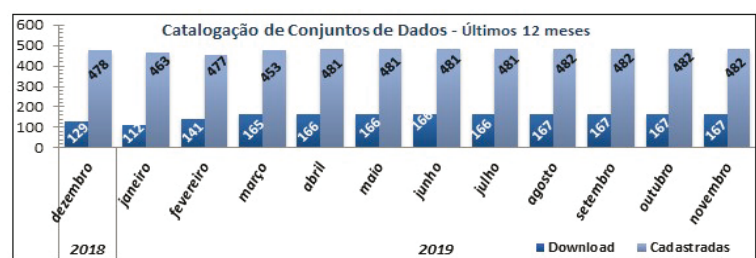
de Matrícula e 2 listas de bordos - totalizando 2.238 imagens; demandas Internas e externas digitalização - totalizando 12.630 imagens; Acondicionamento e Encadernação: Confecção de 24.351 acondicionamentos - caixas, jaqueta de poliéster, folders, entrefolhamentos e 349 encadernações. Incorporação de novos documentos ao acervo permanente: 380,75 metros lineares de novos documentos ao acervo permanente - Recolhimentos: CPOS 35,26 metros lineares - 259 caixas; FUNDAÇÃO 2,8 metros lineares - 20 caixas; EMPLASA/GEGRAN 49 metros lineares - 276 caixas e 48 pacotes. Doações: 5,6 metros lineares - 40 caixas do arquivo pessoal de Pedro de Toledo. Acervo bibliográfico e hemerográfico: Recolhimentos - 33 metros lineares: 82 caixas da Biblioteca da Secretaria da Fazenda; 19 caixas - 94 unidades documentais da Secretaria do Planejamento e Gestão; Doações - 255,09 metros lineares - 72 itens bibliográficos e hemerográficos de cidadãos e entidades; 4.130 itens da Biblioteca do Palácio dos Bandeirantes. Acervo cartográfico: Recolhimento de 1.717 tubos da CPOS, 10 caixas e 3 pacotes da Emplasa e doação particular de 1 mapa. Acervo iconográfico: 996 discos ópticos de vídeo - DVD, equivalentes a 2,231 terabytes; 2 HDs externos com 148,8 gigabytes de arquivos de áudios. Tratamento técnico do acervo intermediário: implantação do projeto "Avaliação dinâmica da massa documental acumulada nos órgãos do SAESP": 16 reuniões do GT; 17 visitas técnicas - SES, SAP, SEE e SCEC, aplicação da metodologia no Fundo da Secretaria da Cultura: 6.575 caixas avaliadas e no Fundo da Secretaria da Educação: 3.701 caixas avaliadas; cadastro de 1.166 caixas; 3.775 caixas avaliadas para eliminação; publicação de 2 Editais de Ciência de Eliminação de Documentos publicados - 5 e 10/2019; 912 caixas preparadas para recolhimento; 322 empréstimos; 795 devoluções; 517 digitalizações; 288 documentos desmetalizados e higienizados; 9.666 documentos cadastrados- 11º cartório; 6.512 caixas remanejadas - SECult, CONEI e SDS; 8.765 prontuários higienizados e cadastrados da Fundação Casa. Gerenciamento de riscos e sustentabilidade: Definição de plano de ação para riscos ligados a Pragas - acesso, alimento, abrigo e acúmulo de água; discussão do fluxo de comunicações e providências; formulário de vistoria para detecção de não conformidades de acordo com o risco envolvido. Planejamento e implementação de higienização segura de documentos contaminados por agentes químicos, com contato mais estreito com órgãos parceiros do governo estadual - em particular o Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde, Instituto Biológico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e CETESB. Divulgação do acervo, capacitação e disseminação do conhecimento técnico-arquivístico: 2 "Encontros Paulistas sobre Gestão Documental e Acesso à Informação" em parceria com o MPE e TCE - 489 agentes públicos capacitados; "IV SGDAI Seminário de Gestão Documental e Acesso à Informação" - 89 agentes capacitados no TCE; 7 treinamentos de procedimentos de protocolo - 330 agentes capacitados; 17 treinamentos de operação do SPDoc - 726 usuários capacitados; 29 capacitações técnicas - 581 agentes capacitados, 4ª edição do curso de capacitação EAD sobre gestão documental e acesso a informação - 221 agentes capacitados; I Encontro Estadual dos Serviços de Informações ao Cidadão-SIC - 120 agentes capacitados; lançamento do "Modelo de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Legislativo Municipal" - 90 agentes capacitados; Encontro das Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADAs para Implementação do Programa SP Sem Papel - 118 agentes capacitados; 4 oficinas de capacitação no projeto "Observatórios de Arquivos Municipais", participação de 11 Arquivos de Prefeituras e 9 Arquivos de Câmaras Municipais; Lançamento do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Secretaria da Saúde - 133 agentes capacitados. 2 Cursos/Oficinas presenciais: Paleografia e Conservação Preventiva; Exposição Física "Arquivos Vivos e Memórias de Práticas Médicas em São Paulo"; 5 Seminários: "Arquivística: fundamentos e formação profissional", "Gestão e Governança de arquivos em debate"; 3 lançamentos de publicações - Revistas nº 8 e 9 e PC/TTD legislativo municipal; 116 Visitas Monitoradas. Convênios e parcerias: CADAS, MPE; TCE; OGE, PRODESP, Fundação CASA, Fundação Vanzolini, PGE; parceria com os Arquivos das Prefeituras de: Americana, Campinas, Caraguatatuba, Guarulhos, Limeira, Olímpia, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, São José dos Campos, São Sebastião, Sorocaba e Arquivos de Câmaras Municipais: Araraquara, Barueri, Campinas, Guarulhos, Jacareí, Limeira, São Bernardo do Campo, São Sebastião, São Paulo e Valinhos; Arquivo Público do Estado da Paraíba. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Secretaria da Segurança Pública, por intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Participação em órgãos colegiados e grupos de trabalho: Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ; Conselho da Transparência Estadual; Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAI; GT para definição de metodologia dinâmica para a avaliação da massa acumulada - APESP, SAA, SFP, SJC e DER. Publicações Técnicas: "Modelo de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos - atividades meio e fim, para o Poder Legislativo Municipal"; 2ª edição revista e ampliada do "Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Administração Pública Estadual: Atividades Meio"; "Guia Técnico de Transparência Municipal"; "Serviço de Informações ao Cidadão - SIC: Primeiros Passos"; "Manual de Orientação para Uso do Ambiente Digital de Gestão Documental do Programa SP Sem Papel"; "Roteiro Dinâmico para Avaliação da Massa Documental Acumulada" - digital; "Guia da Transparência Pública Estadual" - em andamento; 3ª edição da "Política Pública de Arquivos e Gestão Documental do Estado de São Paulo" - em andamento. 2 Publicações eletrônicas da Revista do Arquivo: nº 8 "Arquivos de Instituição Médicas e de Saúde" e nº 9 "Proteção de dados pessoais, acesso à informação, tecnologia da informação e os impactos nas atividades de arquivos". Corregedoria Geral da Administração - CGA - foram realizados estudos visando aprimorar o gerenciamento de suas atividades, resultando, como produto final, o fluxo de recebimento de denúncias, por intermédio de seus canais de recepção de denúncias. Finalizados os trabalhos, constituiu-se um Grupo de Trabalho para dar continuidade à Avaliação e Aperfeiçoamento Contínuo dos Fluxos, no âmbito do órgão correccional, incorporando-se as diretrizes fixadas pelo Programa SP Sem Papel, a que se refere o Decreto nº 64.355/2019, cujos trabalhos estão em andamento. A CGA integra o Fórum Estadual de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo - FOCCO-SP. Em 2019, permaneceu como responsável pela coordenação de 2 ações: Ação 1 - tem como meta a divulgação e fomento à implantação da Lei federal nº 12.846/13 - lei anticorrupção, no âmbito dos Municípios. O último evento foi realizado em agosto, na cidade de São José dos Campos, no Parque Tecnológico de Cidade - ParqTec, com o apoio da Prefeitura Municipal. Participaram do evento vários gestores municipais e assessores jurídicos dos municípios circunvizinhos, num raio de até 100 quilômetros do Município sede do evento - SJC; Ação 2 - tem como foco a "Judicialização e combate às fraudes no âmbito da Saúde". Foram realizadas diversas atividades com foco no tema da referida ação. A CGA conta, ainda, em sua estrutura básica, com a Comissão Geral de Ética, a que se referem os artigos 4º, inciso IV, e 37, ambos do Decreto nº 57.500/2011, que tem por finalidade promover a ética pública e a moralidade administrativa. Foram instaurados 9 PARs, ora em andamento. Registrou-se o cumprimento de uma Carta Precatória, referente a um PAR oriundo da Corregedoria Geral do Estado do Maranhão. Ainda, tramitam no órgão outros 5 PARs, instaurados em 2018,

totalizando 14 PARs em andamento. A seguir, uma breve síntese das atividades desenvolvidas pela CGA: Grupos Correccionais - Departamento de Registro, Distribuição e Instrução Processual - DRDIP: é responsável pela recepção de toda documentação dirigida à CGA. Analisa, instrui e distribui os documentos e denúncias direcionados à CGA. É responsável pela administração dos canais institucionais eletrônicos da CGA, tais como: o Denúncia "online", o "Web Denúncia Corrupção" e o correio eletrônico www.corregedoria.sp.gov.br, por meio dos quais foram recebidas 216 denúncias, tendo sido conferido a cada uma delas o devido encaminhamento. Departamento de Controle Estratégico: responsável pela execução do monitoramento da evolução patrimonial dos agentes públicos, por meio da utilização do Sistema de Acompanhamento da Evolução Patrimonial - Sistema AEP. Recepção, ainda, as declarações de dirigentes públicos ativos estaduais e administra e-mail institucional. Foram recepcionadas 891 declarações de dirigentes públicos ativos estaduais, realizados 2.139 atendimentos por intermédio do e-mail institucional, e 726 atendimentos telefônicos. Também administra o Cadastro Estadual de Entidades - CEE e emite o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE, a que se refere o Decreto nº 57.501, de 8/11/2011. Neste ano, foram recepcionados 561 pedidos de cadastramento de entidades, dos quais 386 foram aprovados e certificados, 109 encontram-se pendentes de providências por parte das Entidades, e 66 não atenderam aos requisitos legais e foram reprovados. Departamento de Monitoramento de Contratos Terceirizados: monitora diariamente todos os contratos de serviços terceirizados da Administração Pública estadual direta, indireta e fundacional de websites, monitorados 3.767 contratos. No monitoramento de registro de empresas sancionadas, por intermédio do site evitou-se a prorrogação de 223 contratos, cujas empresas contratadas já haviam sido apenas pela Administração Pública estadual, gerando uma economia aos cofres públicos da ordem de R\$ 16,5 milhões. Foram instaurados 3 protocolos para averiguação preliminar e encerrados com recomendações aos gestores dos contratos averiguados. Departamento de Apuração em Licitações, Contratos e Indenizações: monitora as licitações da Administração Pública estadual direta, indireta e fundacional, visando o cumprimento e atendimento das normas e regulamentos que regem a matéria, em suas variadas modalidades licitatórias, e outras normas inerentes à matéria, inclusive quanto à obrigatoriedade da utilização da modalidade pregão eletrônico, atuando preventivamente, por meio de recomendações aos órgãos públicos estaduais. Foram instaurados 8 procedimentos correccionais, 3 protocolos para averiguações preliminares e 7 expedientes em avaliação na Unidade, dos quais, 4 foram concluídos com recomendações, sendo que uma delas resultou em proposta de instauração de PAR. A Unidade tem sob sua responsabilidade outros processos e expedientes em andamento instaurados em anos anteriores, sendo 13 procedimentos e 2 expedientes. Com a obrigatoriedade do uso do pregão eletrônico pelos órgãos públicos, a atuação correccional preventiva da Unidade verificou que, entre o montante das aquisições e contratações com valor estimado de aproximadamente R\$ 16 bilhões, houve uma redução para o valor efetivamente contratado para R\$ 11 bilhões, propiciando ao Estado uma economia real de aproximadamente R\$ 5 bilhões. Departamento de Controle de Pessoal: fiscaliza as atividades envolvendo questões de recursos humanos no âmbito do Administração Pública estadual direta, indireta e fundacional, bem como contratações de empregados públicos, nomeações para cargos públicos, cumprimento dos requisitos prévios para contratações e nomeações, regularidade de afastamentos, desvios de finalidade, entre outras matérias. É responsável pelo Grupo de Assédio Sexual. O referido Grupo de Assédio Sexual recepcionou 32 denúncias de assédio sexual que geraram protocolados, procedimentos e expedientes eletrônicos - sem papel, das quais 10 estão em averiguação preliminar - sem papel, 15 estão em procedimentos correccionais e 7 já foram concluídos com recomendações disciplinares aos denunciados. Departamento de Auditoria Geral e Prestação de Contas e Diárias: atua na interação entre as diversas auditorias internas existentes nos órgãos públicos estaduais, orientando os trabalhos de auditoria. O resultado da análise pormenorizada de procedimentos de verificação da prestação de contas e das diárias de alguns órgãos públicos gerou devolução, aos cofres públicos do Estado, do montante de R\$ 457.674,28. Departamento de Inteligência: executa as atividades de inteligência para obtenção e análise de informações para apoio aos demais Grupos Correccionais da CGA. Atua, ainda, em corréções, inspeções e diligências envolvendo assuntos inerentes à área ambiental. A Coordenação da Unidade e seus integrantes atuam em 4 PARs que se encontram em andamento. Departamento de Investigações Especializadas: atua em procedimentos correccionais específicos que demandam investigação mais pormenorizada. Atua também como representante da CGA junto ao ENCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro. Conduziu e concluiu procedimentos correccionais envolvendo conduta ilícita de agentes públicos e de eventual enriquecimento ilícito. A Coordenação da Unidade e seus integrantes atuam em 2 PARs que se encontram em andamento. Departamento de Obras: responsável pela inspeção das obras públicas no âmbito Administração Pública direta, indireta e fundacional do Estado, que são selecionadas aleatoriamente, a partir dos registros existentes no Cadastro de Obras e Ações do Governo - COAG, gerando trabalhos correccionais preventivos. Foram vistoriadas 113 obras, resultando em orientações e recomendações aos gestores de convênios e contratos. Foi instaurado 1 procedimento para averiguação preliminar e a unidade conta, ainda, com outros 10 procedimentos de anos anteriores, em andamento. Departamento de Apurações - DETRAN: atua com foco exclusivo no Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN-SP e suas diversas CIRETRANS, com o objetivo de apurar eventuais irregularidades praticadas por agentes públicos nas emissões da carteira nacional de habilitação - CNH, bem como na realização de leilões de veículos apreendidos, dos credenciamentos das autoescolas, entre outros. Como resultado dos trabalhos, foram instaurados 68 procedimentos, dos quais, 34 foram concluídos, com recomendações de punição administrativa em desfavor de servidores do DETRAN/SP, de servidores municipais, e de agentes públicos da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública, na seguinte conformidade: 13 processos administrativos disciplinares - PAD; 3 processos disciplinares sancionatórios; 12 punições para agentes públicos dos Municípios; 11 punições de policiais civis da Secretaria de Segurança Pública. Com a atuação correccional preventiva da Unidade, foi possível propor ações para o ressarcimento aos cofres públicos de aproximadamente R\$ 171.500,00, e recomendações para a efetiva melhoria dos serviços públicos ofertados ao cidadão. Corregedorias Setoriais - A CGA dispõe de duas Corregedorias Setoriais que atuam na fiscalização das atividades e apuração de eventuais irregularidades praticadas por agentes públicos, no âmbito da Secretaria da Educação e da Secretaria da Saúde, cabendo destacar o que segue. Corregedoria Setorial Educação: atua na fiscalização das atividades e apuração de eventuais irregularidades praticadas por agentes públicos que atuam nas Escolas Públicas e demais órgãos vinculados à Secretaria da Educação. O trabalho desenvolvido pela Setorial Educação, resultou na autuação de 107 procedimentos correccionais, dos quais, 53 estão em andamento, 54 - inclusive procedimentos de anos anteriores, foram concluídos com diversas recomendações, entre elas: punição para 1 agente público, proposta de instauração de 10 Processos Administrativos Disciplinares - PAD, instauração de 1 sindicância. Ainda, em decorrência do

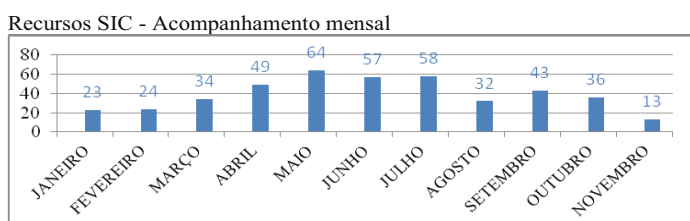
trabalho correcional realizado pela Unidade, verificou-se que houve o ressarcimento aos cofres públicos, no valor de R\$ 536.560,75. Corregedoria Setorial Saúde: atua na fiscalização das atividades e apuração de eventuais irregularidades praticadas por agentes públicos que atuam em todos os órgãos vinculados à Secretaria da Saúde. As atividades correcionais realizadas pela Setorial Saúde, resultaram na atuação de 95 procedimentos correcionais para apuração preliminar, dos quais 85 estão em andamento, e 10 foram finalizados com recomendações, entre elas, propostas de abertura de sindicâncias, instauração de Processos Administrativo Disciplinar – PAD e de recomposição do erário no valor de R\$ 1.899.787,89. Nota-se, ainda, que na unidade há outros 97 procedimentos correcionais em andamento que foram instaurados em exercícios anteriores. Unidades de Assessoramento e Assistência- Assessoria da Presidência atua como unidade de apoio à Presidência da CGA, examina e prepara documentos a serem submetidos à apreciação superior. Analisa e responde os pedidos de acesso à Lei de Acesso à Informação, inclusive em grau de recurso da 1ª Instância. Até setembro, analisou e respondeu todos os recursos em 2ª instância. Unidade Administrativa. O Centro Administrativo auxilia na administração de assuntos relacionados às áreas de recursos humanos e de infraestrutura, disponíveis na sede do órgão. Procedimentos instaurados: 421; Protocolados autuados/Expedientes registrados: 981; Procedimentos /Protocolados/Expedientes concluídos: 190; Procedimentos/Protocolados /Expedientes em andamento: 1496; Autos de Inteligência instaurados: 10; Diligências realizadas: 625; Oitivas realizadas: 408; Obras vistoriadas: 113; Atendimentos - Denúncias de Assédio Sexual: 32; Atendimento via telefone - AEP: 726; Atendimento via Sistema AEP - Acompanhamento da Evolução Patrimonial: 891; Entidades que solicitaram análise de cadastramento via eletrônica - CRCE: 561; Ouvidoria Geral do Estado – OGE - Implantada em março de 2015, é o órgão central da Rede Paulista de Ouvidorias, com atribuições definidas pelo Decreto nº 61.175/2015: de promoção da transparência pública e contribuir para a aplicação das normas de acesso à informação e de proteção do usuário do serviço público; realizar a orientação normativa quanto ao funcionamento das Ouvidorias Estaduais, coordenando a Rede Paulista de Ouvidorias e sistematizando suas informações; administrar o Portal da Transparência Estadual; dar suporte ao Conselho de Transparência da Administração Pública, ao Comitê Gestor do Portal da Transparência Estadual e à Comissão de Centralização das Informações dos Serviços Públicos do Estado de São Paulo; sugerir melhorias no atendimento ao usuário e promover capacitação de agentes públicos, além de atuar como instância recursal decisória em pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação – LAI - Lei nº 12.527/2011. E, conforme o Decreto nº 62.599/2017, o gerenciamento e a orientação do uso do portal Governo Aberto SP, instituído pelo Decreto nº 55.559/2010, também estão a cargo da OGE. Rede Paulista de Ouvidorias é composta pelas Ouvidorias dos órgãos da Administração Direta, Indireta, Fundacional, Agências Reguladoras e Concessionárias de Serviços Públicos. No primeiro semestre deste exercício, foram registradas 512.656 manifestações, das quais destacamos que 55,66% se referem a solicitações de informação, não baseadas na LAI e 41,54% foram realizadas por telefone, restando como forma de contato mais buscado. No canal de relacionamento “fale-conosco”, disponibilizado pela Ouvidoria Geral, recebeu no período mais de 2000 registros. Em razão de parceria firmada, recebe ainda manifestações protocolizadas no Ministério Público do Estado de São Paulo, que dizem respeito à administração, realizando o encaminhamento para os órgãos competentes. Como órgão central da Rede Paulista de Ouvidorias e administrador do sistema da Rede Paulista de Ouvidorias, a OGE demandou criação e já se encontra disponibilizada, funcionalidade especialmente destinada aos Secretários de Estado e ao Procurador Geral, para o encaminhamento eletrônico dos seus respectivos relatórios, com campo para seus pareceres, evitando assim a impressão dos Relatórios. Portal da Transparência: o portal teve 1.973,4 milhão de acessos até o final de novembro, sendo que mais da metade desses acessos se deu na página que efetua a “Busca de Remuneração mensal dos servidores públicos do estado de São Paulo”, seguido pelo acesso a página de “Cargos e Funções”. Portal do Governo Aberto SP: OGE tem como tarefa gerir, apoiar e orientar os cadastramentos de sistemas e conjuntos de dados disponibilizados nas páginas dos órgãos do Governo do Estado para efetuar a catalogação e disponibilização para download, sempre que possível, no “Portal do Governo Aberto SP”. Também efetua atualização de notícias e confecção de relatórios de desempenho mensais do número de acessos ao portal, aos conjuntos de dados, além da evolução de conjuntos de dados catalogados e para download por órgãos do estado, os quais se encontram disponíveis em <http://www.governoaberto.sp.gov.br/relatorios-estatisticos/>



Atualmente conta com 482 conjuntos de dados na plataforma, das quais 167 estão disponíveis para download. Até o final de novembro, o portal havia registrado 185,2 mil acessos.



Acesso à Informação: a OGE é responsável pela análise dos recursos administrativos em pedidos de acesso à informação, nos termos do artigo 20 do Decreto estadual nº 58.052/2012. A tramitação dos recursos inclui comunicação com o órgão recorrido para explicações, realização de diligências para complementos e decisões. De janeiro a novembro, foram registrados 433 recursos SIC, todos analisados, julgados e publicados no sistema eletrônico, para acesso do requerente. A partir deste ano, as decisões LAI encontram-se publicadas no site da OGE, com link ao Portal da Transparência, resguardando as informações pessoais. Além da apreciação dos recursos, a OGE também auxilia na orientação e fiscalização do cumprimento das normas de acesso à informação por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública.



Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC - Cartografia e Geoportal IGC: o Geoportal IGC é o elo de integração das diversas áreas do Instituto e, também é dedicado à disseminação das bases cartográficas oficiais do Estado, as principais ações se concentraram em: Elaboração de 5.265 documentos cartográficos nas escalas 1:5.000 - 222 documentos, 1:10.000 - 2.437 documentos e outras escalas menores - 2.606 documentos, referentes a mapas e ortomagens relacionados às divisas municipais e aos trabalhos de caracterização de nascentes, mapeamento de nascentes e cursos d'água; Vetorização/atualização de Divisas Municipais: 40 municípios atualizados, o que corresponde a 218 folhas na escala 1:10.000 - 6.675 km²; Elaboração de 12 Mapas Municipais correspondente a aproximadamente 1.500 km². Serviços de Manutenção das Divisas dos Municípios

Paulistas: O IGC é o único órgão responsável pela gestão das divisas intermunicipais do Estado de São Paulo. Foram atendidos 1.073 processos, abrangendo Certidões de Jurisdição Territorial, Informações Técnicas, análises técnicas referentes a demarcações, traçados de Divisa e Pareceres Técnicos de natureza geográfica e cartográfica. Sendo eles: 873 expedientes técnicos emitidos para pessoas físicas, 144 para pessoas jurídicas, 56 para órgãos públicos. Serviços de Estudos de Caracterização de Drenagem e Mapeamento de Nascentes: Elaboração de informações técnicas de caracterização de drenagem, que tratam da localização precisa, em mapas oficiais, das nascentes e do traçado dos cursos d'água, com vistas ao processo de licenciamento ambiental. Até dezembro, foram elaboradas 282 informações técnicas desta natureza, assim distribuídas: 132 para pessoas físicas, 105 para pessoas jurídicas, 45 para órgãos públicos. Ações na Área de Gestão Documental e Disseminação da Informação Técnica: Responsável pela guarda, em caráter permanente, de acervo técnico documental, produto de atividades de reconhecimento geográfico e cartográfico e controle administrativo da Divisão Territorial do Estado de São Paulo. A área realizou atividades de gestão documental centradas em dois eixos: Arquivos IGC: Execução do projeto de redescrção e digitalização dos Dossês de Evolução Territorial dos Municípios Paulistas para 79 cidades e 50 distritos da Capital de São Paulo, perfazendo 9.503 arquivos gerados e disponibilizados ao público. Incorporação do acervo cartográfico da Emplasa: Em relação ao acervo fotográfico foram manipulados e incorporados ao acervo do Sistema Cartográfico Estadual - fotografias aéreas impressas; 189 HDs e 850 Cds, perfazendo milhares de arquivos de fotografias aéreas e mapas em formato digital, e 302 relatórios, termos de referência e demais originais em papel relativos ao Projeto Mapeia; e, 1645 envelopes com milhares de mapas e cartas que serão analisadas tecnicamente e incorporadas ao acervo oficial. Atendimento ao Público: Pessoalmente: aproximadamente 9.800 atendimentos técnicos que envolvem localização de propriedades em mapas, cartas, fotografias aéreas e imagens de satélite; Geoportal IGC: 11.000 usuários e 30.000 sessões; Site do Instituto: 80.000 usuários e 110.000 sessões. Assessoria Técnica de Governo – ATG - Em cumprimento às atribuições que lhe são conferidas de atividades de assessoramento ao Governador e ao Secretário de Governo, desenvolveu, ao longo do ano, as seguintes ações: realizou exame e pronunciou-se em aproximadamente 8.770 processos e expedientes sobre inúmeras matérias, desenvolvendo trabalhos que incluíram preparação de decretos, despachos, apostilas, resoluções, análise de minutas de decretos transmitidas por diferentes áreas do Estado e elaboração final de minutas de decreto tratando de diversos assuntos. Subsidiariamente, a ATG manifestou-se sobre definição e alteração da organização administrativa de órgãos e entidades do Estado, tendo examinado inúmeras minutas sobre assuntos dessa natureza. Dentre os decretos publicados, cujas minutas foram examinadas pela ATG, merecem destaque os que promoveram as seguintes medidas: Gabinete do Governador - Conselhos Gestores do Programa Estadual de Desestatização e do Programa Gestor de Parcerias Público-Privadas: Regulamentação de leis e alteração e/ou inclusão de dispositivos em decretos que tratam dos Conselhos Gestores do Programa Estadual de Desestatização e do Programa Gestor de Parcerias Público-Privadas - Decretos nº 64.099 e nº 64.100, de 29/1/2019. Conselho Estadual de Cultura e Economia Criativa: Reorganização do Conselho Estadual de Política Cultural, que teve sua denominação alterada para Conselho Estadual de Cultura e Economia Criativa - Decreto nº 64.185, de 12/4/2019. Casa Civil: Reorganização da Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com a finalidade de difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 - Decreto nº 64.148, de 19/3/2019. Reorganização da Casa Civil - Decreto nº 64.462, de 11/9/2019. Casa Militar: Instituição da Rede Estadual de Emergência de Radioamadores – REER-SP - Decreto nº 64.569, de 5/11/2019. Reorganização da Política e do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil – SIEPDEC - Decreto nº 64.592, de 14/11/2019. Secretaria de Governo: Instituição do Comitê Gestor do Gasto Público - Decreto nº 64.065, de 2/1/2019 e do Programa Praça da Cidadania, coordenado pelo Fundo Social de São Paulo – FUSP - Decreto nº 64.160, de 28/3/2019. Instituição do Programa Respeito À Vida - Decreto nº 64.293, de 18/6/2019 e do Portal Eletrônico das Organizações Sociais, gerido pela Unidade de Parcerias com Organizações Sociais, da Subsecretaria de Parcerias e Inovação dessa mesma Pasta - Decreto nº 64.367, de 8/8/2019. Instituição do Projeto “Casa da Família”, no âmbito do Programa “Rede Social de Solidariedade e Cidadania”, do Fundo Social de Solidariedade - Decreto nº 64.600, de 22/11/2019. Reformulação do Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação, reorganização do Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação e recriação da Subsecretaria de Tecnologia e Serviços Gerais - Decreto nº 64.601, de 22/11/2019. Secretaria de Desenvolvimento Regional: Organização da Secretaria - Decreto nº 64.063, de 1/1/2019. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente: Organização da Secretaria - Decreto nº 64.132, de 11/3/2019. Aprovação do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Tietê-Jumirim - Decreto nº 64.214, de 6/5/2019. Definição de procedimento para apuração de infrações ambientais e imposição de sanções no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA - Decreto nº 64.456, de 10/9/2019. Secretaria da Justiça e Cidadania: Reorganização da Câmara Técnica Estadual de Implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado de São Paulo - Decreto nº 64.224, de 9/5/2019. Secretaria de Desenvolvimento Social: Oficialização da XII Conferência Estadual de Assistência Social - Decreto nº 64.325, de 1/7/2019 e da XV Conferência Estadual do Idoso - Decreto nº 64.338, de 23/7/2019. Secretaria da Segurança Pública: Mudança da denominação do Departamento de Captura e Delegacias Especializadas – DECADE para Departamento de Operações Policiais Estratégicas – DOPE, e definição de sua nova organização - Decreto nº 64.359, de 2/8/2019. Criação e organização de Delegacia de Polícia Especializada de Investigações Criminais, nas Delegacias Seccionais de Polícia de São Bernardo do Campo e de Taubaté - Decreto nº 64.528, de 15/10/2019. Secretaria da Administração Penitenciária: Instituição do Conselho Gestor do Fundo Penitenciário do Estado de São Paulo – FUNPESP - Decreto nº 64.169, de 3/4/2019. Criação e organização dos Centros de Detenção Provisória de Paulo de Faria - Decreto nº 64.351, de 29/7/2019 e de Lavínia - Decreto nº 64.468, de 12/9/2019. Secretaria da Fazenda e Planejamento: Definição de medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais - Decreto nº 64.069, de 2/1/2019. Delegação de competência ao Secretário da Fazenda e Planejamento para representar o Governador junto a órgãos federais, com vistas à obtenção de autorização para contratação de operações de crédito interno e externo, bem como de garantias da União - Decreto nº 64.093, de 24/1/2019. Organização da Secretaria - Decreto nº 64.152, de 22/3/2019. Secretaria da Agricultura e Abastecimento: Mudança da denominação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI para Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS e incorporação à sua estrutura de unidades transferidas da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - Decreto nº 64.131, de 11/3/2019. Secretaria da Educação: Organização da Secretaria - Decreto nº 64.187, de 17/4/2019. Criação da Escola Estadual Jardim Tangarás, no

Município de Bauru - Decreto nº 64.223, de 9/5/2019 e dos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs, de Pirassununga e de Votuporanga - Decretos nº 64.301 e nº 64.302, de 27/6/2019. Estabelecimento de condições para prorrogação dos prazos de vigência dos convênios firmados até 31/12/2014, no âmbito dos Programas “Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares” e “Ação Educacional Estado/Município/Educação Infantil”, previstos nos Decretos nº 36.546/93 e nº 57.367/11 - Decreto nº 64.308 de 1/7/2019. Secretaria da Saúde: Reorganização da Política e do Sistema Estadual de Defesa dos Animais Domésticos - Decreto nº 64.188, de 17/4/2019. Reorganização do Instituto Butantan - Decreto nº 64.518, de 10/10/2019. Criação e organização da Coordenadoria de Defesa e Saúde Animal - Decreto nº 64.553, de 1/11/2019. Secretaria da Cultura e Economia Criativa: Redefinição da composição do CONDEPHAAT e alteração de disposições relativas a seu funcionamento - Decreto nº 64.186, de 15/4/2019. Secretaria de Desenvolvimento Econômico: Criação, como Unidade de Ensino Tecnológico, da Faculdade de Tecnologia – FATEC de Matão - Decreto nº 64.111, de 11/2/2019. Mudança da denominação de Unidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e adequação de atribuições - Decreto nº 64.150, de 21/3/2019. Secretaria de Esportes: Transferência para a Secretaria de Esportes da coordenação e organização dos Jogos Regionais dos Idosos – JORI - Decreto nº 64.179, de 11/4/2019. Procuradoria Geral do Estado: Estabelecimento da obrigatoriedade de uso de minutas-padrão elaboradas pela PGE e disponibilizadas no sítio da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC - Decreto nº 64.378, de 9/8/2019. Cabe ressaltar que, até 20 de dezembro, além das atividades já descritas, a ATG: expediu 870 ofícios; transmitiu à Imprensa Oficial do Estado, para publicação, aproximadamente 540 decretos numerados e 3.673 documentos, entre despachos, apostilas e resoluções, sendo que, dentre estas últimas, 58 trataram de doação de material excedente recolhido pelo Fundo Social de São Paulo – FUSSP.

Subsecretaria de Ações Estratégicas – SAE - Coordenadoria de Informações - Responsável pelo acompanhamento das ações pactuadas no plano de governo, organização dos dados e informações relativos à gestão e histórico de ações do Governo. Tem seu trabalho estruturado sobre 3 pilares: Setorial - por Secretaria ou Programa, Municipal - ações estaduais desenvolvidas nos/ou em parceria com os municípios e Regional - ações estaduais com foco em diferentes divisões territoriais. A partir de seu acompanhamento, por meio do estabelecimento de uma rede com as Secretarias, sistemas informatizados e indicadores, atualiza as informações financeiras, prazos e situação de cada empreendimento, projeto ou programa, além de produzir relatórios técnicos, elaborar e preparar documentos a fim de subsidiar o Governador, o Vice-Governador/ Secretário de Governo, o Subsecretário de Ações Estratégicas, o Secretário Particular do Governador. Atendendo a demandas do Governador e do Vice-Governador/ Secretário de Governo, foram elaborados aproximadamente 986 documentos, distribuídos em: 761 Boletins Estratégicos, dos quais: 465 boletins para audiências; 148 boletins temáticos; 134 para visitas ao interior e reunião com prefeitos; 14 para eventos na Capital; 180 cenários eleitorais de municípios ou de partidos políticos; 9 Relatórios Regionais; 5 Relatórios Técnicos Temáticos; 2 Relatórios de situação de obras estaduais; 41 Mapas temáticos. Preparação de pauta e materiais técnicos para 52 Reuniões de Secretariado. Preparação de pauta e materiais técnicos para reuniões de integração com a Prefeitura de São Paulo, nas quais realizou-se acompanhamento de parcerias com o município. Colaboração em projetos que ocorreram ao longo da atual gestão, na qual fez-se necessário reunir e sistematizar informações estratégicas sobre os temas discutidos, tais como: Reuniões do Consórcio de Integração de Estados do Sul e Sudeste; Comitê da Primeira Infância; projeto Comunidade; Programa Vale do Futuro, entre outros. Unidade de Informações Executivas - Monitoramento: Com o objetivo de apoiar a Secretaria na articulação e na coordenação das atividades essenciais ao Governo e promover o monitoramento eficiente e oportuno do Plano de Governo, criou-se uma metodologia própria baseada em quatro pilares: resultados - indicadores financeiros e metas críticas, processos internos, avaliação externa dos serviços e programas do Estado e projetos prioritários. No que se refere ao monitoramento dos projetos e das ações prioritárias do Governo, foi desenvolvido um sistema destinado ao compartilhar informações, indicadores e metas por projeto, além de permitir a gestão do caminho crítico de cada um - progresso das atividades previstas em seu plano de ação. O sistema permite a comunicação rápida sobre a evolução dos projetos, destacando alertas, eventos cruciais e possíveis desvios e impedimentos para o alcance das metas. Garante, portanto, a atenção dos líderes para a organização, planejamento e superação de entraves, contribuindo para a concepção conjunta de resoluções de problemas. Tal metodologia aprimora o planejamento, reforça os compromissos assumidos, facilita a comunicação e o acompanhamento das ações e das metas pactuadas, além de dar visibilidade aos impasses que precisam ser solucionados. Diretrizes e Objetivos Estratégicos do Governo: Quanto à incumbência de assessorar a Secretaria de Governo na elaboração e na disseminação de diretrizes governamentais, a equipe dedicou-se a construção das Diretrizes para o Plano Plurianual de 2020/2023, alinhadas ao com o Plano de Governo e consolidadas no Decreto nº 64.124, de 8/3/2019. O mesmo Decreto fixou as normas para a elaboração do Plano Plurianual e designou a Secretaria de Governo como responsável pela definição dos Objetivos Estratégicos do Plano, bem como pela e lista de indicadores de impacto destinados ao seu acompanhamento. Deste modo, os nove Objetivos Estratégicos foram elaborados pela equipe da Subsecretaria de Ações Estratégicas. Comitê Gestor de Gasto Público - O Comitê Gestor do Gasto Público foi instituído pelo Decreto nº 64.065/2019 para auxiliar a Secretaria de Governo na contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e na qualificação do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental. Dentre as atividades exercidas pelo Comitê, merecem destaque: Redução de Despesas com Pessoal e Concursos; Reavaliação de Contratos e Licitações; Reavaliação de Convênios e Parcerias Voluntárias, Chamamentos Públicos com Organizações da Sociedade Civil; e Manifestação Prévia à contratação, direta ou mediante procedimento de licitação. A redução de Despesas com Pessoal compreende o acompanhamento bimestral das despesas inerentes aos cargos comissionados, aos gastos com horas extras e a análise de solicitações de aberturas de novos concursos públicos. As reavaliações de contratos e licitações; de convênios e parcerias voluntárias; dos chamamentos públicos com Organizações da Sociedade Civil, foram instituídas pelos Decretos de nº 64.066 a 64.068/2019, definindo os critérios para as reavaliações dos órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual. Por fim, o Comitê Gestor do Gasto Público em reuniões semanais deliberou sobre assuntos de contratação de serviços técnicos especializados, celebração de convênios, aquisição de equipamentos e serviços de tecnologia, e aquisição e locação de veículos e serviços de transportes, dentre outros. Respeito à Vida - O Programa visa a redução de mortes e vítimas de acidentes de trânsito no Estado. Reúne esforços de 10 Secretarias de Estado, envolvimento da Iniciativa Privada e do Terceiro Setor, além de atuar em parceria com as esferas Federal e Municipal. Gestão de Dados: Banco de dados com informações sobre acidentes de trânsito, no Estado - INFOSIGA SP. Principais ações: Atualização mensal do

sistema de acesso público, contendo as quantidades de óbitos relativos a acidentes de trânsito no Estado. Publicação, e posterior atualização também mensal, de dados relativos aos acidentes com vítimas não fatais, complementando o sistema Infosiga com um volume significativamente maior de dados. Manutenção do sistema Painel de Resultados, gerenciando perfis de acesso, provendo suporte e atendimento para municípios, DETRAN, Polícias Civil e Militar, DER - Departamento de Estradas e Rodagens e ARTESP. Aprimoramento da triagem automatizada de boletins de ocorrência da Polícia Civil por meio de evolução de algoritmo utilizando inteligência artificial; Aplicação de rotinas automatizadas para tratamento dos dados provenientes da Polícia Militar - Boletim Eletrônico. Desenvolvimento sob demanda do CPTran – Comando de Policiamento de Trânsito – de uma ferramenta de consulta “online”, de forma que os batalhões possam ir avaliando e atuando nos casos mais graves durante o mês, independentemente da publicação mensal da base de dados. Consulta “online” semelhante ao item “e” em desenvolvimento para atender ao CPRV – Comando de Policiamento Rodoviário; Substituição do sistema público de apresentação de mapas, baseado agora em ferramenta “open source” - de domínio público. Substituição em desenvolvimento do atual Painel de Resultados, sistema interno de acesso para municípios parceiros e órgãos estaduais, para uma ferramenta “open source”. Gestão Municipal: Interação com 304 municípios paulistas, a fim de incentivar ações relativas à segurança viária no Estado. Principais ações: Assinatura de 80 protocolos de intenções, que somam R\$ 19 milhões disponibilizados; Assinatura de 55 convênios, somando R\$ 23,8 milhões disponibilizados. Os recursos mencionados nos itens a e b são provenientes de multas do DETRAN e devem ser obrigatoriamente destinados a segurança viária; Inclusão de todos os municípios ligados ao SNT – Sistema Nacional de Trânsito – do Estado de São Paulo como parceiro do programa Respeito à Vida; Realização de 4 workshops intitulados Cidadania em Movimento em parceria com a Fundação Volkswagen; Curso Criança Segura no Trânsito em parceria com a ONG Criança Segura Safe Kids Brasil; Realização de Encontro de Educação para o Trânsito com gestores públicos municipais; Reuniões individuais com municípios Taboão da Serra, Mogi Mirim, Itapira, Porto Ferreira, Araras e Indaiatuba para avaliação do quadro de óbitos e acidentes e planejamento de ações mitigadoras; Criação de 2 Comitês de Segurança Viária, nos municípios Mogi Mirim e Jacareí; Ações Setoriais: apoio às ações intersecretariais relacionadas à segurança viária: Ações de fiscalização de alcoolemia, conduzidas pela PM - ODS – Operação Direção Segura e de forma conjunta entre o DETRAN e as Polícias Militar, Civil e Técnico Científica - ODSI – Operação Direção Segura Integrada; Fiscalização de motocicletas, executada pela PM na Operação Cavalo de Aço; Início do projeto Via Escola - em desenvolvimento, voltado à formação para professores da rede estadual sobre educação para o trânsito; Divulgação de cartazes de campanhas educativas nas mídias disponíveis no Metro, CPTM e EMTU; Extinção do CEDATT – Conselho Estadual para Diminuição de Acidentes de Trânsito e Transportes, cujas atribuições foram absorvidas pelo programa Respeito à Vida e pelo CETRAN – Conselho Estadual de Trânsito; Centro Paula Souza - Projeto Mobilidade Urbana e Segurança Viária de capacitação para professores de ETECs e FATECs em parceria com a Fundação Volkswagen; Rodovias: atuação para concepção e suporte para ações de segurança viária em rodovias do Estado de São Paulo. Principais destaques: DER - Mapeamento para análise e intervenção em 145 pontos críticos identificados; ARTESP - Novas concessões em andamento - Litoral Paulista e Piracicaba - Panorama, com padrões rígidos de segurança viária, baseados em dados para levantamentos de trechos críticos; Polícia Militar Rodoviária - Planejamento de ações de fiscalização com base em dados do Infosiga SP; Comunicação: relacionamento com a imprensa, campanhas de conscientização e realização de eventos, com 4.340 matérias geradas espontaneamente sobre o programa, entre janeiro e setembro;

Subsecretaria de Parcerias e Inovação – SPI - Desenvolvimento de Parcerias para Realização de Projetos e Investimentos: contribuir para o desenvolvimento de melhores parcerias e fornecer apoio técnico e institucional para viabilização de projetos prioritários, assim definidos pelo Governo, que contemplem a interação da iniciativa privada com o Estado. Unidade de Parcerias - UPPP: As atribuições legais englobam estruturação e avaliação de projetos de concessão, bem como assessoramento aos Conselhos do Programa Estadual de Desestatização e do Programa de Parcerias Público-Privadas – PPP Considerando a atual estrutura de tramitação dos projetos de concessão, enquadrados tanto na modalidade de Parcerias Público-Privadas – PPP como no Programa Estadual de Desestatização – PED, a Unidade de Parcerias atuou nas seguintes frentes: Enquadramento Preliminar: Em face da submissão da proposta na Plataforma Digital de Parcerias – PDP, a Unidade avalia a propositura por meio da emissão da Nota de Conformidade, encaminhada ao(s) Setorial(is) diretamente envolvido(s). A partir do momento que a proposta integra a pauta dos Conselhos, CDPED ou CGPPP, a Unidade de Parcerias apoia a(s) Secretaria(s) envolvida(s) na apresentação ao Colegiado dos pontos relevantes da proposta. Se os Conselheiros deliberam pelo aprofundamento da análise da proposta, é autorizada a formação do Comitê de Análise Preliminar – CAP composto por técnicos das Secretarias de Governo, notadamente da Subsecretaria de Parcerias, Fazenda e Planejamento, Infraestrutura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Procuradoria Geral do Estado, além dos Setoriais diretamente implicados com a propositura e das agências reguladoras. Foram protocoladas as seguintes propostas na Plataforma Digital de Parcerias – PDP, as quais, nesta fase, foram preliminarmente avaliadas e encaminhadas pela Unidade de Parcerias: Porto de São Sebastião, em avaliação no Comitê de Análise Preliminar; Complexos Prisionais, deliberada a inclusão do projeto na Carteira do Programa de Parcerias, com vistas à estruturação de duas modelagens de PPP denominadas “Presídios - PPP Com Ativos Existentes” e “Presídios – PPP Integral”; Casarão da Avenida Paulista - Franco Mello, em avaliação no Comitê de Análise Preliminar – CAP; Educação - Novas Escolas, apreciado pelo CDPED-CGPPP em 1/10/2019, com inclusão do projeto na Carteira do Programa de Parcerias; Mosaico do Paranaíacaba - três unidades PETAR, PECB, PEI - Programa Concessão de Parques Estaduais, submetida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, com envolvimento da Fundação Florestal, em avaliação no Comitê de Análise Preliminar – CAP; Concessão do Pier do Saco da Ribeira e do Parque da Ilha Anchieta, em elaboração a Nota Técnica de Conformidade pela Unidade de Parcerias, para oportunamente a proposta ser apreciada pelo CDPED-CGPPP; Teleférico sobre os Rios Tietê e Pinheiros, proposta submetida por Pessoa Física, foram solicitadas informações complementares, aguardando resposta da proponente; Habitação – PPP Palafitas, em avaliação no Comitê de Análise Preliminar – CAP; Concessão Estacionamento no Palácio, em elaboração a Nota Técnica de Conformidade pela Unidade de Parcerias, para oportunamente a proposta ser apreciada pelo CDPED-CGPPP, que deliberará pela conveniência de constituir o Comitê de Análise Preliminar – CAP para aprofundamento dos estudos. Chamamento Público: O Comitê de Análise Preliminar – CAP tem a responsabilidade de elaborar relatório/estudos avaliando as consistências, os potenciais e as características inovadoras da proposta submetida, sendo tal documento apreciado pelo

CDPED/CGPPP, deliberando a inclusão do projeto na Carteira dos Programas, podendo autorizar a publicação de Chamamento Público para aprofundamento dos estudos pelos autorizados da iniciativa privada e a formação do Grupo de Trabalho – GT, com a mesma composição do CAP. A Unidade de Parcerias tem atuado na estruturação dos documentos, no âmbito do CAP e do GT, elaborando Notas Técnicas, Editais de Chamamento Público, bem como consolidação da modelagem dos projetos, proveniente dos estudos entregues em razão do chamamento público ou desenvolvidos internamente no âmbito do Estado, com apoio de consultoria especializada externa. Encontram-se nessa etapa do processo 3 projetos: Concessão dos Aeroportos de Aviação Regular e Executiva; Novo Entrepósito de Abastecimento/CEAGESP; Marginais dos Rios Tietê e Pinheiros. Modelagem: Consolidação e submissão da Modelagem do projeto ao CDPED/CGPPP, que, ao aprová-la, autoriza o início dos procedimentos de licitação. Nessa etapa, a Unidade de Parcerias, que integra os GTs, acompanha e atua nos procedimentos de audiência e consulta pública para maturação da Modelagem Final e de autorização da publicação do Edital. 15 projetos atingiram essa fase do processo, entre eles: Caminhos do Mar; Linha 8 Diamante e 9 Esmeralda da CPTM; Trens Intercidades – TIC; Concessão de Rodovias - Lote Litoral Paulista, entre outros. Institucionalização da Sondagem de Mercado e Rodadas de Apresentações - Market Sounding e RoadShow: Buscando entregar modelagens e arranjos jurídicos mais robustos, criar ambiente de confiança para negócios e gerar maior concorrência aos certames com atração de novos atores, a Subsecretaria de Parcerias, com a equipe da Unidade, institucionalizou o diálogo entre o poder público e o parceiro privado, de forma a conciliar os respectivos interesses, implementando a consulta ao mercado - “market sounding” e “roadshow”. Tais reuniões são realizadas com operadores, investidores, financiadores e outros interessados qualificados, e promovem a discussão sobre os principais aspectos a serem considerados na consolidação dos projetos de concessões e parcerias público-privadas. Por meio de um diálogo estruturado, com regulamento publicado previamente no portal parcerias - www.parcerias.sp.gov.br, foram realizadas 67 reuniões com 53 interessados de diferentes perfis. No tocante à realização de “Roadshow”, ênfase à promoção do certame da Concessão de Rodovias - Lote Piracicaba-Panorama – PIPA, cujo edital já foi publicado. Inovações: Importante destacar os avanços já incorporados aos projetos de concessão, principalmente com respeito à financiabilidade, por meio da adoção de cláusulas de “way out”, de proteção cambial, de acordo tripartite, da metodologia de indenizações para extinções antecipadas de contrato e do protagonismo do financiador na gestão de projetos; à estabilidade regulatória, da maior eficiência no monitoramento e da padronização de editais e contratos, considerando maior prazo entre licitação e leilão; além da internacionalização do certame, com competição internacional, práticas de regras isonômicas para participação estrangeira e de fundos de investimentos, adoção de melhores práticas socioambientais, realização de “Roadshow”, tradução de documentos para língua inglesa, e contratação do IFC - International Finance Corporation, Banco Mundial, para revisão e certificação da modelagem dos projetos; inovações técnicas relevantes, como a obrigação de compensação de emissão de carbono decorrente da operação, IRAP, BIM, o Desconto por Usuário Frequente, o aprimoramento dos indicadores de desempenho, etc. Memorando de Entendimentos com o Sovereign Infrastructure Group – SIG: Em 3 de dezembro foi assinado protocolo de intenções com o fundo americano Sovereign Infrastructure Group – SIG, para estimular o desenvolvimento de mecanismos de financiamento privado às PPPs e Concessões. O SIG tem atuação reconhecida no mercado nacional e internacional por oferecer produtos que vão desde o financiamento de estudos de modelagem até a construção de mecanismos de capitalização de privados interessados. O ajuste não prevê qualquer troca de recursos ou obrigações contratuais aos seus signatários, mas o parceiro externou seus interesses em oferecer apoio aos agentes privados que vierem a celebrar contratos de infraestrutura com o Estado, desde que respeitados parâmetros internacionais de financiabilidade. Através deste Memorando de Entendimentos, potenciais interessados em firmar parcerias com o Estado de São Paulo terão maior segurança de que há players capitalizados com interesse no financiamento dos projetos desenvolvidos pelo GESP. Concessões contratadas - Gestão de Contratos: Atualmente, o Estado possui 28 Concessões e 12 PPP celebradas, no total de 40 contratos assinados e em andamento. Para todas as concessões contratadas, a Unidade de Parcerias promove reuniões periódicas para discutir as sensibilidades de cada projeto, atuando em conjunto com as agências reguladoras, Secretaria da Fazenda e Planejamento e Procuradoria Geral do Estado – PGE, bem como com os setoriais diretamente envolvidos, na discussão do status e das pendências de cada contrato, visando à resolução das questões contratuais e o equacionamento dos desequilíbrios e dos passivos regulatórios. Para os contratos de PPP, as Pastas responsáveis enviam relatórios mensais de acompanhamento segundo um padrão pré-estabelecido. As informações são tratadas, compiladas e disponibilizadas para avaliação do andamento do projeto, considerando indicadores financeiros e de desempenho, além de aspectos jurídicos, pendências e status. A Subsecretaria de Parceria está em fase de criação de um portal onde essas informações serão disponibilizadas de forma a dar maior transparência a esse acompanhamento. Fomentação da Carteira de Parcerias e Indicadores de Resultado - Participação em eventos e premiações: Com o intuito de fomentar a Carteira de projetos do Programa Estadual de Parcerias, a equipe da subsecretaria participou de eventos nacionais e internacionais, destacando: “TV PPP- Aula especial: Desafios e Boas Práticas na preparação de estudos de viabilidade em Projetos de Concessão e PPP”; “IX edição do PPP Américas 2019/BID”; “17th Latin American Infrastructure Leadership Forum/CG-LA Infrastructure”, no período de 31/7 a 2/8, Brasília-DF; e INFRASP - evento do GESP com o apoio do Instituto Ibeji, contou com a presença de aproximadamente 300 participantes, entre empresários, investidores e agentes do setor de infraestrutura e da área jurídica para conhecer e debater os projetos de concessões e parcerias público-privadas do Estado. Aperfeiçoamento dos Contratos de Gestão com as Organizações Sociais – OS’s: Monitoramento e avaliação do modelo de Organizações Sociais e sugestão de melhorias. Atividades Organizacionais e Formalização das Responsabilidades. Acompanhamento dos contratos de gestão vigentes e das convocações públicas voltadas à celebração de novos ajustes, oferecendo orientações técnicas às Secretarias contratadas. Assessoramento para o aprimoramento de indicadores - e metas - de resultado e de impacto dos contratos de gestão. Edição e promulgação do Decreto Estadual nº 64.367/2019, que institui um portal eletrônico para realizar, de forma pública, transparente e impessoal, a seleção das Organizações Sociais e o acompanhamento da execução dos contratos de gestão no Estado. Conclusão do “portal de parcerias com organizações da sociedade civil” de que trata o Decreto nº 61.981/2016 - com funcionamento previsto para o início de 2020. Unidade de Inovação: tem a função estratégica de fomentar ações de inovação em governo, incorporando novas práticas e novas tecnologias na melhoria dos serviços públicos, articulando e orientando os órgãos e entidades da Administração Pública Paulista, em políticas, processos e produtos inovadores. Projetos Estratégicos – Unidade de Inovação como principal articuladora - Pitch Gov.SP 2.0: acompanhamento dos convênios assinados com 6 startups nas áreas de saúde, habitação, mobilidade e estatística para execução dos testes, elaboração de relatório final e avaliação

da futura internalização da solução. Destaca-se a contratação da startup SmartSindicato, aplicativo de gestão condominial para habitação de interesse social, pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, com a expansão dos testes de 3 para 300 condomínios, podendo impactar diretamente até 41 mil pessoas. Destaca-se a finalização dos testes das startups Dom Rock, Next Code e Portal Telemedicina. Projetos em parceria com órgãos e entidades - Primeira Hackatona em Direito Público: O projeto consistiu em experimento para avaliar a pertinência e os resultados da aplicação da metodologia das hackatonas no direito público. No caso, a Secretaria de Governo promoveu maratona acadêmica para a identificação de soluções a desafios concretos da Administração Pública, a partir de metodologia usualmente aplicada para desafios de ordem técnica que demandam respostas a partir de códigos em linguagem computacional. Para a execução do projeto, a SEGOV teve como parceira a Sociedade Brasileira de Direito Público - SBDP, com longa trajetória de contribuições relevantes para o avanço da gestão pública. A Hackatona consistiu em evento realizado no dia 10/8, no qual 25 alunas e alunos da Escola de Formação em Direito Público, programa para potencializar o aprendizado em direito público por graduandos de instituições de ensino superior, desenvolveram protótipos jurídicos aos desafios selecionados. Projeto Acesso Campus: Acompanhamento das ações dos 3 espaços até o encerramento dos editais dos três espaços de trabalho colaborativo - ETEC Parque da Juventude, Biblioteca Villa-Lobos; Memorial da América Latina. NESTA – Programa Global Innovation Policy Accelerator – realizado pelo Consulado Geral do Reino Unido, com apoio da Assessoria Internacional da Secretaria de Governo e da Unidade de Inovação da Subsecretaria de Parcerias. Oferecido pela Innovate UK implementado pelo Newton Fund e seus parceiros NESTA - Reino Unido e Wylinka - Brasil, para capacitar gestores públicos na área de inovação. O projeto teve duração de novembro de 2018 a julho de 2019. No Governo do Estado de São Paulo, foram selecionados 4 gestores sendo, 2 da SABESP e 2 da ARTESP.

Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação – SSCI - O Decreto nº 64.601, de 22/11/2019 criou a – agora denominada – Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação – SSCI, reformulou o Sistema Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC e reorganizou o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC, bem como, dentre outras providências, transferiu para a SSCI as coordenadorias: Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – COORTIC e Coordenadoria de Serviços ao Cidadão – CSC. Este Relatório informa as entregas realizadas no âmbito da COORTIC e da CSC. Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – COORTIC. Dentre as ações realizadas destacam-se: Implantação do Programa SP Sem Papel: A partir da publicação do Decreto nº 64.355, de 31/7/2019, que instituiu o Programa SP Sem Papel e seu Comitê de Governança Digital, dentre outras providências, a Secretaria de Governo em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP e com o Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP, vêm implementado esta iniciativa. O SP Sem Papel visa reduzir e eliminar gradualmente o trâmite de papel no âmbito da Administração Estadual e no seu relacionamento com outras esferas de governo, mediante, entre outras, ações de desburocratização e adoção do processo digital. No âmbito da Secretaria de Governo as ações foram: apoio para a edição do Decreto; contratação da PRODESP para, conforme Decreto, executar desenvolvimento, implantação, processamento e fornecimento do suporte tecnológico necessários ao Programa; oferecimento de curso adicional próprio de capacitação na Secretaria de Governo para uso do Sistema, em parceria com a área de Gestão Documental; realização de reuniões para suporte ao usuário, com todas as áreas da Secretaria de Governo para mapear o uso do Sistema, dificuldades e sugestões de melhoria; realização de reuniões com a equipe do SP Sem Papel na PRODESP e no APESP, para compartilhar as informações levantadas e acompanhar seu encaminhamento e solução; e motivação da publicação de cinco Resoluções do Secretário de Governo, referentes aos cronogramas de implantação do SP Sem Papel em toda a Administração Direta. No dia 2 de dezembro foi concluída a implantação do SP Sem Papel em toda a Administração Direta. Convênio entre a USTDA – United States Trade and Development Agency e a PRODESP: Visa realizar análises da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC do Estado e produzir um mapeamento da macroestrutura de datacenters distribuídos nos órgãos da Administração Pública, a fim de propor melhorias de desempenho técnico e de caráter econômico, com recursos da Agência americana. A PRODESP é responsável pelo convênio e beneficiária, e a Polícia Militar e a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo também são beneficiárias. Foi apresentado pela Secretaria de Governo e pela PRODESP sumário executivo do escopo do Convênio firmado para as beneficiárias, com o objetivo de formalizar acordo subsequente para que colaborem entre si para viabilizar a sua implantação. Status: Em análise superior nos referidos órgãos para tomada de decisão sobre o acordo de colaboração. Teleaudiências Criminais: colaboração com a Secretaria da Administração Penitenciária e com a Prodesp na execução de três Termos de Cooperação com o Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região e o Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo. Até novembro, foram realizadas 14.584 teleaudiências. Plano Estratégico Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação – PEGTIC: Elaboração da proposta preliminar do Plano Estratégico Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação – PEGTIC, encaminhada para primeira análise nas instâncias pertinentes. Edital de Chamamento Público SDE nº 2/2019, para Centro Especializado em Soluções Inovadoras: Participação em novembro e dezembro na Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público SDE nº 2/2019, elaborado pela Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, para selecionar Organização da Sociedade Civil e firmar Termo de Colaboração, visando a gestão de espaço colaborativo inovador localizado na SDE. A iniciativa é parte de Programa a ser lançado e visa estruturar o Centro Especializado em Soluções Inovadoras para Problemas do Governo do Estado de São Paulo. A Secretaria de Governo coordenará o novo Programa, que substituirá o PitchGov SP em 2020, e a Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação da SDE será a Secretaria-Executiva responsável pela execução. Análise Técnica de Demandas de TIC em colaboração com o Comitê Gestor do Gasto Público - CGGP: Até 21/11, o Corpo Técnico do COETIC realizou a análise de 575 demandas específicas de Tecnologia da Informação e Comunicação e emitiu pareceres para apreciação do Comitê Gestor do Gasto Público - CGGP. Com a publicação do Decreto nº 64.601, de 22/11/2019, que reformulou o Sistema Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC e reorganizou o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC, o fluxo foi alterado e as Demandas de TIC passaram a ser analisadas e então referendadas pelo próprio COETIC, sendo posteriormente encaminhadas para o CGGP. O Corpo Técnico do COETIC realizou desde então, e até 17/12, a análise técnica e emissão de pareceres para 55 demandas específicas de Tecnologia da Informação e Comunicação, totalizando 630 demandas de tecnologia analisadas.

Mais informações no item COETIC abaixo. Sistema de Gestão de Demandas de TIC: Desenvolvimento de um sistema de Gestão de Demandas - com Mínimo Produto Viável até o momento, que contém workflow automatizado, perfis de acesso, comunicação entre demandantes e administradores com acesso remoto, histórico de Demandas, organização de demandas em lista, informações de comitê e ferramenta de Business Intelligence – BI, para análise de dados. Tudo em sistema web responsivo, com segurança da informação e de acesso, possibilitando a utilização a partir da rede Intragov. Está em piloto, com status de pronto para utilização ampla - em produção. Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC - Colegiado reorganizado pelo Decreto nº 64.601, de 22/11/2019, é formado por cinco representantes, envolvendo Secretaria de Governo, Secretaria da Fazenda e Planejamento; PRODESP; e Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP. Pode contar com membros convidados. O COETIC possui Secretaria Executiva e esta possui Corpo Técnico e Célula de Apoio Administrativo. O Corpo Técnico do COETIC realizou, até 17 de dezembro, a análise técnica e emissão de pareceres para 630 demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação. Também até esta data, o COETIC realizou uma reunião. Dentre suas atribuições, destacam-se: analisar e aprovar políticas sobre: uso de tecnologias da informação e comunicação- TIC, melhoria dos serviços ao cidadão e inovação tecnológica, informação e comunicação; fixar as diretrizes gerais e estratégicas, os modelos, as normas e os padrões técnicos e operacionais de TIC, para os órgãos e entidades abrangidos pelo SETIC; coordenar, acompanhar, avaliar e controlar, em nível central, o uso de TIC pelos órgãos e entidades abrangidos pelo SETIC, identificando prioridades na sua aplicação e buscando convergência e integração; aprovar Planos e Programas relativos a TIC e acompanhar a execução de seus projetos e ações; manifestar-se previamente, no âmbito dos órgãos e entidades abrangidos pelo SETIC, sobre a contratação de serviços ou aquisição de bens de TIC, avaliando sua conformidade com as políticas, as diretrizes gerais e estratégicas, os modelos, as normas e os padrões técnicos e operacionais de Tecnologia da Informação e Comunicação, estabelecidos pelo COETIC, 6-manifestar-se previamente sobre soluções em TIC apresentadas no âmbito do Programa PitchGov SP, de que trata o Decreto nº 61.492, de 17/9/2015 e realizar o controle centralizado dos gastos e investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação. Coordenadoria de Serviços ao Cidadão – CSC - Programa Poupatempo: Neste ano foram implantadas quatro novas unidades do Poupatempo nas cidades de Aguaí, Jales, Salto e Lençóis Paulista, totalizando 76 postos fixos, com mais de 118 mil atendimentos por dia - média obtida no período de janeiro a novembro. A avaliação geral dos serviços atingiu 99% em 2018, de acordo com a pesquisa realizada pela empresa P2A Processamento de Dados Ltda. Em 2019, a pesquisa foi realizada no início de dezembro e os dados estão em fase de tabulação. Pela quinta vez consecutiva - 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, o Poupatempo foi eleito o melhor serviço público de São Paulo, em pesquisa de opinião espontânea do Instituto Datafolha. Desde a implantação do primeiro posto, o Poupatempo Sé, há 22 anos, o total de atendimentos realizados até o mês de novembro ultrapassou os 644 milhões. Poupatempo 4.0: considerando a contínua busca pela melhoria no atendimento e a constante preocupação em manter-se como um paradigma na prestação de serviços públicos, o Programa Poupatempo, através da plataforma balcão único, entra em uma nova era com ampla disponibilidade de serviços nos canais eletrônicos, e presenciais sempre que necessário. Desta forma, cria condições para estar presente nos 645 municípios paulistas, sendo quatro unidades implantadas no mês de dezembro nas cidades de Aguaí, Jales, Salto e Lençóis Paulista. Os serviços digitais do Poupatempo passam de 7 serviços virtuais para 50 serviços virtuais, dentre os 92 serviços desenvolvidos no balcão único. Estrutura Física do Programa Poupatempo: visando a economia de recursos públicos no município de Ourinhos, foi realizada a mudança de endereço daquela unidade, por solicitação da Prefeitura: Ourinhos - mudança para o empreendimento Ourinhos Plaza Shopping no mês de dezembro, em local com acesso e visibilidade ao público, com redução de despesas de aluguel para a Prefeitura, a qual se responsabilizou pelos custos envolvidos na mudança, sem ônus para o Estado. Também tivemos a mudança de local da unidade de Mogi Guaçu, dentro do mesmo empreendimento onde se encontra desde sua inauguração, igualmente sem ônus para o Estado: Mogi Guaçu - mudança para a área do mezanino do Boulevard Shopping Mogi Guaçu no mês de setembro, em local de melhor visibilidade ao público, permanecendo no mesmo endereço. A mudança foi solicitada pelo próprio empreendimento, que disponibilizou o espaço para o Poupatempo e se responsabilizou pelos custos envolvidos na mudança, sem ônus para o Estado. Novos Órgãos/Serviços: implantados os seguintes órgãos e serviços nos postos Poupatempo: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP - Guarujá; Farmácia de Medicamentos Especializados – FME / PREFEITURA – São Bernardo do Campo; Junta do Serviço Militar - PREFEITURA - Santos; INSS Digital – PREFEITURA - Fernandópolis. Secretaria de Desenvolvimento Regional: levantamento de dados e desenvolvimento de projetos para áreas de espera e atendimento, similares ao Padrão Poupatempo, para o Programa “Canal Direto SP + Perto”. Realizada a entrega dos projetos para licitação das Regiões Administrativas de Bauri, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto. Novo modelo de RG: Início da emissão do novo modelo da Carteira de Identidade - RG nos Postos Poupatempo, mais moderno e seguro. Atende a uma determinação do Governo Federal, por meio do Decreto 9.278/2018, para a implantação do Documento Nacional de Identidade - DNI. Automatização da triagem de atendimentos - testes: Renovação no processo de triagem, com a autenticação do cidadão por meio de reconhecimento facial, e posterior encaminhamento para a área de espera. Serão iniciados testes nos postos Poupatempo Guarulhos, Lapa e Santo Amaro. Ficha de Identificação Civil – FIC Digital: neste ano foi implantada a FIC Digital para serviços de Carteira de Identidade, com utilização de imagens da base do AFIS, em 72 Postos Poupatempo e 4 novos postos Poupatempo 4.0. Capacitação Presencial/Ensino à Distância: dentre as ações voltadas para o treinamento contínuo dos colaboradores dos postos Poupatempo, destacamos: o desenvolvimento do curso “Libras, a importância da inclusão dos cidadãos surdos”; a realização de cursos presenciais – Liderança, Gestão e Procedimentos; Conceitos e Princípios; Gerencial; Assédio moral no ambiente de trabalho; Código de Conduta e Integridade; Procedimento para fiscais; Orientações técnicas de gestão e operação do posto; IIRGD; Inscrição de matrícula; DETRAN; Serviços eletrônicos; Novo portal Poupatempo; Ministério Público SP: reconhecimento de paternidade; Novos serviços nos totens; Gestão operacional; Balcão único; e CSRM – Central de supervisão Remota; a realização de cursos EAD - ensino à distância – Conceitos e Princípios, Código de Conduta e Integridade, Sistema de Atendimento, Cidadania e Novas Tecnologias, Ouvidoria, Comunicação, Você é a Qualidade; e Inscrição Escolar; a realização de 11 web conferências: Apresentação da ferramenta BI, Grade Inteligente e novo RG, FIC Digital, Serviços no Portal Poupatempo, Ranking e monitoramento dos índices, Banco do Brasil e ranking dos postos, Uso do cartão de débito nas salas médicas, Curso de Libras, ranking dos postos e Secretaria da Educação, Ranking dos Postos, EaD Poupatempo e Achados e Perdidos, Carteira de Trabalho Digital, Chatbot Indicadores e Inscrição de matrícula no balcão único. Neste ano, foram realizadas mais de 15,6 mil capacitações à distância por intermédio

de cursos e 2,4 mil por web conferências. Assistente Virtual Inteligente – AVI - Poupinha: disponibilizado no Portal Poupatempo, com sistema desenvolvido pela PRODESP, esta ferramenta está alinhada com as atuais tendências de comunicação na WEB, sendo a primeira experiência de sucesso na execução de transações *online* no serviço público. Neste ano, foi disponibilizado no Poupinha o serviço de Atestado de Antecedentes Criminais e informações sobre o serviço de RG. Até novembro, o Poupinha realizou mais de 8,2 milhões de agendamentos e trocou mais de 177,9 milhões de mensagens. Totens de autoatendimento: foram acrescentados 4 novos totens de autoatendimento em Unidades do Descomplica-SP e remanejados 3 equipamentos de Postos Poupatempo, sendo 1 para o Memorial da América Latina, 1 para o Centro de Integração da Cidadania – CIC, Leste e 1 para a PRODESP-Sede. Atualmente são 118 totens implantados, sendo 80 em postos Poupatempo e 38 em shoppings, supermercados, estações do Metrô e da CPTM, entre outros. Vale destacar que neste ano houve um aumento considerável da quantidade de serviços disponibilizados nos totens de autoatendimento, passando de 7 para 36 serviços virtuais, e outros serviços se encontram em fase de desenvolvimento e/ou homologação. Ainda neste ano, foi implantada a vinculação do pagamento da taxa à emissão do RG, permitindo a impressão de boleto de pagamento para o cidadão que não possui cartão de débito. Até novembro, foram realizados mais de 3,1 milhões de agendamentos e 430 mil serviços nos totens de autoatendimento. Portal Poupatempo: disponibilizada nova versão do Portal Poupatempo com maior identidade com o Programa, que conta com interface responsiva que possibilita o acesso por meio de dispositivos móveis – tablets e smartphones. A partir da execução de serviços que coletam dados biográficos e biométricos nos postos presenciais do Poupatempo, os cidadãos passam a obter acesso aos serviços do Portal transacional, por meio de um mecanismo de login e senha que o identifica e o autentica, permitindo assim que se utilize de uma maior gama de serviços, com toda a segurança e privacidade. Ressaltamos que neste ano houve um aumento considerável da quantidade de serviços disponibilizados no Portal Poupatempo, passando de 2 para 40 serviços transacionais, e outros serviços se encontram em fase de desenvolvimento e/ou homologação. Sistema de Atendimento: sistema que abrange a identificação do cidadão perante a solicitação de um serviço e o acompanhamento de cada passo do processo, até a sua conclusão. Foi estendido para mais 46 postos Poupatempo e atualmente todas as 76 Unidades se encontram com o sistema instalado. Grade Inteligente: sistema desenvolvido para o cálculo automatizado de vagas na grade de agendamentos, por meio de cruzamento de dados históricos de atendimento de cada serviço e o comportamento da demanda. Proporciona menor interferência de funcionários na geração da grade de agendamentos, menor risco no cálculo das vagas e uma otimização do quadro de recursos humanos, permitindo que colaboradores sejam direcionados para outras atividades. Foi implantado em 18 postos Poupatempo, totalizando 20 unidades com o sistema implantado. Painéis de senhas: neste ano foi implementada uma nova funcionalidade nos painéis de senhas dos Postos Poupatempo, com a apresentação das últimas senhas chamadas nos painéis. Até o final deste ano, todas as 76 unidades serão contempladas com esta funcionalidade, possibilitando de forma otimizada a recolocação do cidadão na fila de atendimento dos serviços solicitados. Gestão do Conhecimento: realizadas diversas ações que promovem a Gestão do Conhecimento dentro do Programa Poupatempo: material disponibilizado na Intranet Poupatempo, Workshops de Pesquisas de Satisfação, encontros visando o compartilhamento de experiências, bem como apresentação de dois casos no CONGEP – Congresso de Gestão do Conhecimento na Esfera Pública e apresentação de um caso no EGEICISP – Encontro de Gestão do Conhecimento e Inovação da Administração Pública do Estado de São Paulo. Indicadores de Qualidade: foi realizada a automatização do relatório de gestão e fechamento de indicadores, eliminando a necessidade de envio do relatório pelos postos à Superintendência, com redução significativa do tempo de fechamento e disponibilização dos dados, passando de 15 para 3 dias úteis a publicação dos resultados. Ainda neste ano, foi implantado o novo chatbot de indicadores – INDI, já disponível na Intranet Poupatempo. Seu objetivo inicial é atender às demandas das Administrações dos Postos Poupatempo, esclarecer dúvidas e auxiliar na identificação de quebras de indicadores, causas e ações corretivas. Além disso, foi criado um novo acompanhamento chamado “Ranking dos postos Poupatempo”. Esta ferramenta traz um comparativo dos resultados mensais de todos os Postos Poupatempo. Além dos indicadores já existentes, foram adicionados: análise de uso do correspondente bancário, produtividade do posto, número de atendimentos por posto de trabalho e custo por atendimento. Economia em Contratos Administrativos: em atendimento ao Decreto nº 64.066, de 21/1/2019, foram realizadas diversas ações voltadas para a redução de despesas em contratos administrativos do Poupatempo, gerando uma economia de R\$ 8,5 milhões. Chamamentos Médicos: com o objetivo de garantir a realização de exames médicos voltados para a renovação de CNH nos Postos Poupatempo, neste ano foram realizados 36 chamamentos médicos, totalizando mais de 130 novos médicos permissionários para atendimento aos cidadãos. Campanha do Agasalho: o Poupatempo arrecadou 638,6 mil peças para a Campanha do Agasalho. Iniciativa do Fundo Social de São Paulo – FUSSP, em parceria com entidades públicas, privadas e sociedade civil. Participação em Eventos: neste ano foram realizados 719 eventos pelos postos Poupatempo, sendo: 104 eventos fora dos Postos, em Comunidades, Feiras e demais eventos públicos. Principais ações: Poupatempo na Escola, IX Mutirão da Saúde e Cidadania, Ação Cidadania e Cidadania BAND/SESI – Bora Servir/Bora Brincar; 615 dentro dos Postos, voltados para cidadãos e colaboradores. Principais ações: Cadastro Biométrico do TRE, Campanhas de Vacinação - contra o Sarampo, contra a Febre Amarela e também contra a Gripe H1N1, Parceria com SESC para Eventos Culturais - dança, teatro, música e esportes, Campanha do Agasalho, Fatec - Divulgação de Vestibular, Outubro Rosa, Campanha Adote um Sorriso e Sebrae Móvel em diversos postos. Visitas Institucionais: neste ano recebemos visitas institucionais em Postos Poupatempo, com o objetivo de conhecerem o Programa e realizar benchmarking, da Adisa – Agência de Prestação de Serviços Integrados da Albânia; Tudo Aqui; Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará - visita realizada no mês de outubro ao Posto Sé; e Superfácil – Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão do Amapá – visita realizada no mês de dezembro ao posto Sé. Participante. Programa Acessa São Paulo - Criado em 2000 para oferecer locais de acesso gratuito a computadores e à internet, e reformulado pelo Decreto nº 62.306, de 14/12/2016, o Programa de Inclusão Digital do Governo do Estado de São Paulo é implementado em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, com cerca de metade das prefeituras paulistas e com outros órgãos estaduais. Em 17 de dezembro, estava presente em 324 municípios, com 421 postos de atendimento ao cidadão, dos quais 80 com Wi-Fi. O Programa Acessa São Paulo - Acessa SP, realizou mais de 2,3 milhões de atendimentos presenciais - até 16 de dezembro e mais de 214 mil atendimentos pela rede Wi-Fi - até 30 de novembro, perfazendo a média de 227 mil atendimentos por mês. A Pesquisa anual com os usuários do Acessa SP, a Ponline, edição 2019, realizada no mês de novembro, mostrou que a faixa de renda familiar mensal da maioria dos atendidos no Programa, 57%, é de até dois salários mínimos, o que revela sua

importância na disponibilização do acesso à internet e a computadores para a população de baixa renda. Dentre os 421 postos do Programa, há 2 postos do tipo ACESSA Campus, com cem posições individuais de trabalho no total; e 7 postos do tipo ACESSA. Inaugurados em 2018, os ACESSA Campus são espaços públicos de coworking, abertos e colaborativos, com ação de agentes de formação empreendedora. Desde 2013 os ACESSAs atendem ao público infantil de 4 a 10 anos, que ainda não pode frequentar o ACESSA SP. Sua proposta visa, de maneira lúdica e segura, apresentar a internet e as muitas possibilidades do mundo digital para as crianças. Tendo destaque para os seguintes projetos e ações: Proposta de Redesenho do Programa: Apresentação de proposta de Redesenho do ACESSA SP, que visa fazer com que os postos do Programa vão além da oferta do acesso à internet, promovendo o acesso ao conhecimento pela internet e às habilidades importantes para que as pessoas se beneficiem das tecnologias digitais em suas vidas. Além da proposta de parcerias de conteúdo, foram realizados: estudo de viabilidade para substituição dos equipamentos nos postos, para melhor eficiência na disponibilização de materiais de Ensino à Distância – EaD; benchmarking das iniciativas relevantes em inclusão digital no mundo; e estudo de viabilidade de diferentes modelos de expansão da rede Wi-Fi. O conjunto da Proposta está em análise de viabilidade. Gestão da ocupação via Sistema Informatizado de Avaliação do desempenho dos Postos: Utilizando um sistema informatizado de avaliação que leva em conta as taxas de ocupação dos postos, mensalmente e trimestralmente é realizada análise de desempenho dos postos para tomada de decisão, visando melhorar a eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços. A iniciativa tem dado resultados e inspirado em especial as prefeituras parceiras a atuar na gestão do uso do posto do ACESSA SP para aprimorar o serviço para os cidadãos. Desenvolvimento e atualização de ferramentas informativas digitais, como mapa de geolocalização de postos em funcionamento - <http://www.acesasp.sp.gov.br/catalogo-de-postos-acesa/> e atualização do site. O mapa visa disponibilizar a visão do Estado de São Paulo com a localização geográfica dos postos ativos. As informações do nome, endereço e horário de funcionamento são exibidas ao clicar sobre o posto escolhido. Os servidores dos computadores dos postos são monitorados automaticamente a cada quatro minutos para comprovar sua atividade e gerar a informação mais atualizada para o mapa. Ampliação dos serviços do ACESSA SP, em assentamentos estaduais em parceria com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP: Em implementação dos 11 convênios assinados em 2018. Dos centros digitais, 3 foram implantados em 2019 e outros 8 estão previstos para 2020 no Pontal do Paranapanema, somando-se aos 5 postos já existentes. No total, os assentamentos do Pontal passarão a ter 16 centros digitais, que beneficiarão 1.496 famílias assentadas, ou mais de 5,2 mil pessoas. Instalação de novo posto do ACESSA SP no Centro de Integração da Cidadania – CIC Grajaú, em parceria com a Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo: Posto implantado em setembro, como ampliação da parceria com a Secretaria da Justiça. Capacitação de monitores à Distância: Foram realizadas cinco web conferências para capacitação dos monitores dos postos e os manuais de apoio ao trabalho dos monitores foram atualizados. Atualização de software: Todos os postos ACESSA SP em funcionamento estão com o software ACESSA Livre na versão 4.5. Cerca de 120 postos foram atualizados. ACESSA Campus: Uso dos espaços em 2019: Os espaços de coworking público ACESSA Campus Etec Parque da Juventude e ACESSA Campus Biblioteca Parque Villa-Lobos realizaram em média 300 atendimentos por mês - soma das pessoas que utilizaram os espaços por dia, ao longo de um determinado mês, considerando os usos nos ambientes de trabalho colaborativo e de reuniões, e a frequência aos eventos realizados pelos parceiros de conteúdo em formação empreendedora. Realizada parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, por meio da qual foi disponibilizado um monitor ACESSA Campus, a partir de junho, para realizar o monitoramento de frequência do espaço de coworking público da SDE. Design Sprint ACESSA Campus – estudo de modelo de coworking para o Governo do Estado de São Paulo: Por iniciativa da Secretaria de Governo foram reunidos todos os órgãos do Estado com projetos de coworking público e decidiu-se realizar um estudo, por meio da técnica de Design Sprint, sobre qual seria o modelo mais adequado de coworking para o Governo do Estado e qual órgão poderia ser o responsável pela sua implementação. A dinâmica aconteceu em setembro no ACESSA Campus Etec PJ e reuniu órgãos, instituições e empreendedores residentes. A proposta idealizada foi: atender prioritariamente ao público em vulnerabilidade com interesse em ter/evoluir seu negócio próprio, por meio do direcionamento, aplicação e acompanhamento de seus projetos, com agenda anual baseada em planejamento e formação de rede empreendedora física e digital. Para implementá-la, foi desenhada em conjunto uma solução de modelo de coworking para o Governo do Estado, que está em estudo de viabilidade a implementação desta proposta.

Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN - faz parte do Sistema Nacional de Trânsito - SNT e é responsável no Estado pelas atividades de trânsito estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro - CTB e por normatização própria. São competências do DETRAN.SP promover educação para o trânsito, planejar, coordenar, executar e controlar ações relacionadas à habilitação de condutores, documentação e serviços para veículos. Além disso, o órgão produz estatísticas de trânsito e gerencia a atuação de infrações de trânsito cuja fiscalização é de sua competência. O DETRAN.SP conta com unidades de atendimento em todos os municípios do estado. São 336 Circunscrições Regionais de Trânsito – CIRETRANS, 309 Seções de Trânsito, além dos postos fixos de atendimento do Poupatempo. Possui, ainda, unidades regionais de acompanhamento e controle e uma estrutura de coordenação e normatização, localizada na capital do estado. Principais Ações: Modernização de unidades de Atendimento ao público - 25 municípios: Descomplica Campo Limpo/SP, São Pedro, Piraju, Buri, Altinópolis, Itapevi, Bady Bassitt, Caçapava, Rio das Pedras, Duartina, Monte Azul Paulista, Cajuru, Nova Aliança, Santa Adélia, Cosmópolis, Itanhaém, Miguelópolis, Ituverava, Pedreira, Mongaguá, Morro Agudo, Monte Alto, Paulínia, Batatais e Fartura. Inauguração de 22 seções de atendimento - municípios: Igaratá, Embu Guaçu, Itapevi, Itaí, Piraju, Bofete, Arujá, São Pedro, Vargem Grande Paulista, Itaberá, Buri, Itanhaém, Monte Azul Paulista, Cajuru, Santa Isabel, Miguelópolis, Ituverava, Cosmópolis, Duartina, Nova Aliança, Santa Adélia e Mongaguá. Parcerias realizadas para montagem de unidades “ganha tempo” - 14: Altinópolis, Itapevi, Bady Bassitt, Nova Aliança, Santa Adélia, Cosmópolis, Miguelópolis, Ituverava, Morro Agudo, Monte Alto, Paulínia, Porangaba Igaratá e Embu Guaçu. Unidades já existentes/4 unidades foram transferidas de local e modernizadas: Tremembé, Ribeirão Bonito, Auriflama e Casa Branca. Seções de trânsito foram reabertas: Águas de São Pedro e Colômbia. Emitidos 118 certificados de licença do corpo de bombeiros. Concluídos 45 projetos de engenharia de trânsito, desse total, 43 eram na área de segurança e 2 planos de sinalização viária. Sistema Hesk: Implementado, em agosto de 2018, pelo Centro de Engenharia de Obras e Instalações, para gerenciamento de suas demandas, registrou 475 solicitações, sendo: Ar condicionado: 81; projeto/assessoria técnica: 118; manutenção predial: 175; diversos: 101. Do total de solicitações registradas, 369 - 78%, foram concluídas. Firmados 24 convênios para cessão de

imóveis e servidores com municípios de: Hortolândia, Alto Alegre, São Paulo - Descomplica Campo Limpo, Itaporanga, Colômbia, Bálsamo, Tremembé, Bom Sucesso de Itararé, Salesópolis, Murutinga do Sul, Embu-Guaçu, Cunha, Avanhandava, Lucélia, Santa Bárbara d'Oeste, Ituverava, Taquarivaí, Guapiara, Paraguaçu Paulista, Cosmópolis, Timburi, Alvinlândia, Jaboticabal e Bastos. 8 convênios de cessão de imóveis para os municípios de: Votuporanga, Buri, Guapiáçu, Ouroeste, Arujá, São Pedro, Araraquara e São Francisco., 10 convênios de cessão de servidores: Lins, Itapeva, Promissão, São José do Rio Preto, Itatiba, Catanduva, São João da Boa Vista, Taubaté Araraquara e Sertãozinho. Firmados 181 contratos incluindo contrato de locações, doações, contratos para correspondentes bancários e vigilância eletrônica da sede. Inovou-se na forma de contratação de insumos para Operação Direção Segura Integrada, diminuindo a ordem de despesas cerca de 70% ao anteriormente gasto - economia de R\$ 5.250,94 por operação. Fiscalização de Trânsito - Diligências realizadas: 3.500; veículos fiscalizados: 2.588; autos de infrações de trânsito lavrados: 8.666; veículos clonados apreendidos: 306; veículos com placas adulteradas apreendidos: 1; veículos retirados de circulação - infrator contumaz: 163 - veículos cujas multas ultrapassavam o valor de R\$ 185 milhões. Defesas de autuação analisadas e julgadas: 43.600, sendo 7.900 deferidas e 35.700 indeferidas; solicitações de aplicação da penalidade de “advertência por escrito” analisadas e julgadas: 1.543, sendo 190 deferidas e 1.353 indeferidas. Serviços de Trânsito - foram emitidos 27.140.247 mil documentos, sendo 16.203.486 licenciamentos de veículos; 5.844.202 registros de veículos; 5.092.599 CNHs. Estão ativas no Estado, 1.988 empresas credenciadas para realizar vistorias em automóveis; ao todo 398 municípios contam com essas empresas. Ações de fiscalização também cresceram 47% neste ano, sendo ao todo 308 realizadas. Ações de fiscalização de empresas de desmonte e comercialização de partes e peças de veículos também evoluiu, foram realizadas 266 o que corresponde ao crescimento de 303% se comparado a 2018. Cadastro de Multas na Dívida Ativa - Até meados de dezembro, foram inscritas na dívida ativa multas aplicadas no bojo de 77 processos, perfazendo o valor atualizado de R\$: 2.849.205,17, que poderá ser revertido aos cofres públicos. Centros de Formação de Condutores – CFC Centros Credenciados em 2019: 3.312; Credenciamentos Médicos: 2.032; Credenciamentos Psicólogos: 2.235. Suspensões do direito de dirigir - 158.599 recursos cadastrados, sendo 3.419 deferidos e 152.152 indeferidos; 19.092 recursos cadastrados especificamente de alcoolemia, sendo 443 deferidos e 19.671 indeferidos; Cassação de CNH - 20.965 recursos cadastrados, sendo 2.070 deferidos e 25.505 indeferidos; 201 recursos cadastrados especificamente de alcoolemia, 8 deferidos e 204 indeferidos. Pátios municipalizados: O DETRAN.SP está regularizando a prestação de serviços de remoção, guarda e depósitos de veículos fiscalizados no trânsito do Estado de São Paulo. Convênios celebrados: 15 nos municípios de Araraquara, Barretos, Birigui, Botucatu, Cerquilha, Cosmópolis, Itaberá, Itapevi, Itararé, Jaguariúna, Mairinque, Potirendaba, Santo André, São Bernardo e Sorocaba. E o DETRAN conta com 9 contratos referentes a prestação de serviços de remoção, guarda e depósito de veículos. Leilões de Veículos - Foram realizadas 374 hastas públicas de veículos removidos por infração de trânsito e não retirados por seus proprietários no prazo legal em todo o Estado de São Paulo. Veículos leiloados: 103.985; portarias e chamamentos públicos realizados para a designação de leiloeiros oficiais para a realização dos leilões: 3. Leiloeiros oficiais credenciados: 89. Ainda, a gerência de Pátios e leilões realizou 6.600 atendimentos ao público voltados para dirimir questões referentes as hastas e outras dúvidas frequentes. Operação Direção Segura Integrada - Programa que prevê a atuação conjunta de equipes do DETRAN.SP com as Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica, com o objetivo de prevenir e reprimir a prática de infrações de trânsito, voltadas especificamente à direção sob influência de álcool. O DETRAN.SP adquiriu 110 coletes balísticos para seus funcionários usarem durante as operações. Resultados: realizadas 1.617 operações; 379.862 veículos foram fiscalizados; 12.216 infrações de alcoolemia constatadas; 2.602 crimes de trânsito constatados. Educação no Trânsito - Programa “Clube do Bem-te-vi”. O programa realizado em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, destinado aos alunos do Ensino Fundamental. Foram atendidos 207 estabelecimentos de ensino em 28 municípios, totalizando 45.630 alunos e 2.002 professores educados. Aplicativo “Clube Bem-te-vi”, o programa conta ainda com app com conteúdo e jogos que promovem a educação no trânsito. Foram realizados 3.600 downloads. Programa Criança Segura. Programa realizado com a OSCIP Criança Segura/SAFE KIDS Brasil, foi desenvolvido online para promover a prevenção de acidentes no trânsito com crianças e adolescentes. O programa esteve em 11 municípios capacitando 512 multiplicadores e alcançando aproximadamente 40.000 alunos. Programa Cidadania em Movimento - Programa trabalha a violência no trânsito como fenômeno global levando a realidade local com a dinâmica dos acidentes de trânsito, e seus traumas físicos. Foram capacitados pelo programa 60 professores do ensino médio. Programa Mobilidades Ativa – MOBA. Trata de uma ação socioeducativa, por meio da conjugação de esforços entre a sociedade civil organizada, cidadãos, associações, escolas, universidades e empresas enquanto compromisso de promover a cidadania como parte da formação educacional e dando maior importância o tema trânsito para do direito à vida. Foram realizadas 600 ações impactando 1.500.000 cidadãos paulista em 115 municípios. Programa Educação Viária é Vital. Atua diretamente com os educadores da rede municipal fomentando a realização de projetos que favoreçam práticas de convivência harmoniosa no trânsito. Esteve em 9 municípios contou com a participação de 525 professores e 8.783 alunos na realização de 321 projetos. O programa é desenvolvido em parceria com a Fundacion Maphere. Campanhas de conscientização no Trânsito - foram realizadas 2 campanhas “Imprudência tem Consequência” e “Imprudência na Moto Mata” voltadas para conscientização dos motoristas e motociclistas, além disso em setembro é realizada a “Semana Nacional do Trânsito” onde o DETRAN promove diversas ações de compreensão e o amplo debate das responsabilidades de cada cidadão dentro do seu contexto no trânsito. Também ocorreu a “Semana Global de Segurança Viária”, movimento da ONU que nasceu com a proposta de chamar a atenção da sociedade para os altos níveis de mortes no trânsito em todo o mundo. Somadas essas campanhas impactaram 16.390.000 pessoas. Programa Respeito à Vida: O Programa foi criado para atuar na viabilização de ações com foco na redução de acidentes e fatalidades de trânsito. Foram celebrados 55 convênios com os municípios. Valor conveniado total: R\$ 23.850.118,93. Foram repassados R\$ 4.355.517,27, aos municípios de: São Carlos, Guaratinguetá, Limeira, Marília, Presidente Prudente, Santa Bárbara D'Oeste, São Vicente, Andradina, Embu Guaçu, Itapira, Matão, Mirassol, Monte Alto, Penápolis, Porto Ferreira e Votuporanga. Serviços Eletrônicos DETRAN - Serviços online: O DETRAN conta com 43 serviços que podem ser realizados pelo portal. Em dezembro, eram 13.223.258 usuários cadastrados no portal, 930 mil novos usuários a mais em relação a dezembro de 2018. Dos serviços online 2 foram implantados em 2019. Renovação Simplificada: O serviço foi disponibilizado em abril e até dezembro, foi responsável pela emissão de mais de 67 mil CNHs, encontra-se disponível em 363 municípios, incluindo a Capital. Agendamento do exame teórico pelo portal: Implantação do agendamento do exame teórico em todas as unidades do estado que realizam esse serviço, tanto para provas realizadas em papel, como por meio

eletrônico - computador. Além dos serviços online o DETRAN oferece 3 aplicativos gratuitos para tablets e smartphones, com funcionalidades como consultas de pontos, consultas de dados do veículo /multas e solicitação da 2ª via da CNH. Foram realizados 2.6 milhões de downloads. Pesquisas realizadas no portal/aplicativos: 296 milhões; Simulados de provas teóricas realizados pela internet/aplicativos: 17,4 milhões; agendamentos *online*: Até dezembro - 323 unidades do DETRAN contavam com agendamento eletrônico. 87% dessas unidades já agendam seus serviços para até 2 dias. Modificações realizadas no site do DETRAN: foram inseridos dados estatísticos de emissões de CNH de 2014 a 2019, de multas aplicadas pelo DETRAN.SP de 2009 a 2019, de acidentes de trânsito com vítima, de 2019 e com óbito de 2015 a 2019, bem como, a frota de veículos por carroceria, por categoria e de condutores, por sexo, categoria e unidade de atendimento. As informações estão disponíveis em formatos CSV e EXCEL, em atendimento à Lei de Acesso à Informação. Além dessas inclusões foram realizadas também adequações de acessibilidades as informações e serviços disponibilizados, consulta ao processo de cassação da CNH, pesquisa de autenticidade da carteira de nacional de habilitação, atualizações dos endereços das unidades do DETRAN na ferramenta Google Maps. Também está disponível funcionalidade no portal que permite ao cidadão criação do menu Meu DETRAN, onde é possível cadastrar informação da CNH e veículos do cidadão e consultar multas e pontuação na carteira. Atendimentos através dos canais de comunicação com o Cidadão - Disque DETRAN.SP atendeu: 852.146 usuários; Fale com o DETRAN.SP atendeu: 166.665 usuários; Mensagens: O DETRAN envia 31 tipos de mensagens aos cidadãos, referente às licenciamento de veículos, aplicação de multas entre outros. Foram encaminhadas 20,3 milhões de mensagens pela caixa postal do portal - mensageira; 14,7 milhões pelo aplicativo DETRAN.SP - mensagens push; 4,2 milhões de SMS; e 8 milhões de correspondências - cartas. Serviço de Informações ao Cidadão - O SIC fornece informações institucionais do DETRAN.SP, como dados estatísticos, dados sobre contratos, repasses financeiros dentre outros. É disponibilizado o e-SIC para atendimento as solicitações, foram respondidas 1.340 em todo o Estado. Ouvidoria - A Ouvidoria do DETRAN recebeu 24.040 manifestações, desse total, 16.749 eram reclamações; 5.069 solicitações de informações; 1.677 eram denúncias; 268 elogios; 130 foram sugestões e 147 eram outras manifestações. Processos Seletivos - foi realizado processo seletivo interno para seleção do novo Superintendente da Capital. A seleção foi realizada com os servidores interessados que já estavam lotadas em uma das unidades localizadas na cidade. Também foi realizado também Concurso público para preenchimento de 400 cargos públicos, sendo 200 de Agente Estadual de Trânsito e 200 de Oficial Estadual de Trânsito. Escola Pública de Trânsito - Programa TELC: O Programa cuja sigla significa Transparência, Ética, Legalidade e Compliance, tem como principal objetivo agregar valor a todas as instâncias envolvidas na política de serviços do DETRAN, impulsionando a autarquia na direção de ações preventivas e de monitoramento constante em torno de um plano de conformidade. Funcionários e parceiros diretamente impactados com esta ação: 8.182. Programa de Atualização e Reeducação de Conductor-Infrator: É o curso oferecido na modalidade semipresencial, que conta com conteúdo didático-pedagógico permanentemente atualizado e oferece vagas gratuitas. Condutores infratores atendidos: 8.098. Programa de Atenção à Acessibilidade: É o programa de acessibilidade, por meio da formação específica de funcionários e o uso de novas tecnologias, permitindo ao DETRAN.SP atender os cidadãos surdos em todo o Estado de São Paulo, gerando maior alcance, reduzindo o tempo de espera, gastos com mobilidade e, principalmente, consolida políticas afirmativas de inclusão social. Foram atendidas através do programa: 3.102. Gestão de provas impressas e revisão do conteúdo simulado da prova teórica: Candidatos atendidos: 1.020.000; Revisão dos Manuais do Cidadão, Examinador e Produção de Tutorial de Baliza: candidatos impactados: 2.500.000; Remodelação da Intranet do DETRAN.SP: servidores diretamente impactados: 5.000; Formação de servidores, parceiros e profissionais do trânsito: 18.384 pessoas; Expedição de certificados, registros de formação para profissionais do trânsito: 187.306. Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI - 39.719 recursos cadastrados de multa, 7.610 deferidos e 34.049 indeferidos. Registrando que ocorreram 9.204 diligências; 7.512 recursos cadastrados de multas especificamente de alcoolemia, 176 deferidos e 8.012 indeferidos. Registrando que ocorreram 722 diligências. 64.463 recursos cadastrados de suspensão do direito de dirigir, 1.475 deferidos e 67.615 indeferidos; 12.631 recursos cadastrados de suspensão do direito de dirigir especificamente de alcoolemia, 168 deferidos e 13.806 indeferidos. 20.189 recursos cadastrados de cassação de CNH, 762 deferidos e 22.440 indeferidos. 192 recursos cadastrados de cassação de CNH especificamente de alcoolemia, 3 deferidos e 230 indeferidos. Conselho Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo – CETRAN-SP. O Conselho Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo – CETRAN-SP tem as suas atribuições e competências disciplinadas no artigo 14 do Código de Trânsito Brasileiro, dentre as quais estão a de normatizar e coordenar o Sistema Nacional de Trânsito no âmbito deste Estado; julgar os recursos interpostos contra as decisões das JARIs municipais, estaduais, seja em relação aos processos de multas como em relação aos processos de suspensão do direito de dirigir ou cassação do documento de habilitação; promover a integração dos Municípios ao Sistema Nacional de Trânsito; entre outras demandas. Além disto, o CETRAN-SP esteve presente em quatro Superintendências Regionais de Trânsito do DETRAN.SP - Capital, Metropolitana, Vale do Paraíba e Registro. Enquanto instância julgadora foram apreciados 133.913 recursos: 110.380 recursos de multas de trânsito; 15.595 recursos de suspensão do direito de dirigir, dos quais 638 foram deferidos e 14.957 foram indeferidos; 7.938 recursos de cassação do documento de habilitação, dos quais 700 foram deferidos e 7938 foram indeferidos.

Fundo Social de São Paulo – FUSSP - que teve a denominação alterada pelo Decreto nº 64.064, de 1/1/2019, tem a missão de desenvolver programas e projetos sociais para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais vulneráveis da população do Estado de São Paulo, criando programas e ações sociais visando ao resgate da dignidade humana e promoção de autonomia, à qualificação profissional e à geração de renda e emprego. Para tanto, são articuladas ações e parcerias com os Fundos Sociais de Solidariedade dos Municípios – FSSM, organizações da sociedade civil, iniciativa privada e órgãos da Administração Pública Estadual. Principais ações: Programa Escola de Qualificação Profissional - foi instituído pelo Decreto nº 57.314/2011, com o objetivo de promover a capacitação de agentes multiplicadores e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, mediante a promoção de diversos cursos. O Programa foi reestruturado e sofreu ampliação de cursos mediante edição de Decreto nº 64.207/2019, com a inclusão de cursos em novas áreas e expansão das demais, já existentes: moda, artesanato, casa, papelaria e atividades afins; gastronomia e hospitalidade; imagem pessoal; construção civil e bioconstrução; horta e jardinagem; informática. Para a realização dos cursos, em julho foi celebrado Convênio com o Centro Paula Souza – CEETEPS, para oferta de 11.649 vagas na Capital, na sede do FUSSP e CICs, e interior. Diante disto, foram celebrados convênios com 136 municípios, por

intermédio do seu FSSM, tendo por objeto a implantação e execução de cursos de qualificação profissional. A celebração desses convênios possibilitou ao FUSSP o direcionamento de 2.680 vagas, dentre aquelas previstas na referida parceria com o Centro Paula Souza, nos cursos em diversas áreas. Os convênios não envolveram a transferência de recursos financeiros e materiais entre do FUSSP aos municípios. Quanto aos convênios com os municípios que já estavam em vigor, foram viabilizados repasses financeiros para dar continuidade aos cursos, estes realizaram 6.784 qualificações. Para a Capital, além do Convênio celebrado com o CEETEPS, o FUSSP realizou chamamento público para seleção de Organizações da Sociedade Civil – OSC, objetivando a transferência de recursos materiais e financeiros para implantação e desenvolvimento do projeto Escola de Moda, Casa e Papelaria. Foram classificadas para a etapa de comprovação dos requisitos para a celebração dos termos de colaboração 69 OSCs, que ofertarão 2.760 vagas no curso de corte e costura em tecido plano e tecido malha, durante a vigência de 12 meses. O valor previsto a ser transferido para cada OSC é de R\$ 13.803,67. No decorrer do ano, várias entidades situadas na Capital, que celebraram anteriormente convênios e termos de colaboração nas áreas de moda, beleza e construção civil, capacitaram 2.343 pessoas. Em novembro, foi implantado no âmbito da Escola de Bioconstrução, o novo curso de Design Permacultural – PDC, que se trata de uma capacitação em planejamento ecológico fundamentado nos conceitos e princípios da Permacultura, com foco em planejamento de sistemas integrados. Foram abordados temas como segurança alimentar, gestão de resíduos, bioconstrução e manejo ecológico de água. Assim, até novembro, nas Escolas localizadas na Sede do FUSSP e nos CICs qualificaram 5.560 pessoas, totalizando 14.687 qualificações no âmbito do Programa Escola de Qualificação Profissional. Programa Praça da Cidadania - foi criado pelo Decreto nº 64.160/2019, com o objetivo de promover espaços destinados à proteção e inclusão social, ao aperfeiçoamento profissional e à participação comunitária de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os espaços denominados “Praça da Cidadania” contemplam os cursos e oficinas do Programa Escola de Qualificação Profissional, bem como equipamentos e serviços de atendimentos e assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade social. A primeira Praça da Cidadania foi construída em parceria com a Prefeitura Municipal de Santo André e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, localizada no município de Santo André. Para a instalação da primeira Praça da Cidadania, o FUSSP recebeu as seguintes doações, com fundamento no Chamamento Público nº 01/2019:

Doador(a)	Objeto da doação
EMS S/A	Doação dos serviços da Mafisa Empreiteira e Engenharia Ltda. – EPP para execução de obras e serviços engenharia relativa à implementação da Praça da Cidadania
COMGÁS	Doação dos serviços do Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa para fornecimento e montagem de 30 contêineres para instalação das Escolas de Qualificação Profissional
ENEL Distribuição São Paulo	Cinco árvores solares fabricadas e instaladas pela SUNEW
Brasol Soluções Energéticas Ltda.	Um Kit fotovoltaico (placas solares) com capacidade de 10 kilowatts
Binho Ribeiro Artes Ltda.	20 pinturas artísticas em grafite colorido nos muros do entorno da Praça da Cidadania
ARCAH – Associação de Resgate à Cidadania por Amor à Humanidade	202 mudas de hortaliças e legumes
Nelida do Brasil Comércio e Importação Ltda.	Diversos produtos de maquiagem
Taiff Proart Distribuidora de Produtos de Beleza Ltda.	Aparelhos de cabeleireiro (secador, modelador, chapa e máquina de cortar cabelos)
Smart Catering Serviços e Soluções em Alimentação Ltda. - DOOG	300 lanches hot dog para o evento de inauguração da Praça de Santo André
Geladeria Cajamarense Com. de Sobremesas Geladas e Cursos de Gastronomia Ltda.	300 sorvetes para o evento de inauguração da Praça de Santo André

Na Praça da Cidadania de Santo André, inaugurada no dia 27 de outubro, há equipamentos tradicionais de uma praça, como quadras poliesportivas, playground e pistas de caminhada, e os cursos de qualificação profissional se iniciaram em 25/11, com previsão de formação de 606 pessoas até 20/12. No local estão sendo oferecidas aulas de horta agroecológica, biosaneamento, captação de água de chuva, compostagem, concerto com ajuste, bordado e pedraria, entre outros. São Paulo Mais Humana - é uma plataforma digital e aplicativo que conecta pessoas e empresas que desejam contribuir com causas sociais, seja por meio de voluntariado ou doações, de acordo com as necessidades das entidades localizadas no seu entorno. A iniciativa foi criada pelo FUSSP e desenvolvida pela PRODESP e contempla uma tecnologia de geolocalização que identifica as entidades mais próximas aos usuários, de acordo com suas causas pré-selecionadas, por exemplo: crianças, adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, etc. Para casos de catástrofes e desastres ambientais, o aplicativo possuirá conexão direta com a Defesa Civil do Estado, possibilitando ajudas emergenciais. Foi lançada no dia 17 de outubro e atualmente conta com 661 entidades habilitadas, 59 doadores cadastrados que já fizeram mais de 91 doações, e teve mais de 8.970 acessos. Casa da Solidariedade - Unidades I, II e III - As três Casas da Solidariedade localizadas no Bairro de Campos Elíseos, no Parque D. Pedro II e no Bairro Sol Nascente, na Capital de São Paulo, foram criadas para atender crianças e adolescentes em situação de risco social, através de um programa que visa resgatar a autoestima, identificar e desenvolver suas habilidades, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania por meio de convívio produtivo e sadio. As Casas da Solidariedade administradas pelo Instituto Criança Cidadã – ICC atenderam ao todo 956 crianças e adolescentes. Espaço de Leitura - localizado dentro do Parque “Dr. Fernando Costa” - Água Branca, é uma ação sociocultural e educativa do FUSSP que oferece aos cidadãos, em especial crianças, o acesso à leitura e proporciona o prazer da leitura por meio da oralidade, da escrita, da observação e da interpretação. O acervo é de, aproximadamente, 1.500 livros de literatura infantil e infanto-juvenil. Em média, 3.000 pessoas participaram de atividades culturais e educativas. Projeto “Viva Mais” - contemplado no programa estadual “SP Amigo do Idoso”, instituído pelo Decreto nº 61.115/2015, sob a coordenação do FUSSP, tem por objetivos a melhoria de qualidade de vida, o incremento da participação comunitária e a integração social do idoso, mediante atividades esportivas, artísticas e culturais, tendo sido desenvolvido no ano, as seguintes ações: Programa VidAtiva: Programa estadual instituído pelo Decreto nº 59.782/2013, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Esportes, é destinado a conceder auxílio financeiro a idosos, a fim de lhes

proporcionar a oportunidade de praticar atividades físicas, esportivas ou de lazer em clubes e academias de ginástica previamente cadastrados. No ano, o FUSSP repassou o montante de R\$ 1.255.153,99, beneficiando, em média, 3.000 idosos por mês no Programa. Espaço de Convivência do Idoso – ECI: desenvolve atividades voltadas à terceira idade, em parceria com o Instituto Nova União da Arte – NUA divididas em quatro áreas temáticas, quais sejam: Música - coral, canto, violão e percussão; atividades Corporais - ioga, tai chi chuan, alongamento, pilates, dança e jogos teatrais; Artes - pintura, desenho, escultura, artes plásticas, artesanato em papel e em tecido e bordado; e Mundo Digital - informática, internet, celular e fotografia digital. No ano, aproximadamente 580 idosos frequentaram o ECI, participando de uma ou mais atividades oferecidas neste espaço. O projeto denominado “Intergeneracional”, que visa aproximar o público do ECI com crianças atendidas pelo Espaço de Leitura, com atividades culturais e educativas, atendeu a 30 idosos e 30 crianças até maio. Campanha do Agasalho - É uma iniciativa anual do FUSSP, em parceria com as Secretarias de Estado, empresários e sociedade civil, que ocorre nos meses que antecedem a estação do inverno, cujas peças arrecadadas são destinadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social. A Campanha foi lançada em 6 de maio, com o slogan “Nosso super poder contra o frio é um agasalho novo”, que teve como objetivo arrecadar cobertores e peças de vestuário novas ou usadas em bom estado, tendo como parceria os super-heróis do Cartoon Network, as meninas superpoderosas e Ben10. A ação oficialmente se encerrou em 22 de setembro. A Campanha arrecadou mais de 22 milhões de peças. Foram beneficiadas 1.132 entidades e 221 municípios paulistas. O número de colaboradores cadastrados no sistema chegou a 2.411, incluído aí os pontos de coleta, caminhadas, almoços e eventos visando à arrecadação de peças. Programa de Proteção Social à Pessoa, Família ou Grupo Social em Situação de Vulnerabilidade Social - instituído pelo Decreto nº 57.636/2011, visa minimizar impactos sofridos em decorrência de rigores climáticos, desastres naturais ou outras ocorrências extraordinárias, mediante atuação recuperativa consistente na destinação de meios materiais que possam garantir à população atingida o atendimento a suas necessidades básicas. Neste ano, o FUSSP colaborou mediante aquisição e distribuição gratuita de cestas básicas, roupas, cobertores e colchões para as pessoas desabrigadas em decorrência de fortes chuvas e de frio rigoroso, através do FSSM de Tupã, São Sebastião, Peruibe e Campos do Jordão, e das comunidades do Jardim Seabra do Pantanal, Vila Prudente, Jardim Iguatemi. O FUSSP colaborou, também, com distribuição de cestas básicas, roupas, cobertores e brinquedos para 40 famílias, em decorrência de incêndio de grandes proporções em comunidade de São Vicente/SP. Doações realizadas aos FSSM e Entidades Sociais - O FUSSP prestou apoio, mediante repasse de recursos materiais diversos, provenientes de doações de empresas e instituições, tendo atendido com doações a 928 FSSM e entidades sociais. Também foi realizado o repasse de Kits “padaria” doados pela Associação Paulista de Avicultura, para 1 FSSM e 10 entidades sociais. Repassou, ainda, Kits “costura” doados pela Secretaria da Receita Federal, os quais foram utilizados dentro do Programa Escola de Qualificação Profissional e em workshops. SOS Mulher - Projeto voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade social, que objetiva, através da disseminação de conteúdo informativo e educativo, por meio de uma plataforma digital, desenvolvida em conjunto com a PRODESP, a geração de renda e emprego e melhoria na qualidade de vida. Para fomentar o conteúdo da plataforma o FUSSP realizou o Chamamento Público e recebeu inscrições de mulheres atuantes em diversas áreas públicas ou privadas do mercado de trabalho, com interesse em ceder ao Estado, de forma gratuita e sem encargos, o direito de uso de sua imagem e voz, gravadas em vídeos de mensagens ou depoimentos pessoais. Até a presente data foram celebrados 22 termos de cessão e direito de uso e de imagem, para gravação e disponibilidade dos vídeos de 22 mulheres colaboradoras, as quais gravaram cerca de 5 vídeos cada uma, abordando temas como independência financeira, geração de renda e segurança pessoal. Projeto “Casa da Família”. Por meio do Decreto nº 64.600/2019, foi instituído no âmbito do Programa Rede Social de Solidariedade e Cidadania do FUSSP, o Projeto “Casa da Família”, com a finalidade de fornecer eletrodomésticos básico e essenciais - geladeira, fogão e microondas, para famílias beneficiárias do programa habitacional de moradia do Estado de São Paulo que tenham renda mínima entre 1 e 3 salários mínimos, visando promover a proteção e inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim, em 25/11, foi celebrado convênio entre o FUSSP, a Secretaria da Habitação e a CDHU, tendo por objeto a implantação do projeto “Casa da Família” mediante transferência de recursos financeiros à empresa estatal para aquisição, por esta, dos referidos eletrodomésticos.

Agências Reguladoras - Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP - Transporte Coletivo Intermunicipal - A ARTESP é a gestora do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal, conforme Lei Complementar nº 914/02 - artigo 1º - Disposições Transitórias e Decreto nº 46.708/02. Esta agência tem por atribuição institucional a fiscalização dos prestadores de serviço intermunicipal de transporte coletivo regular - rodoviário e suburbano, bem como de serviço intermunicipal de transporte coletivo por fretamento e de estudantes, com base nos Decretos Estaduais nº 29.912/89, nº 29.913/89 e nº 48.073/03. Sendo assim, para transportar passageiros sob o regime de fretamento e/ou regular entre Municípios, excluídos aqueles sob gestão interestadual - ANTT e metropolitana - isto é, de competência da Secretaria de Transportes Metropolitanos e EMTU, deve a pessoa física ou jurídica registrar-se na ARTESP, conforme artigo 3º, Decreto Estadual nº 46.708/2002 e normas do Decreto Estadual nº 29.912/89. Seguem abaixo tabelas referentes ao serviço de fiscalização realizado pela ARTESP, bem como algumas informações sobre os serviços de fretamento e regular do transporte intermunicipal de passageiros.

Fiscalização	Rodovia	Terminal	Garagem	Total
Quantidade de locais fiscalizados	1.973	6.946	1.181	10.100
Quantidade de veículos fiscalizados	7.503	144.677	-	152.180
Quantidade de notificações emitidas	76	841	839	1.756
Quantidade de multas emitidas	869	5.307	-	6.176
Quantidade de apreensões efetuadas	31	0	-	31
Quantidade de retenções efetuadas	479	724	-	1.203
Quantidade de veículos fiscalizados e não autuados	6.634	139.370	-	146.004
Quantidade de vistorias realizadas nos veículos	-	-	3.555	3.555

OBS: Dados tabelados referem-se ao período de janeiro a outubro

Sistema Regular (Rodoviário e Suburbano)	2016	2017	2018	2019
Quantidade de Empresas	100	95	90*	91**
Quantidade de Linhas	1.001	960	919*	910**
Quantidade de veículos	4.028	3.849	4.042*	3.623
Quantidade de Passageiros/dia	341.166	333.552	333.738*	321.892**
Percurso de Km/dia	1.071.936	1.065.646	1.060.522*	991.868**
Quantidade de Viagens/dia	12.967	12.892	12.900*	12.295**
Receita Anual	1,45 bilhão	1,54 bilhão	1,62 bilhão*	1,35 bilhão**

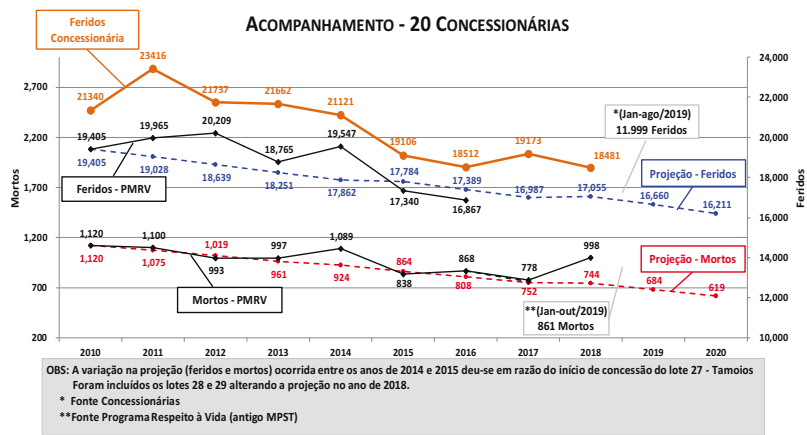
OBS: * Dado atualizado do ano de 2018 ** Dado parcial de janeiro a outubro

Sistema Fretamento (Contínuo e Eventual)	2016	2017	2018	2019
Quantidade de Empresas Cadastradas	829	1.381	1.783*	1.893**
Quantidade de Ônibus	13.216	15.273	17.699*	18.551**

Sistema Fretamento (Estudantes)	2016	2017	2018	2019
Quantidade de empresas Autônomas Cadastradas	92	54	54*	49**
Quantidade de Veículos Cadastrados	105	61	59*	49**

OBS: * Dado atualizado do ano de 2018 ** Dado parcial no ano de 2019

Plano Diretor de Transporte - Atualmente, os serviços rodoviários intermunicipais de transportes coletivos de passageiros - serviço regular, operados pelas empresas, são explorados por permissão a título precário, outorgados pelo Poder Público, antes da promulgação da Carta Federal de 1988. Os termos de permissão celebrados pelo Departamento de Estradas e Rodagem – DER nas décadas de 60 a 80 são regulamentados até hoje pelo Decreto Estadual nº 29.913/89. Assim, desde a edição da Constituição Federal de 1988, não se admite outorga de exploração de serviço público a particular sem prévio e regular procedimento de licitação. Entende-se que o termo original com que foram delegados às empresas os direitos de operação das linhas, não está mais em vigor, à vista da nova ordem constitucional. No entanto, considerando a exigência constitucional de realização de procedimento licitatório e em atendimento a Lei Federal nº 8.987/95, está em andamento à licitação na modalidade Concorrência Internacional nº 002/2016. No modelo proposto, o Estado de São Paulo foi dividido em seis áreas: 5 Áreas de Operação e 1 área neutra - a Região Metropolitana de São Paulo - a qual não está vinculada a nenhuma das Áreas de Operação e será atendida por linhas provenientes das 5 demais áreas. Em abril, foi proferida a decisão pelo Tribunal de Justiça – TJ, dando provimento parcial ao recurso impetrado pela ARTESP, com recomendação de realização de ajustes em alguns pontos do Edital, com ênfase para exigência de garantias cumulativas antes da assinatura de contrato, referentes a garantia de proposta - BID BOND e comprovação de patrimônio líquido mínimo. A ARTESP está providenciando os ajustes necessários considerando as recomendações do TJ. Essa Agência também está providenciando: outros ajustes, em atendimento as exigências do próprio TCE; atualizações que se fazem necessárias devido ao tempo decorrido; além de propor a elaboração de novos anexos, com o intuito de melhorar o processo licitatório, tais como: Rodovias Concedidas - Números do Programa de Concessões Rodoviárias no Estado: 8.401 quilometro concedidos, 20 concessionárias, R\$ 102 bilhões de investimentos em obras e manutenção, 5 bilhões em Repasse de ISSQN. Principais Obras de Investimentos: entre 1998 e 2019, foram realizados aproximadamente R\$ 33 Bilhões em obras de investimentos concluídas. No ano de 2019, foram concluídas aproximadamente R\$ 592,59 milhões. É importante salientar que segundo a pesquisa CNT 2019 dentre as 20 melhores rodovias do país, 17 se encontram no estado de São Paulo e são reguladas e fiscalizadas pela ARTESP. Sistemas de Arrecadação - Pedágios: existem 160 Praças de Pedágio em operação na malha concedida do Estado de São Paulo, totalizando 1.639 pistas de arrecadação, sendo: 754 Pistas Manuais - 46,0% do total de pistas; 265 Pistas Mistas - Manuais ou Automáticas - 16,17 % do total de pistas; 129 Pistas Reversíveis - 7,87%; 450 Pistas Automáticas - 27,46% do total de pistas; e 41 Pistas para Motocicletas - 2,5%. O Total de Tráfego do período de janeiro a dezembro/2018, foi de 904,2 milhões, sendo: 391,3 milhões em pistas manuais- 43%; 512,9 milhões em pistas automáticas 57%. O Total de Tráfego do período de janeiro a outubro, foi de 780,7 milhões, sendo: 329,1 milhões em pistas manuais - 42%; 451,6 milhões em pistas automáticas - 58%. O Total Pedagiado é de 11,8 bilhões de passagens de veículos, desde o início do Programa de Concessões, sendo: 6,1 bilhões em pistas manuais - 52%; 5,7 bilhões em pistas automáticas - 48%. Na operação do Sistema de Arrecadação Automática temos atualmente 5 empresas, sendo elas Sem Parar, Conectar, Move Mais, Alelo/Veloe e GREENPASS totalizando até novembro, a quantidade de 6.559.396 TAGs ativos. Em maio de 2018 iniciou a cobrança semiautomática nas pistas manuais da concessionária Entrevias - Lote 28. De janeiro a outubro de 2019, foram realizadas, nas pistas manuais, um total de 132.062 transações com o Sistema Semiautomático, nas concessionárias Entrevias - Lote 28 e ViaPaulista - Lote 29. No que se refere ao Sistema Ponto a Ponto de Pedágio, até novembro, aferiu-se um total de 192.450 usuários cadastrados incluindo todos os locais cujo Sistema está instalado. Programas de Redução de Acidentes. Metas da segurança viária no programa de concessões - redução dos totais absolutos de feridos e mortos - Metas até 2020 - Com base nos dados de 2010, temos como meta reduzir: Em 50% o número absoluto de mortos, aonde chegará com no máximo 619 mortos no sistema concedido; e em 20% o número absoluto de feridos, aonde chegará com no máximo 16.211 feridos no sistema concedido. As metas acima mencionadas foram adequadas considerando o início da concessão dos Lotes 28 - Concessionária Entrevias em 2017 e 29 - Concessionária ViaPaulista em 2018, bem como o término da concessão do Lote 05 - Vianorte em 2018, que foi incorporado ao lote 28. Cabe esclarecer que no final de 2016, foi descontinuada a tabulação dos dados dos boletins de ocorrência da PMRV por parte do DER, fonte que era utilizada pela ARTESP para acompanhamento das metas de feridos e mortos. Com relação ao número de mortos, a ARTESP passou a utilizar a base de dados do Programa Respeito à Vida, antigo Movimento Paulista de Segurança do Tráfego - MPST, que tabula as informações da Polícia Civil, registrados até um dia após a ocorrência, de forma a manter o mesmo parâmetro da base anterior, uma vez que a PMRV registrava as vítimas até o fechamento dos boletins - em média 1 dia após a ocorrência. Já para o acompanhamento dos feridos, o Programa Respeito à Vida não possui essa informação uma vez que as informações da Polícia Civil se baseiam nos atestados de óbito, entretanto o Programa Respeito à Vida informou que está trabalhando de forma a retomar a tabulação da PMRV para que assim tenhamos novamente a informação sobre as vítimas feridas. Assim, o acompanhamento da meta de redução do número de vítimas feridas para o ano de 2019, ficou prejudicado, pois as únicas fontes de informação atualmente disponíveis são os dados das Concessionárias, que historicamente se mostraram significativamente maior que os números da PMRV, pois as Concessionárias classificam como vítima ferida todos os usuários envolvidos em acidentes - leves ou graves, que não assinam o termo de recusa de atendimento. Esse não é o procedimento realizado pela PMRV que classifica as vítimas nas ocorrências que acompanha baseado em análise visual ou do responsável pelo atendimento médico, caso haja. Desta forma, no momento não é possível a verificação do atendimento da meta para a redução do número absoluto de feridos segundo os dados da PMRV. Para mantermos um acompanhamento foi acrescido no gráfico a seguir os dados baseados nas informações fornecidas pelas concessionárias. Observa-se que entre 2017 e 2018 houve uma redução no número de feridos. De forma a verificar a tendência para 2019, foi realizada a comparação entre o número de feridos registrados pelas concessionárias de janeiro a agosto de 2018 - 12.835 vítimas e janeiro a agosto de 2019 - 11.999 vítimas, onde constatou-se a continuidade da tendência de redução identificada em 2017/2018. Com referência ao número absoluto de fatais, observa-se que entre 2017 e 2018 inverteu-se a tendência de redução do número de vítimas verificada entre 2016 e 2017, sendo em 2018 o número de óbitos 35% superior à meta ARTESP. Utilizando a mesma metodologia aplicada aos números de feridos, foram comparados os dados de vítimas fatais de janeiro a outubro de 2018 - 797 fatais, com janeiro a outubro de 2019 - 861 fatais, onde também se verificou uma tendência de aumento e descumprimento da meta prevista para o 2019. De forma a se retomar a tendência de redução e o atendimento as metas projetadas de vítimas fatais, a ARTESP vem solicitando às Concessionárias um aumento no número de ações mitigadoras, as quais deverão estar contempladas nos Programas de Redução de Acidentes do Biênio 2020-2021. Cabe salientar, por fim, que os Lotes 28 e 29, são concessões novas, onde os grandes investimentos que agregarão segurança viária - duplicações, marginais, implantação de dispositivos em desnível, dispositivos de contenção viária, etc., estão em implantação ou ainda terão seus serviços iniciados, o que contribuirá para a redução do número de feridos e de óbitos no Sistema de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo.



As ações judiciais visando a não prorrogação dos contratos de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. Neste item, indicamos o atual status das ações judiciais em que se discute a validade dos aditivos contratuais firmados em 2006, que tinham como escopo a prorrogação das concessões rodoviárias¹, como segue:

Item	Concessionária	Processo Judicial	Vara	Status
1	Autoban	1040370-54.2014.8.26.0053	3º VFP	Ações conexas ambas julgadas em 1ª instância em favor da Artesp. Interposta Apelação pela Autoban distribuída à 5ª Câmara de Direito Público. Tendo em vista a existência de agravo de instrumento interposto pela Concessionária contra a decisão de primeira instância que indeferiu a produção de provas, julgando o feito antecipadamente, foi suscitado conflito de competência entra a 5ª Câmara e a 3ª Câmara. A decisão da Turma Especial foi pela competência da 5ª Câmara de Direito Público. Paralelamente a Concessionária interpôs Recurso Especial nos autos do agravo de instrumento contra a decisão que indeferiu provas e apresentou pedido de tutela provisória ao agravo de instrumento de despacho denegatório de recurso especial. Foi proferida decisão, no pedido de tutela, concedendo em parte a liminar, apenas para suspender o julgamento da apelação interposta pela Autoban. A Artesp apresentou resposta ao pedido de tutela provisória. Publicado despacho designando o julgamento da tutela provisória para 3/12.
		1030436-72.2014.8.26.0053		
2	Renovias	1007766-40.2014.8.26.0053 1008352-77.2014.8.26.0053	8º VFP	Ações conexas ambas julgadas em 1ª instância em favor da Artesp. Apelações da concessionária pendentes de julgamento.
3	Viaoeste	1027970-08.2014.8.26.0053	12º VFP	Ações conexas. A primeira foi apensada na segunda. Aguardando contrarrazões da Fazenda Pública à Apelação interposta pela Concessionária.
		1019684-41.2014.8.26.0053		
4	SPvias	1013617-60.2014.8.26.0053	11º VFP	Ação julgada em 1ª instância em favor da Artesp. Apelação interposta pela concessionária desprovida. Interpostos Recursos Extraordinário e Especial pela concessionária. Apresentas contrarrazões de Recurso especial e Extraordinário pela Fazenda Pública e Artesp. Aguardando juízo de admissibilidade dos recursos interpostos.
		0019926-51.2013.8.26.0053		
5	Autovias	1014902-54.2015.8.26.0053	10º VFP	Ação julgada em favor da Artesp em 1ª instância. Aguardando julgamento do

				recurso de apelação interposto pela Concessionária.
6	Vianorte	1014891-25.2015.8.26.0053	3º VFP	Ação julgada favoravelmente à Artesp em 1ª instância. Recurso de apelação da concessionária desprovido. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela concessionária os quais não foram admitidos no Tribunal de Justiça. Interposição de Agravos em Recurso Especial e Extraordinário. Apresentadas contrarrazões aos agravos pela Artesp. Autos remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.
7	Centrovias	1022983-26.2014.8.26.0053	12º VFP	Processo tramitando em primeira instância em fase de alegações finais.
8	Intervias	1027267-77.2014.8.26.0053	9º VFP	Ação julgada em primeira instância em favor da Concessionária. Apelação da Artesp provida no Tribunal de Justiça.
9	Colinas	1033457-56.2014.8.26.0053	6º VFP	Ação julgada em 1ª instância em favor da Concessionária. Apelação da Artesp desprovida. Aguardando julgamento dos recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Artesp e Estado de São Paulo.
10	Triangulo do Sol	1042071-50.2014.8.26.0053	4º VFP	Processo em primeira instância em fase de manifestação das partes sobre laudo pericial
11	Tebe	1040986-29.2014.8.26.0053	6º VFP	Ação julgada favoravelmente à concessionária em 1ª instância. Recurso de Apelação da Artesp e Estado de São Paulo provido. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela concessionária aos quais foi negado seguimento. Interpostos agravos em Recurso Especial e Extraordinário pela Concessionária. Apresentadas contraminutas aos agravos pela Artesp. Processo encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça.
12	Ecovias	1045799-02.2014.8.26.0053	6º VFP	Julgado em 1ª instância em favor da Concessionária. Aguardando julgamento da Apelação interposta pela Artesp.

Cumprir esclarecer que, embora em alguns casos já haja decisões em 1ª e 2ª Instâncias, ainda persistem desequilíbrios contratuais a serem apurados, os quais serão devidamente reequilibrados. Já com relação à Concessionária Tebe, adicionalmente informo que, em que pese a existência de decisão em 2ª Instância, a concessionária impetrou um Mandado de Segurança no bojo do qual foi proferida sentença de procedência para anular os efeitos da Portaria ARTESP nº 25, de 3 de maio de 2018 bem como proibindo que o impetrado inicie os procedimentos administrativos para devolução da concessão antes de concluído o processo administrativo para definição do prazo de prorrogação da vigência contratual, como o recálculo exigido no acórdão do TJSP que declarou nulo o TAM 11/2006. A ARTESP interpôs recurso da apelação pendente de julgamento no Tribunal de Justiça. Processo Judicial n. 1024134-85.2018.8.26.0053 - 15ª VFP. Aeroportos - Aeroportos Regionais - No âmbito Programa Estadual de Concessões de Aeroportos Regionais, encontra-se vigente o Contrato de Concessão nº 0356/ARTESP/2017 cujo objeto corresponde a cinco aeroporto com perfil de aviação executiva e táxi-aéreo, a saber: Jundiá, Campinas - Campo dos Amarais, Bragança Paulista, Ubatuba e Itanhaém. Contribuição Variável – foi recolhido aos cofres da ARTESP, entre o período de novembro de 2017 a outubro de 2019, o montante de R\$ 451.642,08. Sendo que 50% do valor é repassado ao DAESP, conforme Portaria Conjunta ARTESP/DAESP nº 01, de 27 de outubro de 2017. Receita Tarifária e Receita Não Tarifária - foi auferido pela VOA SP, entre o período de novembro de 2017 a outubro de 2019, o valor de R\$ 17.382.458,76, referente à arrecadação de receita tarifária e de receita não tarifária. Novas Concessões - Rodovias - Lote Piracicaba/ Panorama - O Maior Lote De Concessão Rodoviária do País: Em julho, a ARTESP lançou o edital de concorrência internacional para concessão do Lote Piracicaba – Panorama. Com previsão de investimentos de R\$ 14 bilhões em obras a serem realizadas ao longo de 30 anos de contrato, o lote contempla 1.273 quilômetros de rodovias que serão modernizadas e ampliadas entre a cidade de Piracicaba, na região de Campinas, e o município de Panorama, no extremo Oeste do Estado. Lote Litoral Paulista: o lote prevê investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões em obras, além de R\$ 2,8 bilhões para a operação e implantação de modernos serviços em trechos das rodovias SP-98 - Mogi-Bertioga, da SP-88 - Pedro Eroles e da SP-55 - Padre Manoel da Nóbrega e Cônego Domênico Rangoni/Rio-Santos. Ao todo, o lote contempla 240 quilômetros de rodovias que atravessam 13 municípios: Miracatu, Pedro de Toledo, Itariri, Peruibe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, Santos, Bertioga, Biritiba-Mirim, Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba e Arujá. Além das rodovias, serão incorporadas duas rodovias de acesso - SPA, da SP-55: a SPA 219/055 e a SPA 344/055. Foram realizadas Audiências e Consulta Públicas e está em fase de adequação para publicação do edital. Ouvidoria Artesp: De janeiro a dezembro, 4.334 manifestações - reclamações, sugestões, denúncias, solicitações de informações e elogios, por meio do e-mail e do sistema da Ouvidoria. De janeiro a outubro, recebemos também, 22.141 mil ligações no 0800 da Agência. No período de janeiro a dezembro - primeira quinzena, a ARTESP recebeu, ainda, 523 solicitações através da Lei de Acesso à Informação. Ações de interação com a sociedade - Lei do Minuto Seguinte: Atendimento emergencial, integral e gratuito na rede pública de Saúde é direito de toda vítima de violência sexual, independente do registro de ocorrência em delegacia de polícia ou fornecimento de qualquer prova da violência sofrida. O Ministério Público Federal - MPF lançou uma campanha nacional sobre os direitos garantidos pela “Lei do Minuto Seguinte”, a Lei nº 12.845/13. Como forma de ampliar a divulgação sobre o assunto, a ARTESP e as concessionárias apoiaram a campanha distribuindo 325 mil folhetos informativos aos usuários das rodovias paulistas sob concessão. Além

disso, também foram veiculadas frases da campanha nos painéis eletrônicos das rodovias e nas redes sociais. Rodovirtua: A ARTESP deu continuidade às ações com o Rodovirtua. Desenvolvido em parceria com o DER, o projeto consiste no uso de óculos de realidade virtual “carregados” com vídeos 360 graus que simulam situações de risco no trânsito - como a combinação de bebida e direção, ultrapassagem perigosa, uso de passarela, velocidade e uso do celular ao volante. Foram realizadas mais de 140 ações, em mais de 37 municípios do Estado de São Paulo, com a participação de mais de 6 mil pessoas. Lacre Solidário: A campanha Lacre Solidário é um projeto socioambiental que tem como principal objetivo ajudar ao próximo. A ação arrecada lacres de alumínio para a troca por cadeiras de rodas, que são doadas para quem precisa. A ARTESP entregou duas cadeiras de rodas obtidas por meio da Campanha. O Lar Vicentino de Assistência à Velhice - São Vicente - SP e a Igreja do Evangelho Quadrangular de Vila das Mercês - São Paulo - SP, foram as instituições indicadas pelos empregados da Agência para receber as doações. Campanha de Vacinação Contra o Sarampo: Em apoio à Secretaria de Estado da Saúde, a ARTESP e as concessionárias do Programa de Concessões reforçaram a comunicação da campanha de imunização contra o sarampo. Os painéis eletrônicos instalados nas rodovias que dão acesso à capital paulista exibiram mensagens alertando para a necessidade de vacinação contra a doença. Foram veiculadas as seguintes frases: “Proteja-se contra o sarampo. Vacine-se!” e “Jovens de 15 a 29 anos. Vacinem-se contra o sarampo”. Junho Vermelho: A ARTESP e as concessionárias de rodovias paulistas participaram da campanha “Junho Vermelho”, em parceria com a Fundação Pró-Sangue. A iniciativa tem o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da doação para recompor os estoques dos bancos de sangue do Estado. Durante todo o mês, as concessionárias exibiram nos painéis eletrônicos a mensagem da campanha: “Seja gentil. Doe sangue. Ajude o próximo! @prosangue”, além de mensagens nas redes sociais. Como parte das ações, a ARTESP também organizou dois dias em que os empregados da Agência puderam doar sangue. Campanha do Agasalho: Campanha do Agasalho é uma iniciativa do Fundo Social do Estado de São Paulo - FUSSP para ajudar quem precisa enfrentar o inverno, com muito calor humano. Arrecadou 81.847 mil peças, com a colaboração das concessionárias que fazem parte do Programa de Concessão e de 36 parceiros espalhados pelo Estado de São Paulo. As doações foram destinadas a 150 instituições. Semana Nacional do Trânsito: a Semana Nacional do Trânsito de 2019, contou com 185 ações educativas, espalhadas por 80 municípios paulistas, que foram desde cafés da manhã nas passarelas para pedestres a peças infantis encenadas em escolas da rede pública, além de atividades com foco nos ciclistas, motociclistas e caminhoneiros, entre outros perfis de usuários da malha rodoviária. Todas as atividades integraram as mais de mil ações promovidas ou apoiadas pelo Governo do Estado na Semana Nacional do Trânsito. Campanha de Doação de Órgãos: A ARTESP e as concessionárias de rodovias apoiaram a campanha de doação de órgãos da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos - ABTO. Durante o mês de setembro, os painéis eletrônicos instalados nas rodovias paulistas concedidas exibiram a mensagem da campanha: “Doe órgãos, doe vida. Avise sua família”. A intenção era a de conscientizar as pessoas e seus familiares sobre a importância de ser um doador e como essa atitude pode salvar muitas vidas. A Agência e as concessionárias reforçaram a mensagem nas redes sociais também. Campanha Pense Rosa - Outubro Rosa: Pelo quarto ano, a ARTESP foi parceira da ONG Orienta Vida na Campanha Pense Rosa. Durante o mês de outubro, todos que passaram pelas rodovias paulistas puderam ver nos painéis eletrônicos a mensagem de alerta sobre a importância da mamografia no combate ao câncer de mama - “Pense rosa! Faça a mamografia! “SOS Mulher: em novembro, a ARTESP e as concessionárias de rodovias paulistas divulgaram nos painéis eletrônicos das rodovias o SOS Mulher, plataforma desenvolvida pelo Governo de São Paulo, que traz informações sobre segurança, saúde e independência financeira para mulheres em situação de vulnerabilidade. Além de informações, há ainda o aplicativo SOS Mulher, da Polícia Militar, que permite pedir socorro em situação de risco apertando apenas um botão. Novembro Azul: Em parceria com a Sociedade Brasileira de Urologia de São Paulo, a ARTESP e as concessionárias de rodovias divulgaram a campanha “Novembro Azul”, que tem o objetivo de conscientizar o público masculino sobre a importância da prevenção ao câncer de próstata. Como parte da campanha, houve a veiculação nos painéis eletrônicos dos 8,4 mil quilômetros de rodovias concedidas da mensagem “Novembro Azul, mês da próstata. Homem também se cuida, faça o exame preventivo”. Agência Reguladora de Saneamento e Energia - ARSESP - é uma autarquia de regime especial, com autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira, que tem por atribuição regular, controlar e fiscalizar, no âmbito do Estado, os serviços de gás canalizado e, preservadas as competências e prerrogativas municipais, de saneamento básico de titularidade estadual e, ainda, por delegação da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, fiscalizar os serviços de energia elétrica. Institucional - Agenda Regulatória: a ARSESP lançou sua Agenda Regulatória - AR, para o biênio 2019-2020, a primeira desde a criação da autarquia. A AR, publicada em 31/1/2019, no Diário Oficial do Estado, apresenta 52 ações regulatórias, organizadas no âmbito das atribuições de cada diretoria da Agência e da Ouvidoria. Os temas versam sobre assuntos institucionais, regulação técnica e fiscalização dos serviços de distribuição de gás canalizado e dos serviços de saneamento básico, regulação econômico-financeira e de relacionamento com usuários dos serviços regulados. A Agenda Regulatória é um importante instrumento de governança e que assegura à sociedade transparência e previsibilidade das ações. Concurso Público: procedeu à admissão de 46 servidores aprovados em concurso público realizado em 2018. Saneamento Básico: São 325 municípios com serviços de saneamento - água e esgoto regulados e fiscalizados pela Arsesp com convênio de cooperação com o Estado de São Paulo, sendo 322 operados pela Sabesp, 1 pela BRK Ambiental Santa Gertrudes S/A, 1 pela Sanequa Mairinque S/A e 1 pela empresa Águas de Cabrália. Regulação de Saneamento Básico: foi dado início a 3 Estudos Técnicos para aprimoramento de regras regulatórias e para atender a compromissos estabelecidos na Agenda Regulatória 2019-2020. Foram ainda emitidas 6 Notas Técnicas e 12 Pareceres Técnicos para atender às demandas internas e externas de concessionárias, usuários e órgãos da administração pública. Foram encaminhadas para Consulta Pública, duas propostas de normatização de aspectos técnicos da prestação de serviços de saneamento e 7 vistorias de cessão de áreas/bens vinculados à prestação dos serviços. Fiscalização dos serviços de saneamento básico: foram realizadas 207 fiscalizações de campo, 238 fiscalizações remotas, emitidos 291 Termos de Notificação, 230 Relatórios de Acompanhamento de Fiscalização e 340 Ofícios de posicionamento dos processos fiscalizatórios. Foram instaurados 15 processos sancionatórios referente aos autos de infração lavrados em função da falta de adequação da conduta do prestador ou da prestação dos serviços às disposições de lei, regulamento ou contrato, constatada na ação fiscalizadora. Energia Elétrica: atuando por delegação e mediante Contrato de Metas Anual, formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a ARSESP possui a competência de fiscalizar os serviços de geração e de distribuição de energia elétrica em todo o Estado de São Paulo, contemplando 7 concessionárias e 12 permissonárias de distribuição, 84 Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs, 3 Usinas Hidrelétricas - UHEs e 269 Usinas Termelétricas - UTEs, além de atuar em Demais Instalações de Transmissão - DIT. Distribuição de Energia Elétrica: as fiscalizações realizadas nas concessionárias contemplam o acompanhamento e controle das ações nas áreas técnica,

comercial e de qualidade do fornecimento da energia elétrica. Desde 2016 foi implementada pela ANEEL uma nova metodologia de fiscalização estratégica aplicada ao segmento de distribuição, composta por etapas de Monitoramento, Análise, Acompanhamento e Ação Fiscalizadora, resultando em 48 Relatórios de Análises e de Acompanhamentos, 12 fiscalizações e 10 Autos de Infração, estes decorrentes de processos de fiscalização realizados em 2018/2019. Nesse ano, a ARSESP elaborou 6 procedimentos de fiscalização e análise de desempenho dos serviços de distribuição de energia elétrica, abordando temas técnicos e comerciais que servirão de base às fiscalizações a serem realizadas não só no Estado de São Paulo, mas também em todo o Brasil. Geração de Energia Elétrica: Em face dos acontecimentos envolvendo o rompimento de barragens, como foi o caso das barragens de Mariana e de Brumadinho, em que pesem não serem específicas do setor elétrico, uma força tarefa foi designada pela ANEEL concentrando esforços e capacitando as agências estaduais conveniadas em fiscalização de barragens. Foram fiscalizados pela Agência 28 PCHs neste escopo, onde são exigidos dos empreendedores a comprovação da elaboração dos Planos de Segurança de Barragens - PSB e Planos de Ação Emergencial - PAE, bem como o encaminhamento destes aos órgãos de Defesa Civil municipal. Gás Canalizado: os serviços de distribuição de gás canalizado foram fiscalizados, tanto no que diz respeito à apuração de Indicadores de Qualidade e Segurança e ao cumprimento de Expansões e Metas estabelecidas nos Contratos de Concessão e/ou nos Processos de Revisão Tarifária, quanto em relação a Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural e a Outras Obrigações Contratuais. A extensão total das redes de distribuição em operação e o número de usuários, atingiram os seguintes valores:

Posição: Setembro

Concessionárias	Redes de distribuição (km)	Nº de Usuários Faturados (medidores)
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	15.936,116	1.278.287
Gás Natural São Paulo Sul S.A. - NATURGY	1.819,127	49.717
Gás Brasileiro Distribuidora S.A. - GBD	1.065,695	15.064
Total Estado de São Paulo	18.820,938	1.343.068

Fonte: Relatório de Situação do Sistema de Distribuição - 3º trimestre

Regulação de Gás Canalizado - foram editadas e publicadas pela ARSESP 44 Deliberações relacionadas ao setor de gás canalizado, incluindo as de reajuste tarifário. Destacamos: Cronogramas de levantamento de ativos da Comgás e GBD - deliberações 850 e 851 e de Eventos do Terceiro Processo de Revisão Tarifária da Comgás - deliberação 901, dos Quartos Processos de Revisão Tarifária da GBD e GNSPS - deliberações 906 e 902; resultado da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás - deliberação 873; acreditação de Laboratórios Químicos utilizados pelas Concessionárias de Gás Canalizado do Estado de São Paulo - deliberação 892; homologações dos Contratos de Uso da Rede de Distribuição firmados entre COMGÁS e PETROBRAS referentes UTEs Fernando Gasparian e Euzébio Rocha - deliberações 895 e 896; autorização da Prestação de Serviços de Distribuição de Gás Natural Canalizado por Rede Local no Município de Orlandia - deliberação 921; resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da COMGÁS - deliberação 933; aprovação do Manual de Elaboração e Avaliação do Programa Anual de P&D tecnológico e C&R do uso de gás natural no Estado de São Paulo - deliberação 937; aprovação prévia do Contrato Firme Inflexível de Compra e Venda de Gás Natural entre Petrobrás e concessionárias - deliberações 943, 944 e 945 e a homologação de contratos de fornecimento de gás canalizado celebrados entre as concessionárias de gás canalizado do Estado de São Paulo e Usuários - Deliberações 863, 890, 908, 918 e 935. A Agenda Regulatória para o próximo biênio 2019-2020, no que se refere aos serviços de gás canalizado, contempla 14 temas desenvolvidos e a serem desenvolvidos a seguir arrolados: Mercado Livre - Deliberações 230/2011, 231/2011, 263/2011, 296/2012, 297/2012 e 430/2013; Troca Operacional entre as distribuidoras de São Paulo - Swap; aprimoramento da Regulação de Projetos de Rede Local; limites de repasse para projetos estruturantes de rede local; montante Mínimo para desenvolvimento do programa de P&D e C&R para o ciclo 2019/2020; Programa de P&D e C&R para o ciclo 2019/2020; atividades atípicas, acessórias e correlatas - Deliberação 571/2015; TUSD-E; TUSD - Mercado Livre; separação dos itens que compõe a conta de gás dos grandes usuários; leilões de Suprimento de Gás; rede dedicada de Biogás e Biometano; viabilidade Econômica para conexão de produtor de Biometano; elaboração e remessa do Plano Quinquenal de Investimentos e Obras - Portaria CSPE 144/2001. Dos 14 temas previstos para a Agenda Regulatória do biênio 2019-2020, 2 encontram-se em Consulta Pública, 4 foram concluídos e 8 serão desenvolvidos no ano de 2020. Fiscalizações da Diretoria da área de gás canalizado área de Regulação de gás canalizado: Projetos P&D e C&R, 11 fiscalizações. Projetos de Rede Local, 1 fiscalização; Área de Fiscalização de gás canalizado: foram abertos 213 processos administrativos de fiscalização, sendo 191 fiscalizações internas e 22 de campo. As fiscalizações abrangeram qualidade do atendimento comercial, qualidade do produto e do serviço, segurança no fornecimento e outras obrigações contratuais. Serviço de Atendimento ao Usuário - SAU: foram registradas 367.537 manifestações no Serviço de Atendimento ao Usuário, sendo 76% de energia elétrica, 15% de saneamento básico e 9% de gás canalizado. No setor de energia elétrica, 87% referem-se à solicitação de informação e 13% à reclamação. Já no setor de saneamento básico, esses índices alcançaram 95% e 5% e, no setor de gás canalizado, 93% e 7%, respectivamente. Base: janeiro a novembro. Regulação Econômico-Financeira e de Mercados - Saneamento Básico, Energia Elétrica e Gás Canalizado - Saneamento - Definição dos critérios e condições para o reconhecimento tarifário do repasse de parcela da receita direta dos prestadores, regulados pela ARSESP, aos fundos municipais de saneamento básico; reajuste tarifário anual da Sanequa Mairinque S/A, no município de Mairinque; alteração nos cronogramas de reajuste tarifário nos Municípios de Diadema, Iperó, Pereiras, Santa Branca e Santa Isabel, operados pela Sabesp - passaram a ser reajustados na data base geral da SABESP; reajuste tarifário anual da SABESP; aprovação dos planos de adequação tarifária nos Municípios de Aguiá, Guarulhos, Saltinho, Santo André e Tapiratiba; início do processo de revisão da estrutura tarifária da Sabesp; Segunda Revisão Tarifária Ordinária da BRK Ambiental Santa Gertrudes S.A., no Município de Santa Gertrudes; reajuste tarifário anual de Águas de Cabrália Paulista SPE, no Município de Cabrália Paulista; divulgação de cronograma de eventos para a 3ª Revisão Tarifária Ordinária da SABESP; definição da metodologia e critérios gerais para atualização da base de remuneração regulatória para 3ª Revisão Tarifária Ordinária da SABESP; início do processo da 2ª Revisão Tarifária Ordinária da Sanequa Mairinque, no Município de Mairinque; reajuste tarifário anual no município de Lins, operado pela SABESP; desenvolvimento de estudos internos de inteligência de mercados, considerando análise de competitividade e mercados potenciais; processos de fiscalizações econômico-financeira: Realizadas em campo, 11 fiscalizações econômico-financeira e de ativos, no setor de Saneamento; Gás Canalizado -

Finalização da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da COMGÁS e determinação de TUSD e TUSD-E para o mercado livre; Reajuste tarifário anual da margem de distribuição, TUSD e TUSD-E da Comgás e atualização da parcela de custo do gás nas tarifas; Reajuste tarifário anual da margem de distribuição da Gás Natural São Paulo Sul S.A. e atualização da parcela de custo do gás nas tarifas; Início do processo da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Gás Brasileiro – GBD; reajuste tarifário anual - provisório, da margem de distribuição da Gás Brasileiro – GBD e atualização da parcela de custo do gás nas tarifas; início do processo da Quarta Revisão Tarifária Ordinária da Gás Natural São Paulo Sul S.A. – NATURGY; 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás; postergação de cronograma de levantamento de ativos e conciliação com registros contábeis da concessionária Gás Natural São Paulo Sul – NATURGY; início dos processos de fiscalização do laudo de ativos da COMGÁS, Gás Brasileiro – GBD e Gás Natural São Paulo Sul – NATURGY.

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Política Habitacional e Diretrizes da Gestão - A Secretaria Estadual da Habitação, por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU e da Agência Paulista de Habitação Social - Casa Paulista, empenhou todos os esforços para cumprir as metas estabelecidas no PPA 2016-2019. Com os desafios trazidos pela conjuntura político-econômica nos últimos anos, que prosseguiram em 2019, a Secretaria empenhou-se na consecução de seus objetivos e metas de atendimento às demandas de habitação de interesse social no Estado de São Paulo e avançou em medidas para aprimoramento dos processos de governança, gestão e integração das ações da pasta e com outros agentes parceiros e financeiros. Tendo como base as orientações previstas no Plano Estadual de Habitação 2011-2023, prosseguiu na busca de realização de suas diretrizes estratégicas em duas vertentes complementares: Ações Corretivas e Fomento e Provisão de Moradias: *Ações Corretivas*: Ação estratégica em áreas de risco; urbanização de favelas e assentamentos precários; habitação sustentável no litoral paulista; Cidade Legal: apoio à regularização fundiária - Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais. *Fomento e Provisão de Moradias*: FPHIS – Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social / Casa Paulista; Ações de provisão habitacional; PPP/Parcerias.

Governança e Gestão da Política Habitacional - Dentre as ações institucionais que a pasta tem empreendido, destacam-se: Governança da CDHU - Sempre buscou manter boas práticas de governança corporativa e conformidade, prezando pela transparência com todas as suas partes interessadas. A partir da criação da Lei 13.303/2016, que estabelece mecanismos para ampliar e aprimorar a transparência e práticas de governança nas empresas estatais, a Companhia passou a tomar as providências necessárias para se adequar às novas exigências, fortalecendo sua estrutura organizacional. A lei estabelece regras de divulgação de informações, práticas de gestão de risco, exigência de código de conduta, formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade de suas ações, além de definir como devem ser constituídos os conselhos e os requisitos mínimos para nomeação de dirigentes. A governança está estruturada por meio de um corpo diretivo do qual fazem parte a presidência e cinco diretorias, além de superintendências e gerências, com funções específicas relacionadas às suas áreas de atuação. Todo o processo de seleção e nomeação para cargos de confiança, incluindo o mais alto órgão de governança, acontece com foco nos requisitos de competência para o exercício das atividades. Objetivando fortalecer ainda mais a sua estrutura de governança corporativa, contratou uma empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoramento e consultoria técnica necessária à implantação das áreas de Auditoria Interna, de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controles Internos, cujos trabalhos iniciaram em maio, com previsão de 10 meses para a execução, compreendendo: O desenvolvimento de metodologia de auditoria interna, revisão de controles e gestão de riscos utilizando a estrutura COSO – *The Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission*; levantamento de procedimentos e controles; Desenvolvimento de programa de testes e realização de análises; Elaboração e atualização de normas e procedimentos de cada processo; Treinamento e capacitação de servidores. *Ações de qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social* - Dentre as ações de qualidade e sustentabilidade promovidas pela pasta, destacam-se: Pelo décimo ano consecutivo, o Relatório de Sustentabilidade. Neste relatório – que corresponde ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 - são apresentadas informações das principais ações realizadas pela Companhia, sua forma de gestão e o relacionamento com as partes interessadas. Para este Relatório, adotou os princípios e as diretrizes da *Global Reporting Initiative – GRI* e da *International Integrate Reporting Council – IIRC*, apresentando um relato integrado, estruturado em 6 capitais: Manufaturado, Humano, Intelectual, Social, Natural e Financeiro. O desenvolvimento dos trabalhos do Comitê de Inovação e Sustentabilidade visaram a implantação dos projetos previstos em 2018 envolvendo novos padrões habitacionais e urbanísticos e, nas áreas de reuso de águas pluviais, controle e aproveitamento de resíduos da construção e soluções sustentáveis de drenagem urbana. O projeto piloto do empreendimento - Campos do Jordão I - está em fase de projeto, sendo previsto o início das obras para 2020. Os resultados apresentados pelas ações do Comitê de Sustentabilidade na área de eficiência energética, racionalização de uso de água e medição de insumos e resíduos nos canteiros de obras, mantiveram seu padrão de eficiência e atendimento às expectativas dos projetos apresentados. Na área de eficiência energética, foram instalados de 2009 até 2018, 82.906 Sistemas de Aquecimento Solar, tanto por meio de parcerias com concessionárias como com recursos próprios, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 122 milhões, levando a uma economia projetada de 18.239 KWH/mês. Neste ano foi concluído o objeto do convênio celebrado entre a Secretaria da Habitação/CDHU e Secretaria da Energia e Mineração que teve como objetivo fomentar a implantação do sistema fotovoltaico nas unidades habitacionais e viabilizou o desenvolvimento dos projetos-piloto que foram implantados e monitorados, os quais apresentaram ótimos resultados, conforme dados sintetizados abaixo: Empreendimento Pontes Gestal F - 14 residências: foram instalados 14 sistemas de microgeração distribuída de 1,0 kWp com 4 módulos fotovoltaicos de 255W. O Resultado da Avaliação dos Consumos médios dos Empreendimentos comparando o período de março de 2016 a fevereiro de 2017 em relação ao período de março de 2017 a fevereiro de 2018 mostra uma redução de 54,3%, que representa uma redução de consumo de 54,3% - de 131 kWh/mês para 60 kWh/mês, em valores representa uma economia média de R\$ 36,45, ou seja, 53,6% de redução no valor. Empreendimento Elisário C2 - 8 residências: foram instalados 8 sistemas de micro geração distribuída de 0,5 kWp com 2 módulos fotovoltaicos de 265W em 6 casas e, em 2 casas foram instalados módulos de 330W. O Resultado da Avaliação dos consumos médios do Empreendimento comparando o período de abril de 2016 a fevereiro de 2017 com abril de 2017 a fevereiro de 2018 mostra uma redução em valor de R\$ 12,18 que representa 16,9% do valor, em consumo a redução representa para: Residências com consumo menor que 115 kWh/mês - redução de 29,6%; Residências com consumo entre 115 e 170 kWh/mês - redução de

34,5% e Residência com consumo acima de 220 kWh/mês - redução de 13%. Nos dois Projetos Piloto a geração de energia está sendo maior do que estimada, comprovando a sua eficácia. No ano, entregou até 20/12/20, 16 empreendimentos com 975 unidades habitacionais beneficiadas com o sistema fotovoltaico, e está previsto para o ano de 2020 a entrega de 76 empreendimentos com 5.702 unidades habitacionais com sistema fotovoltaico. Todos os projetos com sistemas fotovoltaicos estão sendo dotados também de lâmpadas LED, que reduzirão ainda mais o consumo dos mutuários. Todas as unidades habitacionais iniciadas no ano já contam com o sistema fotovoltaico, inclusive os empreendimentos em parceria com a Caixa. Quanto às ações de racionalização do uso da água deuse prosseguimento a: Individualização de medição de água nos conjuntos habitacionais multifamiliares; utilização de equipamentos redutores de consumo de água: bacias sanitárias tipo VDR - volume de descarga reduzido e torneiras com arejadores/redutores de fluxo de água. Soluções de aproveitamento das águas de chuva nas descargas também estão em estudo para serem implantados nos novos empreendimentos. No Empreendimento de São Sebastião F, foram implantadas cisternas que armazenam a água de chuva e estão diretamente interligadas nas bacias sanitárias para reduzir o volume de água consumido da concessionária ao final do mês. Esse sistema está sendo monitorado e a média de economia com água pluvial, no último período apresentado - setembro, foi de 12,0%, bem como, os resultados obtidos nos ensaios físico-químicos, demonstraram que a água analisada - água pluvial coletada na cisterna - não é potável, e não é contaminante, sem prejuízos para a saúde humana e animal, conforme ensaios apresentados. O projeto piloto em Campos do Jordão vem sendo desenvolvido com dispositivos que possibilitam uma Infraestrutura verde - quanto à drenagem, técnicas de design que simulam os processos naturais a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão da água, desacelerando seus fluxos, reduzindo os escoamentos superficiais ou o impacto das secas e purificando a água. Esse empreendimento receberá também sistema fotovoltaico para geração de energia, sistemas solares de aquecimento de água, além da implantação sistemas de aproveitamento da água de chuva e implantação de reciclagem de óleo e lixo. Quanto ao gerenciamento das medições e registro de informações de geração de resíduos, consumo de água e energia elétrica nas obras habitacionais, há registro descentralizado em todos os canteiros de obras. Os dados têm sido lançados no sistema Gestão de Empreendimentos – GEM e estão gerando indicadores para consumo de água, energia elétrica e produção de resíduos nos canteiros de obra dos empreendimentos habitacionais. Premiações - A CDHU recebeu os seguintes prêmios - Prêmio ABC Habitação Selo de Mérito na categoria: Novas tecnologias ou sistemas alternativos a serviço da HIS - Mapeamento de Assentamentos Precários nas Regiões Metropolitanas. Prêmio IAB - SP - Instituto dos Arquitetos do Brasil - São Paulo - O projeto elaborado para o empreendimento SP-Campo Belo A-B foi premiado na categoria Habitação de Interesse Social. Processo de aprimoramento dos instrumentos de gestão e operação da política de atendimento e planejamento habitacional - Planos Metropolitanos de Desenvolvimento Habitacional - Mapeamento de Assentamentos Precários e Planos Regionais de Habitação - Câmaras Temáticas de Habitação dos Conselhos Regionais. De modo a qualificar o diagnóstico habitacional nas regiões metropolitanas, incorporando informações territoriais de necessidades habitacionais que orientem a definição de programas e linhas de ação, teve prosseguimento, o trabalho em parceria com a Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM e os municípios participantes da Câmara Temática de Habitação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista - Condesb. Este trabalho alcançou avanços expressivos, seja na estruturação de variáveis e conceitos para caracterização de assentamentos precários, seja no mapeamento dos assentamentos dessa região, com informações inseridas no Sistema de Informações Metropolitanas, da Emplasa, avançando em sua qualificação e na construção de critérios para definir prioridades de ação e recebeu o Prêmio ABC Habitação - Selo de Mérito em 2019. Para suporte às ações do projeto, os Conselhos da Baixada e Campinas aprovaram a contratação da Emplasa para fornecimento do suporte da ferramenta de mapeamento SIM e a CDHU a contratou para o suporte na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP. Com relação ao desenvolvimento metodológico, a CDHU constitui o agente técnico e contratou para subsidiá-la a Universidade Federal do Grande ABC - UFABC, apresentou estudo de estimativa do déficit dentro e fora dos assentamentos precários, tendo como área-piloto da metodologia a Baixada Santista. Como resultado desse trabalho foi registrada solicitação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para fornecimento das informações disponíveis para o novo censo. Os resultados subsidiaram a elaboração de - Subsídios ao Plano Metropolitanos de Habitação da Baixada Santista - elaborado por meio de cooperação CDHU/AGEM. O produto da Baixada Santista constitui referência para os trabalhos em desenvolvimento e a desenvolver nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, respectivamente. Nas regiões metropolitanas de São Paulo – RMSP e Campinas – RMC o projeto iniciou-se em 2017, com a apresentação aos Conselhos de Desenvolvimento das Regiões, tendo sido acordado que será desenvolvido por meio de trabalhos nas Câmaras Temáticas de Habitação. Na RMSP esse processo desenvolveu-se ativamente em 2018, na Câmara Temática de Habitação e por meio de oficinas e workshops técnicos durante o ano, resultando em produto inicial dos assentamentos precários na região. Na RMC os trabalhos deverão ser retomados. Política Estadual de Reassentamento Habitacional - Culminando um processo de trabalho desenvolvido com suporte das equipes da CDHU, a Secretaria consolidou e publicou, em maio de 2017, a Resolução SH 24, que regulamenta a política de reassentamento habitacional no âmbito da política de habitação de interesse social do governo do Estado de São Paulo, definindo diretrizes e procedimentos operacionais a serem observados pela SH/CDHU e pelos órgãos executores e parceiros, de modo a promover as melhores práticas nesse foco de atendimento. Além disso, a normativa orienta e organiza condicionantes e critérios para essa política pública fundamental, cada vez mais importante para ações de recuperação urbana e ambiental nas grandes concentrações urbanas e contribui de forma significativa para a integração das políticas públicas urbanas e habitacionais, favorecendo o acesso à cidade e a melhoria das condições socioambientais, com benefícios à população e à sociedade. Foi desenvolvida a norma e procedimentos da CDHU para atendimento vinculado a reassentamento habitacional, que estabelece diretrizes e procedimentos para atendimento habitacional de interesse social às famílias residentes em assentamentos irregulares e precários e afetadas por ações públicas que demandam reassentamento habitacional. A necessidade de elaboração de uma norma específica para demanda fechada de reassentamento se impôs, considerando a natureza dos processos de reassentamento, caracterizados pelo atendimento do conjunto de famílias residentes no território objeto de ação do poder público e pela desocupação compulsória, destacando-se a garantia do planejamento adequado da intervenção. Neste sentido também foram concluídas as seguintes Normas em 2019: NP 10.08, com vigência a partir de 6/11/2019 - Atendimentos Vinculados a Reassentamento Habitacional em Ações com Órgãos da Administração Municipal, e NP 10.07 - Concessão de Auxílio Moradia Provisório. Planejamento Estratégico - Plano de negócios 2020 e estratégia até 2024 - Com base nos trabalhos de

planejamento estratégico da CDHU, e tendo a referência das diretrizes do Plano Estadual de Habitação - PEH-SP - 2011-2023, apresentou ao Conselho de Administração, na sua última reunião anual, pelo quarto ano consecutivo, o Plano de Negócios e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para os próximos cinco anos, conforme exigências da Lei Federal nº13.303/2016 – Lei das Estatais – em continuidade aos elaborados para 2017, 2018 e 2019, tendo também aferido a realização das metas do Plano de Negócios do exercício atual. Esse instrumento consolida o planejamento gerencial, com foco estratégico, e reitera a ênfase no monitoramento e avaliação orçamentária, a visão da carteira da CDHU, como ativo fundamental, a importância da continuidade dos esforços para redução da inadimplência e captação de recursos, além de iniciativas voltadas à normatização da política de atendimento da Companhia, passando a incluir para 2020 as novas perspectivas de atuação com a prestação de serviços de desenvolvimento urbano. Ação estratégica em áreas de risco e áreas invadidas - Estão sendo realizados na Cia., estudos para o atendimento às famílias moradoras em áreas de risco e áreas invadidas, através da construção de unidades habitacionais, que serão concluídas pelos respectivos moradores e que contarão com assessoria técnica da CDHU. Esse trabalho está alinhado com as ações do Decreto Estadual São Paulo nº 57.512/11; 3ª Conferência da ONU para Gestão de Riscos de Desastres - Sendai 2015 e AGENDA 2030 – 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Ações gerenciais da CDHU para captação de recursos e diminuição dos índices de inadimplência - Com o intuito de intensificar as ações de cobrança, prestar um atendimento mais ágil e adequado aos seus mutuários e, também, melhorar a qualidade da carteira imobiliária, elaborou um modelo de trabalho, incluindo a atuação de 4 Consórcios contratados, que, além da Regularização Financeira, atuaram também no sentido da Regularização Contratual de Ocupação nos empreendimentos da CDHU, oriundos do resultado dos diagnósticos realizados em 2018. Outras ferramentas de apoio à realização dos trabalhos mereceram atenção no sentido de otimizar e/ou customizar suas funcionalidades, dentre as quais, destacam-se: Sistema CRM para a realização do atendimento aos mutuários e registros das informações; base cadastral dos mutuários da Companhia, para auxiliar na atuação do Call Center - 0800; introdução de melhorias na execução das atividades desenvolvidas pelo Call Center nos procedimentos de discagem automática, possibilitando uma atuação mais ágil no contato ativo com os mutuários da Companhia; aplicativo da CDHU em smartphones, efetuando acordos e possibilitando a emissão de 2ª via de prestações. Facilitando ainda mais aos mutuários em situação de atraso, a CDHU, no âmbito de Campanha de Regularização Financeira, aprovou condições diferenciadas de negociação, tais como: para pagamento integral - à vista, são excluídos os juros e correções; para acordo de prestações entre 2 a 11, acordo sem entrada, ou, para quem tinha acordo anterior, possibilidade de efetuar reacordo com entrada de 1 prestação; de 12 a 36 prestações, entrada de 5% do total do débito e acima de 36 prestações, entrada de 10% do total do débito. Além disso, foram utilizados os serviços da imprensa para divulgação da Campanha e encaminhamento de avisos de cobrança sistematizados, informativos sobre a página de regularização no site da Cia., envio de boletins com a melhor condição de acordo, apoio da equipe do Call Center, por meio de ações de ligações ativas e envio de SMS. Também foram agendadas e realizadas audiências de conciliação - CEJUSC, nas quais os mutuários que não dispõem de recursos para pagar a entrada, mediante agendamento prévio, compareciam para formalizar o parcelamento, com condições especiais. Quanto à inadimplência, considerando os mutuários em atraso superior a 3, em outubro, o percentual foi de 18,08%, contra 19,88% em 2018.

Posição da carteira em 31/10:

Créditos ativos	Inadimplência	Adimplência
296.078	53.550 (18,09%)	242.528 (81,91%)

- Arrecadação Total* = R\$ 637.917.889,35.

(*) valor referente a prestações recebidas no mês, antecipadas e atrasadas, acrescido das quitações, indenizações de seguros, FGTS e leilões.

Ações sociais em habitação - Trabalho Técnico Social em urbanização de favelas e áreas urbanas degradadas - O TTS em favelas e assentamentos precários durante o ano foi desenvolvido em 18 núcleos de favelas, situados em 10 municípios abrangendo cerca de 21 mil famílias e envolvendo projetos de: requalificação urbana com intervenção direta da CDHU, por meio da urbanização das áreas e/ou remoção e reassentamento das famílias; convênios com outros órgãos para implantação de projetos de mobilidade urbana, habitação, saneamento, e outros; recuperação ambiental em programas de governo e regularização fundiária de áreas urbanizadas ou consolidadas. As ações de urbanização remoção e reassentamento de famílias em projetos de requalificação urbana com intervenção direta da CDHU ocorreram nos projetos Vicente de Carvalho II em Bertioga, Guarulhos C-Pimentas, Jardim Santo André e Hortolândia - A3. Nesse contexto, destaca-se o trabalho realizado com famílias que se encontram em auxílio-moradia - a maior parte proveniente dos projetos Jardim Santo André e Marginal Tietê, por meio da oferta de unidades comercializadas via aplicativo Kaizala e do apoio à viabilização de cartas de crédito, envolvendo ações de atendimentos sociais presenciais, dentre outras atividades necessárias para apoiar as famílias a concluir o processo de atendimento habitacional. Nos projetos de convênios com outros órgãos públicos, foram realizadas ações para remoção e reassentamento de famílias nos convênios com a CPTM linhas 9 e 13, com a Secretaria de Transporte Metropolitano – STM - linha 6, com o Metrô linhas 5,15 e 17, com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para implantação do Hospital Pérola Byington e com o DAEE para implantação do Parque Várzeas Tietê no município de Guarulhos. No que se refere às ações de recuperação ambiental em programas de governo, as principais atividades foram desenvolvidas no âmbito do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar nos municípios de Cubatão, Ubatuba e São Sebastião e tiveram como foco os atendimentos sociais, vistorias e visitas domiciliares, acompanhamento do processo de comercialização e mudança das famílias e também suporte técnico à equipe de projetos. As ações de apoio à regularização fundiária ocorreram nos Projetos Centreville, Jardim Santo André - no núcleo Cruzado, Guarulhos C-Pimentas - no setor 1, em São Bernardo do Campo núcleo DER, Hortolândia A1 e A2 e Cota 200 em Cubatão - Programa Serra do Mar. Envolveram atividades de pactuação dos lotes por meio de reuniões com lideranças locais, arrolamento e mapeamento de lote na visão dos moradores, atendimentos individuais e mediação de conflitos, quando da contestação das dimensões e perímetro do lote. Além dos quatro blocos de projetos acima mencionados, também foram realizadas ações pontuais, sendo algumas decorrentes de decisões judiciais, tais como atividades de arrolamento e caracterização socioeconômica de famílias na ocupação Parque Chico Mendes no município de Guarujá e em áreas situadas dentro do Parque Estadual da Serra do Mar, ao longo da margem do Rio Cubatão. Houve também a remoção de edificações em situação de risco no entorno do CH Itaquera B - Rua Grevília. Nos 18 núcleos dos projetos acima mencionados - envolvendo um

total de 21 mil famílias, foram realizados 10.952 atendimentos sociais às famílias - envolvendo atendimentos presenciais, ações de mobilização, vistorias e visitas domiciliares - além de 539 reassentamentos e 400 remoções. No que se refere às atividades de fomento à Organização Comunitária e Desenvolvimento Local – OCDL, elas se concentraram em 6 eixos de atuação: participação e organização comunitária, pós-urbanização, arte-educação, comunicação comunitária, educação ambiental e economia solidária. Este trabalho ocorreu em quatro projetos ou áreas de intervenção: Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, Guarulhos-C Pimentas, Jardim Santo André e Pantanal. Ao todo, foram 21 projetos de OCDL, que tiveram como objetivo promover o desenvolvimento local por meio do fortalecimento do tecido comunitário e da identidade local, da promoção da cidadania, da valorização das potencialidades/vocações do território, bem como o estabelecimento de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais que possam atuar na sustentabilidade da intervenção e das atividades. Destaca-se, ao longo de 2019, a atuação articulada dos diversos projetos de OCDL, por meio de uma rede colaborativa de equipes sociais, participantes dos projetos sociais e instituições parceiras, o que possibilitou o intercâmbio de experiências e aprendizados, o estabelecimento de parcerias e a consolidação do trabalho de desenvolvimento local. A equipe técnica social investiu mais em ações para o fortalecimento da gestão, acompanhamento e monitoramento da execução do Trabalho Técnico Social – TTS, cujas ações podem ser organizadas em quatro principais tipos de atividades: consolidação e institucionalização da metodologia de TTS, como, por exemplo, o desenho e a normatização dos macroprocessos das ações de intervenção em favela e das ações de OCDL, a padronização de procedimentos e o desenvolvimento de sistemas; produção de conteúdos institucionais sobre o TTS, com destaque para o vídeo sobre OCDL; suporte à gestão do TTS, sobretudo por meio da elaboração de balanços, notas técnicas e relatórios, atendendo solicitações de diversos órgãos públicos; realização de levantamentos, monitoramento e avaliação, tal como a pesquisa de avaliação de impacto socioeconômico do Programa Serra do Mar. Trabalho Técnico Social – TTS de pré-ocupação e pós-ocupação em Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social - divide-se em três conjuntos de ações estruturadas em processos de negócio, caracterizados pela natureza do cliente atendido: *Processo 1* – Trabalho Técnico Social de pré-ocupação e pós-ocupação em empreendimentos habitacionais de interesse social construídos pela CDHU - visa à consolidação do sentimento de pertencimento dos moradores ao novo espaço, o que gera a valorização do imóvel, a fixação e a permanência das famílias na nova moradia, a diminuição da inadimplência e, tendo como decorrência, o incremento de receitas, para o investimento em novas unidades habitacionais. Para isso, são realizadas ações sociais de pré-ocupação e pós-ocupação em empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS, construídos pela Companhia e no bairro onde este se instala, permitindo a correta orientação das famílias beneficiárias, tanto no que diz respeito ao uso das unidades habitacionais, quanto à organização comunitária e ao acesso à serviços e equipamentos públicos. A metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho oportuniza a integração e familiarização dos moradores com o novo território, fomentando o conhecimento do seu entorno, os serviços públicos já oferecidos e aqueles que deverão ser implantados. Estimula, também, o desenvolvimento de laços comunitários e o estabelecimento de uma rede de apoio e colaboração e, ainda, o uso adequado da unidade habitacional. O trabalho é executado por equipes técnicas multidisciplinares e inicia-se três meses antes da entrega do empreendimento - pré-ocupação. A execução do TTS na fase de pré-ocupação corresponde às ações iniciais de levantamento de informações secundárias e primárias sobre a demanda e macroárea de intervenção, contato e entrevistas com lideranças locais, reuniões com as famílias beneficiárias e gestores dos equipamentos públicos e comunitários do território, bem como as ações de articulação intersetorial, visando à inclusão social, o acesso a direitos sociais e a integração territorial da população a ser atendida. Concerne também a interface com a comercialização da CDHU, no apoio ao cadastramento, sorteio, realização de entrevista, análise socioeconômica, escolha de endereços, coleta de assinatura nos instrumentos contratuais, entrega de materiais e entrega das chaves para as famílias. Após a mudança das famílias para o conjunto habitacional é realizado o TTS de pós-ocupação, executado dentro de um período mínimo de seis meses em empreendimentos horizontais e máximo de doze meses em empreendimentos verticais, salvo avaliação da equipe técnica sobre a necessidade da continuidade das ações sociais para cumprimento do plano de trabalho e alcance dos resultados desejados. É importante observar que cada conjunto habitacional demanda um eixo de atuação específico, sendo assim, a estratégia utilizada na operacionalização do trabalho na fase de pós-ocupação das famílias no conjunto habitacional, ancora-se em quatro eixos de atuação: Orientação Social; Organização Condominial; Gestão Condominial e Regularização Fundiária.

Resultados Alcançados - No quadro síntese abaixo se apresenta os resultados da atuação da CDHU, referentes aos eixos de trabalho do Processo 1 – Trabalho Técnico Social de pré-ocupação e pós-ocupação em HIS construídas pela CDHU.

Eixo	Conjuntos Habitacionais	Famílias Atendidas	Síntese de Atividades	Principais Ações Desenvolvidas
Orientação Social	74	7.790	219 Ações / Oficinas / Projetos desenvolvidos 306 Atividades de suporte desenvolvidas	26 Técnicas(os) Municipais capacitadas(os) (PPM)
Organização Condominial	17	2.573	316 Ações / Oficinas / Projetos desenvolvidos 499 Atividades de Suporte desenvolvidas	53 Condomínios Instalados 30 CNPJs obtidos 70 Assembleias realizadas 180 Capacitações de Corpo Diretivo
Gestão Condominial	23	4.307	346 Ações / Oficinas / Projetos desenvolvidos 426 Atividades de Suporte desenvolvidas	
Apoio Regularização Fundiária	10	4.078	108 Ações / Oficinas / Projetos desenvolvidos 212 Atividades de Suporte desenvolvidas	
Ação TTS RCO	5	2.956	5 Ações / Oficinas / Projetos desenvolvidos 15 Atividades de Suporte desenvolvidas	-
Intervenção Pontual	8	2.313	10 Ações / Oficinas / Projetos desenvolvidos 28 Atividades de Suporte desenvolvidas	-
Total	137	24.017		

*Dados referentes ao período de janeiro a novembro de 2019.

Destaca-se ainda, dentro do eixo de Orientação Social, o desenvolvimento do Programa de Parceria com Municípios – PPM, por meio do qual foram realizadas capacitações dos técnicos municipais e o acompanhamento da execução do TTS desenvolvido pelas cidades conveniadas. É

oportuno ainda evidenciar, dentro do PPM, a realização de 2 eventos, nos município de Rio Preto em junho e Marília em outubro, que destacaram as experiências exitosas na realização do trabalho, a partir dos indicadores de resultado do TTS em empreendimentos da CDHU.

Projetos Especiais desenvolvidos nos empreendimentos da CDHU - Observa-se ainda que, durante o desenvolvimento do TTS, a CDHU executou projetos especiais, para responder a demandas específicas e identificadas no curso do trabalho: Projeto Social CDHU - Esporte, Lazer e Cidadania desenvolvido em 6 empreendimentos, impactando 2.502 famílias. Projeto Férias com Letrinhas - II Campanha de Arrecadação de Livros Infante-Juvenis realizado em 5 empreendimentos habitacionais, impactando 2.339 famílias. Programa Via Rápida Emprego CDHU - realizado em 4 empreendimentos habitacionais. *Processo 2* - Prestação de serviços de execução do TTS de pré-ocupação e/ou pós-ocupação em empreendimentos atendidos por meio de convênios ou contrato. A prestação de serviços de execução do TTS em empreendimentos atendidos por meio de convênios ou contrato estabelecidos entre a CDHU e governos e/ou autarquias municipais, estaduais, federais e órgãos internacionais, objetiva a elaboração e/ou execução de planos e projetos de Trabalho Técnico Social de pré-ocupação e/ou pós-ocupação voltado às famílias atendidas em empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS. Importante ressaltar que, neste processo, a CDHU oferece suporte técnico ao ente conveniado ou ao contratante, na elaboração dos instrumentos de planejamento do TTS, dentro das diretrizes e normativas estabelecidas nos convênios e contratos firmados. Os planos do TTS constituem-se em instrumentos de gestão que definem as estratégias para execução, controle, monitoramento e encerramento dos projetos. São as linhas de base para o desenvolvimento do trabalho e contém informações gerais do que se pretende realizar. O escopo do TTS é definido pelo ente conveniado ou contratante e o período de execução é descrito no convênio ou no contrato firmado. A execução do TTS de pré-ocupação é direcionada às famílias demandadas para empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS, ou que aguardam atendimento habitacional definitivo - atendimento habitacional provisório. A execução do TTS corresponde ao conjunto das ações iniciais de contato e entrevistas com lideranças locais, reuniões e oficinas com as famílias beneficiárias e gestores dos equipamentos públicos e comunitários da área de intervenção, bem como as ações de articulação intersetorial, visando à inclusão social, o acesso a direitos sociais e a integração territorial da população a ser atendida. Concerne também ao acompanhamento técnico social das famílias em atendimento habitacional provisório, por meio de orientações individualizadas para informações sobre a concessão de benefício financeiro, para custeio de parte das despesas com o aluguel da moradia - auxílio moradia e em reuniões educativas e informativas. A execução do TTS de pós-ocupação corresponde ao conjunto de ações e estratégias de organização comunitária, articulação das forças locais e pactuações sociais orientadas para ambientação da família ao novo espaço, propiciando condições adequadas de convivência no novo ambiente, aspirando, ainda, o desenvolvimento local da área de implantação do empreendimento habitacional. Nas HIS condominiais são introduzidas, simultaneamente, ações focadas nas responsabilidades que envolvem o condomínio, voltadas à orientação para a gestão participativa, legalização do condomínio e capacitação da nova gestão. Durante o ano, a CDHU executou as ações previstas nos convênios estabelecidos com municípios paulistas, por meio do PMCMV e DERSA.

Resultados Alcançados - No quadro síntese abaixo se apresenta os resultados da atuação da CDHU, referentes aos eixos de trabalho do Processo 2 - Prestação de serviços de execução do TTS de pré-ocupação e/ou pós-ocupação em empreendimentos atendidos por meio de convênios ou contrato.

Convênio	Conjuntos Habitacionais	Famílias Atendidas	Principais Ações Desenvolvidas
DERSA (pré-ocupação)	não se aplica	678	198 acompanhamentos de emissão de Carta de Crédito 24 encaminhamentos para habilitação de Carta de Crédito 4 orientações e acompanhamentos da mudança para unidade habitacional
DERSA (pós-ocupação)	2	451	5 oficinas socioeducativas 5 capacitações do Corpo Diretivo
PMCMV (pré e pós-ocupação)	53	4.725	51 Inscrições, Sorteio e Habilitação 53 Planos de Trabalho Técnico Social – Preliminar 44 Planos de Trabalho Social 7 Planos de Desenvolvimento Socioterritorial 51 TTS de Pré-Ocupação 7 TTS de Pós-Ocupação
Total	55	5.854	

*Dados referentes ao período de janeiro a novembro de 2019.

Processo 3 – Prospecção, captação e gestão de parcerias para promoção do desenvolvimento social em empreendimentos habitacionais da CDHU ou contratos e convênio: As ações de prospecção, captação e gestão de parcerias para o desenvolvimento do trabalho de pré-ocupação e pós-ocupação em empreendimentos da CDHU ou conveniados, visam ao estabelecimento de ações conjuntas de curto, médio e longo prazo, com outras instituições e associações públicas ou privadas, focadas na melhoria dos resultados alcançados com o TTS e na complementariedade de esforços no desenvolvimento das ações propostas.

Resultados Alcançados - o quadro síntese abaixo apresenta-se os resultados da atuação da CDHU, referente ao Processo 3.

Parceria	Objetivos	Complementariedade de resultados	Programas	Status da parceria
CDHU/Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Incrementar a renda das famílias, por meio de programas de qualificação profissional e/ou empreendedorismo	- CDHU permitirá a capilaridade da SDE junto às famílias dos empreendimentos habitacionais - SDE potencializará as ações do TTS referente ao trabalho de Geração de Trabalho e Renda.	- Empreenda Rápido - Time do Emprego - Via Rápida - Novotec - Sutac	Aguardando Formalização

Parceria	Objetivos	Complementariedade de resultados	Programas	Status da parceria
CDHU/Secretaria de Infraestrutura Meio Ambiente – SIMA	Envolver e sensibilizar a comunidade escolar das macro-áreas trabalhadas sobre a importância da conservação da biodiversidade e restauração dos ecossistemas locais, por meio de ações de plantio de mudas e revitalização de espaços públicos	- CDHU permitirá a capilaridade da SIMA junto às famílias dos empreendimentos habitacionais - SDE potencializará as ações do TTS referente ao trabalho de Educação Ambiental e Patrimonial	- Alfabetização Ambiental	Parceria estabelecida

*Dados referentes ao período de janeiro a novembro de 2019.

Concepção e estruturação de Sistema objetivando a unificação do banco de dados de auxílio-moradia e benefícios similares – CIBAM - o sistema CIBAM, que visa unificar o banco de dados de auxílio-moradia, auxílio-aluguel e benefícios de natureza financeira similar de municípios que firmarem convênio com a Secretaria da Habitação para esse fim, entrou em produção na Cia. Com as informações do banco de dados, será possível a realização de estudos para as ações de políticas públicas habitacionais, isoladas ou conjuntas, direcionadas a este público alvo. A adesão ao sistema se dá via convênio, a ser firmado entre o município, a CDHU e a Secretaria da Habitação. Os municípios que já aderiram à parceria e disponibilizaram as informações de seus cadastros de beneficiários de auxílio moradia no sistema CIBAM são: Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo. Na mesma seara, em fase conclusiva para assinaturas dos convênios, temos os municípios São Caetano do Sul, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mogi das Cruzes. Atualmente, 8 municípios manifestaram interesse em celebrar convênio para ter acesso ao sistema, sendo eles: Santa Isabel, Francisco Morato, Itapevi, Santana do Parnaíba, Suzano, Guarulhos, Carapicuíba e Diadema, cuja documentação está em fase de análise. Com o sistema CIBAM em funcionamento e unificação do banco de dados de gestão de benefícios de atendimento habitacional provisório, o Estado de São Paulo dará um grande salto de qualidade e gestão desses pagamentos evitando a duplicidade na concessão entre os entes. Auxílio-Moradia Emergencial – AME e Auxílio Moradia Provisório – AMP - O AME é um benefício que se destina a famílias desabrigadas ou desalojadas, em função de chuvas, residentes de municípios que tenham declarado estado de emergência ou de calamidade pública. O Auxílio-Moradia Emergencial é previsto pelos Decretos Estaduais nº 55.334, de 11 de janeiro de 2010, alterado pelo Decreto Estadual nº 55.370, de 27 de janeiro de 2010 e pelo Decreto Estadual nº 56.664, de 11 de janeiro de 2011. O Auxílio-Moradia Provisório, por sua vez, é destinado a famílias removidas de forma involuntária de suas residências habituais, em função de obras de urbanização ou de reassentamento para execução de obras públicas. Tais famílias deverão ter atendimento habitacional definitivo equacionado nos próximos anos. Estes auxílios foram custeados com recursos da Secretaria da Habitação/Casa Paulista e por recursos de parceiros. A CDHU é quem operacionaliza os pagamentos dos benefícios auxílio moradia com recursos oriundos da Secretaria da Habitação, nos termos dos convênios celebrados: nº 045/05/2010 - Auxílio Moradia Emergencial/2010; nº 075/05/2011 - Auxílio Moradia Emergencial/2011 e nº 841/05/2015 – Auxílio Moradia Provisório ou com recursos de parceiros. Considerando as famílias atendidas com pelo menos uma parcela de auxílio moradia em 2019, observa-se que 53,96% - 5.102 dos auxílios foram concedidos a famílias de projetos de origem na capital, 37,55% - 3.550 de municípios da RMSP e

8,49 % - 803 do interior e que 89,38% - 8.451 das concessões de auxílios-moradia atendidas, estão em vigência há mais de 3 anos,

Esta é a divisão atual dos recursos - dezembro/2018:

Benefício x Origem Recursos	Famílias
Auxílio Moradia Contratado – Habitação	7.008
Auxílio Moradia Contratado – Parceiros	1.405
Auxílio Moradia Emergencial Conveniado - Habitação	1.042
TOTAL	9.455

Fonte: CDHU/DAH, 06/12/2019

Funcionamento da Coordenadoria de Planejamento Habitacional – CPH - A Coordenadoria é a área técnica da Secretaria da Habitação que tem por competência a gestão de convênios com municípios e órgãos estaduais no âmbito dos programas habitacionais do governo estadual - PEM e FEH, desde sua formalização e repasse de recursos até a prestação de contas e encerramento. Sob a responsabilidade da CPH, encontra-se a gestão dos programas, como o Programa Especial de Melhorias – PEM, Programa Vida Longa, o qual reformulou o Programa Vila Dignidade, o Programa São Paulo de Cara Nova, o Auxílio-Moradia Emergencial – AME, o Cadastro Integrado de Beneficiários de Auxílio Moradia - CIBAM e convênios com recursos do Fundo Estadual da Habitação – FEH. Funcionamento da Coordenadoria de Licenciamento de Operações e Controle Tecnológico – CLOCT - Tendo como atribuição o importante exame e a avaliação, mediante realização de vistorias em campo, dos projetos de parcelamento do solo urbano que visam aprovações de áreas comerciais e industriais em todo o território paulista, a Coordenadoria possui assento no colegiado do GRAPROHAB. A CLOCT realizou 54 vistorias, elaborou 54 relatórios de inspeção de campo - com registros fotográficos dos empreendimentos, e realizou 7 vistorias de parcelamentos irregulares a pedido do Ministério Público e do Poder Judiciário. O corpo técnico da coordenadoria analisou um total de 1272 processos, sendo 542 novos e 730 contendo exigências em andamento, além de emitirem 767 informações técnicas que englobam processos e expedientes dos mais diversos. - Dados até 09/12/2019. Grupo de Análise de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo – GRAPROHAB - Vem trabalhando como um Poupatempo para aprovação de loteamentos e condomínios no Estado, representando uma forma inovadora de atuação da administração pública, com foco na melhoria contínua, na transparência e agilidade, que oferecem segurança jurídica, tanto aos cidadãos, que podem estar tranquilos em relação à qualidade dos empreendimentos habitacionais aprovados, quanto aos investidores, que acreditam na ampliação de moradia no Estado como força motriz do desenvolvimento econômico. O foco é desburocratizar e agilizar a análise e a aprovação de projetos habitacionais no âmbito estadual, reduzir os prazos de análise dos empreendimentos e evitar o deslocamento dos interessados de todo o Estado até a Secretaria da Habitação. O Grupo tem como função centralizar e agilizar as aprovações para implantação de empreendimentos habitacionais e parcelamentos de solo solicitados por instituições públicas ou privadas. Conta com estrutura de corpo técnico da Secretaria e reuniu-se em 47 ocasiões, tendo realizado 3.553 procedimentos, entre eles: análise de 1.254 protocolos, dispensas de análise e processos modificativos e substitutivos. Além disso, foram emitidas 1.948 informações para o Ministério Público, prefeituras e demais interessados. Destacam-se: - Publicação do Manual em formato digital, utilizando softwares gratuitos e simples de usar, sem acarretar custos extras ao Estado. Através do trabalho da equipe e do esforço dos demais órgãos do colegiado, foi possível criar o primeiro aplicativo do tipo *Progressive Web App* no âmbito estadual, além de publicá-lo simultaneamente em PDF, epub e mobi, formatos para aqueles que usam leitores de livros digitais como o Kindle e o Lev. Atualização contínua do Manual, oferecendo informação técnica de qualidade e realizando, na prática, a transformação para o Governo Digital. Disponibilização da Biblioteca Virtual, parte integrante do esforço de produção do Manual, que lista todas as leis pertinentes ao processo de aprovação de empreendimentos no Estado, em um formato amigável, fácil de atualizar e com índice e mecanismos de busca para facilitar o acesso às informações. A digitalização das informações permite a elaboração de dados mais completos para apoiar a tomada de decisões do governo e ainda facilitar a pesquisa e o desenvolvimento de projetos empresariais, já que os dados podem ser consultados de forma pública e online. Nota: A CETESB já está fazendo a recepção de seus documentos de forma digital, reduzindo custos e prazos aos interessados. O DAEE em breve implementará uma solução similar que se encontra em desenvolvimento pela Fundação Ezute.

Dispensa Digital - transformamos a entrega de documentos e todo o procedimento de avaliação documental relativos a empreendimentos que, pela legislação atual, não precisam ser analisados pelos órgãos estaduais: basta a análise e a aprovação dos municípios, em uma plataforma totalmente digital. Este sistema recebe os documentos digitais e encaminha a documentação para o balcão da área técnica, para posterior avaliação final pela presidência do GRAPROHAB. Após o trâmite, é emitido um documento digital de - Não Enquadramento, vinculado a uma planta do empreendimento. Ambos são assinados digitalmente e o interessado recebe os arquivos instantaneamente por email. Também criou uma conta no Twitter para divulgar as pautas da reunião semanal do órgão. Duas horas após o término, o interessado já sabe o resultado das análises de seu interesse. O objetivo é atender o público de forma rápida, eficiente e transparente e reduzir a quantidade de ligações telefônicas. Dados até 9/12/2019.

Síntese de Investimentos e Quadros Resumo da Atuação – Informações econômico-financeiras Secretaria e CDHU

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Resumo Execução Orçamentária e Financeira 2019	(Em milhões)		
	Dotação Atual	Realizado = Liquidad até 09/12/2019	Liq/Dot Atual %
Custeio	165,72	128,48	77,53%
Investimentos + Inversões	818,44	296,45	36,22%
Total Geral	984,16	424,93	43,18%

Dotação Atual = Dotação disponibilizada

Inclui todas as fontes de recursos

Realizado = Liquidado

Fonte: Relatórios Prestando Contas Sec.Fazenda - Posição am 06/12/2019

GSPOFP em 06/12/2019

CDHU

	Valores em R\$ Mil		
	Previsto 2019 1	Realizado 2019 2	% Realizado
Custeio	263.476	237.520	90,15%
Investimento	1.386.289	1.213.311	87,52%

1 Orçamento Empresarial

2 Contempla valores realizados de janeiro a outubro e uma previsão para novembro e dezembro de 2019.

Fonte: CDHU/SOPF/DAF, 06/12/2019.

Total de atendimentos – CDHU

Unidades Habitacionais Entregues/Concluídas - CDHU ¹³	5.850
Cartas de Crédito - CDHU ¹⁴	143
Total de Unidades + Cartas de Crédito	5.993
Famílias Beneficiadas por Obras de Urbanização de Favelas - CDHU ¹⁵	1.140
Total de Unidades + Cartas de Crédito + Urbanização - CDHU	7.133
Total Auxílio Moradia Emergencial e Auxílio-Moradia - CDHU ¹⁶	9.455
Unidades Habitacionais em Obras - CDHU ¹⁷	13.248
Urbanizações de Favelas em Obras - CDHU ¹⁸	1.044
Total de Unidades + Urbanizações em Obras - CDHU	14.292

¹³ CDHU/ SPH/SSI/GGI. Posição em 20/12/2019.

¹⁴ CDHU/ SPH/SSI/GGI. Posição em 20/12/2019.

¹⁵ CDHU/ SPH/SSI/GGI. Posição em 20/12/2019.

¹⁶ CDHU/DAH. Posição em 06/12/2019.

¹⁷ CDHU/SPH/SSI/GGI. Posição em 20/12/2019.

¹⁸ CDHU/SPH/SSI/GGI. Posição em 20/12/2019.

Síntese de resultados da Casa Paulista - No ano em que a Casa Paulista completa sete anos de operação, os números consolidam o desempenho geral obtido no período. Em parceria com as demais instâncias governamentais, agentes financeiros, iniciativa privada, entidades, cooperativas e servidores públicos estaduais, foi possível realizar, entre 2012 e 2019, aportes de recursos não onerosos e obter como resultado a viabilização de 151.790 moradias, das quais 112.919 foram entregues e 38.871 em construção. Somente em 2019, temos os dados abaixo.

	Contratados	Valores R\$	Entregues	Valores R\$
Minha Casa Minha Vida	1.104	4.438.824	10.993	215.999.621
Parceria com Municípios	0	0	92	2.395.625
Programa Nossa Casa - Apoio	15.484 ¹⁹	-	-	-
Cheque Moradia emitidos	0	0	-	-
Microcrédito/Banco do Povo	-	-	-	-

Foi lançado o Programa Nossa Casa com objetivo de viabilizar o acesso a 60 mil moradias até 2022 e disponibilizar até R\$ 40 mil de subsídios para famílias de baixa renda. Em sua primeira fase foi prevista a construção de 26.735 unidades habitacionais em mais de 120 municípios. Para a edificação das primeiras 7.278 unidades da modalidade Nossa Casa - CDHU já se encontra aberto o credenciamento para empresas interessadas na construção das moradias. No primeiro lote desta modalidade, estão previstas um total de 11 mil unidades, que serão viabilizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal. Pela modalidade Nossa Casa – Apoio, que será desenvolvida em parceria com entidades e empresas, estão previstas 15.735 unidades na primeira fase. A modalidade Nossa Casa – Preço Social já conta com a adesão de 106 prefeituras e 6.500 famílias já registraram interesse pelo site para participar do programa. Para a construção de empreendimentos, estão em análise 50 terrenos com potencial construtivo de 20 mil unidades de interesse social. Essa modalidade envolverá os municípios e a iniciativa privada, com objetivo de construir as moradias a preços abaixo do valor de mercado.

Programa Especial de Melhorias – PEM - Por meio de repasse de recurso da Secretaria da Habitação, a fundo perdido, com previsão de contrapartida municipal, realiza intervenções físicas que resultam melhorias urbanas em empreendimentos habitacionais desenvolvidos pela administração pública, direta ou indireta, dos poderes públicos municipal, estadual ou federal, ou em

¹⁹ Atualmente 43 empreendimentos foram autorizados a acessar recursos do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS, para que as famílias possam utilizar subsídios estaduais para financiar até 15.484 unidades habitacionais.

bairros degradados objeto de intervenção municipal por meio de projetos de infraestrutura ou de equipamentos sociais. Não foram formalizados convênios com o PEM por indisponibilidade orçamentária. Por conta de convênios celebrados em exercícios passados, ainda em trâmite e sob gestão da CPH, em razão de especificidades no curso dos mesmos, houve um desembolso de valor em torno de R\$ 1,1 milhão. Está sob análise da Assessoria Jurídica do Governador, proposta de revisão do Decreto do programa, que pretende a alteração da forma de repasse de recursos às prefeituras e a desnecessidade de contrapartida, entre outros.

Cidade Legal - A irregularidade atinge em regra todos os municípios do Brasil, são cerca de 30 milhões de imóveis urbanos irregulares, imóveis que, em sua maioria, trazem insegurança jurídica, infraestrutura precária, danos urbanísticos, ambientais e sociais aos moradores. A ausência da regularização fundiária impacta diretamente no desenvolvimento socioeconômico do município, isto porque, além da sonegação fiscal e da renúncia de receita, as ligações clandestinas de água e energia, o maior gasto com saúde pública, e a contaminação dos mananciais, oneram em grande escala os cofres públicos municipais. O Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais - Cidade Legal, criado pelo Decreto Estadual 52.052/07, no âmbito da Secretaria da Habitação, destina-se a efetuar auxílio aos Municípios mediante a orientação e apoio técnico nas ações municipais de regularização de parcelamentos do solo e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizadas em área urbana ou de expansão urbana. Objetivando auxiliar os Municípios interessados fornecendo orientação e apoio técnico nas ações municipais de regularização de parcelamentos do solo e de núcleos habitacionais, o Cidade Legal possui equipe técnica multidisciplinar visando orientar o município no passo a passo da regularização, auxiliando, sugerindo e adequando a área irregular às questões jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. A orientação da equipe do Cidade Legal não está restrita aos núcleos urbanos de Interesse Social, ela ainda abrange as áreas dos núcleos irregulares de Interesse Específico. O auxílio do Programa vai além e intensifica suas ações, em núcleos de Interesse Social, com o apoio técnico, que, além da orientação, envolve toda a assessoria necessária na implantação e processamento da regularização fundiária. Contemplando o investimento do Estado nessas ações, o Programa Cidade Legal, cria estratégias e executa cada um dos passos e instrumentos necessários a finalização e efetivação de cada processo de Regularização. Entendendo que a realidade dos 645 municípios do Estado é diferente, o Cidade Legal atua complementando e suprimindo as necessidades municipais, seja capacitando agentes públicos, minutando Leis, realizando cadastros socioeconômicos, estudos ambientais, diagnósticos ou ainda, peças gráficas, como projetos urbanísticos e levantamentos topográficos, essenciais na identificação da realidade fática e projeção da regularização pretendida. O Programa visa assegurar a prestação de serviços públicos, melhorar as condições urbanísticas e ambientais, adequar as unidades ao ordenamento territorial urbano, reconhecer a propriedade, concretizar o princípio da eficiência na ocupação e no uso do solo, aumentar a receita pública e combater a renúncia, promover a integração social e a criação de emprego e renda, resgatando assim a dignidade dos ocupantes. Hoje, 540 municípios do Estado estão conveniados ao Programa Cidade Legal, que só em 2019 já investiu mais de 38 milhões de reais, e encaminhou 47.000 mil títulos para o cartório de imóveis, beneficiou 18.978 domicílios por regularização e entregou mais de 11.600 títulos/matriculas Registrados, conferindo a propriedade, a segurança jurídica e a dignidade dessas pessoas.

Regularização fundiária de empreendimentos da CDHU - Ao longo do processo de produção habitacional da CDHU, desde 1964, muitos empreendimentos não foram entregues em situação regular aos moradores, acontecendo de o mutuário da CDHU, ao quitar o seu financiamento não ter o título de propriedade em seu nome. As irregularidades existentes são diversas, obrigando muitas vezes um caminho complexo e moroso, e a CDHU ao longo dos últimos anos tem realizado um esforço na direção da regularização dos seus empreendimentos. Com este esforço, foram averbados 44 empreendimentos, beneficiando 8.991 famílias que tiveram sua moradia regularizada (Fonte: CDHU/SRRF).

Parcerias Governamentais e Projetos Prioritários - Programa de Aceleração do Crescimento – PAC destinado à habitação e urbanização - Prosseguiu a execução dos contratos de repasse de recursos federais com a provisão de unidades habitacionais por meio de cartas de crédito para o reassentamento de famílias em auxílio moradia, oriundas de áreas de risco da intervenção no Jardim Santo André e da intervenção do Governo do Estado na Cracolândia, região central do município de São Paulo. *Parcerias em programas federais - Financiamento Pró-Moradia* - Concluiu-se no ano a execução de empreendimentos da CDHU com recursos de financiamento do Pró-Moradia, programa com ações integradas e articuladas com políticas setoriais que visam à melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio da oferta de alternativas habitacionais de apoio à urbanização e à regularização de assentamentos precários, à produção de conjuntos habitacionais e ao desenvolvimento institucional. Por meio do Pró-Moradia, a CDHU tem empréstimo lastreado pelo FGTS, obtido nas seleções promovidas em 2009 e 2010 pelo Ministério das Cidades. *Programa Parceria com Municípios e novos convênios* - A CDHU assinou 3 convênios para 220 unidades (projetos e sondagens) e firmou parceria com a CAIXA para promoção de empreendimentos em parceria, com recursos do FGTS para financiamento das unidades habitacionais. Para viabilizar a contratação da construção pela CAIXA, a CDHU promoveu o credenciamento de empresas construtoras para empreendimentos viabilizados pela Cia. com mais de 7 mil unidades habitacionais no ano. *Produção habitacional por meio de parcerias com entidades organizadoras* - Atuação direta da CDHU na promoção de empreendimentos habitacionais em parceria com entidades organizadoras, ou por meio de apoio a ações da Secretaria da Habitação e Casa Paulista na parceria PMCMV-Entidades, incluindo a viabilização e transferência onerosa de terrenos desapropriados pela Companhia, contando com incorporação imobiliária. Nos programas desenvolvidos diretamente pela CDHU a parceria com as entidades abrange, entre outros, orientação social ao grupo alvo, participação sociocomunitária, inserção social, cidadania e orientação para gestão e manutenção da unidade e do condomínio. Foram entregues os empreendimentos SP-Ermelino Matarazzo I (117 uhs) e SP-Lajeado I (148 uhs), ambos executados pela CDHU. Ainda, em parceria com a CAIXA, por meio do PMCMV- Entidades, encontram-se em etapa de finalização os empreendimentos Bragança Paulista J (168 uhs) e SP-Cidade Tiradentes V (39 uhs) e seguem as obras de Osasco W (140 uhs). Demais compromissos, convalidados por meio de Termos de Convalidação dos atos legítimos praticados em decorrência dos editais de seleção do PPAC - Gestão Compartilhada, seguem em andamento, em etapas diversas, tais como, elaboração de projetos, legalização de projetos, incorporação imobiliária ou tratativas para contratação pela CAIXA, por meio do PMCMV. Por fim, foi dada publicidade ao encerramento de compromissos, oriundos das seleções para o PPAC-Gestão Compartilhada, para situações cujos terrenos indicados restaram inviabilizados em decorrência da não imissão na posse, de invasão ou de desistência e aquisição por alto custo. *Convênios com o Município de São Bernardo do Campo* - Ação 1 - Produção de 1.120 unidades para reassentamentos: Convênio 0142/2012 - Empreendimento São Bernardo do Campo Z - Vila Esperança (366 unidades). Situação da obra: Em andamento, com 68 unidades entregues em novembro/ 2012. Convênio em reprogramação - 2º etapa -124 unidades em andamento com contrato assinado com Contracta Engenharia com previsão de entrega em fevereiro/2021. Em estudo a transferência de 174 unidades para realização por meio do PMCMV. Convênio 0318/2011 – São Bernardo do Campo T - Parque São Bernardo (754 unidades – 740 verticais e 14 horizontais esparsas). Já foram concluídas e entregues 749 unidades - 133 delas entregues em 2019 - faltam 5 unidades (embriões) cujo local de implantação se encontra invadido. Meta de entrega dos 5 embriões: 04/2020. Ação 2 - Obras de urbanização beneficiando 1.804 domicílios: Convênio 0318/2011 - Projeto de Urbanização Integrada do Parque São Bernardo, Alto da Bela Vista e Novo Parque. . Novos projetos foram desenvolvidos e submetidos à reprogramação junto ao PAC e à Caixa Econômica Federal. Prazo de validade: 23/04/2020. Em 13/2/19 foi aprovada alteração do objeto para: Repasse de recursos financeiros pela CDHU ao Município para a construção de 754 uhs (740 verticais e 14 horizontais esparsas), urbanização de 1804 moradias existentes, contenção de encostas, recuperação ambiental, pavimentação viária, drenagem, redes de água e esgoto nas áreas do Parque São Bernardo, Alto da Bela Vista e Novo Parque. Motivo: adequação dos serviços sem alteração de prazo ou valor. *Convênio com o Município de Carapicuíba* - Convênio 481/2008 entre a CDHU e o Município de Carapicuíba tem como objetivo o repasse de recursos financeiros para a execução de 728 unidades nos empreendimentos Tambory e Pequiá, de forma a compor a contrapartida municipal em contrato de repasse firmado pela prefeitura com a União Federal para recebimento dos recursos do PAC. Os empreendimentos objeto do referido contrato com a União para financiamento e execução são: Área de reassentamento 1 - Tambory conjunto habitacional de 532 unidades habitacionais já concluídas e entregues. Área de reassentamento 2 - Pequiá construção de 196 unidades habitacionais em andamento, mas a obra foi invadida em meados de 2016 estando paralisada, aguardando a reintegração de posse pela prefeitura até o momento. Diante disso foi aprovada em outubro a prorrogação do prazo do convênio até 30/9/2022 para a retomada de obras do empreendimento Pequiá, sua conclusão, regularização e averbação das unidades para posterior transferência das unidades à CDHU bem como a averbação do empreendimento Tambory e transferência das unidades à CDHU após obtenção das matrículas individualizadas. *Convênios com o Município de Santos* - Favela Santa Casa - Termo de Cooperação nº 0014/14 entre a CDHU e a Prefeitura de Santos, visando à transferência de área de propriedade da COHAB-ST, para implantação do empreendimento Santos T, com 133 unidades habitacionais, destinado ao atendimento a famílias que ocupam terreno de propriedade da COHAB-ST. Obra entregue e averbada em 2018. Termo de encerramento aguardando finalização do trabalho de pós- ocupação a cargo da Cohab –ST que deve se encerrar até 20/2/2020. Tancredo Neves e Caneleira IV - Convênio nº 0012/14 visando o repasse de recursos financeiros para COHAB-ST, para a produção de 1.800 unidades nos empreendimentos Tancredo Neves III - São Vicente O - 1.120 unidades - e Caneleira IV - (Santos U - conclusão de 680 unidades, com entrega final de 80 unidades em janeiro). Houve alterações neste convênio: supressão dos serviços de edificação do empreendimento Tancredo Neves; acréscimo de verba para conclusão do empreendimento Caneleira; alteração do nº de

unidades que serão comercializadas pela CDHU para 417. Das 680 unidades que compõem o empreendimento, 417 deverão ser transferidas à Cia e esta carteira de mutuários irá constituir o retorno financeiro deste convênio. A transferência das unidades e formalização dos contratos encontra-se na dependência da regularização do empreendimento pela COHAB - ST. Convênio nº 0121/2017 - Santos I - Celebrado em janeiro de 2017, entre a CDHU e a Prefeitura Municipal de Santos para execução de empreendimento habitacional com número estimado de 41 unidades habitacionais, em terreno de propriedade da CDHU, para o atendimento às famílias que se encontram em situação de moradia precária em imóveis encortiçados na área central de Santos. Projetos em conclusão. Convênio 153/2018 - Santos X - CODESP faixa da União - Área 1 - Convênio celebrado em 25 de junho de 2018, tendo por objeto o estabelecimento de parceria entre a CDHU, a Prefeitura Municipal de Santos e a COHAB/ST para doação, pela Prefeitura de Santos à CDHU, do terreno localizado entre a Av. Senador Feijó e Rua Comendador Martins - Vila Mathias - Santos - SP, visando à execução, por parte da CDHU, de empreendimento habitacional de interesse social contemplando 144 unidades habitacionais - denominado "CODESP/Faixa da União - Área 1" - na conformidade de projeto desenvolvido pela COHAB/ST. Projetos em conclusão. Convênio 154/2018 - Santos AA - Caruara - Convênio celebrado em 25 de junho de 2018, entre a CDHU, COHAB-ST e a Prefeitura Municipal de Santos para execução de empreendimento habitacional com 132 unidades habitacionais, em terreno de 6.999,80m² localizado na Rua Caramuru do Caruara, 724, em Santos, para o atendimento às famílias oriundas de área de risco socioambiental de Santos. Projetos em conclusão. Convênio 155/2018 - Santos Z - Jabaquara - assinado em 25 de junho de 2018, tendo por objeto o estabelecimento de parceria entre a CDHU, a Prefeitura Municipal de Santos e a COHAB/ST para doação, pela Prefeitura de Santos à CDHU, do terreno localizado à Rua Teodoro Sampaio, s/nº - Jabaquara - Santos - SP, visando à execução, por parte da CDHU, de empreendimento habitacional de interesse social contemplando 300 unidades habitacionais - denominado "Jabaquara" pela PM Santos - na conformidade de projeto desenvolvido pela COHAB/ST. Projetos em conclusão, obras previstas para o ano. Conforme apontado em carta de diretriz técnica expedida pela SABESP, será necessária a realização de obras de infraestrutura pública de abastecimento de água e coleta de esgoto. Convênio nº 156/2018 - SANTOS Y - Bananal - Convênio celebrado em 25 de junho de 2018, entre a CDHU, COHAB-ST e a Prefeitura Municipal de Santos para execução de empreendimento habitacional com 140 unidades habitacionais, para o atendimento às famílias oriundas de área de risco socioambiental de Santos. Projetos em conclusão. *Convênios com o Município de Cubatão* - Convênio nº 182/2018 Mantiqueira - Pedreira, firmado em 6/7/2018 entre a CDHU, COHAB Santista e Prefeitura de Cubatão e Prefeitura de Santos visando à produção de 165 unidades habitacionais, no empreendimento Cubatão W, para o atendimento da demanda oriunda de área de preservação permanente localizada no Bairro Pedreira Mantiqueira. Foi proposta retratificação alterando o número de unidades para 150 e transferindo a responsabilidade pelo desenvolvimento dos projetos completos para o empreendimento. Termo de Cooperação Técnica Reforma Edifício Castro - Foi celebrado entre a CDHU e Prefeitura Municipal de Cubatão com o objeto de elaboração de estudos e desenvolvimento de projeto de reforma do Edifício de uso misto em Cubatão, pela CDHU, para atendimento à demanda de funcionários públicos de baixa renda o Termo de Cooperação Técnica CDHU nº 9.00.00.00/3.00.00.00/0019/19 - assinado em 20/3, sendo que os estudos estão em andamento. *Convênios com o Município de São Paulo* - Convênio 093/11 - SP-Limão C - Convênio entre CDHU e Prefeitura de São Paulo, por meio da SEHAB, para execução de 235 unidades habitacionais, denominado como Lidiane (empreendimento SP Limão C), visando atendimento futuro às famílias oriundas das favelas: Ilha Verde, Sampaio Correa e Aldeinha. Obra em andamento com previsão para conclusão em 1/6/2023. Convênio 095/11 - SP-Grajaú C e D - Convênio entre CDHU e Prefeitura de São Paulo, por meio da SEHAB, para urbanizações de 1.055 domicílios nos loteamentos Jardim Pabreu e Prainha (empreendimento SP Grajaú D), concluído em 2.014. No empreendimento Chácara do Conde - SP Grajaú C - a execução de 562 unidades habitacionais nas quadras B, C, D, E e H, Obra em andamento com previsão para conclusão em 5/6/2021. Convênio 094/11 - SP-Sacomã H e SP-Sacomã I - área SABESP - Convênio entre CDHU e prefeitura de São Paulo, por meio da SEHAB, pelo Programa Urbanização de Favelas, denominado como Heliópolis para execução de 1.200 unidades no empreendimento SP Sacomã I - Área SABESP 2 - e no empreendimento SP Sacomã H - Heliópolis H - a execução de 200 U.H. a serem concluídas em 17/12/2023. *Convênios DERSA* - Convênio 0316/11 Rodoanel - trecho Sul e complexo Jacu-Pêssego - com estimativa inicial de atendimento a 1.600 famílias, a demanda habitacional para atendimento foi redimensionada para 1.162, sendo a redução decorrente, especialmente, da adesão de famílias a outras modalidades de atendimento, realizadas exclusivamente pela Dersa. Até o momento foram concluídos 506 atendimentos habitacionais e estão em atendimento provisório, com recebimento de auxílio-moradia, cerca de 369 famílias. Convênio vigente até 15/2/2020. Convênio 0191/11 Rodoanel - trecho Norte - com estimativa inicial de atendimento a 600 famílias, a demanda habitacional para atendimento foi redimensionada e elevada formalmente pela Dersa para 2.050 atendimentos. Até o momento foram concluídos 891 atendimentos habitacionais, sendo que, em 2019, até o mês de novembro, foram viabilizados 34 atendimentos, com 12 em unidades habitacionais produzidas pela CDHU - Guarulhos E - e 12 na modalidade carta de crédito. Cerca de 600 famílias permanecem em atendimento provisório, com auxílio-moradia. *Convênios Metrô* - Linha 17- Ouro - Convênio 0485/11 - em andamento (trecho 01) - Convênio entre a CDHU e o Metrô para viabilizar o atendimento habitacional e social aos moradores vulneráveis localizados nas áreas atingidas pelas obras da Linha 17 - Ouro, desenvolvido pelo Metrô, bem como nas áreas adjacentes necessárias, com transferência de recursos do Metrô à CDHU. Convênio assinado em 26 de janeiro de 2012. Cerca de 120 famílias estão em atendimento provisório, recebendo auxílio moradia. Para atendimento a essa parceria está em viabilização o empreendimento SP/Campo Belo A/B. Linha 17 - Ouro - Convênio GESP - Convênio assinado em 22 de abril de 2014, vencido em 22/4, encerrado em função da necessidade de total realinhamento das atribuições e condições da parceria. Linhas 5- Lilás e 15-Prata - Convênio 0212/14 em andamento - Conjugação de esforços entre a CDHU e o Metrô com vistas a viabilizar o atendimento habitacional e social dos moradores vulneráveis localizados nas áreas atingidas pelas obras das Linhas 5 - Lilás e 15 - Prata, desenvolvido pelo Metrô, bem como nas áreas adjacentes necessárias, com transferência de recursos do Metrô à CDHU. Convênio assinado em 19 de novembro de 2014. Foi realizado 1 atendimentos na modalidade Carta de Crédito. Atualmente, 6 famílias estão em atendimento provisório, recebendo auxílio-moradia e serão reassentadas no empreendimento Campo Belo A/B. *Convênios CPTM* - Linha 9-Esmeralda - Convênio 049/11- em andamento - Parceria entre a CDHU e a CPTM com vistas a viabilizar o atendimento habitacional e social dos moradores vulneráveis localizados nas áreas atingidas pelas obras da reativação do serviço ferroviário do Trecho Grajaú a Varginha, Linha 9 - Esmeralda, da CPTM, bem como nas áreas adjacentes necessárias para o escopo do presente convênio, com transferência de recursos da CPTM à CDHU. Convênio assinado em 29 de dezembro de 2011. Foram entregues 6 unidades em SP/Jabaquara E,

(com 50 unidades), finalizando a ocupação daquele empreendimento. Atualmente, cerca de 10 famílias recebem auxílio-moradia, e serão atendidas na modalidade Carta de Crédito. Linha 13-Jade - Convênio 0045/16 - em andamento - Parceria entre a CDHU e a CPTM com vistas a viabilizar o atendimento habitacional dos indivíduos e famílias vulneráveis assentados irregularmente nas áreas atingidas por obras de implantação da Linha 13 - Jade, com transferência de recursos da CPTM à CDHU. Convênio assinado em 20 de junho de 2016. Permanece uma família pendente de atendimento, com recebimento de auxílio moradia, cujo atendimento será viabilizado na modalidade carta de crédito. *Convênios DAEE* - Projeto Parque Várzeas do Tietê - Guarulhos - Convênio - 0035/17 - Parceria entre a CDHU e o DAEE com vistas a viabilizar o atendimento habitacional, provisório e definitivo de famílias vulneráveis, originárias de áreas de risco de inundação junto ao Rio Tietê, na região da Vila Laurita, Vila Any e Jardim Guaracy, em Guarulhos, abrangidas pelo Programa Parque Várzeas do Tietê, com a finalidade de viabilizar a liberação da área do parque e, ainda, a realização de ações de formação para as famílias reassentadas pelo DAEE, no âmbito do Programa, no Empreendimento Lavras, conforme Plano Executivo de Reassentamento do Programa Várzeas do Tietê, para o município de Guarulhos. Com estimativa inicial de atendimento a 56 famílias, a demanda habitacional para atendimento foi redimensionada e elevada para 63 atendimentos, através de formalização de aditamento. Até novembro, foram viabilizados 15 cartas de crédito. Cerca de 18 famílias estão em atendimento provisório, recebendo auxílio-moradia. Projeto Ribeirão Vermelho - Osasco - Termo de Cooperação 0348/18 - Parceria firmada em 28/12/2018, por meio de Termo de Cooperação entre a CDHU, o DAEE e a Prefeitura Municipal de Osasco com o objetivo de estabelecer diretrizes e formular Plano de Trabalho para futura formalização de instrumentos específicos para viabilizar o atendimento habitacional definitivo de famílias vulneráveis, assentadas irregularmente, diretamente atingidas pelas obras e Canalização do Ribeirão Vermelho, em Osasco, Estado de São Paulo. Demanda estimada: 250 famílias. Após a realização de estudos, foi apresentado terreno do DAEE para análise pela CDHU. Termo com vencimento em 28/2. *Convênios Secretaria de Transporte Metropolitano* - Linha 6-Laranja - Convênio 0051/15 - em andamento - Transferência de recursos financeiros, pela Secretaria de Transporte Metropolitano à CDHU, relativo ao atendimento habitacional dos indivíduos ou famílias vulneráveis identificadas nas áreas atingidas pelas obras de implantação da Linha 6 - Laranja do Metrô, trecho São Joaquim - Vila Brasilândia. Em 2019, foram efetivados 9 atendimentos na modalidade carta de crédito. Cerca de 16 famílias permanecem recebendo auxílio moradia. Projetos prioritários - assentamentos precários, recuperação ambiental e urbana e demandas específicas - Urbanização Jardim Santo André - Na região sul do Município de Santo de André, fazendo divisa com área de proteção aos mananciais da Bacia Billings e com o Parque Municipal Pedroso, a CDHU adquiriu em 1977 uma área com topografia bastante acidentada e encostas íngremes, composta por seis glebas perfazendo uma área total de cerca de 1.470.000 m². Na década de 1980, a área sofreu um intenso processo de ocupação irregular gerando um complexo de seis favelas denominadas: Toledanos, Lamartine, Dominicanos, Cruzados, Missionários e Campineiros que somam um pouco mais de 9 mil famílias das quais 5.192 estão reassentadas em unidades produzidas pela CDHU e por outras soluções habitacionais, como carta de crédito e unidades recomercializadas, ainda que em menor número. O atendimento em lotes resultantes da urbanização do assentamento precário é uma das modalidades de atendimento neste projeto. Em 2018 foram urbanizados 263 lotes, concluindo a etapa de 640 lotes urbanizados no setor Cruzados, perfazendo 100% do contrato de R\$37.973.139,48. O projeto de parcelamento dos lotes do Núcleo Cruzados foi concluído em Dezembro de 2018, após a realização de trabalhos de campo com as famílias para a devida convalidação das dimensões da cada lote resultante do parcelamento. O processo até a regularização e registro dos lotes está em fase final assim como a definição do instrumento de transferência da propriedade dos lotes às famílias.

Estudos para remoções de novas ocupações em áreas de risco foram realizados em setembro de 2018 e concluíram pela necessidade de remoção imediata de cerca de 300 famílias que ocupam setores caracterizados de alto risco, das quais 24 já saíram da área e estão recebendo auxílio moradia, após terem suas casas interditadas pela defesa civil. Todas as famílias que ocupavam as áreas de risco foram removidas até o mês de fevereiro. A partir do mês de outubro reiniciaram-se as vistorias para identificação de novas situações de risco, em face de reocupações que têm ocorrido, que somam aproximadamente 2600 novas ocupações. Foram identificadas até o mês de dezembro, 42 famílias que deverão ser removidas por ocuparem áreas sob alto risco geológico. Os trabalhos de campo continuarão até que toda a área do Jardim Santo André seja vistoriada para o reconhecimento de situações de risco que ainda persistam, a despeito de todas as obras de estabilização geotécnica executadas até o ano de 2014. Diante do quadro apresentado e devido às restrições financeiras que têm limitado a possibilidade de atuação na escala exigida, a CDHU está em parceria com a Prefeitura de Santo André discutindo plano estratégico para dar seguimento às intervenções na área. Nesse sentido, as tratativas para a Novação do TAC foram discutidas durante todo o ano, por solicitação da promotora Pública de Habitação de Santo André. Estão em andamento as obras do empreendimento Santo André K, com 260 uhs e com projetos concluídos e aprovados para início do processo de licitação o empreendimento Santo André J, com 44 unidades habitacionais, destinadas às famílias que hoje estão atendidas em auxílio moradia e que foram removidas de áreas de risco do Jd. Santo André entre 2009 e 2013. Estão em andamento projetos para implantação de empreendimentos habitacionais no interior da gleba, prevendo-se a implantação de aproximadamente 850 unidades, além da execução dos projetos para as glebas Santo André P e Q, com aproximadamente 1100 unidades, todas destinadas às famílias removidas por ocuparem áreas sob risco geológico ou geotécnico. Digna de registro foi a implantação da Praça da Cidadania na área, o que se deu em parceria do FUSPP - Fundo Social de São Paulo, com a Prefeitura Municipal e a CDHU. Esse equipamento constitui local de convívio, estudo e lazer, com cursos de qualificação profissional do Fundo Social, previstos no Decreto nº 57.314/2011; e, em seu processo de implantação, busca incentivar os moradores a serem responsáveis pela melhora das suas condições de vida, envolvendo a população local desde o desenvolvimento do projeto, até a execução, gestão e manutenção do espaço.

Urbanização Favela Pimentas - Guarulhos C - O propósito desta intervenção é promover, a urbanização e a recuperação ambiental do Bairro dos Pimentas - Sítio São Francisco, promover sua sustentabilidade e viabilizar sua regularização urbanística e fundiária. O atendimento global é de aproximadamente 4.500 famílias, dentre reassentamentos em cerca de 1.700 unidades habitacionais e a previsão de 2.800 lotes urbanizados, regularizados e comercializados aos moradores. No âmbito dessa intervenção, em 2018 foram promovidos atendimentos habitacionais nos empreendimentos Guarulhos E e Pimentas II - PMCMV. Com a conclusão das obras de

urbanização em sua primeira etapa, com a implantação de infraestrutura e regularização viária, atendendo aproximadamente 600 famílias, demos início à elaboração do projeto de parcelamento do solo visando à regularização fundiária. Foram concluídas 22 unidades habitacionais de uso misto (residência e comércio) para atendimento às famílias que foram removidas em razão das obras de urbanização e que possuíam pequenos estabelecimentos comerciais. Está em processo de licitação a contratação das obras de urbanização em sua segunda etapa, envolvendo o atendimento a aproximadamente 910 famílias. Está em negociação com o município a implantação de um Posto de Entrega Voluntária – PEV, em área institucional prevista no projeto de urbanização. Regularização técnica e fundiária de intervenções em favelas - Projeto Pantanal -Vila Jacuí A e B - Em andamento a realização de estudos visando à regularização técnica e fundiária com a comercialização dos lotes e unidades habitacionais aos moradores. População a ser atendida está estimada em 8.000 famílias. Projeto Sumaré C - Estudos e projetos em andamento, visando à regularização técnica e fundiária do empreendimento e comercialização junto aos ocupantes – cerca de 1.100 famílias, das quais 395 ocupam unidades habitacionais construídas pela CDHU. Projeto Hortolândia A1 - Projeto de parcelamento em conclusão, visando à regularização técnica e fundiária do empreendimento e futura comercialização de 1200 lotes. Projeto Hortolândia A2 - Empreendimento devidamente regularizado junto à municipalidade e Programa Cidade Legal (320 lotes). Matrículas individualizadas já se encontram devidamente registradas em nome da CDHU. O processo de comercialização está concluído e até o momento 176 lotes foram devidamente comercializados em favor dos moradores, com contratos assinados. Projeto Hortolândia A3 - Estudos em andamento visando à elaboração de projeto de regularização técnica e fundiária do conjunto e comercialização junto aos ocupantes – cerca 400 lotes. Foi contratado e já realizado o Levantamento Aerofotogramétrico da área com a identificação de todas as moradias. Este levantamento subsidiará os estudos e projetos de urbanização e regularização fundiária da ocupação, que estão em andamento. Diadema E -Morro do Samba - Projeto de Parcelamento proposto pela Prefeitura de Diadema, visando à regularização técnica e fundiária do empreendimento foi concluído e devidamente registrado. Os lotes estão sendo transferidos às famílias moradoras através do instituto da Legitimação Fundiária. São Bernardo do Campo L (Jd. Calux) - Projeto de parcelamento desenvolvido pela Prefeitura de São Bernardo do Campo. Estão em curso tratativas com a prefeitura visando à titulação definitiva de 772 lotes pela CDHU. São Bernardo do Campo F - Em 2018 houve a implantação e entrega de 32 uhs para moradores e está em andamento providências para a construção de mais 32 UH, destinadas a famílias que sofrerão impactos das obras de urbanização a serem contratadas, conforme projeto já elaborado (Fase F5 – etapa B e C). O projeto de parcelamento do solo está aprovado e os condomínios já implantados tiveram sua regularização concluída. SP/Itaquera D, E e F (IPESP) - Processo de contratação dos projetos de urbanização e de regularização técnica e fundiária está em andamento, estimando-se o atendimento a aproximadamente 5.000 famílias que ocupam irregularmente as glebas. Foi concluído o Levantamento aerofotogramétrico, que subsidiará os projetos de urbanização. Está em elaboração o projeto para implantação de empreendimento habitacional na área SP - Itaquera F2, com previsão de implantação de 1050 unidades habitacionais destinadas às famílias que deverão ser removidas em função das obras de urbanização. Santo André B - Centreville - Empreendimento devidamente regularizado (planta de parcelamento aprovada junto ao município em 21/10/2017, através do Decreto Municipal nº 16.971) contemplando um total de 724 lotes. A transferência dos lotes às famílias moradoras está em processo utilizando-se do instituto da Legitimação Fundiária. Empreendimentos habitacionais de propriedade da CDHU no Município de São Paulo e RMSP, que apresentam ocupações irregulares e precárias (favelas) em áreas destinadas a uso coletivo e APPs - Conforme estudos elaborados em 2019 relativos à regularização fundiária de empreendimentos da CDHU na Capital e RMSP, existem 65 conjuntos habitacionais com ocupações irregulares, a maior parte delas apresentando condições de precariedade e carência de serviços básicos. A superfície ocupada irregularmente nesses conjuntos está estimada em mais de 1.000.000 m², composta basicamente pelas áreas definidas nos projetos como áreas verdes, áreas de uso institucional e APPs. Conforme levantamento realizado, existem 81 processos judiciais ativos de reintegração na posse na capital e região metropolitana. Durante o ano foram realizadas vistorias para a elaboração de diagnósticos preliminares para avaliar a possibilidade de permanência de parte das famílias nas áreas ocupadas. Propõe-se que onde essa possibilidade existir, sejam desenvolvidos projetos de urbanização e de regularização fundiária. Estima-se que nos conjuntos habitacionais no município de São Paulo, 12.000 famílias ocupam as áreas irregularmente. Até o momento foram realizados estudos preliminares com essa intenção para os seguintes empreendimentos: SP-Brasília B, SP-Butantã D, SP-Campo Limpo B, SP-Campo Limpo C, SP-Cangaíba A, SP-Iguatemi A/B e D, SP-Itaim Paulista A, SP-Itaquera A, SP-Itaquera B, SP-Jaraguá B, SP-São Miguel Paulista A, SP-São Miguel Paulista D, SP Tucuruvi B, SP-Vila Matilde A e Taboão da Serra D. Esses estudos e avaliações têm oferecido subsídios para o posicionamento da empresa nas audiências judiciais e de mediação que ocorreram ao longo de todo o ano, relativas aos processos de reintegração em andamento. Como decorrência desses estudos, está em andamento a elaboração de propostas para intervenções pontuais, visando à correção de situações de risco, entre outras com a substituição de moradias, com a implantação de edificações adequadas às condições morfológicas encontradas e visando evitar as reocupações irregulares que perpetuam a precariedade e a permanência de risco para as famílias. Programa Vida Longa - O Programa Vila Dignidade construiu 18 equipamentos de moradia assistida, para cerca de 356 pessoas idosas, em condomínios horizontais de até 28 unidades, com área de convivência social e integração com a rede social de proteção e defesa do idoso, para idosos com 60 anos ou mais, independentes para a realização das tarefas diárias, com renda de até um salário mínimo, sem vínculos familiares sólidos ou sós. A avaliação do Programa, feita pela CDHU e Secretaria de Desenvolvimento Social, identificou a necessidade de fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. A partir deste princípio, foi revisto o conceito do Programa para promover maior socialização dos moradores, resgatando o modelo de comunidade. Foram mantidos os princípios do desenho universal e o modelo de unidades autônomas completas para até dois usuários, com salão para atividades coletivas, aparelhos para atividade física, mesa para jogos, horta, paisagismo, em terreno amplo para um novo projeto arquitetônico mais compacto, mantendo itens de segurança, conforto e acessibilidade adequados ao ciclo de vida dos usuários. O programa do antigo Centro de Convivência foi adequado, para serem projetadas as dependências comuns como extensões das residências individuais e dispostas no terreno de maneira a favorecer a interação social. Os espaços foram alterados, a exemplo da antiga a copa, que passa a ter a possibilidade de uso como refeitório e espaço gourmet, definição de áreas para salas para estar e tv, mantendo a possibilidade de utilização para reuniões, encontros e palestras entre os moradores. As áreas externas também foram adequadas para promover melhor fruição dos moradores, definindo áreas para horta e pomar, área de churrasqueira com área para refeições coletivas externas. Com

estas revisões foi lançado o programa Vida Longa, que assinará 5 Convênios para a produção de 124 unidades habitacionais, em 2019. Mais 5 empreendimentos estão programados para 2020. Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Litoral Sustentável - Serra do mar - O programa visa à recuperação do Parque Estadual da Serra do Mar – PESM, maior área contínua da Mata Atlântica preservada no Brasil, que sofre ameaça de ocupação por assentamentos habitacionais precários. As intervenções habitacionais são articuladas às da Política Estadual de Meio Ambiente no programa, que configura um conjunto de ações e intervenções da Secretaria da Habitação e da Secretaria do Meio Ambiente, envolvendo o Parque Estadual da Serra do Mar e outros remanescentes do bioma da Mata Atlântica. No âmbito das ações habitacionais do Programa, beneficiará 7.800 famílias, das quais 5.820 com novas unidades habitacionais e 1980 com obras de urbanização, como demonstra o quadro abaixo:

Programa	Município	Unidades Habitacionais				Urbanização				Total Geral
		Entregues		Em Obras	Total	Entregues		Em Obras	Total	
		Até 2018	2019			Até 2018	2019			
Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	Cubatão	4086	216		4302	1338		642	1980	6282
	São Vicente	762		98	860					860
	São Sebastião	166			166					166
	Ubatuba			376	376					376
	Pedro de Toledo	116			116					116
Sub-Total Serra do Mar		5130	216	474	5820	1338	0	642	1980	7800

Está previsto também a edificação de outras 668 unidades habitacionais em área adquirida no âmbito do Programa Serra do Mar no município de Cubatão, denominado Cubatão K, o que complementa as metas do Programa. Além do atendimento habitacional propriamente dita, o Programa também desenvolve as seguintes ações: Trabalho Técnico Social: equacionamento de grupo alvo (atendimento individual programado das famílias), visitas monitoradas às unidades habitacionais, apoio no processo de remoção e reassentamento e suporte às discussões sobre integração de políticas setoriais, bem reuniões periódicas entre população e áreas técnicas da CDHU e UGP – Serra do Mar, trabalho de organização comunitária e desenvolvimento local (destacam-se os projetos implantados nos Bairros Cota em Cubatão: ComCom, Arte nas Cotas, Cota Viva, Nesdel e Turismo de Base Comunitária); Sistema de Monitoramento Físico-Financeiro; Serviços especializados para Monitoramento da Estratégia Social; Serviços especializados de Mediação de Controvérsias; Elaboração de diagnóstico físico, urbanístico e socioambiental, estudos preliminares, projetos básicos e executivos. Elaboração do Projeto de Parcelamento do Solo para a Regularização Fundiária do Núcleo Jardim Europa, no perímetro da Cota 200: para dar sequência à aprovação no âmbito do Programa Cidade Legal a CDHU contratou no ano, estando em andamento a elaboração de Estudo Técnico Ambiental pelo IPT. Já foram elaborados os estudos e levantamentos que possibilitaram a definição do perímetro a ser destacado da área do Parque Estadual da Serra do Mar, correspondendo à área ocupada pela Cota 200, recebendo a identificação como Cubatão J. O Núcleo Jardim Europa é o primeiro a constituir-se como objeto de regularização fundiária no âmbito do Programa. Litoral Sustentável - Trata-se de um conjunto de ações e intervenções das Secretarias do Meio Ambiente e da Habitação, a serem implementadas na região litorânea do Estado de São Paulo, notadamente na Baixada Santista e Litoral Norte, envolvendo o Parque Estadual da Serra do Mar, o Mosaico de Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas, o Parque Estadual Restinga de Bertioiga, as respectivas zonas de amortecimento e influência dessas unidades de conservação, buscando replicar as experiências e as ações exitosas de recuperação socioambiental formuladas e desenvolvidas durante a execução do Programa Recuperação Socioambiental da Serra do Mar. Tem como objetivo gerar benefícios sociais com a eliminação de passivos habitacionais e ambientais em áreas de risco socioambiental, promovendo a efetiva proteção da biodiversidade e dos mananciais na zona litorânea do Estado, notadamente na Baixada Santista e Litoral Norte, melhorando as condições habitacionais e consolidado a gestão efetiva das Unidades de Conservação, estendendo as ações de recuperação socioambiental às zonas de amortecimento e de influência dessas unidades. No âmbito da questão habitacional o programa executou: Aquisição do terreno denominado Guarujá G e as obras de geotécnica e terraplanagem; Aquisição de Terreno denominado Guarujá I; Repasse de recursos para prefeitura de Santos, com vistas a compor contrapartida na conclusão de 680 unidades habitacionais nos empreendimentos Caneleiras IV; Repasse para a prefeitura de Santos para aquisição de dois terrenos: Estradão I e II com capacidade de produzir 994 unidades habitacionais. Originalmente o programa previa recursos na ordem de R\$ 607,5 milhões de financiamento (R\$ 438,4 milhões para Secretaria da Habitação, via CDHU, e R\$ 152 milhões para Secretaria do Meio Ambiente), que seriam contratadas em cinco tranches. Somente a 1ª tranche foi efetivada através de financiamento externo firmado pelo Governo do Estado junto ao Banco do Brasil (Contrato nº 20/00005-7) no valor total de R\$ 150,7 milhões dos quais R\$ 142,7 milhões repassados à CDHU como Aumento de Capital, em dezembro de 2013 e janeiro de 2014, e R\$ 8 milhões destinados à Secretaria do Meio Ambiente. Em meados do ano, o Governo do Estado de São Paulo protocolou junto à Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN do Ministério da Economia do Governo Federal, “Carta Consulta” apresentando nova fase do Projeto “Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista”, visando aprovação para contratação de operação de crédito externo para financiar parte do citado Programa. Em 17 de setembro, a Comissão de Financiamento Externo – COFIEX/SAIN, expediu a Resolução nº 10/0137, autorizando a preparação do Programa, viabilizando a contratação da operação de crédito externo com a concessão de garantia da União, no valor de US\$ 100.000.000,00. Dos recursos ora autorizados para o financiamento, em torno de US\$ 66 milhões serão destinados às ações de reassentamento de aproximadamente 921 famílias e outras 1936 beneficiadas com obras de urbanização integrada no município de Guarujá. A operação de crédito, ora citada, será efetuada junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, sendo que a fase de preparação já foi iniciada no mês de outubro e estima-se que o contrato de financiamento seja assinado no segundo semestre de 2020.

Fundo Estadual da Habitação - Instituído em setembro de 2001, destina-se à aplicação de recursos estaduais em execução de obras de infraestrutura urbana e equipamentos sociais para conjuntos habitacionais dirigidos a famílias de baixa renda. O saldo desses recursos, inicialmente provenientes da Loteria da Habitação, inoperante desde 2009, é constituído hoje do remanescente dos rendimentos das aplicações financeiras da conta em que eram depositados. No ano não foram formalizados convênios através dos recursos do Fundo Estadual da Habitação – FEH. Por conta de convênios celebrados em exercícios passados, ainda em trâmite e sob gestão da CPH, houve um desembolso de valor em torno de R\$ 13,5 milhão, envolvendo cerca de 150.

Parcerias Público-Privadas – PPPs - Parceria entre o setor público e privado com vista a ampliar a oferta de Habitação de Interesse Social – HIS, inserida na malha urbana e com acesso à oferta de equipamentos e serviços públicos. A PPP Habitacional, ainda, busca articular a oferta de HIS aos objetivos do desenvolvimento urbano, a exemplo da promoção do adensamento habitacional e de atividades urbanas ao longo do sistema de transporte público, o apoio à qualificação de centralidades existentes e estímulo a criação de novas centralidades, bem como o apoio à coesão e integração sócio territorial, garantindo a diversidade funcional e social das intervenções. PPP do Centro Expandido - O primeiro Edital de Concorrência Internacional lançado pela SH para a PPP Habitacional, o de nº 001/2014, foi publicado em 25/9/2014. Este prevê a implantação de 14.124 unidades habitacionais, sendo 9.000 Habitações de Interesse Social – HIS e 5.124 Habitações de Mercado Popular – HMP em 4 lotes para a Área do Centro Expandido do Município de São Paulo, além de serviços de infraestrutura e oferta de espaços para serviços, comércio e lazer. Para os condomínios de HIS o Edital prevê a prestação de serviços de desenvolvimento de trabalho social de Pré e Pós Ocupação, de apoio à gestão condominial e gestão de carteira de mutuários e de manutenção predial. Esta concorrência resultou na homologação e adjudicação da proposta apresentada para Lote 1 à Empresa Canopus Holding S.A, que se constituiu em uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, PPP Habitacional Lote 1 S.A, para firmar o contrato na qualidade de Concessionária para a implantação do Lote 1, por meio da PPP. Lote 1 - PPP do Centro - O Lote 1 da PPP da Área Central do Município de São Paulo prevê a construção de 3.683 unidades habitacionais, sendo 2.260 unidades de HIS, destinadas a famílias com renda de até seis pisos salariais do Estado de São Paulo, e 1.423 unidades de HMP, para famílias com renda entre seis e dez pisos salariais. O investimento previsto é de R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 919 milhões do parceiro privado e R\$ 465 milhões do GESP, com contrapartida máxima anual de R\$ 82 milhões.

O contrato com a PPP Habitacional Lote 1 S. A. foi assinado em março de 2015 e a situação até dezembro de 2019, com relação às 2.260 uhs de HIS e obras não habitacionais a cargo da Concessionária, é a seguinte: *1443 uhs com obras concluídas*: 126 uhs, Residencial São Caetano, aceite em dez/2016; 91 uhs, Residencial Alameda Gleite, aceite em out/2017; 340 uhs, Complexo Júlio Prestes, Q49, Torres 1 e 2, aceite em abr/2018; 170 uhs, Complexo Júlio Prestes, Q49, Torre 3, aceite em mai/2018; 170 uhs, Complexo Júlio Prestes, Q49, Torre 4, aceite em jun/2018; 234 uhs, Complexo Júlio Prestes, Q49, Torre 5, aceite em jul/2018; 96 uhs, Residencial Gusmões – República A - Q75, aceite em julho; 156 uhs, Complexo Júlio Prestes (Q50) Residencial Campos Eliseos, aceite em dezembro; 60 uhs, Complexo Júlio Prestes (Q50), Residencial Cleveland, aceite em dez/2019. *817 uhs para construção*: 210 uhs, Entorno Complexo J. Prestes (Q69) – Obras iniciadas. Conclusão prevista para out/2020; 607 uhs, Usina de Asfalto – em curso análise fundiária e estudos de viabilidade. A destacar que 500 uhs, das 2.260 uhs de HIS previstas para o Lote 1, serão comercializadas para os integrantes de Entidades e o restante das 1.760 uhs serão comercializadas para famílias cadastradas e classificadas por meio de sorteio, conforme estabelece o Edital de Concorrência nº 001/2014. Para famílias de Entidades já foram destinadas as 126 uhs, do Residencial São Caetano, finalizadas e aceitas em dez/2016. Entre as obras não residenciais a cargo da Concessionária foi realizada e aceita pelo Poder Concedente: - Creche para 198 crianças no complexo Júlio Prestes, Quadra 50 (aceite em dez/2020). Prevê-se, ainda, o início das seguintes obras não residenciais no âmbito do contrato de PPP: Escola de Música Tom Jobim; Revitalização da Praça Cleveland; Passarela sobre linhas da CPTM (na Barra funda, próximo à Praça Nicolau de Moraes Barros). Lote 2 - PPP dos Trilhos - Também com foco na Área Central do MSP, a PPP Lote 2, que passou a ser conhecida como PPP dos Trilhos, cumpriu fase de Audiência Pública, realizada em 23/02/16. Após a Audiência Pública e com a evolução dos estudos e negociações com o Metrô e a CPTM, consolidou-se a proposta de construção de plataforma (laje) sobre os trilhos nos arredores da Estação Belém, além da utilização de outros terrenos a serem ofertados pelo poder público. O Edital de Concorrência Pública Internacional da PPP dos Trilhos, que permaneceu em Consulta Pública de 27/12/2017 a 25/01/2018, prevê: 4.556 unidades habitacionais, sendo 3.227 Habitações de Interesse Social – HIS e 1.329 Habitações do Mercado Popular – HMP, totalizando uma área para o uso residencial de 282 mil m²; 55 mil m² de áreas comerciais e de serviços; 15 mil m² de estacionamentos e garagens; 20 mil m² de equipamentos públicos; Áreas de uso comum, passarelas, viários, praças e terminais rodoviários urbanos. Para os condomínios de HIS prevê-se a prestação de serviços de Gestão Condominial, prestação de serviços de Gestão de Carteira de Mutuários, Prestação de Serviços de desenvolvimento de Trabalho Técnico Social de Pré e Pós Ocupação e de manutenção predial. No decorrer de 2018 houve o aprofundamento dos estudos para a modelagem técnica e financeira da PPP dos Trilhos, os encaminhamentos necessários visando colher manifestações finais da Companhia Paulista de Parcerias – CPP e da Procuradoria Geral do Estado – PGE, bem como foram realizadas propostas para futuras formalizações de parcerias com órgãos da administração pública estadual (Metro e CPTM, especialmente). As manifestações e estudos encontram-se à disposição para priorização da Secretaria da Habitação para lançamento de editais de concorrência de novos contratos de concessão. PPP Nova Cidade Albor - Primeira PPP para a região metropolitana de São Paulo, prevê a construção de 13,1 mil moradias, sendo 10.480 de HIS e 2.620 de HMP em terreno da CDHU (Fazenda Albor), localizado entre os municípios de Guarulhos, Itaquaquecetuba e Arujá. O investimento privado previsto é de cerca de R\$ 2 bilhões e contrapartida do governo é de R\$ 767 milhões, divididos em prestações anuais de R\$ 39,2 milhões, ao longo dos 25 anos. A licitação foi finalizada no dia 9/10/2017. Não foram apresentadas propostas. O edital está sendo reformulado. Em 2018 procedeu-se a reformulação e a conclusão da minuta de Edital de Concorrência Internacional e os encaminhamentos necessários à obtenção de manifestações finais, por parte da Procuradoria Geral do Estado – PGE. As manifestações e estudos encontram-se à disposição para priorização da Secretaria da Habitação para lançamento de editais de concorrência de novos contratos de concessão.

Conclusão - No ano, ainda sob os efeitos da crise econômica que impactou o país nos últimos anos, demandando o enfrentamento da restrição de recursos orçamentários, prosseguiu o empenho da Secretaria da Habitação e da CDHU no monitoramento do orçamento, visando à otimização da aplicação dos recursos, com a continuidade do cumprimento dos compromissos e contratos assumidos. Tais esforços foram realizados conjuntamente com importantes avanços da Cia. para aprimoramento de sua governança como empresa pública. Este quadro impõe à Secretaria da Habitação e à CDHU buscar novas parcerias e formas de relacionamento com os entes federativos, bem como com a iniciativa privada, com vistas a atender aos seus objetivos finalístico-institucionais, em benefício de famílias de baixa renda em busca de moradia. Vale dizer, a SH/CDHU vislumbra a necessidade de buscar recursos de terceiros, de modo a, em conjunto com novos parceiros e fazendo uso de sua expertise, viabilizar a construção de novas moradias destinadas

às famílias de baixa renda. Nesta linha, a CDHU estabeleceu convênio com a Caixa Econômica Federal, sob diretriz e contando com o aporte dos subsídios da Secretaria da Habitação, para atuação conjunta dos três entes acima referidos, cada qual com sua competência, viabilizarem a rápida construção de novas moradias. Também foram retomados estudos para captação de novos recursos internacionais para o Programa Litoral Sustentável e ações em áreas centrais. A função da CDHU no suporte técnico ao planejamento habitacional e ao desenvolvimento urbano e institucional dos municípios teve marcantes avanços nas Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e de São Paulo, ficando estabelecido que o mapeamento compartilhado dos assentamentos precários em curso nessas regiões – envolvendo quase 50 municípios - serão a base para Planos Metropolitanos de Habitação como diretriz dos PDUIs – Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado – estabelecidos no Estatuto da Metrópole. Na Casa Paulista os resultados da PPP Lote 1 para a Área Central do Município de São Paulo mostram que o instrumento de PPP é referência em projetos dessa natureza no Brasil, indicando o caminho para viabilizar a oferta de novas moradias em conjunto com o atendimento dos interesses de desenvolvimento urbano regional. Assim, ampliam-se as alternativas e o alcance das ações da SH e da CDHU, que por meio de programas e ações desenvolvidos, e também pelo novo Programa Nossa Casa, lançado no ano, aprimoram a ação do setor habitacional no Estado visando ao atendimento dos diversos segmentos da demanda que buscam alternativas para o equacionamento de suas necessidades habitacionais.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

O Decreto nº 64.059 de 1/1/2019 dispôs sobre as alterações de denominação, transferências e desativações de Órgãos Públicos da nova gestão e, desta forma, a Secretaria do Meio Ambiente passou a denominar-se Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA.

O Decreto 64.132 de 11/3/2019 organizou a SIMA abrangendo as áreas de energia e mineração, de saneamento e recursos hídricos e meio ambiente, definindo o campo funcional das mesmas e a estrutura básica do Órgão, composta de: Gabinete do Secretário; Subsecretaria de Infraestrutura; Subsecretaria do Meio Ambiente; Ouvidoria Ambiental e de Infraestrutura e Comissão de Ética.

Conselhos Estaduais Estruturantes: Conselho Estadual de Política Energética – CEPE; Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN; Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH; Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA. *Órgãos Colegiados* - Conselho de Orientação do Programa Estadual de Redução e Racionalização do Uso de Energia – CORE; Conselho de Orientação do Programa Estadual de Uso Racional da Água Potável – CORA; Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO; Conselho de Coordenadores do Programa Mananciais; Conselho Consultivo do Sistema Integrado de Gestão de Áreas Protegidas - CCSIGAP; Conselho de Defesa do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga – CONDEPEFI; Conselho Estadual de Petróleo e Gás Natural; Conselho Estratégico do Programa Parque Várzeas do Tietê; Comissão de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – CERESP; Comissão Institucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo – CIEA; Comissão Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos – CEGRS; Comissão Paulista da Biodiversidade – CPB; Comissão Permanente de Proteção dos Primatas Nativos do Estado de São Paulo – Pró-Primatas Paulistas; Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação; Comitê Gestor do Programa Paulista de Biogás; Comitê de Crise Hídrica da Região Metropolitana de São Paulo; Câmara de Compensação Ambiental. Fundos Vinculados: Fundo Estadual de Saneamento – FESAN, instituído pela Lei nº 10.107, de 8 de maio de 1968; Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, instituído pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991; Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas – FEPRAC, instituído pela Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009; Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP, instituído pela Lei nº 11.160, de 18 de junho de 2002. *Entidades Vinculadas – Autarquia*: Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE; *Empresas*: Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE; Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. *Fundações*: Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal e Fundação Parque Zoológico de São Paulo.

Neste primeiro ano da gestão, foram concluídas e entregues os compromissos e as ações propostas pela Secretaria, com avanços significativos para a gestão eficiente nas áreas de atuação como segue relatório de atividades por Unidades/Temas.

Assessoria Institucional - Com base em suas atribuições, alguns assuntos prioritários são coordenados e/ou acompanhados diretamente pela Assessoria Institucional. Planos de Manejo - os Planos de Manejo estão sendo elaborados no âmbito do Comitê de Integração dos Planos de Manejo, composto por representantes das diversas áreas técnicas do SAP – Sistema Ambiental Paulista, sob a coordenação da Subsecretaria do Meio Ambiente. O Comitê estabeleceu metodologia que foi aplicada na elaboração dos planos do Projeto Piloto, todos aprovados por atos normativos, conforme exigido pela legislação, com destaque para o ano: APA Rio Batalha (Decreto 64.440/2019), APA Tietê (Decreto nº 64.214/2019), Floresta Estadual Noroeste Paulista (Resolução SIMA nº 82/2019), Estação Ecológica do Noroeste Paulista (Resolução SIMA nº 80/2019) e Estação Ecológica de Santa Maria (Resolução SIMA nº 70/2019). Outros planos já contam com aprovação da Plenária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA: Áreas de Proteção Ambiental Marinhas do Litoral Centro e do Litoral Sul e do Parque Estadual do Vassununga, além de nove planos de manejo estão sendo elaborados e os trabalhos das unidades de conservação que compõem o Mosaico do Jacupiranga foram iniciados. Concessões de Uso Público - Foi assinado o contrato para Concessão de Uso do Parque Estadual de Campos do Jordão para as atividades de ecoturismo em abril de 2019 pelo prazo de 20 anos, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 16.260/2016. Foi proposta à Assembleia e aprovada a Lei Estadual nº 17.107/2019 que autoriza a concessão de uso dos imóveis que especifica, para a exploração do Zoológico de São Paulo, do Zoo Safári, do Jardim Botânico e de atividades de manejo, educação ambiental, recreação, lazer, cultura e ecoturismo, com os serviços associados. Ciclo Comitê Paulista - As atividades do Ciclo Comitê Paulista foram mantidas, visando contribuir com a integração entre ações ambientais voltadas aos veículos não motorizados e para a construção de uma política estadual para transporte ativo, realizando a interlocução entre ciclistas da sociedade civil e órgãos administradores do viário paulista. Foi dado o apoio para a realização do 2º. Pedal Anchieta, no dia 1º de dezembro. Facilitação do acesso, pela sociedade, às normas legais de

meio ambiente - Criado o Comitê de Integração da Legislação Ambiental, pela Resolução SIMA nº 16/2019 com a finalidade de simplificar e facilitar a aplicação das normas legais, melhorando sua compreensão pela sociedade, facilitando seu cumprimento, reduzindo disputas judiciais e estabilizando os processos socioeconômicos regulados. Visa eliminar do ordenamento jurídico normas legais desnecessárias, conflitantes e/ou superadas da legislação e normalização ambiental no Estado de São Paulo, com ênfase nos procedimentos de licenciamento, bem como integrar, modernizar e atualizar as normativas, de modo a compatibilizar as diferentes disciplinas pertinentes à legislação e ao licenciamento ambiental no Estado de São Paulo, com o objetivo eliminar sobreposições e aumentar a segurança jurídica nos assuntos pertinentes à matéria.

Assessoria Internacional – AINT é o ponto focal da SIMA para assuntos de cunho internacional, alinhando as ações da SIMA aos temas multilaterais. Tem como função acompanhar os Acordos e Convenções Internacionais para o plano estadual, objetivando o fomento e construção de políticas públicas locais no Estado de São Paulo, nas áreas que competem à SIMA, além de estimular a cooperação técnica com parceiros estrangeiros. Sua atuação no concentrou-se em: *Cooperações Internacionais*: Suécia – Plano de trabalho desenvolvido com workshops de planejamento presenciais e remotos realizados com a equipe da Agência Florestal Sueca, e em temas específicos de interesse das instituições envolvidas; Canadá - elaboração de plano de ação e cooperação técnica com técnicos, professores e pesquisadores do Water Institute – Universidade de Waterloo (Canadá) - elaboração de projetos científicos, com vários parceiros: IGC/USP, IG, FF, IF, CETESB, UNIFESP (CHREA)/USP, IPT, Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; Japão – Aichi: Reuniões para elaboração do plano de trabalho, referente ao Memorando de Entendimentos, assinado em junho de 2019, sob o tema Biodiversidade, entre o ESP e a Província de Aichi. *Participação nas Redes de Governos Regionais* - O Estado, por meio da SIMA, é membro das seguintes redes internacionais: *Regions4 - Regions for Sustainable Development* (Regiões para o Desenvolvimento Sustentável), participando no projeto “Biodiversity Learning Platform” (Plataforma de Aprendizado da Biodiversidade), que objetiva a troca de experiências e conhecimentos técnicos em biodiversidade entre regiões e estados; *The Climate Group*; participando ativamente das iniciativas focadas em mudanças climáticas: *States & Regions Alliance* e *Under 2 Coalition*; *ICLEI – Local Governments for Sustainability* (Governos Locais pela Sustentabilidade); *GoLS - Group of Leading Subnational Governments toward Aichi Biodiversity Targets* (Grupo de Governos Subnacionais Líderes para os Objetivos de Biodiversidade de Aichi); *Regional Leaders* – composta de 7 regiões: Bavaria (Germany), Upper Austria (Austria), Quebec (Canada), São Paulo (Brazil), Shandong (Republic of China), Georgia (USA) and Western Cape Province (South Africa); *CBD Advisory Committee on Sub-National Governments and Biodiversity* - alocado dentro do secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica. *Participação em eventos internacionais* - Participação de representantes da SIMA na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP25), em Madrid, Espanha - dezembro; Seminário Internacional “Preparando a Rede de Energia Elétrica para o Futuro”, em parceria com a Embaixada e o Consulado dos Estados Unidos da América – EUA realizado em 24/07, com o objetivo de discutir os principais desafios do setor energético no século XXI, bem como as tendências em geração distribuída e avanços tecnológicos, com a participação do especialista americano Owen Zinaman e do Professor convidado da Universidade de São Paulo, Dr. José Sidnei Colombo Martini; Mesa-Redonda “Geração Distribuída e Armazenamento” com o convidado americano Owen Zinaman, sócio fundador e Diretor da Clean Energy Transition Partners, realizada em Parceria com a Embaixada e o Consulado dos Estados Unidos da América – EUA em 25/07, com a presença de 14 especialistas convidados dos mais representativos setores ligados ao tema; 2º Seminário Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica em Prédios Públicos de São Paulo em 13/08 – com promoção da SIMA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Consórcio Nippon Koei LAC – Cobrape. O evento faz parte do Convênio de Cooperação Técnica entre a Secretaria e o BID firmado para desenvolver, demonstrar e impulsionar a geração distribuída com energia renovável por meio do uso de energia solar fotovoltaica, com o objetivo de gerar eletricidade e a redução de custos nas contas de energia elétrica; 3º Seminário Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica em Prédios Públicos de São Paulo – 04/12, com o objetivo de apresentar os resultados finais do Projeto no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e o BID, bem como apresentar os casos de sucesso implantados no Estado de São Paulo e em diversos estados brasileiros, a fim de sensibilizar novos atores para a utilização de sistemas de energia solar fotovoltaica. Participação em Comissões/Comitês - Representação da SIMA na Comissão Estadual para os ODS, criada pelo Decreto 63.792, de 9 de novembro de 2018 e em suas Câmaras Técnicas; Criação do Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável, pela Resolução SIMA nº 33, em 14 de maio, com o objetivo de integrar as ações e projetos com as políticas globais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, visando ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas sustentáveis, e com atuação estruturada em três grupos de trabalho: Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS; Representação da SIMA na Câmara Técnica de Mudanças Climáticas da ABEMA. *Audiências* - Foram realizadas diversas audiências com representantes de Consulados e Embaixadas, dentre eles: Suécia, Estados Unidos, China, Emirados Árabes, Canadá, Britânico, Espanha e Nova Zelândia.

Assessoria de Mudanças Climáticas - Apoio técnico-científico e regulatório a projetos da SIMA que contemplem mitigação de emissões de gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. Integração ativa com Governo Federal em políticas na área de clima através do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, com Coordenação Executiva definida por Decreto Presidencial. Participação no Comitê de Integração da SIMA, internalizando o tema junto às entidades que compõem a Pasta. Integração científica através do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Interlocução com a sociedade civil e difusão de informações.

Departamento de Recursos Humanos - Unificação dos quadros de pessoal da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, da Secretaria de Energia e Mineração e da Secretaria do Meio Ambiente, compondo o novo quadro da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Promoção da carreira de Especialista Ambiental regulamentada pelo Decreto 63.721/2018 – já elaborados o Termo de Referência para a contratação da entidade avaliadora, levantamento da metodologia e do conteúdo programático para a realização das provas referentes aos exercícios de 2015, 2017 e 2019. Decreto de 5/8/2019 que autoriza o Acesso à classe de nível imediatamente superior da carreira dos Pesquisadores Científicos do exercício de 2018. Vale Refeição para funcionários da SIMA –

reajustado. Promoção por Merecimento referente ao exercício de 2019 das carreiras de Engenheiro e Engenheiro Agrônomo. Promoção por Merecimento referente ao exercício de 2017 das carreiras de Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica e de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica dos Institutos de Botânica, Florestal e Geológico. Informatização de 10 Processos com criação de fluxo no e-ambiente (sistema que trata da desmaterização de processos), inclusive do registro de ponto mensal, reduzindo consideravelmente o uso de papel, atendendo o Decreto 64.355/19 que instituiu o Programa SP Sem Papel.

Instituto Florestal – IF - Com um quadro de 64 Pesquisadores Científicos, os resultados das pesquisas científicas desenvolvidas pelo Instituto Florestal em diversas áreas do conhecimento foram: trabalhos publicados 50; trabalhos completos em evento 1; apresentações em Congressos 45; cursos e palestras 31; assessorias/pareceres 370; bancas 28. Quanto à formação e aperfeiçoamento do corpo técnico, tivemos em curso dois mestrados, quatro doutorandos. No âmbito das coleções *ex-situ*, destaca-se: Herbário Dom Bento José Pickel (SPSF) - O Acervo do Herbário conta com cerca de 54.000 exsicatas e se firmou como o sexto acervo do Estado consolidando-se referência para os programas Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo e Re flora Nacional (Plantas e Fungos do Brasil). Xiloteca SPSFw: apresenta um acervo de cerca de 7 mil amostras de espécies florestais; Museu Florestal Octávio Vecchi: contando com um acervo de 8 mil itens entre acervo museológico e arquivístico; Biblioteca: apresenta um acervo superior a 12.100 livros e periódicos e 40 mil fascículos. Ao Instituto cabe, ainda, a gestão da pesquisa científica desenvolvida por instituições públicas e privadas nos mais de 2 milhões de hectares de florestas públicas estabelecidos como unidades de conservação e outras áreas protegidas no território paulista - e que prestam serviços ecossistêmicos essenciais para a agricultura do Estado. Desde 1997, consta o registro de mais de 3400 projetos, com cerca de 150 estudos em andamento e 100 pesquisas submetidas para registro no ano. As áreas de pesquisa com maior número de projetos são: fauna (70%), biologia vegetal (46%) e manejo de áreas silvestres (11%). As Unidades de Conservação - UCs com mais projetos desenvolvidos foram: PESH Núcleo Picinguaba (449); Parque Estadual Ilha do Cardoso (221); Estação Ecológica Juréia Itatins (119). O total de projetos cadastrados nos últimos dez anos representam 51% de todos os projetos desde o início do sistema de gestão de pesquisa, o que destaca a relevância desta atribuição do Instituto Florestal. A relevante atuação institucional foi reconhecida com o recebimento do Prêmio Muriqui 2019 - categoria Especial - uma das mais importantes homenagens às ações ambientais no país, concedido desde 1993 pelo Conselho Nacional da Reserva da Mata Atlântica às entidades e pessoas físicas, pelas ações desempenhadas em prol da conservação da biodiversidade, o fomento e divulgação dos conhecimentos tradicional e científico e a promoção do desenvolvimento sustentável na área da Mata Atlântica. O Instituto presidiu as Comissões de Acompanhamento das cessões de uso precárias e por tempo determinado da Floresta de Botucatu, Horto Florestal de Avaré e Estações Experimentais de Mogi-Mirim e Bauru, bem como da área de uso público da Estação Experimental de Tupi às respectivas Municipalidades de Botucatu, Avaré, Mogi-Mirim, Bauru e Piracicaba. No mesmo modelo, encontra-se em tramitação o estabelecimento da cessão de uso da Estação Experimental de Casa Branca e foram concluídos os procedimentos para cessão de uso do imóvel de nº 69 do Parque Estadual Alberto Löffgren em favor do 47º Batalhão de Polícia Militar Metropolitana (Decreto nº 64.584, de 11/11/2019). Os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Florestal constituem a base para a implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas, com destaque para o Mapeamento Temático da Cobertura vegetal nativa do estado de São Paulo, que subsidiará pesquisas e políticas públicas, visto ser a base do Programa Remanescentes Florestais (Decreto nº 55.947/2010), que tem o objetivo de fomentar a delimitação, demarcação e recuperação de matas ciliares e outros fragmentos florestais, contribuindo, dessa forma, com a mitigação das mudanças climáticas globais, a conservação da biodiversidade. Com relação aos Convênios e Cooperações Técnicas, o Instituto Florestal vem implementando as ações previstas no convênio celebrado com a EMBRAPA Florestas que visa a execução de trabalhos de pesquisa para produção de sementes melhoradas de espécies florestais nativas e exóticas para a produção de madeira de usos múltiplos. Foram concluídas as atividades previstas no convênio celebrado com a Prefeitura Municipal de Angatuba para a implantação e desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental da Estação Ecológica de Angatuba. Estão em andamento às ações referentes à Cooperação Técnica firmada com o Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas – CRATOD, unidade da Secretaria de Estado da Saúde, para implementação de ações conjuntas que assegurem a realização do Projeto “Resgatando Vidas e Restaurando o Bioma” que visa a reinserção social de pessoas usuárias de substâncias psicoativas em tratamento, por meio de atividades de capacitação na produção de mudas de essências florestais e, a Cooperação Técnica firmada com o Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente com objetivo de implementar o Inventário Florestal Nacional no estado de São Paulo. Ainda com relação às Cooperações Técnicas, em 2019 foram iniciadas tratativas com a Agência Florestal da Suécia, com o Serviço Florestal dos Estados Unidos e com a JICA para prospecção de temas para futuras parcerias na área florestal.

A ampliação das áreas protegidas no território paulista é fundamental para o cumprimento de compromissos internacionais assumidos, em especial no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica e da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nesta esfera, o Instituto Florestal teve efetiva participação nos estudos para elaboração da proposta técnica para criação das Unidades de Conservação dos Cânions Paulista, que foi concluído em novembro e encontra-se em fase de audiência pública. Também teve efetiva participação nos estudos para proposta de criação de Monumento Natural da Serra da Mantiqueira. Importante papel de utilidade pública é desempenhado pelo Instituto através da doação de madeira para prefeituras paulistas, para benfeitorias em infraestruturas, em especial pontes rurais. Neste exercício procedeu com doação para as Prefeituras Municipais de Assis, Palmital, Pederneras e Arealva, que totalizaram valor de R\$ 87.580,00. Foi efetivada a doação de um ônibus pertencente à subfrota do IF, para a Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio para utilização no Projeto Cultura em Movimento, que prevê levar biblioteca e cinema aos 22 assentamentos rurais e áreas distantes do município.

A representatividade institucional se fez presente através da participação na 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba, na 1ª Feira de Ciências da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, participação em eventos técnicos/científicos nacionais e internacionais, com destaque para: Congresso Nacional de Botânica, Congresso Mundial da IUFRO, Congresso Latino-americano de Botânica, Congresso Latino-americano de Parques Nacionales y Otras Areas. Durante o exercício, a Instituição procedeu à doação de publicações técnica/científica para diversas entidades, e realizou cursos de campo para pós-graduação em Itirapina e cursos no

Laboratório de Hidrologia de Cunha, atividades estas de fundamental relevância para a popularização do conhecimento científico e para a formação de recursos humanos altamente capacitados para atuação no meio ambiente.

A arrecadação de receitas através da venda de madeira e resina (contratos para um período de até 5 anos), foi na ordem de R\$ 35.760.000,00 nos leilões SIEFLOR (desse total, 30% DREM e, 60% FF e 40% IF) e, R\$ 4.031.674,00 nos leilões de áreas que não fazem parte do Plano de Produção Sustentada do SIEFLOR (maneios necessários em Unidades de Conservação administradas pelo IF). Desses valores, 30% serão destinados ao DREM – Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios, nos termos da Emenda Constitucional nº 93/2016. Ademais, o IF captou cerca de R\$ 12 milhões junto à Câmara de Compensação Ambiental para implementação de ações previstas nos Planos de Manejo das UCs.

Destaque para as principais contribuições para as políticas e ações estaduais que contaram com a participação efetiva do IF: *Programa Nascentes*: realização de pesquisas e experimentação de técnicas de restauração ecológica e silvicultura de essências nativas em regiões de Mata Atlântica e Cerrado; *Programa Economia Verde*: as pesquisas desenvolvidas no IF deram suporte à produção florestal por várias décadas, especialmente em se tratando de silvicultura de pinus, eucaliptos e essências nativas, com ampla rede de plantios experimentais e grande acervo de publicações científicas sobre o assunto. Licenciamento Ambiental: disponibilização de conhecimento sobre os ecossistemas naturais do estado, sua distribuição espacial (Inventário Florestal), sua biodiversidade (levantamentos e coleções: Herbário, Xiloteca, Biblioteca e Museu), seu funcionamento (estudos ecológicos, dinâmica em parcelas permanentes) e sua restauração ecológica (técnicas, trajetórias, indicadores para monitoramento), ademais de estudos e pareceres correlatos. Gestão da pesquisa em UCs: De 1988 até o momento foram registrados na COTEC, 3.400 projetos de pesquisa, dos quais cerca de 150 se encontram em andamento, sendo que neste ano foram recebidas cerca de 100 novas propostas. Realização e acompanhamento de visitas técnicas: recepção, organização e realização de visitas técnicas para organismos e delegações internacionais (Suécia, Estados Unidos, China); promoção de cursos de capacitação em identificação de madeira para a Polícia Militar Ambiental e Universidades. Alfabetização Ambiental: definição de espécies, logística, subsídios para produção de conteúdos quanto a abordagem ambiental nas estratégias de alfabetização.

Instituto Geológico – IG - Atualmente são 22 projetos de pesquisa em andamento, dos quais 6 são executados parcial ou exclusivamente com financiamento externo, inclusive do exterior, contemplando as áreas de hidrogeologia (8 projetos), desastres naturais (9 projetos), pesquisa básica/ambiental (4 projetos) e de acervos/museu (1 projeto).

Em meio ao desenvolvimento dos projetos, foram proporcionadas participações em vários eventos, nos quais os resultados alcançados nas pesquisas desenvolvidas e, em desenvolvimento foram apresentados para a comunidade científica e para a população em geral. Ainda no contexto da formação de recursos humanos, foram finalizadas 5 orientações de projetos iniciação científica de nível superior (de responsabilidade dos Núcleos de Geomorfologia, Climatologia, Geologia de Engenharia e Ambiental) e 4 de nível médio (de responsabilidade dos Núcleos de Geoprocessamento e Geologia de Engenharia e Ambiental). Atualmente estão em andamento 10 orientações de iniciação científica com bolsas PIBIC-CNPq, sendo 5 do nível superior, assim distribuídas: 1 do Núcleo de Climatologia, 2 do Núcleo de Geologia de Engenharia e Ambiental, 2 do Núcleo de Geomorfologia e, 5 do nível médio, sendo 1 do Núcleo de Climatologia, 1 do Núcleo de Hidrogeologia, 2 do Núcleo de Geologia de Engenharia e Ambiental e 1 do Núcleo de Publicações e Divulgação em Geociências. A divulgação do trabalho desenvolvido na instituição para o público, científico ou não, se deu por meio de cursos e palestras, incluindo o curso “Geologia aplicada à proteção e defesa civil e vistorias em áreas de risco” para a Operação Verão – OPOVs, onde foram ministradas 8 Oficinas Regionais de Defesa Civil, nos municípios de Campos de Jordão, Cajati, São Bernardo do Campo, Alumínio, Capão Bonito, Itatiba, Piracicaba e Cubatão, com público aproximado de 751 pessoas. Também foram ministradas 08 Oficinas para a Operação Estiagem – OPOEs, nas regiões de Barretos, Franca, Araraquara, Sorocaba, Presidente Prudente, Araçatuba, Ribeirão Preto, Registro e 2 cursos de Percepção de Risco, em Mauá e Caraguatatuba, com público aproximado de 2973 pessoas. O IG também atuou nas Ações de Apoio e Suporte às Políticas Públicas, sendo até o momento, realizados 47 atendimentos, que incluem vistoria, pareceres e laudos, assim distribuídos: Coordenadoria de Defesa Civil do Estado de São Paulo (ação PPDC – Plano Preventivo de Defesa Civil (Decretos Estaduais nº 42.565/1997; 40.151/1995 e 48.526/2004) com 23 atendimentos; Ministério Público Estadual através das procuradorias de justiça, com 11 atendimentos às solicitações nas áreas de risco geológico, erosão, nascentes/cursos d’água, CETESB com 3 atendimentos as solicitações de avaliações de áreas de cavernas e carste, risco geológico e avaliação de estudo hidrogeológico; Fundação Florestal com 2 atendimentos para apoio à criação de RPPNs no Estado de São Paulo. Inclui ainda atendimentos a prefeituras (1 atendimento), Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, com 2 atendimentos sobre nascentes/cursos d’água e outros 5.

No apoio à gestão dos recursos hídricos subterrâneos, há participação em fóruns nos níveis federal e estadual Coordenação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CTAS/CNRH, além dos comitês de bacias hidrográficas Coordenação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari, Jundiá – CTAS/PCJ, contribuindo com a experiência, conhecimento e aplicação dos resultados das pesquisas desenvolvidas.

No Gerenciamento de Risco e Redução de Desastres Naturais, o IG exerceu a coordenação técnica do projeto “Avaliação e mapeamento de risco (nas escalas 1:25.000, 1:10.000, 1:3.000) em apoio ao Setor de Transportes – ST e ao Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e Redução de Riscos Geológicos do Estado de São Paulo – PDN”, financiado pelo Banco Mundial. Com base no Termo de Cooperação Técnica entre IG e Coordenaria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPDEC de apoio técnico aos Planos Preventivos de Defesa Civil – PPDC, o IG atuou na Operação Verão 2018-2019, mantendo técnicos em plantão 24 horas, os quais realizaram 15 atendimentos com vistorias em 29 áreas, abrangendo 10 municípios. As avaliações de risco indicaram a interdição definitiva de 35 moradias com remoção definitiva de 144 pessoas e interdição

temporária de 162 moradias com remoção preventiva de 1313 pessoas. O Cadastro de eventos e desastres geodinâmicos totalizou a sistematização de cerca de 63.000 registros.

Na área da Hidrogeologia os projetos desenvolvidos foram voltados a: Contaminação das águas subterrâneas por Nitrato; Aquíferos fraturados da Região Metropolitana de São Paulo; Potencial hídrico do Aquífero Tubarão na Bacia Piracicaba-Capivari-Jundiá; Proteção de poços para abastecimento público nos municípios do oeste paulista; Caracterização e proteção dos aquíferos Serra Geral e Guarani, entre Ribeirão Preto e Avaré.

Na área de Recursos Minerais, o Grupo de Trabalho instituído pelos Secretários de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente/SIMA e da Casa Militar do Gabinete do Governador/CMIL, por meio da Resolução Conjunta SIMA-CMIL nº 01 de 29/1/2019, apresentou às Agências Fiscalizadoras e ao Ministério Público o Relatório de Segurança de Barragens no Estado de São Paulo. O GT teve Coordenação Geral do Subsecretário de Infraestrutura da SIMA e Coordenação Técnica do Instituto Geológico – IG. O relatório apresentou os resultados das atividades do GT, responsável pelo levantamento, atualização e análise de informações relativas à situação de risco das barragens no Estado de São Paulo, e pela recomendação de medidas voltadas para contribuir com o aperfeiçoamento e ampliação da segurança das barragens enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB (Lei Federal 12.334/2010) e, consequentemente, contribuir com a continuidade das operações de forma responsável e segura.

O Museu Geológico – MUGEO até o final de outubro recebeu um total de 43.213 visitantes, sendo 87 escolas públicas, privadas e entidades sem fins lucrativos com 3.999 alunos e 39.214 visitas espontâneas. Foram realizados os eventos Exposição Itinerante, no período de 2 a 30/4 no Museu Histórico e Pedagógico de Limeira, Comemoração dos 90 anos do Parque da Água Branca em 1/6, Comemoração do Dia da Árvore e 13ª Primavera dos Museus, no período de 21 a 29/9, com exposição de aquarelas alusivas à árvore, por meio de leituras de mestres nacionais e internacionais e monitoria com palestra e breve exposição de peças do acervo do MUGEO sobre o tema: Vegetação - Uma Viagem Geológica na História da Terra. Foram finalizadas 4 orientações de iniciação científica de nível superior e 5 estão em andamento.

Instituto de Botânica – IBt - Na gestão do produto “Pesquisa ambiental, gestão de acervos e capacitação em biodiversidade e meio ambiente”, o IBt produziu até o momento um total de 635 publicações e serviços técnico-científicos, entre Artigos Científicos, Livros, Capítulos de Livros, Manuais, Teses e Dissertações, Apresentações de Trabalhos e Cursos.

As coleções do Herbário SP do IBt incorporaram até o mês de novembro 15.008 novas exsicatas, sendo que o número total atual da coleção é 514.925. Ao longo do ano foram desenvolvidos 28 projetos de pesquisa científica sendo 20 projetos em Biodiversidade e Conservação, 5 em Mudanças Climáticas Globais, 1 em Bioprospecção e 2 em Recursos Hídricos.

O curso de Pós-Graduação em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente, formou 29 profissionais na área, sendo 18 mestres e 11 doutores no ano. Além disto, o programa teve financiamento das agências de fomento CAPES, CNPQ e FAPESP no valor total de R\$ 1.485.072,46, referente a bolsas de Mestrado e Doutorado, e convênio PROAP no valor de R\$ 64.272,46. O IBt possui atualmente 10 grupos de pesquisa cadastrados e certificados na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Já na gestão do produto Conservação, proteção e atendimento ao público do Jardim Botânico e áreas protegidas, o Jardim Botânico de São Paulo – JBSP recebeu até novembro deste ano 138.320 visitantes. O Programa de Educação Ambiental do JBSP atendeu 16.950 estudantes do ensino fundamental e médio em visitas monitoradas e 410 estudantes em oficinas educativas, que perfazem o atendimento a um total de 201 escolas, sendo 75 públicas e 126 privadas oriundas de 26 municípios paulistas. A equipe do Núcleo de Pesquisa em Educação para Conservação do JBSP participou ativamente do Comitê de Integração de Educação Ambiental estando presente em todas as Edições dos Diálogos de Educação Ambiental e contribuindo no Projeto Alfabetização Ecológica no segmento pedagógico. Para aprimoramento das atividades de educação ambiental está em andamento o Plano de Trabalho - Reforma do Museu Botânico Dr. João Barbosa Rodrigues e nova exposição do Jardim Botânico de São Paulo, com recursos da Câmara de Compensação Ambiental com finalização prevista para maio de 2020. No jardim Botânico foram realizadas as reformas das duas estufas com Biomas do Cerrado da Mata Atlântica. Além disso, foi lançada pelos Correios no Instituto de Botânica, no dia 5/6/2019, Dia Mundial do Meio Ambiente, a emissão especial Diversidade dos Fungos, da série Mercosul, com tiragem de 240 mil exemplares (40 mil de cada selo). Foram realizados 11 eventos no JBSP, destacando-se as exposições de Orquídea e Bonsai e o VII Simpósio de Restauração Ecológica que teve aproximadamente 1 mil participantes. O Instituto de Botânica aprovou 20 Planos de Trabalho junto à Câmara de Compensação Ambiental de SP, no valor total de R\$ 17.057.806,17.

A Reserva Biológica de Mogi Guaçu, Reserva Biológica do Alto de Paranapiacaba e o Parque Estadual Fontes do Ipiranga – PEFI possuem cerca de 85 projetos de pesquisas e juntas receberam cerca de 480 pessoas/ano para o desenvolvimento de atividades didáticas relacionadas ao meio ambiente, tais como aulas de campo, atividades de educação ambiental e treinamentos.

Coordenadoria de Parques e Parcerias – CPP - é responsável pela gestão dos Parques Alberto Löfgren (Horto Florestal), Estadual do Belém Manoel Pitta, Jequitibá, Chácara da Baronesa, Dr. Fernando Costa - “Água Branca”, Ecológico Guarapiranga, Gabriel Chucre, Juventude - Dom Paulo Evaristo Arns, Várzea do Embu Guaçu - Professor Aziz Ab’Saber, Villa-Lobos, Candido Portinari e do Projeto Pomar Urbano. Os parques urbanos receberam até o mês de outubro, 16 milhões de visitantes e até o final do exercício executariam R\$ 42.400.000,00 para atendimento dos parques por meio de contratos voltados à conservação de áreas verdes, manutenção civil e predial, vigilância patrimonial, limpeza e monitoria ambiental.

Dentre as principais ações destacam-se: publicação do Chamamento Público nº 01/2019 visando à divulgação das áreas disponíveis para parcerias e para revitalização dos espaços e equipamentos dos Parques Urbanos Estaduais; renovação do Convênio com a empresa BestPlayers (Petz) para a revitalização dos espaços caninos nos Parques Villa Lobos, Candido Portinari e

Juventude; renovação do Termo de Cooperação com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SedPcD para o desenvolvimento das atividades do centro de Equitação Adaptada no Parque Dr. Fernando Costa - Água Branca; publicação de Edital de Manifestação de Interesse para doação de bens móveis, serviços, recursos financeiros e direitos, com a finalidade de agilizar o procedimento atual; assinatura de Termo de Cooperação com o Fundo Social do Estado de São Paulo - FUSSP, visando a realização dos cursos da escola de Bioconstrução no Parque Dr. Fernando Costa - Água Branca; execução do convênio firmado com a Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo – FMVZ-USP com o objetivo de desenvolvimento do programa Medicina Aviária no Parque da Água Branca; abertura do Parque Jequitibá ao público, a partir do mês de julho; redução do Gasto Público por meio da revisão dos contratos vigentes, em atendimento ao Decreto nº 64.066 de 2 de janeiro de 2019, que resultaram em economia de R\$ 1.662.598,32; autorizações de uso para a realização de 152 eventos de caráter artístico, cultural, ambiental, desportivo, cívico ou agropecuário nos parques urbanos, com arrecadação de R\$ 1.264.086,01 (até outubro); realização de cursos e oficinas em atividade de monitoria ambiental nos parques urbanos, com atendimento de 18 mil pessoas no ano; elaboração dos Planos de Educação Ambiental para todos os parques urbanos em parceria com a Coordenadoria de Educação Ambiental – CEA; contratação de estudos de análise confirmatória de eventual contaminação em área localizada no interior do Parque da Juventude, em atendimento às recomendações da CETESB; realização de eleições para composição dos Conselhos de Orientação - biênio 2019/2021 nos parques: Dr. Fernando Costa, Gabriel Chucre, Jequitibá, Guarapiranga, Belém e Juventude; execução de projetos paisagísticos e de recuperação ambiental das margens Leste e Oeste do Rio Pinheiros por meio dos Termos de Doação firmados com as empresas Telefônica S.A e Reservas Votorantim Ltda, no âmbito do Projeto Pomar Urbano.

Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB - Em janeiro o Decreto Estadual nº 64.059 alterou a denominação de Secretaria do Meio Ambiente para Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, mantendo inicialmente as Coordenadorias de Biodiversidade e Recursos Naturais – CBRN e de Fiscalização Ambiental – CFA. Em março o Decreto Estadual nº 64.132 trouxe um novo desenho para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, sem CBRN e CFA, unindo atribuições de fiscalização e de fomento da biodiversidade na Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade. A partir de março, com a publicação do Decreto estadual nº 64.131, de 11 de março de 2019 e da Resolução Conjunta SAA/SIMA, de 12 de março de 2019, as atividades de apoio ao Cadastro Ambiental Rural – CAR passaram para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento – SAA. Até julho, a CFB deu o apoio à SAA no atendimento às requisições de informações sobre a adequação ambiental dos imóveis rurais. Além da transferência da gestão do CAR, outras agendas passaram para a atribuição da SAA, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS, tais como: a coordenação dos Protocolos agroambientais com o setor sucroenergético e de Transição Agroecológica; a Política para insetos Polinizadores, seus produtos e subprodutos e o cadastro de cadastro de plantio de árvores de espécies nativas cadastradas para fins de produção nos imóveis rurais. O objeto de atuação definido para a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade é a proteção e recuperação dos recursos naturais, uso sustentável e conservação da biodiversidade, desenvolvendo estratégias específicas para fomento e para contenção e prevenção da degradação da biodiversidade ocasionada a partir de atos e crimes contra o meio ambiente. Para o enfrentamento das questões de degradação, a CFB, conjuntamente com a Polícia Militar Ambiental, tem como atribuição: planejar, coordenar, monitorar e executar a Política de Fiscalização no Estado de São Paulo; concentrando esforços em duas frentes de atuação: Gestão da fiscalização: envolve a implementação de estrutura e ações para dar eficiência e efetividade à gestão dos processos administrativos gerados a partir de cada uma das infrações ambientais identificadas no território paulista. Ações estratégicas de fiscalização e monitoramento: direcionadas à proteção de áreas de relevância e importância para a conservação da biodiversidade no Estado de São Paulo, bem como aos temas elencados como prioritários. Essas ações estão organizadas em linhas temáticas consolidadas nas metas estabelecidas no Plano Plurianual 2016-2019 e em Programas ou Planos de Fiscalização e Monitoramento específicos, articulados com demais instituições e órgãos governamentais ou mesmo com o envolvimento da sociedade civil.

Na linha de Gestão, estruturação e modernização da fiscalização, registra-se: 100% dos Autos de Infração Ambiental lavrados digitalmente – AIA Eletrônico e integração das informações do Sistema da Polícia Militar – SIOPM com o Sistema Integrado de Gestão Ambiental da SIMA – SIGAM, possibilitando a celeridade do processo. 100% dos Processos Administrativos originados dos Autos de Infração Ambiental em formato eletrônico, por meio do e-Ambiente (sistema que trata da desmaterialização de processos), possibilitando acesso aos funcionários e aos cidadãos, eliminando a geração de processos em papel e agilizando a tramitação de documentos. No que diz respeito aos dados do programa de conciliação ambiental foram: 22.317 Auto de Infração Ambiental consolidados nas sessões de Atendimento Ambiental – AA realizadas pelos técnicos da CFB e policiais militares ambientais, sendo 45,5 % na categoria flora, 22,5% na categoria fauna, 16,8 % na categoria pesca e 15,2 % de outros; 2.493 defesas na 1ª instância protocoladas sobre a decisão do AA, sendo que 1.886 foram analisadas; 542 recursos protocolados na Comissão de Julgamento de AIAs na 2ª instância, tendo sido analisados 1377 autos. Como atividades relacionadas a todos os AIAs, independente do período de lavratura, destaque-se: 2697 débitos inscritos no sistema da dívida ativa referente às multas ambientais, totalizando R\$ 42 milhões; recolhimento de R\$ 21,1 milhões referente ao pagamento de multas ambientais. Para a recuperação de danos ao meio ambiente, foram: Firmados 3.638 termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA no ano; realizadas 771 vistorias visando verificar o cumprimento dos Termos de Compromissos de Recuperações Ambientais. Conversão de multas em serviço ambiental realizada em 238 Autos de Infração Ambiental com total de R\$ 11.793.221,86 convertido por meio do Programa Nascentes, permitindo o compromisso para restauração ecológica de 222 ha.

Na linha de Ações estratégicas de fiscalização e monitoramento, registra-se: O Projeto de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites - MAIS, realizado sistematicamente desde 2012 pelo Centro de Monitoramento da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, monitorou 388.962 km² do estado. Foram encaminhados à Polícia Militar Ambiental alertas que somaram 609,14 hectares (ou 6,09 km²) de possíveis supressões de vegetação nativa, sendo até o momento autuados 279,67 hectares (ou 2,79 km²). Pelo Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação – SIM, realizado em parceria com a Fundação Florestal, Instituto Florestal e Instituto de Botânica: Nas unidades de proteção integral (SIM-UC): 6.449 ações de fiscalização e 551

ocorrências entre os meses de janeiro a outubro, com incidência de registros de danos relacionados à flora (25%); obras irregulares (10%) e à fauna (15%); nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, das 97 RPPN criadas no território paulista, 70 (72%) RPPN criadas e 5 em processo de criação participam do Plano de Apoio à Proteção das RPPN, que indicam dentre os principais problemas e pressões: incêndios e queimadas (35%), caça (17%) e extração de produtos florestais (16%); 82.683 ações de policiamento ambiental preventivo e ostensivo realizadas pela Polícia Militar Ambiental em todo o território do estado. No âmbito do Sistema de Denúncias, 28.535 denúncias sobre possíveis danos ao meio ambientes registradas e atendidas pela Polícia Militar Ambiental, de janeiro a novembro, sendo 37,5% relacionadas à flora e 35% à fauna. Pela Operação Corta-Fogo, a atuação preventiva, de preparação e de resposta aos incêndios florestais foram focadas em: Implantação do módulo BOI – Boletim de Ocorrência de Incêndio Florestal no SIPAI – Sistema de Proteção Ambiental Integrada, permitindo o cadastro das ocorrências de incêndio detectados e combatidos pelas Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas Estaduais; Articulação com prefeituras, mediante adesão dos municípios à Operação Corta-Fogo. Trata-se de um compromisso voluntário que as prefeituras assumem visando inserir ações de prevenção e combate aos incêndios florestais no planejamento e gestão ambiental no território sob sua jurisdição. Atualmente são 275 municípios aderentes (43% dos municípios paulistas), 249 municípios com brigadas (91% dos municípios aderentes) e um total de 1.849 brigadistas municipais; Campanha de prevenção nas rodovias, com divulgação à população sobre os riscos e prejuízos causados pelos incêndios e queimadas. A campanha contou com 23 concessionárias de rodovias para divulgação de mensagens em 377 painéis eletrônicos. Elaboração e início do Sistema de Proteção Ambiental Integrada – SIPAI, que visa organizar o registro e as informações relativas às ocorrências e fiscalizações realizadas no âmbito das áreas protegidas e em todo o território do estado, possibilitando a avaliação das ações de fiscalização e o planejamento estratégico para proteção da biodiversidade. As demais ações relacionam-se atualmente a restauração ecológica, incentivos econômicos e fauna silvestre in situ e ex situ. A Restauração Ecológica constitui uma das principais estratégias para viabilizar, no médio e longo prazo, a efetiva conservação da biodiversidade e dos recursos naturais na Mata Atlântica e no Cerrado Paulista. Considerando as diversas modalidades de projetos de restauração ecológica, o total acumulado de área em restauração registrada no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE, até novembro de 2019, foi de mais de 15.000 hectares. Com o intuito de conservar e proteger a biodiversidade, a CFB executa diversos projetos que utilizam a ferramenta de Pagamento por Serviços Ambientais. O Conexão Mata Atlântica é um projeto de financiamento não reembolsável, que conta com repasse dos recursos do Global Environment Fund – GEF. O Estado de São Paulo é um dos parceiros estratégicos do projeto, sendo executado pela SIMA e Fundação Florestal. O projeto é coordenado pelo Grupo de Trabalho e Acompanhamento de Projetos Estratégicos – GTAPE, e a SIMA executa o componente 2 do projeto, que visa recuperar e aumentar os estoques de carbono em áreas prioritárias ao longo da bacia do Paraíba do Sul por meio da implementação de esquemas de Pagamento por Serviços Ambientais. A CFB atua na execução dos PSA Proteção e PSA Uso Múltiplo. O PSA Proteção remunera proprietários rurais que se comprometam a executar ações para proteção dos remanescentes florestais e realizar ações para a restauração de áreas. O PSA Uso Múltiplo remunera proprietários rurais que realizam ações para a conversão produtiva de pastagens e terras degradadas para usos da terra com maior armazenamento de carbono, ações para restauração de florestas privadas nativas e conservação de vegetação nativa remanescente e em regeneração. A CFB executa o projeto Mina d'água que remunera proprietários rurais que realizam ações de proteção de nascentes em suas propriedades. Atualmente estão ativos os municípios de Piracacia e Votuporanga. Outro projeto é executado em parceria com a Fundação Florestal é o PSA RPPN - Reserva Particular de Patrimônio Natural. Foi lançado o 3º edital, foram consideradas elegíveis 7 RPPNs e, no momento, estão sendo elaborados os planos de ação pelos proprietários. A CFB promoveu o 11º Encontro Paulista de Biodiversidade, este ano com o tema: Pagamento por Serviços Ambientais e Coexistência Humano-Fauna. O EPBIO é promovido anualmente pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente por meio da sua CFB e tem como objetivo promover o debate entre sociedade civil, academia e poder público, apresentando proposições de novas estratégias e políticas para a conservação e recuperação da biodiversidade no Estado de São Paulo. A CFB iniciou a execução do Projeto Monitoramento de impactos de sistemas agroflorestais no Estado de São Paulo para proteção e conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade, financiado pelo FEHIDRO para gerar informações sobre impactos da produção em SAFs sobre os recursos hídricos, solos e biodiversidade, além dos custos e receitas dessa alternativa de restauração ecológica produtiva. Foi contratado e está em andamento serviço terceirizado para realizar o monitoramento em 29 SAFs implantados entre 2013 e 2017, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS/Microbacias II. Também estão previstas atividades de capacitação para dar sustentabilidade aos sistemas implantados. Foi desenvolvido um sistema online para homologação de novos criadores amadores de passeriformes, com previsão de início de atividade a partir de janeiro de 2020. Foi também aprovado pela Câmara de Compensação Ambiental - CCA/SMA, Projeto de Manejo Populacional Integrado de Cães e Gatos nas Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação sob gestão da Fundação Florestal, atingindo 7 municípios em 4 UCs: Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR, Parque Estadual Intervales, Parque Estadual de Ilha Comprida e Parque Estadual Carlos Botelho desenvolvido com apoio da ONG Word Animal Protection e do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Medicina Veterinária da USP. Tendo como resultado até novembro que 837 animais foram castrados e microchipados, 11 capacitações destinadas a agentes de saúde e professores da rede pública com temas relativos à educação ambiental e sanitária e guarda responsável de animais domésticos, as ações desse projeto atingiram 13 comunidades, das quais, 2 aldeias indígenas.

Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA - No âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo – ZEE-SP, que envolve várias áreas do Sistema Ambiental Paulista desde 2016, foram realizadas as seguintes atividades: construção de contexto de caracterização do território, pautado nas cinco diretrizes estratégicas, considerando estado, impactos, fatores agravantes e respostas; construção de modelo conceitual para elaboração de cartas-síntese de cada diretriz estratégica, considerando situação atual, pressões e capacidade de resposta; processamento de cartas-síntese das diretrizes estratégicas, com proposição de classes, pesos e normalização validadas por especialistas temáticos; identificação de fenômenos/fatores portadores de futuro; seleção de variáveis com interferência atual e potencial sobre o território; análise de influências diretas entre as variáveis; classificação de variáveis-chave, pelo método MicMac; definição de classes e séries históricas para os indicadores elencados; cruzamento de situações possíveis (análise morfológica), com identificação de cenários preliminares. Ainda foram publicados

dois artigos abordando o ZEE e a questão climática, um para o projeto Latino Adapta (sob responsabilidade da FGV e IEE) e outro para o MacroAmb (de responsabilidade da USP), além da apresentação do exercício sobre Serviços Ecossistêmicos no SINRAD. Como o ZEE-SP integra o Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo - Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente – PTLMA, foram entregues os seguintes produtos pelas três consultorias contratadas: proposta metodológica aplicada ao ZEE-SP; correlação entre políticas públicas e diretrizes estratégicas do ZEE-SP; subsídios de reuniões setoriais para políticas públicas e cenarização; lista de atributos para caracterizar vulnerabilidades e potencialidades naturais e socioeconômicas; prospecção de metodologia e ferramenta de análise territorial; versão preliminar de cenários tendenciais e desejados; evolução da arquitetura e da plataforma tecnológica do DataGEO - Rede ZEE, alimentada com as bases de dados produzidas ao longo do processo. No planejamento e gestão das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs, definidas na Lei Estadual nº 9.866/97, a CPLA aplicou a metodologia da resolução SMA nº 142/2018 para avaliação e compatibilização com as leis específicas das APRMs Billings e Guarapiranga dos municípios de Embu das Artes, Embu Guaçu, Itapeverica da Serra, Santo André e São Paulo, sendo que este apenas com relação às APRMs Billings e Alto Juquery. Desta forma, os citados municípios estão habilitados para assumir a atribuição de municipalização do licenciamento ambiental, conforme previsto na Deliberação Normativa Consema nº 01/2018. Com relação ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI, coordenado pela EMPLASA, nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Sorocaba, Campinas, Baixada Santista e Aglomerações Urbanas de Jundiaí e Piracicaba, a participação da CPLA se deu por meio dos Comitês Executivos e de Grupos de Trabalho, totalizando mais de 8 reuniões. A CPLA participa ativamente das várias instâncias e fóruns do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, coordenado pela SIMA, com destaque para o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI e os comitês de bacias do Alto Tietê, Baixada Santista, Sorocaba e Médio Tietê e Piracicaba, Capivari e Jundiaí, onde atua inclusive em algumas de suas câmaras técnicas. Na Gestão de Resíduos Sólidos, a CPLA está coordenando a revisão do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo de 2014, previsto para ser publicado no primeiro semestre de 2020. A Coordenadoria atuou ainda no fomento à regionalização da gestão e gerenciamento de resíduos sólidos; participou da análise do Termo de Referência para contratação do financiamento visando à elaboração do Plano Regional de Resíduos Sólidos para o Consórcio de Estudos, Recuperação e Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê – CERISO e está apoiando tecnicamente a elaboração do Termo de Referência para contratação do Plano Regional de Resíduos Sólidos da Região do Alto Tietê. Em 23/2 foi instituído na SIMA o Comitê de Integração de Resíduos Sólidos – CIRS, por meio de Resolução SIMA nº 12/2019. No âmbito do CIRS foram criados seis Grupos de Trabalho, a saber: GT1 - Revisão do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo – PERS; GT2 - Regionalização e Consórcios; GT3 - Logística Reversa, Coleta Seletiva e Ação Social; GT4 - Planejamento e Controle de operações em Aterros Sanitários; GT5 - Inovação Tecnológica para tratamento de Resíduos Sólidos, e GT 6 - Educação Ambiental e Comunicação. A CPLA está coordenando o GT1 e o GT2, além de estar participando das discussões dos demais GTs. Foi realizado ainda o acompanhamento das atividades previstas no Plano de Trabalho do Convênio com a Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Com vistas a aumentar a adesão das Entidades ao SIGOR - Reciclagens foram realizadas três Oficinas presenciais, duas em São Paulo e uma em Campinas, para apresentação do Sistema e auxílio no preenchimento dos dados solicitados no cadastramento. Serão ainda desenvolvidas, dentro do Módulo Reciclagem do SIGOR, as interfaces com as Prefeituras Municipais e Empresas ligadas à Logística Reversa. No âmbito da Sistematização e Difusão de Dados e Informações Ambientais Territoriais, houve a disponibilização e publicação de 191 novas informações na Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo - IDEA-SP, destacando-se: os Planos de Manejo da Estação Ecológica de Itapeti, Monumento Natural Estadual da Pedra Grande, Floresta Estadual de Guarulhos e dos Parques Estaduais de Itaberaba, Itapetininga e Restinga de Bertioxa; Operação Corta Fogo – Adesão de Municípios. O DataGEO atingiu mais de 95 mil acessos em novembro, superando a meta estabelecida no PPA para o ano. O Relatório de Qualidade Ambiental – RQA, instituído pela Lei nº 9.509/1997, é um dos principais instrumentos de comunicação, publicidade e monitoramento dos indicadores de estado da qualidade ambiental dos municípios do estado de São Paulo. A edição de 2019 foi apresentada ao CONSEMA, em 13/11. Nessa versão atual são apresentados 118 indicadores e 55 Programas e Ações do Sistema Ambiental Paulista. No âmbito dos trabalhos do Comitê de Integração dos Planos de Manejo (instituído pela Resolução SMA nº 93/2017), a CPLA apoia os trabalhos de elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação – UC Estaduais, principalmente no que se refere à caracterização do meio antrópico e no apoio ao processo participativo, e também os trabalhos de elaboração do roteiro metodológico para as diferentes categorias de UC.

Coordenadoria de Educação Ambiental – CEA - Em cumprimento à Política Estadual de Educação Ambiental, Lei 12.780 de 30 de novembro de 2007, regulamentada através do Decreto 63.456 de 5 de junho de 2018 e o Decreto 64.132 de 11 de março de 2019 que dispõe sobre a organização da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente definindo suas atribuições, a Coordenadoria de Educação Ambiental – CEA estrutura sua atuação em dois eixos, ambos direcionados a inserir e aprofundar a Educação Ambiental em diálogo e articulação com os diferentes segmentos da sociedade paulista e com os diversos órgãos ambientais das três esferas de governo. Os dois eixos agregam em seus programas ações consideradas estruturantes, que criam condições para a sua continuidade e implementação das Políticas Estaduais Ambientais e de Educação Ambiental. Assim, entre janeiro e novembro a CEA manteve sua atuação pautada pela execução desses programas abrigados nos dois eixos, totalizando 201 ações formativas. O Primeiro Eixo de Atuação, denominado “Fortalecimento da Educação Ambiental no Estado de São Paulo”, é composto por programas, com ações detalhadas abaixo. No Programa de Ampliação da Participação da Sociedade na Educação Ambiental, com a instituição da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, foi desenvolvido um trabalho de apresentação de plano de trabalho para essa instituição e de desenvolvimento de processos formativos para os membros sobre as pautas a serem desenvolvidas nesse âmbito, como a oficina sobre Plataforma de Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental; ressalta-se que, com a fusão das Secretarias houve necessidade de ajustes na composição e decreto de nomeação dos novos membros, e como consequência a reunião oficial com a posse dos membros, ocorrida em dia 5/12. O “Circulando a Educação Ambiental no Estado de São Paulo” configura também uma ação voltada a subsidiar a CIEA quanto à definição de suas pautas e na relação entre Estado e sociedade civil para o desenvolvimento de políticas públicas de Educação Ambiental, e foi apresentado para essa Comissão e pré-aprovado para fazer parte de seu

funcionamento, realizada ainda uma reunião de devolutiva com os atores da Baixada Santista sobre a edição realizada em 2018, com 52 participantes, cujo encaminhamento foi a elaboração de um documento com as contribuições levantadas, as próximas edições serão definidas no âmbito da CIEA com apoio da CEA. No âmbito desse projeto, a CEA consolidou a metodologia para replicar essa ação como política pública nas demais regiões do estado. Outras ações da CEA: o Portal de Educação Ambiental, conta com uma média de 5.800 acessos por mês, com 502 interações, atingindo um público de 64.756 pessoas nesse ano; distribuição de 7.535 publicações em Gestão e Educação Ambiental a municípios, escolas e centros de educação ambiental; realização de 8 exibições de filmes e documentários com temática socioambiental, abertas ao público e seguidas de debate com especialistas de diferentes segmentos da sociedade e áreas governamentais em parceria com a Mostra Ecofalante, com participação de 458 pessoas neste ano; coordenação, organização e desenvolvimento do projeto “Verão no Clima”, que tem entre seus objetivos mobilizar a sociedade para o engajamento no cuidado com os ambientes costeiros e marinhos e incidir na formulação de políticas públicas para enfrentar o problema dos resíduos no mar e na região costeira. Este ano o projeto aconteceu em 73 praias dos 16 municípios de litoral paulista, nas quais 221.000 pessoas foram abordadas pessoalmente e 447.332 pessoas foram alcançadas pelas redes sociais, também foram coletadas e catalogadas 5 toneladas de resíduos em 17 mutirões de limpeza de praia. No Programa de Educação Ambiental nas Políticas Setoriais, a CEA realizou ações estruturantes: orientação e acompanhamento permanente de projetos realizados com recursos do FEHIDRO, com a emissão de 174 pareceres técnicos emitidos e 1 oficina para capacitação em elaboração de projetos de educação ambiental direcionada ao Comitê de Bacias do Alto Tietê com a presença de 60 participantes; realização de evento sobre Agroecologia em parceria com a prefeitura de Mogi das Cruzes e a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, contando com a presença de cerca de 50 produtores rurais e a presença de técnicos da CFB, FF e CEA (da SIMA) e de técnicos da CDRS (da SAA), para fortalecer essa agenda na região; institucionalização do Programa Alfabetização Ambiental, por meio da Resolução Conjunta SIMA/SEDUC 7/10/2019, que visa, em conjunto com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, o desenvolvimento das temáticas ambientais nos projetos pedagógicos escolares atrelados com atividades extraclasse. Na primeira etapa do Programa o tema abordado é a importância da restauração dos ecossistemas locais, tendo a árvore como objeto símbolo do trabalho escolar com os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública estadual, culminando ao fim do ciclo escolar com o plantio de mudas, apresentação do projeto para 286 Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógico – PCNP; apesar de se apresentar neste primeiro ano como piloto, o Programa conseguiu envolver diversas parcerias para receber as crianças nas atividades de plantio. O Segundo Eixo de Atuação da CEA, denominado “Fortalecimento da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Estadual”, é composto pelos programas, detalhados abaixo: No Programa de Educação Ambiental nos Instrumentos da Política de Meio Ambiente as ações são: Educação Ambiental em Áreas Protegidas: realizou a capacitação de 20 gestores e monitores para elaboração dos Programas de Educação Ambiental das Unidades de Conservação geridas pela Fundação Florestal; Coordenação do GT Participação Social na Elaboração dos Planos de Manejo, com atuação no processo de consulta pública junto aos conselhos gestores das UC, que envolveu cerca de 200 pessoas; Capacitação de 35 servidores da SIMA para ampliação do GT Participação Social. EA na Fiscalização Ambiental, cujas ações se pautam pelo Plano de Ações Preventivas em Fiscalização Ambiental (Resolução SMA 123/18 e Portaria CG - 49, de 6/11/2018 e se expressam na formação continuada de agentes públicos, na formação socioambiental nos conselhos afetos à gestão ambiental pública e à reeducação de cidadãos autuados. Na linha de formação de agentes públicos de fiscalização, de gestão ambiental e de conciliação; Educação Ambiental na Política de Resíduos Sólidos: Coordenação do GT 06 – Educação Ambiental e Comunicação com objetivo de promover a melhoria e a capilarização dos processos de educação ambiental com ênfase na não geração, redução e descarte adequado dos resíduos. Prover parcerias com entidades, universidades e demais parceiros na elaboração e disseminação de processos formativos na gestão de resíduos sólidos, no âmbito do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, Resolução SIMA nº 12/2019, revisão do capítulo de EA no Plano Estadual de Resíduos Sólidos, elaboração de diagnóstico e mapeamento das áreas da SIMA com perspectivas de atuação de EA na Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Participação conjunta com a CPLA no curso Planos de Resíduos: voltado aos docentes de diversas áreas do SENAC com participação de 30 docentes, Educação Ambiental em Espaços Educadores da SIMA - Orientação para elaboração de Programas de Educação Ambiental em Parques Urbanos; realização de oficinas com 3 encontros para elaboração dos Programas de EA dos Parques Urbanos, em apoio à Coordenadoria de Parques e Parcerias, com a participação de aproximadamente 30 monitores. O Programa de Consolidação da Identidade de Educação Ambiental na SIMA ocorre no âmbito do Comitê de Integração de Educação Ambiental e propõe: Promover e fortalecer a integração e articulação entre os diferentes órgãos da SIMA; promover a criação de espaços que permitam a troca de informações e conhecimento e o diálogo entre as diferentes formas de desenvolver a Educação Ambiental, a partir dos instrumentos da Política Estadual de Meio Ambiente. Neste programa, a ação realizada são os “Diálogos de Educação Ambiental nos Instrumentos da Política de Meio Ambiente”, cujos encontros promovem o debate público sobre o que se faz na SIMA e como se situa a Educação Ambiental em cada instrumento, bem como a realização de oficinas em que os membros do Comitê definem diretrizes de EA para cada um dos instrumentos da política de meio ambiente no Estado de São Paulo. Foram realizadas três edições dos Diálogos - Educação Ambiental em Áreas Protegidas, Educação Ambiental nos Zoneamentos Ambientais, Educação Ambiental na Gestão de Resíduos Sólidos e encontram-se em elaboração as respectivas diretrizes, as edições contaram com 340 participantes presencialmente e 800 acessos por meio do Portal de Educação Ambiental; promover a formação e capacitação continuada de profissionais que atuam nos diferentes órgãos da SIMA e seus órgãos vinculados. As ações de Educação Ambiental que envolveram os municípios se caracterizam por processos formativos, capacitações, orientação técnica, campanhas, ações de mobilização, parcerias, disponibilização de materiais e outras atividades, somando mais de 70 municípios atendidos diretamente de forma presencial ou pela ouvidoria e outros municípios atendidos por meio das ações citadas acima.

Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação – GSTIC - No âmbito do GSTIC foram executados os seguintes projetos: SIGAM – Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Sites – Desenvolvimento de novos sistemas e sites, sendo eles: CTE – Cadastro Técnico Estadual – sistema desenvolvido para gerenciar atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais integrado com o Cadastro Técnico Federal do IBAMA. Com este sistema é possível o Estado controlar e fiscalizar tais atividades e desta forma atender em sua totalidade a Lei Estadual nº 14.626, de 29/11/2011, principalmente ao que se refere o artigo 1º e seus §§ 1º, 2º e 3º.

SIPAI – Sistema de Proteção Ambiental Integrado - o sistema possibilita por meio de uma base georreferenciada o monitoramento e análise das informações relativas à fiscalização e à proteção, incluindo autos de infração ambiental, incêndios florestais e ocorrências registradas em áreas protegidas do estado. Desta forma, é possível analisar e tomar ações integradas com a Polícia Militar Ambiental, Fundação Florestal e Instituto Florestal na proteção do meio ambiente. Portal AIA – Conciliação Digital - Desenvolvido módulo para a realização de conciliações digitais. Toda a comunicação com o autuado é feita via sistema para os casos de autos de advertência de fauna e autos de pesca, atendendo assim o Decreto 64.456 de 10/9/2019. Programa Nascentes - sistema que permite todo o gerenciamento para o cadastro de projetos e disponibiliza áreas para contratação por interessados em promover a restauração ecológica. Os projetos são propostos por empresas ou ONGs que atuam no ramo da restauração ecológica. Esses projetos têm a localização, a estratégia de restauração definida e a anuência do proprietário para sua realização. CADEA – Cadastro das Entidades Ambientais - módulo responsável por gerenciar o cadastro dessas entidades e emitir o Certificado de Reconhecimento de Entidade Ambientalista no Estado de São Paulo. CND – Certidão Negativa de Débitos - módulo desenvolvido para a CETESB com a finalidade de emitir certidões negativas de débitos ambientais. SIGAIN – Sistema de Gerenciamento de Acompanhamento de Informações - sistema para acompanhamento das obras dos órgãos vinculados à SIMA (SABESP, DAEE, EMAE, CETESB, FF e Institutos), inventário de todos os equipamentos de todos esses órgãos e demais informações correlacionadas, além de gerar relatórios gerenciais com painéis para acompanhamento das obras e demais atividades. Guia de Áreas Protegidas do Estado - melhorias no site com a inclusão de todas as áreas de proteção ambiental. Foi desenvolvida uma integração do site com o sistema SIGAM, o que facilita a atualização dessas informações. Portal da Alfabetização Ambiental - criação de site para tratar de questões relacionadas ao tema e também foi desenvolvido um módulo no SIGAM para o georreferenciamento das mudas plantadas por crianças de escolas Estaduais e Municipais. SIACR – Sistema de Áreas Contaminadas e Reabilitadas - sistema para convocação dos empreendimentos para a avaliação preliminar e investigação confirmatória, além de solicitação e análise de pareceres, cobrança, averbação e georreferenciamento das propriedades e empreendimentos. Novo Rio Pinheiros - site com informações georreferenciadas para a gestão e monitoramento das ações que estão sendo feitas pelos órgãos vinculados à SIMA para a despoluição do Rio Pinheiros, trazendo transparência e agilidade no acompanhamento. *E-ambiente* - sistema que trata da desmateriação de processos. Em 23/9, todos os processos e documentos da Pasta passaram a ser exclusivamente cadastrados em formato digital, englobando todos os assuntos da tabela de temporalidade de documentos do Arquivo do Estado de SP. Principais indicadores do sistema: 243 mil Processos digitais; 13 Milhões de folhas de papel economizadas, média de 55 por processo; 121 mil horas economizadas com a montagem manual de processos por servidores; 35 mil usuários, sendo 32 mil usuários externos (interessados de processos); 278 mil entregas/ protocolos de documentos pela Internet por interessados; 139 mil horas economizadas com o atendimento presencial aos interessados; 70% de redução no tempo na tramitação de processos do interior para a capital; R\$ 1.6 milhões de economia com material de escritório (Capa, papel, impressão). Foram realizadas implantações com fluxo de trabalho mapeado (automatizações) de acordo com a necessidade dos respectivos setores/assuntos. Foram desenvolvidas melhorias e novas funcionalidades no e-ambiente, sendo algumas delas: Serviço de integração com o SIGAM - dados dos interessados. Melhorias na exibição da fila de trabalho. Desenvolvimento de APP (aplicativo) para uso do e-ambiente em dispositivos móveis. Modernização visual e atualização tecnológica de todo o sistema e-ambiente.

Unidade de Gestão de Projetos – UGP - Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista – PDSL - Continuam em execução os Planos Monitoramento e Fiscalização integrada de ocupações irregulares com oito municípios conveniados (Ilha Comprida, Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, Santos, Guarujá e Bertioga); atualização e encaminhamento para a aprovação de financiamento da segunda etapa do projeto, essencial para a consecução de seus objetivos de fiscalização ambiental e promoção do ordenamento territorial sustentável, também incorporando questões urgentes para a região litorânea, tais como: Plataforma para gestão costeira integrada com foco em gestão de risco e mudanças climáticas e desenvolvimento de negócios sustentáveis em Unidades de Conservação. O Projeto foi autorizado na COFIEIX – Comissão de Financiamentos Externos do Ministério da Economia, durante sua 137ª reunião. Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo - Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente – PTLMA (Executado com recursos financeiros do Contrato de Empréstimo 8272-BR celebrado com o Banco Mundial), com destaque: Bens recebidos: Aquisição de duas incubadoras microbiológicas para monitoramento e avaliação da qualidade das águas. Contratos concluídos: Desenvolvimento de proposta metodológica aplicada ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo – ZEE-SP; obras de infraestrutura para instalação de estações telemétricas de medição da qualidade do ar (Rio Claro e Limeira); projeto básico para construção de píer no Rio Pinheiros; Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II (SAA-CATI/SIMA) – PDRS - A execução do Projeto com os recursos do financiamento do BIRD foi encerrada em 30 de setembro de 2018. Em 2019 houve o encerramento do Projeto junto ao BIRD, com a elaboração de relatório de auditoria e do relatório de avaliação pelo Banco Mundial. Foram executadas, com recursos orçamentários, atividades relacionadas ao monitoramento das intervenções realizadas no âmbito do Projeto ou em decorrência dele, a exemplo de Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais e Sistemas Agroflorestais. O relatório elaborado pelo Banco Mundial considerou a implementação do Projeto “satisfatória”, com a execução integral dos recursos do financiamento e o alcance dos objetivos principais. Projeto Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica do Brasil – Conexão Mata Atlântica - (Executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação e Comunicações e Estados de São Paulo – SIMA e FF, Rio de Janeiro e Minas Gerais) com doação do Global Environmental Facility – GEF, por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de contribuir para a recuperação e preservação dos serviços ecossistêmicos associados à conservação da água e biodiversidade e à captura de carbono no Corredor Sudeste da Mata Atlântica. Destacam-se as seguintes ações: Publicação de três editais de Seleção Pública para participação no Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais, na modalidade de PSA Proteção, contemplando os municípios de Paraibuna, Redenção da Serra, Cunha, Cachoeira Paulista, Lagoinha, Silveiras e Areias e Guaratinguetá, com 273 provedores contratados e/ou em processo de contratação, totalizando 6.437,62ha de vegetação protegida; publicação de edital de Seleção Pública, para participação no Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais, na modalidade de PSA Uso Múltiplo, contemplando o Distrito de São Francisco Xavier do Município de São José dos Campos, exceto a APA de São Francisco Xavier; publicação de edital para apoio ao isolamento e proteção de áreas em restauração.

Entre outros investimentos, foram adquiridas placas de sinalização dos atrativos da Estação Ecológica de Bananal e do Parque Estadual da Serra do Mar e um sistema de monitoramento por câmaras para Núcleo Itarirú do Parque Estadual da Serra do Mar; para os produtores rurais foram lançados editais de pagamento de serviços ambientais (PSA), de apoio à certificação da produção agropecuária e/ou florestal, e de apoio a cadeias de valor sustentável, no intuito de incentivar a sustentabilidade (ambiental, econômica e social) das áreas privadas, em consonância com as unidades de conservação, para o incremento da biodiversidade. Também foram realizados os primeiros pagamentos de PSA e de apoio à certificação. Programa Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional - Ação Recuperação e Conservação dos Mananciais Alto Tietê - Guarapiranga – Billings - Com o objetivo de recuperar a qualidade das águas dos mananciais que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP e melhorar a qualidade de vida da população residente em área de mananciais, foi executado com Recursos do Acordo de Empréstimo firmado com Banco Mundial e de contrapartida do Governo do Estado de São Paulo (vigente até março de 2017). Finalizando o contrato para Elaboração e Revisão dos Planos de Desenvolvimento Urbano e Proteção Ambiental – PDPA das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais da RMSP. Com Recursos do Orçamento Geral da União - Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - vigente até 11/5/2020, transferiu-se recursos para a Prefeitura do Município de São Paulo no âmbito do Programa Guarapiranga e Billings, que é executado sob convênio celebrado em 26/12/2007 e sob o Termo de Compromisso nº 0227.535-53/2007 firmado entre o Ministério das Cidades/ Caixa e o Governo do Estado de São Paulo em 27/12/2007. Os recursos são destinados para a realização de obras envolvendo construção de novas unidades habitacionais, urbanização de unidades habitacionais e construção do Hospital Parelheiros. Programa Planejamento, Formulação e Implementação da Política do Saneamento do Estado Ação Recuperação das Águas Paulistas – REÁGUA - Apóia projetos de saneamento básico que contribuam para a ampliação da disponibilidade hídrica, para a melhoria da qualidade das águas e para o desenvolvimento técnico-operacional e institucional de Prestadores de Serviços de Saneamento (aumentar a eficiência dos sistemas de saneamento e garantir a sustentabilidade destes investimentos). Foram assinados contratos de estímulo financeiro a iniciativas de saneamento básico para Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários - Melhoria da Qualidade da Água. A meta inicial estabelecida em volume era de 45.000.000 m³ de água recuperada por ano. O resultado das ações realizadas pelo Programa Reágua atingiu 47.500.000 m³ de água recuperada por ano, superando a meta inicial estabelecida. No ano de 2019 com a conclusão da implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Individual no Distrito de Marsilac a meta foi elevada em 372.282 m³ de água recuperada. *Programa Município Verdeazul* - O Objetivo do Programa é estimular os municípios paulistas a instituírem conselhos municipais de meio ambiente consultivos, paritários, deliberativos e normativos visando a melhora das estruturas municipais de meio ambiente, possibilitando assim, que os Municípios possuam funcionários com formação relacionada ao meio natural, aptos a passarem o conhecimento por intermédio de capacitações. Atualmente 93% dos municípios paulistas (600 municípios) possuem Estrutura de Meio Ambiente. Segue abaixo resumo das capacitações realizadas pelo programa Verdeazul:

	PRESENCIAIS				TOTAL
	Oficina Verde Azul Módulo I	Conselho de Meio Ambiente	Princípios de Poda	Tira Dúvidas quartas-feiras SIMA	
Nº de capacitações	35	4	20	23	82
Municípios representados	549	177	237	34	997
Participantes	1.936	332	1.185	74	3.527

Projeto Fortalecimento da Capacidade de Prevenção e Gestão de Crises Hídricas no Estado de São Paulo - O objetivo é apoiar o Estado São Paulo na elaboração e implantação das medidas necessárias para fortalecer a capacidade de prevenção e gestão das crises hídricas, essenciais para enfrentar, de maneira sustentável, os problemas derivados da escassez de água. A Missão de supervisão ocorreu em 25 de fevereiro, na Coordenadoria de Recursos Hídricos da SIMA, av. São Luís, 99 - 6º andar, com a presença, por parte do BID, do Sr. Gustavo Mendez. Participaram também técnicos da SIMA e da SABESP. A Missão fez a proposta para que o Componente 2, contido no Plano de Aquisições fosse removido e firmado um Termo de Cooperação individualmente com a SABESP, assim, a Secretaria continuaria como beneficiária da Cooperação Técnica e responsável pela execução dos Componentes 1 e 3, para tal, seria necessária a assinatura de um termo aditivo ao atual Convênio de cooperação técnica entre o BID e a SIMA, excluindo-se o Componente 2. Adicionalmente, o BID assinaria com a SABESP outro Convênio de cooperação técnica referente à execução apenas do Componente 2. Em Agosto a servidora Máira M Eugenio foi nomeada reempossável pela UEP – BID, representando oficialmente os Termos de Cooperação. Em novembro a equipe UEP obteve a primeira “não objeção” do banco BID para o novo Plano de aquisições, com os componentes revisados e com o componente 2 excluído.

Câmara de Compensação Ambiental – CCA - Registrou até novembro o aporte de aproximadamente R\$ 9,3 milhões, provenientes do licenciamento de novos empreendimentos e transferências para o Fundo Especial de Despesa para a Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais - FPBRN. Desse recurso, R\$ 2,45 milhões foram transferidos ao Tesouro do Estado a título de Receita Desvinculada conforme Decreto nº 62.274/2016. Foram realizadas 2 Reuniões da CCA, destacando-se a destinação de recursos para Reparos e Readequações de instalações elétricas no PE Caverna do Diabo; Modelagem Operacional e Financeira de Concessão de Áreas Públicas dos PE Carlos Botelho, PE Intervalles, PE Turístico Alto Ribeira, PE Cantareira e PE Alberto Loefgren; contratação de serviços de desconstrução e destinação final de resíduos de edificações com mandado de demolição em 7 Unidades de Conservação; manutenção da Vigilância e Segurança nas UCs administradas pela FF; locação de aeronaves destinadas ao combate a incêndios em coberturas vegetais em UCs administradas pela FF; elaboração de Projeto Executivo de Restauo e Adequações do Museu Florestal Octávio Vecchi; elaboração de Inventário, higienização e acondicionamento dos acervos museológico e arquivístico do Museu Florestal;

tratamento do acervo da Memória Técnica da Biblioteca do Instituto Florestal no PE Alberto Loefgren; complemento para Contratação de segurança no PE Alberto Loefgren; contratação de serviços de Georreferenciamento das UCs sob administração do Instituto Florestal; contratação de Segurança das Unidades de Conservação do Instituto de Botânica; reforma da infraestrutura e do Sistema de Irrigação da coleção de orquídeas - Frederico Carlos Hoehne; e serviços emergenciais de obras no prédio do Herbário no PE Fontes do Ipiranga.

Coordenadoria de Administração, Contratos e Convênios - Centro de Convênios - Foram acompanhados: 2 Aditivos de Convênios com repasse de recursos; 175 Convênios sem repasse de recursos; 15 Convênios com repasse de recursos assinados; 2 Aditivos Termo/Acordo de Cooperação; 19 Convênios de Emendas Parlamentares a serem assinados com repasse de recursos; 3 Termos/Acordo de Cooperação; 5 Protocolos de Intenções assinados; 7 Protocolos de Intenções a serem assinados e 2 Termos de Logística Reversa, totalizando 230 Instrumentos assinados e em andamento.

Ouidoria - De janeiro a novembro, foram registradas 2.659 demandas de atendimento, distribuídas em: 1.663 solicitações de informações; 368 denúncias; 329 reclamações; 240 elogios e 59 sugestões. A busca de informações e as denúncias são os serviços mais solicitados, que juntos correspondem a mais ou menos 76% do total das demandas. O correio eletrônico é a forma de comunicação predominante, sendo que cerca de 98,5% dos cidadãos o utilizam para os serviços da ouvidoria. As pessoas ainda confundem as atribuições de nossa Pasta com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura. Os assuntos mais destacados são: Reflorestamento e Supressão de Vegetação; intervenções em Área de APP e Mananciais; preservação nos Parques Urbanos e Estaduais; eventos em Parques; licenças para criadores de animais; adoção de animais silvestres; maus tratos de animais; cadastro de passeriformes - SISPASS; CAR – Cadastro Ambiental Rural/SIGAM; CADMADEIRA-DOF; Secretaria do Verde e Meio Ambiente/Subprefeituras.

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB - Presidência - a Escola Superior da CETESB, no período de janeiro a outubro, organizou 171 cursos e eventos de capacitação e difusão do conhecimento, para um público de 5.259 participantes. Somando-se as participações de funcionários da CETESB em cursos e eventos externos e em programas de pós-graduação, o total de capacitações para público interno atingiu 3.621 pessoas. Em agosto teve início a quarta turma de trinta e quatro alunos do curso de pós-graduação CETESB, denominado “Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais”, devidamente autorizado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/SP. No que diz respeito às ações para implantação da logística reversa, a CETESB prosseguiu com a discussão junto aos setores empresariais, tendo estabelecido Termos de Compromisso de Logística Reversa para os seguintes setores: Embalagens em geral e óleo comestível (com APAS); embalagens de aerossóis (com APAS e ABAS). Adicionalmente, foi publicada a Decisão de Diretoria CETESB nº 114/2019/P/C, que regulamenta a inclusão da logística reversa como condicionante no licenciamento ambiental, em atenção à Resolução SMA nº 45/2015. Foi feito treinamento com todas as agências ambientais da CETESB para inclusão da logística reversa no licenciamento ambiental. Os Planos de Logística Reversa recebidos foram verificados e, nos casos onde foi necessário, deu-se retorno para complementação ou revisão dos mesmos. As primeiras licenças ambientais foram emitidas com exigências técnicas referentes à logística reversa. A página da CETESB na Internet foi revisada, ampliando as informações disponíveis ao público. Quanto ao SIGOR – Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos - Módulo Construção Civil, a CETESB implantou o Sistema em: São José do Rio Preto, Santos, Catanduva, Bertioga e Sertãozinho. No município de São José do Rio Preto a utilização do Sistema se tornou obrigatória com obras acima de 400 m² e já está com 1.892 usuários e com 4.958 CTR – Controle de Transporte de Resíduos rastreados e com baixa em destinos licenciados. O Termo de Referência elaborado para a contratação de uma empresa visando a manutenção, melhorias e transferência de tecnologia será parte integrante de uma licitação a ser feita no primeiro trimestre de 2020.

Na temática de Mudanças Climáticas, destaque para: Preparação do material didático e realização da primeira etapa da capacitação geral do Projeto de Capacitação Técnica dos Municípios da Baixada Santista para identificação de vulnerabilidades e proposição de medidas de adaptação para prevenção dos efeitos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos, aprovado pelo Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista, com recursos do FEHIDRO; participação e apoio no desenvolvimento das ações do Grupo de Trabalho de Inventários Organizacionais do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para ampliação da elaboração de inventários corporativos de emissões de gases de efeito estufa em âmbito nacional; recebimento e análise dos Inventários de Gases de Efeito Estufa – GEE das indústrias do Estado; projeto de Cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento: “Estudo de Baixo Carbono para a indústria do Estado de São Paulo – Cenários 2030”; apoio à preparação e articulação com empresas e instituições para evento pré COP – Conferência Quadro das Partes sobre Mudanças Climáticas da “Coalizão Climática”.

Na qualidade de Centro Regional da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes – POPs para a América Latina e Caribe – LAC foram realizadas as seguintes atividades: capacitação, assistência técnica e transferência de tecnologia, por meio de curso de curta duração; Workshops nacionais e internacionais em conjunto com os Secretariados das Convenções de Estocolmo, Basileia, Roterdã – BRS, da Convenção de Minamata sobre Mercúrio e da abordagem estratégica para o gerenciamento internacional de produtos químicos. Fortalecimento da capacidade institucional para Gestão de Substâncias Químicas, em cooperação com a Agência de Substância Química da Suécia; Cooperação com o Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA: diagnóstico da contaminação ambiental por Ácido Perfluorooctano Sulfônico – PFOs e por uso da Sulfuramida; Cooperação com o Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Fundação Educacional Ciência e Desenvolvimento – FECD da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ: desenvolvimento de inventários de Bifenilas Policloradas – PCBs, Naftaleno Policlorados – PCNs e as parafinas de cadeia curta em aplicações abertas (SSCP); cooperação com o Ministério do Meio Ambiente para o desenvolvimento das atividades do Projeto sobre o estabelecimento da gestão de Bifenilas Policloradas – PCBs e sistema de disposição; cooperação e apoio às instituições do Estado de São Paulo e brasileiras para a implementação das Convenções BRS e de Minamata sobre Mercúrio. Pelo Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP houve a liberação total de R\$

1.880.000,00 a 7 municípios para execução de 7 projetos, com destaque ao apoio da gestão de resíduos sólidos. No escopo do Projeto de Capacitação Técnica e Representação Institucional para a CETESB, foram realizados 08 treinamentos internacionais, apoiados 27 treinamentos nacionais, 6 representações internacionais e convidados 2 especialistas internacionais e 7 nacionais para participar em eventos. O Programa de Integridade, aprovado na 524ª reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 23 de maio, elenca diretrizes a serem seguidas por toda a Companhia em prol de excelência, eficiência, integridade e combate à corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8420/2015, bem como do respeito aos princípios e às normas previstos no Código de Conduta e Integridade da CETESB. Consiste em promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à identificação, à avaliação e à mitigação de riscos e seus respectivos controles, com vistas a prevenir e corrigir condutas irregulares, ilícitas e antiéticas, as quais podem interferir no alcance da visão, da missão, dos valores e dos objetivos organizacionais em todos os níveis; visando ao aprimoramento da execução das atividades da Companhia, em especial do controle, da fiscalização e do licenciamento ambiental. Em 2019 foram realizados treinamento sobre temas relacionados ao Programa de Integridade, que contempla o Código de Conduta e Integridade, Canal de Denúncias e Gestão de Riscos. Diretoria de Gestão Corporativa - com vistas a cumprir ao estabelecido pelo Decreto nº 64.068, de 2/1/2019, que determinou a redução em pelo menos 30% dos gastos em folha de pagamento com horas extras (artigo 1º, inciso II), foram adotadas diversas medidas que resultaram na redução efetiva de 35% em relação ao exercício de 2018, redução esta superior ao determinado no citado decreto. Com o objetivo de reduzir outras importantes despesas da folha de pagamento, foram adotadas diversas medidas nos gastos com plantão à distância, cujo resultado atingiu uma redução de 11%, assim como redução de 13% nos gastos com salário substituição, ambos em comparação aos gastos no exercício anterior.

Início do processo de capacitação do corpo gerencial, atualmente composto por cerca de 220 gestores, por meio de plataforma de ensino à distância desenvolvida pela VEDUCA com a chancela da FIA/USP, no tema “Liderança, Gestão de Pessoas e do Conhecimento para a Inovação” e com carga horária de 45 horas. Capacitação de 284 empregados do Quadro de Pessoal da CETESB em cursos de atualização e desenvolvimento em ferramentas de informática (Excel, Power BI, Power Point, Word, etc), da nova regra gramatical, de direção defensiva e de preparação para aposentadoria. Realização de 2 *Workshops* para todo o corpo gerencial e funcional da Companhia, destinado aos atuais 1.900 empregados, com transmissão ao vivo, no canal do *youtube*, com o objetivo de permitir uma maior participação, com a utilização do *chat* para interação com os palestrantes em tempo real, nos temas: improbidade administrativa, assédio sexual, assédio moral e *compliance*. No tema Tecnologia da Informação, foram avaliadas as necessidades de melhorias no ambiente computacional, conciliando os sistemas de informações às premissas estabelecidas pela Governança Corporativa, bem como as ações essenciais para o atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei Federal 13.709/18). Assim, algumas proposituras permearam a questão de segurança, porém, analisando sempre o quesito da celeridade e confiabilidade dos sistemas de informação utilizados na Companhia. Com essa ótica, foram executadas diversas atividades, seguindo as que mais se destacaram: Sistema de Gestão Empresarial – ERP - o sistema utilizado na CETESB é o PROTHEUS da empresa TOTVS, implantado desde a década de 90, que dependia de atualizações para atendimento à legislação vigente, sendo adotadas as seguintes ações: atualização da versão do PROTHEUS para a versão 12.1.17 que contém todos os *layouts* do Sistema Público de Escrituração Digital e-Social, em consonância com os critérios exigidos pela legislação vigente; implantação do módulo de Segurança e Medicina do Trabalho – SMT, fazendo a gestão de um conjunto de práticas para a manutenção do ambiente e atividades ocupacionais, preservando a saúde e integridade dos colaboradores; alocação de analistas de suporte para a remodelagem dos processos de negócio e alinhamento técnico às funcionalidades do PROTHEUS, garantindo o desenvolvimento de funcionalidades essenciais, bem como a sustentação das rotinas customizadas do ERP; Sistemas de Gestão Ambiental - diante da necessidade de melhoria nos *softwares* de fiscalização e licenciamento ambiental, foi iniciado um trabalho de remodelagem. Executou-se o mapeamento de todos os requisitos para a concepção de uma nova ferramenta, única e integrada a todas as áreas da Companhia, e que possua boas práticas de mercado, como: rastreabilidade, disponibilidade, confiabilidade, celeridade e transparência, e, para que houvesse um monitoramento diário das informações de licenciamento, com a possibilidade de rastreabilidade da informação, e consolidação das tabelas de dados de cada uma das 46 Agências Ambientais, concentrando todas as informações em um único repositório, possibilitando a extração de relatórios concisos para subsidiar o planejamento e a tomada de decisão da empresa; melhorias na Gestão de Multas Ambientais com o desenvolvimento de várias ações para dar maior celeridade e rastreamento, tais como: emissão da 2ª via do boleto de multa pela página da CETESB, emissão do auto de infração com a utilização de Certificação Digital, Relatórios gerenciais, Sistema de gestão de Dívida Ativa, Emissão da Certidão Negativa de Débitos – CETESB *online* e Integração dos Sistemas SIPOL e E-Ambiente possibilitando o rastreamento das informações; no SIGOR – Sistema Estadual de Gerenciamento *Online* de Resíduos, que auxilia no monitoramento da gestão dos resíduos sólidos desde sua geração até sua destinação final foi efetuado o mapeamento das necessidades de melhoria para incorporação de ferramentas de georreferenciamento e interação dos atores envolvidos por meio de um aplicativo, para a elaboração de um Termo de Referência, que possibilitou o financiamento do projeto com recursos provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, com início previsto para o início de 2020; melhorias do *Data Center* - iniciado um plano para reestruturação do *Data Center*, que abrange tanto a reestruturação física como a possibilidade de migração de ambientes para *Cloud*, garantindo boas práticas de gestão de dados: devido à fadiga dos equipamentos de contingência energética, foi substituído todo o conjunto de *Nobreaks* do *Data Center*, trazendo segurança quanto à continuidade de operação da Companhia e nos *links* de comunicação das agências, foram efetuados monitoramentos da banda de comunicação e constatada uma ineficiência no tráfego de dados, solucionada com a ampliação das capacidades dos *links* de dados, melhorando a comunicação e a interoperabilidade dos sistemas nas agências. Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental - foram mantidas as ações de controle em relação à disposição dos resíduos sólidos domiciliares, principalmente nos municípios cujo Índice de Qualidade de Resíduos no Estado – IQR é considerado inadequado (menor que 7,0), com a intensificação das ações de orientação aos gestores municipais e aplicação de sanções, quando necessário. Foram realizadas 1.204 inspeções e aplicadas 289 penalidades, de janeiro a outubro. Nesse período, ocorreu a interdição de dez aterros de resíduos sólidos urbanos. Encontra-se em elaboração o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos 2019, que identifica as condições da disposição final de resíduos. As ações de controle de poluição, incluindo licenciamento e fiscalização ambiental, contribuíram para ampliação do tratamento de esgoto doméstico no Estado, já que o número de

municípios sem tratamento caiu de 40 para 39. Foram realizadas 824 inspeções a sistemas de tratamento de esgotos, aplicadas 70 advertências e 26 multas. Foram emitidas 16.727 licenças ambientais (incluindo Pareceres Técnicos Grapohab), 3.217 autorizações para supressão da vegetação nativa, corte de árvore isolada ou intervenção em área de preservação permanente, 356 alvarás para empreendimentos em área de proteção aos mananciais, 337 Certificados de Dispensa de Licenciamento e 1.610 Pareceres Técnicos (não incluídos Parecer Técnico Grapohab). Além disso, foram indeferidas e arquivadas 2.781 solicitações de Licença e de Parecer Técnico Grapohab. Foram firmados 1.805 Termos de Compromissos de Recuperação Ambiental, averbadas 177 Reservas Legais. Além disto, com a adoção do licenciamento ambiental simplificado e informatizado, por meio do Via Rápida Ambiental – VRA foram emitidas 4.441 licenças ambientais, 5.323 autorizações e 17.820 Declarações de Atividade Isenta de Licenciamento – DAIL. Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental - no que diz respeito aos licenciamentos sujeitos à Avaliação de Impacto Ambiental - AIA foram 170 pedidos de licença entre janeiro e outubro. Neste mesmo período foram emitidas 146 licenças, sendo que destas 40% foram licenças prévias - LP, 30% licenças de instalação - LI e 30 % licenças de operação – LO. Foram emitidas 76 autorizações de supressão de vegetação no período de janeiro a outubro de 2019, o que corresponde à autorização de 84 ha de supressão, que acarretou uma contrapartida de 455 ha de áreas a serem recuperadas. No mesmo período também foi autorizada a supressão de 5.875 árvores isoladas. Ainda no mesmo período, a Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental, efetuou 163 atendimentos às solicitações do Ministério Público e emitiu 1.474 pareceres que subsidiaram tecnicamente o licenciamento e as ações de fiscalização e controle da Companhia. Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental - na qualidade de Agente Técnico do FEHIDRO, no período de janeiro a outubro, foram emitidos 118 pareceres de aprovação da viabilidade técnica de empreendimentos indicados para receber recursos do FEHIDRO, no montante aproximado de 51 milhões. Neste período também foram emitidos 260 pareceres de acompanhamento da implantação de empreendimentos e a consequente liberação de parcelas dos recursos contratados, no valor aproximado de 54 milhões. No tema de emissões veiculares, foram realizadas nos meses de maio a setembro ações de conscientização e fiscalização durante a Operação Inverno. A ação de conscientização foi realizada no Terminal de Carga Fernão Dias, onde os proprietários dos veículos diesel foram orientados sobre as corretas práticas de manutenção e puderam realizar o teste de opacidade para verificarem as reais condições de manutenção dos seus veículos. Nesta ação foram testados 40 veículos e distribuídos mais de 1000 panfletos orientativos. A ação de intensificação da fiscalização de emissão de fumaça por veículos a diesel resultou em 137.087 veículos fiscalizados, sendo que 2.588 veículos foram constatados com emissão acima do padrão. Durante essa Operação foram fiscalizados 36 veículos com a medição de opacidade, dos quais sete veículos foram autuados. A fiscalização através da verificação do componente ARLA-32 foi feita em seis veículos e todos estavam de acordo com a legislação vigente. A rede automática de monitoramento da qualidade do ar contou no período de janeiro a outubro de 2019, com 62 estações no Estado (30 na RMSP, cinco no Litoral e 27 no Interior), enquanto que a rede manual conta com 26 pontos de amostragem. Quanto à qualidade dos recursos hídricos, a CETESB gerenciou quatro redes de monitoramento: Águas Subterrâneas, com 313 pontos de amostragem distribuídos em todo o Estado, além da rede integrada de qualidade e quantidade contabiliza atualmente 64 pontos de monitoramento; Águas Superficiais, com 471 pontos de amostragem distribuídos pelos principais rios e reservatórios, e 66 pontos em estuários e Oceano Atlântico; Praias do Litoral, com 167 pontos situados em 157 praias dos 15 municípios que constituem a costa do litoral paulista e Rede Automática: a rede conta atualmente com 16 estações de monitoramento automático da qualidade das águas superficiais, distribuídas ao longo dos rios Tietê e Paraíba do Sul e presente nos principais mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo.

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal Do Estado De São Paulo – FF - É responsável pela gestão de 102 Unidades de Conservação – UCs no Estado, sendo: 53 de Proteção Integral (34 Parques Estaduais, 15 Estações Ecológicas, 2 Monumentos Naturais e 2 Refúgios de Vida Silvestre) e 49 de Uso Sustentável (30 Áreas de Proteção Ambiental, 3 Áreas de Proteção Ambiental Marinha, 7 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, 2 Florestas Estaduais, 2 Reservas Extrativistas e 5 Áreas de Relevante Interesse Ecológico), totalizando 4,6 milhões ha de áreas protegidas incidentes sobre os Biomas de Mata Atlântica, Cerrado e Ecossistema marinho, que representam 18,6% do território do Estado de São Paulo. No âmbito dessa gestão, destacamos as principais ações: Com relação aos Planos de Manejo das UCs, em consonância com as diretrizes do Comitê de Integração dos Planos de Manejo teremos a aprovação de 8 Planos de Manejo: 2 por Decreto Estadual: APA Tietê-Jumirim e APA Rio Batalha; 3 nos Conselhos Consultivos das UCs: EE Bananal; ARIE São Sebastião e APA Marinha Litoral Norte; 3 no CONSEMA: APA Marinha Litoral Centro; APA Marinha Litoral Sul; PE Vassununga. Os planos de manejo aprovados nos conselhos consultivos serão enviados ao CONSEMA, até dezembro. Ainda, 10 planos de manejo estão em fase de elaboração: APA Sistema Cantareira, APA Bairro da Usina, APA Ilha Comprida, APA Ibitinga, ARIE ZVS da APA Ilha Comprida, ARIE Guará, PE Lagamar de Cananea, RDS Itapanhapima, RESEX Taquari e RESEX Ilha do Tumba.

Com relação à regularização e instituição de Conselhos Gestores das Unidades de Conservação, 92 UCs possuem conselhos constituídos, o que corresponde a 91% das UCs da FF com conselhos regulares e ativos. Na área de concessões de direito de uso para fins de exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação de áreas nos parques estaduais, realizamos a concessão do Parque Estadual Campos do Jordão, com contrato de 20 anos, podendo ser renovado por mais 10 anos. Finalizamos os estudos de viabilidade econômica e financeira do Parque Estadual Intervales e do Parque Estadual Serra do Mar – PESM/Atrativo Caminhos do Mar, sendo que o Termo de Referência para concessão desse último está em fase de elaboração. Contratamos e estão sendo realizados os estudos de viabilidade econômica e financeira do complexo que contempla os Parques Estaduais: Carlos Botelho, Intervales e PETAR, com previsão de entrega para março de 2020, os quais subsidiarão a exploração econômica das atividades de turismo dos mesmos. No âmbito do Programa de Educação Ambiental das Unidades de Conservação, registramos o atendimento de 46.930 alunos da rede pública e privada, em 27 UCs. Realizamos: formação de 107 monitores ambientais autônomos em 5 UCs e de 66 monitores terceirizados da FF; formação de 251 professores municipais de APAs da região metropolitana e interior de SP; apoio ao Projeto de formação de 20 professores de Piracicaba, entorno da EEx Tupi/IF; participação de eventos: Green Nation e 10ª Conferência Internacional de Educação Ambiental e nos Encontros Nacional e Regional de Indicadores de EA. Com relação à proteção e fiscalização das UCs, foram registradas 6.449 ações de fiscalização e 551 ocorrências até o mês de outubro. No referido mês, houve a

retomada da atividade DEJEM com o emprego de 2.370 Policiais Militares que resultou, apenas na primeira quinzena, em 268 ações de fiscalização em UCs. Foi realizada Capacitação em Proteção e Fiscalização das UCs, com os temas: Fauna, Flora, Pesca, Incêndios Florestais e Emergências Químicas, num total de 5 semanas de curso ao longo do ano. A vigilância conta com 238 postos distribuídos em 41 UCs, cujas áreas somam 1.206.352,77 ha. As operações Corta Fogo tiveram seu início antecipado. Foram realizados aceiros preventivos em UCs críticas, 7 treinamentos regionais para a capacitação de 800 brigadistas, contratação de 24 bombeiros civis para cobertura em 3 Pólos de Combate, que são equipados veículos, caminhões-pipa, caminhonetes com moto bomba, trator, bombas costas, abafadores, EPIs, entre outros. As queimadas não chegaram a atingir 500 ha em 2019, o que representa uma drástica redução de áreas queimadas em relação ao histórico dos últimos anos.

Destaca-se a incorporação da tecnologia de drones para fiscalização e monitoramento das áreas e auxílio no combate à incêndios florestais, bem como a capacitação de equipe para o adequado uso desses equipamentos, que diminuíram a dependência do uso de aeronaves e o custo decorrente. Sobre a agenda de projetos de conservação, ressaltamos: elaboração do Plano de Ação e Projeto Piloto para o controle e monitoramento do Javali, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento; o Seminário para elaboração de projetos para a conservação da Fauna em UCs, realizado no Parque Estadual de Intervales, com mais de 90 participantes da SIMA, de Institutos de Pesquisa e outros parceiros; elaboração do projeto de conservação do Muriqui, e de monitoramento da Febre Amarela, sendo este, selecionado em edital FAPESP (recursos FAPESP e Fundação Florestal) que financiará projetos de conservação de biodiversidade. No que tange aos processos de criação de unidades de conservação, foram elaborados os estudos técnicos, desenvolvidos processos de comunicação e mobilização social e o processo está na etapa de realização de audiências públicas, que já foram convocadas, referentes às seguintes unidades: Unidades de Conservação do Sudoeste Paulista: Monumento Natural dos Cânions Paulistas; Monumento Natural Campos Altos dos Cristais; Área de Proteção Ambiental Florestas e Campos do Sudoeste Paulista; Floresta Estadual Ventania de Itararé; Floresta Estadual Pirituba de Itapeva; Monumento Natural Mantiqueira Paulista (municípios de Piquete e Cruzeiro). Os trabalhos foram integrados entre as instituições da SIMA. Ainda, destaca-se o fomento e criação de 5 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs, que protegem 176,31 ha de vegetação nativa. Registramos o aumento na geração de receitas próprias por meio de venda de madeira e de resina, totalizando o faturamento de R\$ 35 milhões, a serem recebidos ao longo de aproximadamente 5 anos. Registra-se também a incorporação de tecnologia para a realização de reuniões por videoconferência, otimizando tempo e reduzindo os gastos com deslocamentos dos funcionários entre as diversas regiões do estado.

No âmbito do Programa “Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica”- BID, que contempla 18 UCs e atividades da Polícia Militar Ambiental, foram executadas as seguintes obras: Conclusão de Base de Proteção e de guarita na estrada do Rio Pardo – PESM - Caraguatatuba; manutenção, revitalização e reestruturação de: Sede e Base Gravi – PESM Caraguatatuba, alojamento da Base Rio Verde - EE Juréia Itatins, na sede do PE Prelado, escritório regional de Ubatuba, edificações da Praia da Fazenda e Cambucá no PESM – Picinguaba, muro e passeio de área do PE Xixová Japuí; guarita de fiscalização e controle de acesso no PESM - Itutinga Pilões; e Revitalização de cobertura e pintura nas unidades de conservação: PESM Núcleos Cunha, Picinguaba, Curucutu e Itutinga Pilões; PE Xixová Japuí, EE Jureia Itatins, RDS Despraiado.

Ainda no escopo do Projeto, foram executadas ações voltadas a Proteção, Uso Público e Gestão e de custeio operacional para as UCs do Programa, com destaque para: contratação para Elaboração de Plano de Uso Sustentável RDS Despraiado e RDS Barra do Una; aquisição de: 6 pick-ups, 5 veículos Multitarefa UTV, motores de popa para PE Ilha do Cardoso; mobiliário para PE Serra do Mar, Mosaico Juréia-Itatins e UCs Marinhas do Programa; e Sede Regional de Ubatuba; aquisições para a Polícia Militar de: 11 veículos, material tático, mobiliário para instalações do 3º Batalhão e outros equipamentos operacionais; e operacionalização das atividades de proteção e fiscalização envolvendo a gestão do uso da aeronave (helicóptero biturbina Águia 32, com a execução de operações semanais nas UCs do Programa) e os contratos de monitoria ambiental, abastecimento e manutenção de veículos, embarcações e aeronave.

O Projeto Conexão Mata Atlântica (Projeto de Recuperação e Proteção dos Serviços de Clima e Biodiversidade do Corredor Sudeste da Mata Atlântica), financiado por meio do GEF, abrange 4 unidades de conservação e suas zonas de amortecimento: APA São Francisco Xavier, EE Bananal, PESM – Itariru e PESM – Santa Virgínia. Entre outros investimentos, foram adquiridas placas de sinalização dos atrativos da EEB e do PESM e um sistema de monitoramento por câmaras para Itariru. Para os produtores rurais foram lançados editais de Pagamento de Serviços Ambientais – PSA, de apoio à certificação da produção agropecuária e/ou florestal, e de apoio a cadeias de valor sustentável, no intuito de incentivar a sustentabilidade (ambiental, econômica e social) das áreas privadas, em consonância com as unidades de conservação, para o incremento da biodiversidade. Foram realizados os primeiros pagamentos de PSA e de apoio à certificação.

Diante do desastre de vazamento de óleo no mar no nordeste brasileiro e no âmbito do Grupo de Trabalho instituído na SIMA para tratar do tema, a Fundação Florestal vistoriou todas as áreas de alta sensibilidade nas UCs e seus entornos, desenvolveu aplicativo para celular para monitoramento do mar, estabeleceu rede de parcerias com pescadores e atores do litoral paulista para monitoramento, estabeleceu fluxo de comunicação, dentre outras ações integradas com demais órgãos que compõe a SIMA, com municípios e principalmente junto aos órgãos federais que comandam o Plano Nacional de Contingências – PNC. Os trabalhos de monitoramento e planejamento de resposta estão em andamento e serão mantidos durante o período em que se mostrarem necessários.

Fundação Parque Zoológico de São Paulo – FPZOO - A Fundação Zoológico realizou relevantes trabalhos nas áreas de educação ambiental voltadas à conscientização de visitantes para a proteção e sustentabilidade dos recursos naturais, bem como atividades de pesquisa em conservação em campo e em seus laboratórios de pesquisa em suporte à proteção da fauna silvestre brasileira. Estabeleceu ações em projetos de conservação e reprodução de espécies ameaçadas em associação com pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa que se dedicam aos estudos da

biodiversidade. Além disso, o Zoológico recebeu cerca de 1.200.000 visitantes ao longo do ano. Nesse ano a FPZSP atualizou o seu Plano de População Institucional – PPI que estabelece as diretrizes para entrada ou saída de indivíduos de seu plantel, como também critérios para aumento ou controle reprodutivo dos animais sob seus cuidados, todas essas decisões são discutidas no âmbito do Comitê Executivo, composto por técnicos especialistas para esse fim. O Comitê Executivo também atualizou o Programa de Conservação Integrado – PCI na qual define quais são as espécies alvos dos projetos de conservação na natureza ou com necessidade de manejo/reprodução *ex situ*. O Centro de Conservação de Fauna Silvestre do Estado de São Paulo – CECFAU, unidade especializada em manutenção e reprodução de espécies ameaçadas de extinção apresentou, neste ano, sucesso em diversas ações. Ocorreram vários nascimentos de araras-azuis-de-Lear do Centro, espécie ameaçada de extinção. Após recomendação do consultor genealógico, o sagui-da-serra-escuro foi integrado ao plantel do CECFAU, criticamente ameaçado de extinção, espécie endêmica do Brasil, ocorrendo em áreas de matas bem preservadas de São Paulo e Rio de Janeiro. Após o período de quarentena, adaptação e formação de casal, obtivemos a primeira prole do Centro, um avanço para a diminuta população de cativeiro. Outra a espécie a reproduzir foi o mico-leão-preto. Esse é o quarto ano seguido em que o CECFAU registra nascimento dessa espécie. A maior novidade do CECFAU para 2019 foi a montagem de uma sala para manejo de anfíbios ameaçados. A perereca-pintada foi a primeira espécie integrada ao Centro e o objetivo inicial é atingir o sucesso no manejo *ex situ* e a reprodução desta espécie criticamente ameaçada de extinção. Educação Ambiental, Difusão e Eventos da FPZSP - Realização de diversas atividades educativas, voltadas para diferentes tipos de públicos, entre elas visitas monitoradas, passeios noturnos, apresentações didáticas com animais, exposições educativas, apresentações em espaços educadores e programações especiais (no período de férias, em datas comemorativas e atreladas a campanhas); realização da Campanha “Quartas da Conservação” durante o segundo semestre, com o objetivo de divulgar os projetos de conservação desenvolvidos pela FPZSP por meio de exposições itinerantes no Zoológico; desenvolvimento da 9ª Edição do “Programa ZooEscola: A Mata Atlântica como Instrumento de Ensino”. Com a suspensão da parceria com a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo neste ano, essa edição do Programa foi conduzida somente pela equipe de educadores do Zoológico e direcionada para professores dos municípios do ABCD paulista (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema). Dividido em duas etapas: Formação teórico-prática (etapa I) e Desenvolvimento dos projetos ambientais (etapa II), o Programa contou com a participação de 30 professores, o atendimento a aproximadamente 650 alunos em visitas monitoradas no Zoológico e o desenvolvimento de 15 projetos ambientais nas escolas; desenvolvimento da 5ª edição do projeto socioeducativo “Zoo para Todos”, em parceria com a Escola Especializada Schwester Heine inserida na ala pediátrica do Hospital A. C. Camargo Câncer Center, cujo tema geral dos encontros desse ano, definido no planejamento da escola, foi “Meu Brasil Brasileiro”; desenvolvimento da 7ª Edição do Clube Tetéia, que conta com a participação de um grupo de 20 idosos. A temática que norteou a programação deste ano foi “Aprendendo com o passado, para atuar no presente e transformar o futuro”, que teve como objetivo apresentar ao grupo o presente da instituição sob o olhar de diversas áreas, considerando o aprendizado gerado por experiências passadas e as perspectivas que temos para o futuro; desenvolvimento de ações de educação e difusão voltadas para o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga – PEFI, um deles foi à elaboração participativa de documentário sobre o PEFI, projeto desenvolvido no âmbito do Programa de Aprimoramento Profissional da Fundação pela bióloga Agatha Amorim; e elaboração de um livro sobre o PEFI, em parceria com a mestre em conservação da fauna pelo PPGCFau, Nathalia Formenton, o qual visa subsidiar a abordagem de temas referentes a essa Unidade de Conservação por professores e educadores que atuam na região, contribuindo para o conhecimento e valorização da área (lançamento em formato; realização e organização de duas novas propostas de curso, desenvolvidas em parceria com outras áreas técnicas da FPZSP: “Os Pilares do Zoo de São Paulo”, desenvolvido em quatro eixos com duração de 8 horas cada (Educação Ambiental e Lazer - Conservação e Bem estar Animal - Pesquisa e Saúde Animal – Sustentabilidade e Gestão Ambiental), tem como objetivo apresentar os conceitos que norteiam os zoológicos modernos e os pilares institucionais da FPZSP; e Curso de Cuidadores de Animais Silvestres (1ª e 2ª edições), com carga horária de 40 horas, visa contribuir com a formação básica de novos profissionais na área de manejo de fauna. O Programa de Aprimoramento Profissional, criado em maio de 2002 manteve neste exercício 15 aprimorandos Nível I, três aprimorandos Nível II e cinco aprimorandos nível III. Departamento de Pesquisas Aplicadas: as ações são relacionadas de acordo com seus cinco Núcleos de operações, com destaque para: Núcleo de Análises Clínicas: 7.854 exames clínicos como parasitológicos, hematológicos e bioquímicos; Núcleo de Reprodução Assistida e Biotecnologia: 19 contêndes químicas para colheita de sêmen pelo método de eletroestimulação e 12 contêndes físicas para vibroestimulação em micos leões (*Leontopithecus* SP.). Manutenção do banco de sêmen com adição de 21 palhetas de sêmen de anta (*Tapirus terrestris*); Núcleo de Biologia Molecular e Microbiologia: realização de 788 exames microbiológicos e testes moleculares e manutenção da Coleção de Culturas, que conta com 9.230 microrganismos criopreservados e do Banco Genético, com 328 amostras de DNA genômico; Núcleo de Atividades in situ: Realização de duas expedições de campo para Cumari-GO para monitoramento eco-epidemiológico de canídeos silvestres e domésticos, como parte do Programa de Medicina da Conservação da FPZSP em parceria com o PCMC; monitoramento da população de Bugios e Preguiças do PEFI; elaboração de modelos matemáticos para análises do banco de dados, estágio no laboratório Forester Lab (<http://foresterlab.cfans.umn.edu/>) localizado no College of Natural Resource Sciences; Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT: formalização da parceria entre Fundação Zoológico de São Paulo e Fundepag como Fundação atuante no NIT abrigado no DPA para ações de inovação e tecnologia. O DPA organizou em parceria com a DED o Curso Pilares do Zoo - Pesquisa e Saúde Animal, tendo recebido 50 inscritos, a coordenadora do DPA passou a fazer parte do Comitê Avaliador do PIPE-FAPESP e do Comitê Avaliador Jovem Cientista do Instituto Butantã; Publicou oito artigos científicos em revistas internacionais; orientação de dois alunos de mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Conservação da Fauna (PPG-CFAU UFSCAr/FPZSP), uma orientação de doutoramento pelo Programa de Pós-graduação Interunidades em Biotecnologia da USP (em andamento); um aluno de mestrado defendeu dissertação em abril de 2019; duas orientações de aprimoramento profissional em andamento; participação em mais de 10 projetos de pesquisas (*in situ* e *ex situ*); participação em quatro eventos científicos; apresentação de cinco resumos em congressos nacionais e internacionais; submissão de duas patentes biológicas ao INPI. Divisão de Ciências Biológicas foram realizações relevantes: reprodução de espécies brasileiras ameaçadas de extinção: arara-azul-de-Lear, ararajuba, mico-leão-preto, mico-leão-cara-dourada, sagui-da-serra-escuro, perereca-de-alcatrazes e perereca-pintada; reprodução de espécies brasileiras não ameaçadas: caracol-da-mata-atlântica, sapinho-garimpeiro, coscoroba, periquitão-maracanã e

cisne-pescoço-preto; espécies exóticas: cervo-dama, suricata, cisne-preto, grou-coroadado, ganso australiano e lagarto-rabo-de-macaco; aquisições de novas espécies, sendo dragão-de-barbado e raposa-do-campo; participação em 31 projetos de pesquisas, apresentação de três trabalhos científicos em eventos técnicos, participação em três congressos nacionais, um internacional, dois visitas técnica, publicação de capítulo de livro internacional, orientação de 9 aprimorandos, 9 estagiários e 6 voluntários; Manejos relevantes: conferência anual e avaliação veterinária dos anatídeos do lago, pesagem e biometria dos anfíbios, quelônios aquáticos e serpentes, saída por manejo genético para instituição internacional tamanduá bandeira e nacional mico-leão-preto, manejo preventivo de psitacídeos, aves de rapina e flamingos; Reforma: espaço Formigueiro; Ambientações: 41 em recintos do zoológico e Zoo Safári; Bem-estar-animal: Foram realizadas 9.128 atividades de enriquecimento comportamental e ambiental, 120 durante atividade noturna e 2.060 sessões de condicionamento. Atualmente o nosso plantel é constituído por 1.975 animais, entre aves, mamíferos, répteis, anfíbios e invertebrados. Divisão de Veterinária foram realizadas de janeiro a outubro as seguintes atividades: 1.717 tratamentos clínico-cirúrgicos resultando na solicitação de mais de 9.317 exames laboratoriais; atuação em dois projetos de pesquisas em colaboração com instituições nacionais e internacionais; os técnicos ministraram cinco palestras em eventos técnico-científicos nacionais, participação em dois Congressos nacionais; manteve quatro bolsistas do Programa de Aprimoramento Profissional e um estágio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE; foram orientados 20 estagiários de conclusão de curso e seis voluntários; acompanhamento de cinco visitas técnicas internacionais; além de ministrar a disciplina Práticas de Campo I no PPGCFau, com carga horária de 90h/a e a disciplina Actualización en Farmacología aplicada al manejo de especies no tradicionales y medicina de la conservación no Programa de Posgrados Facultad de Veterinaria da Facultad de Veterinaria da Universidad de la República (Uruguai) com carga horária de 45h/a. Divisão de Nutrição Animal – DNA foram desenvolvidas as seguintes atividades: Núcleo de Fabricação de Ração a produção e distribuição de 172 toneladas de ração e manutenção do maquinário; Núcleo de Alimentação Animal, manutenção, processamento e distribuição por mês de aproximadamente 4.500,00 kg de carne, 2.000,00 kg de peixes e 1.500,00 kg de frango além de diversas frutas, legumes e verduras. Este núcleo distribui diariamente, aproximadamente 700 bandejas com alimentação das milhares de espécimes; Núcleo de Desenvolvimento de Alimentação Viva Renovável manteve a criação de 6.200 ratos, 1.600 camundongos, 400 porquinhos da Índia e 10 Kg de insetos. Aquisição e criação de 1000 pintainhos/mês, assim como, na produção de moscas em conjunto com o Setor Répteis. Foi iniciado, nesta divisão, o Programa de Aprimoramento Profissional – PAP com uma Zootecnista formada pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Mato Grosso Sul. Gestão Ambiental e de Qualidade: em agosto a Fundação obteve a manutenção do Sistema de Gestão Integrada (Ambiental e da Qualidade), através da renovação da certificação ISO 14001 e ISO 9001, versão 2015 pelo período de um ano, por parte da Fundação Carlos Alberto Vanzolini. Dentre as atividades desenvolvidas para manutenção das certificações, foi realizada a análise e priorização dos riscos que podem afetar a qualidade ambiental e do serviço prestado pela Fundação. Além disso, para gerenciamento da qualidade do serviço de visitação, foram realizadas duas edições da pesquisa de satisfação dos visitantes. Foram mantidas ainda as ações para o gerenciamento de resíduos sólidos classe I e Classe II, com destaque a destinação de uma média de 10 toneladas de resíduos recicláveis, aproximadamente 5ml litros de óleo de cozinha e renovação do CADRI para destinação de resíduos perigosos. Setor de Gestão Ambiental, responsável pela área de saneamento ambiental da Fundação, as ações de controle e monitoramento se mantiveram com a operação da Estação de Tratamento de Água – ETA, Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, Controle de Animais Sinantrópicos e Unidade de Produção de Composto Orgânico – UPCO. A ETA produziu no período 63.345m³ de água de reuso, utilizada para a limpeza e abastecimento dos tanques animais, o volume tratado representa uma economia de R\$ 970.445 frente ao consumo da concessionária pública. A ETE tratou no período 25.972m³ de efluentes de todo o Zoológico e Zoo Safári, colaborando com a melhoria da qualidade dos recursos hídricos locais e gerando uma economia de R\$ 397.891. A UPCO recebe todos os resíduos orgânicos gerados no Zoológico e Zoo Safári e os transforma em adubo orgânico utilizado nas dependências da Divisão de Produção Rural – Araçoiaba da Serra e nos jardins do Zoológico e Zoo Safári, no período analisado foram produzidos 142 toneladas de adubo orgânico. Divisão de Produção Rural, responsável pela Fazenda do Zoológico, destaque para o fechamento do ano agrícola 2018-2019, com envio, seja para consumo, seja para venda em leilão, de 1.566.554,0 kg de produtos, divididos em 3.275,0 kg de hortaliças, 11.647,0 kg de frutas, 1.168.500,0 kg de grãos, 381.500,0 kg de forrageiras e 1.632,0 kg de raízes. A fazenda também forneceu 21.760,0 kg de materiais utilizados na construção, reforma, ornamentação e forração de recintos do parque, como madeiras, saps, bambus, mudas e fardos de gramíneas. Objetivando o aumento da geração de receita, vendeu 7.500 m³ de madeira de eucalipto proveniente de reflorestamentos comerciais. Dentro do plano de manejo sustentável da fazenda, dentro do Programa de Restauração Florestal, vêm sendo mantidas cerca de 170.000 mudas em uma área de aproximadamente 70 ha da Divisão de Produção Rural. Todas as atividades vêm sendo monitoradas pela unidade, sendo realizada a manutenção regular, como controle de plantas invasoras e adubação de mudas. A DPR deu continuidade no Programa de Educação Ambiental “Fazenda Legal”, em parcerias com Secretarias de Educação e Meio Ambiente dos Municípios de Araçoiaba da Serra, Salto de Pirapora, Votorantim, Sarapuí, Ibiúna e Capela do Alto, atendendo quase 1.400 crianças em monitorias, 150 estudantes e profissionais, além de mais de 200 pessoas da comunidade do entorno e região em ações e eventos abertos em comemoração aos Dias Mundiais da Água e Meio Ambiente. Foi dado prosseguimento ao Clube Ecológico com atividades contínuas e público fixo infantil e adolescente em 15 encontros, além de um acampamento ao longo do ano. Atendeu e deu suporte em trabalhos e pesquisas de estudantes de ensino técnico, superior, pós-graduação e outros profissionais e municipalidades com representação em conselhos e eventos. A unidade manteve a certificação ambiental pela NBR ISO 14.001 e NBR ISO 9.001 (Sistema de Gestão da Qualidade).

Subsecretaria de Infraestrutura - Coordenadoria de Saneamento – CSAN - Programa Água É Vida - O programa Água é Vida foi criado em 2011 e tem como objetivo a execução de obras e/ou serviços de infraestrutura, instalações operacionais e/ou equipamentos, destinados à melhoria das condições de saneamento básico, em localidades de pequeno porte, predominantemente ocupadas por população de baixa renda, mediante convênios firmados entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SIMA e os Municípios paulistas. As instalações financiadas, fossas sépticas individuais USI’s – Unidades Sanitárias Individuais, poços profundos e hidrômetros, buscam a universalização do acesso aos serviços e ações de saneamento básico, preservação do meio ambiente, bem como, a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população de baixa renda nas localidades de pequeno porte. Temos 10 convênios em andamento com 5

Municípios Apiaí, Guapiara, Paranapanema, Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo e com o ITESP, com a instalação de 1.687 fossas, 163 hidrômetros e 36 poços, beneficiando 16.887 habitantes e um investimento de R\$ 12,8 milhões. Celebramos no ano, 2 convênios com os Municípios de Cajati e Guaraçá, com investimento de R\$ 1,32 milhões, beneficiando 720 habitantes com a instalação de 180 USI's. Em 2019, o programa Água é Vida foi incluído nas ações do Projeto Vale do Futuro, com projeto de Gestão de Resíduos Sólidos em áreas isoladas / rurais, com investimentos estimados nos próximos 2 anos de R\$ 15 milhões: 1.779 USI's a serem instaladas em 11 Municípios, beneficiando 7.116 habitantes. 4 localidades rurais (piloto), com coleta seletiva. Programa SANEBASE - Desde 2007, o programa tem como objetivo transferir recursos financeiros para a execução de obras e/ou serviços de saneamento básico, mediante convênios firmados entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SIMA, e os Municípios cujos sistemas de água e esgoto são operados diretamente pela Prefeitura Municipal ou autarquias municipais (serviços autônomos). As intervenções financiadas buscam ampliar os níveis de atendimento dos municípios para a implantação, reforma adequação e expansão dos sistemas de água e esgotos, com vistas à universalização desses serviços, contribuindo para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população. Celebramos 3 convênios em Avanhandava, Itapira e Salto Grande e temos mais 4 convênios em andamento em Aramina, Ipuã, Pacaembú e Pirangi, totalizando 7 convênios, no valor de R\$ 3,38 milhões, beneficiando 49.695 habitantes. Programa Água Limpa - O Programa Água Limpa, criado no ano de 2005, objetiva a execução de projetos e obras de afastamento e tratamento de esgoto sanitário. A partir de 2018, o programa ganhou uma nova forma de financiamento: em parceria com a Desenvolve-SP, criou-se uma linha de financiamento específica para que as prefeituras captem recursos para obras dos serviços de esgotamento sanitário, com os juros equalizados por recursos do Tesouro Estadual em até 100% do valor. Tivemos 4 operações contratadas (Descalvado, Itapira, Pedreira e Pitangueiras) no valor de R\$ 13,5 milhões e 8 pedidos em tramitação (Aparecida, Barrinha, Iepê, Monte Azul Paulista, Pirajuí, Pradópolis, Rancharia e Rio das Pedras) no valor de R\$ 34,7 milhões, totalizando R\$ 48,2 milhões. Programa PRÓ-CONEXÃO - O Programa Pró Conexão ("Se Liga na Rede da SABESP"), a partir de setembro de 2012, foi instituído com o objetivo de subsidiar diretamente as famílias de baixa renda, residentes em municípios operados pela SABESP, que não dispõem de recursos para realizarem as obras de adequação interna das suas moradias para conexão à rede pública de coleta de esgotos e encaminhamento para tratamento. O desenvolvimento do programa envolve o trabalho conjunto da SIMA e da Secretaria de Fazenda e Planejamento, cabendo a ambas as Pastas o reembolso de 80% das despesas efetuadas pela SABESP para a execução dos serviços, objeto do programa. Foram executadas 2.854 ligações com valor investido de R\$ 3,88 milhões (reembolso de 80% à SABESP). CONESAN - Conselho Estadual de Saneamento - O Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN é um órgão de caráter consultivo e deliberativo, de nível estratégico para a definição e implementação da política de saneamento básico do Estado, com a organização, a composição e o funcionamento estabelecido pelos artigos 39 e 40, da Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 54.644/2009. O CONESAN vem desenvolvendo suas atividades, com a participação de representantes do Estado, municípios e sociedade civil para atingir os objetivos de uma Política Estadual de Saneamento articulada e complementar às ações de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano, com foco na cooperação entre Estado, municípios e a sociedade civil. A Coordenadoria de Saneamento responde pela Secretaria Executiva do Conselho, desenvolvendo todas as atividades atribuídas no decreto que dispõe sobre organização e funcionamento do Conselho, temos uma proposta de alteração do Decreto nº 54.644, adequando a composição do CONESAN à nova estrutura do Governo. Indicador de Salubridade Ambiental - ISA - O ISA foi criado como ferramenta para a elaboração do Relatório sobre a Situação de Salubridade Ambiental no Estado de São Paulo. A CSAN está trabalhando na revisão e aperfeiçoamento do indicador. Sistema de Informações de Saneamento do Estado de São Paulo - SISAN - Disponível para consulta no site da SIMA está em fase de atualização e reformulação para uma plataforma com visual mais moderno e maior facilidade de inclusão de informações. Programa de Apoio à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento - PMS - O Governo do Estado de São Paulo, por meio da SIMA, celebrou convênio com a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, possibilitando a contratação de empresa de prestação de serviços de apoio técnico e consultoria para revisar, atualizar ou consolidar os Planos Integrados ou os Planos específicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, beneficiando os municípios que são regulados pela ARSESP. Atenderemos 243 municípios, beneficiando aproximadamente 7 milhões de habitantes, com investimento de R\$ 9,6 milhões. Elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - O Estado de São Paulo, por meio da SIMA, iniciou os trabalhos para a elaboração do 1º Plano Estadual de Saneamento Básico de São Paulo - PESB/SP, contemplando os quatro serviços de saneamento básico (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais). Com investimento de aproximadamente R\$ 6 milhões através de recursos oriundos do FEHIDRO e entrega prevista para fevereiro de 2021, o PESB/SP será instituído por lei e estabelecerá as diretrizes e os programas para ações no setor, respeitando as peculiaridades regionais e locais. Os diagnósticos e prognósticos abrangerão os 645 municípios, organizados nas 22 UGRH's, e terão um horizonte de planejamento de 20 anos com revisões quadrienais. Convênio de Cooperação / Contratos de Programa SABESP - Visando atender as exigências da legislação em vigor para o setor, desde 2008, o Estado de São Paulo, através da SIMA, celebra com os municípios Convênios de Cooperação, passando para a SABESP a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, regidos por meio de Contrato de Programa, delegando as competências de fiscalização e regulação para a ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento Básico e Energia do Estado de São Paulo. Temos hoje 373 municípios conveniados. Municípios com contratos (renovação e/ou assunção) em 2019: 13 - Alambari, Bertioga, Caraguatatuba, Espírito Santo do Turvo, Itanhaém, Lavrinhas, Monguaguá, Oriente, Peruíbe, Santo André, São Bernardo do Campo, São Sebastião e Tapiratiba. Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável - CIPOG - Constituído pela Resolução SIMA nº 33 de 14/05/2019, o CIPOG tem o objetivo de integrar as ações e projetos com as políticas globais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, visando ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas sustentáveis. A CSAN participa como membro do Comitê e tem representação no Grupo de Trabalho para internalizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, no âmbito do CIPOG. Comitê de Integração de Resíduos Sólidos - CIRS - Com o objetivo de enfrentar os desafios do tema Resíduos Sólidos, focando na regionalização e em novas rotas tecnológicas para o tratamento de resíduos sólidos, foi instituído pela Resolução SIMA nº 12 de 22/02/2019 o Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, com formação multisetorial alinhado à nova estrutura da SIMA, e com as seguintes atribuições: propiciar a articulação e aplicação integrada da legislação que institui

e regula a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Estadual de Resíduos Sólidos; apoiar a Comissão Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos na execução do Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos; coordenar a revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos; apoiar a gestão municipal e regional de resíduos sólidos; apoiar medidas para adequar as instalações irregulares de disposição final de resíduos sólidos; incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a adoção e a divulgação de novas tecnologias para a eliminação, diminuição, valorização, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos; apoiar a melhoria das atividades de coleta seletiva, reuso e reciclagem dos resíduos sólidos; fomentar a transição para uma economia circular. Estas ações estão apoiadas nas seguintes atividades, a cargo de 6 Grupos de Trabalho: Grupo 1 - Revisão do "Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo - PERS"; Grupo 2 - Regionalização e Consórcios; Grupo 3 - Logística Reversa, Coleta Seletiva e Participação Social; Grupo 4 - Planejamento e Controle de Operações em Aterros Sanitários; Grupo 5 - Inovação Tecnológica para Tratamento de Resíduos Sólidos; Grupo 6 - Educação Ambiental e Comunicação. Programa de Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo - O programa foi incluído no Plano Plurianual 2020-2023 e tem como objetivos: promover um melhor planejamento, gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, enfatizando as soluções regionalizadas; melhorar a qualidade dos aterros, bem como reduzir a quantidade de resíduos dispostos (aterro mínimo); desenvolver sistemas de monitoramento da política de resíduos e de rastreamento dos resíduos sólidos; aprimorar a logística reversa no Estado de São Paulo; fomentar a adoção, o desenvolvimento e o aprimoramento de novas rotas tecnológicas no tratamento dos resíduos sólidos.

Coordenadoria de Recursos Hídricos - Reorganização administrativa da Coordenadoria de Recursos Hídricos - Em decorrência da desativação da antiga Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos pelo Decreto nº 64.059, de 1/1/2019, e transferência de suas atribuições à atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA foi proposta a revisão das competências e atribuições da Coordenadoria de Recursos Hídricos, de forma conjunta com as demais unidades da Pasta, o que resultou na edição do Decreto nº 64.132, de 11/3/2019. Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH - No exercício das funções de Secretaria Executiva do CRH a Coordenadoria de Recursos Hídricos, em decorrência das alterações administrativas promovidas pelo Decreto nº 64.059, de 1/1/2019, propôs, em 4/4/2019, minuta de ajustes ao Decreto nº 57.113, de 7/7/2011, adaptando a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos ao novo desenho institucional do Estado. A minuta tramitou pela SIMA e atualmente encontra-se em análise final na Assessoria Técnico Legislativa da Procuradoria Geral do Estado. Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH - Elaboração de capítulo do Relatório de Situação do Estado de São Paulo - ano 2018, a ser aprovado por Deliberação do CRH, que trata do acompanhamento do PERH 2016-2019 - anos 2016-2018, a partir de informações colhidas junto às Secretarias de Estado, Empresas, Autarquias, Fundações e demais entidades responsáveis pela execução de 104 ações constantes do PERH 2016-2019, envolvendo investimentos de R\$ 16 bilhões em obras e ações afetas aos recursos hídricos. Liberação de ordem de serviço e pagamento de 1ª parcela do contrato que objetiva a prestação de serviços de consultoria para elaboração de "Subsídios Técnicos para o Plano Estadual de Recursos Hídricos 2020-2023", abrangendo todo o território do Estado de São Paulo, em cumprimento ao determinado pela Lei nº 16.337/2016. Planos de Bacias Hidrográficas - Suporte técnico aos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs para atualização de seus Planos de Bacias Hidrográficas, em conformidade com as diretrizes das Deliberações CRH 146, de 11/12/2012, CRH 188, de 14/12/2016, CRH 211, de 18/12/2017 e CRH 224, de 12/9/2019. Planejamento da distribuição dos recursos financeiros do FEHIDRO da fonte Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos e Royalties de Itaipu - CFURH - Levantamento dos indicadores previstos na Deliberação CRH nº 147, de 11 de dezembro de 2012, que aprova critérios de distribuição dos recursos financeiros, junto às instituições geradoras dos dados. Foram consolidados os dados disponíveis para definir percentuais a serem utilizados na distribuição dos recursos FEHIDRO no Plano Anual de Aplicação de 2020, para cada uma das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI, a ser submetido ao CRH. Relatórios Anuais de Situação dos Recursos Hídricos - Coleta e sistematização de dados primários para elaboração dos Relatórios de Situação das UGRHs - ano base 2018, e suporte técnico aos CBHs para sua elaboração. Avaliação dos Relatórios de Situação - RS ano-base 2017, das 22 UGRHs, para fins de rateio das verbas do FEHIDRO. Diagramação do Relatório de Situação do Estado de São Paulo - ano base 2017, aprovado pela Deliberação CRH nº 217, de 19 de dezembro de 2018, divulgado em meio eletrônico no portal do SIGRH: <http://www.sigrh.sp.gov.br/relatoriosituacaodosrecursoshidricos>. Elaboração do Relatório de Situação do Estado de São Paulo - ano base 2018, a ser aprovado por Deliberação do CRH até o final do ano, a ser divulgado em meio eletrônico no portal do SIGRH <http://www.sigrh.sp.gov.br/relatoriosituacaodosrecursoshidricos>. Cobrança pelo uso dos recursos hídricos - Suporte técnico com vistas à edição de Decretos para instituição de cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas UGRHs São José dos Dourados (Decreto nº 64.305/2019) e Litoral Norte (Decreto 64.292/2019).



Bases Cartográficas e Sistemas de Informação - Elaboração de cerca de 150 mapas temáticos para subsidiar as análises apresentadas nos Relatórios de Situação do Estado e das Bacias Hidrográficas nos temas de saneamento básico, caracterização física, dinâmica demográfica e social, demanda/disponibilidade e qualidade das águas.

Disponibilização de informações espacializadas e acompanhamento dos produtos cartográficos gerados para elaboração do PERH 2020-2023. Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO - Elaboração e encaminhamento à Agência Nacional de Águas – ANA do relatório de desenvolvimento, referente a 2018, das cinco Metas de Cooperação Federativa no âmbito do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos – SINGREH, a saber: Integração das bases cadastrais; compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas; contribuição para difusão do conhecimento; prevenção de eventos hidrológicos críticos; atuação para segurança de barragens; organização junto aos responsáveis por cada uma das 32 variáveis que compõem as Metas de Gestão de Águas no âmbito do SIGRH, para relato do desenvolvimento das atividades, com vistas à elaboração, padronização e apresentação ao CRH de auto avaliação estadual referente a 2018 encaminhada à ANA (aprovação pela Deliberação CRH Ad Referendum nº 225/2019, de 08/10/19); envio de documentação à ANA relativa à 4ª certificação com objetivo de liberação de recursos financeiros da ANA. Articulações junto aos técnicos no âmbito do SIGRH e da ANA atuando-se, desta forma, como facilitadores dos diálogos necessários para atendimento aos itens pactuados no âmbito do Programa Federal. Elaboração PPA 2020-2023 - Acompanhamento de oficinas, capacitações e proposição de metas e produtos do Programa 2625 (Desenvolvimento da Política de Recursos Hídricos e implementação de suas ações) referente ao Projeto de Lei nº 924/2019 que institui o Plano Plurianual – PPA 2020-2023 encaminhado por PL do Executivo à Assembleia Legislativa no mês de Agosto de 2019. Programa de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos – CAPACITA SIGRH - Participação na “3ª Oficina Progestão: Intercâmbio sobre elaboração e implementação de Planos de Capacitação.”. Elaboração da primeira versão do Programa de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos – CAPACITA-SIGRH. Delimitação de temas e conteúdos, tomando como base documentos produzidos em reuniões do Desenvolve-RH e encontros realizados pela ANA para a discussão do tema. Reuniões com Centro Paula Souza, Escola de Governo do Estado de São Paulo – EGESP, Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica – FCTH Serviço Nacional do Comércio – SENAC e Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba – FUMEP para a prospecção de parcerias com as referidas instituições. Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITES - Aprovação do quadro de indicadores e metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS, para o estado de São Paulo, por meio de Deliberação CRH Ad Referendum nº 226/2019, de 31/10/19. Salas de Situação - Realização de entrevistas presenciais e por vídeo conferência nas UGRHIS que possuem salas em operação ou em instalação com objetivo de elaborar informação técnica para subsidiar Colegiados a concluírem etapa de instalação de salas de situação até 2023, conforme metas propostas no PPA 2020-23. Coordenação do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI - Realizadas 2 reuniões, com participação dos representantes de suas entidades básicas: CPLA e CRHi da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, DAEE e CETESB. Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH - Organização das providências para recomposição das 7 Câmaras Técnicas do Conselho assim que for publicado o Decreto com adequação do CRH à nova organização administrativa do Estado: Assuntos Jurídicos e Institucionais; Águas Subterrâneas; cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos; Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos; Proteção das Águas; Planejamento; Gestão de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos. Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH - Interação permanente com as Secretarias Executivas dos 21 CBHs, promovendo o intercâmbio de informações; realização de 3 encontros estaduais para nivelamento e diretrizes sobre assuntos afetos ao Sistema, em 4/2/19, 13/06/19 e 21/11/19. Organização e participação em eventos - Participação em eventos significativos para o SIGRH, com destaque para o XVII Diálogo Inter bacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos em São Pedro/SP no período de 14 a 16 de agosto. Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH - Acompanhamento da reestruturação promovida na composição e estrutura do CNRH pelo Decreto Federal nº 10.000, de 3/9/2019 e suporte à participação de representante do CRH nas discussões para eleição dos representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos no plenário do CNRI. Produção de material técnico, informativo e de divulgação do SIGRH - Produção de uma edição do informativo impresso Correnteza e 04 edições do informativo eletrônico “Correnteza Express”. Sistemas de comunicação social - Investimento na transparência das informações e na democratização da gestão por meio do gerenciamento e criação de conteúdos para o Portal SIGRH (www.sigrh.sp.gov.br) e de ferramentas de comunicação como Face book e YouTube. Conselho de Orientação do FEHIDRO – COFEHIDRO - O COFEHIDRO realizou até 25/11/19 uma reunião, na qual foram aprovadas 4 deliberações que trataram da regularização de desembolsos efetuados e autorização do pagamento de parcelas pelo Agente Financeiro, aprovação do Plano de Aplicação de Recursos do FEHIDRO para o ano, alteração de prazos dos empreendimentos para aprovação e contratação e restauração de empreendimento cancelado.

Gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO - Estimativas de arrecadação e execução orçamentária (em R\$ x 1.000,00) fontes CFURH e Cobrança:

Receita LOA 2019, descontada DREM (CFURH):		R\$ 21.220.
Crédito suplementar à LOA (CFURH):		R\$ 7.500
Receita LOA 2019 (Cobrança p/uso rec.hídricos):		R\$ 147.464
Crédito Suplementar LOA 2019 (Cobrança):		R\$ 11.300
Receita total estimada 2019:		R\$ 187.485
Liquidado fonte CFURH até out/2019:	(70,7.%)	R\$ 20.300.
Liquidado fonte Cobrança até out/2019:	(54,5%)	R\$ 86.467
Liquidado total até out/2019:	(56,9.%)	R\$ 106.767.

Além das fontes CFURH e cobrança, o FEHIDRO conta com outras 5 contas específicas relativas a receitas de compensação monetária em Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais – APRMs (CETESB) e de Multas de Outorgas (DAEE), conforme estimativas de arrecadação e execução orçamentária a seguir (em R\$ x 1.000,00):

Receitas LOA 2019 - APRM Guarapiranga	R\$ 100
Crédito suplementar 2019 – APRM Guarapiranga	R\$ 230

Receitas LOA 2019 – APRM Billings		R\$ 100
Receitas LOA 2019 – APRM Juqueri-Cantareira		R\$ 100
Receitas LOA 2019 – APRM Alto Tietê-Cabeceiras		R\$ 100
Receitas LOA 2019 – Multas de Outorga		R\$. 350
Crédito suplementar 2019 – Multas de Outorga		R\$. 200
Receitas totais estimadas contas especiais 2019		R\$ 1.180
Liquidado Execução APRM Guarapiranga	(.%)	R\$ 151,8.
Liquidado APRM Billings	(.%)	R\$ 33,7.
Liquidado APRM Juqueri-Cantareira	(0 %)	R\$ 0,0
Liquidado APRM Alto Tietê-Cabeceiras	(0 %)	R\$ 0,0
Liquidado Multas de Outorga	(.%)	R\$ 399,5.
Liquidado totais contas especiais	(49,6%)	R\$ 585,0

Supervisão, monitoramento e controle dos processos relativos aos 1328 empreendimentos financiados pelo FEHIDRO em andamento nas fontes CFURH e Cobrança em estágios de análise ou contratação (333) que correspondem à investimentos de R\$ 172 milhões; não iniciados (228) que somam R\$ 114 milhões; e em execução (767) que totalizam R\$ 464 milhões.

As operações de investimento podem ser assim sintetizadas, conforme a situação, fonte de recursos e valores a aplicar: Empreendimentos em análise (333/R\$ 172 milhões): 134 (CFURH, R\$ 66 milhões); e 199 (Cobrança, R\$ 106 milhões); Contratos assinados (269/R\$ 130 milhões): 101 (CFURH, R\$ 25 milhões); e 168 (Cobrança, R\$ 105 milhões); Contratos concluídos (238/R\$ 103 milhões): 189 (CFURH, R\$ 57 milhões); e 49 (Cobrança, R\$ 46 milhões). Dos 238 empreendimentos concluídos no exercício, acrescenta-se: Distribuição dos contratos por segmento: 201 com municípios/entidades municipais (84%); 28 sociedades civis (12%) e 9 administrações direta e indireta do estado (4%); Número de contratos conforme a tipologia dos empreendimentos: Serviços e obras de conservação, proteção e recuperação da qualidade das águas (75/ 31,5%); Planejamento e gerenciamento de recursos hídricos (60/25, 2%); Prevenção e controle contra erosão do solo e o assoreamento dos corpos d’água (45/18, 9%); Prevenção e controle contra inundações (33/13, 9%); Conservação e proteção dos mananciais superficiais de abastecimento público (23/9, 7%); Aproveitamento múltiplo e controle dos recursos hídricos (1/0, 4%); e Desenvolvimento racional da irrigação (1/0, 4%). Valores totais desembolsados no exercício (até out/19) foram de R\$ 102 milhões, sendo: R\$ 42 milhões (CFURH) e R\$ 60 milhões (Cobrança pelo uso de recursos hídricos); Recursos de Custeio - Para suporte ao funcionamento do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH o Plano de Aplicação Anual do FEHIDRO (fonte CFURH) prevê repasses trimestrais a 24 contas correntes operadas pelas Secretarias Executivas dos diferentes colegiados do SIGRH, a saber, com valores em x R\$ 1.000,00: Alocação para repasses de custeio R\$ 1.315; Repasses realizados para custeio até outubro R\$ 929; Porcentagem dos repasses/previsão 70,7%. No que se refere à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, 19 dos 21 colegiados de bacia do Estado estão com cobrança pelo uso da água implantada. Dos recursos arrecadados são destinados até 10% para despesas de custeio e pessoal, sendo que atualmente 16 secretarias executivas estão com contas correntes abertas para recebimento/aplicação dos recursos. A situação é a seguinte, com valores em (x R\$ 1.000,00): Alocação para repasses de custeio no ano R\$ 10.785; Repasses realizados para custeio até R\$ 7.851; Porcentagem dos repasses/previsão 72,8%.

Coordenadoria de Petróleo, Gás e Mineração – CPGM - As ações da CPGM, devido às sistemáticas de trabalho distintas, podem ser segmentadas em direcionadas ao setor mineral e vinculadas ao setor petrolífero: Mineração - A atividade minerária do Estado de São Paulo encontra-se entre uma das cinco maiores do Brasil, movimentando cerca de 3,5 bilhões de reais em produção bruta no presente ano. Notadamente realizada a partir da extração de substâncias não metálicas (água mineral, areia, argila, brita, calcário, caulim, rocha fosfática e etc.) a mineração do Estado é voltada para ao mercado interno, em especial o setor da construção civil. Apoio aos municípios - Devido à característica locacional da atividade mineral, a ação de apoio aos municípios é preponderante para que a mesma ocorra de maneira harmônica com outras atividades de uso e ocupação do solo. Ordenamento Territorial Geomineiro - os atendimentos às prefeituras foram realizados com objetivo de orientá-las quanto a utilização do Ordenamento Territorial Geomineiro-OTGM nos planos diretores municipais. Os principais municípios contemplados pela ação foram aqueles vinculados ao Plano de Desenvolvimento Integrado - PDUI da Região Metropolitana de São Paulo, através do Consórcio Municipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo – CONISUD, composto pelos seguintes municípios: Juquitiba, Cotia, São Lourenço da Serra, Itapeceira, Embu das Artes, Embu Guaçu, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. A ação em questão será ampliada a todos os municípios mineradores do Estado. CFEM e Legislação Ambiental - assistência prestada frente às demandas específicas de cada município, principalmente no que se refere à legislação ambiental/mineral e arrecadação de CFEM. - Apoio aos mineradores - A presente coordenadoria promoveu junto à CETESB seção de alinhamento e supressão de dúvidas quanto a processos de licenciamento de empreendimentos minerários. A difusão das possibilidades de destinação de áreas mineradas continuou na pauta da coordenadoria de forma destacada, discussões sobre o assunto foram realizadas junto a entidades representantes do setor produtivo, FIESP e associados. Novos regramentos para recuperação de áreas degradadas foram geradas em conjunto com a CETESB, através da Resolução SIMA 55, de 9 de agosto de 2019. Acompanhamento de Barragens do Estado de São Paulo - Relatório de Barragens do Estado de São Paulo – resultado do trabalho realizado pelo GT - Barragens, instituído por meio da Resolução Conjunta SIMA-CMIL 1, de 29 de janeiro de 2019. O relatório de Barragens do Estado de São Paulo teve como objetivo ampliar o conhecimento do Governo do Estado à respeito das barragens presente em seu território, realizando levantamento, atualização e análise de informações relativas à situação de risco das barragens de rejeitos mineração, acumulação de resíduos industriais, de acumulação de água para usos múltiplos, e de acumulação de água para a geração hidrelétrica. Comitê Permanente de Barragens - encontra-se em estruturação, sob organização desta coordenadoria o Comitê de acompanhamento permanente das ações relacionadas à segurança de barragens do Estado de São Paulo, inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB. Programa de revisão e consolidação de legislações - Contempla a linha de ações da presente coordenadoria promover e participar da atualização de legislações minerais e ambientais que permeiam as atividades do setor, no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Resolução SMA 42, de 16 de setembro de 1996 - com vista a proporcionar maior segurança jurídica e administrativa ao gestor ambiental e empreendedor, garantindo a proteção dos recursos ambientais e a otimização do uso do solo, a CPGM tutelou a

atualização da Resolução SMA 42/96 que disciplinava o licenciamento ambiental dos empreendimentos minerários de extração de areia na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, promovendo a publicação da Resolução SIMA 55, de 10 de agosto de 2019. Resolução SMA 69, de 6 de novembro de 1997 - a CPGM tem fomentado ampla discussão entre a área ambiental CETESB e setor produtivo minerário a fim de revisar, atualizar e consolidar a Resolução SMA 69/97, que dispunha sobre a extração de areia e argila vermelha na Bacia Hidrográfica do rio Jaguari Mirim. Meio Ambiente e Responsabilidade Social - Percepção da mineração - considera-se a melhoria da imagem das atividades minerárias, tanto perante a sociedade quanto ao governo fator essencial para fortalecimento do setor. Nesse sentido, a CPGM buscando implementar o programa “Mineração Legal” tem apoiado entidades do setor no projeto de autorregulação, à priori, através da fiscalização do peso dos caminhões de areia que circulam em estradas paulistas. Em outra frente, em conjunto com a CETESB, a CPGM tem desenvolvido um projeto piloto de fiscalização monitorada de extração de areia ilegal na região do Vale do Paraíba. Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável - participação nas discussões relacionadas a implementação das ODS nas políticas minerárias e desenvolvendo de ações vinculadas ao setor. Comitê de Integração de Resíduos Sólidos - participação nas discussões de revisão e elaboração do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo – PERS, inserindo no que tange a temática mineração, dados e ações sobre os rejeitos oriundos do processamento mineral depositados em estruturas de barramento. Comitê de Integração de Educação Ambiental - estruturação de projeto de educação, destinada ao ensino de crianças, conscientização da sociedade e governo sobre a origem, importância e utilização dos bens minerários. Implantação e Fortalecimento da Política Mineral - Conselho de Geologia e Mineração – COGEMIN - Tendo em vista a necessidade de estabelecer ações que contemplem as demandas do setor, a CPGM buscou retomar os trabalhos do extinto COGEMIN alinhando as diretrizes deste conselho às do atual governo a fim de possibilitar uma nova formalização do mesmo em decreto constituinte. Estudo sobre demanda e oferta de bens minerários da Região Metropolitana de São Paulo: Cenários para o planejamento da mineração de agregados 2020/2040 - elaboração de termo de referência para desenvolvimento de amplo estudo sobre o mercado de agregados na RMSP. Iniciando com o setor produtivo de areia, brita e RCC. O estudo deve trazer subsídios para estabelecer um planejamento de longo prazo e possibilitar análise do provável comportamento da oferta e demanda de areia, brita e RCC para os anos entre 2020 e 2040. Acordos de Cooperação com a Agência Nacional de Mineração e Serviço Geológico do Brasil CPRM - busca-se a integração das atividades e desenvolvimento de ações conjuntas entre as instituições anteriormente citadas, promovendo o cruzamento dos dados do setor mineral, com dados econômicos, sociais e geológicos como ferramenta de planejamento e gestão pública. Petróleo e Gás - Em virtude da relevância do petróleo e gás para o suprimento energético e para a economia nacional e paulista, a Coordenadoria de Petróleo e Gás, atuou no fortalecimento e diversificação das atividades da indústria de petróleo e gás em São Paulo. Exploração e Reservas de Petróleo e Gás Natural - Nova Política de E&P e Calendário Plurianual de Rodadas - Acompanhamento do calendário de rodadas e áreas confrontantes ao Estado de São Paulo para atração de empresas estrangeiras e divulgação das oportunidades para empresas, fornecedores e desenvolvimento socioeconômico. Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural Offshore - Acompanhamento e sistematização dos dados das atividades de exploração e produção em São Paulo. Exploração de Gás Natural *Onshore* – Apresentação, debate e apoio às discussões envolvendo o aproveitamento de gás não convencional. Produção de Petróleo e Gás - Alternativas de Ampliação da Oferta de Gás Natural no Estado de São Paulo - A produção paulista de gás natural, que ocorre integralmente na Bacia de Santos (92% da produção do pré-sal), vem crescendo significativamente. A Coordenadoria vem acompanhando e apoiando institucionalmente o desenvolvimento dos estudos técnicos, econômicos e ambientais para a implantação de infraestrutura de suprimento de gás em São Paulo (via importação do gás natural da Bolívia ou via terminais de gás natural liquefeito – GNL), com vistas a promover a competitividade dos preços deste energético e, conseqüentemente, fomentar o desenvolvimento do mercado paulista. Foram aprovadas pelo Consema as Licenças Prévias – LP do terminal de GNL e das duas termelétricas a gás natural no Estado – Complexo Pedreira, da EMAE, com 2,5 GW, e Lins, com 2,1 GW. Há previsão ainda de aprovação pelo Consema da LP do Gasoduto Subida da Serra, necessário para distribuir o gás que entra pela Baixada (seja produção nacional, seja importado via GNL) para o Planalto Paulista. Acompanhamento da Exploração e Produção de Petróleo e Gás - Sumário Executivo de Petróleo e Gás – A publicação apresenta informações sobre a produção, oferta e consumo de gás natural, petróleo e seus derivados, os preços de referência e praticados e a arrecadação de royalties proporcionada por essas atividades, e permitem o acompanhamento e monitoramento do mercado paulista de petróleo, gás natural e derivados. Disponibilizado ao público no idioma Português. Boletim da Produção - Publicação iniciada em 2017, elaborada mensalmente, divulga os volumes de produção dos Estados e das Bacias Sedimentares, permitindo posicionar o Estado de São Paulo entre os demais produtores. Mapeamento Geoespacial - Atualização permanente da Base de Dados Geoespacial de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos, Campos (RJ) e Espírito Santo, incluindo as áreas do pré-sal na 6ª Rodada da Partilha, 16ª Rodada de Concessões e 16ª Rodada Licitatória ofertadas no ano pela ANP, bem como o acompanhamento da produção individualizada por campo, com a atualização periódica dos Mapas da Exploração e Produção da Bacia de Santos. Atualização do Observatório da Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em São Paulo - Construído em 2014 junto com a Fundação Seade, o Observatório da Exploração e Produção de P&G em São Paulo criou indicadores econômicos específicos para o setor de petróleo e para a região da Baixada Santista. Atualmente, no âmbito de contrato com a Fundação Seade para apuração e construção de painel de acompanhamento dos indicadores de conteúdo local da indústria paulista de petróleo e gás, foi remodelado e atualizado para utilizar nova plataforma tecnológica no website que hospedará tais mapas e informações, em substituição ao Observatório. Análise do Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE 2029 - Análise crítica e comentários ao Plano elaborado pela EPE e colocado em Consulta Pública, avaliando os efeitos de sua implantação na economia paulista. Arrecadação de Participações Governamentais (*Royalties e Participação Especial*) - Monitoramento e Elaboração de estimativas do potencial de produção de petróleo e gás e arrecadação de royalties na Bacia de Santos – Informações divulgadas mensalmente, na forma de Boletim de Arrecadação das Participações Governamentais de Petróleo e Gás. Assessoramento Técnico – A Coordenadoria continuou prestando assessoria técnica à PGE e Fazenda na avaliação de impactos sobre ações em curso no STF, como aquela envolvendo o traçado das linhas interestaduais marítimas e potencialmente o campo de Baúna (paulista), cujo julgamento pelo Plenário do Supremo estava previsto para março, e a relativa à redistribuição dos royalties e participações especiais entre Estados e Municípios conforme dispositivo legal cuja constitucionalidade foi questionada, e cujo julgamento estava previsto para 20/11 e foi adiado para abril/2020. Transporte de Gás Natural - Aspectos Tributários

do SWAP de Gás Natural – Em 2016 e 2017 a então a Coordenadoria de Petróleo e Gás apoiou a Secretaria Estadual de Fazenda e o Ministério de Minas e Energia na avaliação dos efeitos tributários do *swap* operacional de gás natural e na análise da minuta de Protocolo ICMS em discussão no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária com vistas a promover tratamento tributário uniforme entre os Estados da Federação, evitando a incidência de alíquotas interestaduais nas operações envolvendo o *swap* de gás natural. No ano foi aprovado no CONFAZ ajuste que possibilitou, sob a ótica tributária, as operações de swap de gás, condicionada à implantação de Sistema Computacional para controle das movimentações de gás na malha nacional. A Secretaria da Fazenda de São Paulo ficou responsável por este desenvolvimento, cujo acompanhamento deste desenvolvimento e implantação é realizado por esta Coordenadoria. Acompanhamento dos Derivados de Petróleo - Subvenção ao DIESEL - A Coordenadoria acompanhou e sistematizou informações sobre o programa de subvenção do diesel, decorrente da greve dos caminhoneiros ocorrida em maio/2018, e seus efeitos no consumo e substituição de derivados no país e na política de preços de combustíveis da Petrobras. Distribuição de Gás Natural - Plano de Metas de Gás Canalizado - A Coordenadoria consolidou as projeções de investimentos, número de municípios atendidos, número de consumidores, extensão da rede e volume distribuído para as três áreas de concessão de distribuição de gás canalizado que atuam no Estado no período 2017-2022, propondo o Plano Estadual de Metas de Gás Canalizado, aprovado pelo Cepe em 22/11/2016. Entre 2017 e 2018 foram realizados o detalhamento do Plano e discussão com agentes visando sua divulgação e implementação. Foram realizadas inúmeras tratativas com a ARSESP com o objetivo de criar as condições regulatórias e tarifárias para a viabilização do referido Plano, seja por inclusão de investimentos na Revisão Tarifária das distribuidoras, dentre os quais o projeto Cidades Sustentáveis, que consiste em investimento de R\$ 30 milhões da GásBrasilião para construção de 65 km de gasodutos de distribuição para levar o biometano que será produzido na usina Cocal, localizada em Nandimba (investimentos de R\$ 130 milhões), para as cidades de Presidente Prudente e Pirapozinho. Gás para Crescer e Novo Mercado de Gás - Foram realizadas tratativas com os atores para construção de consenso que permitisse a aprovação do PL da Nova Lei do Gás, aprovado pela Comissão de Minas e Energia – CME da Câmara dos Deputados. A Coordenadoria acompanhou ainda o processo de Tomada Pública de Contribuições pela ANP, para colher contribuições dos agentes sobre as medidas regulatórias no tocante ao mercado de gás que podem ser adotadas para acelerar a transição para o mercado de gás desejado. Tem acompanhado ainda o cronograma de implantação das medidas e ações contidas no Termo de Cessação de Conduta assinado entre a Petrobras e o Cade, prevendo diversos desinvestimentos. Cadeia de Fornecedores para a Indústria de Petróleo e Gás - Contratação SEADE - A CPGM especificou, contratou e realiza a gestão de contrato em curso com a Fundação SEADE, com vigência até Julho/2020, para o desenvolvimento de painel de indicadores de conteúdo local da indústria paulista de petróleo e gás, a partir de metodologia a ser elaborada e cruzamento de informações com Notas Fiscais da Fazenda e IBGE. Dentre os produtos resultantes estão um novo Observatório de Petróleo e Gás (website) e uma Tabela de Recursos e Uso Regional. Estão previstos ainda a realização de diversos seminários e eventos para validação da metodologia e apresentação dos resultados. Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores - Cooperação com a FIESP/CIESP, ABIMAQ E ABINEE, entre outras, em iniciativas para divulgação das oportunidades e estímulo à cadeia de fornecedores paulistas. Participação na Fenasuco, envolvendo a indústria sucroalcooleira e representantes locais. Formulação de Agenda Competitiva para a cadeia produtiva paulista de petróleo – Atuação com a Investe São Paulo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, relacionada à elaboração de estudo a partir da sistematização de dados e realização de análises de viabilidade econômica das atividades da indústria de Petróleo e Gás Paulista, envolvendo a evolução da oferta física de petróleo e gás no Estado e investimentos em Exploração & Produção. Inclui identificação dos principais setores impactados pela indústria de E&P, da política industrial para o setor (Política de Conteúdo Local), dos desafios para os municípios da Baixada Santista e da qualificação de mão de obra no Estado. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D - Apoio institucional à constituição do Centro Tecnológico da Baixada Santista – CTBS – Constituição de um Centro de Pesquisas na Baixada Santista, coordenado pelas três universidades públicas estaduais (USP, UNICAMP E UNESP), utilizando recursos de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras. O CTBS terá como prioridade a pesquisa das demandas regionais da atividade de exploração e produção de petróleo e gás, colaborando para a competitividade do setor no litoral paulista, formação de pessoal altamente qualificado e a geração de oportunidades de negócios com alto valor agregado. Em fase final das adequações de escopo necessárias face às demandas atuais da UO-BS (Unidade de Operações da Bacia de Santos da Petrobras) para submissão do projeto à aprovação da Diretoria da companhia e posterior entrega e apresentação do projeto à ANP. A Coordenadoria participou de inúmeras reuniões no CENPES, ANP e Petrobras, junto aos Pró-Reitores de Pesquisa das Universidades Estaduais Paulistas para pré-aprovação do projeto, tendo sido aprovado o modelo de negócio com a criação de uma Fundação Privada sem fins lucrativos, a ser constituída e credenciada na ANP para receber os recursos necessários à construção do prédio. Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural - Parceria Fapesp e Shell - Este Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural, resultado de acordo assinado em 25/9/2013 em Londres entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e a Shell, é coordenado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP). A Coordenadoria participou de inúmeros eventos do RCGI. Acompanhamento do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de motor flex Diesel/Gás para veículo pesado (caminhão) – Apoio na construção do Acordo de Cooperação entre a Usina São Martinho, GasBrasilião, Mahle e Convergás para o desenvolvimento de projeto de P&D visando a conversão de motor de caminhão diesel para gás, para testes e simulações de bancada quanto à eficiência, taxa de substituição e custos de operação com ambos os combustíveis. O objetivo é avaliar a viabilidade econômico-financeira da conversão e estimular o uso de biometano das usinas na frota de caminhões, substituindo parte do diesel consumido. Centro de Pesquisa Statoil e Unicamp – A Coordenadoria vem acompanhando desde 2016 o processo de chamada pública coordenada pela FAPESP para construção de centro de reservatórios envolvendo recursos da Statoil e Agência. Como resultado de amplo processo de seleção, a Unicamp foi escolhida para abrigar o Centro, com assinatura da parceria ocorrida no início do ano. Protocolo de Cooperação Técnico-Científica – Protocolo a ser firmado com o setor produtivo, com o objetivo de estimular o aproveitamento da vinhaça da cana de açúcar seja para aplicação localizada como biofertilizante, seja para produção e uso de biogás e/ou biometano na frota própria das usinas (substituindo o diesel), injeção na rede ou geração de energia elétrica. Under2Coalition - Participação e cooperação com a iniciativa do The Climate Group, em apoio à Assessoria Internacional, visando definição de cenários de emissões de CO₂ no projeto Under2Coalition. Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável – Participação nos eixos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e Mudanças

Climáticas. Grupo de Trabalho - GT 05 do CIRS – Rotas Tecnológicas – Coordenação das atividades de novas rotas tecnológicas para o aproveitamento de resíduos sólidos urbanos, em consonância às diretrizes do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos – CIRS, das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos (esta última em revisão pela SIMA), do Plano Estadual de Saneamento Básico (em elaboração), com base no conceito de aterro mínimo e foco na regionalização e consórcios.

Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis - Energia Elétrica - A Coordenadoria de Energias Elétricas e Renováveis – CEER participa do planejamento de médio e longo prazo para o suprimento de energia elétrica do Estado, por meio de atuação junto aos órgãos setoriais e às concessionárias de energia elétrica. Segurança no fornecimento de energia elétrica - Participação no planejamento do sistema de transmissão que atende o Estado, junto aos grupos de estudo compostos pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, através do Grupo de Estudos da Transmissão São Paulo – GET/SP, coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE e do Grupo de Transmissão São Paulo – GT/SP, coordenado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Estudos Concluídos - Reforço no atendimento da Região Metropolitana de São Paulo: Este estudo contempla o fechamento do anel de 345 kV, que faz o suprimento de energia elétrica à Região Metropolitana de São Paulo, com a implantação das Subestações São Miguel Paulista e São Caetano 345/138/88 kV, além de 100 km de linhas de transmissão subterrâneas na tensão de 345 kV. Este empreendimento deverá ser leiloado, em 2020, pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, com investimento previsto de cerca de 3 bilhões de reais. Estudos iniciados - Reavaliação e reforço no atendimento à região central da cidade de São Paulo: Este estudo prevê, entre outras, a modernização da Subestação Centro que atende a região central da cidade de São Paulo e transformação da tensão de 230 kV para 345 kV. Região de Mairiporã, Jaguari e São José dos Campos: Este estudo tem por objetivo reforçar o atendimento de energia elétrica a região industrial de Mairiporã, Jaguari e São José dos Campos. Implantação de Empreendimentos de Reforço no Suprimento de Energia Elétrica ao Estado de São Paulo - Acompanhamento das obras e execução de ações necessárias para implantação dos principais empreendimentos de suprimento de energia elétrica ao Estado de São Paulo. Os principais empreendimentos acompanhados foram: Linha de Transmissão subterrânea de 345 kV Piratininga II – Bandeirantes - Obra de reforço no atendimento de energia elétrica a zona sul da cidade de São Paulo, com previsão de conclusão para janeiro de 2020; Subestação Fernão Dias 500/440 kV e Linhas de Transmissão 500 kV Araraquara - Itatiba, Araraquara - Fernão Dias e Itatiba - Bateias. Importantes empreendimentos que tem por objetivo o escoamento da energia gerada na usina de Belo Monte e são de vital importância para o abastecimento de energia elétrica ao Estado de São Paulo. Interações com órgãos do Governo Federal - Ações junto aos órgãos federais de planejamento, operação e regulador do setor elétrico MME – Ministério de Minas e Energia, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, EPE - Empresa de Pesquisa Energética e ONS - Operador Nacional do Sistema, com o objetivo de acompanhar os assuntos institucionais que afetam o Estado de São Paulo. Os principais assuntos acompanhados foram: Participação no Grupo de trabalho instituído pelo MME, juntamente com a EPE e CETESB, para estudar solução alternativa de implantação da SE Cônego Rangoni 345/138 kV, para reforço de atendimento de energia elétrica à região do Guarujá e Bertioga, devido a negativa da Aeronáutica na implantação da alternativa original, face a interferência com a base aérea de Santos; acompanhamento das tratativas entre a ANEEL e o empreendedor para implantação da SE Padre Manoel da Nobrega 230/138/88 kV, de reforço ao atendimento de energia elétrica à região da Praia Grande; participação junto ao ONS na elaboração do “PAR - Plano de Operação e Reforços 2010/2024” do sistema elétrico do Estado de São Paulo. Participação na elaboração do “Plano Verão 2019/2020” de atendimento ao litoral com as concessionárias de transmissão (ISA CTEEP) e de distribuição (EDP São Paulo, Elektro e CPFL Piratininga) para o período de novembro/2019 a fevereiro/2020; interação com representantes da ARSESP, ARTESP e do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, com intuito de discutir e solucionar as dificuldades relacionados a ocupação e travessia de faixa de domínio de rodovias” e manutenção programada e emergencial em redes de energia Elétrica em odovias. Articulação com a CETESB e Furnas na implantação de variante da LT 750 kV Itaberá – Tijuco Preto devido ao processo de corrosão da linha de transmissão em trecho dentro do Parque Estadual da Serra do Mar; coordenação junto às empresas distribuidoras para atendimento aos locais de exames de Vestibular e Vestibulinho das Fatec’s e Etec’s, respectivamente; articulação junto à CETESB no processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos de energia elétrica, nesse sentido, além das ações pontuais, a CEER promoveu o encontro “Agenda Ambiental 2020” com a participação das empresas distribuidoras de energia que atuam no estado (ENEL, EDP São Paulo, Elektro, Energisa e CPFL), além da ISACTEEP principal empresa transmissora que atua no estado, com o objetivo de apresentação à CETESB dos empreendimentos que serão objeto de licenciamento ambiental em 2020; promoção em conjunto com o Consulado Geral dos estados Unidos em São Paulo, o Seminário Internacional “Preparando a Rede de Energia Elétrica para o Futuro”no sentido de aprimorar o planejamento do sistema elétrico e conhecer as tendências mundiais das redes de transmissão e de distribuição. Eficiência Energética e Energias Renováveis - As ações e os projetos desenvolvidos tiveram como base o incentivo a projetos visando a expansão das energias renováveis na matriz paulista (energia solar, eólica, biomassa, PCHs, CGHs, biometano e biocombustíveis), bem como a incorporação da eficiência energética em todo o espectro produtivo do Estado de São Paulo. Essas ações e projetos buscam ainda, ampliar a oferta interna de energia, o aprimoramento do conhecimento na área e a geração de empregos por meio da absorção desse desenvolvimento tecnológico. Dentre as ações descritas, destacam-se: - A execução do Programa Estadual de Eficiência e Racionalização do Uso de Energia, conforme decreto nº 45.765 de 2001. A elaboração do Projeto Básico para execução da segunda fase do Sistema Gestão de Faturas – GESFAT, que realizou entre dez/2011 e o segundo trimestre do ano, o acompanhamento dos contratos de fornecimento de energia elétrica aos próprios do Estado, proporcionando uma economia da ordem de R\$ 120 milhões. O cumprimento do Termo de Cooperação celebrado junto a Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA que teve por objetivo acompanhar, em conjunto com a SAA, a implantação ao longo do ano, dos Projetos de Eficientização dos Edifícios: Praça Ramos de Azevedo - (≈ R\$ 1 milhão) e Instituto Biológico - (≈ R\$ 926 mil). Contemplados em 2018, pela Chamada Pública da AES Eletropaulo. O Convênio com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento que foi celebrado com objetivo de apoiar o desenvolvimento de conhecimentos, informações e ferramentas para disseminar o uso de sistemas de energia solar fotovoltaico em edifícios públicos. Durante sua vigência foram realizadas as ações: Projetos Piloto - instalação de sistemas fotovoltaicos nas APAEs de São Vicente e Guairá; Projetos Executivos - Delegacia de Piracicaba, Centro Para Olímpico e prédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência,

Tecnologia e Informação; Realização dos II e III Seminários de Energia Fotovoltaica em Prédios Públicos de São Paulo; Execução de projetos executivos da eficiência energética, com instalação de sistema fotovoltaico, no prédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Informação e Parque da Juventude; para participar do Programa de Eficiência Energética da ANEEL, através da Chamada Pública da ENEL. O Convênio entre a SIMA e ITESP para instalação de sistemas fotovoltaicos em áreas do ITESP para atendimento a edifícios do ITESP; O Convênio entre a SIMA e a CPFL para cooperação técnica e implantação da energia renovável (solar fotovoltaica) e eficiência energética em hospitais pertencentes a sua área de concessão, envolvendo recursos do Programa Eficiência Energética da ANEEL da ordem de R\$100 milhões; A elaboração de projeto executivo de eficiência energética, envolvendo a instalação de sistema fotovoltaico, e a substituição do sistema de ar condicionado no prédio sede da CETESB, com objetivo de participar do Programa de Eficiência Energética da ANEEL, através da Chamada Pública da concessionária de distribuição de energia ENEL; A continuidade da avaliação técnica de projetos para a obtenção da linha de crédito LIP – Iluminação Pública, conforme Protocolo firmado com o Desenvolve SP. Foram analisados os projetos dos Municípios Duartina e Paraguaçu Paulista. Análise, em atenção a pedido formal dos interessados, de contratos de fornecimento de energia elétrica da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP, do ITAL – Instituto de Tecnologia de Alimentos e do Instituto Agrônomo dentre outras instalações da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Projetos de Eficiência Energética envolvendo a instalação de sistema fotovoltaico e a substituição do ar condicionado central, para as instalações do Prédio da CETESB na Av. Prof. Frederico Hermann Jr., visando participar do Programa de Eficiência Energética da ANEEL, através da Chamada Pública da ENEL. Informações Energéticas - A execução de uma série de atividades realizadas em 2019 teve como base a elaboração, sistematização e divulgação de informações energéticas por meio de levantamentos de dados, análises, tabulações de resultados e elaboração de uma série de documentos técnicos, além da responsabilidade pela atualização permanente do site da SIMA. Dentre as atividades realizadas, destacam-se: Anuário Energético por Municípios (ano base 2018): Relatório que contempla dados de consumo dos principais energéticos (eletricidade, gás canalizado, etanol hidratado e derivados de petróleo), dos 645 municípios paulistas e suas correspondentes emissões de CO2; Balanço Energético do Estado de SP 2019 (ano base 2018): Relatório estatístico de energia, apresentado de forma cronológica e sequencial. Apresenta dados de oferta e demanda de energia por fonte e por setor, comercializados no Estado ao longo do período de um ano; Boletim Energético: Relatórios mensais sobre produção e consumo de eletricidade (geração, transmissão e distribuição), gás canalizado, derivados de petróleo e carga processada pelas refinarias de petróleo localizadas no Estado de São Paulo; Resumos Executivos (energia elétrica, energias renováveis e petróleo & gás); Relatórios bimestrais comparativos entre as atividades da Subsecretaria de Infraestrutura e suas correlatas de origem federal, destacando dados de oferta, demanda, índices de qualidade, tarifas, mapas, potenciais remanescentes de origem renovável, entre outros; Relatório sobre Áreas Inundadas (ano base 2018): Levantamento de municípios que possuem áreas inundadas decorrentes da formação de reservatórios destinados à geração de eletricidade, para estabelecimento por parte da Secretaria da Fazenda do Estado, de rateio na arrecadação do ICMS correspondente.

Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE - É uma Autarquia vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA e é o Órgão Gestor dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Para melhor desenvolver suas atividades e exercer suas atribuições conferidas por lei, atua de modo descentralizado, adotando as bacias hidrográficas como unidade físico - territorial para fins de gerenciamento dos Recursos Hídricos, no âmbito das suas atribuições legais, em especial na aplicação dos instrumentos da Política Estadual, definidos nos artigos 9º ao 13 da Lei 7.663/1991, que são a Outorga e a Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos. O DAEE também atua na elaboração de Planos, Estudos, Projetos e coordena e executa Obras Hidráulicas e Serviços de Desassoreamento e Drenagem, visando a Segurança Hídrica e a Defesa Contra Eventos Hidrológicos Críticos, como Enchentes e Estiagens.

Gestão de Recursos Hídricos - Destacamos as seguintes atividades: Foram expedidas 10.311 Outorgas de Permissão de Uso e Interferência nos Recursos Hídricos, no período de 1/1 até 30/11, com média mensal de 938 Atos de Outorga. As Outorgas são instrumentos legais fundamentais para a implantação de empreendimentos que utilizam ou interferem nos recursos hídricos, quer seja superficial ou subterrâneo. Em andamento o contrato para desenvolvimento do Módulo Operacional de Fiscalização, Controle e Evolução do Sistema de Outorga Eletrônica – SOE, com 46% executados; Em andamento o contrato de acompanhamento da execução do módulo de fiscalização do SOE; Investimento em equipamentos para estudos hidro geológicos e software de apoio ao SOE. Monitoramento, juntamente com os Atos de Outorga, Fiscalização e Cobrança pelo Uso da Água, o Monitoramento é Instrumento muito importante para o Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos e seu objetivo é quantificar a disponibilidade de água em todo o território Paulista, por meio de atividades como a Modernização, Ampliação, Operação e Manutenção das Redes Pluviométrica, Fluviométrica e Piezométrica, contando com 900 postos convencionais manuais, automáticos e telemétricos via celular ou satélite. Importante destacar a Operação de Sistemas de Alerta Contra Enchentes, com Radar Meteorológico e Rede Telemétrica, no suporte às atividades da Defesa Civil para segurança do cidadão, nos períodos de altos índices pluviométricos. Dados Hidrológicos, Relatórios e Boletins disponibilizados pelo DAEE para todo o Estado de São Paulo foram em torno de 5,44 milhões de medições. Também disponibiliza, via internet dados de outras entidades estaduais e federais por meio de ACTS - Acordos de Cooperação Técnica. Estes somam mais de 11 milhões de dados.

Produto	Quant.	Meses	Meta	Alcançado	Eficiência
Plu convencionais	474		127.980	105.180	82
Flu convencionais	103		55.620	40.590	73
Piezo convencionais	82		22.140	21.033	95
Imagens Radar			77.760	77.760	100
Boletins Radar			270	270	100
Plu telemétricos	68		2.453.247	2.330.585	95
Flu telemétricos	1		3.016.345	2.865.528	95
Total			5.753.362	5.440.946	95

Foram viabilizados 80 novos equipamentos digitais, permitindo um aumento na modernização da Rede Hidrológica em cerca de 10 %. Infra Estrutura Hídrica, ombate a enchentes e

Saneamento - Apoio à municípios em intervenções no Setor de Recursos Hídricos - Refere-se a realização direta ou mediante convênios, de estudos, projetos, serviços e obras de infraestrutura nas áreas de Recursos Hídricos e Saneamento, envolvendo perfuração de poços profundos, galerias de águas pluviais, combate à erosão, regularização e canalização de rios e córregos e manutenção, limpeza e desassoreamento de corpos d'água. Os Convênios são firmados quando se tratam de transferência de recursos financeiros para os municípios, e o objeto é executado pela Prefeitura, cabendo ao DAEE apoio técnico e fiscalização do desenvolvimento das obras e do acompanhamento da utilização dos recursos financeiros. Convênios com as Prefeituras Municipais - Em andamento: Presidente Venceslau - Construção de Estação de Tratamento de Esgotos - ETE SUL; Iracemápolis - Construção de Sistema de Água Tratada e Redes Coletoras de Esgoto Sanitário e Tratamento - Distrito Industrial - para Instalação da fábrica de automóveis Mercedes-Benz; Iperó - Sistema de Água Tratada e Redes Coletoras de Esgoto Sanitário e Tratamento constituído de Estação de Tratamento de Esgotos "Maternidade"; Rede Coleta de Esgotos; parte da Estação de Tratamento "Orquídeas". A SABESP assumiu a concessão dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos do município e concluirá as obras restantes. Nesse contexto está sendo rescindido o Convênio firmado. Guararapes - Reservatório de Água para 1 milhão de litros; Botucatu - Galerias de Águas Pluviais. **Concluídos:** Duartina - Poço Profundo; Batatais - Poço Profundo; Ocaçu - Poço Profundo e Reservatório; Jambuí - Desassoreamento e Limpeza de Córregos. Dentro de suas atribuições, o DAEE desenvolve suas atividades para ampliar a capacidade de retenção, por meio de barragens de regularização, equipamentos como os reservatórios de retenção de pico de cheia, conhecidos como Piscinões, os Polderes, a ampliação da capacidade de drenagem dos cursos d'água, em particular, aqueles da Bacia do Alto Tietê, visando evitar enchentes, especialmente em áreas metropolitanas, para prevenir riscos de perdas de vida por inundações, contaminação hídrica, veiculação de doenças (leptospirose, cólera) e interrupção de atividades econômicas nas áreas atingidas e transtornos na mobilidade urbana. Calha do Rio Tietê - Obras e Serviços de Manutenção e Desassoreamento - Trata-se da elaboração de estudos, projetos, gerenciamento, e execução de serviços de recuperação de margens, recomposição de taludes, limpeza e desassoreamento relativos ao rio Tietê urbano, objetivando manter as melhores condições de escoamento. Esta é uma atividade contínua, englobando serviços de desassoreamento entre a Barragem Edgard de Souza e a Barragem da Penha, numa extensão de 41 km, manutenção dos taludes e bermas do canal do rio Tietê, com 25 km de extensão, operação da Barragens Móvel de da Penha e operação dos seis Polderes da Marginal do Tietê, sendo: Limão - Margem Esquerda; Vila Maria - Margem Direita e Esquerda; Vila Guilherme - Margem Esquerda; e Aricanduva - Margem Direita e Esquerda. Foram removidos 289.664 m³ de assoreamento da Calha do Tietê. Outros Corpos D'água - Obras e Serviços de Manutenção e Desassoreamento - Com objetivo semelhante ao da Calha do Tietê, o DAEE também desenvolve estudos, projetos, gerenciamento e execução de serviços de recuperação de margens, recomposição de taludes, limpeza e desassoreamento de rios e córregos e corpos d'água no Estado, para manter as melhores condições de escoamento desses cursos d'água. Foram realizados: Remoção de 61.000 m³ entre a foz do Córrego Três Pontes e Mogi das Cruzes, até o Rio Tietê, numa extensão de aproximadamente de 50 km; executado 260m. de contenção de margens no Córrego Oratório; contenção de processos erosivos em Itirapina; serviços de desassoreamento de lagoas em Águas de Lindóia e Valinhos; serviços de limpeza, manutenção e operação nos 25 piscinões; obra de canalização do Ribeirão Vermelho; convênio com a Prefeitura de Osasco para auxílio moradia das famílias removidas para obra de canalização do Ribeirão Vermelho; Convênio entre DAEE, DERSA, SIURB, SEHAB e SVMA, para a elaboração dos projetos e execução das obras e serviços para a construção do "Polder Itaim", na Vila Itaim, no município de São Paulo, incluindo desapropriações, remoções e reassentamento da população atingida. **Concluídos:** As obras referentes ao reservatório de detenção AV-03 em Franco da Rocha; elaboração de projetos executivos dos reservatórios de detenção EU-08 e EU-09 em Franco da Rocha. **Previstos:** galeria de desvio do córrego da Mooca; reservatório de detenção EU-08 em Franco da Rocha; reservatório de Detenção RM-19 - Jaboticabal em São Paulo; e o desassoreamento de lagoa em Nova Odessa. Atividades para o monitoramento da qualidade da água - Andamento: Caracterização hidrogeológica, geoquímica, e hidroquímica da Cava de Carapicuíba, visando promover sua reabilitação; supervisão da Cava de Carapicuíba (contínuo) das águas superficiais, por receber material do desassoreamento do Tietê; convênio com a CETESB para monitoramento da qualidade da água no reservatório da Barragem de Pirapora; monitoramento de gases, vapores e águas subterrâneas no entorno do piscinão Guamiranga.

Estudos e Projetos - Andamento: Projetos Executivos de controle de erosões em Bastos, Garça, Taquaritinga, Paranapuã e Vargem Grande do Sul; Projeto de Recuperação de estruturas de contenção de margens no Rio Cabuçu de Cima; finalizando a elaboração do Projeto Executivo de recuperação das contenções das margens do Rio Tamanduatei; elaboração de Projeto Executivo para contenção de processos erosivos, recuperação de áreas degradadas e licenciamento ambiental, nos Municípios de Bastos, Vargem Grande do Sul, Taquaritinga e Garça, e de sistema de drenagem em Paranapuã, no Estado de São Paulo. **Concluídos:** Elaboração de Projetos Executivos dos reservatórios de detenção EU-08 e EU-09 em Franco da Rocha; encerramento da elaboração do Projeto Executivo de recuperação das contenções das margens do Rio Tamanduatei. Parque Várzeas do Tietê - PVT - Idealizado para ser o maior parque linear do mundo, com 75 km de extensão e 10.730 hectares de área, visa a realização de ações voltadas à proteção e recuperação do ambiente natural para reestabelecer a função de várzea do rio Tietê para amortecimento de cheias. Prevê a promoção de usos sustentáveis e compatíveis, tais como implantação de parques, vias de trânsito local e ciclovias junto aos limites externos, equipamentos de lazer, esporte, turismo e cultura, de forma a promover educação ambiental, inclusão social, proteção e recuperação da flora e fauna. Devido à sua extensão e complexidade, a implantação do PVT está dividida em etapas. A 1ª Etapa no valor de US\$ 201,2 mi, dos quais US\$ 85,5 mi é a participação do Estado e R\$ 115,7 mi do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Andamento:** Execução dos serviços de Recomposição de Matas Ciliares; **Concluídos:** Obras de parte da canalização do Rio Baquirivú-Guaçu; Plano Executivo de Reassentamento e Remoção de Aterros e Entulhos; Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivú-e Sistema Adutor Regional e das Barragens Duas Pontes e Pedreira - A implantação do "Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivú"-e do "Sistema Adutor Regional e das Barragens Duas Pontes e Pedreira", estão sendo viabilizados com recursos de Financiamento Internacional oriundos da "Corporação Andina de Fomento - CAF". Nesse sentido apontamos: Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivú - Trata da implantação de intervenções para o controle e contenção de eventos de cheias na RMSP, previstas no Plano Diretor da Macrodrenagem do Alto Tietê-PDMAT, contemplando, entre outros, o controle de vazões do rio Baquirivú-Guaçu, com a implantação de áreas de retenção de cheias, canalização da sua Calha e desenvolvimento gradativo de um Parque Linear. Em andamento a elaboração de estudos para execução da canalização de um

trecho de aproximadamente 4 Km do Rio Baquirivú-Guaçu, e o início das obras previsto para 2020. Sistema Adutor Regional e das Barragens Duas Pontes e Pedreira. Refere-se ao Sistema Adutor Regional e obras de Construção das barragens de Regularização Duas Pontes, no Rio Camanducaia, Município de Amparo e, Pedreira, no Rio Jaguari, divisa entre os Municípios de Campinas e Pedreira. Foi emitida a Ordem de Início de Serviço da obra da Barragem Pedreira, após a obtenção da Licença de Instalação da CETESB em dez/2018. Quanto à Barragem Duas Pontes, foi emitido parecer técnico pela CETESB referente a estudos de modelagem operativa, o qual se encontra em análise da ANA para obtenção da Outorga e posterior emissão da Licença de Instalação pela CETESB. Preservação e Conservação de Várzeas - Parque Ecológico do Tietê - PET - Como subproduto das obras de retificação do rio Tietê, concebeu-se o Parque Ecológico do Tietê, proposta urbanística da maior significância para a região metropolitana de São Paulo. Tem como principal característica a absorção de uma grande quantidade de água que escoou pelo rio Tietê no período das cheias nos seus 14 milhões de m², amenizando assim o impacto das enchentes na capital de São Paulo. Desde a sua inauguração teve como objetivo a recomposição da mata atlântica e serve também como local de pesquisas de alunos da USP/Leste e outras universidades. Além de sua função de preservar a fauna e a flora do rio, o Parque Ecológico do Tietê proporciona aos seus usuários uma série de atividades culturais, educacionais, recreativas, esportivas e de lazer, recebendo mensalmente cerca de 300 mil visitantes que frequentam regularmente seus Centros de Lazer. Dentro da área do PET, ressaltamos o CRAS - Centro de Recuperação de Animais Silvestres, que recebe um Centro de Triagem, dentro do PET, único no Estado de São Paulo, com equipe especializada, que acolhe, cerca de 12 mil animais/ano, trata e devolve à Natureza milhares de animais silvestres e as vezes vitimados, advindos de apreensões pela Polícia Militar Ambiental ou mesmo trazidos pela população. A Autarquia realiza de forma contínua a manutenção e conservação e serviços: Jardim Metropolitano: área de 380 mil m², na chegada em São Paulo pela Ayrton Senna; Parque Jacuí: área de 171 mil m², e Engenheiro Goulart PET - 14 mil m²; Parque Jardim Helena: área de 115 mil m², com destaque para o plantio de árvores de vegetação típica de várzea, como a taboa, útil para absorver e filtrar a água da chuva prevenindo inundações, além de servir como passagem para aves migratórias.

Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP - A SABESP, uma das maiores empresas de saneamento do mundo em população atendida, de acordo com *inDepth Water Yearbook* 2014-2015, prosseguiu no desenvolvimento de sua missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e meio ambiente, investindo cerca de R\$ 3,7 bilhões, em moeda corrente, até setembro de 2019, para potencializar suas ações na efetivação de sua visão de futuro de ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente.

Desempenho Financeiro: Até setembro, a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 2.310,5 milhões. No mesmo período de 2018, a Companhia havia registrado R\$ 1.327,5 milhão.

Valores em R\$ milhões	Jan-Set/19 ⁽¹⁾	Jan-Set/18	Varição (%)
Receita Operacional Líquida ⁽¹⁾	13.287,0	11.182,7	18,8
Custos e Despesas ⁽²⁾	8.809,0	7.968,10	10,6
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	5.785,6	4.216,2	37,2
Lucro Líquido	2.310,5	1.327,5	74,0

⁽¹⁾ Receita Operacional Líquida e Custos e Despesas incluem receita e custos de construção, respectivamente.

⁽²⁾ EBITDA Ajustado: Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

⁽³⁾ Valores referentes à realização de setembro, em face da divulgação dos dados anuais ocorrer juntamente com a divulgação de resultados, conforme Legislação Societária.

A SABESP, com o objetivo de garantir os recursos financeiros necessários para a execução das obras e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, buscou as fontes de recursos mais adequadas ao perfil dos seus negócios, cujos montantes dos repasses efetivados pelos Agentes Financeiros, até setembro de 2019, estão descritos a seguir:

Agente	Valor (R\$ milhões)
CAIXA	120,2
BNDES	123,0
JICA	105,4
BANCO DO BRASIL (FEHIDRO)	0,9
TOTAL	349,5

Gestão do Endividamento - Principais eventos no período de nove meses findo em 30 de setembro - Debêntures - Em 27 de maio, a Companhia realizou a 23ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 866.755, com as seguintes condições: Valor Vencimento Remuneração: 1ª série - R\$ 491.755: maio/2024: CDI + 0,63 a.a.; 2ª série - R\$ 375.000 maio/2027: CDI + 0,49 a.a. Em 24 de julho, a Companhia realizou a 24ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 400.000, da seguinte forma: Valor Vencimento Remuneração - 1ª série - R\$ 100.000: julho/2026: IPCA+ 3,20 a.a.; 2ª série - R\$ 300.000: julho/2029: IPCA + 3,37 a.a. Os recursos provenientes da captação por meio da Emissão são destinados ao refinanciamento de compromissos financeiros e à recomposição de caixa da Companhia. Os covenants pactuados estão divulgados nas informações trimestrais de 30 de setembro. 2ª Revisão Tarifária Ordinária - Programada para abril de 2017, mas em virtude de atrasos na contratação da empresa que prestaria assessoria à ARSESP, na revisão tarifária e porque era impossível prever quando tal contratação seria realizada, a ARSESP publicou a Deliberação nº 706/2017 em 19 de janeiro de 2017, dividindo o processo em duas partes. Devido às prorrogações realizadas em função da necessidade de prestação de informações suplementares pela Companhia, a primeira etapa, que deveria ser concluída em 30 de junho de 2017, foi concluída em 10 de outubro de 2017. A segunda etapa foi concluída em 9 de maio de 2018. Em 6 de outubro de 2017, a ARSESP publicou a Nota Técnica Final NT/F/004/2017 e o Relatório Detalhado sobre a primeira etapa. Essas publicações estabeleceram uma base regulatória de remuneração de ativos inicial de R\$ 40,3 bilhões (mesmo não sendo esse o valor final), a taxa anual (WACC) passou de 8,06% para 8,11% e estabeleceu a revisão tarifária preliminar (P0 Preliminar) em R\$ 3,6386/m³ utilizando o valor de abril de 2017. Em 10 de outubro de 2017, a ARSESP aprovou a Deliberação nº 753/2017, autorizando a Companhia a aplicar o índice de reposicionamento tarifário de 7,8888% às tarifas em

vigor no prazo de 30 dias após a publicação da Deliberação nº 753/2017. Em 10 de novembro de 2017, a ARSESP aprovou o repasse para as faturas de serviço da Taxa de Regulação, Controle e Fiscalização, ou TRCF, em 0,5%. A Companhia repassou esse aumento nas faturas dos clientes nos municípios regulados pela ARSESP, nos termos do parágrafo 2 do artigo 2 da Resolução ARSESP nº 406/2013. Essa taxa foi inicialmente estabelecida pela Lei Estadual Complementar nº 1.025/2007. Com relação à segunda etapa, em 26 de março de 2018 a ARSESP divulgou a Nota Técnica Preliminar NT.F-0004-2018 com o cálculo proposto relativo à tarifa média máxima (P0) e o Fator X. Essa nota técnica estabeleceu uma base de ativos regulatórios final em R\$ 38,4 bilhões, WACC de 8,11%, Fator X de 0,9287%, P0 de R\$ 3,8207/m³ e um índice de reposicionamento tarifário de 4,7744%. Após Consulta Pública e Audiência Pública sobre a proposta de P0 Final no período de 27 de março de 2018 a 17 de abril de 2018 em 9 de maio de 2018 a ARSESP divulgou a Nota Técnica Final NT/F/0006/2018 e a Deliberação nº 794/2018 com tabelas tarifárias aplicáveis a partir de trinta dias após a sua publicação. O resultado final da segunda etapa estabeleceu uma base de ativos regulatórios final em R\$ 39 bilhões, WACC de 8,11%, Fator X de 0,8885 %, P0 de R\$ 3,7702/m³ e um índice de reposicionamento tarifário de 3,5070%. Em 24 de maio de 2018, em face do resultado final, a Companhia protocolou junto a ARSESP: pedido de reconsideração; e pedido de esclarecimentos e revisão. O pedido de reconsideração consiste em um recurso administrativo solicitando rever a decisão regulatória consubstanciada na Deliberação ARSESP nº 794/2018 e objetivar a aplicação do devido ajuste compensatório na receita, custo de energia elétrica e investimentos aferidos no primeiro ciclo. O pedido de esclarecimentos e revisão solicitou: explicitação dos motivos que levaram à redução significativa nas projeções finais das despesas operacionais para o período de 2017 a 2020; revisão dos cálculos do Fator X, do ajuste compensatório pelo atraso na aplicação da 2ª Revisão Tarifária Ordinária e do cálculo do componente financeiro referente a fundos municipais. O pedido encontra-se em análise pela ARSESP. Em 28 de fevereiro, a ARSESP publicou no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, o extrato da ata da 480ª Reunião de Diretoria de 6 de fevereiro, com as seguintes decisões: não acolhimento do pedido de reconsideração (recurso administrativo); aprovação da Nota Técnica NTF-0010-2018 referente ao pedido de esclarecimentos e revisão, “devendo as correções dos erros e imprecisões apresentadas serem realizadas quando da aplicação do reajuste tarifário anual (maio), com índice de 0,8408%, que já contempla a compensação pelo período transcorrido”. Em 10 de abril, a ARSESP publicou a Deliberação nº 859 autorizando o reajuste tarifário anual de 4,7242% (quatro inteiros e sete mil, duzentos e quarenta e dois décimos de milésimo por cento), aplicável sobre as tarifas vigentes constantes da Deliberação nº 794/2018. *Agenda Regulatória e 3ª Revisão Tarifária Ordinária* - Em 30 de janeiro, a ARSESP divulgou por meio da Deliberação nº 848 a agenda regulatória com ações para o biênio 2019-2020. Em atendimento, algumas ações já se encontram em andamento e outras já foram concluídas. Em 3 de maio, a ARSESP divulgou por meio da Deliberação nº 866 as diretrizes regulatórias a serem adotadas na elaboração de proposta de nova estrutura tarifária pela SABESP. Em 13 de maio, a ARSESP divulgou a Deliberação nº 870 estabelecendo os critérios e as condições para o reconhecimento tarifário do repasse de parcela da receita direta dos prestadores, regulados pela ARSESP, aos fundos municipais de saneamento básico. Em 1º de agosto a ARSESP divulgou através da Deliberação nº 894 o cronograma de eventos do terceiro processo de revisão tarifária da SABESP. Por meio da Deliberação nº 898, de 20 de agosto de 2019, a Agência estabeleceu a Metodologia para Apuração e Aplicação do Índice Geral de Qualidade – IGQ para a SABESP, nos processos de reajustes e revisões tarifárias, com aplicação a partir do reajuste de 2020. A ARSESP realizou a Consulta Pública nº 10/2019 no período de 2/9 a 16/10 para recebimento de contribuições sobre a proposta da Agência para a Instituição do Programa Quadrienal de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para Inovação em Serviços de Saneamento Básico regulados pela ARSESP, e aprovação do respectivo Manual, porém sem publicação de deliberação específica até o momento. Entre os dias de 18/7 e 24/9, a Arsesp realizou a Consulta Pública nº 9/2019 no para recebimento de contribuições sobre a proposta da Agência para a Minuta de Deliberação e de seu Anexo I que tratam da metodologia e critérios gerais para atualização da Base de Remuneração Regulatória da 3ª Revisão Tarifária Ordinária – RTO da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. O resultado contendo a Deliberação final, a Metodologia e o Relatório Circunstanciado não foi divulgado até o momento. *Desempenho Operacional* - A SABESP opera atualmente (setembro) 372 municípios no Estado de São Paulo, incluindo Santo André cuja operação teve início em 11/9, abastecendo diretamente cerca de 27,0 milhões de paulistas e vendendo água tratada a municípios que operam seus sistemas (aproximadamente 1,0 milhão de pessoas) por meio de sua infraestrutura de distribuição que atinge 78 mil quilômetros extensão. Além disso, cerca de 23,7 milhões de habitantes do Estado tem seus esgotos coletados por meio de uma infraestrutura de esgotamento sanitário que conta com 53 mil quilômetros de redes de coleta, emissários e interceptores de esgoto. O quadro funcional da Companhia, em outubro, é de 14.039 empregados, representando um decréscimo de 3,3% em relação a dez/2018

Dessa forma, a evolução do índice de produtividade pode ser observada a seguir:

Indicador	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019*
Ligações por empregado (<i>Ligações Totais de Água + Ligações Totais de Esgoto</i>) / número de empregados próprios	919	948	1.008	1.074	1.114	1.141	1.139	1.295

*setembro

Com relação aos principais indicadores definidos no planejamento estratégico, as metas definidas para o ano e as realizações, seguem na tabela abaixo:

Indicador	Meta	Realização
Nº de Novas Ligações de água (ligações x 1.000)	186	205 ⁽¹⁾
Nº de Novas Ligações de esgoto (ligações x 1.000)	227	244 ⁽¹⁾
Atendimento em Água (%)	Tendendo à universalização ⁽²⁾	94% ⁽⁴⁾⁽⁶⁾
Cobertura com abastecimento de água (%)	Tende à universalização ⁽³⁾	97% ⁽⁴⁾⁽⁶⁾
Atendimento em coleta de esgoto (%)	85%	83% ⁽⁴⁾⁽⁶⁾
Cobertura com coleta de esgoto (%)	91%	90% ⁽⁴⁾⁽⁶⁾
Economias Conectadas ao Tratamento de Esgoto (%)	77%	77% ⁽⁵⁾⁽⁶⁾

Índice de Perdas por Ligação IPDt (litros/ligaçãooxdia)	283	288 ⁽⁶⁾
---	-----	--------------------

(1) Valores projetados para dezembro a partir da realização até outubro/2019.

(2) 95% ou superior.

(3) 98% ou superior.

(4) A meta para não inclui Guarulhos. A realização já considera Guarulhos e Santo André.

(5) Valores referentes à realização de setembro, pois a divulgação dos dados anuais ocorre juntamente com a divulgação de resultados econômico financeiros, conforme Legislação Societária.

(6) Valor referente a setembro.

Gestão Ambiental - A empresa atua em várias frentes para aprimorar a gestão ambiental, pautada nas diretrizes propostas em sua Política de Meio Ambiente. Dentre os Programas Corporativos em andamento destacamos os seguintes: Implantação progressiva e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental – SGA em Estações de Tratamento de Esgotos – ETEs e Estações de Tratamento de Água – ETAs. Desde 2015 é adotado modelo misto de gestão ambiental, sendo a norma ISO 14001 aplicada a um escopo limitado de estações certificadas e, para as demais estações é utilizado um modelo próprio (denominado SGA SABESP), sem objetivos de certificação. O SGA está presente atualmente em 271 estações, com mais 137 em fase de implantação, sendo que 35 destas estão certificadas na ISO 14001. A perspectiva é implantar o SGA em todas as estações até 2024; Programa Corporativo de Obtenção e Manutenção das Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos; Programas Corporativos de Obtenção e Manutenção do Licenciamento Ambiental das ETEs, ETAs e Estações Elevatórias de Esgotos – EEEs; Programa Corporativo de Regularização de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRAs - com plantio e manutenção de um milhão de mudas de espécies nativas regionais no período de dez anos, para fazer frente às obrigações atuais, bem como às futuras compensações ambientais decorrentes da implantação de novos empreendimentos; Participação nos colegiados de recursos hídricos - incluindo acompanhamento do processo de cobrança pelo uso da água. A SABESP manteve sua representatividade nos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais, nos quatro Comitês Federais com abrangência no Estado de São Paulo e nos Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; Programa Corporativo de Educação Ambiental – PEA - SABESP - integra atividades de diversas naturezas como cursos e palestras para os públicos interno e externo, atividades de arte-educação, visitas monitoradas às ETEs e ETAs, plantio de árvores, entre outras. Conta com envolvimento da sociedade e parcerias com instituições de ensino, prefeituras, secretarias de estado e organizações não governamentais, incluindo formação de professores e alunos; Programa SABESP 3 Rs - gerenciamento de resíduos sólidos de atividades administrativas, visando a minimização geração, reutilização e destinação para reciclagem; Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa - alinhado às diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC, incluindo a elaboração de inventários de emissões, totalizando 12 inventários desde 2007; Estruturação do Programa Corporativo de ETEs Sustentáveis - visa a disseminação da cultura da sustentabilidade na SABESP e a aplicação de tecnologias e práticas para transformar os subprodutos gerados nas estações, especificamente, o biogás, o lodo e o efluente, em recursos sustentáveis para uso benéfico com valor agregado para o mercado, considerando o seu aproveitamento energético. Além dos Programas Corporativos de Gestão Ambiental, estão em desenvolvimento várias iniciativas e projetos visando o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização dos serviços de saneamento. Relacionamento com clientes - Na constante busca pelo aprimoramento do relacionamento com seus clientes, a SABESP está desenvolvendo um complexo projeto para substituição do sistema comercial e de atendimento aos clientes, dentro do escopo do Projeto SiiS – Sistema Integrado de Informações SABESP. A substituição do sistema traz diversas novidades como: sistema de atendimento; inovações na interação com os clientes com uso de novas tecnologias; modernização dos processos de faturamento, cobrança e gestão de serviços; atendimento de forma plena aos requisitos da ARSESP. Foi implantado o novo atendimento ao cliente SABESP com a unificação do atendimento telefônico e uniformização de processos e procedimentos, reduzindo a burocracia, aumentando a eficiência operacional, e trazendo a solução do atendimento ao cliente no primeiro contato. Para ampliar o acesso e a inclusão de clientes com deficiência auditiva, os novos contratos de atendimento presencial contam com cláusula onde o fornecedor deve disponibilizar atendimento por libras (Língua Brasileira de Sinais) aos clientes. Paralelamente, há o desenvolvimento e implantação de novos serviços e funcionalidades no aplicativo SABESP Mobile e Agência Virtual, que trazem maior comodidade ao cliente em suas solicitações de serviços. Para facilitar a vida do cliente a SABESP também vem investindo no uso da tecnologia. Estão em funcionamento 4 Agências Laboratório de Relacionamento com novas tecnologias, processos, procedimentos e estrutura física. Atualmente, 40% dos atendimentos destas agências já foram convertidos em atendimentos digitais, reduzindo a necessidade de postos de atendimento presencial. Até 2022 está prevista esta adaptação nas demais agências da SABESP. Além dessas, outras atividades foram desenvolvidas, dentre as quais podemos destacar: Higienezação, enriquecimento e atualização dos dados cadastrais - Está sendo realizada a atualização dos dados e a SABESP passou de 75% (2018) de clientes cadastrados com número de CPF para 84%, o que contribui para uma maior eficácia nos processos de cobrança e facilita o relacionamento. Procedimentos comerciais: Para manter o padrão de atendimento em toda a base de municípios operados, foi realizado o desenho do processo de relacionamento com clientes, reestruturada a forma como os procedimentos relativos a estes processos são desenhados e atualizados os conteúdos de acordo com a revisão de processos. Já foram atualizados os procedimentos relativos a 86% dos serviços solicitados na SABESP. Satisfação dos clientes - Para aprimorar o atendimento, a SABESP realiza durante o ano a “pesquisa de satisfação” e a “Pesquisa da Experiência do Cliente” que monitoram a satisfação dos clientes em relação ao atendimento e execução de serviços considerando as melhores práticas de mercado. Até outubro o resultado da pesquisa de satisfação atingiu 85% de clientes satisfeitos ou muito satisfeitos, enquanto que a pesquisa de experiência do cliente nos mostrou uma satisfação de 74%. *Nova agência Virtual Net@* - Com o desenvolvimento de um novo sistema comercial, surgiu a necessidade do desenvolvimento de uma nova agência virtual para prestar o atendimento via web, quando o novo sistema entrar em operação. Contratualização com municípios - Continuando em seu esforço para renovação dos contratos de prestação de serviços de saneamento, a SABESP, até setembro/2019, assinou 319 contratos sob a Lei de Saneamento com municípios operados, sendo 292 Contratos de Programa na Diretoria de Sistemas Regionais e 27 Contratos Metropolitanos na Diretoria Metropolitana²⁰. Novos Negócios - Prestação de Serviços de Água e/ou Esgotos em parceria - Um dos principais mecanismos para atender à crescente demanda do mercado de saneamento é a formação de Sociedades de Propósito Específico – SPEs, que tem se

²⁰ Considera o contrato parcial com o Município de Mogi das Cruzes (bairro Jardim da Divisa).

mostrado um útil caminho para a universalização do saneamento no Estado de São Paulo, atraindo investimentos do setor privado e promovendo desenvolvimentos tecnológicos. A SABESP participa de quatro SPEs na prestação de serviços de água e/ou esgotos: Águas de Andradina, Águas de Castilho, Saneaqua em Mairinque e SESAMM em Mogi Mirim. Essas SPEs são associações com o setor privado e têm como forte objetivo acelerar o desenvolvimento do saneamento nos municípios paulistas. Em Mogi Mirim, a estação trata 65% de todo o esgoto sanitário produzido no município, em setembro de 2021 esse percentual passará a 90%, ressaltando que a estação tem 97% de eficiência e atende 100% de todos os parâmetros contratuais. Esse resultado contribui para melhoria na qualidade das águas dos Rios Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Até setembro o volume de efluente final reaproveitado na forma de reuso representou 94% de toda água consumida no processo. A estação de tratamento é certificada ISO 9001 e está em fase de análise as condições para certificação ISO 14.001 e 50.001. Também foi implantada na Estação, a primeira usina fotovoltaica para geração de energia elétrica atendendo 30% da demanda da ETE. Em Mairinque, está em fase de construção a primeira Estação de Tratamento de Esgoto do município que atenderá a 40% do volume coletado, esta etapa será concluída em 2020. Até setembro foram finalizadas as obras dos coletores de esgotos no bairro Vitória que correspondem à etapa I do projeto. A Saneaqua foi premiada com o Troféu Compromisso com a Excelência Nível II Prata do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - PNQS. Em Andradina, estão sendo realizados investimentos em obras e sistemas de combate à perdas para atingimento da meta de redução, além da ampliação da reservação do sistema de abastecimento de água e adequação de poços. A universalização dos serviços de água e esgoto foi conquistada em 2018. Em Castilho, até setembro, houve aumento de reservação do sistema de abastecimento de água e adequação de poços. A universalização dos serviços de água e esgoto foi conquistada em 2018. Prestação de Serviços de Reestruturação do Sistema de Água - A SABESP, em parceria com a empresa Latin Consult, desenvolve, atualmente, um trabalho internacional no Panamá. Foi iniciado em nov/2010 um amplo trabalho que abrange desde cadastramento até reformulação institucional, com descentralização do sistema de água e esgotos, em quatro províncias centrais do Panamá (Herrera, Coclé, Los Santos e Veraguas) e atendendo a 68 cidades. O contrato tem valor aproximado de US \$ 9,5 milhões. Estão em tratativas o encerramento do contrato com o CONADES e posterior dissolução do consórcio, ambas previstas para encerramento em 2020. São contratantes o Consejo Nacional para el Desarrollo Sostenible - CONADES e o Instituto de Acueductos y Alcantarillados Nacionales - IDANN, com suporte financeiro fornecido pelo BID. Energia Elétrica - Foi constituída uma Sociedade de Propósito Específica - SPE entre a SABESP e as empresas Tecniplan e Servitec para a utilização do potencial energético das ETA Guarau (3,5 MW) e Vertedouro Cascata (2,5 MW). A SABESP tem 25% das ações da SPE e o projeto está na fase de prospecção de clientes para comercialização da energia gerada e obtenção de financiamento. Tecnologia e inovação para destinação de resíduos - a destinação final dos resíduos provenientes dos sistemas de tratamento de água e esgotos, tem sido uma das áreas de concentração de estudos e projetos em busca de soluções economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis. Destacam-se estudos e projetos para a melhoria do modelo integrado de recuperação de energia do lodo e seu aproveitamento como insumo agrícola, bem como iniciativas para secagem por irradiação solar e beneficiamento de biogás para uso veicular, entre outras alternativas. Soluções Ambientais - A SABESP desenvolveu um pacote diferenciado de produtos e serviços direcionados às empresas que procuram utilizar melhor seus recursos hídricos. O Programa SABESP Soluções Ambientais teve como principais resultados: Contratos de Fidelização - Após o término da crise hídrica, a SABESP avalia frequentemente o perfil de consumo dos clientes e efetua a revisão dos contratos de fidelização. Em novembro de 2019 permaneceram vigentes 497 contratos de fidelização, os quais garantem uma receita de aproximadamente R\$ 563 milhões por ano. Em comparação com 2017, houve aumento de 7% na quantidade de contratos e aumento de 3,5% na receita. Programa de Recebimentos de Esgotos Não-Domésticos - PREND - Para dar destino adequado aos efluentes resultantes de processos produtivos de empresas, disponibiliza estrutura adequada para o recebimento desses materiais recebidos via caminhão-tanque. Com esse fim, firmou parceria com o Grupo Estre Ambiental e criou a Attend Ambiental, que é uma central de pré-tratamento, cujo objetivo é enquadrar os efluentes de diversas atividades industriais, comerciais e de serviços aos padrões legais exigidos para lançamento na rede coletora. As instalações de recebimento da Attend dispõem de 36 baias de descarga com capacidade para receber até 611 caminhões por dia que equivalem a 12.360 m³.

Programa de Uso Racional da Água - PURA - É um conjunto de ações, que promove a redução no consumo de água do cliente, sem comprometer o conforto e a higiene do usuário no seu dia a dia. As intervenções do Programa são basicamente: Pesquisa e correção de vazamentos em ramal predial, reservatórios, pontos de consumo; Substituição de aparelhos hidros sanitários por aparelhos de baixo consumo de água; Campanha educacional visando estimular a redução do consumo de água, e Gestão do consumo de água via telemedição.

O quadro abaixo apresenta anualmente, as quantidades de RGIs com o PURA, no período:

ANO	2015	2016	2017	2018	2019
RGIs Cadastrados	480	67	362	368	1.379
RGIs Acumulados	874	941	1.303	1.671	3.050

A implantação do PURA nesses imóveis colabora para a postergação de investimentos em Sistemas de Água e Esgoto e ainda, propiciou uma conservação mensal de água tratada na rede pública de 232litros/segundo, suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 90 mil habitantes. Água de Reuso - As Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs da Região Metropolitana de São Paulo forneceram 1.461.466 m³ de água de reuso para os nossos atuais clientes, via rede ou caminhão pipa. Os principais clientes abastecidos via rede são: Coats Corrente, empresa que viabilizou o primeiro projeto de reuso da SABESP; Fábrica de Papel Santa Terezinha S.A.; indústria textil Santa Constância; Attend Ambiental; e Conereserv, que fechou contrato em 2018 para produção de concreto usinado não estrutural. O fornecimento via caminhão tem como principais destinos a construção civil e a lavagem de ruas e rega de jardins pela prefeitura de São Paulo. Além da produção de água de reuso para consumidores finais, a SABESP também forneceu no mesmo

período, 14.393.226 m³ de água secundária para a Aquapolo Ambiental S.A. Medição Individualizada - Resultados do programa até Nov/2019, na RMS: 356 Condomínios implantados; 40.055 Unidades Autônomas que recebem conta SABESP; 4.548 Condomínios atendidos desde a implantação do programa. Tarifas diferenciadas para clientes de baixa renda: A SABESP disponibiliza para a população de baixa renda tarifas reduzidas. Essas tarifas são até 66% mais baixas que a tarifa residencial normal. Esta é uma das ações que garante o acesso ao saneamento básico por parte das populações mais carentes. Atualmente, 448.000 residências são beneficiadas pelas tarifas diferenciadas, o que equivale a uma população de aproximadamente 1 milhão e 700 mil pessoas. Modernização da gestão e investimentos - A SABESP deve investir cerca de R\$ 2,8 bilhões em recursos orçamentários (valor financeiro; não contábil). Estes investimentos estão focados nos Programas Estruturantes, cujos principais resultados estão descritos a seguir: Programa Metropolitano de Água - As medidas emergenciais que garantiram uma travessia sem o colapso do abastecimento durante o período mais crítico foram possíveis pela existência de um sistema de abastecimento robusto, que vem sendo estruturado há mais de duas décadas por meio do Programa Metropolitano de Água - PMA. Implantado em meados da década de 90, o PMA veio equacionar uma situação de rodízio (vezes de 36 horas com água por 24 horas sem) vivenciada por mais de 5 milhões de habitantes da região sul e leste da Grande São Paulo. Ao contrário do fenômeno climático ocorrido no biênio 2014-2015, as intermitências do abastecimento dos anos 90 eram decorrentes de gargalos estruturais, com a insuficiente capacidade de tratamento, adução e distribuição da água em uma região densamente povoada e com acentuado crescimento demográfico. Desde 2000, o PMA aumentou a capacidade de produção em 14,1 m³/s com destaque para: ampliação de 5,0 m³/s do Sistema Produtor Alto do Tietê por meio da Parceria Público Privada concluída em 2011; ampliação de 1,0m³/s do Sistema Produtor Rio Grande, ampliação de 2,1 m³/s no Sistema Produtor Guarapiranga concluída em 2015; e mais 6,0 m³/s com a implantação do Sistema Produtor São Lourenço. Dando continuidade ao objetivo de ampliar a segurança hídrica da Região Metropolitana de São Paulo, o destaque fica para a execução da interligação entre as represas Jaguari (bacia do Rio Paraíba do Sul) e Atibainha (bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ) integrante do Sistema Produtor Cantareira. Em 2019, a Companhia prevê investir aproximadamente R\$ 180 milhões no PMA. Projeto Tietê - Esse projeto encontra-se em sua terceira etapa, cujo objetivo é ampliar o índice de coleta de efluentes dos atuais 84% para 87%, e os níveis de tratamento do esgoto coletado de 68% para 84% na RMS. Em 1992, quando foi implantado, a coleta era de 70% e apenas 24% do esgoto coletado recebia tratamento. Iniciada em 2010, a terceira etapa demandará investimentos de aproximadamente US\$2 bilhões, com financiamentos contraiados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Caixa Econômica Federal - CEF. A Etapa III deste programa encontra-se com 69,3% de avanço em 2018. Quando finalizadas, tais obras irão beneficiar mais de 4,5 milhões de pessoas com coleta e tratamento de esgotos. Entre as principais ações realizadas em 2018 destaca-se a conclusão das obras de ampliação da capacidade de tratamento da ETE Barueri, de 9.500 L/s para 16.000 L/s. Além das obras da terceira etapa, encontram-se em andamento parte das obras da IV Etapa Antecipada. Iniciadas em 2014, esse conjunto de obras, que conta com financiamento da CEF, tem como destaques: a execução do interceptor ITi-7 e do CT Anhangabaú na região central; e execução de coletores na região das várzeas do rio Tietê. Em complementação, também em 2018, iniciou-se a estruturação das demais obras da IV Etapa do Projeto, com investimentos a serem financiados pelo BID, e estimados em mais US\$ 2 bilhões, contemplando obras de grande complexidade na região central da capital paulista e a expansão de redes para áreas regularizadas mais periféricas e carentes da região metropolitana. Os investimentos do Projeto Tietê atingiram aproximadamente R\$ 380 milhões. Onda Limpa - A universalização da coleta e tratamento de esgotos em toda a Baixada Santista deverá ser atingida até o final da próxima década, com efeitos positivos, também, na qualidade das águas das praias paulistas, sua balneabilidade e, consequentemente, na atividade turística dessa que é uma das regiões de maior crescimento no país atualmente. Os recursos têm origem na própria companhia, em empréstimos concedidos pela JICA, em recursos oriundos do FGTS e de financiamentos concedidos pelo BNDES e pela Caixa. Foram investidos aproximadamente R\$ 228 milhões neste programa. Água no Litoral - O programa beneficia aproximadamente 3,1 milhões de pessoas, entre moradores e turistas que afluem à região, e tem a finalidade de aumentar o nível de confiabilidade dos sistemas de abastecimento de água da Baixada Santista, com a ampliação da capacidade de produção, destacando-se as obras do Sistema de Abastecimento de Água de Boiçucanga em São Sebastião, Sistema de Abastecimento de Água Guarau em Peruibe. O investimento total previsto nesse programa para o ano é de aproximadamente R\$ 41 milhões. Esgoto no Litoral - A universalização da coleta e tratamento de esgotos nos municípios da Baixada Santista, Litoral Norte e Litoral Sul deverá ser atingida até o final da próxima década, com efeitos positivos, também, sobre a qualidade das águas das praias paulistas e sua balneabilidade. Foram realizadas obras de expansão do atendimento em Bertoga, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba, entre outros, nos quais foram investidos cerca de R\$ 53 milhões. Programa de Água e Esgotos do Interior - A SABESP opera em 328 municípios no interior do Estado de São Paulo, onde os serviços de abastecimento de água são considerados universalizados, com destaque para as obras de aumento da produção de água com o Sistema Produtor Sapucaí Mirim 1 m³/s em Franca e para a ampliação do atendimento em São José dos Campos, SAA Cabreúva, SAA Espírito Santo do Pinhal, SAA Cajuru, além de diversas ações para a garantia de abastecimento de água nos municípios operados no interior. Somados estes dois programas estruturantes, estão sendo investidos aproximadamente R\$ 141 milhões. Também se entraram em operação novas estações de tratamento de esgoto e ampliação de sistemas de afastamento (coletores e emissários), buscando alcançar a universalização em São Roque, Jarinú e Tremembé com a conclusão 23 km de coletores. Córrego Limpo - Até novembro o programa já despoluiu 152 córregos, encaminhando uma vazão de aproximadamente de 1.900 litros por segundo de esgotos para tratamento em uma área de aproximadamente 223 km² no município de São Paulo, com investimentos superiores a R\$ 275 milhões beneficiando uma população de 2,7 milhões de habitantes. Para o ano, o investimento previsto no Programa é de R\$ 8 milhões em obras de prolongamentos, ampliações e interligações, além das despesas para zeladoria, monitoramento e manutenção dos córregos já despoluídos. Na última revisão quadrienal do Contrato de Programa com o Município de São Paulo, o Córrego Limpo passou a ser parte integrante do contrato com metas específicas de investimentos. As ações foram planejadas e estão sendo acompanhadas por meio do Núcleo de Gestão Técnica e Comitê Gestor formado por integrantes da SABESP e PMSP. Em janeiro foi entregue o Córrego Traição, beneficiando 215 mil pessoas e encaminhando cerca de 300 litros por segundo de esgotos para tratamento. Até 2020 está prevista a entrega dos córregos Casa Verde-1, Casa Verde-2, Pacaembu, Tapera Vendas, Esmeralda, Ribeirão Colônia, Espanhol, Dois Irmãos, Verde Nascente, e Ipiranga. Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água -

Iniciado em 2009, e com prazo de realização previsto para 11 anos, o programa visa reduzir a perda de água por ligação de 436 litros (dezembro de 2008) para 273 litros diários por ligação até 2020. Em setembro, a perda de água verificada foi de 288 litros por ligação por dia, o índice de perda de água faturada foi 18,9% e o índice de perda de água total medido foi, em média, 29,4%. Em virtude do impacto negativo da crise hídrica sobre nossa receita em 2014 e 2015 e da necessidade de priorizar os investimentos na produção de água, o escopo e as metas do Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água foram revistos. O programa conta com financiamento da JICA, da Caixa e do BNDES, além de recursos próprios, e tem previsão de investimento de R\$ 6,2 bilhões. **Projeto Novo Rio Pinheiros** - O projeto Novo Rio Pinheiros é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para despoluir o rio Pinheiros até 2022, da qual participam SABESP, EMAE, Cetesb e DAEE, sob coordenação da SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, além de outros órgãos estaduais. No âmbito SABESP, trata-se de um conjunto de ações e empreendimentos para retirada da carga de poluição por esgotos domésticos do rio Pinheiros, por meio da atuação em todas as sub-bacias dos seus principais afluentes, que ainda tenham necessidade de intervenção como, por exemplo, obras estruturantes (construção de redes e coletores de esgoto) e ligação de imóveis não conectados às redes de esgotamento sanitário, evitando assim os despejos de esgoto doméstico nos afluentes do rio Pinheiros. Em locais de ocupação informal, onde não é possível a implantação de infraestrutura de coleta e afastamento, haverá tratamento dos próprios corpos d’água por meio de estações locais de tratamento das águas. São previstos recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão.

Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE - Possui características que a tornam peculiar em relação às empresas do setor elétrico brasileiro, pois a maior parte de seus ativos está localizada em áreas urbanas densamente povoadas e são utilizadas, de forma expressiva, para outros fins como o abastecimento público, o saneamento, o controle de cheias e o lazer. A empresa é responsável pela operação de controle de enchentes do Canal Pinheiros e dos reservatórios Guarapiranga, Billings e Pirapora. Neste ano, a Empresa deu início a diversos projetos, como as ações de despoluição do Rio Pinheiros e um plano de ação para a reforma de suas usinas com recursos da GAG Melhoria. Segue, abaixo, um resumo dos principais destaques até o mês de outubro: Aprovação pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA da viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP”, da EMAE. Com investimentos estimados em US\$ 1,5 bilhão, o empreendimento consistirá na instalação de dois blocos independentes de geração de energia elétrica a gás natural, com potência total de 2.554,8 MW, para substituição das Unidades 1 e 2 da Usina Termelétrica Piratininga, instaladas em 1954; início do desassoreamento e desaterro, no mês de agosto, de 1,2 milhão de metros cúbicos de materiais do rio Pinheiros, no período de um ano, com investimentos que somam quase R\$70 milhões. Somente no processo de desassoreamento, serão investidos inicialmente R\$ 32 milhões. A previsão é que, em até 12 meses, sejam desassoreados 500 mil metros cúbicos. Já as ações de desaterro, que visam aumentar o espaço das áreas chamadas "bota-fora" por meio de escavação mecânica dos materiais depositados, terá o investimento de pouco mais de R\$ 37 milhões e deve desaterrar 700 mil metros cúbicos de materiais em 12 meses; início da estruturação de um plano de ação de reformas e modernização das usinas da EMAE em parceria com Fundação COGE. O projeto é possível graças aos recursos da GAG Melhoria, remuneração que a EMAE recebe desde julho de 2018, permitindo que a empresa realize investimentos nas usinas hidrelétricas que tiveram suas concessões prorrogadas sob o regime de cotas de garantia física e potência. Estes recursos devem ser aplicados no Complexo de Henry Borden, nas Usinas de Rasgão e de Porto Góes. Para auxiliar na realização do plano, foi contratada a Fundação COGE; valorização da ação preferencial da EMAE (B3: EMAE4) em 37%, entre os meses de janeiro e setembro. Os resultados financeiros apresentados ao mercado nos oito primeiros meses do ano, aliado ao anúncio de projetos como a implantação de novas unidades de geração termelétrica na área da seda da Empresa contribuíram para a valorização da companhia; abertura da Chamada pública “Testes para Produção de Energia Solar Fotovoltaica Flutuante nos Reservatórios Billings e Guarapiranga”, que gerou oportunidade para a iniciativa privada e/ou pública realizarem testes para produção de energia solar fotovoltaica flutuante nos Reservatórios Billings e Guarapiranga. Os testes deverão ter o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da autorização concedida pela EMAE, com condições por ela estabelecidas e autorização firmada em instrumento próprio, sendo realizados por conta e risco do interessado, sem ônus financeiro para a EMAE e sem que impliquem exclusividade ou compromisso de futura celebração de negócio.

Geração de energia elétrica – dados verificados até 31/10

Usina	Potencia Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Produzida		Diferença (%)
			2018	2019	
UHE Henry Borden	889,0	121,40	57,50	229,63	299,36
Porto Góes	24,8	11,63	11,18	10,44	-6,62
Rasgão	22,0	11,84	10,40	12,15	16,83
Pirapora	25,0	17,17	11,72	11,04	-5,80
Total	960,8	168,34	90,8	263,26	189,93

Comercialização de energia

MODALIDADES DE VENDA		MW médios		
		2017	2018	Até out
ACR	COTAS - EMAE	151,17	144,87	144,87
ACR	CCEARS - PESA	16,00	16,00	16,00
ACL	CCEAL	7,00	-	-
TOTAL		174,17	160,87	160,87

Faturamento Comercial EMAE / PESA – 2018	R\$ milhões	Até out
CCEE – RAG Cotas - Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão	278,3	313,9
ACR – Contratos no Ambiente de Contratação Regulada - PESA	34,2	29,3
ACL – Contratos no Ambiente de Contratação Livre	-	-
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - EMAE	0,3	0,2
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – PESA	0,6	1,7
Total	313,4	345,1

Renovação, em agosto, do contrato de Operação e Manutenção com a Petrobras, das unidades 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga, por 12 meses. Serviços associados ao sistema hidroenergético: Balsas – operam em três pontos de travessias no Reservatório Billings. O serviço é oferecido de forma ininterrupta e gratuita e, de janeiro a outubro de 2019, foram transportados cerca de 1,469 milhão de veículos e 1,826 milhões de pedestres. A Metálica II foi retirada da Travessia de Bororé e está docada no Porto da EMAE para reforma, e irá substituir a Balsa Metálica I na Travessia de Taquacetuba. Retirada de lixo e vegetação aquática do Canal Pinheiros: de janeiro a outubro, foram retirados 10.604 m³ de lixo e vegetação aquática, o equivalente a 3.389 toneladas. Retirada de lixo do Rio Tietê: também de janeiro a outubro, junto às usinas de Pirapora, Usina Rasgão e Usina Porto Góes, foram retirados 6.023 m³ de lixo e vegetação aquática, o equivalente a 2.082 toneladas, número dividido da seguinte forma: Usina de Rasgão/Porto Góes - 5678 m³ ou 2272 toneladas; Usina de Pirapora - 345 m³ ou 137 toneladas. Retirada de 460 toneladas de lixo flutuante por meio dos ecoboats, embarcações que atuam no rio Pinheiros desde o dia 5 de junho. Prestação de serviços para terceiros – destaca-se, como fonte de receita, a continuidade dos seguintes contratos de operação e manutenção: Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda (córrego Água Espreada), da Prefeitura de São Paulo. UTE Piratininga para prestação dos serviços de operação e manutenção para a Petrobras (arrendatária da usina).

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

A Coordenação Geral de Apoio aos Programas de Defesa da Cidadania – CGAPDC é responsável por assessorar na área dos direitos fundamentais. No dia 6 de agosto, realizou orientação técnica sobre a metodologia para o processo de revisão do Programa Estadual de Direitos Humanos - PEDH como parte do 3º Ciclo de Palestras: Políticas Públicas e Direitos Humanos, evento organizado pela Secretaria de Direitos Humanos do Município de Guarulhos. No dia 9 de dezembro lançou o Orientador de Boas Práticas - Atendimento dos Serviços Públicos às Populações Vulneráveis, que traça alguns direcionamentos ao servidor público que realiza atendimentos, e sana dúvidas sobre a maneira mais adequada para atender grupos vulneráveis, com vistas à garantia do respeito aos seus direitos. O Orientador é virtual e pode ser acessado pelo, endereço: http://justica.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/SJC_001_Cartilha_DIGITAL.pdf Apoio aos Conselhos de Cidadania - A CGAPDC presta apoio técnico aos Conselhos Estaduais de Cidadania ligados à Pasta: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CONDEPE; Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONED; Conselho Estadual da Condição Feminina – CECF; Conselho de Desenvolvimento e Participação da População Negra – CPDCN; Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPISP; Conselho de Desenvolvimento e Participação da População Nordestina – COPANE; e Conselho Estadual dos Direitos da População Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual – CELGBT. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CONDEPE - tem como finalidade apurar as violações de direitos humanos no território do Estado de São Paulo, encaminhar às autoridades competentes as denúncias e representações que lhe sejam dirigidas. Deve, por lei, estudar e propor soluções de ordem geral para os problemas referentes aos direitos humanos inclusive fazendo recomendações ao Governo do Estado sobre políticas públicas. Realizou três vistorias em unidades da Fundação Casa - Caraguatatuba, São José dos Campos e Raposo Tavares, treze visitas em unidades penitenciárias - Cabo Marcelo Pires da Silva, em Itai, Penitenciária Feminina de Santana, CDP de Franco da Rocha, CDP IV de Santana, CDP Feminino do Butantã, CDP de Osasco, três visitas em delegacias da Polícia Civil - Bom Retiro 72ª, Santo Amaro 80ª e Valinhos. Como controle social, acompanhou sete ações da Secretaria da Segurança Pública e três julgamentos de presos. Organizou o processo eleitoral da Ouvidoria da Polícia, conforme sua atribuição legal. O Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONED: Discute e elabora Políticas sobre Drogas no Estado de São Paulo, estabelecendo diretrizes e parâmetros para as ações de prevenção, tratamento, repressão e redução de danos no Estado. Ademais, fomenta a formação de Conselhos Municipais sobre Drogas nos municípios e orienta Comunidades Terapêuticas. Para estas ações promove encontros tanto com os Conselhos, como com as Comunidades Terapêuticas. Por fim, capacita seus conselheiros nos temas supracitados. Total de participantes: 919. O Conselho Estadual da Condição Feminina – CECF tem, entre suas atribuições, formular diretrizes e promover, em todos os níveis da Administração Direta e Indireta, atividades que visem a defesa dos direitos da mulher, a eliminação das discriminações que a atingem, propiciando a sua integração e autonomia na vida socioeconômica, político-cultural e no exercício pleno da cidadania. Realizou palestras, seminários, simpósios, audiências públicas sobre temas como avanços e desafios das políticas públicas para mulheres, violência doméstica, reflexão, conscientização e ação 13 anos da Lei Maria da Penha, “empoderamento” econômico de vítimas de violência doméstica e os direitos dos trabalhadores com foco na previdência social, combate ao trabalho escravo, violência contra as mulheres, entre outros. No Dia Internacional da Mulher, entregou a Medalha Ruth Cardoso a personalidades que se destacaram e em comemoração ao 36º Ano do CECF. No Mês de outubro, como atividade do “outubro Rosa”, realizou a 5ª edição da Revoada de Balões, que tem por objetivo a divulgação do combate ao câncer de mama. No mesmo mês, realizou a palestra com tema “Prevenção e cuidado sobre câncer de mama”. No Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha realizou Mulheres Negras “Contam a sua História em Retalhos”. Realizou a Cerimônia de Posse do Conselho da Medalha “Ruth Cardoso” em comemoração aos “16 dias de Ativismo” de Combate à Violência contra a Mulher. O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo – CPDCN em 23 de março, no auditório André Franco Montoro da Secretaria da Justiça e Cidadania, o “Prêmio Comunidade Negra”, em alusão ao Dia Internacional da Eliminação da Discriminação Racial. Em 14 de junho, no Teatro Sérgio Cardoso, o evento comemorativo aos 35 Anos do Conselho, homenageando as lideranças negras que obtiveram destaques em suas ações. Em 21 de abril, iniciou o projeto piloto de Implantação da Linha de Cuidado às Pessoas com Anemia Falciforme no Auditório da Universidade de Medicina Oeste Paulista; no dia 27 de agosto, no Auditório do Hospital Regional de Presidente Prudente, palestra com Prof. Luís Eduardo Batista, pesquisador do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde. No período de 12 de agosto a 4 de novembro, realizou o projeto Beleza Negra na sede da SJC e no Sebrae/Araraquara com a formação em Gestão Empresarial aos empreendedores na área da beleza negra. Em 14 de setembro, realizou o Prêmio Ruth de Souza em celebração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. Realizou Capacitações em Políticas Públicas para População Negra em conselhos municipais da população negra: no dia 6 de junho em Rio Claro; no dia 9 de novembro, em São Carlos; no dia 20 de novembro, em Jandira. Em 28 de novembro, realizou a palestra O Ensino da Cultura afro, africanizar a Educação no auditório da Universidade Católica de Santos. Participaram dos eventos mais

3.000 pessoas. O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Nordestina realizou as seguintes atividades, todas na capital: no dia 2 de agosto, a entrega da “Medalha Luiz Gonzaga” no auditório André Franco Montoro SJC e a Feira das Tradições Nordestinas no Pátio do Colégio; no dia 10 e 11 de Agosto, no Parque da Água Branca, a Feira “Oxente Fest”, para divulgação de hábitos e tradições, em comemoração ao Dia do Nordestino, criado pela Lei 8.441, de 23 de novembro de 1.993; nos dias 5 e 6 de outubro, evento no Parque CERET, Feira de Tradições Nordestina Bairro a Bairro, levando uma exposição alusiva à cultura nordestina, que foi levada também ao Parque do Carmo entre os dias 15 a 17 de novembro. Participaram dos eventos mais de 10.000 pessoas. Cadastro de Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo – CEDHESP - Criado pelo Decreto Estadual 57.234/2011, o CEDHESP, sob a responsabilidade da Secretaria da Justiça e Cidadania, tem a função de garantir a transparência e o reconhecimento público a entidades de defesa dos direitos humanos. Até novembro, 49 entidades foram cadastradas. Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos - é um benefício legal que visa a estimular e fomentar as entidades que se dedicam à promoção dos Direitos Humanos. Com a concessão do Certificado, a entidade terá isenção de Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD sobre doações. Ao receber um imóvel por doação, se apresentar o Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos, não precisará recolher o imposto que incide sobre a doação de imóveis, que atualmente é de 4% sobre o valor do imóvel doado. Certificados emitidos: 153. Utilidade Pública - A Declaração de Utilidade Pública é um benefício regulamentado por meio da Lei nº 2.574/80. Foram cadastradas 40 entidades como Utilidade Pública Estadual e emitidas 1.631 Certidões Comprobatórias. Juiz de Casamento - Compete à Secretaria a nomeação e exoneração de Juiz de Casamento, conforme Decreto nº 59.101/2013. O Juiz de Casamento não recebe remuneração, sendo a atividade considerada um múnus relevante à sociedade. Não houve nomeação em razão da ADIN 2075879.52.2018.8.26.0000 e foram realizadas 20 exonerações. Comissão Especial de Ex-presos políticos - A Lei Estadual nº 10.726/01 prevê a indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31/3/1964 a 15/8/1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado de São Paulo. Os pedidos de indenização são julgados pela Comissão Especial de Ex-presos Políticos, vinculada à CGAPDC - houve pagamento de quatro indenizações no valor total de R\$ 77.000,00. Diálogos da Cidadania: Direitos Humanos em Debate - Trata-se de uma série de discussões com especialistas que aborda conceitos e apresenta casos concretos para debates e reflexões sobre os direitos humanos e a luta pela cidadania no Estado de São Paulo. Os eventos acontecem no SESC Itaquera para público jovem de aproximadamente 70 pessoas por encontro. Foram realizados 7 encontros cujos temas foram: Nossa existência é política - juventude e participação; o funk e a representação feminina; corpos alvos da Juventude; deficiência e diferenças dos corpos que habitamos; fessafios da Diversidade e a Violência diante da diferença; feminismos e juventude; racismo estrutural. O Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença, foi criado pela Lei Estadual nº 14.947/09 e instituído pela Resolução SJDC-3 de 8/4/2016, na Secretaria, com o objetivo de promover no âmbito estadual a implementação de políticas de enfrentamento e combate à intolerância religiosa e a difusão da cultura de paz. Realizou: Solenidade ao Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, na ALESP; capacitação “Discriminação, Intolerância Religiosa, Legislação Estadual”: na ETEC Prof. Horácio Augusto da Silveira, Colégio Torricelli, Companhia Docas do Estado – CODESP - Santos; roda de conversa com mulheres na SJC; Lançamento: I Campanha Estadual de Combate à Intolerância Religiosa “Respeitar o Próximo é Cultivar a Paz”, com divulgação em 30 municípios, TV Minuto, TV Decaux, estações do Metrô, Painel eletrônico do Banco Itaú e instituições de ensino público e privado; Mostras Inter-religiosas compostas por indumentárias, símbolos e literaturas na SJC; Palestra: “Intolerância Religiosa, Cultura de Paz, Bullying, Direitos e Deveres” para docentes, discentes, líderes religiosos, conselheiros de promoção de igualdade racial na EE Colombo de Almeida - SP, Teatro Laura Bressane - Francisco Morato e Universidade de Ribeirão Preto no Guarujá; Diálogo Inter-religioso: Diversidade, Religião e Acolhimento, Liberdade Religiosa e Cultura de Paz, para líderes religiosos, sociedade civil provenientes de 12 municípios; fomento à criação de Fóruns municipais em Piracicaba e Sorocaba.

Coordenadoria de Integração da Cidadania – CIC - é um Programa vinculado à Secretaria, nos termos do Decreto Estadual 46.000/2010, que tem como objetivo a integração de diversos serviços e atividades para a população em um único espaço. Isso se dá por meio de parcerias com diversos entes do 1º, 2º e 3º Setor, tais como: Defensoria Pública Estadual e Federal, Fundação PROCON, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria da Saúde, Secretaria da Administração Penitenciária, Fundo Social de Solidariedade, Prefeituras Municipais, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Centro Paula Souza, dentre outros. Atualmente o CIC conta com 18 Unidades que estão instaladas em regiões de alta vulnerabilidade social. O Programa CIC realizou de janeiro a novembro, 1.304.048 atendimentos. Dos 46 serviços públicos oferecidos pelo Programa CIC para a população, destacam-se os serviços do Posto de Atendimento ao Trabalhador – PAT, Centro de Apoio ao Trabalhador – CAT e CIET- Centro Integrado de Emprego, Trabalho e Renda que realizaram mais de 140 mil atendimentos; Cadastro Único - 129,7 mil atendimentos e acesso SP - 80,8 mil atendimentos. Foram também realizadas diversas palestras nas Unidades CIC, abordando temas como: técnicas de conciliação e mediação; violência contra a mulher; prevenção às drogas; saúde bucal; bullying; recomeçar sem drogas; previdência social; Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST; Micro Empresário Individual – MEI; prevenção a dengue; saúde da mulher; reciclagem de material; equilíbrio emocional; setembro amarelo - suicídio; direito da família com a Defensoria; Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; direito trabalhista; postura para entrevista de emprego; trabalho infantil; educação financeira; perigos da dengue; estatuto da juventude; substâncias psicoativas; envelhecimento; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro Empresas - SEBRAE; Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas – PROVITA; malefício do tabagismo, reuniões de narcóticos anônimos e alcoólicos anônimos; o papel do Centro Intersetorial de Assistência à Mulher – CIAMSP; conscientizando 19,8 mil pessoas. Destacaram-se as ações sociais como: exame de vista; saúde bucal; dia internacional da mulher; circo social; cidadania para imigrantes; roda de conversas de mulheres imigrantes; projeto música e sarau; vacinação contra febre amarela, H1N1 e sarampo; caravana da saúde; juventude na quebrada; planejamento familiar; grupo de gestantes; saúde mental de grupo de jovens, crianças e idosos; workshop sobre educação fiscal, direitos do consumidor e direitos trabalhistas; naturalização: legislação e processo de imigração e princípios de igualdade. Realização de 120 oficinas como: alfabetização de adultos, crochê, pintura em tecidos, pedraria em chinelo, dança, orientação física, oficina de mandala, aula de libras, aula de português para surdos, jiu-jitsu, capoeira, escolinha de futebol, aikido, boxe, judô, liang-gong, informática para idosos, primeiros socorros, hip-hop, xilografia, inglês, projeto bombeiros mirins, xadrez, dança do ventre, karatê, filosofia, treinamento esportivo, curso pré-vestibular, caraxá, dança folclórica e ioga. Grande parte destas oficinas são realizadas por professores voluntários. Além disso, foram também realizados cursos de qualificação profissional: curso de perfumes, cosméticos, material de limpeza, manutenção de celulares,

chocolateria, cursos do SEBRAE, curso de bolos, doces e salgados, curso de instrumentos musicais, material reciclado, 1º emprego, cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, estampa etc. Mais de 2.350 vagas em cursos de qualificação profissional em parceria com o Fundo Social de São Paulo: Corte e Costura, Modelagem, Compostagem, Horta Orgânica, Assistente de Cabeleireiro, Maquiagem, Manicure e Pedicure, Panificação, Confeiteira, Salgadeira, Pizzaiolo; 5.700 vagas em cursos de qualificação profissional pelo Programa Via Rápida: maquiagem, cuidador de idoso, almoxarife e estoquista, assistente administrativo, assistente de recursos humanos, porteiro e controlador de acesso, entre outros. Destacaram-se os eventos de datas festivas como Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Festival da mulher e cidadania, Dia Nacional de Combate a Violência contra Mulher, Feira do esporte, Semana da mulher, Semana da consciência negra; e eventos coletivos como feirão de empregos com mais de 15 mil encaminhamentos para vagas, mutirão de superindivíduos, mutirão do RG, mutirão de cadastro biométrico, mutirão boa visão, seminário LGBT, exposição da cultura nordestina e mutirão da castração de cães; realização de 75 ações do projeto Cidadania em Movimento em 18 municípios do Estado com o total de 101.548 atendimentos; realização de 7 Sabadanas - festa de aniversário da Unidade CIC com 21,8 mil atendimentos; parceria com o Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo – IMESC para a realização de coleta de perícias de investigação de paternidade nas Unidades CIC; realização de pesquisa da Fundação SEADE para avaliação qualitativa dos serviços prestados em todas as Unidades CIC; participação do projeto Ela Pode - empoderamento de mulheres empreendedoras; instalação do Virtual Vision – software de leitura de telas para deficientes visuais em todas as unidades CIC; lançamento da campanha “Imigrante, São Paulo Te Acolhe”; ação com imigrantes e refugiados no Grande Prêmio de Fórmula 1 em parceria com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM; realização de 02 casamentos comunitários oficializando a união de 100 casais; padronização da comunicação visual das Unidades CIC; criação de perfis no Facebook e Instagram nas Unidades CIC; confecção de camisetas e jalecos para eventos itinerantes; implantação de serviços da 1ª Praça da Cidadania no município de Santo André; cadastro de biometria eleitoral nas Unidades CIC em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – TRE; mutirão da família em parceria com a Defensoria Pública do Estado; aumento de plantões de atendimento da Defensoria Pública Estadual; implantação do sistema de Certificadora Digital VALID para emissão de Carteira de Identidade - RG reduzindo o tempo de espera pelo documento; workshop sobre justiça restaurativa; início das rodas de conversa nas Unidades CIC em parceria com a Coordenadoria Estadual de Políticas para a Mulher; implantação de atendimento psicológico em parceria com a Universidade de São Paulo - USP; instalação do totem do Poupatempo no CIC Leste; inauguração do Espaço Promotoras Legais no CIC Casa da Cidadania e Campinas; lançamento do projeto Conexão Varejo que trata de cursos para inserção no mercado, exclusivo para pessoas trans no CIC Oeste; 6.935 peças de roupas arrecadadas para a Campanha do Agasalho nas Unidades CIC; participação do CIC no lançamento da Campanha “São Paulo Contra as Drogas”; assinatura do protocolo de intenções no Dia Internacional da Mulher com 36 instituições para apoio às Unidades CIC; implantação do SP Criativo no CIC Feição da Vila e Grajaú; 584 orientações e encaminhamentos do Anexo Judiciário do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas – CRATOD, envolvendo operadores do Direito, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e da Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania; realização da II Feira de Direitos Humanos no Pátio do Colégio com 4.800 atendimentos e inauguração da Unidade Regional CIC Ribeirão Preto no mês de dezembro. Em andamento e em processo de consecução para o próximo ano o convênio com a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo – ARPEN para solicitação eletrônica de 2ª via de certidões de nascimento; o chamamento público para doação de bens e serviços para o Programa CIC; o desenvolvimento do App - Aplicativo da Cidadania com ferramentas para agendamento de serviços e cursos, fale-conosco, e informações sobre agendas de atividades das Unidades CIC; contratação de Jovens Aprendizes para atuarem nas Unidades CIC; implantação do Centro Judiciário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC nas Unidades CIC; implantação de novas Unidades CIC Juquiá, Paulínia, Itanhaém e Paraisópolis.

Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena – CPPNI - foi criada por meio do Decreto Estadual nº 54.429/2009 e tem como objetivo a implementação de políticas públicas que visem a efetiva promoção da igualdade de oportunidades em favor dos segmentos étnicos considerados historicamente vulneráveis. Inspirada no Programa Estadual dos Direitos Humanos e na legislação correlata, atua para a garantia de direitos e o exercício pleno da cidadania e para o respeito à dignidade da pessoa humana. Formula políticas públicas que atendam às necessidades e especificidades dos agrupamentos humanos negro e indígena, historicamente alijados dos bens sociais, priorizando como eixos de intervenção: o racismo institucional, os direitos humanos e a promoção da igualdade racial. Coordena: o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas – CIAI, criado pelo Decreto Estadual nº 57.380/2011, com o objetivo de implementar, acompanhar e avaliar as políticas, projetos e ações voltados aos povos indígenas no Estado de São Paulo e o Grupo Gestor de Quilombos, instituído pelo Decreto Estadual nº 41.774/1997 e alterado pelo Decreto Estadual nº 55.247/2009, para a promoção do acesso, do desenvolvimento das potencialidades sócio econômico e cultural, bem como a garantia de direitos, valorização das iniciativas que promovam o respeito às diferenças, em ações das diversas Secretarias de Estado no Programa de Cooperação Técnica e Ação Conjunta para Identificação e Legitimação de terras Devolutas do Estado de São Paulo, ocupadas por Comunidades Remanescentes de Quilombo. A Secretaria da Justiça e Cidadania, por meio do Sistema de Ouvidoria, dispõe de um canal para recebimento de denúncias de discriminação étnico-racial. As ações da CPPNI, foram: Apoio Institucional: Comemoração do Abril Indígena organizada pela ABRAIMA Associação Brasileira de Apoio ao Índio e ao Meio Ambiente Estância Turística Ribeirão Pires SP; parceria com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, responsável pelo espaço no entorno do Metrô Jabaquara, e a Cooperativa Nacional de Produtores Agrícolas e Agronegócios, para cessão de local na área externa do Metrô com a finalidade de proporcionar trabalho para os indígenas; Projeto Indígenas no Programa “Menor Aprendiz” - Aldeias do Jaraguá, em parceria com o NURAP - Núcleo de Aprendizagem Profissional e Assistência Social, instituição fundada pelo Rotary Club de São Paulo Brooklin e Rotary Club de São Paulo Morumbi; Assistência a indígena recém-nascida: consulta médica e exame oftalmológico; Penitenciária “José Parada Neto” Indígena em regime prisional: assinatura da concordância para o reconhecimento da paternidade de recém-nascida; Prefeitos dos Municípios de: Amparo, Consórcio Intermunicipal do ABC, Cordeirópolis e Piracicaba solicitam implantação na cidade do Programa “São Paulo Contra o Racismo”; apoio ao Projeto “Beleza Negra”, do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo – CPDCN; Entrevista Rádio Cultura Municipal de Amparo; Visita à Câmara Municipal de Amparo, onde será realizado o lançamento do Programa “São Paulo Contra o Racismo” na cidade; lançamento do Calendário Afro-Piracicabano 2020. Ações: Entrega de agasalhos e cobertores doados pelo Fundo Social de São Paulo, para as aldeias: Terra

Indígena em Tapiraí – SP; Aldeia Brilho do Sol e Aldeia Gwyrapadju, ambas em São Bernardo do Campo; Sabadania “Cidadania em Movimento” - Município de Aguai - Divulgação do Programa “São Paulo Contra o Racismo”; “Dia da Mulher Negra” - Município de Cordeirópolis - Divulgação do Programa “São Paulo Contra o Racismo”; lançamento do Programa “São Paulo Contra o Racismo” no Município de Cordeirópolis; 1ª Mostra dos Movimentos Negros Pós 14/5/1888 “União é Conquista”, na Secretaria da Justiça e Cidadania; Organização junto à Procuradoria Geral do Estado de Curso para Inscrição na Dívida Ativa do Estado, dos devedores das multas oriundas dos processos de discriminação racial. Capacitações: Pontuação Diferenciada aos Professores da FATEC – Faculdade de Tecnologia de São Paulo Itaquera, na Secretaria da Justiça e Cidadania; Capacitação de Professores PUC – Pontifícia Universidade Católica, Campus Perdizes, SP sobre “Racismo”; Capacitação de Professores Centro Paula Souza na Secretaria da Justiça e Cidadania - Pontuação Diferenciada; Painel de Direitos Humanos – “Eco Desenvolvimento da Personalidade Quilombola e Indígena, voltada à sua dignidade humana; entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e amizade entre as nações, os povos indígenas e grupo sociais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos” – Academia de Polícia Militar do Barro Branco; Roda de Conversa sobre Mulher – OAB Tatuapé “Advogadas Protagonistas da Sua Própria História”, Mulher Negra; Agentes designados pela Prefeitura de Cordeirópolis para recebimento de denúncias e acolhimento dos denunciantes; CONSEAS – Conselho Estadual de Assistência Social, capacitação “Povos e Comunidades Tradicionais”; SASF – Serviço de Assistência Social à Família, Café da Manhã com palestra “Racismo”; Centro de Referência de Promoção da Igualdade Racial Zona Leste - Seminário abordando o racismo histórico no Brasil, leis e educação, cujo público alvo foram os professores da região; Hospital Regional de Ferraz de Vasconcelos- Palestra “Dia Nacional da Consciência Negra”. Denúncias de Discriminação Étnico-Racial: número de Denúncias: 68; número de Expedientes: 12; número de Sessões de Mediação: 15; número de Sessões de Mediação Frutíferas: 4; número de Sessões de Mediação Infrutíferas: 1; número de Sessões de Mediação Prejudicadas: 4; número de Sessões de Mediação Redesignadas: 6.

Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual – CPDS - foi criada em 2009 pelo Decreto Estadual nº 54.032 e tem como objetivo elaborar políticas públicas para a promoção dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans. Além disso, a CPDS elabora, coordena, desenvolve e acompanha programas, projetos e atividades, visando a efetiva atuação em favor do respeito à dignidade da pessoa humana, independente da orientação sexual e da identidade de gênero. Uma de suas atribuições é receber e encaminhar denúncias de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, com base na Lei Estadual 10.948/01, além de dar encaminhamento às denúncias de discriminação contra as pessoas que vivem com HIV/AIDS, com base na Lei Estadual 11.199/02. Com o objetivo de combater a LGBT fobia, a CPDS promove campanhas, palestras e capacitações das referidas legislações, de outros marcos legais referentes ao segmento LGBT. A Secretaria da Justiça e Cidadania, possui um canal de DENÚNCIA online, gerenciado pela Ouvidoria da Pasta, onde a cidadã ou o cidadão poderão realizar sua denúncia de LGBTfobia e discriminação em razão de HIV/AIDS. Foram recebidas 118 denúncias por discriminação de orientação sexual e/ou identidade de gênero, bem como casos de pessoas que vivem com HIV/AIDS. A CPDS manifestou-se em 119 expedientes de denúncias de discriminação, sugerindo ao Gabinete a instauração de processo administrativo em 74 casos. A CPDS participou de 39 sessões de mediação, ocorridas em 26 processos, com resultado frutífero em 14 expedientes. O tema de diversidade sexual - gênero, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero-foi abordado pessoalmente e virtualmente para aproximadamente 4.250 pessoas, sendo 586 do poder público e 3.664 da sociedade civil. Ações e Palestras: Ações: Realização da II Live em comemoração ao Dia da Visibilidade Trans, com o tema “Direitos e Identidades de Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans” - 1100 participantes virtuais e presenciais; *Stand* do governo estadual em parceria com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa, Museu da Diversidade LGBT, Secretaria da Saúde e SAP – Secretaria da Administração Penitenciária na 19ª Feira Cultural LGBT; *Stand* na *ExpoPride* - 1ª Feira *Gay Friendly* do Brasil dedicada ao Público LGBTQIA+ em parceria com a Secretaria da Saúde e Secretaria da Administração Penitenciária; Evento de Diversidade na B3 - Antiga BOVESPA com o convite para o Coordenador da CPDS tocar o sino de abertura do pregão; Realização em conjunto com a Prefeitura do Município de São Paulo do 3º Casamento Igualitário Coletivo na sede da Secretaria; Apoio Institucional na 3ª Caminhada da AIDS realizada pela Coordenação de Políticas para LGBTI da Prefeitura do Município de São Paulo; realização de Roda de Conversa na Fábrica de Cultura Brasilândia; Realização da 12ª Edição da Campanha de Testagem de HIV, em conjunto com o programa IST/AIDS-CRT da Secretaria da Saúde; Posse do Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual; 1ª Reunião da Comissão Eleitoral do Conselho Estadual LGBT. Palestras: para os funcionários da Fábrica de Cultura - Brasilândia; para adolescentes internos da Fundação Casa - Casa Juquiá; na Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP - Porto de Santos para funcionários da CIPA, com o tema “Noções sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS” e Legislação; para adolescentes internos da Fundação Casa – Casa Juquiá; e composição na mesa no evento “Trans – Resistência”, realizado pela ONG CASVI – Centro de Apoio e Solidariedade à Vida e do CMP-LGBT Conselho Municipal LGBT de Piracicaba; no Centro de Cidadania LGBT SUL – Santo Amaro; com a UNAIDS, na Sala do Conselho Universitário da USP; capacitação na empresa ONET – Hospital das Clínicas, fruto de acordo em mediação; para delegados, escrivães da Polícia Civil, no DECRADI – Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância; Palestra “Direito Homoafetivo e Combate à Homofobia – LGBTfobia” para funcionários do CREAS e outros órgãos do município de Juquiá; na empresa Accenture; para funcionários da Rede Municipal de Atendimento para população LGBT na Câmara Municipal de Ribeirão Pires; no evento “Summit” - Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM e Barilla; “Direitos Humanos e Diversidade Sexual” no DETRAN; no 5º Fórum de Gestão da Diversidade; de sensibilização - Lei 10.948/01 no auditório do SENAI de Lins, após a assinatura do Decreto Municipal nº 11.810/19; para a Rede AB Diversidade no setor automotivo/business; “Segurança Pública no cenário do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo” voltada a alunos-oficiais do curso de Pós-graduação da ACADEPOL – Academia de Polícia; palestra na II Semana da Diversidade LGBT de São Joaquim da Barra; “Inclusão e Diversidade no mundo corporativo” no DIFG’S Cognizant; no Encontro de Fortalecimento da rede de atenção à população LGBTQI+ encarcerada e egressa do Sistema Prisional, promovido pela Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da SAP; “Trabalho decente”, promovida pela OAB – São Paulo; na Semana da Diversidade de Votuporanga; em escola estadual de CAJAMAR - em parceria com o CIC CAJAMAR; Palestra “Painel Mobilidade Gênero” no Congresso Brasileiro de Mobilidade Urbana; no Centro de Cidadania “Luana Barbosa dos Reis”; na empresa DXC – Technology, fruto de acordo consignado em mediação; 2 palestras no Metrô de São Paulo para gestores, supervisores e terceirizados; para servidores do DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica; Palestra e composição de mesa no 2º Simpósio de Direito LGBTI+ de Franca, promovido pela

Comissão de Diversidade da OAB de Franca; no “Encontro sobre Diversidade LGBTQI+ - atendimento e convívio no ambiente de trabalho”, promovido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo; no “Dia da Diversidade” do Tribunal Regional do Trabalho - 2ª região; na Fábrica de Cultura da Brasilândia. Apoios - Participações - parcerias: Apoio institucional e participação no desfile de carnaval da Banda do Fuxico, para divulgação da Lei nº 10.948/01; apoio e participação no Ato de Abertura da 3ª Conferência Internacional da Diversidade e Turismo LGBT; Apoio e participação na 3ª edição do Casamento Coletivo Igualitário, promovida pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania com apoio da Secretaria da Justiça e Cidadania; Apoio e palestra sobre Diversidade Sexual na 1ª Expo Pride de São Paulo; Participação nas Paradas do Orgulho LGBT nas cidades de: Lins, São Paulo, São João da Boa Vista, Mogi das Cruzes, Praia Grande e Santos; participação na IV Caminhada Pela Paz, promovida pela ONG CAIS; Participação em evento no CDP Pinheiros em comemoração ao Dia da Visibilidade Trans; Participação na apresentação do Projeto TransPrevenção “O caminho é a informação”, pelo Instituto Vida Nova; Participação no Painel sobre Diversidade e Inclusão promovido pela Microsoft para funcionários e sociedade civil; Participação na mesa de abertura da 1ª Semana da Diversidade de Itu e palestra sobre a Lei 10.948/01; Participação na Comissão de avaliação do programa + Orgulho promovido pela APAA; participação no evento promovido pela ACCOR – “Inclusão LGBT: desafios e perspectivas”; participação no evento “Diálogos Transformadores”, promovido pelo Ministério Público do Trabalho, OIT – Organização Internacional do Trabalho e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; participação como jurado no Miss São Paulo Transex 2019; Participação no Seminário Internacional “Diálogos Setoriais – Políticas para a População Trans no Brasil e União Europeia; II Encontro Brasileiro de Organizações de Paradas LGBT; Participação na “Entrega do Kit Profissionalizante de Beleza” do Programa Transcidadania da Prefeitura Municipal de São Paulo; Participação na II Semana da Diversidade de Votorantim - debate “50 anos de Stonewall e seus desdobramentos para a cidadania e visibilidade da população LGBTQI+” - 55 participantes - sociedade civil; participação na formatura do Curso Diversidade à Mesa, promovido pela Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da SAP – Secretaria da Administração Penitenciária; Participação e palestra na 3ª Jornada da Cidadania e Empregabilidade de São Vicente, promovido pela SAP – Secretaria da Administração Penitenciária - 11 participantes da sociedade civil; Participação no 1º Seminário do Interior Paulista de Direito LGBTQI+ - OAB - 3ª subseção, com a palestra “Políticas Públicas e a Lei Estadual 10.948/01”; abertura e participação em roda de conversa na Semana da Diversidade de Votuporanga; participação na 1ª Expo Pride de São Paulo com estande próprio e em parceria com a Secretaria da Saúde e Secretaria da Adm. Penitenciária; participação no 1º Seminário do Interior Paulista de Direito LGBTQI+ - OAB - 3ª subseção com a palestra “Políticas Públicas e a Lei Estadual 10.948/01”; participação no Programa “Em discussão”, da ALESP – Assembleia Legislativa de São Paulo, para falar sobre os 18 anos da Lei Estadual nº 10.948/01; Participação no Miss Brasil Transex - 2019; participação na SMDHC sobre a 3ª Caminhada da AIDS; participação na 3ª Marcha da AIDS na cidade de São Paulo – SP; participação na II Feira de Direitos Humanos promovida pela SJC; participação na formatura do Curso Profissionalizante de Maquiagem para população LGBTI+ “Beleza no Carcere”, promovido pela Secretaria da Administração Penitenciária; Ato solene de Desagravo Público a favor da promotora dra. Claudia Ferreira Mac Dowell.

Coordenação de Políticas para a Mulher - Gravação de Boletins para Rádio Jovem Pan: Saúde e Empoderamento da Mulher em todas as fases da vida; entrevista Programa Bate Papo - Empoderamento Feminino; mulheres de 40 Comemoração 8 de março; Dia Internacional da Mulher; Homenagem na Câmara Municipal para a Coordenadora; XII Simpósio Estadual de Imunizações, como falar da vacina do HPV; entrega da Medalha Ruth Cardoso pelo Conselho da Condição Feminina, homenagem a Dra. Albertina Takiuti; Dia Internacional da Mulher Medalha Cidadã Policial; A discriminação da Mulher Negra e o Crescimento da Aids nesta população em São Paulo; programa Rádio Trianon: Saúde da Mulher; curso de capacitação para atendimento a vítimas de violência, Bem Querer Mulher, ALESP; Virada Feminina ALESP; programa Bate papo com BIAL; Programa do Jornal da Band: parto cesário ou normal; palestra Mulher e a Saúde, Sindicato dos Eletricitários; Homenagem da Comunidade Negra e Caribenha para Dra. Albertina Duarte; Cisca 2017 - 9th International Meeting of Child and Adolescent Health; palestra Saúde da Mulher e Vulnerabilidade; Cerimônia de posse do Conselho da Condição Feminina; entrevista Radio USP Outubro Rosa; Outubro Rosa, Amor em Ação ALESP; carreta na mamografia, Mulheres de Peito/Itaquera; Revoada de Balões Conselho da Condição Feminina, Outubro Rosa; recebimento de Prêmio Dra Albertina – Mulheres que brilham; Entrega da Medalha Ruth Cardoso pelo Conselho da Condição Feminina.

Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID - O objetivo é gerir os recursos destinados à reparação dos danos - ao meio ambiente, aos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ao consumidor, ao contribuinte, às pessoas com deficiência, ao idoso, à saúde pública, à habitação e urbanismo e à cidadania, bem como a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no território do Estado, devolvendo-os à população de São Paulo como ressarcimento. Podem ser financiados projetos relativos à: reconstrução, reparação, preservação e prevenção dos interesses difusos ou coletivos, no Estado de São Paulo. Convênios assinados - Com o fim de promover a reparação de bens e de direitos relacionados ao meio ambiente, aos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ao consumidor, ao contribuinte, às pessoas com deficiência, ao idoso, à saúde pública, à habitação e urbanismo e à cidadania, bem como a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no território do Estado de São Paulo, o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID promoveu a assinatura de 111 novos convênios, totalizando R\$ 4,0 milhões.

Nº SPDOC	Proponente	Nome do Projeto	Valor FID	Valor Contra Partida	Total
324501	Associação dos Proprietários e Amigos do Solar Coronel Manoel Jorge Ferraz (Casa Julia Ferraz)	Estabilização estrutural do Solar Coronel Manoel Jorge Ferraz / Casa Julia Ferraz	448.691,02	99.560,00	548.251,02
331742	Bispado de Rio Preto - Igreja Catedral de São José	“Calce suas botas” para restauração da Catedral de São José do Rio Preto	999.544,83	52.522,55	1.052.067,38
334228	Catavento Cultural e Educacional	Restaurar Pontuais das Fachadas do Palácio das Indústrias	628.946,25	84.856,62	713.802,87

328423	Defensoria Pública do Estado de São Paulo	Recuperação do Edifício Santa Margarida	966.128,88	55.600,77	1.021.729,65	300182	Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal	Museu e Biblioteca Municipal "Dr. Abelardo Vergueiro César": Cultura, Resgate e Preservação	800.882,60	70.471,41	871.354,01
313221	Ministério Público do Estado de São Paulo	Software de Pesquisa - Encontre seu pai aqui	941.878,00	47.883,12	989.761,12	332619	Prefeitura Municipal de Fernando Prestes	Implantação do Parque Ecológico de Fernando Prestes	1.000.000,00	60.658,98	1.060.658,98
313215	Ministério Público do Estado de São Paulo	BIAH/SP – Banco de Imagens Aerofotogramétricas Históricas do Estado de São Paulo	891.466,87	45.262,35	936.729,22	318254	Prefeitura Municipal de Floreal	Construção de Galerias de Águas Pluviais	999.448,06	52.516,82	1.051.964,88
318397	Prefeitura da Estância Climática de Caconde	Encerramento de Aterro Controlado	888.639,45	46.770,50	935.409,95	324693	Prefeitura Municipal de Gavião Peixoto	Implantação de rampas de Acessibilidade em todo o município de Gavião Peixoto	178.297,75	24.244,89	202.542,64
324512	Prefeitura de Vitória Brasil	Desassoreamento da Nascente do Córrego Ararinha com Recuperação de Área Degradada	1.000.000,00	51.113,23	1.051.113,23	247018	Prefeitura Municipal de Guará	Parque Ecológico	988.622,44	62.500,00	1.051.122,44
328318	Prefeitura Municipal da Estância de Socorro	Praça do Amanhã - Saúde e Bem Estar para Todos	961.079,23	50.000,00	1.011.079,23	318249	Prefeitura Municipal de Guarani D'Oeste	Reparação e Revitalização do Núcleo de Turismo Esporte e Lazer Ecológico	949.956,91	52.481,93	1.002.438,84
259827	Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Ibirá	Recuperação e Reestruturação do Balneário Joaquim Lemos	950.000,00	50.000,00	1.000.000,00	324676	Prefeitura Municipal de Hortolândia	Recuperação da Nascente do Ribeirão Jacuba e seu entorno	879.636,73	494.457,24	1.374.093,97
325883	Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ilha Solteira/SP	Complexo de Assistência Social e Defesa dos Direitos	935.239,52	63.648,72	998.888,24	325342	Prefeitura Municipal de Ibirarema	Centro de Reabilitação do Idoso de Ibirarema	872.785,64	48.583,09	921.368,73
298271	Prefeitura Municipal da Estância Turística de Itú	Restauração do Cruzeiro Franciscano do Município de Itú	760.000,00	40.000,00	800.000,00	301725	Prefeitura Municipal de Ipaussu	Revitalização da Orla do Lago Municipal de Ipaussu	727.781,04	238.330,03	966.111,07
328106	Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia	Bosque Urbano do Educação Ambiental	799.080,55	82.463,54	881.544,09	334418	Prefeitura Municipal de Itapetininga	Reforma e Revitalização – Lagoa Regina Freire	965.443,16	307.968,43	1.273.411,59
295239	Prefeitura Municipal de Aguaí	Revitalização Urbana - Praça Senhor Bom Jesus	910.917,85	50.600,00	961.517,85	305730	Prefeitura Municipal de Itapuí	Revitalização da Prainha Municipal	772.732,60	211.047,50	983.780,10
313178	Prefeitura Municipal de Altinópolis	Revitalização dos Parques Ecológicos e da Lagoa e Preservação das APPs e Mananciais de Abastecimento de Água	939.159,24	506.260,63	1.445.419,87	331522	Prefeitura Municipal de Itapura	Recuperação/Restauração do Palácio do Imperador	921.990,97	127.808,61	1.049.799,58
318320	Prefeitura Municipal de Alto Alegre	Centro de Lazer e Núcleo de Justiça Comunitária	933.719,04	49.143,11	982.862,15	331677	Prefeitura Municipal de Itatiba	Do prato à terra	451.933,79	23.733,30	475.667,09
315542	Prefeitura Municipal de Anhembi	Estação Histórica, Turística e de Lazer no Distrito de Piramboia	910.012,85	50.897,29	960.910,14	331816	Prefeitura Municipal de Itupeva	Cidadania com Acessibilidade	64.100,00	4.500,00	68.600,00
321143	Prefeitura Municipal de Anhumas	Compostando Anhumas - Compostagem de resíduos orgânicos	944.691,96	65.345,55	1.010.037,51	312551	Prefeitura Municipal de Jaborandi	Revitalização e Ampliação do Centro de Lazer Carlos Oscar Vaz de Almeida	977.242,39	159.437,98	1.136.680,37
318148	Prefeitura Municipal de Aramina	Parque Ecológico do Município de Aramina	1.000.000,00	50.401,53	1.050.401,53	318143	Prefeitura Municipal de Jeriquara	Construção de Praça de Conscientização Ecológica e Ambiental do Município de Jeriquara	988.839,86	50.549,85	1.039.389,71
333811	Prefeitura Municipal de Arco-Íris	Implantação de Projeto de Parque Temático com a construção de quadra coberta com vestiários/arquibancadas, praças de atividade física, campo society com vestiário/arquibancadas, pista de caminhada	1.000.000,00	314.515,17	1.314.515,17	317997	Prefeitura Municipal de Jundiá	Reflorestamento com Espécies Nativas nos Trechos das Margens do Rio Jundiá	248.343,58	13.070,71	261.414,29
333015	Prefeitura Municipal de Arealva	Espaço Cultural e Lazer de Arealva	1.000.000,00	50.306,22	1.050.306,22	332644	Prefeitura Municipal de Jundiá	Restauração do Galpão 25 do Complexo FEPASA	732.595,70	97.294,67	829.890,37
324277	Prefeitura Municipal de Aspásia	Construção de Galerias Pluviais	809.325,13	42.596,06	851.921,19	331571	Prefeitura Municipal de Lavrinhas	Reforma e Modernização do Prédio Casarão	204.804,25	17.233,06	222.037,31
333548	Prefeitura Municipal de Auriflâma	Centro de Lazer de Auriflâma	950.330,43	96.944,01	1.047.274,44	329806	Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista	Coleta mecanizada de resíduos sólidos em Lençóis Paulista/SP como mecanismo de prevenção à poluição difusa	726.400,00	38.880,70	765.280,70
318379	Prefeitura Municipal de Avanhadava	Revitalização da Estação Ferroviária, Praça da Esplanada e Vias de Acesso	686.900,92	85.720,87	772.621,79	318206	Prefeitura Municipal de Lourdes	Desassoreamento e Revitalização da Lagoa da Prainha Municipal "Carlos Shigueredo Emoto"	719.208,76	42.119,49	761.328,25
313209	Prefeitura Municipal de Barbosa	Ampliação e Revitalização da Prainha de Barbosa	1.000.000,00	59.644,72	1.059.644,72	323959	Prefeitura Municipal de Lucélia	Revitalização da Praça José Firpo	917.912,50	48.311,18	966.223,68
333528	Prefeitura Municipal de Birigui	Parque Ecológico do Biriguizinho	933.803,16	105.618,04	1.039.421,20	332617	Prefeitura Municipal de Macedônia	Implantação de Parque Natural de Macedônia	980.000,00	53.448,03	1.033.448,03
330149	Prefeitura Municipal de Boituva	Reforma e Revitalização da Estação Ferroviária de Boituva	895.406,37	97.857,37	993.263,74	324281	Prefeitura Municipal de Mesópolis	Reforma, construção e Adaptação da Prainha	528.246,48	34.429,26	562.675,74
333659	Prefeitura Municipal de Bragança Paulista	Reforma e Restauo do Mercado Municipal Walde-mar de Toledo Funck	945.818,01	304.777,81	1.250.595,82	318229	Prefeitura Municipal de Mira Estrela	Revitalização e Melhorias de Infra Estrutura da Prainha Fluvial de Mira Estrela	893.600,63	56.367,56	949.968,19
331738	Prefeitura Municipal de Braúna	Reforma, ampliação e revitalização do Cessibra	967.480,38	149.727,20	1.117.207,58	287670	Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu	Reforma do Centro Cultural	974.329,48	108.310,73	1.082.640,21
333536	Prefeitura Municipal de Buritama	Centro de Integração da Cidadania	966.532,71	92.049,85	1.058.582,56	334243	Prefeitura Municipal de Monte Alto	Elaboração de Projetos de Acessibilidade e que promovam a inclusão da população com deficiência dentre outros	272.832,30	156.246,57	429.078,87
324099	Prefeitura Municipal de Caiuá	Sistema de Drenagem Urbana	874.091,56	84.640,06	958.731,62	330119	Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista	Reforma e Manutenção de Prédio Histórico- Casa da Cultura	585.287,50	30.804,61	616.092,11
308105	Prefeitura Municipal de Cajati	Aquisição e Instalação de Unidade Sanitária e Individual	873.284,49	44.095,51	917.380,00	330171	Prefeitura Municipal de Monte Azul Paulista	Barracão de Reciclagem - ReciclaZul	613.252,89	93.706,13	706.959,02
331687	Prefeitura Municipal de Cerquillo	Revitalização do Centro Olímpico Municipal	770.759,62	50.000,00	820.759,62	330355	Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato	Logística Reversa com Revitalização das Praças Centrais	609.006,77	30.450,34	639.457,11
324761	Prefeitura Municipal de Colina	Recuperação do Centro de Educação e Cultura de Colina	999.237,82	1.131.333,22	2.130.571,04	327759	Prefeitura Municipal de Nipoã	Reforma e Revitalização da Praça Matriz	758.475,60	96.923,21	855.398,81
331666	Prefeitura Municipal de Colômbia	Construção da Orla Turística Municipal de Colômbia	900.000,00	448.960,05	1.348.960,05	312564	Prefeitura Municipal de Nova Europa	Recuperação do Parque da Cachoeira	956.969,80	145.284,71	1.102.254,51
331576	Prefeitura Municipal de Cosmópolis	Construção do Parque Ecológico Municipal no Córrego Barreiro Amarelo	978.843,50	80.350,96	1.059.194,46	318328	Prefeitura Municipal de Nova Independência	Implantação do Canal / Galeria de Drenagem	999.987,98	199.351,91	1.199.339,89
30921	Prefeitura Municipal de Dumont	Recuperação, Dragagem e fechamento da estação de tratamento de esgoto da Cidade de Dumont/SP	948.178,90	54.327,14	1.002.506,04	331729	Prefeitura Municipal de Novais	Recuperação de áreas degradadas de erosões e construção de dissipadores	1.000.000,00	92.944,16	1.092.944,16
						318184	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte	Revitalização do Parque Ecológico Walter de Biasi Filho	866.629,51	45.612,08	912.241,59
						328363	Prefeitura Municipal de Oscar Bressane	Centro de Eventos	965.267,99	120.562,44	1.085.830,43
						330133	Prefeitura Municipal de Palmital	Construção do centro Ambiental	949.391,66	99.321,10	1.048.712,76
						318190	Prefeitura Municipal de Paulo de Faria	Implantação de uma Gestão Eficiente dos Resíduos Sólidos	365.788,00	57.475,96	423.263,96

		lidos minimizando os danos ambientais causados pelo destino incorreto, através da Construção do Centro de Triagem e do Sistema de Coleta Seletiva			
305484	Prefeitura Municipal de Pedranópolis	Implantação do Parque Ecoturístico e Urbanístico do Angico	963.534,37	59.928,48	1.023.462,85
326760	Prefeitura Municipal de Pedregulho	Espaço de Integração Sociocultural e Ambiental - Parque Ecológico	919.561,40	48.397,97	967.959,37
1333064	Prefeitura Municipal de Pedreira	Reforma e Implantação de Elementos de Acessibilidade e Prevenção e Combate à Incêndio no prédio do Natig Museum Histórico e da Por-celana de Pedreira	784.000,00	157.485,27	941.485,27
325206	Prefeitura Municipal de Piacatu	Recuperação e Revitalização de Praças Públicas	840.425,89	63.823,17	904.249,06
326765	Prefeitura Municipal de Pirajuí	Revitalização de Área Degradada e Construção de Ecoparque	979.869,17	199.999,08	1.179.868,25
315522	Prefeitura Municipal de Planalto	Desassoreamento e Revitalização da Lagoa do Mico	995.798,40	151.527,24	1.147.325,64
325603	Prefeitura Municipal de Pontalinda	Reforma e Ampliação da Área Poliesportiva	999.993,64	50.000,00	1.049.993,64
274356	Prefeitura Municipal de Porangaba	Criação de Parque Urbano	998.191,09	49.909,56	1.048.100,65
318275	Prefeitura Municipal de Porto Ferreira	Parque Urbano - Parque do Amanhã	1.000.000,00	607.015,15	1.607.015,15
278949	Prefeitura Municipal de Pradópolis	Implantação de Rede de Distribuição de Água, no Assentamento Horto Guarany	1.000.000,00	200.019,58	1.200.019,58
324107	Prefeitura Municipal de Queiroz	Construção de Centro Cultural	914.642,73	49.191,72	963.834,45
333832	Prefeitura Municipal de Rifaina	Revitalização e ampliação do bosque municipal de Rifaina - Espaço de Integração Social e Ambiental	970.583,17	80.635,73	1.051.218,90
324688	Prefeitura Municipal de Sabino	Reforma do Centro de Convivência do Idoso	190.553,47	9.537,67	200.091,14
24692	Prefeitura Municipal de Sabino	Restauração de Prédio Histórico - Centro Comunitário "Alcides Ortelan"	786.652,37	39.333,20	825.985,57
23974	Prefeitura Municipal de Sagres	Construção Centro de Lazer	341.190,31	50.564,26	391.754,57
30157	Prefeitura Municipal de Sales Oliveira	Pelos Trilhos da Mogiana, nasceu Sales Oliveira	663.040,82	35.435,33	698.476,15
18279	Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Conceição	Reforma e Ampliação da Praça Central Nicanor Sampaio Albers	950.170,12	300.712,08	1.250.882,20
18385	Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo	Implantação de Usina de Reciclagem no município de Santa Cruz do Rio Pardo	965.804,15	265.803,35	1.231.607,50
18387	Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo	Construção de diversas rampas para acessibilidade de pessoas com deficiência, idosos ou mobilidade reduzida	675.593,31	228.021,21	903.614,52
326171	Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes	Revitalização do Parque Municipal Ruy Raphael da Rocha	814.570,12	362.521,73	1.177.091,85
318247	Prefeitura Municipal de Santa Rita do Passa Quatro	Restauração do Museu Histórico e Pedagógico "Zequinha de Abreu"	1.000.000,00	50.000,00	1.050.000,00
318391	Prefeitura Municipal de São Sebastião	Juçara Guarani	87.292,26	5.900,00	13.192,26
331346	Prefeitura Municipal de Sarutaiá	Reforma e Vitalização da Praça Adolfo Ramos da Silva - Praça Central	975.371,36	103.527,90	1.078.899,26
333544	Prefeitura Municipal de Sebastianópolis do Sul	Centro de Integrado de Cidadania e Lazer de Sebastianópolis do Sul	1.000.000,00	50.589,18	1.050.589,18
1326749	Prefeitura Municipal de Serrana	Revitalização do Parque Permanente de Exposição - Expocana	986.506,22	106.979,43	1.093.485,65
1324284	Prefeitura Municipal de Sete Barras	Parque Esportivo e Recreativo de Sete Barras	603.045,95	49.676,81	652.722,76
317429	Prefeitura Municipal de Taiúva	Revitalização da Região do Parque dos Lagos	488.496,96	42.044,32	530.541,28
327437	Prefeitura Municipal de Taquaritinga	Revitalização e Urbanização de Locais de Interesse Turístico e Paisagístico	776.000,00	69.259,31	845.259,31
272980	Prefeitura Municipal de Tietê	Projeto de Revitalização de Espaço Público - Avenida Fernando Costa - Beira Rio	889.996,27	347.715,47	1.237.711,74
318329	Prefeitura Municipal de Torre de Pedra	Construção de Parque Urbano no Município de Torre de Pedra	733.000,00	38.966,12	771.966,12
318382	Prefeitura Municipal de Ubarana	Construção do Centro de Educação Ambiental, Casa de Apoio ao Turista e Recuperação Ambiental do Centro de Lazer "Gentil Moreira" - Prainha Municipal	961.950,03	301.019,48	1.262.969,51
30856	Prefeitura Municipal de Uchôa	Centro de Integração Sociocultural e Ambiental	1.000.000,00	51.252,32	1.051.252,32

325344	Prefeitura Municipal de União Paulista	Centro de Integração da Cidadania de União Paulista	961.858,62	50.000,00	1.011.858,62
15532	Prefeitura Municipal de Valentim Gentil	Revitalização e Ampliação de Infraestrutura no Parque Ecoturístico Municipal Menotti Celeri	765.679,18	50.269,02	815.948,20
259671	Prefeitura Municipal de Viradouro	Preservação e Proteção de Manancial de Captação de Água com Obras de Drenagem, Adequação de Acessibilidade Turística e Paisagística	893.085,68	244.256,96	1.137.342,64
324095	Prefeitura Municipal de Votuporanga	Construção Centro de Lazer	758.665,62	116.398,83	875.064,45
Total			91.652.336,54	13.210.949,37	104.863.285,91

Neste exercício foram concluídos 4 (três) projetos, conforme tabela abaixo:

Conveniente	Finalidade	Valor do Convênio	Valor Do Fid	Contrapartida	Valor Liberado
A.A.C.D. - Associação de Amparo a Criança Deficiente	Projeto Genocao - Treinamento de Cães para Tarefas Simples de Assistência aos Portadores de Distrofias Musculares e Pet-Terapia, Visando Melhorar a Qualidade de Vida dos Pacientes	4.288.139,48	2.764.009,32	1.524.130,16	2.764.009,29
Prefeitura Municipal de Cardoso	Revitalização do Complexo Turístico Leandro Trindade da Silveira	2.752.021,00	2.680.425,94	71.595,06	2.680.425,94
Prefeitura Municipal de Pardinho	Revitalização do Rio Pardo com Implantação do Parque Linear Urbano	2.812.927,59	2.754.834,00	58.093,59	2.754.834,00
Prefeitura Municipal de Catanduva	Projeto: Recuperação e Revitalização do Teatro Municipal Aniz Pachá - Catanduva/SP	2.939.328,69	2.784.641,83	154.686,86	2.784.641,83
Prefeitura Municipal de Sao Joao da Boa Vista	Recuperação da Estação das Artes	2.255.578,13	1.906.529,36	349.048,77	1.848.325,61
TOTAL		15.047.994,89	12.890.440,45	2.157.554,44	12.832.236,67

Recursos financeiros/orçamentários - foram liberados aproximadamente R\$ 15,7 milhões, para os projetos em andamento. Atualmente, o FID conta com um saldo de R\$ 172,3 milhões, sendo R\$ 51,8 milhões para os convênios vigentes e R\$ 121,4 para financiar os 149 novos projetos aprovados pelo conselho gestor do FID referente ao Edital de Chamamento Público nº 1 SJDC/FID/2017.

Programas: Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas – PROVITA/SP: Metas para o ano, conforme Plano de Trabalho: O Objetivo é o de garantir proteção das vítimas e testemunhas coagidas ou expostas à grave ameaça em razão de colaborar com o inquérito policial ou com o processo criminal; atendimento a 120 pessoas, vítimas, testemunhas ameaçadas, bem como aos seus familiares, com realização de entrevistas iniciais, acolhimento, atendimento na rede de proteção - 145 pessoas - até 1/11; Acompanhamento de todos os casos incluídos por decisão do Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas do Estado de São Paulo – CONDEL/SP, bem como acolhimento dos casos para triagem e elaboração de parecer a ser encaminhado ao CONDEL/SP; apresentação das testemunhas em seus diversos procedimentos jurídicos. Realização de encontros familiares. Incentivo a reinserção cidadã, facilitando e incentivando realização de cursos de qualificação ou requalificação profissional; ampliação e capacitação da rede voluntária de proteção; Articulação com instituições estaduais e entidades buscando ampliar a rede de parceiros, buscando atendimento seguro do usuário em diferentes atendimentos - saúde, odontologia, psiquiatria, entre outros; capacitação e treinamento continuado da equipe. Este ano além de capacitações internas, pudemos, sob coordenação da Polícia Militar - Corregedoria - realizar treinamento na área da segurança, buscando aprimorar o atendimento e as ações do programa; fortalecimento do PROVITA/SP e Sistema Nacional de Proteção por meio de intercâmbio, articulação, estudos e sistematização escrita da prática; estudos internos de diferentes temas relativos ao trabalho, a sua dinâmica, procurando o aprimoramento das atividades; fortalecimento das relações com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, mediante cursos a respeito do PROVITA/SP para Magistrados e servidores; fortalecimento das relações com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, mediante grupo de trabalho com vistas a criar protocolo que regulamente o fluxo e normas de serviço referentes ao programa; fortalecimento das relações com a Justiça Federal, mediante curso de capacitação o Tribunal de Justiça - cursos sobre o PROVITA/SP para Magistrados e servidores. Projetos relacionados a Proteção: Protocolo de segurança: estabelecimento de protocolos de segurança institucionalizados, com o fito de melhorar a proteção dos usuários do programa; projeto "local provisório" implantação de equipamento para inicial acolhimento de vítimas e testemunhas em situações urgentes ou de risco acentuado; Projeto RG provisório com dados alterados para protegido e membros da equipe; Projeto Atendimento a casos de Violência doméstica com vistas a interlocução com o Judiciário e Ministério Público no atendimento de casos que não se enquadram nas regras do programa; Projeto Aposentadoria Segura de protegido com nome alterado evitando a supressão de direitos do protegido; Projeto para Oitiva de vítimas por meio de videoconferência, evitando o deslocamento e exposição do protegido, bem como o gasto com escolta e transporte; Projeto de divulgação do programa no sentido de proporcionar a ampliação geográfica de sua área de influência. Melhoria na reinserção social: Educação: Protocolo de atuação para adequada inserção dos protegidos na rede de ensino, em especial a educação universitária: normativa e parceiros estratégicos; moradia: Protocolo de atuação para adequado acesso dos protegidos a programas habitacionais; reinserção laboral: Protocolo de atuação para adequada inserção dos protegidos no mercado de trabalho; Saúde: Protocolo de atuação

para adequada inserção dos protegidos na rede de saúde. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte em São Paulo – PPCAAM - Trata-se de um instrumento de combate à violência letal contra crianças e adolescentes e, excepcionalmente, jovens adultos de até 21 anos. Baseado na proteção integral e nos demais princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Destina-se a situações de risco à vida, haja ou não situação de vulnerabilidade. Público-alvo: Crianças com até 12 anos incompletos Adolescentes com idade até 18 anos e jovens de até 21 anos, se egressos do sistema socioeducativo. Atendimento/Serviços: A inclusão no programa é realizada por equipe técnica executora, após o encaminhamento do caso por um dos seguintes órgãos - Porta de Entrada: Conselho Tutelar, autoridade judiciária competente, Defensoria Pública e Ministério Público - Decreto Estadual nº 58.238, de 20/7/2012. A duração do programa é de até um ano, podendo ser prorrogada em situações excepcionais, e depende da voluntariedade do ameaçado e de anuência dos representantes legais ou da autoridade judiciária competente, quando for o caso. Após a inclusão no programa, o protegido e seus familiares serão acompanhados pela equipe técnica que dará todo o suporte necessário para a adaptação ao novo local de proteção, devendo, em contrapartida respeitar e seguir determinadas regras, sob pena de desligamento. Requisitos para ingresso no Programa: Ser criança - até 12 anos incompletos, adolescente de 12 anos a 18 anos incompletos ou ter até 21 anos, neste último caso desde que egresso do sistema socioeducativo; Não ser possível ou não ser indicada outra medida de menor impacto na vida da criança ou adolescente e a impossibilidade de impedir a coação ou a grave ameaça por outros meios convencionais; Voluntariedade do ameaçado; anuência dos representantes legais do ameaçado ou, na ausência, impossibilidade ou incompatibilidade da anuência, o suprimento pela autoridade judicial competente; não se encontrar o menor em acolhimento institucional em regime de privação da liberdade - internação ou semiliberdade, previstos nos artigos 120 e 121 do ECA; Aceitar as regras impostas para a inclusão do programa. Número de solicitações: Foram realizadas 107 solicitações para avaliação do Programa - dado refere-se a janeiro até 16 de dezembro. Número de protegidos: janeiro - 57 pessoas; fevereiro - 40 pessoas; março - 45 pessoas; abril - 56 pessoas; maio - 57 pessoas; junho - 56 pessoas; julho - 66 pessoas; agosto - 58 pessoas; setembro - 64 pessoas; outubro - 68 pessoas, novembro - 75 pessoas e dezembro - 86. Recursos: Total da Fonte Estadual - 1.400.000,00 e Total da Fonte Federal - 984.900,04, totalizando R\$ 2.384.900,04. Atividades realizadas - Palestra no Centro de Integração de Cidadania – CIC Cajamar - Capacitação de 100 pessoas sobre a estrutura do PPCAAM/SP; Palestra no Centro de Integração de Cidadania - CIC Oeste Jaraguá - Capacitação de 100 pessoas sobre a estrutura do PPCAAM/SP; Lançamento do Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. O Comitê é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Justiça e Cidadania, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e do UNICEF. A articulação entre esses três parceiros tem como objetivo elaborar diagnósticos sobre a questão dos homicídios de adolescentes no Estado, definir indicadores e fomentar políticas públicas intersetoriais voltadas à prevenção de homicídios de adolescentes no Estado de São Paulo; Palestra na Câmara Municipal de Santana do Parnaíba, com articulação do Centro de Integração de Cidadania – CIC Cajamar e Pirapora do Bom Jesus - Capacitação de 50 pessoas sobre a estrutura do PPCAAM/SP; capacitação para magistrados e servidores - Escola Paulista da Magistratura – EPM - Tema: Aspectos práticos e atuais desafios do CRAVI/SP, PPCAAM/SP e PROVITA/SP enquanto programas de proteção e apoio as vítimas e testemunhas do Estado de São Paulo. Quantidade: 400 pessoas capacitadas na modalidade presencial e a distância. Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI: Desde sua inauguração, até dezembro, o CRAVI realizou 40.271 atendimentos. De janeiro a dezembro realizou 2.476 triagens, acolhimentos e atendimentos. O número é considerado um recorde para o período e foi alavancado por conta dos atendimentos realizados também na Escola Estadual Raul Brasil. Ações de cidadania - No mesmo período o programa realizou seis Oficinas Temáticas, capacitando mais de novecentos profissionais e estudantes. Além das Oficinas Temáticas, o CRAVI realizou também capacitações externas e palestras em instituições, capacitando mais de quinhentas pessoas.

Título e local da capacitação	Número de participantes
Como compreender a violência doméstica nos dias atuais – Centro de Referência do Idoso (CRI/LESTE)	36
Como compreender a violência doméstica nos dias atuais – Hospital Penitenciário	14
A Experiência dos Profissionais da Psicologia na Tragédia de Suzano – Universidade São Judas Tadeu	114
Vítimas da violência: a experiência do CRAVI – COGEAE (PUC).	20
Capacitação da Equipe na Secretaria da Mulher de Barueri	07
Capacitação do CRAVI no CIC Oeste	58
Apresentação do CRAVI na Diretoria Regional de Ensino (Jaçaná e Tremembé).	28
Apresentação do CRAVI, PPCAAM e PROVITA, na Câmara Municipal de Santana do Parnaíba: “Atuação dos Programas de Proteção e Apoio à Vítima”	52
Apresentação do CRAVI na Universidade de Mogi das Cruzes: “Atuação do CRAVI na tragédia de Suzano”	29
Palestra na EMEF José Honório Rodrigues: “Depressão, Bullying e Cyberbullying”	103
Stand do CRAVI no II Encontro “Dialogando sobre a REDE Protetiva da Zona Norte” no CEU Jaçaná.	40
Apresentação do CRAVI – Escola Paulista de Magistratura.	400
Apresentação do CRAVI para alunos do Alberti Einstein.	12
Total	913

No mês de julho, realizou o Seminário de 21 anos do programa. Dividido em três módulos, o evento contou com a presença de 288 profissionais e estudantes da rede socioassistencial. Desta forma, capacitou, por meio de suas ações de cidadania, mais de 2.213 pessoas. Atendimentos de vítimas de violência doméstica - audiências de custódia: Desde 2016, o CRAVI realiza, por meio de uma parceria firmada entre a Secretaria e o Tribunal de Justiça, o atendimento e orientação de vítimas de violência doméstica cujos autores estiveram presentes em audiências de custódia realizadas no Fórum Criminal da Barra Funda. No período de janeiro a dezembro foram realizados 914 atendimentos e orientações às vítimas de violência doméstica. Observou-se um aumento considerável no número de casos recebidos, levando o programa a bater um recorde de 108 atendimentos em um único mês - março. Tal número nunca havia sido alcançado desde o início da parceria, em setembro de 2016. Atendimentos realizados na Escola Estadual Prof. Raul Brasil, em Suzano: Também desempenhou suas atividades de acolhimento e atendimento para às vítimas da tragédia da escola Raul Brasil, em Suzano, desde o dia do ocorrido até o dia 25 de junho, data da finalização dos trabalhos do programa junto à

comunidade escolar, foram realizados 572 atendimentos individuais e em rodas de conversa para alunos, funcionários, pais e professores. Os profissionais participaram também de 17 reuniões técnicas junto aos representantes das Secretarias da Educação e Saúde, bem como representantes da Defensoria Pública e organizações não governamentais. Ao todo, foram realizados 29 plantões em período integral na escola entre o período de março e junho. Também foram realizados atendimento em outras emergências ocorridas. Em agosto, diante da tentativa de suicídio de dois adolescentes na Escola Estadual Rocca Dordall, sendo uma delas consumada, realizou 2 atendimentos de grupos e 10 atendimentos individuais, totalizando o atendimento de 120 pessoas. Em Paraisópolis, por sua vez, onde nove pessoas foram mortas devido ao pisoteamento ocorrido no baile funk realizado na madrugada do dia primeiro de dezembro, foram atendidas, até o momento, 26 pessoas. Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, instituído o Decreto Estadual 54.101/2009, com o nome de “Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, teve sua denominação alterada pelo Decreto Estadual nº 60.047/2014 para “Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, tem por finalidade: promover ações de prevenção, apoio à repressão e à responsabilização ao tráfico de pessoas; garantir a orientação e o atendimento adequado às vítimas desta prática criminosa e aos seus familiares; ser uma fonte de informações técnicas para profissionais e ativistas das áreas de segurança pública e de promoção e defesa de direitos humanos. O Programa é desenvolvido pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que conta com uma equipe operacional e atua por meio do recebimento de denúncias e sob demanda dos Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Estadual e Regionais, Comitê Estadual para Refugiados – CER/SP e Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/SP. Palestras, Debates e Ações: Os meios empregados são: campanhas, palestras, simpósios, seminários e rodas de conversa nas comunidades, escolas e faculdades - públicas e privadas: Relato em mesa de abertura no Seminário do Observatório das Migrações: Migrações Venezuelanas - Museu da Imigração do Estado de São Paulo; participação em Mesa Redonda com especialistas e representantes governamentais e de organizações da sociedade civil para discutir os desafios no combate ao tráfico de pessoas no Brasil - Consulado dos Estados Unidos; palestra sobre Tráfico de Pessoas e de Drogas para o Conselho Penitenciário do Estado da SAP, advogados e estudantes do Direito; palestra sobre tráfico de pessoas para aeroportuários do Aeroporto de Viracopos no evento “Liberdade no Ar” - Campinas/SP; palestra sobre Direito Migratório face a mobilidade de pessoas com abordagem do Tráfico de Pessoas no 1º Seminário na Faculdade Zumbi dos Palmares; palestra na II Oficina de Troca de Experiências sobre Acolhimento no marco do programa de Interiorização; Apresentação sobre o NETP-SP após reestruturação na reunião da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - Brasília/DF; participação em oficinas para construção do Fluxo Nacional de Atendimento ao Trabalhador Resgatado - Organização Internacional do Trabalho e Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - Brasília/DF; palestra para migrantes estrangeiros capacitados pelo Programa Tecendo Sonhos da Aliança Empreendedora; participação em Roda de Conversa sobre Tráfico de Pessoas - Justiça Federal da 3ª Região, Auditório do TRF3; apoio na realização do evento “Tráfico de Pessoas, um crime cibernético” da ASBRAD e participação como Moderador em Mesa de Debate sobre Aliciamento pela Internet com o Poder Público Federal e Estadual - Auditório da Secretaria da Justiça e Cidadania; Ação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal com abordagem e sensibilização ao Tráfico de Pessoas em rodovia próxima ao Aeroporto de Guarulhos; Palestra sobre Tráfico de Pessoas para servidores do poder público municipal de Guarulhos, da assistência social e da saúde; Palestra para candidatos à conselheiros tutelares no CIC Oeste; Apoio técnico e palestra na Capacitação Projeto “Atenção Brasil” - Assistência às vítimas de Tráfico de Pessoas para rede de assistência - Auditório da Secretaria da Justiça; Apoio técnico na Capacitação Projeto “Atenção Brasil” - Tráfico de Pessoas para operadores do Direito; Palestra no 2º Congresso Internacional de Direito da Saúde “Medicina do futuro e aos marcos internacionais dos direitos humanos” - Santos - UNISANTA; Palestra no Encontro sobre Tráfico de Mulheres na Baixada Santista – UNIFESP/Santos; palestra no evento “Violações de Direitos Fundamentais, com ênfase em violência contra as mulheres” - Câmara Municipal de Cubatão. Ações de Enfrentamento: O enfrentamento acontece por meio de ações planejadas de forças-tarefa interinstitucionais decorrentes de denúncias encaminhadas a esta Secretaria da Justiça e Cidadania, articuladas pelo contando com a participação efetiva e exitosa das Polícias Federal, Civil e Militar, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Estado de São Paulo, Auditores Fiscais do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo e Organizações da Sociedade Civil. É protagonista e participa ativamente da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça, composta por Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante de todo o país, com os quais contamos com a efetiva colaboração em casos que envolvem cidadãos de outros estados. NETP abriu 36 expedientes de denúncias de possíveis casos de tráfico de pessoas, trabalho análogo ao de escravo, adoção ilegal, exploração laboral da prostituição, exploração sexual. Monitoramento dos seguintes casos: Exploração Laboral da Prostituição: 2 casos, 14 vítimas; Trabalho em Condição Análoga à de Escravo: 23 casos, aproximadamente 62 vítimas; Adoção Ilegal: 1 caso; 3 vítimas; Exploração Sexual Infantil, Trabalho Infantil: 3 caso; 6 vítimas; Tráfico de Pessoas – sem modalidade definida: 2 casos; 2 vítimas; Contrabando de Migrantes: 1 caso; 5 vítimas; Sequestro: 2 casos, 2 vítimas; Desaparecimento: 3 casos, 3 vítimas; 11 Forças-tarefa foram articuladas e contaram a efetiva participação do NETP. Casos mais relevantes: 13 de julho - Articulou, em conjunto com o Ministério de Relações Exteriores, Embaixada do Brasil em Nova Delhi na Índia, Polícia Federal, CRAVI, Ministério Público de São Paulo - Promotorias de Justiça de Guarulhos e Jacareí e com o Conselho Tutelar e Vara da Infância da Comarca de Guarulhos, uma Ação de Resgate, Repatriamento e Acolhimento de uma adolescente brasileira de 16 anos. A menor tem residência no interior de São Paulo e foi aliciada por meio de redes sociais para visitar a Índia e supostamente trabalhar como modelo; 3 de outubro - A partir de uma denúncia recebida pelo Núcleo de Inteligência da Polícia Federal e confirmação da existência do local mencionado, o Ministério Público do Trabalho acionou a rede de proteção para o resgate dos menores. No local, foram constatadas as informações e a prática de tráfico de pessoas, já que uma das menores foi trazida de Manaus. As menores eram mantidas em condições análogas à de escravo para fins de exploração sexual forçada. Responsabilizou-se pelo abrigamento das vítimas junto à Vara da Infância e Juventude e o Conselho Tutelar e pelo recâmbio da menor traficada para o estado de origem da sua família; 21 de outubro – Foi acionado pelo Ministério Público do Trabalho e articulou força-tarefa em uma serraria em Biritiba-Mirim. A denúncia era de que trabalhadores paraguaios estavam submetidos à trabalho em condições análogas à escravidão, incluído um menor de idade. Articulou o transporte e abrigo da vítima que denunciou o crime após ter parte do dedo amputada em acidente de trabalho; 31 de outubro - A Polícia Federal desarticulou e prendeu uma quadrilha internacional responsável por tráfico de pessoas e contrabando de migrantes. Os criminosos mantinham um esquema intercontinental de tráfico de pessoas e os migrantes eram submetidos a maus tratos até a chegada ao seu destino, os Estados Unidos. Participou da força-tarefa

abrigando 5 vítimas da quadrilha, migrantes bengaleses, e providenciou a regularização migratória destes junto ao Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE; 11 de novembro - Atuou em uma operação emergencial da Polícia Federal e do Ministério Público do Trabalho – MPT para o resgate de 2 migrantes equatorianas, incluindo uma menor de idade, vítimas de tráfico internacional de pessoas submetidas à exploração laboral e cárcere privado em uma oficina de costura em São Paulo. Providenciou o abrigo seguro das vítimas, condução e recâmbio para o Equador, em efetiva parceria com o Consulado do Equador. Iniciou este ano a retomada das atividades dos Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, inicialmente com os de Santos, Campinas, Guarulhos, Sorocaba e São José dos Campos. Até o final de 2020 o planejamento é de reativação de 15 comitês nas principais regiões do Estado de São Paulo.

Mediação de Conflitos e Comissões Processantes - Mediação de Conflitos de Direitos Humanos afetos aos casos de preconceito racial, homofobia e aos portadores de HIV. A mediação é um meio de pacificação de conflitos que é aplicado aos expedientes pré-processuais - casos em que não houve a instauração de processo administrativo relativos às denúncias de discriminação racial, homofobia e aos portadores de HIV. Busca-se nesse meio alternativo de conflito a intervenção de um mediador, cuja atuação deverá ser neutra e imparcial, a fim de facilitar o diálogo entre as partes envolvidas, com vistas à pacificação social. Esta Pasta identificou nas mediações de conflito um modo de humanizar o atendimento das denúncias de discriminação, bem como combater todas as formas de preconceito, promover a cultura da paz e fomentar o caráter educativo de normas de proteção de Direitos Humanos. Diante da celebração de termo de Convênio entre Secretaria e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornou-se possível a criação de uma estrutura de mediação de conflitos com vistas à adoção de práticas de enfrentamento às condutas discriminatórias, de conscientização e de sensibilização. Apresentação do balanço das audiências realizadas: Número de Processos: Discriminação Étnico-racial - 12; discriminação Orientação sexual - 26; Total 38. Número de Sessões de Mediação: Discriminação Étnico-racial - 15; Discriminação Orientação sexual - 37; total 38. Resultado das Sessões de Mediação: Frutífera - 17, Infrutífera - 9, Prejudicada - 11, Redesignada - 15, Total 52. Resultado das Sessões de Mediação por Tema - Discriminação Étnico-racial: Frutífera - 4, Infrutífera - 1, Prejudicada - 4, Redesignada - 6, Total 15. Discriminação Orientação sexual: Frutífera - 13, Infrutífera - 8, Prejudicada - 7, Redesignada - 9, total 37. Comissões Processantes: 8.2.1. Homofobia - Lei nº 10.948/2001: - Processos instaurados: - 17, total geral 416. Decisões: Absolvição - 163, Condenação/Advertência - 127, Condenação - Multa de 1000 UFESP'S -22, Condenação - Multa de 3000 UFESP'S - 2, Condenação - Multa de 5000 UFESP'S - 1, Extinção de Processos s/Mérito - 21, Extinção de Processos c/Mérito - 3, Extinção do Processo pela Prescrição - 11, Corregedoria Própria - 13, não enquadramento da Lei n. 10.948/2001 - 1, acordo - 1, suspensos - 3,eExtinto - Litispendência Proc. 00356/2011 - 1, Arquivamento por morte - 6, Arquivado - 1, Anulado por Decisão Judicial - 1, em andamento - 54. HIV - Lei nº 11.199/2002: Processos instaurados: - 1, total geral 10. Decisões: Absolvição - 5, Condenação - Multa de 10.000 UFESP'S - 2, Corregedoria Própria - 1, Em Andamento - 2. Nota: Um mesmo processo por ter mais de um resultado quando há mais de um réu. Essa situação faz com que a soma das decisões ultrapasse o número de processos Racial - Lei nº 14.187/2010: Processos instaurados: - 4 total geral 4. Decisões: Absolvição - 35, Condenação/Advertência - 39, Condenação - Multa de 500 UFESP'S - 20, Condenação - Multa de 1000 UFESP'S - 11, Condenação - Multa de 2000 UFESP'S - 1, Condenação - Multa de 3000 UFESP'S - 12, Decisão - Fase Recursal - 29, Extinto por Litispendência - 1, Suspensos - 4, Arquivamento por morte - 2, Encerrados - 73, em andamento - 103.

Grupo de Planejamento e Fiscalização de Obras e Serviços - GPFOS tem por escopo garantir o acesso à Justiça requer instalações adequadas, além de conforto e segurança. As obras acompanhadas pelo GPFOS têm como objetivo garantir o conforto ambiental das edificações forenses, promovendo ainda um espaço totalmente acessível à população que necessita dos serviços prestados pelos judiciários locais. Obras concluídas: Acessibilidade - 6: Fóruns de Cafelândia, Lorena, Registro, Taquaritinga, Taubaté Cível e Taubaté Criminal. Obras em andamento: Construção - 2: Fórum de Rio Claro e Fórum de Caraguatatuba; Acesso viário - 1: Fórum de Mirandópolis; Acessibilidade - 5: Fóruns de Candido Mota, Diadema, Indaiatuba, Itu e Itapeçerica da Serra. Obras paralisadas: Construção - 4: Fórum de Boituva- processo licitatório concluído; Fórum de Francisco Morato - Contratos Rescindidos; Osasco e Jacareí - Convênios não renovados. Foi investido no ano de 2019 para obras de Fóruns o valor aproximado de R\$ 6.600.000,00.

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP - Ações de Regularização Fundiária: Programa de Regularização Fundiária Urbana e Rural, até meados de novembro, foram cadastradas e levantadas cerca de 3.204 unidades imobiliárias e entregues 3.169 títulos de propriedade e/ou domínio, de legitimação fundiária e de legitimação de posse, a previsão é que ultrapasse os 5 mil títulos. O programa é executado pela Fundação ITESP em parceria com Prefeituras e Procuradoria Geral do Estado. No momento, há 109 parcerias em andamento com Prefeituras - 88 convênios e 21 protocolos de intenções, englobando mais de 75 mil imóveis. Foram assinados 28 convênios, 55 aditamentos de convênios e 4 protocolos de intenções. Em razão da continuidade do contrato com o Centro Paula Souza, foram retificadas as matrículas de 6 imóveis nos municípios de Dracena, Votuporanga, Penápolis, Santa Cruz do Rio Pardo e Rancharia, com área total de 568,3849 hectares. Além disso, em razão de contrato com a Fundação Florestal, foi entregue o trabalho de georreferenciamento da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, em uma área de 2.249,6 hectares, bem como dos talhões de eucalipto internos. Ainda em contrato com a Fundação Florestal, foram concluídos os levantamentos georreferenciados dos Parques Estaduais Campos do Jordão, com área de 8.176,3859 hectares, e Mananciais de Campos do Jordão, com área de 503,0651 hectares. Também foram entregues os trabalhos de avaliação da Fazenda Santa Carlota em Cajuru, para fins de desapropriação e criação de nova Unidade de Conservação. Por fim, foram iniciados trabalhos técnicos para regularização urbana em bairros de Pindamonhangaba, nas áreas da antiga FEPASA em Araçatuba e para regularização de imóveis rurais no município de Nhandeara. Georreferenciamento de Assentamentos e Quilombos Estaduais foram finalizados os trabalhos técnicos - plantas e relatórios jurídicos visando a confecção dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação de Comunidades Quilombolas – RITD de Sapatu no município de Eldorado, com área de 3.711,62 hectares. Também foram dadas continuidades nos trabalhos de levantamento georreferenciado do Assentamento Gleba XV de Novembro em Rosana e Euclides da Cunha Paulista e do Assentamento Pirituba, em Itapeva. Atuação conjunta com a Procuradoria Geral do Estado para instrução de ações discriminatórias e elaboração de planos gerais de legitimação de posses em terras devolutas estaduais, foram desenvolvidos trabalhos no Projeto Fotocadastro que levantaram cerca de 6.500 mil hectares no total nos municípios de Apiaí, Guapiara, Ribeirão Branco, englobando terras devolutas municipais e

estaduais - tituladas e não tituladas no 12º, 14º e 49º Perímetros de Apiaí, 3º, 7º e 9º de Capão Bonito. Além disso, mais de 4.000 hectares foram georreferenciados visando a regularização naqueles municípios. Em razão de nomeação judicial, foram realizados trabalhos demarcatórios em 5.763,6835 hectares de terras devolutas e particulares do 41º Perímetro de Apiaí. Por fim, cumpre destacar que em 2019, foram elaborados materiais técnicos - plantas e memoriais descritivos - necessários ao registro da Carta de Sentença do 2º Perímetro de São Sebastião o que resultou na abertura de matrículas para 7 glebas englobando um área de 4.186,2262 hectares, e posterior lavratura de convenção administrativa que transmitiu ao município de São Sebastião 10 glebas com 772,6851 hectares para fins de regularização fundiária urbana, remanescendo ao Estado 7 glebas em 3.413,5411 hectares, na sua maior porção inserida no Parque Estadual da Serra do Mar. Regularização Fundiária de imóveis rurais da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo - Pontal do Paranapanema com fundamento na Lei Estadual nº 11.600/2003, alterada pela Lei Estadual nº 14.750/2012, foram deferidos os pedidos de regularização de posse de 2 imóveis, que totalizaram 764,7059 hectares e foram expedidos 5 TCDs – Termos de Consolidação de Domínio totalizando 1.120,7372 hectares. Ao todo, desde a entrada em vigência da Lei Estadual nº 14.750/2012, foram protocolizados 97 pedidos, que somam 22.304,6450 hectares. Regularização Fundiária de imóveis rurais da Região Administrativa de Registro e de Itapeva - Vale do Ribeira e Alto Vale com fundamento na Lei Estadual nº 16.475/2017, além de atendimento de 100 solicitações para instrução de pedidos de regularização, foram protocolados 22 processos relativos a pequenos imóveis, que somam cerca de 600,00 hectares. Foram expedidos os dois primeiros títulos no município de Registro. Acompanhamento de Projeto de Lei para alteração do art. 9º da Lei Estadual 4.925/1985, visando ampliar as possibilidades de acordo para áreas objeto de ação reivindicatória, com a publicação da Lei Estadual nº 16.514, de 1º de setembro de 2017, foi elaborado o anteprojeto de decreto regulamentador, o qual foi submetido à análise superior com vistas ao encaminhamento à Secretaria da Justiça e Cidadania e da Procuradoria Geral do Estado. A Procuradoria Geral do Estado fez a análise e alguns apontamentos para a melhoria do projeto, que hora está em revisão e complementação pela Fundação Itesp. Ações de Desenvolvimento de Assentamentos e Quilombos: Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, prestação de assistência técnica e extensão rural a 7.132 famílias de trabalhadores rurais instaladas em 140 assentamentos de domínio estadual, a 3.587 famílias de trabalhadores rurais instaladas em 39 assentamentos de domínio federal, através da chamada pública e a 1.445 famílias remanescentes de quilombos pertencentes a 36 comunidades reconhecidas. Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, é feito por meio do GAD – Gestão de Ater para o Desenvolvimento, Prestar os serviços de ATER objetivando o desenvolvimento sustentável das comunidades de agricultores assentados e quilombolas, com foco na produção e sua comercialização, gerando trabalho, renda e cidadania, com auxílio para satisfação das necessidades de acesso à moradia, saneamento básico, saúde, transporte, lazer, educação, tendo como ferramenta o SIAT – Sistema de ATER que conta hoje com aproximadamente 10.000 atendimentos à produtores rurais assentados. Criação do Programa Cultivando Negócios, a Fundação Itesp idealizou o Programa Cultivando Negócios, plataforma eletrônica para aproximar os pequenos produtores rurais paulistas e os compradores, visando facilitar e estimular negócios diretos. Institui-se um programa que servirá de instrumento para fortalecer a política agrária no estado, e que proporcionará a comercialização direta dos produtos da agricultura familiar, e aproximando o produtor rural do comprador. Cujo cadastramento de produtores e compradores ultrapassam hoje o nº de 350 cadastramentos efetivos. Para fortalecer a execução do programa, as pessoas jurídicas que participarem do Programa, por meio da aquisição dos produtos da agricultura familiar, receberão do Governo do Estado de São Paulo o “Selo de Cidadania – Fortalecendo os Negócios no Campo” que reconhece a contribuição das empresas ao desenvolvimento da produção agropecuária paulista. Até o momento o levantamento da comercialização em 5.488 famílias atingiu o valor de R\$ 234.275.943,81, a previsão é que ultrapasse os 300 milhões de reais. Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, os resultados do PPAIS, em valores são expressivos e tendem a crescer ainda mais em 2020, só neste ano o programa movimentou mais de 10 milhões, 314 chamadas públicas em 2019, foram fortalecidas as ações para inserção de cooperativas do centro do Estado no Subprograma PPAIS Leite e Derivados, além da Secretaria da Educação com as escolas do Vale do Ribeira, em consonância do Programa Vale do Futuro. Programa Vale do Futuro. Por meio da Fundação Itesp, participou ativamente na elaboração do projeto no Vale do Ribeira, e estará inserida no Vale do Futuro com programas como o Cultivando Negócios, Programa de Regularização Fundiária Urbana e Rural e com Circuito Quilombola Paulista. Realização de 10 audiências Públicas para tratar da proposta de alteração da Lei nº 4.957/1985, que dispõe sobre os planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários para criar oportunidades de trabalho e de progresso social e econômico aos pequenos produtores rurais. A proposta foi discutida e aprovada em todas as regiões que possuem assentamentos estaduais, para a outorga de título definitivo dos lotes rurais. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema – FUNDESPAR. Foram assinados 17 convênios do FUNDESPAR entre a Secretaria e Fundação Itesp com repasse de R\$ 1.634.405,21 e 13 convênios dos municípios do Pontal do Paranapanema com repasse R\$ 1.474.404,82, somados chegam a mais de R\$ 3.1 milhões. Campanha de vacinação contra a febre amarela por meio das Secretarias da Saúde e da Justiça no Vale do Ribeira, um termo de cooperação técnica foi firmado entre a Secretaria da Justiça e Cidadania, por meio da Fundação Itesp, e a Secretaria da Saúde para promover ações de prevenção contra a febre amarela em assentamentos e comunidades quilombolas. Os órgãos estaduais realizaram o planejamento com os municípios do Vale do Ribeira para definição das ações, que se concentraram nas comunidades quilombolas da região, que registram os 12 casos de febre amarela confirmados em São Paulo neste ano. O Itesp contribuiu na criação de uma interface entre as comunidades e a Secretaria da Saúde, bem como na organização dos encontros de planejamento, acompanhamento das atividades e resultados. Essa ação resultou na vacinação de 80% da população nas comunidades quilombolas. Parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, o Programa de Cooperação Técnico-Educacional que instala Classes Descentralizadas de Cursos Técnicos Profissionalizantes em Assentamentos Rurais Estaduais. Houve a formatura de 80 alunos do curso técnico em Agronegócio nos Assentamentos Santa Zélia em Teodoro Sampaio e Gleba XV de novembro em Rosana. Nos mesmos assentamentos, teve início, em agosto, o curso técnico em Agropecuária com 40 alunos matriculados cada um. E no Assentamento Haroldina, de Mirante do Paranapanema, em fevereiro se iniciou a turma do curso técnico em Agronegócio, igualmente com 40 alunos. Desde 2010, início da parceria, já foram formados 337 estudantes. Políticas de Combate à Pobreza, Programa Renda Cidadã: São 539 famílias assentadas e quilombolas ativas neste Programa estadual de transferência de renda que promove ações complementares e concede apoio financeiro direto às famílias, com objetivo de promover o desenvolvimento, a autonomia e a melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiadas, deste total, 217 famílias foram incluídas neste ano. Caderneta de Campo, foi realizado o levantamento estatístico, de caráter censitário, de dados socioeconômicos e de produção agropecuária dos lotes situados nos assentamentos rurais estaduais, referentes à safra 2017/2018. Inseridos em sistema de

informática próprio, os dados foram submetidos à análise crítica, a fim de corrigir eventuais incongruências existentes nos dados coletados em campo e assegurar a consistência da pesquisa. Emissão de Contratos de Concessão de Uso foram emitidos os primeiros 35 Contratos de Concessão de Uso aos beneficiários dos planos públicos que passaram à etapa definitiva de exploração dos lotes. Com isso, o produtor fica habilitado a firmar parceria com seus agregados e obter DAPs adicionais para a unidade produtiva, ampliando o acesso a crédito do núcleo familiar. Emissão de Termos de Permissão de Uso, foram outorgados a permissões de uso de 676 lotes de planos públicos, através dos Termos de Permissão de Uso, emitidos às famílias de trabalhadores rurais que exploram as áreas. Pedidos de Inscrição de Beneficiários no Programa Nacional da Reforma Agrária foram encaminhados ao Inca 227 pedidos de homologação de famílias assentadas no Sipra - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária, para que passem à condição de beneficiária do Programa Nacional de Reforma Agrária e tenham acesso às políticas públicas destinadas a esse público. Abastecimento de Água e Saneamento compreende a perfuração de poço tubular profundo e a implantação de reservatório de água, cumprindo os requisitos para outorga de uso e a instalação de fossas sépticas, foram entregues 4 poços na região Sudeste, 5 poços estão em fase de conclusão em três novos assentamentos do Pontal do Paranapanema e início da manutenção de mais 2 poços em assentamentos estaduais nos municípios de Araraquara e São Simão, dentro de convênio firmado com o FID, para construção de 690 fossas sépticas em Assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, foi instruído o processo para contratação das últimas 371 fossas e foi aprovado, o projeto para construção de mais 194 fossas sépticas em 3 Assentamentos, nos municípios de Euclides da Cunha, Teodoro Sampaio e Pradópolis entrega do serviço de recuperação e reforço de barragem de um açude que estava rompido há muitos anos no Assentamento Nossa Terra, no município de Batatais. com recursos do convênio com o Fundo de Interesses Difusos - FID. Construção e Reforma de Infraestruturas em assentamentos e quilombos. Melhoria na infraestrutura de assentamentos e quilombos atendidos pela Fundação Itesp, construções e reforma das sedes, casas, galpões, barracões, cozinhas, telhados e centro de digitais nas comunidades. Foram contratados os serviços para a construção de um barracão para armazenamento de produção, em assentamento no município de Sumaré. Em uma segunda etapa deste convênio será contratada a instalação de uma câmara fria neste barracão. Contratados também os serviços para adequação/reforma de duas salas descentralizadas do Centro Paula Souza, nos municípios de Teodoro Sampaio e Rosana. Assinados dois convênios com o FUNDESPAR - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema, para a reforma da casa sede do Ass. Maturi em Caiuá e da edificação onde funciona o centro digital, no Ass. Nova do Pontal em Rosana. Entrega do projeto para a construção de uma ponte na Comunidade Quilombola de Nhunguara, dentro do convênio com a Fundação Florestal, que cederá a madeira necessária e com o município de Eldorado, que será responsável pela execução obra. Meio Ambiente Programa Nascentes, desenvolvimento sustentável dos assentamentos do Estado de São Paulo, foram celebradas parcerias para recomposição florestal no total de 901,31 ha.

A *Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON-SP* desempenhou suas atribuições, por meio de ações preventivas e corretivas no mercado de consumo, através de inúmeras intervenções diretas, no âmbito coletivo, tanto em discussões, como na aplicação de sanções ou ações educativas sobre temas de grande impacto na sociedade. Atuou ativamente da defesa do consumidor na área de educação ao Consumidor, criando a Escola de Proteção e Defesa do Consumidor dinamizando Cursos e Palestras visando o levar conhecimento a todos os atores do mercado de consumo, fornecedor e consumidor para equilíbrio e respeito nas relações, reduzindo os conflitos. Ainda na área da comunicação criou-se a TVPROCON e os PODCAST, que leva a população informações relevantes sobre os direitos e deveres na relação de consumo, através de matéria jornalística, entrevistas e dicas também objetivando a elevação do conhecimento. Também reformulou seu site, tornando a navegação mais amigável, mais ágil e moderna, para que os serviços sejam mais facilmente acionados e o conteúdo mais acessível. Criado o canal de denúncias, via internet - Site, de maus tratos de animais no comércio, facilitando para que as informações de irregularidades cheguem com mais rapidez e as providências possam ser tomadas em menor tempo e com efetividade. A reformulação do sistema de cadastro e denúncias dos inoportunos telefonemas de telemarketing, que também ganhou novo nome, “Não me Ligue”, trouxe uma maior dinâmica nesta prestação de serviço, elevando em muito o número de consumidores cadastrados. Em ação direta com os fornecedores foram assinados mais de 40 termos de cooperação com empresas de diversos setores, os mais reclamados, como telecomunicações, sistema financeiro, comércio eletrônico, entre outros, com o objetivo de redução do tempo de atendimento das reclamações e melhora nos índices de soluções dos problemas. A Diretoria de Atendimento e Orientação ao Consumidor – DAOC, entre janeiro e novembro, contabilizou no total, 376.956 atendimentos, os postos de atendimento presencial efetuaram 99.579 atendimentos - 26,4% e o atendimento à distância registrou 277.377 atendimentos 73,6% realizados no período. Destacam-se as seguintes realizações: redução no Tempo de tramitação das CIPs - Cartas De Informações Preliminares, houve redução do tempo de tramitação das CIPs, passando de uma média de 70,4 dias em 2018 para 48,7 dias na média. Destacamos que Operação de atendimento especial no Sistema Integrado: “Black Friday”. Aumento na quantidade de CIPs emitidas, passando de um total no ano de 2018 de 130.724, para 191.575; em outubro foi emitida a maior quantidade de CIPs em um mês - 20.376 CIPs. 52 reuniões realizadas com os fornecedores mais demandados dos mais variados segmentos para ajustes de procedimentos, aumento nos percentuais de solução e diminuição das demandas. Monitoramento das demandas e encaminhamento de ofícios a diversos órgãos - MPSP, MPF, Defensoria Pública, Agências Reguladoras, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal, Delegacias de Polícia, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Comitê Gestor da Internet, totalizando 54 Ofícios e 344 encaminhamentos, atendimento nas redes sociais; 18.726 atendimentos pelas redes sociais - Facebook, Twitter e Instagram. Lista Evite Esses Sites, monitoramento existe desde julho/2011 e em 2019 relaciona 307 sites não recomendados. Atendimento pelo 151 foi mantido de modo automatizado para algumas informações básicas - URA, facilitando o atendimento de 2.650 demandas por mês. Plataforma consumidor.gov.br, até novembro, 195.950 atendimentos de consumidores paulistas foram registrados neste canal. A Fundação PROCON-SP também analisa pedidos de recusa e cancelamento das reclamações, por parte das empresas, considerando as regras de uso da plataforma. No período de janeiro a novembro foram realizadas cerca de 17.701 interações deste tipo. Medidas para melhoria da qualidade do atendimento nos postos presenciais: Implantação do Sistema Integrado nos Postos de Atendimento Presencial, Treinamento e habilitação de fornecedores na plataforma do Sistema Integrado. Ações de Orientação da DAOC: Carnaul, Aeroportos Congonhas e Guarulhos, Black Friday em estações do Metrô e CPTM e Shoppings Incremento da ferramenta CIP Eletrônica: que proporciona celeridade, diminuição de custos, gerenciamento por parte do fornecedor de suas demandas, passando de um total de 357 empresas habilitadas em 2018, para 388 até novembro. Pedidos de Esclarecimentos Preliminares: 153 sobre diversas atitudes das empresas no mercado de consumo. Fiscalização: A Diretoria de Fiscalização no período de janeiro a novembro, efetuados em 27.551 atos

fiscalizatórios, tendo sido lavrados 6.730 autos de infração, compreendidas as campanhas vinculadas às Leis Estaduais nº 13.541/2009 - Lei Antifumo e 14.592/11 - Lei Anti-álcool para menores e as demais operações anuais, megaoperações e diligências especiais. Foram realizadas, ainda, Operações destacadas abaixo: Operação Fast Food, em restaurantes das praças de alimentação - fiscalizados 69 restaurantes em apenas dois dias, encontradas irregularidades em mais de 50%. Operação Black Friday Lojas Físicas, fiscalizou 41 grandes lojas do comércio na cidade de São Paulo, inclusive durante a madrugada foram encontradas irregularidades em mais de 80% dos estabelecimentos. Operação Espetáculo - principais eventos e shows na cidade, inclusive jogos da Copa América Brasil 2019 de Futebol - verificação de alvarás de funcionamento e do corpo de bombeiros válidos, validade dos alimentos fornecidos, produtos com informação de preço etc. Operação de Olho no Mercado - no Dia Internacional do Consumidor, 100% dos supermercados fiscalizados descumpriram ofertas. Operação Afrodite - dia Internacional da Mulher - fiscalização de salões de beleza, visando a saúde das consumidoras, em mais de 60% dos salões fiscalizados utilizavam produtos vencidos nos serviços oferecidos, pela Equipe Externa de Fiscalização - compreendidas as atividades de operações, combustíveis e denúncias foram realizados 3.222 atos fiscalizatórios, sendo lavrados 1.425 autos de constatações. Municípios com fiscalização e agentes fiscais credenciados. Em novembro do ano corrente, contabilizamos 55 municípios com fiscalização e 117 agentes fiscais conveniados para atuação no Interior, sendo que, em 2019, foram lavrados por eles 425 Autos de Infração. A equipe responsável pela orientação e atendimento aos fiscais conveniados e dos Núcleos Regionais realizaram, no período de janeiro a dezembro, 592 atendimentos telefônicos e 2.850 atendimentos por e-mail, quanto ao Monitoramento de Recalls. Foram abertas 152 Averiguações Preliminares para notificação, análise e acompanhamento das campanhas de “recall” publicadas, todas incluídas no banco de dados mantido pela Fundação PROCON-SP. No ano foram instauradas 667 averiguações e lavrados 289 autos de infração. Diretoria de Relações Institucionais – DRI, responsável, dentre outras atividades, pela Municipalização da Defesa do Consumidor, realizou no período de janeiro a novembro as seguintes atividades: assinatura/renovação de 108 convênios com municípios; 5.122 consultas técnicas aos PROCONs conveniados ou não, através de atendimento telefônico e 3.086 por e-mail, ofícios e ofícios circulares; distribuição de 30.607 unidades de materiais educativos à população, diretamente ou através dos Procons conveniados; realização de 12 Capacitações Técnicas para Procons Municipais com a participação de 293 pessoas, de 152 Procons; 9 Reuniões Regionais com a participação 160 Procons conveniados; 44 implantações do SINDEC – Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor em Procons conveniados, perfazendo um total atual de 188 municípios integrados; até 30/10/19 os 329 Procons Municipais conveniados em todo o Estado de São Paulo realizaram 961.761; planejamento e execução 67 ações itinerantes, a sua maioria com utilização da unidade móvel, para orientação e atendimento ao consumidor em bairros mais distantes na Capital, eventos especiais de cidadania e diversos municípios do Estado. Diretoria de Assuntos Jurídicos – DAJ, participou de 13 Consultas e Audiências Públicas. A DAJ é responsável pela manutenção e atualização das FAQS, rol de perguntas mais frequentes, disponibilizadas no site da Fundação PROCON-SP, sem com isso inviabilizar o envio do questionamento por e-mail ou fax. No período foram 368.119 - janeiro a setembro - após essa data o sistema não permite a extração de relatórios acessos e 963 e-mails respondidos em orientação ao fornecedor. Por fim, proferiu ainda 5.640 decisões de 1º grau em processos administrativos decorrentes dos autos de infração. Destaca-se, ainda análises com Manifestações Técnicas para 76 Projetos de Lei. Diretoria de Estudos e Pesquisas - Escola de Proteção e Defesa do Consumidor: Foram revisados os conteúdos de 19 publicações - cartilhas, folhetos e informativos. Elaboração de materiais para as 5 palestras “Mestres do Consumidor”, 2 palestras “Armadilhas do Consumo”. Pesquisas: As 323 Pesquisas realizadas no período de janeiro a novembro, pela Equipe de Pesquisas referem-se à: 8 Comportamentais com 7 novos temas, 14 Pesquisas Bancárias - Taxa de Juros e Tarifas, 62 Comparativas de Preços, 236 Cestas Básica - em parceria com Dieese, 3 Outros Estudos e Levantamentos com 2 novos temas. Cursos e Palestras: Foram realizadas 691 atividades educativas dirigidas a consumidores, fornecedores e educadores, atingindo 20.187 pessoas, conforme discriminado a seguir: 172 palestras para consumidores; 33 palestras para fornecedores; 5 palestras do Ciclo de Palestras Mestres do Consumidor; 1 Congresso Internacional de Defesa do Consumidor e 34º Encontro de Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo; 27 oficinas para idosos; 47 apresentações da Biblioteca Animada com Teatro de Fantoques; 18 atividades com Minimercado Móvel; 1 Apresentação do Projeto Saber Consumir para dirigentes e educadores de escolas; 6 capacitações para educadores, estudantes e funcionários, em especial para multiplicadores do Projeto Saber Consumir e Biblioteca Animada com Teatro de Fantoques; 381 orientações para fornecedores com distribuição de cartilhas. A EPDC – Escola de Proteção e Defesa do Consumidor/DEP – Diretoria de Estudos e Pesquisas destaca a introdução de novas atividades, a saber: Ciclo de Palestras Mestres do Consumidor, Congresso Internacional de Defesa do Consumidor e Capacitação da Biblioteca Animada com Teatro de Fantoques para funcionários dos Núcleos Regionais. A Diretoria de Administração e Finanças realiza o gerenciamento administrativo e financeiro; segue informações: Arrecadação até 13/12: R\$ 180.938.788,19, DREM até 13/12 R\$ 28.030.875,55 - Fonte 004 e NFPTA e Repasse Municípios: R\$ 2.499.393,26 - Liquidados. Assessoria de Controle e Processos, dentre suas principais atividades foram emitidas 2.739 certidões, 53 pesquisas nos seus bancos de dados para entes da Administração, 17.040 atendimento pessoal, 31.507 processos administrativos oriundos da Diretoria de Atendimento - reclamações publicadas e 34.139 arquivados, 7.967 autuações e cadastramento de processos sancionatórios - Autos de Infração, 3.014 processos sancionatórios inscritos na Dívida Ativa, 12.821 processos publicados por infração do regulamento CDC e demais normas esparsas, 1.772 processos publicados por infração do regulamento NPF-E, 4.112 processos encaminhados para manifestação técnica, 5.750 protocolos, 8.229 processos sancionatórios transitados em julgado. Assessoria de Comunicação Social, foram emitidos 483 releases, concedidas 791 entrevistas, sendo 328 para TVs, 179 para jornais, 174 para sites e agências, 95 para rádios e 15 para revistas. No mesmo período foram clipadas 5.691 matérias com citações ao PROCON-SP, um aumento de 77% em relação à 2018, sendo 436 em TVs, 1.319 em jornais, 3.443 em sites e agências, 492 em rádios e uma em revista. Nas redes sociais foram 4.490.448 visualizações no Facebook e 3.595.800 no Twitter. No Blog tivemos 46.543 acessos. O número de novos seguidores foram de 5.689 no Twitter e 5.406 no Facebook. Atualmente o PROCON-SP tem 214.000 seguidores no Facebook e 49.600 no Twitter. Em fevereiro foi criada a conta no Instagram, que já possui 9.880 seguidores. Durante o ano também foram produzidos podcasts e animações em vídeo com orientações aos consumidores, além de gravações de aulas para a Escola de Proteção e Defesa do Consumidor – EPDC. Assessoria Executiva de Ação Regional - Educação para o Consumo foram 108 palestras, em 64 municípios, com a participação de 3.484 pessoas, entre consumidores, fornecedores, alunos, professores e idosos. Além disso, foram emitidos 54 relatórios referentes às pesquisas comparativas de preços de material escolar, medicamentos, páscoa, brinquedos e natal. Destacamos, também, que os núcleos regionais tem percorrido estabelecimentos fornecedores em cidades do interior de São Paulo/SP e prestado orientação

foram visitados e orientados 9.733 estabelecimentos em 252 municípios. Fiscalização do mercado de consumo: No estado, 421 municípios foram abrangidos por ações de fiscalização realizadas pelos núcleos Regionais. No total, 14.193 estabelecimentos foram fiscalizados, sendo que 4.723 estabelecimentos foram autuados. Ouvidoria foram cadastradas e encaminhadas 6.460 manifestações, sendo 2.165 reclamações, 3.964 solicitações de informações, 257 elogios, 36 sugestões e 38 denúncias.

Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – IPEM-SP é uma autarquia estadual vinculada à SJC. Atua no cumprimento da legislação metrológica e da avaliação da conformidade no estado de São Paulo em razão de convênio com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, responsável pela execução das políticas metrológicas e normas obrigatórias sobre qualidade de produtos e serviços em todo o país. A atividade do IPEM-SP visa a proteção e a orientação da sociedade nas relações de consumo e utiliza-se exclusivamente de recursos oriundos do ente federal – INMETRO – ou próprios. O IPEM-SP verifica e fiscaliza instrumentos de medição e medidas materializadas utilizadas nas transações comerciais ou que envolvam saúde e segurança; produtos pré-medidos; produtos têxteis; produtos sujeitos à certificação obrigatória; calibrações, ensaios, inspeções de sistemas de medição, verificações, medições especiais, avaliações e auditorias. O IPEM-SP dispõe de uma sede administrativa, 18 delegacias de ação regional - 4 na capital e 14 no interior, 4 postos de verificação de veículo-tanque, 1 posto de verificação de vagão-tanque, 1 posto de verificação de taxímetros, 6 laboratórios de produtos pré-medidos, 1 laboratório de detecção de fraudes, 1 centro tecnológico e 3 laboratórios acreditados pelo Inmetro - massa, pressão e volume. Ações desenvolvidas pelo IPEM-SP por meio dos Departamentos Técnicos e das Delegacias de Ação Regionais na capital e no interior do Estado de São Paulo no período de janeiro a novembro. Prestação de serviços de fiscalização de produtos regulamentados pelo Inmetro, com certificação compulsória, com etiqueta do Programa Brasileiro de Etiquetagem – PBE, com declaração da conformidade do fornecedor e de serviços: produtos fiscalizados: regulamentados pelo Inmetro: 64; com certificação compulsória: 464; com etiqueta PBE: 18; com declaração da conformidade do fornecedor: 24; serviços fiscalizados: 32. Total geral: estabelecimentos fiscalizados: 11.546; produtos fiscalizados: 1.395.411, sendo 1.297.113 aprovados e 98.298 reprovados/apreendidos. Departamento de Metrologia e Qualidade – DMQA: Operações especiais: “Volta às Aulas”; “Segurança Elétrica”; “Páscoa”; “Dia das Mães”; “Cozinha Segura”; “Que Beleza”; “Dia das Crianças”; “Banca de Jornais”; “Papai Noel”, envolvendo os seguintes produtos: brinquedos, eletrodomésticos, equipamentos elétricos para baixa tensão, materiais escolares e têxteis. Total de estabelecimentos visitados nas operações: 1.015; produtos fiscalizados nas operações: 154.157, sendo 148.269 aprovados e 5.888 reprovados/apreendidos. Fiscalização em comércio virtual: 153 sites. Atendimentos telefônicos e pessoais: 6.879 atendimentos. Processos oriundos de ações fiscalizatórias: 12.502. Auxílio a órgãos de defesa do consumidor e outros na elaboração de laudos/perícias em condutores elétricos, extintores de incêndio, recipiente transportável para gás liquefeito de petróleo, tubo PVC e eletrodutos para condutores elétricos. Coletas de produtos para ensaios de requisitos técnicos como copos plásticos, carrinho para crianças, condutores elétricos, lâmpadas automotivas, produtos têxteis, brinquedos e lâmpadas LED: 501. Fiscalização conjunta entre IPEM-SP e Receita Federal para fiscalização de importações em áreas alfandegadas no Porto de Santos e nos Correios. Auditorias em empresas de extintores de incêndio, pneus, descontaminação de produtos perigosos, engates, sistemas de fiscalização de trânsito, instalação de Gás Natural Veicular – GNV, requalificação de cilindro GNV, inspeção de contentores intermediários para granéis – IBC e quebra-mato para a verificação de requisitos pré-estabelecidos pelo Inmetro: 739 auditorias. Doação de resíduos de produtos apreendidos ao Fundo Social de São Paulo – FUSP: 1.720 kg. Suporte ao INMETRO no estudo técnico de pneus reformados para motos. Monitoramento da qualidade de lâmpadas automotivas com o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotivos – Sindpeças. Inspeção em ônibus escolares do “Programa Caminho da Escola” do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE: 448 inspeções. Projeto em andamento: laboratório multifuncional, em conjunto com o Departamento de Metrologia Científica e Industrial do IPEM-SP – DMCI para ensaios em lâmpadas LED de uso doméstico e industrial, luminárias públicas e pneus de bicicletas. Departamento de Metrologia Legal e Fiscalização – DMLF: Prestação de serviços de fiscalização de instrumentos de pesar e medir e medidas materializadas, utilizados no comércio em geral e indústrias. Total de estabelecimentos fiscalizados: 163.520; número de autuações: 9.153; verificação inicial nas dependências dos fabricantes ou importadores, antes de serem colocados à venda: 1.158.769 instrumentos; verificação subsequente anualmente nos estabelecimentos comerciais e industriais: 904.852 instrumentos; verificação após reparo em instrumentos reprovados ou que foram reparados por empresas credenciadas: 8.854 instrumentos; supervisão de empresas auto-verificadoras e dos instrumentos fabricados ou reparados, por meio de auditorias e venda de selos de verificação - cronotacógrafos, esfigmomanômetros, hidrômetro, instrumentos de medição de gás e medidor de energia elétrica: 5.149.825 instrumentos; Operações especiais realizadas: “Olhos de Lince”, com foco no combate às fraudes metrológicas em bombas medidoras de combustíveis: 50 operações, 169 postos revendedores de combustíveis visitados, 2.412 bombas medidoras de combustíveis fiscalizadas - sendo 681 reprovadas, 629 componentes eletrônicos apreendidos com indícios de fraude e 653 autuações destaca-se que há a fiscalização de bombas medidoras de combustíveis além da operação especial “Olhos de Lince” - incluindo a operação “Olhos de Lince”, o IPEM-SP fiscalizou 136.506 bombas medidoras de combustíveis - na fábrica de bombas, que é a verificação inicial: 14.246, e nos postos de revenda, que é a verificação no comércio: 122.260 bombas, atingindo o somatório de 9.808 postos de revenda de combustíveis fiscalizados em todo estado de São Paulo; “Operação Aeroporto”, com foco nas balanças utilizadas no controle de peso de bagagens: 393 balanças fiscalizadas, sendo 11 reprovadas e 1 autuada. Fiscalização de produtos pré-medidos para verificação da fidelidade da informação contida na embalagem: 59.237 exames realizados e 4.794 autuações. Operações especiais: “Aluno Nota 10” - produtos escolares comercializados no início do período escolar; “Pente Fino Suzano” - fiscalização realizada em produtos de responsabilidade do ponto de venda do município de Suzano; “Semana do Consumidor” - intensificação da - fiscalização em produtos de responsabilidade de ponto de venda, da cesta básica e gás de cozinha; SIF - fiscalização realizada em produtos diversos comercializados no município de Santos; “Operação Páscoa” - festividades de páscoa; “De Olho no Rolo” - papel higiênico institucional e doméstico, “Pulando a Fogueira” festividades juninas; “Operação Bicho Bom” produtos destinados a animais domésticos; “Cesta Básica” intensificação da fiscalização em produtos da cesta básica e “Casa Limpa” - produtos destinados à limpeza doméstica. Total fiscalizado nas operações: 641 produtos, sendo 220 reprovados. Doações ao Fundo Social de São Paulo – FUSP de mais de 14 toneladas de produtos, além de variados itens sem medição e outros medidos em unidades - metros, litros Verificação e fiscalização volumétrica em veículos-tanque rodoviários e ferroviários transportadores de combustíveis: 6.870 verificações; 44 fiscalizações em rodovias e 65 autuações. Operações especiais em veículos-tanque e cronotacógrafos: “Operação Cavalo de Aço” - inspeção nos veículos com objetivo de

prevenir acidentes, proteger os cidadãos, o patrimônio e o meio ambiente: 134 veículos fiscalizados, sendo 16 reprovados. Verificação e fiscalização de cronotacógrafos: validação dos discos dos tacógrafos; avaliação e controle de postos de ensaio; controle e distribuição de marcas de selagem; fiscalização de veículos em vias públicas e empresas; controle dos ensaios; leitura, digitação e emissão de certificados: 214.302 leituras de discos, fiscalizados 23.936 veículos e 1.095 autuações. Avaliação de empresas credenciadas - oficinas de manutenção e reparo de instrumentos pela verificação das condições a que devem satisfazer as empresas: 924 oficinas cadastradas; 825 vistorias; 19.088 fiscalizações realizadas em campo; 34 fiscalizações realizadas nas instalações de oficinas; 386.300 selos reparados fornecidos. Serviço de laboratório de desenvolvimento de tecnologia antifraude: recebidos 567 componentes pertencentes a bombas medidoras de combustíveis líquidos com suspeita de fraude para realização de exames periciais; 301 laudos emitidos, dos quais 262 apresentaram fraudes metrológicas - 87,04%. Departamento de Avaliação e Certificação – DACE: Participação com o Departamento de Metrologia Científica e Industrial do IPEM-SP – DMCI, em ações conjuntas com a Agência Nacional de Petróleo – ANP, INMETRO, Secretaria da Justiça e Cidadania, Secretaria da Fazenda e Planejamento e Secretaria de Energia e Mineração e Petrobras, dentre outros, de reuniões, congressos e elaboração de normas para a verificação metrológica inicial em sistemas de medição utilizados na medição fiscal de petróleo e de seus derivados líquidos, álcool anidro e álcool hidratado. Continuidade do desenvolvimento de novos serviços na área de vazão, como a avaliação de sistemas de medição de petróleo com objetivo de prestação de serviços metrológicos para o seguimento afeto. Realização de calibrações em provadores compactos em unidades da Petrobras Transporte SA. – Transpetro, da Petrobras, da Refinaria de Paulínia – REPLAN e da Refinaria de Capuava – RECAP. Verificação metrológica legal em computadores de vazão e em sistemas de medição fiscal de petróleo para uso em plataformas petrolíferas - terrestres e marítimas. Calibração e verificação metrológica em medidores mássicos em terminais marítimos - alfandegários em parceria com equipes técnicas do Departamento de Metrologia Científica e Industrial do IPEM-SP – DMCI, desenvolvendo sistemática de cálculo e estudos e participando de reuniões quanto à aplicabilidade desses medidores e a adequação das instalações onde estão inseridos, em atendimento à confiabilidade metrológica esperada pela Receita Federal do Brasil nas medições realizadas em terminais marítimos. Verificação em computadores de vazão e em equipamentos e sistemas de medição em fabricantes, representantes e importadores ou em plataforma de petróleo - terrestres ou marítimas. Atendimento contratual da Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo na prestação de especificações técnicas e avaliações da conformidade de materiais e mobiliários escolares; Verificação metrológica inicial em medidores de vazão e em sistemas de medição fiscal de petróleo e de seus derivados líquidos, álcool anidro e álcool hidratado em parceria com equipes técnicas do Departamento de Metrologia Científica e Industrial – DMCI. Resultados gerais: Elaboração de laudos técnicos de máquinas de café: 124; elaboração de especificações técnicas de mobiliários: 4; acompanhamento de ensaios em recipiente transportável para gás liquefeito de petróleo: 1; inspeção veicular de gás liquefeito de petróleo fracionado: 1.087; calibração de provadores compactos: 2; ensaios de balanças de fluxo: 29; medição de tanques alfandegados de suco de laranja: 18; medição de silos para trigo: 2; calibração de medidas materializadas de volume: 5; avaliação de desempenho metrológico de sistemas de medição de líquidos: 1; calibração de balança rodoviárias e avaliação metrológica de sistemas mássicos: 15; Calibração de provadores convencionais: 1; calibração de sistemas de pesagem: 69; calibração de massas: 42; calibração de medidas de volume: 1. Total geral: 1.411. Projeto em andamento: credenciamento de postos de inspeção para avaliação das condições de segurança em veículos e equipamentos destinados ao transporte de gás liquefeito de petróleo, na forma fracionada - gás de cozinha, com objetivo de dar cumprimento à Lei Estadual n.º 8.998/1994. Departamento de Metrologia Científica e Industrial – DMCI: Prestação de serviços de calibração, ensaios, ensaios de proficiência, verificação, perícia, fiscalização e análise do atendimento aos requisitos de normatização e de segurança e desempenho em equipamentos e produtos cujos resultados metrológicos impactam em diversas áreas da sociedade. Ensaios realizados: opacímetros para produtos de combustão: 391; régua, trenas, medidores de estatura, medição de estatura humana, papéis higiênicos, globos e seus repositórios e receptáculos para a loteria federal: 297; densímetros: 35.281; medidores de energia elétrica: 55; pesos-padrões, balanças, sistemas de pesagem portuários para contêineres e massa de copos descartáveis: 16.016; manômetros e esfigmomanômetros: 200; etilômetros - bafômetros: 5.100; Fios e cabos elétricos: 396; termômetros: 110.527; cronômetros: 88; medidores de umidade de grãos: 339; hidrômetros, medidores de vazão do tipo turbina, medidores de vazão mássicos em terminais de petróleo, computadores de vazão e bancadas de medidores de gás e hidrômetros: 363; vidrarias de laboratório, medidas materializadas de volume, tanques e provadores: 737. Prestação de serviços para entidades federativas por meio de calibrações como o Inmetro e institutos metrológicos, investigativos e policiais. Implementação de ensaio de proficiência em esfigmomanômetros que identificou falhas em empresas que realizam a autoverificação e permitiu o cadastro do IPEM-SP junto ao *European Proficiency Testing Information System – EPTIS*. Assessoria de Comunicação – ACO: Desenvolvimento de atividades de assessoria de imprensa, produção de material de divulgação, educativo, orientativo e informativo em mídia impressa e eletrônica, destinados aos empresários, consumidores e cidadãos em geral. Gestão de conteúdo para o site oficial do IPEM-SP, Diário do IPEM-SP - intranet, blog “Almanaque do IPEM-SP”, mídias sociais - witter, Facebook, Flickr e produção do newsletter “Boletim do IPEM-SP: Produção de mais de 750 releases - comunicados expedidos à imprensa; mais de 1.500 notícias veiculadas pela mídia 99% de notícias positivas e 1% de notícias neutras; e mais de 650 inserções na intranet “Diário do IPEM-SP. Contabilizadas mais de 330.000 visitas ao blog “Almanaque do IPEM-SP” e mais de um milhão de visitas ao site do IPEM-SP. Publicação de 4 edições da revista digital de cunho técnico “Metrologia em Revista”, voltada a estudantes, pesquisadores e profissionais da área de metrologia legal, industrial e científica. Produção e impressão de 50 exemplares da cartilha institucional “O IPEM-SP numa casca de noz” e do folder institucional “Conheça o IPEM-SP”- sobre as atividades do Instituto aos interlocutores da Superintendência do IPEM-SP. Continuidade do projeto “Manuais Digitais de Orientação Técnica - temas de metrologia, qualidade ou de procedimentos internos do Órgão destinados aos fiscalizados, usuários e servidores do IPEM-SP com a publicação “Manual de Segurança do Conductor de Veículos do IPEM-SP” de orientações sobre a legislação, normas e procedimentos para os servidores da autarquia que fazem uso dos veículos oficiais. Assessoria de Eventos – AEV: Participação em 29 eventos - “Jornada da Cidadania”, “Centro de Integração da Cidadania – CIC Móvel”, “21ª Edição da Feira da - Saúde”, “Saúde Coletiva e Trabalho”, “Islam Solidário”, “Dia do Nordestino”, “Sesi-Band-Cidadania” e “Comemoração ao Dia Internacional de Direitos Humanos”- Eventos voltados à cidadania, orientação e proteção do consumidor com a distribuição do material educativo - cartilhas “Guia Prático de Consumo”: 11.889 exemplares; “Unidades de Medidas”: 11.889 exemplares; e “Orientação ao Consumidor”: 1.200 exemplares. Ouvidoria: Denúncias e reclamações envolvendo assuntos metrológicos de produtos, instrumentos e serviços atendidos: 1.806; denúncias e reclamações

metrológicas concluídas: 1.617; serviço, produtos e serviços reprovados: 471 - 29%; denúncias/reclamações metrológicas em análise: 189; manifestações institucionais: 3.277. Grau de satisfação dos clientes da Ouvidoria do IPEM-SP: 91,1%. Assessoria de Gestão da Qualidade – AGQ: A autarquia é certificada desde 29/8/2001 na ISO 9002:1994 – Sistemas da Qualidade e recertificada na Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR ISO 9001:2015 - Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos em 5 de julho com validade até 14/7/2022.

Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo – IMESC é órgão vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo. Missão: Realizar perícias de Medicina Legal – ML e de Investigação de Vínculo Genético - IVG para autoridades competentes do Estado de São Paulo, produzindo e difundindo conhecimento na sua área de atuação. Visão: Ser reconhecido como órgão de excelência na área pericial, em âmbito nacional. Diagnóstico inicial: Em fevereiro, com a assunção da nova administração, foi realizado um diagnóstico situacional do Instituto, tendo sido identificadas as seguintes dificuldades: Quadro de pessoal defasado e deficitário; Atraso no trabalho do Protocolo; Atraso no agendamento de perícias de ML: 2 anos de atraso na resposta aos ofícios judiciais de solicitação de agendamento - cerca de 20 mil perícias por agendar; Equipamentos de oftalmologia sem condição de uso; Atraso de 7 meses na triagem das requisições judiciais, por especialidade; Atraso na entrega e expedição de laudos - milhares de laudos, alguns com atraso superior a 5 anos; Atraso na resposta de mais de 13 mil e-mails de cobrança de agendamento de perícia, de expedição de laudos etc.; Atraso nas perícias de IVG *post mortem*: falta de equipamentos para corte de ossos exumados e preparação das amostras. Metas e ações: A partir do diagnóstico situacional foram traçadas 14 metas de ações imediatas para solução dos problemas encontrados, publicadas em Diário Oficial: Meta 1: entrega de laudos até 31/05, de perícias atendidas até 31/12/2017 - objetivo: reduzir o máximo de atraso para 1 ano e 5 meses; Meta 2: realização de mutirões de perícias de curatela/interdição Capital; Meta 3: realização de mutirão de perícias de curatela/interdição Grande São Paulo; Meta 4: ampliação do rol de perícias nas descentralizadas de ML com a inclusão de perícias de curatela/interdição; Meta 5: entrega de laudos até 30/08, de perícias atendidas até 30/06/2018 - objetivo: reduzir o máximo de atraso para 1 ano e 2 meses; Meta 6: implantação de unidades descentralizadas de ML nas 4ª e 9ª RAJs - Campinas e São José dos Campos; Meta 7: captação ativa de médicos nas unidades do Estado para atuação como peritos; Meta 8: apresentação da revisão final da tabela de temporalidade de documentos da atividade-fim do IMESC pela CADA – Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso; Meta 9: entrega de laudos até 29/11, de perícias atendidas até 31/12/2018 - bjetivo: reduzir o máximo de atraso para 11 meses; Meta 10: informatização - IMESC digital de todos os setores administrativos em todos os setores do IMESC; Meta 11: implantação de projeto piloto de peticionamento eletrônico (interface entre o IMESC e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP por meio digital); Meta 12: entrega de laudos até 28/02/2020 de perícias atendidas até 30/06 - objetivo: reduzir o máximo de atraso para 8 meses; Meta 13: entrega de laudos até 17/04/2020 de perícias atendidas até 31/12 - objetivo: reduzir o máximo de atraso para 4 meses; Meta 14: entrega de laudos até 16/06/2020 de perícias atendidas até 30/04/2020 - objetivo: reduzir o máximo de atraso para 45 dias.

Tabela 1. Resultado das metas

Metas	Status	Observação
1	cumprida	627 laudos entregues no final de maio
2	cumprida	realizados 2 mutirões com agendamento de 1239 perícias
3	cumprida	realizado 1 mutirão com agendamento de 650 perícias
4	cumprida	incluídas perícias de curatela/interdição nas descentralizadas de ML
5	cumprida	1.035 laudos entregues no final de agosto
6	cumprida	implantadas as descentralizadas de ML nas 4ª e 9ª RAJs
7	cumprida	realizadas atividades para captação ativa de médicos/peritos (78 inscrições e 54 cadastramentos)
8	cumprida	apresentada tabela de temporalidade de documentos-fim
9	em andamento	1.984 laudos entregues e 398 pendentes
10	em andamento	implantado processo digital no controle das despesas de pequena monta; treinados os colaboradores dos setores de protocolo, de agendamento de perícias, de expedição de laudos, de compras/serviços e de contratos/convênios para implantação dos respectivos processos digitais
1	em andamento	sistema em processo de homologação. Já foram treinados 35 colaboradores dos setores que atuarão nas atividades de interface IMESC/TJSP para implantação da comunicação digital entre as instituições
2	em andamento	2.496 laudos entregues e 1.200 pendentes; meta dentro do prazo (prazo final previsto para 20/02/2020)
13	em andamento	meta dentro do prazo (prazo final previsto para 17/04/2020)
14	início jan/20	meta dentro do prazo (prazo final previsto para 16/06/2020)

Foram também colocadas em prática ações prioritárias para organização do Instituto e melhor otimização dos recursos: Reestruturação administrativa - ampliação do espaço físico com ocupação do 2º pavimento do prédio; Economia no orçamento - Tabela 2; Organização do Protocolo; Projeto de reforma da futura sede do IMESC; aquisição de equipamentos novos para o consultório de oftalmologia; Aquisição de equipamentos para preparação das amostras das perícias de IVG *post mortem*; revisão do modelo de triagem de requisições judiciais, por especialidade, de modo a evitar gargalos então existentes em especialidades médicas específicas; utirões internos nos seguintes setores: protocolo, agendamento de perícias, triagem de requisições e perícias descentralizadas; mutirões de perícias de ML nas unidades descentralizadas em todo o Estado; Preparação para certificação da ISO 17025 para o laboratório de investigação de vínculo genético do

IMESC: norma específica para laboratórios de ensaio e calibração; Participação de colaboradores de diversos setores em 23 cursos para fins de aperfeiçoamento profissional. Dados de Produção e Atividades: Produção pericial: Apresentou, no Plano Plurianual – PPA 2017-2020, a meta de expedição de 39.555 laudos periciais para 2019, entre perícias de ML e de IVG. Até 5 de dezembro o IMESC recebeu 102.308 correspondências, sendo 84.123 ofícios de solicitação de perícia e laudo complementar e 18.185 relacionadas a perícias e outros assuntos. Expediu, até o momento, 47.217 laudos de ML e de IVG. Abrangência do atendimento pericial: O IMESC passou a contar com 11 unidades descentralizadas de ML e 19 unidades descentralizadas para coleta de material biológico, além do atendimento na sede da Defensoria Pública na Capital e em Campinas. Houve também expansão no atendimento de perícias de IVG em 17 unidades do Centro de Integração da Cidadania – CIC por meio de convênio firmado com a Secretaria da Justiça e Cidadania. Também foi assinado convênio com o TJSP para coleta de material biológico nos 227 Centros Judiciais de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs do Estado de São Paulo. Mutirões: realizou 8 mutirões de perícias de interdição/curatela, sendo 3 em sua sede, em São Paulo-SP, e 5 nas Unidades Descentralizadas de ML de Bauru, Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Santos e São José do Rio Preto e 1 de perícias de DPVAT na Capital, resultando na oferta de atendimento a 3.733 cidadãos. Com relação às perícias de IVG, o IMESC realizou 26 mutirões, sendo 14 na Capital e 12 na Grande São Paulo, Litoral e Interior, atendendo em torno de 1.800 cidadãos. Atividades de produção e difusão do conhecimento: O IMESC tem em sua estrutura administrativa o Centro de Estudos, setor responsável pela produção e difusão de conhecimento. Foram realizadas as seguintes ações: Formatura de psicólogos do Curso de Capacitação em Escala HARE – PCL-R - Escala de Avaliação de Psicopatía para fins de exame criminológico dos detentos. O curso é decorrente de convênio do IMESC com a Secretaria de Administração Penitenciária – SAP: Realização de palestras sobre temas de interesse da comunidade local em todos os postos dos CICs e em escolas públicas, decorrente de convênio com a Secretaria; estágio em psiquiatria forense para residentes de Psiquiatria decorrente de convênios com a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e com o Centro de Atenção Integral à Saúde Mental – CAISM de Franco da Rocha; estágio em medicina legal para residentes de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP; Estágio para alunos do último ano de Psicologia da Associação Educacional Nove de Julho – UNINOVE por meio de convênio; aulas e palestras para qualificação permanente dos peritos do IMESC; Criação de tutoriais e videoaulas para capacitação continuada dos atuais peritos e dos peritos ingressantes no Instituto com o objetivo de aprimoramento permanente da qualidade dos laudos periciais emitidos pelo IMESC. Comissão de Cadastramento, Fiscalização e Avaliação de Laudos – CCFAL: Com o intuito de subsidiar os peritos e elevar a qualidade do laudo pericial, o IMESC conta com a CCFAL, instituída por meio de portaria. Composta por peritos de grande experiência, tem como finalidades selecionar os candidatos a peritos cadastrados, triar todas as solicitações de agendamento de perícias de ML, avaliar todos os laudos de peritos novos, avaliar mensalmente amostra aleatória de laudos - em 2019 o número de amostra de laudos analisados por mês aumentou de 120 para 200 e oferecer plantão para dirimir dúvidas dos peritos. Em relação ao cadastramento de peritos foram recebidas 78 novas inscrições, cadastrados 54 candidatos dentre os quais 37 médicos - anestesiolgista, cardiologista, cirurgião - geral, plástico e vascular -, dermatologista, ginecologista/obstetra, infectologista, médico do trabalho, neurocirurgião, oncologista, ortopedista, pediatra, psiquiatra, radiologista e urologista, 13 assistentes sociais e 4 cirurgiões dentistas. Destaques: Em 11 de abril o IMESC realizou, na Unidade Básica de Saúde – UBS de Suzano, avaliação integral do dano pessoal - físico e psíquico nas 11 vítimas sobreviventes do massacre ocorrido naquele município com repercussão nacional e internacional. A avaliação foi feita por equipe multi e interdisciplinar - 8 médicos de diversas especialidades, 1 médico psiquiatra, 1 psicólogo e 1 assistente social e os laudos periciais foram elaborados em tempo recorde, sendo entregues à Defensoria Pública do Estado de São Paulo em 25 de abril, assinados pela junta de peritos do IMESC e sem cobrança de honorários periciais. O IMESC recebeu em 10 de dezembro o Selo Municipal de Direitos Humanos e Diversidade com o Projeto “Brinquedoteca: Espaço de Acolhimento e Humanização - Infância e Adolescência”. Encontra-se em fase de conclusão, para coleta de assinaturas, o convênio entre o IMESC e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para a elaboração de laudos periciais, visando à empregabilidade e ao empreendedorismo de pessoas com deficiência - Programa de Inclusão - já lançado oficialmente pelo Governo.

A Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA é responsável pelo atendimento aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa em São Paulo. Hoje conta com 142 centros socioeducativos em todo o Estado, espalhados entre 52 municípios e divididos em 10 Divisões Regionais e 1 Polo. Desse total de centros, 25 unidades são de gestão compartilhada. O atendimento é baseado nas diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. De acordo com dados consolidados até 30 de novembro de 2019, dos jovens que entraram na Instituição, 41,22% possuem residência na região da Grande São Paulo e Capital, seguido de Campinas - 13,81%, Sorocaba - 6,91%, São José dos Campos - 5,85% e demais municípios. Até novembro, foi registrado o número de 15.166 entradas diretas de adolescentes, com um índice de reiteração na internação de 22,91%. Ainda sobre os atendimentos, atende internação, internação provisória, internação sanção, semiliberdade e atendimento inicial, sendo cerca de 8.300 a média de atendimentos por dia durante o ano - de acordo com dados até 30 de novembro. Atualmente, 7.526 jovens cumprem medida socioeducativa na Instituição, a distribuição de adolescentes por tipo de medida se divide da seguinte forma: Internação: 5.904 adolescentes; Internação provisória: 1.057 adolescentes; Semiliberdade: 345 adolescentes; Internação sanção: 164 adolescentes; atendimento inicial: 56 adolescentes. As entradas de adolescentes também podem variar de acordo com o tipo de ato infracional. Em termos de relevância numérica, “Tráfico de drogas” representa a maioria correspondendo a 53,22% das entradas dos jovens na medida socioeducativa. Em segundo lugar, “Roubo qualificado” com 28,68% seguido de “Roubo simples” - 3,24%, “Furto qualificado” - 2,46% e demais atos infracionais. Sobre o perfil dos adolescentes entrantes, a grande maioria tem cor de pele parda - 54,83%, seguidos da cor branca - 30,3%, preta - 13,9% e indígena - 0,6%. A maioria é do gênero masculino - 94,83%. O gênero feminino representa 5,2% dos internos. Em relação à idade, 36,19% dos adolescentes entrantes têm 17 anos, seguidos por 16 anos 28,5%, 15 anos - 17,62%, 11,2% têm entre 12 e 14 anos e 6,49% entre 18 e 20 anos. Em 2003, a antiga FEBEM contabilizou um recorde de 258 ocorrências para um número de 80 unidades, de acordo com dados da Superintendência de Segurança. A partir de 2006 esse número começou a despencar para 162 ocorrências. Em 2012, houve 34. Em 2018, 26 ocorrências - para 145 Centros - dados atualizados. Em 2019, 26 ocorrências para 142 Centros - até 19 de dezembro. Cerca de 95% dos adolescentes - masculino e 93% das adolescentes - feminino chegam com defasagem escolar. Dentre

os resultados das atividades, estão: 336 jovens realizam o Exame Nacional do Ensino Médio Pessoas Privadas de Liberdade – PPL, 3.211 o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA, 6.939 foram inscritos na Olimpíada Brasileira de Matemática, um grupo de 887 passou para a segunda fase do torneio e 6 receberam menção honrosa, 47 adolescentes realizaram o processo seletivo de bolsas Programa Universidade para Todos e Sistema de Seleção Unificada – PROUNI/SISU, sendo 6 contemplados com bolsas de estudos integrais; 76 adolescentes participaram do Competição USP de Conhecimentos – CUCO, sendo 15 certificados; 17 adolescentes participaram do concurso de Desenho Lei Maria da Penha; 70 adolescentes participaram das Olimpíadas Nacional de Ciências; 25 adolescentes participaram do Concurso de Desenho e Redação da Controladoria - Geral da União – CGU. Em média, 6.200 adolescentes frequentam o ensino formal, por mês; em média 8.700 atendimentos mensais nas oficinas de arte e cultura, em média 40.000 atendimentos mensais nas aulas de educação física. Também foram realizados: XV Copa Casa de Futebol; VI Torneio de Futebol Society Feminino; VII Torneio de Handebol; XV Torneio Estadual de Xadrez; IX Torneio de Futsal; Dia Mundial da Atividade Física; Agita Galera; MOVE; Dia do Desafio; 1º Festival de Ginástica para Todos. Também foi ofertado aos Centros de internação plena 37 cursos de iniciação profissional básica certificados pelo SENAC. Nesse segundo semestre, mais de 16.306 jovens receberam certificados dos cursos de educação profissional e 242 adolescentes egressos foram favorecidos com bolsas gratuitas nos cursos do SENAC. No projeto TECS em parceria com a USP foram atendidos 40 adolescentes no curso de Introdução à Lógica de Programação. Na parceria com o CIEE - Centro de Integração Empresa Escola foram atendidos 460 adolescentes nas Oficinas de Criatividades. Na parceria com a Via Cultural, foram atendidos 36 adolescentes de Semiliberdades da Capital no curso de Restauromemórias Construídas. Nesse ano, teve início a parceria com MASTERTech-Estação Hack com cursos de Programação e Desenvolvimento de Aplicativos atendendo 51 adolescentes também de semiliberdades da capital. Houve ainda a parceria com o Centro Paula Souza para isenção da inscrição no Vestibulinho e Vestibular ETEC e FATEC. No 2º semestre, participaram 159 adolescentes de 49 Centros, sendo que 23 foram aprovados na ETEC. Para o 1º semestre de 2020 foram inscritos 364 adolescentes. Na FATEC, no 2º semestre participaram 57 adolescentes de 43 CASAs sendo 06 aprovados. Para o 1º semestre de 2020 foram inscritos 48 adolescentes. A prova foi realizada dia 8 de dezembro. Também foi ofertado atendimento em Arte e Cultura com oficinas de duração trimestral, com dois encontros semanais de 90 minutos cada, em parceria com OSCs executoras: Ação Educativa, CEDAP, CENPEC, GADA, Centros de Gestão Compartilhada e Sustenidos/Projeto Guri que atenderam à média mensal de 6.894 adolescentes. Ações culturais complementares em formato de apresentações; visitação a equipamentos culturais - Pinacoteca do Estado, Itaú Cultural, Catavento e MIS; Oficinas mensais do projeto Gandhi, um líder servidor promovida pela Associação Palas Athena; Mostra Regional de Arte e Cultura e o Festival MusiCASA. Reestruturação Organizacional, com o objetivo de adequar estrutura organizacional à missão institucional, buscando permanente a inovação e a gestão eficiente de recursos, empreender uma atuação de gestão interpessoal e intersetorial mais eficaz e dinâmica, valorizar os servidores como recursos fundamentais da organização para o desenvolvimento de inovações e otimização das práticas de trabalho para a construção de capacidades organizacionais; e, tornar os processos mais eficientes, com uso de dados, informações e tecnologias para melhorar o atendimento socioeducativo. As principais alterações no organograma publicadas Portaria Administrativa 1.108/2019 - DOE 21/09/2019 foram: Criação da UniCASA, com a proposta de formação permanente para o quadro funcional, por meio da política de desenvolvimento de talentos da Universidade Corporativa da Fundação CASA-SP, delineada em dois programas: gestão e liderança, e medidas socioeducativas e direitos humanos; Transformação da Diretoria Técnica em Assessoria Especial de Política Socioeducativa - AEPS vinculada à Presidência, que passa a reunir as Superintendências Pedagógica, de Segurança e de Saúde, e suas gerências, bem como a UniCASA, e Diretoria de Gestão e Articulação Regional - DGAR, tendo como uma de suas competências coordenar, apoiar, monitorar, avaliar e orientar as Divisões Regionais e seus respectivos Centros de Atendimento; Criação da Assessoria de Inteligência Organizacional, tendo como uma de suas competências aplicar o conhecimento baseado em informações para o desenvolvimento de novas soluções estratégicas, com foco na otimização de recursos, qualidade do atendimento ao adolescente, performance de processos, inovação e melhoria contínua, dentre outras. Programa de Gestão Integrada: #SOMOSTODOSCASA: A gestão atual da Fundação CASA propôs e vem implementando o Programa de Gestão Integrada: #somostodosCASA, cujo objetivo é gerar integração entre as Diretorias Regionais, Centros de Atendimento e a sede administrativa a fim de identificar desafios e pontos de melhoria que influenciam na boa prestação do serviço socioeducativo aos adolescentes e oportunidades de aumentar a eficiência da gestão. As metas e resultados da fase I do projeto estão disponíveis abaixo:

Ação	Indicador	Meta	Prazo	Realizado	Status
Realizar oficinas de identificação de desafios e ideação de solução nas divisões regionais na Sede e piloto em um Centro	# oficinas realizadas	3	12/2019	13	100%
Engajar gestores a participarem das oficinas	# participantes nas oficinas	>300	12/2019	404	134%
Dar encaminhamento para as ideias levantadas	% encaminhamentos decorrentes das ideias levantadas	>40%	12/2019	51%	127%

Principais Ações de 2019 e Perspectivas 2020

Ação/Meta	Realizado	Status
Concluídos		
Lançar Observatório de Enfrentamento à Violência Institucional		Concluído
Realizar interlocução com os Conselho		Concluído

Regional de Serviço Social		
Desativar Divisão Regional Metropolitana II	Portaria publicada (Portaria Administrativa 1.107/2019)	Concluído
Revisar papel do Comitê Institucional de Direitos Humanos e Diversidades		Concluído
Continuar Ciclo de Palestras sobre temas relacionados aos Direitos Humanos	Realizadas ações de formação de diferentes formas, tais como: no Museu Afro Brasil, no Memorial da Resistência, Museu da Diversidade Sexual, Semana da Sipat, Semana da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Concluído
Diagnosticar os processos em andamento na área bem como identificar possíveis melhorias.		Concluído
Lançar Programa de Práticas Restaurativas		Concluído
Instaurar Sindicância com agendamento prévio de audiências (30/60/90)		Concluído
Realizar mutirão de audiências de todo acervo nas regiões da DRL, DRMC, DRM III, DRM V e Polo ABCD		Concluído
Implantar Protocolo Eletrônico na Regional do Brás (DRM III)		Concluído
Reduzir custo – pautas sincronizadas, diminuir telegramas, realizar oitiva de apenas de funcionários em plantão		Concluído
Implantar Apurações de Sindicâncias 100% Digitais		Concluído
Receber manifestações na Ouvidoria* até 20/12/2019	1- Reclamação: 1.218 2- Denúncia: 642 3- Solicitação de Informação: 346	Concluído
Realizar Ciclo de Palestras "Ética, Relações em Rede e Práticas Restaurativas", parceria com Palas Athena	8 palestras realizadas	Concluído
Ampliar o Programa de Justiça Restaurativa	6 pilotos de práticas de justiça restaurativa	Em andamento
Realizar interlocução com Conselho Regional de Psicologia para realização de oficinas		Em andamento
Realizar interlocução com o Conselho Regional de Enfermagem		Em andamento
Implantar Processamento Digital (Processo Administrativo Disciplinar)		Em andamento
Protocolo Eletrônico nas 11 Regionais e 143 Centros		Em andamento
Realizar Inspeção Geral da modalidade de Gestão Compartilhada da FCASA.	Fase 01 - Ajuste Legal concluída. Fases 02 e 03 - serão desenvolvidas em 2020	Em andamento
Ampliar programas de formação* até novembro/2019	Ações emitidas: 4.826 certificados (UniCASA) Criação das Diretorias de I) Liderança e Gestão e II) de Medidas Socioeducativas e Direitos Humanos. Parcerias com 17 Universidades	Em andamento
Reforçar parceria com Museu Afro Brasil* até outubro/2019	48 adolescentes visitaram o Museu	Em andamento
Ampliar e revisar os Cadernos Técnicos	1 Caderno revisado	Em andamento
Implantar o Scanner Corporal	69 equipamentos atendendo 76 Centros com equipamentos implantados (realizado) 39 equipamentos (em andamento)	Em andamento
Produzir levantamento estrutural de todos centros de atendimento, com classificação		Em andamento

dos níveis de segurança dos Centros		
Reduzir custos com horas extraordinárias.* *referência novembro/2019	19,49% de redução na quantidade de horas 20,10% de redução no valor	Em andamento
Realizar Plano de Pactuação em saúde entre a Fundação CASA e os municípios que possuem Centros de Atendimentos (Internação, Internação Provisória e Semiliberdade), através do incentivo financeiro custodiado pelo Ministério da Saúde, através da Portaria Consolidada 02/2017		Em andamento
Estabelecer Termo de Parceria entre Fundação CASA e CRATOD, para atendimento aos adolescentes em saúde mental		Em andamento
Reavaliar Regimento Interno da Fundação CASA, com especial atenção às particularidades dos centros de semiliberdade e de internação	Em fase de construção e consolidação dos Regimentos de forma integrada, internação e semiliberdade, após manifestação do Poder Judiciário	Em andamento
Implantar Processo Eletrônico	Fase de tratativa com o Arquivo Público do Estado	Em andamento
Implantar o VOIP	Implantação inicial nos Centros concluída Adequações de infraestrutura em andamento para atendimento complementar.	Em andamento
Licitar contratação de empresa terceirizada para higienização do vestuário disponibilizado aos adolescentes	Implantada na DRM V Terceirização do Complexo Brás previsto	Em andamento
Validar indicadores de Contrato de Impacto Social - CIS	Fase de construção e validação de indicadores	Em andamento
Implantar um novo canal de comunicação direta com a Presidência (Ouvidoria)		Em andamento
Ampliar parceria com o Instituto Lehmann		Em estudo
Cooperar com o INSPER com objetivo de fortalecer execução da medida socioeducativa de internação e internação provisória		Cancelado
Levantar informações e requisitos para desenvolver sistema de aplicativo móvel	Aguardando definição do modelo central de licitação do Comitê do Gasto Público (Decreto nº 64.065)	Em estudo
Perspectivas para 2020		
Iniciar estudo de implementação do Prontuário Eletrônico do Adolescente	Em fase de tratativa com o Arquivo Público do Estado para implantação do SP Sem Papel no ano de 2020.	A ser iniciado
Expandir o monitoramento via CFTV	Devido à ausência de recursos orçamentários para o exercício fiscal, a referida demanda foi incluída na Programação Orçamentária Setorial de 2020, com custo de R\$ 1.729.598,00.	A ser iniciado
Reformular e reativar o Portal da Saúde		A ser iniciado
Reestruturar os módulos Psicólogo e Assistente Social do Portal, com a finalidade de gerar o “Mapa Psicossocial” e otimizar o trabalho e prestação de contas para o TCE		A ser iniciado
Melhorar o fluxo de demandas encaminhadas aos setores competentes desta instituição (Ouvidoria)		A ser iniciado
Aperfeiçoar o atendimento ao servidor com foco na gestão de pessoas, tornando o atendimento mais humanizado (Ouvidoria)		A ser iniciado
Implantar Tira-Dúvidas Corregedoria		A ser iniciado

Implantar Programa de Sensibilização e Orientação ao Quadro Funcional		A ser iniciado
Implantar o sistema informatizado de auditoria		A ser iniciado
Implantar nova metodologia de trabalho a partir da edição do novo Manual de Procedimentos, bem como aprofundar o instrumental de Instrução de Trabalho – IT ACI		A ser iniciado
Desenvolver rotina de análise de conformidade das áreas administrativas		A ser iniciado
LOA - Metas físicas (referência novembro/2019)		
Produto 273 - Entrada de Adolescentes por Ato Infracional Meta: 570 Adolescentes	Execução: 575 Adolescentes	Em andamento
Produto 274 - Atendimentos em atenção básica à saúde Meta: 2.893.000 atendimentos	Execução: 2.310.407 atendimentos realizados	Em andamento
Produto 275 - Atendimentos em atenção integral à educação Meta: 840.000 atendimentos	Execução: 690.990 atendimentos realizados	Em andamento
Produto 277 - Suporte administrativo e tecnológico às unidades da Fundação CASA Meta: 150 unidades administradas	142 unidades administradas	
Produto 281 - Reformas e adequações de bens imóveis Meta: 129 Reformas realizadas	Execução: 44 reformas 70 reformas em andamento	Em andamento
Produto 1398 - Construção de novos Centros de Atendimento Meta: 1 Centro	Execução: 0	Não iniciado
Ação 8229 - Implementação de Metas do Plano Estadual Decenal Meta: 19 metas previstas no Plano Estadual Decenal para o período	Execução: 4	Em andamento

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Planejamento dos Transportes - A Área de Planejamento de Transportes da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo – SLT, deu continuidade a diversos projetos componentes do Plano Diretor de Logística e Transportes – PDLT, iniciado em 2011, que globalmente conformam o arcabouço de ações do Plano Estratégico da Pasta. O PDLT visa dotar a SLT de um moderno instrumento de planejamento, utilizando das melhores ferramentas analíticas e bases de dados abrangentes, para auxiliar na seleção do melhor conjunto de ações nos campos da infraestrutura, gestão e preços para atingir os objetivos públicos previamente definidos. Dos trabalhos desenvolvidos destacam-se: Plano Multimodal Macrometropolitano - Master Plan da MMP Início dos Trabalhos de Detalhamento dos Estudos e Projetos - Concluído o processo licitatório em 2017, o contrato para a execução do Masterplan denominado também de PAM TL, foi assinado em março de 2018 tendo sido iniciados os trabalhos de execução dos estudos desde então. O desenvolvimento global dos trabalhos conta com um cronograma que prevê sua conclusão para meados de 2020. Os produtos gerados são relatórios que apresentarão os escopos contratados em 10 volumes. Foram entregues os seguintes Produtos: O Produto 2 - Diagnóstico - foi entregue em janeiro. “O escopo deste Relatório proporcionou um quadro referencial para todos os componentes a serem abordados pelo projeto, incorporando a situação atual da rede estrutural do transporte e logística da Macrometrópole Paulista – MMP nos seus componentes físicos, operacionais, administrativos-institucional, de demanda de carga e passageiros, socioeconômico, ambiental e urbanístico. Foi desenvolvida também uma avaliação dos planos e políticas existentes para a MMP nas três esferas de governo, bem como coletadas informações em órgãos de gestão de Transporte e Logística de interesse para o trabalho. O Produto 3 - Objetivos Estratégicos, Cenários e Metas, foi entregue em maio. O escopo deste produto estabeleceu os objetivos estratégicos e diretrizes que nortearão as decisões de escolha do projeto frente a alternativas que serão apresentadas, bem como o grau de intervenção que se pretende adotar para atingir o nível de performance desejado do sistema de transporte e logística. O Produto 4 - Estudos de Demanda, foi entregue em novembro. O objeto deste Produto é apresentar as pesquisas de demanda de tráfego e da estimação do comportamento da demanda por transportes de passageiros e carga frente às alterações na infraestrutura e operação de transporte. Feitas as pesquisas de campo foram desenvolvidos modelos de demanda com geração de matrizes de viagem atuais e futuras. Importante ressaltar que não constitui objeto deste produto apresentar a demanda captável de passageiros e cargas pelo modo ferroviário a ser implantado. Estes resultados fazem parte do escopo do Produto 5. O Produto 5 - Verificação da Suficiência e Harmonização dos Projetos - Este produto foi dividido em 6 outros produtos, 5 parciais e um consolidado. O primeiro deles foi entregue em dezembro e as demais entregas estão previstas para o primeiro semestre de 2020. As atividades do P5 constituem as mais relevantes do PAM TL. A partir da análise dos pontos críticos e gargalos identificados, será verificado se os projetos existentes são suficientes para atingir os objetivos globais e se há conflitos entre eles. Para tanto se valerá de análise multicritérios para que se possa identificar as melhores alternativas para o anteprojeto. Os estudos de engenharia e operação ferroviária são atividades importantes no conjunto dos estudos deste produto pois eles quantificarão os montantes de capex e opex necessários para cada linha e ainda conformarão os serviços ferroviários prestados em padrões pré-definidos quanto à qualidade,

conforto, quantidade e tempos de paradas nas estações, entre outros elementos importantes para os projetos. Inventário de Emissões por Veículos Automotores - foi aprimorado o Termo de Referência para a contratação deste projeto e foram tomadas as providências para a contratação. Um aspecto importante deste estudo diz respeito ao aprofundamento da qualidade da base de dados necessária para o desenvolvimento dos trabalhos especialmente no que tange aos fatores de emissão de veículos em uso nas condições reais de utilização. Este aprofundamento significa essencialmente uma continuidade dos estudos desenvolvidos até aqui. Parte essencial do presente escopo será o desenvolvimento das curvas de deterioração das emissões de gases e partículas pelo escapamento para veículos em uso, considerando o aumento das emissões com a idade dos veículos em função do desgaste normal e da manutenção inadequada quando comparados aos valores certificados dos veículos novos. Tais aumentos são denominados Fatores de Deterioração das Emissões - FD e idealmente devem ser determinados estatisticamente a partir dos resultados de Programas de Inspeção e Manutenção. Planos de Desenvolvimento de Logística e Transportes Regionais – PDLT-R - Foram desenvolvidos o Termo de Referência e metodologia para a elaboração de Planos de Desenvolvimento de Logística e Transportes Regionais – PDLT-R para um conjunto de regiões do Estado. O número de regiões para as quais serão desenvolvidos os Planos é parte integrante do projeto tendo sido definidas no Termo de Referência as diretrizes para o seu desenvolvimento. O objetivo deste projeto é desenvolver uma carteira de projetos de investimentos na área de logística e transportes para cada uma das regiões de forma a induzir a dinamização de sua vocação econômica. Os produtos mais relevantes deste projeto são constituídos do desenvolvimento de um modelo de análises de impacto de investimentos e um programa de reabilitação do sistema ferroviário subutilizado e ocioso do estado integrado com a Hidrovia Tietê – Paraná. Os resultados almejados deste estudo se referem àqueles destinadas a revitalizar toda a malha ferroviária paulista para o transporte de passageiros e cargas, compartilhando a infraestrutura já existente. Estudos para Derivação de Matrizes Origem - Destino de Grandes Bancos de Dados – BIGDATA - Para cumprir suas funções, a Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo – SLT/SP precisa desenvolver e atualizar diversos estudos de demanda de transportes que, junto a modelos de simulação em redes, são essenciais para o desenvolvimento de importantes estudos para o Governo do Estado de São Paulo, destacando-se: os de concessões, de parcerias público-privadas e aqueles destinados à busca por maior equilíbrio da matriz de transportes e redução de poluentes. Nesta linha foi desenvolvido o Termo de Referência e o modelo de contratação de “Serviços de consultoria para fornecimento de matrizes de origem-destino, derivadas do processamento de “big data”, para estimar o tráfego em rotas rodoviárias”. Estudos de Segurança Viária - Foi dada continuidade ao processo de contratação dos levantamentos de campo e dos estudos sobre Segurança Viária, utilizando-se da metodologia do iRAP – International Road Assessment Programme. Este projeto visa implantar no estado uma metodologia com efeitos comprovados na Europa e Ásia na redução de acidentes graves e mortes no estado de São Paulo. Desenvolvimento de Estudos para a Implantação de uma Sala de Situação na SLT - Foram iniciados trabalhos para o desenvolvimento de uma Sala Situacional na SLT com o objetivo de sintetizar em apenas uma plataforma todos os dados de interesse para monitoramento dos projetos, obras e estudos em andamento na Pasta e nas suas entidades vinculadas. Este projeto deverá ser desenvolvido em etapas, devendo a primeira delas ser concluída em dezembro. Sua continuidade prevê o desenvolvimento de um Termo de Referência que norteie as demais etapas.

Transporte Rodoviário - Desenvolvimento Rodoviário S/A – DERSA - Aporte de recursos do acionista majoritário destinado ao planejamento, gerenciamento e execução de obras; aquisição de imóveis ou bens de capital; aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Subscrição de ações DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A. Recuperação de Rodovias - Pagamento de acordos e penhoras relativas à construção de rodovias que atualmente estão concedidas ao poder público, decorrentes de desapropriações à época. Travessias Litorâneas - Melhoramento de instalações e embarcações - obras navais. Melhoramento de Instalações, Reforma e Modernização de Embarcações e Atracadouros - Principais investimentos: Reforma para renovação do CSN – Certificado de Segurança da Navegação, das embarcações tipo *ferryboat* FB-11 e FB-18 e tipo lancha, Lancha Canéu, Litoral Centro, que operam nas Travessias Santos/Guarujá e Santos/Vicente de Carvalho. Reforma, modernização, traslado, docagem e renovação de CSN – Certificado de Segurança da Navegação, das embarcações tipo lancha, LS 03 e LS 04, Litoral Centro, que operam na Travessia Santos/Vicente de Carvalho. Reforma dos flutuantes DERSA IV e DERSA I, Litoral Centro, dos atracadouros da Travessia Santos/Guarujá. Serviços nas embarcações tipo *ferryboat* - pintura, limpeza e jateamento da superestrutura, convés e porões; troca de verdugos, substituição da tubulação do sistema hidráulico; revisão, troca e alinhamento dos eixos propulsores, lemes e hélices - FB-30, FB-29, FB-25, FB-19, FB-15, FB-Valda II e FB-Cananéia - das Travessias Litorâneas dos Litorais Norte, Centro e Sul. Aquisição de 30 motores Scania DI 13; e hélices de passo fixo com pás intercambiáveis montados e de pás sobressalentes fundidos em aço inoxidável para serem utilizados nas embarcações que operam nas Travessias Litorâneas. Serviços de recondicionamento de motores de propulsão, reversores, sistema de comando e grupos geradores das embarcações nas Travessias Litorâneas. Ações de melhoria e desenvolvimento técnico operacional: Implantação do novo sistema de comunicação visual, através de implantação de 30 Painéis de Mensagem Variável, com tecnologia em LED, com sistema remoto de controle de operação, manutenção e suporte técnico disponibilizado 24 horas por dia, necessários à segurança viária nas travessias litorâneas, com vista a prover o maior número de informações aos usuários do Sistema de Travessias. Estruturação de 2 Salas de Controle Operacional, sendo 1 na travessia São Sebastião/Ilhabela no lado de São Sebastião e 1 na travessia Santos/Vicente de Carvalho no lado de Vicente de Carvalho, para monitoramento de atividades operacionais, fornecendo indicadores e dados para tomada de decisão, permitindo correções em tempo real ao evento monitorado. Aplicativo das Travessias Litorâneas: A ferramenta é gratuita e permite que o usuário programe antecipadamente a viagem e possa optar, eventualmente, por rotas alternativas, caso não queira utilizar as balsas. Com ele, é possível ter acesso a diversas informações e imagens das câmeras de monitoramento, em tempo real, das Travessias Litorâneas do Estado, administradas pela companhia. O aplicativo está disponível para o sistema android e IOS. Implantação e Transposição de Rodovias - Convênio DER/DERSA - Reordenação de grandes eixos rodoviários da Região Metropolitana de São Paulo por meio de convênio DER/DERSA, promovendo a adequação, restauração de pontes e viadutos, vias de acesso às pistas de tráfego. Rodoanel Trecho Sul - Obras - responsabilidades que não foram transferidas à Concessionária SPMar. Repasse de recursos à Prefeitura de Embu das Artes referentes à execução de obras complementares do Rodoanel Trecho Sul. Não houve repasse de recursos à Prefeitura de Mauá devido às fortes restrições orçamentárias no ano vigente, permanecendo pendente a conclusão dos serviços de drenagem na Avenida João Ramalho, localizada naquele município. Foi

entregue para a Fundação Florestal o Parque Riacho Grande - atualmente Parque Estadual Águas da Billings, implantado como compensação ambiental do empreendimento. Nova Marginal Tietê - Em andamento o Convênio com o DAEE para implantação de Polder no Parque Várzeas do Tietê como medida compensatória das obras de implantação da Nova Marginal Tietê, com prazo de vigência até fevereiro/2020. Foi realizado, até o momento, 83% do Convênio. Nova Tamoios Contornos - Obras e serviços de implantação dos Contornos Norte e Sul de Caraguatatuba e São Sebastião – Lotes 1 a 4. A Nova Tamoios - Contornos apresenta um avanço de 76,4% de obras brutas, sendo que, do total dos 5 túneis duplos, resta pendente a conclusão da escavação de apenas 1, localizado no Lote 1. O avanço físico por lote de obras é apresentado no quadro a seguir:

LOTE	% AVANÇO FÍSICO
1	78,7%
2	82,3%
3	81,3%
4	65,3%
GLOBAL	76,4%

No ano vigente, foram formalizadas as rescisões dos contratos de obras, sendo que os prazos contratuais dos lotes 1 e 2 venceram em 2/2 e em 5/6, foi publicado no Diário Oficial do Estado a rescisão unilateral dos 2 contratos por decisão do Estado, em virtude da inexecução parcial dos mesmos. Já os contratos dos lotes 3 e 4 venceram em 2/3 e em 2/4, foi publicada no Diário Oficial do Estado a rescisão unilateral dos 2 contratos por decisão do Estado, em virtude da inexecução parcial dos mesmos. Conseqüentemente, em função da desmobilização das construtoras, foram contratados, no exercício, os serviços de vigilância patrimonial nas áreas remanescentes e na faixa de domínio ao longo do traçado da obra. Foram contratados também as obras e serviços emergenciais em áreas de riscos observadas por decorrência da paralisação das obras, compreendendo: implantação da contenção geotécnica denominada muro 6 e implantação do sistema de drenagem do muro 15 - Lote 2; correção do processo erosivo no caminho de serviço próximo ao emboque sul do túnel 301 - Lote 3; estabilização no túnel 401 na região de ocorrência do metagabro e instalação de drenos curtos no túnel 402 - Lote 4. Reassentamento - em atendimento 9 famílias que aguardam o recebimento das unidades habitacionais – UH e que continuam recebendo o aluguel provisório. Desapropriação - Até novembro, o total liberado de áreas no Empreendimento é de 99,72%, conforme indicado na tabela abaixo por lote de obras:

LOTE	% LIBERADO
1	100%
2	100%
3	100%
4	93,64%
TOTAL	99,72%

Meio Ambiente – Foi concluída a etapa de plantio de mudas de espécies nativas em 412 hectares no âmbito do Programa de Restauração Florestal, como compensação ambiental da implantação dos Contornos, cujas áreas encontram-se na fase de manutenção e monitoramento. Execução das obras do Rodoanel – Trecho Norte - Atualmente o Rodoanel Trecho Norte apresenta um avanço físico das obras brutas de 85,6%. O avanço por lote de obras é apresentado no quadro a seguir:

LOTE	% AVANÇO FÍSICO
1	74,6%
2	91,8%
3	80,7%
4	94,8%
5	97,3%
6	72,3%
GLOBAL	85,6%

Foram formalizadas as rescisões dos contratos de obras, sendo que os prazos contratuais dos lotes 1, 2 e 3 venceram em 25/7/18 e em 14 de dezembro de 2018, foi publicado no Diário Oficial do Estado a rescisão unilateral do contrato, por decisão do Estado, dos 3 lotes, em virtude de sua inexecução pelas Construtoras. Os prazos contratuais dos lotes 4 e 6 venceram em 3/3 e em 9/5 foi publicado no Diário Oficial do Estado a rescisão unilateral desses contratos, por decisão do Estado, em virtude da inexecução parcial dos mesmos. Já o contrato do Lote 5 foi encerrado unilateralmente com publicação no Diário Oficial do Estado em 18/04, em virtude do esgotamento do prazo contratual em 25/03, com inadimplemento parcial do objeto pela contratada. Em função da desmobilização das construtoras, foram contratados os serviços de vigilância patrimonial nas instalações institucionais e áreas desapropriadas do Trecho Norte do Rodoanel e, também, as obras e serviços emergenciais para estabilização e contenção da estrutura remanescente do túnel 101, no Lote 1. Atualmente estão sendo contratados os serviços de topografia e ensaios tecnológicos para subsidiar a elaboração dos elementos técnicos para a nova licitação objetivando a retomada das obras, a ser realizada pela Secretaria.

Reassentamento - Neste exercício foram atendidas 179 famílias, sendo 7 reassentadas no Conjunto Habitacional Jaraguá “Q” em São Paulo, 3 famílias no Conjunto Habitacional Guarulhos “E” e 169 famílias em unidades adquiridas via Carta de Crédito. Restam 655 famílias que aguardam o recebimento das Unidades Habitacionais – UH e que continuam recebendo o aluguel provisório. Desapropriação - Até outubro, o total liberado de áreas no Empreendimento é de 99,26%, conforme indicado na tabela abaixo por lote de obras:

LOTE	% LIBERADO
1	100%
2	100%
3	100%
4	99,87%
5	99,05%
6	98,05%
TOTAL	99,26%

Departamento de Estradas de Rodagem – DER

Malha Rodoviária do Estao de São Paulo

TIPO DE ESTRADA	ÓRGÃO	DER (km)	CONCESSÕES (km)	TOTAL ESTADUAL (km)	FEDERAL (km)	MUNICIPAL (km)	TOTAL (km)
EIXO	TERRA	755,744	-	755,744	-	161.180,638	161.936,382
	PISTA SIMPLES	9.138,895	1.566,988	10.705,883	437,960	15.218,188	26.362,031
	PISTA DUPLA	997,209	4.207,772	5.204,981	633,850	45,491	5.884,322
	SUBTOTAL	10.891,848	5.774,760	16.666,608	1.071,810	176.444,317	194.182,735
ACESSOS	TERRA	238,800	14,000	252,800	-	11,499	264,299
	PISTA SIMPLES	1.699,750	354,953	2.054,703	0,990	137,192	2.192,885
	PISTA DUPLA	180,090	130,790	310,880	-	28,918	339,798
	SUBTOTAL	2.118,640	499,743	2.618,383	0,990	177,609	2.796,982
DISPOSITIVOS	1.419,122	1.511,888	2.931,010	2,486	4,546	2.938,042	
SUBTOTAL	1.419,122	1.511,888	2.931,010	2,486	4,546	2.938,042	
TOTAL	14.429,610	7.786,391	22.216,001	1.075,286	176.626,472	199.917,759	

Data Base: novembro

Investimento em obras Rodoviárias - Até outubro, o DER investiu mais de R\$ 709 milhões em pavimentação/duplicação/recuperação de rodovias estaduais, ao longo de 1.198,97 km de obras em andamento/concluídas; R\$ 15 milhões na rede vicinal, ao longo de 264,52 km de obras e R\$ 3,24 milhões em Patrulha Rodoviária, ao longo de 18,56 km de obras. Desapropriação - Até o mês de novembro, na gestão dos processos de desapropriação necessários para a execução dos programas de melhorias nas Rodovias do Estado, o DER prestou os seguintes serviços: Laudos elaborados, reavaliados e atualizados: 154. Elaboração de plantas, memorial descritivo, elaboração e revisão de cadastro individual, levantamento topográfico: 154. Processos Judiciais totais de 227, sendo: 178 processos judiciais pagos: inicial, complementar, honorários de perito, no valor de R\$ 32.048.411,71; 11 processos na Diretoria Financeira para pagamento inicial, complementar, honorários de perito, no valor de R\$ 1.797.457,22; 38 processos sem ações distribuídas com valor da oferta inicial de R\$ 6.264.937,55. Processos amigáveis totais de 300, sendo: 28 processos excluídos; 15 processos em gerenciamento na Diretoria de Planejamento; 35 processos em gerenciamento nas Divisões Regionais; 111 processos escriturados e pagos - R\$ 33.005.607,94; 51 processos com cheques emitidos - R\$ 13.235.030,43; 9 processos na Diretoria Financeira para emissão de cheque - R\$ 2.302.575,00; 50 processos são áreas públicas e 1 Processo de Doação em andamento. Elaboração de Decreto de Utilidade Pública: 3 DUPs, no total de 39 Cadastros. Sistema de Desapropriação: Aperfeiçoamento no SCDES - Sistema de controle e gestão dos processos de desapropriação, contendo 51 empreendimentos com 2454 cadastros. Projetos Rodoviários - Verificados e analisados 2405 documentos técnicos de projetos para obras rodoviárias -sendo Topografia 98, geotécnica 298, drenagem 315, Geométrico 358, Terraplenagem 144, Pavimentação 291, Estrutura de Concreto 335, Sinalização 338, Cadastro e Desapropriação 138, interferências 68, Meio Ambiente - projeto 22; Aprovação de projetos para 30 OAE - Obras de Arte Especiais - pontes, passarelas; Elaboração interna de 22 projetos; Analisadas soluções para 1247 consultas técnicas de diversas direções sobre ocorrências e soluções necessárias às rodovias; Definidos 145 pontos críticos de acidentes para desenvolvimento dos trabalhos no âmbito do Programa Respeito à Vida; Apoio à ARTESP na formulação dos lotes de concessão, Piracicaba – Panorama e Litoral Paulista. Meio Ambiente em obras Rodoviárias - Processo de licenciamento ambiental, para 462,67 quilômetros de rodovias - SP 088, SP 147, SP 250, SP 270, SP 310, SPI 327/210, SP 207, SPA 264/350 E SPA 270/350. Compensação Ambiental de empreendimentos rodoviários em andamento, 100 hectares no Parque Estadual do Aguapeí e 50 hectares na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA de Pindamonhangaba/SP, em Cumprimento de Termos de Compromissos de Recuperação Ambiental – TCRA’S; Adoção de procedimentos para a implantação de passagens inferiores de fauna e cercas de direcionamento em 63 pontos distribuídos em 7 trechos rodoviários, com adoção de procedimentos para melhoria dos registros de eventos envolvendo animais acidentados e soltos nas rodovias em operação. Rede Vicinal - Programa de Recuperação/Pavimentação de Vicinais - As estradas vicinais são importantes indutoras de desenvolvimento, essas estradas são vias capilares do sistema rodoviário. O Programa busca atender a grande demanda por transporte existente no interior do estado, de forma a garantir condições adequadas para a interligação com a malha rodoviária estadual e federal. Busca, ainda, beneficiar a vida de milhões de pessoas que circulam pelo Estado, melhorando a acessibilidade dos núcleos urbanos, aumentando a segurança no transporte de pessoas e cargas e reduzindo os acidentes e tempo de viagem.

Até novembro, foram concluídos 56,10 km de obras e encontra-se em andamento 208,42 km de obras em estradas vicinais. Patrulha Rodoviária - Execução de obras de pavimentação, recuperação, regularização e tapa buraco em rodovias estaduais e em estradas municipais com utilização de pessoal e equipamentos do DER. Até outubro, foram concluídos 2,0 km de obras e encontra-se em andamento 16,56 km de obras em estradas vicinais. Parcerias com Municípios - Até novembro, estavam em andamento 54 convênios, totalizando 49 municípios e mais de 4,2 milhões de pessoas beneficiadas através de programas como Parcerias, Pavimentação e Recuperação de Vicinais, Reforma/Construção de Terminal Rodoviários, dentre outros. Terminais Rodoviários - Até novembro, foi concluída a construção do terminal rodoviário de Catanduva. Conservação Rodoviária - O DER, além de construir e operar as rodovias sob sua jurisdição vem progressivamente ampliando recursos e melhorando em tecnologia e qualidade os serviços prestados na conservação rodoviária, de forma a assegurar a fluidez do tráfego, bem como a manutenção do patrimônio público e, principalmente, a segurança de seus usuários. No período de janeiro a outubro, foram investidos de R\$ 120 milhões em serviços de conservação de rotina e R\$ 55 milhões em conservação da sinalização vertical e horizontal, perfazendo um total de R\$ 175 milhões. Fiscalização - Radares - O Programa Estadual de Segurança Rodoviária, cuja meta é a redução de acidentes, principalmente os que resultam em vítimas fatais, foram operados de janeiro a outubro, um total de 1246 equipamentos eletrônicos fiscalizadores de trânsito, sendo 1.140 medidores de velocidade e 193 equipamentos não metroológicos, sendo aplicadas 4.422.451 penalidades aos motoristas transgressores das normas de trânsito. Operação Rodoviária - As atividades da Operação realizadas na Malha Rodoviária Estadual, administradas pelo DER, são desenvolvidas pelas 57 Unidades Básicas de Atendimento - UBAs, que prestam serviços gratuitos aos usuários das rodovias. São serviços de socorro mecânico, remoção de veículos em pane e acidentados ou de obstáculos nas pistas, resgate e atendimento de primeiros socorros às vítimas de acidentes, além do apoio com informações e orientações. As UBAs abrangem 542 municípios paulistas e atende, em média, 22 mil usuários por mês, totalizando mais de 229 mil atendimentos por ano. A Central de Operações e Informações – COI opera o serviço de atendimento telefônico 0800, um canal de comunicação gratuito que visa maior comodidade e agilidade no atendimento dos usuários nas rodovias operadas pelo DER. Operando 24 horas por dia, a COI atende as solicitações de socorro mecânico, presta informações sobre condições de tráfego, localização de pedágios, balanças e pontos de referência, condições climáticas, itinerários, tarifas de pedágio e monitora, em tempo real, as condições de tráfego das principais rodovias estaduais através de câmeras, analisadores de tráfego e medidores de temperatura. Até outubro, foram atendidas 732.645 ligações através do telefone 0800 055 5510, com uma média de 2,41 mil ligações por dia. Pátios de Recolhimento - O objetivo do DER com a contratação de empresas para prestação dos serviços de administração e manutenção de pátios de remoção e guarda de veículos, é oferecer a infraestrutura necessária para a fiscalização da regularidade dos veículos, seus condutores e respectiva documentação, em procedimento exercido pelo Policiamento Militar Rodoviário do estado de São Paulo, garantindo assim a função institucional e legal da Autarquia. Atualmente, há 32 pátios em operação para a remoção e guarda e 8 bolsões para a exclusiva guarda de veículos com restrições judiciais entre outros. O passivo no ano é de aproximadamente 63.676 veículos – PMRV, estimando-se que 25% deste total apresentam algum tipo de restrição judicial/policial, o que os torna inaptos para liberação. Campanhas Educativas - Desde 2003, o Departamento de Comunicação e Marketing do DER vem realizando Campanhas Educativas com o objetivo de reduzir o número de vítimas de acidentes nas rodovias do estado de São Paulo. A divulgação é feita por meio de textos informativos – releases, que são distribuídos nos sites do DER. O programa DER na escola ajuda a conscientizar sobre a responsabilidade da educação do trânsito, em especial aos trechos próximos às rodovias, ao qual estão inseridos. Também faz o alerta sobre os cuidados necessários para transitar de maneira segura em rodovias, seja como pedestre, ciclista, passageiro ou futuro motorista. Desempenha, ao educando, um papel de protagonismo e liderança sendo porta-voz das necessidades voltadas para o trânsito em rodovias na escola e comunidade, além de atuar como identificador de problemas locais do cotidiano do trânsito em rodovias, desempenhando a função de agente multiplicador na escola e comunidade.

Números DER na Escola

Regional	Total de Escolas Atendidas	Total de Alunos Atendidos	Total de Rodovias Envolvidas
02	7	852	2
03	9	1396	4
06	1	149	1
08	3	----	2
09	11	165	3
14	8	----	5

Fiscalização de Peso - Conforme determina a Lei nº 9.503/97, é de competência dos órgãos e entidades executivos rodoviários, no âmbito de sua circunscrição, fiscalizar, autuar, aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas à infração por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar - art. 21 do Código de Trânsito brasileiro. O excesso de peso no transporte de cargas é responsável pelo maior desgaste do veículo, dos pneus, maior consumo de combustível, provoca a redução da capacidade de frenagem e danos à sua suspensão, comprometendo a dirigibilidade do veículo, interfere no tráfego da via, podendo provocar graves acidentes, causando grandes prejuízos à conservação, ao pavimento e as obras de arte, conforme atestam estudos e pesquisas sobre o assunto. Segundo estudos: “Um excesso de carga de 20% causa a redução da vida útil do pavimento em 50%, considerando apenas veículos com excesso de peso”. Para cumprir esta obrigação legal, o DER nas rodovias que administra diretamente, possui atualmente 52 pontos para operação de fiscalização diurna, e 14 pontos com operação ininterrupta 24 horas e a fiscalização para cargas superdimensionadas, conta com 1 instrumento visando à concessão de Autorização Especial de Trânsito – AET, ampliando a fiscalização com 10 IPNA - Instrumentos de Pesagem não Automático, com pesagem volante que pode operar em qualquer ponto da malha viária. As rodovias concedidas possuem 29 pontos com operação 24 horas e para operar no período diurno 78 pontos, cabendo ao DER disponibilizar o Agente da Autoridade para a competente atuação. OBS.: As 52 bases estão sendo operadas com 30 equipamentos através de contratos de emergência, cujo encerramento ocorreram em 15/01. A

contratação da operação volante está sendo licitada através do Edital nº 004/2018-CO, que foi adiado SINE DIE de acordo com a publicação constante no DOE de 06/11/2018.

	DER	Concessionária	Total Geral
Veículos Fiscalizados	1.748.561	3.619.896	5.368.457
Autuados	169.049	300.185	469.234

Data Base: outubro

Os veículos para executarem esse transporte necessitam de Autorização Especial para Transitar – AET, além do DER estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos de acordo com a legislação. Até outubro, foram emitidas AETs 95,385, para veículos de Peso Bruto Total Combinado e para outros tipos - Cegonhas, guindastes, máquinas agrícolas, etc..

	AET Presencial	AET Digital	Total Geral
PBTC 45t.	18,159	15,096	33,255
PBTC 45t. a 100 t.	1.779	3.473	5.252
PBTC acima de 100 t.	297	-	297
Outros	4.870	51.711	56.581
Total	25.105	70.280	95.385

Data Base: outubro

Monitoramento Rodoviário - Através da instalação de novos contadores, radares e câmeras em pontos de maior demanda de tráfego, o DER tem viabilizado melhores condições de tráfego aos usuários das rodovias. Além disso, são disponibilizados ao público em geral, por meio do acesso ao site www.der.sp.gov.br, recursos para que os usuários recebam informações atualizadas sobre as condições das rodovias e possam programar e planejar melhor a viagem. Dentre estes recursos, estão Câmeras *on line*, Webrotas, sistema que determina qual a melhor alternativa de rota para um parâmetro informado, Condições das Rodovias, que informa condições de tráfego, restrições e interdições e Localização de Radares. De acordo com dados de acesso do site houve, até novembro, mais de 1.454 milhões de visualizações aos itens relacionados, sendo que só o sistema de Câmeras *on-line* teve mais de 1 milhão de visualizações. Ações de Fortalecimento Institucional - a Diretoria de Administração objetivando melhor atendimento aos usuários e colaboradores, otimização de tempo e tarefas, executou metas, projetos, programas, ações, dentre elas: Divulgação da nova logomarca do Governo do Estado na Sede do DER e Divisões Regionais, com o acompanhamento da inserção em mídia física e digital; organização do Ciclo de Palestras “Trabalho sem assédio” em parceria com a Corregedoria Geral da Administração; reforma e modernização do novo APC - Atendimento ao Público Centralizado, em formato Poupatempo; reforma da entrada principal – Ala A; reforma da calçada interna e externa do prédio, situada no endereço da Sede, Avenida do Estado, 777; Implantação do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações – SPDOC, em cumprimento ao Decreto nº 63.936, de 17/12/2018; Realização de Hastas Públicas - leilões de veículos; implantação dos aplicativos do DER, para sistemas Android e IOS; indicação de condutor; processo de Aplicação de Advertência por Escrito; processo de defesa de autuação. Site DER - www.der.sp.gov.br - Visa disponibilizar informações institucionais e de utilidade pública bem como serviços à população em geral. Entre as informações disponíveis existem desde o histórico do Departamento até Programas de obras em andamento, bem como informações de pedágio, restrições de tráfego, disponibilização de manuais técnicos e normas. Os serviços abrangem desde o atendimento ao público por meio dos canais da Ouvidoria e do Sistema de Informação ao Cidadão – SIC, até a retenção e repasse do ISSQN, faixa de domínio, leilões de veículos apreendidos, multas, pagamentos a fornecedores, solicitação de Autorização Especial de Trânsito, mapas rodoviários e a roteirização - WebRotas. O site do DER está sendo reformulado e atualizado, visando torná-lo mais amigável ao usuário. Até novembro, foram contabilizados mais de 6,88 milhões de acessos ao site.

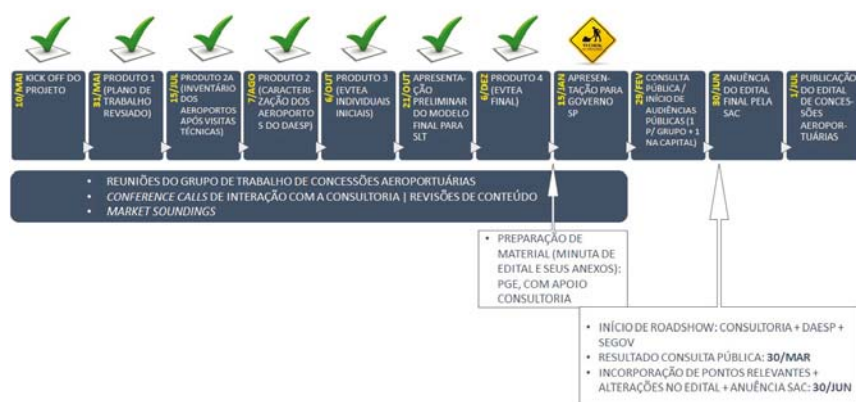
Transporte Aeroaviário - Departamento Aeroaviário do Estado de São Paulo – DAESP - As condições fiscais da conjuntura político-econômica nacional ainda permaneceram em 2019, o que tornou ainda mais desafiante o cumprimento da missão do DAESP na operação, segurança, modernização da infraestrutura e na melhoria da prestação de serviços nos aeroportos regionais que compõem a sua rede. Embora ainda não se tenha oficialmente o anúncio de uma retomada do crescimento econômico, as iniciativas do novo Governo Federal, principalmente aquelas sendo propostas pela equipe econômica, fizeram com que se observassem leve melhora nos principais indicadores da economia brasileira. Como São Paulo é o grande representante do PIB nacional, isso refletiu positivamente no número de passageiros embarcados na rede do DAESP, bem como no número de movimentos de aeronaves. Em alguns aeroportos, houve estabilização após quedas nos últimos exercícios e, em alguns, houve crescimento. Além disso, a decisão por uma iniciativa corajosa tomada pelo Governo, logo no início do ano, que foi a redução do ICMS que incide sobre o combustível de aviação de 25 % para 12 %, proporcionou contrapartidas das companhias aéreas em prol do desenvolvimento do Estado e de sua infraestrutura de transporte aeroaviário. O 4º trimestre está sendo positivamente impactado pelo aumento de voos tendo São Paulo e alguns aeroportos do DAESP como sua origem. Finalmente, a nova gestão do DAESP trouxe e implementou medidas de gestão firmes em prol da eficiência, como possibilidades de aumento de receita e redução de custos, modelo de gestão por resultados e gestão orçamentária mais assertiva, podendo mirar um cenário de EBITDA – Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization, positivo após cerca de 20 anos. Isso possibilitou uma necessidade de recursos do Tesouro do Estado para fechamento do exercício 90 % menor que aquela solicitada em 2018 - de R\$ 8,6 milhões em 2018 para cerca de R\$ 800 mil no ano. Esses resultados têm como base a implantação de um modelo de gestão composto por indicadores e projetos distribuídos em 5 dimensões estratégicas - Financeira, Operações, Mão de Obra, Métodos e Processos, Meio Ambiente e sua relação com a Missão, Visão e Valores também definidos para o DAESP. O Departamento tem, como um dos seus principais projetos, a desestatização de sua rede de aeroportos, atualmente com 22 unidades, após as recentes inclusões de Barretos e Guaratinguetá. A consultoria IOS Partners foi contratada por meio de financiamento obtido junto ao BID e está, junto com o DAESP, trabalhando na modelagem do que será feito para atração de investidores privados, que irão investir, explorar e modernizar a rede aeroportuária estadual de São Paulo. A previsão é que o Edital seja publicado em meados de 2020, entre os meses

de junho e julho. Movimento de Passageiros e Aeronaves - Em comparação com o ano de 2018, o número consolidado de janeiro a outubro, para a rede de aeroportos do DAESP apresentou um aumento de 13 % no movimento de passageiros e uma queda 8% no movimento de aeronaves. Chega-se ao final de outubro já com mais de 2,2 milhões de passageiros passando pelos aeroportos da rede estadual de São Paulo e mais de 110 mil movimentos - pouso + decolagem, de aeronaves. A queda no movimento de aeronaves se refere a uma estratégia recente e característica das companhias aéreas no sentido de aumentar a ocupação de suas aeronaves e, assim, otimizar sua operação. A tabela a seguir mostra o movimento de passageiros, comparando o 2º com o 1º quadrimestre - coincidindo com os Relatórios de Gestão quadrimestrais sendo publicados no site do DAESP e, ainda, o acumulado de janeiro a outubro, com o mesmo período de 2018, com o devido desdobramento para todos os aeroportos da rede do Departamento. O DAESP, em conjunto e com apoio do Governo do Estado de São Paulo, trabalha estrategicamente para trazer maior movimento aos aeroportos da rede estadual. Com a ação de redução da alíquota de ICMS sobre o combustível de aviação - de 25 % para 12 %, provocou aumento significativo de voos partindo de São Paulo, impactando positivamente os aeroportos do DAESP que já possuíam aviação regular e, mais ainda, novos 5 destinos que passarão a contar com voos regulares de passageiros - Araraquara, com a Azul e seus aviões ATR-72, Votuporanga e São Carlos, com a Passaredo e também seus ATR-72, e Barretos e Franca, com a Gol e seus jatos Boeing 737-700. Esses voos e os respectivos incrementos esperados de movimento operacional e receitas começarão, provavelmente, a fazer efeito a partir de novembro deste ano. Barretos e Franca já contam com voos diários operados pela Two Flex, em parceria com a Gol, utilizando aeronaves Cessna Grand Cravan, com capacidade para transportar até 9 passageiros. O DAESP abriu, em agosto, um Chamamento Público para que se recebessem propostas para incremento da aviação regional no Estado de São Paulo, por meio da utilização de aeronaves de menor porte, até 19 lugares. A ideia é que se possa movimentar a aviação regional sem grandes necessidades de investimento e custeio, o que é possível com aeronaves que operam sob regência da RBAC 135 da ANAC. Dessa forma, as cidades do interior poderiam funcionar como *feeders* - alimentadoras dos hubs regionais já existentes na rede do DAESP e, a partir deles, conectar os passageiros com a capital, com o Brasil e com o mundo. Foram recebidas 2 propostas, mostrando parcerias que as grandes empresas aéreas estão buscando com empresas que já têm frota de aeronaves de menor porte habilitadas para transporte regular de passageiros - no caso, Gol e Two Flex, Azul e Asta. Isso mostra que a aviação regional tem grande potencial dentro do cenário de crescimento econômico que está sendo construído em São Paulo e também no Brasil.

PASSAGEIROS						
Aeroporto	2º Quad.	1º Quad.	Δ	Jan a Out	Jan a Out	Δ
	2019	2019		2019	2018	
Ribeirão Preto	300.315	280.193	7%	835.661	745.247	12%
São José do Rio Preto	265.255	264.379	0%	745.961	669.242	11%
Pres. Prudente	113.717	91.792	24%	289.142	232.151	25%
Bauru	41.923	39.887	5%	117.911	114.909	3%
Araçatuba	36.278	31.161	16%	102.611	83.867	22%
Marília	25.786	20.727	24%	66.448	54.795	21%
Sorocaba	16.342	11.537	42%	37.858	34.652	9%
Assis	1.504	1.303	15%	3.676	3.880	-5%
Araraquara	1.390	1.082	28%	2.922	4.507	-25%
Franca	1.182	821	44%	2.913	2.756	6%
Pres. Epitácio	119	926	-87%	1.135	2.623	-57%
Votuporanga	397	622	-36%	1.308	1.669	-22%
Andradina	486	332	46%	1.103	1.177	-6%
Avaré	339	420	-19%	1.096	948	16%
São Carlos	434	320	36%	1.100	939	17%
São Manuel	219	275	-20%	623	813	-23%
Dracena	192	270	-29%	632	545	16%
Tupã	228	204	12%	557	551	1%
Penápolis	129	122	6%	343	616	-44%
Registro	61	4	1425%	125	216	-42%
TOTAL REDE DAESP	806.296	746.377	8%	2.213.125	1.956.103	13%

Investimentos na Operação Aeroportuária - O DAESP tem focado seus projetos de investimento para manter a operacionalidade dos aeroportos, com segurança e qualidade de serviço, em cumprimento à legislação vigente, e não tem medido esforços para conseguir atender as necessidades dos aeroportos da rede. Os investimentos no ano atingirão um montante de cerca de R\$ 30 milhões, em valores dos empreendimentos, com execução até meados de 2020. É um valor que, há muitos anos, não se conseguia para manutenção, reforma, ampliação e modernização da rede de aeroportos do Estado. Para tal, a gestão buscou algumas fontes, passando pela liberação de superávits do exercício anterior, liberação do saldo da outorga da concessão aeroportuária realizada em 2017, aprovação de novos recursos junto ao Governo do Estado e, por fim, a própria LOA do ano já aprovada desde o início do ano, apesar desta representar o menor montante em relação às outras fontes de recursos. Uma das principais obras é a da nova Torre de Controle do aeroporto de Sorocaba, que já está concluída. Um empreendimento de cerca de R\$ 20 milhões, com R\$ 8 milhões executados. Este investimento tem como objetivo a segurança operacional, com o melhor e mais assertivo ordenamento do tráfego aéreo, que apresenta, atualmente, média anual de 35 mil movimentos. Esse projeto também vem de encontro à iniciativa de internacionalização do aeroporto de Sorocaba para a manutenção de aeronaves da aviação geral e executiva, haja vista aquele aeroporto representar um dos principais polos da América Latina para esse tipo de atividade. Ainda em prol da internacionalização, está sendo construído muro de concreto armado para proteção do sítio aeroportuário, além de ter sido inaugurado moderno sistema de vigilância por câmeras de alta

definição. Há outras obras também de extrema importância em andamento, como remoção de borracha nas pistas de pouso e decolagem dos aeroportos exclusivos para aviação geral, instalação e manutenção da cerca operacional elétrica e do ar condicionado no aeroporto de Ribeirão Preto, ações estruturais e corretivas nos aeroportos de São Carlos e São José do Rio Preto, revitalizações gerais da infraestrutura, além de avanço muito significativo em investimentos da área de Meio Ambiente. Ainda há que se mencionar a execução de projetos como revitalizações das pistas dos aeroportos de Marília e Araçatuba, além de adequações dos aeroportos para receber status de conformidade em relação aos AVCB - Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, além de ações corretivas e adequações normativas em todos os aeroportos da rede. Conforme já dito anteriormente, como resultado da redução feita pelo Governo do Estado na alíquota de ICMS sobre o combustível de aviação, 5 cidades do interior do Estado passarão a receber voos de aviação regular: Araraquara, Votuporanga, São Carlos, Barretos e Franca. Em razão das aeronaves a serem utilizadas *versus* a infraestrutura aeroportuária existente nas localidades *versus* a regulamentação preconizada pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, estão sendo realizadas adequações diversas nos aeroportos, desde novos contratos de custeio, como vigilância, inspeção de passageiros e limpeza, até obra significativa de recuperação da pista de pouso e decolagem de Barretos e de Votuporanga, instalação de instrumentos de apoio à navegação aérea, reformas em Terminais de Passageiros, dentre outras. Receitas Comerciais e Tarifas Aeroportuárias - A arrecadação obtida com as tarifas aeroportuárias, resultante da movimentação de aeronaves, adicionada às receitas decorrentes dos contratos de exploração comercial nos aeroportos, desempenhou papel decisivo na complementação de recursos financeiros para fazer frente às necessidades orçamentárias do DAESP. A Área Comercial realizou 50 licitações públicas para a exploração comercial de áreas dos aeroportos neste ano de 2019, resultando na celebração de 18 novos contratos comerciais que agregaram recursos à receita comercial da autarquia, além da atualização de valores de 79 contratos existentes com empresas aéreas, empresas prestadoras de serviços auxiliares de transportes aéreos, táxis aéreos e outros. A Receita Tarifária também obteve uma relevante elevação diante da reclassificação de aeroportos, o que resultou em um avanço de R\$ 400 mil mensais, além da implantação de voos regulares em 5 aeroportos: Araraquara -voos da Azul, São Carlos e Votuporanga - voos da Passaredo, Franca e Barretos - voos da Two Flex/Gol. Destaques - Definição de Missão, Visão e Valores do DAESP; implantação de modelo de gestão voltado a resultados, com indicadores e projetos para alavancagem do negócio; desdobramento da gestão para os aeroportos, com envio dos resultados mensais e análise vinda dos gestores da ponta da operação; implantação de governança mínima, com reuniões de Diretoria, pautas, atas e apresentações de resultado; elaboração, aprovação e publicação da primeira Resolução do DAESP, que funciona como uma Política do negócio, referente à determinação de prazos contratuais para contratos com reversão de investimento do concessionário para o Estado, ao final do período contratual - característica de *real estate*; abertura de Chamamento Público visando ao incremento da aviação regional no Estado de São Paulo por meio da utilização de aeronaves com até 19 assentos; revisão de 64% dos contratos com fornecedores, trazendo uma economia projetada de R\$ 825 mil até final de 2019; redução de cargos comissionados e engajamento de pessoal, representando cerca de R\$ 2,5 milhões anuais; realização de acordos para débitos comerciais por meio da instituição dos Termos de Confissão de Dívida, de forma a recuperar os créditos de forma mais efetiva; elevação da marca e geração de valor por meio da instalação dos logotipos do Governo de São Paulo e do DAESP em 100% dos aeroportos da rede; abertura de licitação para a recuperação da pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Marília; aprovação de cerca de R\$ 1,1 milhão em projetos de investimento na área de Meio Ambiente; implantação de “Pesquisa de Posicionamento” para os colaboradores, com apoio, sem ônus, do IBEGESP – Instituto Brasileiro de Educação em Gestão Pública, visando à melhor percepção pela Alta Gestão de como estão se posicionando as pessoas que trabalham no DAESP em relação ao processo de desestatização em andamento, de forma a traçar ações mais assertivas para as pessoas diante do cenário de mudanças; Geração de conteúdo e pauta positiva, em um trabalho em conjunto com a imprensa visando à preparação do negócio para a desestatização; projeção de EBITDA positivo após cerca de 20 anos; avanço relevante no projeto de desestatização, já com entrega concluída de 4 relatórios, e a modelagem sugerida deve ser apresentada, em sua versão final, ao Governo em meados de janeiro/2020. Abaixo o macro cronograma:



Transporte Hidroviário - Companhia Docas de São Sebastião – CDSS - Gestão Administrativa - A partir de proposta da Companhia foi publicada a Portaria nº 501, de 5 de julho 2019, do Ministério da Infraestrutura, estabelecendo os novos limites da APO – Área do Porto Organizado. Com a publicação pela Secretaria Nacional de Portos do Plano Mestre do Complexo Portuário de São Sebastião, em 2018, a Companhia está preparando a revisão do PDZ – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto, considerando a sua futura desestatização. Estão em andamento as medidas necessárias para regularização fundiária das áreas do Porto, bem como para solicitar nova inspeção da CESP/SP para obtenção da certificação relativa ao ISPS Code. Em 06 de fevereiro, por meio do Ofício nº 38/DelSSe Sebastião-MB a Delegacia da Capitania dos Portos em São Sebastião ratificou a proposta de redução do calado máximo operacional para o berço 101 tendo em vista assoreamento ocorrido. A Companhia iniciou estudos para restabelecer a profundidade original de 10 metros o que deverá ser feito por meio de dragagem em 2020. Desempenho Operacional - projetado - Atracaram 62 navios no berço 101 e 872 embarcações de

menor porte nos berços internos que geraram uma movimentação anual de 735 mil toneladas de mercadorias, acréscimo de 2,4 % em relação a 2018. A taxa de ocupação do berço principal foi de 54 % - ou 196 dias, equivalente à do ano anterior. As principais cargas movimentadas foram os grãos sólidos: barrilha, malte, cevada, ulexita e alumina, bem como os animais vivos cuja movimentação reduziu em relação a 2018. Cenário Econômico e Financeiro - O ano apresentou melhorias em alguns setores da economia que deverão refletir beneficemente no setor portuário no próximo ano. Para 2020 são esperados os aumentos da movimentação de grãos sólidos e das operações de cabotagem e do setor de Óleo & Gás. Para o caso específico da cabotagem de carga em contêineres o Porto conta com “scanner”. A medida mais significativa foi a decisão da desestatização do Porto até o final de 2021, tema que o GESP encaminha junto ao Governo Federal, que tem a competência para tal finalidade. Obtivemos uma receita bruta de R\$ 21,1 milhões, acréscimo de 20,6 % em relação a 2018 - R\$ 17,5 milhões, aproximando da receita de 2015 - R\$ 22,97 milhões. A decretação da falência da Schahin Engenharia S.A., que mantinha contrato de uso temporário, deixou dívidas ainda pendentes de solução, mesmo com a Companhia adotando as medidas cabíveis para preservar seus interesses, conforme consta no Processo nº 1037133-31.2015.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara de Falência e Recuperação Judicial. A Companhia vem insistindo junto ao administrador da massa falida para que seja desocupada rapidamente a área na qual ainda remanescem bens que pertenciam à referida empresa. Investimentos - Foi liberado R\$ 1,6 milhão para investimentos que foi aplicado na manutenção das condições operacionais e de segurança do Porto. Gestão Ambiental - A Companhia Docas São Sebastião vem mantendo seu compromisso de priorizar a gestão ambiental, tanto que se encontra entre os melhores portos conforme o Índice de Qualidade de Gestão Ambiental em Portos Organizados – IQGAPO, da ANTAQ. A Licença de Operação nº 908/2010, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ainda em vigor, encontra-se em fase de renovação, o que deverá ocorrer no início de 2020. Foram entregues os relatórios do monitoramento de 2018, bem como o relatório consolidado do período de 2011 a 2016, itens que concluíram pendências para a análise do processo de renovação da Licença de Operação do Porto. As ações de capacitação dos recursos humanos da Companhia tiveram continuidade, bem como realizamos simulações de atuação em condição de emergências na área portuária e em áreas externas abertas à participação da população. De igual forma, as ações fundamentais para o atendimento das condicionantes do Plano de Emergência Individual- PEI e do Plano de Controle de Emergências – PCE foram mantidas pelo Centro de Atendimento a Emergências Ambientais no interior do Porto, por meio de embarcações, viaturas e equipamentos para combate a incêndio, emergências químicas e vazamento de óleo no mar. Sistema de Gestão Ambiental – NBR/ISO 14.001/2004 - O Porto de São Sebastião renovou a certificação da norma NBR ISO 14.001/2004, conquistada em 2015, quando se tornou o primeiro Porto Público do País a ter essa certificação, que passa a ter validade até março de 2021. A adesão à certificação ISO 14.001 é voluntária e comprova o desempenho da gestão ambiental da Companhia, por meio do controle dos aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades desenvolvidas. O Porto de São Sebastião conta com o Plano de Área, o primeiro aprovado pelo IBAMA e pela CETESB para um Porto Organizado do País. Anualmente, são realizados exercícios simulados práticos do Plano de Emergência Individual do Porto, acompanhados por avaliadores de diversas instituições - IBAMA, CETESB, Marinha do Brasil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Sebastião e este ano foi realizada oficina com participação da comunidade. Viabilidade Econômica do Porto - O desenvolvimento e a consequente viabilidade econômica do Porto de São Sebastião, independentemente de sua desestatização, apoia-se em duas frentes: no término da rodovia de acesso ao Porto, desde o planalto e na requalificação e ampliação da infraestrutura do Porto. A duplicação do trecho da serra da Rodovia dos Tamoios está com as obras em andamento, com previsão de conclusão para o final de 2020. O Contorno Viário de São Sebastião teve suas obras paralisadas e a retomada ainda depende de negociações com as construtoras. Ambas são executadas com recursos do Governo do Estado e são vitais para proporcionar a confiabilidade de acesso ao Porto para seus usuários. Quanto ao projeto de expansão do Porto, que, em 17 de dezembro de 2013, recebeu do IBAMA a Licença Prévia nº 474/2013 para suas fases 1 e 2, que possibilitaria o incremento da área portuária para 800 mil m² e a construção de até 1.500 m de berços com 40 m de largura e profundidade mínima de 16 m, cuja implantação foi barrada pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, ainda continua *sob judice*. Suspensão da Licença Prévia - Em 28 de maio de 2014 foi proposta ação civil pública - Processo nº 0000398-59.2014.403.6135, pelo Ministério Público Federal e pelo Estadual em face da Companhia e do IBAMA, com trâmite perante a 1ª Vara da Justiça Federal de Caraguatatuba/SP. O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido em 11 de julho de 2014. Em 28 de julho de 2017 foi proferida decisão suspendendo o processo pelo prazo de 30 dias para que as partes levassem a Juízo eventual Acordo. Em 7 de março de 2018 foi protocolada manifestação da Companhia Docas requerendo o prosseguimento do feito, tendo em vista que as tratativas de acordo não seguiram adiante. Os autos conclusos para despacho/ decisão do juiz em 21/6/2018. Na data de 5/11/2018, os autos foram remetidos para vista ao Ministério Público. Em 7 de março foi juntado o recurso de apelação do Ministério Público Estadual e Federal, razão pela qual a Companhia Docas de São Sebastião protocolou no dia 5 de abril, as contrarrazões do recurso de apelação. O Tribunal Regional Federal ainda não julgou os recursos das partes. Atendimento ao Cidadão e Transparência - Para atender as normas estaduais e a Lei de Acesso à Informação, a Companhia disponibiliza canais de comunicação “Fale Conosco”, “Serviço de Informações ao Cidadão - SIC e Ouvidoria, acessíveis pelo sítio eletrônico do Porto de São Sebastião www.portodesaosebastiao.com.br, sem pendências para serem atendidas. Departamento Hidroviário - Implantação De Melhorias Na Malha Hidroviária - Em Andamento: Gerenciamento de Projetos e Supervisão de Obras. Canal a Montante da Eclusa Ibitinga - Melhoria da rota de navegação e escavação subaquática de altos fundos. Objeto: Execução da obra de implantação do canal de montante da eclusa de Ibitinga. Localização: Reservatório de Ibitinga; valor: R\$ 9,3 milhões; Assinatura do contrato: 15/3; Ordem de início: 15/3. Paralisadas, Complementação a contratar após 2020: Obra na Ponte SP 425 - Proteção dos pilares do vão de navegação. Objeto: Proteção dos pilares do vão de navegação ampliado. Localização: Reservatório de Nova Avandava - Municípios: Barbosa e José Bonifácio. Valor: R\$ 15 milhões. Previsão de início das obras: 2º semestre de 2020. As obras de ampliação do vão de navegação da ponte foram retomadas pelo DER em agosto. Obra na Ponte SP 333 – Proteção dos pilares do vão de navegação - Objeto: Proteção dos pilares do vão de navegação ampliado. Localização: Reservatório de Promissão - Municípios: Pongá e Novo Horizonte. Valor: R\$ 17,7 milhões A complementação da obra de proteção dos pilares do vão de navegação será contratada em 2 fases, a saber: Transporte dos Flutuantes e Complementação das Proteções. Previsão de início das obras: 1º semestre de 2020. Obra no Canal de Anhembi - km 72 ao 89 - Obra de dragagem de manutenção. Objeto: Execução de dragagem de manutenção entre os Km 74 e 89 da rota de navegação no rio Tietê do reservatório de

Barra Bonita, para permitir a operação durante todo o ano sem restrição de calado. Localização: Reservatório de Barra Bonita - Município: Anhembi. Valor: R\$ 41 milhões. A complementação da obra será executada em 2 fases: 1ª fase - licitação do projeto dos trechos 1 e 2 - km 74 ao 78, com disposição do material escavado em novo bota-fora a ser desapropriado. Previsão de início da elaboração do projeto em março de 2020 - 2ª fase - licitação da obra englobando os trechos 3, 4 e 5 - km 78 a 85 e trechos 1 e 2 - km 74 ao 78. Previsão de início das obras em julho de 2021. Obra do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri. Localização: Municípios: Bariri e Boracéia. Valor: R\$ 46 milhões. A complementação da obra será executada em 2 fases: 1ª fase - licitação da complementação da obra do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri. Previsão de início: 2º semestre de 2020. 2ª fase - licitação do projeto para automatização do Atracadouro de Espera e Canal de Jusante da Eclusa de Bariri. Previsão de início do projeto: 2º semestre de 2021. Obra no Canal Jusante de Nova Avanhandava - Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução da obra de ampliação do Canal de Navegação a jusante da Eclusa de Nova Avanhandava. Localização: Municípios de Brejo Alegre, Birigui e Buritama. Valor: R\$ 212,60 milhões. Será executada a revisão do projeto para licitação da retomada da obra. Previsão de retomada das obras: 2º semestre de 2020. Previsão de conclusão da obra: 2º semestre de 2023. A obra Canal a Jusante de Nova Avanhandava permitirá a navegação sem restrições de calado devido a pontos altos - rochas, localizados no trecho, eliminando o risco de paralisação do transporte, no período de estiagem, com a de redução da cota de navegação definida pelo Operador Nacional do Serviço Elétrico – ONS. A obra de Nova Avanhandava, quando concluída, contribuirá para a consolidação da hidrovía Tietê-Paraná como solução permanente para um dos principais corredores de exportação do Brasil, que atende os estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná. Execução - Em decorrência do contingenciamento do orçamento iniciado neste ano, no Estado de São Paulo, foi realizada uma revisão no cronograma de obras e serviços do Departamento Hidroviário, com o intuito de apropriar, de forma mais adequada, os recursos disponibilizados. Foram priorizados os projetos e serviços em condições de serem executados a curto e médio prazo, os contratos em andamento custeados com recursos federais, aqueles que possuíam recursos financeiros disponibilizados ou custeados por verbas advindas de financiamentos. Com relação aos projetos, custeados com recursos do Tesouro do Estado, foram priorizados aqueles com término previsto para até o fim de 2020. Principais Avanços - Contratação da obra de implantação do canal de montante da eclusa de Ibitinga. Contratação dos serviços de manutenção do balizamento e execução de levantamentos topobatimétricos no trecho paulista da Hidrovía Tietê-Paraná.

SECRETARIA DA SAÚDE

O papel da Secretaria de Estado da Saúde na gestão do SUS/SP - Segundo as diretrizes nacionais do SUS, a SES tem a responsabilidade geral de formulação e coordenação da política do sistema no Estado. As funções podem ser resumidas em cinco dimensões: – Manter a rede assistencial própria do Governo do Estado - são serviços próprios estaduais de saúde, hospitalares ou ambulatoriais da administração direta, indireta - fundações e autarquias e de Organizações Sociais de Saúde - OSS, que são referência regional, especializada ou de alta complexidade do sistema. Esta rede inclui grandes hospitais universitários, como os Hospitais de Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - USP, da Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas – UNICAMP, de Botucatu da Faculdade de Medicina da Universidade Paulista – UNESP e da Faculdade de Medicina de Marília, o Instituto do Coração – INCOR/USP, o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia. Gerir, planejar e regular a rede assistencial vinculada ao SUS – são serviços de assistência médica de maior complexidade vinculados ao SUS, de caráter estadual ou regional, que permanecem sob gestão da SES - rede de Santas Casas e hospitais filantrópicos, Hospitais de Ensino, serviços especializados de oncologia, nefrologia, hemorrede, entre outros. A gestão da atenção básica de saúde - unidades básicas de saúde e equipes de saúde da família é municipal, com apoio financeiro e técnico estadual. Manter os órgãos estaduais de apoio às ações da Secretaria de Saúde – são institutos e fundações com funções específicas na saúde estadual, como a Fundação para o Remédio Popular - FURP, Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, Fundação Oncocentro - FOSP, Instituto Emílio Ribas, o Centro de Referência e Treinamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST/Aids, os institutos de pesquisa - Instituto Butantan, Adolfo Lutz, Instituto de Saúde, Instituto Pasteur, Instituto Lauro de Souza Lima. – Realizar, coordenar e planejar as ações de saúde coletiva no Estado – estabelecer as normas estaduais e realizar ações de vigilância epidemiológica e sanitária, de combate aos vetores e outras ações de interesse para a saúde coletiva, por meio de seus órgãos centrais e regionais, como o Centro de Vigilância Epidemiológica – CVE, o Centro de Vigilância Sanitária – CVS, o Centro de Distribuição e Logística e a Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN. Desenvolver ações de supervisão, capacitação, acompanhamento, avaliação e apoio aos sistemas de saúde municipais - por meio de seus órgãos centrais e regionais - 17 Departamentos Regionais de Saúde – DRS a SES participa dos 63 colegiados regionais de saúde - em conjunto com os representantes municipais, prestando auxílio aos sistemas municipais de saúde e formulando estratégias de aperfeiçoamento do sistema. Dimensão Geral do SUS/SP e da Rede Estadual Própria de Saúde – SUS no Estado de São Paulo possui 563 hospitais, com 57,5 mil leitos totais sendo 50,0 mil leitos de internação e 7,2 mil leitos complementares terapia intensiva e unidades intermediárias, que realizam no total 2,4 milhões de internações/ano. A rede hospitalar própria da Secretaria de Estado da Saúde possui 100 hospitais, 21 mil leitos totais sendo 17,8 de internação e 3,2 mil leitos complementares - terapia intensiva, cuidados intermediários da Administração Direta, Administração Indireta - autarquias e fundações e aqueles contratualizados pelas Organizações Sociais de Saúde, que realizaram 902 mil internações - representando 37,1% do total de internações do SUS e 418 mil cirurgias que representam 40,0% das cirurgias no SUS/SP. A Secretaria possui rede ambulatorial própria - Ambulatórios de Especialidade Médica – AMES, Centro de Referência de Idoso – CRI, reabilitação, tuberculose, saúde mental que é de referência em suas respectivas regiões. Os procedimentos ambulatoriais - consultas, exames laboratoriais, procedimentos terapêuticos, entre outros produzidos pelos serviços estaduais próprios são da ordem de 493,2 milhões, representando 42,7% da produção total do SUS/SP, incluindo a dispensação de medicamentos de alto custo e procedimentos diagnósticos de maior complexidade. Por outro lado, a gestão da atenção básica de saúde - unidades básicas de saúde ambulatoriais e equipes de saúde da família é municipal, com apoio financeiro e técnico estadual.

*Ações de Planejamento e Aperfeiçoamento da Gestão Estadual e da Rede SUS - Programa Saúde em Ação - foram dadas continuidade ao projeto de parceria com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento de “Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde”. Principais estudos técnicos em andamento: Avaliação de Impacto do Projeto; desenvolvimento do Plano Diretor da Assistência Farmacêutica do Estado de São Paulo. Aquisição de equipamentos de informática: a Unidade de Coordenação do Projeto – UCP, adquiriu e distribuiu Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação para as unidades básicas novas entregues pelo projeto: 3561 Desktops; 3.208 Tablets; 1230 Impressoras; 230 Multifuncionais; 52 Servidores; aquisição de mobiliários e equipamentos administrativos e hospitalares: Valor de R\$ 16.918.082,42 empenhados; referentes a equipagem de: 32 UBS’s – Unidades Básicas de Saúde, 13 CAPS’s - Centros de Atenção Psicossocial, Departamento Regional de Saúde Taubaté, Departamento Regional de Saúde de Registro; e parcial do Ambulatório de Especialidades Médicas de Campinas, Ambulatório de Especialidades Médicas de Avaré e Hospital Regional do Litoral Norte. Obras concluídas: Construção do Hospital Regional do Litoral Norte, reforma do Departamento Regional de Saúde de Taubaté, Construção de 6 Centros de Atenção Psicossocial no Litoral Norte, Construção de 5 Centros de Atenção Psicossocial em Itapeva, construção de 3 Unidades Básicas de Saúde em Itapeva, construção do Ambulatório de Especialidades Médicas de Campinas, construção 1 Centro de Atenção Psicossocial em Campinas, construção de 27 Unidades Básicas de Saúde na Região Metropolitana de Campinas, Construção do Departamento Regional de Saúde de Registro, construção de 1 Centro de Atenção Psicossocial na região do Vale do Ribeira, construção de 2 Unidades Básicas de Saúde na Região do Vale do Ribeira. Repasses para reformas: 38 repasses para reformas de UBS, Pronto-Atendimento, CAPS e Santas Casas através de convênios com municípios e entidades integrantes das regiões do programa Saúde em Ação - contrapartida. Destes repasses, foram concluídas 25 reformas, sendo 6 UBS’s e 1 CAPS na RMC; 10 UBS’s e 1 Santa Casa da DRS Itapeva Sorocaba; 6 UBS’s no Vale do Jurumirim; 1 Pronto Atendimento no Vale do Ribeira. Contratos assinados: construção de 3 Unidades Básicas de Saúde na RMC; construção de 1 Unidade Básica de Saúde e 1 Centro de Atenção Psicossocial no Litoral Norte, construção de 1 Serviço de Radioterapia, Quimioterapia e Fisioterapia no Litoral Norte - Anexo ao HRLN. Atividades nos territórios: Curso semipresencial para as Regionais de Saúde e Desenvolvimento Social de todo o Estado, voltado à Programas para a Primeiríssima Infância; capacitação dos profissionais das Unidades Básicas de Saúde em rotinas gerenciais inovadoras e implantação do e-SUS AB nas cinco regiões contempladas pelo Programa; apoio ao gerenciamento, monitoramento do projeto e supervisão das obras; curso em Design Thinking para os cinco DRS – Departamentos Regionais de Saúde dos territórios do programa; início do Curso semipresencial de Gestão da Clínica para profissionais da rede nos cinco territórios do programa; Projeto Trilhas - novos caminhos da saúde pública, para os gestores dos cinco territórios do programa; início do Projeto de fortalecimento da RAPS da Região de Itapeva; Projeto Transformando Juntos - Práticas Integradas no Litoral Norte e início no Vale do Jurumirim; implantação do Projeto de Transporte Sanitário Eletivo na Região de Itapeva; avaliação intermediária do projeto; auditoria externa do projeto. Inovação Tecnológica e Informatização - Projeto Hora Marcada - Desenvolvimento e Implantação do Sistema Hora Marcada: sistema mobile que permite aos pacientes o agendamento, cancelamento e remarcação de consultas, exames e outros procedimentos oferecidos pelo SUS - Implantado nas Cidades de Ribeirão Preto e Sertãozinho, mais de 18 mil transações. Projeto Remédio Agora - Desenvolvimento e Implantação do Sistema Remédio Agora: sistema mobile que permite o agendamento, cancelamento e remarcação da retirada dos medicamentos nas farmácias que dispensam medicamentos sob responsabilidade do Estado - Implantado na Farmácia Maria Zélia, cerca de 11% dos atendimentos/dia via aplicativo. Projeto Teledermato - Implantação do Sistema Teledermato: sistema mobile que permite a coleta de imagens e anamnese das lesões dos pacientes para emissão de laudo realizado pelo médico especialista em dermatologia do Hospital Israelita Albert Einstein - Implantado nas Cidades de Ariranha, Catanduva, Catigua, Echaporã, Elisário, Embauba, Fernando Prestes, Irapua, Itajobi, Marapoama, Marília, Nova Canaã Paulista, Novais, Novo Horizonte, Ocaçu, Oriente, Palmares, Paraiso, Pindorama, Pirangi, Rubinéia, Sales, Santa Adélia, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Tabapua, Três Fronteiras, Urupes e Vera Cruz - 2,1 mil pacientes e 4,1 mil laudos. Projeto História Clínica Digital - Definição do desenho, especificação e estratégia de contratação de solução tecnológica capaz de consolidar, normalizar e compartilhar dados clínicos dos diversos sistemas em saúde do Estado como meio de reduzir a descontinuidade assistencial. Big Data - Sala de situação saúde: elaboração de Termo de Referência para contratação via Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID de solução/ambiente lógico com ferramentas de big data e analytics para apoio e melhoria de processos em quatro temas de negócio saúde: regulação - oferta e demanda de consultas, exames e procedimentos, mapa da saúde, KPIs hospitalares e aquisição/distribuição de medicamentos/insumos nas farmácias do Estado de SP. Informatização da Rede Própria SES - Rede e HARDWARE: Atualização do parque tecnológico através da aquisição de equipamentos para a SESSP, Prédios I, II e III, e unidades externas; Renovação de contratos de Segurança e Garantia de Hardware para o Datacenter, aumento de memória RAM nos servidores de virtualização, atualização de mais de 40 firewalls das unidades administrativas gerenciados pelo GIS, aquisição de software antivírus e AntiSpam através de ARP para todas as unidades desta SES; resolução de mais de 14675 chamados, 683 RDMs envolvendo atualização de sistemas e ambiente de infraestrutura. Utilização do Datacenter PRODESP para hospedagem de alguns sistemas críticos como CTX Transplantes, MEDEX medicamentos, SIVISA. Instrumentos de planejamento quadriennais - ocorreram os levantamentos de informação - diagnóstico situacional, as discussões técnicas e a elaboração dos instrumentos de planejamento quadriennal da saúde: Plano Estadual de Saúde - 2020-2023 e o Plano Plurianual – PPA 2020-2023. Pactuação do SISPACTO - construção das diretrizes para a pactuação de metas e ações da Pactuação Interfederativa, referente ao ano de 2020, com o objetivo de construir uma pactuação ascendente - Deliberação CIB nº 88, que aprovou as orientações para a pactuação interfederativa de indicadores para 2020. Atualizado, em conjunto com diversas áreas técnicas da SES/SP, o guia com orientações para os Departamentos Regionais de Saúde – DRS e os municípios construírem as metas municipais e regionais. Também foi elaborado formulário *online* para registro das pactuações regionais. Comissão Intergestores Bipartite – CIB/SP - instância colegiada de pactuação do Sistema Único de Saúde – SUS estadual, integrada pela SES/SP e por representantes dos Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo e executou a publicação de mais de 100 Deliberações relacionadas à pactuações e homologações de habilitação / credenciamento de serviços de saúde. Matriz de Indicadores de Saúde do Estado de São Paulo - atualização dos dados demográficos, socioeconômicos, condições de vida e saúde, rede de serviços e financiamento por região de saúde e para o Estado, no sentido de auxiliar o planejamento de saúde na versão eletrônica disponível no portal da Secretaria de Saúde. Publicação de análises e artigos no site de informações da SES sobre*

temas diversos relacionados à saúde, como Perfil da Mortalidade no Estado de São Paulo, Mortalidade por causas externas, por causas mal definidas, Mortalidade Infantil, Cobertura de exames de Mamografias de rastreamento e de exames preventivos para Câncer de Colo de Útero no SUS/SP, Internações por Causas Sensíveis à Atenção Básica, Terapia Renal Substitutiva nos Departamentos Regionais de Saúde, Morbidade das internações no SUS/SP, Internações, Impacto das internações de Saúde Mental por dependência de drogas no SUS/SP dentre outros. Ouvidoria da Saúde – SES - de janeiro a outubro registramos e acompanhamos através do Sistema Ouvidor SES/SP *online* 301.548 manifestações nos Serviços de Ouvidoria/S.A.U. Finalizamos 98,5% das manifestações e classificamos como: 59,5% informação; 22,1% elogio; 9,8% reclamação; 7,5% solicitação; 0,9% sugestão e 0,2% denúncia. - Judicialização no SUS/SP - pelo terceiro ano consecutivo houve diminuição das ações judiciais em saúde recebidas - 16% entre 2016/2017; 15% entre 2017/18; e com projeção de decréscimo de aproximadamente 19% entre 2018/2019, sendo 11,7 mil ações - até novembro. Deve-se este resultado, ações da SES para mitigar a judicialização desnecessária, tal como o Programa de Triagem Farmacêutica - conhecido como “JEFAZ”, coordenado pelo GCODES. Com 3 farmacêuticas, foi possível não ajuizar mais de R\$ 5 milhões de produtos e procedimentos - consumo estimado/mês, encaminhado para solicitação administrativa, reinserindo no SUS ou mesmo apresentando/questionando sobre alternativas terapêuticas. O Programa Acesso SUS, neste esteio, tem bons resultados. Outras medidas racionalizadoras de custo tem sido efetivadas. O gasto global da SES/SP para cumprimento das ordens judiciais no Estado, até novembro, é de R\$ 746,9 milhões - para o total de 49 mil demandas ativas. Sistema Estadual de Auditoria - Curso de Regulação e Auditoria no SUS com quatro módulos, dois cursos com temas específicos, seminário sobre faturamento de AIH em 2 turmas e três encontros direcionados para gestores e técnicos estaduais, municipais e hospitalares - com total de 1210 participantes, até o presente momento. Foram auditados até o segundo quadrimestre - janeiro a agosto: 140 serviços SUS e realizados monitoramentos, em Instituições vinculadas ao SUS/SP, sendo 29 Auditorias de Gestão em Municípios do Estado, contemplando demandas internas e externas - Ministério Público Estadual e Federal, DENASUS etc. Foram analisadas a totalidade das AIH bloqueadas pelo SIHD-Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado e estabelecidos bloqueios e orientações. A média mensal de AIH auditadas do banco do SIHD é de 108.906 AIH. Com o bloqueio de: 10.514 AIH por sobreposição ou duplicidade, 6.233 AIH por solicitações de liberação de críticas; 891 AIH por agravos. - Sistema de Regulação: a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde – CROSS realizou - até setembro 233.798 regulações médicas de urgência registradas no sistema; os demais casos regulados, foram de 27.379 casos, com média mensal de 3.042 casos. Deste total, 582 solicitações referem-se à cirurgia cardíaca infantil decorrente de cardiopatia congênita, com média mensal de 65 regulações. O processo de regulação passou por aprimoramento, aumentando a integração da rede e consequentemente a efetividade com melhora na qualidade e redução de tempo de regulação, de 17,6 dias em média em 2016 para 8,8 dias. Foram atendidas 55.124 ligações, que resultaram em 10.890 agendamentos para exame de mamografia, referente ao Programa Mulheres de Peito e 20.681 agendamentos para consultas de enfermagem, visando a avaliação da saúde do homem no Programa Filho que ama leva o Pai ao AME, totalizando 31.571 agendamentos dos programas. Foi criada a regulação microrregional, visando fortalecer a região por meio da regulação descentralizada, com o registro das regulações no Portal CROSS. Foram implantadas em 10 DRS – Departamentos Regionais de Saúde. Política Estadual de Humanização – PEH - As principais estratégias e ações desenvolvidas pelo Núcleo Técnico de Humanização para a implementação da PEH foram: Continuidade no apoio às equipes técnicas dos DRS para o desenvolvimento de planos regionais de Humanização e acompanhamento do processo de regionalização/implementação das Redes Temáticas, por meio de estímulo à inclusão da metodologia e dos dispositivos da Humanização, do exercício de ações de integração entre áreas técnicas e do fortalecimento da articulação entre municípios e unidades de saúde de cada região. Apoio e Formação para implementação da PEH, qualificação do cuidado por meio da realização de oficinas macrorregionais e visitas técnicas às unidades de saúde sob gestão do Estado: foram 493 Visitas Técnicas de Acompanhamento, 357 Encontros Áreas Temáticas, 172 Participação em espaços colegiados, 13 Encontros Macrorregionais, 137 Encontros Microrregionais, 401 Atividades de apoio interno DRS e SES, 204 Visita/oficina aos municípios, 973 Oficinas e Reuniões com Unidades de Saúde - baseado em dados consolidados até o 2º Quadrimestre; Monitoramento do sistema para aplicação da Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de saúde SES - PSAT, com suporte de banco de dados da Prodesp e acompanhamento sistemático dos resultados - participaram 131 unidades, distribuídas em 67 hospitais e 64 ambulatórios; Acompanhamento aos Hospitais de Referência em Humanização com objetivo de oferecer apoio intensivo às unidades e disseminar a PEH para as demais unidades de saúde SES. Apoio para implementação e monitoramento dos indicadores de humanização nos hospitais integrantes do Programa Santas Casas SUSTentáveis - A09 - Alta Hospitalar Responsável, A11 Política Estadual de Humanização e A08 Acolhimento com Classificação e Avaliação de Risco, no acompanhamento realizado pelos articuladores de humanização. Apoio para implementação e monitoramento dos indicadores de humanização nos ambulatórios e hospitais geridos pela CSS e CGCSS, incluídos na gestão dos contratos, referente à elaboração e acompanhamento dos Planos Institucionais de Humanização e as atividades desenvolvidas do grupo designado na unidade para a sua execução. Continuidade do processo de formação/capacitação dos Articuladores de Humanização para acompanhamento e desenvolvimento do trabalho regional e de desenho/implementação de Planos Institucionais de Humanização nas unidades de saúde, municípios e regiões de saúde. Continuidade do “Programa de Apoio à Humanização nos Hospitais: Projeto Maternidades - Processo de apoio e formação em humanização no estado de São Paulo” com a revisão de indicadores de humanização em maternidades no cuidado materno-infantil.

Ações Estratégicas e Programas Prioritários - Programa Corujão da Saúde - para atendimento da demanda de exames existente em dezembro/2018 nas DRS o Corujão permitiu a solução de 95,5% da demanda de 2018, de 500 mil exames de mamografia, ultrassonografia e endoscopia. Os exames são realizados em horários estendidos até as 23h, por meio da parceria com 90 serviços privados participantes e ampliação do horário de atendimento em AMEs e hospitais estaduais. Também foi lançada, em junho, uma vertente temática: o “Corujão da Catarata”, com a finalidade de zerar a demanda reprimida de cirurgias de catarata em todas as regiões do Estado. A iniciativa inédita permitiu a realização de 6,3 mil cirurgias extras de catarata entre maio e julho. Saúde da Criança - Saúde da Criança - Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância - Foi organizado o curso de Aperfeiçoamento em Desenvolvimento Infantil, destinado os técnicos das Secretarias de Saúde, Desenvolvimento Social e Educação. Foram ofertadas 135 vagas para os técnicos dos DRS, DRADS e Diretorias de Ensino. Mortalidade Materna e Infantil - Estabelecidas

as diretrizes do Plano de Enfrentamento à Mortalidade Materna, Infantil e Fetal com as seguintes ações: Fortalecimento das RRAS com a realização de Fórum Materno Infantil nas Regiões de Franco da Rocha, Mogi das Cruzes, Taubaté e Pontal do Paranapanema; atenção à gestação, parto, puerpério e nascimento: Apoio às maternidades para implementação das boas práticas do parto e nascimento realizando visita técnica em 11 Hospitais e Maternidades das Regiões Prioritárias para Mortalidade Materna e Infantil, Itapeva, Franca, Franco da Rocha, Baixada Santista, Araçatuba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto; avaliações dos Hospitais Amigo da Criança já credenciados e três novos Hospitais certificados: Electro Bonini - Ribeirão Preto, Hospital Universitário de Jundiá - Jundiá e Sapopemba - São Paulo e o apoio técnico ao Programa de Parcerias Municipais junto a Secretaria de Desenvolvimento Social, que tem como meta para a Área da Saúde a redução da Mortalidade materna e Infantil. Programa Bolsa Família - A coordenação da SES em articulação com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social e de Educação e coordenadores municipais desse programa. Na 1ª vivência, o total de indivíduos para acompanhamento no Estado foi 2.608.990, dos quais a saúde acompanhou 1.773.460 - 67,97%, alcançado a meta pactuada de cobertura do Estado, no SISPACTO. Acompanhamento infantil - 444.428 crianças - 48,53%, das quais - 99,52% estavam com o calendário vacinal em dia e 94,28% com dados nutricionais coletados. Em relação à localização de gestantes - localizadas 56.490 gestantes, sendo 169,63% da estimativa para o estado que era de 33.301. Das gestantes localizadas, 99,96% estavam com o pré-natal em dia e 50,12% tiveram dados nutricionais coletados. Saúde da Mulher - O programa Mulheres de Peito assistiu 69 municípios até novembro, com 35.294 mamografias, 376 Ultrassom de mama, 16 biopsias e 22 encaminhamentos realizados - Rastreamento de Câncer de Colo Uterino e mama. Como política para assegurar os direitos reprodutivos em momento oportuno e prevenção de gravidez de risco é proposto à adesão das Maternidades para a inserção do DIU pós-parto e pós-aborto desde 2017. Adiriram ao Projeto, 29 maternidades com 5.511 procedimentos realizados em 2018 e 45 maternidades com 9.526 procedimentos até novembro. Atenção Básica: Qualifica AB-Este projeto é desenvolvido por meio do trabalho dos Articuladores da Atenção Básica e incluiu, 548 equipes de saúde da família em 268 municípios. Qualis Mais - Foram incluídos 424 municípios, com transferência de recursos financeiros a estes municípios no valor de R\$ 40.818.669,38. - PAB Estadual - Os recursos financeiros para custeio das ações de Atenção Básica aos 645 municípios paulistas. O valor foi ampliado para R\$ 4,00 per capita, totalizando o valor de R\$ 182.155.744,00. - Saúde do Idoso - Somaram-se aos municípios que já estavam distribuídos nos diferentes níveis: 12 municípios obtiveram o Selo Inicial, 10 municípios o Selo Intermediário e 1 município o Selo Pleno; “Selo Hospital Amigo do Idoso” - 57 hospitais envolvidos - 19 - Adesão; 23 - Inicial; 9 Intermediário; 6 - Pleno. Saúde Bucal - Programa “Sorria SP” - 411 Municípios pertencentes ao programa, segundo a Resolução SS Nº 43 de 06/07/2018 representando a quantia de R\$36.000,00 para cada Município - valor total de R\$14.796.000,00. A partir de maio com a implantação do Sistema Estadual para Classificação de Risco em Saúde Bucal, de forma integrada ao Programa Sorria o sistema permitiu observar 9.387 exames de risco com atendimento a 79 escolas e 57 unidades de saúde da atenção básica em 52 municípios. Programa Estadual de Diagnóstico precoce e prevenção do Câncer Bucal - Em abril/maio o programa incentiva ações de busca ativa à população Idosa pode-se examinar 158.092 idosos. No total da população examinada, o programa já permite o rastreamento de 418 casos de lesões onde 118 foram confirmadas para CA de Boca - 58 casos em idosos. Programa Nacional de Triagem Neonatal – PNTN - o Estado de São Paulo realiza a fase IV do Programa Nacional de TNN e possui 3 Serviços de Referência em Triagem Neonatal – SRTN - APAE-SP, CIPOI – UNICAMP e FAEPA Ribeirão Preto e 1.756 postos de coleta para a realização da triagem biológica para o diagnóstico das seguintes patologias: Hipotireoidismo Congênito, Fenilcetonúria, Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias, Hiperplasia Adrenal Congênita, Deficiência de Biotinidase e Fibrose Cística. Atualmente, possui 4 Serviços de Referência para encaminhamento, acompanhamento e tratamento dos recém-nascidos diagnosticados na Triagem Neonatal: APAE-SP, UNICAMP, FAEPA Ribeirão Preto, Hospital Santa Marcelina e conta com serviços especializados como o Hospital Infantil Darcy Vargas, Santa Casa de São Paulo e outros: os SRTN no Estado, alcançaram a cobertura de 84% dos nascidos vivos no Sistema Único de Saúde e sendo que os 16% restantes foram realizados na área da saúde privada e suplementar. O primeiro exame do Teste do Pezinho realizado na maternidade mostrou uma cobertura de 70% dos nascidos vivos, nas primeiras 48 horas de vida, antes da alta hospitalar. O Programa da Triagem Ocular do estado de São Paulo tem como finalidade a realização de exame gratuito do Teste do Reflexo Vermelho – TRV nas maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado e a implantação da Rede Assistencial de Triagem Neonatal Ocular. Foram realizadas adequações do projeto junto a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde – CROSS, para correções no fluxo e falta de vagas dos casos reportados pelas Maternidades, Serviços de Referência para Reteste SRR, Serviços Oftalmológicos Pediátricos Especializados – SOPE e Departamentos Regionais de Saúde – DRS. Rede de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme: ações viabilização do Projeto de transição Ambulatorial da Clínica Infantil para a de Adultos; monitoramento do protocolo de farmacovigilância ativa da hidroxiureia para detecção e avaliação de falha terapêutica ou de eventos adversos; análise da demanda e consumo de medicamentos em conjunto com a Assistência Farmacêutica – SES e monitoramento do consumo de medicamentos das ações para profilaxia de infecção em pacientes com Doença falciforme; monitoramento anual dos indicadores de qualidade da Doença Falciforme, entre outras ações. Programa de Atenção Integral à Pessoa com Doença Rara do Estado de São Paulo - 3 Serviços habilitados para a Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa com Doença Rara no Estado de São Paulo: Ambulatório de Especialidades da Fundação ABC - FUABC, o Hospital das Clínicas da UNICAMP e o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Outros cinco serviços com processo de habilitação em andamento: Instituto do Coração - InCor – FMUSP, Hospital de Base de São José do Rio Preto – FUNFARME, o Hospital São Paulo – UNIFESP, Hospital Regional de Presidente Prudente – UNOESTE e Hospital das Clínicas da UNESP de Botucatu. Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal Tipo I: decidiu-se que a Atrofia Muscular Espinhal – AME Tipo I servirá de modelo para implantação do Programa Estadual de Doença Rara - Seguindo as diretrizes do MS aprovadas no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Atrofia Muscular Espinhal 5q Tipo I, foram estabelecidas as seguintes ações para sua implantação: A realização do teste genético preconizados pelo PCDT AME Tipo I para todas as crianças com suspeita clínica de AME Tipo I; identificação dos pacientes diagnosticados com AME Tipo I no estado; elaboração de um fluxo emergencial para garantir o fornecimento e distribuição do medicamento nusinersena, assim como, garantir aos pacientes com diagnóstico genético que atendam os critérios do PCDT AME Tipo I, o acesso ao medicamento e à assistência para a sua infusão intratecal em serviços especializados de referência. Elaboração do Projeto para a Implantação dos Centros de Terapia Infusional da Rede DORA – Doenças Raras - São Paulo, para a infusão de medicamentos de alto custo e monitoramento de risco

e eventos adversos, resultados e desfechos clínicos para doenças específicas, viabilizando o atendimento das demandas assistenciais à pacientes com DR. Continuidade do Projeto de Atenção às Pessoas com Epidermólise Bolhosa: elaboração das diretrizes para o cuidado com a pele e tratamento das feridas de pacientes com EB e análise dos produtos indicados essa terapêutica; elaboração das diretrizes para o suporte nutricional - Saúde Mental - Ampliação da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS - com o apoio técnico e pactuação entre estado e municípios, No ano temos 21 RAPS aprovadas: São Paulo, Rota dos Bandeirantes, Mananciais, Alto Tietê, Grande ABC, Central de Araraquara, Centro Oeste de Araraquara, Coração de Araraquara e Norte de Araraquara, Norte de Barretos, Sul de Barretos, Alta Anhanguera, Alta Mogiana, Aquífero Guarani, Vale das Cachoeiras, Horizonte Verde, Itapeva, Itapetininga, Sorocaba, Circuito da Fé e Vale Histórico. Na rede psicossocial a ampliação de CAPS – Centros de Atenção Psicossocial, serviços de caráter substitutivo à internação, demonstram o esforço realizado, atingindo atualmente, 542 CAPS no Estado de São Paulo. - A participação da SES no financiamento, bem como a inclusão da saúde mental como pauta permanente nas reuniões de todas as Comissões Intergestoras Regionais – CIR - foro reconhecido para negociação e pactuação entre os gestores quanto aos aspectos operacionais do SUS, impulsionaram o processo de desinstitucionalização. Todas as ações de desinstitucionalização desencadeadas no Estado de São Paulo após a publicação do Censo de 2014, impulsionadas pelo TAC de Sorocaba, trouxeram a possibilidade de vida em liberdade para aproximadamente 2.958 pessoas - Rede de Cuidados às Pessoas com Deficiência – RCPD - continuidade do processo de organização e implantação da RCPD no âmbito do SUS/SP: das 17 RRAS, 16 já elaboraram seus Planos de Ação, aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite e encaminhados ao Ministério da Saúde. A RRAS 4 Mananciais está com seu plano de ação pronto para apresentar ao Grupo Condutor Estadual; não houve nenhuma habilitação de serviços pelo MS e atualmente temos: 43 CERs habilitados pelo MS e 5 oficinas ortopédicas. Saúde população negra e indígena, destaques: inclusão de diretriz e indicadores sobre os temas da saúde negra e indígena no Plano Estadual de Saúde 2020-2023; Participação na elaboração e lançamento do Projeto Piloto: Linha de Cuidado a Saúde das Pessoas com Anemia Falciforme no território de abrangência do DRS 11 - Presidente Prudente em parceria com a Universidade do Oeste Paulista; Elaboração de estratégias junto com DSEI, SMS de Tapiraí, lideranças indígenas e representante do Polo Base de Miracatu sobre a nova aldeia estabelecida no município de Tapiraí - fluxos de referência. Saúde da População do Sistema Penitenciário - Continuidade da ação para suprir as ações de Atenção Básica nos ambulatórios médicos das unidades. Foram encaminhados à SES-SP dez pleitos para adesão à Deliberação CIB 62/2012, sendo que dois desses pedidos foram aprovados - Municípios de Nova Independência e Paulo de Faria, totalizando 38 municípios. Os custos para manutenção das equipes de atenção básica no interior das unidades prisionais através da CIB 62/2012 somam R\$ 22.626.000,00/ano. Atividades de Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei PNASAIRI - atualmente o estado de São Paulo possui três municípios habilitados a PNASAIRI - Irapuru, Mogi-Mirim e Fernandópolis três municípios fizeram pedido de adesão a PNASAIRI - Iaras, Itanhaém e Rio Claro. Coordenação do Sistema Estadual de Transplantes - Até outubro foram realizados um total de 7.194 transplantes: 1.805 transplantes de rins, 576 transplantes de fígado, 101 transplantes de coração, 75 transplantes de pâncreas, 53 Rim/pâncreas, 42 transplantes de pulmão e 4.542 transplantes de córnea. Ações de Apoio aos Parceiros - A manutenção e a ampliação do acesso e do atendimento de qualidade de saúde da população do Estado são asseguradas pelo apoio financeiro dado pelo Governo do Estado às entidades filantrópicas: nos programas: Santa Casa Sustentável até outubro foram 63 instituições indicadas, destas 61 com convênios firmados com o valor pago até 25 de novembro: R\$308.653.596,90 e no Pró Santa Casa até outubro foram 117 instituições indicadas e 114 com convênios firmados com Valor pago até 25 de novembro: R\$ 282.450.733,01.

Apurificação Assistencial e Investimentos nos Serviços Estaduais de Saúde - A rede estadual de hospitais e ambulatórios da Secretaria de Estado da Saúde exige um contínuo processo de investimentos de ampliação do atendimento, modernização e reformas, para garantir a qualidade do atendimento à população. Entre as principais obras e serviços pode-se salientar: Obras concluídas: Instituto de Infectologia Emílio Ribas: Reforma parcial geral, ampliação e restauro. Valor Total: R\$ 142,5 milhões, com investimento de R\$ 8,5 milhões. Hospital e Maternidade Leonor Mendes de Barros: obras de adequação para implantação do banco de leite e conclusão do novo ambulatório. Valor Total: R\$ 24,3 milhões, com investimentos de R\$ 15,8 milhões. Edifícios Sede I, II e ASIAL: reforma em diversas áreas dos Ed. Sede I, II e ASIAL. Valor total: R\$ 6,1 milhões, com investimento de R\$ 2,5 milhões. AME e RLM Botucatu: Interligação da rede de esgoto à rede coletora da SABESP. Valor Total: R\$ 0,27 milhões, investidos. CAIS Clemente Ferreira: Ampliação, modificação e adequações das instalações elétricas de média e baixa tensão. Valor Total: R\$ 1,6 milhões, investidos. - Centro Pioneiro de Atenção Psicossocial “AJJE”: Construção de nova cabine primária de energia. Valor Total: R\$ 0,26 milhões, investidos. Obras em andamento: Hospital Estadual de Bebedouro: Segunda etapa de obras de construção do hospital. Valor Total: R\$ 7,25 milhões, com investimento de R\$ 2,9 milhões em. Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia: Adequação dos edifícios, visando obtenção do AVCB. Valor Total: R\$ 6,8 milhões, com investimentos de R\$ 3,0 milhões. DRS XI - Presidente Prudente: Reforma e Adaptação de Acessibilidade. Valor Total: R\$ 1,2 milhões, com investimentos de R\$ 0,4 milhões. Farmácia de Medicamentos Excepcionais de Guarulhos: Reforma do Telhado e instalação de Grupo Moto- Gerador. Valor Total: R\$ 0,55 milhões, com investimento de 0,19 milhões. Hospital Regional “DR. Osiris Florindo Coelho”: Reforma áreas de Psiquiatria, Pediatria, CME e cobertura. Valor Total: R\$ 5,8 milhões, com investimentos de R\$ 1,3 milhões. Hospital Guilherme Álvaro: Reforma em áreas diversas. Valor Total: R\$ 2,1 milhões, com investimentos de 0,5 milhões. Hospital Heliópolis: Construção de abrigo de resíduos de saúde, reimpermeabilização de lajes, elevadores e telhados. Valor Total: R\$ 6,3 milhões, com investimentos de R\$ 0,7 milhões. Hospital Geral de Taipas “Katia de Souza Rodrigues”: Reforma e adequações. Valor Total: R\$ 6,8 milhões, com investimentos de R\$ 0,5 milhões. Instituto Clemente Ferreira: Reforma e adequação da rede elétrica. Valor Total: R\$ 0,7 milhões, com investimentos de R\$ 0,5 milhões. Complexo Hospitalar do Juquery: Reforma e adequação em diversas áreas. Valor Total: R\$ 6,6 milhões, com investimentos de R\$ 0,4 milhões. Complexo Hospitalar Padre Bento: Reforma e adequação de áreas diversas. Valor Total: R\$ 4,8 milhões, com investimentos de R\$ 0,9 milhões. Hospital Regional Sul: Reforma parcial 2º pav, 5º pav, monta carga, finalização 1º pavimento. Valor Total: R\$ 2,3 milhões, com investimentos de R\$ 0,5 milhões. Conjunto Hospitalar de Sorocaba: Obras de adequação para prevenção e combate a incêndio. Valor Total: R\$ 2,1 milhões, com investimentos de R\$ 0,1 milhões. Hospital Geral de Vila Penteado: Reforma do sistema de climatização do Centro Cirúrgico e UTI. Valor Total: R\$ 7,2 milhões, com investimentos de R\$ 0,2 milhões. Manutenção dos hospitais estaduais - a rede estadual

de hospitais exige um contínuo processo de manutenção, para garantir a qualidade do atendimento à população. Os recursos para manutenção totalizaram valores da ordem de R\$ 90 milhões. Forma adquiridos equipamentos para garantir a modernização e a assistência nos hospitais da administração direta no período, no valor total de R\$ 57,9 milhões, entre os quais se destacam: aparelho de ressonância nuclear magnética, tomógrafo de coerência óptica com biômetro integrado, arcos cirúrgicos para cirurgia vascular, neurologia e ortopedia, microscópio cirúrgico para neurocirurgia com sistema digital, entre outros. Contratualização com Organizações Sociais de Saúde – OSS - A SES mantém a realização de atendimentos de saúde para a população por meio de uma rede de serviços gerenciados por parceiros, como as Organizações Sociais de Saúde e outras entidades. Todos os serviços são contratualizados - totalizando 5,65 bilhões de custeio e 36,12 milhões de investimento e a SES realiza o acompanhamento, avaliação e controle destes serviços que totalizaram: 108 Contratos de Gestão estabelecidos com Organizações Sociais de Saúde – OSS para gestão de Hospitais, Ambulatórios Médicos de Especialidades – AME, Unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro e Outros Serviços de Saúde tais como: Centros Estaduais de Análises Clínicas – CEAC, Serviços Estaduais de Diagnósticos por Imagem – SEDI, Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde – CROSS e um Centro Estadual de Abastecimento e Distribuição de Insumos de Saúde – CEADIS; 13 Convênios para gestão de Hospitais, AME e Unidade de Reabilitação da Rede Lucy Montoro; 1 Convênios com Consórcios Intermunicipais de Saúde para gestão de Hospitais e AME; produção de unidades sob gerência das OSS: 60 Unidades Ambulatoriais - 59 AMES e CRI: Consulta Médica: 4,38 milhões; consulta não médica: 1,63 milhão; cirurgia maior ambulatorial: 104,6 mil; cirurgia menor ambulatorial: 223,1 mil; odontologia: 10,8 mil; SADI: 1,0 milhão; tratamentos clínicos: 2,1 mil; 37 hospitais gerais, 7 hospitais especializados: saídas hospitalares - Clin.Méd., Obst. Ped. e Psiq.: 237,6 mil; saídas hospitalares - Clin. Cirúrgica – 179 mil; Hospital Dia/Cirurgias ambulatoriais: 108 mil; urgência: 2,02 milhões; atendimento ambulatorial médico: 1,97 milhão; atendimento ambulatorial não médico: 705,3 mil; SADI: 1,55 milhão; quimioterapia: 75 mil; hormonioterapia: 46,8 mil; radioterapia: 123,6 mil; diálise: 159,4 mil; Litotripsia: 10 mil; tratamento do aparelho de visão: 22,6 mil. - Duas unidades especiais: Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário - pacientes-dia clínicos e cirúrgicos: 62,9 mil, consultas médicas ambulatoriais: 16,6 mil e atendimentos ambulatoriais não médicos: 20,1 mil; Unidade Recomeço Helvécia - saídas hospitalares: 316, Centro de Convivência - Usuário/dia: 37,6 mil, Moradia de Crise - Moradores/dia: 10,4 mil. Rede de Reabilitação Lucy Montoro – 8 unidades ambulatoriais com 33,1 mil atendimentos médicos e 248,5 mil atendimentos não médicos. Uma unidade com internação, com 411 saídas, 5,9 mil atendimentos médicos e 27,7 mil atendimentos não médicos.

Ações de Assistência Farmacêutica - A SES é responsável pela implementação das políticas farmacêuticas em âmbito estadual, visando à estruturação da Assistência Farmacêutica, garantia do acesso da população aos medicamentos essenciais, de forma pactuada com as demais esferas de governo e promoção do Uso Racional de Medicamentos. Principais ações de assistência farmacêutica: Manutenção do Componente Básico da Assistência Farmacêutica CBAF - Pactuação dos valores financeiros estaduais a serem transferidos à gestão municipal, para financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Primária à Saúde janeiro a dezembro - Deliberações CIB nº 76 e 87/2018: Para 28 municípios - 270.000 habitantes e 45 municípios - 270.000 habitantes não aderentes ao “Programa Dose Certa”: R\$ 70.137.345,04, sendo R\$ 55.277.738,04 para financiamento de medicamentos e R\$ R\$ 14.859.607,00 para aquisição de insumos para pacientes insulino-dependentes. Para 572 municípios - 270.000 habitantes aderentes ao “Programa Dose Certa”: R\$ 7.550.957,50 para aquisição para aquisição de insumos para diabéticos insulino-dependentes. Distribuição de medicamentos pelo Programa Dose Certa: mais de 300 milhões de unidades farmacêuticas equivalente a mais R\$ 31 milhões, por trimestre; Dispensação de 31 medicamentos nas unidades Farmácia Dose Certa: média de 50 mil prescrições atendidas e 3 milhões de unidades farmacêuticas dispensadas por trimestre. - Distribuição de medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde: cerca de um milhão de unidades de insulinas humanas NPH e regular - equivalente a mais de R\$ 10 milhões por trimestre; média trimestral de 6,4 milhões de unidades de contraceptivos do Programa Saúde da Mulher - equivalente a mais de R\$ 2,8 milhões aos municípios - 500 mil habitantes. Execução do CBAF no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: aquisição de 13 milhões de unidades farmacêuticas para atendimento de 162 unidades prisionais, com a execução de R\$ 2,2 milhões repassados pelo Ministério da Saúde. Manutenção do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica – CESAF - Programação das necessidades e distribuição de 54 medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde para tratamento de cólera, coqueluche, doença de chagas, esquistossomose, febre maculosa brasileira, geohelmintíase, hanseníase, influenza, leishmaniose, lúpus eritematoso sistêmico, malária, meningite, mieloma múltiplo, tracoma, tuberculose e prevenção de arboviroses: média de 4,5 milhões de unidades farmacêuticas, equivalente a R\$ 3,5 milhões por trimestre. Aquisição e distribuição de 3 medicamentos para leishmaniose e hanseníase: média trimestral de 75 mil unidades farmacêuticas, equivalente a R\$ 86 milhões. Manutenção do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica – CEAF e Protocolos Clínicos de Tratamento Estaduais - Atendimento médio de 764 mil pacientes/mês nas 39 Farmácias de Medicamentos Especializados – FME, com a dispensação média de 37 milhões de unidades farmacêuticas/mês referentes a 116 medicamentos fornecidos pelo Ministério da Saúde e 174 medicamentos adquiridos pelo Estado, refletindo em uma apresentação média de 763 mil APAC por competência 12/2018 a 7/2019. Manutenção dos Medicamentos Oncológicos com Aquisição pelo Ministério da Saúde - Distribuição média de 150 mil unidades farmacêuticas/mês - equivalente à média de R\$ 10 milhões, de 7 medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde, para atendimento médio de 7.000 pacientes/mês em hospitais da Rede de Atenção Oncológica de Alta Complexidade. Manutenção dos Programas MedCasa - 110 mil pacientes cadastrados, das Farmácias de Medicamentos Especializados Maria Zélia, Várzea do Carmo e Central de Dispensação de Medicamentos – HCFMUSP, para a entrega de medicamentos em domicílio de pacientes e serviços de hemodiálise outubro. Fornecimento de medicamentos de ações judiciais e solicitações administrativas - Atendimento médio de 51 mil pacientes/mês nas 24 Farmácias de Demandas Judiciais e Administrativas, com a dispensação de medicamentos, produtos nutricionais e materiais médico-hospitalares. Inserção de pacientes atendidos por ação judicial nos programas oficiais de assistência farmacêutica - destaques para os medicamentos incorporados recentemente. Parceria com serviços de referência em dermatologia 2, endocrinologia 2; reumatologia 1, oftalmologia 6, para avaliação de pacientes e administração assistida de medicamentos. Economia superior a 1,4 milhões no processo de uso de medicamentos, por meio do compartilhamento de doses até agosto. Outras ações de qualificação da gestão Assistência Farmacêutica Estadual:

Ampliação da capacidade de armazenamento de medicamentos no almoxarifado central da SES/SP e remodelagem dos processos de logística de medicamentos e âmbito estadual. Plano Diretor da Assistência Farmacêutica do Estado de São Paulo, integrado ao projeto de Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde de São Paulo. Duas novas Farmácias de Medicamentos Especializados inauguradas. Modernização e informatização da gestão: integração dos sistemas de informação para rastreabilidade do ciclo do medicamento; desenvolvimento de webservice para envio de dados à Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica. - Cuidado Farmacêutico: implementação do cuidado farmacêutico em 10 Farmácias de Medicamentos Especializados com o apoio do Ministério da Saúde, para pacientes com artrite reumatoide e hepatite viral C e coinfeções; seguimento farmacoterapêutico de pacientes com câncer de próstata, atendidos por solicitação administrativa, por meio de convênio com a Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo / Farmácia Universitária. Educação continuada de profissionais que atuam na assistência farmacêutica e gestores do SUS. - Produção técnica e informações: 10 notas técnicas; 101 cartilhas de orientação sobre medicamentos 37 por “Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas” e 64 por “medicamento”; disponibilização de informações aos usuários do SUS no portal da SES/SP.

Recursos Humanos na Saúde - Programa de Bolsa para Cursos de Especialização Lato Sensu - com a publicação do Decreto nº 63.798, DOE-SP de 10/11/2018, foi transferido e reorganizado o Programa de Bolsas para Aprimoramento de Profissionais não médicos de nível, passando a denominar-se Programa de Bolsas para Cursos de Especialização Lato Sensu. Tendo a finalidade de difundir conhecimento, complementar a formação acadêmica, atualizar e incorporar competências técnicas mediante aprimoramento profissional e incentivo à capacitação e educação continuada de profissionais graduados na área da saúde não médicos. Em 2018/2019, a SES disponibilizou 1176 bolsas de estudos, sendo distribuídas 617 bolsas entre diversas Instituições credenciadas, gerando um custo de R\$ 7.734.958,80/ano. - Formações - foram realizados cursos de formação pelos seis Centros de Formação de Recursos Humanos para o SUS do Estado de São Paulo, com recursos do Ministério da Saúde, totalizaram 1035 concluintes até outubro. Capacitação até outubro foram capacitados 2.722 participantes, realizando um total de 37.633 horas de treinamento, para servidores da administração direta, no eixo administrativo-operacional Técnicas Administrativas, Atendimento ao Cidadão, Curso DETRAN, entre outros e no eixo gestão - Curso de Desenvolvimento Gerencial em Saúde, Oficinas, Workshop, entre outros. - Projetos de Capacitação em EAD – Ensino a distância - No período de outubro/2018 a outubro/2019, foram capacitados 7.992 servidores da SES, realizando um total de 199.784 horas treinamento. Realizadas 12 turmas de Escape Game, com um total de 159 participantes e 318 horas treinamento, Workshop SaudE@D com 220 participantes, também foram realizadas diversas Oficinas utilizando a abordagem Design Thinking. Estágio Curricular - não obrigatório remunerado - consiste no desenvolvimento de atividades práticas inerentes ao processo formativo do estudante de nível superior, atualmente o agente integrador é o CIEE – Centro de Integração Empresa Escola. O total de bolsas disponibilizadas pela SES é de 139 sendo: 114 com jornada de 04 horas e 25 com jornada de seis horas. O custo anual deste programa é de R\$ 384.146,83.

Ações de Saúde Coletiva - Material de Comunicação e divulgação – 12 edições do Boletim Epidemiológico Paulista – BEPA; Editoração de 6 edições do jornal GAIS Informa; Criação e produção de material para comunicação: Cartilha Direitos do Paciente com Câncer, Materiais para campanha de vacinação, Hanseníase e Oftalmologia. Eventos: 10 Anos da Lei Antifumo, II Encontro Estadual de Saúde Mental, documentário “Cartas para além dos muros”, Café com Saúde: É tempo de falar em Saúde Única e Experiências Exitosas da Vigilância em Saúde Paulista. Programa de Pós-Graduação em Ciências na CCD - Discentes - 72 discentes - 31 no mestrado, 35 no doutorado e 6 no pós-doutorado; Defesas - 10 defesas de mestrado e 6 de doutorado. CAPES - apoio 26 bolsas 10 Doutorados, 15 mestrados e 1 de pós-doutorado. Projetos: 170 projetos em 40 linhas de pesquisa em infectologia e pesquisas laboratoriais em saúde pública. - Implantada a nova área de concentração para formação de mestres e doutores em Vigilância em Saúde Pública e 19 disciplinas ministradas. Grupo de Apoio às Políticas de Prevenção e Proteção à Saúde – GAPS - No período foram financiados 30 projetos de diferentes áreas da Vigilância em Saúde, com o valor de R\$ 13.594.274,17 para pagamento de aproximadamente 143.352 etapas. - Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde – CIVS - promove a produção e o disponibiliza as estatísticas vitais do SIM e SINASC e distribui as Declarações de Nascidos Vivos – DNV e Declarações de Óbito – DO no ESP: Total de eventos: 610.000 nascimentos e 307.000 Óbitos no Estado de São Paulo; Gestão de cadastro dos usuários do sistema SIM SINASC: 1.000 responsáveis técnicos; fornecimento de bancos de dados para pesquisas institucionais - 52 pesquisas instituições externas e 120 pesquisas setores da SES; Grupo Técnico de Aprimoramento da Seleção da Causa Morte - 10 encontros; implantação do Projeto Internacional sobre “Melhoria da Informação da Causa de Morte” capacitação de 1.000 profissionais de 275 municípios; entre outras ações. Capacitações: Seminário de Saúde Materno e Infantil - Diadema 250 participantes, Preenchimento da Declaração de Óbito e de Nascidos Vivos - 655 profissionais, uso dos sistemas SIM/SINASC - 228 profissionais, Processo de investigação do Óbito e Critérios de Evitabilidade - 260 profissionais, Formação de Codificadores em Seleção da Causa Morte, no uso da CID-10 – 80 técnicos de 64 municípios; 6 oficinas regionais de aprimoramento em codificação - 300 participantes de 280 municípios; 2 Web Conferencia sobre “SIM, SINASC e Dados Estatísticos - 500 profissionais. Ações de Vigilância Sanitária - proteger a população dos fatores que implicam em ameaças e riscos à saúde. Entre as ações realizadas destacam-se: Produtos de Interesse à Saúde - Inspeções em Fabricantes de Medicamentos, Radiofármacos, Gases Medicinais, Insumos Farmacêuticos Ativos – IFA, Farmacovigilância, Produtos para Saúde, Alimentos, Cosméticos e Saneantes: 121 inspeções. Reações Adversas a Medicamentos – RAM e Queixas Técnica – QT - 35.507 notificações. Execução do Programa Paulista de Análise Fiscal de Alimentos, Programa Paulista de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos e Coordenação estadual das ações do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA. Serviços de Saúde e de Interesse à Saúde - Participação da Comissão Estadual Organizadora do 14º Encontro Paulista de Administradores e Técnicos do Serviço Público Odontológico – EPATESPO; ações sanitárias em segurança do paciente para representantes dos hospitais localizados nas áreas de abrangências do GVS Capital, Sorocaba, Registro, Itapeva, Barretos, Franca, Araraquara, Ribeirão Preto e Jales 605 profissionais; Segurança do Paciente das Regionais de Vigilância Sanitária - 34 pontos focais; Revisão do Plano Integrado para a Gestão Sanitária da Segurança do Paciente - ANVISA; Vigilância Sanitária na Fiscalização de Instituições de Longa Permanência de Idosos evento do

Ministério Público; monitoramento Bancos de Tecidos Musculoesquelético, Pele, Multitecidos e Olhos. Saúde do Trabalhador - Campanha de Prevenção contra acidente de trabalho por choque elétrico” - parceria MPT e Cerest de Piracicaba. Encontros do Fórum Acidente de Trabalho - 3 Encontros - 300 participantes. Encontro do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil sobre o tema “Impactos do trabalho na saúde de crianças e adolescentes”. Oficinas do Projeto “Linha de Cuidado do Distúrbios de Voz Relacionado ao Trabalho”: Cerest Presidente Prudente e Cerest Marília. II Seminário Latinoamericano de Voz e Trabalho parceria UNICAMP e PUC de São Paulo. II Seminário dos Agravos da Comunicação relacionados ao Trabalho, em articulação com a PUC São Paulo - 120 participantes. 4 Oficinas de Formação em Saúde do Trabalhador para o Controle Social parceria CES – 183 participantes. Conferência Livre em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora 41 participantes. 20º Encontro da RENAST - 141 participantes. 3º Encontro Estadual das CISTT e 7º Mostra de Experiências - 131 participantes. - Toxicovigilância - Coordenação da Campanha “Eliminando a Capina Química nas Cidades Paulistas”; monitoramento e avaliação das intoxicações exógenas por todos os agentes tóxicos notificados no estado de São Paulo; revisão e publicação da Análise do Banco de Monografias de Agrotóxicos da ANVISA; elaboração do Banco de Agrotóxicos registrados para divulgação no site do CVS e no Observatório Ambiental; levantamento e análise dos registros de produtos agrotóxicos e divulgação da análise dos registros de produtos agrotóxicos; 5º Seminário Estadual de Toxicovigilância; treinamentos e Capacitações em VS – Investigação de 100% dos eventos adversos relacionados a transfusões sanguíneas - 41 participantes; oficina: Ações de Vigilância Sanitária em Serviços de Radiologia Odontológica e Serviços Odontológicos - 181 técnicos; Boas Práticas de Laboratórios de Análises Clínicas, Posto de Coleta e Transporte Materiais Biológicos 8 regiões - 269 técnica; capacitação para Inspeção de Comunidades Terapêuticas - 91 municípios de 33 regiões; capacitação em segurança do paciente GVS - 6 regiões 146 técnico; centro de processamento celular - 18 técnicos, 3 municipais e 3 estados; oficina de Qualificação em Hemovigilância - 25 participantes; Capacitação Modalidade A - Inspeção em Fabricantes de Medicamentos - 57 participantes; oficina de trabalho - Revisão da Portaria elaboração e a comercialização de alimentos artesanais de origem vegetal, no Estado de São Paulo - 15 participantes; capacitação Modalidade G - Inspeção em Fabricantes de Produtos para Saúde - 55 participantes; capacitação sobre o Processo de Avaliação do Inspetor - 78 participantes; Treinamento de Procedimento Operacional Padrão – POP - 87 participantes; capacitação Complementar Modalidade A e G - Módulo Comum 4: Introdução a Validação, Qualificação, Calibração e Manutenção de Equipamento - 25 participantes; curso de Boas Práticas de Fabricação de Cosméticos e Saneantes - 120 participantes; capacitação para implantação do protocolo que estabelece diretrizes para subsidiar a atuação da vigilância em saúde do trabalhador na área rural: Piracicaba - 17 participantes; Santa Maria da Serr - 31 participantes e Ourinhos - 38 participantes; GVS-Jales - 70 participantes; GVS-Franca - 10 participantes; GVS-Araçatuba - 12 participantes; Webconferência 44 participantes; capacitação “Vigilância em Saúde do Trabalhador para Multiplicadores”, parceria Ministério Público do Trabalho, Faculdade de Saúde Pública/USP e Cerest de Piracicaba para Cerest Regionais; capacitação “Vigilância em Saúde do Trabalhador em Serviços de Saúde” - 40 participantes; curso básico de Vigilância em Saúde do Trabalhador: GVS Ribeirão Preto - 72 participantes, GVS Araçatuba - 45 participantes e GVS Assis - 40 participantes. Publicações - Manual de Orientação para o Funcionamento, Monitoramento e Avaliação das Instituições Geriátricas do Estado de São Paulo; monitoramento da Qualidade da Água Tratada para Diálise dos 195 Serviços de Diálise ativos do estado; orientações Técnicas para Vigilância e Atenção à Saúde dos Trabalhadores e População expostas ao amianto e portadores de doenças relacionadas”. Caderno de Toxicovigilância II - Intoxicações Exógenas: orientações para notificação no SINAN. Ações de vigilância epidemiológica - Programa Estadual de Imunização - Vacinação de rotina novembro: 20.432.354 doses; campanha influenza - 11.697.366 doses; campanha de vacinação contra sarampo - 7.976.807; campanha contra Febre Amarela - 1.566.348. doses. Cursos, Seminários, Simpósios e Oficinas - Oficina de Capacitação para Preparação e Resposta a Surto de Sarampo; Simpósio Estadual Sarampo & Influenza & Campanha de Vacinação 2019; indicadores de processo - qualidade da vigilância, e as metas, Capacitação em coleta, transporte e armazenamento de as amostras biológicas de sarampo, coqueluche e difteria; epidemia de Sarampo/Campanhas de Vacinação; reuniões de GT-VS, Câmara Técnica e BIPA - Epidemia de Sarampo no ESP, apresentação de dados epidemiológicos; manejo clínico de dengue e organização da rede assistência Região de Araçatuba; monitoramento de dengue Regiões Presidente Prudente e São José dos Campos; revisão dos protocolos e sistema de monitoramento das arboviroses urbanas e acompanhamento das investigações dos casos graves e óbitos por arbovirus; oficina de vigilância, assistência e organização de serviços em períodos de alta transmissão de Arboviroses ; oficina de interlocutores regionais e municipais de Arboviroses região do DRS 6 Sorocaba, Araraquara; Seminário Regional para Vigilância de Arboviroses urbanas em Taubaté. Arboviroses urbanas: Região de Marília; Encontro Regional de Imunização nas Regiões de Ribeirão Preto e Mogi das Cruzes; Simpósio estadual de Imunização; treinamento regional no tratamento de feridas com módulo teórico e prático em Hanseníase; implantação da Rede de Vigilância de Resistência Medicamentosa da Hanseníase no ESP; oficina Macrorregional Sudeste para o enfrentamento da Hanseníase - MS; material educativo com a SAP, atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas – PCDT para Hepatite C e co-infecções e Hepatite B; capacitação no uso da ferramenta “Heptanálise” e na interpretação dos marcadores sorológicos/viroológicos; entre outras, totalizando 98 atividades. Webconferências - Planejamento das ações DDTR - sarampo; alerta sarampo para os Profissionais de Saúde; alerta sarampo: Retorno das férias; planejamento das ações DDTR - meningites; epidemiologia, vigilância e controle & Manejo Clínico e Tratamento das SRAG/Influenza; aula manejo clínico de dengue; mobilização da Campanha Anual de Combate à Hanseníase e Janeiro Roxo com divulgação de sinais e sintomas da hanseníase para população; Vídeo-aula sobre “Construção dos Indicadores - Coorte de Cura e de Contatos Domiciliares Examinados” em Hanseníase; Intensificação de testagem de hepatite C- Julho Amarelo; Conceitos e critérios de IRAS – Infecção Relacionada à Assistência à Saúde, Dados sobre Infecção Hospitalar 2018; implementação do sistema de notificação de eventos adversos em diálise; vigilância de violências para ampliação da notificação de violência interpessoal/autoprovocada; violência contra o idoso; violência contra o trabalhador; violência sexual em todos os ciclos de vida; violência, Envelhecimento, LGBTi+; monitoramento do Programa Academia da Saúde; Núcleo Estadual VIVA: Avaliação de Vigilância de Violências; capacitação de TB para médicos da atenção básica; Avaliação do Programa de Tuberculose; capacitação das comunidades terapêuticas que internam TB; treinamento de tuberculose para os funcionários da Fundação Casa; apresentação da integração dos Sistemas e-SUS e SIPNI - módulo vacina, entre outros. Produção de materiais técnicos, divulgação e informação: Protocolo de atendimento da linha de cuidados ao paciente com dengue, Protocolo de atendimento ao paciente com Chikungunya; Alerta Toxoplasmose; Projeto: coleta de

amostras de esgoto e água para identificação de novas cepas circulantes parceria IAL e CETESB e apoio do Instituto Melinda Gates; tuberculose em comunidades terapêuticas para dependentes químicos parceria Saúde Mental/SES-SP, Secretaria de Desenvolvimento Social e FEBRACT – Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas; pesquisas, Trabalhos, Pôster e Congressos - Imunidade Humoral e Celular em Crianças e Adultos submetidos à Primovacinação Antiamarilica 17DD com Dose Fracionada; investigação de eventos adversos pós-vacinação contra febre amarela: ênfase em base genética e marcadores biológicos; estudo Caso-Controlle para análise das características clínico-epidemiológicas e imunológicas da Doença Neurológica Aguda associada à vacina contra a Febre Amarela; investigação dos determinantes da baixa cobertura vacinal no Estado de São Paulo; dados de eventos adversos da vacina febre amarela de doses plena e fracionada parceria MS, OPAS - na Organização Mundial da Saúde - Washington – EUA; tendência da mortalidade por hepatite B e hepatite C no Município de São Paulo, 2002 a 2016 - parceria com o Programa Municipal de Hepatites Virais, Faculdade de Saúde Pública e Instituto de Medicina Tropical da USP; XII Congresso da Sociedade Brasileira de DST, VIII Congresso Brasileiro de AIDS e III Congresso Latino Americano IST/HIV/AIDS - “Prevalência da hepatite B em gestantes e transmissão em crianças expostas no Estado de São Paulo”; investimentos: aquisição de equipamentos e materiais permanentes R\$ 627.433,00. Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST/AIDS do Estado de São Paulo - Principais atividades: 155.717 atendimentos; 8.793 novas matrículas; 592.896 exames e monitoramento de 411 acomodações de 21 Casas de Apoio em 13 municípios. Consolidação da Rede de Cuidados em IST/AIDS e HV: Regiões de Saúde: Baixada Santista, Franca, Ribeirão Preto, Leme, Rota dos Bandeirantes, Assis, Ourinhos, Região Serrana de Taubaté; o Processo foi tema das Reuniões: CIB, GVE, ENONG, Fórum de Dirigentes, 16º Reunião Clínica de AIDS Pediátrica; e, na Reciclagem do Curso para novos Coordenadores de municipais/estaduais de IST/aids, 4ª Semana Paulista de Mobilização contra Sífilis Congênita e 10ª Jornada Paulista de DST. Distribuição de insumos: 90.900.384 preservativos masculinos e 2.998.300 preservativos femininos, 8.512.400 sachês de gel e 10.454.400 preservativos externos adquiridos pela SES, Testes Rápidos: 778.445 de HIV; 137.305 de HIV/Fluido Oral; 70.000 de HIV/Auto-teste; 1.017.679 de Sífilis; 618.825 de Hepatite B; 520.470 de Hepatite C e fórmulas infantis: 15.980 latas. Prêmio Luiza Matida: “Ações para o enfrentamento para a Sífilis Congênita - 23 municípios. Capacitações: Sífilis Adquirida; Transmissão Vertical da Sífilis e HIV; rápido Fluido Oral; assistência em IST; saúde pública, HIV/AIDS; saúde integral para Travestis e Transexuais; IST; ginecologia com foco nas IST; profilaxia pré-exposição sexual - PrEP; acolhimento; AIDS e Pediatria; monitoramento Clínico para pessoas vivendo com HIV/AIDS; Eletrografia hepática; SICLOM; Prevenção das IST/AIDS; Co-Gestão; juventude HIV/AIDS; Segurança do Trabalho; prestação de Contas para Projetos Sociais; HIV e Fígado; cirurgia de Transgenitalização; Tuberculose e HIV/AIDS; Hepatites; controle Social e *Advocacy* e EAD Sífilis profissionais de saúde total: 216 atividades com 8.194 participantes. Campanhas: XIIª Campanha Estadual de Testagem Fique Sabendo 2019 HIV/Sífilis: Previsão de realização de 400.000 testes em 640 municípios, 4.752 UBS, 470 unidades especializadas e 116 unidades da SAP e 800 mais de ações extramuros. Disque-DST/AIDS: 7.240 atendimentos. Estudos e Pesquisa: 24 estudos e pesquisas. Investimentos: Reformas e aquisição de equipamento: R\$ 636.024,96; formação, reciclagem e eventos estratégicos: R\$ R\$ 681.752,05. Casas de Apoio: R\$ 1.519.200,00 em 08 municípios para 10 Casas de Apoio; organizações da Sociedade Civil: R\$ 1.756.963,09 para 13 projetos de 13 OSC. Centro de Distribuição e Logística “Prof. Edmundo Juarez” - CDL - Central estadual de Rede de Frio responsável pelo Armazenamento e distribuição de vacinas de rotina, campanhas humanas e contra raiva canino-felina, insumos estratégicos e armazenamento e distribuição de PALIVIZUMABE e insumos para a Coordenadoria de Controle de Doenças fundamentais para as ações de Vigilância em Saúde: Visitas Técnicas Monitoradas - 100 visitantes; - Ampliação: Implantação da 5ª câmara refrigerada ampliando a área de armazenamento de imunobiológicos no ESP de 780 m³ para 1080 m³. Imunobiológicos distribuído: Vacinas - 72.868.554 no valor de R\$ 887.970.707,34 e Insumos - R\$ 374.174,50 - adquiridos pelo Centro de Vigilância Epidemiológica - CVE. Instituto Adolfo Lutz – IAL - realiza exames e análises para as áreas da Vigilância em Saúde e Programas Interlaboratoriais de Qualidade. Principais ações: Projetos de pesquisa: 52 projetos provados. Publicações: 164 publicações científicas. Prêmios recebidos: 15 prêmios científicos. Treinamentos e bolsistas: 22 Bolsistas, 31 estágios pós-graduação com bolsas CAPES/FAPESP/CNPQ, 60 alunos de curso de especialização; 29 treinamentos técnicos. Eventos: 44 eventos com 1177 participantes. Visitas Técnicas Recebidas do Exterior: Prof Edward A. Anderson - Universidade de Oxford - Jesus College, Chemist Department, Reino Unido. Participação em Grupos Técnicos / Científicos: 12 participações em comissões / grupos técnicos de Vigilância em Saúde nacionais e internacionais, 2 grupos técnicos ANVISA, 1 grupo técnico OMS, 1 participação para padronização de métodos OMS, 1 participação em supervisão técnica OPAS/OMS/MS, 3 grupos técnicos no MS. Sistema de Gestão da Qualidade: 80 ensaios acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE - INMETRO; 2 provedores de Ensaio de Proficiência acreditados. Produção de Exames: 848.801 exames. Investimentos: materiais permanentes adquiridos - R\$ 1.531.522,68 e doados pela FAPESP - R\$ 805.214,71; obras e reformas - R\$ 2.514.660,02. Outros destaques: Influenza: Implantação de exame Imuno-histoquímica para pesquisa de antígenos de vírus Influenza B; Febre Amarela: Implantação da RT-qPCR para Febre Amarela em amostras fixadas em formalina e incluídas em parafina; Implantação do Polo Regional de Monitoramento de Microrganismos Multirresistentes - Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto; caracterização fenotípica e genotípica de cepas de *N. meningitidis* isoladas em El Salvador, apoio a OPAS realizado o sequenciamento de genoma total, perfis resistência à penicilina e à ciprofloxacina, entre outras. Instituto Pasteur - responsável pela vigilância, controle e programas de capacitação e desenvolvimento relativos à raiva e outras encefalites virais - Exames Laboratoriais de Raiva: 33.559 amostras recebidas, gerando 27.565 análises de sorologia, 12.308 análises de vírus. Caracterização genética de vírus da raiva para vários estados. Diagnóstico ante-mortem de 14 pacientes suspeitos de raiva: 54 amostras analisadas, com 1 caso positivo - Produção e fornecimento de insumos laboratoriais para a Rede Nacional: 4 lotes de Conjugado Fluorescente para Diagnóstico de Raiva e 61 frascos de conjugado, vírus, células, soros e controles padrão. Produção científica - 51 projetos em andamento, 16 em colaboração. Aprovados em 2019 por fontes de financiamento: FAPESP: 3 - R\$ 277.524,04 e CNPq: 1 R\$ 20.000,00. Publicações: 13 artigos publicados e 8 aceitos para publicação. Gestão da Qualidade: Reestruturação Comitê e realização do Encontro “Qualidade: Desafios e Perspectivas”. Dia Mundial contra a Raiva: 785 participantes. R\$ 16.795,69. Treinamentos/Capacitações: XII Seminário de Vigilância e Controle da Raiva: 294 profissionais. R\$ 529.680,00; Diagnóstico/isolamento viral/técnicas de soroneutralização/diagnóstico molecular: 2 participantes do INDEA/MT, 02 do LFDA/PE, 01 do Instituto Pasteur Buenos Aires/Argentina; 2º

Curso de especialização em “Vigilância laboratorial da raiva”: 08 bolsistas; Profilaxia da raiva: Médicos do CVE e da UNESP/GVE Botucatu. Investimentos: Reforma e aquisição de equipamento R\$ 658.424,99. Aquisição de insumos para vacinação contra raiva: 5.200.000 seringas, 5.200.000 agulhas e material gráfico valor total - R\$ 1.435.750,00.

Instituto de Saúde - O Instituto de Saúde tem como missão o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, assessoria e formação no campo da Saúde Coletiva, de forma articulada com as diferentes instâncias de gestão do SUS, buscando sua consolidação e a melhoria da qualidade de vida da população. Pesquisa e Produção Científica: conclusão de 14 projetos de pesquisa, 18 projetos em andamento até a presente data e 4 novos projetos formulados. As agências de fomento que apoiaram alguns dos projetos foram a FAPESP, CNPq, Fundação Bill e Melinda Gates, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Organização Panamericana de Saúde e Ministério da Saúde. Produção científica - 39 artigos científicos, 17 participações em Congressos e 5 capítulos de livros. Difusão científica - publicação de três livros: “Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe” editado em 2018, “Promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno: evidências científicas e experiências de implementação” e “GRADE-CERQual: uma abordagem para avaliar a confiança nos resultados de sínteses de evidências qualitativas”; quatro números do Boletim do Instituto de Saúde – BIS com os temas “Diversidade sexual e de gênero”, “15ª Mostra de Experiências Exitosas dos Municípios - Prêmio David Capistrano” em parceria com o COSEMS-SP, “Mestrado Profissional em Saúde Coletiva: traduzindo conhecimento para o SUS” e “Síntese de evidências qualitativas para informar políticas de saúde”. O site do Instituto de Saúde recebeu, em média, 1,5 mil visualizações únicas de página semanalmente, alcançando picos de 2,5 mil visualizações. Entre as redes sociais, as publicações no Facebook alcançaram até 2,8 mil pessoas - com um pico de 29 mil pessoas em um evento específico, média de 3,1 mil curtidas mensais, unicamente orgânicas, e mais de 3 mil seguidores, além de mais de 4.800 amigos no perfil da instituição. Nas demais redes sociais, destacam-se cerca de 1,5 mil seguidores no Twitter e 1,6 mil inscritos no canal do YouTube. 14 eventos técnico-científicos, com destaque para os vários eventos de comemoração dos 50 anos da instituição, incluindo seminários e lançamentos de livros, além de reuniões técnico-científicas e diálogos deliberativos. Outras ações de apoio técnico – com destaque: Elaboração de 4 Sínteses de Evidências, com destaque para a “Síntese de evidências para políticas: Atuando na prevenção e controle da resistência aos antimicrobianos”, desenvolvida em parceria com a CCD-SES-SP, fruto de um projeto financiado pela OPAS/MS. Elaboração de 5 Documentos de Resposta Rápida em parceria com a FIOCRUZ Brasília, projeto Formação, Pesquisa e Incorporação de Tecnologias Sociais no SUS: Estratégia de Ação para a Capacitação sobre Expansão e Consolidação das Práticas Integrativas e Complementares na Estratégia da Saúde da Família - em andamento. Revisão rápida em parceria com FioCruz Brasília - Knowledge translation overview: strategies for dissemination with a focus on recipient health care. Participação no grupo organizador do I Simpósio Internacional de Evidências Qualitativas, da FioCruz Brasília, atividade que gerou diversas publicações. Participação na elaboração das diretrizes metodológicas para elaboração de sínteses de evidências, promovida pela Coordenação de Evidências, do MS. Formação e desenvolvimento profissional: por meio do Programa de Aperfeiçoamento Profissional - CurSUS, - 15 cursos em seis DRS do Estado, capacitando 558 profissionais de saúde. Os alunos da turma de 2019-2020 do Programa do Mestrado Profissional em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde fizeram a qualificação de 13 projetos de pesquisa. Em relação ao curso de Especialização em Saúde Coletiva, em parceria com o CEFOR-SES/SP e a Secretaria Municipal de Saúde de Franco da Rocha, 16 alunos irão concluir o curso em fevereiro do próximo ano.

Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN - A SUCEN tem como finalidade promover o controle de vetores e hospedeiros intermediários invertebrados de doenças no Estado de São Paulo, realizando pesquisas e atividades necessárias ao avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, além de cooperar com os governos municipais como executores das ações locais de controle, como também prestar assessoria para o controle de artrópodes, peçonhentos e incômodos. - As ações de vigilância entomológica e de controle desenvolvidos, referem-se ao vetor *Aedes aegypti* - transmissor de Dengue, Febre Chikungunya e Zika vírus, aos vetores da Leishmaniose Visceral Americana – LVA, Leishmaniose Tegumentar Americana – LTA, Malária, Febre Maculosa Brasileira – FMB, Febre Amarela e Doença de Chagas, aos hospedeiros intermediários da Esquistossomose e animais nocivos, especificamente, o escorpião. Em caráter suplementar e complementar aos municípios e direcionadas, em sua maioria, para o controle e monitoramento do mosquito *Aedes aegypti*: 934.089 visitas a imóveis para identificação larvária, controle de criadouros e nebulização como suporte operacional; apoio a logística de distribuição de inseticidas e manutenção de equipamentos aspersores de inseticida para as secretarias municipais de saúde; vigilância e controle de triatomíneos, vetor da doença de Chagas: 582 localidades trabalhadas; vigilância e controle de Leishmaniose Visceral: trabalhou 11854 imóveis realizando pesquisa em campo para levantamento e monitoramento entomológico de *Lutzomyia longipalpis* e outros flebotomíneos; vigilância e Controle da Febre Maculosa Brasileira, trabalhadas 169 localidades, com coletas acarológicas para classificação de localidades; pesquisas malacológicas para Vigilância e Controle de planorbídeos hospedeiros intermediários da esquistossomose, foram visitadas 234 localidades; vigilância e Controle da Febre Amarela, dado o agravamento da situação epidemiológica, neste ano foram incrementados o controle de criadouros e o controle químico em 568 imóveis e realizadas pesquisas entomológicas em 217 localidades silvestres e perirubanas; na atividade de orientação para o manejo e controle de animais peçonhentos, especificamente para escorpião, foram registradas 558 atividades de apoio e assessoria técnica a municípios. Em relação às demais atividades de assessoria técnica como reuniões técnicas, supervisão e orientação técnicas foram realizadas 19473 atividades relacionadas com os diferentes programas como arboviroses, doença de Chagas, Leishmaniose Tegumentar, Leishmaniose Visceral, Febre Maculosa, Esquistossomose, Malária e Febre Amarela até Novembro. Foram capacitados até esta data cerca de 7000 servidores municipais nos diferentes programas de vigilância e controle vetorial. Outras realizações de destaque: Detecção da presença de Triatomíneos na RMSP; encontro de novas espécies de flebotomíneos no ciclo de transmissão da Leishmaniose Visceral nas regiões da Grande São Paulo e da Baixada Santista; nova ferramenta de vigilância e controle de vetores do estado de São Paulo; sistema de Informação Escorpio - sistema de informação para monitoramento da infestação por escorpiões disponibilizado aos municípios com 365 municípios que estavam cadastrados com dados de espécies e exemplares capturados; Coordenou a realização da Semana Estadual de Mobilização contra o *Aedes aegypti*, com a participação da SUCEN e dos municípios do estado em fevereiro e novembro. Laboratório: Identificação de culicídeos para o programa de febre amarela: 3.845 fêmeas distribuídas em 947 pools para isolamento no IAL; Identificação de

flebotômicos coletados no desenvolvimento dos Programas de Vigilância e Controle da leishmaniose Visceral e Leishnabiose Tegumentar: 64 exemplares; identificação de Ixodídeos: 20 exemplares; identificação de 1240 amostras de alados de Culicídeos e 935 amostras de larvas de Culicídeos; bioensaios para caracterização da susceptibilidade de *Aedes aegypti* aos inseticidas utilizados para seu controle: Teste susceptibilidade adultos de *Aedes aegypti*/Malathion - garrafa: 60 testes. Teste susceptibilidade adultos de *Aedes aegypti*/Cipermetrin - garrafa: 56 testes. Teste susceptibilidade adultos de *Aedes aegypti*/Deltametrina garrafa: 60 testes. Teste susceptibilidade larvas de *Aedes aegypti*/Piryproxifen: 69 testes. Teste susceptibilidade larvas de *Aedes aegypti*/Temphos: 45 testes; Identificação de amostras de triatomíneos: 108 exemplares. PCR para Diagnóstico de Malária e hemoparítesos relacionados em amostras de diversas espécies de Aves recebidas de diferentes regiões: Universidade Federal de Viçosa Campus Florestal - 100 amostras - Viçosa/MG; 2. Parque Estadual Paulo César Vinha - 26 amostras - Vila Velha/ES; 3. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília – UniCEUB - 124 amostras - Brasília/DF; 4. Usina Hidrelétrica de Balbina - 400 amostras - Presidente Figueiredo/AM. - Pesquisa científica e tecnológica - foram gerados um total de 14 artigos científicos publicados, com competência para divulgação de diversas temáticas relevantes em importantes periódicos e um capítulo de livro publicado em publicação do exterior. Quatro projetos de pesquisa, inclusive com financiamento pela FAPESP. Investimentos: foram licitadas obras no valor de R\$ 4 milhões e recursos para adequação e equipamentos de laboratório no valor total de R\$ 600 mil.

Instituto Butantan - Atividades de Pesquisa Científica e Tecnológica - Publicações: Até outubro, foram publicados 196 artigos, todos em revistas indexadas segundo Web of Science, Scopus e Pubmed. Formação de recursos humanos na área científica - Bolsas de Iniciação Científica do CNPq com 15 bolsistas de Iniciação Científica e 9 de Iniciação Tecnológica pelo CNPq e mais 20 bolsas mantidas pela Fundação Butantan. Criação da Escola Superior do Instituto Butantan - ESIB - Credenciamento de 4 programas de pós-graduação lato sensu pelo Conselho Estadual de Educação: Curso de Especialização em História, Museologia e Divulgação da Ciência e da Saúde; curso de Especialização em Animais de Interesse em Saúde: Biologia Animal; curso de Especialização em Toxinas de Interesse em Saúde; cursos de Especialização em Biotecnologia para a Saúde - Vacinas e Biofármacos. Continuidade com excelência do Programa de Pós-Graduação em Ciências - Toxinologia - stricto sensu - credenciado pelo MEC/CAPEs, avaliado com conceito 5 - 79 alunos no curso de mestrado, com 7 dissertações com defesa de mestrado; 95 no curso de doutorado; com defesa de 6 teses de doutorado. Foi obtido o primeiro Mestrado Profissional em Biotecnologia e Bioprocessos - stricto sensu credenciado pela CAPES e reconhecido pelo MEC, avaliado com o conceito 4. Estágios e cursos: estagiários, cursos livres, prestadores de serviço, pós-graduandos de outros Programas do Instituto Butantan, totalizando 1760 alunos. Produção de Imunobiológicos: Programa Nacional de Imunizações – PNI: entregues 101 milhões de doses de vacinas e 277 mil doses de soro. Avanços: Produção Vacina Dengue: conquistados os certificados de Licença de Operação, Condições Técnicas Operacionais e Nível 2 de Biossegurança em Grande Escala. Produção de lotes piloto. Imunobiológicos: início da construção da fábrica do Mabs em parceria com a Libbs, para produção de anticorpos monoclonais. Produção de Banco Influenza: finalização da reforma para adequação do Prédio 32 para atender as exigências da Organização Mundial da Saúde – OMS. Produção da Vacina Influenza: desenvolvimento de novos produtos da família influenza como: tetravalente; Alta dosagem; H1N1; H7N9 Vacina Influenza adjuvantada e influenza sem timerosal. Centro Bioindustrial: adequação de procedimentos e processos das fábricas para atendimento das auditorias da OMS e SANOFI. Produção de Soros: implantação do processo de plasmaferese para obtenção de plasmas. Adequação da fábrica de processamento de plasmas para aumento na capacidade produtiva de 3 para 4 lotes semanais. Patentes: Foi deferida no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, a patente intitulada “Processo para a Preparação de uma Vacina Tetravalente Atenuada de Dengue, Método para produzir uma Resposta Imune, Kit, e, Uso de uma composição”. Com isso o Butantan estende a exclusividade de explorar o processo de produção da Vacina Tetravalente de Dengue, antes já garantida perante o Escritório Americano de Patentes e a Austrália. Acordos e parcerias - Avanços: Parcerias de Desenvolvimento Produtivo da área Operações de Produção: o Instituto Butantan possui parcerias de transferência de tecnologia e fornecimento de 4 vacinas em andamento: “vacina papilomavírus humano 6, 11, 16 e 18 recombinante”; “vacina hepatite A - inativada”; “vacina adsorvida difteria, tétano, pertussis acelular dTpa”.- E outras 6 de desenvolvimentos de anticorpos monoclonais – Mabes: Rituximabe; Trastuzumabe; Bevacizumabe; Adalimumabe; Etraccept; Palivizumabe. Para absorver estas tecnologias a instituição está construindo uma planta de monoclonais a ser concluída em 2020. Atividades de Culturais, Educação - Visitação aos museus - Biológico, Microbiologia e Histórico de 303.732 visitantes no período de Janeiro a Outubro de 2019.

Fundação Oncocentro de São Paulo – FOSP - Treinamentos e Capacitações - desde 2017, utilizou-se a modalidade ensino a distância. De janeiro a outubro, 1895 enfermeiros foram inscritos nos cursos oferecidos na modalidade ensino a distância. Desses, 1418 já foram capacitados nas ações que compõem o Programa Estadual de Prevenção dos Cânceres do Colo Uterino e de Mama. Neste mesmo período, 4 enfermeiros receberam aprimoramento técnico para atuarem como multiplicadores. Informação e Epidemiologia - Registro Hospitalar de Câncer – RHC - importante instrumento de obtenção de informações sobre os casos de câncer atendidos nos hospitais da rede estadual de oncologia, coordenado pela FOSP, o RHC/SP está implantado em 76 hospitais da Rede de Atenção Oncológica. Desde a sua implantação, em 2000, até outubro deste ano, foram registrados 886.570 casos analíticos e 180.608 casos não analíticos. A base de dados também subsidia a plataforma de análise on-line sobre morbidade e mortalidade por câncer no Estado de São Paulo - SPCAN. Reabilitação - até outubro, foram realizadas 4.587 consultas em 821 pacientes. Neste mesmo período, foram admitidos 123 pacientes novos, e entregues 547 próteses. Também foram realizados 685 atendimentos de apoio - psicólogo e assistente social. No dia 26/6, foi promovido o 1º Encontro de Estagiários da Diretoria Adjunta de Reabilitação. Foram apresentados por estagiários e ex-estagiários, temas vinculados à Reabilitação Buco Maxilo Facial. No dia 23/8/2019, 3 profissionais dentistas participaram da Liga Interdisciplinar de Neoplasias Bucais na Faculdade de Odontologia da USP. De 5 a 7/9, 1 dentista participou do Programa de atualização em Reabilitação Buco Maxilo Facial realizado pelo Hospital Alemão Oswaldo Cruz e The Foundation for Oral-facial Rehabilitation e apresentou painel sobre Prótese Óculo Palpebral: comparação entre a percepção estética de especialistas brasileiros e estrangeiros. No dia 4/10, 1 dentista palestrou sobre próteses oculares e faciais no IX Simpósio de Cirurgia Periorbital promovido pelo Instituto de Cirurgia Plástica Santa Cruz. Laboratório de Patologia da FOSP - até outubro, foram registrados 210.258 citologias cervico-vaginais; 10660 exames anatomopatológicos; 651 exames de citologia de mama -

PAAF e secreção mamária; 15824 reações de imuno histoquímica, indicadas para confirmação diagnóstica, na classificação ou na detecção de moléculas-alvo de terapias específicas, no câncer de mama; 142 exames de hibridização molecular por fluorescência - FISH para o gene HER2 nos casos com indicação seguindo o protocolo do Ministério da Saúde, para pesquisa da amplificação deste gene nos casos de câncer de mama. Também realizamos atividades de monitoramento externo de qualidade dos laboratórios de citologia cervico-vaginal da rede SUS. Foram revistas 4910 lâminas até outubro. Em relação à 2018, houve aumento na produção do laboratório, com exceção dos exames de imunohistoquímica, FISH e MEQ. Para estes, a diminuição ocorreu devido ao pedido de demissão de 2 patologistas, para os quais solicita-se reposição desde o início do ano. Projeto citologia líquida e teste molecular para HPV de alto risco - foi encerrado o projeto que coletou 9918 amostras de mulheres residentes na Zona Leste. Os resultados estão em fase de análise. Infraestrutura - Durante o período, a FOSP adquiriu mobiliários e equipamentos para as áreas técnicas e administrativa, realizou as manutenções preventivas programadas e adequações necessárias - sistema de caixas d’água, sistema de exaustão e refrigeração em área técnica - para o melhor funcionamento da instituição.

Fundação para o Remédio Popular – FURP - Produção - até 19 de dezembro, foram produzidas 802.726.476 unidades farmacotécnicas na FURP, considerando a unidade de Guarulhos e de Américo Brasileiro. Distribuição de medicamentos - distribuídas 1,5 bilhões de unidades farmacotécnicas, sendo 1,1 bilhões para o Programa Dose Certa. Parceria Público Privada – PPP - Indústria Farmacêutica de Américo Brasileiro – IFAB – a empresa CPM – Concessionária Paulista de Medicamentos, responsável pela gestão, operação e manutenção da fábrica, com fornecimento de medicamentos genéricos e realização de obras para adequação da infraestrutura existente, produziu 304.267.626 unidades farmacêuticas. Obras para Adequação das Instalações. Aumento da capacidade produtiva de Cefalexina 500mg cápsulas - Através da reforma com ampliação do módulo de produção e a instalação de uma segunda encapsuladora, a FURP dobrou a capacidade produtiva da área, que passou para 40 milhões de cápsulas/ ano. - Adequação da linha produtiva para inclusão do processo de fabricação do medicamento Donepezila - Os processos produtivos foram adaptados para a produção do novo medicamento através da aquisição de ferramentais. Atualmente estão sendo realizados os estudos e posteriormente o peticionamento junto a ANVISA para iniciarmos a comercialização do medicamento em 2020. Convênios firmados com o Ministério da Saúde – A FURP possui 5 convênios firmados para a reforma de diversas áreas da empresa. Atualmente estão em fase de contratação os processos para adequação do almoxarifado de produtos acabados e reforma do laboratório de controle de qualidade. Os demais convênios que compreendem as reformas da central de pesagem e amostragem, as reformas das áreas produtivas de líquidos e penicilínicos e as reformas prediais das instalações da unidade de Guarulhos estão em fase de aprovação pelo Ministério da Saúde para posterior início dos processos licitatórios. Treinamento - no período de janeiro a setembro foram realizadas 5426 horas de treinamento. Financeiro - no decorrer do ano, a área buscou o equilíbrio do fluxo financeiro em função da previsão de entrada de recursos e compromissos de pagamento, resultando em uma redução do passivo com os fornecedores da ordem de 20%, exceto a dívida com a CPM – Concessionária Paulista de Medicamentos. A gestão perante aos clientes inadimplentes resultou em uma redução da ordem de 34% no volume de recursos vencidos de R\$ 14,3 milhões, em 31 de setembro de 2018, para R\$ 9,5 milhões no mesmo período. No decorrer do ano, a área coordenou a realização de inventários físicos nos estoques de insumos e produtos acabados, com objetivo do levantamento real da situação do estoque para ser levado ao balanço da FURP, bem como evitar custos e conseqüentemente melhoria contínua da rentabilidade. Em parceria com a área de Tecnologia da Informação, auxiliou no desenvolvimento de programas para agilização e eficiência das rotinas das áreas. Destaques - Reforma Autoclave - Uma autoclave do laboratório Microbiológico, fabricada em 1990 e que estava fora de uso há 10 anos, foi reformada pela equipe de manutenção e entrará em operação assim que for concluída vistoria, laudo e testes de qualificação. A autoclave é o equipamento mais importante para o laboratório, e, diante da falta de recursos para aquisição de uma nova, a área de produção cedia sua autoclave para uso de forma compartilhada que geravam atrasos nas rotinas. O retorno do funcionamento da autoclave trouxe os seguintes benefícios: atendimento às Boas Práticas de Laboratório e Regras Sanitárias vigentes; planejamento das atividades do setor, sem compartilhamento do equipamento; mitigação de risco de contaminação dos materiais e reanálises de insumos e produtos.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - Perfil Institucional: Hospital de referência especializada - terciária e quaternária para sua região - com 500 leitos existentes sendo: 161 leitos cirúrgicos, 149 leitos Clínicos, 74 leitos de UTI - 30 Adultos, 37 Neonatal, 7 Pediátricos, 31 leitos obstétricos, 3 psiquiatria e 19 leitos saúde mental. Produção: Os serviços prestados aos pacientes, de janeiro a setembro foram: Saídas hospitalares: 21.350; Partos realizados: 1.677; transplantes: 187; consultas de urgência e emergência: 292.475; consultas ambulatoriais: 233.040; cirurgias em Centro Cirúrgico: 9.515; cirurgias ambulatoriais: 3.173. Exames diagnósticos: 2.369.400; atendimentos de outros profissionais de nível superior: 613.363; diagnóstico e tratamento de hemodinâmica: 3.056; sessões de Hemodiálise: 26.654; tratamentos oncológicos: 30.577; Transfusões de Hemocomponentes: 13.393. Investimentos - Obras: Até outubro foram investidos R\$ 1.642.297,15 para obras, e empenhado mais R\$ 200.659,52 para reforma de salas de serviço de verificação de óbitos da patologia e R\$ 172.980,40 para construção de calçada e muro de arrimo para acesso ao novo ambulatório de especialidades. Equipamentos adquiridos: o HCFMB fará investimento na ordem de 12 milhões de reais em equipamentos médicos, sendo os principais: 15 - foco cirúrgico móvel, 5 - bisturi elétrico 300w, 19 - ventilador pulmonar de alta complexidade neonatal, adulto e transporte, 15 - Aspirador cirúrgico, 40 - Monitores multiparâmetros, 1 - Ressonância magnética 1,5T, 1 - Autoclave horizontal 550l, 3 - Arco cirúrgico anodo fixo. Atividades/Capacitação de Servidores/Funcionários - Até o mês de dezembro, foram capacitados 5.472 servidores/funcionários do HCFMB, totalizando 369:10 de horas aula, estando prevista para o mês de dezembro a capacitação de mais de 2.190 servidores/funcionários, totalizando 36:18 de horas aula. Até o presente mês, foram realizadas 2 admissões de funções-atividades e 1 nomeação de cargo em comissão.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP - É composto pelo Instituto Central – ICHC, Instituto de Ortopedia e Traumatologia – IOT, Instituto de Psiquiatria – IPq, Hospital Auxiliar de Suzano – HAS, Hospital Auxiliar de Cotoxó – HAC, Instituto de Medicina Física e Reabilitação - IMRea, Instituto da Criança - ICr, Instituto do Coração - InCor, Instituto de Radiologia - InRad e Instituto do Câncer do Estado de São Paulo –

ICESP, que oferecem referência terciária ao sistema Único de Saúde de São Paulo nas suas respectivas especialidades. A produção realizada, conforme o perfil do órgão dá-se por: Número de leitos instalados: 2406 leitos instalados - Número de leitos operacionais: 1903 leitos operacionais média mês - Internações: 69.282 - Taxa de Ocupação Geral: 85% - Taxa de Ocupação UTI: 90% - Atendimento de urgência e emergência: 146.660 - Salas Cirúrgicas: 105 - Cirurgias: 47.757 - Transplantes: 625 transplantes até outubro - Consultas ambulatoriais: 1.433.912 - Exames de Imagem: 1.121.759 - Exames laboratoriais: 12.045.033 - Unidades de medicamentos distribuídos: 16,8 milhões - Horas de treinamento: Treinamentos Ensino à distância: 57.974; treinamentos presenciais: 28.707. - Obras em andamento - Obra de Reforma, Ampliação e Adequação para a UTI 11º Pavimento do ICHC. Investimento total 46,3 milhões; - Adequação de área física no 9º e 10º andar, Anatomia Patológica - PAMB: Investimento: R\$ 5,95 milhões; obra de construção do Complexo Hospitalar de Cotoxó: prédio para tratamento de doenças ligadas ao uso de álcool e drogas 60 leitos de internação, ambulatório - 10 consultórios e hospital de retaguarda do HCFMU - 140 leitos Investimento total: R\$ 72,68 milhões; obra para reforma e adequação do prédio principal e construção do prédio novo de Suzano. Investimento total: 38,9 milhões; reforma para implantar Casa de Apoio para pacientes do Programa de Nutrição Parenteral Domiciliar e Transplante. Investimento: R\$ 890 mil. Principais equipamentos adquiridos - Valor total investido: R\$ 7,95 milhões. Destaques segundo as unidades: Eco endoscópio e Microscópio Cirúrgico - ICHC; Monitor Paramétrico para RM, Densitometria Óptica, Rx Digital Telecomandado e Ecocardiógrafo com transesofágico - 3d - INRAD; Monitor de Débito Cardíaco Contínuo e osmose Reversa- INCOR; Ventriculoscópio e Arco cirúrgico - IPQ; Monitor Multiparamétrico para RM - ICr; Artroscópio - IOT - Principais ações conjuntas com outros órgãos de governo, por meio de parcerias com: Ações com Central de Penas e Medidas Alternativas do Governo Federal – CEPAMA; parceria com Tribunal de Justiça Eleitoral para cadastro de biometria.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FMRP/USP - O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP é destinado ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e à formação de profissionais na área da saúde como referência terciário-quatunária para diversas regiões do Estado de São Paulo e de outros estados do país. - Principais Indicadores de Assistência - estimativa 2019 – total dos serviços do Campus e da Unidade de Emergência: Consultas/Procedimentos - 741.920; Internações - 34.347; Porcentagem de Ocupação- 76,5%; duração Média de Internação - 7,0; taxa de Mortalidade - 3,7; taxa de Infecção Hospitalar - 1,9; índice de Intervalo de Substituição - 2,2; Cirurgias - 26.896; partos - 1.643; taxa de Cesárea - 49,8; Exames Laboratoriais - 3.370.624; Exames Especializados - 399.844; procedimentos - 113.599. Centro Regional de Hemoterapia: Exames Laboratoriais - 1.711.325; doadores - 39.263. Transplantes - 237 transplantes no total, sendo 70 de rim, 20 de fígado, 4 de pâncreas/rim, 64 de medula óssea e 79 de córnea - Ensino - O HCFMRP-USP é campo de atividades de ensino de graduação e de pós-graduação para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Nutrição, Fonoaudiologia e Informática Biomédica da USP, campus Ribeirão Preto. Oferece residência médica em diversas especialidades, residência multiprofissional e aprimoramento em áreas não médicas. Em 2019 estão credenciados 82 programas de residência médica, 24 de aprimoramento profissional, 23 de residência multiprofissional, com um quadro de 977 médicos residentes, 104 residentes multiprofissionais e 97 aprimorandos. Destaca-se o Mestrado Profissional em Gestão de Organizações de Saúde, mantido em parceria com a FMRP-USP e FEARP – USP, com 42 alunos. - Centro Interescolar - escola de nível médio, técnico e profissionalizante do HCFMRP-USP, com a finalidade de formar e capacitar pessoas que exercem funções ligadas à área da saúde, além de oferecer aperfeiçoamento profissional. Iniciou fevereiro, o Curso de Técnico em Enfermagem, com 40 vagas, com término previsto para março de 2020. - Pesquisa - contínuo intercâmbio com instituições internacionais congêneres, participação ativa em congressos, simpósios e mesas redondas, além de volumosa e relevante presença em publicações científicas nacionais e internacionais. Foram analisados 328 projetos pelo Comitê de Ética em Pesquisa do HCRP-USP. - Investimentos - Obras - foram investidos, aproximadamente, R\$ 2,75 milhões, abarcando reformas em diversas unidades do hospital para adequação, ampliação e melhoria do atendimento. - Equipamentos - foram investidos para aquisição de equipamentos, R\$ 32,9 milhões como forma de atualizar e incorporar novas tecnologias necessárias à prestação da assistência à saúde, aos pacientes da área de abrangência do HCFMRP-USP. - Ações de Atenção Hospitalar – iniciativas em destaque: Implantação do Serviço de Dor Aguda; Mutirões de Saúde - Visão do Futuro - agendados 228 estudantes do ensino fundamental, e 139 passaram por atendimento oftalmológico; Endoscopia e ultrassom - 279 exames, sendo que 76 colheram biópsias, exames de endoscopia e 194 ultrassons; Cirurgias realizadas com robô - Da Vinci XI, o equipamento mais moderno em distribuição no mundo, para realização de cirurgia robótica; Novo sistema de visualização de imagens médicas - PACS - Picture Archiving and Communication Systems; Biblioteca digital de interação medicamentosa; modernização de diversas áreas na unidade de emergência; entre outras. Inauguração do Hospital Estadual de Serrana - Em julho, com 74 leitos de enfermagem geral, 10 leitos de CTI e 2 salas cirúrgicas, é destinado ao atendimento clínico e cirúrgico de média complexidade para pacientes do SUS. Campanhas Preventivas e eventos comemorativos - destinadas aos funcionários, profissionais e público em geral, foram realizadas. Campanha Vacinação contra o Sarampo; Campanha Vacinação contra Influenza; Campanha de Doação de Sangue; Campanha de prevenção do câncer de cabeça e pescoço; Campanha da voz; 10ª Caminhada sem Tabaco, entre muitos outros. Gestão hospitalar e de qualidade - iniciativas em destaque: Investimento em Tecnologia da Informação - projeto IRIS - Inteligência de Resultados e Integração de Sistemas; Implantação do Sistema de Transporte Pneumático; Programas para Captação de Recursos; Busines Intelligence – BI; compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre; 7º Fórum de Hotelaria Hospitalar; Programas de Eficiência Energética; Projeto de Logística Hospitalar; Gestão da Qualidade e Certificações - Programa Compromisso com a Qualidade Hospitalar – CQH; pesquisa de satisfação dos pacientes. Gerenciamento de Riscos/Núcleo de Segurança do Paciente - prevenção de eventos adversos à saúde, relacionados à prática de atenção aos pacientes, atuando como Hospital Sentinela, credenciado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Sistema de notificação eletrônica para diferentes tipos de risco, com cerca de 3,8 mil notificações até outubro. Gerenciamento Ambiental - Todos os anos são comemorados as datas relacionadas ao Meio Ambiente, com eventos direcionados aos servidores, o Dia da Água - 22 de março, Semana do Meio Ambiente - 5 de junho e o Dia da Árvore - 21 de setembro. Promoção de ações para auxiliar no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da Dengue, Chikungunya, Zika e Febre amarela. Projeto Hospitalares Saudáveis para redução de resíduos, entre outros. Gestão de Pessoas - diversas iniciativas foram promovidas para os colaboradores do HCRP em 2018, como:

Trabalho a distância; Pesquisa de Clima Organizacional; Programa de Desenvolvimento de Equipes; Workshop Mindfulness para Gestores, entre outros. Humanização e responsabilidade social - diversas iniciativas foram promovidas: Arte, Cultura e Lazer no Hospital; reinserção Escolar; classe Hospitalar; saindo para Passear; Projeto Cão Carinho; voluntariado; visitas domiciliares à família em situações de perda de ente querido, entre outros.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA - A Autarquia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA possui em sua estrutura cinco Departamentos de Atenção à Saúde Alta Complexidade; Materno Infantil; Apoio, Diagnóstico e Terapêutica; ambulatorial especializada e Hospital Dia e Hemoterapia), além de unidades administrativas. Treinamentos e capacitações internas: até 31/10 foram realizadas 2.915 treinamentos e capacitações internas, atingindo 17.547 colaboradores. Complementação da Bolsa dos Médicos Residentes - o Governo do Estado de São Paulo financia 84,8% do valor da bolsa definida pelo Ministério da Educação e a Autarquia HCFAMEMA é responsável pela complementação do percentual de 15,2% da bolsa para 176 médicos residentes mensalmente, o que corresponde a na última folha o montante bruto mensal de R\$ 107.141,76. Investimentos: R\$ 3 milhão - Orçamento HCFAMEMA e Convênio SUS em projetos, reformas e melhorias das estruturas do HCFAMEMA, com destaque: reforma do prédio da ressonância magnética R\$ 1.533.879,97, projeto de adequação dos prédios para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB R\$ 544.313,83, telhado do Centro Cirúrgico R\$ 44.590,00, obra de adequação do fosso e aquisição de elevadores - R\$ 558.000,00), reforma do saguão do HCI - R\$ 253.063,86 e reforma do posto de Enfermagem da UTI - R\$ 49.780,00. Renovação do parque tecnológico - R\$ 6.025.000,00 milhões - orçamento HCFAMEMA para a aquisição de 1 Ressonância Magnética - R\$3.975.000,00; 2 arcos cirúrgico - R\$800.000,00; 1 radiodiagnóstico telecomandado R\$1.250.000,00, além de equipamentos laboratoriais, informática e mobiliários visando ganho de eficiência e operação no Departamento de Hemoterapia - Investimento: R\$ 200.000,00, entre outros. Produção: nov/18 a out/19. Na assistência hospitalar: 4.877 cirurgias, 178 ações de doação de órgãos e tecidos para transplantes, 263.943 procedimentos diagnósticos, 12.744 internações e 1.542 partos. Produção Total: 283.284. Ambulatorial - 19.553 cirurgias, 16.636 tratamentos oncológicos 11.498 radioterápicos e 5.138 quimioterápicos, 175.316 atendimentos multiprofissionais, 78.154 atendimentos de urgência e emergência, 127.634 procedimentos hemoterápicos, 736.420 exames/procedimentos diagnósticos e 5.653 atendimentos domiciliares. Produção Total: 1.159.366. Programas e Projetos: Programas Corujão da Saúde ofertando 13 mamografias, 474 endoscopias e 832 ultrassonografias; visão do Futuro - 87 crianças; mulheres de Peito - 436 mamografias. Projetos de Alta Responsável; visita Aberta; “Visita de animais ao seu tutor internado no Hospital Geral: Fortalecendo Afetos” e a estruturação da Visita Religiosa. Iniciaram-se mutirões de cirurgias ortopédicas e exames de nasofibroscopia, buscando reduzir a demanda reprimida. Em parceria com outras instituições através de doação - mutirão para implantação de próteses oculares. Ampliado atendimento da linha de sobrepeso e obesidade incluindo a realização da cirurgia por videolaparoscopia; pacto de Gestão da Rede de Urgência e Emergência com o Departamento Regional de Saúde e os municípios da microrregião de Marília, visando organizar o acesso às portas de urgência e emergência. Participação ativa na Linha de Cuidado da Gestante, propondo a implantação do Protocolo de Acesso às Urgências Gestacionais do HCFAMEMA.

Fundação Pró-Sangue - Hemocentro de São Paulo - Instituição voltada às áreas de medicina transfusional e terapia celular, considerada referência para a Organização Pan-Americana de Saúde OPAS e Organização Mundial da Saúde OMS como Centro Colaborador em Controle de Qualidade em Sorologia do Programa Regional de Avaliação Externa de Desempenho em Sorologia para a América Latina e Caribe, e para o Ministério da Saúde como Sítio Testador do NAT Teste de Ácido Nucleico para detecção de HIV, HCV e HBV. Tem como principais missões: a promoção da segurança transfusional, através da excelência na produção e distribuição de hemocomponentes para mais de 100 instituições de saúde da rede pública às quais assiste; o desenvolvimento de pesquisas e a promoção de ensino na área de hemoterapia e terapia celular. Produção até outubro. Candidatos à doação - 126.808; bolsas de sangue total coletadas - 97.839; hemocomponentes produzidos - 90.253 concentrado de hemácias, 36.094 concentrado de plaquetas, 84.480 plasmas congelados, 4.595 crioprecipitados e 3.807 plaquetas obtidas por aférese; hemocomponente modificado - Irradiação - 37.437; hemocomponente modificado - Leucorredução - 3.217; hemocomponente modificado - Lavagem - 168; hemocomponente modificado – Reconstituição - 49; número de Hemocomponentes distribuídos - 152.480; exames imunohematológicos realizados - 1.080.563; exames sorológicos realizados - 894.246; exames NAT realizados - 313.014. Laboratórios de Controle de Qualidade de Sorologia, de Imunohematologia e do Sangue: realizados 13.211 testes microbiológicos. Investimentos: Reformas: Posto de Coleta do Complexo Hospitalar do Mandaqui - Área: 702m² - valor: R\$ 955.354,13. Equipamentos técnicos: aquisição - 41 computadores - R\$ 147.600,00; 15 carrinhos de aço inox para transporte interno de hemocomponentes computadores - R\$ 17.999,99; 8 cadeiras motorizadas para doação - R\$ 64.000,00; aquisição de 6 refrigeradores para armazenamento de amostras e reagentes - R\$ 259.200,00. Outros destaques: Realizou campanha de incentivo à doação de sangue em 2018 “Quem doa o sangue: merece ser reconhecido”, desenvolvida voluntariamente por agência de comunicação, com o apoio das personalidades, tendo como ícone o *Curativo Vermelho*.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Legislação - No ano, a legislação estadual buscou o fortalecimento institucional, de infraestrutura e de administração orçamentária da Secretaria da Segurança Pública e instituições membros visando disciplinar as melhores práticas e os melhores serviços públicos na segurança da população de São Paulo. *Leis Estaduais*: Lei Complementar 1.351 de 13/12/2019 – altera a Lei Complementar nº 1.245, de 27/6/2014, que institui a Bonificação por Resultados – BR aos integrantes das Polícias Civil, Técnico Científica e Militar e dá providências correlatas. Lei nº 17.219, de 29/11/2019 - Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Segurança Pública e do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, nos termos da Lei Federal nº 13.756, de 12/12/2018. Lei nº 17.210, de 22/11/2019 - Dispõe sobre a colocação de telas de proteção em espaço aéreo nas unidades prisionais e dá outras providências. Lei nº 17.201, de 4/11/2019 - Revoga a Lei nº 10.017, de 1/7/1998, que proíbe a fabricação e a comercialização de cola e vidro moído, usada nas linhas para pipas e a Lei nº 12.192, de 6/1/2006, que proíbe o uso de cerol ou de qualquer produto semelhante que possa ser

aplicado em linhas de papagaios ou pipas, e dá nova disciplina à matéria tratada nestes diplomas. *Decretos:* Decreto nº 64.639, de 4/12/2019 - Cria e organiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, o Centro de Detenção Provisória de Álvaro de Carvalho e dá providências correlatas. Decreto nº 64.547, de 30/10/2019 - Altera a classificação institucional da Secretaria da Segurança Pública nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado. Decreto nº 64.531, de 16/10/2019 - Cria a Delegacia de Polícia de Homicídios de Campinas, no Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – Deinter 2 - Campinas, da Polícia Civil do Estado de São Paulo, e dá outras providências. Decreto nº 64.528, de 15/10/2019 - Cria Delegacia de Polícia Especializada de Investigações Criminais, nas Delegacias Seccionais de Polícia de São Bernardo do Campo e de Taubaté, e dá providências correlatas. Decreto nº 64.468, de 12/9/2019 - Cria e organiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, o Centro de Detenção Provisória de Lavínia e dá providências correlatas. Decreto nº 64.439, de 5/9/2019 - Altera a classificação institucional da Secretaria da Segurança Pública nos Sistemas de Administração Financeira e Orçamentária do Estado. Decreto nº 64.413, de 26/8/2019 - Cria o 5º Batalhão de Polícia de Choque - Canil - 5º BPChq - Canil, sediado na Capital e os 10º e 11º Batalhões de Ações Especiais de Polícia - 10º e 11º BAEP, sediados, respectivamente, em Piracicaba e em Ribeirão Preto, altera a redação dos dispositivos que especifica do Decreto nº 63.784 de 8/11/2018, que dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Decreto nº 64.362, de 5/8/2019 - Suspende, no corrente exercício, a aplicação do disposto no artigo 5º do Decreto nº 25.013, de 16 de abril de 1986, para os integrantes das carreiras policiais civis em exercício na Secretaria da Segurança Pública. Decreto nº 64.359, de 02 de agosto de 2019 - Altera a denominação do Departamento de Capturas e Delegacias Especializadas - DECADE para Departamento de Operações Policiais Estratégicas - DOPE, estabelece sua organização, dispõe sobre as transferências que especifica, no âmbito da Polícia Civil, e dá providências correlatas. Decreto nº 64.351, de 29/7/2019 - Cria e organiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, o Centro de Detenção Provisória de Paulo de Faria e dá providências correlatas. Decreto nº 64.339, de 23/7/2019 - Instala os plantões permanentes das 1ª e 2ª Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher de Campinas, respectivamente, das 1ª e 2ª Delegacias Seccionais de Polícia de Campinas, do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – DEINTER 2 - Campinas, da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, e dá providências correlatas. Decreto nº 64.310, de 1/7/2019 - Reclasseifica a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Santos, da Delegacia Seccional de Polícia de Santos, do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - DEINTER 6 - Santos, da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, e dá providências correlatas. Decreto nº 64.309, de 1/7/2019 - Reclasseifica as Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher, das 2ª, 4ª, 6ª, 7ª e 8ª Delegacias Seccionais de Polícia, do Departamento de Polícia Judiciária da Capital – DECAP, da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública, e dá providências correlatas. Decreto nº 64.238, de 14/5/2019 - Reduz para 6 meses o interstício na graduação de Aspirante a Oficial PM da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Decreto nº 64.206, de 26/4/2019 - Dá nova redação do dispositivo do Decreto nº 39.948, de 8/2/1995 e revoga dispositivo do Decreto nº 59.587, de 10/10/2013. Decreto nº 64.109, de 8/2/2019 - Cria os 6º, 7º, 8º e 9º Batalhões de Ações Especiais de Polícia - 6º, 7º, 8º e 9º BAEPs, sediados em São Bernardo do Campo, São Paulo, Presidente Prudente e São José do Rio Preto, respectivamente, altera a redação dos dispositivos que especifica do Decreto nº 63.784, de 8/11/2018, que dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Decreto nº 64.101, de 30/1/2019 - Reclasseifica a Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Sorocaba, da Delegacia Seccional de Polícia de Sorocaba, do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – Deinter 7 – Sorocaba, da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Secretaria da Segurança Pública e dá providências correlatas. Decreto nº 64.074, de 18/1/2019 - Regulamenta a Lei nº 15.556, de 29/8/2014, que restringe o uso de máscaras ou qualquer paramento que oculte o rosto da pessoa em manifestações e reuniões, na forma que especifica, e dá providências correlatas. *Resoluções:* Resolução SSP nº 99, de 25/11/2019: Estabelece a Política Estadual de Segurança Pública, definindo Missão, Visão, Diretrizes, Objetivos Estratégicos, Mapa Estratégico e Ações Estratégicas. Resolução SSP nº 93, de 19/11/2019: Revoga o artigo 1º e dá nova redação ao art. 2º, caput, ambos da Resolução SSP-163, de 21-9-2011, alterada pela Resolução SSP-18, de 7-2-2013. Resolução SSP nº 78, de 10/10/2019: Dispõe sobre a designação de gestores para representar o Estado de São Paulo no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisonais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – SINESP. Resolução SSP nº 58, de 26/7/2019: Estabelece os parâmetros para pagamento da Bonificação por Resultados – BR do 4º trimestre/2018, instituída pela Lei Complementar nº 1.245, de 27/6/2014. Resolução SSP nº 40, de 28/6/2019: Cria o Conselho de Gestão de Segurança Pública na Secretaria da Segurança Pública e dá outras providências. Resolução SSP nº 30, de 26/4/2019: Estabelece os parâmetros para pagamento da Bonificação por Resultados – BR do 3º trimestre/2018, instituída pela Lei Complementar nº 1.245, de 27/6/2014. Resolução SSP nº 12, de 25/2/2019: Institui o Programa de Valorização Profissional Policial Nota 10 e dá outras providências. Resolução SSP nº 11, de 12/2/2019: Dispõe sobre nova composição do Grupo de Trabalho sobre Controle de Armas e Munições e dá outras providências. Resolução SSP nº 09, de 24/1/2019: estabelece os parâmetros para pagamento da Bonificação por Resultados – BR do 2º trimestre de 2018, instituída pela Lei Complementar nº 1.245, de 27/6/2014. *Portarias:* Portaria DGP-23 de 18/4/2019: Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Portaria DGP-44, de 29/11/2013. Portaria DGP-24 de 18/4/2019: Cria Comissão de Estudo com o objetivo de analisar o Projeto de Reengenharia da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Portaria DGP-75 de 12/9/2019: Altera a Portaria DGP-37, de 29-10-2013, que estabelece diretrizes para o registro, a distribuição e o controle de armas de fogo e munições da Polícia Civil e dá outras providências. Portaria DGP-77 de 18/9/2019: Estabelece rotina para medidas de polícia judiciária de urgência no âmbito da Capital. Portaria DGP-78 de 19/9/2019: Institui o Sistema de Gestão Policial Integrada – GPI e dá providências correlatas. Portaria DGP-83 de 30/9/2019: Estabelece os modelos e as características dos documentos de identificação funcional e dos distintivos dos policiais civis e dá providências correlatas. Portaria DGP-92 de 21/10/2019: Institui o Manual de Identidade Visual da Polícia Civil.

Produtividade Policial e Indicadores Criminais - Os Indicadores de Produtividade policial oscilaram no ano, refletindo a dinâmica dos indicadores criminais.

PRODUTIVIDADE POLICIAL			Variação	
Período Jan a Out	2018	2019	Diferença	%
Atividades de Polícia Judiciária				
Inquéritos policiais instaurados	315.230	319.736	4.506	1,42%
Flagrantes lavrados	90.057	90.026	-31	-0,03
Nº de autos de apreensão	10.690	9.872	-1.802	
Atividades policiais				
Nº de infratores apreendidos em flagrante	13.000	12.201	-799	-6,14%
Nº de infratores apreendidos por mandado	3.729	3.345	-384	-10,29%
Nº de prisões efetuadas – ocorrências	148.809	157.346	8.537	5,74%
Nº de pessoas presas em flagrante	108.003	106.802	-1.201	-1,11%
Nº de pessoas presas por mandado	66.909	74.963	8.054	12,04%
Nº de Armas de Fogo Apreendidas	11.164	10.806	-358	-3,21%
Apreensão de entorpecentes – ocorrências	3.436	3.976	540	15,72%

Dados atualizados até out - Fonte: site ssp.sp.gov.br/estatísticas

Com relação à apreensão de armas, vale destacar que a Polícia de São Paulo, além de apreender grande quantidade de armas de fogo, também realiza expressiva apreensão de armas de brinquedo - simulacros - via de regra em situações de flagrante delito ou em abordagens, cuja similaridade dificulta a diferenciação pelo policial. Também são apreendidas grandes quantidades de armas brancas em todo o Estado, seja em situações de conflito iminente ou em contextos de alta vulnerabilidade social, o que auxilia na prevenção de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio.

A seguir, os números de armas apreendidas pela Polícia Militar:

ARMAS APREENDIDAS				
TIPO	CPC	CPM	CPI	ESTADO
Arma branca	350	23	1.450	1.823
Arma de fogo (cal. permitido)	1.448	240	2.103	3.791
Revólver (cal. restrito)	125	54	316	495
Pistola (cal. restrito)	432	387	817	1.636
Metradora (cal. restrito)	2	0	8	10
Fuzil (cal. restrito)	4	1	11	16
Outra arma de fogo (cal. restrito)	4.836	12	46	4.894
TOTAL DE ARMAS APREENDIDAS	7.197	717	4.751	12.665

SIMULACROS APREENDIDOS				
TIPO	PC	PM	PI	STADO
Total de armas de brinquedo	40	4	32	16

Obs.: *Inclui dados de apreensões feitas em operações; atualizado até out. Fonte: PMESP, SICoordOp PM).

Apreensão de drogas: Em comparação aos resultados do ano passado, houve aumento na apreensão de cocaína, crack e outros tipos de entorpecentes.

Apreensão de entorpecentes (Kg)		
Droga	2018	2019
MACONHA (KG)	49.739	102.530
COCAÍNA (KG)	16.800	3.864
CRACK (KG)	964	1.633
OUTROS (KG)	1.965	8.214

Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da SSP/SP

Os principais indicadores de criminalidade apresentaram tendência de queda, quando comparados com 2018. As exceções foram os crimes de estupro de vulnerável, furto outros, homicídio culposo, modalidades de lesão corporal, e tráfico de entorpecentes que tiveram aumento na comparação com o ano passado.

INDICADOR	Período Jan a Out	
	2018	2019
Apreensão de entorpecentes	7.732	7.709
Estupro	2.806	2.629
Estupro de vulnerável	7.296	7.739
Extorsão mediante sequestro	94	67
Furto – outros	434.042	442.095
Furto de veículo	86.854	78.378
Homicídio culposo – outros	138	142
Homicídio culposo por acidente de trânsito	2.491	2.411
Homicídio doloso	2.428	2.225
Homicídio doloso por acidente de trânsito	6	6
Homicídios ocorridos em unidades prisionais	5	10
Latrocínio	217	142
Lesão corporal culposa – outras	2.531	2.635
Lesão corporal culposa por acidente de trânsito	63.056	62.739
Lesão corporal dolosa	115.076	116.365
Lesão corporal seguida de morte	61	32
Porte de arma	5.240	4.961
Porte de entorpecentes	17.148	15.194
Roubo – outros	219.319	208.696
Tentativa de Homicídio	2.966	2.914
Tentativas de homicídio em estabelecimento prisional	4	3
Tráfico de entorpecentes	32.715	33.481
Roubo a banco	187	57
Roubo de carga	7.434	5.977
Roubo de veículo	48.752	38.206

Fonte: Resolução SSP 160/01 – www.ssp.sp.gov.br e ww.infocrim.ssp.sp.gov.br

Até o dia 30/11, a Superintendência da Polícia Técnico Científica atendeu 801.837 requisições de exames e laudos periciais, conforme disposto na tabela abaixo:

Instituto de Criminalística		
Exames de Local		Exames em Laboratório
56.550		342.421
Instituto Médico Legal		
Exames Clínicos	Exames necroscópicos	Exames toxicológicos
374.595	27.381	890

Fonte: relatório de atividades da SPTC/SP – dez/2019

Atendimento ao Cidadão – COPOM: Os 11 Centros de Operações da Polícia Militar – COPOM, compõem o Sistema de Telecomunicações Policiais de Emergência e são responsáveis pela recepção dos pedidos das pessoas para a intervenção da Polícia Militar em ocorrências criminais ou que envolvam a quebra da ordem pública, bem como pela transmissão dessas solicitações ao policiamento ostensivo. Os acionamentos são realizados pelo telefone “190”, “911” e “112”, para ligações de estrangeiros, pelo envio de mensagens de texto - SMS - para pessoas surdas e mudas previamente cadastradas e pela internet - *site* da Polícia Militar, nas ocorrências de perturbação do sossego, e por aplicativo, nas situações de policial militar em perigo.

Atendimentos efetuados pelo COPOM - atualizado até outubro

2019	Atendimentos telefônicos realizados	Ocorrências geradas	N.º fixado de policiais militares por COPOM
COPOM/SP	8.256.770	4.349.481	1.079
CPI-1	4.349.481	118.051	93
CPI-2	1.324.839	274.820	92
CPI-3	1.287.843	182.545	113
CPI-4	760.113	100.391	115
CPI-5	617.795	96.314	113
CPI-6	897.226	68.506	137
CPI-7	1.225.111	123.295	111
CPI-8	507.732	71.176	94
CPI-9	1.214.134	45.482	119
CPI-10	351.337	41.085	53
TOTAIS	20.792.381	5.471.146	2.119

Fonte: PMESP, Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM/SP).

Corpo de Bombeiros:

Região	Ligações 193	Emergências atendidas
Capital	1.481.624	100.548
RMSP	20.924	61.107
Interior	830.204	347.450
Total	2.332.752	509.105

Fonte: Cubo – Coordenadoria Operacional do Corpo de Bombeiros – dez

O Núcleo Especial Criminal – NECRIM - faz parte de uma experiência iniciada pela Polícia Civil de São Paulo em 2003, visando buscar a resolução de conflitos de interesses em crimes de menor potencial ofensivo. Nas audiências de conciliação, vítima e agressor são convocados para que seja feito um acordo. Assim, as questões são resolvidas mais rapidamente - em cerca de um mês, desafogando os trabalhos do Poder Judiciário e do Ministério Público. A agilidade na solução desses conflitos libera a Polícia Civil para reforçar as investigações relacionadas à criminalidade violenta e organizada. O NECRIM realizou mais de 24 mil audiências, sendo que cerca de 80% destas resultaram em acordo, evitando assim a continuidade da situação de conflito, com possíveis desdobramentos no campo judicial e até mesmo no âmbito criminal.

Na tabela a seguir, os números de cada Departamento e o total do Estado:

NECRIM – 2019	Qtde. unid.	Nº audiências
DECAP	1	294
DEMACRO	5	608
DEINTER 1	0	0
DEINTER 2	4	1501
DEINTER 3	6	1770
DEINTER 4	31	7239
DEINTER 5	6	2872
DEINTER 6	1	1513
DEINTER 7	7	1390
DEINTER 8	6	2696
DEINTER 9	3	1310
DEINTER 10	4	3202
TOTAL	74	24.295

Fonte: Relatórios de atividades da Polícia Civil – dez

Cabe informar que na região do DEINTER – 1 há NECRIM instalado na Delegacia Seccional de Polícia de Guaratinguetá, porém, encontra-se inativo devido à escassez de recursos humanos.

SIC – Serviço Estadual de Informações ao Cidadão - solicitações atendidas:

Serviço Estadual de Informações ao Cidadão – SIC - SSP	Demandas
Secretaria da Segurança Pública	1.449
Polícia Militar	630
Polícia Civil	1.236
Superintendência da Polícia Técnico-Científica	87
Corpo de Bombeiros	2598

Fonte: Relatório estatístico SIC – Setor de Expediente/Protocolo da SSP/SP

Cursos e Concursos - Cursos - POLÍCIA CIVIL E SPTC

Cursos de formação - Fonte: ACADEPOL/PC

CURSO	TEMA/OBJETIVO	SITUAÇÃO	CARREIRA
CFTP Médico Legista - ML 01/2013 - Turma 08	Form.Téc. Profiss.	25 formados	Médico Legista 3ª classe
CFTP Médico Legista - ML 01/2013 - Turma 09	Form.Téc. Profiss.	10 formados	Médico Legista 3ª classe
CFTP Médico Legista - ML 01/2013 - Turma 10	Form.Téc. Profiss.	36 formandos - término: 03/12/19	Médico Legista 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 14	Form.Téc. Profiss.	22 formados	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 15	Form.Téc. Profiss.	23 formados	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 16	Form.Téc. Profiss.	27 formados	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 17	Form.Téc. Profiss.	24 formados	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 18	Form.Téc. Profiss.	27 formados	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 19	Form.Téc. Profiss.	26 formados	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 20	Form.Téc. Profiss.	27 formados	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 21	Form.Téc. Profiss.	25 formados	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 22	Form.Téc. Profiss.	35 formados	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 23	Form.Téc. Profiss.	28 formandos - término: 12/12/19	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 24	Form.Téc. Profiss.	31 formandos - término: 12/12/19	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 25	Form.Téc. Profiss.	32 formandos - término: 12/12/19	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 26	Form.Téc. Profiss.	29 formandos - término: 12/12/19	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 27	Form.Téc. Profiss.	33 formandos - término: 12/12/19	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 28	Form.Téc. Profiss.	30 formandos - término: 12/12/19	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 29	Form.Téc. Profiss.	29 formandos - término: 14/01/20	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Perito Criminal - PC 01/2013 - Turma 30	Form.Téc. Profiss.	29 formandos - término: 14/01/20	Perito Criminal 3ª classe
CFTP Desenh.Téc.Pericial -DTP 01/2013- Turma 04	Form.Téc. Profiss.	15 formados	Desenh. Téc. Pericial 3ª classe
CFTP Desenh.Téc.Pericial -DTP 01/2013- Turma 05	Form.Téc. Profiss.	03 formados	Desenh. Téc. Pericial 3ª classe

CURSO	TEMA/OBJETIVO	SITUAÇÃO	CARREIRA
CFTP Desenh.Téc.Pericial -DTP 01/2013- Turma 06	Form.Téc. Profiss.	16 formandos - término: 04/12/19	Desenh. Téc. Pericial 3ª classe
CFTP Desenh.Téc.Pericial -DTP 01/2013- Turma 07	Form.Téc. Profiss.	04 formandos - término: 04/12/19	Desenh. Téc. Pericial 3ª classe
CFTP Atendente Necrotério -AN-02/2013- Turma 07	Form.Téc. Profiss.	34 formados	Atendente Necrotério 3ª classe
CFTP Auxiliar Necropsia - ANp 02/2013 - Turma 09	Form.Téc. Profiss.	29 formados	Auxiliar Necropsia 3ª classe
CFTP Auxiliar Necropsia - ANp 02/2013 - Turma 10	Form.Téc. Profiss.	27 formados	Auxiliar Necropsia 3ª classe
CFTP Auxiliar Necropsia - ANp 02/2013 - Turma 11	Form.Téc. Profiss.	1 formado	Auxiliar Necropsia 3ª classe
CFTP Auxiliar Necropsia - ANp 02/2013 - Turma 12	Form.Téc. Profiss.	2 formandos - término: 03/12/19	Auxiliar Necropsia 3ª classe
CFTP Fotógrafo Téc.Peric.-FTP 01/2013 - Turma 08	Form.Téc. Profiss.	22 formados	Fotógrafo Técnico Pericial 3ª classe
CFTP Fotógrafo Téc.Peric.-FTP 01/2013 - Turma 09	Form.Téc. Profiss.	25 formados	Fotógrafo Técnico Pericial 3ª classe
CFTP Fotógrafo Téc.Peric.-FTP 01/2013 - Turma 10	Form.Téc. Profiss.	25 formados	Fotógrafo Técnico Pericial 3ª classe
CFTP Fotógrafo Téc.Peric.-FTP 01/2013 - Turma 11	Form.Téc. Profiss.	25 formados	Fotógrafo Técnico Pericial 3ª classe
CFTP Investigador Policia-IP 01/2013 -Turma Mista	Form.Téc. Profiss.	1 formado	Investigador de Polícia 3ª classe

Cursos de aperfeiçoamento - Fonte: ACADEPOL/PC

CURSO	TEMA/OBJETIVO	VAGAS	CARREIRA
Curso Especifico Aperfeiçoamento	Capacitar o policial para execução dos trabalhos inerentes a cargo da classe imediatamente superior	276	Agente de Telecomunicações Policial
Curso Especifico Aperfeiçoamento	Capacitar o policial para execução dos trabalhos inerentes a cargo da classe imediatamente superior	458	Agente policial
Curso Especifico Aperfeiçoamento	Capacitar o policial para execução dos trabalhos inerentes a cargo da classe imediatamente superior	111	Auxiliar de Papiloscopista policial
Curso Especifico Aperfeiçoamento	Capacitar o policial para execução dos trabalhos inerentes a cargo da classe imediatamente superior	226	Carcereiro
Curso Especifico Aperfeiçoamento	Capacitar o policial para execução dos trabalhos inerentes a cargo da classe imediatamente superior	1.114	Escrivão de Polícia
Curso Especifico Aperfeiçoamento	Capacitar o policial para execução dos trabalhos inerentes a cargo da classe imediatamente superior	1.325	Investigador de Polícia
Curso Especifico Aperfeiçoamento	Capacitar o policial para execução dos trabalhos inerentes a cargo da classe imediatamente superior	61	Papiloscopista Policial
Curso de atualização	Completar a capacitação do policial para os trabalhos inerentes ao cargo ocupado.	296	TODAS
Curso de especialização	Capacitar o policial para execução modelar de trabalhos inerentes ao cargo que	7.309	TODAS
Curso de treinamento	Manter o comportamento psicofísico pertinente à capacitação policial para os trabalhos inerentes ao cargo que ocupa.	1.284	TODAS
Seminário	Favorecer e estimular a integração da Polícia Civil com a comunidade.	1.306	TODAS – Aberto à comunidade jurídica

CURSO	TEMA/OBJETIVO	VAGAS	CARREIRA
-------	---------------	-------	----------

Curso Superior de Polícia Integrado	Aprimorar os conhecimentos do Delegado de Polícia de 1ª Classe para desenvolver as habilidades necessárias aos trabalhos inerentes à classe imediatamente superior (Classe Especial). O CSP é um curso de Especialização, em nível de pós-graduação <i>lato sensu</i> profissional, que confere ao aluno o título de Especialista em segurança pública e sistema de justiça criminal.	30	Delegados de Polícia de 1ª Classe
Curso de Especialização em Direitos Humanos (Pós Graduação Lato Sensu)	Capacitar trabalhadores da área da Segurança Pública e militantes de Direitos Humanos para intervir com eficácia onde e quando houver violação ou ameaça de violação a Direitos Humanos.	32	TODAS, além de público externo
Curso de Especialização em Medicina Legal e Perícias Médicas (Pós Graduação Lato Sensu)	Capacitar os alunos para realizar todas as perícias afetas ao âmbito da medicina legal e perícias médicas, tanto criminal quanto das outras áreas do Direito, judicial ou Extrajudicial	17	Médicos Legistas
SCC/Específico de Aperfeiçoamento	Aprimorar os conhecimentos do policial civil para desenvolver as habilidades necessárias aos trabalhos inerentes à classe imediatamente superior	254	Delegado de Polícia
SCC/ Específico de Aperfeiçoamento	Aprimorar os conhecimentos do policial civil para desenvolver as habilidades necessárias aos trabalhos inerentes à classe imediatamente superior	50	Médico Legista
SCC/ Específico de Aperfeiçoamento	Aprimorar os conhecimentos do policial civil para desenvolver as habilidades necessárias aos trabalhos inerentes à classe imediatamente superior	224	Perito Criminal
SCC/ Específico de Aperfeiçoamento	Aprimorar os conhecimentos do policial civil para desenvolver as habilidades necessárias aos trabalhos inerentes à classe imediatamente superior	30	Atendente de Necrotério
SCC/ Específico de Aperfeiçoamento	Aprimorar os conhecimentos do policial civil para desenvolver as habilidades necessárias aos trabalhos inerentes à classe imediatamente superior	45	Auxiliar de Necropsia
SCC/ Específico de Aperfeiçoamento	Aprimorar os conhecimentos do policial civil para desenvolver as habilidades necessárias aos trabalhos inerentes à classe imediatamente superior	23	Desenhista Técnico-Pericial
SCC/ Específico de Aperfeiçoamento	Aprimorar os conhecimentos do policial civil para desenvolver as habilidades necessárias aos trabalhos inerentes à classe imediatamente superior	11	Fotógrafo Técnico Pericial
SCC/ Cursos Extraordinários	Capacitar os participantes (público interno e externo) para o exercício uniforme dos trabalhos inerentes ao cargo que ocupa, assim como, promover o atendimento a homens autores de violência familiar, através do Curso "Programa de Reeducação Familiar", em convênio com a SSP, Secretaria da Justiça e Ministério Público	66	TODAS/ PF/GCM/AGENTES TJSP/RÉUS (violência doméstica)

Fonte: Relatório de atividades da Polícia Civil/ ACADEPOL

POLÍCIA MILITAR - Cursos encerrados

CURSO	FORMADOS	DESTINAÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) I/19	89	Oficiais Intermediários	04/02/2019	06/09/2019
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) II/18	58	Oficiais Intermediários	30/07/2018	07/12/2018
Curso de Bombeiros para Oficiais (CBO)	29	Oficiais	10/01/2019	06/12/2019
Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) I/19	892	2ºSargentos	22/03/2019	28/06/19
Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) II/18	746	2ºSargentos	24/08/2018	30/11/2018
Curso de Formação de Sargentos (CFS) I/19	700	Cabos e Soldados	03/01/2019	04/10/2019

Curso de Bombeiros para Sargentos (CBS)	99	Sargentos	10/09/2018	15/03/2019
Curso de Bombeiros para Cabos e Soldados (CBCS)	57	Cabos e Soldados	11/03/2019	05/07/2019
Curso de Bombeiros para Cabos e Soldados (CBCS)	17	Cabos e Soldados	06/08/2018	29/11/2018
Curso de Formação de Soldados (CFSd)	2.080	Soldados	10/06/2019	06/12/2019
Curso de Habilitação para o Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar (CHQAOPM)	89	Praças	28/08/2017	03/08/2018
Estágio de Adaptação de Oficiais do Quadro de Oficiais de Saúde (EAQOOS) I/19	34	Civis	08/04/2019	13/06/2019

Obs.: atualizado até 25/10. Fonte: PMESP, Diretoria de Ensino e Cultura-DEC.

Cursos em andamento

CURSO	EM FORMAÇÃO	DESTINAÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO
Curso Superior de Polícia (CSP) 2019	50	Oficiais Superiores	11/03/19	06/12/19
Formação de Oficiais (CFO) 3º ano	227	Praça Esp.	01/07/19	05/06/20
Formação de Oficiais (CFO) 2º ano	132	Praça Esp.	18/06/18	28/06/19
Formação de Oficiais (CFO) 1º ano	271	Al Of.	10/07/19	11/07/20
Curso de Bacharel em Educação Física (CBEF)	29	Oficiais	26/01/16	29/01/19
Curso de Bombeiros para Sargentos (CBS)	99	Sargentos	10/09/18	15/03/19
Formação de Soldados (CFSd)	3.134	Soldados	06/06/19	06/12/19

Obs.: atualizado até 25/10 - Fonte: PMESP, Diretoria Intercâmbios Nacionais e Internacionais

Participante	ENTIDADE PARCEIRA	TERMOS DA PARCERIA	OBJETIVO
PM	Japan International Cooperation Agency (JICA)	Brasil/Japão - Guatemala - Jul19	Difusão da Doutrina de Polícia Comunitária
PM	Japan International Cooperation Agency (JICA)	Brasil/Japão - El Salvador - Nov19	Difusão da Doutrina
SPTC	Federação da Rússia	Participação	Participação na "XII Exibição Internacional dos Meios de Segurança do Estado Interpolitex – 2019"
SPTC	Empresa Santiago e Cintra Imp. Exp. Ltda	Parceria de aperfeiçoamento	Testes e análises da solução em perícias de locais de crime, scanner em 3D, para aquisição de equipamento para a SPTC
SPTC	Missão Diplomática dos Estados Unidos no Brasil	Parceria de aperfeiçoamento	Ministrar aulas da ferramenta de investigação de posse material de exploração sexual infantil "Child Protection System"
SPTC	SENASP/MJ	Cooperação	Recebeu dois Peritos de outros estados para implementar o Banco Nacional de Perfis genéticos

Fonte: PMESP, Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos -DPCDH; SPTC;

Concursos: Polícia Civil – concursos realizados

CONCURSO	FASE ATUAL	CARREIRA	VAGAS	INSCRITOS	APROVADOS
DP – 1/17	Em andamento	Delegado de Polícia	250	23.580	341

IP – 1/17	Em andamento	Investigador de Polícia	600	38.966	783
EP – 1/17	Em andamento	Escrivão de Polícia	800	27.043	716
AP – 1/17	Em andamento	Agente Policial	400	66.064	663
ATP – 1/17	Em andamento	Agente de Telecomunicações Policial	300	108.052	467
PP – 1/17	Em andamento	Papiloscopista Policial	200	42.751	389
APP – 1/17	Em andamento	Auxiliar de Papiloscopista Policial	200	39.353	398

Policiais civis nomeados

Carreira	Nomeações
Desenh. Téc. Pericial	52
Fotógrafo Técnico Pericial	158
Médico Legista	65
Perito Criminal	377
Agente Policial	400
Agente de Telecomunicações Policial	300
Papiloscopista Policial	200
Auxiliar de Papiloscopista Policial	200

Polícia Técnico Científica - Nomeações

Carreira	Nomeados em 2019
Atendente de necrotério policial	35
Auxiliares de necropsia policial	60
Desenhistas técnico periciais	24
Fotógrafos técnico periciais	103
Médicos legistas	49
Peritos criminais	321
Oficiais administrativos	02
Técnicos de laboratório	02

Ações, Programas e Projetos - Escritório de Projetos - Participou ativamente nas ações visando à implementação da Política Estadual de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que culminou na Resolução SSP-99, publicada no D.O. de 26/11/2019, bem como do Planejamento Estratégico - Mapeamento e Ações Estratégicas, advindo da Política. Realizou o monitoramento das Ações Prioritárias do Governo, no tocante à Segurança Pública, acompanhando a contínua atualização dos dados pelas Polícias no atendimento de metas e ações traçadas. Promoveu, ainda, as relações institucionais entre a Pasta e entes públicos e sociedade civil, participando de reuniões, atividades de Conselhos e projetos interinstituições dos quais a Secretaria é parte, bem como iniciou um trabalho de parceria com consulados e universidades públicas visando futura realização de intercâmbios, pesquisas, cursos e aperfeiçoamento do efetivo das polícias e da Secretaria em nível nacional e internacional. CAP – Coordenadoria de Análise e Planejamento - é a responsável pela consolidação e publicação mensal e trimestral das estatísticas criminais e atividades policiais do Estado de São Paulo. Promove um contínuo trabalho de análise criminal, com suporte de georreferenciamento que servem de base para estudos e elaboração de relatórios mensais de acompanhamento da variação dos indicadores criminais, disponibilizando estes dados para o Programa de Bonificação por Resultados. Também acompanha dados sobre letalidade em ações policiais, com base em dados produzidos pelas Corregedorias das Polícias Civil e Militar. Mantém o controle de qualidade dos boletins de ocorrência emitidos, visando ao aprimoramento da qualidade do preenchimento para o correto registro das naturezas criminais e seu respectivo cômputo estatístico. No ano, além da rotina específica do setor, representou a Secretaria no programa "Parcerias Municipais", em conjunto com Secretaria de Desenvolvimento Regional, no "Movimento Paulista de Segurança no Trânsito" e atuou como Gestora da SSP no Acordo de Cooperação firmado com o "Instituto Sou da Paz", visando aperfeiçoar ações de prevenção da violência e promoção da Segurança Pública no Estado de São Paulo. Centro Integrado de Comando e Controle – CICC - Este órgão foi absorvido pelo Centro de Operações Integradas – COI e desenvolve operações estratégicas e acompanhamento de eventos no Estado de São Paulo. *Operações*: "Chuvvas de Verão": ação conjunta com 14 agências visando resposta eficiente a problemas provocados pelas chuvas; "Copa América": planejamento, coordenação e operacionalização da segurança no evento para todas as delegações, comitê organizador e torcedores participantes; "ENEM": atuou na coordenação geral e gestão junto aos 24 órgãos participantes visando garantir a segurança e sigilo na distribuição das provas do ENEM para todo o país e sua aplicação em 210 municípios de São Paulo; "Procarga – Construindo Soluções" - Em conjunto com PM, PC, SPTC, Polícia Rodoviária e Federal, atuou na coordenação de ações de combate a roubos de carga no Estado de São Paulo; Desenvolvimento de novo programa, aperfeiçoando o Disque Denúncia, inclusão de novas agências no Centro Integrado de Comando e Controle do COI e criação do Sistema de Operações Coordenadas – SIOC, para gerenciamento de respostas a emergências. Durante todo o ano realizou Operações Extraordinárias e Monitoramentos Especiais em manifestações e eventos na cidade de São Paulo, por meio da Polícia Militar e de agentes da SPTrans e CET, com a captura de imagens por câmeras instaladas nas vias, e o contato junto ao COPOM/SP. Além destas ações, o grupo de trabalho multi-agências do Centro Integrado de Operações Coordenadas – CIOC atuou, diariamente, nas ações de segurança pública e defesa civil, agilizando, otimizando e facilitando as ações das agências para a pronta resposta à população, garantindo a segurança dos cidadãos. *Promoção dos Direitos Humanos* - Atuação da Secretaria por meio da Assessoria Especial de Gabinete para assuntos de Direitos Humanos, onde recebe informações e busca atender as solicitações de diversos segmentos da sociedade, abordando as temáticas: mulheres, crianças, adolescentes, LGBTQ+, racismo, pessoas com deficiência, intolerância religiosa, drogas e pessoas desaparecidas. Atua, também, em grupos de trabalho, comissões e conselhos tratando de questões como controle e destruição de armas, violência na intervenção policial, combate ao abuso sexual e violência doméstica, erradicação do trabalho escravo, dentre outros. *Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG* - A atuação dos CONSEGS demonstrado a força da Polícia Cidadã, materializando o preceito constitucional que define Segurança Pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Temos, atualmente, 485 CONSEGS ativos em todos os Estado de São Paulo, mobilizando cerca de 10.000 voluntários e líderes comunitários em conjunto com policiais civis, militares e representantes do poder Público. Lançou o Projeto "CONSEG 35 anos - a força da cidadania na Segurança Pública", visando seu

aniversário em 2020, seguindo um cronograma de atividades, com destaques para: Implementação de ferramentas inteligentes de comunicação, com a publicação de vídeos “LIVE” com orientações gerais sobre o processo eleitoral nos CONSEGS para renovação dos integrantes; realização e supervisão da eleição dos CONSEGS em todo o Estado, em abril; participação e apoio no lançamento da “Frente Parlamentar da Cidadania e Segurança Pública”, em junho; inclusão de novas informações e funcionalidades no Portal dos CONSEGS, ampliando a interatividade entre representantes das unidades e a coordenação e lançamento do novo site administrativo dos CONSEGS alinhado com o Programa “SP sem papel” do Governo do Estado, em agosto; participação no “Seminário Internacional de Polícia” e promoção de capacitação técnica para policiais da Capital e Região Metropolitana, em setembro; participação no “2º Congresso Nacional de Prefeitos”, em outubro, com a apresentação de Palestra sobre a importância da participação de representantes municipais - Guarda Municipal, Conselhos tutelares e subprefeituras, nos CONSEGS e capacitação técnica para presidentes e secretários dos CONSEGS da Capital e Grande São Paulo; capacitação técnica para as funcionalidades do Portal CONSEG, em novembro. Ao longo do ano o CONSEG promoveu, também, 39 palestras, reunindo 8.540 participantes em todo o Estado e realizou 90 visitas técnicas em eventos com a presença da sociedade civil, representantes dos CONSEGS, policiais e autoridades. *Assessoria Parlamentar* - promoveu o relacionamento governamental entre a Secretaria e outros poderes em temas que envolvem análise processual, resposta a solicitações político-institucionais de órgãos municipais, estaduais e federais, elaboração de despachos relativos a instruções processuais e documentos específicos da Pasta. As demandas envolvem temas como: transferência e aumento de efetivo policial, viaturas, guardas municipais, reformas e construção de unidades, instalação de unidades, delegacias de defesa da mulher, Sistema Detecta, policiamento, câmeras de monitoramento etc. Atendeu 2332 demandas por telefone, realizou 91 atendimentos presenciais a prefeituras, câmaras municipais, Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados, dentre outros e recebeu 976 demandas diretamente vindas das Polícias Militar, Civil, e Técnico Científica, tratando de informações referentes a andamentos de processos pertinentes à pasta da Segurança Pública. Por meio da Assessoria Parlamentar, a Secretaria atendeu 35 deputados, 138 Prefeituras e atuou na condução de 82 audiências com a participação do Secretário; tratou de demandas regimentais - Projetos de Lei e PEC, indicações e requerimentos e não regimentais - pleitos diversos; atuou na conclusão exitosa de 206 convênios firmados de interesse na promoção da Segurança Pública no Estado. Coordenou a ida do Secretário para apresentação na Assembleia Legislativa do Estado de SP, no dia 29/5, a respeito das atividades do primeiro semestre. Nessa oportunidade, após discorrer sobre o tema, o SSP respondeu inúmeras perguntas, atendendo às Comissões Parlamentares de SSP e de DDHH. *Assessoria Técnico-Policial* - Representa a Secretaria na implementação de convênios que envolvam a Segurança Pública com instituições, prefeituras, institutos de pesquisa e de saúde, tribunais, secretarias, Ministério Público e empresas privadas. No ano, foram implementados os seguintes convênios pela SSP/SP:

2019	Tipo de Convênio												
	Acordo de Cooperação	Atividade Delegada	Bombas	Convênios diferenciados	Cooperação técnica	DETECTA	Infocim	Instalação de Unid. Pol	Manutenção de veículos	Protocolo de Intenções	Reforço Policial	Termo de cooperação	Trânsito
Quant.	3	41	13	6	51	37	1	6	7	1	1	8	38

Programas e Projetos - Programa de Bônus - Por meio do Programa de Bonificação por Resultados - Lei Complementar nº 1.245/14, o Estado de São Paulo atingiu as metas definidas para os dois primeiros trimestres, nos três indicadores: vítimas de letalidade violenta - soma de vítimas de homicídios dolosos e de latrocínio; roubos outros - total de ocorrências de roubos, menos os roubos de carga e roubo a bancos e roubo e furto de veículos - soma das ocorrências de furto de veículos com roubo de veículos. Já no terceiro trimestre, não alcançou a meta para o indicador Roubo Outros, apresentando uma tendência de aumento nas ocorrências. O 4º trimestre terá sua apuração finalizada em janeiro/2020, quando serão divulgados os resultados de dezembro pela Estatística da SSP/SP. No Programa de Bônus, foram pagos os valores relativos ao 2º, 3º e 4º trimestres de 2018, beneficiando 210.944 policiais.

Na tabela abaixo seguem discriminados o total de policiais bonificados e valores totais pagos para cada instituição policial - PM – Polícia Militar; PC – Polícia Civil; SPTC – Polícia Técnico-Científica, relativamente a 2018:

Período	Policiais beneficiados			Investimento Total		
2º tri/2018	73.857			R\$ 128.922.125,00		
	PM	PC	SPTC	PM	PC	SPTC
	53.426	17.880	2.551	R\$ 91.478.500,00	R\$ 32.229.500,00	R\$ 5.214.125,00
3º tri/2018	69.664			R\$ 103.666.812,50		
	PM	PC	SPTC	PM	PC	SPTC
	49.543	17.045	3.076	R\$ 75.760.312,50	R\$ 22.175.212,50	R\$ 5.630.287,50
4º tri/2018	67.423			R\$72.306.056,25		
	PM	PC	SPTC	PM	PC	SPTC
	48.974	16.164	2.285	R\$ 60.938.425,00	R\$ 17.906.400,00	R\$ 3.461.231,25

Com vistas a diminuir o lapso temporal no pagamento do Programa, ainda foram pagos, em 2019 - efetivado em 23/12/19, os valores relativos ao 1º trimestre do ano corrente, bonificando 74.644 policiais. Os demais trimestres deste ano serão pagos em 2020.

Período	Policiais beneficiados			Investimento Total		
1º tri/2019	74.644			R\$ 129.244.500,00		
	PM	PC	SPTC	PM	PC	SPTC
	53.711	18.127	2.806	R\$ 92.512.625,00	R\$ 31.098.250,00	R\$ 5.214.125,00

Ainda relativamente ao Programa de Bônus, foram promovidas alterações na LC 1.245/14, publicadas em 14/12/19, por meio da LC 1.351/19, possibilitando a ampliação da participação no Programa aos demais setores da SSP e a apuração e pagamento de bônus a cada bimestre.

Plano de Melhorias do Gabinete SSP/SP – Este plano inovou na postura institucional da Secretaria com a formação de grupo de trabalho composto por servidores voluntários de diversos setores que levantaram necessidades percebidas e oportunidades de melhoria no clima organizacional e condições de trabalho e estas se transformaram em ações de melhoria de curto, médio e longo prazo do Gabinete- as ações vão desde a promoção de convênios que beneficiem os servidores a modificações no layout de setores, mapeamento de competências, comunicação interna, ações de saúde, padronização na tramitação de expedientes, melhorias nas gratificações, dentre outras. Também está em andamento o projeto de reestruturação administrativa do Gabinete – o Decreto que o regulamenta está em elaboração. *GDL integrado ao Inquérito Eletrônico - Polícia Científica* – O Projeto integra o sistema Gestor de Laudos com o registro de ocorrências das delegacias e permite que a requisição e a disponibilização de laudos periciais sejam conduzidas por meio eletrônico. Neste caso, a autoridade policial requisita exames a partir de interface própria contida no Sistema de Registro Digital de Ocorrência – RDO; a requisição é transferida eletronicamente ao Sistema Gestor de Laudos – GDL. Por fim, o laudo pericial, finalizado, é transferido eletronicamente ao RDO. Neste ano se iniciaram novos testes de integração do GDL com o sistema de Inquérito Policial Eletrônico. *Inquérito Eletrônico da Polícia Civil* - se destina a promover a informatização e a desmaterialização física de todos os procedimentos investigatórios criminais previstos em lei, de modo que o inquérito policial e o termo circunstanciado passem a tramitar em plataforma digital, e sejam disponibilizados e operados pelas autoridades e agentes públicos em arquivos eletrônicos e diretamente integrados ao sistema do Poder Judiciário de São Paulo - Sistema de Automação da Justiça – SAJ. O projeto do Sistema IP-e teve início em 2016, em 45 Delegacias de Polícia. Desde então, o sistema ampliou-se para todo o Estado, atingindo, 1510 Delegacias - territoriais e especializadas. Seguem, abaixo os totais de procedimentos instaurados, por ano:

Inquéritos Policiais	Instaurado					
	Inquerito	TC	Medida Cautelar	Ato Infracional	Flagrante	Total
TOTAL 2016 - 45 delegacias	2818	1896	445	844	1377	7380
TOTAL 2017 - 537 delegacias	7563	15591	6688	3894	5934	39670
TOTAL 2018 - 1487 delegacias	92883	126152	58335	22403	42261	342034
TOTAL 2019 - 1510 delegacias	250.033	127.539	78.600	43.155	98.669	597.996

Fonte: Prodesp - dados atualizados até dezembro de cada ano

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Desde 1983, o programa D.A.R.E./PROERD promove ações de prevenção ao abuso de drogas, por meio dos esforços colaborativos entre a Polícia Militar, o sistema de educação e as teorias científicas sobre prevenção. O objetivo do Programa é prevenir o uso e abuso de drogas, por intermédio da orientação e conscientização dos efeitos provocados pela dependência de substâncias químicas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

PROERD - CRIANÇAS E ADOLESCENTES FORMADOS	
CPI	134.702
CPM	50.557
CPC	60.473
TOTAL	245.732
PROERD - ESCOLAS ATENDIDAS	
Particular	649
Estadual	726
Municipal	1.903
TOTAL	3.278
PROERD - POLICIAIS MILITARES EMPREGADOS	
CPC	87
CPI	283
CPM	84
TOTAL	454

Dados atualizados até out. Fonte: PMESP, Diret. Polícia Comunitária e Direitos Humanos - DPCDH.

Jovens Brasileiros em Ação - Programa criado pelo Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar, tem por objetivo despertar no jovem estudante do ensino médio suas potencialidades em liderança, senso crítico e tomada de decisões, dentro do conteúdo de aprendizagem direcionado.

JOVENS BRASILEIROS EM AÇÃO				
OPM Resp.	Protagonistas Monitorados (alunos)	Alunos alcançados	Escolas participantes do programa	PM orientadores
CPI-7	302	13.875	18	08

Dados atualizados até nov. Fonte: PMESP, Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos – DPCDH

Equoterapia - Programa implementado pela Polícia Militar, oferece atendimento pelo Regimento de Polícia Montada – RPMon, desde 1993. A equoterapia, método terapêutico que utiliza o cavalo nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando desenvolvimento biopsicossocial aos pacientes indicados e é realizada por policiais militares do RPMon e do Centro de Reabilitação da Polícia Militar – RPM, além de voluntários civis. No ano, foram atendidas 658 pessoas, com apoio de 72 policiais militares.

Execução Orçamentária - Informações gerais sobre a execução orçamentária - Receitas

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA															
Receita Arrecadada do Fundo de Incentivo à Segurança Pública - 2019															
1 - RECEITAS CORRENTES 06/12/2019 000020513 - FDO DE INCENTIVO A SEGURANÇA PÚBLICA-FISP															
Ano	Código Nome Subtítulo Receita	Código Nome UG	Total de Valor Arrecadado no Mês	Valor Arrecadado no Mês											
				201901	201902	201903	201904	201905	201906	201907	201908	201909	201910	201911	
2019	1120011 - TAXA RELACIONADA ÀS SERVIÇOS-PRINCIPAL	21002 - AOE - RECEITA ORÇAMENTARIA	49.007.515,85	5.185.551,73	4.333.449,38	3.899.940,29	4.104.908,31	4.359.852,42	3.888.139,60	5.252.240,64	4.802.885,13	4.486.868,31	4.783.329,75	4.138.224,10	
2019	13210011 - REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	4.544,11	354,26	381,99	394,20	424,12	444,74	387,14	440,54	381,80	125,82	95,82	1.156,59	
Total de 2019			49.012.059,96	5.185.905,99	4.333.831,37	3.900.304,48	4.105.310,43	4.360.207,16	3.888.526,74	5.252.681,18	4.803.266,93	4.487.114,14	4.783.425,25	4.139.380,69	
1 - RECEITAS CORRENTES 27/11/2019 003001010 - FDO DE INCENTIVO A SEGURANÇA PÚBLICA-FISP															
Ano	Código Nome Subtítulo Receita	Código Nome UG	Total de Valor Arrecadado no Mês	Valor Arrecadado no Mês											
				201901	201902	201903	201904	201905	201906	201907	201908	201909	201910	201911	
2019	1310011 - ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	18.537,00	1.861,02	0,00	1.859,83	1.861,02	1.861,02	1.861,02	1.861,02	1.861,02	1.861,02	1.861,02	1.861,02	
2019	13210011 - REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	3.823.855,19	325.106,41	315.922,57	304.666,17	304.609,16	364.134,59	333.916,25	425.101,59	364.697,36	362.226,74	366.702,96	264.789,87	
2019	1810011 - SERVI DE FOTOCOPIAS E/OU CORDAO RELOJOURNICO	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	279.220,32	16.065,16	36.163,22	22.635,97	26.250,87	28.127,94	22.529,20	25.743,97	26.055,54	27.413,27	25.738,96	19.491,20	
2019	18100211 - INSCRIÇAO CONCURSO PROC SELETIVOS- PRINCIPAL	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	31.833.618,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.833.618,23	
2019	18609911 - OUTROS SERVIÇOS-PRINCIPAL	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2019	17189911 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNAO - PRINCIPAL	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2019	17289911 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS - PRINCIPAL	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2019	17289911 - OUTRAS TRANSFERENCIAS MUNIC - PRINCIPAL	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2019	17481011 - OUTRA TRANSF INST PRIV AD EDPM-PRINCIPAL	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2019	17181011 - OUTRAS TRANSF COMENIOS EXTERIOR-PRINCIPAL	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2019	17181011 - OUTRA TRANSF CONV EXTERIOR ESPEC EDPM-PRIN	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2019	1810011 - MULTAS POR INFRAÇAO DO RES-DIV DEP DO ESTADO	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	197.748,43	10.532,14	6.810,84	4.704,86	2.715,25	20.848,86	30.401,83	7.811,26	4.900,21	87.075,93	12.461,83	11.483,82	
2019	1830011 - INDENIZACOES	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	600.199,72	0,00	0,00	0,00	630.189,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2019	18609911 - OUTRAS RECEITAS NAO DISCRIMINADAS DO ESTADO	18001 - FUNDAMENTO A SES PUBLICA	65.883,48	1.788,85	8.071,29	17.783,73	7.750,92	821,78	4.617,54	1.125,71	11.973,80	22.875,81	2.489,24	16.393,01	
Total de 2019			36.873.859,28	385.353,40	368.987,82	351.650,36	1.903.381,95	415.774,18	363.325,94	481.443,95	489.489,95	489.573,75	439.254,83	32.247.424,75	

Fonte: Projeção Sigep de 06/12/2019

Informações gerais sobre a execução orçamentária – Despesas

Código Nome UO	Código Nome Programa	Código Nome Grupo	Código Nome Elemento	Cred Emp até o Mês	Liquidado até o Mês
18001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	0,00	0,00
			339040 - SERVICOS DE TI E COMUNICACAO - PJ	397,74	397,74
			339093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	33.752,31	33.752,31
		Total de 33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		34.150,05	34.150,05
		44 - INVESTIMENTOS	449093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	0,00
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		0,00	0,00
Total de 18001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE				34.150,05	34.150,05
18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO	1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	44 - INVESTIMENTOS	449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		0,00	0,00
Total de 18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO				0,00	0,00
18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO	1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	44 - INVESTIMENTOS	449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		0,00	0,00
	1819 - AMPLIACAO DA PROTECAO E DEFESA AO CIDADAO	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339030 - MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00
			339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	0,00	0,00
		Total de 33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00
Total de 18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO				0,00	0,00
18005 - CORPO DE BOMBEIROS	1811 - CORPO DE BOMBEIROS - PREPARADOS PARA EMERGENCIAS COM FOCO NA GESTAO DE RISCOS	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	0,00	0,00
			339088 - DESPESAS C/ TECNOLOGIA E INFORMATICA	0,00	0,00
		Total de 33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00
		44 - INVESTIMENTOS	449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.126,20	3.126,20
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		3.126,20	3.126,20
	1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	0,00	0,00
			339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00
		Total de 33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00
		44 - INVESTIMENTOS	449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	228.907,88	0,00
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		228.907,88	0,00
Total de 18005 - CORPO DE BOMBEIROS				232.034,08	3.126,20
18007 - SUPERINTEND. POLICIA TECNICO-CIENTIFICA	1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339088 - DESPESAS C/ TECNOLOGIA E INFORMATICA	0,00	0,00
		Total de 33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00
Total de 18007 - SUPERINTEND. POLICIA TECNICO-CIENTIFICA				0,00	0,00
Total de 18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA				266.184,13	37.276,25

Informações gerais sobre a execução orçamentária – Despesas

Código Nome UO	Código Nome Programa	Código Nome Grupo	Código Nome Elemento	Cred Emp até o Mês	Liquidado até o Mês
18001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339030 - MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00
		Total de 33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00
		44 - INVESTIMENTOS	449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		0,00	0,00
Total de 18001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE				0,00	0,00
18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO	1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	44 - INVESTIMENTOS	449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.958.000,00	0,00
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		3.958.000,00	0,00
Total de 18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO				3.958.000,00	0,00
18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO	1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	44 - INVESTIMENTOS	449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.065.979,42	115.170,00
			449088 - DESPESAS C/ TECNOLOGIA DA INFORMACAO	0,00	0,00
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		1.065.979,42	115.170,00
	1819 - AMPLIACAO DA PROTECAO E DEFESA AO CIDADAO	44 - INVESTIMENTOS	449051 - OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		0,00	0,00
Total de 18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO				1.065.979,42	115.170,00
18005 - CORPO DE BOMBEIROS	1811 - CORPO DE BOMBEIROS - PREPARADOS PARA EMERGENCIAS COM FOCO NA GESTAO DE RISCOS	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339088 - DESPESAS C/ TECNOLOGIA E INFORMATICA	0,00	0,00
		Total de 33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00
	1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339030 - MATERIAL DE CONSUMO	28.500,00	28.500,00
		Total de 33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		28.500,00	28.500,00
		44 - INVESTIMENTOS	449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	631.145,12	631.145,12
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		631.145,12	631.145,12
Total de 18005 - CORPO DE BOMBEIROS				659.645,12	659.645,12
Total de 18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA				5.683.624,54	774.815,12

Informações gerais sobre a execução orçamentária – Despesas

Código Nome UO	Código Nome Programa	Código Nome Grupo	Código Nome Elemento	Cred Emp até o Mês	Liquidado até o Mês
18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO	1801 - AMPLIACAO DA INVESTIGACAO POLICIAL	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339030 - MATERIAL DE CONSUMO	4.005.714,00	3.710.280,00
			339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.398.234,24	4.398.234,24
			339093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	384.796,80	384.796,80
		Total de 33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		8.788.745,04	8.493.311,04
		44 - INVESTIMENTOS	449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00
			449088 - DESPESAS C/ TECNOLOGIA DA INFORMACAO	0,00	0,00
			449092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	869.123,75	869.123,75
			449093 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	869.123,75	869.123,75
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		1.738.247,50	1.738.247,50
Total de 18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO				10.527.000,00	10.231.558,54
18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO	1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	44 - INVESTIMENTOS	449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.696.000,00	0,00
			449088 - DESPESAS C/ TECNOLOGIA DA INFORMACAO	0,00	0,00
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		13.696.000,00	0,00
	1819 - AMPLIACAO DA PROTECAO E DEFESA AO CIDADAO	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339015 - DIARIAS MILITAR	256.964,46	249.778,46
			339030 - MATERIAL DE CONSUMO	190.121,60	190.121,60
			339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	829.532,00	780.769,80
			339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	16.955.372,82	3.603.309,23
			339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00
			339093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	801.801,21	773.549,22
		Total de 33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		19.033.792,09	5.597.528,31
Total de 18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO				32.729.792,09	5.597.528,31
18005 - CORPO DE BOMBEIROS	1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	44 - INVESTIMENTOS	449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		0,00	0,00
Total de 18005 - CORPO DE BOMBEIROS				0,00	0,00
18007 - SUPERINTEND. POLICIA TECNICO-CIENTIFICA	1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	44 - INVESTIMENTOS	449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.699.900,00	0,00
		Total de 44 - INVESTIMENTOS		3.699.900,00	0,00
Total de 18007 - SUPERINTEND. POLICIA TECNICO-CIENTIFICA				3.699.900,00	0,00
Total de 18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA				46.087.560,88	14.959.963,10

Informações gerais sobre a execução orçamentária – Despesas

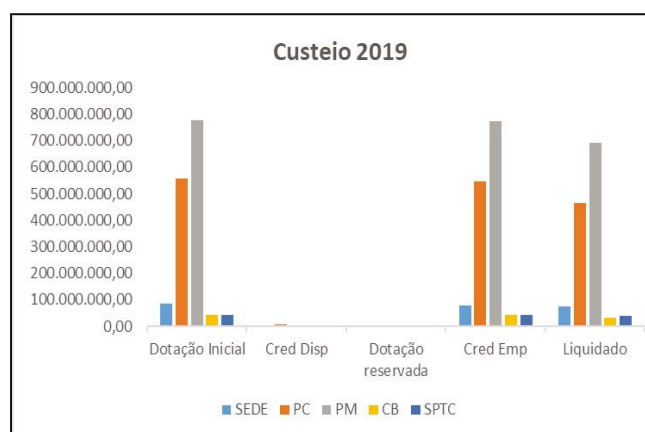
Código Nome UO	Código Nome Programa	Código Nome Grupo	Código Nome Elemento	Cred Emp até o Mês	Liquidado até o Mês
18001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	397,74			397,74
	44 - INVESTIMENTOS	33.752,31			33.752,31
	Total de 18001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	34.150,05			34.150,05
18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.788.745,04			8.493.311,04
	44 - INVESTIMENTOS	4.827.123,75			869.123,75
	Total de 18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO	13.615.868,79			9.362.434,79
18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.033.792,09			5.597.528,31
	44 - INVESTIMENTOS	14.761.979,42			1.15.170,00
	Total de 18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO	33.795.771,51			5.742.698,31
18005 - CORPO DE BOMBEIROS	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.500,00			28.500,00
	44 - INVESTIMENTOS	863.179,30			634.271,32
	Total de 18005 - CORPO DE BOMBEIROS	891.679,30			662.771,32
18007 - SUPERINTEND. POLICIA TECNICO-CIENTIFICA	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00			0,00
	44 - INVESTIMENTOS	3.699.900,00			0,00
	Total de 18007 - SUPERINTEND. POLICIA TECNICO-CIENTIFICA	3.699.900,00			0,00
Total de 18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA		52.037.369,55			15.772.054,47

Código Nome Programa	Código Nome UO	Cred Emp até o Mês	Liquidado até o Mês
1801 - AMPLIACAO DA INVESTIGACAO POLICIAL	18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO	8.788.745,04	8.493.311,04
Total de 1801 - AMPLIACAO DA INVESTIGACAO POLICIAL		8.788.745,04	8.493.311,04
1811 - CORPO DE BOMBEIROS - PREPARADOS PARA EMERGENCIAS COM FOCO NA GESTAO DE RISCOS	18005 - CORPO DE BOMBEIROS	3.126,20	3.126,20
Total de 1811 - CORPO DE BOMBEIROS - PREPARADOS PARA EMERGENCIAS COM FOCO NA GESTAO DE RISCOS		3.126,20	3.126,20
1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA	18001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	34.150,05	34.150,05
	18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO	4.827.123,75	869.123,75
	18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO	14.761.979,42	115.170,00
	18005 - CORPO DE BOMBEIROS	888.553,00	659.645,12
	18007 - SUPERINTEND. POLICIA TECNICO-CIENTIFICA	3.699.900,00	0,00
Total de 1818 - MODERNIZACAO DA SEGURANCA PUBLICA		24.211.706,22	1.678.088,92
1819 - AMPLIACAO DA PROTECAO E DEFESA AO CIDADAO	18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO	19.033.792,09	5.597.528,31
Total de 1819 - AMPLIACAO DA PROTECAO E DEFESA AO CIDADAO		19.033.792,09	5.597.528,31
Total de 18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA		52.037.369,55	15.772.054,47

Informações gerais sobre a execução orçamentária – Custeio e investimentos

Unidade	Dotação Inicial	Cred Disp	Dotação reservada	Cred Emp	Liquidado	% Cred Emp	% Liquidado
SEDE	85.709.472,17	5.750.809,54	67.933,45	79.890.729,18	73.902.875,79	93,2111%	86,2249%
PC	555.482.198,85	6.903.712,85	1.134.811,75	547.443.674,25	463.717.824,93	98,5529%	83,4802%
PM	777.625.050,06	2.808.600,90	579.364,20	774.237.084,96	693.502.949,87	99,5643%	89,1822%
CB	43.713.575,62	1.475.098,94	33.124,89	42.205.351,79	31.272.502,98	96,5498%	71,5396%
SPTC	42.626.440,22	1.137.466,16	12.389,07	41.476.584,99	38.427.145,89	97,3025%	90,1486%
Total Geral	1.505.156.736,92	18.075.688,39	1.827.623,36	1.485.253.425,17	1.300.823.299,46	98,6777%	86,4244%

Fonte: GESPOF/SSP



Código Nome UO	Dotação Inicial	Cred Disp	Dotação reservada	Cred Emp	Liquidado	Pago	% Cred Disp	% Dotação reservada	% Cred Emp	% Liquidado
SEDE	260.723,66	226,44	18.379,24	242.117,98	112.273,82	111.436,06	0,09%	7,0493%	92,86%	43,06%
PC	81.858.770,34	130.555,82	44.632,44	81.683.582,08	27.114.861,44	19.790.657,01	0,16%	0,0545%	99,79%	33,12%
PM	447.875.634,08	4.543,78	1.258,80	447.869.831,50	260.239.567,51	225.318.498,86	0,00%	0,0003%	100,00%	58,11%
CB	9.124.500,00	2.341,89	1.157,59	9.121.000,52	937.262,52	481.629,02	0,03%	0,0127%	99,96%	10,27%
SPTC	19.907.228,86	42.432,96								

Atuação em operações de reintegração de posse:

Operações executadas	Moradores	Morádias
252	22.596	7.833

Dados atualizados até dez - Fonte: PMESP, Sistema de Informações Coord.Oper.PM - SICoordOp

Escoltas realizadas:

2019	APRESENTAÇÃO EM JUÍZO	TRATAMENTO MÉDICO	REMOÇÃO	OUTRAS/ CUSTÓDIA	TOTAL
Presos	89.415	46.564	242.958	51.021	429.958
Policiais empregados	64.566	72.497	27.147	43.107	207.317
Viaturas empregadas	27.193	29.820	11.399	15.968	84.380
R\$ gasto aéreo	231.932,61	395,46	370.451,79	0	602.779,86
R\$ gasto com viaturas/PI	10.031.436,05	8.152.165,65	8.395.580,41	3.028.192,36	29.607.374,47
Escoltas - Geral	23.701	25.619	9.325	17.636	76.281

Dados atualizados até dez - Fonte: PMESP, Coordenadoria Operacional da Polícia Militar - Coord Op PM

Ações executadas pela PM:

AÇÕES POLICIAIS REALIZADAS PELAS UNIDADES TERRITORIAIS				
TIPO DE ATIVIDADE	CPC	CPM	CPI	TOTAL
Busca pessoal	3.545.862	1.923.603	7.347.126	12.816.591
Realização de teste de alcoolemia	182.710	1.060	569.503	753.273
Recolhimento de veículo	62.000	26.678	110.477	199.155
Condutores fiscalizados	1.300.320	972.052	5.219.989	7.492.361
Condutores autuados	691.422	186.156	1.706.361	2.583.939

Dados atualizados no ano. Fonte: PMESP, Centro de inteligência da Polícia Militar - IPM

Manifestações e protestos monitorados:

MANIFESTAÇÕES	CIVIS FERIDOS	PMs FERIDOS	DETIDOS
1.091	13	5	101

Dados atualizados no ano. Fonte: PMESP, Centro de Inteligência da Polícia Militar - CIPM

Polícia Ambiental

ATIVIDADES/AÇÕES	QUANT / VALORES
Propriedades rurais vistoriadas	11.229
Autos de Infração Ambiental lavrados	23.345
Total em valores das aplicações de multas	160.345.845,81
Média em valores das aplicações de multas	103.616,43
Total de aves e animais silvestres apreendidos (UNIDADE)	16.902
Total de aves e animais silvestres apreendidos (QUILÓGRAMA)	581,21
Total de aves e animais silvestres apreendidos (FRAÇÃO)	9
Total de produtos da flora apreendidos (UNIDADE)	19.995
Total de produtos da flora apreendidos (METROS CÚBICOS)	2.313.434,7
Total de produtos da flora apreendidos (METROS DE CARVÃO)	832,52
Total de produtos da flora apreendidos (KG)	14.339,95
Total de produtos da flora apreendidos (ESTÉRIO)	3.790,516
Denúncias atendidas	46.207
Operações	11.629

Dados atualizados até outubro. Fonte: PMESP, Comando de Policiamento Ambiental - CPAmb.

Polícia Rodoviária

ATIVIDADES / AÇÕES	TOTAL
Pessoas abordadas	2.001.312
Condutores submetidos ao teste do etilômetro	964.128
Quantidade de flagrantos (art. 306, CTB)	1.588
Veículos fiscalizados (excluindo motocicletas)	2.122.293
Veículos removidos ou apreendidos (excluindo as motocicletas)	12.818
Motocicletas fiscalizadas	389.944
Motocicletas removidas ou apreendidas	4.792
AIT confeccionados (excluídos os casos do art. 165, 165-A do CTB)	2.920.244
AIT confeccionados de acordo com o art. 165, CTB - Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência	47.108
CLA - apreendido	169.110

Dados atualizados até nov - Fonte: PMESP, Comando de Policiamento Rodoviário - CPRV, Coordenadoria Operacional da Polícia Militar - Coord Op PM - Siscordop.

Policiamento de Choque

ATIVIDADES / AÇÕES	TOTAL
Apoio ao CPC, CPM, CPRV e CPI	2.637
Escolta de autoridades	52
Escolta de torcidas e delegações	289
Eventos artísticos / religiosos / culturais	73
Eventos esportivos	632
Ocorrência com artefatos explosivos (incluindo varredura, perícia, destruição)	290
Ocorrências com reféns	15
Ocorrências com suicida	26
Ocorrências e busca de pessoas desaparecidas em mata	2
Operações diversas (Conduta de Patrulha, e Quíron)	1201
Policiamento com cães	296

Prontidão de Controle de Distúrbios Cívicos (manifestações, greve geral e outros)	226
Varredura/deteção de entorpecentes e explosivos (Canil)	665

Dados atualizados até outubro. Fonte: PMESP, Comando de Policiamento de Choque - CPChq.

Bombeiros – Vitorias e Projetos Técnicos realizados – comparativo 2018/2019:

Corpo de bombeiros – SP		
Documento	2018	2019
AVCB emitidos - Projeto Técnico	45.446	46.408
AVCB emitidos - Projeto Técnico Simplificado	15.206	14.750
CLCB emitidos	133.822	148.742
Análises de Projetos Técnicos	23.269	28580

Fonte: Via Fácil - Coordenadoria de Operações do Corpo de Bombeiros

Radiopatrulhamento Aéreo

ATIVIDADES / AÇÕES	N.º DE MISSÕES	HORAS EMPREGADAS
Apoio ao Policiamento Ostensivo	4.740	2.778,5
Apoio a OPM especializada	2.531	1.108,2
Apoio a órgãos públicos federais, estaduais, municipais e a instituições privadas	922	324,03
Evacuação aeromédica	558	127,57
Outros atendimentos e atividades	5.302	1.543,6
TOTAL	14.053	5.881,90

Obs.: atualizado até outubro - Fonte: PMESP, Comando de Aviação da Polícia Militar – CavPM

Polícia Civil - O Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD é responsável pela emissão do Registro Geral – RG, no Estado de São Paulo. Também controla o sistema AFIS – Automated Fingerprint Identification System, que realiza comparações automáticas entre impressões digitais e confronta vestígios de digitais de cenas de crimes com o banco de dados digitalizado que administra.

Abaixo seguem seus números

IIRGD 2019	QTDE
Emissão RG (1º VIA)	1.124.589
Emissão RG (2º VIA)	3.720.994
Sistema AFIS	QTDE
Quantidade de acionamentos – equipes de campo	2.297
Quantidade laudos Expedidos	5.819
Quantidade de laudos positivos com identificação	1.788
Quantidade de digitalizações de fichas	314.159

Fonte: Relatório de atividades da Polícia Civil

Atendimento e inovações nas Delegacias da Mulher – DDM - a Polícia Civil entregou, em 90 dias, 9 novas unidades especializadas no combate às ocorrências criminais contra a Mulher -

Delegacias de Defesa da Mulher, sendo 5 na Capital, 3 no Interior e 1 no Litoral. Atualmente, SP é o Estado que tem mais Delegacias da Mulher e, destas, o que tem mais DDM 24 horas. Superintendência da Polícia Técnico-Científica - a SPTC estruturou o Núcleo de Comunicação para atender às demandas de comunicação interna e externa, relações públicas, cerimonial e imprensa. Houve o lançamento do projeto SISPLAN que é o monitoramento dos locais atendidos na capital e encaminhamento das viaturas via tablet, em sistema próprio, para as equipes de atendimento. Atuou no atendimento local por equipes em motocicletas na Operação Verão no litoral norte do Estado.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

É responsável pela execução da política estadual de transportes urbanos de passageiros para as regiões metropolitanas, abrangendo os sistemas metroviário, ferroviário, de ônibus e trólebus, e demais divisões modais de interesse metropolitano, realiza o planejamento do transporte coletivo de caráter regional e elabora a execução e fiscalização de programas e obras para o seu cumprimento e controle. Também é responsável por outorgar concessões, permissões e autorizações dos serviços, sua fiscalização e fixação das respectivas tarifas nos termos da legislação vigente. Por meio de suas empresas vinculadas – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ – e, atualmente duas Concessionárias, opera o sistema metroferroviário, e gerencia o sistema intermunicipal de ônibus, por meio da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU, em 5 Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo - RMSP, Baixada Santista - RMBS, Campinas - RMC, Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVPLN e Região Metropolitana de Sorocaba – RMS. Em 2011, a Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ foi integrada à STM, unindo-se às diversas unidades da administração direta responsáveis pelo gerenciamento, organização, coordenação e a fiscalização dos serviços prestados.

Síntese dos principais Planos e Ações - A STM conta com plano de investimentos plurianual, elaborado e revisado anualmente, baseado nas seguintes diretrizes: inovação e modernização, ampliação da integração entre os diversos modais e continuidade de todos os projetos de expansão dos Sistemas de Transporte, bem como sua compatibilização com os recursos financeiros orçamentários. Estão contemplados no plano, intervenções para ampliar a infraestrutura do transporte sobre trilhos e sobre pneus como: a expansão das linhas do METRÔ e da CPTM, os novos serviços de monotrilho, os serviços com tecnologias de Veículo Leve sobre Trilhos – VLT e “Bus Rapid Transit” – BRT, estes dois últimos sob responsabilidade da EMTU. Também continua o processo de modernização dos sistemas ferroviários existentes da CPTM e da EFCJ, bem como da frota metroferroviária necessária para atender a enorme demanda existente e projetada por meio de novas aquisições de material rodante. Paralelamente, estão sendo implantadas estratégias operacionais alternativas para atender a demanda que se verificou no Sistema Metroferroviário que, nos dias úteis, apresentou acréscimo de 6,18% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 7,5 - milhões de janeiro a novembro de 2018, para 7,9 milhões de usuários por dia média dos dias úteis de janeiro a novembro deste ano. No Sistema de Ônibus Intermunicipal gerenciado pela EMTU em 5 Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, a média de passageiros nos dias úteis passou de 2,18 milhões de janeiro a outubro de 2018 para 2,22 milhões - de janeiro a outubro deste ano, significando um acréscimo de 1,6% no período. Comissão de Monitoramento de Concessões e Permissões - Linha 5 - Lilás: Capão Redondo - Chácara Klabin - Com uma extensão de cerca de 20 km e 17 estações, de Capão Redondo a Chácara Klabin, a Linha 5 - Lilás, inicialmente com um trecho em operação entre as estações Capão Redondo e Largo Treze, e na fase seguinte entre a Estação Adolfo Pinheiro e a última Estação Chácara Klabin. A Linha 5 - Lilás, na sua totalidade, prevê integrações com o sistema de ônibus intermunicipal e municipal, gerenciado respectivamente pela EMTU e SPTrans, em diversas estações, mas com terminais em Capão Redondo e em Campo Limpo, com a Linha 9 – Esmeralda - CPTM em Santo Amaro, com o Corredor ABD/Diadema-Brooklin na estação Brooklin, com as Linhas 1-Azul e 2-Verde - Metrô, respectivamente em Santa Cruz e Chácara Klabin. Futuramente, haverá integração com a Linha 17 - Ouro - Monotrilho na estação Campo Belo. O trecho previamente existente da Linha 5-Lilás, da Estação Largo Treze até Capão Redondo, conta com 8,4 km, 6 estações - Capão Redondo, Campo Limpo, Vila das Belezas, Giovanni Gronchi, Santo Amaro e Largo Treze, 1 Pátio de Manutenção Capão Redondo e operou com 8 trens. O empreendimento do Trecho entre as Estações Largo Treze e Chácara Klabin foi projetado para uma extensão de 11,6 km, com 11 estações - Adolfo Pinheiro, Chácara Klabin, Alto da Boa Vista, Borba Gato, Brooklin, Eucaliptos, Moema, AACD-Servidor, Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin, 1 Pátio de Manutenção adicional -Pátio Guido Caloi e 26 trens adicionais. Em 5/4/2018, a Linha 5-Lilás, juntamente com a Linha 17 - Ouro foram concedidas à Concessionária Via Mobilidade através do Contrato de Concessão nº 003/2018 para prestação do serviço público de transporte de passageiros nas Linhas 5-Lilás e 17 - Ouro, compreendendo as atividades e encargos, relativas à: Operação Comercial das Linhas; manutenção e conservação de todos os Bens Integrantes da Concessão; implantação de melhorias nos Bens Integrantes da Concessão, visando manter seus níveis de qualidade, cumprir os Indicadores de Desempenho, garantir sua permanente atualidade e modernidade; requalificação e adequação da infraestrutura concernente ao serviço concedido, visando a compatibilizá-la com a demanda e com o atendimento de exigências técnico-operacionais e de segurança; realização de Investimentos Adicionais, considerados necessários; continuidade da funcionalidade, da qualidade, da segurança e da expansão do Serviço concedido; operação e manutenção de eventual expansão do Serviço Concedido em trechos que se caracterizem como prolongamento das Linhas objeto da Concessão. Fases da Concessão - Fase I: remuneração mediante o pagamento da Tarifa de Remuneração ou da Tarifa de Remuneração Contingente, na qual a Concessionária assumiu a Operação Comercial da Linha 5, bem como outras atividades previstas no Contrato, qualificando o Termo Inicial do prazo de vigência da Concessão. Fase II: na qual ocorrerá a Operação Plena da Linha 5, pela Concessionária, do trecho entre as Estações Capão Redondo e Chácara Klabin, com inclusão da Estação Campo Belo. Fase III: a Operação, pela Concessionária, da Linha 17-Ouro, entre as Estações Congonhas/Jardim Aeroporto e Morumbi. Implantação - A partir de 4/8/2018 todo o trecho operacional desde a Estação Capão Redondo até a estação Eucaliptos e os demais trechos a seguir, nas respectivas datas de inauguração, passaram a ser operados pela Concessionária Via Mobilidade. Trecho Estação Eucaliptos - exclusive - Estação Moema, com a Estação Moema inaugurada em 18/8/18; trecho Estação Moema - exclusive - Estação AACD-Servidor, com a Estação AACD-Servidor inaugurada em 31/8/18; trecho AACD-Servidor - exclusive - Chácara Klabin, com as Estações Hospital São Paulo - Santa Cruz e Chácara Klabin inauguradas em 28/9/18; material

Rodante - Frota P - 26 trens CAF, entrega concluída em 30/11/17. Instalados e testados o sistema de CBTC em todos os 26 trens. Frota F - 8 trens Alstom, tratam-se de trens adquiridos quando do início da operação da Linha 5 - Lilás - Capão Redondo Largo Treze que estão passando por atualização de seus sistemas, para operar em CBTC - Sistemas de Sinalização. Estes trens encontram em fase de testes com previsão de conclusão para fevereiro de 2020. Estação Campo Belo: Estação inaugurada em 8 de abril. Pátio Guido Caloi; edificações/Blocos: Obra Civil-Acabamento e Sistemas-Bandejamento, Iluminação/Tomadas, Painéis, Equipamentos Elétricos/Eletrônicos, Cabos em execução. Via Permanente do estacionamento-Fase II: Infraestrutura, superestrutura e passarela de serviço em execução. A liberação completa do Pátio, para sua operação está prevista para até fevereiro de 2020. Entre janeiro e novembro, a Linha 5-Lilás transportou 556,7 mil passageiros por dia - média dos dias úteis. Em novembro, a linha transportou 621 mil passageiros/dia. Linha 6 – Laranja: Brasilândia-São Joaquim - Trecho de 15,3 km, um pátio de manutenção, 22 trens e 15 estações, com integrações nas linhas 1-Azul, 4-Amarela, com as linhas 7-Rubi e 8-Diamante da CPTM. A linha ligará a região noroeste de São Paulo à região central, fazendo articulação de linhas de ônibus das regiões atendidas propiciando a reorganização do transporte coletivo, ampliando as conexões com a rede metroferroviária. Passará por grandes centros educacionais, como UNIP - Universidade Paulista, PUC – Pontifícia Universidade Católica, FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado, Mackenzie, Fundação Getúlio Vargas, FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas. Esta linha é objeto de uma PPP – Parceria Pública Privada, firmada entre o Governo do Estado de São Paulo e a Concessionária Move São Paulo em 18/12/2013. O Contrato tem prazo de 25 anos, sendo 6 anos para a implantação da linha e mais 19 anos para operação. A demanda prevista para o trecho Brasilândia-São Joaquim é de 633 mil passageiros/dia. O processo de desapropriação das áreas privadas, para a instalação dos canteiros já alcançou 100%. As obras de implantação da Linha 6 - Laranja tiveram início em janeiro de 2015, foram aportadas pelo Governo do Estado, até o momento, R\$ 694 milhões para pagamento de eventos de aporte e R\$ 988 milhões para pagamento das desapropriações de 371 imóveis privados. Por decisão unilateral, a Concessionária Move São Paulo responsável pela implantação da Linha 6, informou no dia 2/9/2016, ter paralisado todas as obras em andamento. A Concessionária alegou dificuldades na obtenção do seu financiamento de longo prazo junto ao BNDES, uma responsabilidade exclusiva do parceiro privado definida pelo contrato de Concessão. Por consequência, ela vem sendo notificada para que retome as obras, tendo sido aplicadas as penalidades cabíveis, inclusive com o provimento do Processo de caducidade do contrato. Através do Decreto 63.915 de 12/12/2018 foi declarada a caducidade do contrato de Concessão nº 015/18 com efeito a partir de 13/8. Em razão da apresentação de propostas concretas, por empresas interessadas em adquirir a titularidade da Concessionária Move São Paulo S.A, e por ser de interesse público a continuidade das obras, o Governo do Estado de São Paulo emitiu dois decretos promovendo a prorrogação do efeito da Caducidade do contrato. Decreto nº 64.382/19 publicado em 9/8, que posterga a Caducidade para a partir de 11/11 e Decreto nº 64.572/19, publicado em 8/11, postergando a Caducidade para a partir de 9/2/2020, permanecendo até essa data, a Concessionária Move São Paulo S.A. responsável pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato, em especial as necessárias à preservação da segurança dos imóveis vinculados à concessão e a estabilidades das obras neles realizadas. Permanece ativo o Convênio entre a STM e o Metrô, objetivando a segurança técnica e patrimonial das Unidades Construtivas ao longo da linha, com início a partir da efetiva caducidade do Contrato. As empresas China Railway 20 Bureau Group Corporation - “CR20” e Acciona Construcción S.A - “Acciona”, interessadas na aquisição da titularidade da Concessionária Move São Paulo S.A, apresentaram documentação de qualificação técnica que estão sendo analisadas pelo Poder Concedente. A previsão para conclusão das negociações entre a Concessionária Move São Paulo e a empresa selecionada é até 9 de fevereiro de 2020. Linha 18 - Bronze: Tamanduateí SP - Djalma Dutra - SBC - A Linha - 18 Bronze, por meio de um sistema de monotrilha previa a interligação das estações Tamanduateí - METRÔ/CPTM a Djalma Dutra em São Bernardo do Campo, com 15,4 km e 13 estações. A implantação da linha seria por meio de uma Parceria Público Privada – PPP cujo Contrato de Concessão Patrocinada nº 011/2014, foi assinado com a Concessionária do Monotrilha da Linha 18 - Bronze S.A - VEM ABC. O CGPPP – Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, em 13.08, na 88ª Reunião Ordinária, deliberou pela extinção do Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 18. O encerramento do Contrato está sendo tratado em processo administrativo. Projetos de Concessão e Parceria Público Privada – PPP - Linhas 8 - Diamante e 9 - Esmeralda - Proposta de concessão para prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda de trens metropolitanos, administradas pela CPTM, contemplando operação, conservação, manutenção, modernização das instalações existentes e construção de novas estações, propiciando melhorias de desempenho e de qualidade aos serviços prestados. A proposta de concessão das linhas traz benefícios aos usuários, como a melhoria no acesso às estações, com a previsão de novas passarelas e reformas das escadas fixas existentes, bem como investimentos para melhorar a acessibilidade e a segurança dos passageiros e, também, reforma dos pisos e sanitários das estações. A modelagem sugere a revisão do sistema de combate a incêndio e ventilação, implantação de nova cobertura das plataformas para eliminar a incidência de chuvas, a eliminação das passagens de nível com construção de passarelas, viadutos e passagens inferiores e novo sistema de sinalização e sistema elétrico que considere o aumento da velocidade comercial, reduzindo o tempo de viagem e o intervalo entre trens. O investimento para a Concessionária é estimado em R\$ 2,37 bilhões, divididos em obras civis de modernização e investimento em sistemas e infraestrutura de operação. O Poder Concedente deverá entregar a extensão de 4,15 km operacionais da Linha 9 Esmeralda - 4,6 km incluindo manobras, sendo previstas duas novas estações: Mendes-Vila Natal e Varginha. O projeto foi objeto de chamamento Público - abril/2017, tendo recebido estudos das Autorizadas CCR; Grupo Metropolitano 89 e Consórcio CAF. Os estudos de modelagem pelo Poder Concedente consideram esses estudos, de forma parcial, nas diferentes disciplinas e o Grupo de Trabalho é o responsável pela consolidação da mesma. Em fevereiro, houve a formação de novo Grupo de Trabalho com diversas secretarias do Governo do Estado de São Paulo para retomada dos estudos de consolidação da modelagem. Desde então, a STM vem trabalhando na modelagem da concessão, tendo havido duas sondagens de mercado - maio. A equipe também focou na elaboração e consolidação os estudos de demanda, modelo operacional, investimentos, empreendimentos associados, engenharia e demais disciplinas técnicas, que farão parte do edital de licitação da concessão, por meio de anexos, que estão sendo elaborados em conjunto com a equipe da CPTM. A modelagem deverá ser analisada e aprovada pelo Grupo de Trabalho para, posteriormente, ser apresentada e aprovada em reunião do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – CDPED, que autoriza a realização de Audiência Pública e Consulta Pública e prosseguir com o processo licitatório até a assinatura do contrato. Trem Intercidades – TIC e Linha 7-Rubi - Proposta para a implantação de novos serviços

ferroviários de passageiros entre São Paulo - Campinas - Americana, na forma preliminar de Parceria Público-Privada. Os novos serviços devem ser implantados na faixa de domínio ferroviário da Linha 7 Rubi, oferecendo uma opção rápida de transporte entre metrópoles, interligando Americana, Campinas e Jundiaí à estação Barra Funda. A prestação dos serviços ferroviários no eixo São Paulo – Campinas - Americana deverá atender às demandas de serviços diretos/expressos e também serviços paradores de caráter metropolitano. Para tal, é necessário que haja condições físicas das vias e de sistemas que, na primeira fase de implantação, deverá configurar minimamente os atendimentos: Serviços expressos entre São Paulo - Jundiaí - Campinas - TIC; serviço metropolitano São Paulo - Francisco Morato - Linha 7 - Rubi e Serviços metropolitanos entre Francisco Morato - Jundiaí - Campinas - TIM. O atendimento expresso TIC São Paulo - Jundiaí - Campinas - Americana poderá ter serviços intermediários com partidas em Jundiaí e o dimensionamento da sua oferta deve considerar trens com capacidade e intervalos adequados à demanda, atendendo somente passageiros sentados. É mandatório que a ligação expressa do trecho prioritário São Paulo - Campinas tenha velocidade comercial compatível para o percurso de 102 km ser percorrido em até 60 minutos. A frota resultante deve considerar ao menos um trem para reserva operacional e um trem para reserva de manutenção. O intervalo entre trens no horário de pico não poderá ser superior a 30 minutos e dimensionado para a demanda nos períodos de vale. Ao longo da concessão, que vai do ano 1 até o ano 30, a oferta deverá ser ajustada para o incremento de demanda projetado, devendo ser adequado o plano de vias, sistemas e serviços para implantação das fases subsequentes do projeto. Em fevereiro, houve a formação de novo Grupo de Trabalho com diversas secretarias do Governo para retomada dos estudos de consolidação da modelagem. Desde então, a STM vem trabalhando na modelagem da concessão, tendo havido três sondagens de mercado - julho. A equipe também focou na elaboração e consolidação os estudos de demanda, modelo operacional, investimentos, empreendimentos associados, engenharia e demais disciplinas técnicas, que farão parte do edital de licitação da concessão, por meio de anexos, que estão sendo elaborados em conjunto com a equipe da CPTM. Além disso, o ano foi marcado por diversas reuniões de negociação da faixa ferroviária sob regime de concessão federal - ANTT/Ministério da Infraestrutura com as empresas MRS Logística e RUMO Logística e, além da continuidade das negociações da segregação trens de carga x trens de passageiros com a MRS, que é parte das diretrizes de desempenho do sistema de transporte metropolitano de São Paulo. Nos próximos meses, a modelagem deverá ser aprovada pelo Grupo de Trabalho para, posteriormente, ser apresentada e aprovada em reunião do Comitê Gestor de Parcerias Público Privadas - CGPPP, que autoriza a realização de Audiência Pública e Consulta Pública e prosseguir com o processo licitatório até a assinatura do contrato.

Parque Capivari - Campos do Jordão - O processo licitação da Concessão Onerosa do Parque Capivari ocorreu durante todo o ano de 2018 e seu resultado foi publicado em 8/11/2018, com a adjudicação do Consórcio EcoParques. Foi constituída a SPE – Sociedade de Propósito Específico - Concessionária EcoJordão S.A, com quem o Governo, representado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos, firmou o contrato em 4 de abril. O Parque Capivari, localizado no município de Campos do Jordão, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVPLN, tem área total de 40 mil m² e foi administrado pela Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ, subordinada à STM. É um dos principais polos turísticos da cidade. A Concessionária assumiu a operação, manutenção e as obras de reurbanização de todo o parque por meio de uma Concessão Onerosa, tendo pago ao Governo do Estado outorga fixa de R\$ 1,47 milhão e pagará ao longo dos 30 anos do período de concessão, a outorga variável mínima de R\$ 80,1 milhões, além de 25,13% das receitas líquidas excedentes ao valor proposto. Os investimentos propostos somam R\$ 58,2 milhões. A EcoJordão é responsável por obras de reforma e modernização, manutenção e administração do espaço. Entre as melhorias previstas no local estão um moderno teleférico, um equipamento chamado trenó sobre trilhos, uma concha acústica, remodelação do pedalinho, recomposição de áreas verdes, novas áreas comerciais, sanitários e estacionamentos, além da reurbanização do Morro do Elefante. Essas obras estão previstas para 2022. O Termo de Entrega da Infraestrutura foi assinado em 14 de junho, que marca o início da vigência da concessão. O início da operação pela concessionária se deu a partir de 20 de junho deste ano, feriado Corpus Christi. No período do Festival de Inverno, cerca de 8.500 pessoas por dia visitaram o parque. Entre agosto e novembro, período de baixa temporada, a visitação do parque foi de cerca de 2.500 pessoas por dia. De todos os visitantes, cerca de 30% compraram ingressos para as atrações, sendo o teleférico o mais atrativo: com 53 mil bilhetes em julho - 67% do total de bilhetes. Ações realizadas, entre junho e novembro: Restabelecimento dos pedalinhos; reabertura de todas as lojas, sendo efetivados 35 contratos de locação, três áreas de estacionamentos e nove contratos de atrativos e espaços sublocados; instalação de pista de patinação para o período de inverno - funcionou até setembro, Instalação da tirolesa e arborismo; novos games como Airsoft, cinema 7D, simulador de Jet-ski e outros; continuidade do funcionamento do teleférico; implantação, a partir de outubro, o Sistema de Monitoração Eletrônica que abrange todo o parque: vigilância patrimonial, monitoração CFTV com sistema de contagem de fluxo de pessoas; Implantação de Sistema de Controle de gestão, desde o início da operação - junho: sistema informatizado para acompanhamento e fiscalização, dentre as quais, o número de visitantes em todos os equipamentos do parque e os valores arrecadados pela concessionária a título de receita de exploração e de receitas acessórias; início das obras de requalificação do estacionamento na entrada do parque - área G, ocorreu em novembro e são previstas para finalizar em fevereiro/2020.

Coordenadoria de Transporte Coletivo - Realizou análise de 127 recursos administrativos em segundo grau, interpostos em razão de multa por infração a legislação dos transportes metropolitanos; 49 Informações Técnicas para subsídios à Assessoria Parlamentar sobre Projetos de Leis, Indicações e Ofícios dos Deputados, Prefeitos e Vereadores; aprovação de 311 estudos técnicos para alteração de características operacionais de linhas intermunicipais, pertencentes às Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, além de relatórios de acompanhamento da demanda dos sistemas vinculados à Pasta; aplicação de 27.351 multas por infração a legislação dos transportes metropolitanos nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo; 12 Reuniões da Comissão de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, por ônibus e - 12 Reuniões da Comissão de Transporte Coletivo de Passageiros, de Interesse Metropolitano, sob Regime de Fretamento; elaboração de 70 resoluções entre outras atividades. Estudos em andamento sobre a concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros na Região Metropolitana de São Paulo, incluindo operação, conservação e manutenção. Inovação com a implantação da tecnologia “QRCode”. Plano Piloto em andamento, com utilização dos bilhetes unitários codificados nas estações do sistema metroferroviário. Estudos acerca da criação de Agência Reguladora de Transportes, com o objetivo

de fiscalizar e regular o serviço público de transporte de passageiros, concedidos e com permissão ou autorização, executados por empresas públicas e privadas.

Coordenadoria de Relações Institucionais - Foi desenvolvido trabalhos em quatro áreas, conforme suas atribuições legais: articulação institucional, comunicação, sistemas de informação e acessibilidade. Recepção e acompanhamento às empresas nacional e multinacional, interessadas na área de transporte público, dando atendimento nos assuntos técnicos, novos negócios e investimentos. Articulação no relacionamento da STM e suas empresas vinculadas, com as demais Secretarias de Estado, apresentando propostas e ações com relação a assuntos e projetos ligados ao transporte público. Participação na organização de eventos de início de obras, vistoria e entrega de linhas do Metrô e CPTM, corredor e terminal metropolitano pela EMTU. Também, em eventos de entrega de novos trens da CPTM. Participou das campanhas de Conscientização do Autismo, Maio Amarelo, Reutilização do óleo, Vacinação do Sarampo, Semana Nacional de Trânsito, Operação Chuvas de verão, e do Dia Nacional do Doador de Órgãos. Representante da STM em reuniões de planejamento, mobilidade e divulgação, em diversos programas do Governo do Estado de São Paulo e grandes eventos que envolveram a CPTM, EFCJ, EMTU e o METRÔ, entre eles: Lollapalooza, Festival Heineken F1 - Senna Edition, UFC Fight Night Fórmula 1, Carnaval, Virada Inclusiva, Pedal Anchieta - descida de bicicleta do planalto de São Paulo até o litoral de Santos, e o Reveillon da Paulista. A Coordenadoria de Relações Institucionais também foi designada pela STM, para 26 representações entre Conselhos, Câmaras Temáticas, Comitês e Grupos de estudos, com a função de formular e controlar a execução das políticas públicas envolvendo áreas de transportes.

Assessoria Parlamentar - Durante o ano a STM, através da Assessoria Parlamentar, recebeu 68 encontros entre deputados federais, estaduais, prefeitos, vereadores, sociedade civil organizada entre outros segmentos. Participou efetivamente junto às Comissões Permanentes na ALESP - Assuntos Metropolitanos e Municipais, de Transportes e Comunicações, Fiscalização e Controle, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, no acompanhamento das discussões de assuntos relativos ao transporte. Respondeu a 494 demandas, entre projetos de lei, requerimentos de informação, indicação, moção e ofícios, prestando informação ao executivo e legislativo estadual e municipal.

SIC - O Serviço de Informação ao Cidadão respondeu a 106 pedidos de informação de cidadão sobre assuntos relativos ao transporte. Ouvidoria - A Ouvidoria STM/EFCJ realizou 1.170 atendimentos aos cidadãos e para o sistema do Grupo de Relacionamento com a Sociedade – GRS, administrado pela Casa Civil, foram realizados 55 atendimentos. A Ouvidoria STM/EFCJ passou a atender o sistema do Grupo de Relacionamento com a Sociedade – GRS, a partir do mês de junho.

Coordenadoria de Planejamento e Gestão - Foi estabelecido o núcleo de Planejamento Estratégico de Transporte, voltado à capacitação e instrumentalização da STM, para a tomada de decisões e formulação de diretrizes para os projetos de investimento do GESP no setor de transporte metropolitano. Sua atuação abrangeu também a identificação, análise e proposta de correção de riscos e deficiências de ligações e nós da malha metroferroviária da RMSP e o acompanhamento de ações estratégicas da STM e de suas empresas vinculadas, no desenvolvimento de estudos e pesquisas de transporte, na implementação de projetos e na discussão de práticas e políticas tarifárias. No ano, foram produzidos trabalhos e estudos contemplando um sistema de média capacidade para a ligação entre o ABC e a Cidade de São Paulo, as funcionalidades e interfaces da Estação Vila Prudente e das Linhas 2 e 15, o prolongamento da Linha 2 do metrô até a Estação Penha, as estações da CPTM contempladas na concessão das Linhas 8 e 9. Foi mantido o acompanhamento da implantação dos empreendimentos prioritários da Secretaria, realizado através de coleta de informações referente às obras junto às empresas coligadas, resultando no relatório Caderno de Empreendimentos da STM, que é atualizado mensalmente e distribuído ao Governo do Estado e aos cargos executivos da Secretaria e das Empresas. Semestralmente são coletados dados das realizações e dados operacionais das empresas coligadas resultando no Relatório Síntese de Realizações da STM. Prosseguiu o desenvolvimento de modelagem de política tarifária para avaliação dos impactos financeiros e tarifários da expansão da rede metroferroviária e de média capacidade, bem como o impacto da entrada de novos parceiros na operação do sistema metropolitano e da câmara de compensação tarifária vigente. Para este trabalho foi utilizado o software Visum que compatibiliza a modelagem de transporte e a representação do sistema tarifário vigente. Os resultados servirão para subsidiar os estudos da concessão das Linhas 8 e 9 da CPTM. Foi realizado em parceria com entidade francesa CEREMA e com a Secretaria de Mobilidade e Transportes do município de São Paulo, pesquisa qualitativa sobre "qualidade nos transportes públicos da Região Metropolitana de São Paulo" que produziu relatório técnico com recomendações aos operadores, bem como um vídeo com registros do estudo realizado. Participação como representante setorial da STM na consolidação do caderno de propostas e do Projeto de Lei do PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento da RMSP em 24/4. Representação da STM no grupo de trabalho responsável pela coordenação do contrato para elaboração do PAM- TL – Plano de Ação da Macrometrópole Transporte e Logística, sob gestão da Secretaria de Transportes e Logística do estado. Produção do diagnóstico setorial da STM e atuação como Interlocutor da STM na elaboração conjunta com as demais empresas vinculadas e coordenadorias da Secretaria na elaboração do PPA 2020 - 2023. Elaboração do Termo de Referência e início do processo licitatório para viabilizar a contratação de empresa de consultoria especializada para elaboração do Plano Integrado de Transporte Urbano para a RMSP - PITU 2040. Participação, como representação da STM, no Study Tour sobre Mobilidade Urbana sediado pela Transport for London na cidade de Londres - Reino Unido no período de 18 a 22 de novembro, evento promovido pelo Prosperity Fund do Governo Britânico e organizado pelo Banco Mundial.

Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ - De janeiro a novembro, o sistema metroviário transportou 1,37 bilhão de passageiros. Em novembro, o METRÔ transportou uma média de 3,86 milhões de usuários por dia útil - Linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata e, incluindo a rede concedida - Linha 4-Amarela e 5-Lilás, transportou 5,32 milhões de usuários por dia útil. O recorde de demanda ocorreu em 10/10, quando transportou 5,4 milhões. Quatro grandes empreendimentos estão em andamento ao mesmo tempo neste período: a implantação da extensão da Linha 2-Verde até Penha; a continuidade da Fase 2 da Linha 4-Amarela; a continuidade da implantação do monorail da Linha 15-Prata e a continuidade da implantação do monorail da Linha 17-Ouro. Linha 2 - Verde: Trecho Vila Prudente-Dutra - Retomada a Implantação do Trecho Vila Prudente - Penha, com a execução dos projetos executivos. Permanece

suspensa a implantação do Trecho Penha - Dutra. O empreendimento Trecho Vila Prudente - Dutra está projetado para uma extensão operacional de 13,9 km, 1 Pátio de Manutenção, 13 estações e 36 trens adicionais, e ligará a estação Vila Prudente do Metrô ao município de Guarulhos e atenderá aos moradores dos bairros Jardim Anália Franco, Vila Formosa, Vila Manchester, Aricanduva, Penha e Tiquatira em São Paulo e Ponte Grande e Vila Augusta em Guarulhos. São previstas conexões com a Linha 3-Vermelha - Estação Penha do Metrô, com as Linhas 12-Safira e 13-Jade da CPTM - Estação Tiquatira e a Linha 19 do Metrô - Estação Dutra. Evolução do empreendimento: Continuam os serviços de demolições e manutenção nas áreas desapropriadas que já possuem Imissão na Posse com regularização desses imóveis nos órgãos competentes. As Ordens de serviços para execução dos projetos executivos dos Lotes 2 a 6 foram emitidas em 26/7 e do Lote 1 em 11/10. A demanda estimada para a operação comercial da Linha 2-Verde, Trecho Vila Madalena - Penha é de cerca de 1,1 milhão de passageiros por dia útil. Quando em operação, o Trecho Vila Madalena - Dutra terá uma demanda estimada de 1,3 passageiros por dia útil. O empreendimento Linha 4-Amarela, trecho Luz - Vila Sônia, está projetado para uma extensão operacional de 12,8 km operacionais, com 11 estações, 1 Pátio de Manutenção e 29 trens. A implantação da Linha foi planejada em duas fases: Fase 1: Concluída em 2011, com 8,9 km operacionais, 6 estações em operação: Butantã, Pinheiros - integração com a Linha 9 da CPTM, Faria Lima, Paulista - integração com a Linha 2, República - integração com a Linha 3 e Luz - integração com a Linha 1 e com as linhas 7 e 11 da CPTM além da entrega parcial de 1 Pátio de manutenção - Vila Sônia e 14 trens. Fase 2: Estação Fradique Coutinho concluída e em operação desde 15/11/2014; Estação Higienópolis-Mackenzie concluída e em operação desde 23/1/2018; Estação Oscar Freire em operação, desde 4/4/2018; com o Acesso Jardins. O Acesso Clínicas iniciou a operação em 31/7; Estação São Paulo-Morumbi concluída e em operação desde 27/10/2018, com mais 2,5km operacionais; Complementação da frota de trens concluída, totalizando 29 trens; Pátio Vila Sônia - complementação entregue à Concessionária ViaQuatro em novembro; Está em execução a implantação da Estação Vila Sônia, do Terminal de Ônibus Vila Sônia e do prolongamento de 1,5 km de túnel. Evolução do empreendimento: As obras civis remanescentes das 4 estações da Fase 2, incluindo o prolongamento do túnel, foram paralisadas em 2015, contrato rescindido, realizada nova licitação e as obras foram retomadas em 12/7/2016, com metas parciais de entrega e finalização em 2020; para garantir a continuidade dos serviços e cumprimento das metas parciais e finais, foram adequados os contratos para implantação dos Sistemas de Alimentação Elétrica, Auxiliares - escadas rolantes, elevadores, ventilação principal, etc., Telecomunicações, Portas de Plataforma, Bloqueios e Sistema de Transmissão de Dados e das Vias Permanentes para o Pátio Vila Sônia. Implantação das vias permanentes da Estação Vila Sônia e obras do prolongamento de 1,5km em túnel foram contratadas em 7/3/2018, sendo que o projeto executivo está em finalização e as obras em andamento. A meta de conclusão das obras pelo Metrô e entrega da Estação Vila Sônia para a Concessionária ViaQuatro é novembro de 2020. Túnel de conexão complementar entre as estações Consolação - Linha 2-Verde e Paulista - Linha 4-Amarela - Projeto Executivo das Obras Civis do Túnel de Ligação entre as Estações Consolação -Linha 2-Verde e Paulista - Linha 4-Amarela foi contratado em 10/5 com o Consórcio TPC - Setec - Traveaux Publics et Industriels - TP. O projeto está em elaboração. Linha 5 - Lilás: Trecho Largo Treze-Chácara Klabin - O empreendimento no Trecho Largo Treze - Chácara Klabin possui uma extensão operacional de 11,6 km, com 11 estações, 1 Pátio de Manutenção e 26 trens adicionais. Entregas realizadas pelo METRÔ neste trecho: Trecho Largo Treze - Estação Adolfo Pinheiro, com 1 estação, em operação comercial, desde agosto de 2014, ampliando a extensão operacional da Linha de 8,4 km para 9,3km; trecho Adolfo Pinheiro - Estação Brooklin, com 3,9 km operacionais e as 3 estações Alto da Boa Vista, Borba Gato e Brooklin inauguradas em 6/9/2017, estão em operação comercial desde 27/11/2017; trecho Brooklin - Eucaliptos - exclusive Campo Belo, com 2,9 km operacionais e uma estação, inaugurada em 2/3/2018, está em operação comercial plena desde 2/4/2018; Trecho Eucaliptos - Moema, com 1,0 km operacional e uma estação, inaugurada em 5/4/2018, está em operação comercial plena desde 31/8/2018. Trecho Moema - AACD-Servidor, com 1,3 km operacionais e uma estação, inaugurada em 31/8/18, está em operação comercial plena desde 15/09/2018; Trecho AACD-Servidor - Chácara Klabin, com 2,5 km operacionais e as 3 estações Hospital São Paulo, Santa Cruz - interligação com a Linha 1-Azul e Chácara Klabin - interligação com a Linha 2-Verde, inauguradas em 28/9/2018, estão em operação comercial plena desde 13/10/2018; Estação Campo Belo - interligação futura com a Linha 17-Ouro inaugurada em 8/4, está em operação comercial plena desde 13/4; Viaduto Santo Amaro - Estação Campo Belo foi entregue em 18/12/2018; Material Rodante: a entrega dos 26 trens fornecimento CAF foi concluída em 30/11/2017. Na frota foram instalados e testados os sistemas de Sinalização - CBTC e o sistema de Telecomunicação de bordo. O total de 26 trens foi disponibilizado para a operação no Trecho Capão Redondo - Chácara Klabin desde 7/5/2018 e Portas de Plataforma: 8 fachadas foram instaladas e operando em 4 estações; 2 fachadas foram instaladas em 1 estação; 2 fachadas estão em instalação em 1 estação; 2 fachadas estão em teste em 1 estação; e 20 fachadas a instalar em 10 estações. Evolução do empreendimento: Pátio Guido Caloi: em fase de conclusão. Edificações/Blocos - Obra Civil concluída. Em fase de conclusão dos testes e comissionamento do Sistema de Sinalização e Controle. Linha 15-Prata: Trecho Vila Prudente - Jardim Colonial - O empreendimento Trecho Vila Prudente - Jardim Colonial está projetado para uma extensão operacional de 14,6 km, 11 estações, 1 pátio de estacionamento e manutenção e 37 trens, utilizando o modal monorail. A Linha 15-Prata interliga com a Linha 2-Verde e com o Terminal Vila Prudente na estação Vila Prudente, com o Terminal Sapopemba/ Teotônio Vilela na estação Sapopemba e interliga com o Corredor Intermodal ABD na estação São Mateus. A implantação da linha está sendo realizada em duas etapas: A primeira etapa de implantação está dividida em dois trechos: Trecho Vila Prudente - Oratório, 2,3 km operacionais, 2 estações e um pátio de manutenção e estacionamento, em operação comercial desde 10/8/2015 - horário parcial e operação em horário pleno - 4h40min à 0h desde 26/10/2016 e Trecho Oratório - São Mateus, com 10,5 km de extensão operacionais e 8 estações, sendo que o trecho das 4 estações São Lucas, Camilo Haddad, Vila Tolstói e Vila União, com 5,5km operacionais, iniciou a operação assistida em 06/4/2018 - das 9h às 15h, a operação comercial parcial em 1/12/2018 - das 6h às 20h e a operação comercial plena em 12/1 - das 4h40min à 0h. Em 26/8 foi inaugurada a Estação Jardim Planalto, estendendo o trecho para 6,6 km operacionais. As 3 estações restantes, Sapopemba, Fazenda da Juta e São Mateus foram inauguradas em 16/12. Evolução do empreendimento: Concluído e entregue o Terminal de Ônibus Vila Prudente à SPTrans; concluída a entrega em 2017 dos 27 trens previstos para o Trecho Vila Prudente - São Mateus, dos quais 23 trens estão disponíveis para a operação comercial Concluída a Subestação Primária São Lucas, que fornece energia para o trecho operacional desde 5/10/2018 e Trecho Estação Sapopemba - São Mateus concluído e entregue em 16/12. A segunda etapa de implantação compreende o Trecho São Mateus - Jardim Colonial, com 1,8 km de extensão operacional e 1 estação, cuja previsão de operação é 2021. A demanda estimada para a operação comercial do trecho

Vila Prudente - São Mateus é de 388 mil passageiros por dia útil e para a operação comercial do trecho Vila Prudente - Jardim Colonial, a estimativa é de 415 mil passageiros por dia útil. Linha 15-Prata: Trecho Ipiranga - Vila Prudente - exclusive e Trecho Jardim Colonial -exclusive - Jacu-Pêssego e Pátio Ragueb Chohfi - O empreendimento Trecho Ipiranga - Vila Prudente - exclusive e Trecho Jardim Colonial - exclusive - Jacu-Pêssego e Pátio Ragueb Chohfi está projetado para extensões de 1,8 km e 2,8 km, respectivamente, 3 estações, e 1 pátio de estacionamento e manutenção. Será implantado como prolongamento a oeste e a leste do Trecho Vila Prudente - Jardim Colonial. Evolução do empreendimento: Trecho Ipiranga - Vila Prudente - exclusive: Estação Ipiranga em elaboração o Projeto Executivo; Trecho de via em elaboração o Projeto Básico. Trecho Jardim Colonial exclusive - Jacu-Pêssego e Pátio Ragueb Chohfi: Projeto Básico das estações e Pátio em revisão e Áreas necessárias para início da implantação das estações e pátio estão desapropriadas. A demanda estimada para a operação comercial dos trechos Ipiranga - Vila Prudente - exclusive e Trecho Jardim Colonial - exclusive - Jacu-Pêssego é de 511 mil passageiros por dia. Linha 17-Ouro: Trecho Jardim Aeroporto - Congonhas - Morumbi - O empreendimento Trecho Jardim Aeroporto - Congonhas - Morumbi está projetado para uma extensão de 6,7 km operacionais, 1 pátio de estacionamento e manutenção, 8 estações e 14 trens, utilizando tecnologia monotrilha e interligará com a Linha 9 - Esmeralda da CPTM na estação Morumbi, com a Linha 5-Lilás do Metrô na Estação Campo Belo e com o Aeroporto de Congonhas na estação Congonhas. Evolução do empreendimento: O contrato do Consórcio Monotrilha Integração – CMI - Andrade Gutierrez, CR Almeida e SCOMI, que contempla as obras das vias, sinalização, material rodante - 14 trens, portas de plataforma, ficou paralisado durante o ano de 2018; em 1/5, publicado no DOE o extrato de rescisão com Consórcio Monotrilha Integração –CMI; Assinado em 27/06, aditivo com exclusão do escopo do contrato do Pátio Água Espirada dos itens de acabamento, hidráulica, comunicação visual e paisagismo e redução dos itens de impermeabilização, urbanização e manejo arbóreo; Assinado em 22/10, aditivo com supressão do escopo do contrato das Estações Serviços de Comunicação Visual e Paisagismo e Reurbanização das estações Congonhas, Brooklin Paulista, Vereador José Diniz, Campo Belo, Vila Cordeiro e Chucru Zaidan; obras civis do Pátio Água Espirada e de 7 estações em andamento: Congonhas, Brooklin Paulista, Vereador José Diniz, Campo Belo, Vila Cordeiro, Chucru Zaidan e Morumbi; As obras da estação Jardim Aeroporto foram paralisadas sendo que os serviços de acabamento, reurbanização, comunicação visual e redes hidráulicas foram retirados do escopo do contrato por falta de verba contratual; as obras remanescentes das 7 Estações, do Pátio e da via estão contempladas no novo contrato em fase de licitação com previsão de assinatura em janeiro 2020; os sistemas remanescentes das estações, do pátio e da via estão contemplados no novo contrato em fase de licitação com previsão de assinatura em janeiro 2020 e Financiamento CAF - até US\$ 296 milhões, publicado no DOU de 3/10 com autorização pelo Senado Federal para contratação de operação de crédito externo. Contrato assinado em 7/10 entre GESP e CAF. A demanda estimada para a operação comercial do trecho é de 171 mil passageiros por dia útil. Linha 19-Celeste: Trecho Anhangabaú - Bosque Maia - O Empreendimento Trecho Estação Anhangabaú - Estação Bosque Maia está projetado para uma extensão operacional 17,6 Km, 15 estações, 1 Pátio de estacionamento e manutenção Vila Medeiros, Estacionamentos Bosque Maia, Catumbi e Bixiga, 19 Poços de Ventilação e Saída de Emergência – VSE e 2 Subestações Primárias. Engloba o atendimento ao Município de Guarulhos - segundo município mais populoso do Estado de São Paulo além dos bairros de Vila Medeiros, Vila Maria e Pari, ligando-os ao centro de São Paulo. São previstas conexões com a Linha 3-Vermelha - Estação Anhangabaú do Metrô, Linha 1-Azul - Estação São Bento e Linha 2-Verde - Estação Dutra e com a CPTM na Linha 11-Coral Estação Pari. Evolução do Empreendimento: Projeto Funcional da Linha 19-Celeste aprovado em Reunião de Diretoria em 22/8; revisão do EIA - RIMA para o trecho Anhangabaú-Bosque Maia encontra-se em revisão, para posterior protocolização do pedido da Licença Prévia; contrato para mapeamento e cadastro de instalações de redes públicas das concessionárias, permissionárias e órgãos públicos municipais assinado em 8/11; investigações Geotécnicas, Sondagens, e Levantamento topográfico planialtimétrico cadastral do sistema viário e alinhamento predial, estão com processo licitatório em andamento e Projeto Básico - Civil e Sistemas em fase de valoração e será implementado contemplando modelagem em BIM – *Building Information Model*. Linha 20- Rosa: Lapa – Prefeito Saladino - A Linha 20-Rosa – Lapa – Prefeito Saladino foi concebida com a função de interligar os subcentros Lapa, Pinheiros, Faria Lima, Itaim Bibi, Vila Olímpia e Moema com a região de São Judas – Jabaquara e a região do ABC. Com uma configuração perimetral, importante para a articulação dos eixos radiais, irá estruturar a rede metroferroviária e os corredores de transporte, interligando as regiões Oeste, Sudoeste e Sul do município de São Paulo com os Municípios de São Bernardo do Campo e Santo André na Região Sudeste da RMSF. Foi prevista para ser implantada em duas etapas, sendo esse detalhamento a ser definido na fase dos estudos funcionais. Evolução do Empreendimento: O Projeto Funcional está em fase de valoração para contratação. Modernização dos Sistemas de Sinalização e Telecomunicações nas Linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha do Metrô SP - Os sistemas de Sinalização - CBTC-*Communication Based Train Control* e Telecomunicações estão em implantação e possibilitarão o acréscimo do número de trens e consequentemente a redução dos intervalos entre trens, com aumento da oferta de lugares, a diminuição do tempo de viagem devido ao aumento da velocidade média, a redução do consumo de energia em virtude do controle mais efetivo da movimentação dos trens, a viabilidade de comunicações áudio visuais em tempo real e maior eficiência e segurança nas comunicações de dados para todos os outros sistemas interconectados. Evolução do sistema: Em 11/02/2016 deu-se início a operação com o sistema de sinalização - CBTC, na versão intermediária do software, em toda Linha 2-Verde; Em 2018, a implantação destes sistemas teve continuidade com a evolução na fabricação e instalação dos equipamentos para as Linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha; Deu-se continuidade às fabricações, instalações e testes dos equipamentos nas Linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha e A partir de Novembro, foram iniciados os testes do sistema de sinalização - CBTC na versão final do software, com a realização da “Operação Branca” - trem sem passageiros na Linha 2-Verde; Previsão de entregas: Linha 2-Verde DEZ; Linha 1-Azul 2020 e Linha 3-Vermelha 2021. Portas de Plataforma - Linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha - Contratada a implantação das Portas de Plataforma de 36 estações - 88 fachadas das linhas 1, 2 e 3. Esta implantação possibilitará a diminuição dos atrasos, redução do risco de suicídio, quedas de pessoas e objetos, usuários na via e incêndio causados por lixo na via. Possibilita otimizar o fluxo de passageiros, partida dos trens sem ferir passageiros que ainda estão na plataforma e velocidade maior na região da plataforma. Evolução da implantação: Em jun, iniciaram a atividades deste contrato com a realização de vistorias “*in loco*” nas estações. Em elaboração a documentação técnica, isto é, os projetos executivos e o Design Review. Previsão de entrega: 3 estações - Marechal Deodoro, Santa Cecília e República da Linha 3-Vermelha - 8 fachadas: 2020; 10 estações da Linha 3-Vermelha 26 fachadas: 2021; 11 estações da Linha 1-Azul e

02 estações da Linha 3-Vermelha - 26 fachadas: 2022 e 10 estações da Linha 1-Azul e 02 estações da Linha 2-Verde 28 fachadas: 2023.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM - Até novembro, as sete linhas da CPTM, 7 – Rubi - Luz - Francisco Morato - Jundiaí, 8 - Diamante - Júlio Prestes – Itapevi - Amador Bueno, 9 - Esmeralda - Osasco - Grajaú, 10 - Turquesa - Luz - Rio Grande da Serra, 11 - Coral - Luz - Estudantes, 12 - Safira - Brás - Calmon Viana e 13 - Jade - Eng. Goulart - Aeroporto Guarulhos transportaram 796 milhões de passageiros. Em novembro, a CPTM transportou uma média de 3,03 milhões de usuários por dia útil. Para atender essa demanda, prosseguiram-se as obras de infraestrutura, contemplando sinalização, energia, além da modernização de estações, renovação da frota de trens e expansão do sistema. Destas intervenções, algumas foram eleitas pelo GESP como Projetos Prioritários. *Projetos Prioritários* - Extensão da Linha 9 - Esmeralda entre Grajaú e Varginha - Está em execução o prolongamento de 4,6 km de extensão entre Grajaú e Varginha. Já foram contratados até o momento as obras civis dos Viadutos Rodoviários Lote 1 Viadutos Miconésia e Jacopo Torriti e dos Viadutos Rodoviários Lotes 2 Viadutos Leste/Oeste e Paulo Guilguer Reimberg, que farão a transposição da via férrea, os sistemas de energia, sinalização, rede aérea e a complementação de obras civis do Lote 1 finalização da estação Mendes-Vila Natal, equipamentos e parte das vias. O contrato para complementação de obras civis do Lote 2 finalização da estação Varginha, equipamentos, parte das vias e o pátio de estacionamento de trens – Pátio Varginha foi assinado em abril e aguarda apenas a AIO – Autorização de Início de Objeto pelo Ministério do Desenvolvimento Regional para emissão da ordem de serviço. O prazo para a conclusão da Extensão da Linha 9 é o primeiro semestre de 2022. Está em fase de preparação a documentação para licitação das obras do novo Terminal de Ônibus de Varginha - SPTrans. Extensão da Linha 13 – Jade - A CPTM está em busca de recursos para a revisão do projeto funcional e desenvolvimento dos projetos básicos e executivos. Estações - Linha 7-Rubi, prosseguem as obras de arquitetura e restauro na estação Luz, incluindo a instalação de elementos de comunicação visual, mobiliário e sonorização, como também, as obras de reconstrução da estação Francisco Morato. Linha 11-Coral, prosseguem as obras civis e de sistemas da segunda fase da estação Suzano. Esta obra possibilitará a operacionalização integral da estação e contempla a execução do novo terminal do Expresso Leste em Suzano. Acessibilidade - Foram concluídas as obras para adequação de acessibilidade das estações Jaraguá - Linha 7-Rubi, Santa Terezinha - Linha 8-Diamante, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra - Linha 10-Turquesa e Mogi das Cruzes - Linha 11-Coral. Nas estações Luz - Linha 7 - Rubi, Guapituba - Linha 10-Turquesa e Antonio Gianetti Neto - Linha 11-Coral os serviços de acessibilidade encontram-se em fase final de execução. As intervenções de acessibilidade nas estações Caieiras e Várzea Paulista - Linha 7-Rubi tiveram início em setembro. A CPTM trabalha para adequar suas dependências às normas vigentes de acessibilidade. Das 94 estações, 66 já possuem condições de acesso às pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade. Algumas estações estão em obras, outras em fase de projetos, para que todas tenham itens de acessibilidade normativos. Além disso, as novas estações já são projetadas para serem totalmente acessíveis. Energia - Foram retomadas as intervenções voltadas à readequação e ampliação do sistema de suprimento de energia da Linha 10 e prosseguem as obras de implantação de Telecomando de Energia em todas as linhas e as intervenções voltadas à readequação e ampliação do sistema de suprimento de energia de tração na linha 11 - Coral. As principais entregas desse assunto são a nova Subestação de Dom Bosco na Linha 11 e da Cabine Seccionadora de CECAP na Linha 13. Sinalização - Na Linha 10 foram retomadas as atividades para a implantação do Sistema CBTC e na Linha 13 foi entregue o Sistema de Monitoramento de Vias – SMV. Estação João Dias - Há algum tempo a CPTM planeja construir uma nova estação, João Dias, situada entre as estações Santo Amaro e Granja Julieta da linha 9 – Esmeralda, em parceria com a iniciativa privada. Em março desse ano, por meio de uma Manifestação de Interesse Privado - MIP, a TG São Paulo Empreendimentos Imobiliários S.A. - Tegra, antiga Brookfield, manifestou interesse em construir a nova estação e doá-la ao governo do estado. A Tegra possui um empreendimento imobiliário ao lado da área correspondente à futura estação. A CPTM, por obrigação legal, organizou um chamamento público em abril para que outros interessados pudessem manifestar interesse na construção da estação, mas não houve nenhum novo projeto enviado. O modelo de construção da estação João Dias, em parceria público-privada, é inédito em São Paulo. A Tegra já elaborou o projeto executivo da estação em cooperação com a CPTM para atender aos padrões técnicos da Companhia. Além do edifício principal, a futura estação João Dias terá passarela de acesso a plataforma central, elevadores e escadas rolantes/fixas, equipamentos de acessibilidade e uma entrada dentro do prédio da incorporadora e outra entrada de acesso à Marginal Pinheiros. O empreendimento está na fase de obtenção do licenciamento ambiental e autorizações para o início das obras. A previsão é que as obras comecem no início de 2020 e sejam concluídas em 2022. A estimativa é que cerca de 10,5 mil pessoas utilizem diariamente a estação João Dias. Complexos de Manutenção - Desenvolvimento de estudos e em busca de recursos para execução de projetos e obras. Aquisição de novos trens - Em preparação de documentação técnica necessária à elaboração do edital de contratação. Além dos Projetos Prioritários, destacam-se: Novos Trens da Linha 13 - Jade - Teve início a entrega dos 8 novos trens adquiridos da China para essa linha. O início da operação comercial dos trens está prevista para 2020, com entregas mensais. Esses trens terão bagageiro para malas pequenas localizado acima dos assentos e espaço específico para malas grandes, salão contínuo de passageiros - passagem livre entre os carros, monitoramento com câmeras na parte externa e interna, além de serem acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência. Trens Novos em fornecimento - Foram incorporados à frota, 7 novos trens concluindo as entregas dos contratos de fornecimento de 65 trens. Todos equipados com tecnologia de ponta como ar-condicionado, câmeras de vigilância, sistema de informação audiovisual - monitores de vídeo e displays. Os trens são totalmente acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Expresso Turístico - Com saídas aos sábados, domingos e feriados da Estação da Luz para os destinos Jundiaí, Mogi das Cruzes e Paranapiacaba, o transporte ferroviário de turismo regional iniciou-se em abril/2009, com a primeira viagem para Jundiaí, Seguiram-se Mogi das Cruzes - junho/2009 e Paranapiacaba - agosto/2010. Desde então, até outubro foram realizadas 1.039 viagens, que atenderam cerca de 155 mil turistas, com ocupação média de lugares por destino: Paranapiacaba - 93,55% melhor marca do ano 99,7% em janeiro, Jundiaí - 70,34% e Mogi das Cruzes - 42,58%.

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU - A área de atuação da EMTU/SP é formada pelas cinco regiões metropolitanas existentes no Estado: Região Metropolitana de São Paulo -RMSF, Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS, Região Metropolitana de Campinas – RMC, Vale do Paraíba e Litoral Norte – RMVP e Região Metropolitana de Sorocaba -

RMS. Essas cinco regiões metropolitanas somam 134 municípios, com uma população estimada de 31,5 milhões de habitantes - estimativa IBGE 2019. Com uma frota de 6.100 ônibus, operados por meio de concessões e/ou permissões, foram transportados, de janeiro a outubro mais de 542 milhões de passageiros, uma média de 2,2 milhões passageiros por dia útil. Concessão RMSP: Publicada resolução STM instituindo GT para continuidade do processo de Licitação, tendo em vista as recomendações do TCE. Atualmente o processo encontra-se em fase de conclusão para publicação do edital. Concessão RMBS: Desde junho de 2015, o sistema metropolitano da RMBS está concedido para a Empresa BR Mobilidade Baixada Santista S/A - SPÉ. Concessão RMVPLN: Publicada resolução STM instituindo GT para elaboração de edital e está sendo inserida na Plataforma Digital de Parcerias do Governo, dentro do Programa Estadual de Concessões e Programa de Parcerias Público - Privadas. Corredor Metropolitano ABD - São Mateus - Jabaquara e Extensão Diadema - São Paulo - Morumbi - Em julho de 2017 entrou em vigor a tarifa de integração no valor de R\$ 1,00 nos Terminais Metropolitanos de Piraporinha, Diadema e São Mateus, que está sendo cobrada no sentido do sistema municipal para o intermunicipal do Corredor ABD. A cobrança faz parte do cumprimento de cláusulas contratuais com a Concessionária Metra, referentes à execução dos serviços de substituição, conservação, manutenção preventiva e corretiva da rede aérea de alimentação dos trólebus. Essa tarifa sofreu alteração em janeiro passando para R\$1,10. Corredor Metropolitano Vereador Biléo Soares - Noroeste - Extensão Nova Odessa - Americana - Santa Bárbara D'Oeste - 24,3 km - Conclusão do Corredor em dezembro de 2018. Da extensão total, 13,6 Km são em faixas exclusivas e 10,7 km de viário compartilhado. Possui 13 Estações de Embarque e Desembarque e 4 Estações de Transferências. Também foram entregues o Viaduto no Complexo Viário Astrônomo Jean Nicolini em Nova Odessa e a ponte sobre o Ribeirão dos Toledos em Santa Bárbara d'Oeste. O Termo de Recebimento Provisório referente ao contrato 003/2017, foi emitido em Janeiro indicando pendências a serem sanadas pelo contratado. O Contrato 016/2018 firmado para instalação de estrutura metálica e brises nos Terminais de Americana e Santa Bárbara está em processo de rescisão unilateral. Trecho Hortolândia - Sumaré - Campinas - 4,8 km – Neste trecho as obras foram retomadas com nova contratação em março de 2018 estando em execução o novo trecho viário após a ponte estaiada de Hortolândia e 5 Estações de Embarque e Desembarque no trecho. A Licença de Instalação foi obtida em junho e a ordem de início em julho de 2019. Até setembro foram executados o equivalente a 59% do físico do contrato e 48% do financeiro. A Previsão de entrega do trecho é abril de 2020. Variante Sumaré-Hortolândia 7,6 km - Ligação das Avenidas Rebouças - Sumaré e Olívio Franceschini - Hortolândia; construção de seis pontes e do viaduto sobre a linha férrea e Ribeirão Quilombo, além da construção do Terminal Multimodal de Sumaré. A contratação para a continuidade do Projeto Executivo foi reprogramada para 2021. Outro contrato, o de número 011/2018 previa a execução de projeto de conservação, restauro e reabilitação de bem tombado formado pelo conjunto da estação ferroviária de Sumaré, porém ele foi paralisado. Aguarda revisão da estratégia de retomada do projeto executivo do trecho variante. Corredor Guarulhos - São Paulo - Atualmente está em operação o trecho de 12,3 km entre os bairros Taboão e Vila Galvão, em Guarulhos, sendo 9,6 km de faixa exclusiva para ônibus. Falta a conclusão de implantação de 2,2 km de corredor entre as paradas IV Centenário e Vila Augusta, além da Parada Gopoúva. Trecho Vila Galvão/Estação Tucuruvi do Metrô - 4,5 km - Projeto Funcional do trecho concluído, porém deverá ser revisto para inclusão de ciclovias ao longo do traçado visando adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo. Sistema Integrado Metropolitano/Veículo Leve sobre Trilhos SIM/VLT - Atualmente encontra-se em operação o trecho do VLT da Baixada Santista entre Barreiros, em São Vicente, e o Porto de Santos, incluindo 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente. Possui ainda pátio de estacionamento e manobras localizado no Terminal Barreiros para seis VLTs, bicicletário para 100 unidades, além do edifício de apoio que possui sala administrativa e banheiros para o uso dos condutores. De janeiro a setembro, o VLT transportou mais de 5,9 milhões de passageiros, uma média de mais de 660 mil passageiros por mês. Material Rodante – Desde 2018, 22 VLTs fazem a operação do sistema. Sistemas de Portas de Plataforma - Todas as 15 estações do trecho Barreiros-Porto contam com o Sistema de Portas Plataforma - PSD proporcionando maior segurança aos usuários e reduzindo evasão de receita. Treinamento com Simulador - Durante o ano, 46 condutores passaram por treinamento em Simuladores, sendo 10 treinamentos de recém-contratados, 10 treinamentos de condutores e 26 treinamento de reciclagem. Horário - O horário de operação continua das 5h30 às 23h30. Houve uma redução do Headway no horário de pico, passando de 8 minutos para 7 minutos o intervalo entre partidas. Fora do horário de pico o intervalo é de 12 minutos. Trecho Conselheiro Nébias - Valongo - 8 km - Este trecho em Santos inclui a construção 14 estações unidirecionais, sendo uma integrada ao Terminal Rodoviário Valongo. A Licença Ambiental Prévia foi aprovada em outubro de 2017 e o Projeto Executivo foi concluído em março de 2018. O processo de contratação de obras está em andamento, tendo sido divulgado no dia 5 de dezembro a habilitação de três empresas para participarem da fase final da licitação. A previsão é que as obras tenham início ainda no primeiro semestre de 2020. Trecho Barreiros - Samaritã - em São Vicente - Projeto Básico concluído em 2018 bem como os Estudos e Licenças Ambientais. Este trecho com 7,5 km inclui a construção de 1 Terminal, 1 Pátio de Manobras e 3 Estações. Está em andamento o Projeto Executivo da Ponte dos Barreiros que envolveu laudos de inspeção do IPT. Com base nesses laudos o Ministério Público ordenou o fechamento da ponte para o tráfego de veículos. Corredor Metropolitano Itapevi – São Paulo - Trecho Itapevi - Jandira - 5 km - Concluído no 1º semestre de 2018, o trecho de novo viário e faixa compartilhada inclui a Estação de Transferência Itapevi, 7 Estações de Embarque e Desembarque, viaduto sobre a Rua Ameríndia e passarela sobre a via férrea. Trecho Jandira – Terminal Carapicuíba 8,8 km - Obra retomada com nova contratação em março de 2018 para conclusão das obras remanescentes sendo os 8,8 Km de viário, 9 Estações de Embarque e Desembarque, Estação de Transferência Barueri e o Terminal Metropolitano de Carapicuíba. A previsão é que o trecho seja concluído até Abril de 2020. Trecho Terminal Carapicuíba Osasco km 21 - 2,2 km – Já em funcionamento o Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso - km 21 Osasco, para atender 250 mil passageiros por dia. As obras remanescentes desta ligação estão aguardando a liberação de área ocupada às margens da ferrovia da Linha 8 da CPTM para então obter a Licença de Instalação – LI e emitir a Ordem de início para construção do viaduto em Carapicuíba, alças de acesso e 2 paradas. Trecho Km21 Osasco - Terminal Vila Yara - Osasco - 7,6 km - Obra iniciada em fevereiro de 2018 para reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar -V. Yara, em Osasco. Previsão de entrega para fevereiro de 2020. Inovação e Parcerias - A EMTU / SP é hoje um dos exemplos mundiais em práticas de inovação aberta e dados governamentais abertos. Em menos de dois anos, a empresa realizou quatro HACKATHONS, disponibilizou no site o monitoramento de mais de 6.000 ônibus urbanos, em tempo real, via API - Programação Application Interface, implementou departamento exclusivo para a política de inovação, a Assessoria de Parcerias e Inovação, e abriu o laboratório metropolitano de inovação, ELAB – Experimentos em Transportes, o segundo na América Latina.

Recebeu, em Brasília, o prêmio como uma das vencedoras do 23º Concurso Inovação no Setor Público, na categoria “Inovação em processos organizacionais, serviços ou políticas públicas no Poder Executivo Estadual/Distrital”. O concurso é organizado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. A Assessoria de Parcerias e Inovação juntamente com o Grupo de trabalho da STM promoveu reuniões na EMTU/SP para desenvolvimento de APP único aos passageiros. O aplicativo prevê alertas colaborativos dos passageiros de modo que situações operacionais e possíveis problemas possam ser solucionados mais rapidamente, comunicados e ajudem o passageiro a buscar opções alternativas. Começou a funcionar em 4/9 o sistema de reconhecimento biométrico facial no sistema intermunicipal de ônibus da Baixada Santista e VLT para verificação do uso de cartões com gratuidade. A implantação foi gerenciada pela EMTU/SP e visa melhorar os controles e a política de benefícios aos passageiros. Dados Abertos - A EMTU/SP foi a segunda autoridade pública em transportes na América Latina em abrir seus dados por meio de tecnologia - Application Programming Interface – API. A empresa abriu os dados em 14 de setembro de 2017 e pulou da 11ª para a 4ª colocação no ranking de empresas no Portal do Governo Aberto do Estado de São Paulo. Estão disponíveis informações das Regiões Metropolitanas atendidas pela EMTU/SP, como linhas e itinerários, tarifas praticadas, frota, concessionárias e permissionárias, placas, prefixos, atendimento do Serviço Ligado, ocorrências operacionais e Sistema de Bilhetagem Eletrônica – SBE, além de informações da Central de Atendimento ao Cliente – CAC. Outras Informações - Serviço Especial Conveniado – SEC - Ligado: Transporte diferenciado - porta a porta gratuito para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida severa. A frota atual é composta de 534 veículos, sendo 96 na RMC e 438 na RMSP. Em setembro de 2019, foram realizados mais de 191,5 mil atendimentos. Além disso, outros 5.073 veículos são acessíveis ou adaptados para facilitar a movimentação dos portadores de deficiência. Entre outubro de 2018 a setembro, foram realizados 1.895.033 atendimentos a 66.193 usuários e 1.005 instituições nas duas Regiões Metropolitanas. Centro de Atendimento ao Passageiro Especial – CAPEs - Atende pessoas com deficiência e mobilidade reduzida que buscam obter a gratuidade nas linhas metropolitanas, conforme a legislação em vigor. São áreas preparadas para prestar o atendimento adequado a estes usuários com todos os dispositivos de acessibilidade necessários, além de dispor de profissionais treinados, incluindo médicos e assistentes sociais. Acesso São Paulo - Parceria com a Secretaria de Estado da Gestão Pública, o programa tem o objetivo promover a inclusão digital, levando os recursos da internet à população e estimulando o desenvolvimento humano e social nos Terminais Metropolitanos de São Mateus, Santo André, Jabaquara, Cotia e Campinas. A empresa promove diversas campanhas sociais e ligadas à saúde nos Terminais Metropolitanos como divulgação e prevenção contra a AIDS, contra a Dengue e Hepatite C, de vacinação contra a Gripe A arrecadação de Agasalho, prevenção de acidentes, entre outras. Foram realizados 34 eventos para usuários nos terminais metropolitanos entre campanhas sociais, culturais e de saúde, em parcerias com instituições estaduais, municipais e da sociedade civil. Entre os temas trabalhados estão prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis, incluindo distribuição de preservativos e testes rápidos, vacinação contra a febre amarela, campanha de prevenção do câncer de mama e de combate à hipertensão. Usuários também foram impactados com campanhas sobre o Dia Internacional da Mulher, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, por meio de exposição, manifestações teatrais, apresentações musicais, entre outras ações. Com o programa Arte nos Terminais a EMTU/SP leva arte e cultura aos usuários do transporte metropolitanos. Os eventos incluem apresentações de bandas de diversos estilos musicais entre outras manifestações artísticas. Relacionamento com o Cliente - A busca permanente pela satisfação dos clientes do transporte metropolitano por ônibus envolve a manutenção de diversos canais e programas na EMTU/SP voltados para esclarecimentos, orientação, registros de reclamações e sugestões dos clientes. Site - É um canal de comunicação em constante aprimoramento para disponibilizar aos clientes informações, para facilitar os deslocamentos na rede de transporte metropolitano, por meio da consulta de itinerários das linhas de ônibus e suas integrações com o sistema metroferroviário. Somam-se até o momento cerca de 2,3 milhões de acessos. Em relação ao aplicativo oficial da EMTU, já foram realizados cerca de 1,3 milhão de downloads, sendo 350 mil apenas neste ano. Ouvidoria - Permite um eficiente fluxo de informações entre a instituição e os clientes por meio do site www.emtu.sp.gov.br. De janeiro a novembro, foram realizados 137.837 atendimentos. Central de Atendimento ao Cliente - Possibilita acesso às informações sobre a operação das linhas de ônibus, empresas, opções de itinerários para o destino desejado, além de registrar sugestões e reclamações por meio de ligação telefônica gratuita 0800 724 0555 internet, fax, cartas e pessoalmente. Redes Sociais - As redes sociais como Facebook, Twitter, YouTube Flickr são importantes para estreitar o relacionamento com os passageiros do transporte metropolitano. Com essas ferramentas a empresa esclarece dúvidas e divulga ações. Campanhas de divulgação - A empresa comunica mudanças de horários, novas linhas, itinerários, integrações e melhorias gerais no sistema, por meio de folhetos, cartazes, internet e divulgação à imprensa. Relação com as Comunidades – Trabalho de comunicação especial com as comunidades envolvidas nos projetos e obras dos corredores Biléo Soares - RMC e Itapevi - SP - RMSP, ressaltando os impactos das intervenções nas comunidades. Inclui ações envolveram como entrevistas, levantamento socioeconômico, orientação geral à população, principalmente àquela envolvida em desapropriações. Renovação da Frota e Acessibilidade - Em todas as regiões metropolitanas, com a exceção de Sorocaba, houve o aumento da frota acessível às pessoas com deficiência, conforme determina o Decreto Federal nº 5.296/2004.

Sistema Regular

Região	Idade Média da frota (set)	Veículos com acessibilidade (set)	Total da Frota (set)
	Regular	Regular	Regular
RMSP	6,90	3.933	4.567
RMBS	4,24	497	523
RMC	6,55	381	465
RMVPLN	5,91	162	382
RMS	8,87	100	181
Total	6,65	5.073	6.118

Inspecção da Frota, Fiscalização e Blitz e Apreensão - Nas cinco regiões metropolitanas, de janeiro até setembro, foram inspecionados 36.349 veículos dos dois sistemas - Regular e Fretamento, sendo 17.782 na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, 2.296 na Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS, 9.692 na Região Metropolitana de Campinas - RMC, 8.811 na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVPLN e 2.768 na Região Metropolitana de Sorocaba - RMS. Em relação à fiscalização do serviço regular, no período de janeiro a setembro, foram realizadas 31.961 fiscalizações, sendo 20.742 realizadas em campo e outras 11.219 fiscalizações eletrônicas. Nesse período também foram realizadas 12.966 abordagens nas blitz realizadas, resultando em 795 apreensões de veículos. Todas essas e outras ações resultaram na emissão de 25.841 multas em todos os sistemas nas cinco regiões metropolitanas. O programa "Conscientizar" avalia a cor da fumaça preta liberada pelo escapamento dos ônibus metropolitanos e tem por objetivo controlar a emissão de poluentes. A inspeção é realizada pelos técnicos da EMTU/SP treinados pela equipe da CETESB. Durante os oito primeiros meses foram inspecionados 8.678 ônibus do sistema metropolitano, obtendo uma aprovação média de 77% realizadas.

Região Metropolitana	Veículos inspecionados	% de aprovação
RMSP	5.372	71%
RMBS	835	97%
RMC	1.631	86%
RMVPLN	589	72%
RMS	251	84%
Total	8.678	77%

Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ - A centenária Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ é hoje um complexo que reúne a operação de variados equipamentos voltados ao turismo como: serviços ferroviários, parques, teleférico, pedalinho e centro de memória ferroviária. As principais ações, projetos e programas desenvolvidos para fortalecimento e modernização da Estrada de Ferro Campos do Jordão foram: Investimentos - A Estrada de Ferro Campos do Jordão investiu na aquisição de equipamentos de informática e para via permanente e oficinas. Essas aquisições otimizaram e solucionaram problemas técnicos que ocorriam em alguns setores. Foram compradas oito impressoras térmicas para as bilheterias de Campos do Jordão e Pindamonhangaba, além de duas impressoras multifuncionais para área administrativa. Os equipamentos adquiridos para a via permanente e oficinas foram roçadeira, talha elétrica com capacidade para duas toneladas e serra elétrica para mármore. Frota - Foram realizadas manutenções preventivas e confecção de peças para a garantia do funcionamento dos materiais rodantes, sendo automotrizes A3, AL1, A5, AL, V1, a gôndola e vagoneta G2 e classe CP5. Executou-se a manutenção preventiva da automotriz A5, compreendendo a revisão no sistema de freios. As ações executadas contemplaram a remoção do truck sob a automotriz, desmontagem da timonaria do freio do truck, embuchamento e reparos e por fim, efetuados os teste elétricos e elaborado o relatório descritivo detalhado das ações realizadas. Na automotriz A3 foram feitas troca de motor, revisão de componentes do motor como troca de escovas, troca da telha do rodeiro do truck e manutenção do arco coletor. Revisão dos truques com troca de sapatas e coletor de energia do pantógrafo e troca dos garfos do mancal. Manutenção nos compressores com troca do compressor e da bobina com a base do pressostato. Além dessas ações, foram realizados pequenos reparos na iluminação interna da automotriz com a troca de lâmpadas; e na cabine, como troca de fusível, botoneiras e parabrisa. Os freios também passaram por revisão e manutenção com regulagem e correção de vazamentos. Também foram executadas manutenções no motor do AL1, bem como, colocação de terminal de compressão no cabo ME01 do motor 3 truck 2. Na automotriz AL, foi realizada a desmontagem do truck, troca de motor e reparo na mola de engate da cabine. Na gôndola G2, foi garantida a revisão minuciosa do carro a fim de garantir a prestação de suporte para a manutenção da via permanente, incluído revisões nas vagonetas da gôndola. Outros veículos também passaram por manutenções preventivas como a classe CPE5 que teve o truck revisado com a troca de óleo no eixo e a V1 que passou por limpezas e trocas das caixas de engrenagem. As ações de manutenção e revisão dos carros tiveram o apoio do setor de usinagem com a confecção de peças exclusivas à particularidade da frota da EFCJ. Serviços Operacionais - A EFCJ atendeu, até outubro, 281.241 usuários, 61,38% a menos que no mesmo período de 2018, quando foram atendidos 458.230 usuários. Essa redução se deve na maior parte à inoperância dos trens de serra, à Concessão do Parque Capivari, que possui o Teleférico e do Pedalinho e à mudança na forma de contagem do público do Bonde Turístico em Campos do Jordão. Destacaram-se os seguintes itens: O Bonde Turístico transportou 100.654 passageiros Bonde Turístico Urbano transportou 17.625 passageiros; o Trem Turístico Piracuama transportou 2.880 usuários; o Trem de Subúrbio transportou 32.125 passageiros e O Centro de Memória em Campos do Jordão recebeu 20.725 visitantes; Volta da operação da Maria Fumaça em julho, fruto de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Taubaté, que cedeu uma locomotiva para operação pela EFCJ em Campos do Jordão. Entre julho e outubro, foram transportados 9.338 passageiros; continuidade dos trens temáticos em datas e períodos específicos. Faixa Ferroviária - recebeu durante o ano, um conjunto de ações, entre elas, atividades focadas na volta da operação do trecho de serra. Foi realizado um programa de substituição de trilhos, ajustado conforme a criticidade de cada local. O programa contemplou o transporte com entrega dos trilhos em pontos estratégicos de trabalho e a substituição dos mesmos no trecho de serra com a padronização das bitolas com base em levantamento quantitativo de barras de trilho TR25 a serem substituídas por TR32. Em continuidade a recuperação de trecho de serra, haverá a substituição de dormentação comprometida entre os km 28 e 36. Para tal, com o convênio firmado entre CPTM e EFCJ foi acordada a doação de dormentes por parte da primeira e com isso realizado processo e contratação de frete especializado para o transporte desse material. O transporte iniciou-se em dezembro, havendo um calendário de entregas a ser finalizado no início do próximo ano. Além das ações específicas para o trecho de serra foram realizados ainda serviços de manutenção da via permanente em toda a sua extensão, englobando os serviços de troca de 4.172 unidades de tirefond, 1043 unidades de dormentes e 7832m de trilhos. Com relação a rede aérea, após ocorrência de rompimento da rede aérea no Km 13 foi realizada nova instalação de 165m de catenária, 15m de cabo mensageiro e 18m de cabo prof, utilizando 80 pingentes e 11 isoladores. A equipe de linhas aéreas possui agenda de vistorias semanal onde percorrem os 47 km de via identificando e corrigindo pontos de avaria, com trocas de pingentes, isoladores e demais componentes da rede. Planejamento e Projetos - Foi realizado levantamento planimétrico de área no Km 35 e consequente abertura de processo de retificação de área e elaborado o projeto executivo com vistas a implantação de equipamento de reversão - triângulo de reversão com objetivo de ampliação da oferta de operação turística no trecho de serra. Foram desenvolvidos projetos para a exploração turística e comercial das estações Emílio Ribas Turismo e Histórica a fim de aumentar a geração de receita. Foi efetivada a contratação de empresa especializada em retirada e destinação de resíduos perigosos e inertes contemplando o plano de gestão de resíduos da EFCJ. Por fim, concluiu-se o Plano Diretor do Parque Reino das Águas Claras o que possibilitou o diagnóstico de ações necessárias à revitalização do Parque com a subsequente criação de plano para início das ações de recuperação do parque. Foram elaborados dois termos de referência, em fase de análise, junto à diretoria ferroviária no que concerne a exploração comercial para atividades de ecoturismo e prestação de serviços alimentícios. A aquisição de serviço especializado para restauro das esculturas ilustrativas da obra de Monteiro Lobato está em processo para contratação. Foi realizado, pelo terceiro ano consecutivo, o programa "Trilhos Pedagógicos: História e Cidadania", parceria com a Secretaria de Educação de Pindamonhangaba. No programa cultural, alunos do 5º ano do ensino fundamental e da Educação de Jovens e Adultos - EJA receberam informações sobre a história da EFCJ, a sua relação com o meio ambiente e a região do Vale do Paraíba, através de uma viagem nos trens centenários da ferrovia. Ao longo do ano foram realizadas 40 viagens, com mais de 1.700 alunos de 39 escolas municipais. As redes sociais on-line da Estrada de Ferro Campos do Jordão Facebook, Instagram, Twitter e Pinterest alcançaram mais de 2.000 seguidores neste ano. Os canais são uma importante ferramenta de comunicação e interação entre a ferrovia e seus usuários, colaboradores e entusiastas ferroviários de todo o mundo.

SECRETARIA DO TURISMO

Apresentação - Iniciamos nosso trabalho em janeiro e, apesar das dificuldades herdadas na pasta, estabelecemos um planejamento tendo como orientação o reposicionamento do turismo do estado de São Paulo e da própria Secretaria. Estabelecemos como núcleo central da estratégia três eixos de atuação: ação digital, conectividade aérea e articulação com os atores do turismo, conforme demonstrado na ilustração do Marco Lógico, primeiro instrumento de planejamento criado para esta gestão, ainda em dezembro de 2018.



Importante ressaltar o forte impacto do turismo na economia de São Paulo, representado por uma participação de aproximadamente 10% no PIB. Além disso, é marcante a existência de grande diversidade de oferta turística, desde turismo de negócios, cultural, de compras, sol e praia, ecoturismo e turismo de aventura, religioso, saúde e bem-estar, dentre outros. Ainda assim, o Estado não vem sendo devidamente percebido como destino turístico pelos brasileiros, estrangeiros e pelos próprios paulistas. Outra questão relevante é a existência de forte aplicação de recursos financeiros nas Estâncias e Municípios Turísticos - MITs, provenientes do Fundo de Melhoria dos Municípios - FUMTUR, na implementação de infraestrutura turística, sem a devida contrapartida de investimentos em promoção dos destinos turísticos do estado. Nesse contexto, como medidas iniciais, nos propusemos a implementar um processo de *branding*, que resultou no mote SP Pra Todos, buscando posicionar o destino turístico São Paulo. A ação mais evidente desta iniciativa foi a diminuição do imposto sobre combustível de aviação - de 25% para 12% - que teve como contrapartida quase que imediata a abertura de 700 novas frequências semanais, ampliando as ligações aéreas partir dos aeroporto paulistas para 23 estados e, como parte mas não menos importante, a implantação do *stopover* pelas três maiores empresas nacionais, incluindo Latam, além do início da adesão de empresas internacionais, nos nossos aeroportos mais movimentados do nosso Estado. A iniciativa foi coroada pelo Ministério do Turismo com a concessão do prêmio de "Melhor Ambiente de Negócios" para o Estado de São Paulo. Atendendo a um compromisso de campanha do Governador no sentido de gerar dados e informações de qualidade capazes de auxiliar empresários e gestores públicos na tomada de decisões, criamos o Centro de Inteligência da Economia do Turismo, que, em sua fase inicial já apresentou resultados sobre pesquisas realizadas nos maiores eventos indutores de desenvolvimento turístico do Estado, a exemplo da Fórmula 1 e da Festa do Peão de Barretos. O Centro entregará produtos de Inteligência segmentados para orientar o trade turístico. Ainda com o objetivo de melhoria do ambiente de negócios passamos a formular políticas em parceria com a Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo - FIA/USP que contribuirão para atrair novos empreendimentos que resultarão em mais empregos e oportunidades. Dentre estas iniciativas, destaca-se o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado de São Paulo, que reorientará o Mapa Turístico estadual a partir da ativação de oito Polos de Desenvolvimento Turístico capazes de atrair investimentos e turistas e irradiar regionalmente os benefícios do turismo. Para melhorar a segurança jurídica e delimitar áreas com condições de infraestrutura e governança mais competitiva para negócios turísticos, estamos desenvolvendo as bases para a criação dos primeiros Distritos Turísticos, um conceito inovador inspirado nas melhores práticas internacionais capaz de atrair e incentivar empreendimentos turísticos em determinados territórios, de forma que estes possam em breve ser incorporados a portfólios de promoção e atração de investimentos. Entendendo São Paulo como sede das principais empresas do setor de turismo no Brasil e, considerando a necessidade de estabelecer um centro de inovação e ensino *dual* do turismo, estamos construindo os fundamentos para implantação do primeiro *hub* latino-americano do gênero que abrigará todo o ecossistema de inovação catalisado pela dimensão econômica do setor. Vale registrar também a ampla parceria com a Desenvolve SP no sentido de levar aos empreendedores e aos municípios um programa de crédito com uma linha de financiamento inicial de R\$ 1 bilhão, especificamente destinado às atividades de turismo, envolvendo Banco do Brasil, Caixa e BNDES. Estamos também implementando, em parceria com a InvestSP, um programa internacional de captação de investidores em turismo, focado na elaboração de portfólios de investimento e ações de divulgação de oportunidades. É importante registrar a aplicação de recursos do FUMTUR em obras de infraestrutura turística alcançando a marca recorde de R\$ 342 milhões, distribuídos a 69 estâncias turísticas e 139 Municípios de Interesse Turístico - MITs.

Modelo Operacional - Visando melhorar a dinâmica de trabalho da Secretaria e facilitar a percepção da evolução dos principais projetos, formulou-se um modelo operacional estabelecido em três eixos estratégicos e doze núcleos operacionais, segundo os projetos "entregáveis". Os eixos estratégicos são: Gestão Interna: responsável por todo o funcionamento administrativo; Gestão Estratégica, Inteligência e Inovação: responsável pela produção de informações estratégicas, definição de estratégias de atuação, estímulo à processos inovadores e gestão do Plano de Turismo; Comunicação e Marketing: responsável pela condução do relacionamento com a imprensa, definição da estratégia de marketing e comunicação institucional da secretaria. O modelo operacional é demonstrado na ilustração abaixo:



Os núcleos, indicados pelos círculos numerados, representam os principais projetos, tendo os seus eixos se reportando diretamente ao Gabinete: Distritos Turísticos; Politurismo; Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo Rural; Crédito, Captação de Investimentos e Financiamento Internacional; SP Internacional; Infraestrutura Turística- DADETUR; Requalificação do Centro da Cidade de São Paulo; Conectividade; Turismo de Negócios; Feiras e Eventos; Rotas Turísticas; Relacionamento com Municípios. O monitoramento das ações dos 12 núcleos cabe ao secretário, ao secretário Executivo e ao chefe de Gabinete. Importante ressaltar que a estratégia territorial de atuação é focada nos oito polos de desenvolvimento regional: São Paulo Capital; Campinas e Região; Baixada Santista; Vale do Paraíba e Litoral Norte; Sertanejo; Central; Vale do Ribeira e Alto Paranapanema e Rios Grande, Paranã e Tietê.

Polos de Desenvolvimento Turístico - A Secretaria identificou oito Polos de Desenvolvimento do Turismo que representam 233 dentre o universo de 645 municípios paulistas. A proposição dos Polos prioritários deu-se com base nas seguintes premissas: O Conselho Estadual de Turismo - CONTURESP criou um grupo técnico de trabalho com representantes de diversos órgãos para definir quatro áreas com forte poder de atração de fluxo turístico e possível polo irradiador para o entorno. Os locais apontados foram: Olímpia - devido ao grande fluxo dos parques temais existentes; Brotas - destino consolidado e referência nas atividades de Turismo de Aventura; Campos do Jordão - tradicional destino de inverno situado na Serra da Mantiqueira que agrega boa gastronomia, paisagem serrana, oferta de hospedagem e um festival de música clássica reconhecido internacionalmente; Polo Serra Azul - Itupeva/Vinhedo - local que concentra vários empreendimentos - parque temático e aquático, *outlet*, shopping e hospedagem - atraindo grande fluxo de turistas. Mapa do Turismo

Brasileiro - No Estado, 354 municípios atenderam aos critérios do Ministério do Turismo para compor o mapa do turismo brasileiro; Os municípios estão agregados em 49 regiões turísticas por todo o estado. 50 Municípios com mais estabelecimentos de turismo registrados a partir da RAIS 2017. As categorias inseridas no levantamento foram: Hotéis e Similares, Outros Tipos de Alojamento não Especificados, Agências de Viagens, Operadores Turísticos, Serviços de Reservas e Outros Serviços de Turismo não Especificados. Municípios Turísticos - Estâncias e Municípios de Interesse Turístico - MITs. Foram considerados os 70 municípios intitulados Estâncias Turísticas, criadas por lei no Estado de São Paulo desde a década de 1940, e 140 Municípios de Interesse Turístico criados a partir da Lei 1261/2015. A justaposição destes critérios gerou a concentração em 6 áreas principais no Estado de São Paulo, a saber: São Paulo - Capital - principal destino de turismo de negócios do Brasil e sede de grandes eventos; Campinas e região - importante centro econômico e um dos grandes destinos de negócios do Brasil, na região temos o Polo Serra Azul, o Circuito das Frutas - importante área de turismo rural e o Circuito das Águas - tradicional destino turístico de São Paulo; Baixada Santista - tradicional destino balneário paulista, com muitas praias urbanizadas e estrutura de hospedagem e alimentação, possui importantes edificações históricas ligadas ao início da colonização -fortes, ruínas, igrejas e do período cafeeiro, em especial em Santos que é o principal porto de saída de cruzeiros marítimos; Vale do Paraíba e Litoral Norte - região que agrega alguns dos principais ícones de fluxo turístico como: Campos do Jordão e arredores da Serra da Mantiqueira; Aparecida e a Basílica de Nossa Senhora com seu impressionante fluxo religioso, agregado a Guaratinguetá - Frei Galvão e Cachoeira Paulista - complexo Canção Nova. Os quatro municípios que compõem o Litoral Norte apresentam muitas praias com beleza cênica e balneabilidade, opções de mergulho e turismo náutico. O Turismo Cultural é destaque pelo patrimônio histórico preservado, em especial do período do café no Vale Histórico; no artesanato - cerâmica de Cunha; nos eventos - Carnaval de São Luís do Paraitinga e na gastronomia caipira presente em várias propriedades, em especial nas rurais; Sertanejo - neste polo temos os parques temais de Olímpia, além de Barretos e sua Festa de Peão mundialmente conhecida, complementados por praias fluviais e turismo rural; Central - tendo como referência a cidade de Brotas, este polo caracteriza-se pelas atividades de aventura e ecoturismo dos limitrofes a esta cidade bem como da região turística do Polo Cuesta. Outro destaque o passeio náutico de Barra Bonita e atividades de negócios e compras em Bauru e Jaú. Além disso também foram definidos dois outros polos em áreas consideradas estratégicas, ainda que não aderentes aos critérios anteriores para fins de política pública: Vale do Ribeira e Alto Paranapanema - apresenta uma riqueza ambiental e de beleza cênica ímpar, considerada Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO em seus parques e cavernas tanto no interior da região como na área litorânea. Um patrimônio histórico importante em cidades como Iguape, Cananéia e Iporanga, comunidades tradicionais quilombolas e caiçara, artesanato e gastronomia típica - em especial da banana, pupunha, ostras e chá; Rios Grande, Paraná e Tietê - a região oeste do estado sempre foi uma área de pouco investimento e conhecimento do turismo. A área definida compreende as regiões lindeiras aos rios Grande, Paraná e Tietê, que com suas águas represadas apresentam espelhos d'água propícios as atividades náuticas, pesca e praias fluviais.



Os oito polos representam 53 Estâncias e 85 Municípios de Interesse Turístico – MIT's ou seja mais de 60% dos municípios que recebem verba do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos - DADETUR.

Programa São Paulo Pra Todos - É um catalisador de ações, em várias frentes, com o objetivo de fortalecer a integração e conexão internacional e nacional de São Paulo, trazendo a projeção de imagem de um estado de São Paulo global, competitivo e com diversidade. O Programa está presente nas várias ações desenvolvidas pela Secretaria, sejam voltadas para ativação econômica quanto para a melhoria de ambiente de negócios, e principalmente, promoção. Campanha SP Pra Todos - O Estado de São Paulo tem a maior rede de ofertas no setor turístico. Os maiores aeroportos, a maior oferta em conectividade, a maior rede de hotéis do Brasil e as melhores estradas. Para levar este conhecimento e incentivar o turismo no estado, a Secretaria criou uma marca e lançou uma campanha publicitária em todo o país. Uma identidade fortalece o senso de comunidade, criando um alinhamento nas mensagens criadas para os visitantes. Lançada em 23 de junho contemplou veiculação de comerciais em tv aberta e fechada, cinemas, anúncios em revistas de interesse geral e do segmento de turismo e painéis de aeroportos, além de portais e redes sociais. Foram contemplados os veículos do trade turístico, meios especializados e outros veículos de interesse geral. A campanha consagra o turismo como fator de desenvolvimento econômico e gerador de empregos. Valoriza a cultura e as características regionais, mostrando os diferenciais do Estado e atrativos para todos os tipos de turistas, deixando claro que todos são bem recebidos.



internas e mídia. O destaque foi a campanha promovida pela Fundação 25 de Janeiro, que veiculou os filmes por meio de um projeto multiplataforma da CNN - alcançando potenciais viajantes em 120 países. Além da divulgação dos comerciais fizeram parte do projeto três editoriais, "SP Economy", "5 Reason to Love SP" e "ON: São Paulo" - com 30 minutos de duração, além de outros artigos nos canais digitais. A CNN é a rede preferida dos viajantes e está presente em quase 477 milhões de lares e quartos de hotéis em todo o mundo.



Eixos e Núcleos - Eixo Gestão Estratégica, Inteligência e Inovação - Responsável pela organização e monitoramento da execução da estratégia da Secretaria, assim como a melhoria de fluxos, processos e gestão do conhecimento e informações: Organização e monitoramento da estratégia de atuação; melhoria e implementação de ferramentas de inovação nos fluxos e processos da secretaria; Produção de informações capazes de orientar a tomada de decisão de gestores, no âmbito do Centro de Inteligência da Economia do Turismo; monitoramento do Modelo Operacional da SETUR/SP; gestão do relacionamento técnico dos projetos desenvolvidos com a Fundação Instituto de Administração da USP – FIA/USP e com a INVESTE São Paulo. Centro de Inteligência da Economia do Turismo – CIET - centro de estudos e pesquisas, tem por principal objetivo monitorar, verificar, medir e analisar dados relevantes ao mercado, potencializando a gestão dos destinos paulistas em consonância com as estratégias de governo. Além disso, iniciou um trabalho de sistematização de dados primários e secundários da oferta e demanda, possibilitando estudos iniciais de tendências e oportunidades. A visão a partir da estruturação, é ser um dos principais núcleos de inteligência em turismo do Brasil e uma referência internacional, atendendo a demandas do mercado e do poder público para a tomada de decisões. As principais entregas são os produtos de inteligência periódicos para o mercado turístico, o Governo do Estado, instituições de ensino e potenciais investidores do segmento interessados em empreender na região. Trabalhos realizados: identificação de 39 fontes de dados e informações para estruturação do sistema de inteligência; pesquisa de perfil de público na Festa do Peão em Barretos; pesquisa com apoio local na Expoflora/Holambra Sondagem sobre faturamento das empresas de turismo na ABAV Expo 2019; pesquisa de perfil de turistas em Aparecida; Estudo sobre turismo náutico na cidade de Mira Estrela; levantamento de dados setoriais para elaboração de análises conjunturais; Montagem de painel de indicadores com os principais dados públicos do turismo; elaboração de edital para contratação de pesquisas de campo para 2020; elaboração de balanço dos principais indicadores de turismo para o Estado de São Paulo: Desempenho do PIB do turismo, arrecadação de ICMS, geração de empregos, faturamento das empresas de turismo, volume de serviços em turismo, movimento nos aeroportos do estado e passageiros nos terminais rodoviários da capital. O eixo também será o responsável pelo acompanhamento da execução do Plano de Desenvolvimento Turístico que será realizado com o apoio da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo. Eixo Comunicação e Marketing - A estrutura do Eixo de Comunicação está dividida basicamente em três áreas de

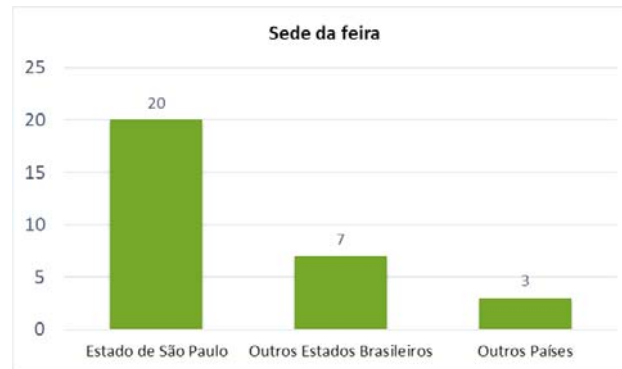
Ações com a Iniciativa Privada - Em 15 de novembro publicou um edital potencializar e fortalecer os esforços de promoção, provocando o engajamento de organizações privadas - empresas ou entidades de classe - que tenham este mesmo objetivo de estímulo ao turismo e todos os seus segmentos. As peças principais da campanha foram disponibilizadas para divulgação e veiculação, com os custos correndo por conta de cada ente ou empresa interessada. Algumas entidades, como ADVB, ABIH, Abear, AMITUR, SKAL e Fundação 25 de Janeiro, responderam a este edital e multiplicaram a campanha em meios de comunicação, próprios ou não, como redes sociais, redes

atuação: “Relacionamento com a Imprensa”, “Publicidade e Marketing” e “Marketing Digital”. Outras atividades de apoio às demais áreas da Secretaria são executadas de acordo com a demanda - textos promocionais, apoio em eventos ou folheteria, por exemplo. Nas três grandes divisões foi iniciado um trabalho de construção e percepção da imagem da Secretaria - o que no mercado é conhecido como *brand awareness*. Para o “Relacionamento com a Imprensa”, fundamental por ampliar o alcance das nossas mensagens, o foco principal é geração de conteúdo a partir de dados econômicos e o impacto social do turismo, seja na geração de emprego e renda, seja na ativação econômica. Os resultados foram positivos, tendo a Secretaria ocupado espaços de destaque em grandes veículos e já sendo identificada como referência para os assuntos do setor. Em “Publicidade e Marketing” o Turismo do Estado viveu uma experiência inédita, com duas fases de uma grande campanha, baseadas no conceito São Paulo Pra Todos. A primeira sustentou o lançamento da marca. A segunda, já em novembro, por meio de parcerias com diversas entidades do setor privado, teve início com uma vigorosa ação nos mercados nacional e internacional, sendo o grande destaque a veiculação massiva no canal CNN - totalmente paga pela iniciativa privada. A estratégia de “Marketing Digital” passou a ser redesenhada no último trimestre do ano. O objetivo principal, baseado em planejamento de produção e veiculação de conteúdo, é criar um ambiente inspiracional – *web, social media e mobile* – que traduza a oferta turística do Estado e, por fim, entregue uma boa experiência de compra - sendo esta fase já realizada pela iniciativa privada. Eixo Gestão Interna - As principais ações para estruturação da gestão interna foram desenvolvidas visando o bom funcionamento diário. Destacam-se além dos processos rotineiros, a viabilização da mudança de sede para o centro da cidade; negociações de preços de contrato; viagens da equipe; elaboração e renovação de contratos; licitações de toda ordem, compras; adesões, aquisição de serviços e termos de referências e realização de palestras, pelo Núcleo de Recursos Humanos, em diversas áreas do conhecimento. Além disso, contratos e enquadramento de despesas para viabilizar a participação do estado em feiras turísticas nacionais, internacionais e de interesse para a pasta. Núcleos - Distritos Turísticos - A regulamentação de Distritos Turísticos no Estado possibilita a atração de investimentos em melhores condições econômicas, de governança, operacionais e estratégicas em áreas geograficamente limitadas, vocacionadas ao turismo. Possibilita governança público-privada ampliada sobre áreas específicas de desenvolvimento turístico, trazendo maior atratividade e segurança jurídica para os empreendimentos turísticos em São Paulo. Perspectiva 2020 - Articulação e reforço da proposta com a interlocução de Prefeitos, o “trade” turístico e parlamentares primeiro trimestre; Tramitação e aprovação do Projeto de Lei dos Distritos Turísticos até março de 2020; Implementação do Decreto de regulamentação e apoio à instalação e operação dos primeiros Distritos Turísticos - entre fevereiro e maio; Politurismo - O Ecossistema do Turismo - Surgiu a partir da combinação de diversas transformações e tendências que vem impactando no turismo nos âmbitos global e nacional, trazendo importantes experiências inovadoras para os turistas. Um projeto estratégico é trazer o turismo paulista mais próximo dessas tendências e transformações. Tem também o objetivo pensar e ajudar a desenvolver o futuro do turismo. Busca-se aliar inovação, educação, tecnologia e empreendedorismo, tudo isso no mesmo lugar, atuando em rede e de maneira articulada com todos os principais players do setor, dando o suporte de inteligência para o seu desenvolvimento, bem como fornecendo e treinando profissionais qualificados para responder às principais demandas do mercado. O espaço torna-se em um verdadeiro modelo de Hub moderno de turismo para o Estado de São Paulo e para o Brasil. Este modelo surgiu a partir de algumas experiências e tendências mundiais no turismo. Como a experiência espanhola da “Sociedad Mercantil Estatal para la Gestión de la Innovación y las Tecnologías Turísticas, SEGITTUR, o Centro de Inovação do Turismo de Portugal - NEST, a escola italiana Polimoda, o Ágora Tech Park no Brasil, o Sapiens Parque S.A. no Brasil, dentre outros projetos voltados para a criação de valor para o turismo através do foco na educação, inovação e empreendedorismo, envolvendo atores públicos e privados. Foi dado início à construção do Plano de Negócios do projeto, que servirá como base para o início das apresentações e prospecções de atores, do setor privado e social, que serão peças-chaves para a construção do projeto. Estes atores já estão sendo mapeados e as agendas já estão sendo construídas, para que o projeto possa avançar, a partir de uma forte parceria com o setor privado e social, a passos largos. Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo Rural - O Núcleo Ecoturismo e Aventura é o núcleo responsável por atender as demandas e implementar as iniciativas relacionadas aos segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura do Estado, os quais estão entre os prioritários na agenda estratégica da SETUR SP. Tem como objetivo tornar São Paulo um dos principais destinos do país para os turistas que buscam atividades de Ecoturismo e Turismo de Aventura, organizando e promovendo seus destinos de natureza, priorizando a qualidade, segurança e excelência dos serviços ofertados. Nos segmentos de Ecoturismo e Aventura 65% das divisas - gastos dos turistas ficam no destino e são gerados 2,6 empregos a cada US\$ 100.000 despendidos. No Brasil, eles juntos geram cerca de 43 mil empregos e R\$ 1,5 bilhão ao PIB. Também, mais de cinco milhões de pessoas viajam motivadas por turismo de aventura, sendo que 20% visitam o Estado de São Paulo, ou seja, 1 milhão de pessoas - dados do Ministério do Turismo e da Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA. Metas: Ampliar de 1 milhão para 3 milhões o número de turistas em 3 anos; Tornar o Estado de São Paulo um dos 3 principais destinos de Ecoturismo e Turismo de Aventura do país para o turista estrangeiro. Programa SP ECOAVENTURA - O programa terá como objetivos: Estruturação: Desenvolvimento do Programa Estadual de Qualificação e Certificação; Direcionamento de recursos do FUMTUR; Atração de investimentos privados; Portfólio; Missões empresariais; Linhas de crédito para pequenos e médios empreendedores e Programa de concessão de parques estaduais - Apoio com Modelagem de Negócio para o Turismo - Cooperação Técnica com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Promoção a Apoio à Comercialização – Realização de *famtours e press trips* nacionais e internacionais; Realização de ações de apoio à comercialização; Inserção dos produtos e destinos de São Paulo nos catálogos dos principais eventos do segmento; Criação de estratégia digital de promoção e apoio à comercialização inspiracional e *marketplace*; Atração de programas de televisão especializados: CNN, National Geographic, Canal Off, etc. O programa está em fase de validação de orçamento e apresentação à potenciais parceiros, com previsão de início em março/abril de 2020. Programa Vale do Futuro: Destino Turístico do Mundo - Em 17 de outubro o Governo lançou o Programa Vale do Futuro, uma iniciativa intersecretarial para o desenvolvimento econômico e social do Vale do Ribeira, região que hoje apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Estado. O turismo é uma grande oportunidade de desenvolvimento econômico e social da região, que apresenta potencial pouco explorado, restrito atualmente à alguns produtos turísticos. O Vale do Ribeira tem um grande número de Parques Naturais, concentrando em seu território um dos mais importantes remanescentes de Mata Atlântica do País. Alguns desses parques são famosos e com fluxo turístico consolidado, como a Caverna do Diabo e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR,

onde está localizada grande parte das mais de 400 cavidades naturais subterrâneas - cavernas da província espeleológica do Vale do Ribeira. As Unidades de Conservação do Vale do Ribeira foram declaradas Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO - Atlantic Forest South-East Reserves, tornando-se uma grande oportunidade para o fomento de atividades de ecoturismo, turismo de aventura, turismo pedagógico e observação de aves e fauna endêmicas do bioma Mata Atlântica. A Secretaria tem entre suas competências promover o turismo como atividade econômica de forma estratégica, contribuindo para a geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o Estado. Assim, acredita que o Vale do Ribeira pode vir a ser um importante destino turístico internacional, em especial aos adeptos do Ecoturismo e Turismo de Aventura. Dessa forma esta prospectou, junto a organismos de turismo internacionais, um programa que reunisse um grupo de ações de promoção de destinos de turismo de aventura e ecoturismo. Neste processo teve conhecimento do programa *AdventureWeek* executado pela *Adventure Travel Trade Association – ATTA*, que visa colocar o destino em destaque no mapa do turismo de aventura mundial com ações como: Mostrar o melhor dos produtos de turismo de aventura para compradores e imprensa internacional selecionados; Realizar campanha de comunicação e promoção do destino para o mercado global; Gerar negócios entre compradores internacionais e fornecedores locais; Produzir imagens, vídeos e conteúdos e trabalhar o posicionamento do destino junto à imprensa especializada. O programa está previsto para ser realizado no decorrer do ano de 2020, com a realização da principal ação em novembro, quando o destino receberá um grupo de operadores e profissionais de mídia de países com potencial de comercializar o Vale do Ribeira como um novo destino mundial de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Em dezembro, como primeira ação da Secretaria de Turismo na região, foi realizada uma visita técnica, com o objetivo de conhecer a potencialidade turística, com foco no Ecoturismo e Aventura, e apresentar o trabalho da SETUR aos principais atores do turismo local, promovendo a integração as lideranças da pasta e estabelecendo um marco inicial da atuação no território - primeira Secretaria a realizar uma visita de seus líderes in loco no destino, no âmbito do Programa Vale do Futuro. Crédito, Captação de Investimentos e Financiamento Internacional - O programa visa a ampliação dos investimentos no Setor Turismo do Estado de São Paulo, fortalecendo o papel articulador da Secretaria de Turismo, no apoio ao crédito e na captação de investimentos. Além do apoio ao setor público e privado do turismo, no acesso a recursos de financiamentos e investimentos nacionais e internacionais, visando a execução de projetos de estruturação do turismo e matrizes de investimentos turísticos. Os parceiros do programa são: InvestSP, Desenvolve SP, Banco do Brasil, Caixa, BNDES, SEBRAE SP, bancos de desenvolvimento internacionais, bancos privados e Fundos de Investimentos. Já as fontes de recursos são financiamentos dos bancos parceiros - nacionais ou internacionais, Fundos de Investimentos ou Grupos de Investidores, Contrapartida do governo do estado e dos municípios, Recursos da Secretaria de Turismo do estado, por meio de instrumentos de transferências voluntárias - Estâncias Turísticas e Municípios de Interesse Turístico. Em setembro deste ano houve o lançamento do Programa de Crédito Turístico, em parceria com a Desenvolve SP, Banco do Brasil, Caixa e BNDES, disponibilizando uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão. Além disso, o desenvolvimento e lançamento do site: www.creditoturistico.com.br, com formulário *on-line*, para o cadastramento inicial de proposta de crédito. Foram realizados eventos de crédito direcionados ao setor privado do turismo, em parceria com a Desenvolve SP, o 1º Seminário de Crédito Turístico, no Vale do Paraíba, para as prefeituras e o trade turístico e o alinhamento inicial com os bancos de desenvolvimento internacionais BID, CAF, NDB e First Abu Dhabi Bank. Dentre as ações para atração de investidores, houve a busca por solução de plataforma web on-line, para disponibilizar portfólios de oportunidades de investimentos, nas regiões turísticas. Como resultados alcançados, destaca-se o cadastramento de projetos, para acesso a recursos de financiamentos, pelo setor privado, na ordem de R\$ 100 milhões, para realização de empreendimentos diversos, como, hotelaria, parques temáticos e aquáticos, aquário, transportes, agências de turismo. Também o apoio ao setor público, na estruturação de projetos, captação de investidores e cadastramento de cartas-consultas, buscando implementar ações de infraestrutura básica, viária e turística, totalizando mais de R\$ 500 milhões em projetos apoiados. Visando as ações para 2020, busca-se: formalizar os primeiros contratos de financiamentos do Programa de Crédito Turístico; realização de 10 Seminários de Crédito Turístico, nas regiões turísticas do estado; realização de workshops e crédito orientado para os municípios com potencial turístico consolidado ou com potencial para desenvolvimento; definição da plataforma web a ser utilizada, para cadastramento de áreas e edificações para implementação de empreendimentos e equipamentos turísticos; elaboração do portfólio de investimentos, para os empresários e investidores do turismo, nas regiões turísticas; fechamento de parcerias com os bancos de desenvolvimento internacionais, para financiar projetos de turismo e possibilitar a captação de investimentos para o estado de São Paulo. SP Internacional - Em 2018, o Brasil recebeu 6,6 milhões de turistas internacionais e São Paulo, maior portão de entrada aéreo do Brasil, contou com 2,2 milhões desse total, representando 34% do total de chegadas ao país. A internacionalização do turismo no Estado torna-se um diferencial pois qualifica a demanda, já que o turista estrangeiro possui, de forma geral, um gasto médio maior do que o do brasileiro. A Secretaria tem atuado internacionalmente em mercados estratégicos, focando na qualificação da oferta e da demanda. Entender hábitos de consumo dos mercados emissores, gasto médio, aderência com os produtos ofertados, conectividade, share de mercado com relação a destinos concorrentes e a situação econômica do Brasil e dos mercados estratégicos é essencial para adotar esse planejamento. Essas características não se esgotam, e entender questões como a relação diplomática e histórica entre os países torna-se essencial para um trabalho ainda mais estratégico e efetivo. Com as definições estratégicas por mercado, entender o hábito de consumo do público e aliar com as características da demanda torna-se essencial para um trabalho de promoção, que deve focar no turismo como negócio gerador de emprego e renda, valorizando a imagem do Estado de São Paulo. A internacionalização, integrada com um trabalho de estruturação e qualificação, apresentará resultados efetivos em termos de consideração do destino. Para que haja conversão em fluxo turístico efetivamente, é preciso aliar demais parceiros que possuem a ponta de comercialização e alimentar o ecossistema integrado. Como parte das iniciativas já desenvolvidas pela SETUR no decorrer do ano, vale destacar: Campanha na CNN *International* veiculada em mais de 120 países. Viagens de familiarização com operadores internacionais: foram executadas com o trade do Canadá e do Peru, que estiveram em São Paulo conhecendo o potencial turístico para formatarem pacotes e colocarem o produto no portfólio de vendas. A ação foi conjugada com o lançamento de novos voos para São Paulo. Press trip em parceria com aéreas durante o evento SP Gastronomia. Veículos: La Presse, France 24, Revista 5W, Ser, AJ, ABC Espanha, The New York Times, Bread Wine and Chocolate, The Wall Street Journal, The Guardian, The Washington Post, The Sun, Almanaque de la Cocina Nacional e Guía México Gastronómico. Os países contemplados foram Canadá, Egito, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra e México. Lançamento do stopover

internacional com a Air Canada, possibilitando aos viajantes com conexão em São Paulo ficarem no Estado por até 5 dias sem custos extras. Participação em feiras internacionais de turismo, onde foram realizadas ações de capacitação sobre São Paulo enquanto destino turístico, relacionamento com o trade local, imprensa e público final. Principais eventos com a participação da Secretaria de Turismo. Infraestrutura Turística - O Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos – DADETUR aporta recursos em infraestrutura turística, seguindo a legislação estadual que estabelece 70 Estâncias Turísticas e 140 Municípios de Interesse Turístico – MIT. 69 das estâncias e 139 dos MITs receberam recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos – FUMTUR, em um total de execução orçamentária recorde de R\$ 342 milhões, sendo R\$ 189 milhões repassados para obras em andamento e R\$ 153 milhões para novos convênios. Foram assinados esse ano 415 convênios, sendo 146 em setembro e os demais 269, no dia 18 de dezembro. Com o objetivo orientar os municípios na apresentação de propostas de obras e serviços de engenharia para formalização de convênios, gestão e acompanhamento dos serviços executados, bem como orientar a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Turismo/DADETUR foi revisado o Manual de Convênios, informando com maior clareza os trâmites. Requalificação do Centro da Cidade de São Paulo - O objetivo é contribuir para a aceleração do processo de reposicionamento e melhoria de atributos e percepção da Região Central da capital paulista para o turismo nacional e internacional. Sugerir, formular e articular novos mecanismos de incentivo no âmbito do Estado para a indução ao processo de regeneração urbana, melhorando condições de entorno e somando-se a outros esforços públicos e privados. Ações em Desenvolvimento - Propor ação coordenada e complementar na área central de São Paulo, com focos específicos: Posicionamento do Estado no contexto de indução à recuperação da região central; identificar áreas disponíveis - prédios - e possíveis articulações para futuras sedes de empresas na região, incluindo prédios do Estado de São Paulo; apoiar institucionalmente projetos que venham a promover a atividade e ocupação da região; criar programa de incentivo de concentração de polo administrativo do Estado na Região Central; estudar possível criação de Sociedade de Propósito Específico – SPE para gestão de ativos públicos na Região Central de São Paulo. Estudar implantação de um Distrito Turístico na região, possivelmente nas regiões da República e Sé. Ações desenvolvidas: Análise das possibilidades de parcerias e aproveitamento com os prédios do Estado na região central de São Paulo; estudo do histórico de estratégias para reativação da região central e contextualização das ações do Município; visitas técnicas na Região Central de São Paulo; análise prévia de encaixe da Região Central como possível região preferencial em estratégias de melhoria de ambiente de negócios como Distritos Turísticos e Incentivos (benefícios) fiscais para rede hoteleira e indústria do turismo; estudo de estratégia de implementação - regulamentação e governança; Perspectiva 2020 - Articulação institucional com município e demais atores; Dimensionamento da indústria do turismo na região central - hotéis, restaurantes e sua dinâmica - análise dos novos investimentos, especialmente em hotelaria; posicionamento e divulgação de estratégia com iniciativas de indução e promoção da ocupação econômica de parte da região central - República e Sé; inserção da região central de São Paulo no portfólio de possíveis investimentos âncora em turismo; inserção específica do centro de São Paulo na estratégia de promoção. Conectividade e Programa Stopover - As ações promovidas pela Secretaria de Turismo têm como premissa a mitigação de gargalos e desenvolvimento de uma rede de transportes multimodal e integrada. Visa atender as necessidades de deslocamento entre os pontos de origem e destino, por meio dos modais de transportes - aéreo, aquaviário, ferroviário e rodoviário. A Setur-SP atua como indutora de desenvolvimento econômico e social e de qualificação e crescimento do fluxo de turistas para os atrativos do Estado. O ICMS sobre querosene de aviação - QAV foi reduzido de 25% para 12%, tendo como meta a ampliação da oferta de 490 frequências. Até dezembro, contudo, já estavam em operação mais de 700 frequências, 45% mais que a meta. As companhias aéreas beneficiadas foram Aéreas Azul, Gol, Passaredo e Latam. Houve também o incremento de 25 novos internacionais, são eles: Munique - Lufthansa, Montreal - Air Canada, Lima - Gol, Ilhas Maldivas - Latam, aumento três frequências para Roma - Alitalia e aumento de sete frequências para Miami - American Airlines. O interior do Estado foi contemplado por meio do aumento das frequências ou o início da operação em vários aeroportos. Até meados de 2020 são esperados voos regulares em pelo menos 13 deles. O programa de stopover teve lançamentos - nacional com as áreas Gol - agosto, Azul outubro e Latam - dezembro e internacional com Air Canada e também a Latam - dezembro. Para promover o programa e explicar para empresários e agentes público sobre a oportunidade foram organizados “Seminários de Desenvolvimento do Turismo regional - Programa Stopover” em Campinas e sua região metropolitana e em Guarulhos abrangendo a área do CONDEMAT - Consórcio de Desenvolvimento do Municípios do Alto Tietê e do Circuito Entre Serras e Águas. O Plano das ações futuras inclui: - Stopover: lançamento nacional com a Passaredo, e Internacional com as demais companhias aéreas estrangeiras que operam ao Brasil; Conectividade: apoio e interlocução para término das obras e início das operações dos aeroportos de Barretos e Franca - Operação com 737, Guarujá, São Carlos e Votuporanga; Navios de cruzeiro: diminuição do QAV para captação de mais navios, aumento de paradas no litoral paulista e prorrogação de sazonalidade; Captação de novas companhias aéreas: interlocução na atualização da Lei do Aeronauta - conforme mercados internacionais para captação de novas cias para atuação no mercado doméstico; Captação de novos voos Internacionais: apoio e interlocução em conjunto com os Aeroportos Internacionais do Estado de São Paulo com as companhias aéreas estrangeiras, para captação de voos internacionais, tais como Air New Zeland - Nova Zelândia, China Southern - China, Norwegian - Noruega, United - São Francisco/USA, dentre outras; Ferroviário: interlocução com os canais de vendas para inclusão dos trens de turismo no portfólio de produtos para o mercado nacional e internacional e fomento na ativação de linhas inativas estaduais; interlocução e apoio no fomento e criação de agências receptivas: criação e estrutura operacional para fomento das vendas através das agências, operadoras e Otas a nível nacional e internacional; Famtrips e Presstrips: captação junto a companhias aéreas estrangeiras, para apoio no fomento e venda dos produtos do Estado de São Paulo junto ao Núcleo de Internacionalização do turismo de São Paulo; captação de Redes Hoteleiras Estrangeiras: para incremento da oferta, segmento e diversidade de produtos, oferecendo os diversos imóveis públicos históricos ociosos como atrativos de investimento. Aviação sub-regional - Articulação, promoção e fomento de um novo segmento para o mercado da aviação regional paulista e brasileira. Turismo de Negócios - Com vocação incontestável dentro da atividade turística, São Paulo é o principal destino dos viajantes de negócios do Brasil. Segundo a União Brasileira dos Promotores de Feiras – UBRAFE, 64 das 98 maiores feiras acontecem no estado. O ticket médio dos turistas de negócios é 33,4% maior em comparação ao lazer no Brasil, e dentro deste universo, em São Paulo, o ticket médio de negócios é 73,0% maior em comparação ao lazer. Ainda, 48,7% dos turistas que visitam destinos paulistas são motivados por negócios. O objetivo da Secretaria de Turismo é atuar como facilitador das atividades dos turistas motivados por

negócios e eventos profissionais no estado, fazendo com que os visitantes unam o *business* ao *pleasure - bleasure*. Ainda, apoiando processos de captação de novos eventos, redistribuindo o calendário de acontecimentos do estado, tornando-o mais homogêneo ao longo do ano. Esta atuação visa ampliar a ocupação hoteleira nos períodos de baixa sazonalidade em 5%, bem como ampliar a média de permanência dos turistas de negócios em 1,2 noites até 2022. Feiras e Eventos - O Núcleo de Feiras e Eventos tem como objetivo garantir a participação da Secretaria de Turismo nas principais feiras e eventos nacionais e internacionais de turismo e viabilizar a realização de capacitações, encontros de negócios, ampliação de rede de relacionamentos, apresentação do destino SP dentro e fora do país. A estratégia é de inspirar os turistas a visitar São Paulo e aos profissionais, agentes de viagens e operadores, a venderem e divulgarem destinos paulistas; difundir a marca SP Pra Todos; divulgar São Paulo como um destino de negócios e de lazer; ser espaço de lançamento de produtos e campanhas; promover a arte, cultura, música, gastronomia, tecnologia, inclusão, diversidade, etc.; possibilitar relações de negócios para captação de eventos e investimentos; aumentar a visitação dos parques e áreas naturais protegidas. Além disso está sendo desenvolvido o calendário de eventos do Estado e de materiais promocionais, como guias de turismo, mapas, folhetos, etc. Dentre as principais ações que foram realizadas:



Principais Resultados - 30 feiras e eventos nacionais e internacionais - 45% superior a 2018, 2,3 milhões investidos - 52% mais investimentos. Presença em mercado internacional, na Alemanha, Argentina e Reino Unido, nos principais eventos do setor 400 mil pessoas impactadas, cerca de R\$ 5,00 investidos por pessoa, 50 circuitos, regiões turísticas, entidades e órgãos estaduais envolvidos. Mais de 25 capacitações realizadas. Mais de 200 reuniões de negócios da Secretaria de Turismo e mais de 1000 reuniões dos cooperados. São Paulo Destino Anfitrião da ABAV Expo - Prêmio de Estande Mais Criativo pela Revista Travel Brasil News.

CALENDÁRIO

2019

MAR-ABR

WTM Latin America - São Paulo/SP
41ª Expo AVIESP - Águas de Lindóia/SP

MAIO-JUN

14ª AVISTAR - São Paulo/SP
IMEX Frankfurt - Frankfurt/Alemanha
25ª BNT Mercosul - Itajaí/SC
Matcher Brasil - Fortaleza/CE
2ª Conexidades - São Carlos/SP
IV Expotel e VIII Sehga - São Paulo /SP
14ª Festival das Cataratas - Foz do Iguaçu /PR
1º Seminário Paulista de Gestão - São Paulo/SP
18ª Salão São Paulo de Turismo - São Paulo/SP

JUL-AGO

23ª AVIRRP - Ribeirão Preto/SP
ABETA Summit - Ilhabela/SP
Conferência da Diversidade e do Turismo LGBT - São Paulo/SP

SET-OUT

Mondial de la Bière - Rio de Janeiro/RJ
São Paulo Boat Show - São Paulo/SP
47ª ABAV Expo - São Paulo/SP
FIT Argentina - Buenos Aires/ARG
Salão do Artesanato - São Paulo/SP
Fórum de Turismo e Econ. Criativa - Santos/SP
JPA Travel Market - João Pessoa/PB
Kids Festival - São Paulo/SP
Semana Mesa SP - São Paulo/SP

NOV-DEZ

Fórum Brasileiro de Turismo - Itu/SP
WTM London - Londres/UK
Festuris - Gramado/RS
Mesa Afro Brasil - São Paulo/SP
Revelando São Paulo - São Paulo/SP
UNALE - Salvador/BA
Fórum de Conectividade - São Paulo/SP

Perspectiva 2020: 40 feiras e eventos nacionais e internacionais; 4 milhões em investimento; ampliar presença em mercado internacional, com participação de 3 para 10 feiras e eventos internacionais, de forma independente ou com a Embratur/Mtur; ampliar ações de público final, com grande promoção do destino estado de São Paulo, principalmente em outros estados brasileiros; aumentar para 1 milhão de pessoas impactadas; 50 circuitos, regiões turísticas, entidades e órgãos estaduais envolvidos; mais de 50 capacitações realizadas; mais de 400 reuniões de negócios da Secretaria e mais de 1000 reuniões dos cooperados. Rotas Turísticas - Representam os caminhos que se interligam por elementos comuns de uma região: produtos, comunidades, culturas,

geografia, economia, religião, crenças entre outros e que, assim, se bem trabalhados, promovem um aumento de fluxo turístico. O objetivo do núcleo é identificar esses elementos e como eles se apresentam, registrar, formatar, sinalizar e promover a formação das Rotas Turísticas, como agentes geradores de renda e crescimento econômico. O projeto tem foco nos oito Polos de Desenvolvimento Turístico. No início do ano uma equipe irá formatar um estudo das Rotas Cênicas visitará as cidades do Vale do Ribeira e iniciará o projeto. Também, com a parceria da Secretaria da Agricultura, haverá visita *in loco* nos sítios produtores de chá, restaurantes da região, rede hoteleira, parques e cavernas, roteiros de cicloturismo, principais produtores de artesanato, enfim, os atores da economia turística da região. Após análise da equipe interna da Secretaria serão reconhecidos como integrantes de rotas locais: Rota do Chá, Cicloturismo, Rotas Cênicas, Gastronômicas, de Turismo de Aventura, Rotas Culturais, Rota Religiosa dentre outras. Relacionamento com os Municípios - Programa de Regionalização - A Secretaria é responsável pelo desenvolvimento do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo, conduz também a implementação no nível municipal das ações e programas de Estado da Secretaria para o desenvolvimento local e regional. Tivemos a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro junto ao Ministério correspondente durante o mês de julho, com a participação de 49 Regiões Turísticas e 352 municípios do Estado. Outros destaques foram o 2º Encontro de Interlocutores Regionais do Programa de Regionalização do Turismo do Estado de São Paulo junho, a realização de Encontro do Programa de Regionalização do Turismo no Vale do Ribeira, em Ilha Comprida agosto e o 3º Encontro de Interlocutores Regionais do Programa de Regionalização novembro. Investimento em Eventos Regionais - Aporte da Secretaria com infraestrutura para eventos em 70 eventos de 62 municípios fomentando a descentralização e aumento de fluxo de turistas pelo Estado de São Paulo com investimento total de R\$ 2.337.364.

Relacionamento Institucional do Gabinete - O Gabinete do Secretário realiza atendimento e interlocução na preparação de projetos, na articulação institucional e no apoio e consulta constante ao mercado e a gestores públicos: 293 atendimento de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Secretários Municipais; 110 empresários do Trade turístico; 159 parlamentares e 55 instituições parceiras.

Considerações Finais - Em apenas 12 meses de atuação, os resultados da gestão traduzem-se em números positivos: 43.653 empregos diretos criados; crescimento na arrecadação de ICMS do turismo em 24,04%, com R\$ 1.367 bilhão arrecadados; 8% de aumento no movimento de passageiros nos aeroportos e 603 novas frequências aéreas para 19 estados, além de São Paulo; a atividade turística do estado de São Paulo cresceu 5,4% em 2019, enquanto o Brasil cresceu 2,2%; o PIB do turismo paulista é estimado em R\$ 222,3 bilhões para 2019, com crescimento acima de 5% neste ano. Direcionamento estratégico e metas para 2022. Vetores Fundamentais: estruturar e promover o turismo, tendo como objetivo o fluxo econômico para o estado de São Paulo; focar atuação nos oito Polos de Desenvolvimento Turístico estabelecidos; garantir ação orientada aos segmentos de negócios e eventos, sol, praia e náutico, ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural, parques temáticos, turismo de saúde e bem-estar, turismo cultural e turismo religioso; atuar tendo como fundamento o tripé, atuação digital, conectividade, articulação de parceiros; dirigir a alocação de recursos, tendo como base informações de Inteligência de Mercado.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Atribuições Institucionais - A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo – PGE é instituição de natureza permanente, essencial à Administração Pública Estadual, vinculada diretamente ao Governador do Estado. Definidas como essenciais à justiça, suas atribuições estão previstas no artigo 132 da Constituição Federal CF/88, no artigo 98 e seguintes da Constituição do Estado CE, e na Lei Complementar nº 1.270, de 25/8/2015. Competem à PGE a representação judicial e extrajudicial do Estado e suas autarquias, inclusive as de regime especial, exceto as universidades públicas; o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo e das entidades autárquicas; o assessoramento jurídico e técnico-legislativo ao Governador do Estado, a promoção, com exclusividade, no que diz respeito à inscrição, o controle e a cobrança da dívida ativa estadual, além da realização de procedimentos administrativos, inclusive disciplinares, não regulados por lei especial. Para fins de atuação uniforme, a exerce, ainda, a coordenação dos órgãos jurídicos das universidades públicas estaduais, das empresas públicas, das sociedades de economia mista sob controle do Estado e das fundações estaduais.

Principais Atividades Desenvolvidas - Área do Contencioso Geral - medidas administrativas, de reestruturação e reorganização - TRT'S das 2ª e 15ª Regiões - integração pje-pge.net - MNI -Foram assinados convênios/acordos de cooperação técnica com os Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª - TRT-2 e 15ª TRT-15 Regiões, com o objetivo de realizar a integração, por meio do Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, do sistema de controle de processos da PGE - PGE.net com o sistema de tramitação de processos eletrônicos adotado pelos Tribunais Regionais mencionados - PJe. Com a assinatura dos convênios/acordos de cooperação técnica foram iniciados os trabalhos técnicos destinados a permitir integração dos sistemas em questão, medida que garantirá aos Procuradores do Estado melhor produtividade, assim como maior segurança, no tocante aos processos que tramitam junto aos referidos Tribunais. Criação e Estruturação de Novos Núcleos Estratégicos e Temáticos - Em 2018 a Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral uniformizou e ampliou a disciplina dos Núcleos Estratégicos Temáticos do Contencioso Geral, permitindo a atuação desterritorializada dos Procuradores do Estado e a adoção do regime de colaboração para fins de designação. O objetivo da medida foi ampliar a especialização em matérias que sejam mais sensíveis e relevantes para o Estado de São Paulo - Estado, garantindo uma atuação mais eficiente e melhores resultados. Nessa linha, já em janeiro, foram criados os seguintes núcleos: Núcleo de Regulação e Contratações Públicas, responsável por acompanhar todas as demandas judiciais cujo objeto principal seja matéria de contratações públicas e regulação de atividades econômicas ou de serviços públicos delegados; Núcleo de Políticas Públicas, cuja competência abrange as demandas judiciais que tenham por objeto principal matéria de políticas públicas; Núcleo de Poder de Polícia, responsável pelo acompanhamento das ações cujo objeto principal seja matéria de poder de polícia; Núcleo de Responsabilidade Civil, competente para acompanhar todas as demandas judiciais cujo objeto principal seja matéria de responsabilidade civil; Núcleo de Propositura de Ações, incumbido do ajuizamento de ações de interesse do Estado de São Paulo - Estado. Em agosto, foi criado o Núcleo de Desapropriações, com a finalidade de acompanhar as demandas judiciais cujo objeto principal seja matéria relativa às desapropriações diretas e indiretas.

Em outubro foi criado o Núcleo de Pessoal Militar, com a finalidade de acompanhar demandas judiciais propostas por policiais militares em face do Estado, de natureza funcional, bem como ampliada a competência do Núcleo de Gestão e Prevenção de Demandas Repetitivas – GPDR, de maneira a abranger as demandas judiciais propostas em todo o território nacional. Outrossim, também em outubro, foi regulamentada a participação das Procuradorias Regionais nos Núcleos especializados, de maneira a permitir que os Procuradores do Estado lotados nas Procuradorias Regionais atuem junto àqueles, reforçando a diretriz de especialização da atuação nos processos de maior importância para o Estado. Criação do Programa de Colaboração do Contencioso Geral - O objetivo da medida é atrair Procuradores do Estado que tenham interesse nas matérias jurídicas e na rotina de trabalho dos núcleos especializados, permitindo que, sem prejuízo das suas atividades habituais, colaborem com a atuação dos núcleos. Aprovação de modelos institucionais pela comissão permanente para elaboração de modelos. No ano de 2018, buscando uniformizar a atuação da PGE perante o Poder Judiciário, a Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral criou a Comissão Permanente para elaboração e atualização de modelos institucionais, com a finalidade de criar e atualizar minutas padrão de peças processuais referentes às principais teses discutidas pelo Estado em Juízo, a serem observadas por todos os membros da área do Contencioso Geral. Assim, ao longo do ano foram avaliados mais de 30 modelos, tendo sido selecionados 7 que passaram a ser classificados como modelos institucionais. Racionalização da atuação. Identificação de matérias em que o estado é reiteradamente vencido perante o poder judiciário, autorizando a dispensa de recursos e, em alguns casos, a realização de acordo - Edição de 3 orientações normativas autorizando a dispensa de interposição de recursos versando sobre diversos temas em que o Poder Judiciário já consolidou entendimento desfavorável à postura adotada pelo Estado. Revogação de 2 orientações normativas que instruíam os Procuradores do Estado a interporem recursos versando sobre temas em que o Poder Judiciário recentemente consolidou entendimento desfavorável à postura adotada pelo Estado. Orientação e uniformização de atuação - Edição de 12 comunicados conferindo orientação à atuação dos Procuradores do Estado sobre os mais variados temas, evitando dúvidas quanto à forma ou ao conteúdo da linha de defesa do Estado e uniformizando a atuação institucional. Edição de Portaria regulamentando, no âmbito das unidades vinculadas à Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral, a Resolução PGE nº 31/2019, que dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados pela PGE na prestação de informações sobre ações judiciais nas quais seja parte o Estado e suas autarquias, que possam representar provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Decisões judiciais relevantes - Segue breve apanhado das principais vitórias judiciais obtidas pela PGE, seja porque viabilizaram a concretização de políticas públicas traçadas pelo Estado, seja porque importaram em significativa economia de recursos financeiros ao erário estadual ou, ainda, evitaram graves danos à Administração Pública, sistematizadas por tema: Políticas Públicas - Suspensão de medida liminar deferida em ação civil pública ACP ajuizada pela Defensoria Pública do Estado, que impedia a realização de concorrência destinada a permitir a implantação do sistema de cogeestão em 4 unidades prisionais da Secretaria da Administração Penitenciária SAP. Acórdão reformando sentença que havia condenado o Estado ao pagamento de danos morais coletivos fixados em R\$ 250.000,00 e danos morais individuais homogêneos, a serem apurados em sede de liquidação de sentença, proferida em ACP promovida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo MPSP em razão da suposta existência de falhas e omissões do Poder Público na execução das políticas para localização de pessoas desaparecidas, que teriam ocasionado o sepultamento de pessoas desaparecidas como se fossem indigentes. Acórdão reformando sentença proferida em ação proposta pelo MPSP, que havia condenado o Estado a “apresentar cronograma funcional para complementar minimamente o quadro de funcionários da Polícia Civil no Município de Tambaú”. Acórdão negando provimento a apelação apresentada pelo MPSP em face da sentença que havia julgado improcedente a ação na qual esse postulava que o Estado fosse condenado a nomear servidores para preencherem cargos dos quadros da Secretaria de Segurança Pública SSP nas Delegacias de Polícia, no Instituto de Criminalística e no Instituto Médico Legal dos Municípios de Piracicaba, Charqueada e Saltinho. Decisão favorável em mandado de segurança impetrado com o objetivo de obter a suspensão cautelar do pregão eletrônico realizado com a finalidade de contratar a prestação de serviços de implantação, operação e manutenção da emissão eletrônica de carteira de identidade, garantindo serviço essencial e confirmando posicionamento institucional da PGE de que não se deve divulgar o orçamento médio nas licitações regidas pela Lei federal nº 10.520/2002, que traz imensa economia às contratações feitas pelo Estado. Acórdão em ação rescisória desconstituindo decisão judicial que determinava que o Município de Marília recebesse 1 Policial Militar para cada 250 habitantes, comprometendo a distribuição técnica e isonômica dos policiais segundo padrões e critérios de criminologia estabelecidos pelo Comando da Polícia Militar. Liminar em ação rescisória proposta com o objetivo de desconstituir decisão judicial que determinava que o Município de Marília recebesse 1 Policial Militar para cada 2.000 veículos, comprometendo a distribuição técnica e isonômica dos policiais. Sentença favorável em ACP proposta pelo MPSP com a finalidade de obrigar o Estado a, no prazo de 1 ano, prover todo o quadro de servidores da Polícia Civil no Município de Jacaré. Acórdão favorável em ACP na qual se buscava atribuir ao Estado a obrigação de fiscalizar imóveis particulares situados no Município de Porto Feliz, exigindo dos responsáveis por esses a apresentação de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB. Cassação de medida liminar que determinava que o Estado, em 180 dias, estruturasse as Delegacias de Defesa da Mulher de Campinas para funcionassem ininterruptamente, 7 dias por semana, 24 horas por dia. Acórdão mantendo o indeferimento de tutela de urgência pleiteada pelo MPSP, que buscava obrigar o Estado a disponibilizar todos os dados e documentos do serviço de segurança pública ao usuário, pessoalmente, à distância ou por meio eletrônico sem qualquer restrição. Acórdão favorável em ação civil pública proposta pelo MPSP com a finalidade de obrigar o Estado a manter, de forma permanente e exclusiva, no quadro de servidores da Polícia Civil do Município de Presidente Epitácio, no mínimo 32 policiais civis. Acórdão favorável em ação ordinária ajuizada pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo – SIDPESP com a finalidade de obrigar o Estado a contratar 5.739 policiais civis. Sentença favorável em ACP proposta pelo MPSP com a finalidade de condenar o Estado e a EMLASA a se absterem de aprovar projetos destinados à utilização de recursos do FUMEFI quando não houver interesse exclusivamente comum ou metropolitano. Patrimônio Imobiliário e Regularização Fundiária - Liminar impedindo a inscrição do Estado e da Secretaria da Educação em dívida ativa, deferida em ação ajuizada em face da União com a finalidade de discutir a propriedade de 11 imóveis do extinto INAMPS Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, atualmente utilizados pelo Estado para Saúde Pública, e a possibilidade de cobrança de taxa de ocupação dos referidos imóveis pela União. Defesa do Erário - Decisão liminar impedindo que terceiros que, em virtude de erro cometido pelo Banco Bradesco S.A., adquiriram indevidamente ações ordinárias da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE junto à bolsa de valores pudessem, na qualidade de acionistas minoritários, nomear

integrantes dos Conselhos Fiscal e de Administrativo da empresa como minoritárias, interferindo nas políticas estatais executadas pela mesma. Acórdão julgando procedente Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI proposta em face da Lei estadual nº 16.894/2018, que, ao instituir Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PDV, criou benefício de previdência complementar em desacordo com os parâmetros constitucionais, o qual geraria gastos estimados em R\$ 5.870.000.000,00. Suspensão de decisão que determinava que o Estado repassasse à Fundação CESP a integralidade dos valores relativos às complementações de aposentadoria dos ex-empregados da CESP, ensejando uma economia para o Estado de aproximadamente R\$15.000.000,00 por mês. Acórdão favorável em ACP proposta pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo com a finalidade de condenar o Estado a pagar indenizações por danos morais e materiais em virtude de atos praticados quando da tentativa de promover a reintegração de posse do terreno ocupado pela comunidade denominada Jardim das Palmas ou Vila Andrade. Recursos Humanos - Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal STF - Tema nº 19 de Repercussão Geral, reconhecendo que o não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, previsto no inciso X do artigo 37 da CF/1988, não gera direito subjetivo a indenização. Decisão do STF suspendendo os efeitos de Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI que impedia a contratação de servidores temporários no âmbito de todas as Secretarias do Estado, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar estadual nº 1.093/2009, comprometendo mais de 40 mil contratos nas áreas da Educação, Segurança Pública e Saúde. Acórdão proferido no julgamento de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas assegurando a uniformização da jurisprudência em favor da tese do Estado em relação à contagem do tempo de classes extintas nas carreiras de Delegados de Polícia, resolvendo os milhares de conflitos gerados nos concursos de promoção por antiguidade dessa carreira policial e servindo como paradigma para casos análogos. Elaboração de acordo para cumprimento de decisão proferida em ação coletiva, permitindo a unificação de parâmetros para cumprimento de cerca de 30 mil apostilamentos determinados em virtude do trânsito em julgado da decisão, prevenindo milhares de incidentes de cumprimento individual, evitando a imposição de multas por atrasos no cumprimento e provendo segurança jurídica. Cassação de medida liminar que determinava que a Polícia Civil realizasse exame de aptidão em candidatos deficientes físicos apenas no momento da posse em concursos, assegurando o regular andamento dos concursos para os cargos de Agente Policial - Edital DGP 5298/16, Agente de Telecomunicações Edital - DGP 5300/16, Auxiliar de Papioscopia Edital - DGP 5297/16 e Papioscopista Policial Edital - DGP 5296/16. Sentença favorável em ação coletiva proposta para assegurar o indevido recebimento da integralidade de Bonificação por Resultado – BR por especialistas em políticas públicas. Acórdão julgando procedente ação rescisória proposta com a finalidade de anular decisão que concedia aos servidores inativos e pensionistas da Polícia Militar o direito à absorção integral do Adicional de Local de Exercício – ALE. Sentença julgando improcedente ação coletiva proposta com o objetivo de assegurar o pagamento de diferença de 13% do bônus do magistério no ano de 2015 para toda a categoria de Professores. Acórdão favorável em ação proposta pelo Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda, determinando a aplicação do teto salarial da EC nº 41/2003 inclusive aos valores recebidos acima do teto anteriormente à emenda. Acórdão favorável em ação coletiva que buscava a revisão salarial de toda a categoria dos Oficiais de Justiça do Estado no ano de 2010. Sistema Penitenciário - Sentença favorável em ACP proposta pelo MPSP com a finalidade de impedir a inclusão de novos detentos no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros III, bem como obrigar o Estado a elaborar cronograma para o encaminhamento dos detentos que se encontram naquele e outros estabelecimentos. Cassação de medida liminar que determinava que o Estado transferisse presos custodiados no Centro de Detenção Provisória de Americana, reduzindo a ocupação desse para um máximo de 137,5%, que acarretaria uma superlotação nas demais Unidades da região. Tutelas de urgência obtidas em ações rescisórias propostas com a finalidade de desconstituir decisões que impediam a inclusão de novos presos nos Centros de Detenção Provisória de Jundiaí e Itapeverica da Serra e geravam sobrecarga nas demais Unidades da região. Acórdão mantendo tutela de urgência concedida em ação rescisória, que suspendeu a decisão que limitava a capacidade de cada um dos Centros de Detenção Provisória de Osasco a 1.000 detentos. Educação - Acórdão extinguindo sem resolução do mérito a ADI proposta pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP em face da Lei Complementar estadual nº 1.333/2018, que autoriza a utilização dos recursos excedentes do limite mínimo de aplicação previsto no artigo 212 da CF/88 para custear as despesas necessárias ao equilíbrio atuarial e financeiro do sistema previdenciário dos servidores da Secretaria da Educação. Decisão evitou um impacto de R\$ 7.800.000.000,00 nas contas públicas. Saúde Pública - Decisão favorável em ACP promovida pelo Estado em face da farmacêutica Sanofi Genzyme, com a finalidade de obter o ressarcimento dos gastos, superiores a R\$ 150 milhões, com a compra de remédio destinado a crianças com doença genética submetidas a pesquisa realizada pela farmacêutica. Cassação de decisão liminar que proibia o referenciamento do Pronto Socorro Central do Hospital das Clínicas do Estado, impedindo que este concentrasse o atendimento a casos de trauma e urgência - atendimento terciário - em benefício a todo o sistema de atendimento público. Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo TJSP reformando sentença proferida contra o Estado que interferia no sistema de atendimento à saúde relativo aos exames de polissonografias em todo o Estado. Sentença favorável em ACP promovida pelo Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN/SP com a finalidade de obrigar o Estado a contratar 273 enfermeiros, 91 técnicos de enfermagem e 231 auxiliares de enfermagem para o Conjunto Hospitalar do Mandaqui. Transportes - Acórdão reformando medida liminar que obstava a contratação de empresa emissora de bilhete único para estudantes maiores de 12 anos da rede estadual de ensino do Município de Guarulhos. Sentença favorável em mandado de segurança coletivo impetrado com o objetivo de anular a Portaria ARTESP Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo nº 12/2018, que regulamenta a padronização, implementação e operação do Sistema Semiautomático de arrecadação de pedágio nas rodovias concedidas do Estado. Assegurou-se a adoção do Protocolo CIPURSE, que permite o acesso de novas operadoras de serviços de arrecadação eletrônica, elimina barreiras de mercado e impede novos custos aos usuários do serviço público. Acórdão proferido pelo TJSP reconhecendo a nulidade do Termo Aditivo Modificativo – TAM nº 14 do Contrato de Concessão 011/CR/2000 Intervias e o direito do Estado a realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com base na metodologia da demanda real, evitando dano de mais de R\$ 45.000.000,00 em valores de 2011. Acórdão favorável em mandado de segurança impetrado pela Empresa de Ônibus Circular de Ourinhos Ltda. contra ato praticado pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação da ARTESP, com a finalidade de obstar a realização de concorrência destinada a selecionar empresas para prestarem, na qualidade de concessionárias, serviços de transporte coletivo rodoviário de passageiros intermunicipal e na Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Acórdão reformando sentença proferida no julgamento de ACP proposta pelo MPSP, que havia condenado o Estado e a

ARTESP a concederem desconto de 50% nos preços das passagens nos deslocamentos intermunicipais de estudantes entre suas residências e o local de estágio. Contratações - Sentença favorável em mandado de segurança impetrado pela Cooperativa de Laticínios de São José dos Campos – COOPER com a finalidade de impedir a realização do pregão eletrônico destinado à aquisição de leite fluído integral, pasteurizado, com entrega parcelada às famílias socialmente vulneráveis, em continuidade ao Projeto Estadual do Leite – VIVALEITE, no Interior e no Litoral do Estado. Meio Ambiente - Liminar garantindo a não ocupação da região ambientalmente protegida da Estação Juréia e autorizando a imediata demolição de novas construções na área. – IMPROBIDADE - Sentença favorável em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo MPSP na qual se alega a prática de ato ímprobo em razão da utilização de recursos oriundos do FUNDEB para pagamento de servidores profissionais inativos da Educação. Sentença favorável em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo MPSP em face do Estado, Federação Paulista de Futebol, Nivaldo Cesar Restivo, Alexandre Gaspar Gaspariann e Reinaldo Rocha Carneiro Bastos na qual se alega a prática de ato ímprobo em razão do suposto descumprimento do dever de assegurar a Segurança Pública em dias jogos promovidos, pela Federação Paulista de Futebol. O Estado, em defesa prévia, demonstrou que não houve omissão, tendo em vista que já conta com uma política pública abrangente, detalhada, com atuação focada na segurança pública para o cumprimento do Estatuto do Torcedor e em contínuo aperfeiçoamento. Decisão determinando a indisponibilidade dos bens dos réus para salvaguardar o futuro ressarcimento ao erário, no montante de R\$ 5.297.390,56, em ACP por ato lesivo à Administração Pública, com pedido de ressarcimento ao erário e responsabilização, proposta pela PGE, com base na Lei federal nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção, em face da Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar – COAF e Cassio Izique Chebabi, em razão da prática de fraude nas contratações para fornecimento de suco de laranja para a merenda escolar do Estado. Acórdão favorável em ação civil de improbidade administrativa ajuizada pelo MPSP, na qual esse celebrou acordo com a empresa demandada, Camargo Corrêa. O acórdão acolheu parcialmente a apelação interposta pelo Estado, reformando a sentença, para que o valor do prejuízo seja calculado sob o parâmetro de estudos econométricos do Tribunal de Contas da União TCU, bem como para que os valores devidos pelas empresas sejam ser destinados exclusivamente à pessoa jurídica lesada, a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

Área do Contencioso Tributário-Fiscal - Medidas Administrativas de Reorganização da Área - Intensificação de Meios Administrativos de Cobrança - A desistência e o não-ajuizamento de execuções fiscais de dívidas com valores inferiores a 1.200 UFESPs Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução PGE nº 21/2017, induziu incremento de meios administrativos de cobrança, com especial relevo para o protesto de certidões de dívida ativa. A medida racionaliza os recursos utilizados para a recuperação de crédito, inclusive aqueles relativos à mão de obra e reflete no relatório de protestos. Aperfeiçoamento dos sistemas eletrônicos de acompanhamento de processos - Os rumos que a tecnologia assumiu no cenário jurídico do país exigem postura proativa da PGE a fim de sempre estar buscando soluções tecnológicas aptas a integrar a atividade-fim dos Procuradores do Estado com as facilidades eletrônicas existentes. Desde questões relacionadas à gestão de processos até a elaboração de teses jurídicas estão no radar da área para o próximo quadriênio. Ao longo do ano, diversos aperfeiçoamentos foram feitos no sistema eletrônico de acompanhamento processual - PGE.net, que continua sendo o principal software para essa finalidade. Durante este ano, foram feitas tratativas iniciais para a implantação de sistemas que serão integrados ao PGE.net para propositura eletrônica de documentos processuais, impulsionamento do processo de ofício e pesquisa eletrônica em base de dados diversas. Tais tratativas estão resumidas em termo de referência que norteará possível e futura licitação de novo software de acompanhamento processual. Para 2020, a área pretende licitar a prestação de serviços de tecnologia para a disponibilização de novo software capaz de atender as demandas acima descritas. Lógica reversa para interposição de recursos - A PGE editou a Resolução PGE nº 14/2018, determinando que a interposição de recursos aos Tribunais Superiores deve ser obrigatória em casos taxativos ou mediante prévia autorização da Chefia imediata, conforme já relatado no Relatório de Atividades de 2018. Após 18 meses de vigência da aludida normativa, os índices de recursos interpostos aos Tribunais Superiores diminuíram em 80% na área. Esta queda na litigiosidade é refletida internamente na redução do trabalho administrativo dos Procuradores do Estado. Isso porque, antes da aludida resolução, havia necessidade de autorização para não interposição de recurso, ao passo que agora essa autorização é desnecessária. Portanto, os percentuais de queda na litigiosidade podem ser replicados ao cotidiano dos Procuradores do Estado e representam, igualmente, redução na atividade burocrática das bancas e das Chefias envolvidas. Alteração de regras de parcelamentos - Parcelamentos de débitos sempre foram as formas mais eficazes de arrecadação de dívida ativa, por facilitar a solução de problemas de fluxo de caixa de devedores. As regras vigentes para parcelamentos, sobretudo quanto à quantidade máxima de acordos de longo prazo 60 meses disponíveis, precisavam ser alteradas, de forma a induzir ampliação de adesões a este tipo de pagamento, cujo efeito contábil benéfico para o Estado é inquestionável, na medida em que ativos sem definição temporal de vencimento passam à situação de ativos a receber no exercício. O parcelamento não é bom só para o contribuinte, mas também para o Estado. Para ampliar o estoque de dívida parcelada, foi editada a Resolução Conjunta SFP/PGE nº 3/2019 para parcelamento de débitos de ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços substituição tributária, bem como o Decreto estadual nº 64.546/2019, autorizado pelo Convênio CONFAZ nº 52/2019, para parcelamento de ICMS. Conciliação e mediação - Permanecem os esforços para conciliação com o contribuinte, no âmbito do CEJUSC – Capital - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, de forma a solucionar conflitos envolvendo o Estado. A Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal SUBCTF determina parâmetros para a conciliação, indica temas específicos e destaca Procuradores do Estado para comparecimento às audiências. Os resultados têm se mostrado promissores. Decisões Judiciais Relevantes - No âmbito judicial, a SUBCTF busca a identificação e combate de teses com potencial reflexo negativo para a arrecadação. Destacam-se acompanhamento de ações judiciais junto às Justiças Estadual e Federal e aos Tribunais Superiores, a respeito de temas de destaque no cenário jurídico. O monitoramento das ações nos Tribunais Superiores é realizado pela Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília. No âmbito do STF, obtivemos decisão na Suspensão de Tutela Provisória nº 102, com a cassação de inscrição estadual de substituta tributária de empresa do setor de combustíveis, o que garantirá o recolhimento, em prol dos cofres paulistas, de cerca de R\$ 50 milhões por mês. Ainda, é importante mencionar todo o acompanhamento das negociações em torno da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão - ADO nº 25, referente às compensações dos recebíveis da Lei Kandir. A PGE participou de todas as reuniões e aguarda a retomada do assunto em 2020. Também junto aos Tribunais Superiores, foi feito o acompanhamento das ações relacionadas à distribuição dos royalties do petróleo, as quais

voltarão a ser pautadas em 2020. SistemA BIGDATA - contratado em 2017, é ferramenta de apoio estratégico consistente no trabalho analítico e inteligente de grandes volumes de dados, que são coletados, armazenados e interpretados por softwares de altíssimo desempenho. Trata-se do cruzamento de dados do ambiente interno e externo, que permite a avaliação do comportamento dos contribuintes, saúde tributária e a rápida identificação de fraudes, direcionando a tomada de decisões para a recuperação de ativos. O sistema permaneceu com intenso uso, destacando-se o “Melhor endereço”, que consiste em pesquisas sobre endereços prováveis de devedores não protestados por ausência de endereço correto. O nível de acerto do programa atingiu 80%. O sistema proporciona ainda instruir procedimentos para cobrança qualificada de devedores, direcionando esforços para contribuintes com efetivo potencial de arrecadação. O programa “Devedores Qualificados” em fase de implementação tem se mostrado importante forma de atuação na recuperação de ativos fiscais. Grupo de Atuação Especial para Recuperação Fiscal – GAERFIS - O Grupo de Atuação Especial para Recuperação Fiscal – GAERFIS, criado pela Resolução PGE nº 14/2016, tem o objetivo de identificar e combater a fraudes fiscais estruturadas, além de outras práticas ilícitas que resultem em relevantes perdas fiscais para o Estado. Nesse sentido, direciona suas ações para a identificação de interposição fraudulentas de pessoas em quadros societários, o reconhecimento de grupos econômicos de fato e irregulares, bem como de complexos esquemas de blindagem patrimonial, viabilizando, desse modo, a recuperação do crédito tributário por meio da responsabilização dos reais beneficiários de tais estruturas e a indisponibilização judicial dos patrimônios correspondentes. Os processos judiciais acompanhados pelo GAERFIS são considerados prioritários pela PGE, tendo monitoramento diferenciado. Para tanto realizamos acompanhamento diário das ações e permanente atuação nos Tribunais, mormente destacando a relevância acerca da necessidade de corresponsabilização - tributária e/ou patrimonial - para efetiva e eficaz garantia do crédito tributário. Assim, os Procuradores do Estado integrantes do GAERFIS se fazem presentes cotidianamente nos fóruns e Tribunais, apresentam memoriais e realizam sustentações orais em todos os casos considerados relevantes. Essa atitude proativa que o GAERFIS tem adotado nos últimos anos tem resultando na construção de uma jurisprudência relevante, notadamente no âmbito do TJSP favorável ao reconhecimento de grupo econômico e indisponibilidade de bens via ação cautelar fiscal, tanto de caráter incidental à execução fiscal como antecedente, ou seja, antes de constituição definitiva do crédito tributário. Para atingir sua finalidade, adotou as seguintes medidas: utilização efetiva da ação cautelar fiscal prevista na Lei federal nº 8.397/1992 em face de todas as pessoas físicas e jurídicas os integrantes de grupos econômicos de fato ou irregulares; ajuizamento de ação de improbidade administrativa com pedido de indisponibilidade de bens em face de titulares de cartório extrajudiciais, que deixaram de repassar ao erário os emolumentos e taxas cobrados dos usuários de serventias extrajudiciais; defesa judicial de decisões administrativas que alteram regimes de fiscalização de empresas devedoras contumazes; defesa judicial de decisões proferidas pela SEFAZ relativamente a processo de cassação de inscrição estadual de empresas que praticam inadimplência fraudulenta e outras fraudes; ingresso em processos de recuperação judicial e falências; atuação em ações criminais na qualidade de assistente da acusação; e demandas que discutem tese de grande impacto para o Estado p.ex.: autos nº 1024524-89.2017.8.26.0053. Houve a ampliação na identificação de setores sensíveis, nos quais a fraude se mostra mais presente, permitindo o aumento de ações integradas e de sua eficácia, tendo sido mapeados, no ano, setores sensíveis da economia, novas tipologias de fraude praticadas, bem como intensificadas as parcerias interinstitucionais a partir de planos de trabalho conjuntos surgidos de casos comuns das agências envolvidas. Em decorrência dessa governança colaborativa, que inclui a participação na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro ENCCLA e no Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro FOCCOSP, a PGE, por intermédio do GAERFIS, participou diretamente de 4 operações de impacto e busca e apreensão, em parceria com o MPSP e a Secretaria da Fazenda e Planejamento SEFAZ, a saber: olho de hórus; vino veritas; falsa beleza e salto alto. Somadas as indisponibilidades, bloqueios, depósitos judiciais, penhoras, pagamentos e parcelamentos, decorrentes diretamente da atuação, tem-se a quantia aproximada de R\$ 1.2 bilhões de reais. As ações mais relevantes foram as seguintes: Suspensão de Tutela Provisória STP nº 102: cassação da inscrição estadual de substituto tributário - ICMS-ST da Refinaria de Petróleos de Manguinhos setor: combustíveis. Essa decisão tem o potencial de ingresso mensal de receita nos cofres estaduais de aproximadamente R\$ 50 milhões de reais; Ação Cautelar Fiscal nº 1000363-64.2019.8.26.0014: reconhecimento de grupo econômico de fato do setor de bebidas alcoólicas vinho, com determinação do bloqueio de R\$ 88 milhões em bens pertencentes ao grupo; Ação Cautelar Fiscal nº 1000849-49.2019.8.26.0014: reconhecimento de grupo econômico que atua no setor de alimentos, com determinação do bloqueio de R\$ 5 milhões em bens pertencentes aos réus; Ação Cautelar Fiscal nº 1003443-49.2019.8.26.0236: reconhecimento liminar de grupo econômico do setor de calçados e determinação do bloqueio de R\$ 29 milhões em bens de propriedade dos demandados; Ação Cautelar Fiscal nº 1000507-38.2019.8.26.0014: reconhecimento liminar de grupo econômico do setor de metalurgia e determinação da indisponibilidade de bens dos requeridos até o limite de R\$ 338 milhões; Ação Cautelar Fiscal nº 1008094-85.2019.8.26.0152: reconhecimento liminar de grupo econômico do segmento de cosméticos e determinação da indisponibilidade de R\$ 89 milhões; Ação Cautelar Fiscal nº 1000361-94.2019.8.26.0014: reconhecimento liminar de grupo econômico de calçados e determinação do bloqueio de R\$ 28 milhões em bens pertencentes aos réus; Ação Cautelar Fiscal nº 1003443-49.2019.8.26.0236: reconhecimento liminar de grupo econômico do setor de refrigeração e determinou a indisponibilidade de R\$ 290 milhões em bens de propriedade dos demandados; Ação de Improbidade Administrativa nº 1013902-77.2019.8.26.0053: ajuizada em face dos responsáveis pelo 5º Tabelionato de Notas da Capital, em decorrência do não repasse ao Estado de São Paulo dos emolumentos e taxas cobrados dos usuários da serventia extrajudicial. Liminar de indisponibilidade de bens deferida para bloquear bens dos réus até o limite de R\$ 18 milhões; Ação de Improbidade Administrativa nº 1023690-18.2019.8.26.0053: ajuizada em face dos responsáveis pelo 8º Tabelionato de Notas da Capital, em decorrência do não repasse ao Estado de São Paulo dos emolumentos e taxas cobrados dos usuários da serventia extrajudicial. Liminar de indisponibilidade de bens deferida para bloquear bens dos réus até o limite de R\$ 33 milhões; Habilitação de Crédito nº 1003160-47.2019.8.26.0229: pedido julgado procedente para habilitar o crédito do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 112 milhões nos autos do processo falimentar da empresa MABE, na qual houve o reconhecimento do grupo econômico e bloqueio de mais de R\$ 1 bilhão de reais para pagamento dos credores. Procuradoria da Dívida Ativa – PDA - A Procuradoria da Dívida Ativa, responsável pelo controle e gestão da dívida ativa, além de dar continuidade aos projetos do ano de 2018, implementou outras medidas neste ano, valendo destacar: Saneamento da Dívida Ativa - Atividade realizada de forma contínua, com a finalidade de sanear a base de dados, realizado por meio de remissões e rotinas de prescrição. As remissões foram realizadas com fundamento na alínea

b, inciso I, artigo 11, do Decreto estadual nº 62.625/2015 no montante de 415.817 débitos, no total de R\$ 91.148.005.382,79. As prescrições em lote foram realizadas em 897.285 débitos, no montante de R\$ 2.864.691.734,14, totalizando 1.313.102 débitos e R\$ 94.012.697.116,93. Segmentação do Estoque da Dívida Ativa - A classificação de cada débito do estoque da dívida ativa conforme a situação cadastral do contribuinte, seu efetivo faturamento, entre outras variáveis levadas em consideração pelo sistema de big data, possibilitou identificar os débitos com maior possibilidade de recuperação e estabelecer metas de arrecadação. Assim é que se estabeleceu um “rating” do estoque da dívida ativa de forma a classificá-lo em débitos qualificados, massificados ou incobráveis. A partir desta segmentação e “rating” do estoque da dívida ativa foi possível traçar estratégias e régua de cobrança para cada segmento. Após a segmentação da dívida ativa ter sido concluída quanto à identificação de pessoas jurídicas ativas e pessoas físicas, em relação ao estoque total da dívida ativa PGE, em trabalho realizado desde 2012, foi dada continuidade à segmentação classificando nossos débitos de acordo com o proposto no GDOC nº 1000703-513613/2019. Essa proposta se fundamenta no julgamento TC-016332/2017-2, do TCU, que recomenda uma classificação do estoque da Dívida Ativa da União especialmente quanto aos débitos incobráveis, conforme proposta no artigo 11, da Portaria MF nº 293/2017. Nos mesmos moldes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, a PGE iniciou um trabalho de classificação de seus débitos incobráveis rating D, classificando seu estoque de acordo com situação da empresa ativa ou não, débitos de pessoas físicas falecidas ou não e débitos com mais de 15 anos de seu fato gerador. Em novembro, temos um montante de R\$ 147.545.900.126,69, de débitos de pessoas jurídicas ativas e pessoas físicas, de um estoque total de R\$ 330.662.873.700,82. Execução Fiscal Eletrônica Implantada em todas as Comarcas do Estado, conforme cronograma do TJSP, sendo o ajuizamento e a tramitação processual citação, intimações, manifestações, penhora de ativos, penhora de imóveis e veículos, etc., realizados eletronicamente. Tal sistema, além de trazer maior economicidade, pois dispensa gastos com papel, impressão e transporte de autos, traz maior celeridade e agilidade à tramitação das execuções fiscais, abreviando o tempo necessário para a realização dos atos processuais de constrição, o que reflete no incremento da arrecadação. A cada ano se aprimora o sistema de automação judicial, bem como sua integração com o sistema mantido pelo TJSP, possibilitando melhor performance e compartilhamento de dados, em especial, a citação e intimação eletrônica, bem como o peticionamento eletrônico em lote. O processo eletrônico permitiu a desterritorialização das demandas judiciais, de tal sorte que todos os Procuradores do Estado, localizados em diversas Unidades da PGE, podem realizar o peticionamento em autos eletrônicos em qualquer Comarca. Buscando a eficiência na cobrança da Dívida Ativa se estabeleceu por lei um piso para ajuizamento da dívida ativa de 1.200 UFESPs. Ao encontro dessa política de conferir eficiência na cobrança judicial, estão sendo desajuizadas todas as execuções fiscais abaixo desse valor para sua cobrança administrativa cerca de 500 mil execuções fiscais do total de 1.010.000 execuções fiscais em andamento no Estado conferindo melhor distribuição das bancas judiciais e concentração de esforços em casos de maior interesse. Protesto em Lote de Todos os Débitos Inscritos em Dívida Ativa - Realizado por meio do módulo de protesto eletrônico do Sistema da Dívida Ativa, totalmente automatizado, desde a remessa dos títulos até a emissão da carta de anuência. Esse módulo eletrônico permite, inclusive, a seleção por faixa de valores, localidade, segmento econômico ou espécie de débito. Foram enviados a protesto até novembro 1.124.791 débitos, no montante de R\$ 20.874.158.399,35. Foram efetivamente protestados 936.902 débitos, no total de R\$ 17.803.590.626,88. Foram pagos 139.592 débitos entre pagamentos integrais e parcelamentos, totalizando R\$ 284.055.180,07 em arrecadação. A contratação do Big Data conferiu maior eficiência às notificações dos Cartórios de Protesto, uma vez que o sistema tem condições de fornecer outros endereços do contribuinte não localizado inicialmente. Foram realizados três projetos-piloto com essa finalidade, tendo sido alcançada a excelente marca de 80% de êxito nas notificações enviadas para o novo endereço fornecido. Implantação do Sistema Gerencial de Indicadores da Dívida Ativa Seguindo recomendação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo TCE/SP, o sistema possibilita a aferição de relatórios numéricos e gráficos sobre a dívida ativa, inclusive com dados comparativos por Unidade, Regionais, Seccionais, Comarca e Banca Fiscal, concorrendo para o melhor planejamento e gestão das atividades de cobrança. A empresa contratada desenvolveu solução do Business Intelligence – BI em nuvem, cuja customização foi entregue no ano de 2017, permitindo a visualização de relatórios pré-formatados ou customizados, conforme a necessidade gerencial envolvida. Programa de Parcelamentos e de Parcelamentos Incentivados - Com autorização no Convênio ICMS nº 51/2007 CONFAZ e no Decreto estadual nº 51.960/2007, e alterações, foi disponibilizado aos contribuintes do ICM/ICMS, em 5/7/2007, o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, possibilitando o parcelamento de débitos inscritos e não-inscritos com descontos de juros e multa, com prazo em até 120 meses - ou de 121 até 180 meses com prévia garantia bancária ou hipotecária, mediante parcelas crescentes de acordo com a variação da Taxa Selic. Com autorização no Convênio ICMS nº 108/2012 CONFAZ e no Decreto estadual nº 58.811/2012, e alterações, foi disponibilizado aos contribuintes do ICM/ICMS, em 1/3/2013, o Programa Especial de Parcelamento – PEP, possibilitando parcelamento de débitos inscritos e não-inscritos com descontos de juros e multa, com prazo em até 120 meses, mediante parcelas constantes. Diante do sucesso de adesões e pagamentos, o PEP do ICMS foi novamente editado em 2014 Convênio ICMS nº 24/2014 e Decreto estadual nº 60.444/2014, 2015 Convênio ICMS nº 117/2015 e Decreto estadual nº 61.625/2015 e 2017 Convênio ICMS nº 54/2017 e Decreto estadual nº 62.709/2017. O Convênio ICMS 52/2019 CONFAZ e o Decreto estadual nº 64.564/2019 autorizaram novo programa de parcelamento incentivado, com prazos de adesão até o dia 15 de dezembro. Esses programas estão sendo gerenciados pela PGE, com intensa integração com a equipe da Diretoria de Arrecadação da SEFAZ. Foi implantado um sistema eletrônico de notificação do contribuinte com avisos sobre atraso nas parcelas e possibilidade de rompimento, que acarretou uma diminuição no índice de rompimento das avenças. Ainda, a Resolução Conjunta SF/PGE nº 3/2019 permitiu, excepcionalmente, o parcelamento dos débitos de substituição tributária cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro. Autorizado pela Lei estadual nº 15.387/2014 e pelo Decreto estadual nº 60.443/2014, sendo disponibilizado no período de 19/5/2014 a 5/9/2014 e reeditado em 2015 Lei estadual nº 16.029/2015 e Decreto estadual nº 61.696/2015 e 2017 Lei estadual nº 16.498/2017 e Decreto estadual nº 62.708/2017, o programa de parcelamento de débitos diversos de ICM/ICMS possibilitou o pagamento de débitos inscritos de natureza tributária e não tributária de diversas origens IPVA, ITCMD doação e “causa mortis”, taxa judiciária, multas administrativas, multas contratuais, multas penais, reposição de vencimentos, ressarcimentos e restituições, com descontos nas multas moratórias e juros, além de redução nos honorários advocatícios para os débitos inscritos e ajuizados. Módulo de Compensação de Precatórios - Com a publicação da Emenda Constitucional EC nº 99/2019, a PGE editou a Resolução PGE nº 12/2018 que disciplinou a compensação de precatórios judiciais com dívidas tributárias inscritas em dívida ativa. Para tal finalidade foi

desenvolvido módulo específico que permitirá ao contribuinte apontar os débitos a serem compensados com o valor do seu precatório, eletronicamente. Até o dia 9 de dezembro, foram aprovados R\$ 91.974.599,61 em acordos para compensação, dos quais R\$ 64.789.479,98 já foram indicados pelos contribuintes nas respectivas certidões de dívida ativa. - Resolução Conjunta SFP/PGE nº 1/2019 – regulamentação da suspensão de débitos em razão do disposto na Lei Complementar federal nº 160/2017. Resolução Conjunta SFP/PGE nº 1/2019 regulamentou a disciplina da suspensão de débitos tributários em decorrência da Lei Complementar federal nº 160/2017, que convalidou a concessão de determinados benefícios fiscais. Até 9 de dezembro de 2019, havia 322 débitos suspensos nos termos da resolução conjunta, em um total de R\$ 9.333.014.387,23. Movimentação da Dívida Ativa em 2019 - A PGE, até novembro, promoveu a inscrição em dívida ativa de 1.066.497 débitos, no total de R\$ 30,7 bilhões. Foram ajuizados 154.783 débitos, agrupados em 16.867 execuções fiscais, no montante de R\$ 31,2 bilhões. A arrecadação da dívida ativa processada até novembro, atingiu a cifra de R\$ 2,2 bilhões.

Área da Consultoria Geral - várias medidas foram tomadas com o fim de melhor orientar os atos dos gestores públicos, merecendo destaque: apresentação de proposta de decreto para tornar obrigatório o uso das minutas padrão elaboradas pela PGE e disponibilizadas no sítio eletrônico da Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP Decreto estadual nº 64.378/2019. assessoramento na elaboração de minuta de decreto para regulamentar o uso da arbitragem pelo Estado Decreto estadual nº 64.356/2019. apresentação de proposta de decreto e resolução para unificar a competência para a expedição de normas para a aplicação de sanções administrativas em licitações e contratos. apresentação de proposta de resolução para instituição de Grupo de Trabalho com a finalidade de sistematizar o procedimento relativo à compensação de horas no âmbito da Administração direta e indireta do Estado em relação aos respectivos servidores e empregados públicos, bem como indicar suas consequências jurídicas - Resolução PGE nº 4/2019 ; apresentação de proposta de resolução para instituição de Grupo de Trabalho sobre o novo marco legal do saneamento básico - Resolução PGE nº 7/2019; apresentação de proposta de resolução para instituição do Núcleo Temático de Propriedade Intelectual e Inovação - Resolução PGE nº 30/2019; apresentação de proposta de resolução para a instituição do Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre Direito Previdenciário e Reforma Previdenciárias - Resolução PGE nº 32/2019; conclusão do relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução PGE nº 39/2018 com a finalidade de aprofundar estudos acerca das consequências jurídicas decorrentes do afastamento de servidores e empregados da Administração direta e indireta do Estado; assessoramento para licitação da contratação de instituição para estruturação de operação de securitização dos créditos da São Paulo Previdência – SPPREV relacionados à exploração de petróleo e gás natural, bem como assessoramento para a estruturação da referida operação; com relação ao projeto de cogestão prisional: assessoramento durante a estruturação do projeto e elaboração do edital e contrato; auxílio na elaboração da defesa do Estado em ACP e assessoramento na elaboração de peças e memoriais para defesa junto ao TCE/SP; quanto à concessão do Lote Piracicaba-Panorama: assessoramento na modelagem do edital e do contrato e atuação na defesa junto ao TCE/SP; assessoramento nas negociações relativas à concessão da Linha 6 do METRÔ; assessoramento na extinção do contrato de concessão patrocinada da Linha 18 do METRÔ; assessoramento para a retomada das obras do Rodoanel Trecho Norte e participação na elaboração das manifestações do Estado junto ao TCU e nas arbitragens; com relação às obras na rodovia Tamoios: assessoramento na busca de alternativas para retomar as obras do trecho dos contornos de São Sebastião e Caraguatutuba, bem como assessoramento e defesa do Estado na arbitragem iniciada pela concessionária em razão de divergências sobre obras do trecho planalto da rodovia; assessoramento da Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parceria Público-Privada – CAC-PP, da Fundação para o Remédio Popular – FURP e da Secretaria da Saúde em relação à parceria público-privada da FURP e seu encerramento; participação de reuniões com os grupos de concessionárias de rodovias visando à regularização dos passivos existentes na concessão passivos regulatórios; assessoramento na modelagem de novo entreposto de abastecimento, na elaboração do decreto para permitir o acesso a terrenos lindeiros às faixas de domínio nas rodovias classe 0 e do memorando firmado com a União visando ao fechamento da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP; assessoramento na modelagem do projeto “Casa da Família”, instituído no âmbito do programa “Rede Social de Solidariedade e Cidadania” Decreto estadual nº 64.600/2019; análise dos projetos de emenda constitucional e de lei complementar referentes à reforma da previdência estadual; assessoramento da SEFAZ quanto à aplicação do Decreto estadual nº 64.069/2019 redução de despesas com pessoal e encargos sociais; assessoramento da Secretaria da Saúde no tocante a aspectos de direito de pessoal envolvidos no contrato de gestão do Hospital de Sorocaba; assessoramento da Secretaria da Educação quanto à instituição de gratificações e auxílios no âmbito da Pasta; assessoramento a respeito de alteração e organização da legislação de pessoal do Estado; assessoramento relativo à reestruturação da carreira de policiais civis e militares; estabelecimento de balizas jurídicas referentes ao teletrabalho da SPPREV; orientações quanto à aplicação da legislação em matéria de propriedade intelectual, tecnologia e inovação; elaboração de novas minutas padrão de edital de concorrência e leilão para alienação de imóveis que integram o patrimônio imobiliário do Estado, concorrência para prestação de serviços de publicidade, concorrência para contratação de serviços de assessoria de imprensa e para a formalização de doação de bens, serviços e direitos à Administração; credenciamento de advogados dativos e plantonistas para a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares – PPD e a Corregedoria da PGE; elaboração de nota técnica com orientações relativas à celebração de convênios, com ou sem repasse de recursos, com Municípios paulistas, reunindo de forma sistemática os requisitos trazidos pela legislação, o entendimento das Cortes de Contas e as diretrizes jurídicas provenientes da PGE; reformulação do Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre Parcerias Público-Privadas para proporcionar aos Procuradores do Estado treinamento em modelagem jurídica de projetos de concessões e parcerias público-privadas. Em acréscimo, cabe relatar que a Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral prosseguiu com o projeto de racionalização da atuação dos Procuradores do Estado, com o objetivo de agilizar a atuação e propiciar mais eficiência e segurança ao Administrador Público. Dentro desse projeto foram tomadas as seguintes medidas: manutenção e atualização de 53 minutas padrão genéricas e específicas, pré-aprovadas pela PGE, sendo que 34 modelos dispensam a análise individualizadas pelas Consultorias Jurídicas; providências para a utilização do sistema “Docflow” pela PPD e pela Corregedoria Geral da PGE, para a elaboração de relatórios referentes ao estágio probatório; prosseguimento do programa de integração do sistema “Docflow” com o sistema PGE.net, facilitando a execução das obrigações de fazer por parte da Administração Pública; providências para a realização de audiências da PPD por videoconferência; apresentação de proposta de resolução para ampliar os casos de dispensa de análise e emissão de parecer jurídico pelas Consultorias -

Resolução PGE nº 18/2019; implantação de projeto piloto visando à criação de Núcleo Imobiliário, que concentrará o assessoramento e elaboração de pareceres relacionados a direito de imobiliário, agilizando e uniformizando a emissão de orientações. No que diz respeito aos pareceres jurídicos, até o início do mês de dezembro foram elaborados pela Área da Consultoria Geral 13.196 pareceres e 30 notas técnicas. O número de pareceres demonstra uma redução substancial em relação aos anos anteriores 34.142 em 2015, 25.006 em 2016, 18.000 em 2017 e 15.413 em 2018, permitindo uma atenção maior dos Procuradores do Estado aos casos mais complexos. Assistência de Gestão de Imóveis – AGI - elaboração de 105 pareceres sobre matéria imobiliária, com destaque para: apresentação de proposta de regularização das terras devolutas da zona leste da Capital - Parecer AGI nº 2/2019; análise da regularização fundiária do Parque Estadual Morro do Diabo - Parecer AGI nº 12/2019; apresentação de proposta de solução para a ocupação da Vila Amélia - Parecer AGI nº 15/2019; análise dos diversos instrumentos de cessão de uso, bem como definição de cada tipo, de acordo com o uso do imóvel - Parecer AGI nº 58/2019; análise da possibilidade de utilização do direito de laje para construção de habitações de interesse social - HIS em áreas institucionais de loteamentos urbanos - Parecer AGI nº 059/2019; exame da proposta de decreto que regulamenta a Lei estadual nº 16.514/2017 - Parecer AGI nº 68/2019; análise do Projeto de Lei nº 896/2019 - legitimação de posse em área de parque - Parecer AGI nº 74/2019; exame de aspectos da permissão de uso de bem público a ente privado - Parecer AGI nº 82/2019; análise de proposta de destinação do Casarão da Paulista - Parecer AGI nº 100/2019; análise de minuta de projeto de lei visando à alteração da Lei estadual nº 4.957/1985, visando à titularização definitiva das famílias assentadas - Parecer AGI nº 103/2019; elaboração de minutas padrão de negócios jurídicos aplicáveis à compensação ambiental de reserva legal mediante a transmissão, ao Estado, de áreas inseridas em Unidade de Conservação; elaboração de parecer externando o entendimento da desnecessidade de permissão de uso de imóveis destinados a Organizações Sociais, no âmbito dos contratos de gestão - Parecer Referencial AGI nº 6/2019; participação nos seguintes conselhos: Conselho do Patrimônio Imobiliário, Conselho Curador da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT; participação na Comissão Gestora do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS. Procuradoria de Procedimentos Disciplinares – PPD - edição de 1.550 portarias instauradoras de processos disciplinares e conclusão de 1.645 sindicâncias/processos disciplinares, realização de 3.807 audiências. Procuradoria Administrativa – PA - elaboração de 65 pareceres jurídicos sobre matéria jurídica de interesse da Administração Pública Direta e Indireta. Procuradoria de Assuntos Tributários – PAT - elaboração de 11 pareceres jurídicos sobre matéria tributária de interesse do Estado. Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - elaboração de 7.189 manifestações e 232 pareceres jurídicos na representação e defesa do Estado perante o TCE/SP. Sistema da Consultoria Jurídica: O sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos da Consultoria Jurídica “Docflow” foi implantado na PPD e foi ampliada a sua integração ao sistema PGE.net, de forma a abranger um número maior de Departamentos Regionais de Saúde – DRS e a Delegacia Regional Tributária de Jundiá – DRT-16, o que incrementa o intercâmbio de informações, possibilitando o atendimento, com mais eficiência e menos custo, às solicitações de informações necessárias para a defesa do Estado em juízo e para o cumprimento de obrigações de fazer.

Assessoria de Precatórios Judiciais - Integrante do Gabinete do Procurador Geral, a Assessoria de Precatórios Judiciais administra o Sistema Único de Controle de Requisitórios Judiciais, instituído pelo artigo 3º do Decreto estadual nº 55.300/2009, por intermédio do qual é mantido o registro cadastral e de pagamentos de todos os requisitórios da Administração direta e indireta. Esse Sistema reúne informações de todos os requisitórios precatórios e requisições de obrigações de pequeno valor e respectivos pagamentos, tanto da Administração direta quanto das entidades da Administração indireta, para fins de controle estatístico, verificação dos pagamentos e conferência da ordem em que realizados. Compete à Assessoria supervisionar a inclusão, no referido sistema, das informações próprias dos precatórios e requisitórios de pequeno valor da Administração direta e das entidades da Administração indireta, e promover de ofício, a requerimento do tribunal, ou mediante solicitação justificada dos credores ou de terceiros interessados, as retificações cadastrais e alterações que se fizerem necessárias, requerendo às unidades da PGE e Procuradorias Jurídicas das entidades da Administração indireta, a prestação de informações, sempre que necessário. Ela também atualiza as requisições de pagamento recebidas, calculando periodicamente o montante da dívida pendente de pagamento, discriminando os débitos por entidade, tribunal requisitante, espécie de crédito alimentar ou não alimentar e, dentre esses, os relativos a desapropriações e a outras espécies e classe de valor precatórios e obrigações de pequeno valor. A Assessoria de Precatórios Judiciais realiza ainda a defesa do Estado e de suas autarquias nos pedidos de sequestro de rendas públicas, bem como nas intervenções federais propostas em face do Governador do Estado, e atua diretamente em todos os demais incidentes administrativos atinentes a precatórios, em trâmite perante as Presidências dos Tribunais. Por fim, destaca-se a incumbência dos membros da referida Assessoria, de transmitir as orientações do tema Precatórios aos demais Procuradores do Estado. Dando seguimento à gestão do regime especial de pagamentos das ECs nºs 62/2009, 94/2016 e 99/2017 que, em consonância com o decidido pelo STF quanto a dito regime, ora determinam a liquidação do passivo em estoque até 31 de dezembro de 2024, foram analisados 1.706 pedidos de acordo, dos quais 1.482 foram deferidos 1.231 para pagamento mediante deságio, 251 para compensação com a dívida ativa, no valor total de R\$ 1,02 bilhão R\$ sendo R\$ 846.715.369,86 em acordos de deságio e R\$ 177.621.586,21 em compensações, em conformidade com as Resoluções PGE nº 13/2017, 12/2018 e 24/2018. Pagamento de requisitórios: R\$ 1.296.504.445,30, em atendimento a requisições diretas de pagamento de obrigações de pequeno valor, beneficiando 208.296 credores em 74.013 requisitórios, até outubro, quando exaurido o orçamento do ano; R\$ 3.004.012.429,09 depositados em conta do TJSP, para a realização de pagamentos de precatórios.

Assessoria de Empresas e Fundações - A Assessoria de Empresas e Fundações tem por objetivo coordenar, para fins de atuação uniforme, os órgãos jurídicos das empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle do Estado por sua Administração Centralizada ou Descentralizada e das fundações por ele instituídas ou mantidas. Compete à Assessoria representar o Estado nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias das sociedades em que tenha participação no capital social, de acordo com as orientações do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC. Além do CODEC, essa Assessoria atua constantemente junto à Comissão de Política Salarial – CPS e ao Departamento de Entidades Descentralizadas – DED, da SEFAZ. Suas atribuições estão detalhadas na Resolução PGE nº 22/2015. Destacaram-se as atividades relativas à

promoção da liquidação e extinção da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP em liquidação, da Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS e da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. – EMLASA em liquidação, bem como à incorporação da Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, previstas na Lei estadual nº 17.056/2019, e à liquidação e extinção da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – COSESP, prevista na Lei estadual nº 13.286/2008. Ainda no contexto de desestatizações, foram também realizados estudos e pareceres sobre procedimentos para extinção de fundações instituídas ou mantidas pelo Estado. Ademais, foi reiterado o fornecimento de orientações quanto à interpretação e aplicação da Lei federal nº 13.303/2016, especialmente em matéria de governança corporativa e contratações, entre outras normas federais e estaduais atinentes à atividade empresarial do Estado e à sua figura de instituidor ou mantenedor de fundações. Atuou-se, ainda, em procedimentos em trâmite na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRSFN envolvendo o Estado na qualidade de acionista controlador, em questões atinentes à prestação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário e à execução do serviço de controle de cheias no Estado, bem como em procedimentos judiciais, em interlocução com a Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral, para defesa da integridade da posição acionária do Estado e dos seus respectivos direitos societários em companhias de capital aberto. Ademais, destacam-se estudos e pareceres realizados sobre previdência complementar, saúde suplementar, financiamentos com anuidade do controlador, programa de demissão incentivada e transferência de ações em contexto de renegociação de dívida pública. Finalmente, a Assessoria de Empresas e Fundações promoveu encontros semestrais com os órgãos jurídicos das empresas estatais e das fundações, com o propósito de debater temas de interesse comum, como a atualização de jurisprudência em matéria de contratações, licitações e relações de trabalho, bem como promoveu a divulgação de entendimentos, pareceres e notícias de interesse comum, especialmente por meio de seu endereço eletrônico “Portal AEF”.

Assessoria Jurídica do Gabinete - Integra o Gabinete do Procurador Geral e presta atendimento jurídico ao Governador, e aos órgãos diretamente a ele vinculados, ao Fundo Social de São Paulo – FUSSP, sem prejuízo de assuntos que lhe sejam submetidos pelo Procurador Geral. No ano de 2019, a AJG desempenhou as seguintes atividades: 750 pareceres elaborados; 283 cotas/manifestações; 88 informações em Mandados de Segurança; 2 informações em Mandados de Injunção. No âmbito da Consultoria Jurídica do Governo, desempenhou as seguintes atividades: 341 pareceres elaborados; 200 cotas/manifestações; 1 informação em Mandado de Segurança; 1 Nota Técnica; 10 Pareceres Referenciais. Algumas circunstâncias ocorridas no corrente ano contribuíram para aumentar sensivelmente a demanda por assessoria jurídica tais como a reforma administrativa implementada pela atual gestão; a maior concentração de projetos de concessão e PPP's no âmbito da Subsecretaria de Parcerias, órgão ligado à Secretaria de Governo; a criação da Secretaria Especial de Relações Internacionais e a reformulação da Unidade de Comunicação, com a designação de Secretário Extraordinário de Comunicação, órgãos vinculados ao Gabinete do Governador, bem assim a implementação de vários projetos no âmbito da tecnologia de informação capitaneados pela Secretaria de Governo, dos quais se destaca o programa “SEM PAPEL”. Cumpre, ainda, destacar os seguintes temas de especial importância e que contaram com acentuada participação da AJG: análise de decretos de outorga de autorização governamental genérica, no que concerne a celebração de parcerias com organizações da sociedade civil regidas pela Lei 13.019, de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 61.981/2016. Além da análise dos editais de chamamento público, termos de fomento e colaboração disciplinados pela mesma Lei. análise de decretos para instituição de áreas de proteção ambiental e respectivos planos de manejo. análise de inúmeros decretos para reformulação, bem como instituição de políticas públicas, em especial nas Pastas da Educação, da Agricultura e Abastecimento e do Desenvolvimento Econômico; análise e orientação quanto à execução de emendas individuais ao projeto de lei orçamentária na forma do artigo 175, §§ 6º ao 10, da CE; análise de instrumentos de estímulo à inovação, em especial os decorrentes de programas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que encontram fundamento na denominada Lei de Inovação - Lei estadual nº 10.973/2004, com redação dada pela Lei estadual nº 13.243/2016, cuja execução, como regra, conta com a participação de Fundações de Apoio e organismos multilaterais; análise dos instrumentos necessários à instituição e funcionamento do Fundo de Investimento Imobiliários, que se constitui em política pública inovadora com acentuado protagonismo do Estado; participação em grupos de trabalho, tais como o que escrutinou o instituto jurídico do afastamento de servidores, seus reflexos e consequências na relação funcional e o da reforma previdenciária, este último de alta complexidade, porquanto desenvolve suas atividades após a conclusão reforma da reforma previdenciária federal, mas ainda durante o processo legislativo da reforma no âmbito do Estado.

Assessoria Técnico-Legislativa – ATL - Compete, nos termos da Lei Complementar estadual nº 1.270/2015 - Lei Orgânica da PGE – artigos 3º, IV, e 9º, II o assessoramento jurídico do exercício das funções legislativas e normativas outorgadas constitucionalmente ao Governador do Estado e o acompanhamento das proposições legislativas. Adicionalmente, nos termos da Resolução PGE nº4/2017, a ATL manifesta-se em processos e expedientes que versem sobre a edição de decretos regulamentares de leis estaduais, bem como em processos e expedientes instaurados para a análise da constitucionalidade de leis estaduais, elaborando pareceres e, quando o caso, minutas de petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade, declaratória de constitucionalidade ou informações do Governador do Estado. Além disso, elabora minuta de manifestação do Procurador Geral, nos termos do disposto no artigo 90, § 2º, da CE, em ações diretas de inconstitucionalidade de leis interpostas perante o TJSP. Até a presente data, visando a propiciar elementos ao Governador do Estado para sanção ou veto de proposições, a ATL analisou 363 Autógrafos expedidos pela Mesa da Assembleia Legislativa. Ainda na esfera opinativa, a ATL atua por meio da emissão de pronunciamentos jurídicos sobre temas relacionados com as suas competências. Nesse sentido, até o momento, foram elaborados 23 Notas Técnicas, 136 Cotas e 99 Pareceres. Tais pronunciamentos foram proferidos, em casos determinados, mediante demanda da Casa Civil, por intermédio do Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual – SIALE. Em outras hipóteses, essas manifestações decorreram de expedientes iniciados em Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, visando à apresentação de projetos de lei por iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Nesse sentido, até o momento, foram analisados 27 anteprojetos. Ainda entre as peças opinativas quantificadas acima, algumas delas abordaram minutas de decretos regulamentares até o momento, foram 18 propostas com tal finalidade. No âmbito do controle de constitucionalidade, foram elaboradas 106 minutas de manifestações da Procuradora Geral do Estado, ao TJSP, em ações

diretas de inconstitucionalidade propostas em face de legislação municipal, nos termos do artigo 90, § 2º, da CE. Também perante a Corte local, a ATL elaborou as minutas de 14 manifestações da Procuradora Geral do Estado em ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas em face de legislação estadual e as correspondentes minutas de informação do Governador, quando cabíveis. Também foram minutas pela ATL as petições iniciais das 2 ações diretas de inconstitucionalidade propostas pelo Governador perante o TJSP, em face de legislação estadual. Por derradeiro, no âmbito do STF, foram elaboradas 2 minutas de informações do Governador em ações diretas de inconstitucionalidade propostas em face de legislação estadual perante aquela Corte Superior.

Centro de Estudos - Promoveu diversas atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento aos Procuradores do Estado e Servidores, direta ou indiretamente. Foram cursos, treinamentos, encontros de área e seminários realizados em suas dependências ou em parceria com outros órgãos e instituições. Ao longo do ano, foram disponibilizadas 4577 vagas em 72 cursos/eventos promovidos pelo Centro de Estudos, por meio do Serviço de Aperfeiçoamento e Escola Superior da PGE, dentre vagas em Congresso, Workshops, Palestras e outras atividades. Especificamente no âmbito da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - ESPGE foram realizados 2 cursos de pós-graduação: Especialização em Direito do Estado que está em período de elaboração de TCC Trabalho de conclusão de curso e Especialização em Direito Processual Civil - curso em andamento - contemplando, no período, 66 alunos. Houve também 4 cursos de extensão que contaram com 71 alunos inscritos e 16 aulas abertas com 47 alunos inscritos, todos profissionais da Administração Pública. Os cursos de extensão “Orçamento e Finanças e “Direito Administrativo Aplicado III” vinculados ao curso de Direito do Estado foram ministrados em parceria com a Advocacia Geral da União – AGU. Os cursos de extensão em “Contabilidade, Orçamento e Finanças Públicas” e “Arbitragem”, foram promovidos pela ESPGE/CE. Todos os cursos de extensão e aulas abertas da ESPGE foram realizados com turmas presenciais e virtuais, por meio do sistema de videoconferência. É importante destacar o Curso de Adaptação aos novos Procuradores do Estado, realizado entre o 1º e 2º semestre, com duração de 3 semanas e que contou com a participação de 99 novos integrantes à carreira. O conjunto de tais atividades resultou a emissão de 1510 certificados de participação até a presente data. No tocante aos programas de apoio aos Procuradores do Estado e servidores da Instituição, destaca-se o deferimento de 119 novos pedidos de ajuda financeira relativos a auxílio para frequência a cursos de graduação, pós-graduação, extensão universitária na rede privada de ensino e curso de idiomas, dentre os quais 93 estão em andamento, considerada a duração do benefício. Foram ainda concedidos reembolsos de recursos despendidos por Procuradores do Estado com a aquisição de material necessário ao desempenho profissional no âmbito dos programas “pró-livro” 1651, “pró-software” 200 e “pró-hardware” 190. Na área de divulgação, a produção e a publicação de material de apoio, como boletins bimensais e livros/revistas de doutrina relacionados às atividades dos Procuradores do Estado, permaneceram como prioridades, com distribuição eletrônica e física, esta última contemplando 1818 exemplares até o momento. Por fim, destaca-se o apoio do Órgão ao desenvolvimento dos Núcleos Temáticos. Ao longo do ano, foram realizados: o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas Empíricas para Racionalização das Estratégias de Litigância, com 17 integrantes, instituído pela Resolução PGE nº 26/2018, com reuniões realizadas em 28/03, 15/05 e 30/08; o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre Parceria Público-Privadas e Concessões com 45 integrantes, instituído pela Resolução PGE nº 29/2019, com reuniões em 27/08, 7/10, 4/11 e 09/12; o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre Propriedade Intelectual e Inovação com 28 integrantes, instituído pela Resolução PGE nº 30/2019, com reuniões em 4/09, 24/09, 9/10, 13/11 e 27/11; o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre Reforma Tributária com 48 integrantes, instituído pela Resolução PGE nº 33/2019, com reuniões em 6/09, 20/09, 11/10, 1/11 e 29/11; e o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre o Direito Previdenciário e a Reforma da Previdência com 41 integrantes, instituído pela Resolução PGE nº 32/2019, com reuniões em 19/09, 3/10, 17/10, 31/10, 21/11 e 5/12. Todas as reuniões foram realizadas com o apoio logístico do Serviço de Aperfeiçoamento.

Sistemas Informatizados - Processo Eletrônico - A PGE firmou contrato de prestação de serviços com empresa para a implantação do programa de Sistema de Acompanhamento Judicial – SAJ, designado PGE-net, que já está instalado em todas as Unidades do Contencioso da PGE, inclusive autarquias. O sistema permite, além do efetivo controle do andamento de todas as ações judiciais do Estado e de suas autarquias, a redução de custos com material, a administração e classificação do tipo de ações, a racionalização do tempo dos Procuradores do Estado, entre outros significativos benefícios para ampliação da qualidade e da eficiência dos relevantes serviços públicos prestados pela Instituição. Durante o ano de 2019, o sistema foi utilizado para o ajuizamento eletrônico de cerca de 17.200 execuções fiscais no formato eletrônico, dispensando a impressão dos jogos de ajuizamento e a formação de autos físicos, com expressivo ganho de produtividade para o trabalho de ambos os órgãos. Os processos abrangem aproximadamente 156.000 débitos, correspondendo ao montante de R\$ 32.800.000.000,00. Como o TJSP concluiu o processo de expansão do processo eletrônico, o sistema informatizado da PGE torna-se ainda mais relevante, pois permite aos usuários o acesso direto às imagens dos processos em tramitação no Judiciário, bem como a interface para peticionamento eletrônico, sem a necessidade de acesso ao portal do Tribunal. Esse é um diferencial necessário para dar vazão à quantidade diária de trabalho das bancas. Além disso, o gerenciamento interno e a automação do peticionamento permitem à PGE o controle integral da distribuição de trabalho, afastamentos e respectivas substituições, e acompanhamento amíu da atuação das bancas e sucesso das teses. Foi celebrado convênio com o Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região para integração entre os sistemas pelo Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, e adquirido o módulo específico para essa atividade. A integração com o TRT-2 está em fase de homologação e em alguns meses estará pronta para entrar em produção. Com essa medida, os Procuradores do Estado terão condições de promover a defesa do Estado em Juízo perante esse tribunal diretamente no sistema PGE.net, sem a necessidade de utilizar o sistema PJe do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com significativo ganho em segurança e produtividade. Sistema da Dívida Ativa passou por processo de aperfeiçoamento para a expansão da inscrição de débitos de novos órgãos estaduais. Houve também a introdução de novas funcionalidades para apoiar a celebração de acordos de compensação de débitos tributários com precatórios judiciais. Foi concluído o processo de integração com o sistema do TJSP para a inscrição automatizada de débitos referentes a custas processuais e multa penal. Com essa integração não será mais preciso receber expedientes em meio físico para a inscrição de débitos do tribunal, com melhor aproveitamento da força de trabalho e eliminação de trâmites com o recebimento, processamento e restituição de expedientes. O sistema também foi atualizado e ajustado para o Programa Especial de Parcelamento PEP do ICMS 2019, no qual são disponibilizados débitos inscritos e não inscritos.

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Volume 130 • Número 39 • São Paulo, terça-feira, 3 de março de 2020

Sistema da Consultoria Jurídica - O sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos da Consultoria Jurídica já está implantado todas as unidades e integrado ao sistema de acompanhamento de processos judiciais - PGE. Vários órgãos passaram a utilizar essa nova aplicação para as atividades de atendimento às solicitações de informações necessárias para a defesa do Estado em juízo, e também para o cumprimento de obrigações de fazer. Essa implantação elimina o trâmite de documentos em meio físico entre órgãos estaduais para essa finalidade. Isso confere maior eficiência nos processos internos e elimina custos com impressão, transporte e triagem de documentos. O sistema recebeu de melhorias para ganho de produtividade na realização de tarefas que possam ser feitas em lote. Desenvolvimento de novos relatórios para acompanhamento de documentos elaborados, atividades realizadas e processos tramitados. Além disso foi iniciado o projeto de migração da base de dados do sistema para a nova solução de alta disponibilidade Oracle Exadata adquirida pela PGE. Com essa migração o sistema ganhará maior performance e estabilidade, e propiciará a implantação de novos fluxos. Sistema de Big Data - O sistema de TI voltado ao combate de fraudes estruturadas e recuperação de ativos foi muito utilizado no ano de 2019 e rendeu bons resultados para a arrecadação da dívida ativa. Foram desenvolvidos painéis de acompanhamento da dívida ativa, com focos em inscrição de débitos, arrecadação e parcelamentos. Sistema de Folha de Pagamento - A PGE concluiu a homologação do sistema da PRODESP para o processamento da folha de pagamentos do fundo da verba honorária. O sistema substituirá o programa atualmente utilizado, que por ter sido desenvolvido há muitos anos, está obsoleto. Aquisição de Equipamentos - A PGE contratou uma solução de alta disponibilidade de banco de dados Oracle Exadata. O modelo de aquisição adotado foi de nuvem privada para o fornecimento do *Exadata Cloud At Customer - EXACC*. Nesse formato a contratada entrega um equipamento que, apesar de ser administrado como parte de sua nuvem global, fica fisicamente hospedado no *data center* da PRODESP, e integralmente dedicado aos sistemas da PGE. O poder de processamento e armazenamento da máquina permite que os bancos de dados de todos os sistemas da PGE sejam migrados para ela, com expressivo ganho de performance, segurança e a custos consideravelmente menores. A concepção do projeto e acompanhamento da contratação foram feitos em conjunto: Assessoria de Tecnologia da Informação do Gabinete do Procurador Geral e Procuradoria da Dívida Ativa. Quando a migração de todos os sistemas corporativos estiver concluída, será possível obter uma redução de custos da ordem de R\$ 1.000.000,00 por ano.

Gerenciamento Administrativo - A PGE obteve resultados expressivos na redução de despesas, em atenção ao quanto prevê Programa de Melhoria do Gasto Público e Redução de Despesas implementado pelo Governo do Estado e à utilização sustentável dos recursos naturais, continuam a ser adotadas ações incentivando o uso racional da água e da energia elétrica. Ainda com foco no meio ambiente e na economia de recursos públicos, a coleta e fragmentação de papel descartado obteve um expressivo resultado. Foram encaminhados ao FUSSP, aproximadamente, 4.200kg de papelão e 2.000 sacos de 100l de papel fragmentado. Os gastos com combustível foram reduzidos, gerando uma economia de 27%, em comparação com o exercício anterior. Foram adotadas medidas para redução dos gastos com aluguel de imóveis e, conseqüentemente, condomínio, mediante a mudança da sede da Procuradoria do Estado de São Paulo em Brasília para imóvel compartilhado com a Casa Civil e a desativação do Setor de Cotia da Procuradoria Regional da Grande São Paulo. Essas medidas representaram uma economia mensal de R\$ 37.266,32. A implantação do Programa SP Sem Papel, ocorrida em 30 de setembro, gerou a redução de 10% dos gastos com papel, em comparação ao período de outubro a dezembro do exercício anterior. A política de orientação dos requisitantes sobre o uso responsável dos suprimentos continua a gerar efeitos positivos, tendo sido apontado pelo sistema de estoque, que controla o perfil de consumo, uma economia de 26,5%, frente ao exercício de 2018. Utilizou-se, sempre que possível, o sistema de registro de preços para as compras de maior volume. Durante o exercício, foram gerenciadas 5 Atas de Registro de Preços suprimentos de informática, papel sulfite, material de higiene e limpeza, café e passagens aéreas. Foram realizados 36 pregões eletrônicos, 26 contratos decorrentes de Convite BEC, 11 contratações com dispensa de licitação, 4 contratações diretas fundadas na inexigibilidade de licitação, 14 contratos assinados, vigentes 54 contratos.

Corregedoria

Atividades - Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo	2019
	Total Anual
Autuação de novos processos	114
Processos Arquivados	29
Apurações Preliminares	5
Sindicâncias Administrativas	2
Processos Administrativos Disciplinares	4
Portarias Expedidas	6
Audiências Realizadas	18
Pessoas Ouvidas	34
Diligências Realizadas	4
Correições Ordinárias	3
Correições Extraordinárias	1
Visitas de Inspeção	0
Estágios Confirmatórios - Acompanhamento	99
Estágios Confirmatórios - Autuação	99
Ofícios Expedidos	25
Planos de Aula Recebidos	47

* - Dados até 16/12/2019.

Ouidoria - Participa do FOCCOSP, sendo identificada de todas as denúncias de âmbito estadual apresentadas pelos cidadãos, bem como responde às solicitações enviadas ao Sistema Integrado de Informações ao Cidadão - SIC. O setor também é responsável pelo registro de sanções administrativas judicialmente impostas no sistema www.bec.sp.gov.br. As sanções são individualmente cadastradas no nome de cada um dos condenados, pessoas físicas ou jurídicas, com indicação dos respectivos CPFs/CNPJs, endereço, do teor da determinação judicial, dos dados do processo judicial, inclusive com informação da data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão. Segue abaixo quadro de atividades desempenhadas no primeiro semestre - dados do 2º semestre ainda não foram compilados.

Tipo de Manifestação	Quantidade
Denúncia	62
Elogio	22
Outros	373
Reclamação	3194
Informação	6225
Sugestões	10
Total	9886

certificadodigital
um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais
Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado



COMPRAR
UM CERTIFICADO



RENOVAR
MEU CERTIFICADO



TENHO
UM VOUCHER



CLIENTES
DE GOVERNO



INSTALAR
MEU CERTIFICADO



SUPORTE
TÉCNICO

Acesse e descubra

certificadodigital.imprensaoficial.com.br

